



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXX Nº 208, QUINTA-FEIRA, 4 DE DEZEMBRO DE 2025

BRASÍLIA - DF



## COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

**Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)**

Presidente

**Senador Eduardo Gomes (PL-TO)**

1º Vice-Presidente

**Senador Humberto Costa (PT-PE)**

2º Vice-Presidente

**Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)**

1ª Secretária

**Senador Confúcio Moura (MDB-RO)**

2º Secretário

**Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)**

3ª Secretária

**Senador Laércio Oliveira (PP-SE)**

4º Secretário

## SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)

2º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)

3º - Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN)

4ª - Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

**Danilo Augusto Barboza de Aguiar**  
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal**Patricia Gomes de Carvalho Carneiro**  
Diretora da Secretaria de Atas e Diários**Paulo Max Cavalcante da Silva**  
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos**Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho**  
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de  
Plenários**Ilana Trombka**  
Diretora-Geral do Senado Federal**Quésia de Farias Cunha**  
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar**Gleison Carneiro Gomes**  
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen**Celso Dias dos Santos**  
Diretor da Secretaria de Expediente



SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

**1 – ATA DA 183ª SESSÃO, ESPECIAL, EM 3 DE DEZEMBRO DE 2025**

1.1 – ABERTURA ..... 15

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a celebrar os 53 anos de criação da Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras), nos termos do Requerimento nº 139/2025, da Senadora Professora Dorinha Seabra e outros Senadores. .... 15

1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro. .... 15

1.2.2 – Discurso da Presidente (Senadora Professora Dorinha Seabra) ..... 15

1.2.3 – Exibição de vídeo institucional ..... 17

1.2.4 – Oradores

Sr. Wilton Itaiguara Gonçalves Mota, Presidente do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) ..... 17

Sr. Carlos Manuel Baigorri, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) ..... 18

Sra. Micheli Vieira Chervinski, Membro do Conselho de Administração e Representante dos Empregados da Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras) ..... 19

Sr. André Leandro Magalhães, Presidente da Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras) ..... 20

Sr. Juscelino Filho, Deputado Federal ..... 22

Sr. Frederico de Siqueira Filho, Ministro de Estado das Comunicações ..... 23

Senador Esperidião Amin ..... 25

1.3 – ENCERRAMENTO ..... 26

**2 – ATA DA 184ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 3 DE DEZEMBRO DE 2025**

2.1 – ABERTURA ..... 28

2 2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE



### 2.2.1 – Oradores

Senadora Teresa Leitão – Preocupação com o agravamento da violência contra mulheres no Brasil, com relatos recentes de feminicídios. Destaque para a Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher, divulgada pelo DataSenado, que evidencia o desrespeito no ambiente doméstico, subnotificação e naturalização das agressões. Destaque às iniciativas do Senado Federal e do Governo Lula voltadas à prevenção, ao acolhimento e ao enfrentamento da violência de gênero. .... 28

Senador Esperidião Amin – Crítica à decisão liminar do Ministro do STF Gilmar Mendes, que restringe ao Procurador-Geral da República a iniciativa de pedidos de *impeachment* contra Ministros da Suprema Corte, interpretada como usurpação das prerrogativas do Senado Federal. Alerta para possível ameaça ao equilíbrio entre os Poderes e defesa de reação institucional firme em prol da ordem constitucional. .... 30

Senador Eduardo Girão – Indignação com a decisão proferida pelo Ministro do STF Gilmar Mendes, nas ADPFs nºs 1.259 e 1.260, que redefine as regras para o processo de *impeachment* contra Ministros da Suprema Corte. Cobrança de postura firme do Presidente do Senado Federal, Senador Davi Alcolumbre, na defesa das prerrogativas da Casa. Defesa da PEC nº 8/2021, que limita decisões monocráticas no STF e em outros tribunais superiores. .... 32

Senador Humberto Costa – Destaque ao acordo de cooperação técnica firmado entre os Ministérios da Saúde e da Fazenda que promove avanços na política pública de saúde mental de apostadores. Defesa do Projeto de Lei nº 5473/2025, que estabelece aumento da tributação sobre a renda de *fintechs*, instituições de pagamento e empresas de apostas. Apoio ao substitutivo do Projeto de Lei nº 5582/2025 (PL Antifacção), que propõe taxaço sobre *bets* para financiar o fortalecimento da segurança pública e do sistema prisional. .... 35

Senador Lucas Barreto – Manifestação contrária ao reajuste tarifário anual anunciado pela Companhia de Eletricidade do Amapá, que eleva em até 32% as contas de energia elétrica no estado. Contestação à CEA Equatorial e à Aneel pela alegada ausência de transparência sobre investimentos declarados e pelo possível repasse indevido de custos aos consumidores. Alerta para a suposta exploração dos amapaenses que, embora produtores de energia, pagam as tarifas mais altas do País. .... 37

Senador Plínio Valério – Críticas à decisão do Ministro do STF Gilmar Mendes que restringe pedidos de *impeachment* contra Ministros da Suprema Corte, em contrariedade à Constituição Federal e à Lei nº 1079/1950 (Lei de Crimes de Responsabilidade). Denúncia de suposta usurpação de competências, insegurança jurídica e excesso de poder do STF. Defesa de reação institucional firme para resguardar as prerrogativas do Senado Federal e a separação dos Poderes. .... 38

Senador Marcos Rogério – Manifestação contrária à decisão liminar do Ministro do STF Gilmar Mendes que suspende trechos da Lei nº 1079/1950 (Lei de Crimes de Responsabilidade) e estabelece novas regras para o processo de *impeachment* de Ministros da Suprema Corte. Alerta para a possível concentração de poder, supressão das prerrogativas do Senado Federal e risco de desgaste da democracia, com apelo à defesa institucional da Casa. .... 43

Senador Cleitinho – Indignação com a decisão liminar do Ministro do STF Gilmar Mendes que suspende trechos da Lei nº 1079/1950 (Lei de Crimes de Responsabilidade), apontada como usurpação das prerrogativas do Senado Federal e afronta à democracia. Denúncia de suposta concentração de poder no STF e defesa da prerrogativa de denúncia por qualquer cidadão. .... 46

**2.2.2 – Suspensão da sessão às 15 horas e 56 minutos e reabertura às 16 horas e 10 minutos** 48

## 2.3 – ORDEM DO DIA

### 2.3.1 – Item extrapauta

Projeto de Lei nº 2829/2025, do Tribunal de Contas da União, que altera a Lei nº 10356, de 2001, que dispõe sobre o quadro de pessoal e o plano de carreira do Tribunal de Contas da União; e revoga a Lei nº 11854, de 2008. **Aprovado**, nos termos do **Parecer nº 179/2025-PLEN-SF**, proferido pelo Senador



Veneziano Vital do Rêgo, após apresentação e aprovação do **Requerimento nº 907/2025**. À sanção. 49

### 2.3.2 – Item extrapauta

Projeto de Lei nº 6070/2025, da Comissão Diretora do Senado Federal, que *altera a Lei nº 12300, de 2010, para modificar o Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, e dá outras providências*. **Aprovado**, após apresentação e aprovação do **Requerimento nº 908/2025**; e apresentação e impugnação das **Emendas nºs 1 a 6-PLEN**. 51

Redação final do Projeto de Lei nº 6070/2025 (**Parecer nº 180/2025-CDIR/PLEN-SF**). **Aprovada**. À Câmara dos Deputados. 52

### 2.3.3 – Item extrapauta

Projeto de Lei de Conversão nº 11/2025 (proveniente da Medida Provisória nº 1308/2025), que *dispõe sobre o licenciamento ambiental especial, visando à consecução eficiente e eficaz de atividades e empreendimentos estratégicos, nos termos que especifica, e altera a Lei nº 15190, de 2025*. **Aprovado** (prejudicada a Medida Provisória nº 1308/2025). À sanção. 52

**2.3.4 – Fala da Presidência (Senador Davi Alcolumbre) - Manifestação sobre a decisão monocrática proferida nos autos da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 1259 e seu impacto nas prerrogativas do Poder Legislativo.** 54

### 2.3.5 – Oradores

Senador Rogerio Marinho, como Líder – Apoio à manifestação do Presidente do Senado Federal, Senador Davi Alcolumbre, diante da decisão liminar do Ministro do STF Gilmar Mendes que altera regras para o *impeachment* de membros da Suprema Corte. Censura à suposta invasão de prerrogativas do Parlamento pelo STF. 57

Senador Omar Aziz, como Líder – Defesa de resposta institucional do Senado Federal diante da decisão liminar do Ministro do STF Gilmar Mendes que altera as regras para o *impeachment* de membros da Suprema Corte, destacando a necessidade de resguardar as prerrogativas do Senado Federal e os canais de responsabilização dos membros do STF por suas condutas. 59

Senador Sergio Moro, como Líder – Preocupação com a decisão monocrática do Ministro do STF Gilmar Mendes, apontada como tentativa de blindagem absoluta dos Ministros da Suprema Corte. Defesa do equilíbrio entre os Poderes, da dignidade da lei e das prerrogativas do Parlamento, com apelo pela restauração da responsabilidade e da ordem constitucional. 61

Senador Alan Rick, como Líder – Preocupação com a decisão monocrática proferida pelo Ministro do STF Gilmar Mendes que restringe ao Procurador-Geral da República a iniciativa de pedidos de *impeachment* contra Ministros da Suprema Corte, violando, segundo S. Exa., a Constituição Federal, a Lei nº 1079/1950 (Lei de Crimes de Responsabilidade) e as prerrogativas do Senado Federal. Destaque para a PEC nº 8/2021, que estabelece quórum mínimo para a suspensão da eficácia de leis, e o Projeto de Lei nº 1388/2023, que dispõe sobre crimes de responsabilidade e disciplina o respectivo processo e julgamento, como medidas para conter decisões monocráticas e preservar o equilíbrio entre os Poderes. 63

Senador Randolfe Rodrigues, como Líder – Lamento pela decisão liminar do Ministro do STF Gilmar Mendes que restringe ao Procurador-Geral da República a iniciativa de pedidos de *impeachment* contra Ministros da Suprema Corte. Preocupação com a violação da separação dos Poderes e com a limitação das prerrogativas do Senado Federal. Apelo pela aprovação da PEC nº 8/2021, que estabelece quórum mínimo para a suspensão da eficácia de leis, e reafirmação do compromisso institucional com a Constituição Federal e a democracia. 67



Senador Flávio Bolsonaro, como Líder – Desaprovação dos supostos excessos cometidos pelo STF, com destaque para a recente decisão liminar proferida pelo Ministro Gilmar Mendes que suspende trechos da Lei nº 1079/1950 (Lei de Crimes de Responsabilidade). Defesa de atuação institucional do Senado Federal em resposta à conduta da Corte, a fim de resguardar suas prerrogativas e o equilíbrio entre os Poderes. .... 68

Senador Plínio Valério, como Líder – Críticas ao STF por decisão liminar que restringe ao Procurador-Geral da República a iniciativa de pedidos de impeachment. Manifestação desfavorável ao Projeto de Lei nº 1388/2023, que dispõe sobre crimes de responsabilidade e seu processamento, por supostamente favorecer Ministros da Suprema Corte. .... 72

### 2.3.6 – Convocação de Sessão

Convocação de sessão conjunta do Congresso Nacional para 4 de dezembro, às 11 horas, destinada à deliberação do Projeto do Congresso Nacional nº 2/2025, que *dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2026 e dá outras providências*. .... 75

### 2.3.7 – Oradores (continuação)

Senador Jorge Seif – Críticas à liminar concedida pelo Ministro do STF Gilmar Mendes, que suspende trechos da Lei nº 1079/1950 (Lei de Crimes de Responsabilidade), e elogios ao Presidente do Senado Federal, Senador Davi Alcolumbre, por defender o respeito entre os Poderes e as prerrogativas do Poder Legislativo. .... 75

Senador Zequinha Marinho, como Líder – Indignação diante de decisão da Comissão Nacional da Biodiversidade (Conabio) de incluir na lista de espécies exóticas invasoras produtos como goiaba, manga, eucalipto e tilápia, defendendo a convocação da Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima Marina Silva para prestar esclarecimentos ao Senado Federal sobre essa medida. .... 78

Senador Jayme Campos – Apelo ao Senado Federal para que reaja contra a suposta usurpação de competências do Poder do Legislativo pelo Judiciário, em decorrência da decisão monocrática proferida pelo Ministro do STF Gilmar Mendes que restringe a iniciativa de pedido de *impeachment* contra Ministros da Corte. .... 80

### 2.3.8 – Item 2

Projeto de Lei nº 542/2022, do Deputado Vinicius Carvalho, que *altera a Lei nº 9605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para estabelecer que não configura crime a poda ou o corte de árvore em logradouros públicos ou em propriedades privadas no caso de não atendimento pelo órgão ambiental do pedido de supressão feito em razão da possibilidade de ocorrência de acidente, e permite a contratação de profissional habilitado para a execução do serviço de poda ou de corte de árvore*. **Aprovado**, após aprovação do Requerimento nº 61/2025-CCJ. À sanção. .... 89

### 2.3.9 – Item 3

Projeto de Lei nº 715/2023, do Deputado Zé Vitor, que *altera as Leis nºs 5889, de 8 de junho de 1973, e 14601, de 19 de junho de 2023, a fim de excluir a remuneração decorrente do contrato de safra do cálculo da renda familiar mensal considerada para recebimento de benefícios sociais e de dispor sobre o registro de informações relativas ao contrato de safra no Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial)*. **Retirado da pauta**, após aprovação do Requerimento nº 516/2024; e **Parecer nº 181/2025-PLEN-SF**, proferido pelo Senador Jaime Bagattoli. .... 90

### 2.3.10 – Item extrapauta

Projeto de Lei Complementar nº 163/2025, do Deputado Isnaldo Bulhões Jr., que *altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, para excluir do câmputo dos limites de despesas primárias as despesas temporárias com educação pública e saúde de que trata o art. 6º da Lei nº 15.164, de 14 de*



*julho de 2025, e as despesas financiadas com recursos oriundos de empréstimos internacionais e suas respectivas contrapartidas, bem como para excluir as referidas despesas com educação pública e saúde das metas fiscais; e dá outras providências. Proferido o **Parecer nº 182/2025-PLEN-SF** pelo Senador Randolfe Rodrigues, após aprovação do **Requerimento nº 909/2025**.* ..... 96

### 2.3.11 – Oradores (continuação)

Senador Luis Carlos Heinze – Preocupação com decisões monocráticas dos Ministros do STF Gilmar Mendes e Dias Toffoli que, segundo S. Exa., rompem o equilíbrio entre os Poderes ao restringirem a legitimidade do cidadão no pedido de *impeachment* contra altas autoridades. Alerta para possível concentração de poder, redução da transparência e esvaziamento das prerrogativas do Senado Federal. 102

### 2.3.12 – Item extrapauta (continuação)

Projeto de Lei Complementar nº 163/2025, do Deputado Isnaldo Bulhões Jr., que *altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, para excluir do câmputo dos limites de despesas primárias as despesas temporárias com educação pública e saúde de que trata o art. 6º da Lei nº 15164, de 14 de julho de 2025, e as despesas financiadas com recursos oriundos de empréstimos internacionais e suas respectivas contrapartidas, bem como para excluir as referidas despesas com educação pública e saúde das metas fiscais; e dá outras providências. **Aprovado o Substitutivo (Emenda nº 1-PLEN)** (votação nominal) (prejudicado o Projeto de Lei Complementar nº 163/2025).* ..... 103

Redação para o turno suplementar do Projeto de Lei Complementar nº 163/2025, nos termos do Substitutivo (**Parecer nº 183/2025-CDIR/PLEN-SF**). **Substitutivo definitivamente adotado.** À Câmara dos Deputados. .... 103

### 2.3.13 – Itens extrapauta

Requerimento nº 737/2025-CDIR, do Senador Humberto Costa, de autorização para desempenho de missão, a fim de participar da CV Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai. **Aprovado.** ..... 103

Requerimento nº 742/2025-CDIR, da Senadora Professora Dorinha Seabra, de autorização para desempenho de missão, a fim de participar do *Mobile World Congress 2026*, em Barcelona, Espanha. **Aprovado.** ..... 103

Requerimento nº 747/2025-CDIR, do Senador Weverton, de autorização para desempenho de missão, a fim de participar do LIDE Brasil Itália Fórum, em Roma, Itália. **Aprovado.** ..... 103

Requerimento nº 752/2025-CDIR, do Senador Jaques Wagner, de autorização para desempenho de missão, a fim de participar da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-30), em Belém, Pará. **Aprovado.** ..... 103

2.4 – ENCERRAMENTO ..... 105

2.5 – REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO ..... 106

## PARTE II

### 3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 184ª SESSÃO

#### 3.1 – EXPEDIENTE



### 3.1.1 – Matéria recebida da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei de Conversão (CN) nº 11/2025 (proveniente da Medida Provisória nº 1308/2025), que dispõe sobre o licenciamento ambiental especial, para a consecução eficiente e eficaz de atividades e de empreendimentos estratégicos, nos termos que especifica; e altera as Leis nºs 15.190, de 8 de agosto de 2025, e 13.116, de 20 de abril de 2015. .... 109

### 3.1.2 – Requerimentos

Nº 737/2025-CDIR, do Senador Humberto Costa, requer licença para desempenhar missão oficial, a fim de participar da CV Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul, em Montevideu, Uruguai. .... 127

Nº 742/2025-CDIR, da Senadora Professora Dorinha Seabra, requer licença para desempenhar missão oficial, a fim de participar do Mobile World Congress 2026, em Barcelona, Espanha. .... 130

Nº 747/2025-CDIR, do Senador Weverton, requer licença para desempenhar missão oficial, a fim de participar do LIDE Brasil Itália Fórum, em Roma, Itália. .... 143

Nº 752/2025-CDIR, do Senador Jaques Wagner, requer licença para desempenhar missão oficial, a fim de participar da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-30), em Belém, Pará. .... 146

## 3.2 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

### 3.2.1 – Projeto de Lei nº 2829/2025

Declaração de voto ..... 151

Parecer nº 179/2025-PLEN-SF ..... 152

Requerimento nº 907/2025 ..... 156

### 3.2.2 – Projeto de Lei nº 6070/2025

Declaração de voto ..... 159

Emendas nºs 1 a 6-PLEN ..... 160

Parecer nº 180/2025-CDIR/PLEN-SF ..... 174

Requerimento nº 908/2025 ..... 186

### 3.2.3 – Projeto de Lei nº 715/2023

Emenda nº 1-PLEN ..... 189

Parecer nº 181/2025-PLEN-SF ..... 192

### 3.2.4 – Projeto de Lei Complementar nº 163/2025

Lista de votação ..... 201

Parecer nº 182/2025-PLEN-SF ..... 203

Redação para o turno suplementar (Parecer nº 183/2025-CDIR/PLEN-SF) ..... 209





|                                |     |
|--------------------------------|-----|
| Requerimento nº 909/2025 ..... | 212 |
|--------------------------------|-----|

## 4 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

### 4.1 – EXPEDIENTE

#### 4.1.1 – Abertura de prazo

|   |     |
|---|-----|
| Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que o Projeto de Lei nº 2951/2024 seja apreciado pelo Plenário ( <b>Ofício nº 202/2025-CCJ</b> ). ..... | 216 |
|---|-----|

#### 4.1.2 – Comunicações

|  |     |
|--|-----|
| Da Liderança do Bloco Parlamentar Pelo Brasil, de substituição de membro na Comissão de Assuntos Sociais ( <b>Ofício nº 42/2025</b> ). ..... | 219 |
|--|-----|

|  |     |
|--|-----|
| Do Senador Oriovisto Guimarães, que comunica a ausência de S. Exa. do País no período de 17 de dezembro de 2025 a 5 de janeiro de 2026 ( <b>Ofício nº 58/2025</b> ). ..... | 220 |
|--|-----|

|   |     |
|---|-----|
| Da Comissão de Assuntos Econômicos, de eleição do Senador Laércio Oliveira para a Vice-Presidência da referida Comissão ( <b>Ofício nº 10/2025</b> ). ..... | 221 |
|---|-----|

#### 4.1.3 – Deferimento

|   |     |
|---|-----|
| Deferimento do Requerimento nº 90/2024-CCDD. .... | 223 |
|---|-----|

#### 4.1.4 – Encaminhamento

|  |     |
|--|-----|
| Encaminhamento do Projeto de Lei nº 331/2020 à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. .... | 225 |
|--|-----|

#### 4.1.5 – Indicação

|   |     |
|---|-----|
| Nº 86/2025, da Comissão de Esporte, que <i>sugere ao Poder Executivo a criação de uma modalidade ou diretriz específica no âmbito do Programa Caminho da Escola, que vise garantir o acesso logístico e o transporte adaptado dos beneficiários dos Núcleos de Atendimento do Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR)</i> . ..... | 227 |
|---|-----|

#### 4.1.6 – Matérias recebidas da Câmara dos Deputados

|   |     |
|---|-----|
| Projeto de Lei nº 226/2022, que <i>altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para adequar a terminologia referente a pessoa com transtorno do espectro autista</i> . ..... | 275 |
|---|-----|

|   |     |
|---|-----|
| Projeto de Lei nº 2179/2024, que <i>altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, para estabelecer o direito ao uso de pulseira de identificação de pessoa com transtorno do espectro autista a ela e a seus acompanhantes durante o atendimento nas instituições de saúde</i> . ..... | 280 |
|---|-----|

|  |     |
|--|-----|
| Projeto de Lei nº 4811/2024, que <i>altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre a profissão de cuidador de pessoa com deficiência</i> . .... | 284 |
|--|-----|

|   |     |
|---|-----|
| Projeto de Lei nº 6127/2025 (nº 9250/2017, na Câmara dos Deputados), que <i>altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para dispor sobre o Plano Decenal de Assistência Social</i> . ..... | 289 |
|---|-----|



|   |     |
|---|-----|
| Projeto de Lei nº 6128/2025 (nº 7047/2014, na Câmara dos Deputados), que <i>institui o Programa de Cuidados na Família Extensa, como parte integrante da política de atendimento à criança e ao adolescente</i> . . . . . | 294 |
| Projeto de Lei nº 6130/2025 (nº 4328/2016, na Câmara dos Deputados), que <i>institui o Estatuto da Pessoa com Obesidade</i> . . . . .   | 300 |
| <b>4.1.7 – Ofício da Câmara dos Deputados</b>   |     |
| Nº 325/2025, na origem, que encaminha, para promulgação, a Proposta de Emenda à Constituição nº 72/2023. . . . .  | 319 |
| <b>4.1.8 – Pareceres aprovados em Comissão</b>  |     |
| Nº 71/2025-CAE, sobre o Projeto de Lei nº 5473/2025 . . . . .   | 322 |
| <i>Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que o Projeto de Lei nº 5473/2025 seja apreciado pelo Plenário (Ofício nº 11/2025-CAE)</i> . . . . .   | 387 |
| Nº 90/2025-CAS, sobre o Projeto de Lei nº 5811/2025 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 666/2007) . . . . .  | 389 |
| Nº 91/2025-CAS, sobre o Projeto de Lei nº 3360/2024 . . . . .   | 400 |
| Nº 92/2025-CAS, sobre o Projeto de Lei nº 2294/2024 . . . . .   | 408 |
| Nº 76/2025-CCJ, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 169/2019 . . . . .   | 438 |
| <i>Conclusão da instrução da Proposta de Emenda à Constituição nº 169/2019</i> . . . . .  | 447 |
| Nº 77/2025-CCJ, sobre o Projeto de Lei nº 196/2024 . . . . .  | 448 |
| <i>Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei nº 196/2024</i> . . . . .  | 459 |
| Nº 78/2025-CCJ, sobre o Projeto de Lei nº 3002/2024 . . . . .   | 460 |
| Nº 79/2025-CCJ, sobre o Projeto de Lei nº 2759/2024 . . . . .   | 476 |
| <i>Reautuação do Projeto de Lei nº 2759/2024 como Projeto de Lei Complementar nº 252/2025, e republicação dos avulsos (vide item 4.1.11)</i> . . . . .  | 506 |
| Nº 80/2025-CCJ, sobre o Projeto de Lei nº 1299/2024 . . . . .   | 507 |
| <i>Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que o Projeto de Lei nº 1299/2024 seja apreciado pelo Plenário (Ofício nº 203/2025-CCJ)</i> . . . . .  | 517 |
| Nº 150/2025-CDH, sobre o Projeto de Lei nº 366/2022 . . . . .   | 519 |



|  |     |
|--|-----|
| Nº 151/2025-CDH, sobre a Sugestão nº 10/2025 .....                         | 530 |
| Nº 151-A/2025-CDH, sobre a Sugestão nº 10/2025 <b>(Republicação)</b> ..... | 575 |
| Nº 151-B/2025-CDH, sobre a Sugestão nº 10/2025 <b>(Republicação)</b> ..... | 620 |
| Nº 152/2025-CDH, sobre o Projeto de Lei nº 1977/2022 .....                 | 665 |
| Nº 153/2025-CDH, sobre a Sugestão nº 15/2023 .....                         | 677 |
| Nº 154/2025-CDH, sobre o Projeto de Lei nº 1050/2024 .....                 | 683 |
| Nº 155/2025-CDH, sobre o Projeto de Lei nº 600/2025 .....                  | 691 |
| Nº 26/2025-CRA, sobre o Projeto de Lei nº 3164/2025 .....                  | 701 |
| Nº 27/2025-CRA, sobre o Projeto de Lei nº 3037/2023 .....                  | 709 |

*Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que o Projeto de Lei nº 3037/2023 seja apreciado pelo Plenário (Ofício nº 246/2025-CRA).* .... 717

|  |     |
|--|-----|
| Nº 28/2025-CRA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 128/2025 ..... | 719 |
| Nº 11/2025-CEsp, sobre o Requerimento nº 6/2025-CEsp .....               | 725 |
| Nº 1/2025-CTEUA, sobre o Requerimento nº 556/2025 .....                  | 765 |

#### 4.1.9 – Projeto de Decreto Legislativo

|   |     |
|---|-----|
| Nº 1129/2025, do Senador Carlos Viana, que <i>susta o Decreto nº 12.712, de 11 de novembro de 2025, que altera o Decreto nº 10.854, de 10 de novembro de 2021, para dispor sobre o Programa de Alimentação do Trabalhador e estabelecer parâmetros e condições aplicáveis às modalidades de auxílio-refeição e auxílio-alimentação, nos termos do disposto na Lei nº 14.442, de 2 de setembro de 2022.</i> .... | 799 |
|---|-----|

#### 4.1.10 – Projetos de Lei

|  |     |
|--|-----|
| Nº 6124/2025, da Senadora Leila Barros, que <i>altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para destinar recursos do produto da arrecadação da loteria de apostas de quota fixa ao Subsistema Nacional do Esporte Militar (Snem).</i> ....  | 805 |
| Nº 6125/2025, do Senador Jorge Kajuru, que <i>institui a Política Nacional de Proteção Integral a Filhos e Filhas de Mulheres Vítimas de Violência (PNPIV), e altera as Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (ECA); nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha); nº 13.431, de 4 de abril de 2017, nº 14.344, de 24 de maio de 2022; e a Lei nº 14.717, de 31 de outubro de 2023.</i> .... | 810 |
| Nº 6139/2025, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que <i>altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para dispor sobre a gradação das sanções administrativas ambientais e a prioridade da advertência em hipóteses regularizáveis.</i> ....   | 824 |
| Nº 6141/2025, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que <i>altera a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, para destinar parcela das receitas de concessão florestal ao pagamento por serviços ambientais a pequenos produtores rurais na Amazônia Legal.</i> ....  | 882 |



*Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei nºs 6139 e 6141/2025. .... 941*

Nº 6143/2025, do Senador Astronauta Marcos Pontes, que *dispõe sobre a elaboração e divulgação de estudo e análise técnica sobre o mercado de apostas no país e modifica a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023. .... 942*

Nº 6144/2025, do Senador Astronauta Marcos Pontes, que *dispõe sobre a proteção, o reconhecimento e o incentivo aos aeroclubes brasileiros. .... 947*

Nº 6152/2025, do Senador Wellington Fagundes, que *altera a Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, para estabelecer em cinco mil metros quadrados a fração mínima de parcelamento do imóvel rural. ... 954*

#### **4.1.11 – Projeto de Lei Complementar**

Nº 252/2025, do Senador Vanderlan Cardoso, que *dispõe sobre a utilização dos recursos das emendas parlamentares individuais do tipo transferências especiais, previstas no art. 166-A da Constituição Federal, e dá outras providências. .... 960*

#### **4.1.12 – Proposta de Emenda à Constituição**

Nº 47/2025, primeiro signatário o Senador Cleitinho, que *altera o art. 52 da Constituição Federal para dispor sobre a legitimidade para propor denúncia por crime de responsabilidade contra Ministros do Supremo Tribunal Federal, restabelecendo a legitimidade cidadã. .... 996*

#### **4.1.13 – Requerimentos**

Nº 910/2025, de Líderes, requer calendário especial para a Proposta de Emenda à Constituição nº 169/2019. .... 1002

Nº 67/2025-CCJ, requer urgência para o PL 2759/2024 ..... 1004

Nº 54/2025-CTFC, requer, nos termos do art. 49, inciso X, da Constituição Federal e do art. 102-A, inciso I, do Regimento interno do Senado Federal, informações ao Ministério das Saúde acerca do Chamamento Público constante do Edital MS/SGTES nº 10, de 5 de novembro de 2025, com o intuito de promover a transferência dos médicos bolsistas ativos no âmbito do Programa Médicos pelo Brasil - PMpB para o projeto Mais Médicos para o Brasil. .... 1006

#### **4.1.14 – Término de Prazo**

Término do prazo, em 2 de dezembro, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei nº 2577/2022. .... 1011

## **PARTE III**

**5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL ..... 1012**

**6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA ..... 1015**

**7 – LIDERANÇAS ..... 1016**

**8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS ..... 1019**



**9 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO ..... 1024**

**10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES ..... 1028**

**11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS ..... 1074**



Ata da 183ª Sessão, Especial,  
em 3 de dezembro de 2025

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura

*Presidência da Sra. Professora Dorinha Seabra.*

*(Inicia-se a sessão às 10 horas e 14 minutos e encerra-se às 11 horas e 17 minutos.)*





**A SRA. PRESIDENTE** (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão especial foi convocada em atendimento ao Requerimento nº 139, de 2025, de autoria desta Presidência e de outros Senadores, aprovado pelo Plenário do Senado Federal.

A sessão é destinada a celebrar os 53 anos de criação da Telecomunicações Brasileiras S.A., Telebras.

Convido para compor a mesa desta sessão especial os seguintes convidados: o Exmo. Sr. Ministro Frederico de Siqueira Filho, Ministro de Estado das Comunicações (*Palmas.*); o Sr. André Leandro Magalhães, Presidente da Telecomunicações Brasileiras S.A., Telebras (*Palmas.*); o Sr. Carlos Manuel Baigorri, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) (*Palmas.*); o Sr. Wilton Mota, Presidente do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) (*Palmas.*).

A Presidência informa que esta sessão também terá a participação dos seguintes convidados: Sra. Tatiana Rúbia Melo Miranda, Diretora Administrativo-Financeira e Relações com Investidores; Sr. André Chagas Leite da Fonseca, Diretor Técnico-Operacional; Sr. Levi Figueiredo, Diretor Comercial; Sr. Wallyson Lemos dos Reis Oliveira, Diretor de Governança; a Sra. Micheli Vieira Chervinski – não sei se falei certo –, membro do Conselho de Administração e representante dos empregados.

Convido a todos para, em posição de respeito, acompanharmos a execução do Hino Nacional.

*(Procede-se à execução do Hino Nacional.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para discursar - Presidente.) – A sessão especial de hoje homenageia a Telebras pelos 53 anos de sua criação.

Autorizada pela Lei 5.792, de 1972, buscou organizar as concessionárias de serviço público de telefonia da época. Até 1972, os serviços de telégrafo, radiocomunicações e telefonia trabalhavam de maneira isolada num ambiente bastante caótico. Eram mais de 800 empresas dos mais variados portes e capacidades técnicas, públicas e privadas. Coube à Telebras centralizar, padronizar e modernizar o sistema, incorporando a antiga Embratel, que havia sido criada em 1965.

A estrutura final transformou a Telebras numa *holding* formada pela aquisição, absorção e unificação das empresas que prestavam serviços telefônicos, consolidadas em empresas de âmbito estadual, como a Telerj e a Telesp. Enquanto isso, a Embratel assumiu a operação de comunicação de longa distância, comunicação de dados, telex, retransmissão de TV via satélite. Por anos, a Telebras foi responsável pelos principais avanços tecnológicos do setor, como a implantação da discagem direta à distância (DDD), da discagem direta internacional (DDI) e da operação de cabos submarinos interligando o Brasil à Europa. Também apostou em inovação, com a fundação do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Padre Roberto Landell de Moura, em 1976, sediado em Campinas. Dali se fazia a difusão de novos produtos tecnológicos, projetados com rigorosos padrões de qualidade, produtos que passaram a ser feitos no Brasil, o que reduziu custos e a dependência tecnológica estrangeira.

A crise financeira do setor público nos anos 80 afetou diretamente a capacidade de investimento. Naquele momento, em outros países, surgiam tecnologias que hoje são determinantes para a interconexão global, como a telefonia celular e o início da internet. Assim, mesmo com a participação intensa da Embratel no avanço tecnológico, o nível de investimento não foi suficiente. A falta de recursos levou o Estado e a sociedade a discutirem a abertura do monopólio estatal nas telecomunicações, o que desembocou num processo de privatizações, com a promulgação da Emenda Constitucional nº 8, que deu fim às restrições do setor.



As operações da Telebras cessaram em julho de 1998 e só restou um núcleo de gestão do pessoal da antiga empresa, mas o contínuo avanço tecnológico do setor abriu a oportunidade de renascimento da empresa. A partir de 2010, a necessidade de acelerar a implantação da internet no Brasil – determinada pelo Plano Nacional de Banda Larga, proposto no segundo mandato do Presidente Lula – exigiu a recriação da estrutura da Telebras para coordenar todo o processo.

Desde então, senhoras e senhores, a Telebras tem três funções essenciais pelo menos: uma função social, operando a política de acessibilidade, que visa dar cobertura tecnológica, integrando todos os pontos do território nacional; uma função de soberania, centrada na garantia de comunicações estratégicas da defesa nacional, incluindo sigilo e segurança; e uma função estratégica, conectando todos os brasileiros, mesmo em eventuais calamidades.

Para isso, opera uma rede de mais de 30 mil quilômetros de fibras ópticas, cobrindo grandes extensões do território brasileiro, além de entregar soluções via satélite. Temos ainda a operação não só de satélites próprios, mas também de outros operando em parceria com o setor privado. Eles possuem tecnologias geostacionárias e de constelação de satélites de alta velocidade.

Toda essa estrutura serve a órgãos públicos, escolas, entidades na área da saúde, entidades sociais, além das forças de defesa por todo o país.

E também é uma grande satisfação estar aqui para celebrar uma parceria que tem transformado também o meu estado, o Estado do Tocantins. Tenho orgulho de caminhar ao lado da Telebras no projeto de inclusão digital que estamos construindo no nosso estado. Em conjunto com a Secretaria Estadual dos Povos Originários e Tradicionais, estamos também levando conectividade às comunidades indígenas e quilombolas do Tocantins. Nosso compromisso é de universalizar o acesso à internet nesses territórios, garantindo que ninguém fique para trás.

A conectividade abre portas, permite que estudantes acessem conteúdos, ferramentas e oportunidades que ampliam seus conhecimentos, fortalece a troca cultural, estimula o desenvolvimento de novas habilidades e assegura que cada jovem tenha o direito de aprender, independentemente de onde ele vive. É isso que nós estamos promovendo – e a Telebras tem feito isso em todo o país. O foco principal é conectar e garantir a ligação e, acima de tudo, o direito a todas as comunidades.

Esse avanço só é possível por meio de políticas públicas. As operadoras comerciais, muitas vezes, não chegam aonde há baixa densidade populacional. É por isto que o papel do Estado é tão importante: garantir que o direito de informação chegue a todos. Universalizar a conectividade é uma missão pública e essencial.

Os resultados são visíveis. No caso do meu estado, no famoso Jalapão, na Festa da Colheita, as compras, a escola, o atendimento à saúde, tudo é possível com uma conexão colocada pela Telebras. Estou dando um exemplo que está presente em muitos dos nossos municípios brasileiros.

A transformação vai além da conectividade mera e simples. Ela garante autonomia, amplia oportunidades, fortalece a identidade. Estamos falando de inclusão digital, de desenvolvimento local e, sobretudo, de respeito à diversidade cultural e ao direito de cada um dos povos.

É por tudo isso que a Telebras é homenageada no dia de hoje, pelos imensos serviços prestados aos brasileiros, desde a sua concepção original até hoje. Parabéns aos dirigentes, ao seu corpo técnico, aos servidores e a todos os parceiros públicos e privados que a auxiliam de forma decisiva no sucesso dessa missão.

Quero, na pessoa do Presidente da Telebras, cumprimentar toda a equipe pelos enormes desafios com a mudança institucional que a Telebras passa, garantindo o seu fortalecimento, a sua soberania. Então, na pessoa do Sr. André Magalhães, eu quero cumprimentar toda a equipe.

Quero cumprimentar o Ministro Frederico Siqueira, Ministro das Comunicações, que também



foi Presidente da Telebras e acompanhou grande parte desse esforço de superação e de fortalecimento, lembrando que a Telebras vinha num caminho para a sua privatização, e era essa a intenção. Na verdade, todo o processo hoje, ao contrário, de fortalecimento e até de independência da Telebras faz parte de todo um escopo de defesa, de garantia e de respeito a cada brasileiro e a cada brasileira.

Foi dito rapidamente que a Telebras, com parceiros públicos e privados, busca estruturar e garantir o processo de inclusão, de formação e de garantia de direitos. E é muito importante esse espaço público, porque, em muitas das situações, as empresas privadas, que são parceiras, não têm o mesmo nível de comprometimento e até condições de fazer investimento, como é o caso que eu dei como exemplo do Jalapão, mas não é só o Jalapão: aldeias indígenas e muitos outros espaços que estão sendo colocados. Não é diferente quando nós olhamos o desenho das nossas cidades brasileiras, dos mais de 5 mil municípios, muitos desses municípios... E eu dou exemplo de novo do meu estado, em que mais de 80%, 90% são pequenos municípios, cujo investimento principal vem, sim, da estrutura pública. E a preocupação, Ministro Frederico – ele te chamou de Fred, quero chamar de Fred também, né, Fred? –, é com esse compromisso, entendendo que todo o serviço implementado e as políticas públicas visam reduzir desigualdades e distâncias e, acima de tudo, garantir a cidadania.

Então, eu quero parabenizar a todos por esse esforço, cumprimentar pelo trabalho, e tenho certeza de que esta sessão de homenagem só reforça a importância estratégica da empresa.

Quero cumprimentar todos os colegas de mesa, que já foram devidamente saudados. Muito obrigada pela presença na sessão solene.

Agradeço ao nosso Presidente, Senador Davi Alcolumbre. Esta realização da sessão solene numa quarta-feira é uma exceção, as sessões solenes acontecem nas segundas e sextas, e o Presidente autorizou em respeito ao carinho que ele tem pela empresa e pelo trabalho realizado. Então, nós agradecemos a atenção do nosso Presidente Davi Alcolumbre.

Muito obrigada, com certeza, a cada esforço realizado neste país para romper com a desigualdade, e a informação é instrumento também de libertação, de fortalecimento e de crescimento.

Parabéns a toda a estrutura do Ministério das Comunicações e à Telebras.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

Eu solicito à Secretaria-Geral da Mesa a exibição de um vídeo institucional preparado pela Telebras.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Neste momento concedo a palavra ao Sr. Wilton Itaguara Gonçalves Mota, Presidente do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro).

**O SR. WILTON ITAGUARA GONÇALVES MOTA** (Para discursar.) – Exma. Sra. Senadora Professora Dorinha; Sr. Ministro de Estado Frederico de Siqueira; Sr. Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações, Carlos Manuel; Sr. Presidente da Telebras, André Leandro Magalhães; minha saudação especial e minha alegria de estar aqui celebrando esta data tão especial.

Parabenizar a Telebras não significa só um ato de reconhecer a importância da empresa, mas significa principalmente parabenizar homens e mulheres que acreditam no poder de transformação da tecnologia da informação e comunicação em favor do Brasil.

Implementar uma rede de comunicação não é só acender uma fibra, é simples acender uma fibra; o difícil é conectar uma escola, e que essa escola tenha a possibilidade de fazer uso de sistemas de informação que tragam também transformação educacional.

Eu estava ouvindo aqui o tanto que nós evoluímos na tecnologia da informação. Eu tenho 39 anos



de experiência na área de tecnologia e me lembro muito bem dos circuitos de comunicação funcionando a velocidade de 2,4 mil kbps – se a gente conversar hoje com a garotada, ninguém nem sabe o que é isso –; a maior velocidade de um circuito chegava a 19,2 mil kbps.

Rapidamente, hoje, a gente vê a evolução da telecomunicação, e isso se deu... Se nós formos avaliar todo o *backbone* com que foi feita a evolução interligando o Brasil, veio da Telebras. A Telebras fibrou todo o Brasil, e, por meio da Telebras, a gente pôde fazer a transformação digital: é através da Telebras que a gente conecta hoje os ministérios; é através da Telebras que a gente conecta hoje as prefeituras.

Como Presidente do Serpro, eu vejo uma aproximação gigantesca entre essas duas instituições: vocês, com a telecomunicação, com um centro de dados fantástico que se tem aqui, em Brasília, Tier 4; e nós, com os sistemas com que podemos, sim, agregar valor ao Brasil trazendo muito mais informação, principalmente com o advento da IA. Não se faz inteligência artificial sem bons circuitos de comunicação; não se faz transformação digital sem conectividade.

Parabéns a todos os homens e mulheres que construíram essa grande empresa e parabéns por este evento! (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Concedo a palavra ao Sr. Carlos Manuel Baigorri, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

**O SR. CARLOS MANUEL BAIGORRI** (Para discursar.) – Bom dia a todos e a todas.

Inicialmente, gostaria de saudar aqui nossa Presidente, Senadora Professora Dorinha; saudar meu Ministro das Comunicações, Frederico Siqueira Filho; nosso eterno Ministro Deputado Juscelino Filho; saudar também aqui o homenageado do dia, Dr. André Leandro Magalhães, Presidente da Telebras; bem como o Sr. Presidente do Serpro, Wilton Mota.

Bom, primeiramente, como o Dr. Wilton já colocou, a Telebras tem muito o que celebrar nesses seus 53 anos, em razão de toda a infraestrutura que construiu e que hoje é a base das telecomunicações, que permitem o acesso à informação, o acesso à democracia e o acesso à internet de milhões e milhões, centenas de milhões de brasileiros.

A Telebras... Hoje é um dia de saudarmos a Telebras, celebrarmos, e é uma grande satisfação ver como a Telebras tem evoluído o seu papel, a sua visão de ser um agente no setor de telecomunicações, para garantir a soberania do Estado, atuando em missões estratégicas para o Estado brasileiro, e isso só é possível graças à visão de grandes lideranças da Telebras, como o André Leandro e também o nosso Ministro Fred, que por lá passou antes de assumir o Ministério das Comunicações.

E não só celebrar e parabenizar a Telebras pelos seus 53 anos, hoje eu venho aqui, em nome da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), junto com a nossa equipe aqui, o meu colega de bancada, Conselheiro Edson Holanda, agradecer à Telebras.

Muitos de vocês não sabem, mas, quando a Anatel foi criada, em 1997, os primeiros servidores da Anatel, aqueles que formaram as bases da Anatel, foram servidores da Telebras. A Telebras cedeu os seus empregados, seus servidores, que foram os primeiros gerentes, os primeiros conselheiros, os primeiros diretores da Anatel e que criaram a instituição. E, quando a gente pensa em instituições, o mais importante, numa instituição, não são os processos, não é a infraestrutura, as cadeiras, o mobiliário; são as pessoas. E as pessoas que formaram a Anatel foram os empregados, os servidores, os colaboradores da Telebras.

Então, hoje, Presidente André Leandro, eu venho, em nome da Agência Nacional de Telecomunicações... Eu sou do terceiro concurso, e, quando eu entrei na Anatel, tinha diversos servidores da Telebras – o Walfrido, aqui, me ensinou muito sobre o setor de telecomunicações; eram diversos os que estavam lá –, e posso dizer que, hoje, a Anatel carrega, na sua cultura, na sua visão, a cultura que herdamos da Telebras.

Em razão disso, hoje, a principal mensagem que eu trago aqui, a este honroso Plenário do Senado



Federal, é uma mensagem de agradecimento, por terem ajudado a Anatel a se estabilizar, a ser criada e poder cumprir com a sua missão institucional.

Então, parabéns à Telebras, mas, mais do que isso, muito obrigado! (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Quero cumprimentar o Sr. Deputado Federal Juscelino Filho, ex-Ministro das Comunicações, parabenizá-lo pelo trabalho realizado e agradecer a sua presença.

Também cumprimento a representante da Delegação da União Europeia no Brasil, Sra. Thaylise Bezerra; e o Presidente da Entidade Administradora da Conectividade nas Escolas, Sr. Flávio Ferreira dos Santos.

Concedo a palavra à Sra. Micheli Vieira Chervinski, membro do Conselho de Administração e Representante dos Empregados. (*Palmas.*)

**A SRA. MICHELI VIEIRA CHERVINSKI** (Para discursar.) – Exmos. Senadores e Senadoras, senhores e senhoras presentes, é com profunda honra e imenso senso de responsabilidade que me dirijo a esta Casa, representando o valoroso corpo de empregados da Telebras, nesta sessão solene que celebra os seus 53 anos de história.

Com quase dez anos dedicados à companhia, iniciei minha jornada como engenheira de redes de comunicação e hoje tenho o privilégio de atuar como conselheira representante dos empregados, ao lado dos colegas do Conselho de Administração, que apoiam e defendem os interesses da Telebras. Testemunhei a trajetória da Telebras e dela participei ativamente, uma empresa essencial para a soberania e o desenvolvimento digital do Brasil.

Reconhecemos que a Telebras enfrentou um período de desafios significativos, contudo, é fundamental ressaltar que, graças ao trabalho incansável, à dedicação inabalável e à *expertise* técnica de nossos funcionários, diretores e de todo o corpo funcional, estamos virando essa página com determinação e foco no futuro.

A Telebras de hoje é uma empresa que se consolida como a espinha dorsal da comunicação estratégica do Estado brasileiro. Nossa missão é garantir a conectividade segura e de alta qualidade para atender as demandas da administração pública e promover a inclusão digital. O sucesso dessa nova fase está alicerçado em pilares tecnológicos robustos, que nos permitem atender as mais diversas e críticas necessidades de comunicação do país.

O Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação (SGDC), ativo de altíssima relevância estratégica, garante a soberania sobre nossas comunicações, provendo banda larga, segurança para as Forças Armadas e, igualmente, levando conectividade a regiões remotas do Brasil, notadamente através do programa Gesac. O Backbone Nacional de Fibra Óptica é uma rede robusta, com tecnologia de vanguarda, que se estende por milhares de quilômetros, interligando capitais e pontos estratégicos. Essa infraestrutura é a base para a transformação digital dos serviços públicos.

Rede capaz de atender órgãos estratégicos. Nossa arquitetura de rede é dimensionada para atender com segurança e confiabilidade os órgãos mais críticos do país, desde a defesa, a segurança pública, até a educação, saúde e o Poder Judiciário. A Telebras assegura que as comunicações vitais do Estado não dependam exclusivamente de redes privadas.

Senhoras e senhores, é crucial reconhecer que nada disso seria possível sem o corpo de empregados da Telebras, uma equipe de altíssima qualificação técnica dedicada à soberania nacional e que detém o conhecimento institucional necessário para operar essa complexa infraestrutura de Estado. São os nossos engenheiros, técnicos e especialistas que garantem que o Brasil se mantenha conectado 24 horas por dia.

Gostaria de expressar meu profundo agradecimento à Presidência da Telebras, André Magalhães, e aos seus diretores, Wallyson, Tatiana, André e Levi, pelo honroso convite e por concederem este espaço



essencial para celebrarmos a Telebras e reafirmarmos seu papel central no futuro digital do Brasil.

Agradeço imensamente ainda ao Ministro Frederico de Siqueira Filho e, em especial, à Senadora Professora Dorinha Seabra pelo honroso convite e por concederem este espaço essencial para celebrarmos a Telebras e reafirmarmos seu papel central no futuro digital do Brasil.

A Telebras não é apenas uma empresa, ela é um instrumento de política pública, é um ativo estratégico do Brasil. Reitero o meu profundo orgulho em fazer parte dessa história.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Registro ainda a presença do Conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações, o Sr. Edson Victor Eugênio de Holanda.

Concedo a palavra ao Sr. André Leandro Magalhães, Presidente da Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras).

**O SR. ANDRÉ LEANDRO MAGALHÃES** (Para discursar.) – Bom dia a todos e todas.

Cumprimento os integrantes desta mesa: a Sra. Presidente, requerente desta sessão, Senadora Professora Dorinha Seabra; o Sr. Ministro de Estado das Comunicações, Frederico de Siqueira Filho; o Sr. Presidente da Anatel, Carlos Manuel Baigorri; o amigo Diretor-Presidente do Serpro, Wilton Mota; e o nosso eterno Ministro, o Deputado Juscelino Filho.

Sra. Senadora Professora Dorinha Seabra, autora do requerimento que deu origem a esta homenagem, a quem agradeço também por nos conceder a honra de presidir esta sessão, na sua pessoa cumprimento todas as Senadoras e os Senadores desta Casa.

Agradeço também ao Presidente Davi Alcolumbre, por nos abraçar e nos oportunizar este momento de 53 anos da empresa Telebras, e ao Deputado Juscelino Filho, pelo apoio e a liderança determinante para a reconstrução e continuidade da valorosa Telebras. Na sua pessoa, cumprimento todos os Deputados deste Congresso Nacional.

Saúdo também, em especial, o amigo Ministro Frederico de Siqueira Filho e toda a equipe do Ministério das Comunicações, as demais autoridades presentes, na pessoa do Conselheiro e amigo Edson Holanda, os convidados e os servidores deste Congresso Nacional. Em particular, com amizade e admiração, saúdo: a Diretora Administrativo-Financeira, Tatiana Miranda; o Diretor Técnico-Operacional, André Fonseca; o Diretor Comercial, Levi Figueiredo; o Diretor de Governança, Wallyson Oliveira; e os nossos colaboradores, verdadeiros autores da história da Telebras, representados pela Vera Lúcia, nossa Verinha, nossa telebina mais experiente e em plena atividade profissional, com mais de 45 anos de jornada com a Telebras; e a nossa Conselheira Micheli, na pessoa de quem agradeço a parceria e orientações dos nossos Conselheiros fiscais e de administração.

É uma honra estar aqui para celebrar 53 anos de história de uma empresa que acompanha e faz parte da evolução tecnológica do Brasil, que participou da construção das telecomunicações nacionais e que hoje se reinventa para cumprir o papel estratégico na transformação digital do Estado brasileiro.

A Telebras vive, neste momento, uma das fases mais desafiadoras e interessantes de sua trajetória recente. Depois de anos marcados por restrições, entramos em um novo ciclo de reconstrução, de planejamento responsável e de fortalecimento institucional. Com o apoio decisivo do Governo Federal e de Parlamentares desta Casa, a empresa recuperou a capacidade de investimento, ampliou sua autonomia administrativa e consolidou uma governança orientada para resultados e sustentabilidade econômico-financeira. Essa organização já se traduz em resultados positivos, concretos. O mais recente balanço demonstra crescimento de receitas, fortalecimento do caixa e de bases sólidas para avançarmos rumo ao *status* de empresa não dependente do Tesouro Nacional. É a prova de que gestão técnica, planejamento e disciplina institucional produzem resultados positivos.





Senhoras e senhores, ao longo das últimas décadas, a Telebras foi sinônimo de infraestrutura estratégica e hoje reafirma esse papel por meio de uma atuação moderna e integrada. Operamos o satélite brasileiro geoestacionário, fornecemos serviços satelitais multiórbitas, ampliamos e modernizamos nossa rede de fibras óticas, fortalecemos nossa infraestrutura de *data centers*, disponibilizamos soluções de telemedicina, telesserviço, imageamento, integração digital, segurança cibernética e de conexões para unidades de saúde e escolas. E nos consolidamos como integradora nacional de conectividade e de soluções tecnológicas que sustentam a execução de políticas públicas essenciais ao nosso país.

Nos últimos meses, firmamos parcerias que reforçam a confiança do Estado brasileiro na Telebras. Entre elas, destacam-se os contratos com o Dnit, possibilitando uma infraestrutura de dados para a malha logística; com o Inmet, ampliando a conectividade de estações meteorológicas; com a EBC, fortalecendo a comunicação pública; com o Iphan, garantindo a conectividade de sítios históricos; e com o Inmetro, para suporte tecnológico e integração de dados. No campo social, em sinergia com áreas da previdência, do trabalho, da educação e da saúde, aprofundamos nossa presença na execução de políticas públicas estruturantes. Como exemplo, a parceria com o Datasus, com que contribuimos para digitalizar a rede pública de saúde e garantir um fluxo seguro de informações entre hospitais e unidades administrativas.

Também atuamos imensamente, intensamente, na conquista da isonomia e inclusão digital, conectando mais de 16 mil pontos em todo o território nacional, fazendo a diferença na vida de estudantes, comunidades indígenas e quilombolas, e muitos outros brasileiros que dependem da Telebras para se conectarem. É a Telebras conectando pessoas, conectando o Brasil.

Essas entregas revelam uma empresa pública preparada para apoiar a transformação digital do Brasil, para fortalecer a soberania das comunicações estratégicas, ampliar a inclusão digital conectando regiões remotas, comunidades vulneráveis e instituições públicas que dependem da tecnologia e da conectividade para atender melhor o nosso cidadão brasileiro. Com o mesmo espírito de modernização institucional, demos um passo simbólico e estratégico: apresentamos a nova identidade visual da Telebras, que marca uma virada de página, sem romper a nossa história. A nova marca traduz uma Telebras de hoje, moderna, tecnológica, nacional em sua capilaridade e comprometida em conectar pessoas, instituições e o Brasil a um futuro digital.

Nobres Senadoras e Senadores, Deputadas e Deputados, sem o apoio determinante dos Parlamentares deste Congresso Nacional a Telebras não teria as condições para superar os desafios recentes. Às V. Exas. deixo o nosso reconhecimento e agradecimento.

A Telebras completa seus 53 anos olhando para o futuro. Fortalecida institucionalmente, dispõe de uma infraestrutura estratégica para execução de serviços e políticas públicas, assegurando, assim, uma soberania das comunicações do Estado brasileiro. Seguiremos avançando com responsabilidade, inovação e espírito público. Seguiremos honrando nossa história e contribuindo com trabalho e resultados – a Telebras de que o Brasil precisa.

Na transição, eu coordenei o grupo na parte de ciência e tecnologia, e transformação digital, e tive a felicidade de assinar o parecer técnico, o relatório, em que a Telebras estava presente, para a saída dela da privatização, assim como o Presidente Lula acabou assinando o decreto.

Então, naquele momento, foi uma felicidade tremenda, um reconhecimento a um valor estratégico que a Telebras tem, e hoje, aqui, nesta tribuna, temos a felicidade de estar comemorando 53 anos da empresa, e de a empresa estar mostrando o seu valor.

Onde tem Brasil, tem Telebras.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Concedo a palavra ao Deputado Federal Juscelino Filho, ex-Ministro das Comunicações. (*Palmas.*)



(Pausa.)

**O SR. JUSCELINO FILHO** (Para discursar.) – Bom dia, bom dia a todos.

Quero cumprimentar a Presidente da sessão, minha amiga Senadora Dorinha, e parabenizar pela iniciativa.

Quero cumprimentar a mesa; o Presidente da Anatel, Carlos Baigorri; o Presidente do Serpro, Wilton; o Presidente da Telebras, André Magalhães; o nosso Ministro de Estado das Comunicações, Frederico de Siqueira Filho.

Quero cumprimentar todo o corpo da Telebras, que hoje participa desta sessão solene em homenagem aos 53 anos da empresa, junto conosco, em nome dos diretores da empresa que estão junto conosco aqui, Diretora Tatiana, Diretor Levi, Diretor André, Diretor Wallyson.

Quero cumprimentar os Presidentes da EAF e Eace, que estão aqui, Leandro e Flávio Ferreira; Conselheiro Edson Holanda, sintam-se todos cumprimentados.

Bom, para mim, é um prazer poder estar participando desta sessão que comemora, que celebra os 53 anos dessa empresa que teve e tem até hoje um papel muito importante para o Brasil e para os brasileiros.

Quando a gente fala da criação de uma empresa como essa, em 1972, a gente lembra que lá atrás o telefone era um privilégio para poucos. E, passando por todo esse processo que se passou no Brasil, a gente vai enxergando o papel importante, fundamental, que a Telebras teve justamente para poder desbravar, para poder superar desafios, levar infraestrutura e fazer com que o poder público, pela empresa pública, pudesse olhar para todas as regiões do Brasil, para todos os brasileiros e brasileiras que precisavam desse trabalho que a empresa fez em todos esses anos.

Então, para mim, é uma honra participar aqui deste momento e poder celebrar junto com vocês o aniversário dessa importante empresa brasileira, até porque, no início da gestão do Presidente Lula, eu estava ao seu lado como Ministro quando, em um dos seus primeiros atos, ele tirou a Telebras do Plano Nacional de Desestatização. E, dali por diante, nós, com toda a equipe da empresa... E aqui eu parabenizo a todos que, de alguma forma, trabalharam e contribuíram para que a gente conseguisse superar algumas fases e etapas importantes. E uma delas foi a aprovação também, no Congresso Nacional – na Câmara e no Senado –, de uma lei que deu preferência à empresa para que ela pudesse ofertar os serviços para órgãos dos governos, do Governo Federal. Isso foi sancionado pelo Presidente da República e, sem dúvida nenhuma, abre um leque de oportunidades muito grande e importante para a empresa.

Depois de participar também de toda essa construção, que foi um trabalho conjunto, tendo à frente o Ministro Frederico, que no tempo era o Presidente da Telebras, quando se iniciou esse processo – já terminou sua gestão como Ministro de Estado –, que foi a conquista de tirar a empresa de dependente para não dependente da União, a Telebras pôde voar alto e alçar os voos que ela merece e tem potencial para ter, o que não conseguia porque estava na dependência, vinculada a um orçamento em que ela não tinha espaço fiscal para poder prestar todo aquele potencial que ela tem para toda a sociedade brasileira. Essas, com certeza, são algumas conquistas que valem ressaltar.

Aqui já foi dito de todo o papel estratégico que a empresa tem para o Brasil, de todas as entregas que ela faz hoje, ajudando a conectar órgãos, a conectar escolas; de toda a infraestrutura por que ela é responsável hoje, desde a banda larga até o satélite geoestacionário, que tem papéis fundamentais, tanto do ponto de vista de defesa como civil, no nosso país. E há o papel importante e essencial, que vale a pena também lembrar e ressaltar, de que, em vários momentos difíceis por que o Brasil passou, com crises climáticas, com eventos climáticos, eventos que geraram transtornos e perdas de brasileiros, como o evento ali do interior de São Paulo – acho que em São Sebastião, se não me engano –, o evento do Rio Grande do Sul e outros, a Telebras sempre prontamente chegou e, no primeiro momento, estava ali presente, ajudando



as equipes de salvamento, botando toda a sua estrutura e infraestrutura de comunicação à disposição das forças que estavam atuando ali naqueles momentos. Então é importante também destacar esse trabalho que a Telebras sempre fez nesses momentos para toda a sociedade brasileira.

Então, essa é a nossa mensagem. Fico muito feliz de poder, nestes dois anos e cinco meses em que eu estive à frente do ministério, junto com o Presidente Lula, ter conversado com ele e falado com ele diversas vezes sobre a Telebras, e me sinto, justamente, muito orgulhoso de poder, durante esse período, ter feito parte da construção desse caminho de fortalecimento da empresa, de poder ter contribuído um pouco, de ter dado a nossa contribuição para esse fortalecimento dessa importante empresa brasileira.

E, para finalizar, quero, aqui, nas pessoas do Ministro Frederico de Siqueira Filho e do Presidente André Magalhães, parabenizar a todos vocês, trabalhadores que se dedicam dia e noite para fazer uma Telebras cada vez mais forte. Nada disso, sem dúvida nenhuma – nada disso que já foi dito por vários que passaram aqui –, seria possível sem ter os engenheiros, os técnicos, os analistas, todo o corpo de gestores, servidores públicos e demais colaboradores de ontem e de hoje, que fazem a Telebras acontecer.

Então, com certeza, foi com o empenho e a coragem de todos que participaram e participam dessa empresa que a Telebras resistiu a várias crises – resistiu a várias crises –, superou os desafios e se tornou essa empresa tão estratégica e que, hoje, serve o Brasil e os brasileiros.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Agradeço ao Deputado Federal Juscelino Filho, ex-Ministro das Comunicações, ao tempo que concedo a palavra ao Exmo. Sr. Ministro Frederico de Siqueira Filho, Ministro de Estado das Comunicações. (*Palmas.*)

**O SR. FREDERICO DE SIQUEIRA FILHO** (Para discursar.) – Bom dia a todas e todos.

Gostaria, primeiramente, de agradecer a Deus por estar aqui, nesta tribuna, nesta Casa do Senado Federal; agradecer e saudar a Presidente da mesa, Senadora Dorinha, uma grande defensora do projeto Telebras desde o início, lá atrás, em 2023, e registrar, também, que ela foi a Relatora do processo quando a Telebras se inseriu no contexto da lei permitindo que a empresa pudesse ser contratada diretamente pela administração pública federal, pela administração direta.

Naquele momento, apenas os Correios teriam possibilidade desse feito, e a gente, sim, naquele momento, junto com o Ministro Juscelino, que também abraçou a ideia, conseguiu se inserir nesse contexto, e a Senadora Dorinha, desde aquele momento, foi a Relatora do projeto na Comissão, e a gente conseguiu urgência no Plenário e, assim, a gente conseguiu validar no Senado, voltando para a Câmara Federal com a Telebras fazendo parte, já, desse contexto.

Quero saudar o Presidente Davi Alcolumbre, Senador Davi Alcolumbre, por permitir fazer esta solenidade numa quarta-feira, assim como a Senadora Dorinha falou, e também saudar o amigo Deputado Federal e ex-Ministro, com certeza um dos grandes padrinhos do fortalecimento da Telebras, por acreditar no projeto audacioso de ter uma Telebras forte, de ser um grande instrumento de inclusão digital para a nossa população, como também de ser um grande integrador de soluções digitais e de satélites.

Quero saudar o homenageado e já agradecer e parabenizar pelo trabalho à frente da Telebras, o Presidente André Leandro Magalhães; saudar o parceiro e amigo Carlos Baigorri, Presidente da Anatel; como também o Conselheiro Edson Holanda, representando aqui os demais Conselheiros da agência; saudar o Wilton Itaguara, Presidente do Serpro, que poderá ser um grande e ainda maior cliente da Telebras, agora à frente do Serpro; saudar o Leandro Guerra, da EAF; o Flávio Santos, da Eace; os parceiros e os diretores que fazem o corpo da companhia, na pessoa da Dra. Tatiana: o Levi, o Wallyson e o André Chagas; enfim, saudar também, na pessoa da Micheli Chervinski, todos os colaboradores da companhia e dos Conselheiros de Administração e Conselheiros Fiscais; também, na pessoa do Dr. George Tork, Gerente



Jurídico, saudar todos os gestores que assumem essa liderança importante, que buscam o engajamento de todo o time para que a gente consiga fazer as entregas que a companhia precisa e a população espera de todos nós.

Celebrar os 53 anos da Telebras é reconhecer o tamanho e a trajetória dessa empresa pública. Ao longo de sua trajetória, a Telebras se tornou peça importante na promoção da inclusão digital, na proteção das comunicações estratégicas da União e na infraestrutura que sustenta serviços públicos digitais oferecidos à população.

Do ponto de vista do Ministério das Comunicações, a Telebras é um instrumento central da política de transformação digital do Estado. Ela é fundamental para conectar escolas, postos de saúde, unidades de segurança pública, órgãos da administração direta e indireta, além de comunidades em áreas rurais, remotas e de fronteira.

Esse papel se consolidou com uma profunda reorganização administrativa e econômica realizada a partir de 2023, quando o início do Governo do Presidente Lula tomou a decisão de tirar a companhia do plano de privatização. Já no segundo ano de gestão, a receita operacional bruta da companhia cresceu 30% e o Ebitda recorrente também aumentou.

Em 2025, a Telebras seguiu nesse ritmo, fechando o terceiro trimestre com uma receita operacional de R\$330,5 milhões e um crescimento de 16,9% em relação ao ano anterior. Esses resultados mostram uma gestão que soube equilibrar as contas e transformar solidez financeira em capacidade de investimento e de entrega.

Como fruto desse esforço, conquistamos um marco decisivo para o futuro da Telebras, que é a saída da condição de empresa dependente do Orçamento Geral da União. Isso foi um trabalho árduo do ex-Ministro Juscelino, Deputado Federal agora, com, como ele falou, várias agendas com o Presidente Lula, Casa Civil, interlocutores do Governo, Fazenda, mostrando que fazia sentido para a companhia tirá-la da dependência do Orçamento Geral da União, porque ela conseguiria, sim, fazer esses investimentos, entregar uma política pública tão importante que é a conectividade da nossa população.

O contrato de gestão firmado pela empresa com o Ministério das Comunicações e o Plano de Sustentabilidade Econômico-Financeira da estatal, firmado pelo Direto Wallyson, impõem metas, indicadores e mecanismos de acompanhamento que garantem previsibilidade e responsabilidade.

A escolha do Governo do Presidente Lula para que a Telebras fosse a primeira estatal a aplicar esse novo modelo é um reconhecimento direto da qualidade da gestão, da transparência dos processos e da maturidade da governança construída nos últimos anos.

Senhoras e senhores, a Telebras tem uma atuação essencial para levar as políticas do Ministério das Comunicações à população brasileira.

O programa Gesac é um exemplo disso. Em cada comunidade aonde o sinal chega, há estudantes e professores que passam a contar com conteúdos digitais, pacientes e profissionais da saúde que conseguem fazer consultas por telemedicina, agentes de segurança que ganham uma comunicação mais estável e segura, e toda uma população que se beneficia da internet.

Na educação básica, o programa Aprender Conectado, liderado pelo Presidente Flávio, também é uma realidade.

Ao lado dessas políticas, a Telebras vem consolidando seu papel como provedora de serviços críticos para os órgãos da administração pública federal. Essa atuação sustenta sistemas que vão da gestão da malha viária ao monitoramento meteorológico, passando pela comunicação pública e pela infraestrutura de dados em saúde. Cada nova parceria amplia o alcance da rede, melhora o uso de recursos públicos e reforça a segurança e a confiabilidade das comunicações de Estado.

A celebração dos 53 anos da Telebras marca a trajetória de uma empresa que se modernizou,



reorganizou suas finanças, fortaleceu a governança e manteve o foco na missão pública.

Como resultado disso, conseguimos inovar, modernizar a nossa marca sem perder a nossa história. Fruto de um trabalho de todos os colaboradores e servidores que acreditam no futuro da companhia e se mobilizaram e se mobilizam para que a gente consiga fazer as entregas que o mercado, que a população, que o Governo e que os acionistas esperam de todos nós.

E, para finalizar, quero reafirmar o compromisso do Ministério das Comunicações com o fortalecimento da Telebras como empresa pública estratégica do Brasil. E contamos, Senadora Dorinha, com a grande parceria do Congresso Nacional, que, desde o primeiro momento, acreditou nos nossos projetos para avançarmos em marcos legais, programas e investimentos que garantam a conectividade como direito e política de Estado. Um dos propósitos do Ministério das Comunicações é conectar o Brasil e aproximar os brasileiros através da conectividade. E seguiremos trabalhando juntos para que cada localidade alcançada pela infraestrutura da Telebras represente um país integrado, mais justo e com um Estado mais presente na vida de todos os brasileiros.

Muito obrigado e um feliz Natal e Ano-Novo para todos vocês. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada ao Exmo. Sr. Ministro Frederico de Siqueira Filho, Ministro de Estado das Comunicações. Parabenizo-o pelo seu trabalho e pelo fortalecimento do Ministério, em especial também da Telebras.

Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin. (*Palmas.*)

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discursar.) – Muito bom dia a todos.

Quero agradecer a deferência da minha querida amiga Senadora Professora Dorinha, de grandes lutas importantes para o Brasil, por me facultar a palavra, e cumprimentar a todos os que integram a mesa, na pessoa do Ministro Frederico de Siqueira Filho. Igualmente ao Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações, Carlos Manuel Baigorri; ao Sr. Presidente da Telebras, André Leandro Magalhães, e ao Sr. Diretor-Presidente do Serviço Federal de Processamento de Dados, Wilton Mota, e a todas as senhoras e senhores.

Eu quero dizer, em poucas palavras, que eu fico muito feliz em ouvir os programas que a Telebras tem diante de si num universo de transformações muito rápidas em matéria de comunicação, uma evolução realmente extraordinária.

E vou abreviar as minhas palavras para dizer que gostaria de introduzir nesta reunião o tema “O que já fizemos”. Eu fui admitido nos quadros da Cotesc, que depois se transformou em Telesc, subsidiária da Telebras, em 1972. Não era o meu tio, não, era eu mesmo. (*Risos.*)

Eu costumo dizer que aquele era o meu tio. E, em 1974, integrante do sistema Telebras de então, eu fui designado para organizar a Telepisa (Telecomunicações do Piauí) – não sei se temos alguém do Piauí aqui – e lá fiquei oito meses, intermitentes, e aquilo me deu a visão do grande trabalho e da grande missão patriótica de integrar o país que o Sistema Telebras executou de maneira, se não perfeita, pelo menos de uma maneira extraordinariamente eficaz e eficiente.

Imaginem que naquela época eu conheci o ex-Senador Arolde de Oliveira, que era o chefe do escritório da Embratel na Amazônia, não sei qual é exatamente a jurisdição, mas onde a integração nacional era um sonho muito mais forte do que em qualquer outra região do país; aliás, um sonho de tanta necessidade quanto em qualquer outro lugar do país.

Então eu quero dizer que, nesses 53 anos em que a Telebras sofreu essa transformação, a ponto de chegar às tarefas que o Ministro resumiu, praticamente se fundou, na prática, ao longo desses 53 anos, a integração nacional com a visão que se tem hoje do que é a integração. Claro que o aperfeiçoamento



tecnológico... Eu neste domingo tive a oportunidade de usar pela primeira vez o Starlink numa pescaria de alto mar. É uma senhora segurança onde a internet não chega. Então isso não tem limite.

Mas eu quero dizer, em nome daquilo que foi feito heroicamente, patrioticamente, vocês têm uma missão extraordinária, porque, com uma velocidade realmente estressante pela competitividade que ela gera – a velocidade gera o estresse da competição –, nós temos um grande futuro. E o Brasil tem uma grande missão: fazer aquilo que o Ministro e o ex-Ministro resumiram nos nossos encontros, que é fazer chegar à nossa infância, à nossa escola, ao lugar mais ermo que se possa conceber deste país continente, que é o Brasil, a possibilidade do conhecimento. Isto é a verdadeira democracia: é a possibilidade de acessarmos o conhecimento, a informação, a notícia, a assistência, a telemedicina, enfim, tudo aquilo que o progresso permite para o maior número possível de brasileiros.

Portanto, em nome do que já se fez, eu quero acenar com esta missão extraordinária, espetacular, eu diria, que nós temos diante de nós de promover a integração continuada e atualizada do nosso país. Sucesso. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Cumprida a finalidade desta sessão especial do Senado Federal, agradeço às personalidades que nos honraram com sua participação. Agradeço também ao Deputado Federal Carlos Gaguim, do Estado do Tocantins, que esteve conosco.

A sessão está encerrada. (*Palmas.*)

(*Levanta-se a sessão às 11 horas e 17 minutos.*)





## Ata da 184ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 3 de dezembro de 2025

### 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Davi Alcolumbre, Humberto Costa, Plínio Valério e Eduardo Girão.*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas e 10 minutos e encerra-se às 21 horas e 4 minutos.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

As Senadoras e os Senadores poderão se inscrever para o uso da palavra por meio do aplicativo Senado Digital, por lista de inscrição que se encontra sobre a mesa ou por intermédio dos totens disponibilizados na Casa.

Eu pergunto ao Senador Esperidião Amin se ele se incomodaria de ceder a palavra à Senadora Teresa Leitão, que precisa sair daqui a pouco.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Eu quero responder a V. Exa. dizendo o seguinte: não seria necessário este *lobby* pernambucano porque, de bom grado, eu sempre dou prioridade às mulheres, em nome de Santa Catarina, e à Senadora Teresa Leitão, pelos seus méritos próprios, mas está apresentada a minha concordância a V. Exa., prezado amigo Humberto.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigado, Senador Esperidião Amin, e agradeço também ao Senador... Meu Deus... Senador Plínio. Desculpe, Senador.

Com a palavra a Senadora Teresa Leitão, para a sua manifestação, por dez minutos.

**A SRA. TERESA LEITÃO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Para discursar.) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Muito obrigada aos Senadores.

É uma causa das mulheres, viu? Também posso dizer, porque eu vou coordenar uma reunião da Bancada Feminina, porque a Senadora Dorinha está com outra agenda, impossibilitada, e me pediu para substituí-la. Então se amplia também para toda a bancada esse gesto de cavalheirismo, sem sombra de dúvidas.

Então cumprimento o Presidente desta sessão, aqueles que nos acompanham pelas transmissões da TV Senado e da Rádio Senado, também pelas redes sociais, cumprimento o Presidente e cumprimento os Senadores presentes no Plenário.

Isabele Gomes de Macedo foi agredida pelo seu companheiro Aguinaldo José Alves e morreu, após ele atear fogo em sua casa. A violência de um homem, um isqueiro e um tanto de gasolina mataram não apenas Isabele, lá no Recife; mataram Isabele e seus quatro filhos na comunidade Icauã, na Zona Oeste do Recife. Amigos e familiares afirmam que ela vivia uma rotina de covardia e de agressões, mas ele não permitia sequer que um vizinho, que uma vizinha entrasse em casa para acudi-la.

Tainara Souza Santos foi atropelada e arrastada por mais de 1km por Douglas Alves da Silva, em São Paulo. Eles haviam tido um relacionamento. Familiares apontam que ele teve uma crise de ciúme. Ela teve duas pernas amputadas devido à gravidade das lesões. Segue internada, enquanto seus dois filhos, de doze e oito anos, a aguardam ansiosamente em casa.

Allane de Souza Pedrotti Mattos e Layse Costa Pinheiro, servidoras do Cefet, no Maracanã, Rio de Janeiro, foram assassinadas por João Antônio Miranda Tello Ramos Gonçalves, funcionário da instituição. João não aceitava ser chefiado por mulheres. A arma possuía certificado de registro como CAC, categoria que reúne colecionadores, atiradores e caçadores, o que permitia a sua aquisição.

A existência das mulheres, senhoras e senhores, não pode depender da tolerância ou da permissão de nenhum homem. Queremos mulheres vivas, todas vivas e no lugar em que quiserem estar. Nossas vidas não podem ser condicionadas ao controle, à violência ou ao silêncio. E mais, não nos basta apenas sobreviver; precisamos viver, viver com dignidade, com liberdade, com sossego, com autonomia e com segurança.

Na semana passada, o Instituto DataSenado publicou os resultados da 11ª Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher, que é realizada a cada dois anos, desde 2005. Trata-se da maior e mais longa



série histórica sobre o tema no Brasil. Mais de 56 mil mulheres foram ouvidas, em todo o país, ao longo desses 20 anos.

Infelizmente o retrato da violência contra a mulher continua desanimador. Quase metade das entrevistadas acham que as mulheres não são tratadas com respeito no país. É significativo o número de mulheres que indicam o ambiente familiar como o lugar em que são menos respeitadas. A pesquisa estimou que mais de 18 milhões de mulheres brasileiras se sentem desrespeitadas dentro de casa.

Quanto à violência efetivamente sofrida, foi detectada uma queda com relação a 2023: de 5,8 milhões de mulheres para 3,7 milhões. No entanto, ainda chama a atenção o fato de que parte dessas mulheres que afirmam não terem sofrido violência retratam ter vivenciado ao menos uma das formas de violência listadas pelo estudo. Isso significa que muitas não sabem ou não reconhecem que estão em situação de violência.

A violência contra a mulher desorganiza a rotina, compromete projetos de vida e interfere diretamente no trabalho e na renda das vítimas. Muitas acabam afastadas de suas atividades profissionais, perdem oportunidades de ascensão e enfrentam dificuldades econômicas que aprofundam sua vulnerabilidade.

A desigualdade econômica agrava esse cenário. Mulheres em situação de violência têm menos recursos para buscar proteção e romper o ciclo de agressões, ficando presas a relações abusivas por dependência financeira.

Na privacidade dos lares, a violência atravessa gerações, afetando as crianças, testemunhas da violência em 71% dos casos. Essa brutalidade vivida e testemunhada dentro de casa, cometida por aqueles que deviam ser parceiros no cuidar, acaba se reproduzindo, vista como algo que faz parte da vida. Gerações se formam sob essa crença. Comportamentos não mudam, e o ciclo da violência continua sendo naturalizado.

Infelizmente, o silêncio ainda é a regra, mesmo quando há testemunhas. Segundo a pesquisa, 70% dos casos foram testemunhados por ao menos uma outra pessoa adulta. E menos da metade dessas testemunhas adultas fizeram algo para tentar ajudar a vítima. Por isso, é tão importante ir até essas mulheres, ver como percebem sua situação e ouvir como vivenciam a violência.

É o que o Senado tem feito desde 2005, ampliando suas ações de acolhimento e enfrentamento à violência. Lançamos o programa Zap Delas, para denúncia e orientação sobre a violência política de gênero, uma iniciativa de minha correligionária, a Senadora Augusta Brito, nossa Procuradora Especial da Mulher no Senado Federal, que replicou a experiência exitosa do programa já lançado na Assembleia Legislativa do Ceará.

Inauguramos também a Sala Lilás do Senado, um espaço seguro para atendimento humanizado às vítimas de assédio e violência de gênero. Nossa sala faz parte do programa nacional Antes que Aconteça, idealizado pela Senadora Daniella Ribeiro, em parceria com o Ministério da Justiça e da Segurança Pública.

Em 2023, tivemos a felicidade de ver recriado o Ministério das Mulheres; também a retomada do Programa Mulher Viver Sem Violência, iniciado em 2013, na Presidência de Dilma Rousseff. Esses são indicadores importantes do comprometimento do Governo Federal.

Os Governos de Lula e de Dilma deixaram um legado importante. Destaco aqui a sanção da Lei Maria da Penha, em 2005, a Lei do Feminicídio, em 2015, e a Lei do Atendimento Obrigatório a Vítimas de Violência Sexual, de 2013.

Ressalto ainda a expansão do atendimento integrado nas Casas da Mulher Brasileira, que, em 2023 e 2024, receberam quase R\$390 milhões de investimentos; a reestruturação e o fortalecimento do Ligue 180, central de denúncias que completa 20 anos; e a instituição do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, em 2023.



Além disso, ontem, o Ministério das Mulheres lançou, em Brasília, o projeto Tenda Lilás, uma iniciativa itinerante de mobilização social que busca dialogar e informar a população sobre o combate à violência de gênero. O projeto percorrerá o país de janeiro a julho no próximo ano.

Sr. Presidente, parabênzo o Senado Federal pela pesquisa sobre a violência...

*(Soa a campanha.)*

**A SRA. TERESA LEITÃO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – ... contra a mulher.

Encerro ressaltando aquilo a que eu assisti ontem no Estado de Pernambuco. Assim como o Senador Humberto Costa, estive presente no apelo público feito pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em uma atividade ampla, em uma atividade pública, com a participação de trabalhadores da Petrobras, de gestores, de militância sindical, de militância partidária, de uma representação política, tanto quanto o Presidente Lula junta nos estados aonde vai. O Presidente fez um apelo para que se possa dar um basta ao feminicídio, à crueldade com que ele está sendo executado e lançou a necessidade de que um movimento nacional, protagonizado...

*(Soa a campanha.)*

**A SRA. TERESA LEITÃO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – ... pelos homens, em defesa da vida e da segurança das mulheres, seja abraçado neste país.

Não aceitamos mais viver por um triz. Queremos vida e queremos vida plenamente. E dissemos ao Presidente Lula: “Vamos juntar: juntar as mãos, juntar os homens de boa vontade e enfrentar essa chaga que atormenta e fere também, de morte, a nossa sociedade”.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigado, Senadora Teresa Leitão.

Quero aqui registrar o meu reconhecimento da importância do pronunciamento de V. Exa., que trata de um tema da maior gravidade. O Brasil inteiro ficou estupefato, indignado, revoltado com esses episódios a que V. Exa. se referiu. Sem dúvida, esta Casa precisa se debruçar, como já se debruçou no passado, em mais e mais ações que possam contribuir para o fim dessa prática violenta do feminicídio.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin para, em dez minutos, fazer a sua manifestação. *(Pausa.)*

Senador Esperidião...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discursar.) – Senador Humberto Costa, prezados Srs. Senadores, Sras. Senadoras, eu ocupo a tribuna hoje, Presidente, para iniciar, dizendo o seguinte: vocês se lembram da expressão “pigmeus políticos”? Pigmeus políticos foi a expressão que o Ministro Gilmar Mendes utilizou para qualificar a maioria do Senado Federal, exatamente 52 Senadores, contra 19, que foi o escore – este foi o escore – da votação da PEC das decisões monocráticas, estão lembrados?, em outubro de 2023. Depois de um parto longo, conseguimos aprová-la. Ela está enalhada lá na Câmara, já foi usada várias vezes para jogos de poder.

Mas hoje caiu a cortina do palco. Nem mesmo a frase descuidada do nosso Presidente Davi Alcolumbre, que disse que nem com 81 assinaturas de Senadores ele abriria um processo de *impeachment*, nem com esta garantia, o mesmo Ministro, que, reconheça-se, é um homem preparado, de grande cultura, Gilmar Mendes, proferiu o seu voto e concedeu a liminar já, porque as monocráticas continuam a vigorar como eram, a respeito da Lei do *Impeachment*. E há uma boa sincronização nesse caso.

Quero saudar o Senador Plínio Valério, o Senador Eduardo Girão, o Senador Marcos Rogério, que, eu sei, vão abordar esse assunto com mais profundidade até do que eu, e o Senador Paulo Paim vai refletir



sobre isso.

No dia 16 de setembro, independentemente de mudança de horário, se no Acre ou no Rio de Janeiro, o horário tem diferença, no dia 16 de setembro deste ano, tanto a Associação de Magistrados quanto o partido político Solidariedade ingressaram com ações de descumprimento de preceito fundamental contra a vigência de vários artigos da Lei do *Impeachment*.

O foco qual é? O que está escrito na lei e deriva da Constituição: que qualquer cidadão pode pedir *impeachment* de qualquer autoridade não vale para todos os cidadãos, não vale para juízes, não vale para membros do Judiciário – esse é o foco –, e só o Procurador-Geral da República pode ser autor desse tipo de processo, só ele pode iniciar. Em *impeachment* de Ministro do Supremo, só o Procurador-Geral da República pode ter a iniciativa.

Senador Marcos Rogério, o senhor estava presente na arguição, na sabatina do Dr. Paulo Gonet. Naquela sabatina, ele já disse que era a favor disto – pode procurar lá os autos. E disse mais: esta era a opinião da Procuradoria-Geral da República pela visão sistêmica da Constituição Federal. Ou seja, é uma visão nova, holística. Mas tem um endereço e tem um interesse, como diria Brizola. Pode pesquisar, porque já no dia 12 de novembro – no dia 12 de novembro – o Sr. Paulo Gonet colocou a sua agradecida impressão digital na autoria e no voto que hoje veio a lume.

Hoje, dia 3 de dezembro, nós temos o encerramento deste primeiro capítulo desta usurpação constitucional. Ou seja, a prevalecer, na votação do Pleno do Supremo, este voto, estará sendo tomada do povo brasileiro – do povo brasileiro – a possibilidade de ter alguém que, representando o povo, possa dar início a um tal processo, porque tirar de quem é eleito, de quem a Constituição atribuiu a competência de iniciar um processo de *impeachment* contra Ministro do Supremo e transferir à Procuradoria-Geral da República esta iniciativa é uma usurpação descarada! Caiu a cortina, não tem mais nada escondendo o verdadeiro sentido desta usurpação.

Se o Presidente da Casa e se a maioria desta Casa não se sentirem feridos – o Presidente e a maioria – por este ato de esbulhar o povo e a Constituição, é porque nós merecemos o apelido de pigmeus políticos. Ou seja, só pigmeus políticos não procuram, com base na Constituição, na lei e nos atos já praticados... Com base nessa lei, nós já cassamos dois Presidentes da República, e com a participação do Supremo, em sessões presididas pelo Presidente do Supremo aqui no Senado. Eu estava aqui, em dezembro de 1992, quando o Ministro Sydney Sanches presidiu a sessão de cassação do Presidente Collor; eu estava lá na Câmara quando da cassação da Presidente Dilma, e, aqui no Senado, não vou mencionar a mudança de interpretação que aconteceu sob a Presidência do Ministro Lewandowski, não vou mencionar isso.

Mas quero lhes dizer que, se alguém tinha alguma dúvida de que há um projeto que segue, e agora em ritmo mais acelerado, para autoprotoger – não é para se autoconter, é para se autoblindar – o ativismo que tomou conta de alguns dos membros do Supremo Tribunal Federal, quem tiver dúvida que fale, porque nós temos bradado daqui a necessidade de investigar as exorbitâncias da investigação do processo de 8 de janeiro, Senador Girão, com o uso de mecanismos que vão analisar o que você pensa sobre as coisas da política no Brasil cinco a seis anos atrás do dia 8 de janeiro de 2023. É isso o que nós queremos investigar e devemos investigar. E mover um processo de *impeachment* na forma e no rito da lei e da Constituição. É isto o que se ataca: a autoblindagem.

(Soa a campanha.)

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Compete à Casa, que já deu um passo – pelo menos eu já posso registrar.

Concluindo, Presidente, a Advocacia do Senado já se manifestou contra todos os termos do voto do Ministro Gilmar Mendes. Eu já tenho, hoje, pelo menos, uma voz sob a forma de escrito. Já temos. Mas é



preciso muito mais, porque o ataque é muito mais coordenado e sincronizado.

Lembrem-se das datas: em 16 de setembro, duas entidades, uma representativa dos magistrados e a outra, um partido político; no dia 12 de novembro, a sabatina do Sr. Paulo Gonet, que confessou que é isso mesmo. Está escrito. Quem duvidar procure a Ata. E, finalmente, no dia 3 de dezembro, recebemos – não nós apenas –, a cidadania brasileira recebe essa bofetada que nos diz o seguinte: conttenham-se, porque vocês não podem procurar esse recurso constitucional, que é guardado por nós mesmos. Ou seja, assim como a vítima investiga e julga, agora o possível réu, o possível agente passivo desta ação, já avisa: aqui não.

Se concordarmos, eu acho que nós estaremos aceitando o apelido de pigmeus políticos. Se entendermos que chegou a hora de uma reação constitucional, institucional...

(*Soa a campanha.*)

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... republicana, aí eu acho que terá valido a pena viver essa trajetória.

Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Com a palavra o Senador Eduardo Girão, do Partido Novo, do Ceará, para sua manifestação por dez minutos.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discursar.) – Meu querido irmão, Presidente, Senador Humberto Costa, quero aqui cumprimentar meus colegas, assessores, funcionários, brasileiras, brasileiros que estão nos assistindo pela TV Senado, Rádio Senado e Agência Senado atônitos com relação a esse golpe. Isso, sim, é um verdadeiro golpe, Senador Plínio, derrubando definitivamente a democracia deste país.

Olhe aqui, olhe aqui a chave da entrada ali do cafezinho. Entrega, entrega logo para o Gilmar Mendes e companhia. O desrespeito, a desmoralização desta Casa é tão grande que não tem outra alternativa, senão, hoje, o Presidente Davi Alcolumbre... Não é uma formalidade, como ele fez uns dias atrás aqui, com a Advocacia, dizendo que não concorda com isso, não. É se posicionar firme para mostrar para o brasileiro que isso não está combinado, Senador Marcos Rogério, que isso não está combinado.

O que é que nós estamos fazendo aqui? Sabe quanto é que custa esta Casa? Seis bilhões, “b” de bola, “i” de índio. O salário da gente é a menor parte, mas tem uma estrutura gigantesca. Devolve isso para o povo brasileiro, rapaz, para pagar menos impostos. Que vergonha estar vivendo isso! É uma vergonha, no meu mandato e no mandato dos colegas, estar passando por uma humilhação dessas. Isso é uma humilhação, rapaz. Isso é uma autoblindagem, Senador Esperidião Amin. Não tem outro nome.

Já não basta o que eles fizeram com a maconha – lembra? –, invadindo aqui as nossas prerrogativas; o que eles fizeram com o aborto; o que eles fizeram na destruição da Lava Jato, um símbolo de enfrentamento à impunidade, à corrupção, um símbolo de apoio ao que é ético; a perseguição dos presos políticos, como o Senador Esperidião Amin colocou aqui. Está parada a CPI da “vaza toga”. Ninguém fala dela. Nem número tem. Está na mesa do Presidente há mais de um mês. E a CPI do Banco Master? É outra – desculpa a expressão – sacanagem com o brasileiro. É bilionária a fraude. E a CPI que os senhores assinaram, a maioria? Está parada na mesa do Presidente do Senado. O que é que nós estamos fazendo aqui? Eu não vim fazer teatro aqui. Eu não vim para cá para isso.

Chegou a hora de o povo brasileiro ser honrado aqui nesta Casa, porque estão tirando um direito dele, que é mover uma denúncia, através de seus representantes eleitos diretamente, com pedido de *impeachment* contra Ministros da Suprema Corte.

Olha, o Ministro Gilmar Mendes, Senador Paulo Paim, é um dos campeões de pedido de *impeachment* aqui desta Casa, junto com Alexandre de Moraes. Será que isso é coincidência? Ele já deu diversas



entrevistas falando que é contra esses pedidos de *impeachment*, que tem demais. Ele está advogando em causa própria. Isso está errado. Ele deveria se declarar impedido, suspeito. Isso era o mínimo. Eu tenho, Presidente, um pedido de *impeachment*, assinado por outros colegas, a que eu já dei entrada, e está dormitando aqui na Mesa do Senado, do próprio Gilmar Mendes. Sabe quais itens que estão... Aqui, o princípio da Constituição está sendo rasgado, dessa Lei 10.079, de 1950, que define quais são os possíveis crimes de responsabilidade, permitindo que qualquer cidadão Parlamentar ou não possa fazer uso desse direito democrático. Essas responsabilidades, nesses crimes, sabe quais são? Proferir julgamento quando for suspeito na causa. Sabe qual é o outro? Exercer atividade político-partidária.

Olhe só o que o Gilmar Mendes fez. E nós entramos com o pedido de *impeachment* dele. Dois crimes fundamentaram o último pedido de *impeachment* de Gilmar Mendes, de minha autoria, com mais de 30 laudas, assinado por outros colegas, um dos casos mais vergonhosos de conflito de interesses: uma liminar que foi concedida pelo Ministro ao Presidente da CBF – lembram? –, que contratou o Instituto IDP do Ministro, um convênio de R\$10 milhões com o instituto, que é presidido pelo filho do Ministro Gilmar Mendes. Lembram também da inauguração de uma estrada, lá na terra dele, com o irmão Prefeito, que o Ministro foi? Isso é ou não é atividade político-partidária?

Eu entrei com o pedido de *impeachment*. O Ministro não tinha o direito de fazer isso, de tirar essa base da nossa democracia, esse pilar. E esta Casa ainda não fez, mas vai fazer... Se não for conosco aqui, porque esta Casa é uma casa acovardada, que os próximos Senadores que aqui virão, abram o pedido de *impeachment* – e eles vão fazer, sim, porque o Brasil quer *impeachment* de Ministro, o Brasil quer que volte a normalidade democrática, o Brasil quer que acabe essa ditadura da toga. Os brasileiros clamam por isto: justiça para todos.

E eles estão acima se blindando e deram golpe no Brasil hoje, Sr. Presidente. Trata-se de um clássico conflito de interesses em favor da manutenção de um ciclo fechado de proteção institucional, uma verdadeira supremacia absoluta de 11 pessoas – e até 12 se somarmos o próprio PGR, que agora ele está empoderando. Curiosamente é o mesmo PGR que foi sócio dele pouco tempo atrás. Então, é uma supremacia em cima de 220 milhões de brasileiros, sem que tenham recebido nenhum voto popular.

Essa interpretação casuística do Ministro Gilmar Mendes cria um filtro institucional não previsto na Constituição. Estão rasgando mais uma vez e fazendo de gato e sapato a Constituição do Brasil, pois resultaria num sistema de blindagem absoluta, como a gente está vendo, já que a PGR atua perante o próprio STF, mantendo relações institucionais com todos os Ministros, Sr. Presidente.

O art. 52 da nossa Constituição é claro, define claramente que compete privativamente ao Senado processar e julgar os Ministros do STF, os membros do CNJ, do CNMP, o PGR e a AGU nos crimes de responsabilidade. Isso é uma blindagem completa das autoridades, dos poderosos de plantão, que mandam e desmandam neste país, Senador Plínio. Isso é uma vergonha enquanto a gente tem a decisão, a limitação das decisões monocráticas aprovada nesta Casa e parada lá com o Presidente Hugo Motta.

É claro que a população diz que está tudo combinado. Eu não tiro o direito de a população questionar isso e perguntar: “Vamos mostrar agora que não está combinado isso?”. O Presidente tem que ser firme hoje, aqui neste Plenário do Senado Federal, com uma ação concreta para barrar essa pouca vergonha que está acontecendo no Brasil.

Eu quero dizer também que eu gosto de perceber aqui as coincidências e observar os sinais do que está acontecendo, Sr. Presidente.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E eu digo para o senhor que, no último final de semana, todo mundo comentou essas coisas de separação, de coisa; todo



mundo comentou no Brasil da separação, que é a vida pessoal de cada um e faz parte. Eu já me separei da minha primeira esposa. Mas teve a separação do Ministro Gilmar Mendes – o senhor ouviu falar sobre isso? –, que, inclusive, é casado com uma cearense, a D. Guiomar. E aí ficam perguntando: “Na véspera acontece isso?”. Não tem como a gente não ligar, vendo o que está acontecendo, o movimento dos Estados Unidos da América, aplicando lei para violadores dos direitos humanos, como o Ministro Alexandre de Moraes é considerado.

Presidente, mais um minuto e eu encerro.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – ... é considerado um violador.

*(Soa a campainha.)*

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O Ministro Alexandre de Moraes é considerado um violador global de direitos humanos – o único do Brasil. Será que é porque vem alguma coisa para o Gilmar Mendes, que toma uma decisão absurda dessa aqui e na véspera se separa? Não estou entendendo.

Então, que a PEC das decisões monocráticas, do Senador Oriovisto, relatada pelo Senador Esperidião Amin e aprovada no Senado desde 22 de novembro de 2023, seja imediatamente – imediatamente – aprovada.

Eu disse que o Ministro Gilmar Mendes deu várias entrevistas dizendo e mostrando o seu ativismo, mostrando o que ele pensava. Era para ele se declarar impedido.

Eu, Presidente, gosto sempre de encerrar com uma palavra de esperança, ouviu, Senador Plínio, que está assumindo aqui a Presidência? Palavra de esperança de Chico Xavier...

*(Interrupção do som.)*

*(Soa a campainha.)*

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... num momento dramático que nós estamos vivendo na história do país. Porque isso aqui – repito pela terceira vez – é golpe. Isso é verdadeiro golpe – é isso aqui. Não tem como a gente não se indignar. A gente foi eleito para representar o Senado Federal. Se o Senado não resolver isso aqui hoje, com uma ação firme de todos nós, esquece. A gente está ganhando aqui um salário caro, numa estrutura pesada, sem defender o Brasil e a Constituição.

Então, a frase de Chico Xavier, através de Emmanuel, que Chico Xavier psicografou: “Triunfar [...] [é] reconhecer que, apesar de nossas falhas e erros, é preciso seguir adiante, [...] [confiando na justiça divina, que] a todos nos observa e nos retribuirá, a cada um, segundo as nossas próprias obras”.

*(Soa a campainha.)*

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É um momento de união; não é corporativismo, não, porque isso aqui não é um interesse nosso não, tá? É um momento de nossa união pelo Senado Federal, que em 200 anos nunca fez um pedido de *impeachment*, mas vamos fazer. Sei aqui que vários Senadores vão tentar a reeleição e vão estar aqui.

Eu não irei, sou contra a reeleição, mas digo para os senhores, Senador Lucas Barreto: nós temos o dever, perante a nação e pelos próximos Senadores que virão, de levantar esta Casa enquanto é tempo, porque desmoralizada perante a nação, infelizmente – digo isso com dor no coração – ela já está.

Que Deus abençoe o Brasil!





E me desculpe, Senador Humberto, por ter demorado.

*(O Sr. Humberto Costa, Segundo Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Plínio Valério.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Parabéns, Senador Girão, pelo brilhante discurso.

Com a palavra, agora, o Senador Humberto Costa, do PT, de Pernambuco.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, pessoas que nos acompanham pelos serviços de comunicação do Senado e que nos seguem pelas redes sociais, hoje pela manhã, os Ministérios da Saúde e da Fazenda assinaram um importante acordo de cooperação técnica para fazer face à ameaça dos jogos e das apostas.

As *bets* são um câncer para o país, uma mazela que provoca danos sociais irreparáveis e têm destruído famílias, patrimônios familiares, têm produzido doenças mentais às pessoas, suicídios, violências, enfim.

Esse acordo de cooperação técnica prevê uma série de mecanismos entre os dois ministérios, como troca de informações para regular apostas e proteger pessoas dos enormes riscos que elas representam. O propósito é identificar e chegar rapidamente àqueles cujas apostas viraram um problema sério de saúde.

É uma iniciativa extraordinária do nosso Governo para dar combate a essa grave ameaça social. O Senado também está dando contribuição essencial: a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem, por 21 votos a 1, um projeto de autoria do Senador Renan Calheiros que aumenta a tributação das casas de apostas *online*, as chamadas *bets*.

Jogos de azar e apostas *online* provocam perdas econômicas e sociais ao Brasil de R\$38,8 bilhões a cada ano. A estimativa é do estudo inédito A Saúde dos Brasileiros em Jogo, produzido por entidades civis ligadas à saúde e pela Frente Parlamentar Mista para a Promoção da Saúde Mental, a qual integro. Desse total, cerca de 20% – R\$8 bilhões – são impactos associados ao seguro-desemprego, à perda de moradia e até à prisão por atividade criminal. Quase 80% – mais de R\$30 bilhões – são danos ligados à saúde, como suicídios, perda da qualidade de vida e tratamento da depressão.

Segundo o estudo, apenas 1% da arrecadação sobre a receita bruta das empresas de apostas é destinada ao Ministério da Saúde. Mesmo considerando toda a arrecadação de impostos do setor prevista para este ano, essa conta não fecha, do ponto de vista do interesse público.

Defendo que essa miséria social acabe! Eu não defendo apenas mais rigor na regulação, eu não defendo apenas a restrição total à publicidade dessas chamadas *bets*. Eu defendo o fim dessas *bets* (*Palmas*.), o fim dessa mazela, que está gerando prejuízos gigantescos às famílias brasileiras, à economia brasileira, ao povo brasileiro. Defendo que essa miséria social acabe. Porém, se a legalização é um caminho sem volta, que se reduzam os danos causados, mudando o modelo de regulação até que nós tenhamos força para eliminar definitivamente esse cancro na sociedade brasileira.

Ontem, o projeto do Senador Renan Calheiros, aprovado terminativamente e que vai para a Câmara, avançou neste caminho ao elevar de 12% para 18% a alíquota total de tributos cobrada sobre a renda das empresas com os jogos, que já transformaram o Brasil no quinto maior mercado do mundo dessa desgraça social.

O texto aprovado pela CAE tem outros méritos importantes, como ampliar a tributação sobre lucros das *fintechs*, as empresas que oferecem serviços bancários e financeiros digitais, e também aumentar a alíquota do Imposto de Renda sobre a distribuição de juros sobre capital próprio, o JCP. Isso vai oferecer ao país uma ampliação de arrecadação de quase R\$5 bilhões no próximo ano, o que ainda é muito pouco, perto dos quase R\$39 bilhões de danos que as *bets* provocam de perda ao país, como mostra o estudo que citei.



Outra iniciativa meritória: o Relator do PL antifacção, o Senador Alessandro Vieira, apresentou seu substitutivo com previsão de criar uma taxaço sobre *bets* para arrecadar dinheiro para combater o crime organizado e fortalecer a segurança pública e o sistema prisional. A expectativa é obter R\$30 bilhões por ano, o que seria extremamente bem-vindo, porque, na maioria das vezes, jogatina é sócia de criminalidade.

Vejo como muito positivas ações em todas essas frentes para dar combate firme às *bets* e, sobretudo, cuidar das pessoas, especialmente o inovador acordo de cooperação técnica, essa aliança entre o Ministério da Fazenda e o Ministério da Saúde, uma aliança extremamente importante, que hoje juntou, na mesma mesa o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

O Ministro Padilha e o Ministro Haddad apresentaram uma proposta consistente para que nós possamos proteger cidadãos e cidadãs e combater irregularidades, como a lavagem de dinheiro, atuando em uma área que foi totalmente negligenciada em benefício dessas empresas de jogatina durante os Governos de Temer e de Bolsonaro.

Aqui, sem dúvida, neste Congresso Nacional e nesta Casa, há um *lobby* importante para defender os interesses dessas chamadas *bets*. E aí os argumentos que chegam até aqui são argumentos absurdos, entre eles o de dizer: “Como é que vai eliminar ou como vai aumentar o imposto para as *bets*? Se isso acontecer, o futebol brasileiro vai sofrer uma derrocada”.

Não sei se vocês lembram que esse era o mesmo argumento que era usado quando, lá no ministério, nós decidimos proibir definitivamente a propaganda de cigarros em corridas de Fórmula 1 aqui no Brasil, ou a publicidade de cigarro em outras atividades e diziam: “Vai acabar com tudo. A Fórmula 1 vai sair do Brasil, nós vamos deixar de ter o financiamento de cigarros para as publicidades na televisão e nos jogos de futebol”. E acabou a publicidade, que foi proibida, e o futebol continuou sendo do mesmo jeito, a Fórmula 1 continuou sendo feita no Brasil e outros patrocinadores substituíram as empresas produtoras de cigarro e que utilizam o tabaco para o seu produto.

Nós não podemos coonestar a existência de uma atividade econômica que, voluntária ou involuntariamente, tem aberto espaço para a lavagem de dinheiro, para a proliferação do crime organizado, para a destruição de lares neste nosso país.

Portanto, nesse problema de dimensão mundial, o Governo do Presidente Lula resolveu assumir uma posição de combatê-lo e aumentou em mais de 70% os investimentos nessa área, que começam já na atenção básica, em favor da saúde pública, da saúde individual e da saúde coletiva dos brasileiros.

Muito obrigado, Senador Plínio, pela concessão desse tempo adicional.

**O SR. PRESIDENTE** (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Humberto, eu...

**O Sr. Eduardo Girão** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, eu também queria um aparte do Senador Humberto, se for possível.

**O SR. PRESIDENTE** (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Porque ele está vindo aqui para cá.

**O Sr. Eduardo Girão** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para apartear.) – Não, é só para parabenizá-lo, Senador Humberto. Foi impecável o seu discurso do início ao fim. O senhor está de parabéns.

*(Soa a campanha.)*

**O Sr. Eduardo Girão** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Quero lhe dizer o seguinte: eu estava até comentando com a equipe, a partir do seu discurso, e disse “Olhe, vamos apresentar uma emenda – o Senador Alessandro também tem muito cuidado com isso – para aumentar ainda mais essa



taxa, esse imposto, porque o crime organizado está intrinsecamente ligado com essas *bets*”.

Você viu aí as manchetes dos veículos tradicionais, mostrando que nunca se lavou tanto dinheiro no Brasil, Senador Plínio, nunca se lucrou tanto com *bet* a partir dessa questão das casas de apostas regulamentadas.

O senhor está de parabéns pelos dados que o senhor trouxe. Conte comigo para a gente fazer essa frente ampla contra a jogatina no Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Era o que eu estava dizendo, ia dizer, Senador. Sempre que o Senador Humberto faz um discurso, fala sobre *bets*, traz números... Ele tem sido um combatente a esse câncer no Brasil, chamado *bets*.

Quero registrar aqui a presença do Ataliba Ramos, Juiz Federal da Justiça Militar, titular da 12ª CJM (Circunscrição Judiciária Militar), com sede em Manaus. Seja bem-vindo.

E, Senador Humberto, o Senador Lucas vai discursar no meu lugar, com o compromisso de que eu volto depois dele, está bom?

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Então, pode ficar aí na...

**O SR. PRESIDENTE** (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, não, não. Eu digo que assim que ele discursar será a minha vez.

Com a palavra o Senador Lucas Barreto, a quem eu chamo de companheiro de infortúnios e ideais, porque ele é do Amapá e eu sou do Amazonas.

**O SR. LUCAS BARRETO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. Para discursar.) – Sr. Presidente, é recíproco. Nós somos defensores da Amazônia e do seu povo.

Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadoras, Senador Plínio, penso que o que eu vou falar aqui deve também acontecer lá no Amazonas, porque inclusive mudaram a concessionária. Hoje, eu tomei conhecimento, Sr. Presidente, do Processo 48500.003997/2025-10, que formata um reajuste tarifário anual na CEA – companhia de eletricidade do Amapá –, que poderá aumentar a conta de luz do povo do Amapá em até 32%, o qual passará a vigorar a partir de agora, do dia 13/12/2025. Justamente agora que reduziram a bandeira – diminuiu para a bandeira amarela, ou seja, quando ia ter um desconto –, eles querem aumentar 32%. A técnica sorteada para relatar esse processo é a Diretora Relatora Agnes Maria de Aragão da Costa, e nós precisamos ouvi-la para conhecer as motivações técnicas desse aumento cruel.

Trata-se de uma tentativa de reajuste absolutamente desproporcional, inaceitável e incompatível com a realidade econômica do nosso estado. Mais grave ainda, o Amapá é um estado produtor, que gera e exporta energia para todo o Brasil, e, paradoxalmente, os amapaenses pagam as tarifas mais elevadas do Brasil. É preciso afirmar com clareza que a conta de luz não é instrumento de financiar os investimentos da CEA Equatorial. Esses investimentos devem ser custeados pelo lucro da empresa e pelo Governo Federal, que inclusive socorreu, com investimentos do Tesouro Nacional, essas demandas.

É preciso afirmar também que, segundo informações, esse aumento estaria relacionado a investimentos realizados pela CEA Equatorial, que agora seriam novamente repassados numa via extraordinária aos consumidores.

Queremos, Sr. Presidente, a imediata transparência de todos os fatos e atos: onde foram esses investimentos no Amapá? Tenho cobrado publicamente que a Equatorial Energia e a Aneel apresentem ao povo do Amapá as informações detalhadas desses investimentos pedidos e efetivamente executados e de que forma estes custos estão sendo repassados à população – em bons serviços e energia mais barata.

Digo isso, Sr. Presidente, porque no ano passado a CEA Equatorial disse que, de janeiro a junho, eles haviam investido R\$250 milhões e, só em junho, outros R\$250 milhões – que eles estavam cobrando. Onde foram esses investimentos?



Além disso, é indispensável que venha a público a destinação do material retirado durante substituições de infraestrutura, como postes, cabos, almas de aço 1/0, 2/0 AWG, caríssimos e de duração de uma vida longa, insumos de alto valor econômico. O Amapá tem o direito de saber se esses materiais foram reaproveitados – e estão cobrando novamente – ou vendidos, e quais foram os ganhos patrimoniais decorrentes dessas operações.

Estão trocando postes, Senador Girão, postes de concreto, dizendo que tem que trocar um poste de concreto que tem vida de 200, 300 anos.

O aumento de 32% é covardia com o consumidor do Amapá. A concessionária CEA Equatorial quer que paguemos por investimentos que não sabemos onde foram... enquanto lucra com o reaproveitamento de materiais.

Chega de exploração, Sr. Presidente. Esse aumento é irracional, injusto e cruel. Não vamos nos calar e não vamos aceitar.

Estamos diante de uma omissão da União, pois a conta de luz está sacrificando o bem-estar social das famílias de baixa renda, zerando o lucro dos produtores e empreendedores, que tentam manter seus custos sob controle.

A defesa do consumidor, da transparência tarifária, da modicidade e da justiça social não são temas eventuais, são lutas e compromissos permanentes do nosso mandato. O Amapá precisa ser respeitado enquanto Estado federado, pois nossa população, há décadas, enfrenta baixa qualidade de serviços de energia, prejuízo com apagões, descontinuidade e, ainda assim, continuamos pagando as contas de luz mais altas do Brasil.

O povo do Amapá não aguenta um aumento de 32%, e nós vamos lutar para que esse aumento não aconteça.

Obrigado, Sr. Presidente.

*(Durante o discurso do Sr. Lucas Barreto, o Sr. Plínio Valério deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Girão.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado, meu querido irmão Senador Lucas Barreto, sempre muito firme aqui. Concordo plenamente com o senhor, com o seu posicionamento em defesa do povo amapaense, querido e amado.

Eu passo a palavra para o Senador Plínio Valério, Senador do Estado do Amazonas, também muito combativo, aguerrido, aqui presente no Plenário do Senado Federal.

O senhor tem dez minutos com a tolerância da Casa, Sr. Presidente.

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Para discursar.) – Dê mais 30. *(Risos.)*

Obrigado, Presidente Girão.

Eu ouvi atentamente o discurso do Senador Amin, eu ouvi o seu discurso, e o nosso tema é o mesmo. Hoje é difícil mudar o rumo da prosa, porque, enquanto o Brasil pede paz, quer anistia, pedindo paz, lá vem o Ministro do Supremo propor a guerra, oferecendo-nos a guerra, que eu acho que tem que ser aceita desta vez, esse desafio. Eu acho que o Senado tem a obrigação, e vou falar isso, aqui é minha opinião... O meu discurso vai ser sobre o Ministro Gilmar Mendes e a decisão que ele acaba de tomar.

Mas antes eu devo dizer que é um Ministro que tem aqui vários pedidos de *impeachment*, Senador Marcos Rogério, eu acho que o tema é esse. Vamos falar do Ministro Gilmar Mendes, que tem 31 pedidos, representações solicitando seu *impeachment*. Um deles é do meu amigo, meu irmão Girão. Ele tem, sob a sua guarda, no seu acervo, na gaveta, sentado em cima, seja lá como for, 1.439 processos. Ele tem que despachar 1.439 e acha tempo de propor uma coisa esdrúxula dessa, um desafio desse. Olha só, ele tem



mais de mil processos para despachar e não o faz, mas encontra tempo para nos desafiar. Que bom que ele desafiou.

Ele fala sobre pigmeus, alguns políticos pigmeus. Se tem alguns políticos pigmeus, não são todos, é porque tem alguns gigantes. E são esses gigantes que têm que reagir, porque ele não disse que são todos pigmeus. Ele falou que tem alguns pigmeus. Eu não tenho a pretensão de ser gigante, mas pigmeu, eu não sou.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, realmente e tristemente, em sua atual composição, o Supremo Tribunal Federal nunca deixa passar uma oportunidade para nos surpreender. Quando falo em nos surpreender, refiro-me à cidadania geral, a você, cidadão, a você, cidadã, todos nós, políticos ou não, mas também aos integrantes dos demais Poderes da República.

Acaba o Ministro – e eu vou dizer isso porque pode ser que alguém esteja chegando agora para ver a TV Senado –, acaba o Ministro Gilmar Mendes, decano do Supremo Tribunal Federal, de determinar que somente e unicamente a Procuradoria-Geral da República pode apresentar pedido de *impeachment* contra Ministro da Corte. E mais, estabeleceu que é necessária maioria de dois terços para abrir o processo e para aprová-lo.

Eu estou resistindo à vontade de rir, porque o negócio é trágico, mas que não vai vingar se nós fizermos o nosso papel. Portanto, perdoem-me se, em algum momento, eu esboçar algum sorriso.

Essa afirmativa contraria formalmente a lei que define os crimes de responsabilidade, de 1950 – o Senador Girão falou sobre isso ainda agora –, estabelecendo que qualquer cidadão pode apresentar denúncias ao Senado contra Ministro do Supremo Tribunal Federal e o próprio Procurador-Geral da República e que é preciso maioria simples, tanto para receber o pedido, quanto para considerá-lo procedente. Olha só a diferença do que o Ministro está querendo, para se resguardar.

E o Ministro decidiu ainda que o mérito de decisões judiciais não pode ser utilizado como justificativa para pedido de *impeachment* e que os magistrados não devem ficar afastados de suas funções enquanto o pedido é julgado. Lá no Supremo, quando eles estão julgando, o neguinho tem que se afastar logo. E pior, ele vai para a cadeia antes de ser julgado. E eles não querem nem ser afastados.

Ao tomar essa decisão, o Ministro alega ter atendido parcialmente pedidos do Solidariedade – o que me surpreende – e também da Associação dos Magistrados Brasileiros. Eu pensei que o Psol estivesse nessa, mas parece que o Psol passou batido.

Dessa forma, o Ministro ignora solenemente o art. 52, II, da Constituição Federal, que determina, com todas as letras, abro aspas:

Compete privativamente ao Senado Federal:

[...]

II – processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade.

Se acontecer o que o Ministro Gilmar quiser, quem é que vai julgar o Procurador da República? Nós não vamos julgar mais ninguém, então não se julga – isso na cabeça do Ministro.

Não por acaso, o inciso I do mesmo art. 52 avisa que também “[...] Compete privativamente ao Senado Federal: I - processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade”, o que já foi feito, inclusive, recentemente, com nada menos do que dois Presidentes que sofreram... que foram condenados em processos de *impeachment*.

Ambos os processos – registre-se, isso já foi dito pelo Senador Amin – foram nos termos da lei, dessa lei que citei. Um foi presidido pelo próprio Presidente do Supremo, Lewandowski, naquela época, que



cometeu... terrível: a Presidente Dilma foi impichada, mas não perdeu os seus direitos políticos, o que não acontece com Vereador lá da minha terra.

Constituem dispositivos em pleno vigor e, por natureza, prerrogativas do Senado Federal nesta altura, assim como antes e depois da tomada dessas grandes decisões incontestadas no processo judicial aberto, conduzidas e completadas nas mais estritas determinações legais, lá da Constituição, determinações em que a Constituição nos diz o que deve ser feito.

Ao tecer os comentários que conduziram essa nova e esdrúxula decisão...

Eu tenho que chamar de esdrúxula, porque aqui é uma tribuna do Senado Federal e eu tenho que me conduzir dessa forma. Eu teria cem outros termos para qualificar essa decisão.

O Ministro Gilmar Mendes afirma – abro aspas aqui – “que o *impeachment* [...] [abro aspas] é uma ferramenta constitucional de natureza extraordinária, cuja utilização exige base sólida e estrita observância ao devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa”, fecho aspas. Pronto, é isso mesmo. É isso aí, só que ele fala e interpreta de outra forma. Por isso, não poderia... É ele dizendo, não sou eu que digo esta bobagem. Por isso, não poderia ser utilizado como “mecanismo de supressão indevida da independência dos demais Poderes”.

Ora, ninguém duvida disso. Nem eu, nem o Girão, nem o Amin – ninguém duvida disso, porque está na lei. E a prova é que todos os Poderes participaram, nos termos constitucionais e legais, do que determina o direito positivo brasileiro, sem contestação. Então, disso não se duvida dele; só que ele diz uma coisa e faz outra.

Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, tudo o que dissemos aqui, até agora, é como dissemos: é inconteste – é inconteste. São dois textos legais em plena vigência: a Constituição Cidadã, de 1988, e a Lei do Impeachment. Se é de 1950, está no valor. Eu sou quase isso e estou valorizado; eu me valorizo. Então, tempo, isso... Substituíam... Mas não conseguem. Já tentaram aqui, e eu vou falar sobre isso.

Foi igualmente incorporada ao nosso direito positivo essa lei de que falei. Isso tanto vale que existem hoje, na Mesa Diretora do Senado Federal, aí onde o senhor está sentado, Senador Girão, ao menos 31 representações solicitando *impeachment*. E não estão contadas aí representações que incluem outros Ministros, aí são só as do Ministro Gilmar Mendes – 31 representações.

O atual Supremo Tribunal Federal, entretanto, já derrapou algumas vezes, sempre de forma infeliz, no que apelidamos – e eu falei aqui quando cheguei logo, vindo do Amazonas, mandado pelo povo para cá –, no que nós chamamos de cavalo de pau jurídico: as súbitas tentativas de substituir a letra da lei por interpretações frequentemente eivadas apenas de inspiração momentânea de detentores do cargo de Ministro. Já tivemos oportunidade, nesta mesma tribuna, de citar diversos casos do gênero, todos eles, invariavelmente, foram responsáveis por insegurança jurídica. Falei muitas vezes aqui desta tribuna e, por isso mesmo, inspirei iniciativas de regular os atuais processos de nomeação de Ministros e a duração de seus mandatos, hoje vitalícios e imperiais.

Esse novo cavalo de pau, um cavalo de pau jurídico, está presente em nova afirmação do Ministro Gilmar Mendes, segundo a qual, aspas de novo: “Vários trechos da Lei do Impeachment não foram abarcados pela Constituição de 1988, como o quórum necessário [...]”. Se não foram abarcados por lá, não podem ser abarcados pela cabeça dele. Não pode o país ficar à mercê de uma cabeça, de uma cabeça só. O tribunal, não é à toa, é composto por 11 cabeças que deveriam, pelo menos alguma vez ou outra, divergir. Não sabemos em que se baseia o Ministro para fazer tão graves alternativas, embora ainda estejam sujeitas à avaliação de seus pares. Foi o que eu disse: o Colegiado tem que referendar, e não vai referendar – seria realmente o fim da picada.

Tanto quanto saibamos, a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, está em plena vigência, tanto assim



que foi aplicada em inúmeros casos. O Girão citou aqui ainda agora. Eles estão enquadrados em todos aqueles cinco incisos, todos os Ministros, com exceção dos que entraram agora, porque sempre estão atuando em casos em que têm interesse ou em que a esposa tem interesse ou o filho. Só aí já era, mas eles cometem muitos outros pecados que poderiam ser enquadrados.

Sabemos que essa lei desperta a antipatia de determinadas figuras da República – falo da Lei do Impeachment –, tanto assim que foi objeto de um grupo de trabalho que andou se reunindo aqui no Senado Federal. E eu protestei, porque não tinha Senador nisso – já era o Presidente, que era o Ministro Lewandowski, com mais a secretária, que era uma assessora dele. Eu protestei aqui, está nos *Anais*.

Os argumentos desses detratores, diga-se de passagem, deram-se sempre em benefício próprio. As iniciativas de alterar a lei, ao menos até agora, deram em nada e espero que continue. Vai depender da gente, unicamente vai depender de nós, Senadores e Senadoras.

Continua vigorando, por exemplo, o seu art. 39, que define os crimes de responsabilidade dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, com cinco incisos, que o Girão já citou aqui, e determinações adicionais. Também está em pleno vigor o art. 41 e seus termos – abre aspas: “É permitido a todo cidadão denunciar, perante o Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e o Procurador-Geral da República, pelos crimes de responsabilidade que cometeram” –, arts.39 e 40. Nenhuma referência à exclusividade de ação por parte do eminente Procurador-Geral da República. Está na Constituição, está lá, eles tanto falam em Constituição e ficam a todo tempo jogando a Constituição no lixo.

Acima dessas questões está uma das cláusulas pétreas da Constituição, o inciso XXXIV, que garante a toda a população... E aqui que é... Vou ler *ipsis litteris* aqui. Constituição Federal da República Federativa do Brasil: “são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas: a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder [...]”. O poder é dado ao povo. Na democracia, é o povo que manda, que tem o poder. E a Constituição diz lá: “Todo o poder emana do povo [...]”, e o garante aqui nisso.

Mas tudo isso demonstra a iniciativa isolada – e eu espero que seja isolada... E até acredito nisso, porque lá cada um cuida do seu quintal, não perturba, não invade o quintal do outro. Tudo isso demonstra que a iniciativa isolada do Ministro Gilmar Mendes encarna apenas uma visão pessoal, causada pelos eventuais problemas que a legislação em vigor pode causar nas Excelências em questão.

Eu procurei ler para colocar tudo direitinho, conforme a Constituição, e agora improviso.

O Senado tem o dever ético, moral, humanitário, seja lá qualquer coisa, tem o dever moral de reagir como instituição. Não é o Girão, não é o Amin, não é o Marcos Rogério, não sou eu; é a instituição que tem que reagir. A agressão é à instituição, e não a mim. Eu não me sinto... Quando eles falam essas bobagens, seja Alexandre de Moraes, seja Gilmar, seja Fachin, o Barroso já foi, já não me ofendem mais, porque eu os combato sempre, desde que estive aqui.

E vou falar, e o Girão vai me dizer. O senhor lembra, Senador Girão, quando eu alertei, dali, o Presidente Rodrigo? “Presidente Rodrigo...”. Eu falava isso, Marcos Rogério. Tem vídeo. “Presidente Rodrigo, as grandes tempestades...”. Em março de 2019, eu creio, ou março de 2021; em março sim. “Presidente Rodrigo, as grandes tempestades só acontecem porque nós seres humanos ignoramos os sinais de que ela vem. E quais são os sinais? Não estamos levando a sério o pedido de *impeachment* de Alexandre de Moraes com 3 milhões de assinaturas. Não estamos levando em consideração o grito que ecoa, que emana da população. Ninguém está ouvindo – ninguém está ouvindo. A tempestade perfeita, Presidente, vai vir”. E ela veio.

Cassaram um Deputado Federal, acabaram com o mandato de um Senador, praticamente, invadiram o seu gabinete, e a gente foi deixando isso acontecer. O que me deixa em paz com a minha consciência, Senador Marcos Rogério, é porque está tudo nos *Anais*, os protestos que fiz, o quanto eu lutei para que



isso não acontecesse.

Então, deixem-me aqui dizer o que tem que ser feito. Se fosse o Plínio Valério, se fosse o Girão, se fosse o Amin, se fosse o Marcos Rogério Presidente, a gente faria. Para doença grave, remédio amargo. Eu falei que nós queremos paz; o Gilmar Mendes quer guerra. Então, a gente tem que, em determinada hora, topor a guerra, porque, se a gente fugir da nossa responsabilidade, estamos sendo covardes.

Como ficam os 835 mil eleitores do Amazonas que me mandaram para cá? Porque eles não me mandaram para ser comandado por Gilmar Mendes, não me mandaram para isso. Eu lutei a vida toda para estar Senador para poder fazer leis, como a gente fez a do câncer de mama, a da autonomia do Banco Central, para fazer leis, mas também para trabalhar pela República, para que os Poderes possam se respeitar.

Então, sabe o que eu faria, Marcos Rogério? Eu não sou Presidente... Traria para cá o *impeachment* de um deles, no caso, o do Gilmar – o do Moraes já ficou até para escanteio –, porque isso que o Gilmar está querendo é tão ousado quanto as bobagens que o Alexandre de Moraes faz – bobagem não, porque quando prejudica não é bobagem, as loucuras que ele faz. Traria para cá, pegava o pedido de *impeachment* do Girão, ou os outros 30 e trazia para cá. “Ah, não tem validade”. Quem disse que não tem validade? Guerra é guerra, e eles declararam guerra – guerra!

O país precisa e quer paz, pedindo anistia. Mas o Ministro Gilmar Mendes está oferecendo a guerra, e a gente tem que aceitar, a gente tem que aceitar essa oferta de guerra, mas em nome da população brasileira! Aqui eu represento a população – o Girão, o Marcos, o Amin, nós representamos –, que é quem manda. Representamos um povo, lembram? “Todo poder emana do povo”, e o povo nos colocou aqui. Eu não tive que puxar saco de Presidente da República e beijar a mão de Senador para ser Ministro; eu tive que encarar os eleitores e me ofertar para aqui estar e lutando.

Eu não sei se eu não estou em tom de despedida, mas pode ser que eu não volte a discursar segunda-feira, porque não há mais motivo. Se o Senado não reagir hoje – hoje –, eu não tenho mais motivo para estar aqui. Eu não tenho por que pugnar uma reeleição. O que vai me trazer aqui e dizer o que se quem está me ouvindo, quem está me vendo não me respeita? E não tem que respeitar mesmo, embora eu pague pela omissão dos outros.

Então, eu não teria... Eu vou ficar observando se a gente vai reagir como instituição. Se não reagir, pelo menos eu não pretendo ocupar a tribuna e nem sair candidato à reeleição, porque não tenho mais nada a fazer aqui. O povo, quando me mandou para cá, Girão, eu discursava – uma carreira política de 36 anos – sempre dizendo o que eu faria: CPI das ONGs, combater os desmandos dos Ministros, autonomia do Banco Central, lei que protege a mulher lá na escola... Eu ficaria fazendo tudo isso e perderia a razão de ser. Eu estaria já enganando meus eleitores por fingir que os estou representando. Mais do que isso: eu não teria como voltar para casa, cara; encarar minha mulher, encarar minhas filhas, porque elas veem em mim um lutador de beira de barranco que conseguiu chegar aqui. Eu não teria como encarar minha família, as minhas filhas, dizendo e reconhecendo que o Ministro Gilmar Mendes, que nunca teve um voto na vida, manda no destino do Senado.

Hoje, é dia de o Senado mostrar quem manda no seu destino. Mais do que isso, o Senado tem que provar que, dos três Poderes, é o único que representa o povo e que pode, em nome do povo, fazer o que deve ser feito. Por mim, a gente traria, Girão, o seu pedido de *impeachment* do Ministro aqui. Portanto, eu só volto a esta tribuna hoje se observar... Não é condição nenhuma, é condição para mim, que eu estou me impondo – a ninguém, ao Davi, a ninguém. Se o Senado não reagir como deve reagir hoje, eu não pretendo mais ocupar esta tribuna e pediria perdão aos eleitores do Amazonas, porque eu não teria ânimo para ser comandado por um Ministro que não tem feito o seu papel. É difícil, é vergonhoso e, acima de tudo, seria humilhante.





Como eu não aceito essa humilhação – e não posso aceitar e por isso protesto – é que eu vou observar. Se o Senado não tomar nenhuma decisão, eu não pretendo ficar ocupando mais esta tribuna e – quem sabe? – também não pugnarei a reeleição. Se o Senado tomar alguma posição hoje, oficial – Constituição –, aí lá estaremos nós de novo para travar essa guerra, topar essa guerra contra os maus Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Obrigado, Senador Girão.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado, Senador Plínio Valério, pelo desabafo que o senhor faz, pela inconformidade.

Mas eu sou testemunha aqui de que o senhor, desde que assumiu este mandato, trazido aqui pelo povo do Amazonas, tem combatido o bom combate e assinado todos os pedidos de *impeachment*. Não tem só discursado, não. O senhor não tem apenas feito discurso aqui, da tribuna do Senado, feito protesto, não. O senhor tem agido nesse sentido. E nós vamos agir juntos mais uma vez. Eu acho que é a derradeira.

No meu modo de entender, eu penso exatamente como o senhor. Acabou! Chegou o fundo do poço. Eu nem sabia deste número, Senador Marcos Rogério – já vou lhe passar a palavra: são 31 pedidos de *impeachment*. Quer dizer que o campeão está pau a pau entre o Gilmar Mendes e o Ministro Alexandre de Moraes. Puxem um desses, e o Senado age ou, então, fechem, porque é uma vergonha para a população brasileira. Realmente não tenho como olhar também... O povo cearense não me trouxe para cá para esse papelão.

Com a palavra, o bravo Senador Marcos Rogério, do Estado querido de Rondônia.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, povo brasileiro que nos acompanha pelo sistema de comunicação do Senado Federal, é um dia triste para a democracia. O Brasil certamente acompanha com perplexidade a notícia da decisão cautelar proferida pelo Prof. Gilmar Mendes.

Eu, Sr. Presidente, não poderia deixar de, na esteira do que os demais Senadores fizeram ao longo da tarde de hoje, manifestar-me, porque essa decisão se traduz em um ato grave, em uma escolha para a qual a gente precisa olhar e enxergar a dimensão do que representa essa decisão. Ela fere de morte o princípio constitucional da separação de Poderes.

Pregam tanto a separação, pregam tanto que deve haver harmonia, respeito a cada um dos Poderes, mas, diante de cobranças legítimas ou não da sociedade – e a sociedade há que ser respeitada como sociedade –, eles se juntam; por ora ainda não. Eu diria que eles se juntam, mas, por ora, ainda não, porque nós estamos diante de uma decisão monocrática, de uma decisão de um Ministro da Suprema Corte.

Faço aqui, desde logo, uma reflexão: como será o posicionamento dos demais? Vão referendar o absurdo, vão referendar o abuso, vão referendar esse movimento que rasga a Constituição Federal ou vão se posicionar em defesa da Constituição Federal do Brasil?

Eu repito: nós não estamos diante de um simples ajuste procedimental, não. Estamos diante de uma reinterpretação profunda da Lei do Impeachment, operada por decisão monocrática, que altera a relação entre os Poderes e reduz um instrumento que a Constituição confiou ao Senado da República: o julgamento dos crimes de responsabilidade do Presidente da República, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos membros dos conselhos CNJ e CNMP.

Sr. Presidente, o que nós estamos vendo aqui, o que nós estamos enxergando neste momento é um movimento de concentração de poder, é um movimento que busca colocar um poder acima dos demais. Ao fim e ao cabo é isso, porque, se nós já temos um ambiente onde, diante das circunstâncias políticas, é difícil processar um pedido de abertura de processo de *impeachment*, se antes era difícil, agora impossível é, porque essa é uma decisão de blindagem, é uma decisão de autoproteção, e isso viola de morte o princípio



da separação de Poderes.

Sr. Presidente, a Lei nº 1.079, de 1950, previa, primeiro, maioria simples para as etapas iniciais do processo: parecer, recebimento da denúncia e da pronúncia, essas três fases. Não havia necessidade do quórum de 54 Senadores para permitir o início do processo. Agora, numa decisão monocrática, ele reinterpreta a lei, ele reescreve a lei – não é interpretação, ele está reescrevendo a lei –, para dizer que não, que isso é incompatível. O Relator entende que a lei como está é incompatível com a Constituição de 1988 e fixa que qualquer deliberação do Senado para admitir e receber a denúncia contra Ministro do STF tem que ter quórum de dois terços dos Senadores, ou seja, os 54 votos, o que só é necessário, à luz da 1.079, para o último ato, o ato de impedimento, de *impeachment*. E aí, assim, simplesmente reescreve a lei, redefine o que diz a Constituição Federal e que, olha, tem que estar tudo certo.

Nós estamos num momento em que se fala tanto em tentativa de golpe, em tentativa de romper com a democracia. Uma coisa é a narrativa do golpe, outra coisa são os fatos jurídicos e as decisões que representam a tomada do Poder à força, mas não pela força das armas ou da violência física, mas pela força da caneta. Aqui está o verdadeiro golpe, um golpe à Constituição Federal, um golpe à democracia, um golpe à separação de Poderes.

Ora, pois, se o Constituinte originário desenhou o modelo, se a Lei 1.079, que já foi submetida a diversas apreciações no âmbito do próprio Supremo Tribunal Federal, quando do *impeachment* lá atrás – e depois com a Presidente Dilma também –, novamente, o Supremo Tribunal Federal enfrenta essa questão.

Mas agora, assim, a decisão foi ao ponto que jamais se imaginaria que fosse. Ela chegou ao ponto de dizer que os Poderes, embora a Constituição diga que são iguais... Mas não são tão iguais assim, porque há um poder aqui que está acima dos demais. Há um poder que está acima dos demais. E vou além: além dessa questão do quórum qualificado, um outro ponto: a legitimidade para oferecer denúncia só à Procuradoria-Geral da República. O art. 41, da Lei nº 1.079, dizia que é permitido a todo e qualquer cidadão denunciar perante o Supremo Tribunal Federal, aliás, perante o Senado Federal, Ministros do STF, mas a decisão conclui que, para Ministros do STF, essa regra não foi recepcionada pela Constituição de 1988.

Ora, ela foi recepcionada no caso do mandatário eleito Presidente da República, porque foi o Supremo que disse, mas o mesmo Supremo que disse que a Lei do Impeachment foi recepcionada no caso do Presidente da República agora passa a dizer que, no caso dos Ministros da Suprema Corte, a Lei nº 1.079 não foi recepcionada para permitir que qualquer cidadão possa oferecer denúncia.

Ora, Sr. Presidente, se não estamos diante de um casuísmo?

Então, ele afirma que a denúncia por crime de responsabilidade contra Ministros do STF só pode ser oferecida pelo Procurador-Geral da República em nome de um controle mais técnico e imparcial. Bom, traduzindo, na prática, cidadãos, entidades que queiram denunciar não podem mais apresentar diretamente denúncias de *impeachment* contra Ministros do STF. O poder de iniciar esse tipo de processo passa a depender da vontade ou da omissão do Procurador-Geral da República.

Não vou nem entrar... A decisão vai descer a minúcias com relação à questão do afastamento, vai redefinir a questão do subsídio, dos salários, vai entrar em detalhes, num movimento de reescrita, de redesenho do modelo...

Sr. Presidente, não quero aqui me alongar. Muitos já falaram desse assunto, desse tema hoje. A pergunta que fica: desde quando o controle político de autoridades de Estado deve depender, exclusivamente, da vontade ou da omissão de um único agente, o Procurador-Geral da República?

Isso não fortalece a República. Isso não fortalece a democracia? Pelo contrário, isso fragiliza, isso fere de morte a democracia. Por quê? Porque está concentrando na mão de uma única pessoa o poder de iniciar ou não, de denunciar ou não.



Agora, o que me preocupa é que esse movimento acontece em face de um movimento da sociedade. Essa decisão acontece em face de um movimento da sociedade. A sociedade que está criticando, a sociedade que está apontando erros, a sociedade que está fazendo um movimento político e que pode impactar a composição desta Casa, e aí, no temor de que esta Casa tenha no futuro uma composição que queira tocar a pauta de *impeachment*, para se preservar, para se proteger, “vamos mudar a Constituição”. Mas pela via do emendamento constitucional? Não! Pela via da interpretação. “Vamos mudar a Lei 1.079.” Com um projeto de lei? Obedecendo ao devido processo legislativo? “Não, a gente reinterpreta, reescreve, refaz e define.” Onde está o devido processo nisso, o devido processo legislativo? Não existe.

Também se impede o Senado de, mesmo diante de fatos graves, afastar cautelarmente... Veja, assim, nós estamos diante de uma situação, Sr. Presidente, que simplesmente anula o papel do Senado Federal no tocante à abertura e processamento de *impeachment* de ministros da Suprema Corte.

Veja V. Exa. que há muitos pedidos na Casa, houve no passado e há hoje, e, com as regras atuais, não se processou nenhum pedido. Se isso não aconteceu até este momento com as regras atuais, com esse novo modelo – que espero que não prevaleça, porque é inconstitucional, porque é imoral, porque fere de morte o princípio da separação de Poderes –, se prevalecer, nós estaremos diante de uma proteção absoluta; estão se colocando acima da Constituição Federal – estão se colocando acima da Constituição Federal.

E, aqui, faço um apelo ao Presidente do Senado. Essa é uma defesa institucional. Não dá para aceitar, porque essa decisão representa um ataque direto e ilegal ao papel do Senado Federal; é uma violação às prerrogativas do Senado Federal, Senador Cleitinho, é uma ofensa, é um ataque, é uma supressão do papel do Senado Federal.

Então, não é a opinião do Senador Marcos Rogério, do Senador Cleitinho, do Senador Girão, do Senador Plínio, do Senador Hiran; não é uma questão de opinião. É uma questão de se restabelecer o papel constitucional do Senado da República. Ou o Senado vai se posicionar para resguardar o seu papel ou ele sai ainda mais apequenado, porque uma boa parcela da sociedade brasileira, quando olha para o Senado Federal, diante de tantos abusos que vêm acontecendo, sem que haja um posicionamento dentro da Constituição, já olha para cá e considera uma Casa que não cumpre a sua função e que se acovarda diante de apelos legítimos da sociedade.

E eu vou concluir aqui, Sr. Presidente. Eu disse, agora há pouco, que me parece um movimento conectado com a preocupação de que este Senado Federal seja renovado com visões e posicionamentos que talvez não deem a eles o conforto que têm hoje. Isso é se proteger do povo.

A Constituição Federal diz que todo poder emana do povo, e esse poder é exercido por meio dos seus representantes. Por isso, o legislador perde espaço, perde a vez de tempos em tempos, porque, quando ele atua desconectado da sociedade, dentro do processo de validação, de confirmação ou não de mandatos, ele deixa de atuar, ele deixa de estar, porque o povo fala: “Você não me representa mais”. Você não está lá para ser representante de si mesmo, você representa o povo.

Agora, quando você tem movimentos que tentam se proteger, criar a proteção contra o povo, isso é o fim da democracia – isso é o fim da democracia. Não tem democracia, porque, se o poder emana do povo, o povo cobra um posicionamento do Senado Federal, que tem os seus instrumentos, que tem os seus meios e que não o faz de forma irresponsável, porque, se o fizesse, já teríamos dez, 20 *impeachments* – não o faz. Agora, impedir que isso aconteça no futuro, dentro – repito – dos instrumentos constitucionais e legais que temos, é uma agressão ao povo brasileiro. Isso é uma violação à democracia, o que não dá para aceitar.

Eu agradeço a V. Exa. pela oportunidade e pela generosidade do tempo. Eu, mais uma vez, reitero a minha expectativa de que a Casa se posicione, como instituição, na defesa de suas prerrogativas. Aqui, não se trata de questões partidárias, não se trata de questões pessoais: trata-se de defender as prerrogativas do Senado da República, uma instituição bicentenária.



Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Senador Marcos Rogério, pelo brilhante discurso, firme. Sua característica é essa, e é outro Senador que sempre se posicionou, que sempre assinou os pedidos de *impeachment*, que tem não apenas discurso, mas também ação.

E eu quero dizer... Eu falei aqui no Plenário do Senado Federal, Senador Marcos Rogério, há algumas semanas, que está se armando uma cama de gato justamente para nós. Efetivamente, 2027 está chegando, vai ter uma nova composição, e não tem como a gente tirar outra conclusão: é para se blindar. Então, que o Senado hoje reaja. O Brasil espera só uma coisa – não é conversa mais não, não tem mais o que se discutir, não tem mais o que se conversar –: ação efetiva, porque, senão, esta Casa acabou – acabou.

Eu quero aproveitar aqui e saudar a Jornalista Cyneida Correia – seja muito bem-vinda ao Plenário bicentenário do Senado Federal. Ela é do *site* Política Macuxi e está muito bem acompanhada por este grande Senador, Dr. Hiran Gonçalves, que está hoje aqui e teve uma grande vitória hoje para o Brasil, para o que é correto, que é o exame de proficiência. Eu quero dizer que tive a honra de votar, sob a sua liderança hoje, e vamos a outras vitórias, Dr. Hiran. Seja muito bem-vinda, Jornalista Cyneida Correia. Estamos aqui às suas ordens.

Eu quero chamar, agora, o Senador Cleitinho, que é um Senador também do povo, um Senador do Estado de Minas Gerais, porque eu tenho muita honra... Eu sou cearense, mas recebi o título de cidadão lá de Pedro Leopoldo, e posso dizer que sou mineiro também, com muita honra. Amo o povo e quero aqui chamar o Senador Cleitinho para a tribuna.

Senador Cleitinho, infelizmente hoje nós tivemos, além da queda, o coice. É uma anulação desta Casa o que está em jogo, mas o senhor, com a sua voz firme e forte, eu não tenho dúvida de que vai tocar nesse assunto. Inclusive, o senhor teve uma iniciativa também, legislativa, de reação imediata, mas eu quero lhe dizer que estamos juntos para o que der e vier.

**O SR. CLEITINHO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG. Para discursar.) – Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde a todos os Senadores e Senadoras, à população que acompanha a gente pela TV Senado, a todos os servidores desta Casa.

Quero cumprimentar o nosso Deputado Federal por Minas, o Mário Heringer, que está aqui, um professor da política mineira, com quem a gente aprende todos os dias. Que Deus o abençoe! Em tudo que for por Minas, o senhor sabe que pode sempre contar com o nosso mandato aqui, está bem? Um abraço para o senhor.

Queria começar a minha fala de hoje, gente, pedindo o câmara para poder dar aqui um *zoom* e mostrar isto aqui: o Senado está fechado para balanço. É isso que vai acontecer. Foi isso que o Ministro Gilmar Mendes fez hoje com todos os Senadores e com a população brasileira. Pode pegar uma chave aqui e trancar o Senado, porque a nossa prerrogativa acabou. Não precisa mais o Presidente da República indicar Ministros para a gente poder sabatar aqui, não. Porque a gente faz a sabatina, depois a gente tem prerrogativa de fiscalizar os Ministros, inclusive para poder impitirá-los. E o que se está fazendo agora? Nem denunciar a gente pode. Quem vai denunciar agora a PGR? Sabe o que o Ministro Gilmar Mendes fez aqui? Ele legislou, inclusive, em causa própria. Foi isso que o Ministro Gilmar Mendes fez aqui, na cara dura!

Eu quero falar aqui novamente, como eu sempre falo: eu não tenho medo. Eu acho que aqui não é ideologia, não, viu? Aqui são todos os Senadores, de qualquer partido que sejam, de esquerda, de direita, que têm que subir à tribuna e se posicionar. E o Presidente do Senado também. O que ele fez aqui foi uma falta de respeito com os Senadores.

Outra coisa: que medo é esse? É por causa das eleições do ano que vem? Que medo é esse? Quem



não deve não teme. Qual é o problema de o Senado começar a...

Outra coisa: não são só os Senadores, não, é a população brasileira que tem essa prerrogativa também.

O que ele está fazendo aqui é ditadura! Falam tanto em ditadura, Presidente, mas o que o Ministro Gilmar Mendes está fazendo aqui é uma verdadeira ditadura, acabando com a democracia. E vocês, Excelências, não são reis. Vocês são como nós aqui, só não foram eleitos. E eu acredito que, se fosse para fazer campanha, sair na rua para pedir voto, eu queria ver se eles tinham coragem para fazer isso. Que medo é esse? Vocês não têm que ter medo de serem denunciados, não, uai. Quem não deve não teme.

É por isso que eu entrei com essa PEC. Eu peço o apoio aqui de todos os Senadores, que todos os Senadores, independentemente de qual partido sejam, possam assinar essa PEC minha, para a gente voltar ao que era antes. Inclusive, vai melhorar, porque hoje, para poder ter o início de um *impeachment*, tem que ser por maioria absoluta, Presidente. O que eu estou fazendo aqui é para a maioria simples poder dar início. Porque o que ele está fazendo aqui é, literalmente, tirando a prerrogativa nossa de quê? De denunciar. E o que a gente vai fazer aqui é voltar ao normal, é simples o que a gente vai fazer aqui. Então, eu peço aqui a assinatura de todos os Senadores, para a gente poder, literalmente, combater essa decisão do Ministro Gilmar Mendes. E eu espero, com toda humildade, que o nosso Presidente do Senado possa se manifestar, porque hoje foi um verdadeiro tapa na cara de todo o Congresso Nacional, de toda a população brasileira.

Novamente, eu não sei por que está com medo. Quem não deve, não teme. É porque eu acredito que tem eleição o ano que vem. Muitas pesquisas já mostram, em cada estado aqui, que muitos Senadores que são independentes, que não têm rabo preso, podem estar aqui em 2027, e eu não sei por que o medo, gente, eu não entendo isso.

Inclusive, na época, Girão – e você também votou contra –, houve a questão da PEC da blindagem. E eu penso o seguinte: por que a gente tem que ter medo e se blindar? Porque o que eles estão fazendo hoje...

Ah, eu queria ver quem saiu na rua para ir contra a PEC da blindagem sair na rua agora para poder ir contra essa decisão do Ministro Gilmar Mendes, porque o que o Gilmar Mendes está fazendo com todos os Ministros é se blindando e legislando em causa própria. É isso que eles estão fazendo. Então, eu queria ver... Da mesma forma que teve artista, que todo mundo parou num domingo para poder... E eu apoiei a questão da PEC da blindagem, eu fui contra aqui, porque, novamente...

O que os ministros estão fazendo, para vocês terem noção, é legislando em causa própria e se blindando. E aí? Eu estou pronto para ir para a rua. Quem quiser ir para a rua... E eu sou mais, viu, Girão? Porque eu acredito que você já protocolou esse pedido de *impeachment*, que eu já assinei também. Se não quiserem a minha PEC, podem também pedir o *impeachment* do Ministro Gilmar Mendes, sem medo nenhum.

Com todo o respeito a V. Exa., Gilmar Mendes, tenha respeito por esta Casa também – tenha respeito por esta Casa.

E quantas vezes precisar assinar pedido de *impeachment* aqui, eu faço questão disso aí. Inclusive, se precisar de uma CPI contra mim, eu assino aqui na hora. Novamente, quem não deve não tem que temer nada.

Então, eu espero que os Senadores possam reagir, de todos os lados, de todos os partidos que têm aqui, que os 81 Senadores possam apoiar esse pedido de *impeachment* do nosso querido Senador Girão e possam apoiar a minha PEC também. Vamos dar uma resposta, porque a população brasileira já começou, nas redes sociais: “O que é que o Senado vai fazer?”, “Qual é a decisão do Senado, Cleitinho?”. É por isso que eu coloquei isso aqui, gente. Se a gente não fizer nada dessa vez, já que está acabando o ano – a gente



já está em dezembro, daqui a pouco é 31 de dezembro –, na hora em que virar o ano, a gente fecha para balanço, porque a população brasileira não aguenta mais. A verdade é essa.

Então, que nós, Senadores, aqui, possamos ter o mínimo de vergonha na cara e combater essa decisão do Ministro Gilmar Mendes, porque, novamente, olhando aqui para esta TV: eu não tenho medo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Obrigado, Senador Cleitinho. Objetivo, direto, falou tudo.

Chega de covardia! Eu acho que nós chegamos, no momento, ao fundo do poço, não tem mais para onde ir. A sessão vai começar daqui a pouco. Quero dizer para as brasileiras, para os brasileiros que nós vamos ter, daqui a pouquinho, que encerrar aqui, porque aconteceu essa decisão liminar do Ministro Gilmar Mendes, que quer que apenas a PGR (Procuradoria-Geral da República) possa pedir a abertura de pedido de *impeachment* de Ministro do STF, mudar uma lei do Brasil, uma lei de desde 1950.

Nessa mesma liminar – foi uma liminar –, ele também determina que a aprovação da abertura do processo de *impeachment* só possa ser feita com dois terços dos votos dos Senadores, e não por maioria simples, como sempre foi. Essa liminar tem previsto o seu julgamento para o Plenário virtual do Supremo até o dia 19 de dezembro. Os ministros ainda têm a chance de consertar essa anulação da Casa revisora da República, porque é isso o que acontece. Infelizmente, só tem vindo coisa ruim lá do nosso Supremo Tribunal Federal. Não estou falando isso... Eu sempre coloquei várias situações que não são positivas. Essa iniciativa abusiva, decidida hoje... É uma data triste para o Brasil, mas este Senado, se depender de mim e de muitos colegas aqui, vai se levantar. O Presidente daqui a pouco vai assumir esta cadeira e a gente espera um posicionamento dele pelas prerrogativas do Senado Federal, só isso.

Essa iniciativa abusiva tem como objetivo retirar da sociedade brasileira um instrumento legítimo e eficaz de fiscalização e, principalmente, anular o Senado da República. Significa uma gravíssima distorção do princípio fundamental dos pesos e contrapesos do Estado democrático de direito.

Então, dito isto, com muita esperança, com muita fé, que possamos reverter isso enquanto é tempo. É isso o que o brasileiro espera.

Não havendo mais oradores presentes, a Presidência suspende a sessão deliberativa, que será reaberta para apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia.

Está suspensa a sessão neste momento.

Muito obrigado.

*(A sessão é suspensa às 15 horas e 56 minutos e reaberta às 16 horas e 10 minutos, sob a Presidência do Sr. Davi Alcolumbre, Presidente.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está reaberta a sessão.

Encerrado o Período de Expediente, declaro aberta a Ordem do Dia.

Início da Ordem do Dia

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Veneziano Vital do Rêgo.

**O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Pela ordem.) – Os meus cumprimentos e boa tarde a V. Exa.

Eu indago a V. Exa. se nós poderíamos – sem, evidentemente, gerar qualquer tipo de inconveniente a V. Exa., à Mesa e aos trabalhos – incluir dois itens extrapauta: o Projeto de Lei 6.070, que trata de mudanças no plano dos servidores do Senado Federal, no plano de carreira dos servidores do Senado Federal; e também, Sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 2.829, que foi discutido, deliberado e aprovado



pela Câmara, na semana passada, tratando do plano de carreira dos servidores do TCU.

Se não houver inconveniência, eu gostaria que V. Exa. pudesse colocá-los na condição de itens extrapauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Já havia uma solicitação, querido Relator Senador Veneziano, também do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Vital do Rêgo, e há, naturalmente, esse projeto que trata dos servidores do Senado, que é um ato da Mesa Diretora, assinado pelo Presidente da Mesa.

Então, eu recolho a solicitação de V. Exa. e, tanto na questão dos servidores do Tribunal de Contas da União quanto dos servidores do Senado Federal, nós vamos incluí-los como item extrapauta da sessão deliberativa ordinária da tarde de hoje.

Projeto de Lei nº 2.829, de 2025, de iniciativa do Tribunal de Contas da União, que altera a Lei nº 10.356, de 2001, que dispõe sobre o quadro de pessoal e o plano de carreira do Tribunal de Contas da União e revoga a Lei nº 11.854, de 2008.

Foi apresentado, informo ao Plenário, o Requerimento nº 907, de 2025, de iniciativa dos Líderes partidários, que solicita urgência para apreciação da matéria. **(Vide Item 3.2.1 do Sumário)**

Submeto à votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento.

A matéria depende de parecer de Plenário.

Faço a designação do Senador Veneziano Vital do Rêgo para proferir o seu parecer em Plenário.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Para proferir parecer.) – Presidente, mais uma vez, os meus cumprimentos. Boa tarde a V. Exa.

Boa tarde a todos os nossos companheiros e companheiras, as Sras. e os Srs. Senadores.

V. Exa. já fez a leitura da ementa.

Trata-se de uma proposta de muita importância para o Tribunal de Contas da União e todos os senhores e senhoras servidores que compõem aquela corte, que auxilia externamente todos nós no acompanhamento preciso e importante dos gastos públicos e da qualidade deles. Nós recebemos da Presidência do Presidente Vital do Rêgo Filho um encaminhamento para que pudéssemos, nesta semana, tendo em vista que na semana próxima passada a Câmara dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas teve a oportunidade de fazer o que estaremos a fazer nesta tarde, deliberá-la e votá-la.

Eu pediria a V. Exa., porque se trata de uma matéria, a mim me parece, incontroversa e para que tenhamos o melhor encaminhamento da pauta, para me dirigir às razões que aqui estamos a relatar de uma forma mais concisa.

E vou à análise.

O Projeto de Lei 2.829 é uma medida necessária, oportuna e adequada para a modernização do quadro de pessoal e do plano de carreira do Tribunal de Contas da União, aliando suas estruturas funcionais às transformações institucionais, tecnológicas e jurídicas ocorridas desde a edição da Lei 10.356, do ano de 2001 – 2001. Vejam e ouçam os senhores: há 24 anos!

A proposta não apenas atualiza dispositivos defasados há mais de duas décadas, como também fortalece a capacidade operacional do órgão responsável pelo controle externo da administração pública federal. E nós fizemos aqui um... Nós arguimos aqui com base em cinco pontos a justificar plenamente a defesa que ora estamos a fazer pela aprovação do Projeto 2.829.

O primeiro deles: atualização normativa obrigatória para adequação às mudanças constitucionais



e legais. O texto vigente, que é de 2001, já não reflete o conjunto de atribuições, competências e exigências introduzidas pelas alterações constitucionais no sistema de controle, especialmente após a Emenda Constitucional nº 103, de 2019, que revisou parâmetros remuneratórios e regras de transição no serviço público, pela evolução do modelo de fiscalização digital, auditoria contínua e uso intensivo de dados, pelo acúmulo de normas infraconstitucionais que ampliaram o escopo de controle externo em áreas como governança, gestão de riscos, integridade e políticas públicas.

A segunda pilastra, fundamento que nós aqui elencamos: reorganização funcional, sem criação automática de despesas. O projeto não cria cargos, não expande estruturas e não gera despesa obrigatória automática. O que faz é, tão somente, reestruturar funções de confiança com criação condicionada à autorização expressa na lei orçamentária anual, revogar estruturas antigas, como a Lei 11.854, de 2008, e dispositivos obsoletos da Lei 10.356, à qual já fizemos menções, de 2001, promovendo racionalização normativa, redução de redundâncias administrativas.

Terceiro ponto: fortalecimento da profissionalização e da qualificação dos quadros do TCU. O projeto introduz, Sr. Presidente Davi Alcolumbre, melhorias que aumentam a especialização do corpo técnico, tais como exigência de nível superior para o cargo de técnico federal de controle externo, incentivo à formação continuada com exigência de pós-graduação para progressão entre classes, reforçando a cultura de qualificação permanente, e delimitação mais clara das atribuições dos cargos, separando áreas de controle externo e de apoio técnico e administrativo.

Quarto ponto, que reputamos como importante a fim de dar sustentação ao trabalho que nós estamos a realizar em defesa deste projeto: reforço institucional ao controle externo sem aumento da máquina pública. Controle externo é função típica do Estado, de natureza essencial e indelegável, sendo fundamental para prevenirmos irregularidades, aperfeiçoarmos políticas públicas, melhorarmos a qualidade do gasto e fortalecermos a confiança da sociedade na administração pública.

A adequação da carreira não representa benefício corporativo de modo algum, mas, sim, investimentos na capacidade institucional do órgão que protege o Erário. As auditorias mais qualificadas reduzem desperdícios, evitam fraudes e elevam o nível de governança.

Por fim, Sr. Presidente: simplificação, coerência normativa e segurança jurídica. Esta proposta legislativa promove a reorganização dos anexos e tabelas de cargos e remunerações, tornando-os mais transparentes e fidedignos...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – ... revogação de artigos superados, estruturação das gratificações sob parâmetros objetivos com limites expressos vinculados à variação do IPCA e sem risco fiscal inesperado.

Conclusão.

O PL em tela, que estamos a discutir, 2.829, é necessário porque substitui um conjunto normativo defasado e insuficiente para as atribuições atuais do TCU. Ele é adequado, pois atualiza carreiras sem criar despesas obrigatórias, e é benéfico ao país ao fortalecer a instituição responsável pela fiscalização do gasto público e pela sua melhoria e gestão federal.

Diante do que nós expusemos, Presidente Davi Alcolumbre, nós somos favoráveis, diante da comprovada constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, no mérito, pela aprovação do Projeto 2.829, do atual ano. **(Íntegra do Parecer nº 179/2025-PLEN-SF - Vide Item 3.2.1 do Sumário)**

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) –





Concluiu?

**O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O parecer é favorável ao projeto.

Completada a instrução, passamos à discussão da matéria. (*Pausa.*)

Não temos Senadores inscritos para discutir a matéria.

Está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação.

A Presidência submeterá primeiramente... (*Pausa.*)

Perdão!

Votação do projeto em turno único, nos termos do parecer apresentado em Plenário... (*Pausa.*)

Perdão!

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Votação do projeto em turno único, nos termos do parecer apresentado em Plenário pelo Relator.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Está aprovado o projeto.

A matéria vai à sanção presidencial.

Cumprimento o Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Ao tempo, será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Item extrapauta.

Projeto de Lei nº 6.070, de 2025 – como disse ainda há pouco –, de iniciativa da Comissão Diretora do Senado Federal, que altera a Lei nº 12.300, de 2010, para modificar o Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, e dá outras providências.

Senador Moro...

Informo ao Plenário que foi apresentado o Requerimento nº 908, de 2025, de iniciativa dos Líderes partidários, solicitando a urgência para a deliberação da matéria. (**Vide Item 3.2.2 do Sumário**)

Submeto à votação o requerimento de urgência.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado o requerimento. (*Pausa.*)

Uma informação importante ao Plenário: a Presidência informa que todas as emendas apresentadas ao PL nº 6.070, de 2025, visam estender direitos já previstos em lei ou no próprio projeto a um grupo maior de servidores, o que, inevitavelmente, acarretará uma ampliação das despesas inicialmente previstas na proposição. Embora todas justas e meritórias, as emendas esbarram na vedação constitucional do aumento de despesa em projeto sobre organização dos serviços administrativos do Senado Federal, art. 63, inciso II da Constituição, e alínea “b” do inciso IV do art. 230 do Regimento Interno do Senado Federal, e na falta de estimativa de impacto orçamentário e financeiro, exigido pelo art. 113 do ADCT. (**Emendas nºs 1 a 6-PLEN - Vide Item 3.2.2 do Sumário**)

Assim, a Presidência decide impugná-las com fundamento no art. 48, inciso XI do Regimento Interno do Senado Federal, não havendo a necessidade de instrução da matéria em Plenário.

Passamos, portanto, imediatamente à discussão. (*Pausa.*)

Não temos Senadores inscritos para discutir a matéria.

Está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Votação do projeto e das emendas em turno único, nos termos do parecer.



As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o projeto.

O parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, será publicado na forma regimental.

**(Parecer nº 180/2025-CDIR/PLEN-SF - Vide Item 3.2.2 do Sumário)**

Em discussão a redação final. (*Pausa.*)

Não tendo Senadores inscritos para discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a redação final.

A matéria segue à Câmara dos Deputados.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Líder Senador Omar Aziz.

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Pela ordem.) –

Sr. Presidente, a medida provisória que está... Eu pediria para V. Exa. pautá-la para a gente votar, que é a LAI, e já está em suas mãos. Ela foi votada ontem, na Câmara, e nós precisamos votar aqui no Senado.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu queria solicitar ao Senador Moro, porque há a necessidade de um acordo, que nós construímos, para não perdermos a eficácia desta medida provisória, que expira no dia de amanhã... Houve um acordo com a Senadora Tereza Cristina, com as Lideranças do Governo, com a Casa Civil. O Senador Randolfe Rodrigues está aqui presente. E eu queria pedir a permissão de V. Exa., pois, como tem um acordo a medida provisória, pelo que foi construído, eu queria pedir a V. Exa. que eu pudesse incluí-la também, como item extrapauta, antes da deliberação do primeiro item da pauta.

Eu queria agradecer a compreensão do Senador Moro, agradecer a compreensão dos Líderes partidários, e irei atender imediatamente à solicitação feita pelo Senador Omar Aziz.

Item extrapauta.

Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2025, que dispõe sobre o licenciamento ambiental especial, visando à consecução eficiente e eficaz de atividades e empreendimentos estratégicos, nos termos que especifica, e altera a Lei nº 15.190, de 2025, proveniente da Medida Provisória nº 1.308, de 2025.

Parecer nº 1, de 2025, da Comissão Mista.

O Relator na Câmara dos Deputados e da Comissão Mista foi o Deputado José Vitor, que foi favorável à medida provisória e à parte das emendas, na forma do projeto de lei de conversão apresentado.

Durante o prazo inicial, foram apresentadas 833 emendas.

A matéria foi aprovada no dia 2 de dezembro, na Câmara dos Deputados, e o seu prazo de vigência se esgota no dia 5 de dezembro.

Passamos à discussão. (*Pausa.*)

Não temos Senadores inscritos para discutir a matéria e está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Em votação conjunta os pressupostos de relevância e urgência, adequação financeira e orçamentária e pertinência temática da matéria; e o mérito do projeto de lei de conversão, que tem preferência regimental, nos termos do parecer.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto de lei de conversão.

Ficam prejudicadas a medida provisória e as demais emendas apresentadas.

Informo às Senadoras e aos Senadores que a matéria vai à sanção presidencial e, ao mesmo tempo, será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.



**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Líder Eduardo Girão.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Nós estamos vivendo um dia triste, muito emblemático da democracia do Brasil.

Eu estava no pequeno expediente aqui com alguns colegas e eu sinto a mesma dor, como Parlamentar, de não ter mais o que fazer aqui. Não tem mais razão do meu mandato. Eu quero colocar para o senhor a reação, que precisa ser imediata, desta Casa. Ela já foi vilipendiada demais, Presidente Davi Alcolumbre, a Casa revisora da República. Nós não temos como não fazer nada. E tem que ser uma reação não de discurso, mas uma reação efetiva desta Casa bicentenária, para que barre, de uma vez por todas, essa loucura institucional que o Brasil vive, da ditadura da toga.

Com todo respeito a sua pessoa, mas a sua autoridade, dessa cadeira, não teve a coragem de abrir nenhum pedido de *impeachment* que dormita nessa gaveta. Absolutamente, nenhum pedido de *impeachment*. Tem um aí que é o superpedido de *impeachment*, que fez um ano agora – 3 milhões de assinaturas de brasileiros; 137 Deputados Federais assinando; dois grandes juristas, Dr. Sebastião Coelho e Dr. Rodrigo Marinho; e apoiado por 41 Senadores da República, a maioria desta Casa. O senhor ignorou esse pedido de *impeachment*.

Peço agora a V. Exa. que aja para defender a democracia, de verdade – não é de boca... Porque o que aconteceu foi golpe hoje, com a decisão do Ministro Gilmar Mendes.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Peço a V. Exa. que abra um dos 31 pedidos de *impeachment* que ele tem aí, nessa gaveta – um, inclusive, que eu dei entrada com muitos colegas assinando. Que o senhor, imediatamente, abra esse pedido de *impeachment*, enquanto é tempo, para salvar o Brasil. O senhor está nessa cadeira, Deus o colocou aí, com a autoridade concedida por cada um dos Senadores, para, neste momento, tomar uma atitude que o Brasil espera – não é de hoje, é desde 2019, quando se abriu esse inquérito famigerado das *fake news*, que é uma espada na cabeça do povo brasileiro.

Esse inquérito que, segundo o Ministro do STF que saiu, Ministro Marco Aurélio Mello, é um inquérito do fim do mundo; um inquérito da perseguição, Sr. Presidente...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... um inquérito que está colocando um caos institucional no Brasil, uma insegurança jurídica sem precedentes.

Eu não quero ver o Brasil virar uma Venezuela. Eu não quero ver o Brasil virar uma ditadura, como se flerta, muitas vezes aqui, com o próprio Presidente da República.

Peço, em nome dos cearenses que me trouxeram para cá, em nome dos brasileiros que acompanham o nosso trabalho, em nome das pessoas de bem, todos nós temos muitas limitações e imperfeições, mas não chegou ao acaso esse fundo do poço. Acabou.

O Senador Plínio Valério colocou há pouco, e eu concordo com ele. É entregar a chave ao Supremo e liberar o mandato de todo mundo.

(*Soa a campainha.*)



**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não tem mais razão de ser o Senado. Ou o senhor age, e é essa a minha esperança – eu vim aqui para ouvi-lo... Eu vim aqui apenas para ouvi-lo e pedir uma reação à altura desta Casa, que consome R\$6 bilhões do povo brasileiro que rala para pagar imposto e que precisa que o Senado, agora, cumpra seu dever constitucional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu queria pedir atenção ao Plenário e, na condição de Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, preciso fazer uma manifestação pública para o Senado da República, para o Brasil e para a defesa do Poder Legislativo brasileiro, mas com muita serenidade, com muito equilíbrio institucional, com muita altivez, conclamando o Senado da República, a Casa da Federação, para que todos nós possamos cumprir o nosso papel constitucional, na condição de Poder Legislativo e, mais do que falar, legislarmos do ponto de vista institucional, que é o que nos cabe.

Uma fala muito tranquila, à altura da Presidência do Senado, para as manifestações que recebi durante toda a manhã de hoje, de Senadores e Senadoras, de fato, indignados e perplexos com mais uma decisão de um magistrado do Supremo Tribunal Federal, tentando usurpar as prerrogativas do Poder Legislativo.

Manifesto às Senadoras e aos Senadores que esta Presidência recebe com muita preocupação o conteúdo da decisão monocrática da lavra do Ministro Gilmar Mendes...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Monocrática e que ainda existe, né, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – ... nos autos da ADPF 1.259.

Se é verdade que esta Casa e a sua Presidência nutrem profundo respeito institucional ao Supremo Tribunal Federal, também é que, nesta relação, haja reciprocidade efetiva e que seja igualmente genuíno, inequívoco e permanente o respeito do Judiciário ao Poder Legislativo brasileiro, às suas prerrogativas constitucionais e à legitimidade das nossas decisões.

A decisão judicial vai de encontro ao que está claramente previsto na Lei nº 1.079, de 1950, que assegura a qualquer cidadão o direito de propor um processo por crime de responsabilidade. Essa foi uma escolha do legislador e, independentemente de concordarmos ou não com ela, precisa ser respeitada.

Eventuais abusos no uso desse direito não podem levar à anulação desse comando legal, muito menos – repito –, muito menos por meio de uma decisão judicial. Somente uma alteração legislativa seria capaz de rever os conceitos puramente legais, sob pena de grave ofensa constitucional à separação dos Poderes.

Nesse sentido, registro que tramita na Casa um projeto de lei que prevê um novo marco legal de crimes de responsabilidade no Brasil, de autoria do Senador Rodrigo Pacheco, em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.

Por outro lado, a situação estabelecida indica a necessidade de se alterar o regime das chamadas decisões monocráticas, em especial aquelas que suspendem a vigência de uma lei cautelarmente. Não é no mínimo razoável que uma lei votada nas duas Casas Legislativas e sancionada pelo Presidente da República seja revista pela decisão de um único Ministro do Supremo Tribunal Federal. Para tanto, deve ser exigível a decisão colegiada da Corte, instância única e última para se declarar a constitucionalidade, ou não, de uma lei vigente.

Também, nesse sentido, tramita no Congresso Nacional a PEC 8, já votada e aprovada no Senado Federal, aguardando deliberação da Câmara dos Deputados. Portanto, o Parlamento está atento e tomando as providências para que o aprimoramento legislativo aconteça, sabedor de que o exercício do seu direito de decidir ou de não decidir está amparado na vontade do povo, que elege os seus membros, exatamente



como deve ser numa democracia.

Igualmente relevante é reconhecer que as prerrogativas do Poder Legislativo são conquistas históricas e fundamentais para a sociedade, e que eventual frustração desses direitos sempre merecerá pronta afirmação aqui no Senado Federal, instância legítima de defesa dessas garantias, se preciso for, inclusive com a sua positivação na nossa Constituição Federal, através do seu emendamento.

Desde já, reconheço e agradeço o apoio institucional de cada Senador e de cada Senadora e, na condição de Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, não hesitarei em defender todas as prerrogativas estabelecidas na nossa Constituição brasileira.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Presidente, pela ordem – pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Eduardo Braga; e, em seguida, ao Rogerio Marinho.

(*Soa a campanha.*)

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, primeiramente...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, inscreva-me, por favor.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Primeiramente, eu quero cumprimentar V. Exa., cumprimentá-lo pela maturidade do posicionamento de V. Exa., cumprimentá-lo pela serenidade do pronunciamento de V. Exa. e cumprimentá-lo pela responsabilidade republicana do pronunciamento de V. Exa., afinal de contas, nós vivemos num Estado democrático de direito.

Os atos de 8 de janeiro estão muito recentes, Sr. Presidente, quando esta Casa foi invadida e um atentado contra a democracia aconteceu. O Supremo Tribunal Federal foi invadido e um atentado contra o Poder Judiciário aconteceu. O Palácio do Planalto foi invadido e um atentado contra o Poder Executivo aconteceu. Se o Estado democrático de direito serve para repudiar o ato do dia 8 de janeiro, inclusive com a posição intransigente do então Presidente do Congresso Nacional, Senador Rodrigo Pacheco, também foi, de igual modo, defendido de forma intransigente pela então Presidente da Suprema Corte Brasileira, Ministra Rosa Weber; e, de igual modo, foi intransigentemente defendido pelo Presidente da República, eleito democraticamente pela maioria do povo brasileiro.

Esse mesmo Estado democrático de direito, que serve para proteger as instituições, serve também para obedecer a um tripé constitucional que é fundamental, da democracia: a independência, a harmonia dos Poderes. Sr. Presidente, a independência e a harmonia dos Poderes pressupõem que há uma equidade entre os Poderes, e a equidade entre esses Poderes significa dizer que uma lei não pode ser revista por uma decisão monocrática, que uma lei não pode ser revista por uma decisão judicial a não ser que contenha alguma inconstitucionalidade.

Sr. Presidente, V. Exa. acabou de dizer que a Lei de Impeachment data da década de 50. Nós estamos em 2026. A Constituição da República data de 1988. Sr. Presidente, quantos anos já se passaram da promulgação da atual Constituição brasileira para só agora o Procurador-Geral da República entender que não foram recepcionados pela Constituinte e pela Constituição brasileira os atos de *impeachment* previstos para o povo brasileiro contra crimes de responsabilidade de qualquer autoridade? E só agora o Ministro do Supremo entende que esta Constituição não recepcionou uma lei de 1950? Quantos anos depois da promulgação da Constituição brasileira?

Sr. Presidente, isto desrespeita o fundamento da democracia da harmonia e da independência dos



Poderes.

Sr. Presidente, se isto não bastasse como argumento, como é que pode blindar de tal forma um Poder e, de outro lado... Eu chamo a atenção dos Srs. Senadores...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... que estão aqui entusiasmadamente discutindo sobre o tema. Nós não mudamos a lei, por decisão monocrática, em relação a S. Exa., o Presidente da República, e continua sendo, portanto, possível o *impeachment* pela vontade popular. Ora, o sistema de pesos e contrapesos do Estado democrático de direito está sendo rompido e rasgado.

Eu quero aqui, portanto, cumprimentar...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu vejo o entusiasmo da Bancada Feminina, eu soube que elas estiveram em recente reunião e creio que elas ainda estão eufóricas sobre a reunião que acabaram de ter, e eu respeito, mas este é um tema que é fundamental, e eu estou aqui me posicionando como Líder do MDB. E o MDB é um partido que sempre teve um comportamento de respeito à democracia, afinal de contas, foi o nosso partido o avalista da transição democrática neste país, entre o regime de ditadura e a democracia plena e direta. Foi o Presidente Sarney que convocou a Constituinte, foi o Presidente Sarney que anistiou esses mesmos que atentaram contra a nossa democracia, e foi o MDB que, nos anos mais difíceis, lutou em defesa dos direitos individuais e coletivos fundamentais da nossa Constituição.

E, Sr. Presidente, eu elogio o pronunciamento de V. Exa., porque V. Exa. dá conta de que esta Casa já tem em tramitação um projeto de lei para reformular a lei do *impeachment*, de autoria do Presidente Rodrigo Pacheco, mas não da sua lavra exclusiva. Ele foi fruto de uma Comissão presidida por um Ministro do Supremo Tribunal Federal, o então Ministro Ricardo Lewandowski. Portanto, até sobre este aspecto, esta Câmara Alta do país teve a preocupação de preservar a harmonia e preservar a independência entre os Poderes. Nós ouvimos, portanto, a Suprema Corte, através de um dos seus membros, para elaborar o projeto que está em tramitação nesta Casa e que é relatado pelo Senador Weverton, e que está praticamente pronto para ser votado na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa.

Então, ao fazer este pronunciamento em apoio a V. Exa. e à instituição democrática do Poder Legislativo, eu quero também fazer um apelo à Suprema Corte do nosso país: que este princípio fundamental da democracia, a harmonia e a independência dos Poderes, possa ser restabelecido, e possa ser restabelecido pela maioria dos seus membros, que possa ser restabelecido a tempo de nós podermos evitar uma crise institucional profunda que trinke um cristal que não pode ser trincado.

O evento de 8 de janeiro demonstra o quanto nós não podemos trincar o tripé da nossa democracia e do nosso Estado democrático de direito.

Por fim, Sr. Presidente, ainda há pouco esta Casa, mais uma vez, deu demonstração de responsabilidade. Esta Casa votou e aprovou uma medida provisória, transformada agora em lei de conversão, sobre o licenciamento ambiental especial, que vai destravar este país de inúmeras, de milhares de obras que estão paralisadas, que prejudicam o nosso país pelo imobilismo.

E, mais uma vez, V. Exa. está de parabéns porque foi por uma emenda de autoria de V. Exa., com a humilde contribuição de alguns Senadores – dentre os quais eu me incluo –, que nós conseguimos colocar, na Lei de Licenciamento Ambiental, recentemente aprovada pelo Congresso Nacional, com a relatoria da Senadora Tereza Cristina... Criamos e instituímos a licença ambiental especial, criando um mecanismo



inédito que vai libertar o imobilismo da nossa economia em determinados aspectos, principalmente na infraestrutura.

Então, V. Exa., de um lado, está de parabéns pela defesa intransigente da democracia, do Estado democrático de direito, da harmonia e da independência entre os Poderes. E, de outro lado, V. Exa. está de parabéns porque, na véspera do prazo para expirar e caducar uma medida provisória extremamente importante, que consolida o licenciamento ambiental especial, o Senado da República aprova, por unanimidade, praticamente, esta lei que libertará o Brasil e gerará milhares de empregos na nossa economia.

Parabéns a V. Exa. Parabéns ao Congresso Nacional. Com seus defeitos e com suas virtudes, nós somos a Casa do povo, nós representamos o povo brasileiro e vamos exercer o direito de, em nome do povo, exercer o poder que está previsto no art. 1º da nossa Constituição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, querido Líder Eduardo Braga.

Concedo a palavra ao Senador Líder Rogerio Marinho.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ROGERIO MARINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, eu começo a minha fala cumprimentando V. Exa.

V. Exa. sabe, e esta Casa também, que em alguns momentos nós temos tido desacordos, que são naturais no processo democrático, a respeito, inclusive, da maneira como esta Casa se comporta, mas V. Exa., quando fala hoje, fala em nome de todos nós.

Eu ousar dizer que os 80 Senadores, somados a V. Exa., têm o mesmo espírito, estão imbuídos do mesmo sentimento.

Existe uma síndrome, uma analogia que é feita, da maneira como as coisas vão acontecendo pouco a pouco e não se apercebe o que acontece, Sr. Presidente, chama-se: a síndrome do sapo que é colocado numa panela, e a água ainda não está fervendo. Ela vai aos poucos se aquecendo, e o sapo não consegue sair. E o fogo já tomou conta, e ele falece.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ROGERIO MARINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Nós estamos assistindo aqui a uma série de invasões de prerrogativas. Eu ouvi aquele que me antecedeu dizendo, “olha, não podemos quebrar o cristal.” O cristal quebrou, esfarelou.

A atitude de V. Exa. hoje, me parece que pode ser e deve ser, e nós vamos trabalhar para ser, Presidente, uma retomada. Nós temos que nos reafirmar como o Poder que representa os estados brasileiros, a Federação brasileira e o povo brasileiro.

Veja, Sr. Presidente, aqui existem pelo menos dez editoriais dos principais jornais do país, que falam a respeito do fato. E chamo a atenção dos meus pares: “O ativismo do STF representa risco preocupante”; “Depois de superar o golpismo, o Brasil precisa voltar a enfrentar a falta de limites do Supremo [Tribunal Federal]”; “Quem irá conter o Supremo?” “Sob Fachin, Supremo precisa buscar autocontenção”. O *Estadão* inclusive publica um editorial dizendo “Manual de Autocontenção para o STF”.

Eu não vou cansar os senhores, porque são muitos, mas isso mostra que nós temos claramente uma distorção na relação entre os Poderes, uma invasão clara de prerrogativas e uma relativização da lei. O que vale para uns não vale para outros; o que era verdade anteriormente deixou de ser verdade, e a jurisprudência não é mais respeitada, por exemplo, na questão do Presidente Bolsonaro.



Ele passou a ser, Sr. Presidente, o inimigo do Estado brasileiro. E a ele não é dado o amparo, o guarda-chuva, a proteção que todo cidadão brasileiro precisa ter do art. 5º da Constituição, seus direitos fundamentais. O juiz natural, o devido direito à defesa, a imparcialidade do juiz, Sr. Presidente, o duplo grau de jurisdição. Todos os ex-Presidentes foram julgados de uma forma, ele foi de outra.

Mas eu vou virar essa página, porque eu não tenho dúvida de que V. Exa., com a sua sensibilidade, no momento oportuno, vai submeter a esta Casa um projeto de lei, que não pode ser interditado por outro Poder, para que cada um dos Srs. Parlamentares limpamente, democraticamente mostre qual é a sua posição em relação ao tema da anistia. Eu sei que V. Exa., com a sua sensibilidade, no momento oportuno, antes do fim desta Legislatura, vai tomar essa atitude.

Mas eu quero falar do fato, Sr. Presidente, voltando ao tema em questão, de que hoje, por exemplo, nós estamos diante de uma série de ações feitas pelo STF, que é essa síndrome do sapo numa panela de água fria que vai fervendo aos poucos.

Os Srs. Ministros definiram que é legal – legal, Sr. Presidente – que os seus familiares mais imediatos, cônjuges, filhos possam atuar em processos em que eles – eles, os senhores juízes –, em qualquer instância, vão proferir o julgamento. É legal, Sr. Presidente, a maioria entendeu que é legal, mas é moral? Eu pergunto à sociedade brasileira: é moral? Nós podemos esperar imparcialidade de juízes que julgam causas em que a sua esposa, por exemplo, é parte? É moral, Sr. Presidente? Desculpe-me, não é moral, é inaceitável, mas é legal. E vamos respeitar a Justiça. Cabe a esta Casa, no momento oportuno, restabelecer, além da legalidade, a moralidade.

Nós tivemos aqui, por exemplo, um embate sobre marco temporal. A Casa, o Legislativo brasileiro tomou, em diversas oportunidades, decisões que foram ultrapassadas por um colegiado de doutores que entenderam que os representantes do povo brasileiro não eram aptos ou capazes de interpretar o sentimento da sociedade.

Nós tivemos aqui a ADPF das favelas e, recentemente, nós vimos esse tema efervescer no Brasil. Durante mais de cinco anos, a polícia não teve a oportunidade de ingressar nas comunidades do Rio de Janeiro, e o crime grassou de tal forma que aquela cidade virou um refúgio, um santuário de bandidos do Brasil inteiro, que para lá foram se esconder da polícia. Por quê? Viviam em locais protegidos, indevassáveis, pela ação dos bem-intencionados, que se arvoraram em interventores e recivilizadores da sociedade brasileira, passando por cima daqueles que são os legítimos representantes da população brasileira.

E eu quero dizer, Senador Eduardo, que escutei a fala de V. Exa. Quando V. Exa. diz, por exemplo, que o Presidente da República – Presidente da República, eleito por um colegiado de 120 milhões de brasileiros – foi impichado duas vezes, por uma ação oriunda de um cidadão, de um homem do povo ou de uma mulher do povo. Essa ação teve como consequência o impedimento e o afastamento de um Presidente da República, legitimado pelo voto da população brasileira.

Os senhores aqui sabem, Senadores e Deputados, que qualquer brasileiro – qualquer brasileiro – pode ingressar com uma ação nesta Casa ou na Câmara dos Deputados e propor uma penalidade para um Sr. Parlamentar, que pode resultar, desde que haja admissibilidade pela Mesa Diretora e o julgamento na Comissão de Ética, no *impeachment* do senhor – no afastamento, desculpem – ou na perda do mandato de um Deputado Federal ou de um Senador.

Mas os Srs. deuses do Olimpo não querem estar ombreados...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. ROGERIO MARINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ... com os Poderes que, segundo a Constituição brasileira e os preceitos e fundamentos da nossa democracia liberal, pressupõe-





se que são iguais, harmônicos entre si. Eu me lembrei agora daquela frase de George Orwell, naquela alegoria da fazenda: “Todos [...] são iguais, porém alguns são mais iguais que outros”.

Sr. Presidente, eu não vou entrar aqui na fulanização do debate, mas me permita: houve por parte da imprensa brasileira uma satanização do Congresso brasileiro em função de uma PEC de prerrogativas, que foi alcunhada de blindagem. Os jornais, os editoriais, os formadores de opinião, todos, unanimemente, disseram que o Congresso brasileiro tenta se proteger e proteger os malfeitos.

Muito bem, eu espero que a imprensa brasileira esteja debruçada sobre esse tema e entenda que blindagem, corporativismo e tentativa de impedir que a lei seja exercida na sua plenitude – porque a ninguém é dado o direito de estar acima da lei – também possam ser olhados como uma blindagem proposta por um membro do Supremo Tribunal Federal para o conjunto do Colegiado. Isso tem que ser repudiado, isso tem que ser combatido, isso tem que ser rejeitado pela sociedade brasileira, porque, apesar de esses cidadãos não terem voto, eles são, sim, suscetíveis à opinião pública, eles são suscetíveis, sim, aos editoriais, são suscetíveis, sim, às manifestações da imprensa, porque todos têm dado palestras, todos têm falado em fóruns, os mais variados, inclusive a respeito de temas que irão julgar, como se não fossem juízes, mas ordenadores de posicionamentos morais, civilizatórios, da sociedade brasileira.

As ADPFs, Sr. Presidente, também merecem o olhar deste Parlamento porque, em vez de serem, como deveriam ser originariamente, ações de obrigação de fazer, passaram a ser formulação de políticas públicas por parte do Judiciário se impondo, ou se interpondo, ou invadindo prerrogativa do Executivo brasileiro em todos os níveis.

Então, Sr. Presidente, desculpe-me a veemência e a indignação, mas este momento me faz sentir orgulho de ser Senador da República, porque V. Exa., na hora em que se pronuncia, o faz com a aprovação unânime de uma Casa que tem visões diferentes de mundo, que tem partidos plurais, que tem contradições, que tem embates os mais variados, mas todos nos irmanamos no mesmo propósito: na defesa da Constituição, na defesa da democracia e na defesa da liberdade neste país.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra, pela Liderança do PSD, ao Senador Omar Aziz.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, esta é uma Casa democrática: ela diverge. Mas esse tema converge todos nós, independentemente de partido político, de tendência, até porque se tem alguém que não é fiscalizado e, quando é fiscalizado, tem essa atitude, é o Supremo Tribunal Federal. A sua nota é muito serena, defendendo este Plenário, defendendo o Senado Federal.

Mas o que me chama a atenção, Presidente, é que essa liminar partiu de um decano que está...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – ... lá no Supremo Tribunal há mais de 30 anos e que já viu o *impeachment* de dois Presidentes da República. Esses *impeachments* foram baseados nisto: contra um Presidente que é eleito democraticamente, com a maioria dos votos, em primeiro e segundo turnos, pode-se, através de uma ação popular, se abrir o *impeachment*. E, hoje, o Supremo toma uma decisão liminar, liminar, sobre o que nós já votamos aqui. Nós votamos duas matérias importantes aqui: o fim do fórum privilegiado, que não foi votado na Câmara até hoje; e decisão monocrática, que não foi votada até hoje.

O Senado tem sido o equilíbrio em relação a muitas coisas, mas, neste momento, Presidente, nós não



podemos ficar passivos com o que está acontecendo. O Senado tem que tomar posição. Vamos discutir essa questão. Nós temos tempo para discutir, mas temos que discutir e agir, e não esperar que a gente seja atropelado mais uma vez.

Não podemos tirar as prerrogativas do Senador da República, que não foram dadas pelo Supremo aos Senadores, foram dadas pela pessoa que votou na gente. Essa prerrogativa não vem de uma outra Casa. Essa prerrogativa vem das urnas, do voto popular. E cada membro do Supremo foi votado aqui nesta Casa por quê? Porque as urnas nos deram essa prerrogativa. Como Senador da República, eu não me represento. Eu represento uma população e um eleitorado que me elegeu. Há uma diferença muito grande.

Senador Nelsinho, o juiz de todas as... Seja de primeira instância, de segunda instância, tem o Conselho Nacional de Justiça.

**O SR. NELSINHO TRAD** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. *Fora do microfone.*) – E são concursados.

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – E são concursados. Agora, o Supremo Tribunal...

O único órgão neste país que pode fiscalizar o Supremo é o Senado Federal. Não tem mais outro órgão, não. Depois do Senado, só se for Deus.

E vamos mudar o tapete! Já que dizem que o Senado é o céu, porque é azul, vamos mudar a cor, porque nós estamos vivendo um negócio que eu nunca esperava. Não esperava nunca isso, principalmente vindo do Ministro Gilmar Mendes, que é um decano, que está lá há muito tempo, e só hoje é que ele descobriu que tem uma inconstitucionalidade nisso. Só hoje, depois de tantos anos no Supremo Tribunal Federal.

O respeito a esta Casa... Se nós não nos respeitarmos, a esta Casa, nós não deveremos ser respeitados por ninguém. O respeito a esta Casa tem que partir primeiro da gente, de nós. Nós temos que nos fazer respeitar. Ou nos fazemos respeitar ou, de quem muito se abaixa, o fundo aparece.

Presidente, é hora de agir.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pela lista de oradores inscritos, concedo a palavra, pela Liderança do Progressista, ao Senador Esperidião Amin. (*Pausa.*)

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu já me pronunciei...

(*Soa a campanha.*)

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... hoje, às 14h, sobre este assunto, por isso serei mais econômico nas palavras, Presidente.

Mas quero recordar que o Ministro Gilmar Mendes, a quem eu prezo... Creio que é uma cultura singular no Supremo Tribunal Federal. Quando nós votamos a PEC das monocráticas, o senhor se lembra disso?

(*Soa a campanha.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Queria atenção, por favor.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Em 2023, por 52 votos a 19, a PEC das decisões monocráticas, cujo primeiro signatário é o Senador Oriovisto, e eu fui o Relator, foi aprovada, por 52 votos a 19.



O Ministro Gilmar Mendes disse que ela fora aprovada por pigmeus políticos. Vou repetir: pigmeus políticos aprovaram aquela PEC, e incluiu nos pigmeus políticos, pedindo a sua demissão da Liderança, o Senador Jaques Wagner. Lembram ou não lembram disso? Ou eu estou inventando aqui?

Pois hoje é uma decisão monocrática que nós estamos recebendo pela cara. Uma cautelar do decano, que não foi tomada por acaso, não. As ações, as duas ações que ensejaram essa decisão, Senador Flávio, são do mesmo dia, a ADPF 1.259 e a ADPF 1.260, de 16 de setembro deste ano.

Senador Omar Aziz...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... pãozinho quente.

No dia 12 de novembro, na arguição do Sr. Paulo Gonet, ele disse para todos nós que estávamos lá na sessão, a uma pergunta sua, que, pela visão sistêmica dele, realmente, no caso de Ministro do Supremo, só o Ministério Público Federal, só o Procurador-Geral, que estava sendo sabatinado ali na hora. Ele disse para nós que isso ia acontecer – programado.

E hoje, no dia 3 de dezembro... Presidente Davi, a Advocacia do Senado já se manifestou, naquela época, contra isso, nem sei se foi a seu pedido ou se foi um parecer simplesmente lançado ao ar. E hoje, dia 3 de dezembro – faz de conta que isso aqui é uma cortina num palco, num teatro –, a cortina foi embora. Ele já estava programando isso em absoluto conúbio com o Sr. Paulo Gonet. É para castrar os pigmeus políticos. Foi isso, isso não caiu do céu.

Sr. Danilo, o senhor procure conhecer, traga para o Presidente a manifestação da Advocacia-Geral do Senado. Eu não tenho a data aqui, mas foi entre 16 de setembro e hoje.

Portanto, isso é apenas mais um ato. E, por isso, eu me congratulei com o Senador Omar Aziz: não basta falar. Eu não vou falar sobre o 8 de janeiro, não vou falar sobre a “vaza toga”, não vou falar sobre os métodos de investigação, nem vou falar sobre o 4.781, o inquérito. Não vou falar sobre isso. Este é o assunto.

Eu só quero trazer aqui, como contribuição, uma única leitura: *Espírito das Leis*, de Montesquieu – quem quiser, procure –, Livro XI – esse XI faz coisa; Senadora Tereza Cristina, esse XI faz coisa! –, Capítulo IV, do *Espírito das Leis*, de Montesquieu. É o retrato do que está acontecendo: o homem investido de poder, Senadora Damares, empoderado, que consegue ultrapassar as medidas, as marcas, as regras, as linhas vermelha, amarela, roxa, ele nunca mais vai parar.

Prestem bem atenção: quem afronta e supera a lei, Senadora Leila, mesmo que seja com uma vara de saltar obstáculo ou no salto à distância, depois que ultrapassa aquilo, não para mais. Ele vai adiante e vai mais.

Então, nós estamos apenas no capítulo de hoje do processo de “eunuquização” do Senado Federal. É castrar mesmo. Essa é para derreter o Natal. Ou seja, nós temos poucos dias para dizer, Senador Alan Rick, se somos ou não somos pigmeus políticos. Quem quiser essa carapuça vai ter que se mostrar até o fim do ano e quem não a aceitar que se pronuncie por ações e não por choradeiras, por lamentações. Isso já passou. Agora é hora de dizer: você aceita o cabresto ou não aceita?

Eu quero dizer que eu não vou aceitar cabresto e vou fazer força para espichar o pescoço e não ser pigmeu político.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fazendo soar a campainha.*) – Pela Liderança do União Brasil, concedo a palavra ao Senador Sérgio Moro.

**O SR. SÉRGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela Liderança.) – Presidente, Senadores e Senadoras, primeiro, cumprimento V. Exa., Senador Davi, pela coragem institucional.



Existe um princípio básico na República de que ninguém está acima das leis. A ideia é a de que nós queremos um governo de leis e não um governo de homens.

Infelizmente, essa decisão monocrática que foi tomada – e, claro, respeitamos o Supremo Tribunal Federal – praticamente imuniza o Supremo Tribunal Federal de toda e qualquer responsabilização, porque uma eventual investigação criminal precisa ser instaurada pelo Procurador-Geral da República, conduzida pelo próprio Supremo Tribunal Federal. E agora a responsabilidade política – a prevalecer essa decisão monocrática, o que imagino que não acontecerá – também terá que seguir o mesmo caminho. Ora, nem os Senadores, nem os Deputados, nem o Presidente da República, que é eleito por dezenas de milhões de brasileiros, têm uma proteção legal desse nível. Nós temos aqui, infelizmente, que repudiar, sim, essa decisão.

Eu tomo a liberdade aqui de lembrar um texto da nossa primeira Constituição, a Constituição Imperial ainda, que dizia, no art. 99, que a pessoa do imperador é inviolável e sagrada. Ele não está sujeito a responsabilidade alguma. Isso foi, há muito, superado pela primeira Constituição republicana e ninguém pode pretender ter um tratamento equivalente ao que estava previsto na Constituição imperial em relação ao imperador. Nós queremos 11 ministros do Supremo, não queremos 11 imperadores do Brasil.

Nessa linha, espero que essa decisão não seja confirmada pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal – e aqui há a possibilidade, sim, do recuo –, ou, se ela for confirmada, que nós possamos restabelecer o equilíbrio, seja por lei, seja por mudança da Constituição.

O que não podemos admitir é que uma lei que vigorava desde 1950, cuja constitucionalidade jamais foi questionada nesse aspecto, de repente, de supetão e por uma medida cautelar, como se houvesse uma questão de urgência, seja alterada por uma decisão judicial de criatividade, mas destituída de um amparo expresso ou mesmo implícito no nosso texto constitucional.

Precisamos, sim, todos nós, nos submeter à lei. E se recentemente vimos, na chamada PEC das prerrogativas, que veio a esta Casa e acabou sendo rejeitada, e um dos motivos foi a discordância desta Casa em relação ao texto, mas, igualmente, o repúdio da opinião pública sobre aquilo que se chamava de blindagem em relação aos Parlamentares, tanto mais agora, porque se priva o cidadão, todo cidadão brasileiro, do direito de reclamar e o Congresso Nacional, do *impeachment*, uma medida política, uma medida de responsabilização política contra o Ministro do Supremo Tribunal Federal.

É certo que aqui, deixo bem claro, não se pode vulgarizar, não se podem banalizar pedidos de *impeachment* contra qualquer autoridade, seja Presidente, seja autoridade do Poder Judiciário. Mas vamos aqui reconhecer que nossa tradição não é repleta de exemplos de *impeachments* aprovados contra autoridades judiciárias, nem a nossa nem a do direito comparado. Nos Estados Unidos, houve um caso apenas do Justice Chase, no início do século XIX, ainda no começo do funcionamento da Suprema Corte, quando o *impeachment* foi aprovado pela Câmara dos Deputados, mas depois foi julgado improcedente pelo Senado, ou seja, não há uma prodigalização ou uma multiplicação de *impeachments* acolhidos por esta Casa. Daí, é ainda menos justificável se querer estabelecer alguma espécie de blindagem. Repito, Sr. Presidente, que precisamos ter de volta 11 Ministros do Supremo e não 11 imperadores do Brasil, que é o que essa decisão monocrática estabelece.

Não podem eles se arrogar a mesma posição, o mesmo tratamento normativo que era dado ao Imperador brasileiro na época da Monarquia. Não cabe mais a afirmação de que alguma autoridade não está sujeita à responsabilidade alguma, o que na prática é o que significa. E precisamos também restaurar a dignidade da lei, a dignidade do Parlamento.

Senador e Deputado não é melhor do que Ministro do Supremo, mas nós temos uma virtude que eles não têm: estamos sendo submetidos a eleições periódicas, e o cidadão comum, na urna, pode nos retirar



do cargo. O mesmo não acontece com os Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Não cabe mais imperadores no Brasil!

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pela Liderança do Republicanos, concedo a palavra ao Senador Alan Rick.

*(Soa a campainha.)*

**O SR. ALAN RICK** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - AC. Pela Liderança.) – Sr. Presidente Davi Alcolumbre, Sras. e Srs. Senadores da República e todos aqueles que nos acompanham pelos meios de comunicação desta Casa, eu me irmano ao discurso de V. Exa. e dos meus pares que me antecederam.

Ergue-se hoje, neste Plenário, uma preocupação que transcende qualquer divergência partidária, que é a preservação do equilíbrio entre os Poderes da República, Senadora Damares.

Recentemente, tivemos vários casos de usurpação de poder, mas o que aconteceu hoje, em decisão monocrática do Ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes, que decidiu restringir ao Procurador-Geral da República o direito constitucionalmente estabelecido, Senador Girão, do Senado e de qualquer cidadão brasileiro de propor *impeachment* não só de Ministro do Supremo, mas do Presidente da República, do próprio Procurador-Geral, do AGU, enfim, direito constitucional, Senadora Damares... Esse direito foi suprimido, foi avocado para a Procuradoria-Geral da República.

Senhoras e senhores, essa decisão não apenas viola a nossa Constituição, ela avilta as prerrogativas históricas do Senado Federal, Senador Flávio Bolsonaro, conforme já foi, Senador Plínio Valério, muito bem colocado aqui pelos que nos antecederam.

O que está em jogo? Está em jogo o respeito do povo brasileiro por esta Casa, Senadora Damares, o pouco de respeito que ainda temos e as prerrogativas que ainda nos cabem. A Constituição de 1988, em seu art. 52, atribuiu exclusivamente ao Senado o julgamento dos crimes de responsabilidade de Ministro do Supremo.

E, desde o Império, desde o Decreto 30, de 1832, e desde a Constituição de 1891, passando por todas as cartas constitucionais, sempre houve a possibilidade de qualquer cidadão, Senadora Tereza Cristina, propor o *impeachment* de qualquer autoridade, provocando o Senado da República. Mas por quê? Porque o Senado não é órgão subordinado a nenhum outro Poder, porque a avaliação política e jurídica sobre os atos que atentem contra a Constituição não pode ficar dependente da boa vontade ou da conveniência de um único ente estatal, o Procurador-Geral da República.

Se apenas o PGR puder encaminhar tais pedidos, teremos: 1) a captura de um Poder pelo outro; 2) a filtragem política de acesso ao Senado; 3) a neutralização completa do controle recíproco entre as instituições. Em outras palavras, o Poder Judiciário passaria a controlar quem pode e quem não pode ser investigado pela Casa responsável por julgá-lo.

Isto é absolutamente inadmissível, Sr. Presidente: uma decisão monocrática que desfigura o sistema de freios e contrapesos, Senadora Damares, a decisão que interfere na separação dos Poderes. O Judiciário não pode limitar as competências definidas pela Constituição ao Legislativo, aos devidamente outorgados pelo povo através do direito do voto. Também interfere na autonomia do Senado, como já disse, interfere no direito de petição, naquele direito que o cidadão tem e que ele, por essa decisão monocrática, acaba perdendo – o seu direito constitucional de solicitar ao Senado que investigue abusos cometidos por autoridades públicas –, e também interfere no controle democrático sobre o Judiciário.

Nenhuma instituição republicana pode ser imune à fiscalização, nem o Executivo, nem o Legislativo, nem o Judiciário.

Senhoras e senhores, não há democracia sem limites institucionais claros.



Senadora Damares, a senhora gostaria de fazer um aparte?

**A Sra. Damares Alves** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Claro, Senador.

**O SR. ALAN RICK** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - AC) – Um aparte à Senadora Damares.

**A Sra. Damares Alves** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para apartear.) – Quero dividir este tempo do Republicanos com o senhor.

Senador, eu não sei se todos os colegas já sentiram o clima em que está a sociedade hoje. O povo está esperando a nossa reação, e nós não podemos nos acovardar. A Suprema Corte nos colocou de joelhos. Foi exatamente o que o Senador Amin falou. E hoje é o dia em que a gente decide o futuro desta instituição.

Senador Alan, eu tenho tanto orgulho de ser Senadora. Antes de ser Senadora, eu estava ali atrás, nos bastidores, e eu amava esta instituição e acreditava nela. Agora, eu estou aqui na tribuna. Eu amo esta instituição e acredito nela, mas hoje uma decisão de um Ministro nos coloca de joelhos. Ou a gente reage... E o discurso do Senador Davi foi duro, foi sensato, foi equilibrado, mas está na hora de a gente sair dos discursos – e foi exatamente o que o senhor falou agora.

O Brasil está esperando, porque a instabilidade que essa decisão causou na sociedade... O povo está dizendo o seguinte: “Estão debochando do Senado; estão rindo do Senado”; e esta instituição tem que ser respeitada. Se nós não conquistarmos o respeito, que já é nosso, nós não vamos poder mais sair às ruas. Nós vamos provocar uma instabilidade, que já foi provocada pela Suprema Corte, e nós vamos dar continuidade a ela.

Senador Alan, hoje é o dia em que nós vamos mostrar para o Brasil que nós não vamos ficar de joelhos. E nós avisamos tanto isso! Não foi de uma hora para outra, foi uma construção. Nós estamos, há dois anos, avisando na tribuna: “Atenção, colegas! Eles vão chegar longe demais”. E hoje eles mostraram que chegaram longe demais, e não foi à toa. Há menos de um mês, a gente reconduz o PGR. Por que não deu essa decisão um mês atrás? Por que esperou a gente reconduzir o PGR?

Eles têm sistema, eles têm método, e a gente vai ter que entender que parece que querem nos fazer de bobos, mas a gente não vai ficar de joelhos. Eu acho que essa é a indignação que toma conta de todos nós.

Parabéns pelo seu discurso, Senador Davi. Parabéns pela coragem, mas a gente vai ter que sair do discurso hoje.

**O SR. ALAN RICK** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - AC) – Muito bem, Senadora Damares.

Ao nosso Líder, Senador Mecias Jesus, a palavra, um aparte.

**O Sr. Mecias de Jesus** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para apartear.) – Senador Alan Rick, meu caro colega, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, eu também vi, estarrecido, essa manifestação última, mas essa não foi a primeira, já teve várias. O Congresso Nacional busca sempre o diálogo e não se manifesta, não toma decisões.

Eu vi que alguém disse que a PEC – a proposta de emenda para a qual estão sendo colhidas as assinaturas, para normatizar o *impeachment* de ministro do Supremo, feita pelo Senador Cleitinho – não pode, porque interfere, Senador Eduardo, na independência dos Poderes, porque a independência dos Poderes é cláusula pétrea. Ah, beleza, é cláusula pétrea! E, quando eles interferem no orçamento, que é competência exclusiva do Congresso Nacional e do Poder Executivo? O Supremo interfere. Quando mandam prender um Senador, quando mandam cassar o mandato de um Deputado, quando bloqueiam as contas de salário de Parlamentares, isso não é independência dos Poderes? Essa independência não existe nesses momentos?

Eu quero, inclusive, levantar uma sugestão que eu já vi aqui várias vezes: indicações para o Supremo



Tribunal Federal como ocorrem no Tribunal de Contas da União, em que são vagas do Senado, vagas da Câmara e vagas do Presidente da República. Por que o Congresso Nacional não pode ter uma vaga exclusiva do Senado Federal, lá no Supremo Tribunal Federal? Por que não pode ter uma vaga da Câmara dos Deputados? Por que não pode aumentar o número de Ministros do Supremo de 11 para 13? Nós já tivemos, na República, 15 Ministros do Supremo Tribunal Federal durante vários anos, depois voltou para 11. Por que o Congresso não pode aumentar para 13 Ministros? São perguntas, são decisões que o Congresso Nacional pode tomar e que não estão interferindo nos Poderes, porque esse é um poder, um ato que está nas competências do Congresso Nacional.

É isso.

Parabéns pela fala de V. Exa.

**O SR. ALAN RICK** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - AC) – Obrigado, Presidente, nosso Líder, Mecias de Jesus, Senador do querido Estado de Roraima.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero aqui também me irmanar aos discursos e às falas dos demais colegas, inclusive de V. Exa., quando relembrou a PEC 8, de 2021, que limita as decisões monocráticas de Ministros do Supremo Tribunal Federal ao determinar que somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros, os tribunais possam deferir medidas cautelares que suspendam a eficácia de leis e atos normativos, que suspendam atos dos Presidentes dos demais Poderes, que suspendam a tramitação de proporções legislativas, entre outras decisões, que hoje, no STF, podem ser feitas pela decisão de apenas um único Ministro, Senador Chico Rodrigues. É inaceitável – é inaceitável – que a vontade de apenas um Ministro, Senadora Tereza Cristina – um Ministro –, possa paralisar a agenda de um país inteiro ou desfazer a votação democrática de membros do Congresso Nacional.

Finalizando, outra matéria que merece extrema atenção nossa, também citada pelo Presidente Davi Alcolumbre, é o Projeto de Lei 1.388, de 2023, de autoria do Senador Rodrigo Pacheco, que neste momento se encontra em deliberação na CCJ, com relatoria do Exmo. Senador Weverton. É o projeto que busca atualizar a Lei 1.079, de 1950, a Lei do Impeachment, esse PL que busca definir, de forma mais clara, os crimes de responsabilidade, os ritos processuais para denúncias e julgamentos. O objetivo desse PL, Senador Hiran, é garantir o equilíbrio do poder de decisão, o equilíbrio entre os Poderes, que foi ameaçado no dia de hoje.

Essa discussão não é nova. Ainda em 2016, Senadora Tereza, eu era Deputado Federal e apresentei, juntamente com outros Parlamentares, o Projeto de Lei 4.754, daquele ano de 2016, cuja primeira autoria é do Deputado Sóstenes Cavalcante, juntamente com os demais Deputados Federais, que buscava justamente enfrentar esse problema institucional, Senador Davi Alcolumbre, Presidente, proposta que até hoje aguarda análise no Plenário da Câmara dos Deputados, para então seguir ao Senado. Ela nasceu exatamente da mesma preocupação que temos hoje: a usurpação de competências do Supremo daquilo que é prerrogativa do Senado da República e do Congresso Nacional.

Para finalizar...

**O Sr. Dr. Hiran** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para apartear.) – Senador Alan, antes de finalizar, Senador...

**O SR. ALAN RICK** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - AC) – Pois não, Senador...

**O Sr. Dr. Hiran** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... com todo respeito que lhe tenho e para economizar tempo, para ser, inclusive, mais dinâmico nas nossas discussões, eu vou pedir um aparte de V. Exa. para dizer ao Presidente Davi e a todos as Sras. e Srs. Senadores...

Sr. Presidente, o senhor foi eleito Presidente desta Casa com 73 votos. O senhor sabe por quê? Porque a grande maioria dos Senadores e Senadoras acredita, primeiramente, na sua inteligência, no seu



equilíbrio, na sua coragem e na capacidade de tomar decisão para, no final, melhorar a situação do nosso povo e manter as nossas prerrogativas.

O senhor sabe de quem é a culpa desse protagonismo do Supremo, Sr. Presidente? É de alguns partidos daqui de dentro desta Casa, porque perdem aqui num dia, entram com uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo. Ninguém se conforma, vai para lá, chega lá e ganha.

Eu vou dar um exemplo prático aqui, Senador Alan Rick: nós discutimos nesta Casa aqui o projeto de lei do marco temporal, Senadora Tereza Cristina, minha Líder, desde 2007. Discutimos nesta Casa com um relatório perfeito do nosso Senador Marcos Rogério. Nós aprovamos nesta Casa com voto de PEC, tanto aqui, quanto na Câmara. Sabe o que aconteceu? Nós estávamos votando a PEC do marco temporal, de minha autoria, quando o Ministro do Supremo solicitou que nós suspendêssemos a discussão para discutir a matéria no Supremo, que está sendo discutida lá há mais de um ano. E está pautada agora lá para ser votada a inconstitucionalidade ou constitucionalidade dessa lei, e o risco de nós perdermos lá é muito grande, e é por isso que nós perdemos a prerrogativa. Nós não vivemos mais num Estado democrático de direito.

Há dez dias, Presidente, a Sra. Rebeca Ramagem entrava no avião para ir para os Estados Unidos com suas duas filhas e foi submetida a uma busca dentro do avião, em que a Polícia Federal lhe tirou o telefone celular, o *tablet*, fez perguntas a crianças de 14 e 8 anos de idade, fez perguntas que não se deve fazer a uma criança, subtraiu o telefone celular de uma criança. E eu acho que a nossa Rebeca Ramagem só não foi proibida de seguir viagem, Presidente, porque ela é advogada, tinha bons argumentos e, de alguma forma, convenceu os agentes federais de que não tinha nenhum impedimento que imputasse a sua pessoa de seguir viagem com suas filhas aos Estados Unidos da América. Sabe por quê? O único crime dela, querido Senador Chico Rodrigues, é ser esposa do Deputado Federal Alexandre Ramagem.

Eu acho que nós precisamos, sim, Presidente, fazer sabe o quê? O mais rápido possível que V. Exa. convoque uma reunião de Líderes para que a gente delibere todos os projetos e PECs que têm como finalidade restaurar o Estado democrático de direito e as nossas prerrogativas aqui no Senado da República.

Muito obrigado, Alan.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Perdão, Senador Alan Rick, V. Exa. já vai concluir.

Eu queria pedir ao Presidente da CCJ, o Senador Otto Alencar, que rapidamente colocasse em pauta a deliberação dessa PEC 48, de 2023, de autoria do Senador Dr. Hiran, porque eu acho que nós já debatemos muito em relação a esse assunto, está na hora de a gente definir a deliberação no plenário da CCJ. Caso os Líderes partidários optem, eu queria também pedir a V. Exas. que pudessem assinar um conjunto de assinatura dos Líderes partidários, para que a gente possa, com o aval do Presidente da Comissão, se assim ele entender que é necessário, recolher as assinaturas adequadas para nós montarmos um calendário especial e trazermos imediatamente direto para o Plenário do Senado Federal a deliberação dessa PEC.

**O SR. ALAN RICK** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - AC) – Muito bem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra a V. Exa.

*(Soa a campainha.)*

**O SR. ALAN RICK** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - AC) – Concordo com V. Exa.





Apenas para finalizar, nenhum Ministro do Supremo está acima do poder popular, dos escolhidos pelo povo de votarem e aprovarem as matérias de interesse da sociedade brasileira. Nenhuma decisão monocrática pode reescrever a Constituição e nenhum Poder pode se sobrepor à soberania popular.

Vamos à ação, vamos legislar conforme o povo nos outorgou.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra, pela lista de oradores...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, só para esclarecer, a PEC do marco temporal só não foi votada por um compromisso que V. Exa. assumiu. Está lembrado?

A PEC do marco temporal, de que eu sou Relator, foi sobrestada por uma decisão, consentida por todos nós, de V. Exa. Portanto, o senhor tem a chave.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu estou evoluindo agora. A minha decisão é de que a gente a delibere.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pois é. O senhor tem a chave, é só abrir.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só quero que recolham as assinaturas.

Pela Liderança, concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. Pela Liderança.) – Serei breve, Sr. Presidente, porque tem outros colegas aí na lista.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar V. Exa. pela manifestação equilibrada, afirmando a defesa institucional do Senado Federal; não podia esperar diferente de sua parte.

Em segundo lugar, o art. 41 da Constituição da República diz, em alto e bom som, que qualquer cidadão, qualquer do povo, pode pedir o *impeachment* do Presidente da República. Ora, se do mais alto mandatário da nação pode ser pedido o *impeachment* por qualquer cidadão, não me parece republicano, não é constitucional, não é consoante ao mandamento do parágrafo único do art. 1º da Constituição – que diz que todo poder emana do povo ou dos seus representantes – que alguma outra autoridade, inclusive aquelas que foram sabatinadas pelos representantes do povo e que são votadas pelos representantes do povo, tenha que ter um foro especial para oferta e qualquer denúncia sobre ela.

Segundo lugar, o art. 52 da Constituição diz que é atribuição deste Senado Federal... É atribuição deste Senado Federal processar e julgar quaisquer Ministros e, em especial, os Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Presidente, V. Exa. tem acompanhado: ao longo do tempo, eu tenho manifestado várias vezes solidariedade a vários membros do Supremo Tribunal Federal, sobretudo em decorrência de notórias e autoritárias agressões que eles têm sofrido. Eu tenho me comportado assim, V. Exa. tem se comportado assim, respeitando a nossa Constituição, respeitando o nosso Estado democrático e direito, mas desta feita eu falo isso com um tanto de tristeza e lamento, porque é lamentável que a agressão tenha vindo do outro lado da Praça dos Três Poderes.

Diante de um momento como este, é importante termos, à frente aqui do Senado, V. Exa. para, em conduta equilibrada, afirmar o papel institucional deste Senado e do princípio que funda essa República, que é o princípio da separação, da independência e da harmonia entre os Poderes; princípio este que, com essa decisão monocrática, me parece que foi bastante ofendido.



Presidente, há algum tempo foi votada aqui no Plenário, V. Exa. inclusive a defendeu e muito bem o fez, a Proposta de Emenda à Constituição nº 8. Foi aprovada aqui pelo Plenário do Senado e na época eu votei contrariamente. Se hoje ela estivesse a voto novamente... Eu estou fazendo isto como autocrítica e procurando me redimir: se hoje ela estivesse colocada a voto novamente, eu subscreveria; não só subscreveria, como votaria favoravelmente.

Eu acho que o melhor encaminhamento é, neste instante, essa proposta – que foi uma decisão correta, avalio isso hoje da parte deste Senado – ser votada o quanto antes pela Câmara dos Deputados. Acredito que neste instante, neste momento, essa é a melhor resposta que pode ser dada.

Por fim, reitero os cumprimentos a V. Exa. por afirmar a defesa soberana das atribuições do Senado da República. Nenhuma democracia subsiste se o princípio da separação e independência dos Poderes não for respeitado, por quem quer que seja. Isso não pertence a mim, não pertence a V. Exa., não pertence a cada um de nós; pertence ao povo brasileiro e à Constituição, a maior conquista que este país teve, que foi ungida pela vontade do povo brasileiro há mais de 35 anos, e é ela que deve ser respeitada.

**O SR. CLEITINHO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Cleitinho, voltou à lista de oradores inscritos aqui. Pela Liderança, vou conceder a palavra ao Senador Flávio Bolsonaro. Tem vários oradores inscritos aqui. Fique tranquilo V. Exa., porque a Presidência ficará aqui nesta sessão e vai aguardar a manifestação de todos os oradores. E eu ficaria muito feliz se eu tivesse 80 Senadores inscritos aqui para falar hoje.

**O SR. CLEITINHO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – A minha é breve, viu? A minha é um minuto.

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Tem quantos na frente? Só para que eu possa sentar, porque eu estou em pé, pensando que é a minha vez sempre.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Tem 69!

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Então eu vou sentar. Meia nove? Tem certeza?

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Flávio Bolsonaro.

**O SR. FLÁVIO BOLSONARO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela Liderança.) – Bom, Presidente, estou contando aqui, ainda sou o nono Parlamentar que estou falando. Tem muita gente para falar, e V. Exa. tem razão, porque esse é um assunto institucional.

Só que o que está acontecendo hoje, Presidente Davi, já vem acontecendo há muito tempo: os abusos que vêm sendo praticados, até então tolerados, porque eram contra o Bolsonaro ou porque eram contra alguém de direita.

E é sintomático, Presidente Davi. Fazendo a ressalva aqui do Senador Randolfe Rodrigues, eu não vi mais ninguém do PT fazendo uso da palavra. Fiquei até feliz de saber que, pelo menos, ainda que de uma forma mais técnica, ponderada e tímida... mas é importante que faça, porque essa é uma questão que está acima de qualquer partido.

Porque essa situação, Presidente Davi, de vir mudando não apenas leis, mediante decisões judiciais, mas mudando até precedentes da própria Corte para alcançar determinados objetivos específicos, isso já vem acontecendo há bastante tempo. Foi mudado o foro por prerrogativa para manter o julgamento do Presidente Bolsonaro no Supremo; foi mudado o entendimento de que, em situações como a dele e várias outras, o julgamento, em vez de ser por turma, era no Plenário. Mudou para pegar o Bolsonaro. Acabou,



revogaram da lei, Senadora Tereza, o instituto da suspeição, que foi tolerado, pelo bem da democracia, para prender um ditador, e um juiz que tenha total interesse numa causa pode falar, “não”, apesar de eu ser a suposta vítima, apesar de eu ter escolhido os investigadores, apesar de eu ter feito as vezes do Ministério Público, apesar de eu ser o juiz, apesar de a minha família ter sido ameaçada, não tem problema nenhum. Eu posso continuar julgando essas pessoas que supostamente cometeram algum ato criminoso. Mas era pelo bem da democracia.

Você pode legitimar a censura no Brasil, porque, como o filme, Senador Girão, um documentário da Brasil Paralelo que tratava da facada em Jair Bolsonaro ia ser disponibilizado aos seus assinantes... É aquela célebre frase no julgamento no TSE: a censura é repugnante, é inconstitucional, é intolerável, é um filhote da ditadura, mas desta vez, vamos aceitar a tortura, só até acabar as eleições. Mas era contra o Bolsonaro, podia, está tudo bem. A direita é uma ameaça ao Estado de direito, ao Estado democrático de direito, e assim vem sendo, sistematicamente.

E aí chega ao ponto institucional: agora a vítima não é mais um CPF, a vítima é um CNPJ. A vítima é um Poder da República, é um dos pilares da democracia. E eu só me lembro, Senadora Damares – para quem já leu Machado de Assis –, da obra *O Alienista*, em que um suposto médico começa a fazer um experimento na cidade – por coincidência, cidade de Itaguaí: tem uma com esse nome no Rio de Janeiro – e ele começa a internar aquelas pessoas que, segundo os critérios dele, Simão Bacamarte, ele acha que são malucas.

Então, se alguém é maluco, no critério subjetivo e autoritário dele, ele vai e interna no manicômio. Só que ele internou a primeira pessoa e o vizinho falou: “Ah, é só com ele”. Daqui a pouco, ele internou a família inteira: “Não foi com a minha família, tudo bem”. Daqui a pouco ele internou a cidade inteira, e aí não tinha mais a quem recorrer. E, no final, o médico que faz o experimento conclui que ele é o único são que existe em toda a cidade e ele se interna também. E, hoje, o Senado está sendo internado. Várias pessoas foram sendo internadas, acusadas de golpistas, acusadas de cometerem crimes, e agora o próprio Senado é vítima dessa *lawfare*, desse ativismo judicial. Essa é a verdade nua e crua.

E por que este Plenário está quase vazio já? É porque os Senadores têm medo de vir aqui falar porque acham que nunca vai acontecer com eles? Com vários colegas com quem eu converso aqui, eu falo: uma hora o chicote vai mudar de mão; hoje as vítimas somos nós, amanhã as vítimas serão vocês. Não se trata de questão partidária, não é porque é com alguém da minha família, é porque é uma injustiça: não temos a quem recorrer. E agora nós vamos recorrer a quem?

Eu espero que nós mesmos sejamos autossuficientes para superar este momento, porque foi exatamente esse ponto que eu perguntei na sabatina do Sr. Paulo Gonet. Perguntei assim: “Tem alguma coisa acontecendo, numa ação qualquer, em que a PGR vai opinar que o Senado não tem mais a competência exclusiva, a atribuição para iniciar processo de *impeachment* de Ministro supremo?”. Ele falou: “Sim [sistematicamente], eu entendo que essa é uma competência que cabe ao Procurador-Geral da República”. E assim foi feito, e ninguém falou nada. As pessoas continuaram votando nele, mesmo depois de eu ter desmascarado esse ponto na sabatina com ele. Falo que a sabatina é importante, e é. Num ponto tão sensível para o Senado Federal, como esse, em que eu expus... Ele falou da boca dele – sem nenhum pudor, sem nenhuma preocupação – que era assim que iria acontecer. Hoje está acontecendo.

Então, Presidente Davi, eu quero parabenizar V. Exa. pela sua fala, pelo seu posicionamento, e eu quero fazer um destaque importante para a fala do Senador Omar Aziz, em que até as palmas que foram dadas a ele aqui no Plenário, após o discurso dele, foram tímidas, talvez pelo mesmo motivo: o medo de serem reconhecidos, como se estivessem fazendo algo contra o Supremo Tribunal Federal, porque nós fomos acusados, Presidente Davi, o tempo inteiro, de estarmos provocando alguma instabilidade institucional, de que iríamos desgastar o Supremo. Aliás, o Bolsonaro e centenas de outros foram acusados, no papel, ao



criticar alguma coisa que o Supremo tivesse feito, de que era um atentado contra a democracia.

Hoje, mais uma vez, é o Senado que, se não se der ao respeito, pode fechar as portas, Presidente. Então, acho importante o encaminhamento que foi dado. V. Exa. tem que se sentar com a oposição e com a situação, porque essa não é uma questão de interesses que nós estamos defendendo há muito tempo aqui nesta Casa – e ignorados. Às vezes, em situações até dramáticas de chegarmos a partir para um ato que é antirregimental, que nunca foi o perfil de ninguém aqui, e ocupar a Presidência do Senado para chamar atenção.

Só que hoje, graças a Deus, Senador Girão – como é que Deus faz as coisas! –, Deus está provando que nós estávamos certos. E outra coisa: a gente estava recorrendo, Presidente Davi, ao remédio errado. Estávamos buscando a ajuda daqueles que hoje estão mostrando que são os nossos verdadeiros algozes.

Eu não estou, com isso, fazendo nenhuma incitação institucional, estou chamando à razão, porque a gente vem sofrendo isso na pele há muito tempo, é abuso em cima de abuso. Falei só alguns aqui. Esse agora foi um abuso – não vou usar a palavra que eu quero usar aqui – muito forte, foi muito dolorido. Eu espero, sinceramente, que tenha tocado na alma dos 81 Senadores o que aconteceu. Porque, como eu disse, a jurisprudência vem sendo alterada, a legislação vem sendo alterada na canetada, mas quando é para prejudicar a gente, quando é para perseguir Bolsonaro, gente de direita, há aplausos, estão defendendo a democracia.

Agora muda-se uma lei de 1950 com uma decisão liminar e monocrática, quer dizer, não tem urgência nenhuma. Já se passaram 75 anos que essa lei está em vigor, só agora o Supremo entendeu que tem que dar uma decisão liminar, correndo para pautar rapidinho, no Plenário virtual, na última semana antes do recesso? Que loucura!

Estão mudando agora o entendimento preocupados com a possível bancada de Senadores que possa se eleger aqui em 2026 e que vá promover *impeachment* de Ministro Supremo. Eles estão se antecipando e mudando a lei, na canetada, por receio disso. Eles estão tomando decisões inconstitucionais, preocupados com o futuro. Eles têm o poder de analisar o futuro e de tomar decisões, agora, que vão punir atos futuros. Então, não tem que ter medo, tem que respeitar a democracia, tem que respeitar o povo que vai escolher quais serão os Senadores.

Eu falo há vários anos aqui, desde lá atrás, quando se discutia *impeachment* de Ministro. Eu dizia, Senadora Damares: “Eu acredito numa autocontenção do Supremo”. Fui criticado por isso, criaram *fake news* de que eu era contra *impeachment* de Ministro. Eu sempre – como é meu perfil de tentar construir pontes... “Não, temos algumas etapas a vencer. Vamos acreditar na autocontenção do Supremo, vamos acreditar naqueles que estão lá há mais tempo, que são mais experientes, que não foram indicados por este Governo, que eles vão conseguir fazer uma articulação e voltar, fazer com que alguns – um Ministro ou dois – voltem para a casinha, como é falado aqui no cafezinho do Senado”. E não aconteceu.

Então, a atitude que é tomada hoje é com essa preocupação na frente. Na verdade, é o medo do povo, não é o medo dos Senadores. Porque você pedir *impeachment* de Ministro, hoje, virou ato antidemocrático. Você é acusado de golpe de Estado, se falar que é a favor de *impeachment* de Ministro.

À imprensa que está me ouvindo, preste muita atenção. O que é que vocês não entenderam? Os próximos a serem internados no manicômio de Itaguaí são vocês. Porque hoje – antes tarde do que nunca – um monte de editorial, de um monte de jornal... Alguns já tinham assumido... “Até aqui deu, já conseguimos enterrar o Bolsonaro vivo. Agora deu. Está na hora de o Supremo parar de praticar excessos”.

É assim... Eu não sei qual é o grau de inteligência das pessoas que colocam isso no papel, porque é um reconhecimento, é um reconhecimento dos excessos do Supremo, público. E, se os caras acordarem de mau humor, vão tomar medidas judiciais contra esses veículos de imprensa, porque estão atentando contra



a democracia. Duvidam?

Olhem para o lado aqui! Não é retórica, não é narrativa fácil. São fatos. Olhem para a Venezuela! Ninguém começa a implantar uma ditadura da noite para o dia, rápido. É aos pouquinhos. Vão retirando a nossa liberdade pouco a pouco, como querem fazer com a liberdade de expressão na internet, Presidente Davi. Não caia nessa falácia de dizer que a internet é uma terra sem lei, porque não é! Eu mesmo já estou processando mais dois hoje, porque recebi ataques na internet. E vão pagar. A Justiça demora, mas funciona, principalmente na justiça de piso.

Então, as liberdades foram sendo tomadas aos poucos e hoje a gente está aqui, num momento, Presidente Davi... E, me desculpe a sinceridade, V. Exa. está coberto de razão. Cadê os 81 Senadores subindo aqui nesta tribuna para se posicionarem? Não precisa falar pessoalmente para ninguém. Faça um discurso institucional pelo menos! Tenha a hombridade de vir aqui defender sua própria sobrevivência, se é que você acredita na política, se é que você está na política para fazer alguma diferença, se é que você está aqui no Senado Federal para defender o seu estado, as pessoas que votaram em você! Têm que estar os 81 Senadores aqui nesta tribuna, fazendo uma defesa institucional, porque é o mínimo que se espera de pessoas que honram a sua cueca.

Não dá mais. Não dá mais.

E precisou, depois de anos de nós aqui...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. FLÁVIO BOLSONARO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... vou concluir, Presidente – de nós aqui, nos esgoelando, denunciando os abusos... Tem um monte de gente fora do Brasil, exilada, passando fome, nos Estados Unidos, na Itália, na Argentina, no Paraguai, denunciando isso. Precisou chegar na instituição. Agora não dá para falar que a democracia não está ameaçada. Desculpe-me, a democracia está ameaçada.

Eu espero que o primeiro passo, Presidente Davi, seja uma decisão colegiada lá no Supremo que derrube essa decisão monocrática. E outro passo, independentemente disso, que nós temos que dar: vamos colocar em pauta os projetos que vão na linha de uma redemocratização do Brasil.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pelo tempo de liderança, concedo a palavra ao Senador Plínio Valério.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu acho um desperdício esse tempo em que a pessoa levanta e vai até lá. São dez segundos.

Não chegou ainda.

Tem tanto projeto de lei bom, Presidente. Monta um grupo de trabalho hoje, reúne tudo para a gente escolher o melhor! Tanta coisa boa!

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Aproveito essa fala da Senadora Damares... Eu vou organizar, querida Senadora Tereza, Senador Flávio, Líder Randolfe, Líder Mecias, Senador Jayme Campos, queridos colegas Senadores e Senadoras... Eu vou, na condição de Presidente do Senado Federal, convocar uma reunião com as Lideranças partidárias para que a gente possa, dentro das nossas prerrogativas institucionais, avaliar todos os projetos que estão em tramitação no Senado Federal.

Não adianta também nós escolhermos 20 projetos. Eu peço a compreensão de V. Exas. para que a gente possa fazer uma reunião do Colégio de Líderes com a participação da maioria expressiva dos Senadores para que a gente possa pegar todas as agendas que estão paralisadas no Plenário ou nas Comissões do Senado Federal, aquelas que tenham convergência com a maioria, e, respeitando aqueles



que pensam o contrário, colocarmos as matérias para deliberação nas devidas Comissões temáticas ou no Plenário do Senado Federal.

Acho que será um movimento importante e democrático, respeitando aqueles que pensam o contrário e que desejariam, contrariamente, que aquela matéria não fosse posta em deliberação. Que venham ao Plenário, façam sua manifestação contrária e votem contrariamente. Mas, concretamente, de fato, a Presidência está sendo demandada por muitos Senadores, por muitas Lideranças, em muitas matérias que poderiam estar na pauta de deliberação, e a gente, infelizmente, ainda não conseguiu apreciá-las.

Acho que é o momento adequado e oportuno para restabelecermos a altivez institucional do Senado da República em avaliarmos, com o conjunto das Lideranças partidárias, as demandas reprimidas. E ouvir as demandas reprimidas dos Senadores é a legitimidade de um Presidente de uma Casa como o Senado Federal. Ouvir a Liderança dos partidos, sejam eles partidos independentes, partidos de centro, partidos de direita ou partidos de esquerda, da base ou da oposição, ouvirmos as manifestações de todos. E o compromisso da Presidência, Senador Flávio Bolsonaro, é avaliarmos as prioridades das bancadas constituídas no Senado Federal e compreendermos, nesse curto período de tempo ainda que temos antes do recesso parlamentar, avaliarmos quais as matérias relevantes e importantes nós podemos deliberar para o Senado Federal se desobrigar das suas atribuições, que são quais? Nada mais nada menos que as asseguradas pela nossa Constituição brasileira: legislarmos, o.k.?

Com a palavra o Senador Plínio Valério.

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Pela Liderança.) – Muito bom ouvir isso, Presidente, porque há uma PEC de minha autoria, datada de 2019, que fixa mandato de Ministro do Supremo – 2019. Que bom ouvir isso.

Presidente Davi, eu entendo a sua cautela, e o senhor tem que ser cauteloso como Presidente, eu entendo essa paciência. A mim não permito cautela. Eu falo por mim, o senhor fala por 81, então, o senhor tem que ter cautela mesmo.

Mas nós estamos falando de um Ministro que tem aqui dentro do Senado 31 representações com pedido de *impeachment*. Nós estamos falando de um Ministro que tem no seu acervo para deliberar, para despachar 1.040 processos, e ele encontra tempo para inventar essa coisa maluca – essa coisa maluca. Enganam-se aqueles que pensam que o colegiado vai fazer diferente. Eu não acredito mais nisso.

Presidente, sobre essa lei que a gente fala, que é a nova Lei do Impeachment, que o senhor citou, todo mundo citou aqui, deixe-me falar uma coisa: se não fosse o Senador Oriovisto, do PSDB, essa nova lei não teria a palavra cidadão.

Na época, Senador Amin e eu combatemos aquela comissão de notáveis, porque de notáveis não tinha nada. Não tinha Senador representando, comandada pelo Ministro Lewandowski, secretariada pela sua assessora.

Não tinha a palavra cidadão na nova Lei do Impeachment. O Senador Oriovisto corrigiu. Essa nova Lei do Impeachment – que, na época, a gente dizia que era para blindar e vai blindá-los – fala que o cidadão precisa de 1 milhão de assinaturas para pedir um processo aqui. Um milhão de assinaturas! Ali já começava o processo de blindagem. Ali já me parecia isso.

Então, cabe a mim, pela idade que tenho, por ter sido Vereador, por ter perdido dez eleições, forjado na briga, forjado na derrota, cabe a mim dizer o que penso. Eu não estou alertando ninguém, eu estou dizendo o que penso. Para mim, estão colocando o bode na sala. Para mim, estão colocando o bode na sala, porque nem os mais loucos dos loucos, como é o Gilmar, podem pensar em um troço desse sem saber que vai recuar. E a gente vai correr para aprovar a nova Lei do Impeachment, que não corresponde, blinda do mesmo jeito. Colocaram o bode na sala, e nós vamos pedir, pelo amor de Deus, que tirem o bode da sala e vamos agradecer. E aí, Senadora Eudócia, vai ser tudo como eles querem. Essa nova Lei do



Impeachment, comandada pelo meu amigo Rodrigo Pacheco, não corresponde, não satisfaz, porque blinda do mesmo jeito.

O que me preocupa de verdade e por isto vim a esta tribuna... Primeiro, deixe-me falar uma coisa: daquele microfone ali, em março de 2021 – eu confundo com 2019 –, eu alertei ali – meu amigo Girão estava do meu lado –: “Presidente Rodrigo, as grandes tempestades só acontecem porque nós ignoramos os sinais. Os sinais estão nítidos. Há um pedido de *impeachment* do Kajuru com mais de 3 milhões de assinaturas, do Alexandre de Moraes... Coloquemos lá, o povo quer, ninguém está ouvindo o povo. Isso tem um preço. Se não ouvirmos o povo, a tempestade perfeita vai vir”. E veio! E veio!

Querer mandar flores para adversário é coisa de quem nasceu para ser supereducado. Como eu não tenho que ter a cautela do Davi, a preocupação de ofender dos Senadores, eu posso ficar livre aqui para dizer enquanto me cabe isso. Eu dizia, no pequeno expediente, estou ocupando o grande – tem gente que só vem aqui no grande expediente, porque é quando, na televisão, sobe a audiência, mas a gente está dizendo lá no pequeno – para repetir o que disse: essa coisa, que já falei que é o bode na sala, é uma resposta, é um sinal de guerra.

O Senado está pregando a paz sem se preparar para a guerra. Não tem ninguém preparado para a guerra com o Supremo aqui. Todos estão mandando flores para o Supremo. Olhem só: qualquer lei que a gente bole aqui, qualquer lei que seja aprovada aqui, é reconhecer que o Gilmar está certo. E ele não está certo, ele está errado. Não há o que temer.

Fosse eu um cidadão sem mandato de Senador, eu estaria trocando de cueca, com medo, mas eu estou Senador da República, caramba! Eu sou Senador da República por oito anos ou dezesseis ou vinte e quatro. Eu estou aqui representando quase 1 milhão de amazonenses, que me mandaram para cá para legislar, para eleger Presidente do Senado, e não um Ministro para mandar no Senado.

Como é que eu vou encarar a minha mulher, Ana, que está me ouvindo, que me conhece, sabendo que eu não fui para a tribuna dizer o que penso? Como é que eu vou encarar os eleitores do Amazonas, Senadora Eudócia, sem reagir? Como é que eu vou encarar uma nova eleição, dizendo que vou fazer aquilo que tenho feito? “Você não vai, Senador. O Senado é comandado pelo Supremo”. Portanto, eu vou reiterar isto aqui, essa coisa de falar de paz, paz, paz, paz, e não estar preparado para a guerra.

Gilmar mandou um sinal claro, Senador Seif: ele quer guerra. E 220 milhões de brasileiros, representados por nós, querem que nós façamos alguma coisa. E não tem outra coisa a fazer a não ser impichar o Ministro. São 31 representações de Alexandre de Moraes... De Gilmar – eu confundo, porque parecem gêmeos. São 31 representações. Coloca uma, vamos votar e vamos provar quem é que tem mais força, porque chegou a esse ponto.

Senadora Tereza Cristina, a senhora, que é uma pessoa comedida, educada, calma, há que me entender que não é mais possível. A gente representa a população brasileira. Lembram? A gente pequenininho aprende que todo o poder emana do povo, e o povo foi tirado dessa nova lei aqui. Se não fosse o Oriovisto, estavam se lixando para o povo. Como é que a gente está pregando a aprovação dessa nova Lei do Impeachment, que não nos serve, que não nos serve. Vamos tirar o bode da sala e deixar a cabra?

Como eu disse, meu amigo Girão, Davi Alcolumbre é Presidente do Senado e tem que ser comedido, educado e cauteloso. Eu não me permito ser cauteloso nem educado numa hora dessa. Eu não vim para cá para ficar calado diante de ministros que se julgam semideuses. Eles não são semideuses. Eles têm muito poder, mas não podem tudo. Quem tem o poder de verdade é o povo, e quem representa o povo somos nós, nós: eu e vocês. Eles não representam o povo. Eles vêm beijar nossas mãos aqui para poder ser aprovado para o Supremo, e a gente concede, mas sempre representando a população brasileira.

Portanto, eu quero aqui, Presidente Davi, dizer que, no seu lugar, tem que ter cautela, sim, mas



a resposta de esperar, a resposta de ficar esperando... A resposta que tem que ser dada é uma resposta proporcional àquela que nos mandaram. Eu não estou nesse grau de evolução de receber espinho e mandar flores. Eu não estou nesse grau – e olha que eu sou uma pessoa boa. Mas, quando eu recebo isso que estou recebendo deles, eu não posso retribuir com flores, porque essa gente não entende de amor e vive querendo falar de amor. Não pode falar de amor quem nunca soube amar, gente! E esses ministros não sabem amar, eles só pensam neles, não pensam na população.

Então, Presidente Davi, o seu amigo, Senador Plínio Valério, reconhece a sua cautela, mas me dou o direito de não ser tão cauteloso assim, nem devo ser cauteloso assim. Não sei se aí eu agiria dessa forma.

Se não fosse, se não fosse o Senador Oriovisto, a palavra, reconhecendo o direito de cidadão, não estaria lá, não estaria. Foi o Senador Oriovisto que corrigiu, e é preciso que estejamos alertas para isso.

Encerro, Presidente, dizendo exatamente isto... Sabe, o que me preocupa, de verdade? É ver o Senado, sofrendo ataque, sofrendo guerra, sofrendo bala, pregando a paz.

Somos seres humanos. A nós não é dado o direito de ser divino. Eu não sou divino para entender as agressões à população. Talvez a mim eu aceitaria, mas não posso aceitar, em nome daqueles oitocentos e poucos mil eleitores que votaram em mim lá em Manaus. Eu não teria como desembarcar lá amanhã, se não estivesse dizendo isto aqui, porque quem me mandou para cá sabia que eu iria representá-los naquilo que lhes é mais importante.

E o que é mais importante para o homem? A liberdade. O livre pensar e o livre agir. E eu não estaria representando o amazonense aqui se não estivesse dizendo o que penso e, mais do que o que penso, o que faço.

Portanto, deixe-me encerrar, Presidente Davi.

É preciso cautela nesta hora. O senhor tem que ser cauteloso. Eu não posso mais ser cauteloso. O Presidente tem que ser cauteloso – está sendo cauteloso, está na dele, vai ser... Mas eu não me permito mais ser cauteloso. Eu não posso, em troca de espinhos, mandar flores. É bonito, é santo, mas eu não sou divino. É bonito levar o tapa no rosto e dizer “dá no outro”.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não; não é mais aceitável. Aceitar, meu amigo Seif, essa história de que vamos aprovar agora a nova lei e tal, que substitui... Não vamos nessa. Não serve para nós aquilo que foi comandado pelo Levandowski. Não serve para o Brasil. Doença séria, remédio amargo.

Só vão nos respeitar no dia em que nós, Senadores da República e Senadoras da República, colocarmos aqui o *impeachment* de um ministro. Se passa ou não passa, é problema de cada um. Eles têm a certeza de que não temos a coragem de impichá-los. Eles têm a certeza disso, senão não fariam o que estão fazendo. Não haveria tanto desrespeito a este Senado.

E, quando eu sonhei em ser Senador, e para isso enfrentei 14 eleições e perdi dez, não era isso que eu esperava.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Enfim, não quero ofender ninguém, não falo por ninguém, não ofendo ninguém e falo por mim: ou a gente coloca um freio agora, ou será tarde. E só quem pode colocar esse freio no Supremo Tribunal Federal é o Senado da República. Ninguém mais. Ninguém mais pode fazer.

A população espera por nós. A população grita por nós.

Ora, se fazem isso com os Senadores, o que não fazem com a população?





Presidente Davi, no seu lugar eu não seria... Eu não o condeno e acho que sua sensatez ao ser Presidente e agir com sensatez, beleza... Mas eu não sou Presidente do Senado, caramba! Eu sou um Senador que representa um estado que é discriminado, um estado que não tem direito a uma estrada. Não posso, não posso decepcionar essa gente.

Portanto, fica aqui o grito de um Senador para dizer ao Brasil inteiro, em nome dos que votaram em mim e dos que acreditam em mim: este Senador do Amazonas prega, sim, o *impeachment* de um ministro, para que sirva de exemplo.

Ganhar ou perder, não sei, é da guerra; agora, aceitar a derrota antes de entrar em ação é covardia. Educação colocada fora de hora é covardia.

Eu não estou cobrando posição de nenhum Senador ou Senadora; estou cobrando a mim mesmo. Eu não vim para cá para aceitar que meu mandato seja comandado por ministro, seja ele quem for. Não quero ser omissos e não estou sendo omissos, mas está registrado que este Senador da República chamado Plínio Valério não decepciona a sua população.

Os amazonenses são corteses, mas não são covardes. E eu os represento aqui.

Obrigado, Presidente. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Jorge Seif. (*Pausa.*)

Apenas quero informar aos Senadores e às Senadoras que ainda temos seis Senadores inscritos para as suas manifestações, e nós vamos retomar a Ordem do Dia, com a deliberação das matérias que estavam pautadas e também com um acordo que foi construído com as Lideranças, no dia de ontem, de um PLP muito importante para o Congresso Brasileiro.

Permita-me, Seif – V. Exa. já está chateado com a Presidência há algum tempo –, porque fizeram a inscrição muito na frente de V. Exa.

Eu queria dar um informe para as Senadoras e para os Senadores e aproveitar, porque aí eu evito de fazer em seguida. (*Pausa.*)

Peço atenção do Plenário do Senado Federal para o comunicado a respeito do agendamento da sessão do Congresso Nacional.

Diante da proximidade do encerramento da sessão legislativa e da necessidade de aprovarmos as leis orçamentárias para o próximo ano, comunico às Senadoras e aos Senadores que está agendada sessão conjunta do Congresso Nacional para amanhã, dia 4 de dezembro, às 11h da manhã, destinada, exclusivamente, à votação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, PLN 2, de 2025. Há apenas um único item na pauta.

Solicito o comparecimento de todos, para que possamos apreciar essa matéria e permitir a apreciação do Orçamento do Brasil até o final do ano.

Com a palavra o Senador Jorge Seif.

**O SR. JORGE SEIF** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discursar.) – Presidente, muito obrigado pela gentileza de V. Exa.

Uma vez eu conversei com o Presidente Rodrigo Pacheco, e ele comentou algo comigo que eu jamais vou esquecer. Ele me disse: “Seif, não cabe ao Senado questionar as decisões do Supremo Tribunal Federal. Nós não somos instância que recorre a decisões do Supremo Tribunal Federal; nós precisamos acatar”.

O.k., de certa forma eu entendo o que ele diz, mas o Supremo, Nelsinho, decidiu discutir aborto – quem discute aborto é o Parlamento –, e nós nos calam; o Supremo discutiu drogas – e não cabe ao Supremo; cabe ao Parlamento –; o Supremo aprovou o IOF que o Parlamento tinha derrubado, e nós ficamos quietos; o Supremo está rediscutindo o marco temporal de terra indígena de 1988. Não cabe nada disso a eles, e nós, o tempo todo – o tempo todo –, fomos tolerantes. Agora chegamos a uma encruzilhada,



a um beco sem saída.

A decisão do Gilmar, hoje, nessa ADPF 1.259, altera aquilo que a própria Constituição determinou com clareza, Jaime. A Lei 1.079, que disciplina o *impeachment*, está sendo desmontada. Estão retirando a legitimidade do cidadão brasileiro; ou seja, o cidadão brasileiro tem que ficar quietinho, senão é cana nele, igual fizeram com o Bolsonaro.

Exige-se quórum de dois terços para abrir processo. Está escrito onde na Constituição? Esses caras não era para defenderem, para serem guardiões da Constituição? Não está entrando na minha cabeça. E o Gonet... Eu falei lá, eu fui primeiro a perguntar para o Gonet: “Vem cá, o senhor quer mudar o entendimento da Constituição?”; e ele, ensaboado: “É, é o entendimento...”.

Sabem quem abriu essa ADPF? Olha que previsível, Nelsinho Trad! Foi a Associação dos Magistrados Brasileiros. Para cima de mim?! É armação ilimitada – lembrem-se de Juba e Lula? – para esvaziar mais o poder do Senado da República. Eles não têm um voto; aliás, têm o voto do Presidente da República.

Nós somos a expressão da perfeita democracia. E aí eu pergunto ao nosso querido decano Gilmar Mendes: em quais artigos da Constituição estão baseadas as suas decisões, Ministro? O art. 52, Tereza, é cristalino: compete ao Senado processar e julgar ministros do Supremo por crime de responsabilidade. Nós mudamos o art. 52 e não me avisaram? Eu faltei à sessão? Eu acho que não. E cabe, então, ao Supremo redesenhar o processo que existe para julgar? Eles não querem nenhuma instância, não querem ser questionados, não querem ser postos contra a parede, nada! Tem jornalista que teve que fugir do país, tem jornalista que perdeu rede social por questionar, por criticar.

Então, Sr. Presidente, não cabe ao Supremo retirar de nós, do Parlamento, as prerrogativas que são exclusivamente nossas. Se tiram a prerrogativa do Senado de investigar e de tirar ministro, eles serão o quê, investigáveis? Eu não entendo isso! Ou seja, o Poder da República está criando para si uma blindagem. O único poder que pode questionar, discutir e investigar “não, não pode mais”. Cidadão? “Não, não pode”.

Então, se permitirmos, Presidente Davi Alcolumbre, que o órgão acusado escreva as regras do seu próprio julgamento, não estaremos diante de separação de Poderes, estaremos diante de autodefesa institucional. E isso é incompatível com o Estado de direito, sobre o qual eles abrem a boca em seminário internacional para falar: “Ah, a defesa da democracia, do Estado de direito...”. Mas, sobre isso tudo, o Flávio aqui cantou a pedra.

Eu tinha conversado mais cedo com a minha assessoria. Estão com medo, Bagatoli, porque, no ano que vem – no ano que vem –, pelas previsões de Bolsonaro, pode ser que a gente faça de 40 a 48 Senadores aqui. Aí, meu amigo, aí, o jogo vira, e tem uns 50 pedidos de *impeachment* já para investigar. Vamos investigar. Já pensou a gente com 41 Senadores aqui? Então, Presidente, responsabilizar ministro não é atacar a democracia, é protegê-la, porque poder sem freio é abuso, e eles são abusados. Todo dia desrespeitam o Parlamento, todo santo dia. Não tem um dia em que eu não vejo uma decisão que arrebenta a gente no meio, que desrespeita, que ignora, que atropela – que ignora.

A Constituição sem limites vira o quê? Ornamento. É um enfeite na nossa mesa lá do gabinete. A Constituição é um enfeite, porque os caras não seguem. Eles deviam guardar a Constituição. Eles desrespeitam, atropelam, ignoram, rasgam!

**O Sr. Jaime Bagattoli** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Dê-me um aparte?

**O SR. JORGE SEIF** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Claro!

**O Sr. Jaime Bagattoli** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para apartear.) – Senador Jorge Seif, Presidente Davi Alcolumbre, o que aconteceu é o seguinte: o Gilmar Mendes, um Ministro do STF, reescreveu a Constituição para tornar impossível afastar um Ministro do STF.

E o pior, Senadora Tereza Cristina, ainda também nesta semana, uma decisão do Toffoli colocou o maior escândalo de fraude financeira sob sigilo máximo. Acabou de sair, hoje de manhã, uma notícia da



Bolsa de Valores de São Paulo na qual o Presidente, Diretor e dono do Banco Master comprou uma casa em Miami por US\$82 milhões – milhões –, isso é mais do que uma fazenda, e tem que ser a fazenda. Isso vai ficar em sigilo, sigilo, sem que ninguém possa investigar. Em que Brasil que nós estamos vivendo? Aonde nós vamos chegar com isso? Nisso tem que se dar um basta!

Agora, Presidente Davi Alcolumbre, isto aqui, nós temos que admitir: todos nós somos passíveis de erro, todos nós, cada um de nós é passível. Agora, nós não podemos continuar cometendo o erro que nós vimos cometendo até aqui, porque, até este momento, a gente sabia como é que estava sendo a atitude do Brasil, esse ato maligno que estava se pensando até chegar neste momento de prisão do nosso ex-Presidente Jair Messias Bolsonaro. Agora a corda arrebentou e vai chegar em todo mundo, inclusive na imprensa, e agora a imprensa vai sentir também o que vão ser as dores de agora para a frente.

Ou o Senado se coloca no seu lugar, ou, caso contrário, nós vamos pagar caro pela democracia, e o Brasil está a um passo do caminho da Venezuela.

Obrigado, Presidente.

**O SR. JORGE SEIF** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Presidente, quero parabenizar o senhor. Que bom que hoje o senhor já começou o Expediente falando das nossas prerrogativas, da preocupação do senhor, e a imprensa está toda noticiando. Vi o Senador Randolfe se manifestando, o Senador Omar, o Senador Eduardo Braga. Fiquei feliz, Presidente. Parabéns! E o senhor precisa contar conosco, o senhor não está sozinho, porque, se esse negócio passar, eles destroem nós todos no segundo seguinte.

Se hoje nós temos uma pequena ferramenta – pequena, desse tamaninho – que eles ainda respeitam, é o senhor pautar o *impeachment* aqui. Com isso aqui, nós somos completamente dispensáveis.

O PGR, o Sr. Paulo Gonet, com todo o respeito à pessoa física dele, é um lacaios, nós sabemos que é. Então, agora, se depender de Paulo Gonet para investigar Ministro do Supremo Tribunal Federal, vão passar mais 200 anos de Senado e nada vai acontecer.

Senador Davi Alcolumbre, o Senado não é coadjuvante, não é figurante. O Senado, representado aqui por V. Exa., é guardião da República. E não permitiremos que nossas competências sejam confiscadas a um delírio de poder do Supremo Tribunal Federal e por qualquer interpretação criativa, com todo o respeito que eu tenho ao Gilmar Mendes, como decano da nossa Corte. Por isso eu afirmo: nós estamos com o senhor. Não aceitaremos que se transforme vitaliciedade em impunidade, que se substitua a lei aprovada por vontade de ninguém. E também não aceitaremos, Presidente, que o Brasil tenha autoridades acima da Constituição, porque hoje o que o Gilmar Mendes decidiu, de forma monocrática... E eu tenho certeza de que os demais ministros vão acompanhá-lo, ou alguém aqui tem dúvida disso? Eu não tenho dúvida nenhuma. Os outros ministros vão ratificar a decisão do Ministro Gilmar Mendes, e aí eu não sei o que vai acontecer.

A democracia, Sr. Presidente, exige equilíbrio, exige coragem. Estamos com o senhor. E não podemos permitir que usurpem a pouca autoridade que sobrou ao Congresso Nacional brasileiro.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O Senador Cleitinho se encontra? Ele pediu um minuto só. (*Pausa.*)

Injustiça.

Senadora Tereza Cristina, querida Líder.

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Presidente Davi, quero cumprimentá-lo pela fala firme, serena, sobre este episódio de hoje, triste, muito triste para a democracia brasileira.

Eu, na realidade, estou hoje com o sentimento de que nós aqui, com esse ato do Supremo Tribunal



Federal contra o Senado Federal, contra a Constituição brasileira... Isso nos traz aqui um sentimento de que nós precisamos reagir, mas reagir com serenidade, reagir com firmeza, reagir dentro dos preceitos da nossa Constituição, que nos guia. Nada de agir com o fígado, nada de tratar as coisas com o fígado. Vamos tratar isso com aquilo que nós temos e com que o povo brasileiro nos trouxe até aqui, cada um de nós: com os votos do nosso estado, de cada um que votou em nós.

Hoje tem muita gente nos perguntando: “O que é que vocês vão fazer?”. Eu acho que nós temos que ter tranquilidade, nós temos que ter tempo, nós não podemos interromper diálogos, e eu fiquei muito feliz com a sua fala. Só que nós precisamos hoje tirar lições do que aconteceu, e essas lições estão claras.

Eu acho que a independência entre os Poderes tem que ser perseguida todos os dias, com respeito, com diálogo, mas essa independência precisa continuar, assim como nós temos com o Executivo e também nós temos que ter, cada vez mais, com o Supremo Tribunal Federal.

Parabéns pela sua conduta, pelos encaminhamentos e pelo seu pronunciamento hoje: sereno, porém firme.

Nós podemos tirar uma lição daqui hoje. Talvez, eu acho que... Disse aqui o meu querido Senador Hiran: esta Casa, cada vez que nós perdemos, que alguém perde, recorre ao Supremo, e toda vez que a gente vai lá falar sobre essas decisões, que eles são obrigados a votar, falam: “Vocês estão mandando”. Então, de repente, a reflexão interna nós também teremos que fazer daqui para a frente.

Com o que eles fizeram eu não concordo, e acho que nenhum Senador aqui hoje, dos 81 Senadores, concorda com o que foi feito, mas a lição aqui hoje é de que talvez o espírito de corpo vá nos unir, para que a gente ache um caminho também firme, seguro, de defesa da Constituição, principalmente, trabalhando pela independência dos Poderes, cada um com a sua missão.

Talvez esteja na hora de o Supremo voltar um pouco para dentro da missão que é dele, interferindo menos na política e tratando melhor a Constituição, e nós, aqui, trabalhando com a política, que é o nosso papel, representando aqueles que nos trouxeram até aqui, com firmeza, mas com ações, ações firmes, e com frieza para resolver o que é melhor para este Senado Federal e também para o Brasil.

Muito obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, querida Líder, Senadora Tereza Cristina.

Concedo a palavra, pela Liderança do Podemos, ao Senador Zequinha Marinho.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ZEQUINHA MARINHO** (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela Liderança.) – Muito obrigado, Presidente.

Eu quero dizer a V. Exa. que esta Casa precisa realmente se impor, e o senhor pode contar com seus pares para fazer valer aquilo que já é da nossa competência e responsabilidade. De repente, a gente tem que fazer mea-culpa porque, com tudo o que tem acontecido, a gente tem que ficar esperando; aí, quando se dá fé, o negócio avança e dá nisso.

Mas eu quero aproveitar este momento porque, além do Supremo, nós temos outras instituições complicadíssimas na República. Coisa que não acontece em lugar nenhum do mundo, acontece aqui no Brasil, acontece na Amazônia. E, quando a gente pensa que já viu tudo, Senador Jayme Campos, está faltando muita coisa para ver ainda, porque todo dia tem algo novo.

Eu subo a esta tribuna para manifestar a minha perplexidade e, confesso, a minha indignação diante da mais recente façanha do Ministério do Meio Ambiente, a mais nova e descabida medida, que declara guerra àquilo que sustenta milhões de pessoas, milhões de brasileiros: a produção de alimentos e a geração de emprego.



A Comissão Nacional da Biodiversidade (Conabio) está decidindo incluir na lista de espécies exóticas invasoras frutíferas como a goiaba e a mangueira, além da tilápia, que responde por 68% da aquicultura nacional, movimentando R\$7,7 bilhões por ano.

De acordo com a Associação Brasileira da Piscicultura (Peixe BR), em 2024, o Brasil produziu 662 mil toneladas de tilápia. Fora a sua importância econômica, o setor tem relevante papel social, com um perfil bastante familiar. A piscicultura reúne cerca de 98% de pequenos produtores, distribuídos em mais de 110 mil propriedades rurais Brasil afora. Por representar uma potência nacional, o setor gera mais de 600 mil empregos diretos e indiretos.

Apesar do potencial dessa cadeia e do importante papel para o desenvolvimento regional, a tilápia, a goiaba ou a goiabeira, a mangueira e tantas outras espécies da fauna e da flora brasileira parecem estar com os seus dias contados.

A Ministra Marina Silva, que esteve, esses dias, em Belém, deve ter se deparado com um frondoso túnel de mangueiras em plena Avenida Presidente Vargas, no centro da cidade. Belém é tomada por mangueiras e, por isso, é conhecida por “a cidade das mangueiras”. Será que a Ministra vai agora querer colocar no chão as árvores centenárias, simplesmente porque a tal Conabio quer declarar as mesmas como ameaças à biodiversidade?

Muito além da importância histórica para a cidade de Belém, em 2024, a produção brasileira de manga movimentou cerca de R\$2,5 bilhões, sendo o nosso país o terceiro maior exportador mundial de manga.

Ainda na lista das espécies exóticas invasoras, os iluminados da Conabio incluíram espécies como *Eucalyptus robusta*, *Pinus taeda* e *Pinus caribaea*, que compõem a base da cadeia do papel e da celulose, da produção de madeira pelo reflorestamento. Esses cultivos são responsáveis por quase 90% da madeira processada no país e por centenas de milhares de empregos formais. O enquadramento dessas espécies como invasoras teria efeitos diretos sobre investimentos privados e públicos, dificultando a expansão de áreas reflorestadas e o cumprimento de metas nacionais de neutralidade de carbono.

Enquanto demonizam a manga, a goiabeira, o *Eucalyptus* e a pobre da tilápia, assistimos à importação de 700 toneladas do mesmo peixe, do Vietnã, em 32 contêineres, operação autorizada pelo próprio Governo. O primeiro contêiner a desembarcar no Porto de Santos será agora, dia 17 de dezembro. Essa operação, conduzida pela JBS e autorizada pelo Ministro da Agricultura, não se trata apenas de um comércio internacional; ela levanta sérias dúvidas sobre a coerência política e a sustentabilidade.

Se a tilápia é considerada uma ameaça à biodiversidade, por que permitir sua entrada em larga escala no nosso país? Não bastasse a falta de coerência, essa importação poderia pressionar os preços internos, desestabilizando o setor, que gera emprego e renda para o brasileiro.

Senhoras e senhores, não podemos permitir que uma decisão tomada sem ouvir quem produz coloque em risco a segurança alimentar e o desenvolvimento regional – e também, acima de tudo, sem ouvir cientistas, sem ouvir a ciência, sem ouvir absolutamente nada. Eu não consigo realmente entender. A tilápia, a manga, a goiaba, o eucalipto e tantas outras espécies consideradas invasoras pela Conabio não são vilãs – representam sustento, renda, alimento. Demonizar essas espécies é um ataque direto à economia nacional.

No início de novembro, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aqui desta Casa estava pronta para votar um requerimento de convocação à Ministra Marina Silva, para que viesse explicar a polêmica lista de espécies exóticas invasoras e a inclusão de plantas e animais fundamentais para a produção nacional. Atendendo um pedido da base do Governo, alteramos a convocação para convite, sob o compromisso de que a Ministra viria a esta Casa explicar o tamanho golpe que estão planejando dar no Brasil. Pois bem, semanas se passaram desde a aprovação do convite. Agora recebemos a justificativa de que a Ministra não



poderá comparecer porque sairá de férias.

Senhoras e senhores, isso soa como uma saída pouco honrosa para evitar esclarecer um ato que considero irresponsável e insano por parte dessa comissão. Infelizmente, não nos resta alternativa: vamos exercer a prerrogativa desta Casa e convocar a Sra. Ministra. É fundamental que as ações do Ministério do Meio Ambiente sejam conduzidas com transparência, com diálogo, com a participação da sociedade. O que estamos vendo, no entanto, é exatamente o oposto: decisões tomadas sem a questão da ciência, sem a participação de quem conhece de perto...

Enfim, estão impactando economicamente milhares e milhares de famílias. Por isso, queremos dizer a V. Exas.: a Ministra vai ter que vir a esta Casa se explicar, porque não dá para continuar aguentando o que nós já aguentamos. Não bastassem as decisões malucas no que diz respeito a ferir a lei e a Constituição, pelo Judiciário, nós temos um outro órgão aqui que arrepia tudo, não toma conhecimento absolutamente de nenhuma questão legal, cujo negócio é avançar e destruir este país.

Muito obrigado, Presidente.

Eram essas minhas considerações.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, Senador Zequinha.

Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos.

*(Soa a campainha.)*

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para discursar.) – Sr. Presidente, querido amigo Senador Davi Alcolumbre, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, eu serei muito breve, mas eu quero aqui, antes de mais nada, cumprimentar V. Exa., no dia de hoje, pela bela fala que fez aqui, em defesa, naturalmente, desta Casa e, sobretudo, da própria Constituição Federal.

Infelizmente, o que está ocorrendo aqui – estava conversando agora com a Ministra Tereza Cristina – saiu de qualquer parâmetro constitucional, legal, na medida em que, infelizmente, o Supremo Tribunal Federal, já há algum tempo, Presidente Davi, vem tomando algumas decisões de forma errônea.

Não podemos, em hipótese alguma – nós que fomos eleitos pelo povo de cada um dos estados – aceitar essa supremacia do Supremo Tribunal Federal em todos os setores da vida deste país. Por incrível que pareça, nós também temos uma certa responsabilidade, tendo em vista que em muitas das matérias que são votadas de forma democrática aqui, o próprio Congresso Nacional, seja a Câmara ou seja o Senado, muitas vezes recorre ao Supremo Tribunal Federal para legislar, em nome desta Casa. Chama-se usurpação de poder. A Ministra colocou muito bem: cada um no seu quadrado.

Infelizmente, o que está ocorrendo hoje, sobretudo com a decisão do Ministro do Supremo Tribunal Federal, meu conterrâneo Gilmar Mendes, eu acho que... Infeliz e lamentavelmente, se ele nunca errou na vida, errou hoje ao dar uma liminar para que qualquer atitude com relação ao *impeachment* tenha que partir da PGR (Procuradoria-Geral da República), e com mais uma atenuante: no dia 12, se não me falha a memória, 11 ou 12, ele vai colocar no Colegiado, ou seja, no Plenário do Supremo Tribunal Federal.

Nós não podemos aceitar, em hipótese alguma, que isso ocorra. V. Exa. tem autoridade e tem o apoio dos 80 Senadores. V. Exa. tem todos nós aqui para que esta Casa faça algo. Caso contrário... Na rede social, no WhatsApp, já recebi mais de 300 mensagens aqui dizendo: “Fechem o Senado Federal. O que é que está acontecendo que os Srs. Senadores não reagem?”.

Eu confesso, Senador Nelsinho Trad, que eu me sinto até, muitas vezes, envergonhado. Diante do quê? Nós precisamos fazer alguma coisa em defesa daquilo que é legal, ou seja, daquilo que é constitucional. E aqui é a Casa revisora deste país. Nunca, nos 200 anos de existência do Senado Federal, existiu o que está ocorrendo hoje, nesta atual conjuntura, com decisões monocráticas. Isso é um absurdo, não se respeita



nenhuma decisão, praticamente, do Senado.

Alguém citou aqui a questão do marco temporal – foi o Jorge Seif. É verdade, nós votamos aqui nas Comissões, votamos no Plenário e agora não vale nada. O Presidente soltou um decreto, há poucos dias, dizendo: “Olhe, estou ampliando mais tantas reservas indígenas, criando novas reservas”. Isso não pode acontecer, com todo o respeito que eu tenho pelos membros da Suprema Corte brasileira, infelizmente, lamentavelmente, nós não podemos aceitar aqui, nós temos que reagir, sob pena, de amanhã ou depois, de nós não podermos andar nas ruas ou fazer um enfrentamento com a sociedade, de pregarmos aquilo que certamente é o papel do Senador da República.

Infelizmente, o Senador Jayme Campos aqui está fazendo esse registro porque está indignado. Imagino a sociedade brasileira, as pessoas que nos assistem, que veem naturalmente a atuação desta Casa na defesa intransigente de bons projetos de lei, daquilo que certamente possa construir um país não só de boas...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – ... oportunidades, mas, sobretudo, com mais justiça social.

Eu acho que os Poderes têm que atuar, mas de forma harmônica, de forma respeitosa, com altivez, cada um fazendo o seu papel. O que hoje está ocorrendo aqui, lamentavelmente, nós temos que deixar registrado: o Senado Federal tem que reagir de forma responsável, sobretudo, dar a entender aos ministros do Supremo Tribunal Federal que nós estamos aqui, os três Poderes, e que trabalhamos de forma harmônica, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, mas, nunca, nenhum Poder pode achar que é melhor do que o outro. Lamentavelmente, o Supremo Tribunal Federal errou desta feita e espero que isso possa ser revisto, através do diálogo, do entendimento.

Particularmente, eu vejo a possibilidade, na liderança de V. Exa., Senador Davi, de V. Exa. capitanear – já disse aqui que vai –, reunir os Líderes partidários para tomarmos uma decisão em prol da defesa intransigente, certamente, do Congresso Nacional, mais particularmente desta Casa, que é o Senado, porque nós aqui votamos. Votamos quando encaminham os nomes, os recebemos aqui, fazemos a tramitação na CCJ. Depois, isso vem para esta plenária e é votado.

E, confesso para o senhor aqui: no meu mandato, no meu primeiro mandato aqui – para encerrar –, nós tínhamos um colega chamado Senador César Borges, um belo Senador do Estado da Bahia. Certa feita, conversando com ele, ele falou: “Senador Jayme Campos, eu não vou ser mais candidato”. Eu falei: “Mas como? Você é um belo Senador, uma liderança, uma força da sociedade, da política baiana”. Ele falou: “Não, aqui, infelizmente, nós.... Vou contar uma história para você, Jayme”. “O que é que foi?” “Eu fui Relator da indicação de um ministro do Supremo Tribunal Federal aqui, o recebi no meu gabinete, de forma educada, respeitosa. Cheguei até ao absurdo de dar nas mãos dele o relatório meu”. Nas Comissões, chama-se processado. V. Exa. tem conhecimento disso. “Daí ele leu... O senhor quer fazer algum adendo, Sr. Ministro, nesse meu relatório? Às vezes, eu deixei de acrescentar as suas qualidades, a sua capacidade. Se quiser, fique à vontade”. Ele falou: “Não, está muito bom. Estou satisfeito e aguardo que, na próxima reunião da CCJ, seja votado”. Pois bem, votou-se. Foi aprovado. Veio para o Plenário no mesmo dia, o aprovamos.

Passados 90 dias, o Senador César Borges queria tratar de um assunto...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – ... com esse mesmo ministro lá no STF. A sua secretária ligou para a secretária do ministro lá, pedindo a ele uma audiência.



Sabe qual foi a resposta? Ele queria saber do assunto que o Senador César Borges queria tratar. Ele falou: “Mas isso não é possível. Ele quer saber do assunto que eu quero tratar com ele? Eu vou tratar de assuntos, com certeza, do meu estado, até porque eu não respondo a nenhum processo, seja na primeira, na segunda ou na terceira instância”.

Pois bem, feito isso, ele disse: “Não fala para ele qual é o assunto. Ele vai me receber e eu vou tratar do assunto na minha chegada ao gabinete dele lá”. Ele não concedeu audiência para o Senador César Borges. Ele falou para mim: “Jayme Campos, diante de tudo isso aqui, porque, quando vêm aqui pedir o voto, chegam de forma muito humilde, chegam aqui beijando até a nossa mão. Passou, para se marcar uma audiência, é a coisa mais difícil do mundo”.

Segundo, quando vêm aqui, nós os tratamos de forma respeitosa. Não é isso? Respeitosa. Votamos, aprovamos. Noventa e nove por cento... Aprovou na CCJ, no mesmo dia aqui no período da tarde, nós votamos. E onde está essa reciprocidade desse respeito por todos nós Senadores da República? Isso não há. E nós os respeitamos, os tratamos de forma civilizada, de forma respeitosa. De forma que isso nos causa até indignação pelo fato de que a recíproca não tem sido verdadeira com todos nós Parlamentares, ou seja, nós aqui Senadores da República.

De maneira, Presidente, que eu sou solidário a V. Exa., que foi cirúrgico aqui nesta tarde. Fez uma manifestação, uma fala aqui pontual, sobretudo, com argumentos, buscando efetivamente até aquilo que está estipulado, está previsto constitucionalmente.

Eu fico aqui, mas quero dizer ao senhor: sou solidário com qualquer atitude e manifestação que V. Exa. encaminhar. V. Exa. tem o apoio do Senador Jayme Campos e, tenho certeza, tem o apoio de todo este Colegiado aqui, de mais 80 Senadores da República.

Muito obrigado, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, querido Senador Jayme Campos.

**O SR. OTTO ALENCAR** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Queria conceder a palavra ao Senador Otto Alencar, nosso Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.

**O SR. OTTO ALENCAR** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, agradeço a V. Exa.

Ouvi com atenção toda a sua posição, a posição tomada a respeito dessa decisão liminar do Ministro Gilmar Mendes. Eu concordo plenamente com a insurgência, com a veemência de V. Exa. Devo dizer também, complementando, que, na Comissão de Constituição e Justiça, esse projeto, que foi encaminhado pelo ex-Presidente e Senador Rodrigo Pacheco, no momento em que o Relator Senador Weverton apresentar o parecer, nós vamos colocar em votação. Já era para ter feito isso há muito tempo.

Eu até me considero um tanto culpado de não ter visto antes. Nenhum Senador me chamou a atenção, até porque esse projeto do Senador Rodrigo Pacheco teve a participação do então Ministro da época, Ministro Ricardo Lewandowski. Decisão liminar... Nós aprovamos, com a quase unanimidade desta Casa, a PEC encaminhada e aprovada pelo Senador Rodrigo Pacheco, que não permitia mais as decisões monocráticas.

Essa PEC foi para a Câmara dos Deputados. Lamentavelmente, a Câmara dos Deputados nunca observou, inclusive com provocação minha, desde a época do ex-Presidente Arthur Lira e agora do atual Presidente. Se tivesse a Câmara votado, nós não estaríamos passando agora por uma decisão liminar e não estaríamos vivendo o momento em que o Supremo Tribunal Federal toma a decisão que, na minha





opinião, é inconsequente e de desrespeito ao Senado Federal.

Mas eu ouvi alguns Senadores falando que estaríamos em uma posição de defesa. Não, nós temos argumentos aqui para aprovar as matérias necessárias para inibir, coibir, para não permitir mais ações dessa natureza. E V. Exa. me conhece e sabe que eu estarei à disposição, na Comissão de Constituição e Justiça, para assim fazer.

Há mais de cinco anos, aprovamos e eu fui para aquela tribuna para acabar com a prerrogativa de foro privilegiado. Está na Câmara do mesmo jeito. Nunca quiseram observar ou aprovar essa proposta de acabar com a prerrogativa de foro.

Recentemente, o Senado sepultou, enterrou a blindagem que queriam os Deputados Federais, Sr. Presidente. Sr. Presidente, o Senado sepultou aquela blindagem, aquela PEC da blindagem que os Deputados Federais – por sua maioria, não todos – aprovaram e encaminharam para cá. Naquela época, eu vi declarações, inclusive de ministros, concordando que não era para ter a blindagem e agora eles se permitem a blindagem? Não é uma grande incoerência, Sr. Presidente, se permitir a blindagem dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, que, para terem a condição de serem observados em qualquer falha ou qualquer decisão...

E a decisão de um juiz, Sr. Presidente, é uma decisão muito dura. Ele dá de acordo com a lei, até porque, tanto eu, como V. Exa., como qualquer Deputado ou quem tem o poder têm que ter, na sua consciência, que a lei existe para limitar o poder.

Para que existe a lei? Para limitar o poder, o meu poder, o poder do Presidente da República, o poder do Ministro do Supremo. A lei existe para circunscrever o poder do juiz ou de quem quer que seja.

Neste momento e neste caso, eles atropelaram, eles foram ao arrepio da lei, sem dar a devida consideração ao Senado Federal e a V. Exa., que é o nosso Presidente, votado por todos nós e que tem o nosso apoio integral.

Há pouco, eu perguntei a V. Exa.: Senador Davi Alcolumbre, o Ministro comunicou a V. Exa.? V. Exa. disse que não comunicou. Nem isso foi observado. Deveria chamar e dizer: “Olhe, nós estamos com esse processo aqui, vamos fazer como?”. Não vai dar uma satisfação? E nós damos tantas satisfações quando vamos fazer um projeto que tenha alguma relação com o Supremo.

Portanto, tem que se permitir continuar de cabeça erguida. Eu a tenho totalmente erguida, como temos todos nós, até porque eu não tenho pendência no Supremo Tribunal Federal, e todos aqui têm responsabilidade por isso.

Quero dizer a V. Exa. que, se V. Exa. convocar amanhã uma sessão, eu vou desmarcar minha passagem para a Bahia e vou ficar para aprovar, na CCJ, em extraordinária. Em qualquer dia que V. Exa. decidir, eu estarei à disposição. Ou, então, lá adiante, se o Senador Weverton, que é o Relator, não tiver o relatório pronto para essa iniciativa do Senador Rodrigo Pacheco, nós estaremos à disposição para analisar, avaliar.

Não é uma vindita, não. Absolutamente! Não é vingança, não. É que nós precisamos realmente aprovar e atualizar, tornar contemporânea a Lei do Impeachment, que é de 1950. Precisa-se dar essa resposta. Não é uma reação contra.

**O SR. NELSINHO TRAD** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. *Fora do microfone.*) – Setenta e cinco anos.

**O SR. OTTO ALENCAR** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A lei tem 75 anos, como fala aqui o Senador Nelsinho Trad.

A minha relação com todos os Ministros de Estado, o Executivo, o próprio Presidente da República, os Senadores, os Governadores, os Ministros do Supremo Tribunal Federal é sempre muito urbana, muito cordial, muito educada, mas nunca para me submeter ao jugo de quem quer que seja.



Portanto, V. Exa. colocou muito bem, e eu estarei à disposição, na Comissão de Constituição e Justiça, para discutir e aprovar qualquer legislação que não permita – não ao arrepio da lei, mas pela lei – essa situação que aconteceu hoje. Eu agradeço a V. Exa. Conte comigo. O Senado conta com a minha decisão, na Comissão de Constituição e Justiça, para fazer aquilo que é importante, para não permitir mais esses atos, que eu considero totalmente desconectados com a realidade.

Eu acho, inclusive, que, indo essa decisão para o Plenário do Supremo Tribunal Federal, haverá de ter lá alguns Ministros com a lucidez permanente, com mais lucidez, com mais visão atual, com mais respeito à lei, com mais respeito ao Senado, para não permitir que a Corte, como um todo, aprove a liminar dada pelo Ministro Gilmar Mendes.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Querido Senador Presidente Otto Alencar, V. Exa. tem o nosso reconhecimento e a nossa admiração. V. Exa., ao longo de décadas, tem dedicado a sua vida a servir à Bahia e ao Brasil.

Eu quero que essa manifestação sirva também para todos os nossos colegas Senadores e Senadoras. E me permita, Senador Paim, fazer mais uma ponderação em relação à fala do Senador Otto Alencar.

Ao longo dos últimos dias – Otto, permita-me dirigir assim a V. Exa. –, eu tenho buscado me aconselhar muito com V. Exa. Acho que isso não é demérito, na condição de Presidente do Senado Federal, de colega de vocês, na posição dada por V. Exas., para que eu pudesse representá-los como Chefe do Poder Legislativo brasileiro, com muita honra – graças a Deus! –, ao povo do Amapá, que me colocou no Senado, e a V. Exas. que me colocaram aqui.

Ao longo dos últimos dias, eu tenho conversado muito com V. Exa., na condição de um grande Líder deste Parlamento, de um homem público. E todos nós reconhecemos a capacidade e o discernimento de V. Exa. de buscar sempre o equilíbrio e a pacificação. E eu acho que, nesse quesito, me permitam V. Exas., eu sou o que mais peço compreensão, moderação, para que a gente possa buscar um caminho para dirimir todos os problemas que nós enfrentamos neste Senado Federal e no Congresso brasileiro.

E houve um episódio que ocorreu nesses últimos dias que faz com que eu traga essa manifestação aqui novamente, no Plenário. Acho que nem caberia mais eu fazer essa manifestação, mas a decisão do Supremo Tribunal Federal, monocrática, o que os Senadores e as Senadoras falaram hoje aqui e o que eu ouvi ao longo da manhã e tarde de hoje fazem com que eu traga, assim como V. Exa. trouxe uma confiança, que eu possa trazer ao Brasil e ao Plenário do Senado Federal mais uma confiança.

Nos últimos dias... V. Exas. sabem que, no dia 20 de novembro deste ano, de 2025, Sua Excelência o Presidente da República, Luiz Inácio Lula Silva, tomou uma decisão que lhe cabe, que a Constituição brasileira lhe confere, que é divulgar ao Brasil uma vaga decorrente e aberta no Supremo Tribunal Federal, com a aposentadoria do ex-Presidente Luís Roberto Barroso – diga-se de passagem, oito anos antes do prazo limite da aposentadoria, com base na nossa lei –, e indicou um Ministro de Estado para compor esta vaga. E desde esse dia, eu me deparo todos os dias com muitas agressões, com muitos ataques e muitas ofensas, por um único motivo, Senador Nelsinho Trad: pelo motivo de defender as prerrogativas do Senado Federal.

Assim como Sua Excelência o Presidente da República tem as suas prerrogativas, em nenhum momento nenhum de nós, Senadores ou Senadoras, está tentando usurpar as prerrogativas de Sua Excelência o Presidente da República de fazer a indicação para um membro do Supremo Tribunal Federal. E a todo instante, nos últimos dias, 23 dias se passaram até hoje, algumas autoridades insistem em dizer que o Presidente do Senado Federal está usurpando as prerrogativas do Presidente, quando quer indicar uma vaga para o Supremo Tribunal Federal.

É inacreditável a capacidade das pessoas de mentir – a capacidade das pessoas de mentir – em relação a decisões institucionais tomadas por um Chefe de Poder. Alguns dias atrás houve uma agressão



infundada ao Congresso brasileiro, quando algumas autoridades da República chamaram o Congresso brasileiro de inimigo do povo.

E eu conversava com as pessoas... “Mas é justo, Leila, o Congresso brasileiro ser tratado e patrocinado por autoridades do Brasil como um Congresso inimigo do povo? Um Congresso que, nos últimos anos, entregou ao Brasil e deu ao Brasil a capacidade de existirmos enquanto Estado da Federação?”.

Digo isso com apenas um exemplo. Nós, Tereza, tivemos a capacidade e a maturidade institucional, nunca vista na história deste país, de entregar uma PEC da transição, em 25 dias, a um Presidente da República que acabou de ser eleito – não foi com 70% dos votos não, foi com 51% –, num processo de eleição, de agressões que nós vivemos no processo eleitoral, contra a política brasileira.

E nós tivemos a sabedoria... Eu estava na condição de Presidente da CCJ e fui instado, por vários colegas nossos e pelo Governo, porque era muito importante – para que o Brasil entregasse de volta a Farmácia Popular para as pessoas, entregasse de volta o Minha Casa, Minha Vida, entregasse de volta o Programa de Aceleração do Crescimento e entregasse de volta as rodovias federais pavimentadas – que a aprovássemos, num Governo de transição, em que o Presidente da República, Otto, não tinha recebido a faixa de Presidente da República e em que o ex-Presidente da República tinha acabado de perder uma eleição, num processo eleitoral de agressões horríveis que nós vivemos no Brasil. Nunca vivemos tanta agressão como vivemos naquela campanha.

O Congresso, em 25 dias, a entregou para o novo Governo, com muita sabedoria, entendendo que aquele Governo fez um pedido para o Congresso: que nós pudéssemos entregar a PEC da transição, para que o Estado pudesse fazer as políticas públicas necessárias que o Governo, que tinha acabado de sair das urnas vitorioso – não com 70% dos votos, repito, com 51%... Mas aquele Governo, com legitimidade, venceu a eleição, com aquelas propostas, e a Câmara e o Senado tiveram a altivez e o compromisso cívico de entregar uma PEC da transição, que dava para o Governo, no primeiro ano, sem ter pegado a faixa presidencial, R\$180 bilhões, votada por todos nós, e promulgada, aqui, pelo então Presidente Rodrigo Pacheco.

Então, é só uma reflexão. Não é possível que este Congresso que fez... Estou citando apenas um exemplo, porque é dramático – nunca houve na história, eu não me recordo –: um Governo foi derrotado, e em 25 dias um Parlamento entregou para o Governo que venceu a eleição condições de que ele existisse no primeiro ano, do ponto de vista fiscal.

E um dia desses estavam por aí, patrocinados por muitos... Porque a Polícia Legislativa do Senado está investigando, a Polícia Legislativa da Câmara está investigando e, logo mais, nós teremos – e vamos – de trazer a público aqueles que fizeram aquelas agressões contra o Congresso – o inimigo do povo.

E é a mesma coisa que a Presidência está vivendo nos últimos dias, como se quisesse usurpar a prerrogativa de indicar. O ato de indicação de um Ministro do Supremo Tribunal Federal é um ato jurídico-administrativo complexo. Se não fosse assim, o Constituinte não teria colocado, Dr. Sergio Moro, Senador da República, o Senado para referendar; tanto que o que vem para o Senado não é um ato de nomeação, é uma mensagem com os documentos necessários, dentro das leis do Brasil, para que o Senado possa instruir o documento, encaminhar para a Comissão correspondente – no nosso caso, a CCJ – designar um Relator, fazer um relatório, conceder vista coletiva conjunta de sete dias, e a votação possa se dar a partir desse processo, que é compartilhado pelas Senadoras e pelos Senadores, num voto secreto, lá na CCJ, com 27 Senadores, e no Plenário, com 81.

E percebam que, nesse caso concreto, como a votação é secreta, o Presidente do Senado vota – ele bota a digital dele, bota o número dele e vota. Portanto, no painel, quando sai a votação de uma autoridade como esta, diferentemente de uma lei, em que eu muitas das vezes quero votar aqui e não consigo, porque o Presidente só vota em casos de desempate, nessa votação, concretamente, todos os 81



Senadores e Senadoras têm a obrigação e o direito assegurado de votar.

Então, o que ocorre é que, aparente e necessariamente, se precisa que os Senadores apenas referendem uma votação como esta. “Ah, mas porque há 134 anos não ocorre; o Senado Federal quer usurpar a prerrogativa do Presidente da República”, Otto. Jamais! Mas cada um cumpra as suas obrigações e fique com as suas prerrogativas. O Presidente tem a prerrogativa de indicar, e o Senado tem a de sabatinar e votar; e aí, sim, referendar, sim ou não, aquela indicação, num voto secreto, em que a consciência e o coração de todos os Senadores e Senadoras estarão ali naquele botão na hora da votação.

Aí uma vírgula e um parêntese, já que eu estou falando sobre este assunto. É importante eu fazer mais um registro, para dividir com V. Exas., porque V. Exas. estavam todos comigo aqui, quando, em outro momento, na CCJ, eu fui duramente criticado, ofendido e atacado, na condição de Presidente da CCJ, por não sabatinar uma autoridade para o Supremo Tribunal Federal.

Eu encontrava colegas nossos – Senadores –, cobrando o calendário, exigindo celeridade, cobrando celeridade, para que a gente pudesse se desobrigar daquela obrigação. Então, eu preciso saber agora se todas aquelas críticas que foram feitas ao ex-Presidente da CCJ valem para os dias atuais, para as autoridades do Governo, porque, naquele momento, eu fui acusado de atrasar uma sabatina; e, no dia 20 de novembro, no dia do feriado, saiu um *Diário Oficial* com uma indicação.

E eu, tentando manter a celeridade de todas as outras autoridades que foram sabatinadas, para que eu não sofresse novamente todas aquelas agressões que eu sofri outrora, fui buscar, na Secretaria-Geral da Mesa, Laércio, qual era o prazo de deliberação das autoridades para o Supremo Tribunal Federal e qual era a média.

E aí vai a minha confidência: eu conversei com o Presidente da Comissão, com o Senador Otto Alencar, e disse para ele: “Querido Presidente Otto, acabou de sair um *Diário Oficial*, no dia do feriado, que tem um cronograma e um calendário, e nós estamos a pouco mais de 20 dias do recesso parlamentar. Acho que a gente tem que se desobrigar desse assunto, para que eu não venha a ser acusado novamente de que eu fui o responsável pelo atraso da deliberação ou da tramitação de uma autoridade para o Supremo Tribunal Federal, e para que não recaiam sobre mim, novamente, as acusações de protelação [foi a palavra que eu usei]”.

E eu quero agradecer ao Otto, porque o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal disse para mim: “Presidente, vamos estabelecer o calendário. V. Exa. está tomando uma decisão correta e acertada de fazermos a sabatina dentro do prazo adequado e de nos desobrigarmos dessa incumbência, eu, na condição de Presidente da CCJ, e V. Exa., na condição de Presidente do Senado”.

Pois bem. Tomamos uma decisão institucional que nos cabe. Fomos ali no púlpito e fizemos uma fala – o Presidente do Senado e o Presidente da CCJ –, manifestamos o que nos cabe, as prerrogativas por meio das quais estão nos acusando de tirar as dos outros, pois nós fizemos só as nossas. E com o que nós fomos surpreendidos nos últimos dez dias, Tereza? O *Diário Oficial* saiu, e a mensagem não chegou.

E eu percebi muita gente falando que teria a possibilidade de o Senador Davi Alcolumbre autuar o *Diário Oficial* – que eu saiba, algo mais oficial que o *Diário Oficial* não existe. Autuaria o *Diário Oficial* e encaminharia para a Comissão, para o Presidente da CCJ autuar, dentro do calendário que o Congresso anunciou, com base no desejo e na vontade de dar a celeridade adequada para que as agressões do atraso não recaíssem novamente, nesse caso, a mim e ao Presidente da CCJ.

E, no dia de ontem – é mais uma confidência –, S. Exa. o Presidente da CCJ ponderou para mim: “Presidente, mesmo sabendo que tem um parecer de que V. Exa. pode encaminhar como *Diário Oficial*, cabe ao Senado Federal deliberar a mensagem com os documentos necessários, para que a sabatina ocorra dentro da normalidade institucional”. Foi o que o Presidente Otto falou para mim.

Pois eu cheguei aqui à mesa e fiz a declaração de que V. Exas. tomaram conhecimento, da decisão



institucional do Senado Federal de não cometer nenhum atropelo para, novamente, aqueles mesmos que criaram o Congresso “inimigo do povo”; que criaram que o Davi, na condição de Presidente da CCJ, atrasou a sabatina; e que seria o Davi que teria passado por cima da Constituição e do Regimento e teria autuado um *Diário Oficial* em detrimento de uma mensagem... Eu, serenamente, no dia de ontem, anunciei ao Brasil que estava cancelado o calendário estabelecido, nada mais, nada menos do que pelo Presidente do Congresso e pelo Presidente da CCJ; nada mais, nada menos do que exercendo as suas prerrogativas estabelecidas na Constituição brasileira.

Então, hoje a gente está falando de prerrogativas, de decisão monocrática do Supremo Tribunal Federal, e eu que não queria mais falar desse assunto – me permitam – voltei a falar, novamente, com muita convicção, Heinze, do que eu falei ainda há pouco da decisão do Supremo Tribunal Federal, e repito, para que não distorçam: o respeito institucional que o Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, tem em relação ao Supremo Tribunal Federal não será duas horas de manifestação minha aqui. Foi na minha Presidência do Senado, 2019 e 2020, quando se criou uma CPI da Lava Toga aqui, porque gostariam de investigar as atribuições do Supremo Tribunal Federal, e eu passei um ano da minha Presidência sendo agredido, ofendido e atacado todos os dias, porque eu não abri a CPI da Lava Toga para investigar o Supremo Tribunal Federal. E não vou dar mais outros exemplos, para a gente ficar aí – como eu falei da PEC da transição – em apenas um.

Então, tudo que eu falar, em respeito institucional ao Supremo Tribunal Federal e aos outros Poderes constituídos deste país, eu não conseguirei colocar numa fala de improviso, com o coração e com a razão, como eu estou fazendo aqui agora, porque os meus dois anos de Presidência do Senado, mais os quatro anos do Presidente Rodrigo Pacheco e mais esses dez meses do Davi Alcolumbre aqui...

V. Exas. sabem, conhecem e observam todos os dias o quão respeitoso às instituições brasileiras eu sou e da forma como eu as trato. Então, o que eu queria apenas, de todos os outros Poderes, era que os outros Poderes tratassem da mesma maneira como este Presidente que lhes fala trata os outros Poderes: sem agressões infundadas, sem ataques e sem ofensas...

Muitas das vezes, dos outros lados, não é isso que nós recebemos aqui na condição de Presidente do Congresso. Mas, se eu me curvar a essa metodologia deles, eu não serei o Davi. Então, eu prefiro me preservar, com muito respeito, com muita serenidade e tentando manter o equilíbrio institucional que me cabe, na minha condição, para não fazer aquilo que o Senador Plínio Valério falou dez vezes na tribuna.

Essa condição desta cadeira é muito importante. Muitas vezes coisas que eu gostaria de falar ou de fazer não me cabem, na condição de chefe de Poder. Talvez de um Senador, de uma Senadora seja muito razoável ouvir o que o Senador Plínio Valério falou ali. Meus agradecimentos pelas ponderações dele, quando ele diz que, na condição de Presidente do Senado, tem coisa que eu não posso falar e nem fazer, mas chega. Ninguém aguenta.

Nós estamos vivendo, nos últimos anos, o terceiro turno, o quarto turno, o quinto turno das eleições. Todas as vezes que a gente consegue avançar e buscar uma pauta de Brasil, em todo o tempo é alguém pensando na eleição. Deixe a eleição para o ano que vem. Quando é uma agenda boa para o Brasil, tem uma fala de um lado; quando é uma agenda para a oposição, tem uma fala do outro lado; e o Presidente do Senado tem que ficar aqui.

E os últimos ataques mais recentes, Tereza, foram quando eu fiz um compromisso – olhe como são engraçadas as coisas –, há três, quatro meses, sobre a sessão do Congresso. E eu queria agradecer ao Senador Randolfe Rodrigues, que teve a coragem de falar, como Líder do Governo no Congresso, que tinha pedido três vezes para eu suspender e cancelar a sessão do Congresso para a deliberação dos vetos do Propag e do licenciamento ambiental. Ele pegou o microfone ali, enquanto, de novo, a máquina de destruir reputações estava funcionando, que era o Davi Alcolumbre, o homem da pauta-bomba contra



os agentes comunitários de saúde; Davi Alcolumbre contra o meio ambiente ou a favor dos estados que precisavam do Propag para renegociar as suas dívidas e poder existir como estado da Federação.

E eu lembro, Senadores e Senadoras, que, quando eu adiei as três vezes na busca da construção, nenhum deles lembrou. Foi muito cômodo falar que o Presidente do Senado marcou uma sessão do Congresso para derrubar os vetos de S. Exa., o Sr. Presidente da República, em duas leis importantes para o Brasil. E, quando eu ouvia falar que os vetos do Propag ajudavam os estados ricos do Brasil, que eram os estados de partidos e Governadores de oposição ao Governo, a minha resposta foi a seguinte: “Eu não estou lembrado de que eu sou Presidente do Senado, da Casa da Federação, para separar os estados dos partidos do Governo e dos partidos da oposição. Então, aqueles que concordam com a derrubada dos vetos que votem; aqueles que concordam com a manutenção dos vetos que votem pela manutenção”, assim como fiz no licenciamento.

Então, é um misto hoje aqui de desabafo institucional, mas tenham certeza V. Exas. de que não me falta coragem para fazer o que for necessário para proteger o Poder Legislativo brasileiro. Eu busco a moderação, eu busco a pacificação, eu busco o diálogo institucional, mas todos aqueles que tentarem usurpar as prerrogativas do Senado Federal a qualquer instante, Dr. Laércio, terão um Presidente do Congresso que vai à frente para defender a legitimidade do voto popular, porque o que nos trouxe aqui foi o sufrágio das urnas, e é para essas urnas que nós devemos satisfação, para aqueles que confiaram, para que nós pudéssemos estar aqui, ou com 150 mil votos ou com 10 milhões de votos.

É para isso que um pequeno estado do Brasil tem três Senadores e um grande estado do Brasil também tem três Senadores. É aqui na Casa da Federação que nós ficamos todos iguais: o meu pequeno Amapá se agiganta do tamanho do gigantesco Estado de São Paulo.

Então, eu peço a reflexão de V. Exas. e queria agradecer profundamente as palavras do Senador Otto Alencar.

V. Exa. traz uma fala, Otto, à altura do Senado, de V. Exa. e da Comissão mais importante deste Parlamento, entendendo que nós estamos juntos com apenas um propósito, apenas um: não é de avançar à prerrogativa de ninguém, mas é de garantir todas as nossas que nos foram dadas pelo voto popular do povo brasileiro.

Muito obrigado.

**O SR. NELSINHO TRAD** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Nelsinho Trad.

**O SR. NELSINHO TRAD** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Pela ordem.) – Aproveitando este momento, eu ouvi todo mundo aqui atentamente, nós temos um rito legislativo que foi deflagrado pelo Presidente Rodrigo Pacheco com a oitiva de vários especialistas na área do direito para tratar justamente deste tema. Se isso foi feito lá atrás, é porque, na condição de Presidente do Senado, conforme V. Exa. também está hoje, ele sentiu essa necessidade. E V. Exas., quando estão nesse lugar, auscultam mais os clamores que vêm da sociedade e que se reverberam em todos nós, aqui, companheiros deste Plenário.

Se está na CCJ essa proposição, vamos usar da nossa prerrogativa constitucional, democrática de se colocar para debater esse assunto. Essa é a resposta que nós temos que dar. Nós não temos que reagir contra nada de forma agressiva, intempestiva; nós temos todo o instrumento para poder fazer de forma tranquila, sensata, equilibrada, conforme é o mister desta Casa, que é a Casa do equilíbrio, como V. Exa. acabou de dizer. É a Casa onde tem ex-Governadores, ex-Presidentes da República, ex-Ministros, ex-Prefeitos, pessoas que já tomaram sol pelas costas e estão prontas para poder contribuir com o país.



Se foi uma decisão intempestiva ou não, cabe a nós retomarmos esse processo com moderação, com equilíbrio, e dar a resposta dentro daquilo que nos compete, abrindo a divergência, a discussão, tirando isso das costas de V. Exa., que já deve estar pesada demais por suportar tamanha pressão. A gente que conhece V. Exa... Do jeito que V. Exa. entrou hoje aqui, a gente já viu.

Então, Presidente, divida essa responsabilidade com a Comissão pertinente. O Senador Otto está aqui, pronto para poder levar essa matéria para a frente, com o Relator, que já deve ter estudado, e com o preparo que veio do Presidente Rodrigo Pacheco, que foi da OAB, que é uma instituição que deve ter sido ouvida nisso também – e não sei por que não se manifestou até agora, sinto falta nisso também, não sei se...

Então eu acho que é por aí, dentro de uma elegância, de uma sensatez e de uma moderação que marca exatamente o que o Senado tem que representar.

Era isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu vou retomar as votações. Queria pedir permissão a V. Exas., porque ainda temos muitas votações no dia de hoje.

Ah, Senador, V. Exa. está inscrito também?

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está bom, muito obrigado.

Projeto de Lei nº 542, de 2022, de autoria do Deputado Vinícius Carvalho, que altera a Lei de Crimes Ambientais para estabelecer que não configura crime a poda ou corte de árvore em logradouros públicos ou em propriedades privadas, no caso de não atendimento, pelo órgão ambiental, do pedido de supressão feito em razão da possibilidade de ocorrência de acidente e permite a contratação de profissional habilitado para a execução do serviço de poda ou de corte de árvore.

Parecer nº 12, de 2024, da Comissão de Meio Ambiente, Relator da matéria: Senador Cid Gomes, e o Relator *ad hoc*: Senador Jayme Campos, favorável à matéria, com a Emenda nº 1 que apresenta; e

Parecer nº 68, de 2025, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o Relator da matéria: Senador Sergio Moro, favorável à matéria e contrário à Emenda de nº 1.

Informo ao Plenário que não foram apresentadas emendas perante a Mesa.

A Presidência esclarece que a matéria tem pareceres discordantes, e nos termos do art. 227, §2º, inciso III, alínea “b”, do Regimento Interno, será dada preferência ao parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Foi apresentado o Requerimento nº 61, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que solicita urgência para a deliberação da matéria.

Submeto à votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento.

Passamos à discussão da matéria.

Não temos Senadores inscritos para discutir. Determino o encerramento da discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Votação do projeto e da emenda em turno único, nos termos do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Os Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*



Aprovado o projeto, e foi rejeitada a Emenda de nº 1.

A matéria vai à sanção presidencial, e será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Sergio Moro.

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Muito rapidamente, neste dia tão solene, em que V. Exa. e 80 Senadores reafirmam aqui, eu não digo as prerrogativas do Senado, as prerrogativas da República. Ninguém pode estar acima da lei. É esse que é o teor desta sessão, muito mais do que uma discussão de legitimidade ou de competência.

Então, nesta data tão solene, eu preciso fazer uma referência aqui ao Projeto de Lei 542, que foi aprovado, porque eu fui Relator no Senado. O autor foi o Deputado Vinícius Carvalho. E é um projeto muito simples. É para diminuir essa burocracia gigantesca que a gente tem aqui no Brasil. E o projeto diz o seguinte: que o cidadão que, por exemplo, tiver uma árvore de que possa cair um galho em sua propriedade ou ela mesma cair em cima de alguém, membro da família, morador, que ele hoje tem que pedir uma autorização, uma licença para realizar a poda.

É algo simples, e isso permanece, mas, se ele não tiver uma resposta no prazo de 45 dias, ele pode simplesmente, contratando um profissional habilitado, realizar essa poda e assim preservar a sua integridade, da sua família, preservar a integridade da sua residência ou da sua propriedade. E isso também é especialmente pertinente, porque a gente tem visto quedas sucessivas de energia elétrica, muitas vezes porque cai galho de árvore ou cai árvore em cima de linhas de transmissão.

Então, basicamente, é empoderar o cidadão para que ele possa se preservar, preservar a sua vida e o seu patrimônio e escapar dessas burocracias intermináveis que, infelizmente, a gente encontra, muitas vezes em órgãos ambientais ou em prefeituras ou outros órgãos públicos.

Então é um projeto singelo, mas tenho certeza de que vai facilitar a vida de muita gente. Acabei relatando na CCJ, fiz uma alteração em relação à redação que veio da Comissão anterior, apenas para desburocratizar mais ainda e evitar que houvesse novos atrasos em relação a esse tema.

Eu agradeço aqui o apoio dos pares em relação a este projeto e encerro, Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Cumprimento V. Exa., Senador Moro, pela manifestação que V. Exa. faz em relação a esta votação e agradeço a compreensão. O projeto de V. Exa. estava lá no começo da pauta e agora já estamos às 19h30. Mas foi bom, porque V. Exa. ficou aqui com a gente.

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Não fiquei por causa disso, Presidente; fiquei porque hoje é uma data solene, na qual as prerrogativas da República estão sendo aqui defendidas nesta Casa, por V. Exa. principalmente, Presidente, mas também por todos os pares. Então, fiquei mais por esse motivo do que por este projeto, que é singelo, mas é importante, facilita a vida do cidadão, e é relevante que nós tenhamos também a possibilidade de deliberar sobre ele nesta data.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Muito obrigado.

Projeto de Lei nº 715, de 2023, de autoria do Deputado Zé Vitor, que altera as Leis nºs 5.889, de 1973, e 14.601, de 2023, a fim de excluir a remuneração decorrente do contrato de safra do cálculo da renda familiar mensal considerada para recebimento de benefícios sociais e de dispor sobre o registro de informações relativas ao contrato de safra no Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial).

Pendente de parecer.





Foi apresentado o Requerimento nº 516, de 2024, de autoria da Senadora Rosana Martinelli e outros Senadores, que solicita a urgência para a deliberação da matéria.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

A matéria depende de parecer de Plenário.

Faço a designação do Senador Jaime Bagattoli para proferir o seu parecer em Plenário.

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Excelência, o parecer de V. Exa... Esse projeto... Já foram duas semanas, e a gente sempre está tratando dele.

V. Exa. tem tratado com muita diligência, inclusive queria cumprimentá-lo, V. Exa. tem tratado com muita diligência, inclusive queria cumprimentá-lo. V. Exa. sempre cobrou da Mesa que nós pudessemos deliberar essa matéria, e, num acordo com as lideranças do Governo também, com os outros Líderes partidários, nós conseguimos, até que enfim, conciliar um texto para que, no acordo, pudessemos deliberar.

O relatório já está publicado, Senador Jaime. Se V. Exa. desejar ir diretamente à análise e ao voto final... Os Senadores todos têm conhecimento e sabem da importância da votação dessa matéria, por isso que eu fiz questão de ficarmos até este horário para que a gente pudesse cumprir o compromisso com V. Exa. e com os Senadores que acordaram o texto.

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para proferir parecer.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vou direto, então, à análise.

Ao cotejar o projeto em análise com a Constituição, vislumbramos que ele contempla os objetivos constitucionais estabelecidos no art. 3º da Carta Magna, em especial o de erradicação da pobreza (inciso III). Contempla também um dos princípios mais relevantes da ordem econômica: o da busca do pleno emprego (art. 170, VIII).

São considerações de constitucionalidade que se misturam com as próprias considerações de mérito. Afinal, este projeto estabelece um novo incentivo ao emprego, particularmente ao emprego formal e para um público vulnerável que necessita de renda.

Destaque-se, ademais, que nossa Carta Magna dá grande centralidade para o trabalho. Seu valor social é tido como fundamento da República (art. 1º, IV); ele é consagrado como um direito social (art. 6º, *caput*) e seu primado é base da ordem social (art. 193, *caput*).

Sras. Senadoras e Srs. Senadores, há mais de um ano, assumi a relatoria do Projeto de Lei nº 715, de 2023, o tão aguardado projeto dos safristas. Desde então, tenho dedicado o meu tempo e a minha energia a um diálogo extenso e construtivo com os mais diversos setores, produtores rurais, trabalhadores do campo, entidades do setor produtivo, representantes do Governo e da sociedade civil.

Esse é um tema central para o nosso campo, uma prioridade inegociável para a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e, mais do que isso, é uma questão de dignidade para milhões de brasileiros e de segurança para a nossa economia.

Eu já falei, em audiência pública, aqui no Senado Federal, onde tive o prazer de debater com o Ministro Wellington Dias, Ministro do Desenvolvimento Social, que enfrentamos uma realidade preocupante em nosso país – e que ninguém se engane pensando que esse problema se restringe ao campo.

Nossas cidades também clamam por trabalhadores dispostos e formalizados. A construção civil, as redes de supermercado, o comércio em geral, setores vitais da economia urbana, enfrentam igualmente



uma grave escassez de mão de obra. Se não agirmos urgentemente, esse problema se aprofundará, comprometendo o desenvolvimento em todos os níveis rural e urbano.

Nós temos problema na colheita do café no Espírito Santo e no Paraná, em Rondônia, que é o meu Estado; nós temos o problema da laranja, em São Paulo; temos o problema da uva, no Rio Grande do Sul; da maçã, em Santa Catarina; da fruticultura no Vale do São Francisco. E o pessoal da Bahia está de joelho, pois não tem mão de obra. Está se perdendo manga, cacau, está se perdendo uva, e ninguém pode fazer essa contratação sem carteira assinada.

Colheitas se perdem, alimentos deixam de chegar à mesa do consumidor e a produção nacional sofre um golpe duro, não por falta de terras, de tecnologia ou de demanda, mas pela dificuldade de se contratar.

E qual é o principal ponto dessa questão? É o receio do trabalhador, muitas vezes beneficiário do Bolsa Família, em aceitar o emprego formal, ainda que temporário, como o contrato de safra.

O medo legítimo de perder o benefício social, de não conseguir retornar a ele após o término do vínculo de trabalho, cria uma barreira quase insensível para a formalização.

Isso não apenas perpetua a informalidade, mas também desestimula a participação de forças de trabalho. Ninguém quer trocar o pássaro na mão, que é a segurança do benefício, por dois voando, ou seja, o emprego temporário que pode deixar a família desemparrada depois.

O projeto substitutivo que apresento a V. Exas. é fruto dessa ampla discussão e do amadurecimento da proposta original para justamente quebrar este ciclo. O que propomos é algo justo e aplicável.

Manutenção de benefício. As famílias dos safristas terão seus benefícios do Bolsa Família mantidos, mesmo que a renda *per capita* oscile e supere, temporariamente, o limite exigido pelo programa.

Retorno garantido. Asseguramos o retorno garantido ao programa Bolsa Família para as famílias que tiverem seus benefícios cancelados ao final do período de proteção, até 36 meses. Isso elimina o temor de ficarem sem renda no término da safra e sem poderem reingressar no programa.

Transparência e gestão. As informações trabalhistas dos contratos de safra serão registradas em campo específico no sistema digital e social, tornando-as acessíveis aos órgãos gestores de políticas setoriais, garantindo a fiscalização e a eficiência da medida.

Cálculo justo. Para fins de elegibilidade ao Bolsa Família, o cálculo da renda *per capita* levará em conta a média anual das rendas mensais recebidas pela família, em reflexo mais fiel da realidade de renda dessas famílias.

Esse projeto é um custo para o país, mas um investimento. Alguns podem questionar o impacto fiscal, mas permitam-me reiterar o que tenho dito. Ao formalizar o trabalhador safrista, o Governo não perde, mas ganha. Ganhamos com a arrecadação de INSS, com o FGTS, com o aumento do poder de compra dessas famílias que, ao terem mais renda, movimentam o comércio local e geram mais impostos indiretos.

Pensem na dignidade que oferecemos a um trabalhador que hoje talvez receba R\$600 ou R\$700 do Bolsa Família, mas que, ao colher café ou laranja, pode ganhar R\$2,5 mil ou mais por mês. Isso não é apenas um incremento financeiro, é a chance de construir um futuro, de ter acesso à previdência, de ser parte ativa da nossa economia.

A erradicação da pobreza, que é um objetivo constitucional fundamental, não se faz apenas com transferência de renda; ela se consolida com a dignidade do trabalho e a geração de renda autônoma.

Este PL 715, de 2023, é um passo crucial nessa direção. É a chance de tirarmos milhões da informalidade, de injetarmos bilhões na economia e de garantir que o setor produtivo, motor do nosso país, tenha o suporte humano de que tanto precisa.

Portanto, meus caros colegas, peço a todos para que olhemos para este projeto com a visão de futuro



que o Brasil exige. Esta não é uma pauta partidária ou ideológica, mas uma solução pragmática e urgente para um problema nacional.

Aprovar o PL 715, de 2023, é garantir o pão na mesa do trabalhador, a colheita no campo e o desenvolvimento do nosso país.

Por fim, para que haja a implementação efetiva da matéria, ponderamos, por meio de uma emenda substitutiva, alguns ajustes técnicos necessários, conforme voto a seguir.

Voto.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do PL nº 715, de 2023, na forma do seguinte substitutivo, já disponibilizado pela Secretaria-Geral da Mesa em meio eletrônico. **(Íntegra do Parecer nº 181/2025-PLEN-SF - Vide Item 3.2.3 do Sumário)**

Sr. Presidente... *(Pausa.)*

Sr. Presidente, eu só vou conversar com a assessoria sobre uma emenda. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Jaime, permita-me fazer apenas uma ponderação – acho que eu preciso fazer.

Esse projeto está há algum tempo aqui. Eu nem sei qual é o teor da emenda do Líder, mas a gente coloca na pauta e tira, coloca e tira para buscar um acordo. Como tem uma emenda, tem pouca gente no Plenário e está muito em cima, eu queria pedir a V. Exa., se for possível, para não acatar essa emenda, porque senão vai parecer que tudo que a gente construiu esses dias aí... É só uma ponderação para eu tentar não sair da média do razoável. *(Pausa.)*

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente, eu até consideraria razoável a emenda, eu até acato a emenda.

Sr. Presidente, eu preciso falar sobre essa situação do PL 715. Foi uma negociação intensa com o Ministro Wellington Dias, Ministro da Assistência Social, e com a assessoria. Esse projeto garante que as pessoas que estão dentro do Bolsa Família não vão entrar mais numa fila a partir do término desse contrato temporário. Sr. Presidente, após o término desse contrato temporário, essas pessoas vão ter mais dignidade e, quem sabe, Sr. Presidente, muitos deles vão continuar trabalhando e, talvez, muitos deles não vão mais voltar a ingressar no Bolsa Família. Mas a eles está garantido, Sr. Presidente, que eles não vão precisar entrar numa fila a partir de quando terminou esse contrato temporário.

Por fim, Sr. Presidente, nós temos que entender que não se trata só do campo. Esse projeto, que também é conhecido como projeto de emprego ou de trabalho safrista – que é um emprego temporário, por 90 a 120 dias ou um pouco mais, um pouco menos –, não é só, hoje, do campo. Nós temos que ver também com bons olhos a situação que nós temos hoje na indústria, na construção civil, no comércio em geral. Hoje os empreendedores deste país estão com falta de mão de obra. Nós não podemos mais perder tempo nessa situação do campo, principalmente nessa mão de obra manual, que é a mão de obra mais difícil hoje de se conseguir no campo. A gente sabe a grande dificuldade que nós temos. Isso vai garantir uma renda maior para essas pessoas que estão hoje dentro do Bolsa Família.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O Senador Randolfe Rodrigues pediu a palavra, na condição de Líder, para fazer uma ponderação a V. Exa.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. Pela ordem.) – Mais do que a ponderação, só para tomar conhecimento de qual é o conteúdo da emenda, porque nós não entendemos detalhadamente.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Senadora Tereza, Senador Jaime, essa preocupação é da parte do Governo.



Parece-me que teve uma longa construção para chegarmos até aqui, com um acordo para ter um texto, vir direto ao Plenário, designar V. Exa. como Relator e o texto poder vir à sanção.

Da parte do Governo, nós não temos conhecimento do conteúdo da emenda. Em primeiro momento, gostaríamos de ter conhecimento do conteúdo da emenda, porque o Governo tinha construído um acordo sobre o conjunto do texto que tinha sido encaminhado até agora, mas nós não temos conhecimento da emenda que está apresentada.

Eu estou tentando só, Presidente, colaborar para que o projeto possa ser aprovado e não seja objeto de veto, porque só viria a retroceder tudo o que foi conquistado até agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Jaime, me permita conceder a palavra à Senadora Tereza, Líder do PP?

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Concedo.

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Eu acho que a emenda é meritória, aprimora o projeto. Na verdade, é o seguinte, Senador Randolfe: quando a pessoa está com o auxílio Bolsa Família e arruma esse emprego temporário, como safrista, para colher café, cacau, enfim, em algumas culturas que precisam de mão de obra intensiva, manga, frutas, então, qual era o grande problema? Ela não quer deixar de ter o ganho do Bolsa Família para poder ter um emprego temporário de três, quatro, cinco meses, em que vai ganhar muito mais, vai ganhar, às vezes, dez vezes mais do que o Bolsa Família, mas ela não quer, porque, quando termina o período da safra, ela tem que voltar para a fila para ter de novo esse benefício.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Não, deixa eu só terminar.

O que é a emenda, então? A emenda é que hoje eu contrato uma pessoa, que vai lá fazer esse trabalho temporário, e eu não consigo pagar o eSocial dele, porque hoje não tem o campo no formulário para eu pagá-lo. Enquanto isso, o que é que essa emenda propõe? Que assim que o sistema for, pelo Governo, implantado, imediatamente o contratante comece a pagar. Antes de ter esse campo, então, você obriga o Governo a andar rápido com o sistema para poder ter o eSocial. Esse é o problema.

Mas eu penso assim: é um avanço muito grande o projeto, e eu acho que resolve boa parte. Eu acho que... Eu diria até o seguinte: é melhor nós votarmos ele hoje e termos o benefício do que, se tiver problema, se o Governo entender que essa emenda, que ele não conhece ainda... Enfim, depois nós vamos fazer um outro projeto, um aprimoramento. É uma emenda que realmente aprimoraria e melhoraria muito o projeto, inclusive para o Governo, que, se fizer rápido, passa a receber o eSocial.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. Pela ordem.) – Bom, Presidente, a única circunstância é que o Governo não tem conhecimento da emenda e não temos uma posição do conjunto do Governo. É uma emenda que veio a Plenário agora.

Tem uma posição, em princípio, do Ministério do Desenvolvimento Social, contrária. Em princípio. Eu acho que nós podemos, inclusive, construir o objetivo que o Senador Jaime e a Senadora Tereza estão colocando. Mas nós precisaríamos ter acesso ao texto e construir em conjunto essa proposta que eles colocaram...

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Jaime...

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – ... do texto alternativo.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) –



Senador Jaime, deixa eu lhe fazer uma proposta? Eu sei que V. Exa. está, há muito tempo, angustiado e vários Senadores aqui cobram direto a votação desse projeto. Eu acho que não vai ter muito problema se a gente botar para terça-feira que vem. E aí, talvez, assim, o Governo entenda que essa emenda é boa e a apoie, talvez, no texto.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – É esse o sentido.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É porque vai votar hoje com essa emenda; aí, vai pedir verificação, não tem acordo; aí, depois veta.

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Eu acho que a emenda é boa. Mas se o Senador entender que deve...

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mas se a emenda for muito boa, Tereza...

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – ... ela é boa.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – ... sete dias não vão mudar nossa vida.

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Não, eu também acho. Aí é uma decisão que...

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. Pela ordem.) – Presidente, teria duas alternativas. Tem a primeira alternativa: não acatar a emenda e tentarmos abordar esse tema em uma outra matéria que esteja aqui tramitando, pois eu acho que não impede de se fazer isso, e votarmos o relatório do Senador Jaime, conforme foi encaminhado, ou, como alternativa, o que foi encaminhado por V. Exa.: nós adiarmos a votação para terça, que é o tempo de nós buscarmos, no âmbito do Governo, construir um entendimento.

Nós temos dois encaminhamentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vou consultar o Relator aqui sobre o que é que ele deseja. Ele é o Relator da matéria, a autoridade máxima.

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Acho que, se tiver o compromisso, na terça-feira, de votar na próxima semana...

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – A pauta é previamente estabelecida pelo Presidente do Senado. Eu me comprometo. Na sexta-feira, quando publicarem a pauta, às 18h, esse projeto vai estar na pauta. É a minha parte, o que eu posso fazer.

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, nós concordamos, eu concordo, se V. Exa. afirmar que vai colocar na terça-feira. Mas nós vamos mostrar, inclusive, Senador Randolfe, que a nossa preocupação é colocar isso no sistema. Isso aí não pode demorar. O próprio Jaques Wagner, que é o Líder do Governo, a gente tem conversado com ele... Isso é um pedido. O povo da Bahia está pedindo demais, aquela região do Vale do São Francisco... Isso aí é um projeto que já vem se arrastando há muito tempo e que precisamos aprovar. A nossa preocupação é só essa.

Essa emenda só vem ampliar isso, para que o Governo agilize, senão ela já está valendo, no mesmo momento.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. Pela ordem.) – Senador Jaime, meu compromisso com V. Exa., já que V. Exa. concorda com adiar a votação para a terça-feira, então, meu compromisso e encaminhamento... Eu queria pedir, de imediato, que os técnicos do Ministério do Desenvolvimento Social, que aqui estão presentes, e a equipe da assessoria da Liderança do Governo, reúna-se, de imediato, com a sua equipe para buscar uma construção.



A vantagem, Senador Jaime, do nosso vernáculo, do português, derivado do latim, é que o vernáculo se flexibilizou muito para caber várias expressões – essa é a vantagem. Então, nós podemos ajustar a redação, fazer um ajuste, tentar facultar ao Governo, tentar encontrar alternativas... Então, da parte da liderança do Governo em exercício aqui no Senado, Presidente, que não é o meu posto...

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Líder, V. Exa. não pode usurpar as funções do Líder...

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Eu estou aqui em acúmulo de funções, porque fui designado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ah tá.

Se não nós não vamos acatar a questão de ordem de V. Exa.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Eu vou pedir acúmulo de função.

Então, da parte da Liderança do Governo, acho que posso falar pelo meu colega Líder Jaques Wagner, queria encaminhar para o Ministério do Desenvolvimento Social e a Liderança do Governo, que estarão à disposição para conversar já, a partir de amanhã, com V. Exa., para buscar uma solução. E o Presidente já anunciou que terça-feira, inevitavelmente, vai estar na pauta a matéria de V. Exa.

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Fechado o acordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, Senador Jaime.

Cumprimento o Senador Randolfe Rodrigues e a Senadora Tereza Cristina pela construção política.

Acho que é isso que a gente tem que buscar sempre mediar aqui no Parlamento.

Cumprimento V. Exa. e, permita-me, Senador Jaime, fazer esse registro aqui – contrariando o desejo do Senador Heinze, que está aguardando há uma hora para usar da palavra –, V. Exa. tem cobrado da Presidência, há muito tempo, a votação desse projeto. Então, queria fazer essa referência e cumprimentar V. Exa. pela persistência/resiliência.

O item fica retirado de pauta e o compromisso desta Presidência é que, na próxima terça-feira, esta matéria esteja na pauta de deliberação da sessão deliberativa ordinária, conforme o acordo estabelecido pelos Líderes.

Item extrapauta.

Senador Heinze, sente-se aí um pouquinho, só porque tem um item aqui. Quando eu abrir a votação eu dou a palavra para V. Exa. Pronto.

Pode ser, Líder?

**O SR. LUIS CARLOS HEINZE** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Para o discurso do Senador Heinze, ele pediu, pelo tempo de Liderança, 35 minutos.

Tereza, sente ali que o Senador Randolfe vai usar a tribuna.

Item extrapauta.

Projeto de Lei Complementar nº 163, de 2025, de autoria do Deputado Federal Isnaldo Bulhões, que altera a Lei Complementar nº 200, de 2023, para excluir do câmpulo dos limites de despesas primárias as despesas temporárias com educação pública e saúde de que trata o art. 6º da Lei nº 15.164, de 2025, e as despesas financiadas com recursos oriundos de empréstimos internacionais e suas respectivas contrapartidas, bem como para excluir as referidas despesas com educação pública e saúde das metas fiscais; e das outras providências.

Foi apresentado o Requerimento 909, de 2025, de iniciativa dos Líderes partidários, que solicita



urgência para a apreciação da matéria. (**Vide Item 3.2.4 do Sumário**)

Submeto à votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

A matéria depende de parecer de Plenário.

Faço a designação do Senador Randolfe Rodrigues para proferir o parecer de Plenário.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. Para proferir parecer.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Passando diretamente para a análise, O PLP alinha-se aos princípios constitucionais e legais. Em particular, destaco a legitimidade da iniciativa, posto que a matéria busca disciplinar finanças públicas, tema de competência da União. Ademais, não há invasão das competências privativas do Presidente da República previstas no §1º do art. 61 da Constituição.

O projeto está vazado na boa técnica legislativa, obedecendo aos parâmetros previstos na Lei Complementar nº 95.

No mérito, não há como discordar dos argumentos trazidos por S. Exa. o Deputado Isnaldo Bulhões.

Primeiramente, sobre a exclusão de determinados gastos do cômputo do limite de despesas, conforme o autor da matéria explicou, desde a sua concepção, o novo arcabouço fiscal buscou compatibilizar limitação ao crescimento das despesas – de forma a assegurar a sustentabilidade da dívida pública – com a necessidade de manutenção de gastos considerados essenciais.

Conforme esclarecido na justificação do PLP, os gastos adicionais com educação e saúde deverão somar R\$1,5 bilhão por ano. Parece pouco diante de um Orçamento da ordem de centenas de bilhões; mas, dada a rigidez orçamentária, há poucos recursos disponíveis para despesas discricionárias que são extremamente importantes. Como o autor da matéria destaca, esse R\$1,5 bilhão corresponde a cerca de sete vezes o gasto com presídios federais em 2024 ou a 75% do orçamento total do CNPq, órgão fundamental para o nosso desenvolvimento científico e tecnológico. Incluir tais valores no limite de despesas implicaria comprometer programas e projetos fundamentais para o nosso desenvolvimento, mesmo sendo de natureza discricionária.

O fato de não terem incluído os gastos primários associados às operações de financiamento na ocasião mostra uma preferência do legislador à época, que entendeu que haveria outras prioridades ou que as despesas associadas a tais empréstimos não comprometeriam o cumprimento dos limites.

Entendo que, decorridos dois anos, não houve alterações substanciais em nossa economia que justificassem modificar a redação original da Lei Complementar nº 200. Portanto, apresentarei emenda substitutiva, suprimindo o inciso XI proposto para o art. 3º da Lei Complementar nº 200, de 2023.

Em segundo lugar, por razões similares às já explicadas, os gastos extraordinários com educação e saúde devem ser excluídos do cômputo das metas fiscais.

Em terceiro lugar, realço a importância de estabelecer que os gastos temporários previstos na Lei 15.164, de 2025, deverão ser em adição aos mínimos constitucionais previstos. Do contrário, essa lei poderá se tornar inócua, pois seria possível rearranjar os recursos orçamentários de forma a que ocorra somente uma troca de financiamento de fontes, sem aumento efetivo nos gastos com educação e saúde. Queremos afastar, assim, aquilo que popularmente se conhece como “tirar com uma mão e dar com a outra”.

Em quarto lugar, entendo ser redundante o art. 2º do PLP. O Congresso Nacional, ao elaborar as leis de diretrizes orçamentárias, já tem competência para dividir os recursos adicionais destinados à saúde e à educação, bem como os projetos que serão prioritários na alocação dos recursos. Ademais, o próprio art. 6º da Lei 15.164, de 2025, já prevê que a lei orçamentária irá alocar os recursos adicionais.



Obviamente, ao fazer tal alocação, será definido quanto irá para a saúde e quanto irá para a educação, bem como serão selecionados projetos considerados mais relevantes. Por esse motivo, o substitutivo apresentado irá suprimir o art. 2º do PLP.

Diante do exposto, Sr. Presidente, voto pela aprovação do Projeto de Lei Complementar 163, na forma do seguinte substitutivo, que já está disponível para todas as Sras. Senadoras e todos os Srs. Senadores.

É esse o parecer, Presidente, pela aprovação, conforme o substitutivo. **(Íntegra do Parecer nº 182/2025-PLEN-SF - Vide Item 3.2.4 do Sumário)**

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O parecer é favorável à matéria, nos termos da Emenda nº 1, substitutivo, que apresenta.

Completada a instrução da matéria, passamos à sua discussão.

Concedo a palavra ao Senador Líder Rogerio Marinho.

**O SR. ROGERIO MARINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente, eminente Relator, eu estava, agora há pouco, no nosso gabinete, e fomos surpreendidos com esse projeto extrapauta.

Qual é a nossa preocupação, Presidente? Eu, de fato, nem consegui me debruçar sobre o projeto. Eu vim de lá para cá, sabendo que nos está sendo proposto mais um furo no casco do famigerado e defunto arcabouço fiscal, para que sejam recepcionadas, dentro desse enorme buraco que são as finanças públicas brasileiras, despesas oriundas de empréstimos internacionais que ficariam excluídas da meta, bem como recursos para fazer frente a despesas de educação e de saúde, de forma eventual.

É claro, Sr. Presidente, que nós reconhecemos que qualquer Governo pode ter ações inopinadas, pode ter a necessidade de se debruçar sobre situações e sobre necessidades que precisam ser resolvidas. Acontece, Presidente, que o que deveria ser exceção para este Governo virou uma prática. As nossas regras fiscais – permitam-me o trocadilho aqui – são para inglês ver, elas não existem. Existe uma espécie de simulacro, uma carta de intenções que todo dia é ultrapassada.

O Ministro da Fazenda vai a público e diz “Vamos fechar o ano dentro da meta”, só que a meta que deveria ser o centro da meta é a banda mais baixa da meta. Além de ser o limite inferior da meta, que dá uma diferença de quase R\$30 bilhões, as exceções ao arcabouço fiscal somam, sei lá, R\$70 bilhões, R\$80 bilhões, R\$100 bilhões, e ele chega ao final do ano e diz: “Cumprimos a meta fiscal”. Não é verdade, Sr. Presidente. Nós estamos gerando um passivo para as gerações futuras, que os nossos filhos vão pagar. Eu não digo nem os nossos filhos; nós iremos pagar, porque eu espero viver pelo menos mais três, quatro ou cinco anos.

Então, nós estamos construindo um castelo de cartas. O alicerce no qual a economia está chantada, alicerçada, é extremamente frágil. E nós já vimos esse filme antes, Sr. Presidente. É o mesmo filme a que nós assistimos em tempos pretéritos não muito distantes. As pessoas, infelizmente, perderam a memória em relação a esse processo. Em 2015, vou lembrar novamente, 2014, nós nos debruçamos ao final com a maior catástrofe econômica da nossa história desde 1948.

Então, Sr. Presidente, nós não estamos aqui para sermos contra investimentos em educação, investimentos em saúde, investimentos na defesa, mas, Presidente, nós temos um Orçamento, e cabe ao Legislativo fiscalizar a correta aplicação dos recursos públicos dentro das regras estabelecidas, e cabe ao Governo fazer escolhas. É assim em qualquer país civilizado, que precisa mostrar credibilidade na execução da política fiscal. Então, se nós precisamos gastar mais em uma determinada rubrica orçamentária, nós diminuimos de uma outra rubrica orçamentária, nós não criamos a fantasia de que há um espaço onde não há.

De fato, Presidente, nós estamos varrendo para debaixo do tapete, já usei essa analogia aqui várias





vezes, um elefante que está ficando cada vez maior, e o Brasil tropeça nesse elefante.

Então, quando a gente fala da questão dos índices econômicos que são apresentados, é bom lembrar que, da maneira como a economia está sendo gerida e os índices estão sendo trazidos à tona, não há sustentabilidade. O passado já nos mostrou isso.

Então, infelizmente, vim fazer aqui uma discussão muito mais de tese do que do mérito do processo, porque confesso a V. Exa. que fui surpreendido, não fui procurado por ninguém para falar a respeito desse projeto. É regimental, existem as assinaturas opostas ao projeto, vamos ter que votar aqui, vou votar, vou cumprir aqui o Regimento, mas não me sinto confortável de votar favorável ao projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu consulto ainda se há algum Senador ou alguma Senadora que deseja se manifestar para discutir a matéria. *(Pausa.)*

Não temos mais Senadores inscritos para discutir a matéria.

Eu determino o encerramento da discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

Votação da Emenda nº 1, substitutivo, nos termos do parecer, em turno único.

A matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, ou seja, pelo menos 41 votos “sim”.

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação.

A votação está aberta.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vou consultar a orientação dos Líderes.

Como vota o Partido Liberal, querido Líder Senador Rogerio Marinho?

**O SR. ROGERIO MARINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para orientar a bancada.) – Até para economizar, Presidente, tanto o partido como a Oposição recomendam o voto “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O PL e a Oposição recomendam o voto “não”.

Como orienta o PSD? *(Pausa.)*

Como orienta o MDB? *(Pausa.)*

Como orienta o PT?

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. Para orientar a bancada.) – Para economizar também, Presidente, o PT e o Governo orientam o voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O PT e o Governo orientam o voto “sim”.

Como orienta o Progressistas, Senador Laércio?

**O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Para orientar a bancada.) – O Progressistas orienta “sim”, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Progressistas orienta o voto “sim”.

Como orienta o Republicanos? *(Pausa.)*

Como orienta o União Brasil? *(Pausa.)*

Como orienta o PSB?

**O SR. CHICO RODRIGUES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para



orientar a bancada.) – O PSB encaminha o voto “sim”, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, querido Senador Chico Rodrigues. O PSB orienta o voto “sim”.

Como orienta o Podemos? (*Pausa.*)

Como orienta o PDT? (*Pausa.*)

Como orienta o PSDB? (*Pausa.*)

Como orienta o Novo? (*Pausa.*)

A Maioria? (*Pausa.*)

A Minoria? (*Pausa.*)

A Bancada Feminina? (*Pausa.*)

Gostaria de solicitar ao Senador Relator Randolfe Rodrigues, e Líder, e também à Mesa que possa informar às Lideranças partidárias e aos Senadores e Senadoras que nós estamos em processo de votação nominal e é um projeto de lei complementar, por isso é necessária a maioria absoluta da composição da Casa, ou seja, pelo menos 41 votos favoráveis.

Líder Rogerio Marinho, permita-me. Eu me sinto na obrigação de fazer uma manifestação dirigida a V. Exa. Nós fizemos uma reunião ontem com o Presidente da Comissão Mista de Orçamento, também fizemos uma reunião... Não foi no mesmo horário, mas tratamos com o Presidente Hugo Motta. Ontem tratamos, nesta mesma reunião, com o Relator-Geral do Orçamento, o Deputado Isnaldo Bulhões, com o Líder Randolfe Rodrigues, com alguns Líderes da Casa, que saíram do Plenário para a reunião, porque, na verdade, foi uma reunião solicitada pela Senadora Dorinha, que é a Relatora da receita do Orçamento, pelo Deputado Gervásio, que é o Relator da LDO, que está pautada para amanhã a votação no Congresso, e pelo Relator-Geral do Orçamento, que é o Deputado Isnaldo Bulhões. Eu falei e comuniquei o Presidente Hugo Motta sobre a reunião que fizemos ontem, com vários técnicos também do Governo Federal. Fizemos uma reunião no gabinete da Presidência por cerca de uma hora e meia, com acho que seis Líderes que estavam aqui.

Permita-me, V. Exa... Como foi convocada a reunião para tratar, e quem liderou a reunião foi o Presidente da CMO, e apenas eu, como Presidente do Congresso, precisava convocar a sessão do Congresso para amanhã, para quinta-feira, fui convocado para fazer o entendimento em relação à sessão do Congresso para a votação e a deliberação da LDO e para ajustarmos o calendário da Comissão para a votação do Orçamento. Então, me permita, porque foi nessa construção, para deliberarmos o Orçamento, que surgiu a possibilidade de nós deliberarmos esse PLP no dia de hoje, como item extrapauta, tanto é que recolheram as assinaturas necessárias para que nós pudéssemos fazer a inclusão, porque houve uma conciliação em relação de que esse projeto era necessário, já que a Câmara já tinha deliberado, para que nós pudéssemos concluir todos os entendimentos para a Comissão de Orçamento, para votarmos o Orçamento do Brasil.

Então, me permita, eu vou registrar, V. Exa. e todos terão a oportunidade de registrar os votos contrários e favoráveis, mas peço desculpas a V. Exa. Como foi o Presidente Efraim que convocou, eu participei apenas para buscar a reunião do Congresso, que cabe a prerrogativa ao Presidente do Congresso convocar. Então, eu participei ouvindo e entendendo a construção política ontem, na noite de ontem, no gabinete da Presidência.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Girão, Líder do Novo, para a orientação.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para orientar a bancada.) – Só para orientação, Presidente, esse projeto enfraquece bastante o novo arcabouço fiscal, ao



criar exceções que reduzem sua credibilidade, abrem espaço para maquiagem fiscal e incentivam o maior endividamento público.

Apesar de trazer recursos adicionais para saúde e educação, a proposta compromete a disciplina orçamentária e gera insegurança macroeconômica, Sr. Presidente.

O Novo orienta “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Orientação do Novo... A orientação é o voto “não”.

**O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pela ordem, concedo a palavra ao Vice-Líder do Progressistas, Senador Laércio Oliveira.

**O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria alterar a orientação do Progressistas e queria liberar a bancada.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Perfeitamente, querido Senador Laércio. O Progressistas muda a orientação para a liberação da sua bancada.

Eu vou chamar alguns nomes aqui, tinha vários Senadores no Plenário... Se for possível para a assessoria entrar em contato, porque a gente precisa... Eu acho que nós estávamos com o quórum de 69 Senadores presentes, se não me engano. Então, ainda está muito baixo o quórum para a gente concluir.

Senador Sérgio Petecão, Senadora Dra. Eudócia, Senador Izalci Lucas, Senadora Leila Barros, Senador Rodrigo Pacheco, Senador Cleitinho, Senador Nelsinho Trad, Senadora Tereza Cristina, Senador Marcos Rogério, Senador Oriovisto Guimarães, Senador Hamilton Mourão, Senador Eduardo Gomes, Senador Lucas Barreto, Senador Eduardo Braga, Senador Omar Aziz, Senadora Eliziane Gama, Senadora Ana Paula Lobato, Senador Wellington Fagundes, Senador Fernando Dueire e Senador Styvenson Valentim.

Nós estamos com, praticamente, 22 Senadores que ainda não votaram.

Eu queria pedir para a Secretaria da Mesa que possa entrar em contato. Dra. Sabrina, entre em contato com os gabinetes e os assessores que estão aqui também.

Senador Heinze, se V. Exa. quiser usar da tribuna, nós vamos aguardar os Senadores e as Senadoras se manifestarem com o voto e eu estou devendo a palavra a V. Exa. há algum tempo.

V. Exa. tem a palavra para fazer uso da tribuna.

**O SR. ROGERIO MARINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, rapidamente, enquanto o Heinze se dirige.

Fui contactado aqui por alguns membros da Oposição. A gente vai liberar o voto da Oposição, manter o voto “não” do PL, já que a gente representa a Oposição e há alguns membros da Oposição que pretendem votar favorável ao projeto.

E quero dizer a V. Exa. que a nossa... Quero agradecer a satisfação que V. Exa. nos dá e dizer que a nossa manifestação foi legítima porque, de fato, nós tivemos conhecimento, apesar de ter havido essa reunião, 15 minutos atrás. E nesse tipo de matéria, nós temos, como V. Exa. sabe, uma preocupação muito grande com a questão fiscal, de nos debruçarmos sobre ela.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É por isso que eu achei muito razoável fazer a ponderação publicamente a V. Exa. para esclarecer o motivo da inclusão como item extrapauta no dia de hoje.

Concedo a palavra ao Senador Luis Carlos Heinze.



(*Soa a campanha.*)

**O SR. LUIS CARLOS HEINZE** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Para discursar.) – Valeu, tchê.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, servidores da Casa e cidadãos que nos acompanham pela TV Senado e pelas redes sociais, primeiro quero parabenizá-lo pela atitude firme e corajosa que adotou hoje sobre esse caso do Supremo Tribunal Federal e também dos Líderes partidários que, de diferentes matizes, se manifestaram favoráveis a V. Exa.

Subo a esta tribuna para registrar a minha profunda preocupação com dois atos recentes do Supremo Tribunal Federal que romperam o equilíbrio entre os Poderes, restringem direitos dos cidadãos e atingem o papel constitucional desta Casa.

Primeiro, é a decisão monocrática do Ministro Gilmar Mendes, que, na prática, reescreve a Lei do Impeachment. Em liminar S. Exa. decidiu que apenas o Procurador-Geral da República pode pedir o *impeachment* de Ministro do STF, suspendendo a possibilidade, prevista desde 1950, de qualquer cidadão apresentar denúncia por crime de responsabilidade ao Senado.

Além disso, altera regras da Lei 1.079, ao impor quórum de dois terços para a abertura do processo, em vez da maioria simples dos presentes. Hoje bastariam 21 votos num quórum mínimo de 41 Senadores. Com a decisão, são exigidos 54 votos, tornando quase inviável qualquer responsabilização, ou seja, um Ministro sozinho retira do povo o direito de provocar o Senado, esvazia a lei aprovada pelo Congresso e reduz a prerrogativa desta Casa de processar e julgar Ministros do Supremo.

Não se trata de interpretação, mas de substituição da vontade do Legislador pela vontade de um único Ministro.

A gravidade aumenta, porque a advocacia desta Casa defendeu a plena validade da Lei nº 1.079, a legitimidade do cidadão e a maioria simples pelo recebimento da denúncia como instrumento de freios e contrapesos. Mesmo assim, uma liminar ignora a posição institucional do Senado e altera a lei pela via judicial. Isso não é proteção da magistratura; é blindagem, é transformar garantias em ainda mais privilégios.

O Ministro alega que um quórum reduzido ameaçaria a independência do Judiciário. Com todo respeito, ocorre o contrário. Ao retirar do Senado e do povo a capacidade de iniciar o processo, submete o Legislativo à tutela do Supremo, até na forma de exercer suas próprias competências.

Lei complementar exigida pela Constituição não pode ser redesenhada em gabinete. Isso se faz aqui, com debate público e voto aberto. Quando um Poder assume o direito de refazer as regras dos outros, caminhamos para a concentração do poder.

Ao Ministro Gilmar Mendes, não sou um pigmeu político e não aceito o cabresto.

O segundo ato vem do Ministro Dias Toffoli, que elevou ao grau máximo de sigilo a reclamação da defesa do Presidente do Banco Master, Daniel Vercaro, em um dos maiores escândalos financeiros recentes. A investigação já levou à liquidação extrajudicial do banco, acionou o Fundo Garantidor de Créditos em volume inédito e pode gerar prejuízos bilionários ao sistema financeiro e a milhões de investidores. Um processo que já tramitava em segredo de justiça passou agora a regime ainda mais fechado, com base em resolução interna, que permite ao Relator escalar o sigilo a qualquer tempo. Em um caso que envolve títulos supostamente lastreados em ativos inexistentes, operações com banco público e risco sistêmico, o que se espera é a transparência e a prestação de contas, não ainda mais escuridão.

Sigilo pode ser necessário para proteger diligências, mas não pode se transformar em opacidade permanente. Quanto maior o escândalo, maior deve ser a clareza perante a sociedade, e não ao contrário. Esses dois movimentos: de um lado, reduzir o controle da sociedade sobre os Ministros do Supremo e, de



outro, limitar o que a sociedade pode saber sobre casos de grande impacto, revelam uma mesma lógica do fechamento institucional. É o Judiciário definindo quem pode ser responsabilizado com quaisquer regras e quanto disso chegará ao conhecimento público.

Como Senador da República, não posso me calar. O Senado não é cartório para carimbar decisões do Supremo; é Poder da República, com a competência própria e responsabilidade perante a Constituição e o povo brasileiro. Se aceitarmos passivamente que uma liminar apague a participação do cidadão e engesse o nosso poder de fiscalização, renunciaremos ao mandato que recebemos nas urnas.

Sr. Presidente, esta Casa deve se manifestar imediatamente contra essa tentativa de reescrever a Lei do Impeachment, reafirmando a sua constitucionalidade e a legitimidade do cidadão no controle político. O Senado Federal também deve exigir transparência máxima em casos como o do Banco Master, para que o sigilo não se converta em manto protetor de interesses inconfessáveis. O Brasil precisa de equilíbrio entre os Poderes, não de um poder acima dos demais, precisa de juízes independentes e não de autoridades inatingíveis.

Em nome dos gaúchos, que represento, e de milhões de brasileiros indignados com esse cenário de blindagem e silêncio, registro a minha mais dura oposição a estas decisões e lanço um alerta: se o Senado não se levantar agora, ficará marcado como o Poder que se acovardou diante do avanço de outro Poder. A história cobrará de cada um de nós se fomos cúmplices pela omissão ou defensores reais da democracia e do Estado de direito.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Há uma solicitação de alguns Senadores no sentido de que, como o quórum está baixo, a gente possa ou aguardar mais um tempo, para atingir os 69 Senadores que estavam presentes ainda há pouco, ou cancelar esta votação.

Então eu vou aguardar mais um pouco para a gente decidir qual encaminhamento vai dar. (*Pausa.*)

A Presidência já aguardou muito tempo.

Determino o encerramento da votação.

Determino à Secretaria-Geral da Mesa que mostre no painel o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Votaram SIM 47 Srs. Senadores e Sras. Senadoras; NÃO, 16. (**Lista de votação - Vide Item 3.2.4 do Sumário**)

Aprovada a Emenda nº 1 (Substitutivo), fica prejudicado o projeto.

O parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final para o turno suplementar, será publicado na forma regimental. (**Parecer nº 183/2025-CDIR/PLEN-SF - Vide Item 3.2.4 do Sumário**)

Em discussão o substitutivo, em turno suplementar. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão sem emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado, sem votação.

A matéria retorna à Câmara dos Deputados.

Requerimentos de licença nºs 737, 742, 747 e 752, de 2025, dos Senadores Humberto Costa, Professora Dorinha Seabra, Weverton, Jaques Wagner, respectivamente, que solicitam, com fundamento no art. 40 do Regimento Interno, licença dos trabalhos da Casa, para participarem de missões oficiais, nos termos das autorizações da Presidência do Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Os requerimentos estão aprovados. (*Pausa.*)



Queria agradecer aos nossos servidores; à Senadora Damares, nossa Ministra querida, que nos aturou até as 20h59 do dia de hoje. Queria agradecer aos assessores, também, da Liderança do Governo e também à Polícia Legislativa. Nas pessoas da Dra. Sabrina, do Ivan e do Danilo, queria agradecer a todos aqui que assessoram a Mesa. Queria cumprimentar o Senador Chico Rodrigues e o Senador Laércio, que pacientemente... E a oposição que está aqui presente, na pessoa do Senador Eduardo Girão, que veio correndo, em alta velocidade, para registrar o voto contrário.

Quero agradecer a todos vocês que servem ao Senado Federal, atendendo às demandas dos Senadores, e cumprimentar o Senador Randolfe Rodrigues.

A demanda desta votação...

E quero reconhecer a manifestação feita pelo Líder Rogerio Marinho. De fato, eu quis também me expressar aqui para registrar que foi uma reunião ontem, da CMO, que acabou fazendo com que nós fizéssemos esse procedimento de inclusão como item extrapauta. Então, quero agradecer também a compreensão dos Senadores da oposição que fizeram a sua manifestação e puderam votar também.

E eu queria cumprimentar o Senador Randolfe Rodrigues – já falei dos assessores, dos que o assessoraram para que ele fizesse a leitura do relatório deste projeto aqui no Plenário. Este projeto foi votado na Câmara. Lógico, houve algumas alterações no parecer do Senador Randolfe Rodrigues, que está aqui ao meu lado, que conseguiu construir o entendimento também para que nós pudéssemos deliberar no dia de hoje, também fruto deste entendimento que eu quero registrar: do Senador Efraim Filho, Presidente da Comissão de Orçamento; da Senadora Dorinha, Relatora da Receita do Orçamento; do Senador Gervásio, Relator da LDO do nosso Orçamento; e do Relator-Geral da LOA, Deputado Isnaldo Bulhões, do MDB, de Alagoas, que participou também da reunião. Então, querido Líder Randolfe Rodrigues, quero cumprimentá-lo.

Nós aguardamos um pouco mais, porque o quórum era de 69 Senadores, então, temos muitos Senadores que estavam presentes, que nós estávamos aguardando para que eles pudessem votar. E carecia de maioria absoluta, de 41 votos favoráveis. E havia um pedido do Líder Randolfe, nosso Relator, e dos Senadores também.

Quero agradecer ao Senador Laércio, que nos ajudou aqui, como membro da Mesa Diretora – e também ao Senador Chico –, a conduzir os trabalhos da tarde e noite de hoje.

E quero cumprimentá-lo, Randolfe, pela sua disposição de sempre buscar uma construção adequada para as matérias. Muitas vezes há divergência em um termo, em um aspecto ou outro, mas há o exemplo claro do acordo construído com o Senador Jaime Bagattoli para a próxima semana, liderado por V. Exa. e pelo Governo, no entendimento da manutenção da emenda apresentada para o Senador Jaime. É essa construção da política, da conversa, do diálogo que faz com que as coisas avancem aqui. Então, queria cumprimentá-lo.

Eu sei que V. Exa. está com muitas atribuições. Amanhã teremos a votação da LDO no Congresso, e V. Exa. está tratando disso também. Com muitas responsabilidades hoje, V. Exa. ficou no Plenário até agora, também fazendo o papel de Líder do Governo, ajudando a Liderança, os Senadores, para que nós pudéssemos chegar até aqui, no final da sessão, e votar essa matéria, que retorna à Câmara.

Há um compromisso do Presidente Hugo Motta de pautar essa matéria ainda amanhã, quando terminarmos a sessão do Congresso, ou até mesmo na próxima semana, mas há um acordo de votar, porque essa matéria é muito importante para a votação do Orçamento.

Então, queria cumprimentar V. Exa., agradecer o carinho, a atenção e a manifestação de V. Exa. também na defesa da institucionalidade do Poder Legislativo, desta Presidência e, mais, de todos os 80 Senadores.

Muito obrigado.



Cumprida a finalidade desta sessão deliberativa ordinária do Senado Federal, a Presidência declara o seu encerramento.

*(Levanta-se a sessão às 21 horas e 04 minutos.)*





# REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

Senado Federal

57ª Legislatura

3ª Sessão Legislativa Ordinária

**184ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas**

**Presenças no período: 03/12/2025 07:00:00 até 03/12/2025 21:05:00**

**Votos no período: 03/12/2025 07:00:00 até 03/12/2025 21:05:00**

| Partido   | UF | Nome Senador        | Presença | Voto |
|-----------|----|---------------------|----------|------|
| Republica | AC | Alan Rick           | X        | X    |
| MDB       | SE | Alessandro Vieira   | X        | X    |
| PDT       | MA | Ana Paula Lobato    | X        | X    |
| PSD       | BA | Angelo Coronel      | X        | X    |
| PL        | SP | Astr. Marcos Pontes | X        | X    |
| PT        | CE | Augusta Brito       | X        | X    |
| PT        | PA | Beto Faro           | X        | X    |
| Podemos   | MG | Carlos Viana        | X        | X    |
| PSB       | RR | Chico Rodrigues     | X        | X    |
| PP        | PI | Ciro Nogueira       | X        | X    |
| Republica | MG | Cleitinho           | X        |      |
| MDB       | RO | Confúcio Moura      | X        | X    |
| Republica | DF | Dameres Alves       | X        | X    |
| UNIÃO     | AP | Davi Alcolumbre     | X        |      |
| PP        | RR | Dr. Hiran           | X        | X    |
| PL        | AL | Dra. Eudócia        | X        | X    |
| MDB       | AM | Eduardo Braga       | X        |      |
| NOVO      | CE | Eduardo Girão       | X        | X    |
| PL        | TO | Eduardo Gomes       | X        | X    |
| UNIÃO     | PB | Efraim Filho        | X        | X    |
| PSD       | MA | Eliziane Gama       | X        | X    |
| PP        | SC | Esperidião Amin     | X        | X    |
| PT        | ES | Fabiano Contarato   | X        | X    |
| MDB       | PE | Fernando Dueire     | X        | X    |
| MDB       | AL | Fernando Farias     | X        | X    |
| PL        | RJ | Flávio Bolsonaro    | X        | X    |
| Republica | RS | Hamilton Mourão     | X        | X    |
| PT        | PE | Humberto Costa      | X        | X    |
| MDB       | SC | Ivete da Silveira   | X        | X    |
| PL        | DF | Izalci Lucas        | X        | X    |
| PL        | RO | Jaime Bagattoli     | X        | X    |
| PT        | BA | Jaques Wagner       | X        | X    |
| UNIÃO     | MT | Jayme Campos        | X        | X    |
| PSB       | GO | Jorge Kajuru        | X        | X    |
| PL        | SC | Jorge Seif          | X        | X    |
| PSD       | MT | José Lacerda        | X        | X    |
| PSD       | PI | Jussara Lima        | X        | X    |
| PP        | SE | Laércio Oliveira    | X        | X    |
| PDT       | DF | Leila Barros        | X        | X    |
| PSD       | AP | Lucas Barreto       | X        | X    |
| PP        | RS | Luis Carlos Heinze  | X        | X    |
| PSD       | SP | Mara Gabrilli       | X        | X    |
| MDB       | PI | Marcelo Castro      | X        | X    |
| PL        | AC | Marcio Bittar       | X        | X    |
| PL        | RO | Marcos Rogério      | X        | X    |

Emissão 03/12/2025 21:06:09







# REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

## Senado Federal

### 57ª Legislatura

### 3ª Sessão Legislativa Ordinária

**184ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas**  
**Presenças no período: 03/12/2025 07:00:00 até 03/12/2025 21:05:00**  
**Votos no período: 03/12/2025 07:00:00 até 03/12/2025 21:05:00**

| Partido   | UF | Nome Senador            | Presença | Voto |
|-----------|----|-------------------------|----------|------|
| Republica | RR | Mecias de Jesus         | X        | X    |
| PSD       | MS | Nelsinho Trad           | X        | X    |
| PSD       | AM | Omar Aziz               | X        |      |
| PSDB      | PR | Oriovisto Guimarães     | X        |      |
| PSD       | BA | Otto Alencar            | X        | X    |
| PT        | RS | Paulo Paim              | X        | X    |
| PSDB      | AM | Plínio Valério          | X        | X    |
| UNIÃO     | TO | Prof. Dorinha Seabra    | X        | X    |
| PT        | AP | Randolfe Rodrigues      | X        | X    |
| PSD       | MG | Rodrigo Pacheco         | X        | X    |
| PT        | SE | Rogério Carvalho        | X        | X    |
| PL        | RN | Rogério Marinho         | X        | X    |
| UNIÃO     | PR | Sergio Moro             | X        | X    |
| PSD       | AC | Sérgio Petecão          | X        | X    |
| PSDB      | RN | Styvenson Valentim      | X        | X    |
| PT        | PE | Teresa Leitão           | X        | X    |
| PP        | MS | Tereza Cristina         | X        |      |
| PSD       | GO | Vanderlan Cardoso       | X        | X    |
| MDB       | PB | Veneziano Vital do Rêgo | X        | X    |
| PL        | MT | Wellington Fagundes     | X        | X    |
| PDT       | MA | Weverton                | X        | X    |
| PL        | GO | Wilder Moraes           | X        | X    |
| PSD       | RN | Zenaide Maia            | X        | X    |
| Podemos   | PA | Zequinha Marinho        | X        | X    |

*Compareceram 69 senadores.*



# **MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 184<sup>a</sup> SESSÃO**

## **EXPEDIENTE**

### **Matéria recebida da Câmara dos Deputados**





## SENADO FEDERAL

### PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 11, DE 2025

(Proveniente da Medida Provisória nº 1308, de 2025)

Dispõe sobre o licenciamento ambiental especial, para a consecução eficiente e eficaz de atividades e de empreendimentos estratégicos, nos termos que especifica; e altera as Leis nºs 15.190, de 8 de agosto de 2025, e 13.116, de 20 de abril de 2015.

#### DOCUMENTOS:

- Texto do projeto de lei de conversão

- Legislação citada

- Medida provisória original

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2969817&filename=MPV-1308-2025](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2969817&filename=MPV-1308-2025)

- Emendas apresentadas perante a Comissão Mista

<https://legis.senado.gov.br/sdleg-getter/documento/download/318a1441-690d-4b2c-98e1-dbacd01ea24d>

- Nota técnica

<https://legis.senado.gov.br/sdleg-getter/documento/download/ec995caa-b651-473d-b344-1655068c3606>

- Sinopse de tramitação na Câmara

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_imp;proposicoesWeb?idProposicao=2541991&ord=1&tp=completa](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_imp;proposicoesWeb?idProposicao=2541991&ord=1&tp=completa)



[Página da matéria](#)

Avulso da MPV 1308/2025 [1 de 17]



Data do Documento: 03/12/2025

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Dispõe sobre o licenciamento ambiental especial, para a consecução eficiente e eficaz de atividades e de empreendimentos estratégicos, nos termos que especifica; e altera as Leis n°s 15.190, de 8 de agosto de 2025, e 13.116, de 20 de abril de 2015.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o licenciamento ambiental especial, com vistas à consecução eficiente e eficaz de atividades e de empreendimentos estratégicos, nos termos que especifica, e altera as Leis n°s 15.190, de 8 de agosto de 2025, e 13.116, de 20 de abril de 2015.

Art. 2º A Licença Ambiental Especial (LAE) é ato administrativo expedido pela autoridade licenciadora que estabelece condicionantes as quais deverão ser observadas e cumpridas pelo empreendedor para localização, instalação e operação de atividade ou de empreendimento estratégico, ainda que utilizador de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente causador de significativa degradação do meio ambiente, nos termos do regulamento.

Art. 3º O procedimento do licenciamento ambiental especial aplica-se a atividades ou a empreendimentos estratégicos, assim definidos em decreto mediante proposta bianual do Conselho de Governo, que dimensionará equipe técnica permanentemente dedicada à função, conforme regulamento.

§ 1º A autoridade licenciadora dará prioridade à análise e à decisão dos pedidos de licença ambiental das



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.  
<http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>

Avulso da MPV 1308/2025 [2 de 17]

3058345



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

atividades ou dos empreendimentos definidos como estratégicos na forma do *caput* deste artigo.

§ 2º Deverá ser priorizada, pelas entidades e pelos órgãos públicos de qualquer esfera federativa, a emissão de anuências, de licenças, de autorizações, de certidões, de outorgas e de outros documentos necessários ao licenciamento ambiental especial.

Art. 4º O licenciamento ambiental especial observará os seguintes procedimentos:

I - definição do conteúdo e elaboração do Termo de Referência (TR) pela autoridade licenciadora, ouvidas as autoridades envolvidas, quando for o caso;

II - requerimento da LAE, acompanhado dos documentos, dos projetos, do cronograma e dos estudos ambientais exigidos, de responsabilidade do empreendedor, bem como de anuências, de licenças, de autorizações, de certidões, de outorgas e de outros documentos necessários ao licenciamento ambiental especial;

III - apresentação à autoridade licenciadora das manifestações das autoridades envolvidas, quando for o caso;

IV - análise, pela autoridade licenciadora, dos documentos, dos projetos, do cronograma e dos estudos ambientais apresentados, realização de audiência pública e, se necessário, solicitação de informações adicionais e complementares, uma única vez;

V - emissão de parecer técnico conclusivo; e

VI - concessão ou indeferimento da LAE.

§ 1º O estudo prévio de impacto ambiental (EIA) e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental (Rima), conforme TR



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.  
<http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.asp>

Avulso da MPV 1308/2025 [3 de 17]

3058345



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

3

definido pela autoridade licenciadora, são requisitos para a emissão da LAE.

§ 2º A audiência pública de que trata o inciso IV do *caput* deste artigo é de caráter obrigatório e não substitui a exigência de consulta prévia, livre e informada a povos e comunidades tradicionais, conforme previsto na legislação e em tratados internacionais ratificados pelo Brasil.

Art. 5º O processo de licenciamento ambiental especial deverá respeitar o prazo máximo de 12 (doze) meses para análise e conclusão do processo, que poderá ser dividido em etapas, contado da entrega do estudo ambiental pertinente e das demais informações ou dos documentos requeridos na forma desta Lei.

Art. 6º São consideradas estratégicas as obras de reconstrução e de repavimentação de rodovias preexistentes cujos trechos representem conexões estratégicas relevantes na perspectiva da segurança nacional, do acesso a direitos sociais fundamentais e da integração entre unidades federativas, devendo ter sua prioridade reconhecida nos termos do art. 3º desta Lei.

§ 1º Nos casos em que decisão da autoridade licenciadora já tiver atestado a viabilidade ambiental da obra de que trata o *caput* deste artigo, os estudos necessários à decisão sobre a fase de instalação deverão ser protocolados pelo empreendedor em até 90 (noventa) dias contados da data de publicação desta Lei.

§ 2º Caso as autorizações necessárias à elaboração dos estudos da fase de instalação de obras para as quais a autoridade licenciadora já tenha atestado a viabilidade



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.  
<http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx?arquivo=6690A80D007323D4>

Avulso da MPV 1308/2025 [4 de 17]

3058345



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

ambiental não sejam emitidas em até 30 (trinta) dias contados da data de publicação desta Lei, os estudos serão elaborados com os dados secundários mais recentes disponíveis.

§ 3º A análise conclusiva sobre as obras de que trata o *caput* deste artigo deverá ser concluída em até 90 (noventa) dias após o protocolo dos estudos pelo empreendedor.

Art. 7º A Lei nº 15.190, de 8 de agosto de 2025, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º .....

.....

XXXVII - medida preventiva: medida adotada antes de uma ação ou evento que possa causar impacto ambiental negativo, buscando evitar que ele ocorra;

XXXVIII - medida mitigadora: medida adotada com o objetivo de amenizar os efeitos esperados de uma ação ou evento que possa causar impacto ambiental negativo;

XXXIX - medida compensatória: medida aplicada ao impacto concretizado mesmo após a aplicação das medidas preventivas e mitigadoras e que objetiva substituir um bem perdido, alterado ou descaracterizado por outro que seja entendido como equivalente ou que desempenhe função equivalente.” (NR)

“Art. 8º .....

.....

§ 4º As dragagens de manutenção de que trata o inciso VII do *caput* deste artigo contemplam as intervenções em canais de acesso e em bacias de



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.  
<http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.asp>

Avulso da MPV 1308/2025 [5 de 17]

3058345

Data do Documento: 03/12/2025



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

5

evolução associados a instalações portuárias previamente licenciadas ou em hidrovias e vias naturalmente navegáveis, condicionados ao prévio levantamento batimétrico, incluídos os serviços de engenharia hidráulica destinados à limpeza, à desobstrução e ao manejo de sedimentos no fundo de corpos hídricos naturais ou artificiais, sem aumento da profundidade e da largura previamente existentes.” (NR)

“Art. 22. ....

.....

III - (revogado);

IV - não incorrer nas hipóteses de atividades ou de empreendimentos:

a) minerários, exceto exploração de areia, cascalho, brita e lavra de diamante por fiação sem desmorte de talude;

b) que demandem supressão de vegetação nativa que dependa de autorização específica, exceto o caso de corte de árvores isoladas;

c) que envolvam remoção ou realocação de população;

d) localizados em área declarada como contaminada, segundo as normas técnicas vigentes;

e) localizados no interior de unidades de conservação, exceto em Área de Proteção Ambiental (APA);

f) localizados em áreas reconhecidas como Sítios Ramsar, nos termos da Convenção sobre Zonas



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.  
<http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>

Avulso da MPV 1308/2025 [6 de 17]

3058345





Data do Documento: 03/12/2025



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

6

Úmidas de Importância Internacional, especialmente como Habitat de Aves Aquáticas (Convenção de Ramsar);

g) localizados em áreas de bens arqueológicos ou culturais acautelados;

h) localizados em terras indígenas, territórios quilombolas e de comunidades tradicionais, exceto se realizados pela própria comunidade;

i) localizados em áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos, previstas no art. 42-A da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001;

j) que tiveram ou venham a ter licença de instalação negada por incompatibilidade ambiental da área com o tipo de atividade; e

k) localizados no mar territorial.

.....

§ 6º A LAC para a extração de recursos naturais deve prever o limite de exploração pelo titular da licença, respeitada a capacidade de suporte do meio ambiente.” (NR)

“Art. 33. Independentemente da titularidade de atividade ou de empreendimento sujeito a licenciamento ambiental, no caso de implantação na área de estudo de outro já licenciado, pode ser aproveitado o diagnóstico constante do estudo ambiental anterior, bem como os dados

3058345



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.  
<http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>

Avulso da MPV 1308/2025 [7 de 17]

Data do Documento: 03/12/2025

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

7

secundários validados e as informações oriundas de sistemas de monitoramento remoto, desde que adequados à realidade da nova atividade ou empreendimento e resguardado o sigilo das informações previsto em lei.

....." (NR)

"Art. 36. ....

§ 1º .....

§ 2º A tramitação dos processos em meio eletrônico deve promover a integração da autoridade licenciadora com as autoridades envolvidas, concentrando o fluxo de informações em sistema que ofereça uma interface unificada com o usuário." (NR)

Art. 8º O art. 7º da Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015, passa a vigorar acrescido do seguinte § 15:

"Art. 7º .....

.....

§ 15. Independem da manifestação da autoridade licenciadora as alterações na operação de instalações de radiodifusão ou de telecomunicações previamente licenciadas, incluídos o compartilhamento de excedente de infraestrutura e a instalação de estações de radiodifusão complementares, desde que essas alterações não incrementem os impactos ambientais negativos avaliados nas etapas anteriores do licenciamento ambiental, nos termos do § 5º do art. 5º da Lei nº 15.190, de 8 de agosto de 2025." (NR)

3058345



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.  
http:

Avulso da MPV 1308/2025 [8 de 17]



Data do Documento: 03/12/2025



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

8

Art. 9º Fica revogado o inciso III do *caput* do art. 22 da Lei nº 15.190, de 8 de agosto de 2025.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2 de dezembro de 2025.

HUGO MOTTA  
Presidente



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.  
<http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx?arquivo=6690A80D007323D4>

Avulso da MPV 1308/2025 [9 de 17]

3058345



Data do Documento: 03/12/2025



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 324/2025/SGM-P

Brasília, 3 de dezembro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador DAVI ALCOLUMBRE  
Presidente do Senado Federal

**Assunto: Envio de proposição para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, o Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2025 (Medida Provisória nº 1.308, de 2025, do Poder Executivo), que “Dispõe sobre o licenciamento ambiental especial, para a consecução eficiente e eficaz de atividades e de empreendimentos estratégicos, nos termos que especifica; e altera as Leis nºs 15.190, de 8 de agosto de 2025, e 13.116, de 20 de abril de 2015”.

Atenciosamente,

HUGO MOTTA  
Presidente



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.  
<http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx?arquivo=assinado&codigo=6690A80D007323D4>

Avulso da MPV 1308/2025 [10 de 17]

3057722



## MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.308, DE 8 DE AGOSTO DE 2025

Dispõe sobre o licenciamento ambiental especial, visando à consecução eficiente e eficaz de atividades e empreendimentos estratégicos, nos termos que especifica.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Esta Medida Provisória dispõe sobre o licenciamento ambiental especial, visando à consecução eficiente e eficaz de atividades e empreendimentos estratégicos, nos termos que especifica.

Art. 2º A Licença Ambiental Especial – LAE é ato administrativo expedido pela autoridade licenciadora que estabelece condicionantes que deverão ser observadas e cumpridas pelo empreendedor para localização, instalação e operação de atividade ou de empreendimento estratégico, ainda que utilizador de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente causador de significativa degradação do meio ambiente, nos termos do regulamento.

Art. 3º O procedimento do licenciamento ambiental especial aplica-se a atividades ou empreendimentos estratégicos, assim definidos em decreto mediante proposta bianual do Conselho de Governo, que dimensionará equipe técnica permanentemente dedicada à função, conforme regulamento.

§ 1º A autoridade licenciadora dará prioridade à análise e à decisão dos respectivos pedidos de licença ambiental das atividades ou dos empreendimentos definidos como estratégicos na forma do *caput*.

§ 2º Deverá ser priorizada, pelas entidades e pelos órgãos públicos de qualquer esfera federativa, a emissão de anuências, licenças, autorizações, certidões, outorgas e outros documentos necessários ao licenciamento ambiental especial.

Art. 4º O licenciamento ambiental especial observará os seguintes procedimentos:

I - definição do conteúdo e elaboração do termo de referência – TR pela autoridade licenciadora, ouvidas as autoridades envolvidas, quando for o caso;

II - requerimento da LAE, acompanhado dos documentos, dos projetos, do cronograma e dos estudos ambientais exigidos, de responsabilidade do empreendedor, bem como de anuências, de licenças, de autorizações, de certidões, de outorgas e de outros documentos necessários ao licenciamento ambiental especial;

III - apresentação à autoridade licenciadora das manifestações das autoridades envolvidas, quando for o caso;



IV - análise, pela autoridade licenciadora, dos documentos, dos projetos, do cronograma e dos estudos ambientais apresentados, realização de audiência pública e, se necessário, solicitação de informações adicionais e complementares, uma única vez;

V - emissão de parecer técnico conclusivo; e

VI - concessão ou indeferimento da LAE.

Parágrafo único. O estudo prévio de impacto ambiental – EIA e respectivo relatório de impacto ambiental – Rima, conforme TR definido pela autoridade licenciadora, são requisitos para a emissão da licença ambiental especial.

Art. 5º O processo de licenciamento ambiental especial deve respeitar o prazo máximo de doze meses para análise e conclusão do processo, que poderá ser dividido em etapas, contado da entrega do estudo ambiental pertinente e das demais informações ou dos documentos requeridos na forma desta Medida Provisória.

Art. 6º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de agosto de 2025; 204º da Independência e 137º da República.



EM nº 00031/2025 MMA

Brasília, 8 de Agosto de 2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à elevada apreciação de Vossa Excelência a presente Medida Provisória, que propõe, na esteira da aprovação congressional da nova Lei Geral do Licenciamento Ambiental, a instituição da Licença Ambiental Especial – LAE, com o propósito de conferir maior eficiência e celeridade à autorização de atividades e empreendimentos considerados estratégicos para o desenvolvimento nacional.
2. A inovação pretendida é originariamente fruto do processo legislativo que originou a Lei, que *dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências*. Trata-se de novo mecanismo para priorização do processo de licenciamento ambiental para aquelas atividades e empreendimentos considerados pelo Poder Executivo como estratégicos, elencados pelo Conselho de Governo. Esse conselho também será responsável por dimensionar uma equipe técnica dedicada exclusivamente à análise desses processos.
3. A nova lei, porém, tem uma *vacatio legis* de cento e oitenta dias. A presente medida provisória visa a dar eficácia imediata a esse instituto jurídico.
4. Nos termos propostos, a Licença Ambiental Especial – LAE é caracterizada como um ato administrativo expedido pela autoridade licenciadora competente, que estabelece condicionantes específicas a serem observadas pelo empreendedor, visando à agilidade nos licenciamentos estratégicos para o País.
5. A relevância da presente Medida Provisória consiste no fato de que atividades e empreendimentos estratégicos são vitais para o desenvolvimento econômico do Brasil. A sociedade anseia por soluções eficientes na infraestrutura nacional, desde que preservado o meio ambiente nos termos postos pela Constituição Federal e pela legislação nacional.
6. A urgência está presente eis que existem atividades e empreendimentos estratégicos para

Avulso da MPV 1308/2025 [13 de 17]



a vida nacional que requerem licenciamento ambiental suficientemente céleres e capazes de manter o meio ambiente ecologicamente equilibrado, consoante o disposto no art. 225 da Constituição Federal.

7. Nesse sentido, a edição da Medida Provisória veicula objeto que possibilita a operacionalização do procedimento para a emissão da LAE, o que destaca o requisito de urgência constitucional na medida em que a instalação, a implantação e a operação dos empreendimentos e atividades deve se pautar em um processo que resguarde o meio ambiente sem comprometer a eficiência administrativa, nos termos do art. 37, *caput*, da Constituição Federal.

8. Diante disso, apresenta-se esta Medida Provisória com o objetivo de viabilizar a emissão de LAE em compasso com a Lei Geral de Licenciamento Ambiental, a fim de evitar prejuízos à coletividade e ao interesse público.

9. A proposta também não acarreta aumento de despesa ou renúncia de receita, razão pela qual atende às normas constitucionais e legais relativas às finanças públicas.

10. Essas, Excelentíssimo Senhor Presidente, são as razões que justificam a elaboração da Medida Provisória que ora submetemos à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Marina Silva*

Avulso da MPV 1308/2025 [14 de 17]





## MENSAGEM Nº 1.098

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 62 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 1.308, de 8 de agosto de 2025, que “Dispõe sobre o licenciamento ambiental especial, visando à consecução eficiente e eficaz de atividades e empreendimentos estratégicos, nos termos que especifica.”.

Brasília, 8 de agosto de 2025.

Avulso da MPV 1308/2025 [15 de 17]



02000.009784/2025-23



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil

OFÍCIO Nº 1280/2025/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência a Senhora  
Senadora Daniella Ribeiro  
Primeira-Secretária  
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento  
70165-900 Brasília/DF

**Assunto: Medida Provisória.**

Senhora Primeira-Secretária,

Encaminho Mensagem com a qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 1.308, de 8 de agosto de 2025, que “Dispõe sobre o licenciamento ambiental especial, visando à consecução eficiente e eficaz de atividades e empreendimentos estratégicos, nos termos que especifica.”.

Atenciosamente,

MIRIAM BELCHIOR  
Ministra de Estado substituta



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Belchior, Ministro(a) de Estado da Casa Civil da Presidência da República substituto(a)**, em 08/08/2025, às 18:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6905281** e o código CRC **48781B6E** no site:

[https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 02000.009784/2025-23

SEI nº 6905281

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

Avulso da MPV 1308/2025 [16 de 17]



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art62

- urn:lex:br:federal:medida.provisoria:2025;1308

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:medida.provisoria:2025;1308>

Avulso da MPV 1308/2025 [17 de 17]



# Requerimentos





## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL Nº 737, DE 2025

Requer licença para desempenhar missão oficial, a fim de participar da CV Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul, em Montevideu, Uruguai.

**AUTORIA:** Senador Humberto Costa (PT/PE)



[Página da matéria](#)

Avulso do REQ 737/2025 - CDIR [1 de 3]



**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão no exterior, com ônus para o Senado Federal, em Montevideu, Uruguai, de 14/12/2025 a 15/12/2025, a fim de tomar parte reuniões do Parlasul (Sessão Ordinária, Mesa Diretora e demais atividades) .

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País de 14/12/2025 a 15/12/2025, para desempenho desta missão.

Sala das Sessões, 1º de dezembro de 2025.

**Senador Humberto Costa**  
**Segundo Vice-Presidente**





SENADO FEDERAL  
Presidência

SF/25202.29011-41 (LexEdit)

Ofício nº 0754.2025-PRESID

Brasília, 28 de novembro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado **Arlindo Chinaglia**  
Presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

**Assunto: Autorização de viagem.**  
**Ref.: Documento nº 00100.225237/2025-30.**

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, autorizo a participação dos Senadores **Alan Rick, Alessandro Vieira, Angelo Coronel, Carlos Viana, Chico Rodrigues, Efraim Filho, Eduardo Girão, Fabiano Contarato, Fernando Dueire, Humberto Costa, Irajá, Leila Barros, Lucas Barreto, Luis Carlos Heinze, Marcos Rogério, Nelsinho Trad, Renan Calheiros, Sérgio Petecão, Tereza Cristina e Veneziano Vital do Rego**, com ônus ao Senado Federal com passagens, diárias e seguro-viagem, na Reunião da Mesa Diretora, na CV Sessão Plenária e na III Sessão Extraordinária do Parlamento do Mercosul, a serem realizados na cidade de Montevideu, no Uruguai, nos dias **14 e 15 de dezembro de 2025**, nos termos do Ofício nº P/043/2025 e convite anexos.

Atenciosamente,

Senador **Davi Alcolumbre**  
Presidente do Senado Federal





## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL Nº 742, DE 2025

Requer licença para desempenhar missão oficial, a fim de participar do Mobile World Congress 2026, em Barcelona, Espanha.

**AUTORIA:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)



[Página da matéria](#)

Avulso do REQ 742/2025 - CDIR [1 de 13]







SENADO FEDERAL  
Gabinete da Senadora Professora Dorinha Seabra

## REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão no exterior, com ônus para o Senado Federal, em Barcelona, na Espanha, de 02/03/2026 a 05/03/2026, a fim de participar do **Mobile World Congress 2026**.

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País de 28/02/2026 a 07/03/2026, para desempenho desta missão.

Sala das Sessões, 2 de dezembro de 2025.

**Senadora Professora Dorinha Seabra**  
**(UNIÃO - TO)**



**MWC2026**  
DELEGAÇÃO BRASILEIRA

**telebrasil**  
Associação Brasileira de Telecomunicações

Brasília, 03 de novembro de 2025

**Excelentíssima Senhora Senadora Prof. Dorinha**  
Senadora da República

A **TELEBRASIL – Associação Brasileira de Telecomunicações** tem o prazer de convidá-lo(a) para integrar a **Missão Brasileira 2026**, no contexto do **GSMA Mobile World Congress (MWC)**, que será realizado entre os dias **2 e 5 de março de 2026**, em **Barcelona, Espanha**.

A iniciativa conta com o apoio institucional da **GSMA**, associação global da indústria móvel e organizadora do MWC, reconhecido como o maior e mais influente evento mundial de conectividade e telecomunicações.

O **Mobile World Congress** reúne as principais empresas globais, especialistas, autoridades e tomadores de decisão para debater avanços tecnológicos, desafios regulatórios e oportunidades estratégicas no campo da conectividade.

Sua presença na **Missão Brasileira ao MWC 2026** representará uma valiosa contribuição para a delegação, em razão de sua visão estratégica e experiência, fortalecendo o diálogo entre os Poderes Legislativo e Executivo, as entidades reguladoras e as lideranças do setor de telecomunicações no Brasil.


A Missão contará com uma programação rica e diversificada, incluindo **visitas técnicas** aos estandes das principais empresas do setor, **apresentações de inovações tecnológicas** e **encontros de alto nível com autoridades nacionais e internacionais**.

Para apresentar os detalhes da programação, gostaríamos de agendar uma reunião nos próximos dias.

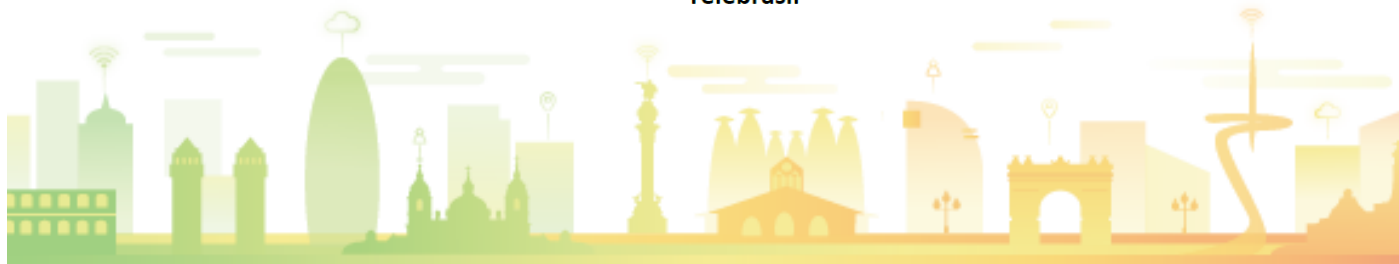
Caso já deseje confirmar sua participação, solicitamos que encaminhe sua confirmação diretamente para: Renata Forrer | (61) 98290-5418 | [eventos@telebrasil.org.br](mailto:eventos@telebrasil.org.br)

Agradecemos pela atenção e aguardamos, com grande expectativa, o retorno de Vossa Excelência para agendarmos a reunião e garantir sua presença na missão.

**Respeitosamente,**

  
**Marcos Ferrari**

Presidente Executivo  
**Telebrasil**



Avulso do REQ 742/2025 - CDIR [3 de 13]



SF/25239.39687-55 (LexEdit)

**MWC2026**  
DELEGACÃO BRASILEIRA

**telebrasil**  
Associação Brasileira de Telecomunicações

FIRA GRAN VIA - BARCELONA

2-5 MARÇO | 2026



SF/25239.39687-55 (LexEdit)

## MOBILE WORLD CONGRESS 2026

FIRA GRAN VIA- BARCELONA


O mais influente evento global de tecnologia e telecomunicações.

Espaço estratégico para **debater avanços, desafios e oportunidades na conectividade.**

Reunindo executivos de alto nível, líderes governamentais e as principais empresas do setor de telecomunicações.



Em 2026, a **Telebrasil** (Associação Brasileira de Telecomunicações) reunirá uma delegação de autoridades do Legislativo, do Executivo e de órgãos reguladores, além de representantes das maiores empresas globais. Na ocasião, o grupo participará de visitas guiadas aos estandes, reuniões setoriais e jantar oficial.

**MWC2026** **telebrasil**



MWC2026

telebrasil

## QUEM SOMOS?

A **TELEBRASIL** (Associação Brasileira de Telecomunicações) é a maior e principal entidade representativa do setor de telecomunicações do país, composta por 54 associados, entre empresas, associações, sindicatos e federações.



SF/25239.39687-55 (LexEdit)

## PRINCIPAIS ÓRGÃOS E ENTIDADES CONVIDADAS

- Senado Federal
- Câmara dos Deputados
- MCOM
- Anatel
- MCTI
- ANPD

**MWC2026**

telebrasil



PROGRAMAÇÃO  
PRELIMINAR

|                          | DOM 1 MAR             | SEG 2 MAR                      | TER 3 MAR                    | QUA 4 MAR |
|--------------------------|-----------------------|--------------------------------|------------------------------|-----------|
| MANHÃ<br>(8h30 AS 12h30) |                       | REUNIÃO SETORIAL<br>TELEBRASIL |                              |           |
| (12h30 AS 14H)           |                       | ALMOÇO TELEBRASIL              |                              |           |
| TARDE<br>(14H AS 19H)    | ALMOÇO DE BOAS VINDAS | DESLOCAMENTO<br>PARA A FEIRA   | DESLOCAMENTO<br>PARA A FEIRA |           |
|                          |                       | ERICSSON                       | NOKIA                        |           |
|                          |                       | QUALCOMM                       | HUAWEI                       |           |
|                          |                       | CISCO                          |                              |           |
|                          |                       | TELEFONICA                     |                              |           |
| NOITE<br>(19h30 AS 23h)  |                       |                                | JANTAR SETORIAL              |           |

Cronograma sujeito a mudança

MWC2026

telebrasil



## INFORMAÇÕES SOBRE A MISSÃO

- A **Delegação Brasileira/Telebrasil** compreende apenas os parlamentares e autoridades convidados pela Telebrasil, não sendo incluídos acompanhantes na missão.
- Os custos referentes a passagens, diárias e hospedagem são cobertos diretamente pelos convidados.
- O convite às autoridades será individual e intransferível.
- **Programação oficial:** visitas guiadas aos estandes, reuniões setoriais e jantar oficial.
- **Apoio logístico:** equipe dedicada para transporte, suporte operacional e agenda estratégica.





**HOTEL LLEÓ**  
CARRER DE PELAI, 22, 24, CIUTAT VELLA, 08001

**Hotel reservado para a Delegação:**  
Próximo as principais agendas  
propostas.



**MWC2026**

**telebrasil**





MWC2026


 ...Avulsa de REQ-142/2025 - CD/IR [11 de 13]




**MWC2026**  
DELEGAÇÃO BRASILEIRA



**telebrasil**  
Associação Brasileira de Telecomunicações

Agradecemos pela atenção e nos colocamos a disposição para mais esclarecimentos.

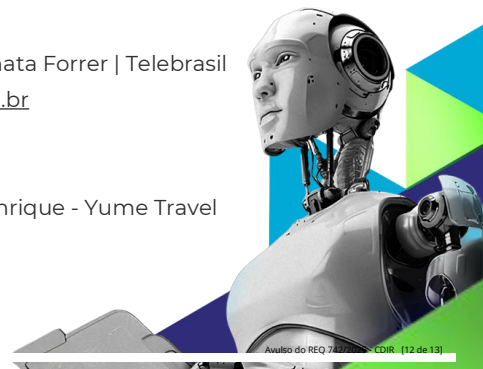
✦ **Contato para adesão e mais informações:** Renata Forrer | Telebrasil

**Email:** [renata.forrer@conexis.org.br](mailto:renata.forrer@conexis.org.br)

**Tel.:** +55 61-98290-5418

✦ **Contato para reserva de hotel :** Fernando Henrique - Yume Travel

**Telefone:** +55 61 98258-0597





SENADO FEDERAL  
Presidência

SF/25239.39687-55 (LexEdit)

Ofício nº 0757.2025-PRESID

Brasília, 28 de NOVEMBRO de 2025.

A Sua Excelência a Senhora  
Senadora **Professora Dorinha Seabra**  
Senado Federal

**Assunto: Autorização de viagem.**  
**Ref.: Documento nº 00100.225711/2025-23.**

Senhora Senadora,

Cumprimentando-a cordialmente, autorizo a participação de Vossa Excelência, com ônus ao Senado Federal com passagens aéreas, diárias e seguro-viagem, no evento *Mobile World Congress 2026*, a ser realizado na cidade de Barcelona, na Espanha, no período de **02 a 05 de março de 2026**, nos termos do Ofício nº 963/2025-GSPDORIN e convite anexos.

Atenciosamente,

**Senador Davi Alcolumbre**  
Presidente do Senado Federal





## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL Nº 747, DE 2025

Requer licença para desempenhar missão oficial, a fim de participar do LIDE Brasil Itália Fórum, em Roma, Itália.

**AUTORIA:** Senador Weverton (PDT/MA)



[Página da matéria](#)

Avulso do REQ 747/2025 - CDIR [1 de 3]





SENADO FEDERAL

SF/25250.87655-53 (LexEdit)

**REQUERIMENTO Nº DE**

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão no exterior, com ônus para o Senado Federal, em Roma, na Itália, de 23/11/2025 a 25/11/2025, a fim de participar do evento LIDE Brasil Itália Fórum, conforme Autorização em anexo.

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País de 19/11/2025 a 26/11/2025, para desempenho desta missão.

Sala das Sessões, 2 de dezembro de 2025.

**Senador Weverton**  
**(PDT - MA)**

Avulso do REQ 747/2025 - CDIR [2 de 3]





SENADO FEDERAL  
Presidência

SF/25250.87655-53 (LexEdit)

Ofício nº 0750.2025-PRESID

Brasília, 25 de novembro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador **Weverton**  
Senado Federal

**Assunto: Autorização de viagem.**  
**Ref.: Documento nº 00100.215454/2025-11.**

Senhor Senador,

Cumprimentando-o cordialmente, e em retificação ao Ofício nº 0740.2025-PRESID, autorizo a participação de Vossa Excelência, com ônus ao Senado Federal com passagens aéreas, diárias e seguro-viagem, no evento LIDE Brasil Itália Fórum, a ser realizado na cidade de Roma, na Itália, no período de **23 a 25 de novembro de 2025**, nos termos dos Ofícios nºs 276 e 278/2025/GSWEVERT e convite anexos.

Atenciosamente,

Senador **Davi Alcolumbre**  
Presidente do Senado Federal







## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL Nº 752, DE 2025

Requer licença para desempenhar missão oficial, a fim de participar da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-30), em Belém, Pará.

**AUTORIA:** Senador Jaques Wagner (PT/BA)



[Página da matéria](#)

Avulso do REQ 752/2025 - CDIR [1 de 4]







SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Jaques Wagner

## REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão no País, com ônus para o Senado Federal, em Belém (Pará), de 10/11/2025 a 11/11/2025, a fim de participar da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima - COP30, conforme Autorização do Presidente do Senado Federal em anexo.

## JUSTIFICAÇÃO

Participar da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima - COP30, em Belém, para discutir, buscar soluções e tomar decisões sobre as mudanças climáticas.

Sala das Sessões, 3 de dezembro de 2025.

**Senador Jaques Wagner**  
(PT - BA)





**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador Jaques Wagner

OFÍCIO Nº 075/ 2025

Brasília, 6 de novembro de 2025.

Ao Excelentíssimo Senhor  
**SENADOR DAVI ALCOLUMBRE**  
Presidente do Senado Federal  
Brasília - DF

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, informo meu interesse em participar da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima - COP30, em Belém, para discutir, buscar soluções e tomar decisões sobre as mudanças climáticas nos próximos dias 10 e 11.

Por se tratar de missão oficial, solicito que Vossa Excelência autorize minha participação com ônus para o Senado Federal e o provimento das correspondentes meia-diárias.

Ao ensejo, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração.  
Atenciosamente,

  
Senador Jaques Wagner  
(PT-BA)

Senado Federal, Anexo I 23º andar Brasília, DF | CEP 70165-900 | (61) 3303-6391

sen.jaqueswagner@senado.leg.br

Avulso do REQ 752/2025 - CDIR [3 de 4]

F007275B8

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



SENADO FEDERAL  
Presidência

SF/25284.85348-27 (LexEdit)

Ofício nº 0744.2025-PRESID

Brasília, 28 de novembro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador **Jaques Wagner**  
Senado Federal

**Assunto: Autorização de viagem.**  
**Ref.: Documento nº 00100.217636/2025-27.**

Senhor Senador,

Cumprimentando-o cordialmente, autorizo a participação de Vossa Excelência, com ônus ao Senado Federal com passagens aéreas e meias-diárias, na 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30), realizada na cidade de Belém, no Estado do Pará, no período de **10 a 11 de novembro de 2025**, nos termos do Ofício nº 075/2025.

Atenciosamente,

Senador **Davi Alcolumbre**  
Presidente do Senado Federal



## DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

### Projeto de Lei nº 2829/2025





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Eduardo

Ofício nº 0298/2025 GSEGIRAO

Brasília, 3 de dezembro de 2025

Senhor Presidente,

Declaro, nos termos do art. 316, do Regimento Interno do Senado Federal, o meu voto contrário ao PL 2829/2025, que “altera a Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o quadro de pessoal e o plano de carreira do Tribunal de Contas da União; e revoga a Lei nº 11.854, de 3 de dezembro de 2008”, para fins de publicação.

Atenciosamente,

**Senador Eduardo Girão**  
**(NOVO - CE)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Eduardo Girão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8803079755>



**PARECER Nº 179, DE 2025 - PLEN/SF**

De PLENÁRIO, em substituição às Comissões competentes, sobre o Projeto de Lei nº 2.829, de 2025, do Tribunal de Contas da União, que *altera a Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o quadro de pessoal e o plano de carreira do Tribunal de Contas da União; e revoga a Lei nº 11.854, de 3 de dezembro de 2008.*

Relator: Senador **VENEZIANO VITAL DO RÊGO**

**I – RELATÓRIO**

Vem a Plenário, em virtude de requerimento de urgência, o Projeto de Lei nº 2.829, de 2025, do Tribunal de Contas da União, que altera o Plano de Carreira de seus servidores (Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001).

O projeto reformula os cargos da Carreira de Especialista do Tribunal, extinguindo, à medida de sua vacância, o de Auxiliar de Controle Externo, e formalizando, em substituição a Analista de Controle Externo e Técnico de Controle Externo, as denominações de Auditor Federal de Controle Externo e de Técnico Federal de Controle Externo, ambos divididos entre áreas de controle externo propriamente dito e de apoio técnico e administrativo.

Serão cargos considerados típicos de Estado, com distinção consistente na complexidade das atribuições, mas passando ambos a exigir nível superior, podendo o cargo de Técnico requerer, ainda, formação específica, nos termos do edital do concurso. Para fins de promoção, será exigida a conclusão de curso de pós-graduação, preferencialmente oferecido pelo próprio Tribunal, com critérios complementares, inclusive modalidade e carga horária mínima, disciplinados em ato próprio.



Assinado eletronicamente, por Sen. Veneziano Vital do Rêgo

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7102956734>



No tocante à remuneração dos cargos efetivos, promovem-se ajustes no vencimento básico, incrementalmente ao longo de quatro anos, e unificação no fator da Gratificação de Controle Externo (CGE), que passa a ser de metade do vencimento básico do servidor. Ademais, a Gratificação de Desempenho (GD) é convertida em Gratificação de Desempenho e Alinhamento Estratégico (GDAE), à razão de 40% a 100% do maior vencimento básico de cada cargo, resultando de avaliação de desempenho semestral, segundo disciplinado em ato do Tribunal, que observará limitador de incremento remuneratório básico atrelado ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Até a regulamentação, a referida gratificação será devida no percentual mínimo. No caso de servidores cedidos, bem como para os pensionistas e aposentados anteriormente à regulamentação, a GDAE será calculada pela média dos servidores em atividade; para aposentadorias e pensões posteriores, pela média durante o período de atividade do próprio servidor, a partir da regulamentação.

Relativamente às funções de confiança (FCs), ampliam-se de 6 para 8 os níveis, alterando-se ainda as respectivas remunerações, observadas as restrições orçamentárias em sua criação. Os servidores no exercício dessas funções passam a ser obrigatoriamente enquadrados em regime especial de dedicação, com direito a licença compensatória de, no mínimo, um dia a cada dez, e, no máximo, um dia a cada três, ambos de efetivo exercício, nos termos de regulamento do Tribunal. Até a regulamentação, a referida licença será de um dia a cada dez dias de efetivo exercício.

É admitida, em razão da necessidade do serviço público, que a licença compensatória seja indenizada em pecúnia, à razão de 1/30 (um trinta avos) da remuneração total do servidor por dia de licença. Tal conversão estará condicionada a requerimento formal do servidor, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

Além de revogações na própria Lei do Plano de Carreiras, o projeto revoga também a Lei nº 11.854, de 3 de dezembro de 2008, que acrescenta uma vaga no quadro de Ministro Substituto (auditor) do TCU. É prevista, ainda, vigência imediata da lei resultante da conversão do projeto.

A proposição foi aprovada pela Câmara dos Deputados e encaminhada a este Senado Federal, indo diretamente a Plenário em virtude de requerimento de urgência. Não foram apresentadas emendas.



gh2025-12556  
Assinado eletronicamente, por Sen. Veneziano Vital do Rêgo  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7102956734>



## II – ANÁLISE

A submissão da matéria diretamente ao Plenário, em virtude de requerimento de urgência, tem supedâneo no art. 345 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal (Risf).

O projeto é dotado de plena juridicidade, estando satisfeitos os requisitos de inovação, generalidade e abstração. Não se vislumbram vícios de constitucionalidade formal ou material, tendo-se observado, especialmente, a iniciativa privativa do Tribunal de Contas quanto a projetos que versem sobre a estrutura de suas carreiras e remuneração de seus servidores, nos termos do art. 96, incisos I, alínea “b”, e II, também alínea “b”, c/c o art. 73, *caput*, *in fine*, ambos da Constituição Federal (CF).

No mérito, a proposição merece prosperar. Trata-se, com efeito, de importantes alterações, fartamente arrazoadas na competente justificação, que buscam modernizar o desenho dos cargos do Tribunal e garantir-lhes o dinamismo, a atratividade e especialmente o necessário alinhamento de incentivos para o bom desempenho de suas atribuições, contribuindo para o fortalecimento do sistema de controle externo da União.

A exigência de pós-graduação para progressão na carreira, aliada à exigência de nível superior para os cargos de Técnico Federal de Controle Externo, reflete a busca por contínua qualificação do quadro de servidores e a crescente complexidade das atividades a cargo do Tribunal.

Por sua vez, o reconhecimento da Carreira de Especialista do TCU como típica de Estado assegura a perenidade de suas atribuições e preserva a análise isenta e independente das contas públicas, evitando interferências indevidas no trabalho instrutório realizado pelos servidores e nas demais atividades de apoio técnico desempenhadas.

A majoração do vencimento básico faz frente a perdas inflacionárias verificadas, evitando a corrosão do poder de compra da remuneração e consequente não atratividade da carreira, ao passo que a uniformização do percentual de Gratificação de Controle Externo garante isonomia entre os servidores. Já a Gratificação de Desempenho e Alinhamento Estratégico espelha-se nas práticas da administração gerencial, ao atrelar parcela da remuneração ao desempenho periodicamente mensurado.



gh2025-12556  
Assinado eletronicamente, por Sen. Veneziano Vital do Rêgo  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7102956734>





No tocante à licença compensatória, trata-se de medida restrita a funções de confiança e que visa garantir o bem-estar dos servidores que, pelo exercício de tais funções, estão sujeitos a regime de dedicação especial, agora formalmente reconhecido.

No longo prazo, essa compensação certamente aumentará a produtividade do Tribunal ao evitar, inclusive, problemas de saúde e permitir uma sadia qualidade de vida e um balanço entre o serviço público dedicado e de qualidade e a vida pessoal. Preserva-se, não obstante, em face de eventual necessidade de serviço, a possibilidade de indenização, mediante a conversão da referida licença em pecúnia.

O projeto vem plasmado, por fim, em boa técnica legislativa, observando integralmente os ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

### III – VOTO

Ante o exposto, somos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 2.829, de 2025.

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relator



*gh2025-12556*  
Assinado eletronicamente, por Sen. Veneziano Vital do Rêgo  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7102956734>





## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO N° 907, DE 2025

Requer urgência para o Projeto de Lei nº 2.829/2025, nos termos dos arts. 336, III, e 338, III, do Regimento Interno do Senado Federal.

**AUTORIA:** Líder do Bloco Parlamentar Democracia Efraim Filho (UNIÃO/PB), Líder do PL Izalci Lucas (PL/DF), Líder do PP Tereza Cristina (PP/MS)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 907/2025 [1 de 2]



**RQS**  
**00907/2025****REQUERIMENTO Nº DE**

Requeremos, nos termos dos arts. 336, III, e 338, III, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 2829/2025, que “altera a Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o quadro de pessoal e o plano de carreira do Tribunal de Contas da União; e revoga a Lei nº 11.854, de 3 de dezembro de 2008”.

Sala das Sessões, 2 de dezembro de 2025.

*byatunafis*  
PP. MS

*[Signature]*  
*Ef...* *[Signature]*  
UNião

Avulso do RQS 907/2025 [2 de 2]



# Projeto de Lei nº 6070/2025





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Eduardo

Ofício nº 0297/2025 GSEGIRAO

Brasília, 3 de dezembro de 2025

Senhor Presidente,

Declaro, nos termos do art. 316, do Regimento Interno do Senado Federal, o meu voto contrário ao PL 6070/2025, que “altera a Lei nº 12.300, de 28 de julho de 2010, para modificar o Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, e dá outras providências”, para fins de publicação.

Atenciosamente,

**Senador Eduardo Girão**  
(NOVO - CE)



Assinado eletronicamente, por Sen. Eduardo Girão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9450061788>





# SENADO FEDERAL

## EMENDAS

Apresentadas perante a Mesa do Senado Federal ao **Projeto de Lei nº 6070, de 2025**, que *"Altera a Lei nº 12.300, de 28 de julho de 2010, para modificar o Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, e dá outras providências."*

| PARLAMENTARES                      | EMENDAS NºS |
|------------------------------------|-------------|
| Senador Weverton (PDT/MA)          | 001         |
| Senador Randolfe Rodrigues (PT/AP) | 002         |
| Senador Angelo Coronel (PSD/BA)    | 003         |
| Senador Izalci Lucas (PL/DF)       | 004         |
| Senador Carlos Portinho (PL/RJ)    | 005         |
| Senador Esperidião Amin (PP/SC)    | 006         |

TOTAL DE EMENDAS: 6



[Página da matéria](#)



**PL 6070/2025**  
**00001**



SENADO FEDERAL

**EMENDA Nº**  
**(ao PL 6070/2025)**

Acrescentem-se §§ 3º e 4º ao art. 11, ambos da Lei nº 12.300, de 28 de julho de 2010, na forma proposta pelo art. 2º do Projeto, nos termos a seguir:

**“Art. 11. ....**

**.....**

**§ 3º** O Adicional de Especialização será concedido aos servidores efetivos e aos ocupantes de cargos de provimento em comissão em razão dos conhecimentos adicionais adquiridos em razão das atividades de trabalho ou através da realização de cursos de graduação, especialização, mestrado ou doutorado, de certificações e de ações de treinamento.

**§ 4º** Os critérios e os coeficientes de aplicação do Adicional de Especialização aos ocupantes de cargos de provimento em comissão serão os mesmos estabelecidos para os servidores efetivos.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda visa promover a isonomia no tratamento dos servidores do Senado Federal ao estender o Adicional de Especialização aos ocupantes de cargos de provimento em comissão, categoria que representa, atualmente, parte significativa do Quadro de Pessoal da Casa e é amplamente majoritária nos Gabinetes das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores.

Ao lado da estrutura administrativa permanente do Senado - Diretoria Geral, Secretaria-Geral da Mesa, Comunicação Social e Prodasen - os Gabinetes Parlamentares se constituem em organismos cada vez mais cruciais para o bom exercício dos mandatos. Assim sendo, também nos Gabinetes a qualificação



Assinado eletronicamente, por Sen. Weverton

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6702437579>



profissional e acadêmica é uma exigência tão necessária quanto na mencionada estrutura administrativa permanente do Senado, o que fundamenta a extensão do adicional como medida de justiça e estímulo ao desenvolvimento profissional.

Nesse contexto, cabe destacar a Lei nº 14.832, de 27 de março de 2024, que institui o Adicional de Especialização e Qualificação para os servidores do quadro de pessoal da Secretaria do Tribunal de Contas da União.

Esta legislação representa um marco significativo ao reconhecer formalmente a importância da capacitação continuada e da qualificação acadêmica no serviço público, estabelecendo mecanismos de valorização profissional mediante a concessão de adicional remuneratório vinculado à obtenção de títulos de especialização, mestrado e doutorado.

A Lei nº 14.832/2024 demonstra que o estímulo ao aperfeiçoamento profissional e acadêmico constitui política pública consolidada e necessária para a modernização e eficiência da Administração Pública Federal, servindo como paradigma para iniciativas similares em outras instituições. Desse modo, não subsiste motivo para o tratamento desigual nos dias de hoje no âmbito do Senado Federal.

Trata-se, portanto, de medida isonômica, como tal absolutamente justificável, e que encontra respaldo em legislação federal recente que reconhece a relevância da qualificação para o desempenho das funções públicas. Além do mais, entre efetivos e comissionados já existem significativas disparidades de remuneração. Estender o Adicional de Especialização aos comissionados representará, portanto, uma forma de reduzir minimamente essas diferenças, por meio do vantajoso estímulo ao aperfeiçoamento e ao desenvolvimento profissional e acadêmico, alinhando o Senado Federal às melhores práticas já adotadas em outros órgãos da Administração Pública, como evidenciado pela Lei nº 14.832/2024 aplicável ao TCU.

Com base nesses argumentos, e considerando o precedente legislativo estabelecido pela mencionada lei, solicitamos o inestimável apoio de nossos ilustres Pares para que haja a aprovação da matéria com a maior brevidade possível.



Assinado eletronicamente, por Sen. Weverton

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6702437579>





Sala das sessões, 2 de dezembro de 2025.

**Senador Weverton**  
**(PDT - MA)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Weverton

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6702437579>





SENADO FEDERAL

**PL 6070/2025**  
**00002**

## EMENDA Nº

**(ao PL 6070/2025)**

Dê-se nova redação ao *caput* da alínea “a” do inciso III do § 2º do art. 9º-A; e acrescentem-se § 7º ao art. 9º-A e § 3º ao art. 11, todos da Lei nº 12.300, de 28 de julho de 2010, na forma proposta pelo art. 2º do Projeto, nos termos a seguir:

“Art. 9º-A. ....

.....

.....

§ 2º .....

.....

.....

III - .....

.....

.....

a) aos cargos em comissão de natureza gerencial e às funções comissionadas, assim definidos no Regulamento Administrativo do Senado Federal;

.....

§ 7º A licença compensatória prevista no *caput* deste artigo aplica-se às funções comissionadas a partir de FC-02 e aos cargos em comissão de nível SF-01 a SF-03 ou equivalente aos cargos em comissão de natureza gerencial, destinados ao assessoramento técnico e com efetivo exercício em órgãos ligados a atividade-fim do Senado Federal,



Assinado eletronicamente, por Sen. Randolfe Rodrigues

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9544523359>



**SENADO FEDERAL**

inclusive em gabinetes de senadores, de lideranças e de órgãos das Mesas do Senado Federal e Congresso Nacional.” (NR)

“**Art. 11.** .....  
.....

§ 3º Os ocupantes de chefia de gabinete de senadores, da Mesa Diretora, lideranças parlamentares e secretários de comissões são equiparados a diretores de secretaria de função símbolo FC-4” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem como objetivo promover a valorização dos órgãos diretamente vinculados às atividades finalísticas da Casa, notadamente os gabinetes de Senadores e Senadoras, as Lideranças partidárias e as estruturas de apoio das Mesas do Senado Federal e do Congresso Nacional.

Os servidores desses órgãos atuam de forma direta na gestão administrativa, orçamentária e legislativa, prestando assessoramento técnico essencial aos parlamentares e liderança, prestando assessoramento técnico especializado aos parlamentares e às Lideranças, o que evidencia o caráter estratégico das funções centrais inerentes ao Poder Legislativo. Tais atribuições, de natureza imediata e indispensável ao funcionamento institucional, justificam a extensão da licença compensatória aos servidores dessas funções comissionadas, medida que contribui para a retenção de profissionais qualificados e para o incremento da motivação no desempenho de atividades sujeitas a elevada demanda.

A medida alinha-se aos objetivos do PL 6070/2025 de modernizar o plano de carreira, reestruturando as carreiras e gerando incentivos e progressões, com ênfase no reforço às atividades-fim que sustentam o processo decisório do Senado Federal.



Assinado eletronicamente, por Sen. Randolfe Rodrigues

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9544523359>



**PL 6070/2025**  
**00003**

**EMENDA Nº**  
**(ao PL 6070/2025)**

Dê-se nova redação ao *caput* da alínea “a” do inciso III do § 2º do art. 9º-A; e acrescentem-se § 7º ao art. 9º-A e § 3º ao art. 11, todos da Lei nº 12.300, de 28 de julho de 2010, na forma proposta pelo art. 2º do Projeto, nos termos a seguir:

“Art. 9º-A. ....

§ 2º .....

III – .....

a) aos cargos em comissão e funções comissionadas de natureza gerencial e às funções comissionadas, assim definidos no Regulamento Administrativo do Senado Federal;

§ 7º A licença compensatória prevista no *caput* deste artigo aplica-se às funções comissionadas a partir de FC-02 e aos cargos em comissão de nível SF-01 e SF-02 destinados ao assessoramento técnico e com efetivo exercício em órgãos ligados a atividade-fim do Senado Federal, inclusive em gabinetes de senadores, de lideranças e de órgãos das Mesas do Senado Federal e Congresso Nacional.” (NR)

“Art. 11. ....

§ 3º Os ocupantes de chefia de gabinete de senadores, lideranças parlamentares e secretários de comissões são equiparados a diretores de secretaria de função símbolo FC-4.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem como objetivo promover a valorização dos órgãos diretamente vinculados às atividades finalísticas da Casa, notadamente os



Assinado eletronicamente, por Sen. Angelo Coronel

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9225202231>



gabinetes de Senadores e Senadoras, as Lideranças partidárias e as estruturas de apoio das Mesas do Senado Federal e do Congresso Nacional.

Os servidores desses órgãos atuam de forma direta na gestão administrativa, orçamentária e legislativa, prestando assessoramento técnico essencial aos parlamentares e liderança, prestando assessoramento técnico especializado aos parlamentares e às Lideranças, o que evidencia o caráter estratégico das funções centrais inerentes ao Poder Legislativo. Tais atribuições, de natureza imediata e indispensável ao funcionamento institucional, justificam a extensão da licença compensatória aos servidores dessas funções comissionadas, medida que contribui para a retenção de profissionais qualificados e para o incremento da motivação no desempenho de atividades sujeitas a elevada demanda.

A medida alinha-se aos objetivos do PL 6070/2025 de modernizar o plano de carreira, reestruturando as carreiras e gerando incentivos e progressões, com ênfase no reforço às atividades-fim que sustentam o processo decisório do Senado Federal.

Sala das sessões, 3 de dezembro de 2025.



Assinado eletronicamente, por Sen. Angelo Coronel

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9225202231>



**PL 6070/2025**  
**00004**



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Izalci Lucas

**EMENDA Nº**  
**(ao PL 6070/2025)**

Dê-se nova redação ao *caput* da alínea “a” do inciso III do § 2º do art. 9º-A; e acrescentem-se § 7º ao art. 9º-A e § 3º ao art. 11, todos da Lei nº 12.300, de 28 de julho de 2010, na forma proposta pelo art. 2º do Projeto, nos termos a seguir:

“Art. 9º-A. ....

§ 2º .....

III – .....

a) aos cargos em comissão de natureza gerencial e às funções comissionadas, assim definidos no Regulamento Administrativo do Senado Federal;

§ 7º A licença compensatória prevista no *caput* deste artigo aplica-se às funções comissionadas a partir de FC-02 e aos cargos em comissão de nível SF-01 a SF-03 ou equivalente aos cargos em comissão de natureza gerencial, destinados ao assessoramento técnico e com efetivo exercício em órgãos ligados a atividade-fim do Senado Federal, inclusive em gabinetes de senadores, de lideranças e de órgãos das Mesas do Senado Federal e Congresso Nacional.” (NR)

“Art. 11. ....

§ 3º Os ocupantes de chefia de gabinete de senadores, da Mesa Diretora, lideranças parlamentares e secretários de comissões são equiparados a diretores de secretaria de função símbolo FC-4” (NR)



Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6978500488>



## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem como objetivo promover a valorização dos órgãos diretamente vinculados às atividades finalísticas da Casa, notadamente os gabinetes de Senadores e Senadoras, as Lideranças partidárias e as estruturas de apoio das Mesas do Senado Federal e do Congresso Nacional.

Os servidores desses órgãos atuam de forma direta na gestão administrativa, orçamentária e legislativa, prestando assessoramento técnico essencial aos parlamentares e liderança, prestando assessoramento técnico especializado aos parlamentares e às Lideranças, o que evidencia o caráter estratégico das funções centrais inerentes ao Poder Legislativo. Tais atribuições, de natureza imediata e indispensável ao funcionamento institucional, justificam a extensão da licença compensatória aos servidores dessas funções comissionadas, medida que contribui para a retenção de profissionais qualificados e para o incremento da motivação no desempenho de atividades sujeitas a elevada demanda.

A medida alinha-se aos objetivos do PL 6.070/2025 de modernizar o plano de carreira, reestruturando as carreiras e gerando incentivos e progressões, com ênfase no reforço às atividades-fim que sustentam o processo decisório do Senado Federal.

Sala das sessões, 3 de dezembro de 2025.

**Senador Izalci Lucas**  
(PL - DF)



Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6978500488>



**PL 6070/2025**  
**00005**



SENADO FEDERAL

**EMENDA Nº**  
**(ao PL 6070/2025)**

Dê-se nova redação ao *caput* da alínea “a” do inciso III do § 2º do art. 9º-A; e acrescentem-se § 7º ao art. 9º-A e § 3º ao art. 11, todos da Lei nº 12.300, de 28 de julho de 2010, na forma proposta pelo art. 2º do Projeto, nos termos a seguir:

“Art. 9º-A. ....

.....

§ 2º .....

.....

III .....

.....

a) aos cargos em comissão de natureza gerencial e às funções comissionadas, assim definidos no Regulamento Administrativo do Senado Federal;

.....

§ 7º A licença compensatória prevista no *caput* deste artigo aplica-se às funções comissionadas a partir de FC-02 e aos cargos em comissão de nível SF-01 a SF-03 ou equivalente aos cargos em comissão de natureza gerencial, destinados ao assessoramento técnico e com efetivo exercício em órgãos ligados a atividade-fim do Senado Federal, inclusive em gabinetes de senadores, de lideranças e de órgãos das Mesas do Senado Federal e Congresso Nacional.” (NR)

“Art. 11. ....

.....

§ 3º Os ocupantes de chefia de gabinete de senadores, da Mesa Diretora, lideranças parlamentares e secretários de comissões são equiparados a diretores de secretaria de função símbolo FC-4” (NR)



Assinado eletronicamente, por Sen. Carlos Portinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9148446989>





## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem como objetivo promover a valorização dos órgãos diretamente vinculados às atividades finalísticas da Casa, notadamente os gabinetes de Senadores e Senadoras, as Lideranças partidárias e as estruturas de apoio das Mesas do Senado Federal e do Congresso Nacional.

Os servidores desses órgãos atuam de forma direta na gestão administrativa, orçamentária e legislativa, prestando assessoramento técnico essencial aos parlamentares e liderança, prestando assessoramento técnico especializado aos parlamentares e às Lideranças, o que evidencia o caráter estratégico das funções centrais inerentes ao Poder Legislativo. Tais atribuições, de natureza imediata e indispensável ao funcionamento institucional, justificam a extensão da licença compensatória aos servidores dessas funções comissionadas, medida que contribui para a retenção de profissionais qualificados e para o incremento da motivação no desempenho de atividades sujeitas a elevada demanda.

A medida alinha-se aos objetivos do PL 6070/2025 de modernizar o plano de carreira, reestruturando as carreiras e gerando incentivos e progressões, com ênfase no reforço às atividades-fim que sustentam o processo decisório do Senado Federal.

Sala das sessões, 3 de dezembro de 2025.

**Senador Carlos Portinho**  
(PL - RJ)



Assinado eletronicamente, por Sen. Carlos Portinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9148446989>



**PL 6070/2025**  
**00006**



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

**EMENDA Nº**  
**(ao PL nº 6070 de 2025)**

Dê-se nova redação ao *caput* da alínea “a” do inciso III do § 2º do art. 9º-A; e acrescentem-se § 7º ao art. 9º-A e § 3º ao art. 11, todos da Lei nº 12.300, de 28 de julho de 2010, na forma proposta pelo art. 2º do Projeto, nos termos a seguir:

“Art. 9º-A. ....

.....

§ 2º .....

.....

III – .....

.....

a) aos cargos em comissão de natureza gerencial e às funções comissionadas, assim definidos no Regulamento Administrativo do Senado Federal;

.....

§ 7º A licença compensatória prevista no *caput* deste artigo aplica-se às funções comissionadas a partir de FC-02 e aos cargos em comissão de nível SF-01 a SF-03 ou equivalente aos cargos em comissão de natureza gerencial, destinados ao assessoramento técnico e com efetivo exercício em órgãos ligados a atividade-fim do Senado Federal, inclusive em gabinetes de senadores, de lideranças e de órgãos das Mesas do Senado Federal e Congresso Nacional.”  
(NR)

“Art. 11. ....

.....

.....

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 2  
70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: (61)3303-6446  
E-mail: [sen.esperidiaoamin@senado.leg.br](mailto:sen.esperidiaoamin@senado.leg.br)



Assinado eletronicamente, por Sen. Esperidião Amin

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4800090579>





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

§ 3º Os ocupantes de chefia de gabinete de senadores, da Mesa Diretora, lideranças parlamentares e secretários de comissões são equiparados a diretores de secretaria de função símbolo FC-4” (NR)

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem como objetivo promover a valorização dos órgãos diretamente vinculados às atividades finalísticas da Casa, notadamente os gabinetes de Senadores e Senadoras, as Lideranças partidárias e as estruturas de apoio das Mesas do Senado Federal e do Congresso Nacional.

Os servidores desses órgãos atuam de forma direta na gestão administrativa, orçamentária e legislativa, prestando assessoramento técnico essencial aos parlamentares e liderança, prestando assessoramento técnico especializado aos parlamentares e às Lideranças, o que evidencia o caráter estratégico das funções centrais inerentes ao Poder Legislativo.

Tais atribuições, de natureza imediata e indispensável ao funcionamento institucional, justificam a extensão da licença compensatória aos servidores dessas funções comissionadas, medida que contribui para a retenção de profissionais qualificados e para o incremento da motivação no desempenho de atividades sujeitas a elevada demanda.

A medida alinha-se aos objetivos do PL 6070/2025 de modernizar o plano de carreira, reestruturando as carreiras e gerando incentivos e progressões, com ênfase no reforço às atividades-fim que sustentam o processo decisório do Senado Federal.

Sala das sessões, 2 de dezembro de 2025.

**ESPERIDIÃO AMIN**  
**Senador da República**

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 2  
70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: (61)3303-6446  
E-mail: [sen.esperidioamin@senado.leg.br](mailto:sen.esperidioamin@senado.leg.br)



Assinado eletronicamente, por Sen. Esperidião Amin

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4800090579>





## SENADO FEDERAL

### PARECER Nº 180, DE 2025 – PLEN/SF

Redação final do Projeto de Lei nº 6.070, de 2025, da Comissão Diretora do Senado Federal.

A **Comissão Diretora**, em **Plenário**, apresenta a redação final do Projeto de Lei nº 6.070, de 2025, da Comissão Diretora do Senado Federal, que *altera a Lei nº 12.300, de 28 de julho de 2010, para modificar o Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, e dá outras providências.*

Senado Federal, em 3 de dezembro de 2025.



Assinado eletronicamente, por Sen. Confúcio Moura e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8065610842>



**ANEXO DO PARECER Nº 180, DE 2025 – PLEN/SF**

Redação final do Projeto de Lei nº 6.070, de 2025, da Comissão Diretora do Senado Federal.

Altera a Lei nº 12.300, de 28 de julho de 2010, para modificar o Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta Lei altera a Lei nº 12.300, de 28 de julho de 2010, para modificar o Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, e dá outras providências.

**Art. 2º** A Lei nº 12.300, de 28 de julho de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º-A. A carreira legislativa a que se refere o art. 1º e os cargos que a compõem, em razão das atribuições próprias do Poder Legislativo, integram o conjunto de carreiras típicas de Estado.”

“Art. 5º .....

I – padrão 41, para os cargos das categorias de Consultor Legislativo e Advogado;

II – padrão 36, para os cargos da categoria de Analista Legislativo;

III – padrão 21, para os cargos da categoria de Técnico Legislativo;

IV – padrão 15, para os cargos da categoria de Auxiliar Legislativo.” (NR)

“Art. 7º A Gratificação de Atividade Legislativa referida no art. 6º da Resolução do Senado Federal nº 7, de 2002, passa a ser calculada mediante a aplicação dos fatores estabelecidos na Tabela do Anexo V desta Lei sobre o valor correspondente ao maior padrão do cargo.

I – (revogado);

II – (revogado);

III – (revogado).



Assinado eletronicamente, por Sen. Confúcio Moura e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8065610842>



§ 1º (Revogado).

.....” (NR)

“Art. 8º É devida aos servidores Gratificação de Representação a título de compensação pelo desempenho das atividades típicas e peculiares do Poder Legislativo, equivalente à aplicação dos fatores estabelecidos na Tabela A do Anexo VI desta Lei sobre o valor correspondente à:

I – FC-3, para os Consultores Legislativos e Advogados;

II – FC-2, para os Analistas Legislativos;

III – FC-1, para os Técnicos Legislativos e Auxiliares Legislativos.

.....” (NR)

“Art. 9º Fica instituída a Gratificação de Desempenho e Alinhamento Estratégico, correspondente ao percentual de, no mínimo, 40% (quarenta por cento) e, no máximo, 100% (cem por cento), incidente sobre o vencimento básico do cargo ocupado pelo servidor, de acordo com critérios e procedimentos a serem estabelecidos por ato do Presidente do Senado Federal, observada a disponibilidade orçamentária.

§ 1º O ato a que se refere o *caput* deste artigo poderá fixar percentuais mínimos e máximos de Gratificação de Desempenho e Alinhamento Estratégico em razão das atividades exercidas em cada área, da avaliação de desempenho funcional e do atingimento de resultados.

§ 2º Até que seja editado o ato referido no *caput*, o percentual da Gratificação de Desempenho e Alinhamento Estratégico será de 40% (quarenta por cento).

§ 3º Os percentuais de Gratificação de Desempenho e Alinhamento Estratégico terão vigência semestral e resultarão do desempenho do servidor observado no semestre anterior, ressalvado o disposto no § 2º deste artigo.

§ 4º Aplica-se ao resultado da avaliação de desempenho funcional realizada para os fins deste artigo o disposto nos arts. 106 a 108 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (Estatuto do Servidor Público Federal), podendo o ato referido no *caput* estabelecer prazos e critérios específicos.

§ 5º Os servidores ocupantes de cargo efetivo do Senado Federal, quando cedidos a outros órgãos, perceberão a respectiva Gratificação de Desempenho e Alinhamento Estratégico, calculada na forma do inciso I do § 6º deste artigo.

§ 6º Observado o disposto no § 2º deste artigo, a gratificação de que trata o *caput* deste artigo integra os proventos de aposentadorias e



Assinado eletronicamente, por Sen. Confúcio Moura e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8065610842>



pensões que guardarem paridade com os servidores ativos, sendo calculada:

I – para aposentadorias e pensões concedidas antes da entrada em vigor do ato referido no *caput* deste artigo, pela média dos percentuais atribuídos aos servidores em atividade, semestralmente;

II – para aposentadorias e pensões concedidas após a entrada em vigor do ato referido no *caput* deste artigo, pelo percentual médio percebido pelo servidor durante o período de atividade, desconsiderado o período anterior à vigência do referido ato normativo.” (NR)

“Art. 9º-A. Sem prejuízo dos vencimentos e das demais vantagens pecuniárias, os servidores do Senado Federal que ocupem cargo em comissão, exerçam função comissionada ou ocupem cargo efetivo de assessoramento superior terão direito à licença compensatória em virtude do exercício de função relevante singular e do acúmulo de atividades extraordinárias, observado o disposto neste artigo.

§ 1º A licença compensatória prevista no *caput* deste artigo tem por finalidade compensar o desempenho e o acúmulo de múltiplas atribuições, encargos e tarefas diversas, de alta complexidade e responsabilidade institucional, exigidas pelo exercício das funções comissionadas ou dos cargos que, por sua natureza institucional, demandam do servidor dedicação contínua, com habitual exigência de atuação fora do horário regular de expediente, inclusive em períodos normalmente destinados ao repouso remunerado, como horários noturnos, finais de semana, feriados e outros intervalos de folga.

§ 2º A licença compensatória será regulada por ato do Presidente do Senado Federal, que observará as demais regras estabelecidas neste artigo, aplicando-se as seguintes disposições:

I – será concedido, no mínimo, 1 (um) dia de licença compensatória para cada 10 (dez) dias de efetivo exercício e, no máximo, 1 (um) dia de licença compensatória para cada 3 (três) dias de efetivo exercício;

II – o gozo de licença compensatória será condicionado ao interesse da Administração, considerada a conveniência administrativa e a continuidade do serviço público, admitida a sua conversão em pecúnia em razão da necessidade do serviço público;

III – será restrita:

a) aos cargos em comissão e funções comissionadas de natureza gerencial e às funções comissionadas de assessoramento superior, assim definidos no Regulamento Administrativo do Senado Federal;

b) aos cargos efetivos de assessoramento superior previstos no inciso I do art. 5º desta Lei, quando em exercício no seu órgão de origem;

IV – não será devida:



Assinado eletronicamente, por Sen. Confúcio Moura e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8065610842>



a) ao servidor em exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, investido em mandato eletivo ou classista ou designado para servir em organismo oficial internacional do qual o Brasil seja membro efetivo ou com o qual coopere;

b) nas ausências, licenças e afastamentos considerados como não efetivo exercício, com ou sem perda da remuneração;

c) nos períodos de gozo de licença para capacitação ou de afastamento para a participação em programa de pós-graduação *stricto sensu*;

d) nos períodos de quaisquer licenças ou afastamentos de mesma natureza com duração superior a 30 (trinta) dias, computados em um período de 1 (um) ano;

e) nos dias de falta injustificada ao serviço;

V – corresponderá à licença devida à maior função ou cargo exercido pelo servidor, inclusive no período de substituição ou acumulação, observado o disposto no Regulamento Administrativo do Senado Federal.

§ 3º O disposto na alínea “d” do inciso IV do § 2º deste artigo não será aplicado às ausências previstas no inciso I e nas alíneas “a” e “b” do inciso VIII do art. 102 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (Estatuto do Servidor Público Federal).

§ 4º O cálculo da licença compensatória previsto no inciso I do § 2º deste artigo considerará o mês de 30 (trinta) dias.

§ 5º O Senado Federal poderá indenizar os dias de licença compensatória adquiridos nos termos deste artigo e não gozados pelo servidor, observadas a disponibilidade orçamentária e as seguintes regras:

I – o valor da indenização apurado em cada mês corresponderá ao montante equivalente à remuneração do dia de trabalho, calculado à razão de 1/30 (um trinta avos) da remuneração bruta do servidor, excluídas parcelas eventuais ou temporárias, por dia ou fração de licença compensatória;

II – a parcela de caráter indenizatório decorrente da conversão da licença compensatória:

a) não estará sujeita à incidência de imposto sobre a renda de pessoa física e de contribuição previdenciária;

b) não será incorporada à remuneração do servidor, aos proventos de aposentadoria ou à pensão por morte;

c) não poderá ser utilizada como base de cálculo para gratificações, adicionais ou vantagens de qualquer espécie.



Assinado eletronicamente, por Sen. Confúcio Moura e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8065610842>





§ 6º Até que seja editado o ato referido no § 2º, a licença compensatória será concedida aos servidores de que trata o inciso III do § 2º deste artigo na proporção de 1 (um) dia de licença compensatória para cada 10 (dez) dias de efetivo exercício, observadas as demais regras deste artigo.”

“Art. 10. O exercício de funções comissionadas integrantes do Quadro de Pessoal do Senado Federal passa a ser retribuído pelo acréscimo à remuneração do cargo efetivo do valor equivalente à aplicação dos fatores previstos na Tabela do Anexo VII desta Lei sobre o vencimento básico do padrão 45, estabelecido na Tabela A do Anexo I.

I – (revogado);

II – (revogado);

III – (revogado);

IV – (revogado);

V – (revogado).

.....” (NR)

“Art. 11. ....

I – representação mensal, de valor equivalente à aplicação dos fatores estabelecidos na Tabela B do Anexo VI desta Lei sobre as funções comissionadas símbolos FC-2, FC-3 e FC-4, respectivamente, previstas no *caput* do art. 10 desta Lei;

.....

III – Gratificação de Desempenho e Alinhamento Estratégico, na forma do art. 9º desta Lei, correspondente à dos padrões 36, 42 e 45 da Tabela A do Anexo I desta Lei, respectivamente.

§ 1º O servidor ocupante de cargo efetivo no âmbito do Senado Federal nomeado para os cargos em comissão de que trata este artigo poderá optar pela remuneração do seu cargo efetivo, acrescida do valor da respectiva FC-2, FC-3 ou FC-4, observada a equivalência de função estabelecida na forma do § 2º deste artigo.

§ 2º Para os fins do disposto no § 1º deste artigo, o Regulamento Administrativo do Senado Federal poderá atribuir função de símbolo FC-5 ou FC-6 ao servidor efetivo que for nomeado para ocupar cargo em comissão símbolo SF-3.” (NR)

**Art. 3º** O Anexo I da Lei nº 12.300, de 28 de julho de 2010, passa a vigorar na forma do Anexo I desta Lei.

**Art. 4º** A Lei nº 12.300, de 28 de julho de 2010, passa a vigorar acrescida dos Anexos V, VI e VII estabelecidos, respectivamente, nos Anexos II, III e IV desta Lei.

**Art. 5º** Para os fins do disposto no inciso II do § 8º do art. 4º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, a Gratificação de Desempenho e



Assinado eletronicamente, por Sen. Confúcio Moura e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8065610842>



Alinhamento Estratégico substitui, no que couber, a Gratificação de Desempenho anteriormente vigente, mantendo-se a continuidade jurídica da parcela quanto a sua natureza e finalidade.

Parágrafo único. O cálculo da Gratificação de Desempenho e Alinhamento Estratégico previsto no § 6º do art. 9º da Lei nº 12.300, de 28 de julho de 2010, será realizado a partir da entrada em vigor da presente Lei, e avaliações de desempenho realizadas em períodos anteriores não serão consideradas.

**Art. 6º** As alterações previstas no *caput* do art. 10 da Lei nº 12.300, de 28 de julho de 2010, não implicam aumento na quantidade total de funções, cujo reenquadramento será definido no Regulamento Administrativo do Senado Federal.

**Art. 7º** As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Senado Federal no Orçamento Geral da União, sem prejuízo ao atendimento do limite individualizado estabelecido no art. 3º da Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, bem como do limite da despesa total com pessoal previsto no art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

**Art. 8º** Revogam-se:

I – os incisos I a III do *caput* e o § 1º do art. 7º, os incisos I a V do *caput* do art. 10 e o Anexo IV da Lei nº 12.300, de 28 de julho de 2010;

II – a Resolução do Senado Federal nº 69, de 2012; e

III – o Ato da Comissão Diretora nº 16, de 3 de outubro de 2023.

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor em 1º de fevereiro de 2026, observadas as datas estabelecidas nas Tabelas A, B e C do Anexo I, nas Tabelas A e B do Anexo III e nas Tabelas dos Anexos II e IV, todos desta Lei, a partir das quais produzirão os efeitos financeiros.



Assinado eletronicamente, por Sen. Confúcio Moura e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8065610842>



**ANEXO I**  
(Anexo I da Lei nº 12.300, de 28 de julho de 2010)

Tabelas de Vencimentos Básicos dos Servidores ocupantes de cargo efetivo do  
Quadro de Pessoal do Senado Federal (art. 4º)

TABELA A

Cargos das categorias Consultor Legislativo, Advogado e Analista Legislativo

| CARGO EFETIVO | CLASSE   | PADRÃO | VENCIMENTO BÁSICO<br>(EM R\$ - A PARTIR DE) |            |            |            |
|---------------|----------|--------|---|------------|------------|------------|
|               |          |        | 01/02/2026                                  | 01/07/2027 | 01/07/2028 | 01/07/2029 |
| NÍVEL III     | ESPECIAL | 45     | 13.753,64                                   | 17.618,41  | 22.569,18  | 24.181,07  |
|               |          | 44     | 13.341,03                                   | 17.089,85  | 21.892,10  | 23.455,64  |
|               |          | 43     | 12.940,78                                   | 16.577,14  | 21.235,31  | 22.751,94  |
|               |          | 42     | 12.552,57                                   | 16.079,84  | 20.598,28  | 22.069,41  |
|               |          | 41     | 12.175,98                                   | 15.597,43  | 19.980,31  | 21.407,31  |
|               | INICIAL  | 40     | 11.810,70                                   | 15.129,51  | 19.380,91  | 20.765,09  |
|               |          | 39     | 11.456,37                                   | 14.675,61  | 18.799,45  | 20.142,11  |
|               |          | 38     | 11.112,68                                   | 14.235,34  | 18.235,47  | 19.537,84  |
|               |          | 37     | 10.779,29                                   | 13.808,28  | 17.688,40  | 18.951,71  |
|               |          | 36     | 10.455,93                                   | 13.394,05  | 17.157,78  | 18.383,18  |

TABELA B

Cargos da categoria Técnico Legislativo

| CARGO EFETIVO | CLASSE        | PADRÃO | VENCIMENTO BÁSICO<br>(EM R\$ - A PARTIR DE) |            |            |            |
|---------------|---------------|--------|---|------------|------------|------------|
|               |               |        | 01/02/2026                                  | 01/07/2027 | 01/07/2028 | 01/07/2029 |
| NÍVEL II      | ESPECIAL      | 36     | 10.455,93                                   | 13.394,05  | 17.157,78  | 18.383,18  |
|               |               | 35     | 10.142,23                                   | 12.992,19  | 16.643,00  | 17.831,64  |
|               |               | 34     | 9.837,96                                    | 12.602,43  | 16.143,72  | 17.296,70  |
|               |               | 33     | 9.542,84                                    | 12.224,37  | 15.659,42  | 16.777,82  |
|               |               | 32     | 9.256,52                                    | 11.857,60  | 15.189,59  | 16.274,43  |
|               | INTERMEDIÁRIA | 31     | 8.978,86                                    | 11.501,92  | 14.733,96  | 15.786,26  |
|               |               | 30     | 8.941,46                                    | 11.454,01  | 14.672,58  | 15.720,50  |
|               |               | 29     | 8.671,68                                    | 11.108,42  | 14.229,89  | 15.246,18  |
|               |               | 28     | 8.411,53                                    | 10.775,17  | 13.803,00  | 14.788,81  |
|               |               | 27     | 8.159,16                                    | 10.451,89  | 13.388,87  | 14.345,10  |
|               | INICIAL       | 26     | 7.914,39                                    | 10.138,33  | 12.987,20  | 13.914,75  |
|               |               | 25     | 7.676,97                                    | 9.834,20   | 12.597,61  | 13.497,33  |
|               |               | 24     | 7.446,65                                    | 9.539,15   | 12.219,65  | 13.092,38  |
|               |               | 23     | 7.223,24                                    | 9.252,97   | 11.853,05  | 12.699,60  |
|               |               | 22     | 7.006,56                                    | 8.975,40   | 11.497,49  | 12.318,64  |
|               |               | 21     | 6.796,37                                    | 8.706,15   | 11.152,58  | 11.949,10  |



Assinado eletronicamente, por Sen. Confúcio Moura e outros  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8065610842>



TABELA C

Cargos da categoria Auxiliar Legislativo

| CARGO EFETIVO | CLASSE        | PADRÃO | VENCIMENTO BÁSICO<br>(EM R\$ - A PARTIR DE) |            |            |            |
|---------------|---------------|--------|---|------------|------------|------------|
|               |               |        | 01/02/2026                                  | 01/07/2027 | 01/07/2028 | 01/07/2029 |
| NÍVEL I       | ESPECIAL      | 30     | 8.941,46                                    | 11.454,01  | 14.672,58  | 15.720,50  |
|               |               | 29     | 8.671,68                                    | 11.108,42  | 14.229,89  | 15.246,18  |
|               |               | 28     | 8.411,53                                    | 10.775,17  | 13.803,00  | 14.788,81  |
|               |               | 27     | 8.159,16                                    | 10.451,89  | 13.388,87  | 14.345,10  |
|               |               | 26     | 7.914,39                                    | 10.138,33  | 12.987,20  | 13.914,75  |
|               | INTERMEDIÁRIA | 25     | 7.676,97                                    | 9.834,20   | 12.597,61  | 13.497,33  |
|               |               | 24     | 7.446,65                                    | 9.539,15   | 12.219,65  | 13.092,38  |
|               |               | 23     | 7.223,24                                    | 9.252,97   | 11.853,05  | 12.699,60  |
|               |               | 22     | 7.006,56                                    | 8.975,40   | 11.497,49  | 12.318,64  |
|               |               | 21     | 6.796,37                                    | 8.706,15   | 11.152,58  | 11.949,10  |
|               | INICIAL       | 20     | 6.009,41                                    | 7.698,06   | 9.861,21   | 10.565,50  |
|               |               | 19     | 5.341,69                                    | 6.842,71   | 8.765,51   | 9.391,54   |
|               |               | 18     | 4.748,17                                    | 6.082,40   | 7.791,56   | 8.348,03   |
|               |               | 17     | 4.220,57                                    | 5.406,56   | 6.925,80   | 7.420,44   |
|               |               | 16     | 3.751,64                                    | 4.805,85   | 6.156,29   | 6.595,98   |
|               |               | 15     | 3.334,79                                    | 4.271,86   | 5.472,26   | 5.863,09   |

ANEXO II

(Anexo V da Lei nº 12.300, de 28 de julho de 2010)

Tabela de fatores da Gratificação de Atividade Legislativa dos Servidores ocupantes de cargo efetivo do Quadro de Pessoal do Senado Federal (art. 7º)

| CATEGORIA                        | FATOR<br>(A PARTIR DE) |            |            |            |
|----------------------------------|------------------------|------------|------------|------------|
|                                  | 01/02/2026             | 01/07/2027 | 01/07/2028 | 01/07/2029 |
| Consultor Legislativo e Advogado | 1,66                   | 1,53       | 1,04       | 1,01       |
| Analista Legislativo             | 1,20                   | 1,13       | 0,74       | 0,74       |
| Técnico Legislativo              | 1,43                   | 1,25       | 0,87       | 0,87       |
| Auxiliar Legislativo             | 1,43                   | 1,36       | 1,03       | 1,00       |



Assinado eletronicamente, por Sen. Confúcio Moura e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8065610842>



ANEXO III

(Anexo VI da Lei nº 12.300, de 28 de julho de 2010)

Tabela de fatores da Gratificação de Representação dos Servidores  
do Quadro de Pessoal do Senado Federal

TABELA A (art. 8º)

Cargos efetivos das categorias Consultor Legislativo, Advogado, Analista Legislativo, Técnico  
Legislativo e Auxiliar Legislativo

| CATEGORIA                        | FATOR<br>(A PARTIR DE) |            |
|----------------------------------|------------------------|------------|
|                                  | 01/02/2026             | 01/07/2027 |
| Consultor Legislativo e Advogado | 0,90                   | zero       |
| Analista Legislativo             | 1,10                   | zero       |
| Técnico Legislativo              | 0,95                   | zero       |
| Auxiliar Legislativo             | 0,95                   | zero       |

TABELA B (art. 11, I)

Cargos em comissão

| SÍMBOLO | FATOR<br>(A PARTIR DE) |            |            |            |
|---------|------------------------|------------|------------|------------|
|         | 01/02/2026             | 01/07/2027 | 01/07/2028 | 01/07/2029 |
| SF-1    | 2,227                  | 1,700      | 1,122      | 1,0455     |
| SF-2    | 2,227                  | 1,700      | 1,122      | 1,0455     |
| SF-3    | 2,227                  | 1,700      | 1,122      | 1,0455     |

ANEXO IV

(Anexo VII da Lei nº 12.300, de 28 de julho de 2010)

Tabela de fatores de funções comissionadas dos Servidores ocupantes de cargos efetivos  
do Quadro de Pessoal do Senado Federal (art. 10)

| SÍMBOLO | FATOR<br>(A PARTIR DE) |            |            |
|---------|------------------------|------------|------------|
|         | 01/02/2026             | 01/07/2027 | 01/07/2028 |
| FC-1    | 0,23                   | 0,20       | 0,16       |
| FC-2    | 0,37                   | 0,31       | 0,27       |
| FC-3    | 0,52                   | 0,44       | 0,37       |
| FC-4    | 0,66                   | 0,56       | 0,47       |
| FC-5    | 0,80                   | 0,68       | 0,57       |
| FC-6    | 0,90                   | 0,77       | 0,62       |
| FC-7    | 1,00                   | 0,85       | 0,67       |



Assinado eletronicamente, por Sen. Confúcio Moura e outros  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8065610842>





Assinado eletronicamente, por Sen. Confúcio Moura e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8065610842>





SENADO FEDERAL

Esta página foi gerada para informar os signatários do documento e não integra o documento original, que pode ser acessado por meio do QRCode

Assinam eletronicamente o documento SF254556551885, em ordem cronológica:

1. Sen. Chico Rodrigues
2. Sen. Daniella Ribeiro
3. Sen. Eduardo Gomes
4. Sen. Laércio Oliveira
5. Sen. Confúcio Moura





## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO N° 908, DE 2025

Requer urgência para o Projeto de Lei nº 6.070/2025, nos termos dos arts. 336, III, e 338, III, do Regimento Interno do Senado Federal.

**AUTORIA:** Líder do Bloco Parlamentar Democracia Efraim Filho (UNIÃO/PB), Líder do PL Izalci Lucas (PL/DF), Líder do PP Tereza Cristina (PP/MS)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 908/2025 [1 de 2]





**RQS**  
**00908/2025**

**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos dos arts. 336, III, e 338, III, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 6070/2025, que “altera a Lei nº 12.300, de 28 de julho de 2010, para modificar o Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, e dá outras providências”.

Sala das Sessões, 2 de dezembro de 2025.

*Legatunis*  
PP-MS



# Projeto de Lei nº 715/2023





# SENADO FEDERAL

## EMENDAS

Apresentadas perante a Mesa do Senado Federal ao **Projeto de Lei nº 715, de 2023**, que *"Altera as Leis nºs 5.889, de 8 de junho de 1973, e 14.601, de 19 de junho de 2023, a fim de excluir a remuneração decorrente do contrato de safra do cálculo da renda familiar mensal considerada para recebimento de benefícios sociais e de dispor sobre o registro de informações relativas ao contrato de safra no Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial)."*

| PARLAMENTARES                             | EMENDAS NºS |
|---|-------------|
| Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | 001         |

TOTAL DE EMENDAS: 1



[Página da matéria](#)



**PL 715/2023**  
**00001**



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

**EMENDA Nº**  
**(ao PL 715/2023)**

Inclua-se, onde couber, no substitutivo ao PL nº 715, de 2023, o seguinte artigo:

“Art. Fica dispensada a prestação das informações relacionadas ao contrato de safra, unicamente em relação à manutenção dos benefícios sociais, enquanto não vier a regulamentação do campo específico do eSocial.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Apesar de louvável a iniciativa de previsão de inserção das informações de beneficiário do bolsa família, relativas ao contrato de safra, em campo específico de sistema digital, o que certamente trará maior segurança jurídica para o pagamento dos benefícios e criará um embaraço a execução de fraudes, o empregador não pode ficar refém do poder executivo para se ter a vigência legal.

Conforme previsão da proposta, quando o trabalhador for beneficiário de programas sociais, tais informações, conjunto com as informações do contrato de safra, deverão constar em um campo específico de um sistema digital (eSocial), para que, então, o Ministério do Desenvolvimento Social possa fazer a gestão e manter o controle dos trabalhadores que estão trabalhando e percebendo o benefício social.

Ocorre que, a existência do referido campo ainda não existe, dado que a possibilidade da cumulatividade do benefício social, com o contrato de trabalho safrista, apesar de possível pelo critério de cálculo de renda per capita, ainda não



Assinado eletronicamente, por Sen. Mecias de Jesus

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1095200629>



tem previsão legal da forma proposta, o que leva a crer que será necessária a criação de mais um dispositivo para a gestão de benefício social, nas condições previstas no PL.

Todavia, a ausência de previsão de prazo para o governo implantar tal alteração, leva a grande insegurança jurídica, como também pode dar uma sensação de “vitória de pirro” aos beneficiários, na qual, apesar da alteração legislativa trazer a possibilidade de cumulatividade do benefício social, com o contrato de trabalho, a vigência da norma acaba por ficar restrita à regulamentação do dispositivo por parte do poder executivo, que pode nunca vir. Seria o famoso, ganhou, mas não levou.

Para tanto, propõe-se, então, que, enquanto o governo não apresentar o módulo/campo específico do sistema digital (eSocial), a norma terá eficácia plena e imediata, sendo dispensada a obrigatoriedade da inserção das informações do contrato de safra, quando beneficiário do bolsa família, no referido campo, dada sua inexistência.

Ressalta-se, por fim, que a proposta de emenda, aqui apresentada, não isenta nenhum empregador de prestar as informações regulares de contratação de trabalhadores rurais nos módulos do eSocial, conforme obrigação já existente no ordenamento pátrio atual. A emenda apenas traz a possibilidade de vigência imediata da proposta aqui debatida, isentando, apenas e unicamente, o fornecimento de informações acerca dos benefícios sociais recebidos por trabalhadores contratados por meio de contrato de safra, não isentando a prestação das informações referente ao contrato de safra, em si.

Ante o exposto, considerando a relevância da temática proposta, esperamos contar com o apoio de nossos Pares a sua aprovação.

Sala das sessões, 3 de dezembro de 2025.

**Senador Mecias de Jesus**  
**(REPUBLICANOS - RR)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Mecias de Jesus

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1095200629>





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaime Bagattoli

SF/25419.70497-61

**PARECER Nº 181, DE 2025 - PLEN/SF**

De PLENÁRIO, em substituição às Comissões de Assuntos Sociais e de Agricultura e Reforma Agrária, sobre o Projeto de Lei nº 715, de 2023, do Deputado Zé Vitor, que *altera as Leis nºs 5.889, de 8 de junho de 1973, e 14.601, de 19 de junho de 2023, a fim de excluir a remuneração decorrente do contrato de safra do cálculo da renda familiar mensal considerada para recebimento de benefícios sociais e de dispor sobre o registro de informações relativas ao contrato de safra no Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial).*

Relator: Senador **JAIME BAGATTOLI****I – RELATÓRIO**

Foi apresentado e aprovado, por este Plenário, o Requerimento nº 516, de 2024, de autoria da senadora Rosana Martinelli e outros senadores, que requer a urgência do Projeto de Lei (PL) nº 715, de 2023. Oriundo da Câmara dos Deputados, o projeto em análise tem o objetivo de excluir a remuneração decorrente do contrato de safra do cálculo da renda familiar mensal utilizada para a concessão e manutenção de benefícios sociais – notadamente para o caso do Programa Bolsa Família (PBF).

Senado Federal – Anexo 2, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 23 - Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Gabinete do Senador Jaime Bagattoli -Telefone: +55 (61) 3303-2714



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6797512257>



2

SF/25419.70497-61

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaime Bagattoli

De autoria do Deputado Zé Vitor, do Partido Liberal de Minas Gerais, o PL pretende fazer alterações em duas leis: Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973 (que rege o trabalho rural); e Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023 (referente ao Bolsa Família). Ademais, o projeto visa possibilitar a integração entre dados da gestão do Programa Bolsa Família e do eSocial para garantir o resultado pretendido.

Não foram apresentadas emendas ao projeto no prazo regimental.

## II – ANÁLISE

Ao analisar o projeto em análise com a Constituição, vislumbramos que ele contempla os objetivos constitucionais estabelecidos no art. 3º da Carta Magna – em especial o de erradicação da pobreza (inciso III). Contempla também um dos princípios mais relevantes da Ordem Econômica: o da busca do pleno emprego (art. 170, VIII).

São considerações de constitucionalidade que se misturam com as próprias considerações de mérito. Afinal, este PL estabelece um novo **incentivo ao emprego**, particularmente ao emprego formal, e para um público vulnerável que necessita de renda.

Destaca-se, ademais, que nossa Carta Magna dá grande centralidade para o trabalho. Seu valor social é tido como fundamento da República (art. 1º, IV); ele é consagrado como um direito social (art. 6º, *caput*) e seu primado é base da Ordem Social (art. 193, *caput*).

Senhoras senadoras, senhores senadores... Há mais de um ano, assumi a relatoria do Projeto de Lei nº 715, de 2023 – o tão aguardado projeto dos safristas. Desde então, tenho dedicado meu tempo e energia a um diálogo extenso e construtivo com os mais diversos setores: produtores rurais, trabalhadores do campo, entidades do setor produtivo, representantes do governo e da sociedade civil.



Senado Federal – Anexo 2, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 23 - Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Gabinete do Senador Jaime Bagattoli - Telefone: +55 (61) 3303-2714

Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6797512257>





3

SF/25419.70497-61

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaime Bagattoli

Este é um tema central para o nosso campo, uma prioridade inegociável para a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e, mais do que isso, é uma questão de dignidade para milhões de brasileiros e de segurança para a nossa economia.

Eu já falei em audiência pública aqui no Senado Federal, onde tive o prazer de debater com o Ministro Wellington Dias, Ministro de Desenvolvimento social, que enfrentamos uma realidade preocupante em nosso país. E que ninguém se engane pensando que esse problema se restringe ao campo! Nossas cidades também clamam por trabalhadores dispostos e formalizados. A construção civil, as redes de supermercados, o comércio em geral – setores vitais da economia urbana – enfrentam igualmente uma grave escassez de mão de obra. Se não agirmos urgentemente, esse problema se aprofundará, comprometendo o desenvolvimento em todos os níveis, rural e urbano.

Nós temos problema na colheita do café, no Espírito Santo, no Paraná, em Rondônia, que é o meu estado. Nós temos o problema da laranja em São Paulo, temos o problema da uva no Rio Grande do Sul, da maçã em Santa Catarina, da fruticultura no Vale do São Francisco. E o pessoal da Bahia está de joelho, porque não tem a mão de obra... Está se perdendo manga, cacau, está se perdendo uva e ninguém pode fazer essa contratação sem carteira assinada.

Colheitas se perdem, alimentos deixam de chegar à mesa do consumidor e a produção nacional sofre um golpe duro, não por falta de terras, de tecnologia ou de demanda, mas pela dificuldade de contratar.

E qual é o principal ponto dessa questão? É o receio do trabalhador, muitas vezes beneficiário do Bolsa Família, em aceitar um emprego formal, ainda que temporário como o contrato de safra.



Senado Federal – Anexo 2, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 23 - Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Gabinete do Senador Jaime Bagattoli - Telefone: +55 (61) 3303-2714

Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6797512257>







4

SF/25419.70497-61

## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaime Bagattoli

O medo legítimo de perder o benefício social e de não conseguir retornar a ele após o término do vínculo de trabalho, cria uma barreira quase invencível para a formalização.

Isso não apenas perpetua a informalidade, mas desestimula a participação na força de trabalho. Ninguém quer trocar o "pássaro na mão" – que é a segurança do benefício – por "dois voando" – ou seja, um emprego temporário que pode deixar a família desamparada depois.

O projeto substitutivo que apresento a Vossas Excelências é fruto dessa ampla discussão e do amadurecimento da proposta original para, justamente, quebrar esse ciclo.

O que propomos é algo justo e aplicável:

**Manutenção do Benefício:** As famílias dos safristas terão seus benefícios do Bolsa Família mantidos, mesmo que a renda per capita mensal oscile e supere, temporariamente, o limite exigido pelo programa.

**Retorno Garantido:** Asseguramos o retorno garantido ao Programa Bolsa Família para as famílias que tiveram seus benefícios cancelados ao final do período de proteção, por até 36 meses. Isso elimina o temor de ficar sem renda ao término da safra e sem poder reingressar ao programa.

**Transparência e Gestão:** As informações trabalhistas dos contratos de safra serão registradas em campo específico no Sistema Digital (eSocial), tornando-as acessíveis aos órgãos gestores de políticas setoriais, garantindo a fiscalização e a eficiência da medida.

**Cálculo Justo:** Para fins de elegibilidade ao Bolsa Família, o cálculo da renda per capita levará em conta a média anual das rendas mensais percebidas pela família, um reflexo mais fiel da realidade de renda dessas famílias.



Senado Federal –Anexo 2, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 23 - Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Gabinete do Senador Jaime Bagattoli -Telefone: +55 (61) 3303-2714

Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6797512257>





5

SF/25419.70497-61

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaime Bagattoli

Este projeto não é um custo para o país, mas um investimento!

Alguns podem questionar o impacto fiscal, mas permitam-me reiterar o que tenho dito: ao formalizar o trabalhador safrista, o governo não perde, mas ganha. Ganhamos com a arrecadação de INSS, com o FGTS, com o aumento do poder de compra dessas famílias que, ao terem mais renda, movimentam o comércio local e geram mais impostos indiretos.

Pensem na dignidade que oferecemos a um trabalhador que hoje talvez receba R\$ 600 ou R\$ 700 do Bolsa Família, mas que, ao colher café ou laranja, pode ganhar R\$ 2.500 ou mais por mês. Isso não é apenas um incremento financeiro, é a chance de construir um futuro, de ter acesso à previdência, de ser parte ativa da nossa economia.

A erradicação da pobreza, que é um objetivo constitucional fundamental, não se faz apenas com transferência de renda; ela se consolida com a dignidade do trabalho e a geração de renda autônoma.

Este PL 715/2023 é um passo crucial nessa direção. É a chance de tirarmos milhões da informalidade, de injetarmos bilhões na economia e de garantir que o setor produtivo, motor do nosso país, tenha o suporte humano de que tanto precisa.

Portanto, meus caros colegas, peço a todos para que olhemos para este projeto com a visão de futuro que o Brasil exige. Esta não é uma pauta partidária ou ideológica, mas uma solução pragmática e urgente para um problema nacional.

Aprovar o PL 715/2023 é garantir o pão na mesa do trabalhador, a colheita no campo e o desenvolvimento do nosso país.

Por fim, para que haja a implementação efetiva da matéria, ponderamos, por meio de uma emenda substitutiva, alguns ajustes técnicos necessários, conforme voto a seguir.



Senado Federal –Anexo 2, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 23 - Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Gabinete do Senador Jaime Bagattoli -Telefone: +55 (61) 3303-2714

Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6797512257>





6

SF/25419.70497-61

SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Jaime Bagattoli

### III – VOTO

Ante o exposto, opinamos pela *aprovação* do PL nº 715, de 2023, na forma do seguinte Substitutivo:

#### EMENDA Nº 2 – Plenário (Substitutivo)

#### PROJETO DE LEI Nº 715, DE 2023

Altera a Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, a fim de assegurar às famílias de trabalhadores safristas a manutenção e o retorno garantido ao Programa Bolsa Família, e de dispor sobre o registro de informações no Sistema Digital relativas ao contrato de safra.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14 .....

§ 1º Considera-se contrato de safra o que tenha sua duração dependente de variações estacionais da atividade agrária.

§ 2º As informações trabalhistas relativas aos contratos de safra serão registradas, em campo específico, em Sistema Digital e



Senado Federal –Anexo 2, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 23 - Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Gabinete do Senador Jaime Bagattoli -Telefone: +55 (61) 3303-2714

Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6797512257>





7

SF/25419.70497-61

## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaime Bagattoli

ficarão acessíveis aos órgãos gestores de políticas setoriais, a partir de ato do Poder Executivo Federal.” (NR)

“Art. 14-A .....

§ 11. As informações trabalhistas relativas aos contratos de safra serão registradas, em campo específico, em Sistema Digital e ficarão acessíveis aos órgãos gestores de políticas setoriais, a partir de ato do Poder Executivo Federal.”

“Art. 19-A As famílias de trabalhadores safristas, na hipótese de a renda familiar *per capita* mensal oscilar e superar o limite de elegibilidade do Programa Bolsa Família (PBF), serão mantidas como beneficiárias, pela regra de proteção prevista e na forma da legislação específica aplicável.

§ 1º Fica assegurado o retorno garantido ao PBF às famílias em situação de elegibilidade, cujos benefícios foram cancelados em decorrência do encerramento do período da regra de proteção de que trata o *caput*, por até 36 (trinta e seis) meses, na forma estabelecida em regulamento.

§ 2º A efetiva reinclusão, no PBF, das famílias de que trata o § 1º se dará em até 90 (noventa) dias, prorrogáveis por motivo de ordem operacional, técnica ou sistêmica, a contar da realização da ação em sistema, operacionalizado pelo setor responsável pelo PBF no município de domicílio, na forma da legislação específica aplicável.

§ 3º Após o encerramento do contrato de safra, o responsável pela unidade familiar poderá informar os dados atualizados de renda ou aguardar a atualização sistêmica dos dados cadastrais no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), conforme regulamentação.

§ 4º Para efeitos da elegibilidade do PBF, o cálculo do valor de renda *per capita* levará em conta a média anual das rendas mensais percebidas pela família, na forma prevista na legislação aplicável ao CadÚnico.”



Senado Federal –Anexo 2, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 23 - Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Gabinete do Senador Jaime Bagattoli -Telefone: +55 (61) 3303-2714

Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6797512257>





8

SF/25419.70497-61

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaime Bagattoli

**Art. 2º** O empregador deverá declarar especificamente o contrato de trabalho de safra no eSocial no campo correspondente, nos termos do regulamento.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



Senado Federal –Anexo 2, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 23 - Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Gabinete do Senador Jaime Bagattoli -Telefone: +55 (61) 3303-2714

Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6797512257>



# Projeto de Lei Complementar nº 163/2025





Senado Federal  
57ª Legislatura  
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta  
Quórum Qualificado

Emenda nº 1 (Substitutivo) ao Projeto de Lei Complementar nº 163, de 2025, nos termos do parecer

Altera a Lei Complementar nº 200, de 2023, para excluir do cômputo dos limites de despesas primárias as despesas temporárias com educação pública e saúde de que trata o art. 6º da Lei nº 15.164, de 2025, e dá outras providências.

Matéria **PLP 163/2025** Início Votação **03/12/2025 20:11:09** Término Votação **03/12/2025 20:56:12**  
Sessão **184º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **03/12/2025 14:00:01**

| Partido  | Orientação |
|----------|------------|
| PL       | NÃO        |
| PT       | SIM        |
| PP       | LIVRE      |
| PSB      | SIM        |
| NOVO     | NÃO        |
| Governo  | SIM        |
| Oposição | LIVRE      |

| Partido   | UF | Nome Senador        | Voto |
|-----------|----|---------------------|------|
| Republica | AC | Alan Rick           | SIM  |
| MDB       | SE | Alessandro Vieira   | SIM  |
| PDT       | MA | Ana Paula Lobato    | SIM  |
| PSD       | BA | Angelo Coronel      | SIM  |
| PL        | SP | Astr. Marcos Pontes | NÃO  |
| PT        | CE | Augusta Brito       | SIM  |
| PT        | PA | Beto Faro           | SIM  |
| Podemos   | MG | Carlos Viana        | SIM  |
| PSB       | RR | Chico Rodrigues     | SIM  |
| PP        | PI | Ciro Nogueira       | NÃO  |
| MDB       | RO | Confúcio Moura      | SIM  |
| Republica | DF | Damare Alves        | NÃO  |
| PP        | RR | Dr. Hiran           | SIM  |
| PL        | AL | Dra. Eudócia        | SIM  |
| NOVO      | CE | Eduardo Girão       | NÃO  |
| PL        | TO | Eduardo Gomes       | SIM  |
| UNIÃO     | PB | Efraim Filho        | SIM  |
| PSD       | MA | Eliziane Gama       | SIM  |
| PP        | SC | Esperidião Amin     | NÃO  |
| PT        | ES | Fabiano Contarato   | SIM  |
| MDB       | PE | Fernando Dueire     | SIM  |
| MDB       | AL | Fernando Farias     | SIM  |
| PL        | RJ | Flávio Bolsonaro    | NÃO  |
| Republica | RS | Hamilton Mourão     | NÃO  |
| PT        | PE | Humberto Costa      | SIM  |
| MDB       | SC | Ivete da Silveira   | SIM  |
| PL        | DF | Izalci Lucas        | SIM  |
| PL        | RO | Jaime Bagattoli     | SIM  |
| PT        | BA | Jaques Wagner       | SIM  |
| UNIÃO     | MT | Jayme Campos        | SIM  |

Emissão 03/12/2025 20:56:39





Senado Federal

57ª Legislatura

3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta

Quórum Qualificado

Emenda nº 1 (Substitutivo) ao Projeto de Lei Complementar nº 163, de 2025, nos termos do parecer

Altera a Lei Complementar nº 200, de 2023, para excluir do cômputo dos limites de despesas primárias as despesas temporárias com educação pública e saúde de que trata o art. 6º da Lei nº 15.164, de 2025, e dá outras providências.

Matéria **PLP 163/2025**

Início Votação **03/12/2025 20:11:09**

Término Votação **03/12/2025 20:56:12**

Sessão **184º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **03/12/2025 14:00:01**

|           |    |                         |     |
|-----------|----|-------------------------|-----|
| PSB       | GO | Jorge Kajuru            | SIM |
| PL        | SC | Jorge Seif              | NÃO |
| PSD       | MT | José Lacerda            | SIM |
| PSD       | PI | Jussara Lima            | SIM |
| PP        | SE | Laércio Oliveira        | SIM |
| PDT       | DF | Leila Barros            | SIM |
| PSD       | AP | Lucas Barreto           | SIM |
| PP        | RS | Luis Carlos Heinze      | NÃO |
| PSD       | SP | Mara Gabrilli           | SIM |
| MDB       | PI | Marcelo Castro          | SIM |
| PL        | AC | Marcio Bittar           | NÃO |
| PL        | RO | Marcos Rogério          | NÃO |
| Republica | RR | Mecias de Jesus         | SIM |
| PSD       | MS | Nelsinho Trad           | SIM |
| PSD       | BA | Otto Alencar            | SIM |
| PT        | RS | Paulo Paim              | SIM |
| PSDB      | AM | Plínio Valério          | NÃO |
| UNIÃO     | TO | Prof. Dorinha Seabra    | SIM |
| PT        | AP | Randolfe Rodrigues      | SIM |
| PSD       | MG | Rodrigo Pacheco         | SIM |
| PT        | SE | Rogério Carvalho        | SIM |
| PL        | RN | Rogério Marinho         | NÃO |
| UNIÃO     | PR | Sergio Moro             | NÃO |
| PSD       | AC | Sérgio Petecão          | SIM |
| PSDB      | RN | Styvenson Valentim      | NÃO |
| PT        | PE | Teresa Leitão           | SIM |
| PSD       | GO | Vanderlan Cardoso       | SIM |
| MDB       | PB | Veneziano Vital do Rêgo | SIM |
| PL        | MT | Wellington Fagundes     | NÃO |
| PDT       | MA | Weverton                | SIM |
| PL        | GO | Wilder Moraes           | SIM |
| PSD       | RN | Zenaide Maia            | SIM |
| Podemos   | PA | Zequinha Marinho        | SIM |

Presidente: Davi Alcolumbre

SIM:47

NÃO:16

ABST.: 0

PRESIDENTE:1

TOTAL:64

Primeiro-Secretario





**PARECER Nº 182 , DE 2025 - PLEN/SF**

De PLENÁRIO, sobre o Projeto de Lei Complementar nº 163, de 2025, do Deputado Isnaldo Bulhões Jr., que *altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, para excluir do cálculo dos limites de despesas primárias as despesas temporárias com educação pública e saúde de que trata o art. 6º da Lei nº 15.164, de 14 de julho de 2025, e as despesas financiadas com recursos oriundos de empréstimos internacionais e suas respectivas contrapartidas, bem como para excluir as referidas despesas com educação pública e saúde das metas fiscais; e dá outras providências.*

Relator: Senador **RANDOLFE RODRIGUES**

**I – RELATÓRIO**

Vem para deliberação deste Plenário, o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 163, de 2025.

O PLP contém três artigos.

O art. 1º altera a Lei Complementar (LCP) nº 200, de 2023, que introduziu o chamado Novo Arcabouço Fiscal (NAF), para:

- i) excluir do limite de gastos de que trata o art. 3º da referida LCP 200:
- a. as despesas temporárias com educação pública e saúde previstas no art. 6º da Lei nº 15.164, de 2025. Essas despesas adicionais corresponderão a recursos do Fundo Social equivalentes a 5% do montante do respectivo exercício durante cinco anos; e



Assinado eletronicamente, por Sen. Randolfe Rodrigues

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8196264536>



b. as despesas financiadas com recursos oriundos de empréstimos internacionais e suas respectivas contrapartidas;

ii) excluir as mencionadas despesas temporárias com educação e saúde da apuração do resultado fiscal previsto no art. 2º da mesma LCP nº 200, de 2023. Trata-se de metas anuais de resultado primário do Governo Central que deverão constar nas leis de diretrizes orçamentárias, para o próprio exercício a que se refere e para os três exercícios seguintes;

iii) também excluir as mencionadas despesas temporárias com educação e saúde dos pisos de gastos previstos nos arts. 198 e 212 da Constituição Federal. O art. 198 estabelece que a União gastará, no mínimo, 15% de sua receita corrente líquida (RCL) com serviços de saúde pública. Já o art. 212 fixa os gastos com educação por parte da União em, no mínimo, 18% das receitas com impostos.

O art. 2º do PLP estabelece que as despesas temporárias com educação pública e saúde de que trata o mencionado art. 6º da Lei nº 15.164, de 2025, terão os percentuais destinados a cada área e às respectivas ações prioritárias definidas anualmente na lei de diretrizes orçamentárias.

Por fim, o art. 3º estatui a cláusula de vigência, que será imediata.

Conforme explica o Deputado Isnaldo Bulhões, autor do projeto, o Novo Arcabouço Fiscal buscou dar maior flexibilidade aos gastos públicos. Por um lado, assegura um limite para o crescimento das despesas, e, assim, garante a sustentabilidade das contas públicas. Por outro lado, permite que despesas consideradas estratégicas sejam excluídas de tais limites ou do cômputo das metas fiscais, de forma a tanto assegurar sua execução como evitar uma compressão desnecessária de gastos discricionários.

Nesse contexto, ainda de acordo com o autor, é meritório excluir as despesas adicionais com educação e saúde, bem como com empréstimos internacionais. Esses últimos são, via de regra, empréstimos utilizados para financiar importantes obras de infraestrutura ou de modernização do Estado, com elevado retorno social. Ademais, os custos são bem inferiores àqueles que se veem na iniciativa privada ou mesmo oferecido pelo sistema financeiro estatal doméstico.



Assinado eletronicamente, por Sen. Randolfe Rodrigues

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8196264536>



Não foram apresentadas emendas.

## II – ANÁLISE

A competência do Plenário para se manifestar com urgência sobre a matéria decorre do comando contido nos arts. 336, 345 e 346 do Regimento Interno do Senado Federal.

O PLP alinha-se aos princípios constitucionais e legais. Em particular, destaco a legitimidade da iniciativa, posto que a matéria busca disciplinar finanças públicas, tema de competência da União. Ademais, não há invasão das competências privativas do Presidente da República previstas no § 1º do art. 61 da Constituição. Destaque-se também que a espécie normativa escolhida – lei complementar – é a correta, conforme se depreende do art. 163, I, também da Constituição.

O projeto está vazado na boa técnica legislativa, obedecendo aos parâmetros previstos na Lei Complementar (LCP) nº 95, de 1998. Contudo, apresentarei emenda de redação para tornar o texto mais claro e objetivo.

No mérito, não há como discordar dos argumentos trazidos pelo autor da matéria, o Deputado Isnaldo Bulhões.

Primeiramente, sobre a exclusão de determinados gastos do cômputo do limite de despesas. Conforme o autor da matéria explicou, desde a sua concepção, o Novo Arcabouço Fiscal buscou compatibilizar limitação ao crescimento das despesas – de forma a assegurar a sustentabilidade da dívida pública – com a necessidade de manutenção de gastos considerados essenciais.

Conforme esclarecido na justificação do PLP, os gastos adicionais com educação e saúde deverão somar R\$ 1,5 bilhão por ano. Parece pouco diante de um orçamento da ordem de centenas de bilhões. Mas, dada a rigidez orçamentária, há poucos recursos disponíveis para despesas discricionárias que são extremamente importantes. Como o autor da matéria destaca, esse R\$ 1,5 bilhão corresponde a cerca de sete vezes o gasto com presídios federais em 2024 ou a 75% do orçamento total do CNPq, órgão fundamental para nosso desenvolvimento científico e tecnológico. Incluir tais valores no limite de despesas implicaria comprometer programas e projetos fundamentais para o nosso desenvolvimento, mesmo sendo de natureza discricionária.



Assinado eletronicamente, por Sen. Randolfe Rodrigues

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8196264536>



Entendo, contudo, que as despesas decorrentes de operações externas de financiamentos devem ter um tratamento diferente. Ao contrário das despesas extras com educação e saúde, que somente foram viabilizadas pela Lei nº 15.164, de 2025 – posterior, portanto, à vigência da LCP nº 200, de 2023 –, já havia compromissos externos quando da aprovação do Novo Arcabouço Fiscal. O § 2º da referida LCP já previa uma série de gastos que não seriam incluídos no limite de despesas, dentro do espírito de cumprir o objetivo de garantir a sustentabilidade das contas públicas e, simultaneamente, não asfixiar programas essenciais para o nosso desenvolvimento.

O fato de não terem incluído os gastos primários associados às operações de financiamento na ocasião mostra uma preferência do legislador à época, que entendeu que, haveria outras prioridades ou que as despesas associadas a tais empréstimos não comprometeriam o cumprimento dos limites de gastos.

Entendo que, decorridos dois anos, não houve alterações substanciais em nossa economia que justificassem modificar a redação original da LCP nº 200, de 2023. Portanto, apresentarei emenda substitutiva suprimindo o inciso XI proposto para o art. 3º da Lei Complementar nº 200, de 2023.

Em segundo lugar, por razões similares às já explicadas, os gastos extraordinários com educação e saúde devem ser excluídos do cômputo das metas fiscais.

Em terceiro lugar, realço a importância de estabelecer que os gastos temporários previstos na Lei nº 15.164, de 2025, deverão ser em adição aos mínimos constitucionais previstos. Do contrário, essa Lei poderá se tornar inócua, pois seria possível reorganizar os recursos orçamentários de forma a que ocorra somente uma troca de financiamento de fontes, sem aumento efetivo nos gastos com educação e saúde. Queremos afastar assim, aquilo que popularmente se conhece como “tirar com uma mão e dar com a outra”.

Em quarto lugar, entendo ser redundante o art. 2º do PLP. O Congresso Nacional, ao elaborar as leis de diretrizes orçamentárias já tem competência para dividir os recursos adicionais destinados à saúde e educação, bem como os projetos que serão prioritários na alocação dos recursos. Ademais, o próprio art. 6º da Lei nº 15.164, de 2025, já prevê que a lei orçamentária irá alocar os recursos adicionais. Obviamente, ao fazer tal alocação, será definido o quanto irá para saúde e quanto irá para educação, bem como serão



Assinado eletronicamente, por Sen. Randolfe Rodrigues

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8196264536>



selecionados os projetos considerados mais relevantes. Por esse motivo, o substitutivo apresentado irá suprimir o art. 2º do PLP.

### III – VOTO

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 163, de 2025, na forma do seguinte substitutivo.

#### **Emenda nº 1 – Plenário (substitutivo ao PLP nº 163, de 2025)**

#### **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 163, DE 2025**

Altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, para excluir do câmputo dos limites de despesas primárias as despesas temporárias com educação pública e saúde de que trata o art. 6º da Lei nº 15.164, de 14 de julho de 2025, bem como excluir as referidas despesas com educação pública e saúde das metas fiscais, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º .....

.....

§ 2º .....

.....

X – a partir de 2025, as despesas temporárias de educação pública e saúde de que trata o art. 6º da Lei nº 15.164 de 14 de julho de 2025;

.....” (NR)



Assinado eletronicamente, por Sen. Randolfe Rodrigues

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8196264536>



6

SF/25186.99170-61

“Art. 14-A. As despesas previstas no inciso X do § 2º do art. 3º não serão consideradas:

I – na meta do resultado fiscal prevista no art. 2º; e

II – nos pisos previstos no inciso I do § 2º do art. 198 e no art. 212, da Constituição Federal.”

**Art. 2º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relator



Assinado eletronicamente, por Sen. Randolfe Rodrigues

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8196264536>



**SENADO FEDERAL****PARECER Nº 183, DE 2025 – PLEN/SF**

Redação para o turno suplementar do Projeto de Lei Complementar nº 163, de 2025, do Deputado Isnaldo Bulhões Jr., nos termos da Emenda nº 1 – REL (Substitutivo).

A **Comissão Diretora**, em **Plenário**, apresenta a redação para o turno suplementar do Projeto de Lei Complementar nº 163, de 2025, do Deputado Isnaldo Bulhões Jr., que *altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, para excluir do cálculo dos limites de despesas primárias as despesas temporárias com educação pública e saúde de que trata o art. 6º da Lei nº 15.164, de 14 de julho de 2025, e as despesas financiadas com recursos oriundos de empréstimos internacionais e suas respectivas contrapartidas, bem como para excluir as referidas despesas com educação pública e saúde das metas fiscais; e dá outras providências*, nos termos da Emenda nº 1 – REL (Substitutivo).

Senado Federal, em 3 de dezembro de 2025.



Assinado eletronicamente, por Sen. Davi Alcolumbre e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2674893253>



**ANEXO DO PARECER Nº 183, DE 2025 – PLEN/SF**

Redação para o turno suplementar do Projeto de Lei Complementar nº 163, de 2025, do Deputado Isnaldo Bulhões Jr., nos termos da Emenda nº 1 – REL (Substitutivo).

Altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, para excluir do cômputo dos limites de despesas primárias e das metas fiscais as despesas temporárias com educação pública e saúde de que trata o art. 6º da Lei nº 15.164, de 14 de julho de 2025, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º .....

.....

§ 2º .....

.....

X – a partir de 2025, as despesas temporárias com educação pública e saúde de que trata o art. 6º da Lei nº 15.164, de 14 de julho de 2025.

.....” (NR)

“Art. 14-A. As despesas previstas no inciso X do § 2º do art. 3º não serão consideradas:

I – na meta do resultado fiscal prevista no art. 2º; e

II – nos pisos previstos no inciso I do § 2º do art. 198 e no art. 212 da Constituição Federal.”

**Art. 2º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.



Assinado eletronicamente, por Sen. Davi Alcolumbre e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2674893253>







SENADO FEDERAL

Esta página foi gerada para informar os signatários do documento e não integra o documento original, que pode ser acessado por meio do QRCode

Assinam eletronicamente o documento SF252964585129, em ordem cronológica:

1. Sen. Davi Alcolumbre
2. Sen. Daniella Ribeiro
3. Sen. Humberto Costa
4. Sen. Laércio Oliveira
5. Sen. Confúcio Moura





## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO Nº 909, DE 2025

Requer urgência para o Projeto de Lei Complementar nº 163/2025, nos termos dos arts. 336, II, e 338, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

**AUTORIA:** Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática Eliziane Gama (PSD/MA), Líder do Bloco Parlamentar Democracia Efraim Filho (UNIÃO/PB), Líder do Bloco Parlamentar Pelo Brasil Weverton (PDT/MA), Senador Randolfe Rodrigues (PT/AP)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 909/2025 [1 de 3]



**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos dos arts. 336, II, e 338, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLP 163/2025, que “altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, para excluir do câmputo dos limites de despesas primárias as despesas temporárias com educação pública e saúde de que trata o art. 6º da Lei nº 15.164, de 14 de julho de 2025, e as despesas financiadas com recursos oriundos de empréstimos internacionais e suas respectivas contrapartidas, bem como para excluir as referidas despesas com educação pública e saúde das metas fiscais; e dá outras providências”.

Sala das Sessões, 3 de dezembro de 2025.

**Senador Randolfe Rodrigues**  
(PT - AP)





**SENADO FEDERAL**  
**GABINETE DO SENADOR RANDOLFE RODRIGUES**

**Ofício nº X/2025 – GSRROD.SN**

Brasília, 03 de dezembro de 2025.

Ao Senhor  
**DANILO AUGUSTO BARBOZA DE AGUIAR**  
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

**Assunto:** Retificação do Requerimento de Urgência ao PLP 163/2025

Senhor Secretário-Geral,

Cumprimentando-o cordialmente, venho solicitar retificação regimental em consideração ao documento SF/25050.85076-27, que trata da urgência ao PLP 163/2025, favor considerar como fundamento regimental o art. 336, inciso III, c/c art. 338, inciso III.

Pedimos escusas pelo lapso e renovamos os votos da mais alta estima pela Secretaria-Geral da Mesa. Atenciosamente,

**Senador Randolfe Rodrigues**  
**(PT-AP)**

Senado Federal – Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues  
Anexo I, 9º andar | CEP 70165-900 | Brasília DF  
Telefone: +55 (61) 3303-6568 – [sen.randolferodrigues@senado.leg.br](mailto:sen.randolferodrigues@senado.leg.br)



Assinado eletronicamente, por Sen. Randolfe Rodrigues  
Para verificação

Avulso do RQS 909/2025 [3 de 3]



# **MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS**

## **EXPEDIENTE**

### **Abertura de prazo**



**PROJETO DE LEI Nº 2.951, DE 2024**

Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola; a Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a subvenção econômica ao prêmio do Seguro Rural e dá outras providências; e a Lei Complementar nº 137, de 26 de agosto de 2010, que autoriza a participação da União em fundo destinado à cobertura suplementar dos riscos do seguro rural; bem como revoga dispositivos da Lei Complementar nº 137, de 26 de agosto de 2010, para aperfeiçoar os marcos legais do seguro rural.

Recebido o Ofício nº 202, de 2025, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, comunicando a adoção definitiva, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 2.951, de 2024.

Concluída a instrução da matéria, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros da Casa, para que seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

**Prazo: de 4/12/2025 a 10/12/2025.**





**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**SECRETARIA DE COMISSÕES**  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**

Ofício nº 202/2025–PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 03 de dezembro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor  
**Senador DAVI ALCOLUMBRE**  
Presidente do Senado Federal

**Assunto:** decisão terminativa.

**Senhor Presidente,**

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, combinado com o art. 284, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Extraordinária realizada nesta data, esta Comissão, em turno suplementar, adotou definitivamente o Substitutivo ao **Projeto de Lei nº 2951, de 2024**, que *“Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola; a Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a subvenção econômica ao prêmio do Seguro Rural e dá outras providências; e a Lei Complementar nº 137, de 26 de agosto de 2010, que autoriza a participação da União em fundo destinado à cobertura suplementar dos riscos do seguro rural; bem como revoga dispositivos da Lei Complementar nº 137, de 26 de agosto de 2010, para aperfeiçoar os marcos legais do seguro rural.”*, de autoria da Senadora Tereza Cristina.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,

**Senador OTTO ALENCAR**  
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



# Comunicações







SENADO FEDERAL  
Liderança do Bloco Pelo Brasil

Ofício nº 0042/2025-BLPBRA

Brasília, 03 de dezembro de 2025.

Ao Excelentíssimo Senhor  
**Senador DAVI ALCOLUMBRE**  
**Presidente do Congresso Federal**  
Brasília - DF

**Assunto: Substituição de Membros do BLOCO PELO BRASIL na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, venho por meio deste, substituir o senador Humberto Costa pelo senador Jaques Wagner, na vaga de titular na CAS, no Bloco Pelo Brasil.

Respeitosamente,  
Senador Weverton – PDT/MA  
Líder do BLOCO PELO BRASIL no Senado Federal



Assinado eletronicamente, por Sen. Weverton

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4920022292>





SENADO FEDERAL

SF/25794.58319-01 (LexEdit)

Ofício nº 58/2025 - GSOGUIMA

Brasília, 2 de dezembro de 2025

**Assunto: Comunicação de ausência do País.**

Senhor Presidente,

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País de 17/12/2025 a 05/01/2026.

Atenciosamente,

**Senador Oriovisto Guimarães**  
**(PSDB - PR)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Oriovisto Guimarães

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4793709429>



SENADO FEDERAL  
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

**OF. 10/2025/CAE/SF**

Brasília, 07 de outubro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor  
DAVI ALCOLUMBRE  
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que foi realizada, em 07 de outubro de 2025, às 10 horas, a 28ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos. Na referida reunião, foi eleito Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, o Senador Laércio Oliveira.

Atenciosamente,

Senador Renan Calheiros  
**Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos**



# Deferimento



A Presidência comunica que foi deferido, “*ad referendum*” da Comissão Diretora, o Requerimento de Informações n<sup>os</sup> 90, de 2024, de iniciativa da Comissão de Comunicação e Direito Digital, nos termos do art. 3<sup>o</sup>, § 7<sup>o</sup>, do Ato da Mesa n<sup>o</sup> 1/2001.

As informações serão solicitadas ao Ministério das Comunicações.



# Encaminhamento



- Projeto de Lei nº 331, de 2020, da Câmara dos Deputados, que autoriza o Poder Executivo federal a doar aeronaves da Polícia Federal à República do Paraguai e da Marinha do Brasil à República Oriental do Uruguai.

A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.



# Indicação







## SENADO FEDERAL

### INDICAÇÃO Nº 86, DE 2025

Sugere ao Poder Executivo a criação de uma modalidade ou diretriz específica no âmbito do Programa Caminho da Escola, que vise garantir o acesso logístico e o transporte adaptado dos beneficiários dos Núcleos de Atendimento do Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR).

**AUTORIA:** Comissão de Esporte



[Página da matéria](#)

Avulso do INS 86/2025 [1 de 46]





**SENADO FEDERAL**  
**Senadora Mara Gabrilli**

## INDICAÇÃO Nº , DE 2025

Apresenta, nos termos do artigo 224 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, Indicação, a ser encaminhada ao Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, para sugerir ao Ministério da Educação (MEC), em articulação com o Ministério do Esporte (MEsp), a criação de uma modalidade ou diretriz específica no âmbito do Programa Caminho da Escola, que vise garantir o acesso logístico e o transporte adaptado dos beneficiários dos Núcleos de Atendimento do Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR).

Senhor Presidente,

Apresentamos, nos termos dos artigos 133 e 224 do Regimento Interno do Senado Federal, a presente Indicação, a ser encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, com as sugestões e recomendações emanadas pela Comissão de Esporte no processo de avaliação da política pública “Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR)”, realizado ao longo do ano de 2025. Participaram do processo: o Ministério do Esporte, representado pela Secretaria Nacional de Paradesporto (SNPAR), coordenadores de núcleos federais (IFES) e beneficiários do programa, que apresentaram sugestões para o aperfeiçoamento e o fortalecimento do PPBR, de modo a consolidá-lo como uma política de Estado voltada à democratização do acesso ao esporte para pessoas com deficiência.

As recomendações propostas são as seguintes:

**1. Criar modalidade de auxílio logístico-adaptado no âmbito do Programa Caminho da Escola, para garantir que os Núcleos de**



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros  
Para verifica

Avulso do INS 86/2025 [2 de 46]



Atendimento do PPBR tenham recursos perenes e interministeriais para viabilizar o deslocamento dos beneficiários, por ser o acesso logístico componente essencial para a eficácia e continuidade da política pública; e

**2. Vincular o apoio administrativo e financeiro da Secretaria Nacional de Paradesporto (SNPAR) do Ministério do Esporte (MEsp) a investimentos qualificados na capacitação e gestão do conhecimento** de gestores locais do PPBR, para garantir higidez na análise de dados, na execução e no monitoramento do programa.

## JUSTIFICAÇÃO

O Senado Federal, no exercício da sua competência constitucional prevista no art. 71 da Constituição Federal e em cumprimento às suas atribuições de fiscalização e avaliação de políticas públicas, avaliou o Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR).

A avaliação foi conduzida pela Comissão de Esporte, sendo formalizada em atenção aos Requerimentos nº 6, de 2025, e nº 40, de 2025, de autoria da Comissão de Esporte (CEsp). O objetivo central dessa avaliação, realizada em audiência pública interativa, em 14 de outubro de 2025, foi debater o PPBR e obter informações necessárias para o aprimoramento do programa, que se consolidou como uma política pública inédita e essencial para a democratização do acesso ao paradesporto para pessoas com deficiência.

Neste processo de avaliação da política pública, foram ouvidos diversos atores, tais quais representantes do Ministério do Esporte, por intermédio da Secretaria Nacional de Paradesporto (SNPAR), e o Núcleo Gestor do PPBR; além de Coordenadores de cada um dos dez Núcleos de Atendimento do PPBR. Tão relevante quanto os apontamentos desses participantes foram os dos beneficiários do PPBR, pessoas diretamente assistidas, como a Sra. Rosenilda Aoyama, que puderam relatar tanto os problemas quanto os avanços do programa.

O relatório final da Comissão consolida esses achados, detalhando o progresso significativo no estabelecimento da rede colaborativa e identificando os caminhos e soluções. A avaliação culminou em um conjunto de recomendações para melhorias futuras, incluindo a necessidade



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros  
Para verificação

Avulso do INS 86/2025 [3 de 46]



de realizar uma investigação mais aprofundada sobre os desafios específicos encontrados durante a implementação em 2025; de intensificar os esforços para coletar e divulgar dados sobre as taxas de participação de mulheres e meninas; e de continuar a apoiar e monitorar as iniciativas de formação profissional.

Muitas das recomendações são de ordem administrativa, cabendo ao Poder Executivo implementá-las. Encaminhamos, portanto, à consideração de Vossa Excelência. Gostaria, antes de tudo, apresentar a seguinte justificativa para a criação da modalidade de auxílio logístico-adaptado no Programa Caminho da Escola, ora proposta:

V. Excelência certamente se lembra de como a barreira logística do transporte afeta a participação plena das pessoas com deficiência (PcD) em programas sociais e esportivos. Nesse sentido, reitera-se que o Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR) busca expandir o alcance e a equidade no acesso ao paradesporto, da iniciação ao alto rendimento, especialmente em regiões onde a oferta de ações e a produção de conhecimento são reduzidas.

No entanto, a falta de transporte adaptado ou de recursos para custeá-lo tem sido identificada pelos Núcleos de Atendimento do PPBR como um dos principais obstáculos à frequência e à permanência dos beneficiários. Iniciativas criativas, mas pontuais, como o contato com Secretarias Municipais de Educação para liberação de acesso a transportes estudantis, são executadas pelos núcleos. De todo modo, a falta de acesso ao transporte público adaptado continua a ser um problema "não resolvido" em alguns locais.

Devido a essa fragilidade logística, a política pública, que visa construir um caminho pautado em oportunidades, tem sua eficácia comprometida pela incapacidade de garantir o acesso físico aos centros de excelência localizados nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). A articulação com o Programa Caminho da Escola, sob o Ministério da Educação (MEC), permitiria uma solução interministerial, estrutural e permanente, alinhada com a possibilidade de a unidade descentralizadora autorizar a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal.

A partir da celebração dos Termos de Execução Descentralizada (TEDs), que preveem o desenvolvimento do Projeto Rede de Apoio ao Paradesporto, houve a liberação de créditos orçamentários pela Secretaria



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros  
Para verificação

Avulso do INS 86/2025 [4 de 46]



Nacional de Paradesporto (SNPAR) do MEsp para o fomento das atividades. Contudo, a ausência de recursos específicos para o transporte coloca em risco a continuidade e a execução do objeto do TED, que pode ser até mesmo rejeitado total ou parcialmente pela unidade descentralizadora.

O governo de V. Excelência tem a oportunidade de brilhantemente interromper essa vulnerabilidade logística, aproveitando a permissão de subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal e integrar uma modalidade específica no Programa Caminho da Escola, garantindo o acesso dos beneficiários do PPBR e consolidando ambos os programas como modelos para futuras políticas públicas de inclusão social.

Não podemos permitir que o esforço de consolidação do Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR), focado em promover a saúde, a inclusão social e o esporte em regiões historicamente desassistidas, seja ameaçado pela instabilidade logística e administrativa do ciclo político-orçamentário.

Ao invés disso, temos que instituir uma política pública perene de apoio, garantindo o acesso e a sustentabilidade dos Núcleos de Atendimento. A pergunta é: o PPBR conseguirá sustentar seu impacto e sua rede de atendimento se a barreira do transporte não for solucionada de forma estrutural, expondo o programa ao risco de interrupção logística?

A solução logística e de sustentabilidade do PPBR não deve depender apenas do orçamento do MEsp. Devemos aproveitar a parceria interministerial e o esforço de articulação com o MEC para a criação de uma modalidade específica no Programa Caminho da Escola.

Igualmente, não podemos perder o esforço atual de investimento e a produção de conhecimento técnico, pedagógico e científico fomentada pelo programa. Faz-se necessária a produção de relatórios trimestrais e finais, contendo a avaliação de satisfação e o Relatório Final de Cumprimento do Objeto. A rejeição, total ou parcial, do Relatório de Cumprimento do Objeto pela Unidade Descentralizadora pode gerar ajustes no Plano de Trabalho e até mesmo a instauração de tomada de contas especial.

Ao se exigir o treinamento contínuo das equipes de execução e a capacitação dos gestores no uso de plataformas como o POWER BI,



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros  
Para verificação

Avulso do INS 86/2025 [5 de 46]



---

garantimos que a gestão do conhecimento e a produção científica sirvam como contrapartida efetiva do investimento.

Pelo exposto, solicito que V. Excelência aceite esta Indicação, pois entendemos que a criação de mecanismos perenes de apoio logístico e financeiro ao Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR), como a modalidade sugerida de Auxílio Logístico-Adaptado, é fundamental para o futuro da inclusão social e esportiva, bem como para ampliar a produção de conhecimento sobre a pessoa com deficiência no País.

Sala das Sessões,



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verificação

Avulso do INS 86/2025 [6 de 46]





## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 11, DE 2025

Da COMISSÃO DE ESPORTE, sobre o Requerimento nº 6, de 2025, que Requer que a Comissão de Esporte avalie o Programa Paradesporto Brasil em Rede, no exercício de 2025.

**PRESIDENTE:** Senadora Leila Barros

**RELATOR:** Senadora Mara Gabrilli

03 de dezembro de 2025



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verificação

Avulso do INS 86/2025 [7 de 46]



2



**SENADO FEDERAL**  
**Senadora Mara Gabrilli**

SF/25478.62258-38

## **Comissão de Esporte**

**RELATÓRIO FINAL Nº - CEsp, 2025**

**AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

**COMISSÃO DE ESPORTE**

**“PROGRAMA PARADESPORTO BRASIL EM REDE (PPBR)”, DO  
MINISTÉRIO DO ESPORTE (MEsp)**

Brasília, 11 de novembro de 2025



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros  
Para verifica

Avulso do INS 86/2025 [8 de 46]





Sumário

|   |    |
|---|----|
| <b>1. Sumário Executivo</b>   | 4  |
| <b>2. Introdução</b>  | 5  |
| <b>3. Implementação da Rede Colaborativa do PPBR</b>                  | 9  |
| <b>4. Atividades Paradesportivas Oferecidas pelo PPBR em 2025</b>     | 10 |
| 4.1 Catálogo de Modalidades por Núcleo                                | 11 |
| 4.2. Análise da Distribuição Geográfica e Diversidade                 | 11 |
| <b>5. Produção Científica e Resultados Iniciais</b>                   | 12 |
| 5.1 Fomento à Pesquisa e Capacitação                                  | 12 |
| 5.2 Mapeamento da Produção Científica                                 | 12 |
| 5.3 Análise dos Resultados Iniciais                                   | 15 |
| <b>6. Participação de Mulheres e Meninas com Deficiência</b>          | 16 |
| 6.1 Análise dos Dados de Participação em 2025                         | 16 |
| 6.2 Destaques Específicos sobre a Participação Feminina:              | 17 |
| 6.3 Estratégias de Monitoramento e Evolução:                          | 18 |
| <b>7. Formação Profissional em Educação Física e Áreas Correlatas</b> | 18 |
| 7.1 Estrutura de Formação dos Bolsistas                               | 18 |
| 7.2 Experiências Práticas e Desenvolvimento de Competências           | 22 |
| 7.3 Impacto na Formação Acadêmica e Profissional                      | 22 |
| <b>8. Impacto Preliminar na Saúde e Qualidade de Vida</b>             | 23 |
| 8.1 Evidências Qualitativas dos Beneficiários                         | 23 |
| 8.2 Coleta de Evidências Quantitativas                                | 24 |
| 8.3 Análise Preliminar do Impacto                                     | 24 |
| <b>9. Desafios e Pontos Fortes do PPBR em 2025</b>                    | 24 |
| <b>10. Conclusão e Recomendações</b>                                  | 28 |
| 10.1 Resumo das Conclusões  | 28 |
| 10.2 Recomendações para o Futuro                                      | 29 |
| <b>ANEXO I - Indicação</b>  | 33 |



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros  
Para verificação



## 1. Sumário Executivo

Este relatório apresenta uma avaliação estratégica do Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR) do Ministério do Esporte (MEsp) durante o exercício de 2025, por meio do Plano de Trabalho da Senadora Mara Gabrilli aprovado pela Comissão de Esporte (CEsp) do Senado Federal, atendendo ao Requerimento nº 6, de 2025, também de autoria da Senadora.

O objetivo é analisar a implementação, as atividades, os resultados e os desafios do programa, por meio da consolidação de informações de seus dez Núcleos de Atendimento, do núcleo gestor e de audiências públicas, a fim de fornecer um panorama claro de seu desempenho e impacto como política pública.

As principais conclusões desta avaliação estão sintetizadas abaixo:

- i) **Estrutura e Governança da Rede:** O ano de 2025 marcou a efetiva consolidação da rede colaborativa sob a gestão do Núcleo Gestor sediado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que iniciou suas atividades em janeiro. A padronização dos relatórios de atividades e das fichas de avaliações físicas, implementada de forma coletiva, representa um marco na gestão do programa, ao permitir a coleta e análise de dados de forma coesa e centralizada.
- ii) **Alcance e Atividades:** O programa foi implementado com sucesso em dez Núcleos de Atendimento distribuídos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, cumprindo seu objetivo de descentralização. A oferta de uma gama diversificada de modalidades, incluindo esportes paralímpicos e não paralímpicos, permitiu um alcance expressivo, com diversos núcleos superando as metas iniciais de atendimento, a exemplo da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), que atendeu 109 beneficiários, superando a meta de 100.
- iii) **Produção Científica e Formação:** O PPBR demonstrou êxito na integração entre ensino, pesquisa e extensão. Essa sinergia se materializou na expressiva produção de artigos científicos, trabalhos de conclusão de curso, capítulos de livros e manuais pedagógicos. Além disso, o programa se destacou na capacitação de estudantes



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros  
Para verifica

Avulso do INS 86/2025 [10 de 46]



bolsistas, que recebem formação teórica e prática, qualificando a futura geração de profissionais para atuar no campo do paradesporto.

- iv) Impacto Social e Desafios: O impacto na vida dos beneficiários é marcadamente positivo, conforme evidenciado por depoimentos que ressaltam a melhora no bem-estar, a criação de laços comunitários e o sentimento de pertencimento. No entanto, desafios persistentes foram identificados, com destaque para a dificuldade de transporte, apontada como a principal barreira à participação, e os atrasos recorrentes na liberação de recursos financeiros, que afetam o planejamento e a execução das atividades nos núcleos.
- v) Equidade de Gênero: O programa monitora ativamente sua meta de alcançar 50% de participação feminina. Em agosto de 2025, a rede atingiu 31% de participação de meninas e mulheres. Embora a meta ainda não tenha sido alcançada, o monitoramento contínuo e o planejamento de estratégias de captação demonstram que a equidade de gênero é tratada como uma meta programática ativa, e não apenas como uma diretriz declaratória.

## 2. Introdução

O Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR) apresenta-se como uma política pública federal estruturante e inovadora, instituída pela Portaria nº 38 do Ministério do Esporte (MEsp), em 19 de março de 2024<sup>1</sup>.

### i) Objetivos e Foco Central

O PPBR foi concebido pela Secretaria Nacional de Paradesporto (SNPAR/MEsp) com o objetivo central de fomentar uma rede colaborativa que articule a prática esportiva, a inclusão social e a produção de conhecimento científico aplicado.

### ii) Os objetivos específicos do programa incluem:

<sup>1</sup> <https://www.gov.br/esporte/pt-br/acoes-e-programas/programa-paradesporto-brasil-em-rede/Portarian38de19demarode2024PPBR.pdf>



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros  
Para verifica

Avulso do INS 86/2025 [11 de 46]



1. Promoção e Fomento: Promover, apoiar e fomentar ações paradesportivas de competitividade, lazer e inclusão social em todas as regiões brasileiras.

2. Expansão e Equidade: Ampliar o escopo das atividades paradesportivas para pessoas com deficiência, buscando expandir o alcance e a equidade do acesso ao paradesporto em localidades onde as iniciativas e a produção de conhecimento são reduzidas.

3. Inclusão de Gênero: Priorizar a inclusão de mulheres e meninas com deficiência, com uma diretriz de monitorar o alcance de uma meta mínima de 50% de participação feminina em cada núcleo.

4. Desenvolvimento Integral: Contribuir para o desenvolvimento da capacidade paradesportiva dos beneficiários e para a melhoria da saúde e qualidade de vida das pessoas com deficiência. As atividades são oferecidas gratuitamente e abrangem desde a iniciação até o alto rendimento.

5. Geração de Conhecimento: Fomentar a produção de conhecimento científico na temática do paradesporto, além de desenvolver a capacitação contínua de acadêmicos e docentes que participam do programa.

O programa atende a pessoas com deficiência de diversas idades (com registros de 4 a 65 anos), incluindo aquelas com deficiências auditivas, intelectuais e Transtornos do Espectro Autista (TEA).

### iii) Estrutura de Funcionamento (A Rede Colaborativa)

A implementação do PPBR se dá por meio de uma rede colaborativa de núcleos que se apoiam no tripé universitário de Ensino, Pesquisa e Extensão:

- Ensino: Promove a formação acadêmica e a capacitação de estudantes e profissionais em áreas ligadas ao esporte, saúde e inclusão, por meio de bolsas docentes e discentes, e cursos obrigatórios.

- Pesquisa: Estimula a produção de estudos e metodologias, com o estímulo à submissão de artigos em revistas científicas e o desenvolvimento de manuais pedagógicos.



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros  
Para verificação

Avulso do INS 86/2025 [12 de 46]



7  
6

- Extensão: Traduz o conhecimento acadêmico em ação concreta, ao ofertar atividades paradesportivas gratuitas à comunidade.

iv) Componentes da Estrutura:

1. Unidade Descentralizadora (SNPAR/MEsp): É a responsável por articular as diretrizes e o monitoramento da política, além de descentralizar recursos orçamentários.

2. Núcleos de Atendimento (IFES): Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), como universidades e institutos federais, onde são estabelecidos os núcleos para oferecer as atividades paradesportivas. A parceria é formalizada por meio de Termos de Execução Descentralizada (TEDs). Cada núcleo deve oferecer no mínimo duas modalidades, sendo uma paralímpica e outra não paralímpica.

3. Núcleo Gestor (NG): É a instância acadêmica e técnica, atualmente (2025) sediada na UFMG, que coordena o programa. Suas funções incluem dar suporte metodológico, administrativo e científico aos Núcleos de Atendimento, realizar reuniões pedagógicas, padronizar a coleta de dados e elaborar materiais de referência, como o Manual de Avaliações PPBR.

Para a gestão administrativa e financeira dos recursos, os núcleos contam com o apoio de fundações de apoio credenciadas, como a FADEX (UFPI), Uniselva (UFMT) e FUNAEPE (UFGD), que garantem a conformidade e a agilidade na execução orçamentária.

v) Alcance Territorial e Monitoramento

O PPBR possui alcance nacional, mas sua implementação inicial priorizou as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com o objetivo de reduzir disparidades regionais no acesso a oportunidades esportivas.

Os Núcleos de Atendimento (IFES) devem reportar regularmente (trimestralmente) ao Núcleo Gestor, coletando dados padronizados sobre beneficiários (idade, gênero, deficiência e frequência). O monitoramento do PPBR é feito pela SNPAR, que analisa os relatórios consolidados e base de dados para planejar ações estratégicas.

## 2.1 Antecedentes do Programa



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros  
Para verifica

Avulso do INS 86/2025 [13 de 46]



A trajetória do PPBR teve início com a sua criação como "Rede de Apoio ao Paradesporto", estabelecida por meio da Portaria nº 842, de 16 de dezembro de 2022<sup>2</sup>, do extinto Ministério da Cidadania. Esta fase inicial lançou as bases para a articulação entre o governo federal e as universidades. Assim, em março de 2024, o programa passou por um processo de reestruturação e consolidação, sendo renomeado para "Paradesporto Brasil em Rede" e formalizado como uma política pública do Ministério do Esporte.

## 2.2 Objetivos do Relatório

O presente documento tem como objetivo central avaliar a implementação, as atividades, os resultados e os desafios do Programa Paradesporto Brasil em Rede durante o exercício de 2025. A análise busca fornecer um diagnóstico detalhado do funcionamento da rede, do impacto gerado e das oportunidades de aprimoramento, servindo como um instrumento de gestão e transparência para a sociedade.

## 2.3 Metodologia de Avaliação

A metodologia adotada para esta avaliação consiste em análise essencialmente documental e de relatos apresentados durante audiência pública realizada na 26ª Reunião da Comissão de Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, em 14 de outubro de 2025.

As fontes de dados primárias utilizadas foram:

- i) Termos de Execução Descentralizada (TEDs) firmados entre a SNPARE e as instituições parceiras;
- ii) Relatórios parciais de atividades dos dez Núcleos de Atendimento, referentes ao período avaliado;
- iii) Atas de reuniões coletivas do Núcleo Gestor (UFMG) com os coordenadores dos núcleos, realizadas entre fevereiro e junho de 2025;

---

2

<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?jornal=515&pagina=28&data=19/12/2022&captchafield=firstAccess>



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros  
Para verifica

Avulso do INS 86/2025 [14 de 46]



- iv) Notas taquigráficas da audiência pública realizada pela Comissão de Esporte do Senado Federal para debater o programa.

A triangulação dessas fontes permitiu uma análise complexa, com o cotejo entre dados quantitativos de execução e relatos qualitativos sobre a implementação e o impacto do programa.

### 3. Implementação da Rede Colaborativa do PPBR

A estrutura em rede é o diferencial estratégico do Programa Paradesporto Brasil em Rede. Como já ressaltado, trata-se de modelo colaborativo, que articula o governo federal, por meio do Ministério do Esporte, e as universidades federais, sendo fundamental para capilarizar as ações em territórios com baixa oferta de paradesporto. Pode-se afirmar, com certa segurança, que a parceria com as IFES garante a execução das atividades, bem como a qualidade técnica e científica do programa, ao integrar a prática esportiva à produção de conhecimento e à formação de recursos humanos qualificados.

#### 3.1 Operacionalização em 2025

A operacionalização da rede em 2025 foi marcada por uma intensa agenda de alinhamento e construção coletiva, coordenada pelo Núcleo Gestor. As atas das reuniões periódicas, realizadas via plataforma Teams entre fevereiro e junho, evidenciam discussões e deliberações essenciais para a consolidação do programa. Entre os principais avanços, destacam-se:

- i) Padronização das Avaliações: A criação coletiva de uma ficha padronizada para avaliação física e demográfica dos beneficiários, que culminou na elaboração do "Manual de Avaliações PPBR".
- ii) Uniformização dos Relatórios: O desenvolvimento de um modelo de relatório padrão, construído com a participação de todos os coordenadores e validado pela SNPAP, para garantir a consistência das informações reportadas.



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros  
Para verifica

Avulso do INS 86/2025 [15 de 46]



- iii) Centralização de Dados: A implementação de um sistema em POWER BI para centralizar, visualizar e analisar os dados demográficos e físicos dos beneficiários de todos os núcleos, otimizando o monitoramento por parte da SNPAR.

### 3.2 Desafios de Implementação e Conquistas

A gestão de uma rede descentralizada apresenta desafios e conquistas inerentes ao seu modelo.

- i) Desafios:
  - a. Burocracia e Atrasos Financeiros: Relatos dos núcleos IFCE Limoeiro do Norte e UFCAT apontam que atrasos na liberação de recursos e dificuldades burocráticas na execução dos TEDs impactam o planejamento e a continuidade das atividades.
  - b. Harmonização de Instrumentos em Rede: A gestão de dez núcleos geograficamente dispersos impôs a necessidade de um esforço contínuo de articulação, coordenado pelo Núcleo Gestor, para a construção e validação coletiva de ferramentas essenciais, como as fichas de avaliação e os modelos de relatório, um processo documentado nas atas das reuniões de fevereiro a junho de 2025.
- ii) Conquistas:
  - a. Padronização de Processos: A criação e implementação do "Manual de Avaliações PPBR" e dos relatórios padronizados em 2025 é uma conquista-chave, pois assegura a coleta de dados coesa em toda a rede, viabilizando análises comparativas e longitudinais.
  - b. Fortalecimento da Colaboração: O processo de construção coletiva das ferramentas de gestão, documentado nas atas das reuniões, qualificou os instrumentos do programa e fortaleceu os laços de colaboração e a troca de experiências entre as instituições participantes.

A consolidação dessa estrutura de rede viabilizou a oferta qualificada de uma ampla variedade de atividades paradesportivas, que serão detalhadas na seção seguinte.



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros  
Para verifica

Avulso do INS 86/2025 [16 de 46]





4. Atividades Paradesportivas Oferecidas pelo PPBR em 2025

A diversidade de modalidades esportivas oferecidas pelo PPBR é um indicador central do sucesso do programa em promover o acesso amplo e inclusivo ao esporte para pessoas com deficiência. A variedade de opções atende a diferentes tipos de deficiência, faixas etárias e interesses, cumprindo o objetivo de democratizar a prática paradesportiva e estimular a participação de um público heterogêneo.

4.1 Catálogo de Modalidades por Núcleo

A tabela a seguir apresenta um panorama das modalidades oferecidas pelos Núcleos de Atendimento em 2025, demonstrando a riqueza e a adaptação da oferta às realidades locais.

| NÚCLEO DE ATENDIMENTO (INSTITUIÇÃO)  | MODALIDADES OFERECIDAS   |
|--|--|
| Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) (Mato Grosso do Sul/Centro-Oeste) | Atletismo (Paralímpica), Crossfit adaptado (Não Paralímpica, ou cross training), e Jiu-jitsu (Não Paralímpica).  |
| Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) (Mato Grosso/Centro-Oeste)            | Goalball (Paralímpica), Atletismo (Paralímpica), Natação (Paralímpica), e Equoterapia (Atividades sobre o Cavalo) (Não Paralímpica). (O Voleibol Sentado estava previsto, mas não foi implementado devido à falta de procura). |
| Universidade Federal da Bahia (UFBA) (Bahia/Nordeste)                            | Judô (Paralímpica), e Jiu-Jitsu (Não Paralímpica).   |
| Universidade Federal de Catalão (UFCAT) (Goiás/Centro-Oeste)                     | Atletismo (Paralímpica), Bocha (Paralímpica), Capoeira (Não Paralímpica), Futsal adaptado (para DI) (Não Paralímpica), e Ginástica para todos e Circo (Não Paralímpica).   |
| Instituto Federal do Ceará (IFCE) - Juazeiro do Norte (Ceará/Nordeste)           | Bocha Paralímpica, Natação, Halterofilismo Paralímpico, Goalball, Futsal (para Surdos e DI) (Não Paralímpica), Voleibol (para Surdos e DI) (Não Paralímpica), e Atletismo (para DI).   |
| Instituto Federal do Ceará (IFCE) - Limoeiro do Norte (Ceará/Nordeste)           | Atletismo, Natação, e Halterofilismo Paralímpico.  |
| Universidade Federal do Maranhão (UFMA) (Maranhão/Nordeste)                      | Atletismo (Paralímpica), Natação (Paralímpica). (Inicialmente, a modalidade Dança foi contemplada, mas foi substituída por Natação devido à baixa adesão inicial).   |
| Universidade Federal do Pará (UFPA) (Pará/Norte)                                 | Atletismo, Paraesgrima (Esgrima em Cadeira de Rodas), Parabadminton, Tiro com Arco, Bocha e Paradança (Dança Esportiva em Cadeira de Rodas) (Não Paralímpica).   |
| Universidade Federal do Piauí (UFPI) (Piauí/Nordeste)                            | Atletismo (Paralímpica), Parabadminton (Paralímpica), e Capoeira (Não Paralímpica).  |
| Universidade Federal do Ceará (UFC) (Ceará/Nordeste)                             | Para-judô (Paralímpica), Futebol para amputadas (Não Paralímpica), e Lutas Adaptadas (para PCDs, modalidade não paralímpica, incluindo Taekwondo e Capoeira em módulos).   |



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros  
Para verifica



## 4.2 Análise da Distribuição Geográfica e Diversidade

A distribuição dos núcleos em três grandes regiões — Norte (UFPA, UFMA), Nordeste (UFPI, IFCE-JN, IFCE-LN, UFBA) e Centro-Oeste (UFMT, UFGD, UFCAT) — cumpre o objetivo estratégico do programa de descentralizar o fomento ao paradesporto, levando oportunidades para localidades onde a oferta era escassa ou inexistente.

A análise do catálogo de modalidades revela uma abordagem inclusiva e abrangente. O programa oferece tanto esportes paralímpicos consolidados, como atletismo, natação e halterofilismo, quanto modalidades não paralímpicas e práticas corporais adaptadas, como capoeira, crossfit, ginástica e dança. Cumpre destacar que diversidade se revela fundamental para ampliar o apelo do programa, atrair diferentes perfis de participantes e promover a cultura do esporte adaptado em suas múltiplas manifestações.

## 5. Produção Científica e Resultados Iniciais

A produção científica no âmbito do PPBR não é um subproduto, mas um pilar central que qualifica e diferencia o programa. A geração de conhecimento a partir das experiências práticas é o que transforma a iniciativa de uma mera oferta de atividades esportivas em uma política pública sustentável, capaz de gerar evidências, aprimorar metodologias e ser replicada em diferentes contextos.

### 5.1 Fomento à Pesquisa e Capacitação

O Núcleo Gestor da UFMG atuou proativamente para estimular a produção científica em toda a rede. Em abril de 2025, foram realizadas duas palestras online com o tema "Redação Científica na Prática", voltadas para alunos, bolsistas e professores de todos os núcleos. A iniciativa, que contou com mais de 80 participantes, teve como objetivo capacitar os membros da rede para a produção e publicação de trabalhos acadêmicos, fortalecendo a cultura de pesquisa do programa.

### 5.2 Mapeamento da Produção Científica



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros  
Para verifica

Avulso do INS 86/2025 [18 de 46]



Os resultados iniciais demonstram uma produção científica diversificada e robusta, evidenciando a integração entre as atividades de extensão e a academia.

• **Artigos Científicos:** A produção do Núcleo UFBA é notável, com múltiplos artigos publicados em periódicos internacionais de alto impacto em 2025, como *Perceptual and Motor Skillse High Ability Studies*, o que evidencia um retorno direto do investimento na forma de produção científica.

• **Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs):** O Núcleo UFPI reportou a conclusão de 4 TCCs em 2024 e outros 2 em andamento em 2025. As pesquisas abordam temas como o desempenho motor de adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a aptidão física dos participantes do programa.

• **Dissertações e Teses:** O Núcleo UFPA evidencia a profundidade da pesquisa desenvolvida, com 6 dissertações de mestrado e 1 tese de doutorado em desenvolvimento, todas com temáticas vinculadas às atividades do PPBR.

• **Manuais e Cartilhas:** Diversos núcleos estão produzindo materiais pedagógicos. Destaca-se a elaboração de um "sinalário de Libras para a modalidade de Badminton" pelo Núcleo UFPI e a produção de manuais pedagógicos sobre as modalidades ofertadas pelos núcleos UFMT e IFCE Juazeiro do Norte.

• **Participação em Congressos:** A disseminação do conhecimento gerado é uma prática consolidada. O Núcleo UFCAT, por exemplo, apresentou trabalhos no XIII Congresso Brasileiro de Atividade Motora Adaptada e no II Congresso Brasileiro de Pedagogia do Paradesporto, compartilhando as experiências do programa com a comunidade científica.

i) A tabela abaixo lista artigos publicados em revistas científicas indexadas, com autores vinculados aos núcleos do PPBR:

| INSTITUIÇÃO | TÍTULO DO ARTIGO  | PERIÓDICO            | AUTORES PRINCIPAIS (E COLABORADORES)   |
|-------------|---|----------------------|--|
| UFBA        | <i>Age-Related Peak Performance in Judo Athletes with Visual Impairments: A</i> | High Ability Studies | Rafael Lima Kons, Gennaro Apollaro, João Gabriel Alves da Silva Dantas, Raiane Carvalho, Emerson Franchini, e Daniele Detanico |



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros  
Para verifica



|      |   |  |   |
|------|---|--|---|
|      | <i>Retrospective Analysis of the Paralympic Games</i>   |  |   |
| UFBA | <i>A Needs Analysis and Recommendations for Physical Assessments and Training Adaptations for Judo Athletes With Visual Impairments: A Brief Review</i> | Strength and Conditioning Journal        | Kons, R. L.; Weldon, A.; Bishop, Chris; Cloak, R.; e Detanico, D.   |
| UFBA | <i>Physical Fitness, Interlimb Asymmetry and Injuries Reports in Judo Athletes with Vision Impairments: A Cross-Sectional Study</i>                     | Journal of Sport Rehabilitation          | Silva, R. C.; Athayde, M. S. S.; Bragança, J. R.; Detanico, D.; e Kons, R. L.   |
| UFBA | <i>Tracking the Development of Technical-Tactical Skills in Judo Athletes with Visual Impairments Over Four Paralympic Cycles (2012–2024)</i>           | Revista de Artes Marciales Asiáticas     | Kons, R. L.; Gulias, V. O. S.; e Gomes, N. A. B.  |
| UFBA | <i>Rating of Perceived Exertion Adapted for Athletes with Low Vision: Perspective and Study Recommendations</i>   | Journal of Visual Impairment & Blindness | Lima, C.; Carvalho, R.; Dantas, J. G. A. S.; Barbosa, R. S.; e Kons, R. L.  |
| UFBA | <i>Classifying the Performance of Judo Techniques in Athletes With Visual Impairments During Official Competitions</i>                                  | Perceptual and Motor Skills              | Kons, R. L.; Henriquez, M.; Athayde, M. S. S.; Santos, D. F. C.; Franchini, E.; e Detanico, D.  |
| UFPA | <i>Does Mental Fatigue Affect Physical Performance in Wheelchair Basketball Players? An Individualized Cognitive Load Approach</i>                      | Perceptual and Motor Skills              | Silva, Carlos Mariano Aguiar Ferreira da; Penna, Eduardo Macedo; Coelho, Thatiane da Silva; Silva Neto, Carlos Aguiar Ferreira da; De Mello, Marco Túlio; Crisp, Alex Harley; Coswig, Victor Silveira; Silva, Andressa; E Costa e Silva, Anselmo De Athayde |
| UFPA | <i>Sports injuries in sitting volleyball athletes: a systematic review</i>  | Motriz                                   | Correa Pardaul de Moraes, Luana; Barbosa Lopes Júnior, Doriedson; Athayde Costa e Silva, Anselmo; Silva, Andressa; E Passos Magno e Silva, Marília  |
| UFPA | O paradesporto em um programa de extensão universitária: um relato de experiência no Programa UFPA Paralímpica  | Revista Conexões                         | Cunha, E. K. C.; Silva Neto, C. A. F.; Corrêa, A. C. S.; E Magno E Silva, Marília Passos  |

ii) Capítulos de Livro Publicados. Os núcleos do PPBR contribuíram com capítulos para o livro coletivo "Programa Paradesporto Brasil em Rede: O Paradesporto em seus Diferentes Contextos" (2024), editado por Haiachi, M. C.; Oliveira, A. F. S.; e Almeida, M. B..

| INSTITUIÇÃO | TÍTULO DO CAPÍTULO  | AUTORES DO CAPÍTULO   |
|-------------|---|---|
| UFMA        | Iniciação ao Atletismo para Crianças e Adolescentes com Transtorno do | Elizabeth Santana Alves de Albuquerque, Silvana Maria Moura da Silva, Jucilea Ferreira Neres, |



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros  
Para verifica



|                          |  |   |
|--------------------------|--|---|
|                          | Espectro Autista no Programa Paradesporto Brasil em Rede de Universidade Federal do Maranhão                                 | Ana Beatriz Reis de Sousa, Carolina Mariana de Souza Costa, Guilherme Ferreira Nogueira, Reinaldo Reis da Silva, e Saulo Rafael Fernandes Vasconcelos Silva |
| IFCE – Limoeiro do Norte | A Importância da Participação dos Pais na Rotina de Exercícios Físicos de Crianças com Tea: Um Relato de Experiência         | ARAUJO, Francisco Idelan Chaves; MOURA, Vanessa Ellen Rodrigues; e ALMEIDA, Thiago Gadelha de   |
| IFCE – Limoeiro do Norte | Transformando Vidas através da Água: Experiências no Ensino da Natação para Crianças Autistas                                | SILVA FILHO, Luiz Gouveia da; FURTADO, Francisco José Alves; e ALMEIDA, Thiago Gadelha de   |
| UFGD                     | Adaptações para Pessoa em Cadeira de Rodas no Crossfit: Possibilidades no Programa Paradesporto Brasil em Rede - Núcleo UFGD | SILVA, Mário Sérgio Vaz, OLIVEIRA, Mayara Teodoro, e FREITAS, Josiane Fujisawa Filus  |
| UFGD                     | O Surdo no Crossfit: Experiências do Programa Paradesporto Brasil em Rede – Núcleo UFGD                                      | FREITAS, Josiane Fujisawa Filus, RIBEIRO, Kauê Zamorano Nascimento; SILVA, Mário Sérgio Vaz; e LIMA, Juliana Maria da Silva                                 |
| UFCAT                    | Implementação do PPBR na UFCAT: possibilidades, desafios e impactos na instituição.  | Cristiane da Silva Santos; Heliany Pereira dos Santos; e Lana Ferreira de Lima  |
| IFCE – Juazeiro do Norte | Equilíbrio e agilidade em surdos atletas de futsal   | SANTOS, F. X.; SANTOS, J. C. S.; AMORIM, T. P.; VIEIRA, S. P.; VIANA, A. S.; DAMASCENO, M. M. S.; e GUERRA, Ialuska   |
| IFCE – Juazeiro do Norte | Percepção de senseis e panseis sobre a inclusão de pessoas cegas e com baixa visão no jiu-jitsu                              | ARAUJO, A. C.; AMORIM, T. P.; VIEIRA, S. P.; SOUZA, E. C. S.; e GUERRA, Ialuska   |
| IFCE – Juazeiro do Norte | Percepções de professores de educação física sobre a atuação profissional com alunos surdos                                  | SILVA, G. V. S.; GUERRA, Ialuska; ALMEIDA, J. H.; e GONCALVES, C. C. S.   |

iii) Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs). Os trabalhos de graduação concluídos ou em andamento listados abaixo estão vinculados à produção científica dos núcleos:

| INSTITUIÇÃO              | TÍTULO DO TCC  | AUTOR(ES) PRINCIPAL(IS)                     | SITUAÇÃO (2025)                             |
|--------------------------|--|---|---|
| IFCE – Juazeiro do Norte | Avaliação do equilíbrio e agilidade em surdoatletas de futsal  | Felipe Xavier dos Santos                    | Concluído (Licenciatura em Educação Física) |
| UFPA                     | Conhecimento e Uso de Proteção Solar por Paratletas  | Angela Cristine da Silva Corrêa             | Finalização                                 |
| UFPA                     | Conhecimento e atitudes sobre concussão em paratletas de goalball  | Lucas de Souza Brito e Arthur Camara Lucena | Em Andamento                                |
| UFGD                     | O atletismo para pessoas com mielomeingogele: um estudo de caso  | Pedro Nunes                                 | Em Produção (Artigo/TCC)                    |
| UFGD                     | A criança com deficiência visual no atletismo  | Eva Gabriela Matos de Oliveira              | Em Produção (Artigo/TCC)                    |
| UFGD                     | Avaliação antropométricas e qualidade de vida de mães cuidadoras de crianças com TEA praticantes de crossfit | Ana Luiza Alves                             | Em Produção (Artigo/TCC)                    |



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros  
Para verificação



|                          |  |   |                                |
|--------------------------|--|---|--------------------------------|
| UFGD                     | Avaliação física dos beneficiários do PPBR: núcleo UFGD                        | Maria Eduarda Reis, Cassiani de Oliveira Lopes, e Deborah Oliveira da Costa | Em Produção (Artigo/TCC)       |
| IFCE – Limoeiro do Norte | Qualidade de Vida dos cuidadores de crianças com TEA do PPBR Limoeiro do Norte | (Não especificado, sendo o tema foco do Núcleo)                             | Em Andamento (Coleta de Dados) |

5.3 Análise dos Resultados Iniciais

Os resultados demonstram o sucesso do PPBR na criação e no fortalecimento de grupos de pesquisa, como o Grupo de Pesquisa em Atividade Motora Adaptada e Paradesporto no IFCE-JN, e na efetiva integração entre extensão, ensino e pesquisa. Portanto, a abordagem cumpre um objetivo-chave do programa: gerar conhecimento aplicado que possa retroalimentar as práticas pedagógicas e subsidiar o aprimoramento de políticas públicas para o setor.

6. Participação de Mulheres e Meninas com Deficiência

A promoção da equidade de gênero apresenta-se como uma diretriz estratégica do Programa Paradesporto Brasil em Rede. A meta de alcançar para mulheres e meninas com deficiência o mínimo de 50% das vagas oferecidas está alinhada a políticas públicas mais amplas de combate à dupla vulnerabilidade enfrentada por mulheres e meninas com deficiência, que historicamente encontram mais barreiras de acesso ao esporte, à saúde e à inclusão social.

6.1 Análise dos Dados de Participação em 2025

Os dados consolidados do Núcleo Gestor em 2025 indicam que, embora haja progresso, a meta de 50% ainda está em fase de busca ativa, priorizando a captação desse público.

A Tabela 1 detalha a distribuição por gênero nos 10 Núcleos de Atendimento ativos até agosto de 2025. O total consolidado de beneficiários em agosto era de 558 pessoas, sendo 173 mulheres, o que representa 31% de participação feminina.



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros  
Para verifica



| IFES (NÚCLEO PPBR)            | GÊNERO MASCULINO (N) | GÊNERO FEMININO (N) | TOTAL DE BENEFICIÁRIOS | PARTICIPAÇÃO FEMININA (%) |
|-------------------------------|----------------------|---------------------|------------------------|---------------------------|
| UFGD (MS)                     | 60                   | 49                  | 109                    | 44,95%                    |
| UFCAT (GO)                    | 40                   | 18                  | 58                     | 31,03%                    |
| UFBA (BA)                     | 48                   | 12                  | 60                     | 20,00%                    |
| UFC (CE)                      | 6                    | 10                  | 16                     | 62,50%                    |
| UFMA (MA)                     | 33                   | 4                   | 37                     | 10,81%                    |
| UFPI (PI)                     | 18                   | 7                   | 25                     | 28,00%                    |
| UFPA (PA)                     | 33                   | 24                  | 57                     | 42,11%                    |
| UFMT (MT)                     | 46                   | 24                  | 70                     | 34,29%                    |
| IFCE – Limoeiro do Norte (CE) | 28                   | 7                   | 35                     | 20,00%                    |
| IFCE – Juazeiro do Norte (CE) | 46                   | 10                  | 56                     | 17,86%                    |
| Total Consolidado             | 385                  | 173                 | 558                    | 31,00%                    |

6.2 Destaques Específicos sobre a Participação Feminina:

- O Núcleo UFC é o único que ultrapassou a meta de 50% de participação feminina (62,5%). Isso é impulsionado, em parte, pela oferta da modalidade de Futebol para Amputadas, que é exclusiva para meninas e mulheres.
- O Núcleo UFGD alcançou 49 beneficiárias femininas, com um total de 109 beneficiários. A beneficiária Rosenilda Aoyama destacou a importância do apoio mútuo para transporte, o que pode facilitar a participação, especialmente em modalidades como o CrossFit Adaptive.
- O Núcleo UFMA substituiu a modalidade Dança por Natação, em março de 2025, devido à baixa adesão. Embora a participação feminina fosse baixa em agosto (4 mulheres), o monitoramento da adesão e a reestruturação da modalidade foram estratégias adotadas para aumentar a frequência de beneficiários.
- Estratégias para aumentar a participação feminina incluem a oferta de modalidades com maior atratividade e ações de conscientização junto às famílias.

A Tabela 2 apresenta a evolução da participação feminina no PPBR. As fontes fornecem dados pontuais e observações qualitativas históricas, em vez de uma série temporal de dados por gênero. O foco do PPBR na equidade de gênero se tornou uma diretriz explícita a partir de sua



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros  
Para verifica



instituição formal em 2024, visando reverter a predominância masculina historicamente observada.

| PERÍODO/ CONTEXTO        | ALCANCE DA PESQUISA          | TOTAL DE BENEFICIÁRIOS             | PARTICIPAÇÃO FEMININA   | OBSERVAÇÕES   |
|--------------------------|------------------------------|------------------------------------|-------------------------|---|
| Pesquisa Anterior (2023) | Apenas os 6 núcleos iniciais | 287 (participaram 156 na pesquisa) | Predominância masculina | Pesquisa realizada pelo núcleo gestor anterior, indicando predominância masculina na faixa etária de 3 a 53 anos. |
| Agosto de 2025           | 10 Núcleos Ativos            | 558                                | 173 mulheres (31%)      | O PPBR alcançou 31% de participação feminina, indicando que o programa está em busca de atingir a meta de 50%.    |

6.3 Estratégias de Monitoramento e Evolução:

A busca por maior participação feminina é uma diretriz ativa, e a SNPARG exige relatórios trimestrais que contenham o número de beneficiários atendidos por gênero.

- O Núcleo Gestor (UFMG) está padronizando a coleta de dados, usando planilhas e o sistema Power BI para facilitar a visualização e monitoramento do perfil demográfico, incluindo o gênero dos beneficiários, o que deve auxiliar no acompanhamento futuro da evolução da participação feminina.
- O PPBR tem buscado aumentar a participação feminina através de ações de divulgação em mídias locais, redes sociais, escolas e associações parceiras.
- Apesar do percentual geral de 31% em agosto de 2025, o programa está empenhado em desenvolver estratégias específicas para promover a participação de mulheres e meninas com deficiência, como a diversificação das modalidades para aquelas com maior atratividade feminina (natação, dança, artes marciais) e o monitoramento sistemático da proporção de beneficiárias.



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros  
Para verifica





## 7. Formação Profissional em Educação Física e Áreas Correlatas

O Programa Paradesporto Brasil em Rede desempenha um papel elementar na formação de capital humano especializado para o paradesporto brasileiro. Ao integrar estudantes de graduação às atividades práticas, o programa atua diretamente na qualificação da próxima geração de profissionais de Educação Física, Fisioterapia e áreas afins, suprimindo uma lacuna histórica na formação acadêmica e no mercado de trabalho.

### 7.1 Estrutura de Formação dos Bolsistas

O modelo de formação do PPBR é estruturado para aliar teoria e prática. O programa concede bolsas para estudantes de graduação, que atuam como monitores nas diversas modalidades oferecidas. O processo formativo inclui:

- Capacitação Inicial Obrigatória: Conforme detalhado nos planos de trabalho de núcleos como UFMT e UFGD, os bolsistas selecionados passam por uma capacitação inicial de 40 horas. Esta formação aborda temas fundamentais como fisiologia do exercício, treinamento físico aplicado, metodologias de ensino e especificidades do paradesporto.

- Formação Continuada: Além do treinamento inicial, os estudantes participam de reuniões pedagógicas semanais para planejamento de aulas, grupos de estudo e capacitações temáticas, como as palestras sobre redação científica promovidas pelo Núcleo Gestor.

| NÚCLEO (IFES)        | CATEGORIA DA BOLSA (FUNÇÃO)                          | QUANTIDADE DE BOLSAS | VALOR UNITÁRIO MENSAL (R\$) | DURAÇÃO (MESES) | FOCO PRINCIPAL / OBSERVAÇÕES  |
|----------------------|--|----------------------|-----------------------------|-----------------|---|
| Núcleo Gestor (UFMG) | Coordenação Geral (Profª. Drª. Andressa S. de Mello) | 1                    | R\$ 5.200,00 (Parcela)      | 18              | Responsável pelo desenvolvimento de ações técnico-científicas, padronização de avaliações e gestão do conhecimento em <i>Power BI</i> . |
| Núcleo Gestor (UFMG) | Acadêmico Pós-Graduação (Mestrado)                   | 1                    | R\$ 1.430,00                | 18              | Gustavo Cruz. Atua no suporte metodológico e redação científica.  |



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros  
Para verificação



|                      |                                |    |                                |    |   |
|----------------------|--------------------------------|----|--------------------------------|----|---|
| Núcleo Gestor (UFMG) | Acadêmico Graduação (Apoio)    | 1  | Valor não especificado (menor) | 12 | Silas Barros e Luísa. Alunos de Educação Física, frequentemente atletas ou PcD, como o Silas (lesão medular).   |
| UFBA (BA)            | Professor Coordenador          | 1  | R\$ 2.500,00                   | 26 | Coordenador: Prof. Dr. Rafael Lima Kons. Lidera o Grupo de Estudo e Pesquisa em Lutas Esportivas.   |
| UFBA (BA)            | Professor Colaborador          | 1  | R\$ 1.430,00                   | 14 | Apoio na execução pedagógica do projeto.  |
| UFBA (BA)            | Acadêmico Graduação/PPG (PD&I) | 9  | R\$ 800,00                     | 12 | Atuação direta em modalidades de Lutas (Judô e Jiu-Jitsu). Inclui bolsistas da Pós-Graduação, como Carolina Lima Bastos Silva (Ciência da Reabilitação).        |
| UFC (CE)             | Bolsa Docente (Nível IA)       | 2  | R\$ 3.169,37                   | 18 | Auxílio na parte pedagógica e estruturação da capacitação. Coordenador: Mário Antônio de Moura Simim.   |
| UFC (CE)             | Acadêmico Graduação (PD&I)     | 4  | R\$ 700,00                     | 17 | Auxílio na execução. Harley Sousa Barbosa, Gleyce Borges Lima.  |
| UFMA (MA)            | Bolsa Docente (PDI Nível IA)   | 1  | R\$ 3.169,37                   | 17 | Coordenadora: Profª Drª Elizabeth Santana Alves de Albuquerque.   |
| UFMA (MA)            | Acadêmico Graduação (PD&I)     | 5  | R\$ 800,00                     | 17 | Atuam nas modalidades (Atletismo, Natação) e em produção científica (capítulo de livro). Guilherme Ferreira Nogueira, Saulo Rafael Fernandes Vasconcelos Silva. |
| UFGD (MS)            | Professor Coordenador          | 1  | R\$ 2.500,00                   | 24 | Coordenador: Prof. Dr. Mário Sérgio Vaz da Silva.   |
| UFGD (MS)            | Professor Colaborador          | 1  | R\$ 1.900,00                   | 12 | Ex: Profª Drª Josiane Fujisawa Filus de Freitas (Crossfit e suporte em outras modalidades).   |
| UFGD (MS)            | Acadêmico Graduação (PD&I)     | 10 | R\$ 800,00                     | 12 | Inclui bolsistas da Educação Física e Libras (intérpretes para Jiu-Jitsu) e Nutrição.   |
| UFCAT (GO)           | Professor Coordenador          | 1  | R\$ 2.500,00                   | 24 | Coordenadora: Profª Drª Cristiane da Silva Santos.  |
| UFCAT (GO)           | Professor Colaborador          | 1  | R\$ 1.900,00                   | 12 | Bolsas concedidas às professoras Heliany  |



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros  
Para verifica



|                             |                                     |   |              |    |  |
|-----------------------------|-------------------------------------|---|--------------|----|--|
|                             |                                     |   |              |    | Pereira dos Santos e Lana Ferreira de Lima.  |
| UFCAT (GO)                  | Acadêmico Graduação (PD&I)          | 9   | R\$ 800,00   | 12 | Atuam em Ginástica para Todos, Circo e Capoeira.   |
| IFCE Juazeiro do Norte (CE) | Coordenador                         | 1   | R\$ 2.500,00 | 12 | Coordenadora: Profª Drª Ialuska Guerra.  |
| IFCE Juazeiro do Norte (CE) | Acadêmico                           | 5 (Inicialmente 4, ampliado para 5)       | R\$ 800,00   | 12 | Atuam em Goalball, Halterofilismo, Natação e Futsal. Os bolsistas fazem formação continuada específica e cursos do CPB.                    |
| IFCE Limoeiro do Norte (CE) | Coordenador                         | 1   | R\$ 2.500,00 | 12 | Coordenador: Prof. Me. Thiago Gadelha de Almeida.  |
| IFCE Limoeiro do Norte (CE) | Acadêmico                           | 6   | R\$ 800,00   | 12 | Atuação em Natação e Halterofilismo Paralímpico.   |
| UFPA (PA)                   | Docente (Extensão Nível I)          | 1   | R\$ 2.630,58 | 18 | Coordenadora: Profª Drª Marília Passos Magno e Silva.  |
| UFPA (PA)                   | Acadêmico Graduação/Mestrado (PD&I) | 3 (Mínimo, mas 5 PPBR bolsistas listados) | R\$ 800,00   | 17 | Inclui alunos de Mestrado (Eunice Kelly Costa da Cunha) e Graduação com Deficiência (Lucas de Souza Brito, Daniel Carlos Moraes da Silva). |
| UFPI (PI)                   | Bolsa Docente (Nível IA)            | 2   | R\$ 3.169,37 | 17 | Coordenadores: Prof. Dr. Sergio Luis Galan Ribeiro e Profª Drª Mara Jordana Magalhães Costa.   |
| UFPI (PI)                   | Acadêmico Graduação (PD&I)          | 4   | R\$ 800,00   | 17 | Foco no atendimento de pessoas com Deficiência Intelectual (DI), TEA e Surdez. Atuam em Atletismo, Badminton e Capoeira.                   |
| UFMT (MT)                   | Professor Coordenador               | 1   | R\$ 2.500,00 | 26 | Coordenadora: Profª Drª Juliana Aparecida de Paula Schuller.   |
| UFMT (MT)                   | Acadêmico                           | 6 (Inicialmente 3, ampliado para 6)       | R\$ 800,00   | 12 | Atuação em modalidades como Equoterapia, Goalball e Natação.   |

Notas Complementares sobre a Formação e o Perfil dos Bolsistas:



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros  
Para verifica



- i) Capacitação Obrigatória: Todos os bolsistas acadêmicos recebem uma capacitação inicial de 40 horas, abordando temas como fisiologia do exercício, treinamento físico e paradesporto.
- ii) Voluntariado e Curricularização: Além dos bolsistas remunerados, muitos núcleos contam com um número significativo de acadêmicos voluntários (ex: UFGD com 15 voluntários da Educação Física e 9 da Nutrição), integrando a curricularização da extensão.
- iii) Incentivo à Produção Científica: A equipe do Núcleo Gestor, incluindo o bolsista de Mestrado Gustavo Cruz, realizou palestras sobre "Redação Científica na Prática" direcionadas aos bolsistas dos núcleos, incentivando a produção de TCCs e artigos.
- iv) Perfil Inclusivo: O programa apoia ativamente a formação de paratletas, como Lucas de Souza Brito (aluno de Fisioterapia e atleta de atletismo com baixa visão) e Daniel Carlos Moraes da Silva (aluno de Educação Física com amputação), ambos bolsistas do Núcleo UFPA.
- v) Seleção: A contratação de bolsistas é feita por meio de edital de seleção simplificado. A UFMA, por exemplo, aprovou 5 alunos para monitoria, sendo 4 da Licenciatura em Educação Física e 1 do Bacharelado, após entrevistas com 22 candidatos.
- vi) Desafios: O Núcleo Gestor (UFMG) enfrentou dificuldades na implementação da bolsa de Pós-Doutorado devido ao baixo valor e à dificuldade de encontrar um perfil adequado para o tema do projeto.
- vii) Gestão de Pessoal: A UFMA teve que lidar com substituição de bolsistas, e a UFCAT reportou o desligamento de três monitores em 2025, sendo dois por terem conseguido estágio não obrigatório com remuneração superior à da bolsa PPBR.

## 7.2 Experiências Práticas e Desenvolvimento de Competências

A atuação no PPBR proporciona aos estudantes uma imersão prática que transcende o currículo tradicional, permitindo o desenvolvimento de competências técnicas e humanas essenciais. Os relatórios dos núcleos evidenciam diversas oportunidades de desenvolvimento, como:



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros  
Para verifica

Avulso do INS 86/2025 [28 de 46]



• **Atuação em Eventos:** O Núcleo UFCAT relatou a participação de seus monitores nas Paralimpíadas Escolares de 2023, uma experiência que culminou com uma das monitoras obtendo a certificação de Árbitra de Bocha.

• **Aplicação de Conhecimento:** Os bolsistas são diretamente envolvidos no planejamento das aulas, na aplicação das avaliações físicas padronizadas e na produção de conhecimento científico (TCCs, artigos, resumos para congressos), integrando na prática os pilares de ensino, pesquisa e extensão.

### 7.3 Impacto na Formação Acadêmica e Profissional

O PPBR oferece formação teórico-prática, que prepara os futuros profissionais para atuarem com competência técnica, sensibilidade e compromisso ético junto a pessoas com deficiência. A qualificação de bolsistas, como a certificação de uma monitora em arbitragem de bocha (Núcleo UFCAT), enriquece o percurso acadêmico individual, além de criar capital humano especializado capaz de mitigar desafios operacionais, como a necessidade de suporte técnico em competições e a captação de públicos específicos, como a comunidade surda (desafio apontado pelo Núcleo UFPI).

Ao proporcionar essa experiência supervisionada e remunerada, o programa contribui para descentralizar a prática da "assistência voluntária" e para formar uma massa crítica de profissionais capazes de fortalecer o paradesporto em todo o território nacional.

## 8. Impacto Preliminar na Saúde e Qualidade de Vida

O Programa Paradesporto Brasil em Rede se posiciona como uma intervenção de saúde pública que utiliza o esporte como ferramenta para promover a aptidão física, a inclusão social, o bem-estar mental e a qualidade de vida de seus participantes. As evidências preliminares, tanto qualitativas quanto quantitativas, indicam um impacto altamente positivo.

### 8.1 Evidências Qualitativas dos Beneficiários



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros  
Para verificação

Avulso do INS 86/2025 [29 de 46]



Os depoimentos colhidos durante audiência pública, no Senado Federal, por ocasião da 26ª Reunião da Comissão de Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, em 14 de outubro de 2025, oferecem uma visão clara do impacto social e pessoal do programa:

- O testemunho de Rosenilda Aoyama, beneficiária do núcleo UFGD, ilustra o forte impacto na socialização e no senso de comunidade. Ela descreve a formação de um grupo coeso, em que a ajuda mútua para superar a barreira do transporte ("um dá carona para um, outro dá carona") e o apoio constante dos estagiários fortalecem os laços. Rosenilda destaca o sentimento de pertencimento que motiva a participação regular: "a gente já se programa para não faltar".

- A fala de Maria Furtado de Souza, do núcleo IFCE-Juazeiro do Norte, revela como o programa representa uma oportunidade ímpar de desenvolvimento esportivo, mesmo diante de barreiras estruturais. Ressalta que o núcleo "dá esse suporte de me orientar melhor para questões de campeonatos", indicando o papel do PPBR no fomento ao esporte de participação e, potencialmente, de rendimento.

## 8.2 Coleta de Evidências Quantitativas

Para além dos relatos, o programa estruturou em 2025 um sistema complexo para mensurar o impacto na saúde de forma objetiva. A metodologia prevê a aplicação sistemática de avaliações físicas em três momentos: no início da participação, após 6 meses e ao final do projeto. A padronização da ficha de avaliação e a criação do "Manual de Avaliações PPBR" pelo Núcleo Gestor são passos fundamentais que permitirão a coleta de dados longitudinais consistentes sobre a evolução da aptidão física e dos parâmetros de saúde dos participantes em toda a rede.

## 8.3 Análise Preliminar do Impacto

Com base nas evidências disponíveis, o impacto preliminar do PPBR na saúde e qualidade de vida dos beneficiários é altamente positivo. Os relatos qualitativos indicam melhorias significativas na socialização, no bem-estar psicológico e no sentimento de pertencimento. Ao mesmo tempo, a estruturação da coleta de dados quantitativos em 2025 estabelece as bases para a comprovação científica futura do impacto do programa na saúde



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros  
Para verifica

Avulso do INS 86/2025 [30 de 46]



física, fortalecendo sua legitimidade como uma política pública baseada em evidências.

9. Desafios e Pontos Fortes do PPBR em 2025

A tabela a seguir apresenta uma análise comparativa dos principais pontos fortes e desafios observados durante o exercício de 2025.

| PONTOS FORTES OBSERVADOS   | DESAFIOS ENFRENTADOS   |
|--|--|
| <b>Modelo de Rede Colaborativa Sólido:</b> A estrutura de rede com Núcleo Gestor e Núcleos de Atendimento provou ser eficaz para a padronização de processos, o apoio técnico e o fortalecimento mútuo entre as instituições.  | <b>Transporte e Acessibilidade:</b> Principal desafio apontado por beneficiários (Maria Furtado) e múltiplos núcleos (UFCAT, UFPA), como barreira central à participação e frequência dos beneficiários.   |
| <b>Integração Ensino-Pesquisa-Extensão:</b> Sucesso notável na produção científica (artigos, TCCs, manuais) e na formação qualificada de recursos humanos, um diferencial que garante a qualidade e a sustentabilidade do programa.  | <b>Burocracia e Fluxo Financeiro:</b> Atrasos na liberação de recursos foram consistentemente relatados (IFCE-LN, UFCAT), impactando o planejamento, a continuidade das atividades e a execução orçamentária.  |
| <b>Alta Satisfação e Impacto Social:</b> Depoimentos positivos e emocionados (Rosenilda Aoyama) e dados históricos de satisfação (pesquisa conduzida pelo núcleo gestor anterior, citada pela SNPAP em audiência pública, apontou que 77% dos beneficiários avaliaram o programa com nota 10) indicam forte adesão e um impacto transformador na vida dos participantes. | <b>Infraestrutura e Equipamentos:</b> Necessidade de materiais esportivos oficiais (halterofilismo, bocha) e de melhorias na infraestrutura esportiva das universidades parceiras (UFPA) para qualificar o atendimento e permitir a expansão.          |
| <b>Reconhecimento Institucional:</b> A formalização do programa como política pública (Portaria de 2024) e o vínculo com o Ministério do Esporte conferem legitimidade e facilitam a articulação de parcerias, como relatado pela UFPA.  | <b>Segurança:</b> Questões de segurança no entorno de alguns campi universitários (UFPA) foram citadas como um fator que limita a oferta de atividades em horários alternativos, como o noturno, restringindo o acesso de quem trabalha durante o dia. |
| <b>Diversidade de Modalidades e Público:</b> A ampla oferta de esportes, incluindo opções paralímpicas e não paralímpicas, e o atendimento a diversos tipos de deficiência demonstram a capacidade de adaptação e o caráter inclusivo da rede.   | <b>Captação de Públicos Específicos:</b> Foram relatadas dificuldades pontuais na atração e retenção de determinados grupos, como a comunidade surda no núcleo UFPI, demandando estratégias de divulgação e abordagem mais direcionadas.               |

A análise matricial revela que os pontos fortes do PPBR são predominantemente de natureza programática e metodológica (modelo em rede, integração acadêmica), enquanto os desafios são de ordem estrutural e logística (transporte, financiamento, infraestrutura). Isso indica que a essência da política pública é sólida, mas sua eficácia se apresenta limitada por fatores exógenos que exigem articulação intersetorial e otimização de processos administrativos em nível federal.



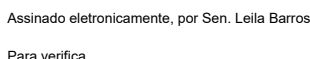
Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros  
Para verifica



| ELEMENTOS E EVIDÊNCIAS  |
|---|
| <p><b>Dificuldade Central e Universal:</b> O Transporte e o acesso são citados como dificuldades que limitam a frequência e permanência dos participantes, sobretudo em regiões metropolitanas e no interior. Diversos núcleos relataram essa dificuldade, incluindo UFPA, UFGD, UFBA, IFCE Limoeiro do Norte, IFCE Juazeiro do Norte, UFCAT, e UFC.</p>  |
| <p><b>Transporte Adaptado:</b> A falta de transporte adaptado na cidade é um desafio enfrentado pelo Núcleo UFCAT. A UFPA reportou dificuldades com transporte na cidade e transporte interno na UFPA. A UFBA registrou o transporte público como uma dificuldade "Não resolvida".</p>  |
| <p><b>Custeio Próprio:</b> A Profª. Drª. Cristiane da Silva Santos (UFCAT) chegou a utilizar o valor da própria bolsa como coordenadora para custear o transporte de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) por meio de aplicativo (Uber), garantindo a participação semanal até a data limite do primeiro TED, evidenciando que o auxílio-transporte é essencial para a eficácia do programa.</p> |
| <p><b>Busca Ativa de Estratégias:</b> Núcleos como o IFCE Juazeiro do Norte e a UFGD buscaram estratégias para contornar a dificuldade, como combinar caronas entre os participantes e contatar secretarias de educação para liberação de acesso a transportes estudantis, indicando que a solução necessita de coordenação.</p>  |
| <p><b>Reconhecimento Institucional:</b> A Coordenadora-Geral da SNPAR, Vânia Tie, articulou agendas junto ao Congresso Nacional para pleitear recursos financeiros para custeio de pessoal e transporte, reforçando que o acesso logístico é reconhecido pela gestão central como um ponto crítico.</p>   |

## ii) Otimização do Fluxo de Recursos

| ELEMENTOS E EVIDÊNCIAS              |  |
|-------------------------------------|--|
| <b>Atraso no Repasse de Bolsas:</b> | O Núcleo UFC (Ceará) relatou que as reuniões pedagógicas e a avaliação física dos beneficiários foram atrasadas devido às incertezas e aspectos burocráticos relacionados ao pagamento de bolsas. O início da avaliação física ocorreu somente em abril/2025, sendo prevista para o início do projeto. |
| <b>Atraso no Repasse do TED:</b>    | O Núcleo Gestor (UFMG) relatou um atraso de três (3) meses no repasse do TED, que estava previsto para agosto/2024, mas só foi efetivado em novembro/2024. O IFCE Juazeiro do Norte sofreu um atraso de cinco (5) meses na liberação de um novo aporte financeiro.                                     |





|   |
|---|
| <p><b>Impacto na Vigência:</b> A Unidade Descentralizadora (SNPAR) tem a prerrogativa de prorrogar de ofício a vigência do TED quando ocorrer atraso na liberação de recursos, limitado ao prazo do atraso. No entanto, o Núcleo UFC relatou que os entraves burocráticos "têm dificultado, e ainda dificultam, a plena execução das atividades propostas".</p> |
| <p><b>Dependência de Previsibilidade:</b> O Prof. Mário Sérgio Vaz da Silva (UFGD) destacou que, como o PPBR se tornou uma política pública, "fica mais tranquilo para que a gente possa realizar um planejamento maior das atividades", pois a dependência da renovação dos TEDs e do termo aditivo prejudicava o planejamento.</p>                            |
| <p><b>Cenário de Aditivos:</b> Em uma reunião de coordenadores em fevereiro de 2025, foi informado que "O cenário é negativo para aditivos financeiros", reforçando a necessidade de otimizar o fluxo dos recursos já pactuados e buscar estabilidade.</p>  |

iii) Investimento em Infraestrutura e Equipamentos

| ELEMENTOS E EVIDÊNCIAS  |
|---|
| <p><b>Carência de Materiais Oficiais:</b> O Relatório de Desafios do PPBR lista a Infraestrutura como um ponto crítico, indicando que muitos núcleos carecem de materiais esportivos específicos. A Coordenadora Ialuska (IFCE Juazeiro do Norte) mencionou que o núcleo não possui um banco de parahalteofilismo oficial, barras e anilhas oficiais.</p>   |
| <p><b>Necessidade de Equipamentos Específicos:</b> A UFPA reportou que, apesar de ofertar modalidades inovadoras como tiro com arco, enfrentou desafios de infraestrutura e falta de materiais. O núcleo precisa de materiais para tiro com arco e já abriu processo de solicitação à UFPA para aquisição de novos equipamentos.</p>  |
| <p><b>Espaços Improvisados:</b> A UFPA mencionou que muitos núcleos ainda operam em espaços improvisados, e a UFC relatou que as atividades do Judô e Para-judô ocorreram em conjunto com o projeto Tatame Universitário, devido a dificuldades. O Prof. Mário Sérgio (UFGD) também indicou a necessidade de melhoria das estruturas, observando que, se a universidade tivesse uma estrutura adequada, o trabalho seria mais rico.</p> |
| <p><b>Investimento em Adaptação:</b> A UFBA, por exemplo, incluiu no TED a modernização do espaço para práticas de artes marciais, com adaptações para pessoas com deficiência visual. O Núcleo UFGD previu a aquisição de Cintos de Transferência e Cintos de Segurança para Cadeira de Rodas, demonstrando que os TEDs devem contemplar essas necessidades.</p>   |



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros  
Para verifica



iv) Consolidação da Coleta e Análise de Dados

| ELEMENTOS E EVIDÊNCIAS  |
|---|
| <b>Foco na Avaliação de Impacto:</b> O PPBR tem como meta desenvolver métricas e metodologias para avaliar o impacto do programa na saúde e qualidade de vida dos participantes a longo prazo. O uso do POWER BI é o mecanismo central para essa transição.   |
| <b>Implementação e Uso do Power BI:</b> O Núcleo Gestor já unificou os dados da primeira avaliação (abril/maio de 2025) e transferiu as informações para o Sistema POWER BI. Esse sistema já permite a visualização gráfica do Perfil Demográfico e Físico para a SNPAR.  |
| <b>Melhoria da Coleta para Longitudinalidade:</b> O Núcleo Gestor (UFMG) sugeriu a transição do método de coleta de dados para o Microsoft Forms na próxima avaliação (outubro de 2025), o que permitirá a atualização automática e em tempo real dos dados no painel do Power BI. Isso garante a continuidade e o aprofundamento da coleta, como sugerido na recomendação. |
| <b>Resultados Científicos como Legitimidade:</b> O fomento à produção de dados e indicadores de impacto fortalece a base esportiva nacional. O sucesso em produzir 12 artigos científicos, sendo três já publicados, em menos de dois anos, demonstra o potencial da rede para gerar as evidências que a plataforma POWER BI irá consolidar.                                |
| <b>Relatórios Padronizados:</b> O Núcleo Gestor (UFMG) já elaborou o "Manual de Avaliações PPBR" e padronizou a ficha de avaliação demográfica e física, passos cruciais para que o monitoramento se torne uma avaliação de impacto longitudinal.   |

10. Conclusão e Recomendações

A análise do exercício de 2025 demonstra que o PPBR superou a fase de implementação inicial, consolidando um modelo de governança e operação que entra em fase de maturação, de modo que os desafios se deslocam da estruturação para a otimização e a escalabilidade. O programa demonstrou eficácia em sua missão de expandir o acesso ao paradesporto de forma qualificada, cientificamente embasada e com um profundo impacto social. Sua estrutura em rede, aliada ao tripé ensino-pesquisa-extensão, consolida-se como um modelo para o desenvolvimento do esporte inclusivo no Brasil.



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros  
Para verifica



## 10.1 Resumo das Conclusões

1. O modelo de gestão em rede, com a liderança do Núcleo Gestor da UFMG a partir de 2025, consolidou-se como um arranjo eficaz, resultando em avanços significativos na padronização da coleta de dados, no monitoramento de resultados e no fortalecimento da colaboração entre os Núcleos de Atendimento.

2. O programa cumpre com excelência seu objetivo de aliar a prática esportiva (extensão) à formação de profissionais qualificados (ensino) e à produção de conhecimento aplicado (pesquisa), gerando um ciclo virtuoso de desenvolvimento para o paradesporto nacional e qualificando o debate público com base em evidências.

3. Apesar do sucesso na implementação e do impacto positivo evidente na vida dos beneficiários, desafios estruturais e logísticos persistem como as principais barreiras para a plena expansão do potencial do programa. As dificuldades relacionadas ao transporte dos participantes, ao fluxo de recursos financeiros e à infraestrutura esportiva são os pontos mais críticos que demandam atenção estratégica.

## 10.2 Recomendações para o Futuro

Com base na análise realizada, são propostas as seguintes recomendações para o fortalecimento e a sustentabilidade do PPBR:

### 1. Enfrentamento da Barreira do Transporte: Maior Conexão com Programas de Acesso (Ex.: Caminho da Escola)

Reitera-se que a dificuldade de transporte e acesso é uma das maiores barreiras logísticas identificadas em quase todos os Núcleos de Atendimento (UFPA, UFGD, UFBA, IFCE Limoeiro do Norte, IFCE Juazeiro do Norte, UFCAT).

Recomenda-se à Secretaria Nacional de Paradesporto (SNPAR) a busca por uma articulação formal ou um Acordo de Cooperação Técnica com programas governamentais de transporte escolar e acessível (como o Programa Caminho da Escola, sob gestão do Ministério da Educação), visando integrar o transporte adaptado dos beneficiários.



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros  
Para verifica

Avulso do INS 86/2025 [35 de 46]



- Evidência: A dificuldade com o transporte público com acessibilidade é um ponto fraco que precisa ser melhorado, especialmente em Belém/PA e nas regiões metropolitanas. Mesmo os núcleos no interior, como o IFCE Juazeiro do Norte (Região do Cariri), e o IFCE Limoeiro do Norte enfrentam essa dificuldade.

- Ações Atuais (Iniciativas Criativas): A dificuldade força coordenadores a usarem recursos próprios (como a coordenadora da UFCAT, que utilizou o valor da própria bolsa para custear o transporte por Uber), ou a buscar soluções informais, como combinar caronas entre os participantes (UFGD) e fazer contato com secretarias municipais de educação para liberação de acesso a transportes estudantis (IFCE Juazeiro do Norte).

- Suporte Legal: Os Termos de Execução Descentralizada (TEDs) autorizam a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal. A previsão permite a formalização de parceria com um programa federal como o Caminho da Escola, que visa a logística de transporte.

## **2. Treinamento Específico e Contínuo das Equipes de Execução Local (Bolsistas e Voluntários)**

Reitera-se que a capacitação é um dos três eixos de atuação propostos pela SNPAR (Fomento, Capacitação e Visibilidade), sendo essencial para a qualidade da oferta paradesportiva.

Recomenda-se ao Núcleo Gestor (NG) consolidar um programa de formação continuada obrigatória para os bolsistas e acadêmicos dos Núcleos de Atendimento, com foco prático nos protocolos de avaliação física e nos métodos de ensino-aprendizagem específicos para diferentes deficiências.

- Evidência: A Capacitação dos acadêmicos com carga horária de 40 horas sobre fisiologia do exercício, treinamento físico e paradesporto é uma exigência padrão presente em todos os Planos de Trabalho.

- Exemplos de Conteúdo Necessário: Os núcleos já realizam cursos específicos do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), como o "Movimento Paralímpico: Fundamentos Básicos do Esporte". O NG já realizou palestras sobre "Redação Científica na Prática" e planeja organizar



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros  
Para verifica

Avulso do INS 86/2025 [36 de 46]



reuniões entre coordenadores e alunos para "melhor organização e dinâmica para as avaliações físicas".

- Recursos Humanos Qualificados: A formação continuada se faz fundamental para garantir treinadores de igual nível, respondendo a questionamentos sobre a qualificação do corpo técnico do programa. Os bolsistas da UFGD, por exemplo, fazem formação continuada específica e sessões de estudo.

### **3. Catalogação de Equipamentos Locais por Gestores (Secretarias e Parceiros)**

Reitera-se que a falta de infraestrutura e materiais específicos é um desafio crônico para a execução das atividades.

Recomenda-se a catalogação e o mapeamento dos equipamentos e instalações disponíveis nas esferas municipais e estaduais (incluindo secretarias de esporte, educação e saúde), para que os Núcleos de Atendimento possam estabelecer parcerias estratégicas para uso compartilhado de recursos.

- Evidência: A falta de materiais esportivos específicos (ex: equipamentos de tiro com arco, halterofilismo) e o uso de espaços improvisados foram desafios reportados pela UFPA e UFMT.

- Estratégias de Parceria: O próprio PPBR é baseado em parcerias. A UFGD, por exemplo, utiliza a academia New In e a pista de atletismo do Estádio Douradão. A UFMT utiliza o Centro de Referência Paralímpico de Várzea Grande e o Centro de Equoterapia da própria UFMT.

- Necessidade de Estrutura: O coordenador da UFGD mencionou que, se a universidade tivesse uma estrutura adequada no centro de Dourados, o trabalho seria "muito mais rico". A catalogação ajudaria os núcleos a identificar e pleitear o uso de estruturas já existentes.

### **4. Treinamento dos Gestores Locais para Utilização de Plataformas de Monitoramento (Ex.: POWER BI)**

Reitera-se que a efetividade do monitoramento da SNPAR depende da qualidade e tempestividade dos dados enviados pelos núcleos.



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros  
Para verifica

Avulso do INS 86/2025 [37 de 46]



Recomenda-se a promoção de treinamento e workshops específicos, coordenados pelo Núcleo Gestor, para os coordenadores e gestores locais (docentes e colaboradores) sobre o uso e a interpretação de plataformas de visualização e análise de dados, como o POWER BI e o Microsoft Forms.

- Evidência: O Núcleo Gestor está ativamente empenhado na consolidação de dados no Sistema POWER BI para facilitar a visualização e monitoramento do Perfil Demográfico e Físico pela SNPAR.

- Necessidade de Simplificação: Foi sugerido que a próxima avaliação utilize o Microsoft Forms para facilitar a visualização dos dados no POWER BI e permitir a atualização automática e em tempo real.

- Formato de Formação: O NG já realiza reuniões periódicas com os coordenadores para direcionar e monitorar a execução. Um treinamento formalizaria a capacidade dos gestores locais de interagir com o sistema de mensuração de impacto, que é central para a sustentabilidade do PPBR.

- Gestão do Conhecimento: A UFMG tem como meta a Gestão do Conhecimento, que inclui coletar, analisar e gerenciar o conhecimento produzido, e o uso eficiente do POWER BI pelos gestores locais é condição necessária para o alcance dessa meta.

Sala da Comissão,

Senadora MARA GABRILLI



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros  
Para verifica

Avulso do INS 86/2025 [38 de 46]



33  
32

SF/25478.62258-38

**ANEXO I - Indicação**



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros  
Para verifica

Avulso do INS 86/2025 [39 de 46]



34



**SENADO FEDERAL**  
**Senadora Mara Gabrilli**

33

SF/25478.62258-38

## INDICAÇÃO Nº , DE 2025

Apresenta, nos termos do artigo 224 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, Indicação, a ser encaminhada ao Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, para sugerir ao Ministério da Educação (MEC), em articulação com o Ministério do Esporte (MEsp), a criação de uma modalidade ou diretriz específica no âmbito do Programa Caminho da Escola, que vise garantir o acesso logístico e o transporte adaptado dos beneficiários dos Núcleos de Atendimento do Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR).

Senhor Presidente,

Apresentamos, nos termos dos artigos 133 e 224 do Regimento Interno do Senado Federal, a presente Indicação, a ser encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, com as sugestões e recomendações emanadas pela Comissão de Esporte no processo de avaliação da política pública “Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR)”, realizado ao longo do ano de 2025. Participaram do processo: o Ministério do Esporte, representado pela Secretaria Nacional de Paradesporto (SNPAR), coordenadores de núcleos federais (IFES) e beneficiários do programa, que apresentaram sugestões para o aperfeiçoamento e o fortalecimento do PPBR, de modo a consolidá-lo como uma política de Estado voltada à democratização do acesso ao esporte para pessoas com deficiência.

As recomendações propostas são as seguintes:

**1. Criar modalidade de auxílio logístico-adaptado no âmbito do Programa Caminho da Escola, para garantir que os Núcleos de**



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros  
Para verificação

Avulso do INS 86/2025 [40 de 46]





Atendimento do PPBR tenham recursos perenes e interministeriais para viabilizar o deslocamento dos beneficiários, por ser o acesso logístico componente essencial para a eficácia e continuidade da política pública; e

**2. Vincular o apoio administrativo e financeiro da Secretaria Nacional de Paradesporto (SNPAR) do Ministério do Esporte (MEsp) a investimentos qualificados na capacitação e gestão do conhecimento** de gestores locais do PPBR, para garantir hígidez na análise de dados, na execução e no monitoramento do programa.

## JUSTIFICAÇÃO

O Senado Federal, no exercício da sua competência constitucional prevista no art. 71 da Constituição Federal e em cumprimento às suas atribuições de fiscalização e avaliação de políticas públicas, avaliou o Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR).

A avaliação foi conduzida pela Comissão de Esporte, sendo formalizada em atenção aos Requerimentos nº 6, de 2025, e nº 40, de 2025, de autoria da Comissão de Esporte (CEsp). O objetivo central dessa avaliação, realizada em audiência pública interativa, em 14 de outubro de 2025, foi debater o PPBR e obter informações necessárias para o aprimoramento do programa, que se consolidou como uma política pública inédita e essencial para a democratização do acesso ao paradesporto para pessoas com deficiência.

Neste processo de avaliação da política pública, foram ouvidos diversos atores, tais quais representantes do Ministério do Esporte, por intermédio da Secretaria Nacional de Paradesporto (SNPAR), e o Núcleo Gestor do PPBR; além de Coordenadores de cada um dos dez Núcleos de Atendimento do PPBR. Tão relevante quanto os apontamentos desses participantes foram os dos beneficiários do PPBR, pessoas diretamente assistidas, como a Sra. Rosenilda Aoyama, que puderam relatar tanto os problemas quanto os avanços do programa.

O relatório final da Comissão consolida esses achados, detalhando o progresso significativo no estabelecimento da rede colaborativa e identificando os caminhos e soluções. A avaliação culminou em um conjunto de recomendações para melhorias futuras, incluindo a necessidade



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros  
Para verifica

Avulso do INS 86/2025 [41 de 46]



de realizar uma investigação mais aprofundada sobre os desafios específicos encontrados durante a implementação em 2025; de intensificar os esforços para coletar e divulgar dados sobre as taxas de participação de mulheres e meninas; e de continuar a apoiar e monitorar as iniciativas de formação profissional.

Muitas das recomendações são de ordem administrativa, cabendo ao Poder Executivo implementá-las. Encaminhamos, portanto, à consideração de Vossa Excelência. Gostaria, antes de tudo, apresentar a seguinte justificativa para a criação da modalidade de auxílio logístico-adaptado no Programa Caminho da Escola, ora proposta:

V. Excelência certamente se lembra de como a barreira logística do transporte afeta a participação plena das pessoas com deficiência (PcD) em programas sociais e esportivos. Nesse sentido, reitera-se que o Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR) busca expandir o alcance e a equidade no acesso ao paradesporto, da iniciação ao alto rendimento, especialmente em regiões onde a oferta de ações e a produção de conhecimento são reduzidas.

No entanto, a falta de transporte adaptado ou de recursos para custeá-lo tem sido identificada pelos Núcleos de Atendimento do PPBR como um dos principais obstáculos à frequência e à permanência dos beneficiários. Iniciativas criativas, mas pontuais, como o contato com Secretarias Municipais de Educação para liberação de acesso a transportes estudantis, são executadas pelos núcleos. De todo modo, a falta de acesso ao transporte público adaptado continua a ser um problema "não resolvido" em alguns locais.

Devido a essa fragilidade logística, a política pública, que visa construir um caminho pautado em oportunidades, tem sua eficácia comprometida pela incapacidade de garantir o acesso físico aos centros de excelência localizados nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). A articulação com o Programa Caminho da Escola, sob o Ministério da Educação (MEC), permitiria uma solução interministerial, estrutural e permanente, alinhada com a possibilidade de a unidade descentralizadora autorizar a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal.

A partir da celebração dos Termos de Execução Descentralizada (TEDs), que preveem o desenvolvimento do Projeto Rede de Apoio ao Paradesporto, houve a liberação de créditos orçamentários pela Secretaria



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verifica

Avulso do INS 86/2025 [42 de 46]



Nacional de Paradesporto (SNPAR) do MEsp para o fomento das atividades. Contudo, a ausência de recursos específicos para o transporte coloca em risco a continuidade e a execução do objeto do TED, que pode ser até mesmo rejeitado total ou parcialmente pela unidade descentralizadora.

O governo de V. Excelência tem a oportunidade de brilhantemente interromper essa vulnerabilidade logística, aproveitando a permissão de subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal e integrar uma modalidade específica no Programa Caminho da Escola, garantindo o acesso dos beneficiários do PPBR e consolidando ambos os programas como modelos para futuras políticas públicas de inclusão social.

Não podemos permitir que o esforço de consolidação do Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR), focado em promover a saúde, a inclusão social e o esporte em regiões historicamente desassistidas, seja ameaçado pela instabilidade logística e administrativa do ciclo político-orçamentário.

Ao invés disso, temos que instituir uma política pública perene de apoio, garantindo o acesso e a sustentabilidade dos Núcleos de Atendimento. A pergunta é: o PPBR conseguirá sustentar seu impacto e sua rede de atendimento se a barreira do transporte não for solucionada de forma estrutural, expondo o programa ao risco de interrupção logística?

A solução logística e de sustentabilidade do PPBR não deve depender apenas do orçamento do MEsp. Devemos aproveitar a parceria interministerial e o esforço de articulação com o MEC para a criação de uma modalidade específica no Programa Caminho da Escola.

Igualmente, não podemos perder o esforço atual de investimento e a produção de conhecimento técnico, pedagógico e científico fomentada pelo programa. Faz-se necessária a produção de relatórios trimestrais e finais, contendo a avaliação de satisfação e o Relatório Final de Cumprimento do Objeto. A rejeição, total ou parcial, do Relatório de Cumprimento do Objeto pela Unidade Descentralizadora pode gerar ajustes no Plano de Trabalho e até mesmo a instauração de tomada de contas especial.

Ao se exigir o treinamento contínuo das equipes de execução e a capacitação dos gestores no uso de plataformas como o POWER BI,



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros  
Para verificação

Avulso do INS 86/2025 [43 de 46]



38

37

garantimos que a gestão do conhecimento e a produção científica sirvam como contrapartida efetiva do investimento.

Pelo exposto, solicito que V. Excelência aceite esta Indicação, pois entendemos que a criação de mecanismos perenes de apoio logístico e financeiro ao Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR), como a modalidade sugerida de Auxílio Logístico-Adaptado, é fundamental para o futuro da inclusão social e esportiva, bem como para ampliar a produção de conhecimento sobre a pessoa com deficiência no País.

Sala das Sessões,

SF/25478.62258-38



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verifica

Avulso do INS 86/2025 [44 de 46]





Senado Federal



Relatório de Registro de Presença

29ª, Extraordinária

Comissão de Esporte

| Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) |                                 |
|--|---------------------------------|
| TITULARES  | SUPLENTE                        |
| CONFÚCIO MOURA   | 1. PEDRO CHAVES                 |
| EFRAIM FILHO PRESENTE                                    | 2. ALAN RICK PRESENTE           |
| PLÍNIO VALÉRIO PRESENTE                                  | 3. VAGO                         |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD)  |                                 |
| TITULARES  | SUPLENTE                        |
| MARA GABRILLI PRESENTE                                   | 1. VAGO                         |
| SÉRGIO PETECÃO PRESENTE                                  | 2. VAGO                         |
| CHICO RODRIGUES PRESENTE                                 | 3. JORGE KAJURU PRESENTE        |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)                   |                                 |
| TITULARES  | SUPLENTE                        |
| ROMÁRIO  | 1. CARLOS PORTINHO              |
| EDUARDO GIRÃO PRESENTE                                   | 2. WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE |
| Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT)                  |                                 |
| TITULARES  | SUPLENTE                        |
| TERESA LEITÃO PRESENTE                                   | 1. AUGUSTA BRITO PRESENTE       |
| LEILA BARROS PRESENTE                                    | 2. VAGO                         |
| Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)             |                                 |
| TITULARES  | SUPLENTE                        |
| CLEITINHO  | 1. VAGO                         |

Não Membros Presentes

- NELSINHO TRAD
- FABIANO CONTARATO
- IZALCI LUCAS
- PROFESSORA DORINHA SEABRA
- ANGELO CORONEL
- ELIZIANE GAMA
- ZENAIDE MAIA
- PAULO PAIM
- ASTRONAUTA MARCOS PONTES



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros  
Para verifica



## DECISÃO DA COMISSÃO

(REQ 6/2025 - CEsp)

NA 29ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ESPORTE, REALIZADA EM 3/12/2025, É APROVADO O RELATÓRIO DA SENADORA MARA GABRILLI, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, FAVORÁVEL À APRESENTAÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 224 E SEGUINTE DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, DE INDICAÇÃO A SER ENCAMINHADA AO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL PARA SUGERIR AO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC), EM ARTICULAÇÃO COM O MINISTÉRIO DO ESPORTE (MESP), A CRIAÇÃO DE UMA MODALIDADE OU DIRETRIZ ESPECÍFICA NO ÂMBITO DO PROGRAMA CAMINHO DA ESCOLA, QUE VISE GARANTIR O ACESSO LOGÍSTICO E O TRANSPORTE ADAPTADO DOS BENEFICIÁRIOS DOS NÚCLEOS DE ATENDIMENTO DO PROGRAMA PARADESPORTO BRASIL EM REDE (PPBR).

03 de dezembro de 2025

Senadora Leila Barros

Presidente da Comissão de Esporte



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verificação

Avulso do INS 86/2025 [46 de 46]



**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 6, DE 2025**

*Requer que a Comissão de Esporte avalie o Programa Paradesporto Brasil em Rede, no exercício de 2025.*

Encerrada a instrução da matéria, que concluiu pela apresentação da Indicação nº 86, de 2025 (apresentada como conclusão do Parecer nº 11, de 2025-CEsp).

O Requerimento da Comissão de Esporte nº 6, de 2025, vai ao Arquivo.

A Indicação nº 86, de 2025, será encaminhada nos termos regimentais.



# Matérias recebidas da Câmara dos Deputados







# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 226, DE 2022

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para adequar a terminologia referente a pessoa com transtorno do espectro autista.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2134596&filename=PL-226-2022](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2134596&filename=PL-226-2022)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 226/2022 [1 de 5]



Data do Documento: 28/11/2025

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para adequar a terminologia referente a pessoa com transtorno do espectro autista.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º .....

.....

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino;

.....” (NR)

“Art. 58. Entende-se por educação especial, para fins do disposto nesta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação.

.....” (NR)

“Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência,



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.  
https

Avulso do PL 226/2022 [2 de 5]

3045733



Data do Documento: 28/11/2025

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

transtorno do espectro autista e altas habilidades  
ou superdotação:

....." (NR)

"Art. 60. ....

Parágrafo único. O poder público adotará,  
como alternativa preferencial, a ampliação do  
atendimento aos educandos com deficiência,  
transtorno do espectro autista e altas habilidades  
ou superdotação na rede pública regular de ensino,  
independentemente do apoio às instituições de que  
trata este artigo." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua  
publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 12 de novembro de 2025.

HUGO MOTTA  
Presidente



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.  
[https](https://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx)

Avulso do PL 226/2022 [3 de 5]

3045733





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 734/2025/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência a Senhora  
Senadora DANIELLA RIBEIRO  
Primeira-Secretária do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhora Primeira-Secretária,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 226, de 2022, da Câmara dos Deputados, que “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para adequar a terminologia referente a pessoa com transtorno do espectro autista”.

Atenciosamente,

CARLOS VERAS  
Primeiro-Secretário



Para verificar a assinatura, acesse <https://infodas-autenticidade.assinaturas.camara.br/CD7517690A73D4>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Sr(a) Carlos Veras



Avulso do PL 226/2022 [4 de 5]

# LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) - 9394/96

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1996;9394>





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 2179, DE 2024

Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, para estabelecer o direito ao uso de pulseira de identificação de pessoa com transtorno do espectro autista a ela e a seus acompanhantes durante o atendimento nas instituições de saúde.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2432220&filename=PL-2179-2024](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2432220&filename=PL-2179-2024)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 2179/2024 [1 de 4]



Data do Documento: 28/11/2025



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, para estabelecer o direito ao uso de pulseira de identificação de pessoa com transtorno do espectro autista a ela e a seus acompanhantes durante o atendimento nas instituições de saúde.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, para estabelecer o direito ao uso de pulseira de identificação de pessoa com transtorno do espectro autista a ela e a seus acompanhantes durante o atendimento nas instituições de saúde.

Art. 2º A Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 3º-B:

“Art. 3º-B Durante o atendimento em instituições de saúde públicas ou privadas, a pessoa com transtorno do espectro autista e seus acompanhantes têm direito ao uso de pulseira de fita de cor lilás que facilite sua identificação.

Parágrafo único. A utilização da pulseira de que trata o *caput* deste artigo é opcional, e sua ausência não prejudica o exercício de direitos e garantias previstos em lei.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos 120 (cento e vinte) dias de sua publicação oficial.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 12 de novembro de 2025.

HUGO MOTTA  
Presidente



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.  
[http:](http://)

Avulso do PL 2179/2024 [2 de 4]

3045748





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 736/2025/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência a Senhora  
Senadora DANIELLA RIBEIRO  
Primeira-Secretária do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhora Primeira-Secretária,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 2.179, de 2024, da Câmara dos Deputados, que “Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, para estabelecer o direito ao uso de pulseira de identificação de pessoa com transtorno do espectro autista a ela e a seus acompanhantes durante o atendimento nas instituições de saúde”.

Atenciosamente,

CARLOS VERAS  
Primeiro-Secretário

Apresentação: 01/12/2025 16:22:32.103 - Mesa

DOC n.1594/2025



Para verificar a assinatura, acesse <https://infologia-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CN754892710700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Sr(a) Carlos Veras

Avulso do PL 2179/2024 [3 de 4]





# LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 12.764, de 27 de Dezembro de 2012 - Lei Berenice Piana (2012) - 12764/12  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2012;12764>

Avulso do PL 2179/2024 [4 de 4]





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 4811, DE 2024

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre a profissão de cuidador de pessoa com deficiência.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2838342&filename=PL-4811-2024](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2838342&filename=PL-4811-2024)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 4811/2024 [1 de 5]



Data do Documento: 28/11/2025



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre a profissão de cuidador de pessoa com deficiência.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre a profissão de cuidador de pessoa com deficiência, de forma a reconhecer a importância desse profissional no âmbito da política de acessibilidade à pessoa com deficiência.

Art. 2º O Título III da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), passa a vigorar acrescido do seguinte Capítulo V:

“CAPÍTULO V  
DO CUIDADOR DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Art. 76-A. O cuidador de pessoa com deficiência é considerado profissional essencial para a garantia de acessibilidade da pessoa com deficiência.

§ 1º Compete ao cuidador acompanhar e assistir a pessoa com deficiência, com vistas à sua independência e autonomia.

§ 2º O cuidador deve zelar pelo bem-estar da pessoa assistida como um todo, incluída a atenção à saúde, à alimentação, à higiene pessoal, à recreação, ao lazer e à cultura.



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.  
http:

Avulso do PL 4811/2024 [2 de 5]

3046656

Data do Documento: 28/11/2025

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

§ 3º É vedada a contratação de menor de 18 (dezoito) anos para o desempenho do trabalho de cuidador.

§ 4º O empregador pode exigir de candidatos à vaga de cuidador a apresentação de certidão de antecedentes criminais.

§ 5º A violação, por parte do cuidador, de qualquer direito ou garantia da pessoa com deficiência configura hipótese de justa causa que justifica a rescisão do contrato de trabalho pelo empregador."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 12 de novembro de 2025.

HUGO MOTTA  
Presidente



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.  
[http:](http://)

Avulso do PL 4811/2024 [3 de 5]

3046656



Apresentação: 01/12/2025 16:22:32.103 - Mesa

DOC n.1593/2025



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 737/2025/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência a Senhora  
Senadora DANIELLA RIBEIRO  
Primeira-Secretária do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhora Primeira-Secretária,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 4.811, de 2024, da Câmara dos Deputados, que “Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre a profissão de cuidador de pessoa com deficiência”.

Atenciosamente,

CARLOS VERAS  
Primeiro-Secretário



Para verificar a assinatura, acesse <https://infologia-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CN753413475000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Sr(a) Carlos Veras

Avulso do PL 4811/2024 [4 de 5]



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015) - 13146/15

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2015;13146>

Avulso do PL 4811/2024 [5 de 5]





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 6127, DE 2025

(nº 9250/2017, na Câmara dos Deputados)

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para dispor sobre o Plano Decenal de Assistência Social.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1628766&filename=PL-9250-2017](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1628766&filename=PL-9250-2017)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 6127/2025 [1 de 5]



Data do Documento: 28/11/2025



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para dispor sobre o Plano Decenal de Assistência Social.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 5º-A O Plano Decenal de Assistência Social, aprovado na forma do inciso XV do *caput* do art. 18 desta Lei, entrará em vigor por meio de lei e deverá ser elaborado a cada 10 (dez) anos, para definir objetivos, estratégias e metas para o aperfeiçoamento da política de assistência social.

Parágrafo único. As metas a serem estabelecidas no Plano a que se refere o *caput* deste artigo deverão ser aferíveis por meio das pesquisas e das bases de dados oficialmente utilizadas pelo Sistema Único de Assistência Social (Suas).”

“Art. 18. ....

.....

XV - apreciar e aprovar o Plano Decenal de Assistência Social;

XVI - monitorar e avaliar o Plano Decenal de Assistência Social, em articulação com o órgão a que se refere o *caput* do art. 17 desta Lei.

.....” (NR)



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.  
http:

Avulso do PL 6127/2025 [2 de 5]

3045730



Data do Documento: 28/11/2025

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 12 de novembro de 2025.

HUGO MOTTA  
Presidente



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.  
[http:](http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx?arquivo=6690A80D007323D4)

Avulso do PL 6127/2025 [3 de 5]

3045730



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 733/2025/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência a Senhora  
Senadora DANIELLA RIBEIRO  
Primeira-Secretária do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhora Primeira-Secretária,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 9.250, de 2017, da Câmara dos Deputados, que “Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para dispor sobre o Plano Decenal de Assistência Social”.

Atenciosamente,

CARLOS VERAS  
Primeiro-Secretário

Apresentação: 01/12/2025 16:22:32.103 - Mesa

DOC n.1591/2025



Para verificar a assinatura, acesse <https://infologia-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CN759780788700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Sr(a) Carlos Veras



Avulso do PL 6127/2025 [4 de 5]

# LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social (1993) - 8742/93

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1993;8742>





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 6128, DE 2025

(nº 7047/2014, na Câmara dos Deputados)

Institui o Programa de Cuidados na Família Extensa, como parte integrante da política de atendimento à criança e ao adolescente.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1224348&filename=PL-7047-2014](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1224348&filename=PL-7047-2014)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 6128/2025 [1 de 6]



Data do Documento: 28/11/2025



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Institui o Programa de Cuidados na Família Extensa, como parte integrante da política de atendimento à criança e ao adolescente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Cuidados na Família Extensa, como parte integrante da política de atendimento à criança e ao adolescente.

Art. 2º São objetivos do Programa de Cuidados na Família Extensa:

I - fortalecer os vínculos familiares e comunitários;

II - garantir o direito à convivência familiar e comunitária;

III - ofertar atenção especial às crianças e aos adolescentes, bem como às suas famílias, por meio de políticas públicas, com vistas preferencialmente ao retorno da criança e do adolescente de forma protegida à família natural;

IV - romper o ciclo da violência e da violação de direitos;

V - inserir e acompanhar sistematicamente as crianças e os adolescentes na rede de serviços com vistas à sua proteção integral e de sua família natural e extensa.

Art. 3º Compete aos Municípios e ao Distrito Federal a gestão do Programa de Cuidados na Família Extensa.

Art. 4º Compete ao executor do Programa de Cuidados na Família Extensa:



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.  
[https](https://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx)

Avulso do PL 6128/2025 [2 de 6]

3045702



Data do Documento: 28/11/2025

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

I - articular a rede de serviços para o atendimento integral e integrado das crianças, dos adolescentes e de suas famílias;

II - acompanhar a integração e o desenvolvimento da criança e do adolescente na família extensa;

III - acompanhar sistematicamente a família extensa;

IV - garantir a manutenção de vínculos da família natural com a criança ou o adolescente, nos casos em que não houver vedação de contato por decisão do Poder Judiciário;

V - contar, no mínimo, com 2 (dois) profissionais capacitados para o acompanhamento sistemático de até 20 (vinte) famílias nucleares e 20 (vinte) famílias extensas;

VI - ofertar capacitação continuada aos integrantes da equipe técnica do programa.

Art. 5º A inclusão dos integrantes da família extensa interessados em participar do Programa de Cuidados na Família Extensa estará vinculada à avaliação da equipe técnica do programa.

Parágrafo único. O estudo psicossocial envolverá a família natural e a extensa.

Art. 6º A família extensa deverá:

I - prestar informações sobre a situação da criança ou do adolescente atendido aos profissionais que acompanham o caso;

II - contribuir para a preparação da criança ou do adolescente para o retorno à família natural, sempre sob orientação técnica dos profissionais do Programa de Cuidados na Família Extensa;



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.  
<https://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>

Avulso do PL 6128/2025 [3 de 6]

3045702



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

III - comunicar imediatamente à equipe técnica do Programa de Cuidados na Família Extensa a impossibilidade de manutenção dos cuidados, responsabilizando-se pela criança ou pelo adolescente atendido até novo encaminhamento.

Art. 7º O integrante da família extensa poderá ser desligado do Programa de Cuidados na Família Extensa pelo descumprimento das obrigações e responsabilidades de cuidado.

Art. 8º Fica o executor do Programa de Cuidados na Família Extensa autorizado a conceder à família extensa o valor que estabelecer como ajuda de custo para cada criança ou adolescente atendido, durante o período em que perdurarem os cuidados, nos termos do regulamento.

§ 1º Em caso de crianças ou de adolescentes com deficiência ou com demandas específicas de saúde, devidamente comprovadas com laudo médico, o valor da ajuda de custo poderá ser ampliado em, no mínimo, 1/3 (um terço).

§ 2º Em caso de atendimento, pela mesma família, de mais de uma criança ou adolescente, o valor da ajuda de custo será proporcional ao número de crianças e de adolescentes.

Art. 9º Ficam os Municípios e o Distrito Federal autorizados a conceder aos integrantes da família extensa isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), em razão dos cuidados prestados em favor da criança ou do adolescente atendido.

Art. 10. O executor do Programa de Cuidados na Família Extensa editará normativas e orientações técnicas para implementação do programa, e a ausência dessas normas não poderá ser impeditivo para a sua efetivação.



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.  
<https://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>

Avulso do PL 6128/2025 [4 de 6]

3045702

Data do Documento: 28/11/2025

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Art. 11. A União e os Estados apoiarão a implementação do Programa de Cuidados na Família Extensa como política pública.

Art. 12. Poderão ser utilizados recursos federais, estaduais, distritais e municipais, inclusive dos Fundos Especiais, desde que cumpridos os requisitos legais, para a manutenção do Programa de Cuidados na Família Extensa, facultado o repasse de recursos para o integrante da família extensa.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 12 de novembro de 2025.

HUGO MOTTA  
Presidente



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.  
<https://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>

Avulso do PL 6128/2025 [5 de 6]

3045702





Apresentação: 01/12/2025 16:22:32.103 - Mesa

DOC n.1589/2025



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 731/2025/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência a Senhora  
Senadora DANIELLA RIBEIRO  
Primeira-Secretária do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhora Primeira-Secretária,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 7.047, de 2014, da Câmara dos Deputados, que "Institui o Programa de Cuidados na Família Extensa, como parte integrante da política de atendimento à criança e ao adolescente".

Atenciosamente,

CARLOS VERAS  
Primeiro-Secretário



Para verificar a assinatura, acesse <https://infodas.autenticidade.assinaturas.camara.br/CD75E4A5166500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Sr(a) Carlos Veras

Avulso do PL 6128/2025 [6 de 6]



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 6130, DE 2025

(nº 4328/2016, na Câmara dos Deputados)

Institui o Estatuto da Pessoa com Obesidade.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1431850&filename=PL-4328-2016](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1431850&filename=PL-4328-2016)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 6130/2025 [1 de 18]



Data do Documento: 28/11/2025

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Institui o Estatuto da Pessoa com Obesidade.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**CAPÍTULO I**  
**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Fica instituído o Estatuto da Pessoa com Obesidade, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas vitimadas pelo acúmulo excessivo de gordura corporal e pelo ganho de peso, associados a problemas de saúde, nos termos do regulamento.

Art. 2º A pessoa com obesidade goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, asseguradas a ela, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades para a preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Art. 3º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar à pessoa com obesidade, consideradas suas prioridades, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação adequada, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreenderá:



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.  
[http:](http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx)

Avulso do PL 6130/2025 [2 de 18]

3045726

Data do Documento: 28/11/2025

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

I - atendimento adequado e individualizado perante os órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população;

II - destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas de saúde com foco nas políticas de prevenção e de tratamento da obesidade;

III - viabilização de formas alternativas de tratamento, de inserção no mercado de trabalho e de acesso à cultura e ao lazer de forma coerente e segura;

IV - capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de nutrição e de endocrinologia e na prestação de serviços à pessoa com obesidade;

V - estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais da obesidade, de forma a compreendê-la como doença e não como questão meramente estética;

VI - garantia de acesso à rede de serviços de saúde local para o tratamento das doenças decorrentes da obesidade e de seus sintomas diretos;

VII - garantia de acesso à rede de serviços socioassistenciais para prevenção ou redução de ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças e de vitimizações à pessoa com obesidade;

VIII - coibição das manifestações gerais de intimação sistemática (*bullying*), por meio de campanhas educativas e de esclarecimento da população, com o objetivo de compreender melhor a obesidade e os transtornos alimentares.



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.  
[http:](http://)

Avulso do PL 6130/2025 [3 de 18]

3045726

Data do Documento: 28/11/2025

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Art. 4º Nenhuma pessoa com obesidade será objeto de qualquer tipo de negligência, de discriminação, de violência, de crueldade ou de opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, deverá ser punido na forma da lei.

§ 1º É dever de todos prevenir a ameaça ou a violação aos direitos da pessoa com obesidade.

§ 2º As obrigações previstas nesta Lei não excluirão outras decorrentes dos princípios por ela adotados.

Art. 5º O poder público deverá zelar, no que couber, pelo cumprimento dos direitos da pessoa com obesidade definidos nesta Lei.

Art. 6º A proteção da pessoa com obesidade é um direito social, nos termos desta Lei e da legislação vigente.

Art. 7º É obrigação do poder público garantir à pessoa com obesidade a proteção à saúde, mediante efetivação de políticas públicas sociais que permitam o tratamento adequado, a alimentação saudável e a vida em condições de dignidade, considerando a obesidade como o resultado de diversas interações genéticas, ambientais e comportamentais, entre outros aspectos.

**CAPÍTULO II**  
**DO DIREITO À LIBERDADE, AO RESPEITO E À DIGNIDADE**

Art. 8º É obrigação do poder público e da sociedade assegurar à pessoa com obesidade a liberdade, o respeito e a dignidade, garantindo-lhe o exercício dos direitos civis, políticos, individuais, sociais e da dignidade da pessoa humana.



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.  
<http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>

Avulso do PL 6130/2025 [4 de 18]

3045726

Data do Documento: 28/11/2025

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

§ 1º O direito à liberdade compreenderá, entre outros, os seguintes aspectos:

I - faculdade de ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;

II - exercício de opinião e expressão;

III - exercício de crença e culto religioso;

IV - prática de esportes e de diversões adequados às suas condições físicas, resguardada a sua integridade;

V - participação na vida familiar e comunitária;

VI - participação na vida política, na forma da lei;

VII - faculdade de buscar refúgio, auxílio e orientação.

§ 2º O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral, abrangida a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, de valores, ideias e crenças, dos espaços e dos objetos pessoais da pessoa com obesidade.

**CAPÍTULO III  
DOS ALIMENTOS**

Art. 9º Se a pessoa com obesidade ou seus familiares não possuírem condições econômicas de prover o seu sustento de forma adequada e saudável, com vistas a assegurar o equilíbrio de sua alimentação, o poder público poderá responsabilizar-se por esse provimento, no âmbito da assistência social.



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.  
[http:](http://)

Avulso do PL 6130/2025 [5 de 18]

3045726



Data do Documento: 28/11/2025

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Art. 10. Fica o poder público responsável pela criação de programas de reeducação alimentar no processo de atendimento clínico da pessoa com obesidade, em suas estruturas de saúde e de segurança alimentar.

Parágrafo único. É assegurada a todos a alimentação saudável no ambiente escolar e hospitalar.

CAPÍTULO IV  
DO DIREITO À SAÚDE

Art. 11. A organização das ações e dos serviços de prevenção e de tratamento do sobrepeso e da obesidade no Sistema Único de Saúde (SUS) observará as seguintes diretrizes:

I - diagnóstico da população assistida no SUS, de modo a identificar os indivíduos com sobrepeso e obesidade a partir da classificação de seu estado nutricional, de acordo com a fase do curso da vida, ou seja, crianças, adolescentes, adultos, gestantes e pessoas idosas;

II - estratificação de risco da população de acordo com a classificação do seu estado nutricional e a presença de outros fatores de risco e comorbidades;

III - organização da oferta integral de cuidados na Rede de Atenção à Saúde (RAS) por meio da definição de competências de cada ponto de atenção, do estabelecimento de mecanismos de comunicação entre eles, bem como da garantia dos recursos necessários ao seu funcionamento, segundo o planejamento de cada ente federativo e os princípios e as diretrizes de universalidade, de equidade, de regionalização, de hierarquização e de integralidade da atenção à saúde;



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.  
[http:](http://)

Avulso do PL 6130/2025 [6 de 18]

3045726



Data do Documento: 28/11/2025

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

IV - abordagem multiprofissional nas ações de prevenção, de promoção da saúde e de tratamento da obesidade, nos diferentes pontos de atenção da RAS;

V - utilização de sistemas de informação que permitam o acompanhamento do cuidado, da gestão de casos e da regulação do acesso aos serviços de atenção especializada, bem como o monitoramento e a avaliação das ações e dos serviços;

VI - investigação e monitoramento dos principais determinantes do sobrepeso e da obesidade;

VII - articulação de ações intersetoriais para promoção da saúde, de forma a apoiar os indivíduos, as famílias e as comunidades na adoção de modos de vida saudáveis que permitam a manutenção ou a recuperação do peso saudável;

VIII - garantia de financiamento adequado para prevenção e tratamento do sobrepeso e da obesidade na Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas;

IX - formação de profissionais da saúde para a prevenção, o diagnóstico e o tratamento do sobrepeso e da obesidade, de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde;

X - garantia da oferta de apoio diagnóstico e terapêutico adequado para o tratamento do sobrepeso e da obesidade, com efetivação de modelo centrado no usuário, baseado nas suas necessidades de saúde, respeitadas as diversidades étnico-raciais, culturais, sociais e religiosas;



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.  
[http:](http://)

Avulso do PL 6130/2025 [7 de 18]

3045726



Data do Documento: 28/11/2025

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

XI - garantia da oferta de práticas integrativas e complementares para a promoção de saúde, a prevenção de agravos e o tratamento das pessoas com sobrepeso e obesidade.

Art. 12. À pessoa com obesidade mórbida internada ou em observação é assegurado o direito a acompanhante, e o órgão de saúde deverá proporcionar as condições adequadas para a sua permanência em tempo integral, segundo o critério médico.

Parágrafo único. Caberá ao profissional de saúde responsável pelo tratamento conceder autorização para o acompanhamento do paciente ou, no caso de impossibilidade, justificá-la por escrito.

Art. 13. As instituições de saúde deverão atender aos critérios mínimos para o atendimento às necessidades da pessoa com obesidade, promovendo o treinamento e a capacitação dos profissionais, a orientação a cuidadores familiares de pessoa com obesidade mórbida e os grupos de autoajuda e automotivação.

CAPÍTULO V  
DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA, DO ESPORTE E DO LAZER

Art. 14. A pessoa com obesidade tem direito à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, a diversões, a espetáculos, a produtos e a serviços que respeitem sua peculiar condição de excesso de peso.

§ 1º É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar à pessoa com excesso de peso o direito previsto no *caput* deste artigo, protegendo-a de toda forma de violência, de negligência e de discriminação.



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.  
<http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.asp>

Avulso do PL 6130/2025 [8 de 18]

3045726

Data do Documento: 28/11/2025



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

§ 2º Os estabelecimentos de ensino públicos e privados deverão disponibilizar mobiliário adequado, que suporte as especificidades dos alunos acima do peso, vedada a cobrança de valores adicionais de qualquer natureza em suas mensalidades, anuidades e matrículas no cumprimento dessa determinação.

§ 3º O estudo da obesidade e dos transtornos alimentares deverá ser incluído como tema transversal nos currículos da educação básica, de forma problematizada, de modo a evitar simplificações que culpabilizem a própria vítima.

§ 4º O estabelecimento de ensino deverá modelar atividades físicas e esportivas adequadas à criança, ao adolescente e ao jovem com obesidade, durante as aulas práticas de educação física, de forma a preservar o aluno de discriminação, de *bullying* e de situações vexatórias ou excludentes.

§ 5º Os estabelecimentos destinados a diversão, tais como cinemas, bares, restaurantes e congêneres, deverão ter mobiliário adequado para o atendimento à pessoa com obesidade, com vistas ao seu conforto, bem-estar e segurança.

CAPÍTULO VI  
DA PROFISSIONALIZAÇÃO E DO TRABALHO

Art. 15. É vedada a prática de qualquer ato discriminatório para efeito de estabelecimento ou manutenção de relação de trabalho por motivo de obesidade.

§ 1º Ressalvados os casos em que a natureza do cargo o exigir, é vedada a previsão de restrições por motivo



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.  
[http:](http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx)

Avulso do PL 6130/2025 [9 de 18]

3045726

Data do Documento: 28/11/2025

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

de obesidade para a participação de candidato em concurso público.

§ 2º A prática de ato discriminatório prevista no *caput* deste artigo, sem prejuízo da eventual reparação por danos morais, faculta ao empregado uma das seguintes opções:

I - a reintegração, com ressarcimento integral de todo o período de afastamento, mediante pagamento das remunerações devidas, corrigidas monetariamente e acrescidas dos juros legais;

II - a percepção, em dobro, da remuneração do período de afastamento, corrigida monetariamente e acrescida dos juros legais; ou

III - o pagamento de multa correspondente a 5 (cinco) vezes o valor do maior salário pago pelo empregador à vítima do ato discriminatório.

Art. 16. O poder público criará e estimulará programas de:

I - profissionalização especializada para a pessoa com obesidade, de forma a aproveitar seus potenciais e habilidades para atividades regulares e remuneradas;

II - estímulo às empresas privadas para admissão de pessoa com obesidade ao trabalho.

CAPÍTULO VII  
DA ASSISTÊNCIA E DA GARANTIA DE DIREITOS

Art. 17. Os serviços, os programas, os projetos e os benefícios no âmbito da política pública de assistência social à pessoa com obesidade e sua família têm como objetivo garantir a segurança, a acolhida, a habilitação e a reabilitação e o desenvolvimento e a manutenção da autonomia



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.  
<http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>

Avulso do PL 6130/2025 [10 de 18]

3045726

Data do Documento: 28/11/2025

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

e da convivência familiar e comunitária, para promover o acesso a direitos e a plena participação social, nos termos da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), e das demais normas aplicáveis.

§ 1º A assistência social à pessoa com obesidade, nos termos do *caput* deste artigo, deverá envolver o conjunto articulado de serviços no âmbito da proteção social básica e da proteção social especial ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social (Suas), para a garantia de seguranças fundamentais no enfrentamento de situações de vulnerabilidade e de risco, por fragilização de vínculos e ameaça ou violação de direitos.

§ 2º Os serviços socioassistenciais destinados à pessoa com obesidade em situação de dependência deverão contar com cuidadores sociais para prestar-lhe cuidados básicos e instrumentais.

**CAPÍTULO VIII  
DA HABITAÇÃO**

Art. 18. Nos programas habitacionais subsidiados com recursos públicos, a pessoa com obesidade ou com obesidade mórbida goza de prioridade na aquisição de imóvel em piso térreo para moradia própria, observado o seguinte:

I - reserva de, pelo menos, 3% (três por cento) das unidades habitacionais residenciais em piso térreo para atendimento a pessoa com obesidade;

II - implantação de equipamentos urbanos comunitários que atendam a especificidade da pessoa com obesidade;



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.  
<http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>

Avulso do PL 6130/2025 [11 de 18]

3045726



Data do Documento: 28/11/2025

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

III - eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas, para garantia de acessibilidade à pessoa com obesidade.

**CAPÍTULO IX  
DO TRANSPORTE**

Art. 19. À pessoa com obesidade é garantida a utilização dos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos, seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares, com acesso exclusivo pela porta localizada em oposição à roleta.

§ 1º Nos veículos de transporte coletivo de que trata este artigo, serão adaptados 10% (dez por cento) dos assentos para a pessoa com obesidade, com uso de poltronas sem braços, garantida a utilização preferencial pelo público a que se destinam, e esses assentos ficarão identificados por placas.

§ 2º É vedada a cobrança adicional, a qualquer título, à pessoa com obesidade em qualquer tipo de transporte público que desempenhe a atividade de transporte de passageiros.

**CAPÍTULO X  
DAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO**

Art. 20. As medidas de proteção à pessoa com obesidade são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:

- I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
- II - por falta, omissão ou abuso da família, curador ou entidade de atendimento;



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.  
<http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>

Avulso do PL 6130/2025 [12 de 18]

3045726

Data do Documento: 28/11/2025

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

III - em razão de sua condição pessoal ou de fragilidade.

Art. 21. As medidas de proteção à pessoa com obesidade previstas nesta Lei poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente e levarão em conta a preservação da saúde e da qualidade de vida, os fins sociais a que se destinam e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

CAPÍTULO XI  
DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO À PESSOA COM OBESIDADE

Art. 22. A política de atendimento à pessoa com obesidade será executada por meio do conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais.

Parágrafo único. São linhas de ação da política de atendimento prevista no *caput* deste artigo:

I - políticas e programas de saúde, de assistência social e de educação em caráter educativo e supletivo, para aqueles que necessitarem;

II - serviços especiais de prevenção e de atendimento às vítimas de discriminação, de maus-tratos, de exploração, de abuso, de crueldade e de opressão;

III - proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos humanos;

IV - mobilização da opinião pública com vistas à participação dos diversos segmentos da sociedade na divulgação das causas da obesidade e suas interações.

Art. 23. Os estabelecimentos de atendimento de saúde, de assistência social, de apoio psicológico e de nutrição, entre outros, são responsáveis pela manutenção das



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.  
[http:](http://)

Avulso do PL 6130/2025 [13 de 18]

3045726



Data do Documento: 28/11/2025

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

próprias unidades, observadas as disposições desta Lei, para efeito de atendimento da pessoa com obesidade.

Parágrafo único. Para atender ao disposto neste artigo, os estabelecimentos de atendimento referidos no *caput* deste artigo deverão:

I - oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, de higiene, de salubridade e de segurança;

II - contar com equipamentos e estrutura adaptada para atender às especificidades da pessoa acima do peso, com obesidade ou com obesidade mórbida.

Art. 24. As unidades de saúde que desenvolvem programas de prevenção, de tratamento e de combate da obesidade adotarão as seguintes diretrizes:

I - manutenção de grupos de apoio;

II - atendimento regular para tratamentos de longo prazo;

III - promoção da saúde por meio da adoção de novos hábitos alimentares;

IV - observância das terapias de saúde em conjunção com atividades físicas adequadas.

Art. 25. Constituem obrigações das unidades de atendimento:

I - especificar o tipo de atendimento prestado, se for o caso;

II - observar os direitos e as garantias de que são titulares as pessoas com obesidade;

III - fornecer vestuário adequado para realização de exames;



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.  
[http:](http://)

Avulso do PL 6130/2025 [14 de 18]

3045726



Data do Documento: 28/11/2025

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

IV - oferecer instalações físicas em condições adequadas de segurança;

V - oferecer atendimento personalizado;

VI - diligenciar com vistas à preservação dos vínculos familiares;

VII - comunicar à autoridade competente de saúde toda ocorrência de pessoa com obesidade com doenças infectocontagiosas e com agravamento de sua debilidade física.

Art. 26. Regem-se pelas disposições desta Lei as ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados à pessoa com obesidade, referentes à omissão ou ao oferecimento insatisfatório de:

I - acesso às ações e aos serviços de saúde;

II - atendimento especializado à pessoa com obesidade ou obesidade mórbida com limitação incapacitante;

III - atendimento especializado à pessoa com obesidade com doença infectocontagiosa.

Parágrafo único. As hipóteses previstas neste artigo não excluem da proteção judicial outros interesses difusos, coletivos, individuais indisponíveis ou homogêneos protegidos em lei.

CAPÍTULO XII  
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27. As despesas decorrentes da implementação desta Lei correrão por conta dos recursos destinados pelo SUS, conforme a legislação aplicável.



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.  
[http:](http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx)

Avulso do PL 6130/2025 [15 de 18]

3045726





Data do Documento: 28/11/2025

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Art. 28. Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 12 de novembro de 2025.

HUGO MOTTA  
Presidente



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.  
[http:](http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx?arquivo=6690A80D007323D4)

Avulso do PL 6130/2025 [16 de 18]

3045726





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 732/2025/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência a Senhora  
Senadora DANIELLA RIBEIRO  
Primeira-Secretária do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhora Primeira-Secretária,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 4.328, de 2016, da Câmara dos Deputados, que “Institui o Estatuto da Pessoa com Obesidade”.

Atenciosamente,

CARLOS VERAS  
Primeiro-Secretário

Apresentação: 01/12/2025 16:22:32.103 - Mesa

DOC n.1590/2025



Para verificar a assinatura, acesse <https://infologia-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CN753802191800> Avulso do PL 6130/2025 [17 de 18]



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social (1993) - 8742/93

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1993;8742>



## Ofício da Câmara dos Deputados



Data do Documento: 03/12/2025



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 325/2025/SGM-P

Brasília, 2 de dezembro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador DAVI ALCOLUMBRE  
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de PEC para promulgação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para os fins constantes do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, a Proposta de Emenda à Constituição nº 72, de 2023, do Senado Federal, que “Altera o art. 155 da Constituição Federal para conceder imunidade do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) aos veículos que especifica”.

Atenciosamente,

HUGO MOTTA  
Presidente



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/3058209>

3058209



## Ofício da Câmara dos Deputados

- Nº 325, de 2025, na origem, encaminhando, para promulgação, a Proposta de Emenda à Constituição nº 72, de 2023, que *“Altera o art. 155 da Constituição Federal para conceder imunidade do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores a veículos terrestres de passageiros com vinte anos ou mais de fabricação”*.

Será convocada oportunamente Sessão Solene do Congresso Nacional para a promulgação da Emenda Constitucional.



## Pareceres aprovados em Comissão





## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 71, DE 2025

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei nº 5473, de 2025, do Senador Renan Calheiros, que Altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, e a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para dispor, respectivamente, sobre alíquotas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) em relação às fintechs e sobre o aumento da participação governamental na arrecadação líquida das apostas de quota fixa; e institui o Programa de Regularização Tributária para Pessoas Físicas de Baixa Renda (Pert-Baixa Renda).

**PRESIDENTE:** Senador Renan Calheiros

**RELATOR:** Senador Eduardo Braga

02 de dezembro de 2025



Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1632408678>





**PARECER Nº , DE 2025**

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei nº 5.473, de 2025, do Senador Renan Calheiros, que altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, e a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para dispor, respectivamente, sobre alíquotas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) em relação às fintechs e sobre o aumento da participação governamental na arrecadação líquida das apostas de quota fixa; e institui o Programa de Regularização Tributária para Pessoas Físicas de Baixa Renda (Pert-Baixa Renda).

Relator: Senador **EDUARDO BRAGA**

**I – RELATÓRIO**

Chega a esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para análise em caráter terminativo, o Projeto de Lei (PL) nº 5.473, de 2025, do Senador Renan Calheiros, que tem como objetivos:

(i) elevar as alíquotas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidentes sobre alguns tipos de instituições financeiras, merecendo destaque a majoração da tributação das chamadas *fintechs*;

(ii) aumentar de 12% para 24% a participação governamental na arrecadação líquida das apostas de quota fixa (*bets*), bem com distribuir o incremento aos demais entes federados nos anos de 2026 a 2028;

(iii) instituir o Programa de Regularização Tributária para Pessoas Físicas de Baixa Renda (Pert-Baixa Renda); e

(iv) prever a possibilidade de o residente ou domiciliado no exterior pleitear, no prazo de cinco anos, a restituição do Imposto sobre a Renda



Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1632408678>



3  
2

SF/25748.56771-24

Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre os lucros e dividendos remetidos para beneficiário no exterior pago a maior em relação aos limites estabelecidos no dispositivo legal.

Para tanto, a proposição está dividida em quatro Capítulos, conforme descrito a seguir.

O art. 1º, único dispositivo do Capítulo I, descreve o objetivo do PL.

O Capítulo II, composto pelos arts. 2º e 3º, trata das alterações relativas às contribuições sociais.

No art. 2º, altera-se a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, para elevar a alíquota da CSLL incidente sobre alguns tipos de instituições financeiras, com aumento de 9% para 15%, no caso de instituições de pagamento; administradoras de mercado de balcão organizado; bolsas de valores e de mercadorias e futuros; entidades de liquidação e compensação; e outras sociedades que venham a ser consideradas instituições financeiras pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Já as sociedades de capitalização e as sociedades de crédito, financiamento e investimentos terão aumento da alíquota de 15% para 20%.

O art. 3º, por sua vez, versa sobre a contribuição social das *bets* sobre a Receita Bruta de Jogo, a GGR (*Gross Gaming Revenue*), que passa de 12% para 24% mediante mudança no art. 30 da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018. A GGR corresponde ao produto da arrecadação das *bets*, após deduzidos os valores com pagamento de prêmios e com o Imposto sobre a Renda (IR) incidente sobre a premiação. Esse acréscimo de 12% será destinado à seguridade social, para ações na área da saúde. A destinação dos outros 12% (originais) permanece como está hoje.

Relativamente aos exercícios financeiros de 2026 a 2028, o valor do incremento de 12% pertencente à União destinado à seguridade social será entregue, parcial ou integralmente, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para assunção de despesas com seguridade social em montante equivalente à insuficiência de compensação das perdas de arrecadação do IRRF, incidentes sobre rendimentos pagos por suas administrações diretas, autarquias e fundações, pelo PL nº 1.087, de 2025.



je-mv-rb2025-12533

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1632408678>



O Capítulo III (arts. 4º a 14) institui, no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), o Pert-Baixa Renda, com vistas à regularização de débitos tributários e não tributários vencidos até a data de publicação da lei, inclusive aqueles abrangidos por parcelamentos anteriores, rescindidos ou ativos, em discussão administrativa ou judicial, ou decorrentes de lançamento de ofício realizado após a publicação da norma, desde que o requerimento de adesão seja apresentado dentro do prazo legal.

Poderão aderir ao programa as pessoas físicas que, no ano-calendário de 2024, tenham auferido rendimentos tributáveis mensais de até R\$ 7.350,00 ou anuais de até R\$ 88.200,00. A adesão ocorrerá mediante requerimento efetuado no prazo de noventa dias contado da publicação da lei e abrangerá os débitos indicados pelo sujeito passivo, na condição de contribuinte ou responsável.

A adesão ao Pert-Baixa Renda implica confissão irrevogável e irretratável dos débitos incluídos no parcelamento, bem como a aceitação plena das condições legais estabelecidas, o compromisso de pagamento regular das parcelas e a vedação à inclusão dos débitos em outros parcelamentos, ressalvado o reparcelamento previsto no artigo 14-A da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

No âmbito da RFB e da PGFN, o sujeito passivo poderá liquidar os débitos mediante as modalidades previstas nos arts. 2º e 3º da Lei nº 13.496, de 24 de outubro de 2017, observando-se o escalonamento de benefícios conforme a faixa de renda. Contribuintes com rendimentos mensais de até R\$ 5.000,00, ou anuais de até R\$ 60.000,00, terão fruição integral dos benefícios, enquanto aqueles com rendimentos entre R\$ 5.000,00 e R\$ 7.350,00 mensais, ou entre R\$ 60.000,00 e R\$ 88.200,00 anuais, terão fruição parcial e decrescente de descontos e reduções, a qual será apurada conforme fórmula descrita no § 1º do art. 5º.

O valor mínimo de cada prestação mensal é fixado em R\$ 200,00. Para incluir débitos em discussão administrativa ou judicial, o sujeito passivo deverá desistir, previamente, das impugnações, recursos ou ações judiciais relativas aos débitos que serão quitados, renunciando a quaisquer alegações de direito. O autor da ação fica dispensado do pagamento de honorários advocatícios.



*je-mv-rb2025-12533*

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1632408678>



Os depósitos judiciais e extrajudiciais vinculados aos débitos incluídos no parcelamento serão transformados em pagamento definitivo. Caso remanesçam débitos não liquidados, estes poderão ser quitados na forma do Pert-Baixa Renda. Após a transformação dos depósitos, o sujeito passivo poderá requerer o levantamento do saldo restante, desde que não existam outros débitos exigíveis.

A dívida objeto do parcelamento será consolidada na data do requerimento de adesão, dividida pelo número de parcelas indicadas. O deferimento do pedido de adesão fica condicionado ao pagamento à vista ou da primeira parcela até o último dia útil do mês do requerimento. Cada prestação mensal será acrescida de juros correspondentes à taxa Selic, acumulada mensalmente, e de um por cento relativo ao mês de pagamento.

De acordo com o art. 11, observadas as garantias do direito de defesa, o contribuinte será excluído do parcelamento nas seguintes hipóteses: (i) falta de pagamento de três parcelas consecutivas ou seis alternadas; (ii) falta de pagamento de uma única parcela quando todas as demais estiverem pagas; (iii) constatação, pela RFB ou pela PGFN, de ato destinado ao esvaziamento patrimonial do devedor com intuito de fraudar o parcelamento; ou (iv) concessão de medida cautelar fiscal em desfavor do optante.

Em caso de exclusão, os valores liquidados serão restabelecidos à cobrança, sendo apurado o valor original do débito com os acréscimos legais até a data da rescisão, deduzindo-se as parcelas efetivamente pagas.

O art. 12 dispõe que a adesão ao parcelamento implica manutenção automática de gravames oriundos de arrolamento de bens, medidas cautelares fiscais e garantias prestadas, salvo no caso de imóvel penhorado ou oferecido em garantia de execução, hipótese em que o sujeito passivo poderá requerer a alienação por iniciativa particular.

O PL estabelece que a RFB e a PGFN editarão, no prazo de trinta dias contados da publicação da lei, os atos necessários à execução e regulamentação do Pert-Baixa Renda.

No Capítulo IV, que traz as disposições finais, o art. 15 estabelece que o residente ou domiciliado no exterior poderá pleitear, no prazo de cinco anos e conforme o disposto no artigo 168 do Código Tributário Nacional (CTN – Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), o crédito correspondente à diferença apurada quando a soma da alíquota efetiva de tributação incidente sobre os



*je-mv-rb2025-12533*

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1632408678>



lucros da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, distribuidora de lucros e dividendos, e a alíquota aplicável à remessa desses lucros e dividendos ao beneficiário no exterior superar a soma das alíquotas nominais do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da CSLL.

Finalmente, o art. 16 determina a vigência da futura lei na data de sua publicação, com produção de efeitos a partir do primeiro dia do ano seguinte ao de sua publicação e após decorridos 90 (noventa) dias desta.

Conforme explica o nobre Senador Renan Calheiros, o PL busca conciliar responsabilidade fiscal com sensibilidade social, estruturando-se sobre três pilares: (i) manutenção da justiça tributária em setores altamente lucrativos; (ii) adequação da tributação sobre o segmento de apostas de quota fixa para garantir equilíbrio federativo; e (iii) criação de mecanismo de recuperação financeira para cidadãos de baixa renda (Pert-Baixa Renda), promovendo a reinserção econômica de milhões de brasileiros.

Até o momento, não foram apresentadas emendas ao projeto.

## II – ANÁLISE

### Aspectos Jurídicos

No que tange à **regimentalidade**, não se verifica qualquer óbice à tramitação da proposição, uma vez que foram observadas integralmente as disposições do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), não havendo vícios formais que impeçam seu regular processamento. Destaca-se que, nos termos do art. 99 do RISF, compete à CAE opinar sobre os aspectos econômicos, financeiros e tributários das matérias que lhe forem submetidas por despacho da Presidência, dispensada a competência do Plenário para os projetos de lei ordinária de autoria de Senador (art. 91, I, do RISF).

Quanto à **constitucionalidade**, o PL respeita os parâmetros aplicáveis, quer no tocante à legitimidade da iniciativa parlamentar no processo legislativo, quer quanto à competência da União e do Congresso Nacional para legislar sobre direito tributário (arts. 24, inciso I; 48, inciso I; 153, III, 195; todos da CF).



*je-mv-rb2025-12533*

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1632408678>



Ademais, ressalta-se que a escolha da espécie normativa – lei ordinária – revela-se adequada, em consonância com o art. 150, inciso I, da CF, que colaciona o princípio da legalidade.

Igualmente, no que tange à **juridicidade**, a proposição respeita os princípios gerais de direito e não apresenta vício de injuridicidade. Isto é, o PL é dotado de abstração e generalidade, com potencial para inovar o ordenamento jurídico e compatível com princípios e normas que regem o sistema jurídico vigente.

No que concerne à **técnica legislativa**, o projeto, de forma geral, está em conformidade com os ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que disciplina o processo de elaboração das leis, apresentando linguagem clara, direta e que segue uma ordem lógica.

São necessários apenas pequenos ajustes redacionais, promovidos pela emenda apresentada ao final. Em que pese a Comissão Diretora possa efetuar as correções apontadas no momento da elaboração da redação final (art. 98, V, RISF), entendemos que o imediato aperfeiçoamento do texto contribui para a eficiência do processo legislativo.

No art. 16, relativo à cláusula de vigência, efetuamos alteração para deixar o texto mais claro e didático, sempre observando os princípios da anterioridade e da noventena.

Quanto à **adequação financeira-orçamentária**, é importante ressaltar que o ajuste das alíquotas da CSLL sobre as instituições financeiras e equiparadas constava na Medida Provisória (MPV) nº 1.303, de 11 de junho de 2025, que perdeu eficácia em 8 de outubro passado. Naquela ocasião, a estimativa de aumento de arrecadação era de R\$ 1,58 bilhão para o exercício de 2026 e R\$ 1,582 bilhão para 2027 (Exposição de Motivos nº 41/2025 MF MGI).

No caso do incremento da tributação sobre as *bets*, a referida MPV também trazia previsão semelhante. A estimativa para o aumento de receita era de R\$ 1,7 bilhão para 2026 e o mesmo montante para 2027, considerando um percentual adicional da contribuição de 6% sobre o GGR. No caso do PL nº 5.473, de 2025, o percentual adicional é de 12% do GGR, o que garantirá, conforme enuncia a Justificação, R\$ 3,4 bilhões, R\$ 4,8 bilhões, R\$ 5,1 bilhões, respectivamente, em 2026, 2027 e 2028, tomando-se como base o relatório do



je-mv-rb2025-12533

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1632408678>



primeiro semestre divulgado pela Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda.

Portanto, podemos estimar que o PL sob análise gere impacto fiscal positivo relativo às alterações na CSLL de instituições financeiras e na tributação de apostas, nos termos da tabela abaixo:

| Medida                | 2026              | 2027              | 2028              |
|-----------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| Alíquota da CSLL      | R\$ 1.580 milhões | R\$ 1.582 milhões | R\$ 1.582 milhões |
| Apostas de Quota Fixa | R\$ 3.400 milhões | R\$ 4.800 milhões | R\$ 5.100 milhões |
| TOTAL                 | R\$ 4.980 milhões | R\$ 6.382 milhões | R\$ 6.682 milhões |

Desse modo, constatam-se a constitucionalidade, a juridicidade, a obediência à forma regimental e à técnica legislativa, bem como a adequação orçamentária e financeira do PL nº 5.473, de 2025.

Mérito

No **mérito**, as medidas merecem aprovação.

O PL promove, inicialmente, alterações relevantes na tributação da CSLL, especialmente no que se refere às instituições financeiras e entidades equiparadas.

Atualmente, as alíquotas são as seguintes: (i) 20% para bancos de qualquer espécie (ii) 15% para instituições financeiras como seguradoras, sociedades de capitalização, distribuidoras de valores mobiliários, corretoras de câmbio e de valores mobiliários, administradoras de cartões de crédito e cooperativas de crédito, e (iii) 9% para as demais pessoas jurídicas, incluindo *fintechs*.

A nova redação proposta à Lei nº 7.689, de 1989, reorganiza os grupos e eleva as alíquotas para determinados segmentos. O inciso I do art. 3º do referido diploma legal passa a prever a alíquota de 15% para pessoas jurídicas de seguros privados, instituições de pagamento (nos termos da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013) e para aquelas listadas nos incisos II, III e V a XIII do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 2001.



je-mv-rb2025-12533  
Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1632408678>



Dessa forma, passam a também estar sujeitas à alíquota de 15% as instituições de pagamento; administradoras de mercado de balcão organizado; bolsas de valores e de mercadorias e futuros; entidades de liquidação e compensação; e outras sociedades que venham a ser consideradas instituições financeiras pelo CMN.

Já o inciso II-A do art. 3º da Lei nº 7.689, de 1989, estende a alíquota de 20%, antes aplicável apenas para os bancos de qualquer espécie (inciso I da LCP nº 105, de 2001), para sociedades de crédito, financiamento e investimentos, e para pessoas jurídicas de capitalização.

A medida fortalece a sustentabilidade fiscal e corrige distorções no sistema tributário, especialmente no que diz respeito à capacidade contributiva de instituições com maior lucratividade.

Para as *fintechs*, especialmente aquelas classificadas como instituições de pagamento nos termos da Lei nº 12.865, de 2013, o PL promove um aumento da alíquota da CSLL de 9% para 15%. Essa mudança representa uma equiparação dessas entidades com outras instituições financeiras tradicionais e propicia maior isonomia entre entidades reguladas e supervisionadas pelo Banco Central do Brasil ao corrigir distorções na carga tributária entre instituições que realizam operações semelhantes.

Em relação às *bets*, a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, previu modelo de tributação que adota a prática reconhecida pela experiência internacional correspondente à incidência sobre o GGR (resultado da diferença entre o total arrecadado com apostas e o valor disponível para o pagamento de prêmios).

Do GGR – que é o produto da arrecadação das *bets*, após a dedução das premiações e do Imposto de Renda sobre os prêmios – o montante de **12%** possui **vinculação legal** a determinadas áreas sociais e econômicas. Essas destinações compulsórias impostas pela lei (“destinações sociais ou econômicas”) possuem natureza jurídico-tributária.

O remanescente (que atualmente é de 88%) é destinado à cobertura de despesas de custeio e manutenção das *bets* (agentes operadores de apostas) e ao lucro.



je-mv-rb2025-12533

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1632408678>





Nos termos do art. 3º do PL, o modelo de tributação sobre o GGR será mantido, mas a alíquota total será elevada de 12% para 24%, sendo esse adicional destinado à seguridade social (com foco em ações na área da saúde). A medida, sem dúvida, corrige uma grave distorção tributária. Além disso, o aumento visa mitigar externalidades negativas e custos sociais associados aos jogos.

Ressaltamos a importante previsão de que, nos exercícios de 2026 a 2028, o valor do incremento de 12% será destinado, parcial ou integralmente, aos demais entes federados para assunção de despesas com seguridade social. A medida é relevante para o equilíbrio federativo, uma vez que contribui para a compensação das perdas de arrecadação do IRRF incidentes sobre rendimentos pagos por Estados, Distrito Federal e Municípios, cujo valor será afetado pela justa isenção do Imposto sobre Renda conferida pelo PL nº 1.087, de 2025, às pessoas de baixa renda.

O projeto também enfrenta o problema do superendividamento das famílias de baixa renda, instituindo o Pert-Baixa Renda para pessoas físicas com renda mensal de até R\$ 7.350,00. O programa utiliza a estrutura de benefícios de programas anteriores, mas inova ao escalonar os descontos, garantindo benefícios integrais a quem possui renda até R\$ 5.000,00, em demonstração de justiça social e responsabilidade orçamentária.

Frisamos que a obrigação de pagar tributos possui um peso significativo para o orçamento das famílias de baixa renda, uma vez que parcela considerável de seus ganhos está comprometida com consumo básico (moradia, alimentação, transporte, saúde).

Quanto ao endividamento no crédito privado, as famílias de baixa renda tendem a se endividar em modalidades de crédito mais caras e com maiores taxas de juros. A taxa Selic em níveis altos limita o acesso ao crédito e dificulta a recuperação financeira das famílias mais vulneráveis. Isso significa que a parcela do orçamento das famílias que poderia ser destinada à quitação dos tributos acaba sendo comprometida pelo pagamento das dívidas bancárias.

Além disso, essas pessoas não têm acesso a planejamento financeiro ou assessoria para entender isenções ou regimes simplificados, o que pode levar a atrasos, multas ou encargos maiores. Assim, a proposição, ao possibilitar a regularização das dívidas dos contribuintes de baixa renda, caminha na direção da recuperação financeira de milhões de brasileiros, o que torna sua aprovação imperativa para justiça tributária e coesão social.



*je-mv-rb2025-12533*

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1632408678>



11  
10

SF/25748.56771-24

O art. 15 do PL relaciona-se às discussões no âmbito do PL nº 1.087, de 2025, na parte em que institui a tributação mínima para as pessoas físicas que auferem altas rendas. Isso porque os lucros ou dividendos pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos ao exterior ficarão sujeitos à incidência do IRRF à alíquota de 10%, para acompanhar a tributação mínima nacional.

Caso se verifique que a soma dessa alíquota de 10% com a alíquota efetiva de tributação dos lucros da pessoa jurídica domiciliada no Brasil distribuidora dos lucros e dividendos ultrapassa a soma das alíquotas nominais do IRPJ e da CSLL, será concedido, por opção do beneficiário residente ou domiciliado no exterior, crédito calculado sobre o montante de lucros e dividendos.

O valor do crédito corresponderá ao resultado obtido por meio da multiplicação do montante dos lucros e dividendos pagos pela diferença entre: (i) a alíquota efetiva de tributação dos lucros da pessoa jurídica, acrescida de dez pontos percentuais; e (ii) o percentual das alíquotas nominais aplicáveis (34%, 40% ou 45%).

Contudo, o PL nº 1.087, de 2025, limita o prazo do pedido do crédito a 360 dias, o que contraria o prazo aplicável atualmente. A proposta corrige essa impropriedade ao dispor que o pleito pode ser realizado em cinco anos, conforme dispõe o art. 168 do CTN.

Está claro que as medidas contidas no PL encontram amparo nos princípios da capacidade contributiva, da justiça tributária e da solidariedade no custeio da Seguridade Social, aperfeiçoando a legislação e criam uma política de regularização fiscal voltada ao cidadão de baixa renda.

A aprovação do projeto coopera para o equilíbrio fiscal brasileiro, fazendo com que setores altamente lucrativos, que atualmente contribuem aquém de seu potencial, passem a recolher tributos de forma mais progressiva, atendendo ao disposto no § 4º do art. 145 da CF, incluído pela Reforma Tributária por meio de emenda do autor do PL ora em apreço, Senador Renan Calheiros (nº 664-CCJ). O dispositivo determina que as alterações na legislação tributária buscarão atenuar efeitos regressivos.

*je-mv-rb2025-12533*

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1632408678>

### III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, adequação orçamentária e financeira e boa técnica legislativa do PL nº 5.473, de 2025, e, no mérito, pela sua **aprovação**, com as emendas abaixo.

### COMPLEMENTO DE VOTO (26/11/2025)

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei nº 5.473, de 2025, do Senador Renan Calheiros, que altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, e a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para dispor, respectivamente, sobre alíquotas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) em relação às fintechs e sobre o aumento da participação governamental na arrecadação líquida das apostas de quota fixa; e institui o Programa de Regularização Tributária para Pessoas Físicas de Baixa Renda (Pert-Baixa Renda).

### I – RELATÓRIO

Na 37ª reunião ordinária desta Comissão, realizada em 4 de novembro de 2025, foi lido o relatório sobre o Projeto de Lei (PL) nº 5.473, de 2025, do Senador Renan Calheiros, que tem como objetivos:

(i) elevar as alíquotas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidentes sobre alguns tipos de instituições financeiras, merecendo destaque a majoração da tributação das chamadas *fintechs*;



je-mv-rb2025-12533

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1632408678>



13  
12

SF/25748.56771-24

(ii) aumentar de 12% para 24% a participação governamental na arrecadação líquida das operadoras de apostas de quota fixa (*bets*), bem com distribuir o incremento aos demais entes federados nos anos de 2026 a 2028;

(iii) instituir o Programa de Regularização Tributária para Pessoas Físicas de Baixa Renda (Pert-Baixa Renda); e

(iv) prever a possibilidade de o residente ou domiciliado no exterior pleitear, no prazo de cinco anos, a restituição do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre os lucros e dividendos remetidos para beneficiário no exterior pago a maior em relação aos limites estabelecidos no dispositivo legal.

Naquela ocasião, o voto foi pela aprovação da matéria, com duas emendas para aperfeiçoamento técnico. Na sequência, foi solicitada e concedida vista coletiva, nos termos do art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Desde então, foram apresentadas mais 173 (cento e setenta e três) emendas à proposição, conforme quadro consolidado anexo, que serão analisadas neste complemento.

## II – ANÁLISE

### II.1. Emendas Apresentadas

Na segmentação por temas, destaque-se que a maior parte das emendas traz pontos relacionados ao PL nº 1.087, de 2025, que *altera as Leis n.ºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para instituir a redução do imposto sobre a renda devido nas bases de cálculo mensal e anual e a tributação mínima para as pessoas físicas que auferem altas rendas; e dá outras providências*, aprovado recentemente nas duas Casas do Congresso Nacional e encaminhado para sanção presidencial.

As emendas apresentadas demonstram que o PL se tornou o principal veículo legislativo no Senado para modular, corrigir e inserir matérias ligadas à Reforma da Tributação sobre a Renda (PL nº 1.087, de 2025).

Pelo Requerimento nº 121, de 2025-CAE, foi solicitada a retirada das Emendas n.ºs 14-T e 18-T.



*je-mv-rb2025-12533*

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1632408678>



Para facilitar a compreensão do panorama proposto, as emendas foram agrupadas em cinco áreas temáticas, detalhadas na sequência.

### II.1.1 Alterações na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

No ponto em que o PL propõe elevar a CSLL das “instituições de pagamento” (*fintechs*) e outros tipos de instituições financeiras, houve apresentação de diversas propostas de alteração.

Um grupo de emendas (Emendas n<sup>os</sup> 2, 4, 6 e 20) busca barrar a elevação de alíquota. Elas propõem desde a supressão total do dispositivo (Emendas n<sup>os</sup> 4 e 6) até a criação de alíquotas intermediárias (12% na Emenda n<sup>o</sup> 20) ou regras de transição mais suaves – de 10% a 15% ao longo do tempo (Emendas n<sup>o</sup> 2, 163 e 173). A tese central dessas emendas é que a alíquota efetiva das *fintechs* já seria maior que a dos bancos.

Cinco emendas idênticas, ou muito similares (Emendas n<sup>os</sup> 3, 19, 22, 24 e 28), criam uma Alíquota Efetiva Total (AET) mínima de 17,5%, correspondente à soma do IRPJ e da CSLL, para todo o setor financeiro, em vez de subir a alíquota nominal das *fintechs*. Na prática, isso atingiria os bancos (que, segundo as emendas, possuem uma alíquota efetiva menor que a mínima) e manteria a carga tributária sobre as *fintechs* (que possuem alíquota efetiva maior).

Um terceiro grupo (Emendas n<sup>os</sup> 12, 27, 34, 37, 43, 64, 89 e 162) foca em ressaltar classes específicas de contribuintes do aumento de 15%. A tese é que Infraestruturas de Mercado (B3, *Clearings*), *fintechs* de crédito (SCDs/SEPs) e Instituições de Pagamento de Frete (IPEFs) não exercem atividade financeira típica ou possuem particularidades que aconselham tratamento diferenciado, além de executarem políticas públicas ou já possuírem carga tributária elevada.

Há emendas que propõem ajustes finos, como mover “Capitalização” para a alíquota menor (Emenda n<sup>o</sup> 1) ou elevar a alíquota dos bancos para 25% (Emendas n<sup>os</sup> 25 e 26) ou para 21% (Emenda n<sup>o</sup> 5).

### II.1.2. Alteração nas *Bets* (GGR, Novos Tributos e aspectos regulatórios)



je-mv-rb2025-12533  
Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1632408678>



O art. 3º do PL, que eleva a contribuição social sobre o GGR (*Gross Gaming Revenue*) das empresas operadoras de apostas de quotas fixas, também foi alvo de muitas propostas.

O PL propôs 76% do GGR para o operador e 24% para o governo, contra os atuais 88% e 12%, respectivamente. A Emenda nº 170 propõe que 82% do GGR fique com o operador. Já a Emenda nº 13 propõe uma mudança mais radical: apenas 30% para o operador e 70% para o governo, com base nas graves externalidades negativas. Outras emendas fazem pequenos ajustes, como a Emenda nº 16, que reduz a fatia do operador para 75%.

Algumas emendas propõem aumentar a carga sobre as *bets* para além do GGR. A Emenda nº 15 estabelece a alíquota da CSLL em 25% sobre o lucro. Por sua vez, a Emenda nº 11 eleva as alíquotas da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) para 14,4%. Já as Emendas nºs 63 e 107 criam uma CIDE-Bets com alíquota de 15% incidente sobre o valor total de cada aposta (*handle*), em que o apostador é o contribuinte. As Emendas nºs 150, 151 e 153 propõem a mesma CIDE, mas se diferenciam na destinação: o produto da arrecadação será distribuído aos Municípios, pelos critérios do FPM.

As Emendas nºs 8 e 9 obrigam as operadoras a reportarem dados trimestrais (faturamento, prêmios) e a incluírem avisos sobre os malefícios do jogo na publicidade.

Já a Emenda nº 91 realoca um ponto percentual da fatia destinada ao Ministério do Esporte e o destina diretamente à Comissão Desportiva Militar do Brasil (CDMB).

A Emenda nº 154 introduz uma pauta regulatória. Em vez de tratar de alíquotas, estabelece normas de *compliance* e fiscalização para combater os operadores não autorizados.

### **II.1.3. A Reforma da Tributação sobre a Renda (Associação ao PL nº 1.087, de 2025)**

As propostas visam utilizar o PL nº 5.473, de 2025, para pautar os ajustes na Reforma da Tributação sobre a Renda (IRPF mínimo e isenção do IRPF para rendas mais baixas).



*je-mv-rb2025-12533*

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1632408678>



Um grupo de cinco emendas (Emendas nºs 29, 36, 44, 72 e 95) insere a correção automática anual da tabela do IRPF (e de todas as deduções) pelo IPCA.

A Emenda nº 97 eleva o gatilho da “tributação mínima” de R\$ 600 mil para R\$ 1,2 milhão anuais e cria uma alíquota progressiva (0% a 10%) até R\$ 2,4 milhões. As Emendas nºs 104, 111 e 112 propõem reduzir a alíquota de retenção na fonte (IRRF) sobre dividendos de 10% para 0,01%.

Já as Emendas nºs 94, 137, 138 e 150 alteram a referência da alíquota efetiva de “valor devido” para “valor da despesa de imposto”, o que inclui, assim, os impostos diferidos no cálculo.

Em relação à tributação sobre lucros e dividendos promovida pelo PL nº 1.087, de 2025, foram apresentadas diversas emendas.

As Emendas nºs 31, 38, 46 e 75 visam garantir a isenção dos lucros gerados até 31/12/2025. A Emenda nº 75 corrige o prazo para a deliberação a fim de alinhá-lo ao prazo legal da assembleia (abril de 2026). Por sua vez, as Emendas nºs 166 e 167 procuram compatibilizar a regra de transição da tributação de dividendos (que permite pagamento até 2028) com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das S.A.).

Por meio das Emendas nºs 168 e 169 procura-se criar a “Reserva de Lucros não Tributáveis” na Lei das S.A. para destinar o lucro de 2025 para essa reserva (até a aprovação das contas) a fim de garantir a isenção.

No que se refere aos lucros e dividendos remetidos para o exterior, as emendas têm os seguintes objetivos: criar isenções para investimentos produtivos (Emenda nº 21); criar transição para o aumento de alíquotas (Emenda nº 74); isentar investidores de países com acordo de Não Bitributação (Emendas nºs 82, 83, 93, 148 e 149); permitir o uso de prejuízo fiscal para pagar o Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF) (Emendas nºs 32, 40, 41, 78, 79); estabelecer teto de 34% para a carga total (Emendas nºs 80, 81).

A Emenda nº 88 cria isenção de dividendos para empresas que reinvestem o dobro do valor em bens de capital. A Emenda nº 98 restringe a cobrança de lucros e dividendos remetidos ao exterior apenas a pessoas físicas e *trusts*. Por sua vez, as Emendas nºs 96 e 100 criam uma regra de transição (escalonamento) para a alíquota do IRRF sobre dividendos remetidos ao



*je-mv-rb2025-12533*

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1632408678>



exterior, começando em 2% (2026) e subindo para 10% somente em 2030. A Emenda nº 100 adiciona um “prêmio” de redução de até 50% na alíquota para investimentos de longo prazo (mais de 2 anos).

As Emendas nºs 135 e 136 criam uma nova faixa de isenção para o IRRF. O valor remetido ao exterior fica isento desde que obedecido o limite de 10% do Investimento Estrangeiro no Brasil (IED) registrado no Banco Central.

As Emendas nºs 99, 113 e 114 isentam da “tributação mínima” (anual) os ganhos de capital de estrangeiros (residentes em não-paráiso fiscal) na Bolsa de Valores.

Já as Emendas nºs 30, 39, 68, 71, 101, 119, 120, 121, 122, 133, 134, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 155, 156, 157, 158, 159, 160 procuram impedir que a “tributação mínima” do sócio anule os incentivos fiscais (como Lei do Bem e Lei Rouanet) da empresa, tratando o incentivo como “imposto pago”.

As Emendas nºs 121 e 122 permitem que a despesa do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) seja deduzida do lucro contábil para o cálculo da alíquota efetiva da empresa.

Um grupo de emendas protege ajustes contábeis e subvenções. As Emendas nºs 123 e 124 resguardam a depreciação acelerada. As Emendas nºs 125 e 126 protegem o crédito presumido de ICMS, e as Emendas nºs 127 e 128 o crédito presumido de Contribuição para o PIS/Pasep e de Cofins. As Emendas nºs 129 e 130 visam proteger os juros sobre capital próprio, e as de nºs 131 e 132, a amortização de ágio.

As Emendas nºs 33, 45, 73 e 92 excluem expressamente os sócios das empresas optantes pelo regime do Simples Nacional, previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da nova tributação de dividendos. Por seu turno, algumas emendas blindam os profissionais liberais (médicos, arquitetos, advogados), por meio da isenção dos dividendos (Emendas nºs 86 e 87), da permissão das deduções do livro caixa (Emenda nº 23) ou pela concessão de crédito no valor do IR<sup>1</sup> pago pela PJ<sup>2</sup> vinculando-o ao sócio (Emenda nº 69). A Emenda nº 152 permite que honorários (contratuais

<sup>1</sup> Imposto sobre a Renda.

<sup>2</sup> Pessoa Jurídica.



*je-mv-rb2025-12533*

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1632408678>





ou de sucumbência) recebidos de processos que tramitaram por 2 anos ou mais tenham uma apuração separada (similar aos Rendimentos Recebidos Acumuladamente – RRA).

A Emenda nº 35 isenta da “tributação mínima” do IRPF as empresas do setor de serviços que gastam 30% ou mais do faturamento com folha de pagamento.

Um teto de 27,5% (alíquota máxima do IRPF) para a carga tributária combinada (PJ efetiva + Pessoa Física mínima) é fixado pelas Emendas nºs 76 e 77. As Emendas nºs 164 e 165 substituem a alíquota nominal (34%) pela alíquota efetiva média (24,32% geral e 36,90% para financeiras).

As Emendas nºs 115 e 116 propõem a correção anual (pelo índice da LOA) dos valores da tributação mínima.

As Emendas nºs 117 e 118 permitem que os sócios (pessoas físicas) utilizem, para seu redutor, a alíquota efetiva da empresa operacional (onde o lucro foi gerado), e não da *holding*.

#### II.1.4. Compensação entes subnacionais

O PL (art. 3º) utiliza a receita do aumento do percentual sobre o GGR incidente sobre as empresas de apostas de quotas fixas para compensar Estados e Municípios pela perda de IRRF gerada pelo PL nº 1.087, de 2025.

Um grupo de emendas considera a fonte prevista no PL como insuficiente. Elas impõem a obrigação à União (Emendas nºs 54, 55) de efetivar a compensação, ou criam um “gatilho” para o caso em que a receita das *bets* não seja suficiente para cobrir o déficit. Nessa hipótese, a União deverá complementar a diferença por meio de assistência financeira complementar (Emendas nºs 66 e 67) ou de desconto no Pasep (Emendas nºs 65 e 70).

A Emenda nº 171 torna permanente a destinação da receita das apostas para a seguridade social (compensação federativa), ao remover a limitação temporal (2026-2028) do texto original.

#### II.1.5. Benefícios Setoriais e Deduções do IRPF



je-mv-rb2025-12533

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1632408678>



19  
18

SF/25748.56771-24

Por fim, um grande volume de emendas insere pautas setoriais e amplia deduções do IRPF.

A Emenda nº 48 inclui a reclassificação de arrendamento como atividade rural. A Emenda nº 47 estabelece a isenção de IRPF para a receita rural de até R\$ 508 mil. Já a Emenda nº 49 expande a alíquota zero de Contribuição para o PIS/Pasep e de Cofins para bioinsumos e rações.

Permitem-se novas deduções de IRPF: despesas com cuidadores de idosos/PCD, enfermeiros e medicamentos de uso contínuo (Emendas nºs 56, 57 e 58); despesas com livros e apostilas (Emenda nº 59); e aluguéis para o locatário, além de isenção parcial para o locador (Emenda nº 60).

Propõe-se ainda o restabelecimento da dedução do INSS patronal do empregado doméstico (Emenda nº 61); isenção para aposentados e pensionistas com mais de 65 anos que auferiram rendimentos de até R\$ 5 mil (Emenda nº 62); isenção parcial para trabalhadores na ativa com doenças graves (Emenda nº 85); dedução integral das contribuições extraordinárias a fundos de pensão para cobrir déficits (Emendas nºs 42 e 90); e incentivos a biocombustíveis (Emendas nºs 50, 51 e 52).

A Emenda nº 10 estabelece que apenas 25% dos rendimentos em moeda estrangeira de servidores do governo brasileiro no exterior integrem a base de cálculo do IRPF.

As Emendas nºs 53 e 105 isentam do IR e do IOF as Letras de Crédito (LCM) e Certificados de Recebíveis (CRM) lastreados em Pequenas e Médias Empresas, replicando o modelo dos CRIs e CRAs.

A Emenda nº 7 propõe vedar que normas infralegais (como resoluções do CMN) criem exigências ou restrições adicionais àquelas previstas em lei para a renegociação de dívidas rurais por perdas climáticas.

A Emenda nº 102 veda explicitamente que distribuidoras de combustível tomem crédito de Contribuição para o PIS/Pasep e de Cofins no regime monofásico. A Emenda nº 103 define regras claras para o registro de contratos derivativos (que não são depositados), visando dar segurança jurídica ao mercado.



*je-mv-rb2025-12533*  
Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1632408678>



A Emenda nº 108 introduz a tributação de serviços digitais (como *software*, *streaming*, publicidade *online*) prestados por empresas estrangeiras sem estabelecimento físico no Brasil.

A Emenda nº 106 introduz matéria sobre conformidade fiscal, alterando as regras do Cadin (Cadastro de Inadimplentes da União). A Emenda nº 161, por sua vez, propõe um aumento temporário (para os exercícios de 2025 e 2026) de até 3 pontos percentuais no crédito do Reintegra.

A Emenda nº 17 unifica a alíquota do IR em 20% para todas as aplicações financeiras e para os Juros sobre Capital Próprio (JCP).

Por fim, a Emenda nº 172 amplia o escopo do PERT. Transforma o “Pert-Baixa Renda” (teto R\$ 88 mil/ano) em “Pert-PF”, elevando o teto de renda para R\$ 600.000,00 anuais.

## II.2. Emendas Acatadas

Em relação às alíquotas da CSLL, a nova redação proposta à Lei nº 7.689, de 1989, reorganiza os grupos e eleva as alíquotas para determinados segmentos, como já explicado no relatório. Frisamos que, para as *fintechs* classificadas como instituições de pagamento nos termos da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, o PL promove um aumento da alíquota da CSLL de 9% para 15%.

A alíquota de 20%, antes aplicável apenas aos bancos, incidirá sobre sociedades de crédito, financiamento e investimentos, e pessoas jurídicas de capitalização.

A medida fortalece a sustentabilidade fiscal e propicia isonomia entre entidades reguladas e supervisionadas pelo Banco Central do Brasil ao corrigir distorções na carga tributária entre instituições que realizam operações semelhantes.

Contudo, após analisar as emendas apresentadas sobre o tema, acatamos parcialmente as de nºs 2-T e 163, para efetivar o aumento das alíquotas de forma gradual. Assim, as alíquotas da CSLL a serem majoradas passam dos atuais 9% para 12% em 2026 e para 15% a partir de 2028. Para os casos em que a alíquota atual é de 15%, os percentuais são majorados para 17,5% em 2026 e 20% a partir de 2028.



je-mv-rb2025-12533

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1632408678>



21  
20

SF/25748.56771-24

Muito se tem discutido, nas últimas semanas, sobre as injustiças tributárias que envolvem as *bets* e as instituições de pagamento chamadas *fintechs*, bem como as diferenças de tratamento em relação ao sistema bancário. No entanto, é preciso destacar que há um problema ainda mais grave, que não podemos continuar ignorando: refiro-me às *bets* e às *fintechs* irregulares, mas que, mesmo assim, estão sendo utilizadas como instrumentos de lavagem de dinheiro e de operacionalização de apostas ilegais, sem que consigamos fechar essas portas.

Já foram identificados cerca de R\$ 50 bilhões manipulados por essas estruturas de forma ilegal. E o mais preocupante: isso tem ocorrido sem qualquer manifestação do Coaf, do Banco Central ou até mesmo da Receita Federal. Esse dinheiro não está fora do radar, ou em algum ambiente inacessível; ele está dentro dos bancos, circulando livremente por meio de operações de Pix e movimentações bancárias corriqueiras. Há, inclusive, quem estime no mercado que esse valor possa chegar a R\$ 150 bilhões.

Quero enfatizar: essa situação é gravíssima. Não estamos mais diante de lavagem de dinheiro em moldes antigos, como o caixa dois. Estamos falando de lavagem de dinheiro realizada por meio de instrumentos financeiros oficiais, totalmente integrados ao sistema bancário brasileiro. Essa prática precisa ser enfrentada e encerrada definitivamente.

Acredito que este projeto que estamos construindo é uma oportunidade não apenas para coibir essa criminalidade que se espalha pelo País, mas também para corrigir as distorções que recaem sobre os agentes econômicos que atuam legalmente. Se já existe injustiça tributária sobre aquelas empresas que cumprem suas obrigações, ela é ainda maior quando verificamos que elas concorrem com outras que operam à margem da lei, não pagam impostos, movimentam volumes astronômicos de dinheiro e utilizam, sem qualquer restrição, o sistema financeiro nacional. E nós, agentes públicos, somos monitorados rigorosamente.

Diante disso, reafirmo meu compromisso com o enfrentamento dessa situação. É urgente que o País pare de fazer de conta que esse problema não existe. O Estado brasileiro precisa enxergar o que hoje está ocorrendo diante de todos nós: o uso criminoso do sistema financeiro para lavar dinheiro e movimentar operações ilegais de apostas.

Nesse sentido, apresentamos um conjunto de regras que entendemos relevantes para possibilitar o combate à exploração irregular das



je-mv-rb2025-12533

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1632408678>

apostas de quota fixa, com foco em proteger os apostadores, fortalecer a economia popular e garantir a integridade do setor.

Inicialmente, como frisado em nosso relatório apresentado em 4 de novembro, o art. 3º do Projeto versa sobre a contribuição social das *bets* sobre a Receita Bruta de Jogo, a GGR (*Gross Gaming Revenue*), que passa dos atuais 12% para 24%, mediante mudança no art. 30 da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018. A GGR corresponde ao produto da arrecadação das *bets*, após deduzidos os valores com pagamento de prêmios e com o Imposto sobre a Renda (IR) incidente sobre a premiação. Esse acréscimo de 12% será destinado à seguridade social, para ações na área da saúde.

Ao passo em que entendemos legítima a alteração, também consideramos que o percentual deve ser mensurado com cautela, levando-se em consideração o panorama vigente, descrito acima, de dificuldade na regulação e fiscalização do setor.

Nosso receio é que a elevação pretendida, que dobra de forma abrupta o percentual vigente, prejudique as empresas já legalizadas, enquanto as irregulares continuarão a atuar impunemente e sem recolher um centavo sequer aos cofres públicos. Dessa feita, propomos o aumento de seis pontos percentuais (em acolhimento à Emenda nº 170), o que resulta no montante de 18% da GGR, como proposto pelo Poder Executivo na MPV nº 1.303, de 2025. Mas adotamos um incremento escalonado, de maneira que o valor seja de 15% para os anos de 2026 e 2027, e passe para 18% a partir de 2028.

Relativamente aos exercícios financeiros de 2026 a 2028, o incremento de 3% ou de 6% será destinado, parcial ou integralmente, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para assunção de despesas com seguridade social em montante equivalente à insuficiência de compensação das perdas de arrecadação do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte, incidentes sobre rendimentos pagos por suas administrações diretas, autarquias e fundações, pela proposição que reforme a tributação da renda

Por outro lado, nossa proposta estabelece critérios mais claros para a autorização de operação de apostas, reforçando que o Ministério da Fazenda poderá negar autorizações quando houver dúvidas sobre a idoneidade de administradores e controladores. Além disso, passam a existir requisitos mínimos para comprovação de idoneidade, com intuito de garantir que apenas operadores confiáveis atuem legalmente.



je-mv-rb2025-12533

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1632408678>



23  
22

SF/25748.56771-24

Considerando a relevância do tema relacionado à publicidade ou propaganda em meios de comunicação, sejam eles físicos ou digitais, propõe-se também a inclusão, na legislação, de um canal direto de comunicação com as empresas provedoras de conexão e de aplicações de internet, a fim de viabilizar a efetiva remoção de conteúdos publicitários que violem a Lei ou sua regulamentação. Propõe-se, ainda, a previsão expressa de responsabilização das pessoas físicas ou jurídicas que divulguem publicidade ou propaganda em favor de empresas que atuem de forma ilegal.

Ainda sobre a responsabilidade das empresas de internet, fixamos em até 48 horas úteis o prazo para remoção de conteúdos irregulares. Ademais, deverão fornecer informações sobre publicidade de apostas quando solicitado. O objetivo é criar uma rede de fiscalização mais ágil e eficaz, capaz de impedir a propagação de operações ilegais.

As instituições financeiras e de pagamento também recebem novas obrigações. Elas deverão elaborar relatórios semestrais de conformidade, detalhando contas, transações e controles internos relacionados a operadores de apostas. Esses relatórios, públicos e eletrônicos, devem respeitar a privacidade e a Lei Geral de Proteção de Dados. Ademais, essas instituições passarão a integrar sistemas de compartilhamento de informações sobre fraudes eletrônicas, podendo bloquear ou analisar com maior rigor transações suspeitas.

No âmbito do Pix, o Banco Central regulamentará mecanismos específicos para prevenir o uso indevido da infraestrutura por operadores não autorizados. Isso inclui filtros automáticos, integração com diretórios de risco, marcações visuais em extratos e modalidades de transações exclusivas para operadores autorizados. De forma geral, todas as instituições deverão adotar procedimentos de diligência reforçados e ficarão proibidas de estabelecer qualquer parceria com agentes não autorizados.

A proposta ainda prevê a criação do Índice de Conformidade Regulatória em Apostas (ICRA), que avaliará o grau de adesão das instituições às normas de prevenção a apostas ilegais. Esse índice poderá servir como critério para benefícios ou restrições regulatórias, incentivando boas práticas no setor.

O descumprimento das novas normas traz sanções administrativas significativas, como multas de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por operação irregular e a suspensão temporária de serviços prestados pelos

*je-mv-rb2025-12533*

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1632408678>

operadores. Também mantém a responsabilização administrativa, civil e penal de dirigentes e administradores.

É importante frisar que essas regras consolidam textos já discutidos no Congresso Nacional, a exemplo do que ocorreu no âmbito da Comissão Mista da MPV nº 1.303, de 2025. As Emendas nºs 8-T, 9-T e 154 versam sobre a regulação das *bets* e são parcialmente acatadas.

Assim, ao tempo em que buscamos adequar o percentual incidente sobre o GGR da atividade de apostas de quotas fixas para 18%, como visto anteriormente, intensificamos os mecanismos para o combate a agentes ilegais, que exerçam, sem a devida autorização, as atividades ora em discussão. É essencial que o Estado tenha instrumentos legais suficientes para fiscalizar o setor de apostas e relacionados, de forma que possa restringir serviços financeiros e publicidade indevidos.

Em relação às modificações do PL nº 1.087, de 2025, como nesta data ainda não houve a publicação da lei sancionada, não foi possível realizarmos as modificações nos próprios dispositivos da lei resultante. Apresentamos assim uma redação mais genérica.

Nada impede, contudo, que a Câmara dos Deputados, durante a tramitação deste PL nº 5.473, de 2025, adapte o conteúdo que ora aprovamos à redação específica da nova lei.

Acatamos a Emenda nº 75, pois o texto do PL nº 1.087, de 2025, vincula a isenção dos lucros e dividendos apurados até dezembro de 2025 à aprovação da distribuição até 31 de dezembro de 2025. Esse dispositivo acarreta uma impossibilidade material e jurídica para a maioria dos contribuintes, uma vez que o encerramento contábil do exercício de 2025 e a consequente deliberação sobre a destinação do lucro líquido somente ocorrem no exercício subsequente. Assim, propomos que a aprovação possa ocorrer até 30 de abril de 2026.

Acreditamos ser salutar, por segurança jurídica, explicitar que os benefícios fiscais previstos em lei não afetarão a determinação da alíquota efetiva para fins de aplicação do redutor da tributação mínima do IRPF. Nesse sentido, acatamos total ou parcialmente as Emendas nºs 30, 39, 68, 71, 101, 119 e 120 para esclarecer que os valores dispendidos com doações, patrocínios e deduções incentivadas do imposto devido não afetem o valor devido para fins de apuração da alíquota efetiva das pessoas jurídicas.



*je-mv-rb2025-12533*

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1632408678>



25  
24

SF/25748.56771-24

Pelo mesmo motivo de segurança jurídica, incorporamos o texto do art. 6º da Lei nº 8.134, de 1990, para deixar expresso que o contribuinte que perceber rendimentos do trabalho não assalariado poderá deduzir da receita decorrente do exercício da respectiva atividade para fins de determinação da base de cálculo da tributação mínima do IRPF:

- i) a remuneração paga a terceiros, desde que com vínculo empregatício, e os encargos trabalhistas e previdenciários;
- ii) os emolumentos pagos a terceiros;
- iii) as despesas de custeio pagas, necessárias à percepção da receita e à manutenção da fonte produtora.

Acatamos, assim, parcialmente a Emenda nº 23.

Adotamos em parte o conteúdo da Emenda nº 10-T, do Senador Renan Calheiros, para garantir que apenas 25% dos rendimentos recebidos em moeda estrangeira por servidores brasileiros no exterior integrem a base de cálculo da alíquota mínima do IRPF. Como bem explanado pelo nobre Senador, não se trata de privilégio, mas mecanismo de neutralidade tributária, que compensa o alto custo de vida no exterior e a ausência de serviços públicos locais. A medida não cria novo benefício, pois existe regra semelhante hoje prevista no § 3º do art. 5º da Lei nº 9.250, de 1995, e garante coerência normativa, segurança jurídica, isonomia e respeito ao princípio da capacidade contributiva para servidores em missão no exterior.

Também ficamos convencidos da necessidade de alterar a legislação tributária no ponto referente às deduções das contribuições à previdência complementar fechada patrocinada pelo poder público. Atualmente, a lei limita a dedução de contribuições no IRPF a doze por cento da base de cálculo, sem diferenciar contribuições ordinárias das extraordinárias. Essas últimas, porém, têm natureza distinta: não aumentam patrimônio e são impostas para cobrir déficits atuariais, garantindo a solvência dos planos e a preservação dos direitos dos participantes.

Ao sujeitar contribuições extraordinárias ao mesmo limite das contribuições regulares, a legislação atual gera tratamento fiscal inadequado,



*je-mv-rb2025-12533*

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1632408678>





razão pela qual acatamos a Emenda nº 90, do Senador Esperidião Amin, para expressamente autorizar a dedução de tais contribuições da base do IRPF, sem limite de dedutibilidade.

No que se refere aos JCP, enquanto são tributados à alíquota de 15%, as aplicações financeiras são tributadas pelo mecanismo de alíquotas regressivas previsto nos incisos I a IV do *caput* do art. 1º da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, variando entre 22,5% e 15%, conforme o prazo da aplicação. Não há justificativa econômica para o JCP ser tributado por alíquota mais baixa que a maior parte das aplicações financeiras. Por essa razão, propomos a majoração da alíquota incidente sobre os JCP para 17,5%, o que se alinha à média das aplicações financeiras, conforme informações do Ministério da Fazenda. Assim, restam parcialmente acatadas as Emendas nºs 17-T, 26-T.

Em virtude das alterações propostas, decorrentes das emendas acatadas, apresentamos também emendas para adequar o texto da ementa do projeto, bem como de seu art. 1º e de sua cláusula de vigência.

### III – VOTO

Ante o exposto, de forma complementar ao nosso relatório apresentado em 4 de novembro de 2025, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, adequação orçamentária e financeira e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 5.473, de 2025, e, no mérito, pela sua **aprovação**, com o acolhimento integral ou parcial das Emendas nºs 2-T, 8-T, 9-T, 10-T, 17-T, 23-T, 26-T, 30-T, 39-T, 68-T, 71, 75, 90, 101, 119, 120, 154, 163, 170 e 173, na forma das emendas abaixo, rejeitadas as demais emendas.

### COMPLEMENTO DE VOTO (2/12/2025)

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei nº 5.473, de 2025, do Senador Renan Calheiros, que altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, e a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para dispor, respectivamente, sobre alíquotas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)



je-mv-rb2025-12533

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1632408678>



27  
26

SF/25748.56771-24

*em relação às fintechs e sobre o aumento da participação governamental na arrecadação líquida das apostas de quota fixa; e institui o Programa de Regularização Tributária para Pessoas Físicas de Baixa Renda (Pert-Baixa Renda).*

## I – RELATÓRIO

Na 41ª reunião extraordinária desta Comissão, realizada em 26 de novembro de 2025, foi lido o complemento de voto ao Projeto de Lei (PL) nº 5.473, de 2025, do Senador Renan Calheiros.

O voto foi pela aprovação do projeto, com o acolhimento integral ou parcial das Emendas nºs 2-T, 8-T, 9-T, 10-T, 17-T, 23-T, 26-T, 30-T, 39-T, 68-T, 71, 75, 90, 101, 119, 120, 154, 163, 170 e 173, na forma das emendas que apresentamos naquela oportunidade.

As 185 (cento e oitenta e cinco) emendas à proposição constam no quadro consolidado anexo.

Após a leitura do complemento de voto, foi publicada a Lei nº 15.270, de 26 de novembro de 2025, originada do PL nº 1.087, de 2025. Esse fato superveniente gerou a necessidade de adaptarmos o conteúdo das emendas que apresentamos na 41ª reunião extraordinária ao novo ato normativo, o que fazemos neste momento.

Considerando todos esses ajustes, consolidamos, assim, o conteúdo anteriormente apresentado na forma das emendas anexas.

## II – VOTO

Ante o exposto, de forma complementar aos relatórios apresentados em 4 e 26 de novembro de 2025, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, adequação orçamentária e financeira e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 5.473, de 2025, e, no mérito, pela sua **aprovação**, com o acolhimento integral da Emenda nº 90, e parcial das Emendas nºs 2-T, 8-T, 9-T, 10-T, 17-T, 23-T, 26-T, 30-T, 39-T, 68-T, 71, 75, 90, 101, 119, 120, 154, 163, 170, 173, 177 e 181, na forma das emendas abaixo, rejeitadas as demais emendas.



*je-mv-rb2025-12533*

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1632408678>



28

27

SF/25748.56771-24

**EMENDA Nº 186 - CAE**

Dê-se a seguinte redação à ementa do Projeto de Lei nº 5.473, de 2025:

“Altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, a Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para dispor sobre alíquotas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das instituições financeiras e assemelhadas; alíquota do Imposto sobre a Renda incidente sobre Juros sobre Capital Próprio; tributação do Imposto sobre a Renda; aumento da participação governamental na arrecadação líquida das apostas de quota fixa; combate à exploração da loteria de apostas de quota fixa sem autorização; institui o Programa de Regularização Tributária para Pessoas Físicas de Baixa Renda (Pert-Baixa Renda); e dá outras providências.”

**EMENDA Nº 187 - CAE**

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Lei nº 5.473, de 2025:

“Art. 1º Esta Lei altera a legislação federal para:

.....

II – .....

III – .....

IV – alterar a tributação do Imposto sobre a Renda; e

V – combater a exploração da loteria de apostas de quota fixa sem autorização.”

**EMENDA Nº 188 - CAE**

Dê-se a seguinte redação ao art. 3º da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, na forma do art. 2º do Projeto de Lei nº 5.473, de 2025:

“Art. 3º .....



*je-mv-rb2025-12533*

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1632408678>



29  
28

SF/25748.56771-24

I – 15% (quinze por cento), no caso das pessoas jurídicas de seguros privados e das referidas nos incisos II, III, V, VI, VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001;

II-A – 20% (vinte por cento) no caso das pessoas jurídicas referidas no inciso I do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001;

II-B – no caso das instituições de pagamento, nos termos do disposto na Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, e das pessoas jurídicas referidas nos incisos VIII, XI, XII e XIII do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001:

a) 12% (doze por cento), até 31 de dezembro de 2027; e

b) 15% (quinze por cento), a partir de 1º de janeiro de 2028;

II-C – no caso das pessoas jurídicas referidas no inciso IV do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, e das pessoas jurídicas de capitalização:

a) 17,5% (dezessete inteiros e cinco décimos por cento), até 31 de dezembro de 2027; e

b) 20% (vinte por cento), a partir de 1º de janeiro de 2028;

.....” (NR)

## EMENDA Nº 189 - CAE

Dê-se a seguinte redação ao art. 30 da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, na forma do art. 3º do Projeto de Lei nº 5.473, de 2025:

“Art. 30. ....

.....

§ 1º-A Observado o disposto no § 1º-E deste artigo, do produto da arrecadação após a dedução das importâncias de que tratam os incisos III e V do *caput* deste artigo, 82% (oitenta e dois por cento) serão destinados à cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador da loteria de apostas de quota fixa e demais jogos de apostas, excetuadas as modalidades lotéricas previstas nesta Lei, 6% (seis por cento) serão destinados à seguridade social, para ações na área da saúde e sem prejuízo da destinação prevista no inciso IV-A, e 12% (doze por cento) terão as seguintes destinações:

.....

§ 1º-E Até 31 de dezembro de 2027, do produto da arrecadação após a dedução das importâncias de que tratam os incisos III e V do *caput* deste artigo:



je-mv-rb2025-12533

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1632408678>



I – 85% (oitenta e cinco por cento) serão destinados à cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador da loteria de apostas de quota fixa e demais jogos de apostas, excetuadas as modalidades lotéricas previstas nesta Lei;

II – 3% (três por cento) serão destinados à seguridade social, para ações na área da saúde e sem prejuízo da destinação prevista no inciso IV-A do § 1º-A deste artigo; e

III – 12% (doze por cento) serão destinados na forma dos incisos do § 1º-A deste artigo.

.....

§ 9º A contribuição de que trata o inciso IV-A e o *caput* do § 1º-A deste artigo será apurada e recolhida pelos agentes operadores, mensalmente, na forma estabelecida pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, no exercício das atribuições de que trata o art. 2º da Lei nº 9.003, de 16 de março de 1995.

.....

§ 11. Relativamente aos exercícios financeiros de 2026 a 2028, o valor de 3% (três por cento) ou de 6% (doze por cento) pertencente à União destinado à seguridade social a que se refere o *caput* do § 1º-A e o inciso II do § 1º-E deste artigo será:

I – destinado, parcial ou integralmente, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para assunção de despesas com seguridade social em montante equivalente à insuficiência de compensação das perdas de arrecadação do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte, incidentes sobre rendimentos pagos por suas administrações diretas, autarquias e fundações, pela proposição que reforme a tributação sobre a renda de que trata o inciso I do art. 18 da Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023; e

II – recolhido trimestralmente pelos agentes operadores, não se aplicando o disposto no § 9º deste artigo.” (NR)

## EMENDA Nº 190 - CAE

Inclua-se o seguinte Capítulo III no Projeto de Lei nº 5.473, de 2025, renumerando-se os demais Capítulos e artigos:

### “CAPÍTULO III

### ALTERAÇÕES DO IMPOSTO SOBRE A RENDA



*je-mv-rb2025-12533*  
Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1632408678>



31  
30

SF/25748.56771-24

**Art. 4º** A Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘**Art. 9º** .....  
.....

§ 2º Os juros ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de 17,5% (dezessete inteiros e cinco décimos por cento), na data do pagamento ou crédito ao beneficiário.

.....’ (NR)

‘**Art. 10.** .....  
.....

§ 5º .....  
I – .....

a) cuja distribuição tenha sido aprovada até 30 de abril de 2026;

e

.....’ (NR)

‘**Art. 10-A.** .....  
.....

§ 2º O Poder Executivo regulamentará o modo pelo qual será formalizada a opção referida no *caput* deste artigo, bem como a maneira pela qual o residente ou o domiciliado no exterior pleiteará, em até 5 (cinco) anos, contados de cada exercício, o crédito de que trata este artigo.’ (NR)

**Art. 5º** A Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 4º** .....  
.....

V – as contribuições para as entidades de previdência complementar domiciliadas no País, cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear planos de benefícios complementares assemelhados aos da Previdência Social, admitidas também as contribuições extraordinárias destinadas ao custeio de déficits para a reconstituição de reservas para entidades fechadas de previdência complementar que, nos termos da Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001, tenham como patrocinadores a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente;



je-mv-rb2025-12533

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1632408678>



.....' (NR)

‘Art. 8º .....

II – .....

e) às contribuições para as entidades de previdência complementar domiciliadas no País, cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear planos de benefícios complementares assemelhados aos da Previdência Social, admitidas também as contribuições extraordinárias destinadas ao custeio de déficits para a reconstituição de reservas para entidades fechadas de previdência complementar que, nos termos da Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001, tenham como patrocinadores a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente;

.....' (NR)

‘Art. 16-A. ....

§ 1º .....

XII – .....

b) cuja distribuição tenha sido aprovada até 30 de abril de 2026 pelo órgão societário competente para tal deliberação;

c) .....

2. observe os termos previstos no ato de aprovação realizado até 30 de abril de 2026.

XIII – a parcela isenta dos rendimentos do trabalho assalariado recebidos na forma do § 3º do art. 5º desta Lei.

.....

§ 8º O contribuinte que perceber rendimentos do trabalho não assalariado, inclusive os titulares dos serviços notariais e de registro, a que se refere o art. 236 da Constituição, e os leiloeiros, poderá deduzir da receita decorrente do exercício da respectiva atividade:

I – a remuneração paga a terceiros, desde que com vínculo empregatício, e os encargos trabalhistas e previdenciários;



*je-mv-rb2025-12533*  
Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1632408678>



II – os emolumentos pagos a terceiros;

III – as despesas de custeio pagas, necessárias à percepção da receita e à manutenção da fonte produtora.

§ 9º O contribuinte de que trata o § 8º deste artigo deverá comprovar a veracidade das receitas e das despesas, mediante documentação idônea, escrituradas em livro-caixa, que serão mantidos em seu poder, a disposição da fiscalização, enquanto não ocorrer a prescrição ou decadência.’ (NR)

‘Art. 16-B. ....

§ 3º-A. Na determinação do valor devido de IRPJ e de CSLL a que se refere a alínea “a” do inciso I do § 3º deste artigo, não são deduzidas as doações, as deduções incentivadas e os patrocínios previstos em lei.

.....’ (NR)

**Art. 6º** O art. 11 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte § 8º:

‘Art. 11. ....

§ 8º As deduções relativas às contribuições extraordinárias destinadas ao custeio de déficits para a reconstituição de reservas para entidades fechadas de previdência complementar que, nos termos da Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001, tenham como patrocinadores a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente, não se sujeitam ao limite previsto no *caput* deste artigo.’ (NR)

## EMENDA Nº 191 - CAE

Inclua-se o seguinte Capítulo IV no Projeto de Lei nº 5.473, de 2025, renumerando-se os demais Capítulos e artigos:

### “CAPÍTULO IV

Do Combate à Exploração da Loteria de Apostas de Quota Fixa  
Sem Autorização



je-mv-rb2025-12533

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1632408678>





**Art. 7º** A Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 7º** .....

§ 1º .....

.....

X – requisitos mínimos para comprovação de idoneidade.

.....’ (NR)

‘**Art. 17.** .....

.....

§ 7º As empresas provedoras de conexão à internet e de aplicações de internet deverão:

I – manter canal exclusivo, permanente e funcional, de comunicação com o órgão regulador, destinado ao recebimento e à tramitação prioritária das determinações previstas neste artigo, de modo a assegurar tratamento célere e prazos de resposta compatíveis com a urgência das medidas adotadas;

II – remover ou suspender a veiculação de conteúdo indicado como irregular em até 48 horas úteis;

III – fornecer dados técnicos e estatísticos sobre publicidade de apostas quando solicitado pelo regulador.’ (NR)

‘**Art. 21.** .....

*Parágrafo único.* A vedação de que trata o *caput* inclui:

I – a implementação de procedimentos internos para o cumprimento dessa obrigação;

II – a proibição de manutenção de relacionamento com pessoas jurídicas que explorem a atividade de apostas de quota fixa sem autorização prevista nesta Lei; e

III – a comunicação de dados previstos em regulamentação editada pelo Ministério da Fazenda.’ (NR)

‘**Art. 24-A.** As instituições de pagamento e as instituições financeiras deverão elaborar e divulgar, trimestralmente, em meio eletrônico de acesso público, relatório de conformidade com as normas de prevenção à utilização do sistema financeiro por operadores de apostas não autorizados.

§ 1º O relatório de que trata o *caput* deverá abranger, no mínimo:



*je-mv-rb2025-12533*

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1632408678>



35  
34

SF/25748.56771-24

I – a quantidade total de contas transacionais ativas associadas a entidades classificadas como operadoras de apostas;

II – o volume agregado de transações realizadas com finalidade de apostas;

III – os principais controles e procedimentos internos adotados para fins de verificação e monitoramento aplicados às operadoras;

IV – o número total de ocorrências de bloqueio, recusa ou encerramento de relacionamento motivado por identificação de irregularidades.

§ 2º As informações prestadas no relatório deverão respeitar a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018), sendo vedada qualquer forma de divulgação que possibilite, direta ou indiretamente, a identificação de pessoas naturais ou jurídicas específicas.

§ 3º O relatório deverá ser mantido sob guarda da instituição por, no mínimo, cinco anos, à disposição das autoridades competentes.’

‘**Art. 24-B.** As instituições de pagamento e as instituições financeiras deverão integrar-se, nos termos da regulamentação vigente, aos sistemas interoperáveis de compartilhamento de informações sobre indícios de fraudes eletrônicas, com o objetivo de:

I – comunicar indícios de atuação de pessoas naturais ou jurídicas como operadoras de apostas não autorizadas;

II – consultar as informações compartilhadas para prevenir, detectar ou reagir a tentativas de realização de transações com operadores ilegais;

III – aplicar medidas compatíveis de prevenção e resposta, conforme o grau de risco identificado, inclusive bloqueio, recusa ou análise reforçada.

§ 1º A comunicação e o tratamento das informações devem observar os requisitos técnicos e jurídicos previstos em ato conjunto do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários.

§ 2º A Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda deverá receber as informações sobre indícios de fraudes eletrônicas de que trata o caput e poderá manter base referencial pública e atualizada de operadores não autorizados, para fins de alimentação e cruzamento com os sistemas de prevenção a fraudes utilizados pelas instituições.

§ 3º O Banco Central do Brasil e o Conselho Monetário Nacional deverão, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado da publicação desta Lei, editar ou atualizar as normas necessárias para assegurar a plena implementação do disposto neste artigo.’

*je-mv-rb2025-12533*

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1632408678>

‘**Art. 24-C.** O Banco Central do Brasil regulamentará, no âmbito do arranjo de pagamentos Pix, mecanismos específicos de prevenção ao uso indevido da infraestrutura para movimentação de recursos vinculados a operadores de apostas não autorizados.

§ 1º Poderão ser adotadas, entre outras medidas:

I – a criação de modalidade de transação exclusiva para apostas, vinculada a cadastro positivo de operadores autorizados;

II – filtros automatizados de CNAE e chaves Pix com bloqueio de transações irregulares;

III – integração com diretórios centralizados de risco e autoexclusão;

IV – inserção de marcações visuais nos extratos de transações com operadoras de apostas.

§ 2º As instituições participantes do Pix deverão implementar mecanismos de detecção de padrões suspeitos de uso para apostas não autorizadas, com base em critérios definidos pelo Banco Central do Brasil e pela Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda.’

‘**Art. 24-D.** As instituições de pagamento e as instituições financeiras devem adotar procedimentos de diligência reforçados com vistas à prevenção de operações de pagamento com agentes não autorizados.’

‘**Art. 24-E.** É vedado às instituições financeiras e às instituições de pagamento estabelecer, direta ou indiretamente, parceria operacional, tecnológica ou comercial, com pessoas naturais ou jurídicas não autorizadas, com o objetivo de viabilizar, facilitar ou estruturar serviços relacionados à captação, movimentação ou liquidação de transações de pagamento associados a apostas.’

‘**Art. 24-F.** O Poder Executivo deverá instituir, mediante ato normativo, o Índice de Conformidade Regulatória em Apostas (ICRA), que avaliará o grau de aderência das instituições financeiras e de pagamento às normas de prevenção e combate a transações de pagamento com operadores ilegais de apostas, podendo ser utilizado como critério para restrições ou benefícios regulatórios.’

‘**Art. 24-G.** As instituições financeiras e as instituições de pagamento que deixarem de cumprir os deveres legais e regulatórios aplicáveis às operações com agentes do setor de apostas de quota fixa, nos termos desta Lei e das normas infralegais complementares, sujeitam-se às seguintes sanções administrativas:



*je-mv-rb2025-12533*

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1632408678>



37  
36

SF/25748.56771-24

I – multa de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por incidente identificado em desconformidade com os requisitos legais ou regulatórios, conforme especificação prevista em regulamento;

II – suspensão temporária da possibilidade de ofertar contas de pagamento ou instrumentos financeiros a operadores de apostas;

*Parágrafo único.* As sanções previstas neste artigo são aplicáveis sem prejuízo das medidas administrativas, civis e penais cabíveis aos dirigentes e administradores responsáveis.’

‘Art. 39. ....

VII – descumprir normas legais e regulamentares cujo cumprimento caiba ao órgão administrativo competente fiscalizar;

VIII – executar, incentivar, permitir ou, de qualquer forma, contribuir ou concorrer para práticas atentatórias à integridade esportiva, à incerteza do resultado esportivo, à igualdade entre os competidores e à transparência das regras aplicáveis ao evento esportivo, e para qualquer outra forma de fraude ou interferência indevida apta a afetar a lisura ou a higidez das condutas associadas ao desempenho idôneo da atividade esportiva; e

X – descumprir o disposto nos arts. 21, 24-A, 24-B, 24-C, 24-D e 24-E e em suas respectivas regulações.

.....’ (NR)

‘Art. 40. ....

II – atuem como administradores ou membros da diretoria, do conselho de administração ou de outros órgãos previstos no estatuto de pessoa jurídica sujeita à competência do Ministério da Fazenda, nos termos desta Lei; e

IV – realizem, direta ou indiretamente, qualquer forma de publicidade ou propaganda em meios de comunicação, físicos ou virtuais, de agente que exerça, sem a devida autorização, atividade relacionada a apostas de quota fixa.’ (NR)”

## EMENDA Nº 192 - CAE



je-mv-rb2025-12533  
Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1632408678>



Suprima-se o art. 15 do Projeto de Lei nº 5.473, de 2025, renumerando-se os demais.

### EMENDA Nº 193 - CAE

Dê-se a seguinte redação ao art. 16 do Projeto de Lei nº 5.473, de 2025:

“**Art. 16.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e produz efeitos:

I – a partir do primeiro dia do quarto mês subsequente ao de sua publicação, quanto aos arts. 2º e 3º;

II – a partir do primeiro dia do ano seguinte ao de sua publicação, quanto ao art. 4º, na parte em que altera o art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995; e

III – a partir da data de sua publicação, quanto aos demais dispositivos.”

### EMENDA Nº 194 - CAE

No Projeto de Lei nº 5.473, de 2025:

(i) substitua-se a expressão “Físcas” por “Físicas” no título do Capítulo III;

(ii) inclua-se a expressão “de que tratam os” entre as palavras “parcelamento” e “arts.”, no *caput* do art. 8º;

(iii) substitua-se a palavra “trata” por “tratam” no *caput* do art. 6º; no *caput* do art. 7º; no *caput* do art. 10; no *caput* do art. 11; e no *caput* do art. 12;

(iv) inclua-se ponto final ao fim do *caput* do art. 12; e

(v) substitua-se a expressão “trinta dias” por “30 (trinta) dias” no *caput* do art. 14.



je-mv-rb2025-12533

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1632408678>



39  
38

SF/25748.56771-24

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



*je-mv-rb2025-12533*  
Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1632408678>



SF/25748.56771-24

Anexo – Quadro Emendas

| Emenda                    | Autor                         | Objeto  |
|---------------------------|-------------------------------|---|
| EMENDA 1-T - PL 5473/2025 | Senador Eduardo Gomes (PL/TO) | Exclui o aumento da alíquota da CSLL, de 15% para 20%, incidente sobre o lucro das pessoas jurídicas de capitalização. Na justificção da emenda, argumenta-se que a capitalização é um instrumento do mercado segurador, cujas características e diversidade de benefícios estão mais próximas dos seguros e da previdência privada, que de qualquer aplicação financeira. Por isso, as pessoas jurídicas de capitalização devem ter o mesmo tratamento tributário das seguradoras, alíquota da CSLL de 15%, e não ser equiparadas aos bancos, alíquota de 20%. |
| EMENDA 2-T - PL 5473/2025 | Senador Jorge Seif (PL/SC)    | Estabelece um escalonamento no tempo para aumento da alíquota da CSLL para instituições financeiras, começando em 10% nos primeiros seis meses, aumentando para 12% em 2026 e 15% em 2027.  |
| EMENDA 3-T - PL 5473/2025 | Senador Jorge Seif (PL/SC)    | Propõe incluir na legislação uma Alíquota Efetiva Total (AET) mínima de 17,5% para o IRPJ e a CSLL pago pelas instituições financeiras em geral. Caso a AET seja inferior a este percentual, a empresa deverá realizar um pagamento complementar na CSLL. Na justificção, argumenta-se que os bancos se utilizam de vários mecanismos de dedução que permitem chegar-se à alíquota efetiva do IRPJ e da CSLL bem menor que a paga pelas fintechs.   |
| EMENDA 4-T - PL 5473/2025 | Senador Jorge Seif (PL/SC)    | Propõe suprimir o artigo 2º do projeto de lei, que prevê a elevação da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para instituições de pagamento, bolsas de valores e outras entidades do setor financeiro. Argumenta-se que a proposta afronta os princípios da isonomia tributária e da capacidade produtiva e tende a desestimular a inovação e a concorrência, ao elevar os custos das fintechs e das instituições de pagamento, justamente os agentes responsáveis por dinamizar o setor financeiro nos últimos anos.                    |
| EMENDA 5-T - PL 5473/2025 | Senador Jorge Seif (PL/SC)    | Exclui o aumento da alíquota CSLL para as fintechs e bolsas de valores. Em compensação, eleva em um ponto percentual a alíquota da CSLL para todas as empresas. O objetivo é conciliar o aumento da arrecadação tributária com a maior concorrência no setor financeiro proporcionada pela menor tributação das fintechs.   |
| EMENDA 6-T - PL 5473/2025 | Senador Jorge Seif (PL/SC)    | Propõe suprimir o inciso I do artigo 3º da Lei nº 7.689, de 1988, que foi alterado pelo artigo 2º do PL 5473/2025, excluindo, assim, o aumento da alíquota da CSLL, de 9% para 15%, para entidades de pagamento e bolsas de valores. O objetivo é manter a competitividade das fintechs, e, dessa forma, estimular a inovação e a inclusão financeira no Brasil.  |



Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1632408678>



SF/25748.56771-24

40

|                            |   |  |
|----------------------------|---|--|
| EMENDA 7-T - PL 5473/2025  | Senador Renan Calheiros (MDB/AL)          | Propõe incluir um novo capítulo no PL proibir que resoluções do Conselho Monetário Nacional e demais atos normativos infralegais estabeleçam exigências adicionais às estabelecidas em lei para o acesso a operações de repactuação, renegociação ou refinanciamento de crédito rural, em casos de perdas comprovadas por eventos climáticos adversos.   |
| EMENDA 8-T - PL 5473/2025  | Senador Renan Calheiros (MDB/AL)          | Propõe incluir um artigo na legislação vigente para aprimorar a fiscalização das apostas de quota fixa, exigindo que operadores informem trimestralmente ao Ministério da Fazenda o número total de apostas, o faturamento bruto de cada modalidade e o montante de prêmios pagos, discriminando entre apostas em eventos esportivos reais e jogos on-line.  |
| EMENDA 9-T - PL 5473/2025  | Senador Renan Calheiros (MDB/AL)          | Propõe incluir regras para ações de comunicação, publicidade e marketing das loterias de apostas de quota fixa, exigindo avisos sobre os malefícios do jogo, ações de conscientização e prevenção do transtorno do jogo patológico, e proibição de participação de menores de 18 anos. Além disso, determina que a publicidade seja destinada apenas ao público adulto. A emenda também exige que operadores informem trimestralmente ao Ministério da Fazenda sobre o número de apostas, faturamento bruto e prêmios pagos, visando aprimorar a fiscalização e monitoramento econômico do setor de apostas.               |
| EMENDA 10-T - PL 5473/2025 | Senador Renan Calheiros (MDB/AL)          | Propõe incluir um artigo que estabelece o limite máximo de 25% na base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física sobre rendimentos de trabalho assalariado, em moeda estrangeira, pagos por repartições do Governo brasileiro no exterior a residentes ou domiciliados no Brasil.  |
| EMENDA 11-T - PL 5473/2025 | Senador Renan Calheiros (MDB/AL)          | Propõe incluir o § 1º-E ao art. 30 da Lei nº 13.756, de 2018, estabelecendo que a contribuição para o PIS/PASEP e a COFINS devidas pelos agentes operadores das loterias de quota fixa sejam calculadas sobre a receita bruta total, excluindo o pagamento de prêmios, com alíquotas diferenciadas de 2,5% e 11,9%.  |
| EMENDA 12-T - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe a manutenção da alíquota de 9% da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para as Infraestruturas de Mercado Financeiro (IMF), em vez de aumentar para 15% como sugerido no projeto de lei. A emenda destaca que as IMF, embora supervisionadas por órgãos como o Banco Central, não são instituições financeiras tradicionais e desempenham um papel crucial na segurança e eficiência do sistema financeiro. Argumenta-se que a majoração da alíquota resultaria em custos desproporcionais, afetando negativamente investidores e o mercado de capitais, além de desestimular investimentos e poupança. |
| EMENDA 13-T - PL 5473/2025 | Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)           | Propõe nova redação ao caput do §1º-A do art. 30 da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, estabelecendo que, do produto da arrecadação após deduções específicas, 30% serão destinados à cobertura de despesas do agente operador da loteria de apostas de quota fixa, 50% à seguridade social para ações na área da saúde, e 20% a outras destinações.  |
| EMENDA 14-T - PL 5473/2025 | Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)        | Propõe alterar a redação do inciso II-A do art. 3º da Lei nº 7.689, de 1988, nos termos do art. 2º do PL, para elevar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de 20% para 25% para bancos, sociedades de crédito, financiamento e investimentos, e sociedades de capitalização. A emenda afirma que seu objetivo é corrigir distorções na estrutura de alíquotas, adequando-as às capacidades contributivas dos subsectores do setor financeiro, e promover maior justiça tributária ao alinhar as alíquotas à lucratividade e relevância econômica de cada segmento.                               |
| EMENDA 15-T - PL 5473/2025 | Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)        | Propõe incluir o inciso II-B ao artigo 3º da Lei nº 7.689/1988, estabelecendo uma alíquota de 25% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de pessoas jurídicas operadoras de loteria de apostas de quota fixa. A medida visa corrigir a distorção tributária atual, onde a alíquota geral de 9% é considerada insuficiente para esse setor de alta   |



je-mv-rb2025-12533  
Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1632408678>





SF/25748.56771-24

41

|                            |                                    |  |
|----------------------------|------------------------------------|--|
|                            |                                    | lucratividade, alinhando a tributação ao princípio de justiça fiscal e garantindo que o setor contribua proporcionalmente à sua capacidade econômica.  |
| EMENDA 16-T - PL 5473/2025 | Senador Alessandro Vieira (MDB/SE) | Propõe nova redação ao caput do § 1º-A e ao § 11 do art. 30 da Lei nº 13.756/2018, alterando o percentual incidente sobre os operadores de apostas de quota fixa. A emenda sugere que 75% da arrecadação, após deduções, sejam destinados ao custeio e manutenção do agente operador, enquanto 12,5% sejam direcionados à seguridade social, especificamente para ações na área da saúde. O percentual atual, destinado a vários setores, é majorado de 12% para 12,5%. Para os exercícios de 2026 a 2028, a emenda prevê que 12,5% pertencentes à União sejam partilhados com os demais entes federados.  |
| EMENDA 17-T - PL 5473/2025 | Senador Alessandro Vieira (MDB/SE) | Propõe incluir alterações na legislação tributária federal para unificar a tributação do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre aplicações financeiras e Juros sobre Capital Próprio (JCP), estabelecendo uma alíquota única de 20%. Define o que são consideradas aplicações financeiras e rendimentos, especifica a incidência do IRRF e suas condições, e detalha o tratamento tributário para diferentes tipos de entidades e operações financeiras. Além disso, estabelece regras para a declaração de rendimentos por pessoas físicas e jurídicas, compensação de perdas, e exceções à retenção do IRRF para determinadas instituições financeiras. |
| EMENDA 18-T - PL 5473/2025 | Senador Alessandro Vieira (MDB/SE) | Propõe emenda substitutiva para incluir alterações nas leis tributárias para modificar as alíquotas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de instituições financeiras, instituir uma alíquota efetiva mínima para IRPJ e CSLL em determinados segmentos, aumentar a participação governamental na arrecadação de loterias de apostas de quota fixa, e unificar a tributação do Imposto de Renda Retido na Fonte sobre aplicações financeiras . Além disso, institui o Programa de Regularização Tributária para Pessoas Físicas de Baixa Renda (Pert-Baixa Renda).   |
| EMENDA 19-T - PL 5473/2025 | Senador Alessandro Vieira (MDB/SE) | Propõe instituir uma alíquota efetiva mínima total de 17,5% para a soma da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), aplicável a instituições do Sistema Financeiro Nacional e do Sistema de Pagamentos Brasileiro. A medida visa garantir uma carga tributária mínima efetiva sobre o lucro, promovendo equilíbrio concorrencial e neutralidade tributária no setor financeiro, alinhando-se a práticas internacionais e à lógica da Reforma da Renda, que introduziu tributação mínima para pessoas físicas de alta renda.   |
| EMENDA 20-T - PL 5473/2025 | Senador Angelo Coronel (PSD/BA)    | Propõe incluir um inciso ao artigo 3º da Lei nº 7.689/1988 para estabelecer uma alíquota de 12% da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para instituições de pagamento e fintechs que não captam depósitos do público e utilizam predominantemente capital próprio. Essa medida visa ajustar a elevação da alíquota para essas entidades, diferenciando-as das instituições financeiras tradicionais, que teriam uma alíquota de 15%, reconhecendo o papel estratégico das fintechs no mercado financeiro e assegurando um tratamento tributário compatível com suas características operacionais e modelo de negócio.                               |
| EMENDA 21-T - PL 5473/2025 | Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS) | Propõe incluir na Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, a isenção do imposto de renda na fonte sobre lucros e dividendos de entidades no exterior vinculados a investimentos produtivos realizados no Brasil. Essa isenção é destinada a investimentos que comprovadamente gerem emprego, renda ou desenvolvimento regional, excluindo investidores de países considerados como paraísos fiscais e aqueles cuja legislação não permita a compensação integral do imposto de renda na fonte.   |



je-mv-rb2025-12533  
Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1632408678>



SF/25748.56771-24

42

|                            |   |   |
|----------------------------|---|---|
| EMENDA 22-T - PL 5473/2025 | Senador Carlos Portinho (PL/RJ)           | Propõe incluir um artigo à legislação vigente para estabelecer uma Alíquota Efetiva Total (AET) mínima de 17,5% para o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para determinadas entidades financeiras e de capitalização. Caso a AET calculada seja inferior a este percentual, a empresa deverá realizar um pagamento complementar na CSLL. O Poder Executivo terá 90 dias para regulamentar a forma de apuração e ajuste da AET. A medida aplica-se exclusivamente às empresas tributadas com base no lucro real, visando garantir uma carga tributária mínima e promover a neutralidade tributária no setor financeiro. |
| EMENDA 23-T - PL 5473/2025 | Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)    | A emenda visa adequar a tributação mínima do imposto de renda das pessoas físicas ao conceito de renda (art. 153, III, da Constituição Federal) e evitar judicializações futuras. Para tanto, propõe incluir um artigo que exclui da base de cálculo da tributação mínima do imposto de renda das pessoas físicas os repasses e despesas dedutíveis previstas na legislação para o regime de livro-caixa.   |
| EMENDA 24-T - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe incluir um artigo à legislação vigente para estabelecer uma Alíquota Efetiva Total (AET) mínima de 17,5% para o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para determinadas entidades financeiras e de capitalização. Caso a AET calculada seja inferior a este percentual, a empresa deverá realizar um pagamento complementar na CSLL. O Poder Executivo terá 90 dias para regulamentar a forma de apuração e ajuste da AET. A medida aplica-se exclusivamente às empresas tributadas com base no lucro real, visando garantir uma carga tributária mínima e promover a neutralidade tributária no setor financeiro. |
| EMENDA 25-T - PL 5473/2025 | Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)        | Propõe nova redação ao caput do inciso I e ao inciso II-A do art. 3º da Lei nº 7.689/1988, alterando as alíquotas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para o setor financeiro. Merece destaque a fixação de alíquota de 25% para bancos.  |
| EMENDA 26-T - PL 5473/2025 | Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)        | Propõe emenda substitutiva para incluir alterações nas leis tributárias para modificar as alíquotas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de instituições financeiras, instituir uma alíquota efetiva mínima para IRPJ e CSLL em determinados segmentos, aumentar a participação governamental na arrecadação de loterias de apostas de quota fixa, e unificar a tributação do Imposto de Renda Retido na Fonte sobre aplicações financeiras (20%) . Além disso, institui o Programa de Regularização Tributária para Pessoas Físicas de Baixa Renda (Pert-Baixa Renda).  |
| EMENDA 27-T - PL 5473/2025 | Senador Jorge Seif (PL/SC)                | Propõe incluir nova redação ao inciso I do caput do art. 3º da Lei nº 7.689, de 1988, conforme proposto no art. 2º do PL 5473/2025. A emenda visa ajustar o projeto para manter a alíquota de 9% para infraestruturas de mercado financeiro e de capitais, como bolsas de valores e entidades de liquidação, argumentando que essas entidades não são instituições financeiras tradicionais.  |
| EMENDA 28-T - PL 5473/2025 | Senador Jorge Seif (PL/SC)                | Propõe incluir um novo artigo na Lei nº 7.689/1988 para estabelecer uma Alíquota Efetiva Total (AET) mínima de 17,5% para o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para instituições financeiras. Caso a AET seja inferior a este percentual, a empresa deverá realizar um pagamento complementar na CSLL. O Poder Executivo terá 90 dias para regulamentar a forma de apuração da AET e os ajustes necessários. A medida aplica-se exclusivamente às pessoas jurídicas sob o regime de tributação do IRPJ com base no lucro real.   |



je-mv-rb2025-12533  
Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1632408678>



SF/25748.56771-24

43

|                            |                                    |  |
|----------------------------|------------------------------------|--|
| EMENDA 29-T - PL 5473/2025 | Senador Alessandro Vieira (MDB/SE) | Propõe incluir um mecanismo de atualização anual dos valores expressos na Lei nº 9.250, de 1995, e na tabela progressiva mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou outro índice oficial de inflação. A atualização ocorrerá todo dia 1º de janeiro, com publicação dos valores atualizados pela Secretaria Especial da Receita Federal até 15 de janeiro do ano de vigência.   |
| EMENDA 30-T - PL 5473/2025 | Senador Jorge Seif (PL/SC)         | Trata do redutor na tributação mínima do imposto de renda das pessoas físicas, caso a soma das alíquotas efetivas de tributação dos lucros da pessoa jurídica e da tributação mínima do imposto de renda aplicável à pessoa física ultrapasse a soma das alíquotas nominais do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e da CSLL. Define que o lucro contábil da pessoa jurídica deve ser ajustado para refletir deduções vinculadas aos incentivos à inovação tecnológica, conforme a Lei nº 11.196/2005.   |
| EMENDA 31-T - PL 5473/2025 | Senador Jorge Seif (PL/SC)         | Propõe incluir um artigo que isenta os lucros e dividendos do imposto sobre a renda das pessoas físicas, quando relativos a resultados apurados até o ano-calendário de 2025, independentemente das datas de sua deliberação ou distribuição.  |
| EMENDA 32-T - PL 5473/2025 | Senador Jorge Seif (PL/SC)         | Trata do redutor na tributação mínima do imposto de renda das pessoas físicas, caso a soma das alíquotas efetivas de tributação dos lucros da pessoa jurídica e da tributação mínima do imposto de renda aplicável à pessoa física ultrapasse a soma das alíquotas nominais do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e da CSLL. Define que o lucro contábil da pessoa jurídica deve ser ajustado para refletir a compensação de prejuízos fiscais do IRPJ e da base de cálculo negativa da CSLL, conforme limites legais, sem desconsiderar os efeitos econômicos desses ajustes no cálculo da alíquota efetiva. |
| EMENDA 37-T - PL 5473/2025 | Senador Esperidião Amin (PP/SC)    | Propõe alterar a redação do inciso I do caput do art. 3º da Lei nº 7.689, de 1988, para excluir da majoração da alíquota de 9% para 15% as infraestruturas de mercado financeiro (IMF).  |
| EMENDA 38-T - PL 5473/2025 | Senador Esperidião Amin (PP/SC)    | Propõe incluir artigos à legislação vigente para assegurar que lucros e dividendos apurados até o ano-calendário de 2025 não sejam sujeitos ao Imposto sobre a Renda, independentemente das datas de deliberação ou distribuição.  |
| EMENDA 39-T - PL 5473/2025 | Senador Esperidião Amin (PP/SC)    | Propõe incluir os artigos 2º-1 e 2º-2 ao projeto, estabelecendo que os dispêndios realizados com pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica por pessoas jurídicas beneficiárias de incentivos fiscais à inovação, sejam considerados como imposto pago no cálculo da alíquota efetiva dessas empresas. Isso se aplica quando tais atividades são realizadas diretamente ou por meio de universidades, instituições de pesquisa ou inventores independentes, conforme leis específicas sobre benefícios fiscais à inovação tecnológica.   |
| EMENDA 40-T - PL 5473/2025 | Senador Esperidião Amin (PP/SC)    | Propõe incluir um novo parágrafo ao art. 10 da Lei nº 9.249, de 1995, para ajustar a base de cálculo do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre lucros ou dividendos remetidos ao exterior. A emenda estabelece que, na apuração dessa base, sejam considerados proporcionalmente os prejuízos fiscais e a base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) efetivamente compensados no lucro líquido ajustado do período-base.   |
| EMENDA 41-T - PL 5473/2025 | Senador Esperidião Amin (PP/SC)    | Propõe incluir o artigo 2º-1 à Lei nº 9.250, de 1995, definindo o "lucro contábil" da pessoa jurídica como o resultado do exercício antes dos tributos sobre a renda, ajustado para refletir a compensação de prejuízos fiscais do IRPJ e da base de cálculo negativa da CSLL, conforme limites legais. (Ver Emenda nº 40-T)   |



je-mv-rb2025-12533  
Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1632408678>



SF/25748.56771-24

44

|                            |   |  |
|----------------------------|---|--|
| EMENDA 42-T - PL 5473/2025 | Senador Esperidião Amin (PP/SC)           | Propõe alterar a legislação vigente para permitir que as contribuições extraordinárias destinadas ao custeio de déficits e à reconstituição de reservas para entidades fechadas de previdência complementar não estejam sujeitas ao limite de dedutibilidade do Imposto de Renda das Pessoas Físicas.  |
| EMENDA 33-T - PL 5473/2025 | Senador Laércio Oliveira (PP/SE)          | Propõe incluir artigo que isenta do imposto sobre a renda das pessoas físicas os lucros e dividendos pagos ou distribuídos a titulares ou sócios de microempresas ou empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional, conforme a Lei Complementar nº 123, de 2006.  |
| EMENDA 34-T - PL 5473/2025 | Senador Laércio Oliveira (PP/SE)          | Propõe nova redação ao inciso I do artigo 3º da Lei nº 7.689/1988, para assegurar que a alíquota de 15% da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) não se aplique a certas entidades, como as Sociedades de Crédito Direto (SCDs) e Sociedades de Empréstimo Entre Pessoas (SEPs) (exclusão do inciso XIII, § 1º, art. 1º da LCP 105). A emenda visa corrigir a assimetria tributária, considerando que essas instituições possuem um modelo de negócio distinto dos bancos tradicionais, operando com margens reduzidas e sem captação de depósitos. |
| EMENDA 35-T - PL 5473/2025 | Senador Laércio Oliveira (PP/SE)          | Propõe incluir um parágrafo ao artigo 6º-A da Lei nº 9.250, de 1995, estabelecendo que o percentual mencionado não incidirá sobre empresas cuja participação da folha de pagamentos seja igual ou superior a 30% do seu faturamento.   |
| EMENDA 36-T - PL 5473/2025 | Senador Laércio Oliveira (PP/SE)          | Propõe incluir a atualização automática dos valores das tabelas progressivas mensais do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF) pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou outro índice oficial que o substitua. A atualização ocorrerá no primeiro dia útil de cada exercício financeiro, considerando a variação acumulada do índice nos doze meses anteriores. O Poder Executivo deverá publicar os valores atualizados até o último dia útil de janeiro de cada ano.  |
| EMENDA 43-T - PL 5473/2025 | Senador Eduardo Gomes (PL/TO)             | Propõe nova redação ao inciso I do artigo 3º da Lei nº 7.689/1988, para assegurar que a alíquota de 15% da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) não se aplique a certas entidades, como as Sociedades de Crédito Direto (SCDs) e Sociedades de Empréstimo Entre Pessoas (SEPs) (exclusão do inciso XIII, § 1º, art. 1º da LCP 105). A emenda visa corrigir a assimetria tributária, considerando que essas instituições possuem um modelo de negócio distinto dos bancos tradicionais, operando com margens reduzidas e sem captação de depósitos. |
| EMENDA 44-T - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe incluir na Lei nº 9.250, de 1995, um artigo que determina a atualização anual dos valores fixados na legislação com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou outro índice que venha a substituí-lo.  |
| EMENDA 45-T - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe incluir artigo que isenta do imposto sobre a renda das pessoas físicas os lucros e dividendos pagos ou distribuídos a titulares ou sócios de microempresas ou empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional, conforme a Lei Complementar nº 123, de 2006.  |
| EMENDA 46-T - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe incluir um novo parágrafo ao artigo 205 da Lei nº 6.404/1976, permitindo que, em caráter excepcional, os dividendos declarados por sociedades anônimas até 31 de dezembro de 2025 possam ser pagos em anos-calendário posteriores, até 2028. Essa alteração requer aprovação em assembleia geral e comunicação à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável, garantindo transparência e proporcionalidade aos acionistas. A medida visa  |



je-mv-rb2025-12533  
Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1632408678>



SF/25748.56771-24

45

|                            |   |  |
|----------------------------|---|--|
|                            |   | harmonizar a legislação societária com o regime tributário de transição da reforma do Imposto de Renda, evitando conflitos normativos e incentivando práticas financeiras eficientes.  |
| EMENDA 47-T - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe incluir isenção do Imposto de Renda para produtores rurais pessoas físicas cuja receita bruta anual não ultrapasse R\$ 508.320,00, atualizada anualmente pelo IPCA. Estabelece que esses valores estão isentos de tributação mensal ou anual de altas rendas e desobriga a apresentação da Declaração de Ajuste Anual, salvo outras obrigações legais.  |
| EMENDA 48-T - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe incluir um parágrafo interpretativo na Lei nº 8.023/1990 para classificar rendimentos de arrendamento de imóvel rural como atividade rural.   |
| EMENDA 49-T - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe incluir adubos, fertilizantes, defensivos agropecuários, óleos vegetais, substratos para plantas e produtos destinados à alimentação animal na lista de insumos agropecuários beneficiados pela alíquota zero de PIS/Pasep e Cofins, conforme a Lei nº 10.925/2004.   |
| EMENDA 50-T - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe incluir um artigo que permite a transferência intragrupo de créditos de PIS e COFINS, compensáveis com outros tributos federais ou sujeitos a ressarcimento, para empresas produtoras de biocombustíveis do mesmo Grupo Econômico. O produtor de biocombustíveis pode utilizar imediatamente esses créditos para compensar débitos de quaisquer tributos federais, independentemente da data de constituição dos saldos. A responsabilidade por questionamentos fiscais sobre a legitimidade dos créditos transferidos recai exclusivamente sobre o cedente.  |
| EMENDA 51-T - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe incluir artigo que autoriza as usinas de biocombustíveis, que produzem combustíveis a partir de fontes agrícolas renováveis, a restituir ou compensar administrativamente créditos acumulados das contribuições sociais PIS/PASEP e COFINS. Essa compensação poderá ser feita com débitos de outros tributos administrados pela Receita Federal, conforme estabelecido nos artigos 73 e 74 da Lei nº 9.430/1996.  |
| EMENDA 52-T - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe incluir o art. 74-B na Lei nº 9.430, de 1996, permitindo que contribuintes optem por um tratamento específico para a compensação de créditos tributários relacionados a combustíveis desonerados, conforme Leis Complementares nº 192 e 194, de 2022. A emenda estabelece que a compensação só ocorrerá após a habilitação e análise dos créditos pela Receita Federal, que terá 180 dias para analisar o direito ao crédito. Caso o crédito não seja deferido, o contribuinte será notificado para pagar os débitos em 30 dias. A proposta visa alinhar a fiscalização tributária aos princípios constitucionais, reduzir custos financeiros desnecessários e harmonizar a legislação. |
| EMENDA 53-T - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe alterar o art. 3º da Lei nº 11.033, de 2004, para isentar do Imposto de Renda e do IOF os rendimentos de Letras de Crédito e Certificados de Recebíveis Mercantis (CRM e LCM) lastreados em direitos creditórios de sociedades de pequeno e médio porte. A medida visa corrigir distorções tributárias, aumentar a atratividade desses títulos para investidores e incentivar o investimento em pequenas e médias empresas, fundamentais para o desenvolvimento econômico e geração de empregos no Brasil.  |
| EMENDA 54-T - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe incluir artigo que determina que a União deve compensar, anualmente e por sete anos, as perdas de arrecadação do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre rendimentos pagos por administrações diretas, autarquias e fundações dos Municípios. A compensação será a diferença negativa entre o total arrecadado em cada exercício e o valor   |



je-mv-rb2025-12533  
Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1632408678>



SF/25748.56771-24

46

|                            |   |   |
|----------------------------|---|---|
|                            |   | arrecadado em 2025, atualizado pelo IPCA. O cálculo e pagamento devem ocorrer até o fim do primeiro trimestre do ano seguinte, com transferência direta aos Municípios beneficiados.  |
| EMENDA 55-T - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe incluir artigo que determina que a União deve compensar, anualmente e por sete anos, as perdas de arrecadação do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre rendimentos pagos por administrações diretas, autarquias e fundações dos Estados e do Distrito Federal. A compensação será a diferença negativa entre o total arrecadado em cada exercício e o valor arrecadado em 2025, atualizado pelo IPCA. O cálculo e pagamento devem ocorrer até o fim do primeiro trimestre do ano seguinte, com transferência direta aos entes beneficiados. |
| EMENDA 56-T - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe incluir despesas com cuidadores de idosos e pessoas com deficiência nas deduções permitidas no Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), ampliando o escopo atual que já contempla médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e hospitais.   |
| EMENDA 57-T - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe incluir as despesas com enfermeiros entre as deduções permitidas no Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), ampliando o rol atual que já contempla médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e hospitais.   |
| EMENDA 58-T - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe incluir uma nova alínea ao art. 8º, inciso II, da Lei nº 9.250/95, permitindo a dedução no Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) das despesas com medicamentos de uso contínuo, conforme estabelecido em regulamento.   |
| EMENDA 59-T - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe incluir a possibilidade de deduzir do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) as despesas com educação relativas a livros, apostilas didáticas e cursos acadêmicos, ampliando as deduções atualmente permitidas, que se restringem a estabelecimentos de ensino e faculdades.   |
| EMENDA 60-T - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe incluir no art. 6º da Lei nº 7.713/1988 inciso que isenta 75% dos rendimentos de pessoas físicas provenientes de locação residencial de imóveis do Imposto de Renda até 2029. Além disso, sugere adicionar ao art. 8º da Lei nº 9.250/1995 alínea que permite deduzir do IRPF, até 2029, as importâncias pagas por locação residencial, descontando taxas condominiais e IPTU, com limites para deduções relacionadas à residência efetiva do declarante e seus dependentes.   |
| EMENDA 61-T - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe autorizar a dedução da contribuição patronal paga à Previdência Social pelo empregador doméstico, que incide sobre a remuneração do empregado, do Imposto de Renda, a partir do ano-calendário 2025. A emenda visa restabelecer um incentivo fiscal que estava em vigor até 2019, com o objetivo de incentivar a formalização do emprego doméstico e proporcionar alívio financeiro aos empregadores.  |
| EMENDA 62-T - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe incluir artigo ao projeto de lei para atualizar a parcela isenta dos rendimentos de aposentadoria e pensão para R\$ 5.000,00 a partir de janeiro de 2026, equiparando-a ao novo limite de isenção da primeira faixa da tabela progressiva do IRPF. Essa atualização visa corrigir uma discriminação existente e restabelecer a isonomia e justiça fiscal para aposentados e pensionistas com 65 anos ou mais.  |
| EMENDA 63-T - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe instituir a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico sobre apostas virtuais de quota fixa (Cide-Bets), com alíquota de 15% sobre o valor das apostas realizadas em plataformas virtuais. A arrecadação será destinada à saúde e educação. A responsabilidade pela retenção do tributo será das entidades operadoras de apostas, e a contribuição será  |



je-mv-rb2025-12533  
Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1632408678>



SF/25748.56771-24

47

|                            |  |  |
|----------------------------|--|--|
|                            |  | paga até o último dia útil da primeira quinzena do mês subsequente ao fato gerador. A Cide-Bets vigorará até a implementação do Imposto Seletivo previsto para 2027.   |
| EMENDA 65-T - PL 5473/2025 | Senador Weverton (PDT/MA)  | Propõe incluir o § 11-A ao art. 30 da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para estabelecer que, caso a compensação das perdas de arrecadação do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte seja insuficiente entre 2026 e 2028, a União concederá desconto no pagamento da contribuição para o PASEP, proporcional às perdas verificadas por Estados, Distrito Federal e Municípios.  |
| EMENDA 64-T - PL 5473/2025 | Senador Izalci Lucas (PL/DF)   | Propõe excluir da aplicação da alíquota majorada de 15% da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) as pessoas jurídicas que operam exclusivamente em programas regulados por autarquias federais, exceto o Banco Central, voltados à execução de políticas públicas obrigatórias, como o pagamento eletrônico de frete e o Vale-Pedágio Obrigatório, mantendo a alíquota de 9%.   |
| EMENDA 66-T - PL 5473/2025 | Senador Weverton (PDT/MA)  | Propõe incluir o § 11-A ao art. 30 da Lei nº 13.756, de 2018, para garantir que, caso a compensação das perdas de arrecadação do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF) seja insuficiente entre 2026 e 2028, a União destinará aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios os recursos necessários à compensação por meio de assistência financeira complementar, proporcional à perda de arrecadação de cada ente federativo. |
| EMENDA 68-T - PL 5473/2025 | Senador Carlos Portinho (PL/RJ)  | Propõe incluir novos artigos à legislação tributária para considerar reduções de imposto sobre a renda das pessoas jurídicas (IRPJ) e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), decorrentes de investimentos, doações ou patrocínios, como impostos efetivamente pagos.   |
| EMENDA 69-T - PL 5473/2025 | Senador Carlos Portinho (PL/RJ)  | Propõe incluir dispositivos na Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para dispensar da retenção os lucros e dividendos distribuídos pelas pessoas jurídicas de prestação de serviços profissionais aos seus sócios.   |
| EMENDA 67-T - PL 5473/2025 | Senador Weverton (PDT/MA)  | Propõe incluir parágrafo no art. 30 da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para assegurar que, caso a compensação das perdas de arrecadação do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF) seja insuficiente entre 2026 e 2028, a União destinará recursos aos Estados, Distrito Federal e Municípios por meio de assistência financeira complementar, proporcional à perda de arrecadação de cada ente federativo.                 |
| EMENDA 70-T - PL 5473/2025 | Senador Weverton (PDT/MA)  | Propõe incluir dispositivo na Lei nº 13.756, de 2018, estabelecendo que, caso a compensação das perdas de arrecadação do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF) seja insuficiente entre 2026 e 2028, a União concederá um desconto no pagamento da contribuição para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) para Estados, Distrito Federal e Municípios, proporcional às perdas verificadas.               |
| EMENDA 71 - PL 5473/2025   | Senador Izalci Lucas (PL/DF), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP) | Propõe incluir novos artigos à legislação vigente para considerar a redução do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas (IRPJ) e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), decorrente de investimentos, doações ou patrocínios, como impostos efetivamente pagos.  |
| EMENDA 72 - PL 5473/2025   | Senador Izalci Lucas (PL/DF)   | Propõe incluir artigo que determina a atualização anual dos valores das faixas de isenção e de tributação progressiva do imposto sobre a renda, conforme a variação do IPCA ou outro índice oficial que o substitua.   |



je-mv-rb2025-12533  
Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1632408678>



SF/25748.56771-24

48

|                          |   |   |
|--------------------------|---|---|
| EMENDA 73 - PL 5473/2025 | Senador Izalci Lucas (PL/DF)              | Propõe incluir na Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, a isenção de tributação sobre os lucros distribuídos por pessoas jurídicas optantes pelo Simples Nacional, com a devida renumeração dos dispositivos na consolidação das emendas.  |
| EMENDA 74 - PL 5473/2025 | Senador Izalci Lucas (PL/DF)              | Propõe incluir parágrafo ao art 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, estabelecendo a incidência progressiva do imposto de renda na fonte sobre lucros ou dividendos remetidos ao exterior, com alíquotas que começam em 2% no ano-calendário de 2026 e aumentam anualmente até atingir 10% a partir de 2030.  |
| EMENDA 75 - PL 5473/2025 | Senador Izalci Lucas (PL/DF)              | Propõe que não se sujeitam ao Imposto sobre a Renda os lucros e dividendos relativos a resultados apurados até o ano-calendário de 2025, desde que a distribuição tenha sido aprovada até o final do prazo legal para a realização da assembleia geral ordinária referente ao exercício de 2025, conforme o art. 132 da Lei nº 6.404, de 1976. Isso se aplica a todos os tipos societários, desde que o pagamento ocorra conforme o ato de aprovação. |
| EMENDA 76 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe alterar o art. 16-B da Lei nº 9.250, de 1995, para estabelecer que, quando a soma da alíquota efetiva sobre os lucros da pessoa jurídica e a tributação mínima do IRPF devida pela pessoa física ultrapassar 27,5%, será aplicado um fator redutor sobre a tributação mínima do IRPF incidente sobre lucros e dividendos recebidos.  |
| EMENDA 77 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe incluir novo artigo na Lei nº 9.250, de 1995, para estabelecer que, quando a soma da alíquota efetiva sobre os lucros da pessoa jurídica e a tributação mínima do IRPF devida pela pessoa física ultrapassar 27,5%, será aplicado um fator redutor sobre a tributação mínima do IRPF incidente sobre lucros e dividendos recebidos.  |
| EMENDA 78 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe incluir parágrafo ao art. 10 da Lei nº 9.249, de 1995, permitindo que pessoas jurídicas domiciliadas no Brasil utilizem seus prejuízos fiscais acumulados e a base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para o pagamento do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre lucros ou dividendos remetidos ao exterior.  |
| EMENDA 79 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe incluir parágrafo ao art. 10 da Lei nº 9.249, de 1995, permitindo que pessoas jurídicas domiciliadas no Brasil utilizem seus prejuízos fiscais acumulados e a base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para pagar o Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre lucros ou dividendos remetidos ao exterior.   |
| EMENDA 80 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe incluir dispositivo para assegurar que a carga tributária total sobre os lucros de pessoas jurídicas domiciliadas no Brasil não ultrapasse 34% do lucro contábil. A emenda estabelece que, caso a soma das alíquotas efetivas do IRPJ, CSLL e IRRF sobre lucros e dividendos remetidos ao exterior exceda esse limite, o imposto retido na fonte deverá ser ajustado para manter a carga tributária dentro do teto de 34%.                     |
| EMENDA 81 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe incluir novo parágrafo ao artigo 10 da Lei nº 9.249, de 1995, para assegurar que a soma da carga tributária sobre a renda de pessoas jurídicas no Brasil, composta pelo IRPJ, CSLL e IRRF sobre lucros e dividendos remetidos ao exterior, não ultrapasse 34% do lucro contábil.   |
| EMENDA 82 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe incluir uma cláusula que isenta de tributação os lucros e dividendos pagos a beneficiários em países com os quais o Brasil possui acordos para evitar dupla tributação e evasão fiscal, desde que esses acordos contenham cláusula de não discriminação  |



je-mv-rb2025-12533  
Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1632408678>





SF/25748.56771-24

49

|                          |   |   |
|--------------------------|---|---|
| EMENDA 83 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe incluir na legislação a isenção do imposto de renda na fonte sobre lucros e dividendos pagos a beneficiários em países com acordos de dupla tributação e cláusula de não discriminação com o Brasil.   |
| EMENDA 84 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe alterar a redação da alínea "g" do inciso V do § 1º do art. 16-A da Lei nº 9.250, de 1995, especificando que se refere aos fundos de investimento mencionados no art. 3º da Lei nº 12.431, de 2011, mas sem a restrição de que estabeleçam em seu regulamento a aplicação de seus recursos em projetos de infraestrutura em montante não inferior a 85% do valor de referência do fundo.   |
| EMENDA 85 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe incluir novo inciso ao art. 6º da Lei nº 7.713, de 1988, para desonerar parcialmente a renda de trabalhadores da ativa portadores de doenças graves, aplicando isenção do Imposto de Renda em diferentes proporções conforme as faixas da tabela progressiva: 90% para a alíquota de 7,5%; 75% para 15%; 60% para 22,5%; e 40% para 27,5%, até o limite de renda do teto do serviço público.   |
| EMENDA 86 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe incluir dispositivos nos arts. 6º-A e 16-A da Lei nº 9.250, de 1995, para isentar do imposto de renda os lucros e dividendos distribuídos por pessoas jurídicas de prestação de serviços profissionais, submetidas à fiscalização por conselho profissional, aos seus sócios.  |
| EMENDA 87 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe incluir os artigos 35-A e 35-B à Lei nº 9.250/1995, estabelecendo que lucros e dividendos distribuídos por pessoas jurídicas de prestação de serviços profissionais, fiscalizadas por conselhos profissionais, aos seus sócios, não estarão sujeitos ao imposto de renda retido na fonte nem à tributação anual de altas rendas.   |
| EMENDA 88 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe incluir artigo à Lei nº 9.249, de 1995, isentando de imposto de renda os lucros e dividendos distribuídos por pessoas jurídicas intensivas em investimentos em bens de capital. Para se qualificarem, essas empresas devem ter investido, nos cinco anos anteriores à distribuição, em montante igual ou superior a até duas vezes o valor dos lucros e dividendos distribuídos. Caso os investimentos sejam inferiores a esse limite, mas ainda significativos, a alíquota do imposto sobre os lucros e dividendos será reduzida proporcionalmente. A emenda também estende os benefícios a empresas com contratos de concessão de serviços públicos. |
| EMENDA 89 - PL 5473/2025 | Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)        | Propõe incluir um parágrafo ao artigo 3º da Lei nº 7.689/1988 para excluir da alíquota majorada de 15% da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) as pessoas jurídicas que operam exclusivamente em programas regulados por autarquias federais, exceto o Banco Central, voltados à execução de políticas públicas obrigatórias, como o Pagamento Eletrônico de Frete e o Vale-Pedágio Obrigatório. A alíquota para essas entidades permanecerá em 9%, visando evitar a oneração de políticas públicas e preservar a formalização e proteção do transportador autônomo de cargas.  |
| EMENDA 90 - PL 5473/2025 | Senador Esperidião Amin (PP/SC)           | Propõe incluir os arts. 2º-1 e 2º-2 para permitir que as contribuições extraordinárias destinadas ao custeio de déficits e à reconstituição de reservas de entidades fechadas de previdência complementar, patrocinadas por entes públicos, não se sujeitem ao limite de dedução do Imposto de Renda. A emenda visa harmonizar as leis nº 9.532/1997 e nº 9.250/1995, garantindo que tais contribuições sejam dedutíveis integralmente, corrigindo distorções fiscais e assegurando tratamento tributário isonômico e coerente com a realidade atuarial e os princípios constitucionais.  |



je-mv-rb2025-12533  
Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1632408678>



SF/25748.56771-24

50

|                           |                                  |  |
|---------------------------|----------------------------------|--|
| EMENDA 91 - PL 5473/2025  | Senadora Leila Barros (PDT/DF)   | Propõe incluir uma nova redação ao caput da alínea “h” e adicionar a alínea “k” ao inciso III do artigo 30 da Lei nº 13.756/2018, destinando 21,20% dos recursos ao Ministério do Esporte e 1,00% à Comissão Desportiva Militar do Brasil do Ministério da Defesa, responsável pelo Subsistema Nacional do Esporte Militar (SNEM).   |
| EMENDA 92 - PL 5473/2025  | Senador Jorge Seif (PL/SC)       | Propõe alterar o § 1º do art. 16-A da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para excluir os lucros distribuídos por pessoas jurídicas optantes pelo Simples Nacional da tributação mínima.  |
| EMENDA 93 - PL 5473/2025  | Senador Jorge Seif (PL/SC)       | Propõe incluir a alínea “d” ao inciso II do § 5º do art. 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para isentar de imposto de renda retido na fonte os lucros ou dividendos recebidos no exterior por pessoas jurídicas de capital aberto ou suas controladas, quando esses rendimentos forem isentos de tributação no país de destino ou quando não for possível aproveitar o crédito do imposto pago no Brasil.   |
| EMENDA 94 - PL 5473/2025  | Senador Jorge Seif (PL/SC)       | Propõe nova redação ao art. 16-B da Lei nº 9.250, de 1995, alterando a definição de alíquota efetiva de tributação dos lucros da pessoa jurídica. A emenda substitui a expressão "valor devido do imposto" por "valor da despesa do imposto" referente ao imposto de renda e à contribuição social sobre o lucro líquido.  |
| EMENDA 95 - PL 5473/2025  | Senador Jorge Seif (PL/SC)       | Propõe incluir o art. 3º-A à Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, estabelecendo que os valores das faixas de isenção e de tributação progressiva sejam atualizados anualmente pela variação do IPCA ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.  |
| EMENDA 96 - PL 5473/2025  | Senador Jorge Seif (PL/SC)       | Propõe incluir alíquotas progressivas para o imposto sobre a renda na fonte aplicado a lucros ou dividendos remetidos ao exterior, com base em resultados a partir de 2026. As alíquotas começam em 2% em 2026 e aumentam anualmente até atingir 10% em 2030 e anos subsequentes.  |
| EMENDA 97 - PL 5473/2025  | Senador Jorge Seif (PL/SC)       | Propõe nova redação ao art. 16-A da Lei nº 9.250, de 1995, estabelecendo que, a partir do exercício de 2027, pessoas físicas com rendimentos anuais superiores a R\$ 1.200.000,00 estarão sujeitas a uma tributação mínima do imposto de renda. Para rendimentos iguais ou superiores a R\$ 2.400.000,00, a alíquota será de 10%. Para rendimentos entre R\$ 1.200.000,00 e R\$ 2.400.000,00, a alíquota crescerá linearmente de zero a 10%, conforme fórmula específica.  |
| EMENDA 98 - PL 5473/2025  | Senador Jorge Seif (PL/SC)       | Propõe restringir a incidência de imposto de renda na fonte, à alíquota de 10%, sobre lucros ou dividendos pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos apenas aos beneficiários pessoas físicas residentes ou domiciliados no exterior e trusts no exterior. Suprime a previsão da tributação para pessoas jurídicas estrangeiras, mantendo-as isentas.  |
| EMENDA 99 - PL 5473/2025  | Senador Jorge Seif (PL/SC)       | Propõe nova redação ao inciso I do §1º e ao § 8º do art. 16-A da Lei nº 9.250, de 1995, para retirar da base de cálculo da tributação mínima os ganhos líquidos de investidores não residentes ou domiciliados no exterior, em negociações nos mercados de bolsa e de balcão organizado no Brasil, desde que não sejam de jurisdição de tributação favorecida. Além disso, define mercados de balcão organizado como sistemas centralizados de negociação que garantem a formação pública de preços, administrados por entidade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários. |
| EMENDA 101 - PL 5473/2025 | Senador Fernando Dueire (MDB/PE) | Propõe estabelecer diretrizes para a tributação mínima do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF) para altas rendas, assegurando que o redutor da tributação mínima considere a soma das alíquotas efetivas de tributação dos lucros da pessoa jurídica e da tributação mínima do IRPF. A emenda especifica que, para o cálculo da alíquota efetiva da pessoa jurídica, devem ser considerados os incentivos fiscais do IRPJ nas áreas da Sudene e Sudam, e os benefícios fiscais   |



je-mv-rb2025-12533  
Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1632408678>



SF/25748.56771-24

51

|                           |   |   |
|---------------------------|---|---|
|                           |   | direcionados a projetos sociais. Além disso, propõe que o cálculo da alíquota efetiva inclua o IRPJ e a CSLL das sociedades nas quais tenha participação.   |
| EMENDA 100 - PL 5473/2025 | Senador Fernando Dueire (MDB/PE)          | Propõe artigo que estabelece a incidência do Imposto sobre a Renda na fonte sobre lucros ou dividendos remetidos ao exterior, com alíquotas progressivas de 2% a 10% entre 2026 e 2030. Além disso, sugere a redução das alíquotas com base no tempo de permanência do investimento no Brasil, oferecendo descontos de 25% para investimentos superiores a um ano e de 50% para aqueles iguais ou superiores a dois anos.   |
| EMENDA 103 - PL 5473/2025 | Senador Jorge Seif (PL/SC)                | Propõe alterar a Lei nº 12.810, de 2013, para clarificar as regras de registro de valores mobiliários, especialmente contratos derivativos não depositados centralizadamente. A emenda estabelece que o registro de ativos financeiros deve incluir armazenamento e publicidade das informações, exceto quando houver sigilo legal, e define que contratos derivativos não depositados devem ser registrados sob supervisão de entidades autorizadas.                           |
| EMENDA 104 - PL 5473/2025 | Senador Jorge Seif (PL/SC)                | Propõe nova redação ao caput do art. 6-A da Lei nº 9.250, estabelecendo que, a partir de janeiro de 2026, o pagamento de lucros e dividendos por uma pessoa jurídica a uma pessoa física residente no Brasil, em montante superior a R\$ 50.000,00 mensais, estará sujeito à retenção na fonte do imposto de renda à alíquota de 0,01%, com a finalidade exclusiva de registro e controle para fins de reajuste anual.  |
| EMENDA 105 - PL 5473/2025 | Senador Jorge Seif (PL/SC)                | Propõe alterar o art. 3º da Lei nº 11.033, de 2004, isentando do Imposto de Renda e do IOF os rendimentos de Letras de Crédito e Certificados de Recebíveis lastreados em direitos creditórios de sociedades de pequeno e médio porte, que não sejam consideradas de grande porte.  |
| EMENDA 102 - PL 5473/2025 | Senador Izalci Lucas (PL/DF)              | Propõe alterar o artigo 4º da Lei nº 9.718, de 1998, estabelecendo que as contribuições para PIS/PASEP e COFINS devidas por produtores e importadores de derivados de petróleo incidirão uma única vez sobre as operações, sem nova incidência ou direito a crédito para distribuidores e revendedores.   |
| EMENDA 109 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe atualizar os valores das deduções do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física para dependentes para R\$ 203,82 a partir de janeiro de 2026. Além disso, ajusta o valor anual para R\$ 2.445,84 a partir de janeiro de 2026.  |
| EMENDA 110 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe corrigir os valores da tabela do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física referentes às deduções com educação.   |
| EMENDA 111 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe alterar o caput do art. 6º-A da Lei nº 9.250, de 1995, estabelecendo que, a partir de janeiro de 2026, pagamentos de lucros e dividendos acima de R\$ 50.000,00 por uma pessoa jurídica a uma pessoa física no Brasil, em um mesmo mês, estarão sujeitos à retenção na fonte do imposto de renda à alíquota de 0,01%.  |
| EMENDA 112 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe incluir novo artigo à Lei nº 9.250, de 1995, estabelecendo uma alíquota de retenção na fonte do imposto de renda das pessoas físicas de 0,01%.   |
| EMENDA 113 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe nova redação ao inciso I do § 1º do art. 16-A e acrescentar o § 8º ao art. 16-A da Lei nº 9.250, de 1995, para isentar da base de cálculo da tributação mínima os ganhos líquidos auferidos por investidores não residentes em negociações nos mercados de bolsa e de balcão organizado no Brasil, desde que não sejam residentes em jurisdições de tributação favorecida. Define mercados de balcão organizado como sistemas centralizados de negociação que permitem a |



je-mv-rb2025-12533  
Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1632408678>



SF/25748.56771-24

52

|                           |   |   |
|---------------------------|---|---|
|                           |   | interação de ofertas de compra e venda de valores mobiliários, garantindo a formação pública de preços, administrados por entidade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários.   |
| EMENDA 114 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe novo artigo à Lei nº 9.250, de 1995, que permite a dedução, para fins de tributação anual de altas rendas, dos rendimentos provenientes de ganhos de capital e ganhos líquidos em negociações de aplicações financeiras nos mercados de bolsa e de balcão organizado no Brasil. A isenção não se aplica a ativos de renda fixa e operações assemelhadas, e é condicionada a investidores não residentes em jurisdições de tributação favorecida.   |
| EMENDA 115 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe incluir o art. 16-C à Lei nº 9.250, de 1995, estabelecendo que os valores mencionados no art. 6º-A, bem como ajustes no cálculo do art. 11-A e a tributação do art. 16-A, sejam atualizados anualmente pelo mesmo índice aplicado na Lei Orçamentária Anual (LOA) para o aumento das despesas. Em caso de divergência entre os índices da LOA, será aplicado o maior percentual de atualização monetária. A Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil será responsável por divulgar anualmente o índice aplicável e os valores atualizados.   |
| EMENDA 116 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe incluir um novo artigo à Lei nº 9.250, de 1995, estabelecendo que os valores alterados em 2025 sejam atualizados anualmente pelo mesmo índice aplicado na Lei Orçamentária Anual (LOA) para aumento das despesas. Em caso de divergência entre índices na LOA, será aplicado o maior percentual de atualização monetária. A Receita Federal do Brasil será responsável por divulgar anualmente o índice aplicável e os valores atualizados, garantindo segurança jurídica, coerência normativa e preservação do valor real dos montantes fixados na lei.   |
| EMENDA 117 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe incluir um parágrafo ao art. 16-B da Lei 9.250/1995, permitindo a consideração das alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido incidentes sobre pessoas jurídicas que apuraram e tributaram lucros distribuídos a acionistas pessoas físicas. A emenda visa evitar a sobreposição de cargas tributárias, corrigindo lacunas técnicas ao considerar lucros distribuídos dentro de uma cadeia societária, mesmo sem apuração consolidada. Isso assegura que o redutor da tributação mínima do imposto de renda da pessoa física reflita a tributação efetiva já suportada, garantindo isonomia, segurança jurídica e evitando duplicidade de tributação. |
| EMENDA 118 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe incluir um novo artigo na Lei nº 9.250, de 1995, para permitir que as alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido incidentes sobre pessoas jurídicas, que apuraram e tributaram lucros distribuídos a acionistas pessoas físicas, sejam consideradas no cálculo do redutor da tributação mínima do imposto de renda das pessoas físicas de altas rendas. A emenda visa evitar a duplicidade de tributação econômica, corrigir distorções e assegurar tratamento equitativo entre diferentes formas de organização empresarial, especialmente em estruturas com holdings.   |
| EMENDA 119 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe incluir um novo artigo ao projeto de lei, alterando a redação do art. 16-B da Lei nº 9.250, de 1995, para permitir a dedução de exclusões decorrentes de incentivos fiscais concedidos a pessoas jurídicas. Esses incentivos são para projetos aprovados até 31 de dezembro de 2028, voltados para instalação, ampliação, modernização ou diversificação em setores econômicos prioritários para o desenvolvimento regional, nas áreas da Sudene e Sudam. A emenda busca ajustar o cálculo da alíquota efetiva de tributação, preservando a finalidade dos incentivos fiscais e promovendo o desenvolvimento equilibrado das regiões menos favorecidas do Brasil.                                |



je-mv-rb2025-12533  
Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1632408678>



SF/25748.56771-24

53

|                           |   |  |
|---------------------------|---|--|
| EMENDA 120 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe incluir um novo artigo à Lei nº 9.250/1995, estabelecendo que o lucro contábil da pessoa jurídica, para fins de redução da tributação mínima do Imposto de Renda das Pessoas Físicas de altas rendas, seja calculado considerando o resultado antes dos tributos sobre a renda, deduzido das exclusões decorrentes de incentivos fiscais para projetos aprovados até 31 de dezembro de 2028. Esses projetos devem estar enquadrados em setores prioritários para o desenvolvimento regional nas áreas da Sudene e Sudam. Empresas fora do regime de lucro real podem optar por um cálculo simplificado do lucro contábil. |
| EMENDA 121 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe alterar a redação do art. 16-B da Lei nº 9.250, de 1995, para ajustar a definição de "lucro contábil" das pessoas jurídicas, considerando as deduções do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). A emenda visa corrigir inconsistências técnicas sem alterar o objetivo arrecadatório do projeto, protegendo o PAT e evitando penalidades indiretas às empresas participantes, assegurando a coerência do sistema fiscal e a continuidade de políticas públicas sociais e econômicas.   |
| EMENDA 122 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe incluir um novo artigo à Lei nº 9.250/1995, estabelecendo que, para o cálculo do redutor da tributação mínima do Imposto de Renda das Pessoas Físicas de altas rendas, o lucro contábil da pessoa jurídica deve considerar deduções referentes ao Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). Empresas fora do regime de lucro real podem optar por um cálculo simplificado do lucro contábil, deduzindo despesas do PAT. A emenda visa corrigir inconsistências técnicas, preservando a coerência do sistema fiscal e protegendo o PAT, sem alterar o propósito arrecadatório do projeto.                              |
| EMENDA 123 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe incluir nova redação ao art. 16-B da Lei nº 9.250, de 1995, definindo o "lucro contábil da pessoa jurídica" como o resultado do exercício antes dos tributos sobre a renda e das respectivas provisões, deduzidas as quotas de depreciação ou amortização aceleradas previstas em lei. A emenda visa corrigir distorções na apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), assegurando que a tributação incida sobre resultados reais, evitando dupla tributação indireta e injustificada, e preservando a coerência normativa.                            |
| EMENDA 124 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe incluir um novo artigo à Lei nº 9.250, de 1995, estabelecendo que, para o cálculo do redutor da tributação mínima do Imposto de Renda sobre Pessoas Físicas de altas rendas, o lucro contábil da pessoa jurídica deve ser considerado antes dos tributos sobre a renda e das provisões, deduzindo-se as quotas de depreciação ou amortização aceleradas previstas em lei. Permite que empresas fora do regime de lucro real optem por um cálculo simplificado do lucro contábil, deduzindo despesas de depreciação ou amortização aceleradas.   |
| EMENDA 125 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe incluir nova redação ao art. 16-B da Lei nº 9.250/1995, estabelecendo que o lucro contábil da pessoa jurídica deve ser considerado antes dos tributos sobre a renda e das respectivas provisões, excluindo os créditos presumidos de ICMS reconhecidos judicial ou administrativamente como não incluídos na base de cálculo do IRPJ e da CSLL.   |
| EMENDA 126 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe incluir um novo artigo à Lei nº 9.250, de 1995, estabelecendo que, para o cálculo do redutor da tributação mínima do Imposto de Renda das Pessoas Físicas de altas rendas, o lucro contábil da pessoa jurídica deve ser considerado antes dos tributos sobre a renda e das provisões, excluindo os créditos presumidos de ICMS reconhecidos judicial ou administrativamente como não incluídos na base de cálculo do IRPJ e da CSLL. Empresas fora do regime de lucro real podem optar por um cálculo simplificado do lucro contábil, deduzindo esses créditos presumidos.  |



je-mv-rb2025-12533  
Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1632408678>



SF/25748.56771-24

54

|                           |   |   |
|---------------------------|---|---|
| EMENDA 127 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe nova redação ao art. 16-B da Lei nº 9.250, de 1995, para ajustar o cálculo da alíquota efetiva de tributação, excluindo os créditos presumidos da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. A emenda visa reconhecer esses créditos como incentivos fiscais legítimos, não configurando receitas tributáveis, em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. A proposta busca assegurar a neutralidade tributária, respeitar precedentes judiciais e evitar litígios, promovendo um sistema fiscal mais estável e justo.                |
| EMENDA 128 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe incluir um novo artigo à Lei nº 9.250, de 1995, estabelecendo que, para o cálculo do redutor da tributação mínima do Imposto de Renda das Pessoas Físicas de altas rendas, o lucro contábil da pessoa jurídica deve ser considerado antes dos tributos sobre a renda e das respectivas provisões, deduzindo-se os créditos presumidos da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS reconhecidos como não incluídos na base de cálculo do IRPJ e da CSLL. Permite que empresas fora do regime de lucro real optem por um cálculo simplificado do lucro contábil, deduzindo esses créditos presumidos. |
| EMENDA 129 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe incluir nova redação ao art. 16-B da Lei nº 9.250, de 1995, para ajustar o cálculo da alíquota efetiva de tributação, permitindo a dedução das despesas correspondentes aos juros pagos ou creditados a titulares, sócios ou acionistas, a título de remuneração do capital próprio (JCP). Esses juros são calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), conforme o artigo 9º da Lei nº 9.249, de 1995. A emenda visa reconhecer no cálculo da alíquota efetiva valores legítimos previstos na legislação, que muitas vezes são    |
| EMENDA 130 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe incluir um novo artigo à Lei nº 9.250, de 1995, estabelecendo que, para o cálculo do redutor da tributação mínima do Imposto de Renda das Pessoas Físicas de altas rendas, o lucro contábil da pessoa jurídica deve ser considerado antes dos tributos sobre a renda e das provisões, deduzindo-se despesas de juros pagos ou creditados a título de remuneração do capital próprio, limitados à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). Empresas fora do regime de tributação pelo lucro real podem optar por um cálculo simplificado do lucro contábil, também deduzindo tais despesas.   |
| EMENDA 131 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe incluir um novo artigo ao projeto de lei para alterar a redação do art. 16-B da Lei nº 9.250, de 1995, com o objetivo de ajustar o cálculo da alíquota efetiva do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica. A emenda sugere a dedução das exclusões relativas ao aproveitamento de goodwill, conforme o art. 22 da Lei nº 12.973, de 2014, para que a apuração da carga tributária reflita corretamente a realidade econômica das operações societárias, preservando o equilíbrio entre capacidade contributiva e neutralidade fiscal.   |
| EMENDA 132 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe incluir um novo artigo na Lei nº 9.250, de 1995, estabelecendo que, para o cálculo do redutor da tributação mínima do Imposto de Renda das Pessoas Físicas de altas rendas, o lucro contábil da pessoa jurídica deve ser considerado antes dos tributos sobre a renda e das provisões, deduzindo-se as exclusões relativas ao aproveitamento de goodwill, conforme a Lei nº 12.973, de 2014. Empresas fora do regime de lucro real podem optar por um cálculo simplificado do lucro contábil, deduzindo o faturamento e as exclusões do goodwill.  |
| EMENDA 133 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe incluir um novo artigo ao projeto de lei, alterando a redação do art. 16-B da Lei nº 9.250, de 1995, para ajustar o cálculo da alíquota efetiva de tributação. A emenda visa permitir a dedução de despesas com pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica, classificadas como despesas operacionais, conforme a Lei nº 11.196, de 2005, conhecida como  |



je-mv-rb2025-12533  
Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1632408678>



SF/25748.56771-24

55

|                           |   |  |
|---------------------------|---|--|
|                           |   | Lei do Bem. Essa alteração busca evitar penalizações a empresas que investem em inovação, mantendo os incentivos fiscais e promovendo o desenvolvimento tecnológico e a competitividade econômica do Brasil.   |
| EMENDA 134 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe incluir um novo artigo na Lei nº 9.250, de 1995, estabelecendo que, para o cálculo do redutor da tributação mínima do Imposto de Renda das Pessoas Físicas de altas rendas, o lucro contábil da pessoa jurídica deve ser considerado antes dos tributos sobre a renda, deduzindo-se despesas com pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica. Empresas fora do regime de lucro real poderão optar por um cálculo simplificado do lucro contábil, também deduzindo essas despesas.                        |
| EMENDA 135 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe incluir um inciso ao artigo 10 da Lei nº 9.249, de 1995, para isentar o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre lucros ou dividendos remetidos ao exterior, até o limite de 10% do investimento estrangeiro no Brasil, conforme declarado ao Banco Central. Essa medida visa incentivar e preservar o fluxo de investimentos estrangeiros diretos, criando um ambiente mais competitivo e atrativo para investidores, sem comprometer significativamente a arrecadação tributária.                        |
| EMENDA 136 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe incluir artigo na Lei nº 9.249, de 1995, estabelecendo que lucros e dividendos remetidos ao exterior não estarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte, até o limite de 10% do investimento estrangeiro no Brasil, conforme declarado ao Banco Central.  |
| EMENDA 137 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe alterar a redação do art. 16-B da Lei nº 9.250/1995, especificamente o inciso I do §3º, para redefinir a alíquota efetiva de tributação dos lucros da pessoa jurídica. A emenda substitui a expressão "valor devido do imposto" por "valor da despesa do imposto", referente ao imposto de renda e à contribuição social sobre o lucro líquido.   |
| EMENDA 138 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe incluir novo artigo na Lei nº 9.250/1995 para definir a alíquota efetiva de tributação dos lucros da pessoa jurídica, substituindo a expressão "valor devido do imposto" por "valor da despesa do imposto" relativo ao imposto de renda e à contribuição social sobre o lucro líquido.  |
| EMENDA 139 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe incluir novos artigos à Lei nº 9.250, de 1995, para permitir a redução da base de cálculo do imposto de renda por meio da divisão pelo coeficiente familiar, quando da apuração do imposto de renda da entidade familiar. Estabelece que a declaração conjunta de rendimentos dos integrantes da entidade familiar é necessária e define coeficientes específicos para diferentes arranjos familiares, considerando cônjuges, companheiros, filhos, enteados, ascendentes e outros membros sob guarda judicial. |
| EMENDA 140 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Permite a dedução de doações ou patrocínios ao Fundo do Idoso do valor devido do imposto de renda e da CSLL., para fins de cálculo da alíquota efetiva.  |
| EMENDA 141 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe incluir artigo na Lei nº 9.250, de 1995, estabelecendo que, para o cálculo do redutor da tributação mínima do Imposto de Renda das Pessoas Físicas de altas rendas, a alíquota efetiva de tributação dos lucros da pessoa jurídica deve considerar a relação entre o valor devido do imposto de renda e da CSLL, descontadas as doações ou patrocínios ao Fundo do Idoso, e o lucro contábil da pessoa jurídica.  |
| EMENDA 142 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe incluirartigo que altera a redação do art. 16-B da Lei nº 9.250/1995, ajustando o cálculo da alíquota efetiva de tributação dos lucros das pessoas jurídicas. A emenda sugere deduzir doações ou patrocínios aos Fundos da Criança e do   |



je-mv-rb2025-12533  
Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1632408678>



SF/25748.56771-24

56

|                           |   |  |
|---------------------------|---|--|
|                           |   | Adolescente, conforme a Lei nº 8.069/1990, do valor devido do imposto de renda e da CSLL, evitando que esses valores sejam considerados como "tributação efetiva".   |
| EMENDA 143 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe incluir artigo à Lei nº 9.250/1995, estabelecendo que, para o cálculo da alíquota efetiva de tributação dos lucros de pessoas jurídicas, sejam deduzidas doações ou patrocínios aos Fundos da Criança e do Adolescente, conforme a Lei nº 8.069/1990.   |
| EMENDA 144 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe modificar a redação do art. 16-B da Lei nº 9.250/1995, visando ajustar o cálculo da alíquota efetiva de tributação dos lucros das pessoas jurídicas. A emenda sugere que, ao calcular a alíquota efetiva do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), sejam deduzidas doações ou patrocínios ao Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON), conforme Lei nº 12.715/2012.  |
| EMENDA 148 - PL 5473/2025 | Senador Izalci Lucas (PL/DF)              | Propõe incluir novos artigos à legislação vigente para esclarecer que lucros e dividendos apurados até o ano-calendário de 2025 não estarão sujeitos ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas, independentemente das datas de deliberação ou distribuição.   |
| EMENDA 145 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe incluir artigo à Lei nº 9.250/1995, estabelecendo que, para o cálculo do redutor da tributação mínima do Imposto de Renda das Pessoas Físicas de altas rendas, sejam consideradas as doações ou patrocínios ao Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON), e o lucro contábil da pessoa jurídica.   |
| EMENDA 146 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe incluir alterar a redação do art. 16-B da Lei nº 9.250/1995, estabelecendo que a alíquota efetiva de tributação dos lucros das pessoas jurídicas considere a dedução de doações ou patrocínios ao Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD) do imposto de renda e da CSLL.   |
| EMENDA 147 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe incluir artigo à Lei nº 9.250/1995, estabelecendo que, para o cálculo do redutor da tributação mínima do Imposto de Renda das Pessoas Físicas de altas rendas, a alíquota efetiva de tributação dos lucros da pessoa jurídica deve considerar a razão entre o imposto de renda e a CSLL devidos, descontadas doações ou patrocínios ao PRONAS/PCD, e o lucro contábil da pessoa jurídica.   |
| EMENDA 106 - PL 5473/2025 | Senador Jorge Seif (PL/SC)                | Propõe revogar o art. 6-A e acrescentar inciso III ao art. 7º da Lei nº 10.522, de 2002, para permitir a suspensão do registro no Cadin quando o devedor comprovar que o crédito está sendo discutido administrativamente em qualquer ente público.  |
| EMENDA 107 - PL 5473/2025 | Senador Jorge Seif (PL/SC)                | Propõe incluir a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico sobre o serviço de apostas virtuais de quota fixa (Cide-Bets), com alíquota de 15% sobre o valor das apostas realizadas em plataformas virtuais. A arrecadação será destinada à saúde e educação. As operadoras de apostas serão responsáveis por reter e pagar a Cide-Bets. A Cide-Bets será extinta com a entrada em vigor de um novo imposto seletivo.  |
| EMENDA 108 - PL 5473/2025 | Senador Jorge Seif (PL/SC)                | Propõe incluir a alínea "d" ao Art. 97 do Decreto-Lei nº 5.844/43, estabelecendo um desconto de 15% no imposto sobre rendimentos de serviços digitais, técnicos e de assistência técnica, administrativa e semelhantes, recebidos por pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior. Inclui § 4º para definir empresas prestadoras desses serviços. Acrescenta o § 2º ao art. 100, estipulando que a retenção do imposto será feita pela intermediadora. |



je-mv-rb2025-12533  
Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1632408678>





SF/25748.56771-24

57

|                           |   |   |
|---------------------------|---|---|
| EMENDA 149 - PL 5473/2025 | Senador Jaime Bagattoli (PL/RO)                             | Propõe permitir que o Poder Executivo federal autorize, por decreto, quotas diferenciadas de depreciação acelerada para máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos novos adquiridos até 31 de dezembro de 2027. Esses bens devem ser destinados ao ativo imobilizado e empregados em determinadas atividades econômicas da pessoa jurídica adquirente.  |
| EMENDA 150 - PL 5473/2025 | Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)                          | Propõe incluir artigos que instituem a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico sobre apostas virtuais de quota fixa (Cide-Bets), com alíquota de 15% sobre o valor da aposta. A arrecadação será distribuída aos Municípios conforme os critérios do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Define que os apostadores são os contribuintes e as plataformas de apostas são responsáveis pela retenção e pagamento da contribuição.  |
| EMENDA 151 - PL 5473/2025 | Senador Wellington Fagundes (PL/MT)                         | Propõe incluir artigos que instituem a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico sobre apostas virtuais de quota fixa (Cide-Bets), com alíquota de 15% sobre o valor da aposta. A arrecadação será distribuída aos Municípios conforme os critérios do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Define que os apostadores são os contribuintes e as plataformas de apostas são responsáveis pela retenção e pagamento da contribuição.  |
| EMENDA 152 - PL 5473/2025 | Senador Jorge Seif (PL/SC), Senador Carlos Portinho (PL/RJ) | Propõe incluir um artigo que estabelece a tributação mínima do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas para rendimentos anuais superiores a R\$ 600.000,00, apurando separadamente o imposto devido sobre lucros pagos, distribuídos ou creditados por sociedades de advogados, especialmente aqueles decorrentes de honorários contratuais ou sucumbenciais em processos judiciais ou administrativos com duração de dois anos ou mais. A tributação será calculada individualmente para cada ano-calendário, aplicando-se também a honorários recebidos por acordo.   |
| EMENDA 153 - PL 5473/2025 | Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO)                          | Propõe incluir a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide-Bets) sobre o serviço de apostas virtuais de quota fixa, com alíquota de 15% sobre o valor da aposta. A arrecadação será distribuída aos municípios conforme os critérios do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Define como contribuintes os apostadores e obriga as plataformas de apostas a reterem e pagarem a contribuição.  |
| EMENDA 154 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)                   | Propõe incluir dispositivos na legislação vigente para fortalecer o combate ao mercado ilegal de apostas. A emenda estabelece a criação de entidades certificadoras e provedores de dispositivos, impondo obrigações de comunicação com órgãos reguladores e vedação de parcerias com operadores não autorizados. Instituições financeiras e de pagamento devem elaborar relatórios de conformidade e integrar sistemas de prevenção a fraudes. Prevê ainda a regulamentação do uso do Pix para controle de transações e sanções para descumprimento das normas, visando responsabilizar facilitadores do mercado clandestino e fortalecer o ambiente regulado. |
| EMENDA 155 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)                   | Propõe incluir no cálculo da alíquota efetiva de tributação dos lucros da pessoa jurídica a dedução de doações ou patrocínios para projetos desportivos e paradesportivos aprovados pela Lei nº 11.438/2006. A emenda visa evitar penalizações a contribuintes que apoiam essas iniciativas, garantindo que tais valores não sejam considerados como simples base tributável, promovendo, assim, a justiça fiscal e fortalecendo o incentivo à participação privada no fomento ao esporte e à inclusão social.  |
| EMENDA 156 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)                   | Propõe incluir um novo artigo na Lei nº 9.250/1995, estabelecendo que, para o cálculo do redutor da tributação mínima do Imposto de Renda das Pessoas Físicas de altas rendas, a alíquota efetiva de tributação dos lucros da pessoa jurídica deve considerar o valor devido do imposto de renda e da CSLL, descontadas as doações ou patrocínios para projetos   |



je-mv-rb2025-12533  
Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1632408678>



SF/25748.56771-24

58

|                           |   |   |
|---------------------------|---|---|
|                           |   | desportivos e paradesportivos aprovados pela Lei nº 11.438/2006. A emenda visa assegurar que contribuintes que apoiam essas iniciativas não sejam penalizados, promovendo um sistema fiscal mais justo e incentivando a participação em políticas de esporte e inclusão social.   |
| EMENDA 157 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe incluir no cálculo da alíquota efetiva de tributação dos lucros da pessoa jurídica a dedução dos valores de doações ou patrocínios para projetos culturais aprovados pela Lei Rouanet. A emenda visa assegurar que o parâmetro reflita a realidade tributária do contribuinte, reconhecendo o papel desses incentivos no fomento cultural e evitando penalizações indiretas ou efeitos adversos à política pública cultural.   |
| EMENDA 158 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe incluir um novo artigo à Lei nº 9.250, de 1995, estabelecendo que, para o cálculo do redutor da tributação mínima do Imposto de Renda das Pessoas Físicas de altas rendas, a alíquota efetiva de tributação dos lucros da pessoa jurídica deve considerar a razão entre o valor devido do imposto de renda e da CSLL, reduzido das doações ou patrocínios para o Programa Nacional de Apoio à Cultura, e o lucro contábil da pessoa jurídica.  |
| EMENDA 159 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe incluir um artigo ao projeto de lei para alterar a redação do art. 16-B da Lei nº 9.250/1995, ajustando o cálculo da alíquota efetiva de tributação dos lucros das pessoas jurídicas. A emenda sugere que, ao calcular a alíquota, sejam consideradas as deduções de doações ou patrocínios para fomento à atividade audiovisual, conforme a Lei nº 8.685/1993. O objetivo é garantir que a alíquota efetiva reflita a real carga tributária, reconhecendo o papel dos incentivos fiscais no apoio à cultura e evitando penalizar contribuintes que participam de políticas públicas de fomento audiovisual. |
| EMENDA 160 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe incluir um novo artigo à Lei nº 9.250, de 1995, estabelecendo que, para o cálculo da alíquota efetiva de tributação dos lucros de pessoas jurídicas, sejam considerados os valores do imposto de renda e da CSLL, deduzidos das doações ou patrocínios destinados à atividade audiovisual conforme a Lei nº 8.685, de 1993. Isso visa garantir que o cálculo da alíquota efetiva para a aplicação do redutor no IRPF reflita a carga tributária real, reconhecendo o papel dos incentivos fiscais à cultura e evitando penalizações aos contribuintes que apoiam a produção audiovisual.                     |
| EMENDA 161 - PL 5473/2025 | Senador Esperidião Amin (PP/SC)           | Permite, exclusivamente para os anos de 2025 e 2026, um acréscimo de até 3 pontos percentuais no crédito tributário sobre exportações de bens industriais para qualquer país (Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras - REINTEGRA).  |
| EMENDA 162 - PL 5473/2025 | Senador Esperidião Amin (PP/SC)           | Propõe incluir um parágrafo ao artigo 3º da Lei nº 7.689, de 1988, para excluir da aplicação da alíquota majorada de 15% da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) as pessoas jurídicas que operam exclusivamente em programas regulados por autarquias federais, exceto o Banco Central, voltados à execução de políticas públicas obrigatórias, como meios eletrônicos de pagamento de frete e o Vale-Pedágio Obrigatório, conforme regulamentação da ANTT, mantendo a alíquota de 9%.  |
| EMENDA 171 - PL 5473/2025 | Senador Fernando Dueire (MDB/PE)          | Propõe nova redação ao § 11 do artigo 30 da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, conforme proposto no artigo 3º do Projeto, especificando que o valor de 12% pertencente à União, vinculado à seguridade social, será destinado aos demais entes federativos por prazo indeterminado.  |



je-mv-rb2025-12533  
Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1632408678>



SF/25748.56771-24

59

|                           |   |   |
|---------------------------|---|---|
| EMENDA 172 - PL 5473/2025 | Senador Angelo Coronel (PSD/BA)           | Propõe o Programa de Regularização Tributária para Pessoas Físicas (Pert-PF), permitindo que pessoas físicas com rendimentos mensais de até R\$ 50.000,00 ou anuais de até R\$ 600.000,00 regularizem débitos tributários e não tributários vencidos, inclusive aqueles em parcelamentos anteriores ou em discussão administrativa ou judicial.   |
| EMENDA 163 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe cronograma escalonado para a alíquota incidente sobre instituições financeiras, estabelecendo um percentual de 10% em 2026, 11% em 2027 e 15% em 2028.   |
| EMENDA 164 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe alterar a redação do art. 16-B da Lei nº 9.250, de 1995, estabelecendo que, caso a soma das alíquotas efetivas de tributação dos lucros da pessoa jurídica e da tributação mínima do imposto de renda da pessoa física beneficiária ultrapasse as alíquotas efetivas do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e da CSLL, será concedido um redutor na tributação mínima do IRPF sobre lucros e dividendos. As alíquotas efetivas a serem consideradas são de 24,32% para empresas não financeiras e 36,90% para instituições financeiras e assemelhadas. |
| EMENDA 165 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe novo artigo à Lei nº 9.250, de 1995, estabelecendo que as alíquotas efetivas, em vez das nominais, devem ser consideradas para fins de tributação pela alíquota mínima. Especifica que a soma das alíquotas efetivas para pagamento de lucros ou dividendos deve ser de 24,32% para empresas não financeiras e 36,90% para instituições financeiras e assemelhadas.  |
| EMENDA 166 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe alterações nos art. 6-A e 16-A da Lei nº 9.250/1995 e no art. 10 da Lei nº 9.249/1995, estabelecendo que o cronograma de pagamento, crédito, emprego ou entrega dos lucros ou dividendos deve constar expressamente do ato de aprovação, podendo ultrapassar os prazos de pagamento previstos no art. 205, § 3º, da Lei nº 6.404/1976.   |
| EMENDA 167 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe incluir novos artigos às Leis nº 9.249 e nº 9.250, de 1995, estabelecendo que o cronograma de pagamento, crédito, emprego ou entrega de lucros ou dividendos deve constar expressamente do ato de aprovação, podendo ultrapassar os prazos de pagamento previstos no art. 205, § 3º, da Lei nº 6.404, de 1976.   |
| EMENDA 168 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe incluir alterações na Lei nº 9.250/1995 e na Lei nº 6.404/1976 para isentar de imposto de renda os lucros e dividendos apurados até o ano-calendário de 2025, desde que a destinação para reserva de lucros não tributáveis seja realizada até a aprovação das contas de 2025, com pagamento até 31 de dezembro de 2028.   |
| EMENDA 169 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe incluir artigos que isentam lucros e dividendos apurados até o ano-calendário de 2025 do imposto de renda, desde que destinados a reservas de lucros não tributáveis e pagos até 31 de dezembro de 2028.   |
| EMENDA 170 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) | Propõe modificar o § 1º-A do art. 30 da Lei nº 13.756, de 2018, alterado pelo art. 3º do PL 5473/2025, ajustando a destinação da arrecadação das loterias de apostas de quota fixa. A emenda destina 82% para despesas de custeio e manutenção do agente operador, 6% para seguridade social e ações de saúde, e 12% para outras destinações.   |
| EMENDA 173 - PL 5473/2025 | Senador Esperidião Amin (PP/SC)           | Propõe-se uma implementação gradual das novas alíquotas da CSLL incidente sobre instituições financeiras e assemelhadas. As alíquotas alcançarão seus valores máximos, de 15% ou 20%, a depender do caso, apenas a partir de 2028. Para aquelas instituições que atualmente são tributadas a 9%, como as fintechs, os percentuais serão de 10% em 2026, 12% em 2027 e 15% a partir de 2028. Para aquelas que hoje pagam 15%, as alíquotas aumentarão para 16%, 18% e 20%, nos mesmos períodos.  |



je-mv-rb2025-12533  
Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1632408678>



SF/25748.56771-24

60

|                              |  |   |
|------------------------------|--|---|
| EMENDA 174 -<br>PL 5473/2025 | Senador Renan Calheiros<br>(MDB/AL)          | Propõe nova redação ao caput do § 1º-A do art. 30 da Lei nº 13.756, de 2018, alterando a distribuição do produto da arrecadação das loterias de apostas de quota fixa. Destina 64% para despesas de custeio e manutenção do agente operador das loterias, 12% para a seguridade social na área da saúde, 12% para o Fundo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (FUNCOC) para ações de segurança pública federal, e 12% para outras destinações.   |
| EMENDA 175 -<br>PL 5473/2025 | Senador Esperidião Amin<br>(PP/SC)           | Propõe alterar a Lei nº 9.250, de 1995, estabelecendo que, a partir de janeiro de 2026, lucros e dividendos pagos por uma mesma pessoa jurídica a uma mesma pessoa física, em montante superior a R\$ 600.000,00 por ano, estarão sujeitos à retenção na fonte do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas, com alíquotas progressivas de até 10%. Retira limites para a deliberação ou distribuição dos lucros apurados até o ano-calendário de 2025. Exclui da base de cálculo da tributação mínima do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas todos os valores, bens e direitos sujeitos ao ITCMD.      |
| EMENDA 176 -<br>PL 5473/2025 | Senador Fernando Farias<br>(MDB/AL)          | Estabelece a tributação de lucros e dividendos a uma alíquota de 10% e revoga o adicional de Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (10%). Além disso, revoga dispositivos relacionados à tributação de dividendos superiores a R\$ 50.000,00.   |
| EMENDA 177 -<br>PL 5473/2025 | Senador Laércio Oliveira<br>(PP/SE)          | Determina que as empresas provedoras de aplicações de internet deverão: manter canal exclusivo, permanente e funcional, de comunicação com o Ministério da Fazenda, destinado ao recebimento e à tramitação prioritária, de modo a assegurar tratamento célere e prazos de resposta compatíveis com a urgência das medidas adotadas; remover ou suspender a veiculação de conteúdo indicado como irregular em até 48 horas úteis; fornecer dados técnicos e estatísticos sobre publicidade de apostas quando solicitado pelo regulador.   |
| EMENDA 178 -<br>PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus<br>(REPUBLICANOS/RR) | Institui programa de Regime Especial de Regularização de Bens Cambial e Tributária – RERCT Litígio Zero Bets, para declaração voluntária de recursos, ativos virtuais, bens ou direitos decorrentes da exploração de apostas de quota fixa, não declarados ou declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais, mantidos no Brasil ou no exterior, ou repatriados por residentes ou domiciliados no País, conforme a legislação cambial ou tributária.  |
| EMENDA 179 -<br>PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus<br>(REPUBLICANOS/RR) | Determina, para fins de incidência tributária, que os operadores, pessoas jurídicas ou equiparadas, que tenham, direta ou indiretamente, ofertado produtos ou serviços de apostas de quota fixa a residentes no Brasil, ainda que por meio de plataformas digitais, intermediários de pagamento ou estruturas societárias sediadas no exterior, deverão apresentar à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil declaração única de regularização, contendo informações completas sobre receitas, bens, direitos e valores decorrentes da atividade de apostas, inclusive aqueles mantidos no exterior. |
| EMENDA 181 -<br>PL 5473/2025 | Senador Eduardo Gomes<br>(PL/TO)             | Determina que as empresas provedoras de aplicações de internet deverão: manter canal exclusivo, permanente e funcional, de comunicação com o órgão regulador, destinado ao recebimento e à tramitação prioritária, de modo a assegurar tratamento célere e prazos de resposta compatíveis com a urgência das medidas adotadas; remover ou suspender a veiculação de conteúdo indicado como irregular em até 48 horas úteis; fornecer dados técnicos e estatísticos sobre publicidade de apostas quando solicitado pelo regulador.   |
| EMENDA 182 -<br>PL 5473/2025 | Senador Esperidião Amin<br>(PP/SC)           | Autoriza a dedução dos valores, bens ou direitos sujeitos ao Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) da base de cálculo do imposto de renda mínimo.   |



je-mv-rb2025-12533  
Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1632408678>



SF/25748.56771-24

61

|                           |   |   |
|---------------------------|---|---|
| EMENDA 180 - PL 5473/2025 | Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)                   | Suprima-se o artigo 15-A proposto ao Projeto de Lei nº 5473/2025, que aumenta a alíquota do JCP para 17,5%.   |
| EMENDA 183 - PL 5473/2025 | Senador Esperidião Amin (PP/SC)                             | Ajusta a legislação em vigor para, respectivamente, adequar o prazo para deliberação acerca da distribuição dos lucros e dividendos ao disposto na legislação contábil (30/04/2026), conforme alertado pelo Conselho Federal de Contabilidade, e esclarecer que o pagamento, o crédito, o emprego ou a entrega dos lucros e dividendos deve ocorrer até o ano de 2028 |
| EMENDA 184 - PL 5473/2025 | Senador Jorge Seif (PL/SC), Senador Carlos Portinho (PL/RJ) | Dispensa da retenção do imposto de renda os lucros e dividendos distribuídos, pagos ou creditados pelas pessoas jurídicas de prestação de serviços profissionais submetidas à fiscalização por conselho profissional e demais profissionais autônomos, aos respectivos sócios.  |
| EMENDA 185 - PL 5473/2025 | Senador Jorge Seif (PL/SC), Senador Carlos Portinho (PL/RJ) | Determina que a tributação mínima do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas será calculada individualmente para cada ano-calendário a que se refiram os rendimentos de acordo com as regras gerais de apuração do imposto mínimo, na forma do regulamento.   |



je-mv-rb2025-12533  
Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1632408678>



Senado Federal - Lista de Votação Nominal - Nos termos do relatório

Comissão de Assuntos Econômicos - Senadores

| TITULARES - Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
|--|-----|-----|-----------|--|-----|-----|-----------|
| EDUARDO BRAGA  | X   |     |           | 1. FERNANDO FARIAS   | X   |     |           |
| RENAN CALHEIROS  |     |     |           | 2. EFRAIM FILHO  |     |     |           |
| FERNANDO DUEIRE  | X   |     |           | 3. JADER BARBALHO  |     |     |           |
| ALESSANDRO VIEIRA  | X   |     |           | 4. SORAYA THRONICKE  |     |     |           |
| ALAN RICK  | X   |     |           | 5. VENEZIANO VITAL DO RÉGO   |     |     |           |
| PROFESSORA DORINHA SEABRA  | X   |     |           | 6. MARCIO BITTAR   |     |     |           |
| CARLOS VIANA   |     |     |           | 7. GIORDANO  |     |     |           |
| PLÍNIO VALÉRIO   | X   |     |           | 8. ORIOVISTO GUIMARÃES   |     |     |           |
| TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD)  | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTEs - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD)  | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| JORGE KAJURU   | X   |     |           | 1. CID GOMES   |     |     |           |
| IRAJÁ  |     |     |           | 2. OTTO ALENCAR  | X   |     |           |
| ANGELO CORONEL   | X   |     |           | 3. OMAR AZIZ   | X   |     |           |
| LUCAS BARRETO  | X   |     |           | 4. NELSONHO TRAD   |     |     |           |
| VANDERLAN CARDOSO  |     |     |           | 5. DANIELLA RIBEIRO  |     |     |           |
| SÉRGIO PETECÃO   | X   |     |           | 6. ELIZIANE GAMA   |     |     |           |
| TITULARES - Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)                   | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)                   | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| IZALCI LUCAS   |     |     |           | 1. MAGNO MALTA   |     |     |           |
| ROGERIO MARINHO  |     |     |           | 2. JAIME BAGATTOLI   |     |     |           |
| JORGE SEIF   |     |     |           | 3. DRA. EUDÓCIA  |     |     |           |
| WILDER MORAIS  |     | X   |           | 4. EDUARDO GIRAÓ   |     |     |           |
| WELLINGTON FAGUNDES  | X   |     |           | 5. EDUARDO GOMES   |     |     |           |
| TITULARES - Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT)                  | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT)                  | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| RANDOLFE RODRIGUES   |     |     |           | 1. TERESA LEITÃO   |     |     |           |
| AUGUSTA BRITO  | X   |     |           | 2. PAULO PAIM  | X   |     |           |
| ROGÉRIO CARVALHO   | X   |     |           | 3. JAQUES WAGNER   |     |     |           |
| LEILA BARROS   | X   |     |           | 4. WEVERTON  |     |     |           |
| TITULARES - Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)             | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)             | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| CIRO NOGUEIRA  |     |     |           | 1. ESPERIDIAO AMIN   | X   |     |           |
| LUIS CARLOS HEINZE   |     |     |           | 2. TEREZA CRISTINA   |     |     |           |
| MECIAS DE JESUS  | X   |     |           | 3. DAMARES ALVES   |     |     |           |
| HAMILTON MOURÃO  |     |     |           | 4. LAÉRCIO OLIVEIRA  | X   |     |           |

Quórum: TOTAL 23  
Votação: TOTAL 22 SIM 21 NÃO 1 ABSTENÇÃO 0  
\* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19, EM 02/12/2025  
OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Senador Renan Calheiros  
Presidente



Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1632408678>



Senado Federal - Lista de Votação Nominal - Emenda 185

Comissão de Assuntos Econômicos - Senadores

| TITULARES - Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
|--|-----|-----|-----------|--|-----|-----|-----------|
| EDUARDO BRAGA  |     | X   |           | 1. FERNANDO FARIAS   |     | X   |           |
| RENAN CALHEIROS  |     |     |           | 2. EFRAIM FILHO  |     |     |           |
| FERNANDO DUEIRE  |     | X   |           | 3. JADER BARBALHO  |     |     |           |
| ALESSANDRO VIEIRA  |     | X   |           | 4. SORAYA THRONICKE  |     |     |           |
| ALAN RICK  | X   |     |           | 5. VENEZIANO VITAL DO RÉGO   |     |     |           |
| PROFESSORA DORINHA SEABRA  | X   |     |           | 6. MARCIO BITTAR   |     |     |           |
| CARLOS VIANA   |     |     |           | 7. GIORDANO  |     |     |           |
| PLÍNIO VALÉRIO   | X   |     |           | 8. ORIOVISTO GUIMARÃES   |     |     |           |
| TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD)  | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTEs - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD)  | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| JORGE KAJURU   |     | X   |           | 1. CID GOMES   |     |     |           |
| IRAJÁ  |     |     |           | 2. OTTO ALENCAR  |     |     |           |
| ANGELO CORONEL   |     |     |           | 3. OMAR AZIZ   |     | X   |           |
| LUCAS BARRETO  | X   |     |           | 4. NELSONHO TRAD   |     |     |           |
| VANDERLAN CARDOSO  |     |     |           | 5. DANIELLA RIBEIRO  |     |     |           |
| SÉRGIO PETECÃO   |     |     |           | 6. ELIZIANE GAMA   |     |     |           |
| TITULARES - Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)                   | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)                   | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| IZALCI LÚCAS   |     |     |           | 1. MAGNO MALTA   |     |     |           |
| ROGERIO MARINHO  |     |     |           | 2. JAIME BAGATTOLI   |     |     |           |
| JORGE SEIF   | X   |     |           | 3. DRA. EUDÓCIA  |     |     |           |
| WILDER MORAIS  | X   |     |           | 4. EDUARDO GIRAÓ   |     |     |           |
| WELLINGTON FAGUNDES  |     |     |           | 5. EDUARDO GOMES   | X   |     |           |
| TITULARES - Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT)                  | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT)                  | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| RANDOLFE RODRIGUES   |     |     |           | 1. TERESA LEITÃO   |     |     |           |
| AUGUSTA BRITO  |     | X   |           | 2. PAULO PAIM  |     | X   |           |
| ROGÉRIO CARVALHO   |     | X   |           | 3. JACQUES WAGNER  |     |     |           |
| LEILA BARROS   |     | X   |           | 4. WEVERTON  |     |     |           |
| TITULARES - Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)             | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)             | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| CIRO NOGUEIRA  |     |     |           | 1. ESPERIDIAO AMIN   | X   |     |           |
| LUIS CARLOS HEINZE   |     |     |           | 2. TEREZA CRISTINA   |     |     |           |
| MECIAS DE JESUS  | X   |     |           | 3. DAMARES ALVES   |     |     |           |
| HAMILTON MOURÃO  | X   |     |           | 4. LAÉRCIO OLIVEIRA  |     | X   |           |

Quórum: TOTAL 22  
Votação: TOTAL 21 SIM 10 NÃO 11 ABSTENÇÃO 0  
\* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19, EM 02/12/2025  
OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Senador Renan Calheiros  
Presidente



## DECISÃO DA COMISSÃO

(PL 5473/2025)

EM REUNIÃO REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O PROJETO, POR 21 (TREZE) VOTOS FAVORÁVEIS, 9 (NOVE) VOTOS CONTRÁRIOS E NENHUMA ABSTENÇÃO.

02 de dezembro de 2025

Senador Renan Calheiros

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos



Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1632408678>





**PROJETO DE LEI Nº 5.473, DE 2025**

*Altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, e a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para dispor, respectivamente, sobre alíquotas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) em relação às fintechs e sobre o aumento da participação governamental na arrecadação líquida das apostas de quota fixa; e institui o Programa de Regularização Tributária para Pessoas Físicas de Baixa Renda (Pert-Baixa Renda).*

Recebido o Ofício nº 11, de 2025, da Comissão de Assuntos Econômicos, comunicando a apreciação da matéria, em caráter terminativo.

Concluída a instrução da matéria, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros da Casa, para que seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

**Prazo: de 4/12/2025 a 10/12/2025.**





SENADO FEDERAL  
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

**OF. 11/2025/CAE/SF**

Brasília, 3 de dezembro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor  
DAVI ALCOLUMBRE  
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada nesta data o Projeto de Lei nº 5473, de 2025, que *“Altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, e a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para dispor, respectivamente, sobre alíquotas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) em relação às fintechs e sobre o aumento da participação governamental na arrecadação líquida das apostas de quota fixa; e institui o Programa de Regularização Tributária para Pessoas Físicas de Baixa Renda (Pert-Baixa Renda).”*

Atenciosamente,

Senador Renan Calheiros  
**Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos**





## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 90, DE 2025

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei nº 5811, de 2025 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 666, de 2007), que Dispõe sobre a licença-paternidade; institui o salário-paternidade no âmbito da Previdência Social; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991 (Lei Orgânica da Seguridade Social), 8.213, de 24 de julho de 1991, e 11.770, de 9 de setembro de 2008.

**PRESIDENTE:** Senador Marcelo Castro

**RELATOR:** Senadora Ana Paula Lobato

03 de dezembro de 2025



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcelo Castro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8396268873>





SENADO FEDERAL  
Gabinete da Senadora ANA PAULA LOBATO

## PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei nº 5.811, de 2025 (Substitutivo da Câmara dos Deputados) (PLS nº 666/2007, PL nº 3935/2008), que *dispõe sobre a licença-paternidade; institui o salário-paternidade no âmbito da Previdência Social; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991 (Lei Orgânica da Seguridade Social), 8.213, de 24 de julho de 1991, e 11.770, de 9 de setembro de 2008.*

Relatora: Senadora ANA PAULA LOBATO

### I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Projeto de Lei (PL) nº 5.811, de 2025 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado – PLS- nº 666, de 2007, de autoria da Senadora Patrícia Saboya). A matéria “dispõe sobre a licença-paternidade; institui o salário-paternidade no âmbito da Previdência Social; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991 (Lei Orgânica da Seguridade Social), 8.213, de 24 de julho de 1991, e 11.770, de 9 de setembro de 2008”.

A proposição, que retorna ao Senado após tramitação na Câmara, tem quinze artigos, ficando definido, no art. 1º, o objeto da lei e, nos arts. 2º a 6º, o regime da licença-paternidade. Em resumo, o art. 2º garante licença com remuneração integral; veda atividade remunerada durante o afastamento; exige participação nos cuidados; admite suspensão ou indeferimento em casos de violência doméstica ou abandono material e preserva o direito em parto



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcelo Castro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8396268873>





**SENADO FEDERAL**  
Gabinete da Senadora ANA PAULA LOBATO

antecipado ou falecimento da mãe. Já os arts. 3º e 4º tratam da comunicação, documentação e fracionamento da licença. O art. 5º assegura estabilidade e indenizações, enquanto o art. 6º aplica as vedações de discriminação do art. 373-A da CLT.

Na sequência, o art. 7º aperfeiçoa a disciplina da licença-paternidade, alinhando-a ao modelo de proteção conferido à da maternidade, ao prever que o licenciamento decorrente de paternidade, maternidade ou perda gestacional não interrompe o período aquisitivo de férias, ao estender a estabilidade ao empregado adotante, ao regular situações de adoção conjunta e ausência materna, ao garantir remuneração integral e ao assegurar o direito de retorno à função.

Os arts. 8º e 9º, por sua vez, tratam do salário-paternidade, equiparando-o ao salário-maternidade, definindo sua duração e fracionamento, prevendo compensação ou reembolso às empresas, permitindo a cumulação com o salário-maternidade e prevendo a suspensão da licença-paternidade em casos de violência ou abandono.

Ademais, os arts. 10 e 11 ajustam o Programa Empresa Cidadã, para incluir a licença-paternidade entre as licenças com incentivo fiscal, autorizando acréscimo de quinze dias além do período obrigatório. O art. 12 fixa, de forma escalonada, a duração da licença-paternidade e do salário-paternidade em dez, quinze e vinte dias, condicionando o prazo máximo ao cumprimento de metas fiscais.

Por fim, o art. 13 acresce um terço ao período de licença nos casos de criança ou adolescente com deficiência, o art. 14 vincula o custeio às receitas da Seguridade Social, e o art. 15 estabelece a vigência em 1º de janeiro de 2027.

Nos Pareceres da Câmara que aprovaram o Substitutivo, consta, em síntese, que a regulamentação da licença-paternidade visa dar unidade e racionalidade ao tema, aproximando-a da licença-maternidade, com reforço da corresponsabilidade parental, da igualdade de gênero e da proteção integral à criança.

Além disso, foi fundamentado que, diante da grande diversidade de projetos apensados, a consolidação por meio de Substitutivo constitui



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcelo Castro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8396268873>



4

3



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete da Senadora ANA PAULA LOBATO

SF/25653.97822-16

solução técnica adequada para harmonizar as iniciativas, eliminar redundâncias e suprir lacunas normativas em hipóteses como adoção, falecimento ou incapacidade materna, ausência da mãe no registro civil e internações hospitalares da mãe ou do recém-nascido.

De volta ao Senado, a matéria foi distribuída à CAS e seguirá, depois, ao Plenário.

## **II – ANÁLISE**

Nos termos do art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CAS a apreciação de proposições relativas às relações de trabalho e à seguridade social. Nesse sentido, ao regulamentar a licença-paternidade, instituir o salário-paternidade no âmbito do Regime Geral de Previdência Social e promover ajustes na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e em leis previdenciárias, o PL nº 5.811, de 2025, insere-se no âmbito temático mencionado, o que justifica a sua apreciação por esta Comissão.

Além disso, de acordo com os arts. 22, I e XXIII, da Constituição Federal (CF), compete privativamente à União legislar, respectivamente, sobre direito do trabalho e sobre seguridade social, cabendo ao Congresso Nacional dispor sobre tais matérias, nos termos do art. 48 da Carta Magna.

Desse modo, no que se refere aos aspectos formais, não se constata impedimentos de ordem constitucional, jurídica ou regimental que comprometam o regular processamento do projeto.

Quanto ao mérito, cumpre destacar que a licença-paternidade é direito social assegurado aos trabalhadores pela Constituição Federal de 1988, desde a sua promulgação, nos termos do art. 7º, inciso XIX. Contudo, até o momento, o tema permaneceu regulado de forma limitada por norma transitória do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que fixou o prazo de apenas 5 (cinco) dias para a licença mencionada, até que lei viesse a disciplinar a matéria.

Essa ausência de regulamentação específica representou, ao longo de todo o período, um cenário de incerteza, com indefinições, por exemplo, quanto à duração e ao financiamento do benefício, à situação de pais adotantes



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcelo Castro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8396268873>





**SENADO FEDERAL**  
Gabinete da Senadora ANA PAULA LOBATO

SF/25653.97822-16

e de famílias monoparentais e, ainda, de casos especiais, como falecimento de genitores, internações prolongadas e filhos com deficiência.

Não por acaso, esse quadro foi expressamente reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) nº 20/DF, em que a Corte declarou a existência de omissão inconstitucional na regulamentação da licença-paternidade e fixou o prazo de dezoito meses (já decorrido) para que o Congresso Nacional aprovasse a lei exigida.

Nesse contexto, o PL nº 5.811, de 2025, enfrenta a questão de maneira mais ampla e organizada, ao definir, em um mesmo diploma, a licença-paternidade nas relações de emprego regidas pela CLT, criar o salário-paternidade como benefício previdenciário e articular essas normas com o Programa Empresa Cidadã, previsto na Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008.

Ao aproximar a disciplina da paternidade das regras já consolidadas de proteção à maternidade, o projeto contribui para a corresponsabilização de homens e mulheres nas tarefas de cuidado, reduz a assimetria que ainda recai sobre as trabalhadoras e representa avanço relevante na promoção da igualdade de gênero.

A partir da leitura do Substitutivo aprovado na Câmara dos Deputados, é possível identificar um conjunto de medidas consistentes voltadas à consolidação da licença-paternidade. A proposição dispõe sobre a matéria em conformidade com a Constituição, uma vez que assegura remuneração integral e proteção contra dispensa arbitrária durante e logo após o período de afastamento, em linha com o direito previsto no art. 7º, XIX, e com a proteção à família disposta no art. 226. Importante mencionar, ainda, que a proposta oferece respostas mais adequadas para situações em que a família se encontra em maior vulnerabilidade.

Com efeito, a previsão de ampliação da licença e do benefício nos casos de internação da mãe ou do recém-nascido por complicações relacionadas ao parto evita que o período reservado à convivência seja consumido em ambiente hospitalar e vai ao encontro do entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 6.327/DF.



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcelo Castro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8396268873>



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete da Senadora ANA PAULA LOBATO

SF/25653.97822-16

Já o acréscimo de um terço para filhos com deficiência concretiza o princípio da proteção integral, previsto no art. 227 da Constituição Federal, e reconhece, com sensibilidade, as maiores demandas de cuidado e acompanhamento enfrentadas pelas famílias nessas situações.

No âmbito da Lei nº 8.213, de 1991, a instituição do salário-paternidade, com a criação de subseção e dispositivos próprios, constitui passo importante para a efetivação do direito. O fato de a proposição assegurar essa cobertura previdenciária ao amplo conjunto dos segurados do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) evidencia compromisso constitucional com a universalidade da proteção (inciso I do parágrafo único do art. 194 da Carta Magna), e garante a manutenção da renda familiar durante o período de afastamento destinado aos cuidados com o filho.

No mesmo sentido, a opção pela equiparação, no que couber, às regras do salário-maternidade reforça a coerência interna da proteção social e evita diferenças injustificadas entre mães e pais no acesso aos benefícios, em consonância com a previsão da previdência social e da proteção à maternidade e à infância como direitos sociais, no art. 6º da Constituição. Ao mesmo tempo, o texto preserva as especificidades das diversas categorias de segurados, conferindo segurança jurídica à aplicação das novas regras.

Ficou demonstrada, ainda, a preocupação do projeto de lei em evitar que a licença-paternidade e o salário-paternidade sirvam de proteção para práticas de violência doméstica, familiar ou de abandono material.

Isso, porque o texto admite a suspensão ou o indeferimento desses direitos quando existirem elementos concretos que indiquem a ocorrência dessas condutas, mediante decisão da autoridade competente ou do Poder Judiciário, com participação do Ministério Público, quando cabível.

Trata-se de mecanismo que harmoniza a política de apoio à paternidade ativa com as ações de enfrentamento à violência contra crianças, adolescentes e mulheres garantidas constitucionalmente, a título exemplificativo, no § 8º do art. 226 da Constituição.

À vista desse conjunto de garantias materiais e procedimentais, é possível afirmar que as alterações introduzidas na CLT aperfeiçoam a proteção



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcelo Castro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8396268873>





**SENADO FEDERAL**  
Gabinete da Senadora ANA PAULA LOBATO

SF/25653.97822-16

social ao trabalhador pai e aproximam essa disciplina do modelo aplicado à maternidade, ao reforçar a estabilidade provisória, vedar práticas discriminatórias associadas à situação familiar ou à gravidez da cônica ou companheira, permitir a junção da licença-paternidade com férias e explicitar a contagem do tempo de serviço e dos demais direitos durante o afastamento. Esse conjunto de medidas atua, inclusive, no sentido de reduzir barreiras culturais e institucionais que ainda desestimulam o exercício pleno da paternidade no ambiente laboral.

Por fim, sem prejuízo da avaliação favorável quanto ao mérito, entendemos adequado propor, por meio de subemenda de redação, ajuste pontual no texto aprovado pela Câmara dos Deputados. Trata-se de aperfeiçoar a disciplina da licença-paternidade e do salário-paternidade quanto à forma de utilização do benefício, por meio da retirada das previsões que admitem o fracionamento do benefício. Essa solução evita que a licença se desdobre em pequenos períodos isolados, o que tende a reduzir o alcance protetivo do instituto, e reforça a compreensão da licença como afastamento contínuo, favorecendo a presença constante do pai na fase inicial de adaptação da família.

Trata-se de ajuste que não altera o conteúdo da proposição em exame, não esbarrando, portanto, na vedação do art. 285 do Regimento Interno do Senado Federal.

Assim, somos favoráveis à aprovação do projeto de lei em análise, com o ajuste proposto, por entendermos que o seu conteúdo promove de forma decisiva a concretização do direito fundamental à licença-paternidade, previsto no art. 7º, XIX, da Constituição, e fortalece a proteção à infância e à adolescência, na forma do art. 227, também da Carta Magna.

Ao promover maior equilíbrio na repartição das responsabilidades de cuidado entre homens e mulheres e aprimorar a coerência entre os sistemas trabalhista e da seguridade social, a proposição contribui para um modelo de proteção mais justo e compatível com os fundamentos constitucionais.



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcelo Castro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8396268873>

8

7



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete da Senadora ANA PAULA LOBATO

SF/25653.97822-16

### III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.811, de 2025 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 666, de 2007), com a seguinte emenda de redação:

**EMENDA Nº 1-CAS (DE REDAÇÃO) AO PROJETO DE LEI Nº  
5.811, DE 2025 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS  
AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 666, DE 2007)**

Suprimam-se, do Projeto de Lei nº 5.811, de 2025 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 666, de 2007), o § 4º do art. 3º, o art. 4º, o § 2º do art. 5º e os §§ 2º a 4º do art. 73-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, na forma do art. 9º.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcelo Castro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8396268873>





Senado Federal



Relatório de Registro de Presença

70ª, Extraordinária

Comissão de Assuntos Sociais

| Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) |          |                            |          |
|--|----------|----------------------------|----------|
| TITULARES  |          | SUPLENTE                   |          |
| MARCELO CASTRO   | PRESENTE | 1. RENAN CALHEIROS         |          |
| EDUARDO BRAGA  | PRESENTE | 2. VAGO                    |          |
| EFRAIM FILHO   | PRESENTE | 3. VENEZIANO VITAL DO RÊGO | PRESENTE |
| JAYME CAMPOS   | PRESENTE | 4. SORAYA THRONICKE        |          |
| PROFESSORA DORINHA SEABRA                                | PRESENTE | 5. STYVENSON VALENTIM      |          |
| PLÍNIO VALÉRIO   | PRESENTE | 6. FERNANDO DUEIRE         | PRESENTE |

| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) |          |                     |          |
|---|----------|---------------------|----------|
| TITULARES   |          | SUPLENTE            |          |
| JUSSARA LIMA  | PRESENTE | 1. OTTO ALENCAR     | PRESENTE |
| MARA GABRILLI   | PRESENTE | 2. ANGELO CORONEL   |          |
| ZENAIDE MAIA  | PRESENTE | 3. LUCAS BARRETO    | PRESENTE |
| SÉRGIO PETECÃO  | PRESENTE | 4. NELSON TRAD      | PRESENTE |
| FLÁVIO ARNS   |          | 5. DANIELLA RIBEIRO |          |

| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) |          |                             |          |
|--|----------|-----------------------------|----------|
| TITULARES                              |          | SUPLENTE                    |          |
| DRA. EUDÓCIA                           | PRESENTE | 1. ASTRONAUTA MARCOS PONTES | PRESENTE |
| EDUARDO GIRÃO                          | PRESENTE | 2. ROGERIO MARINHO          | PRESENTE |
| ROMÁRIO                                |          | 3. MAGNO MALTA              |          |
| WILDER MORAIS                          | PRESENTE | 4. JAIME BAGATTOLI          | PRESENTE |

| Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) |          |                      |          |
|---|----------|----------------------|----------|
| TITULARES                               |          | SUPLENTE             |          |
| ROGÉRIO CARVALHO                        | PRESENTE | 1. FABIANO CONTARATO | PRESENTE |
| JAQUES WAGNER                           | PRESENTE | 2. TERESA LEITÃO     | PRESENTE |
| ANA PAULA LOBATO                        | PRESENTE | 3. LEILA BARROS      | PRESENTE |

| Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) |          |                    |          |
|--|----------|--------------------|----------|
| TITULARES                                    |          | SUPLENTE           |          |
| LAÉRCIO OLIVEIRA                             | PRESENTE | 1. MECIAS DE JESUS | PRESENTE |
| DR. HIRAN                                    | PRESENTE | 2. ESPERIDIÃO AMIN | PRESENTE |
| DAMARES ALVES                                | PRESENTE | 3. ALAN RICK       | PRESENTE |

Não Membros Presentes

AUGUSTA BRITO  
HUMBERTO COSTA  
ELIZIANE GAMA  
BETO FARO  
IZALCI LUCAS  
PAULO PAIM



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcelo Castro  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8396268873>





10

Senado Federal

**Relatório de Registro de Presença**

Assinado eletronicamente, por Sen. Marcelo Castro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8396268873>Página 2 de 2  
03/12/2025 11:59:44

## DECISÃO DA COMISSÃO

(PL 5811/2025 (Substitutivo-CD))

NA 70ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS APROVA O RELATÓRIO DA SENADORA ANA PAULA LOBATO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAS, FAVORÁVEL AO PROJETO, COM A EMENDA Nº 1-CAS (DE REDAÇÃO). A COMISSÃO APROVA, AINDA, A APRESENTAÇÃO AO PLENÁRIO DO SENADO DO REQUERIMENTO Nº 115, DE 2025-CAS, DE URGÊNCIA PARA A MATÉRIA.

03 de dezembro de 2025

Senador Marcelo Castro

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcelo Castro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8396268873>





## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 91, DE 2025

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei nº 3360, de 2024, da Senadora Damares Alves, que Institui pensão especial temporária às vítimas de escarpelamento em situação de vulnerabilidade; estabelece a notificação compulsória, no território nacional, dos casos de acidentes de escarpelamento atendidos pelos serviços de saúde públicos e privados.

**PRESIDENTE:** Senador Marcelo Castro

**RELATOR:** Senador Astronauta Marcos Pontes

03 de dezembro de 2025



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcelo Castro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5936781780>



**PARECER Nº , DE 2025**

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei nº (PL) nº 3.360, de 2024, da Senadora Damares Alves, que *institui pensão especial temporária às vítimas de escarpelamento em situação de vulnerabilidade; estabelece a notificação compulsória, no território nacional, dos casos de acidentes de escarpelamento atendidos pelos serviços de saúde públicos e privados.*

Relator: Senador **ASTRONAUTA MARCOS PONTES**

**I – RELATÓRIO**

Em análise nesta Comissão o Projeto de Lei nº (PL) nº 3.360, de 2024, da Senadora Damares Alves, que institui pensão especial temporária às vítimas de escarpelamento em situação de vulnerabilidade e estabelece a notificação compulsória, no território nacional, dos casos de acidentes de escarpelamento atendidos pelos serviços de saúde públicos e privados.

De acordo com o art. 1º da proposição, é devida pensão temporária, no valor de um salário mínimo, às vítimas de escarpelamento, cuja renda *per capita* individual ou familiar seja inferior a um quarto do referido piso remuneratório. A pensão em testilha não é cumulativa com outros benefícios previdenciários ou assistenciais, garantido o direito à opção por aquele que for mais benéfico ao pensionista.

Nos termos dos arts. 2º, os serviços de saúde público e privado deverão comunicar à autoridade sanitária, à Marinha do Brasil e ao Ministério Público os casos de escarpelamento por ele atendidos.

O art. 3º, por sua vez, estipula que as despesas decorrentes do disposto no projeto serão classificadas na função orçamentária Assistência Social e estarão sujeitas à previsão nas respectivas leis orçamentárias anuais.



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcelo Castro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5936781780>



---

2<sup>3</sup>

O art. 4º do PL nº 3.360, de 2024, por fim, determina que a lei oriunda da aprovação do projeto em exame entrará em vigor na data de sua publicação.

Ao justificar sua proposta, a autora alega a necessidade de se tutelar as vítimas de escarpelamento provocado por volantes, eixos ou partes moveis de motores de embarcação, quando em situação de vulnerabilidade.

A proposição foi distribuída a esta Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo à última proferir decisão terminativa sobre a matéria.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao PL nº 3.360, de 2024.

## II – ANÁLISE

Nos termos do art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS discutir e votar proposições que versem sobre seguridade social.

Sob o aspecto formal, não vislumbramos óbice algum de natureza jurídica ou constitucional no projeto. A disciplina da matéria é de competência legislativa da União (art. 22, XXIII, da Constituição Federal – CF) e inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, da CF).

Além disso, não se trata de matéria que demanda a edição de lei complementar para a sua aprovação. A lei ordinária afigura-se apta a inseri-la no ordenamento jurídico nacional.

A norma proposta não afronta os princípios adotados pela Constituição. Não há, portanto, impedimentos constitucionais formais, nem materiais. Também os requisitos de adequação às regras regimentais foram respeitados.

Quanto à repercussão econômica da proposição, a análise será feita na CAE, órgão ao qual, regimentalmente, incumbe tal missão.

No mérito, a aprovação do projeto é recomendável.



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcelo Castro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5936781780>





4

3

Com efeito, o art. 4º, X, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, impõe à autoridade marítima fiscalizar as embarcações que trafegam em águas brasileiras.

Se o Estado não cumpre a sua obrigação, permitindo que donos de embarcações não observem as medidas de segurança necessárias à preservação da incolumidade física de seus passageiros, deve arcar com as consequências de sua omissão, reparando os danos causados às pessoas, em sua maioria mulheres.

A proposição, portanto, é justa, por reparar a esfera jurídica daquele que foi escalpelado, em decorrência de más condições de segurança das embarcações que navegam em território nacional.

Além disso, como bem colocada pela autora da proposição, não se pode deixar sem proteção social pessoas vulneráveis, cuja renda não lhes permite arcar com os custos financeiros oriundos de tão doloroso evento. Trata-se, pois, de se conferir o mínimo existencial às vítimas de escalpelamento em situação de hipossuficiência.

Sugere-se, apenas, uma modificação à proposição em testilha, no sentido de que, em sua ementa, os objetivos do PL nº 3.360, de 2024, sejam separados pela conjunção “e”, em vez de ponto e vírgula (“;”). Trata-se de alteração meramente redacional, sem qualquer efeito no conteúdo da norma.

### III – VOTO

Pelas razões expostas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.360, de 2024, com a seguinte emenda:

#### EMENDA Nº 1-CAS (DE REDAÇÃO)

Dê-se à ementa do Projeto de Lei (PL) nº 3.360, de 2024, a seguinte redação:

Institui pensão especial temporária às vítimas de escalpelamento em situação de vulnerabilidade e estabelece a notificação compulsória, no território nacional, dos casos de acidentes de escalpelamento atendidos pelos serviços de saúde públicos e privados.



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcelo Castro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5936781780>



4<sup>5</sup>

SF/25235.27561-60

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcelo Castro  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5936781780>





6

Senado Federal



Relatório de Registro de Presença

70ª, Extraordinária

Comissão de Assuntos Sociais

| Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) |          |                            |          |
|--|----------|----------------------------|----------|
| TITULARES  |          | SUPLENTEs                  |          |
| MARCELO CASTRO   | PRESENTE | 1. RENAN CALHEIROS         |          |
| EDUARDO BRAGA  | PRESENTE | 2. VAGO                    |          |
| EFRAIM FILHO   | PRESENTE | 3. VENEZIANO VITAL DO RÊGO | PRESENTE |
| JAYME CAMPOS   | PRESENTE | 4. SORAYA THRONICKE        |          |
| PROFESSORA DORINHA SEABRA                                | PRESENTE | 5. STYVENSON VALENTIM      |          |
| PLÍNIO VALÉRIO   | PRESENTE | 6. FERNANDO DUEIRE         | PRESENTE |

| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) |          |                     |          |
|---|----------|---------------------|----------|
| TITULARES   |          | SUPLENTEs           |          |
| JUSSARA LIMA  | PRESENTE | 1. OTTO ALENCAR     | PRESENTE |
| MARA GABRILLI   | PRESENTE | 2. ANGELO CORONEL   |          |
| ZENAIDE MAIA  | PRESENTE | 3. LUCAS BARRETO    | PRESENTE |
| SÉRGIO PETECÃO  | PRESENTE | 4. NELSON TRAD      | PRESENTE |
| FLÁVIO ARNS   |          | 5. DANIELLA RIBEIRO |          |

| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) |          |                             |          |
|--|----------|-----------------------------|----------|
| TITULARES                              |          | SUPLENTEs                   |          |
| DRA. EUDÓCIA                           | PRESENTE | 1. ASTRONAUTA MARCOS PONTES | PRESENTE |
| EDUARDO GIRÃO                          | PRESENTE | 2. ROGERIO MARINHO          | PRESENTE |
| ROMÁRIO                                |          | 3. MAGNO MALTA              |          |
| WILDER MORAIS                          | PRESENTE | 4. JAIME BAGATTOLI          | PRESENTE |

| Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) |          |                      |          |
|---|----------|----------------------|----------|
| TITULARES                               |          | SUPLENTEs            |          |
| ROGÉRIO CARVALHO                        | PRESENTE | 1. FABIANO CONTARATO | PRESENTE |
| JAQUES WAGNER                           | PRESENTE | 2. TERESA LEITÃO     | PRESENTE |
| ANA PAULA LOBATO                        | PRESENTE | 3. LEILA BARROS      | PRESENTE |

| Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) |          |                    |          |
|--|----------|--------------------|----------|
| TITULARES                                    |          | SUPLENTEs          |          |
| LAÉRCIO OLIVEIRA                             | PRESENTE | 1. MECIAS DE JESUS | PRESENTE |
| DR. HIRAN                                    | PRESENTE | 2. ESPERIDIÃO AMIN | PRESENTE |
| DAMARES ALVES                                | PRESENTE | 3. ALAN RICK       | PRESENTE |

Não Membros Presentes

AUGUSTA BRITO  
HUMBERTO COSTA  
ELIZIANE GAMA  
BETO FARO  
IZALCI LUCAS  
PAULO PAIM



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcelo Castro  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5936781780>





Senado Federal

**Relatório de Registro de Presença**

Assinado eletronicamente, por Sen. Marcelo Castro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5936781780>Página 2 de 2  
03/12/2025 11:59:44

**DECISÃO DA COMISSÃO****(PL 3360/2024)**

NA 70ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR ASTRONAUTA MARCOS PONTES, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAS, FAVORÁVEL AO PROJETO, COM A EMENDA Nº 1-CAS.

03 de dezembro de 2025

Senador Marcelo Castro

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcelo Castro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5936781780>





## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 92, DE 2025

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei nº 2294, de 2024, do Senador Astronauta Marcos Pontes, que Altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina e dá outras providências, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina.

**PRESIDENTE:** Senador Marcelo Castro

**RELATOR:** Senador Dr. Hiran

03 de dezembro de 2025



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcelo Castro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2536868370>



**PARECER Nº , DE 2025**

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei nº 2.294, de 2024, do Senador Astronauta Marcos Pontes, que *altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina e dá outras providências, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina.*

Relator: Senador **DR. HIRAN**

**I – RELATÓRIO**

Vem à análise da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa, o Projeto de Lei (PL) nº 2.294, de 2024, de autoria do Senador Astronauta Marcos Pontes, que *altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina e dá outras providências, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina.*

A proposição visa a incluir na Lei nº 3.268, de 1957, a exigência de aprovação em Exame Nacional de Proficiência em Medicina como condição para a inscrição do médico em Conselho Regional de Medicina. Estabelece que o exame deverá avaliar competências profissionais e éticas, conhecimentos teóricos e habilidades clínicas, com base em padrões mínimos para o exercício da profissão.

Define, ainda, que a aplicação será nacional, em todos os estados da Federação e no Distrito Federal, realizada pelo menos duas vezes ao ano, sob regulamentação e coordenação do Conselho Federal de Medicina (CFM), cabendo aos Conselhos Regionais a aplicação em suas respectivas circunscrições. Os resultados individuais serão sigilosos e encaminhados aos Ministérios da Educação e da Saúde, sem divulgação nominal.



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcelo Castro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2536868370>



3  
2

SF/25091.54029-40

O projeto prevê a dispensa do exame para médicos já inscritos em Conselhos Regionais e para estudantes que tenham ingressado em cursos de graduação em medicina no Brasil antes do início da vigência da nova regra. Por fim, a proposição, se aprovada, entrará em vigor um ano após a publicação da lei.

Na justificação, o autor argumenta haver deficiências na formação dos médicos no Brasil, cenário que, segundo ele, tende a se agravar com a proliferação indiscriminada de cursos de medicina. Assim, defende que a implementação de um exame nacional, semelhante aos já existentes para outras profissões, contribuirá para a segurança dos pacientes.

A proposição foi distribuída à Comissão de Educação e Cultura (CE) e, em caráter terminativo, à CAS. Durante sua tramitação nos dois colegiados, foram apresentadas quatro emendas e uma subemenda.

No âmbito da CE, o Senador Alan Rick apresentou as Emendas nº 1 e nº 2. A primeira propôs isentar do Exame Nacional de Proficiência em Medicina os médicos aprovados no Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira (REVALIDA). Já a segunda atribuiu à aprovação no exame de proficiência efeito equivalente à aprovação nas duas etapas do Revalida.

O PL nº 2.294, de 2024, foi aprovado na CE com a Emenda nº 2, na forma da Subemenda nº 1, do relator Senador Marcos Rogério. O texto aprovado confere ao Exame Nacional de Proficiência em Medicina efeito equivalente, para todos os fins cabíveis, à aprovação nas duas etapas do Revalida. Dispõe ainda que, para fins de registro profissional, a revalidação do diploma não dispensa a aprovação no referido exame de proficiência.

Na CAS, o PL recebeu a Emenda nº 3, de autoria do Senador Laércio Oliveira, que propõe atribuir ao Ministério da Educação (MEC) a responsabilidade pela elaboração, regulamentação e coordenação nacional do Exame Nacional de Proficiência em Medicina, bem como criar, junto ao Ministério, um Comitê de Análise, de caráter consultivo. O colegiado será composto por representantes da Associação Médica Brasileira, do CFM, da Comissão Nacional de Residência Médica e de outras entidades científicas e profissionais da área da saúde. Entre suas atribuições, destacam-se sugerir conteúdos e metodologias de avaliação, avaliar periodicamente a adequação do exame às necessidades sociais e do sistema de saúde e colaborar com o MEC em ajustes e aperfeiçoamentos. Prevê-se, ainda, que a regulamentação da



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcelo Castro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2536868370>





aplicação do exame seja realizada em conjunto com o Comitê. Por fim, à semelhança da Emenda nº 2-CE, a proposta estabelece a equivalência entre a aprovação no exame e a aprovação nas duas etapas do Revalida.

Recebeu ainda a Emenda nº 4, do Senador Alan Rick, que propõe alterar a Lei nº 13.959, de 18 de dezembro de 2019, para acrescentar o art. 3º-A, a fim de explicitar, em norma própria do Revalida, que a aprovação no Exame Nacional de Proficiência em Medicina equivale, para todos os fins legais, à aprovação nas duas etapas do exame de revalidação de diplomas médicos expedidos no exterior.

## II – ANÁLISE

Cabe à CAS, nos termos do art. 100, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, manifestar-se sobre matérias relativas às condições para o exercício de profissões, bem como à proteção e defesa da saúde. Trata-se, portanto, de competência diretamente relacionada ao objeto desta proposição.

Considerando o caráter terminativo da matéria no âmbito desta Comissão, compete igualmente a este Colegiado pronunciar-se quanto à constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e regimentalidade da proposição.

O projeto trata de tema de altíssima relevância para o País: a garantia de um padrão mínimo de conhecimentos para o exercício responsável da medicina. É inegável que avançamos muito na ampliação do acesso aos cursos de medicina – um ganho social que merece registro. De acordo com a *Sinopse Estatística do Ensino Superior 2024*, o Brasil conta com aproximados 500 cursos de medicina e mais de 280 mil estudantes matriculados. São números expressivos, que colocam o País no segundo lugar mundial em quantidade de escolas médicas, superando, em mais que o dobro, o total existente nos Estados Unidos da América (EUA).

Mais do que celebrar a expansão do acesso, precisamos zelar pela formação adequada desses futuros médicos. Segundo o painel *Radiografia das Escolas Médicas no Brasil 2024*, do CFM, cerca de 80% dos 250 municípios que sediam escolas médicas apresentam infraestrutura hospitalar insuficiente, com escassez de leitos e limitações para a formação prática. Ainda assim, essas instituições seguem formando profissionais. Some-se a isso o histórico de edições do exame promovido pelo Conselho Regional de Medicina de São



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcelo Castro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2536868370>



Paulo (CREMESP), que, enquanto aplicado, indicava que quase metade dos recém-formados não alcançava o nível mínimo necessário para atuação segura. Considerando-se que esse baixo desempenho foi registrado em um estado da federação com ampla rede hospitalar e tradição universitária, é razoável inferir que a situação em outras regiões seja ainda mais preocupante.

Diante desse quadro, o projeto propõe a criação do Exame Nacional de Proficiência em Medicina, concebido como instrumento de verificação das competências essenciais ao exercício profissional e de proteção ao paciente. A proposta define diretrizes claras para a sua aplicação, prevendo que o exame seja aplicado duas vezes ao ano, em todas as unidades da Federação, de modo a minimizar barreiras logísticas aos formandos. Além disso, o texto resguarda a segurança jurídica da transição, ao prever a dispensa da exigência para os estudantes já matriculados e para os médicos devidamente registrados nos Conselhos Regionais antes da vigência da nova lei.

Importante ainda registrar que o Exame Nacional de Proficiência em Medicina não substitui – e tampouco desautoriza – os instrumentos já existentes de avaliação e regulação das escolas médicas, previstos na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que *institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES*, e na Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, a Lei do Mais Médicos. Ao contrário, o novo exame integra-se a eles.

Enquanto os mecanismos do Sinaes aferem condições de oferta e desempenho médio dos cursos, o exame de proficiência cumpre função distinta e complementar: verificar, no plano individual, se cada egresso domina as competências mínimas necessárias ao exercício ético e responsável da medicina. Modelos semelhantes são adotados em países de referência – como Estados Unidos, Canadá e Reino Unido – onde avaliações institucionais e certificações profissionais coexistem para fortalecer a confiança social na formação médica.

Diante do exposto, e sobretudo considerando que é dever do Estado não apenas assegurar o acesso à educação superior, mas também zelar por sua qualidade e proteger a saúde da população, acompanhamos o entendimento da Comissão de Educação quanto ao mérito do projeto. Também sob os aspectos da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, não identificamos óbices à tramitação da matéria.

Ressaltamos, ainda, que, nos meses de agosto e setembro, esta Comissão de Assuntos Sociais promoveu audiências públicas que propiciaram



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcelo Castro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2536868370>



debate amplo e democrático com representantes do governo, entidades médicas, instituições de ensino superior, conselho de medicina e organizações estudantis. Ficou claro que o exame de proficiência, embora necessário, seria insuficiente se não viesse acompanhado de medidas estruturantes capazes de enfrentar, de forma sistêmica, os desafios da formação médica no Brasil. As contribuições recebidas revelaram, de maneira inequívoca, a necessidade de aperfeiçoar o projeto, ajustando-o para contemplar um conjunto integrado de soluções.

Entre esses ajustes, propomos a positivação, em lei, do Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica (ENAMED), como instrumento curricular obrigatório, coordenado pelo Ministério da Educação. Com isso, o Enamed deixa de ser apenas um desdobramento infralegal do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) e passa a consolidar-se, no plano legal, como instrumento estruturante da formação médica, conferindo estabilidade ao modelo avaliativo e preservando sua centralidade pedagógica diante da criação do exame de proficiência.

Também propomos incluir os resultados dos exames de desempenho – tanto do Enamed quanto do Exame Nacional de Proficiência em Medicina, que passamos a chamar PROFIMED – entre os critérios de qualidade previstos no § 7º do art. 3º da Lei nº 12.871, de 2013, aplicáveis à autorização e à renovação de funcionamento dos cursos de medicina.

Propomos, ainda, que resultados insatisfatórios nesses exames possam, por si só, acionar as medidas de supervisão e acompanhamento previstas no art. 10 da Lei nº 10.861, de 2004, e, nos casos de reiterado mau desempenho, a aplicação das penalidades de seu § 2º. Essa alteração alinha-se à crítica já formulada pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão nº 1.175, de 2018, que identificou baixa influência dos resultados do Enade na avaliação institucional. Ao conferir peso real aos resultados de aprendizagem, promovemos maior equilíbrio entre responsabilidade discente e responsabilidade institucional.

Outro ponto relevante diz respeito ao período de transição para os egressos que ainda não tiverem alcançado aprovação no exame de proficiência. Para evitar vazio jurídico ou indução indireta ao exercício irregular da medicina, propomos a criação da Inscrição de Egresso em Medicina (IEM) junto aos Conselhos Regionais de Medicina, a qual delimita as atividades de natureza acadêmica, científica ou administrativa que podem ser



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcelo Castro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2536868370>



desempenhadas de forma segura, vedadas aquelas de caráter assistencial ou privativas de médico.

Da mesma forma, as audiências evidenciaram que a insuficiência de vagas de residência médica representa um gargalo estrutural de grande impacto. Não basta formar o médico; é preciso especializá-lo, orientá-lo e integrá-lo ao Sistema Único de Saúde (SUS) de maneira qualificada. Para enfrentar esse desafio, propomos metas progressivas de expansão das vagas de residência, planejadas conjuntamente pelos Ministérios da Saúde e da Educação. Com isso, o texto passa a contribuir também para o ordenamento da força de trabalho especializado em saúde.

Outro ajuste decorre da necessidade de conferir maior clareza ao ordenamento jurídico: propomos explicitar, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que a autorização e a oferta de cursos de Medicina constituem competência da União. A medida harmoniza-se com a distribuição constitucional de competências, que distingue o regime colaborativo da oferta educacional geral (art. 23, V, e art. 211 da LDB) da atuação da União na definição de diretrizes e bases da educação nacional (art. 22, XXIV, da LDB). O Supremo Tribunal Federal tem reiterado que, nessa matéria, a União exerce protagonismo regulatório sempre que a qualidade e a isonomia exigem tratamento uniforme.

É exatamente o caso da formação médica, cuja autorização de cursos envolve requisitos que ultrapassam a esfera educacional – infraestrutura hospitalar, cenários de prática, integração com políticas de residência, regulação de serviços e planejamento nacional do SUS. Ao atribuir à União essa competência, o texto reforça a unidade das diretrizes nacionais, confere coerência ao planejamento educacional e sanitário, e previne decisões autorizativas desconectadas da política pública nacional.

Diante da relevância do Exame Nacional de Proficiência em Medicina e de seus impactos diretos sobre as políticas de educação e de saúde, entendemos necessário ajustar o texto para prever a criação de uma comissão de apoio e acompanhamento, de caráter consultivo, de forma a assegurar a participação do MEC e do Ministério da Saúde no processo de aperfeiçoamento do exame.

A coordenação, regulamentação e aplicação, contudo, devem permanecer sob responsabilidade do CFM, entidade com atribuição legal de zelar pelo exercício ético e técnico da medicina, em linha com o modelo



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcelo Castro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2536868370>



adotado por outros conselhos profissionais que realizam seus próprios exames de certificação, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Conselho Federal de Contabilidade.

Sob essa compreensão, deixamos de acolher a Emenda nº 3, de autoria do Senador Laércio Oliveira, que propunha transferir ao MEC a condução integral do exame de proficiência.

Por outro lado, assim como aprovado pela Comissão de Educação, reconhecemos o mérito da proposta que busca evitar a sobreposição de exigências aos médicos formados no exterior. Nesse sentido, incorporamos a Emenda nº 2–CE, na forma da Subemenda nº 1–CE, que estabelece a equivalência entre a aprovação no Exame de Proficiência e nas duas etapas do Revalida, preservando, no entanto, a necessidade de aprovação no exame de proficiência como requisito para a inscrição no Conselho Regional de Medicina.

Assim, entendemos que não há necessidade da incorporação da Emenda nº 4, uma vez que a equivalência entre a aprovação no exame de proficiência e nas duas etapas do Revalida já está expressamente contemplada no texto do substitutivo, de forma clara e suficiente.

Por fim, propomos que a norma entre em vigor na data de sua publicação, uma vez que suas disposições podem ser implementadas de imediato e seus efeitos práticos incidirão de forma gradual, sem impacto sobre os estudantes já matriculados.

As alterações sugeridas – a positivação do Enamed, a criação da inscrição de egresso, o estabelecimento de metas nacionais de residência e a consolidação da competência autorizativa da União – não se afastam da lógica inicial do projeto; ao contrário, são desdobramentos naturais e necessários do problema que se buscava enfrentar.

Nesse contexto, todos os ajustes propostos por esta relatoria, bem como as emendas acolhidas ao longo da análise, foram consolidados na forma de um substitutivo.



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcelo Castro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2536868370>



### III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 2.294, de 2024, e da Emenda nº 2–CE, nos termos da Subemenda nº 1–CE, na forma do substitutivo apresentado a seguir, bem como pela **rejeição** das Emendas nº 3 e 4 –CAS.

### EMENDA Nº 5 – CAS (SUBSTITUTIVO)

#### PROJETO DE LEI Nº 2.294, DE 2024

Institui o Exame Nacional de Proficiência em Medicina – PROFIMED e o Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica – ENAMED; e altera as Leis nºs 3.268, de 30 de setembro de 1957; 9.394, de 20 de dezembro de 1996; 12.842, de 10 de julho de 2013; e 12.871, de 22 de outubro de 2013.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Ficam instituídos o Exame Nacional de Proficiência em Medicina (PROFIMED), com a finalidade de aferir competências essenciais para o exercício profissional, e o Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica (ENAMED), com a finalidade de avaliar os cursos de graduação em Medicina por meio do desempenho dos seus estudantes.

**Art. 2º** O Exame Nacional de Proficiência em Medicina – Profimed será coordenado, regulamentado e aplicado pelo Conselho Federal de Medicina a todos os egressos do curso de medicina, como pré-requisito indispensável para o exercício da profissão no país, observando os seguintes parâmetros:

I – Será aplicado semestralmente em todos os estados e no Distrito Federal;



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcelo Castro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2536868370>



II – Avaliará as competências profissionais e éticas, abrangendo conhecimentos teóricos e habilidades clínicas e práticas;

III – Será elaborado em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN do curso de medicina e com os padrões mínimos exigidos para o exercício profissional.

*Parágrafo único.* Ato do Conselho Federal de Medicina disporá sobre a aplicação do Exame Nacional de Proficiência em Medicina – Profimed e criará comissão de apoio e acompanhamento, de caráter consultivo, com participação do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação.

**Art. 3º** Ficam dispensados da realização do Exame Nacional de Proficiência em Medicina – Profimed os médicos com inscrição em Conselho Regional de Medicina homologada em data anterior à de entrada em vigor desta Lei e os estudantes que ingressarem em curso de graduação em medicina, no Brasil, em data anterior à de entrada em vigor desta Lei.

**Art. 4º** A revalidação de diploma de medicina, por qualquer meio autorizado legalmente, não substitui a necessidade de aprovação no Exame Nacional de Proficiência em Medicina – Profimed para a inscrição nos Conselhos Regionais de Medicina.

*Parágrafo único.* Para fins de cumprimento do disposto no *caput*, a aprovação no Exame Nacional de Proficiência em Medicina – Profimed equivalerá à aprovação nas duas etapas do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira (REVALIDA), de que trata a Lei nº 13.959, de 18 de dezembro de 2019.

**Art. 5º** O Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica – Enamed será coordenado, regulamentado e aplicado pelo Ministério da Educação a todos os estudantes de graduação em medicina, como componente curricular obrigatório do curso de graduação em medicina, com os seguintes objetivos:

I – Verificar a aquisição dos conteúdos programáticos previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN do curso de graduação em medicina para os ciclos básico e clínico;



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcelo Castro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2536868370>



11  
10

SF/25091.54029-40

II – Fornecer dados mensuráveis para a avaliação da formação médica no Brasil;

III – Fornecer subsídios para a formulação e avaliação das políticas públicas relacionadas à formação médica;

IV – Subsidiar a avaliação e a regulação dos cursos de graduação em medicina no âmbito da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

§ 1º O Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica – Enamed será aplicado semestralmente a todos os estudantes de medicina, no 4º ano de graduação, após finalizado o ciclo clínico e antes do ingresso no internato.

§ 2º Ato do Ministro de Estado da Educação disporá sobre a aplicação do Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica – Enamed e criará comissão de apoio e acompanhamento, de caráter consultivo, com participação do Ministério da Saúde e do Conselho Federal de Medicina.

**Art. 6º** O Exame Nacional de Proficiência em Medicina – Profimed e o Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica – Enamed fornecerão ao participante as avaliações individuais obtidas, vedada a divulgação pública nominal de resultados.

*Parágrafo único.* O resultado do Exame Nacional de Proficiência em Medicina – Profimed será encaminhado ao Ministério da Educação para contribuir com subsídios para a avaliação e regulação dos cursos de graduação em medicina no âmbito da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

**Art. 7º** O Ministério da Saúde e o Ministério da Educação apresentarão plano conjunto para criação de vagas em programas de residência médica, com o objetivo de atingir, até 2035, a proporção mínima de 0,75 vaga para cada egresso do curso de medicina, garantindo a formação especializada aos médicos recém-formados.

§ 1º O plano conterá cronograma de implantação, estimativa de fontes de financiamento, critérios de distribuição regional e mecanismos de monitoramento de metas estabelecidas.



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcelo Castro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2536868370>



§ 2º A criação e a expansão de vagas previstas no *caput* ficarão condicionadas ao atendimento dos seguintes critérios mínimos de qualidade, aferidos e homologados pela Comissão Nacional de Residência Médica – CNRM, sem prejuízo de outros estabelecidos em regulamento, compreendendo:

I – Estrutura e volume assistencial:

a) disponibilidade e adequação de infraestrutura física e tecnológica do estabelecimento de saúde, compatível com a especialidade e o número de residentes;

b) volume e diversidade de pacientes e procedimentos que assegurem o desenvolvimento pleno das competências e habilidades previstas na matriz curricular da especialidade;

II – Corpo docente e preceptoria qualificados:

a) comprovação de número suficiente de preceptores e supervisores com a devida titulação e experiência na área de atuação;

b) garantia de uma relação preceptor-residente que assegure a supervisão diária, direta, presencial e de qualidade, em conformidade com as resoluções da Comissão Nacional de Residência Médica;

c) existência de programa de capacitação e educação permanente para preceptores;

III – Organização pedagógica:

a) adesão às matrizes de competências e aos requisitos mínimos estabelecidos pela Comissão Nacional de Residência Médica para cada especialidade;

b) garantia de equilíbrio entre atividades práticas e teóricas, incluindo sessões clínicas, reuniões científicas e discussão de casos;

c) implementação de um sistema de avaliação contínua e formativa do residente e, igualmente, dos preceptores e das condições gerais do programa pelo residente.



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcelo Castro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2536868370>



13  
12

SF/25091.54029-40

**Art. 8º** A Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 17-A:

“**Art. 17-A.** A aprovação no Exame Nacional de Proficiência em Medicina – Profimed, coordenado, regulamentado e aplicado pelo Conselho Federal de Medicina a todos os egressos do curso de medicina, é condição obrigatória para a inscrição nos Conselhos Regionais de Medicina.”

**Art. 9º** O art. 10 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 10.** .....

§ 1º .....

§ 2º O disposto no inciso IV deste artigo não se aplica aos cursos de medicina, cuja autorização, reconhecimento, credenciamento, supervisão e avaliação constituem competência exclusiva da União.”  
(NR)

**Art. 10.** A Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 6º-A:

“**Art. 6º-A.** O egresso do curso de medicina que não obtiver aprovação no Exame Nacional de Proficiência em Medicina – Profimed poderá requerer, junto ao Conselho Regional de Medicina, a Inscrição de Egresso de Medicina (IEM), com validade restrita e finalidade exclusivamente técnico-científica, ficando expressamente vedado:

I – o exercício de qualquer ato privativo de médico, nos termos desta Lei e demais normas aplicáveis;

II – a prestação direta ou indireta de assistência ou cuidados a pacientes, em ambiente público ou privado, inclusive sob supervisão;

III – a assinatura, elaboração, validação ou coautoria de prontuários, prescrições, atestados, laudos, pareceres, relatórios ou quaisquer documentos de natureza médico-assistencial ou pericial;

IV – a ocupação ou substituição, formal ou informal, de cargo, função, posto de trabalho ou atividade destinada a médico, inclusive em caráter administrativo, gerencial, consultivo ou de chefia em instituições de saúde.

§ 1º A IEM autoriza somente o exercício das seguintes atividades de natureza estritamente técnico-científica, sem contato clínico com pacientes e sempre sob supervisão de médico regularmente inscrito ou de pesquisador responsável:



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcelo Castro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2536868370>



I – Assistente ou monitor de pesquisa científica;

II – Colaborador técnico em indústria farmacêutica, biotecnológica ou de dispositivos médicos;

III – Auxiliar em análises e consultorias técnicas em saúde, sem emissão de parecer assistencial;

IV – Apoio a atividades de *compliance*, análise de informações clínicas, ou elaboração de material científico, sem caráter assistencial ou pericial;

V – Consultor em inovação, políticas públicas e tecnologia em saúde;

VI – Assistente técnico em estabelecimentos de saúde, restrito a atividades administrativas, educacionais, logísticas ou de apoio científico, sem acesso, manejo ou orientação de pacientes;

VII – Colaboração em programas de educação médica, eventos científicos ou comunicação técnico-científica.

§ 2º O IEM será pessoal, intransferível e distinto do registro profissional de médico, devendo possuir numeração própria e estar sujeito à fiscalização dos Conselhos Regionais de Medicina quanto ao cumprimento das limitações impostas neste artigo.

§ 3º O Conselho Federal de Medicina disciplinará, por meio de resolução específica, os critérios de concessão, anuidade, renovação, supervisão e cancelamento do IEM, as regras éticas e de responsabilidade aplicáveis aos egressos que dele sejam titulares e como se dará a inscrição, regulamentação e fiscalização dos graduados em Medicina que não obtiverem aprovação no Exame Nacional de Proficiência em Medicina – Profimed.

§ 4º O descumprimento das vedações previstas neste artigo implicará o cancelamento imediato da IEM, sem prejuízo das demais sanções administrativas, civis e penais cabíveis à instituição contratante e ao egresso.

§ 5º Uma vez aprovado no Exame Nacional de Proficiência em Medicina – Profimed, o IEM será cancelado imediatamente após emitido o CRM do profissional.”

**Art. 11.** A Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 2º-B.** A autorização para funcionamento e aumento de vagas de cursos de graduação em medicina em Instituições de Ensino Superior, públicas ou privadas, em qualquer sistema de ensino é de competência exclusiva do Ministério da Educação.



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcelo Castro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2536868370>



15  
14

SF/25091.54029-40

§ 1º Fica vedado aos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação, bem como a quaisquer outros órgãos ou entidades de regulação estaduais, o exercício de atos de autorização, reconhecimento ou renovação de reconhecimento, total ou parcial, de cursos de graduação em medicina.

§ 2º As autorizações concedidas em desconformidade com o disposto no *caput* serão consideradas nulas, sem prejuízo da responsabilidade administrativa e civil dos agentes públicos envolvidos.”

“Art. 3º .....

.....

§ 7º .....

I – .....

.....

e) resultados considerados satisfatórios no Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica – Enamed e no Exame Nacional de Proficiência em Medicina – Profimed.

.....

§ 8º O desempenho discente considerado insatisfatório no Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica – Enamed e no Exame Nacional de Proficiência em Medicina – Profimed, conforme parâmetros definidos em regulamento, ensejará a aplicação das medidas previstas no art. 10 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

§ 9º A reincidência de desempenho insatisfatório, nos termos do § 8º, em ciclos avaliativos sucessivos, ensejará a aplicação das penalidades previstas no § 2º do art. 10 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.” (NR)

**Art. 13.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcelo Castro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2536868370>





Relatório de Registro de Presença

70ª, Extraordinária

Comissão de Assuntos Sociais

| Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) |          |                            |          |
|--|----------|----------------------------|----------|
| TITULARES  |          | SUPLENTEs                  |          |
| MARCELO CASTRO   | PRESENTE | 1. RENAN CALHEIROS         |          |
| EDUARDO BRAGA  | PRESENTE | 2. VAGO                    |          |
| EFRAIM FILHO   | PRESENTE | 3. VENEZIANO VITAL DO RÊGO | PRESENTE |
| JAYME CAMPOS   | PRESENTE | 4. SORAYA THRONICKE        |          |
| PROFESSORA DORINHA SEABRA                                | PRESENTE | 5. STYVENSON VALENTIM      |          |
| PLÍNIO VALÉRIO   | PRESENTE | 6. FERNANDO DUEIRE         | PRESENTE |

| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) |          |                     |          |
|---|----------|---------------------|----------|
| TITULARES   |          | SUPLENTEs           |          |
| JUSSARA LIMA  | PRESENTE | 1. OTTO ALENCAR     | PRESENTE |
| MARA GABRILLI   | PRESENTE | 2. ANGELO CORONEL   |          |
| ZENAIDE MAIA  | PRESENTE | 3. LUCAS BARRETO    | PRESENTE |
| SÉRGIO PETECÃO  | PRESENTE | 4. NELSON TRAD      | PRESENTE |
| FLÁVIO ARNS   |          | 5. DANIELLA RIBEIRO |          |

| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) |          |                             |          |
|--|----------|-----------------------------|----------|
| TITULARES                              |          | SUPLENTEs                   |          |
| DRA. EUDÓCIA                           | PRESENTE | 1. ASTRONAUTA MARCOS PONTES | PRESENTE |
| EDUARDO GIRÃO                          | PRESENTE | 2. ROGERIO MARINHO          | PRESENTE |
| ROMÁRIO                                |          | 3. MAGNO MALTA              |          |
| WILDER MORAIS                          | PRESENTE | 4. JAIME BAGATTOLI          | PRESENTE |

| Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) |          |                      |          |
|---|----------|----------------------|----------|
| TITULARES                               |          | SUPLENTEs            |          |
| ROGÉRIO CARVALHO                        | PRESENTE | 1. FABIANO CONTARATO | PRESENTE |
| JAQUES WAGNER                           | PRESENTE | 2. TERESA LEITÃO     | PRESENTE |
| ANA PAULA LOBATO                        | PRESENTE | 3. LEILA BARROS      | PRESENTE |

| Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) |          |                    |          |
|--|----------|--------------------|----------|
| TITULARES                                    |          | SUPLENTEs          |          |
| LAÉRCIO OLIVEIRA                             | PRESENTE | 1. MECIAS DE JESUS | PRESENTE |
| DR. HIRAN                                    | PRESENTE | 2. ESPERIDIÃO AMIN | PRESENTE |
| DAMARES ALVES                                | PRESENTE | 3. ALAN RICK       | PRESENTE |

Não Membros Presentes

AUGUSTA BRITO  
HUMBERTO COSTA  
ELIZIANE GAMA  
BETO FARO  
IZALCI LUCAS  
PAULO PAIM



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcelo Castro  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2536868370>





Senado Federal

17

**Relatório de Registro de Presença**

Assinado eletronicamente, por Sen. Marcelo Castro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2536868370>Página 2 de 2  
03/12/2025 11:59:44

Senado Federal - Lista de Votação Nominal - Substitutivo ao PL 2294/2024,nos termos do relatório apresentado

Comissão de Assuntos Sociais - Senadores

| TITULARES - Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
|--|-----|-----|-----------|--|-----|-----|-----------|
| MARCELO CASTRO   |     |     |           | 1. RENAN CALHEIROS   |     |     |           |
| EDUARDO BRAGA  |     | X   |           | 2. VAGO  |     |     |           |
| EFRAIM FILHO   | X   |     |           | 3. VENEZIANO VITAL DO RÊGO   |     | X   |           |
| JAYME CAMPOS   | X   |     |           | 4. SORAYA THRONICKE  |     |     |           |
| PROFESSORA DORINHA SEABRA  |     |     |           | 5. STYVENSON VALENTIM  |     |     |           |
| PLINIO VALERIO   | X   |     |           | 6. FERNANDO DUEIRE   |     |     |           |
| TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD)  | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTEs - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD)  | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| JUSSARA LIMA   |     | X   |           | 1. OTTO ALENCAR  |     | X   |           |
| MARA GABRILLI  | X   |     |           | 2. ANGELO CORONEL  |     |     |           |
| ZENAIDE MAIA   |     | X   |           | 3. LUCAS BARRETO   |     |     |           |
| SÉRGIO PETECÃO   |     | X   |           | 4. NELSON TRAD   |     |     |           |
| FLÁVIO ARNS  |     |     |           | 5. DANIELLA RIBEIRO  |     |     |           |
| TITULARES - Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)                   | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)                   | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| DRA. EUDÓCIA   | X   |     |           | 1. ASTRONAUTA MARCOS PONTES  | X   |     |           |
| EDUARDO GIRÃO  | X   |     |           | 2. ROGERIO MARINHO   |     |     |           |
| ROMÁRIO  |     |     |           | 3. MAGNO MALTA   |     |     |           |
| WILDER MORAIS  | X   |     |           | 4. JAIME BAGATTOLI   |     |     |           |
| TITULARES - Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT)                  | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT)                  | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| ROGERIO CARVALHO   |     | X   |           | 1. FABIANO CONTARATO   |     |     |           |
| JAQUES WAGNER  |     | X   |           | 2. TERESA LEITÃO   |     |     |           |
| ANA PAULA LOBATO   |     | X   |           | 3. LEILA BARROS  |     |     |           |
| TITULARES - Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)             | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)             | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| LAÉRCIO OLIVEIRA   | X   |     |           | 1. MECIAS DE JESUS   |     |     |           |
| DR. HIRAN  | X   |     |           | 2. ESPERIDIÃO AMIN   |     |     |           |
| DAMARES ALVES  | X   |     |           | 3. ALAN RICK   |     |     |           |

Quórum: TOTAL 21  
Votação: TOTAL 20 SIM 11 NÃO 9 ABSTENÇÃO 0  
\* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9, EM 03/12/2025  
OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Senador Marcelo Castro  
Presidente



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcelo Castro  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2536868370>





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

**VOTO EM SEPARADO**

Perante a COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei nº 2.294, de 2024, do Senador Astronauta Marcos Pontes, que altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina e dá outras providências, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina.

**I – RELATÓRIO**

Chega a esta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para decisão em caráter terminativo, o Projeto de Lei (PL) nº 2.294, de 2024, do Senador Astronauta Marcos Pontes. A proposição acrescenta os arts. 17-A e 17-B à Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, a fim de instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina como requisito para inscrição em Conselhos Regionais de Medicina e, portanto, para o exercício da profissão. O exame deverá ser ofertado pelo menos duas vezes por ano em todos os Estados e no Distrito Federal, com o objetivo de aferir as competências profissionais e éticas, os conhecimentos teóricos e as habilidades clínicas dos concluintes da graduação em medicina.

Nos termos do art. 17-B, caberá ao Conselho Federal de Medicina (CFM) regulamentar e coordenar nacionalmente o exame, ficando a cargo dos Conselhos Regionais a sua aplicação em cada jurisdição. Os resultados serão comunicados ao Ministério da Educação e ao Ministério da Saúde, sendo vedada a divulgação nominal de resultados, embora cada participante tenha acesso à sua própria avaliação individual.

O art. 2º dispensa da obrigatoriedade do exame os médicos que já possuírem inscrição homologada em Conselho Regional de Medicina antes da entrada em vigor da futura lei, bem como os estudantes que tenham ingressado em curso de graduação em medicina no Brasil anteriormente a essa data. O art. 3º fixa o início de vigência da nova legislação para um ano após a sua publicação.

Praça dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Gabinete 12 – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: +55 (61) 3303-2205 – Sen.Rogeriocarvalho@senado.leg.br



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcelo Castro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2536868370>





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

SF/25333.73276-68

O projeto foi previamente examinado pela Comissão de Educação e Cultura (CE), que votou por sua aprovação, com acolhimento de emenda do Senador Alan Rick, na forma de subemenda oferecida pelo Relator, Senador Marcos Rogério. Esta proposição (Emenda nº 2-CE) determina que a aprovação no Exame Nacional de Proficiência em Medicina equivalerá à aprovação nas duas etapas do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira (Revalida).

Na CAS, o projeto recebeu a Emenda nº 3, apresentada pelo Senador Laércio Oliveira, que transfere ao Ministério da Educação (MEC) a responsabilidade de elaborar, regulamentar e coordenar nacionalmente o Exame Nacional de Proficiência em Medicina. A emenda também cria, no âmbito da Pasta, um Comitê de Análise com função consultiva, formado por representantes da Associação Médica Brasileira (AMB), do CFM, da Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM) e de outras entidades científicas e profissionais da saúde. Caberá ao Comitê sugerir conteúdos e métodos de avaliação, revisar periodicamente se o exame atende às demandas sociais e do sistema de saúde e auxiliar o MEC em melhorias e ajustes. A regulamentação do exame deverá ser construída em conjunto com esse colegiado. Além disso, assim como na Emenda nº 2-CE, a proposta reconhece que a aprovação no exame tem o mesmo valor da aprovação nas duas fases do Revalida.

O projeto também recebeu a Emenda nº 4, do Senador Alan Rick, novamente para deixar explícito que a aprovação no Exame Nacional de Proficiência em Medicina é legalmente equivalente à aprovação nas duas etapas do Revalida.

O relatório apresentado pelo Senador Dr. Hiran conclui pela rejeição das Emendas nº 3 e 4 –CAS e pela aprovação do PL nº 2.294, de 2024, e da Emenda nº 2–CE, nos termos da Subemenda nº 1–CE, na forma de um substitutivo.

O substitutivo institui dois instrumentos de avaliação no campo da formação médica: o Exame Nacional de Proficiência em Medicina (PROFIMED) e o Exame Nacional de Avaliação da Formação

Praça dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Gabinete 12 – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: +55 (61) 3303-2205 – Sen.Rogeriocarvalho@senado.leg.br



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcelo Castro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2536868370>





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

SF/25333.73276-68

Médica (ENAMED). O primeiro será coordenado pelo CFM e constituirá requisito obrigatório para a inscrição do egresso em Conselho Regional de Medicina (CRM) e, portanto, para o exercício da profissão. Deverá ser aplicado semestralmente, com avaliação de competências éticas, teóricas, clínicas e práticas, segundo parâmetros fixados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs). Para os médicos com diploma estrangeiro, a aprovação nesse exame equivalerá, para todos os fins legais, à aprovação nas duas etapas do Revalida.

O Enamed, por sua vez, será coordenado pelo Ministério da Educação, com aplicação obrigatória aos estudantes do 4º ano dos cursos de medicina, após o ciclo clínico e antes do internato. O exame buscará aferir a aquisição de conteúdos curriculares e fornecerá subsídios à formulação de políticas públicas e à regulação dos cursos de medicina, no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Ambos os exames terão resultados individuais sigilosos, que serão utilizados para subsidiar ações de avaliação e regulação do ensino. O substitutivo também prevê que os resultados de desempenho servirão como critério de qualidade para autorização e renovação de funcionamento dos cursos de medicina, além de fundamentar ações de supervisão e penalidades institucionais, quando cabíveis.

Cria-se ainda a figura da Inscrição de Egresso de Medicina (IEM), destinada a profissionais que ainda não tenham sido aprovados no Profimed, com vistas à delimitação de suas atividades, vedando-se aquelas de natureza assistencial ou privativas de médico.

O substitutivo estabelece que o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação deverão apresentar plano conjunto de expansão de vagas em residência médica, de modo a atingir, até 2035, a proporção de 0,75 vaga para cada egresso. O texto detalha critérios mínimos de qualidade para criação dessas vagas, incluindo infraestrutura assistencial, qualificação da preceptoria e organização pedagógica.

Praça dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Gabinete 12 – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: +55 (61) 3303-2205 – Sen.Rogeriocarvalho@senado.leg.br



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcelo Castro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2536868370>





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

SF/25333.73276-68

Por fim, o substitutivo determina a criação de duas comissões consultivas de apoio e acompanhamento: uma vinculada ao Profimed, com participação do Ministério da Saúde e do MEC, e outra vinculada ao Enamed, com participação do Ministério da Saúde e do CFM.

## II – ANÁLISE

Preliminarmente, é preciso ressaltar a relevância e a oportunidade da proposição sob análise. Reflete a preocupação de seu autor com a qualidade da formação médica no País. Com efeito, tanto na justificação da matéria, quanto no relatório apresentado perante esta Comissão, estão expostos os argumentos que justificam a adoção de medidas para garantir a qualificação dos profissionais que cuidarão da saúde da população brasileira: proliferação de escolas médicas, baixa qualidade do ensino, carência de estrutura para o aprendizado prático, entre outros.

Não obstante o diagnóstico estar correto, a conduta prescrita em ambos os textos – a redação original do PL e o substitutivo apresentado pelo Relator – padece de dois equívocos fulcrais, de que trataremos na sequência.

O primeiro refere-se ao mérito. Não se pode aceitar que recaia apenas sobre o estudante e sua família todo o ônus decorrente de uma oferta educacional falha, em que muitas instituições são movidas por interesses meramente financeiros, sem maiores preocupações com a formação técnica, ética e humana dos graduados. Ao impedir que o estudante reprovado no Profimed possa exercer a tão sonhada profissão médica, se está aplicando punição desproporcional e injusta à parte mais frágil de todo o conjunto de participantes do atual processo educacional médico.

A mensalidade de uma faculdade de medicina privada pode atingir cifras de R\$ 13 mil, o que, num cálculo simples, implica gastos totais de quase R\$ 1 milhão para a família pelos seis anos do curso, sem contar as despesas acessórias com livros e materiais de apoio. Mesmo as instituições consideradas mais acessíveis cobram valores que

Praça dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Gabinete 12 – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: +55 (61) 3303-2205 – Sen.Rogeriocarvalho@senado.leg.br



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcelo Castro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2536868370>





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

SF/25333.73276-68

sobrecarregam o orçamento da grande maioria das famílias que investem no sonho de ter um filho formado em medicina.

Por isso, é necessário dar ênfase à avaliação da qualidade dos cursos oferecidos, ou seja, ao enfrentamento da real causa dos problemas hoje observados na formação médica.

Assim, em nosso substitutivo, ocupamo-nos de instituir sistema mais robusto e abrangente de avaliação da qualidade da formação médica no Brasil. Ao estabelecer duas etapas obrigatórias do Enamed (uma ao final do 4º ano, antes do internato, e outra ao término do curso), nossa proposta permite acompanhamento longitudinal do desenvolvimento dos estudantes, possibilitando intervenções pedagógicas tempestivas pelas instituições de ensino. Ademais, ao vincular os resultados insatisfatórios dos cursos a processos de supervisão e medidas cautelares, como suspensão de ingressos e redução de vagas, o texto responsabiliza as instituições pela qualidade do ensino oferecido, e não apenas o estudante pelo seu desempenho individual. Esse modelo de avaliação dual (do discente e da instituição) representa avanço significativo tanto em relação ao projeto original quanto em relação ao substitutivo apresentado pelo Relator, que concentram as consequências de eventuais deficiências formativas excessivamente no egresso.

O segundo equívoco partilhado pela redação original do PL e pelo substitutivo apresentado pelo Relator é de natureza constitucional. O PL nº 2.294, de 2024, e o substitutivo oferecido pelo Relator violam o disposto na alínea “a” do inciso VI do art. 84 da Carta Magna, que, em consonância com o nosso sistema presidencialista de governo, atribui ao Presidente da República a competência privativa para dispor, mediante decreto, sobre organização e funcionamento da administração federal. Caso haja necessidade de criação de órgão público por meio de lei em sentido estrito, a Constituição reserva também ao Chefe do Poder Executivo a iniciativa do processo legislativo, conforme dispõe a alínea “e” do inciso II do § 1º do art. 61.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

Destarte, ao propor novas atribuições para uma autarquia federal – o CFM – o projeto viola o princípio da separação dos poderes da República e padece de inconstitucionalidade por vício de iniciativa.

Essa súbita ampliação das atribuições do CFM não fere apenas a Constituição, mas também a própria lógica do sistema de avaliação dos cursos de Medicina. A autarquia já tem a ampla e relevante função de fiscalizar, supervisionar, julgar e disciplinar a classe médica, combatendo com rigor as irregularidades tão comuns na atualidade. Se também tiver que atuar como órgão avaliador da qualidade do ensino, é razoável supor que não consiga cumprir a contento com sua missão precípua, por absoluta sobrecarga de tarefas. Ademais, diferentemente do MEC, o CFM não dispõe de expertise na avaliação discente.

A fim de viabilizar a aprovação da matéria e evitar futuros questionamentos judiciais, propomos um texto alternativo, que mantém o processo avaliativo educacional sob os auspícios do MEC, reforça os instrumentos de avaliação, supervisão e intervenção à disposição da Pasta e condiciona o livre exercício da medicina à aprovação do graduado no Enamed. Para aquele reprovado no exame, propomos ainda a possibilidade de atuação provisória e restrita ao âmbito de Programa de Residência Médica ou do Projeto Mais Médicos para o Brasil, até que ele consiga sua aprovação em edições subsequentes do Enamed. Consideramos essa solução mais factível e adequada do que o limbo jurídico representado pela figura da Inscrição de Egresso de Medicina.

Adicionalmente, propõe-se que a oferta de vagas em Programas de Residência Médica de acesso direto seja expandida progressivamente até alcançar pelo menos 75% do número de egressos dos cursos de graduação em medicina a cada ano. Também propomos a utilização da nota obtida no Enamed como critério de seleção para esses programas.

Em relação às emendas, o texto substitutivo ora proposto acolhe parcialmente a todas. Propõe-se a substituição da primeira etapa do Revalida pelo Enamed, o que contempla em parte as Emendas nºs 2-CE (na forma da subemenda), 3-CAS e 4-CAS. Quanto à Emenda nº 3-CAS,

Praça dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Gabinete 12 – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: +55 (61) 3303-2205 – Sen.Rogeriocarvalho@senado.leg.br



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcelo Castro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2536868370>





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

incorporamos a AMB ao grupo de entidades integrantes da comissão de acompanhamento do Enamed.

### III – VOTO

Em vista do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 2.294, de 2024, na forma do seguinte substitutivo, restando **prejudicadas** a Emenda nº 2-CE e a Subemenda nº 1-CE, a Emenda nº 3-CAS e a Emenda nº 4-CAS:

### EMENDA Nº – CAS (SUBSTITUTIVO)

### PROJETO DE LEI Nº 2.294, de 2024

Altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, a Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, e a Lei nº 13.959, de 18 de dezembro de 2019, para instituir o Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica - Enamed, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 5º** Os Programas de Residência Médica de que trata a Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, ofertarão, anualmente, número de vagas equivalente a, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do número de egressos dos cursos de graduação em Medicina do ano anterior.

Praça dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Gabinete 12 – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: +55 (61) 3303-2205 – Sen.Rogeriocarvalho@senado.leg.br



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcelo Castro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2536868370>





## SENADO FEDERAL

## Gabinete do Senador Rogério Carvalho

§ 1º Para fins de cumprimento do disposto no *caput*, serão computadas apenas as vagas ofertadas em programas de acesso direto.

§ 2º O atingimento do número mínimo de vagas previsto no *caput* deverá ocorrer até 31 de dezembro de 2035, mediante plano formulado conjuntamente pelo Ministério da Educação e pelo Ministério da Saúde.

§ 3º O plano de que trata o § 2º conterá cronograma de implantação, fontes de financiamento, critérios de distribuição regional e mecanismos de monitoramento das metas estabelecidas.” (NR)

.....

“**Art. 9º** Fica instituído o Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica - Enamed, com a finalidade de aferir o desempenho dos estudantes dos cursos de graduação em Medicina.

*Parágrafo único.* São objetivos do Enamed:

I – verificar a aquisição dos conteúdos, habilidades e competências definidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN do curso de graduação em Medicina, com vistas à formação profissional adequada aos princípios e necessidades do Sistema Único de Saúde - SUS;

II – contribuir para a avaliação da formação médica no Brasil;

III – fornecer subsídios para a formulação e avaliação de políticas públicas relacionadas à formação médica;

IV – subsidiar a avaliação, regulação e supervisão dos cursos de graduação em Medicina, no âmbito da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004; e

V – aferir a proficiência do egresso do curso de Medicina para o exercício da profissão médica.” (NR)

“**Art. 9º-A** O Enamed será aplicado pelo Ministério da Educação a todos os estudantes de graduação em Medicina e compreenderá duas etapas:

I – primeira etapa, realizada ao final do 4º ano de graduação, antes do ingresso do estudante no internato; e

II – segunda etapa, realizada ao final do 2º ano do internato.

Praça dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Gabinete 12 – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: +55 (61) 3303-2205 – Sen.Rogeriocarvalho@senado.leg.br



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcelo Castro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2536868370>







## SENADO FEDERAL

## Gabinete do Senador Rogério Carvalho

§ 1º Os exames de que tratam os incisos I e II do *caput* considerarão, entre outros, aspectos curriculares e pedagógicos.

§ 2º O Enamed será realizado semestralmente, com aplicação descentralizada nos municípios que sediam cursos de graduação em Medicina.

§ 3º Ambas as etapas do Enamed constituem componentes curriculares obrigatórios do curso de graduação em Medicina.

§ 4º O graduado em Medicina que não tiver obtido avaliação satisfatória na segunda etapa do Enamed poderá refazer essa etapa em edições subsequentes.

§ 5º O resultado individual de cada uma das etapas do Enamed será informado exclusivamente ao participante, vedada a divulgação nominal de resultados.

§ 6º Constitui requisito para o exercício profissional pleno da Medicina a obtenção de avaliação satisfatória na segunda etapa do Enamed.

**Art. 9º-B** O Poder Executivo poderá criar comissão de caráter consultivo para acompanhamento do Enamed, integrada por representantes do Ministério da Educação, do Ministério da Saúde, do Conselho Federal de Medicina, da Associação Médica Brasileira e de entidades da sociedade civil.

**Art. 9º-C** O curso de graduação em Medicina com elevado percentual de estudantes com avaliação insatisfatória nas etapas do Enamed será objeto de processo de supervisão pelo órgão responsável pela regulação e supervisão da educação superior no Brasil, na forma de ato do Ministro de Estado da Educação.

*Parágrafo único.* Na hipótese prevista no *caput*, serão aplicadas as medidas de suspensão de ingressos ou de redução de vagas, entre outras medidas cautelares, previstas no art. 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no art. 10 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, na forma de ato do Ministro de Estado da Educação.”

**Art. 2º** A Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 17-A:

“**Art. 17-A.** Constitui requisito para a inscrição de que trata o art. 17 desta Lei a obtenção pelo médico de avaliação satisfatória na







## SENADO FEDERAL

## Gabinete do Senador Rogério Carvalho

segunda etapa do Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica - Enamed.

§ 1º O graduado em medicina que não obtiver conceito satisfatório no Enamed e ingressar em programa de residência médica credenciado pela Comissão Nacional de Residência Médica poderá exercer provisoriamente a medicina em atividades desenvolvidas exclusivamente no âmbito do programa.

§ 2º O graduado em medicina que não obtiver conceito satisfatório no Enamed poderá atuar no Projeto Mais Médicos para o Brasil, por período máximo de quatro anos, estando submetido, no que couber, às regras aplicáveis ao médico intercambista de que trata o inciso II do § 2º do art. 13 da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013.

§ 3º Os profissionais de que tratam os §§ 1º e 2º são submetidos à fiscalização pelo Conselho Regional de Medicina, sendo-lhes vedado o exercício da medicina fora das situações específicas previstas nesses dispositivos.”

**Art. 3º** O art. 2º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“**Art. 2º** .....

*Parágrafo único.* A nota obtida pelo candidato no Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica - Enamed será utilizada no processo seletivo para programas de acesso direto.” (NR)

**Art. 4º** O art. 2º da Lei nº 13.959, de 18 de dezembro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 2º** .....

.....

§ 3º .....

I – exame teórico, correspondente à segunda etapa do Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica - Enamed, na forma do inciso II do *caput* do art. 9º-A da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013;

II – .....

Praça dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Gabinete 12 – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: +55 (61) 3303-2205 – Sen.Rogeriocarvalho@senado.leg.br



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcelo Castro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2536868370>





## SENADO FEDERAL

## Gabinete do Senador Rogério Carvalho

§ 4º O exame de habilidades clínicas será aplicado semestralmente, na forma prevista em edital.

§ 5º .....

II – o valor cobrado para a realização do exame teórico observará o valor aplicável à segunda etapa do Enamed;

.....” (NR)

**Art. 5º** O disposto no art. 17-A da Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, e no § 3º do art. 9º-A da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, não se aplica aos médicos e aos estudantes que ingressaram no curso de graduação em Medicina antes da entrada em vigor desta Lei.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala da Comissão,

Senador ROGÉRIO CARVALHO

Praça dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Gabinete 12 – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: +55 (61) 3303-2205 – Sen.Rogeriocarvalho@senado.leg.br



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcelo Castro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2536868370>



## DECISÃO DA COMISSÃO

(PL 2294/2024)

NA 70ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS APROVA O SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI Nº 2294, DE 2024, RELATADO PELO SENADOR DR. HIRAN (EMENDA Nº 5-CAS). O SUBSTITUTIVO SERÁ SUBMETIDO A TURNO SUPLEMENTAR, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 282 C/C ART. 92 DO RISF.

03 de dezembro de 2025

Senador Marcelo Castro

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcelo Castro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2536868370>





## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 76, DE 2025

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 169, de 2019, que Altera o art. 37 da Constituição Federal para permitir a acumulação remunerada de um cargo de professor com outro de qualquer natureza.

**PRESIDENTE:** Senador Otto Alencar

**RELATOR:** Senador Zequinha Marinho

03 de dezembro de 2025



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9749185607>





SENADO FEDERAL  
GABINETE DO SENADOR ZEQUINHA MARINHO

## PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 169, de 2019, primeiro signatário o Deputado Capitão Alberto Neto, que *altera o art. 37 da Constituição Federal para permitir a acumulação remunerada de um cargo de professor com outro de qualquer natureza*.

Relator: Senador **ZEQUINHA MARINHO**

### I – RELATÓRIO

Trata-se da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 169, de 2019, aprovada pela Câmara dos Deputados, que altera o art. 37 da Carta Magna, o qual dispõe sobre administração pública, “para permitir a acumulação remunerada de um cargo de professor com outro de qualquer natureza”.

O texto original, e vigente, da Constituição prevê que o cargo de professor é acumulável com outro cargo técnico ou científico, quando houver compatibilidade de horários e observado, em qualquer caso, o teto remuneratório.

A proposição que ora examinamos propõe alterar a redação da alínea *b* do inciso XVI do art. 37 da Constituição, para determinar que a



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9749185607>



acumulação remunerada do cargo público de professor é possível “com outro de qualquer natureza”.

Argumentam os autores da PEC que a vigente redação do texto constitucional se presta a interpretações contraditórias, em razão da imprecisão técnica da expressão “cargo técnico ou científico”.

Citam a doutrina de José dos Santos Carvalho Filho, para a qual a expressão “cargo técnico ou científico, por falta de precisão, tem provocado algumas dúvidas na Administração”. E explicam:

Tanto a doutrina quanto a jurisprudência têm adotado, de forma majoritária, o entendimento que os cargos de natureza científica estão englobados nos de natureza técnica. Entendem, ainda, que os cargos de natureza técnica são aqueles que têm como requisito a exigência de diploma de nível superior para ingresso na carreira, ou, de curso técnico em nível médio, utilizando-se como critério os requisitos para o cargo e não situações concretas no qual conhecimento técnico esteja sendo utilizado.

Destaca-se que a denominação do cargo é irrelevante para defini-lo como de natureza técnica. O que realmente importa é que suas funções, por serem específicas, se diferenciem das meramente burocráticas e rotineiras. Assim, a conceituação de cargo de natureza técnica está ligada aos requisitos de acesso ao cargo ou às suas atribuições, e não propriamente às atividades concretas desempenhadas pelo servidor.

Assim, com vistas a evitar os constantes questionamentos judiciais para averiguar o que de fato é técnico ou científico, propomos a alteração do dispositivo constitucional que exige o cargo técnico ou científico, de forma a se exigir apenas que um dos cargos seja de professor e o outro, de qualquer natureza.

A proposição recebeu a Emenda nº 1, na CCJ, de autoria do Senador Jorge Kajuru, que sugere diversas alterações substantivas na proposição, entre elas a pretensão de se redefinir o teto remuneratório dos agentes públicos, a que se refere o inciso XI do art. 37 da Constituição, e também a de estabelecer como esse teto se aplica na hipótese da adoção da nova regra instituída pela PEC sob exame.

Anexo II, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 18, CEP 70.165-900, Brasília/DF

Telefone: 3303-6623

sen.zequinhamarinho@senador.leg.br



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9749185607>



## II – ANÁLISE

Cumpre anotar, preliminarmente, quanto ao aspecto formal, que a Proposta de Emenda à Constituição ora em exame foi regularmente apresentada, subscrita pelo número de deputados federais bastante para suprir a exigência constitucional de um terço da Casa Legislativa, onde foi aprovada por mais de três quintos dos membros da Câmara dos Deputados.

Ao mesmo tempo, não existe, na realidade brasileira do presente momento, qualquer dos fatores impeditivos, de natureza circunstancial, ao exame de proposta de emenda à Constituição pelo Congresso Nacional, como a vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

No plano material, a norma contida na PEC nº 169, de 2019, nos parece plenamente compatível com os princípios constitucionais da Administração Pública, nomeadamente aqueles contidos no *caput* do art. 37 da Constituição, pelo qual “a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)”.

E, no que diz respeito ao mérito, em sentido estrito, a norma proposta, além de razoável, proporcional e compatível com o interesse público, traduz em grande medida a realidade da Administração Pública, e, de forma responsável, mantém as exigências constitucionais para o acúmulo de cargos públicos, como a compatibilidade de horários e a sujeição ao teto constitucional remuneratório dos agentes públicos, que no caso em tela, se aplica separadamente a cada cargo, por força de decisão do Supremo Tribunal Federal.

Com efeito, o Tribunal, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 612.975, em 27 de abril de 2017, fixou a seguinte tese de repercussão geral: *Nos casos autorizados constitucionalmente de acumulação de cargos, empregos e funções, a incidência do art. 37, inciso XI, da Constituição Federal pressupõe consideração de cada um dos vínculos formalizados, afastada a observância do teto remuneratório quanto ao somatório dos ganhos do agente público.*

Anexo II, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 18, CEP 70.165-900, Brasília/DF

Telefone: 3303-6623

sen.zequinhamarinho@senador.leg.br



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9749185607>



Quanto ao mérito educacional, a proposta é procedente, uma vez que permite ao professor ter outras experiências de atuação profissional. Isso é relevante não apenas por possibilitar que o docente, ao atuar em outros cargos, adquira novos conhecimentos, desenvolva novas competências e, eventualmente, exerça distintos papéis de liderança, com proveitos pessoais, mas também por promover, a partir dessas vivências, o aprimoramento da própria atividade de ensino, em benefício da aprendizagem dos alunos. Desse modo, embora difícil de mensurar, trata-se de efeito favorável à melhoria da qualidade do ensino, objetivo central das políticas educacionais e aspiração de toda a sociedade.

Cabe considerar, ainda, que a abertura de outras oportunidades de emprego para os professores permite que esses profissionais obtenham nova fonte de rendimentos.

É notório que, nas últimas décadas, a remuneração paga aos profissionais da educação se deteriorou, na medida em que a expansão das redes de ensino implicou também aumento de despesas e de investimentos com infraestrutura escolar e admissão de pessoal, o que passou a exercer crescente pressão sobre os orçamentos públicos, com efeitos negativos sobre os planos de carreira docentes e sua recomposição remuneratória.

Assim, sem prejuízo do esforço que devemos dirigir para tornar a carreira docente mais prestigiada e atraente, inclusive em termos pecuniários, a permissão dada pela PEC em tela abre outras oportunidades aos professores para a busca de seu bem-estar e equilíbrio financeiro.

Em suma, a mudança proposta valoriza o professor, tem efeitos potenciais sobre a melhoria da qualidade do ensino e evita a insegurança jurídica decorrente da falta de clareza na permissão que hoje se dá ao professor para ocupar outros cargos.

E, por fim, a redação da Proposta acha-se conforme as regras contidas na Lei sobre elaboração de normas legislativas, a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, e respeita o requisito da juridicidade, por dispor norma genérica, abstrata, impessoal, e imperativa, além de compatível com os princípios gerais do direito e os princípios especiais do direito administrativo.

Anexo II, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 18, CEP 70.165-900, Brasília/DF

Telefone: 3303-6623

sen.zequinhamarinho@senador.leg.br



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9749185607>





Quanto à Emenda nº 1-CCJ, de autoria do Senador Jorge Kajuru, cabe anotar, ao lado de reconhecer suas nobres intenções, que a mesma implica a adoção de um substitutivo ao quanto se acha sob exame nos termos da proposição aprovada pela Câmara dos Deputados. As mudanças propostas são expressivas, de grande vulto, e, nesse passo, alteram, de forma substantiva, a proposição aprovada pela Câmara dos Deputados.

Trata-se, pois, de emenda de mérito, e tal mudança, a esta altura do processo legislativo, implicaria necessariamente o retorno da Proposta de Emenda à Constituição sob exame para a Câmara dos Deputados, o que frustraria a vontade de todo um movimento que foi criado pela aprovação desta importante mudança, que anseia pela promulgação da nova Emenda à Constituição. Por tais, razões, os temas veiculados pela Emenda nº 1, CCJ, do Senador Jorge Kajuru, podem ser veiculados em proposição autônoma, que merecem exame detido e cuidadoso, tal como ocorreu com a matéria aprovada pela Câmara dos Deputados e que hoje o Senado Federal aprecia. Por tais razões, opinamos pela rejeição da Emenda nº 1-CCJ.

## II – VOTO

Em face do exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa da Proposta de Emenda à Constituição nº 169, de 2019, e votamos, quanto ao mérito, por sua **aprovação**, com a rejeição da Emenda nº 1-CCJ.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

Anexo II, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 18, CEP 70.165-900, Brasília/DF

Telefone: 3303-6623

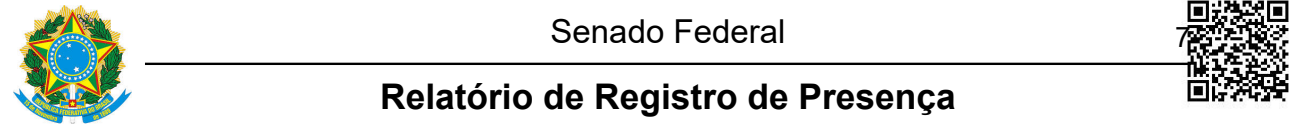
sen.zequinhamarinho@senador.leg.br



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9749185607>





Relatório de Registro de Presença

43ª, Extraordinária

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

| Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) |          |                              |          |
|--|----------|------------------------------|----------|
| TITULARES  |          | SUPLENTEs                    |          |
| EDUARDO BRAGA  | PRESENTE | 1. ALESSANDRO VIEIRA         | PRESENTE |
| RENAN CALHEIROS  |          | 2. PROFESSORA DORINHA SEABRA | PRESENTE |
| JADER BARBALHO   |          | 3. MARCELO CASTRO            | PRESENTE |
| VENEZIANO VITAL DO RÊGO                                  | PRESENTE | 4. JAYME CAMPOS              | PRESENTE |
| SERGIO MORO  | PRESENTE | 5. GIORDANO                  |          |
| ALAN RICK  | PRESENTE | 6. ZEQUINHA MARINHO          | PRESENTE |
| SORAYA THRONICKE   |          | 7. PLÍNIO VALÉRIO            | PRESENTE |
| ORIOVISTO GUIMARÃES                                      |          | 8. FERNANDO FARIAS           |          |
| MARCIO BITTAR  | PRESENTE | 9. EFRAIM FILHO              | PRESENTE |


| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) |          |                   |          |
|---|----------|-------------------|----------|
| TITULARES   |          | SUPLENTEs         |          |
| OTTO ALENCAR  | PRESENTE | 1. ANGELO CORONEL | PRESENTE |
| OMAR AZIZ   |          | 2. ZENAIDE MAIA   | PRESENTE |
| ELIZIANE GAMA   | PRESENTE | 3. IRAJÁ          |          |
| VANDERLAN CARDOSO                                       | PRESENTE | 4. SÉRGIO PETECÃO | PRESENTE |
| RODRIGO PACHECO   |          | 5. MARA GABRILLI  | PRESENTE |
| CID GOMES   |          | 6. JORGE KAJURU   | PRESENTE |

| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) |          |                     |          |
|--|----------|---------------------|----------|
| TITULARES                              |          | SUPLENTEs           |          |
| CARLOS PORTINHO                        |          | 1. JORGE SEIF       | PRESENTE |
| EDUARDO GIRÃO                          | PRESENTE | 2. IZALCI LUCAS     | PRESENTE |
| MAGNO MALTA                            |          | 3. EDUARDO GOMES    |          |
| MARCOS ROGÉRIO                         |          | 4. FLÁVIO BOLSONARO |          |
| ROGERIO MARINHO                        | PRESENTE | 5. JAIME BAGATTOLI  | PRESENTE |

| Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) |          |                       |          |
|---|----------|-----------------------|----------|
| TITULARES                               |          | SUPLENTEs             |          |
| ROGÉRIO CARVALHO                        | PRESENTE | 1. RANDOLFE RODRIGUES |          |
| FABIANO CONTARATO                       | PRESENTE | 2. JAQUES WAGNER      | PRESENTE |
| AUGUSTA BRITO                           | PRESENTE | 3. HUMBERTO COSTA     | PRESENTE |
| WEVERTON                                |          | 4. ANA PAULA LOBATO   | PRESENTE |

| Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) |          |                     |          |
|--|----------|---------------------|----------|
| TITULARES                                    |          | SUPLENTEs           |          |
| CIRO NOGUEIRA                                |          | 1. LAÉRCIO OLIVEIRA | PRESENTE |
| ESPERIDIÃO AMIN                              | PRESENTE | 2. DR. HIRAN        |          |
| MECIAS DE JESUS                              | PRESENTE | 3. HAMILTON MOURÃO  | PRESENTE |

Não Membros Presentes



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9749185607>



8

Senado Federal

**Relatório de Registro de Presença****Não Membros Presentes**

NELSINHO TRAD

PAULO PAIM



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9749185607>Página 2 de 2  
03/12/2025 10:25:54

**DECISÃO DA COMISSÃO****(PEC 169/2019)**

NA 43ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR ZEQUINHA MARINHO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CCJ, FAVORÁVEL À PROPOSTA E CONTRÁRIO À EMENDA Nº 1.

APROVADO REQUERIMENTO Nº 66, DE 2025-CCJ, QUE SOLICITA CALENDÁRIO ESPECIAL PARA A MATÉRIA.

03 de dezembro de 2025

Senador Otto Alencar

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9749185607>



## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 169, DE 2019

*Altera o art. 37 da Constituição Federal para permitir a acumulação remunerada de um cargo de professor com outro de qualquer natureza.*

Concluída a instrução da matéria, a Proposta de Emenda à Constituição aguardará inclusão em Ordem do Dia oportunamente.





## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 77, DE 2025

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei nº 196, de 2024, que Altera o art. 1.879 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre o testamento emergencial.

**PRESIDENTE:** Senador Otto Alencar

**RELATOR:** Senadora Eliziane Gama

03 de dezembro de 2025



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8243338923>



**PARECER Nº , DE 2025**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei nº 196, de 2024, da Deputada Laura Carneiro, que “altera o art. 1.879 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre o testamento emergencial”.

RELATORA: Senadora **ELIZIANE GAMA**

**I – RELATÓRIO**

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei (PL) nº 196, de 2024, que é de autoria da Deputada Laura Carneiro e, de acordo com sua ementa, tem por objetivo alterar *o art. 1.879 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre o testamento emergencial*.

Do PL nº 196, de 2024, constam três artigos:

- como de praxe nas proposições legislativas estruturadas na Câmara dos Deputados, em obediência à Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, art. 7º, *caput*, 1ª parte, o **art. 1º** do PL nº 196, de 2024, indica o objeto da lei porventura resultante da proposição, qual seja aquele tipo de testamento particular que, em circunstâncias excepcionais, é escrito de próprio punho e assinado pelo testador, sem testemunhas, e que pode ser posteriormente confirmado, a critério do juiz;
- o **art. 2º** condensa o objetivo da pretendida lei, cogitando alterações no referido art. 1.879, quais sejam:

modificação do *caput*: para atribuir à espécie de testamento constante do dispositivo a nomenclatura corrente na doutrina e jurisprudência – a saber, “testamento de emergência” –, estabelecendo, de



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8243338923>



---

2<sup>3</sup>

modo expreso, que a escrita de próprio punho, a assinatura do testador e a ausência de testemunhas são condições para a posterior confirmação desse testamento e, por outro lado, deixando de estatuir que tal confirmação deve ser feita por juiz; e

inserção de um parágrafo único: a fim de determinar a caducidade do testamento de emergência, caso o testador não morra sob as circunstâncias excepcionais que o justificaram nem o confirmar, sob uma das formas ordinárias, nos noventa dias subsequentes ao término do contexto em que foi elaborado;

- finalmente, o **art. 3º** carrega cláusula de vigência imediata da lei acaso oriunda da proposição.

Originalmente, o PL nº 196, de 2024, pouco diferia da versão que agora é submetida à apreciação do Senado Federal, tendo sofrido, desde sua apresentação à Câmara dos Deputados, poucas alterações, e todas meramente de redação. Vale dizer, sua tramitação naquela Casa ocorreu sem nenhuma intercorrência que mereça aqui menção.

Na justificação do PL, observa-se que o testamento particular de emergência consiste em inovação do Código Civil (CC) de 2002 e faz-se referência à obra do eminente jurista Caio Mário da Silva Pereira, a fim de exemplificar as tais “circunstâncias excepcionais” que poderiam justificar sua confecção, como “aquela em que se encontra alguém acometido de moléstia contagiosa e impeditiva de seu contato com terceiros, ou que se encontrasse em local isolado por inundação ou outra intempérie, ou ainda se vítima de sequestro ou cárcere privado, quando não poderia chamar os próprios algozes para participar do ato como testemunhas”. Assinala-se igualmente “uma série de circunstâncias em que sua utilidade [teria sido] factível no cenário de pandemia de Covid-19”.

Em seguida, mencionam-se as discussões doutrinárias havidas sobre esse relativamente novo instituto, indicando “a conveniência de se estabelecer um prazo decadencial para a validade dessa modalidade testamentária, de modo que, passada a situa  o causadora da excepcionalidade, haveria a necessidade de se confirmar o testamento pelas vias ordinárias”. O objetivo da fixa  o desse prazo seria impedir que essa via se convertesse “em alternativa tendente a burlar as formalidades legais



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8243338923>





para a elaboração de testamento, que foram pensadas para resguardar a vontade real do declarante”.

Alude-se, por sinal, ao Enunciado 611, da VII Jornada de Direito Civil, promovida pelo Conselho da Justiça Federal, segundo o qual *o testamento hológrafo simplificado, previsto no art. 1.879 do Código Civil, perderá sua eficácia se, nos 90 dias subsequentes ao fim das circunstâncias excepcionais que autorizaram a sua confecção, o disponente, podendo fazê-lo, não testar por uma das formas testamentárias ordinárias.*

Aduzidos tais argumentos, a proponente explica ter decidido encampar, de maneira textual, a proposta de texto normativo apresentada pela jurista Laura Souza Lima e Brito, em artigo intitulado *Testamento de emergência: necessidade de alteração do artigo 1.879 na reforma do CC* e publicado, em novembro de 2023, na revista eletrônica Consultor Jurídico (mais conhecida como Conjur). Consoante sugere o título, tratava-se de sugestão de dispositivo a ser apresentada à Comissão de Juristas formalmente instituída, em agosto de 2023, no Senado Federal, com o desiderato de proceder a uma revisão geral e atualização do *Codex* civilista (CJCODCIVIL).

Em 26 de agosto de 2025, por meio do Ofício nº 459/2025/PS-GSE, o Projeto foi remetido, pelo Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, ao Senado Federal, onde foi publicado e iniciou tramitação apenas dois dias depois. Nesta Casa, foi distribuído exclusivamente a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde agora nos cabe a correspondente relatoria.

## II – ANÁLISE

Quanto aos requisitos formais e materiais de **constitucionalidade**, nada há a opor ao PL nº 196, de 2024, tendo em vista que: *i)* compete privativamente à União legislar sobre direito civil, a teor do disposto no art. 22, *caput*, inciso I, da Constituição Federal (CF); *ii)* cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União (CF, art. 48, *caput* e inciso XIII); *iii)* os termos da proposição não importam em violação de cláusula pétrea; e *iv)* não há vício de iniciativa, nos termos do art. 61 da Carta Magna. Ademais, a tramitação do Projeto está em particular consonância com o preceito constante do art. 65 da Carta Magna, ora atuando o Senado Federal como Casa revisora.



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8243338923>



No que concerne à **juridicidade**, o Projeto afigura-se escoreito, pois: *i)* o *meio* eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; *ii)* possui o atributo da *generalidade*; *iii)* é consentâneo com os *princípios gerais do Direito*; *iv)* afigura-se dotado de potencial *coercitividade*; e *v)* a matéria nele vertida *inova* o ordenamento jurídico.

A respeito da **regimentalidade**, observe-se que, conforme disposto no art. 101, *caput*, incisos I e II, alínea “d”, do Regimento Interno do Senado Federal, realmente compete à CCJ opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por despacho da Presidência, assim como emitir parecer, quanto ao mérito, sobre as matérias de competência da União, dentre as quais aqui cumpre destacar as que versem sobre direito civil.

Quanto a seu **mérito**, o PL nº 196, de 2024, é digno de aplauso, pois demonstra sensibilidade prática ao buscar preservar a função excepcional do testamento de emergência – qual seja a de permitir disposições momentâneas em situações extremas –, ao mesmo tempo em que visa a evitar a perpetuação indefinida de atos testamentários provisórios, oferecendo previsibilidade jurídica a herdeiros, credores e aos próprios órgãos registradores.

Além disso, a solução proposta equilibra dois valores essenciais: a proteção da vontade do testador e a segurança jurídica coletiva. Ao estabelecer prazo razoável para a confirmação daquela disposição de vontade expressa em circunstância excepcional, o projeto, se aprovado, tende a reduzir riscos de fraudes e litígios posteriores, incentivar a regularização tempestiva do testamento pela via ordinária, quando possível, e reafirmar o caráter excepcional do testamento emergencial. Consistirá, assim, em incremento normativo tendente a conciliar flexibilidade em situações de urgência com a necessária certeza das relações patrimoniais, atendendo tanto ao interesse privado quanto ao interesse público.

A única crítica que cremos indispensável ao mérito do projeto diz respeito à pretendida exclusão da expressão “a critério do juiz”, a qual consta do texto vigente do art. 1.879 do Código Civil (CC). A jurista Laura Lima e Brito, em cujo artigo se inspirou a proponente, justifica essa supressão, afirmando que, atualmente, o texto normativo faz parecer que esse testamento, mesmo atendendo a suas especificidades, poderá, ao bel-prazer do juiz, não ser realizado. Ela defende, assim, a supressão, para evitar arbitrariedades, até porque seria evidente caber ao magistrado a verificação do cumprimento dos preceitos legais para a efetivação do testamento de



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8243338923>



emergência, entre os quais figuram as tais circunstâncias excepcionais que o justifiquem. Ademais, ela acreditava, já então, que a Comissão CJCODCIVIL proporia que esse procedimento não mais fosse necessariamente judicial – o que de fato aconteceu.

Entendemos que a eliminação, no dispositivo sob exame, da figura do juiz até faria sentido se feita num contexto maior, como aquele instaurado pelo Projeto de Lei nº 4, de 2025, que é justamente a proposição derivada do anteprojeto confeccionado pela CJCODCIVIL. No entanto, se dirigida exclusivamente ao art. 1.879 do CC, como no caso deste PL nº 196, de 2024, a supressão se tornaria incongruente com a lógica sistêmica remanescente da Lei, inclusive, por sinal, com a redação do dispositivo imediatamente antecedente à do alvo do Projeto.

O Código preceitua que, na hipótese do testamento particular ordinário (art. 1.876), depois de morto o testador, e havendo sido publicado o testamento em juízo, ainda que testemunhas nele assinaladas tenham se tornado indisponíveis, por morte ou ausência, caso pelo menos uma delas o reconheça, “o testamento poderá ser confirmado, se, a critério do juiz, houver prova suficiente de sua veracidade” (art. 1.878, parágrafo único).

Se subsiste a necessidade de apreciação do juiz mesmo quando houver uma ou até duas testemunhas restantes (em vez das três prescritas, no art. 1.876, § 1º, para o perfazimento do testamento particular ordinário), e mesmo que alguma delas reconheça a própria assinatura lançada no testamento, bem como a do testador, então, ora!, com muito mais motivo (ou *a fortiori*, no jargão jurídico) deverá haver essa verificação pelo magistrado, caso não tenha havido testemunha alguma no momento de elaboração do documento.

A **técnica legislativa** empregada na proposição merece algumas ressalvas, a começar por certa carência de precisão na redação cogitada para o *caput* do art. 1.879 do CC, em contradição com o art. 11, inciso II, alínea ‘a’, da Lei Complementar (LCP) nº 95, de 1998. Realmente, do modo como redigido, o dispositivo conduz à interpretação de que a ausência de testemunhas é uma das condições para a realização do testamento de emergência, em conjunto com a escrita de próprio punho e a assinatura do testador, quando, em verdade, tal ausência consiste na própria contingência que torna imprescindível a opção por essa modalidade de testamento.

Também a precisão é minada no parágrafo único cogitado, pelo Projeto, para o art. 1.879 do CC, mas desta feita por uma falta perpetrada,



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8243338923>



por razão oposta (ou *a contrario sensu*, no jargão jurídico), contra a alínea ‘b’ do inciso II do art. 11 da LCP nº 95, de 1998, pois o que se constata, aqui, é o emprego de uma mesma palavra para referir-se a fenômenos distintos entre si, o que sabota a devida interpretação do texto.

Com efeito, a expressão “confirmação do testamento” à qual passará a se referir o novel dispositivo (parágrafo único do art. 1.879, bem entendido) figurará como sendo uma espécie exótica desse gênero de confirmação, em toda a sistemática prescrita, no Livro das Sucessões, para a elaboração e ratificação de testamentos, porquanto traduzirá um ato de iniciativa do próprio testador, e anteriormente a seu falecimento.

Isso destoa da forma de corroboração adotada para os demais tipos de testamento elaborados em situações de premência, quais sejam os testamentos especiais, cuja possibilidade de caducidade, aliás, é fonte de inspiração para a modificação ora aventada pelo PL nº 196, de 2024, para o testamento particular (CC, arts. 1.891 e 1.895). Por isso, cremos que, também na hipótese do testamento particular de emergência, deve-se explicitar que o ato que o corrobora há de ser a feitura de um novo testamento, em uma de suas formas ordinárias.

### III – VOTO

Em vista do exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela **aprovação** do PL nº 196, de 2024, com a seguinte emenda de redação:

#### EMENDA Nº 1 – CCJ (DE REDAÇÃO)

Dê-se a seguinte redação ao art. 1.879 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), na forma do art. 2º do Projeto de Lei nº 196, de 2024:

“**Art. 1.879.** Em circunstâncias excepcionais, a serem declaradas na cédula, é admissível o testamento particular de emergência, cuja elaboração dispensa testemunhas e que será confirmado pelo juiz, contanto que verificadas tais circunstâncias e que o testamento tenha sido escrito de próprio punho e assinado pelo testador.

*Parágrafo único.* Caducará o testamento de emergência, se o testador não morrer sob as circunstâncias excepcionais que



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8243338923>



8

7

justificaram sua elaboração, nem testar na forma ordinária dentro de noventa dias, contados do fim das referidas circunstâncias.” (NR)

SF/25264.18888-80

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8243338923>





Senado Federal



Relatório de Registro de Presença

43ª, Extraordinária

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

| Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) |          |                              |          |
|--|----------|------------------------------|----------|
| TITULARES  |          | SUPLENTE                     |          |
| EDUARDO BRAGA  | PRESENTE | 1. ALESSANDRO VIEIRA         | PRESENTE |
| RENAN CALHEIROS  |          | 2. PROFESSORA DORINHA SEABRA | PRESENTE |
| JADER BARBALHO   |          | 3. MARCELO CASTRO            | PRESENTE |
| VENEZIANO VITAL DO RÊGO                                  | PRESENTE | 4. JAYME CAMPOS              | PRESENTE |
| SERGIO MORO  | PRESENTE | 5. GIORDANO                  |          |
| ALAN RICK  | PRESENTE | 6. ZEQUINHA MARINHO          | PRESENTE |
| SORAYA THRONICKE   |          | 7. PLÍNIO VALÉRIO            | PRESENTE |
| ORIOVISTO GUIMARÃES                                      |          | 8. FERNANDO FARIAS           |          |
| MARCIO BITTAR  | PRESENTE | 9. EFRAIM FILHO              | PRESENTE |

| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) |          |                   |          |
|---|----------|-------------------|----------|
| TITULARES   |          | SUPLENTE          |          |
| OTTO ALENCAR  | PRESENTE | 1. ANGELO CORONEL | PRESENTE |
| OMAR AZIZ   | PRESENTE | 2. ZENAIDE MAIA   | PRESENTE |
| ELIZIANE GAMA   | PRESENTE | 3. IRAJÁ          |          |
| VANDERLAN CARDOSO                                       | PRESENTE | 4. SÉRGIO PETECÃO | PRESENTE |
| RODRIGO PACHECO   |          | 5. MARA GABRILLI  | PRESENTE |
| CID GOMES   |          | 6. JORGE KAJURU   | PRESENTE |

| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) |          |                     |          |
|--|----------|---------------------|----------|
| TITULARES                              |          | SUPLENTE            |          |
| CARLOS PORTINHO                        |          | 1. JORGE SEIF       | PRESENTE |
| EDUARDO GIRÃO                          | PRESENTE | 2. IZALCI LUCAS     | PRESENTE |
| MAGNO MALTA                            |          | 3. EDUARDO GOMES    | PRESENTE |
| MARCOS ROGÉRIO                         |          | 4. FLÁVIO BOLSONARO |          |
| ROGERIO MARINHO                        | PRESENTE | 5. JAIME BAGATTOLI  | PRESENTE |

| Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) |          |                       |          |
|---|----------|-----------------------|----------|
| TITULARES                               |          | SUPLENTE              |          |
| ROGÉRIO CARVALHO                        | PRESENTE | 1. RANDOLFE RODRIGUES |          |
| FABIANO CONTARATO                       | PRESENTE | 2. JAQUES WAGNER      | PRESENTE |
| AUGUSTA BRITO                           | PRESENTE | 3. HUMBERTO COSTA     | PRESENTE |
| WEVERTON                                |          | 4. ANA PAULA LOBATO   | PRESENTE |

| Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) |          |                     |          |
|--|----------|---------------------|----------|
| TITULARES                                    |          | SUPLENTE            |          |
| CIRO NOGUEIRA                                |          | 1. LAÉRCIO OLIVEIRA | PRESENTE |
| ESPERIDIÃO AMIN                              | PRESENTE | 2. DR. HIRAN        |          |
| MECIAS DE JESUS                              | PRESENTE | 3. HAMILTON MOURÃO  | PRESENTE |

Não Membros Presentes



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8243338923>





10

Senado Federal

**Relatório de Registro de Presença****Não Membros Presentes**

NELSINHO TRAD

PAULO PAIM



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8243338923>Página 2 de 2  
03/12/2025 11:01:22

## DECISÃO DA COMISSÃO

(PL 196/2024)

NA 43ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DA SENADORA ELIZIANE GAMA, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CCJ, FAVORÁVEL AO PROJETO, COM A EMENDA Nº 1-CCJ, DE REDAÇÃO.

03 de dezembro de 2025

Senador Otto Alencar

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8243338923>





**PROJETO DE LEI Nº 196, DE 2024**

*Altera o art. 1.879 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre o testamento emergencial.*

Concluída a instrução da matéria, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno.

**Prazo: de 4/12/2025 a 10/12/2025.**





## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 78, DE 2025

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei nº 3002, de 2024, da Senadora Janaína Farias, que Dispõe sobre a Política Brasileira da Alimentação Escolar, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação; institui o Programa Nacional de Alimentação Escolar; altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga os arts. 1º a 21 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009; e dá outras providências.

**PRESIDENTE:** Senador Otto Alencar

**RELATOR:** Senadora Augusta Brito

03 de dezembro de 2025



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6163618582>





SENADO FEDERAL  
Gabinete da Senadora Augusta Brito

SF/25375.04125-42

## PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei nº 3.002, de 2024, da Senadora Janaína Farias, que *dispõe sobre a Política Brasileira da Alimentação Escolar, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação; institui o Programa Nacional de Alimentação Escolar; altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga os arts. 1º a 21 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009; e dá outras providências.*

Relatora: Senadora **AUGUSTA BRITO**

### I – RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei nº 3.002, de 2024, da Senadora Janaína Farias, que *dispõe sobre a Política Brasileira da Alimentação Escolar, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação; institui o Programa Nacional de Alimentação Escolar; altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga os arts. 1º a 21 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009; e dá outras providências.*

O art. 1º estabelece a Política Brasileira da Alimentação Escolar (PBAE), seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e institui o Conselho Nacional de Alimentação Escolar e dispõe que as normas gerais estabelecidas na futura Lei deverão ser observadas no âmbito da competência suplementar dos Estados, do Distrito Federal (DF) e dos Municípios.

O art. 2º prevê que a PBAE tem por objetivo a institucionalização da alimentação como política de Estado, fundamental para o desenvolvimento das atividades de educação e para a melhoria do aprendizado dos estudantes, estruturada a partir de ações da União, dos Estados, do DF e dos Municípios,





SENADO FEDERAL  
Gabinete da Senadora Augusta Brito

3  
2

SF/25375.04125-42

em regime de mútua colaboração e atendidos os princípios e diretrizes elencados.

O art. 3º define, para os fins da futura Lei, os conceitos de alimentação escolar e de gênero alimentício básico. O art. 4º reza que a alimentação escolar é direito dos estudantes da rede pública de educação básica e dever da União, dos Estados, do DF e dos Municípios, e será promovida e incentivada com vistas ao atendimento dos princípios e diretrizes estabelecidos na futura Lei.

O art. 5º elenca os objetivos da PBAE. O art. 6º prevê a estruturação dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs), quais sejam, o Conselho Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) e os Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais de Alimentação Escolar, órgãos colegiados de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, e detalha a composição desses colegiados. O art. 7º define as competências desses Conselhos.

O art. 8º expressa que o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos estudantes, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo. Os arts. 9º a 14 tratam das regras que regem o repasse e a utilização dos recursos orçamentários para a execução do PNAE.

O art. 15 prevê a competência do Ministério da Educação, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para exercer a coordenação da PBAE e do PNAE, além das demais atribuições elencadas no dispositivo, dentre as quais estabelecer as normas gerais de planejamento, execução, controle, monitoramento e avaliação da PBAE e do PNAE. O art. 16 define as atribuições dos Estados, do DF e dos Municípios, no âmbito de suas respectivas jurisdições administrativas.

Os arts. 17 a 19 detalham os mecanismos de transparência e controle da PBAE, dentre eles: a utilização de sistema informatizado, de caráter nacional, de monitoramento integrado, ininterrupto e especial, o qual contemplará os dados relacionados à consecução do PNAE; a possibilidade de





SENADO FEDERAL  
Gabinete da Senadora Augusta Brito

denúncia, por qualquer pessoa física ou jurídica, de irregularidades na aplicação dos recursos para a execução do PNAE ao Tribunal de Contas da União (TCU), aos órgãos de controle interno do Poder Executivo da União, ao Ministério Público e ao Conselho de Alimentação Escolar. Já os arts. 20 e 21 dispõem sobre a responsabilidade técnica do nutricionista responsável pela adequada alimentação escolar.

Os arts. 22 e 23 cuidam da aquisição de gêneros alimentícios no âmbito do PNAE, com observância ao cardápio planejado pelo nutricionista e previsão de incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações.

Os arts. 24 e 25 tratam da educação alimentar e nutricional, dispondo caber ao Ministério da Educação propor ações educativas e curriculares que abordem o tema da alimentação, da nutrição e do desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional e autorizando a União a conceder estímulos financeiros a Estados e Municípios que implementem boas práticas do desenvolvimento da educação alimentar e nutricional em seus currículos.

O art. 26 altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir a previsão de que as despesas destinadas à manutenção de programas de alimentação escolar serão consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino.

O art. 27 revoga os arts. 1º a 21 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que tratam hoje sobre o PNAE e os Conselhos de Alimentação Escolar. De maneira geral, as regras dispostas nesses dispositivos estão sendo incorporadas pelo presente projeto de lei.

Por fim, o art. 28 veicula a cláusula de vigência, prevendo a entrada em vigor da futura Lei a partir da data de sua publicação.

A autora justifica que o PNAE é uma das mais exitosas políticas públicas implementadas no Brasil, frisando que, por meio desse programa, a União transfere às redes de ensino públicas, bem como a instituições filantrópicas, recursos financeiros com vistas à aquisição de gêneros alimentícios para fornecimento de refeições aos alunos da educação básica. Lembra ainda que o programa cumpre a importante função de incentivar a





SENADO FEDERAL  
Gabinete da Senadora Augusta Brito

5  
4

SF/25375.04125-42

agricultura familiar, por meio da aquisição de gêneros alimentícios diretamente do empreendedor familiar rural ou de suas organizações.

Por isso, ela defende que agora é necessário realizar o aprimoramento dessa importante política pública, com a criação de uma Política Brasileira de Alimentação Escolar, com ampliação do *status* legal do tema e edição de uma legislação que permita o Poder Público dar novos saltos de qualidade no oferecimento de alimentação saudável em nossas escolas.

A matéria foi distribuída inicialmente a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), irá, na sequência, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e, por fim, à Comissão de Educação e Cultura (CE), nesta em caráter terminativo.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental inicial. Do mesmo modo, até o momento, não foram apresentadas emendas perante esta Comissão.

## II – ANÁLISE

Nos termos do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CCJ opinar sobre a constitucionalidade, a juridicidade e a regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas e, quanto ao mérito, opinar sobre as matérias de competência da União que não sejam da competência das demais Comissões desta Casa.

A matéria observa a **constitucionalidade**. Compete privativamente à União legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional (art. 22, inciso XXIV, da Constituição Federal – CF), bem como legislar para estabelecer normas gerais aplicáveis a todos os entes federativos sobre educação e ensino, proteção e defesa da saúde e proteção à infância e à juventude (art. 24, incisos IX, XII, XV e § 1º, CF).

Note-se ainda que a matéria não se insere na competência privativa de outro Poder, notadamente do Poder Executivo (art. 61, § 1º, CF), tratando-se, na verdade, de criação de política pública, tema cuja iniciativa pode ser de qualquer membro do Congresso Nacional, no âmbito da iniciativa legislativa geral prevista no art. 61, *caput*, da Carta Magna.





SENADO FEDERAL  
Gabinete da Senadora Augusta Brito

SF/25375.04125-42

Dúvida pode surgir, contudo, quanto ao fato de o projeto, que é de autoria parlamentar, estabelecer certas competências ao Ministério da Educação, órgão do Poder Executivo, e ao FNDE, autarquia vinculada ao Poder Executivo. Desse modo, é salutar, para evitar arguições futuras de inconstitucionalidade por vício de iniciativa, consignar no texto, de forma mais geral, que essas competências serão exercidas pela União, diretamente ou por meio de entidade federal que tenha como atribuição captar e canalizar recursos financeiros para o financiamento de programas de alimentação escolar.

Por outro lado, o projeto atende à **juridicidade** e à **regimentalidade**. Não há ofensa aos princípios jurídicos ou à organicidade do sistema jurídico, nem desrespeito aos comandos regimentais do Senado Federal.

Além disso, ressalvados pequenos ajustes detalhados adiante, a **técnica legislativa** está atendida, com observância aos preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Quanto ao **mérito**, temos que o projeto cuida, em resumo, dos seguintes temas: Política Brasileira da Alimentação Escolar (PBAE); Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Conselhos de Alimentação Escolar; repasse de recursos orçamentários da União, para a execução do PNAE, aos Estados, ao DF, aos Municípios e às escolas federais; competência dos entes estatais para a execução da PBAE e do PNAE; incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural; e educação alimentar e nutricional.

Note-se que o exame de mérito de tais temas compete ou à CE ou à CRA, nos termos, respectivamente, do art. 102 e do art. 104-B, ambos do Regimento Interno desta Casa. Assim, em respeito ao art. 101, inciso II, também do nosso Regimento Interno, que ressalva do âmbito desta Comissão a opinião sobre o mérito de matérias da competência temática de outras Comissões, deixaremos para as Comissões seguintes a análise mais aprofundada de mérito da presente proposição.

Não obstante, entendemos pertinente realizar, neste momento, alguns ajustes de forma e técnica legislativa que visam melhor sistematizar a organização legal da matéria.





SENADO FEDERAL  
Gabinete da Senadora Augusta Brito

7  
6

SF/25375.04125-42

O art. 27 do projeto revoga os arts. 1º a 21 da Lei nº 11.947, de 2009, que tratam hoje da matéria objeto do presente projeto de lei, o qual, por sua vez, incorpora, de maneira geral, as disposições que declara revogar naquela Lei. Todavia, entendemos ser mais adequado manter em vigor os mencionados dispositivos da citada Lei, que já dispõem sobre o atendimento da alimentação escolar, em vez de incluir aquelas regras na proposição ora em análise. Com isso, a fim de evitar duplicidades, será preciso suprimir deste projeto, além da mencionada cláusula de revogação, os dispositivos que sejam equivalentes aos artigos daquela Lei que não serão mais revogados.

Por fim, para dar maior sistematicidade, optamos por consolidar as alterações mencionadas neste parecer no substitutivo que ora apresentamos.

### III – VOTO

Ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.002, de 2024, e, no mérito, pela sua aprovação, na forma do substitutivo a seguir.

#### EMENDA Nº 1 – CCJ (SUBSTITUTIVO)

#### PROJETO DE LEI Nº 3.002, DE 2024

Dispõe sobre a Política Brasileira da Alimentação Escolar e os Conselhos de Alimentação Escolar e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta Lei estabelece, com base no § 1º e no inciso IX do art. 24 da Constituição Federal, normas gerais sobre a Política Brasileira da Alimentação Escolar (PBAE) e os Conselhos de Alimentação Escolar.

**Art. 2º** São objetivos da PBAE:

I – fortalecer a atuação da União no estabelecimento de normas gerais em matéria de alimentação escolar e no desenvolvimento das

Praça dos Três Poderes | Senado Federal | Anexo I, Ala Teotônio Vilela, gabinete nº 14 | 70.165-900 – Brasília – DF  
Tel.: (61) 3303-5940 | sen.augustabrito@senador.leg.br



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6163618582>







SENADO FEDERAL  
Gabinete da Senadora Augusta Brito

SF/25375.04125-42

atividades de implementação e oferta da alimentação escolar, respeitados os princípios e diretrizes dispostos no art. 2º da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009;

II – consolidar a alimentação escolar como direito fundamental dos estudantes, dever do Estado e atividade essencial para que a educação seja promovida nas redes públicas de educação básica, sendo elemento integrante das atividades relacionadas à manutenção e ao desenvolvimento das atividades de ensino;

III – fixar parâmetros mínimos de qualidade, composição nutricional e valor *per capita* da alimentação escolar a ser fornecida aos estudantes, levando em conta as peculiaridades regionais e locais, a atividade educacional desenvolvida, a faixa etária e o estado de saúde dos estudantes, dentre outros critérios que possam contribuir para uma efetiva e justa fixação do montante a ser investido pelos entes federativos;

IV – estabelecer a forma de repartição entre os entes federativos dos deveres quanto ao financiamento da alimentação escolar gratuita, universal e de qualidade aos estudantes;

V – organizar a forma de participação social no acompanhamento da PBAE;

VI – regular a forma de atuação do Conselho Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) e dos conselhos estaduais, distrital e municipais de alimentação escolar;

VII – fortalecer o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como centro de fomento da PBAE, a partir do orçamento da União, corroborado pelos aportes para a alimentação escolar dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios nos respectivos orçamentos;

VIII – assegurar o acompanhamento e o controle dos programas de alimentação escolar por meio de sistema informatizado de caráter nacional e plenamente acessível e transparente à sociedade;

IX – reconhecer a alimentação escolar como uma política pública intersetorial e educacional, resultante da cooperação federativa e materializada por meio da aquisição de gêneros alimentícios, contratação de profissionais habilitados, oferta de infraestrutura adequada e implementação de ações contínuas e permanentes de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) nas escolas;





SENADO FEDERAL  
Gabinete da Senadora Augusta Brito

9  
8

SF/25375.04125-42

X – estruturar a PBAE como modelo de cooperação federativa na promoção da alimentação escolar, essencial ao desenvolvimento da educação e apta à colaboração internacional.

**Art. 3º** A fiscalização e o controle da PBAE serão exercidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e pelo CNAE e, em seus respectivos âmbitos, pelos conselhos estaduais, distrital e municipais de alimentação escolar, órgãos colegiados permanentes com funções de fiscalização, deliberação e assessoramento.

§ 1º O CNAE terá a seguinte composição:

I – 4 (quatro) representantes indicados pela União;

II – 5 (cinco) representantes indicados pelos conselhos estaduais e distrital de alimentação escolar, sendo um de cada região do país, em regime de alternância entre os entes federativos;

III – 5 (cinco) representantes indicados pelos conselhos municipais de alimentação escolar, sendo um de cada região do país, em regime de alternância entre os entes federativos;

IV – 5 (cinco) representantes indicados por entidades civis organizadas com atividades relacionadas à alimentação escolar.

§ 2º Cada membro titular do CNAE terá 1 (um) suplente do respectivo segmento.

§ 3º Os membros do CNAE terão mandato de 2 (dois) anos, admitida a recondução.

§ 4º As competências e a forma de funcionamento do CNAE serão detalhadas em ato normativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

**Art. 4º** A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios utilizarão sistema informatizado de caráter nacional, de monitoramento integrado, ininterrupto e especial, conforme regulamento, o qual contemplará os dados relacionados à consecução do PNAE, observará os objetivos da PBAE e permitirá o monitoramento e a fiscalização pelos órgãos de controle e por toda a sociedade, compartilhando, em especial:

I – os valores aportados de cada ente federativo para o desenvolvimento das atividades relacionadas ao PNAE e as respectivas fontes de recursos;





SENADO FEDERAL  
Gabinete da Senadora Augusta Brito

II – a previsão dos valores a serem despendidos por toda a rede de ensino e a participação de cada ente federativo no financiamento;

III – os valores efetivamente gastos para a execução da alimentação escolar, com o detalhamento de cada item componente, e a indicação do cardápio fornecido, dos demais insumos utilizados, tanto na oferta de alimentos como nas ações de EAN, e dos profissionais envolvidos para a implementação da alimentação escolar;

IV – os documentos comprobatórios da execução das despesas afetas ao PNAE;

V – as informações sobre a inserção de atividades de EAN nos projetos pedagógicos;

VI – as informações sobre a realização de testes de aceitabilidade das preparações;

VII – as informações sobre a realização de cálculo de índice de adesão;

VIII – as informações referentes a adequação dos cardápios das escolas indígenas ou quilombolas, onde houver, à cultura alimentar dos povos e comunidades tradicionais;

IX – outros documentos elencados em regulamento.

§ 1º O sistema informatizado será desenvolvido pela União e terá sua obrigatoriedade definida no prazo e na forma previstos em regulamento.

§ 2º As autoridades responsáveis pela execução dos valores relacionados à PBAE e ao PNAE utilizarão o sistema informatizado de que trata este artigo, o qual substituirá qualquer outro procedimento de prestação de contas formal eventualmente exigido pelos órgãos de controle.

**Art. 5º** A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 2º** .....

.....

V - o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais, como as indígenas e de remanescentes de quilombos;





SENADO FEDERAL  
Gabinete da Senadora Augusta Brito

VI - o direito à alimentação escolar, visando a garantir a segurança alimentar e nutricional dos alunos, mediante acesso igualitário a alimentos que respeitem as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos com necessidades de atenção específica, assim como daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social;

VII – a promoção, a proteção e o apoio ao aleitamento materno no ambiente escolar, especialmente nas instituições de educação infantil, garantindo-se espaços favoráveis e acolhedores, assim como estratégias que incentivem a amamentação, orientem as famílias sobre a retirada e o armazenamento do leite materno, assegurem sua oferta segura pelos profissionais das creches às crianças no ambiente escolar e fomentem a implantação de salas de apoio à amamentação;

VIII – a promoção da Política Brasileira da Alimentação Escolar (PBAE) para outros países, mediante a celebração de acordos internacionais ou a estruturação de redes de apoio mútuo que fortaleçam a alimentação escolar como política estrutural para o desenvolvimento da educação.

§ 1º As diretrizes estabelecidas nesta Lei aplicam-se à alimentação escolar fornecida nas escolas, bem como àquela ofertada ou posta à venda em estabelecimentos públicos e privados de ensino.

§ 2º A responsabilidade técnica pela alimentação escolar nas escolas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios caberá ao nutricionista responsável, que deverá respeitar as diretrizes e os objetivos da PBAE, desta Lei e da legislação complementar.” (NR)

“Art. 5º .....

§ 4º O montante dos recursos financeiros de que trata o § 1º será calculado com base no número de estudantes regularmente matriculados na educação básica pública de cada ente federativo, conforme os dados oficiais de matrícula do censo escolar, e será mensurado com base em indicadores voltados à redução de desigualdades e em critérios que possam contribuir para uma efetiva e justa fixação do montante a ser investido pelos entes federativos.

§ 5º Para os fins deste artigo, serão considerados como parte das redes estaduais, distrital e municipais os alunos matriculados em:

§ 6º O FNDE expedirá normas relativas à metodologia, aos indicadores e aos fatores de ponderação de que trata o § 4º e as demais orientações e instruções necessárias à execução do PNAE, devendo





SENADO FEDERAL  
Gabinete da Senadora Augusta Brito

SF/25375.04125-42

estas normas estarem implementadas em até 1 (um) ano após a publicação desta Lei.

§ 7º A diretriz de universalidade do atendimento a que se refere o inciso III do art. 2º será assegurada, pelo menos, com o mesmo volume de recursos a que as redes de ensino tenham feito jus no exercício anterior ao da implementação, bem como, no mínimo, os mesmos valores *per capita*.

§ 8º Os valores *per capita* serão reajustados anualmente, no mês de janeiro, com base na variação percentual do grupo de despesa “Alimentos e Bebidas” e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou de outro grupo ou índice que os vierem a substituir, devendo o percentual de reajuste ser igual ou superior à referida variação, sujeito à disponibilidade orçamentária e financeira.” (NR)

“**Art. 16-A.** Compete ainda à União, por meio do FNDE:

I – coordenar a PBAE;

II – estabelecer as normas gerais de planejamento, execução, controle, monitoramento e avaliação da PBAE;

III – prestar orientações técnicas gerais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o bom desempenho da PBAE;

IV – repassar recursos financeiros às escolas federais para o bom desempenho da PBAE e do PNAE;

V – fiscalizar as escolas federais que participam da PBAE e do PNAE.

**Art. 6º** Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios assegurar os respectivos recursos orçamentários para a implementação das ações da PBAE e do PNAE.

**Art. 7º** Nos dez primeiros anos posteriores à entrada em vigor desta Lei, a União poderá conceder estímulo financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para a implementação de boas práticas de desenvolvimento da educação alimentar e nutricional nos currículos escolares.

**Art. 8º** A regulamentação desta Lei poderá ser feita por ato normativo do FNDE, aprovado pelo seu Conselho Deliberativo.

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



13  
12

SF/25375.04125-42



SENADO FEDERAL  
Gabinete da Senadora Augusta Brito

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

Praça dos Três Poderes | Senado Federal | Anexo I, Ala Teotônio Vilela, gabinete nº 14 | 70.165-900 – Brasília – DF  
Tel.: (61) 3303-5940 | sen.augustabrito@senador.leg.br



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6163618582>



Relatório de Registro de Presença

43ª, Extraordinária

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

| Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) |          |                              |          |
|--|----------|------------------------------|----------|
| TITULARES  |          | SUPLENTEs                    |          |
| EDUARDO BRAGA  | PRESENTE | 1. ALESSANDRO VIEIRA         | PRESENTE |
| RENAN CALHEIROS  |          | 2. PROFESSORA DORINHA SEABRA | PRESENTE |
| JADER BARBALHO   |          | 3. MARCELO CASTRO            | PRESENTE |
| VENEZIANO VITAL DO RÊGO                                  | PRESENTE | 4. JAYME CAMPOS              | PRESENTE |
| SERGIO MORO  | PRESENTE | 5. GIORDANO                  |          |
| ALAN RICK  | PRESENTE | 6. ZEQUINHA MARINHO          | PRESENTE |
| SORAYA THRONICKE   |          | 7. PLÍNIO VALÉRIO            | PRESENTE |
| ORIOVISTO GUIMARÃES                                      |          | 8. FERNANDO FARIAS           |          |
| MARCIO BITTAR  | PRESENTE | 9. EFRAIM FILHO              | PRESENTE |


| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) |          |                   |          |
|---|----------|-------------------|----------|
| TITULARES   |          | SUPLENTEs         |          |
| OTTO ALENCAR  | PRESENTE | 1. ANGELO CORONEL | PRESENTE |
| OMAR AZIZ   | PRESENTE | 2. ZENAIDE MAIA   | PRESENTE |
| ELIZIANE GAMA   | PRESENTE | 3. IRAJÁ          |          |
| VANDERLAN CARDOSO                                       | PRESENTE | 4. SÉRGIO PETECÃO | PRESENTE |
| RODRIGO PACHECO   |          | 5. MARA GABRILLI  | PRESENTE |
| CID GOMES   |          | 6. JORGE KAJURU   | PRESENTE |

| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) |          |                     |          |
|--|----------|---------------------|----------|
| TITULARES                              |          | SUPLENTEs           |          |
| CARLOS PORTINHO                        |          | 1. JORGE SEIF       | PRESENTE |
| EDUARDO GIRÃO                          | PRESENTE | 2. IZALCI LUCAS     | PRESENTE |
| MAGNO MALTA                            |          | 3. EDUARDO GOMES    | PRESENTE |
| MARCOS ROGÉRIO                         |          | 4. FLÁVIO BOLSONARO |          |
| ROGERIO MARINHO                        | PRESENTE | 5. JAIME BAGATTOLI  | PRESENTE |

| Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) |          |                       |          |
|---|----------|-----------------------|----------|
| TITULARES                               |          | SUPLENTEs             |          |
| ROGÉRIO CARVALHO                        | PRESENTE | 1. RANDOLFE RODRIGUES |          |
| FABIANO CONTARATO                       | PRESENTE | 2. JAQUES WAGNER      | PRESENTE |
| AUGUSTA BRITO                           | PRESENTE | 3. HUMBERTO COSTA     | PRESENTE |
| WEVERTON                                |          | 4. ANA PAULA LOBATO   | PRESENTE |

| Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) |          |                     |          |
|--|----------|---------------------|----------|
| TITULARES                                    |          | SUPLENTEs           |          |
| CIRO NOGUEIRA                                |          | 1. LAÉRCIO OLIVEIRA | PRESENTE |
| ESPERIDIÃO AMIN                              | PRESENTE | 2. DR. HIRAN        |          |
| MECIAS DE JESUS                              | PRESENTE | 3. HAMILTON MOURÃO  | PRESENTE |

Não Membros Presentes



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6163618582>



Senado Federal

15

**Relatório de Registro de Presença****Não Membros Presentes**

NELSINHO TRAD

PAULO PAIM



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6163618582>Página 2 de 2  
03/12/2025 11:01:22



**DECISÃO DA COMISSÃO****(PL 3002/2024)**

NA 43ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DA SENADORA AUGUSTA BRITO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CCJ, FAVORÁVEL AO PROJETO, NOS TERMOS DA EMENDA Nº 1-CCJ (SUBSTITUTIVO).

03 de dezembro de 2025

Senador Otto Alencar

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6163618582>





## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 79, DE 2025

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei nº 2759, de 2024, do Senador Vanderlan Cardoso, que Dispõe sobre a utilização dos recursos das emendas parlamentares individuais do tipo transferências especiais, previstas no art. 166-A da Constituição Federal, e dá outras providências.

**PRESIDENTE:** Senador Otto Alencar

**RELATOR:** Senador Alessandro Vieira

03 de dezembro de 2025



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7798861508>





**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador ALESSANDRO VIEIRA

## **PARECER Nº , DE 2025**

Da COMISSÃO CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei nº 2759, de 2024, do Senador Vanderlan Cardoso, que dispõe sobre a utilização dos recursos das emendas parlamentares individuais do tipo transferências especiais, previstas no art. 166-A da Constituição Federal, e dá outras providências.

Relator: Senador **ALESSANDRO VIEIRA**

### **I – RELATÓRIO**

Chega a esta Comissão, para análise, o Projeto de Lei (PL) nº 2759, de 2025, de autoria do Senador Vanderlan Cardoso, cujo objetivo é dispor sobre a utilização dos recursos das emendas parlamentares individuais do tipo transferências especiais, previstas no art. 166-A da Constituição Federal.

O PL é composto de cinco artigos, sendo o último a cláusula de vigência, que ocorrerá na data da sua publicação. O primeiro enuncia o objeto e abrangência da lei pretendida, enquanto o segundo estabelece que as informações relativas ao recebimento, destinação e comprovação de aplicação dos recursos oriundos de emendas parlamentares individuais do tipo transferências especiais devem ser indicadas pelo ente federado beneficiado na plataforma Transferegov.br, detalhando em seus parágrafos a natureza dessa informação e os procedimentos para eventual alteração na destinação dos recursos. Já o terceiro fixa a movimentação dos recursos envolvidos nessas transferências em conta aberta em instituição financeira oficial federal e destinada exclusivamente para esse fim, concedendo exceções apenas para uso em contrapartida de outros instrumentos de



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7798861508>

Anexo II – Ala Affonso Arinos, Gabinete 08 – Senado Federal – Brasília/DF  
CEP 70.165-900 – Telefone: (61) 3303-9011

**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador ALESSANDRO VIEIRA

transferências da União ou para subcontas abertas pela própria plataforma Transferegov.br com o propósito de individualização dos objetos. Por fim, o quarto artigo prevê que os Tribunais de Contas, da União, dos Estados e dos Municípios deverão compartilhar entre si as bases de dados referentes à execução financeira e orçamentária detalhada das despesas incorridas pelos entes federados, decorrentes transferências especiais e das demais transferências de recursos da União, segundo parâmetros técnicos definidos pelo Tribunal de Contas da União.

Na justificação do projeto, o Senador Vanderlan Cardoso aponta ser necessária uma resposta legislativa que preencha as lacunas existentes no arcabouço legal de execução das transferências federais, fortalecendo os mecanismos de controle e aumentando a confiança da sociedade na gestão dos recursos oriundos de emendas parlamentares. Mesmo que esse regramento tenha sido buscado em bases precárias nas sucessivas Leis de Diretrizes Orçamentárias, a natureza e o escopo desse instrumento legal não tornam a LDO o instrumento adequado, em termos de detalhamento e especificidade, para o disciplinamento do uso dos recursos que são objeto de transferências especiais.

Quanto às regras propostas, singulariza a obrigatoriedade do beneficiário indicar na plataforma Transferegov.br, em sessenta dias após o recebimento dos recursos, a descrição do objeto a ser executado com as metas a serem alcançadas, de forma a garantir a transparência e permitir o acompanhamento público da execução dos projetos financiados. O mesmo se busca ao estabelecer prestação de contas anual e individualizada por meio da mesma plataforma, juntamente com a obrigatoriedade de movimentar os recursos em contas correntes específicas. No aspecto de controle, a obrigatoriedade de compartilhamento de dados entre os Tribunais de Contas Estaduais e Municipais e o Tribunal de Contas da União é medida imprescindível, dado que, embora os valores repassados mediante transferências especiais pertençam ao ente recebedor e, portanto, a fiscalização de sua aplicação caiba à corte de contas estadual ou municipal, é ao Tribunal de Contas da União que compete a verificação das condições para uso dos recursos, previstas no art. 166-A da Constituição Federal.

Anexo II – Ala Affonso Arinos, Gabinete 08 – Senado Federal – Brasília/DF  
CEP 70.165-900 – Telefone: (61) 3303-9011



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7798861508>

**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador ALESSANDRO VIEIRA

A matéria foi distribuída a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, seguindo posteriormente à Comissão de Assuntos Econômicos e, por fim, à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle (em decisão terminativa). Em 16 de setembro de 2025, fui honrado com a respectiva Relatoria.

Não constam Emendas apresentadas ao projeto.

Protocoliei meu Relatório em 19/11/2025. Nesta última semana, porém, recebi ponderações de diferentes setores do Executivo que, apesar de pouco tempestivas, são de natureza pontual e de fato aperfeiçoam o substitutivo que originalmente apresentei sem alterar-lhe o mérito e os respectivos fundamentos. Por tais motivos, reapresento o Relatório com a incorporação dessas contribuições.

**II – ANÁLISE**

Nos termos do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas. De igual modo, os aspectos de mérito jurídico da proposição são passíveis de exame por este colegiado, e o fato de que outras Comissões atuarão também no feito permite que estas abordem, por igual, aspectos técnicos de suas respectivas competências. No caso concreto, a atual latência de comandos exarados pelo Supremo Tribunal Federal em ações de controle abstrato de constitucionalidade e ainda não contemplados na legislação confere especial protagonismo às ponderações de natureza jurídico-constitucional que são a essência da intervenção desta Comissão.

Desde logo, não há qualquer vício de inconstitucionalidade. O Congresso Nacional tem competência para legislar sobre todas as matérias de competência da União, inclusive finanças públicas, conforme preveem o inciso I e o *caput* do art. 48 e o inciso I do artigo 163 da Constituição. Este último dispositivo permite, inclusive, a edição de norma geral nacional sobre a matéria. Ademais, o objeto do PL não se encontra entre aquelas de iniciativa privativa do Presidente da República, elencados no § 1º do art. 61, também da Constituição.

Anexo II – Ala Affonso Arinos, Gabinete 08 – Senado Federal – Brasília/DF  
CEP 70.165-900 – Telefone: (61) 3303-9011



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7798861508>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador ALESSANDRO VIEIRA

O PL igualmente satisfaz a todos os requisitos de juridicidade, pois, além de se harmonizar com as normas vigentes, apresenta os requisitos de inovação, generalidade, abstratividade, imperatividade e coercibilidade.

De forma geral, o PL está vazado em boa técnica legislativa, atendendo ao disposto na Lei Complementar nº 95, de 1998.

Quanto à espécie legislativa, a Constituição exige, para regulação da matéria relativa a emendas parlamentares e finanças públicas, lei complementar (art. 163, inciso I, e art. 165, § 9º, incisos I e III, da Constituição Federal). É por isso, precisamente, que o veículo escolhido pelo Congresso Nacional para positivar regras sobre emendas parlamentares foi a Lei **Complementar** nº 210, de 25 de novembro de 2024. Uma lei complementar, ademais, será a única forma pela qual comandos relativos a emendas parlamentares incorporem-se à legislação nacional, gerando efeitos, em termos de regras gerais, para os entes subnacionais, considerando o mandato do art. 163, inc. I, da Carta Magna.

Devo deixar ressaltado que esta discrepância não decorre de ação indevida do autor: o projeto foi protocolado em 5 de julho de 2024, enquanto o tratamento pelo Congresso Nacional da regulação das emendas parlamentares por meio de Lei Complementar veio a ser formalizado tão somente em 25 de novembro de 2024. Assim, não havia como se prever, na época de sua propositura, que o encaminhamento ideal haveria de ser esse que aqui alvitramos.

Por conseguinte, cabe propor desde logo a conversão desta proposição em projeto de lei complementar, por meio de sua reautuação como tal, alterando o diploma legal que hoje dispõe sobre a matéria (Lei Complementar nº 210, de 25 de novembro de 2024). Esta adequação de espécie legislativa é, habitualmente, realizada por meio de despacho direto da Presidência, mas tem igualmente amparo regimental para ser deliberada por comissões com fulcro no art. 133, inciso V, alíneas “a” e “d”, do Regimento Interno do Senado Federal. Demais disso, o Supremo Tribunal Federal (STF), em recente julgamento, validou que emenda parlamentar transforme projeto de lei ordinária em projeto de lei complementar, o que justamente agora se propõe fazer (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF nº 1.092/SE).

Anexo II – Ala Affonso Arinos, Gabinete 08 – Senado Federal – Brasília/DF  
CEP 70.165-900 – Telefone: (61) 3303-9011



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7798861508>

**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador ALESSANDRO VIEIRA

SF/25590.13483-14

Como o projeto não prevê, direta ou indiretamente, medida que ocasione aumento de despesas públicas, não cabe fazer análise de seu impacto orçamentário-financeiro, como dispõe a própria LRF, além do art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

No mérito, devo saudar a oportunidade e, ousar dizer, a coragem do autor, Senador Vanderlan Cardoso, em propor medidas rigorosas que abordem de maneira frontal os inúmeros problemas trazidos ao ordenamento jurídico e à boa gestão das finanças públicas pela figura das “transferências especiais”.

A valiosa iniciativa do autor permite-nos, agora, ampliar o alcance de sua intervenção, incorporando não só os aperfeiçoamentos que propõe, mas também os efeitos das sucessivas decisões do STF prolatadas ao longo de 2024 em ações de controle abstrato de constitucionalidade que envolvem precisamente as emendas parlamentares (nomeadamente, a ADPF nº 854, e as Ações Diretas de Inconstitucionalidade - ADIs nºs 7688, 7695 e 7697). Trata-se de princípios e procedimentos fundamentais no âmbito da transparência e do equilíbrio entre Poderes, emitidos como interpretação conforme à Constituição, que não podem ser ignorados por nenhuma proposição que vise, como é a ação do autor, aperfeiçoar o tratamento do tema. Em síntese, nosso parecer contempla substitutivo que incorpora à Lei Complementar nº 210, de 25 de novembro de 2024, as melhorias contidas no projeto original, complementadas por sugestões colhidas junto às organizações da sociedade civil e ao Tribunal de Contas da União em relação a aspectos de controle e transparência, bem como os princípios e disposições expressamente constantes das decisões do STF sobre o tema.

Incorporamos no substitutivo proposto praticamente todo o conteúdo da proposição original, na forma de atualizações e aperfeiçoamentos ao texto da Lei Complementar 210, de 2024. Após definir com precisão, no novo art. 1º-A, expressões e conceitos que atualmente estão dispersos em normativos esparsos, o art. 1º-B proposto contempla, de forma literal, a enunciação de princípios relativos às emendas parlamentares que foram objeto de interpretação conforme à Constituição pelo Supremo Tribunal Federal nas citadas ADIs nºs 7688, 7695 e 7697. As diferentes deliberações da Suprema Corte nestas ações e na ADPF nº 854 servirão também de parâmetro para a definição concreta de muitos outros

Anexo II – Ala Affonso Arinos, Gabinete 08 – Senado Federal – Brasília/DF  
CEP 70.165-900 – Telefone: (61) 3303-9011



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7798861508>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador ALESSANDRO VIEIRA

procedimentos nos dispositivos seguintes do substitutivo. Em seguida, o art. 1º-C enfrenta a questão da disseminação das práticas de emendas impositivas e transferências especiais para os governos subnacionais, o que amplifica os riscos verificados no orçamento federal e estende-os para ambientes ainda menos estruturados administrativamente e mais frágeis quanto a controle e transparência. Evidentemente, não se pretende transpor todas as normas da Lei Complementar 210, de 2024, para Estados e Municípios, pois muitas delas tratam de procedimentos internos dos Poderes federais. O que se faz nesse artigo é estender aos entes subnacionais os princípios gerais constitucionais, os dispositivos operacionais relativos a transferências especiais, e as regras universais de transparência, rastreabilidade e prestação de contas.

Algumas correções pontuais feitas nos artigos da LC nº 210, de 2024, corrigem obscuridades ou incorporam práticas que hoje constam apenas nas leis de diretrizes orçamentárias: no art. 2º, fica esclarecido que a apuração do valor da “parte independente” da emenda de bancada é feita com base no valor total da emenda sancionada; no art. 5º, reescreve-se o rito das indicações das emendas de comissão no Congresso Nacional, para adaptá-lo aos princípios gerais e operacionais de transparência e rastreabilidade adiante formulados; no art. 10, ao tratar de impedimentos técnicos, remetem-se os limites mínimos de transferências especiais aos valores de dispensa de licitação da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021), e cria-se em caráter permanente uma nova hipótese de impedimento quando o autor da emenda retira a indicação antes dos recursos correspondentes serem empenhados.

A seção relativa a transferências especiais, que são o foco principal do projeto original, é profundamente reformulada: corrigimos o art. 7º, de acordo com decisão clara do STF e com o próprio projeto original, para atribuir ao beneficiário da transferência o papel de indicar o respectivo objeto, ao que corresponderá a obrigação de informação prévia bastante detalhada do planejamento da execução no sistema de transferências (no caso da União, a plataforma Transfere.gov), na forma de plano de trabalho e demais informações correlatas, que deverão ser examinados e aprovados pelo órgão repassador como condição prévia para a transferência de quaisquer recursos. De todo modo, não se perde a ingerência do parlamentar sobre o objeto da transferência: se, eventualmente, houver discrepância em



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7798861508>Anexo II – Ala Affonso Arinos, Gabinete 08 – Senado Federal – Brasília/DF  
CEP 70.165-900 – Telefone: (61) 3303-9011



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador ALESSANDRO VIEIRA

SF/25590.13483-14

relação ao objeto solicitado pelo beneficiário, o parlamentar pode retirar a indicação antes do empenho da despesa, o que impediria a sua execução. Explicitamos, ainda, a possibilidade de que várias transferências especiais (bem como outras modalidades) se somem para custear um mesmo objeto de maior valor, exigindo-se nesse caso que os planos de trabalho descrevam a totalidade desse objeto e a parcela de financiamento correspondente a cada emenda, e que a execução financeira de cada uma delas seja independente.

A essa prerrogativa de indicar o objeto corresponde para o beneficiário a obrigação de prestação de contas das transferências mediante relatórios de gestão anuais, por ele inseridos no mesmo ambiente computacional. Estes relatórios deverão ser analisados pelo órgão repassador, e, em caso de irregularidade (dentre as quais figura o descumprimento do plano de trabalho apresentado, que passa assim a ser vinculante), serão julgados pelo controle externo jurisdicionante do órgão transferidor (para o orçamento federal, portanto, o Tribunal de Contas da União). A competência fiscalizatória, portanto, é dessa instituição de controle externo, embora seja compartilhada com o respectivo controle interno e, em caráter de colaboração eventual, com o controle interno e externo do beneficiário. Ainda nesta seara, corrige-se a atual exigência de que o beneficiário informe diretamente os tribunais de contas e legislativos do recebimento de recursos, o que é desnecessário porque o registro dos documentos e transferências no sistema de transferências permite que essa informação seja acessada diretamente e com mais precisão por acesso a consultas nesse mesmo sistema. Persiste apenas a obrigação de notificar diretamente aos conselhos de controle social, dado que a sua existência e atribuições variam conforme cada ente beneficiário.

A nova redação proposta para o art. 8º unifica em uma regra estável as condições de execução financeira das transferências (incluindo as transferências especiais, mas não limitadas a elas): conta corrente exclusiva para cada emenda ou transferência, movimentada por ordens de pagamento emitidas pelo próprio Transferegov.br (ou sistema equivalente em Estados e Municípios), de forma a manter absoluta rastreabilidade da execução financeira e impedir o movimento de recursos para contas “de passagem” ou genéricas nas quais a identificação da origem do dinheiro seja perdida. Para aqueles entes que não tiverem essa funcionalidade de ordem de pagamento diretamente extraída do sistema de gestão de transferências, estabelecem-se

Anexo II – Ala Affonso Arinos, Gabinete 08 – Senado Federal – Brasília/DF  
CEP 70.165-900 – Telefone: (61) 3303-9011



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7798861508>

**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador ALESSANDRO VIEIRA

restrições à movimentação nas contas (exclusivamente para transferências bancárias aos fornecedores finais) e obrigação de publicação mensal dos respectivos extratos.

Ainda no artigo que trata da execução financeira, permite-se que o saldo remanescente e os rendimentos de aplicação das contas das transferências sejam usados no acréscimo de metas e etapas correlatas ao objeto do plano de trabalho, sem necessidade de autorização prévia para tanto. Aqui, devo registrar a única divergência pontual em relação ao projeto original: não se contempla a possibilidade, nele prevista, de que os recursos remanescentes venham a ser utilizados para bancar contrapartidas do ente em outras transferências ou convênios. Primeiro porque as decisões do STF estabelecem a vinculação integral da transferência especial ao objeto informado no plano de trabalho, o que tornaria ilícito retirar recursos dessa finalidade e aplicá-los para qualquer outro fim. Ainda, a contrapartida é um instrumento para obter o comprometimento do beneficiário de um favor do ente transferidor. Caso se possa remanejar outros recursos do mesmo transferidor para arcar com uma obrigação que é do beneficiário, a natureza da exigência legal da contrapartida estaria sendo burlada.

Finalmente, o art. 9º centraliza a indicação das duas prioridades de execução já enunciadas na lei para as transferências especiais (as situações de calamidade ou emergência, e as destinadas à finalização de obras inacabadas), e os arts. 9º-A e 9º-B esclarecem pontos que ainda estão suscitando dúvidas na interpretação: a verificação da proporção entre investimento e custeio (que deve ser feita na aprovação da emenda e a cada momento em que ocorram indicações para ela, e não no momento de cada empenho, como tem ocorrido), e referenciadas ao total aplicado pelo beneficiário; o afastamento de impedimento técnico pela mera inexistência de competências no ente transferidor para o objeto da emenda; e a competência do Executivo de cada ente em estabelecer regulamentação complementar para a operacionalização das transferências especiais.

Passando aos limites globais das emendas (no caso, aplicados apenas ao orçamento da União), o art. 13-A proposto codifica a decisão já vigente do STF de que os limites para a aprovação de emendas parlamentares devem observar, ainda, o menor crescimento entre a variação de despesas



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Anexo II – Ala Affonso Arinos, Gabinete 08 – Senado Federal – Brasília/DF  
CEP 70.165-900 – Telefone: (61) 3303-9011Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7798861508>

**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador ALESSANDRO VIEIRA

discrecionárias do ente, o limite de despesa primária previsto no arcabouço fiscal e a variação da receita corrente líquida.

O ponto possivelmente mais importante do substitutivo é o estabelecimento de padrões rigorosos de transparência, aplicáveis à totalidade das modificações realizadas pelo Legislativo ao orçamento de todos os entes. Deixo bastante claro: aqui se elimina pela raiz o orçamento secreto. Estes padrões constam do art. 14-A: a rastreabilidade, na escrituração da execução do orçamento, da origem da programação orçamentária, de maneira uniforme em relação a todas as modificações realizadas, por meio dos códigos da emenda e da indicação utilizados no processo legislativo; o registro de cada decisão legislativa (em qualquer instância) em atas, com a identificação individual de cada proponente da decisão (vedado o uso de figuras interpostas que ocultem o verdadeiro interessado na emenda ou indicação); a transparência ativa, com publicação na *internet* de todos os dados e documentos que registrem a decisão legislativa desde a sua origem; a utilização de registros contábeis auxiliares para publicizar a destinação de emendas e indicações executadas por meio da compra e distribuição centralizada de bens e serviços por entidades do ente transferidor (como hoje se pratica com agências como Codevasf e Dnocs no âmbito da União); a obrigatoriedade de utilização do Portal Nacional de Compras Públicas para o registro das contratações públicas realizadas na execução de emendas; a aplicação de padrões mínimos de qualidade dos instrumentos de transparência ativa envolvidos na deliberação e execução de emendas; por fim, a publicidade irrestrita dos valores e critérios utilizados para deduções aplicadas ao valor das transferências a títulos de despesas de operacionalização e fiscalização por parte do ente transferidor ou mandatária. Sobre o tema de transparência, registro especialmente que a identificação (por meio de código da emenda ou Plano Orçamentário) da origem de toda a programação decorrente de emendas, independentemente de serem de natureza impositiva ou receberem indicador de RP próprio, é medida de transparência radical que, não obstante, não traz qualquer alteração nas prerrogativas do Executivo nem estende o alcance da ingerência parlamentar na execução. Tem o efeito, tão somente, de informar à sociedade que agente público participou da decisão alocativa orçamentária, quer por via de emendas, quer por via de indicações em emendas coletivas, informação esta que hoje é sonegada ao público em grande parte do orçamento.

Anexo II – Ala Affonso Arinos, Gabinete 08 – Senado Federal – Brasília/DF  
CEP 70.165-900 – Telefone: (61) 3303-9011

Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7798861508>

**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador ALESSANDRO VIEIRA

Outro avanço do substitutivo, já previsto no projeto original, é a previsão em lei da atuação coordenada e cooperativa dos entes de controle interno e externo dos entes na fiscalização das transferências: o art. 14-B determina que estabeleçam compartilhamento de informações e bases de dados quanto à execução e fiscalização das emendas e demais transferências, bem como permite expressamente a celebração de acordos de cooperação mútua para essa finalidade.

Finalmente, o art. 14-C dispensa os municípios de menos de 65 mil habitantes da exigência de regularidade junto à União quanto aos requisitos fiscais verificados no Cauc para fins de recebimento de emendas parlamentares, o que é uma reivindicação de muitos desses municípios que tem sido objeto de debate em sucessivas leis de diretrizes orçamentárias (exceto, naturalmente, as restrições de origem diretamente constitucional, que não podem ser afastadas por uma norma de hierarquia inferior).

Em termos intertemporais, a vigência que se propõe para as novas regras no art. 2º do substitutivo é simples: aplicam-se de imediato para quaisquer atos realizados após a entrada em vigor da lei. As disposições, regras e princípios que aqui constam são tão urgentes quanto essenciais: justifica-se impedir quaisquer atos futuros que contrariem fundamentos tão básicos da boa e regular gestão dos recursos públicos – mesmo se esta exigência acarrete eventuais atrasos na continuidade da execução de emendas, decorrentes de adaptações necessárias nos sistemas e procedimentos. A exceção é a mínima possível: aqueles casos em que a interrupção ocasional possa acarretar uma paralisação de empreendimento já em andamento. A definição de “já em andamento”, naturalmente, tem de ser material e não meramente escritural, contábil ou simbólica: está “em andamento” aquela transferência que já foi realizada financeiramente e cujo objeto está sendo fisicamente executado. Não estão abrangidos, portanto, os milhares de casos em que a emenda ou indicação foi simplesmente votada e decidida, ou mesmo se houve um “empenho” escritural, mas nada foi posto em marcha do ponto de vista da execução – aí não se perde nada por tomar o tempo necessário para providenciar transparência e responsividade. E mesmo nesses casos, fica estabelecida a obrigação de prestação de contas e divulgação em transparência de todo o ciclo dessas despesas, em prazo compatível com a obtenção retroativa da informação necessária.

Anexo II – Ala Affonso Arinos, Gabinete 08 – Senado Federal – Brasília/DF  
CEP 70.165-900 – Telefone: (61) 3303-9011



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7798861508>



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador ALESSANDRO VIEIRA

SF/25590.13483-14

Homenageando novamente a feliz iniciativa do Senador Vanderlan Cardoso, ofereço à Casa esta proposição substitutiva com a convicção de que, ao aprová-la, daremos passo importantíssimo para preservar as emendas legislativas ao orçamento dos ilícitos e distorções que têm sido a tônica nos anos recentes, e resgatá-las para o nobre papel que têm na dinâmica do governo democrático que a Constituição Federal consagra.

### III – VOTO

Ante o exposto, votamos pela aprovação do PLS nº 2759, de 2024, na forma do Substitutivo abaixo, e pela sua reautuação como projeto de lei complementar:

**EMENDA Nº 1 – CCJ**  
**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , DE 2025**  
**(SUBSTITUTIVO)**

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 210, de 25 de novembro de 2024, para dispor sobre a utilização dos recursos das emendas parlamentares individuais do tipo transferências especiais, previstas no art. 166-A da Constituição Federal, e incorporar ao seu texto princípios de transparência e padrões de desenho institucional provenientes de interpretações definitivas do Supremo Tribunal Federal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei Complementar nº 210, de 25 de novembro de 2024, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Anexo II – Ala Affonso Arinos, Gabinete 08 – Senado Federal – Brasília/DF  
CEP 70.165-900 – Telefone: (61) 3303-9011



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7798861508>





13

SF/25590.13483-14

**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador ALESSANDRO VIEIRA

“**Art. 1º-A** Para fins desta Lei Complementar, consideram-se:

I - transferências especiais: programações decorrentes de emendas à lei orçamentária anual apresentadas e aprovadas nos termos do inciso I do *caput* do art. 166-A, da Constituição Federal, ou o equivalente nos termos da legislação dos entes subnacionais, se existir;

II - indicações parlamentares: todas aquelas situações em que a competência para individualização do beneficiário de uma despesa pública autorizada na lei orçamentária anual não consta do seu texto e envolve, conforme disposição da lei de diretrizes orçamentárias ou outro instrumento legal, alguma instância integrante do Poder Legislativo do ente ou suas Casas, incluindo parlamentares individuais ou grupos de parlamentares, em momento posterior ao da aprovação do respectivo autógrafo, e sempre que tal atribuição de competência não tenha sido considerada incompatível com os dispositivos e princípios constitucionais;”

III – sistema de execução de transferências: plataforma tecnológica integrada e centralizada, com dados abertos, destinada à gestão, informatização e operacionalização das parcerias com recursos do ente da Federação, correspondendo, no âmbito da União, àquela instituída pelo Decreto nº 11.271, de 5 de dezembro de 2022 ou a do ato que a suceder;

IV – ordem de pagamento de parceria: minuta de ordem bancária de pagamento de despesa dos instrumentos de transferência de recursos a terceiros por parte do ente, encaminhada virtualmente pelo respectivo sistema de execução de transferências;;

V – emendas ao orçamento: qualquer criação, supressão ou alteração de programação orçamentária promovida pelo Poder Legislativo nos termos do art. 166, § 2º e 3º, da Constituição Federal;

VI - emendas parlamentares: qualquer espécie de emendas ao orçamento que receba, por parte da legislação do ente, tratamento específico quanto à sua aprovação, identificação ou condições de execução, correspondendo, no âmbito da União, às emendas de que tratam os arts. 2º, 4º e 6º desta Lei Complementar;

VII – impositividade ou caráter impositivo: característica de execução obrigatória atribuídas pela legislação do ente a uma ou mais modalidades de emendas parlamentares.

VIII - ente da Federação: a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.”

Anexo II – Ala Affonso Arinos, Gabinete 08 – Senado Federal – Brasília/DF  
CEP 70.165-900 – Telefone: (61) 3303-9011



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7798861508>





**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador ALESSANDRO VIEIRA

“**Art. 1º-B** São princípios fundamentais na aprovação e execução de emendas parlamentares, diretamente decorrentes dos princípios e dispositivos constitucionais:

I - a execução de emendas ao orçamento deve obedecer a critérios técnicos de eficiência, transparência e rastreabilidade, vedada qualquer interpretação que confira caráter absoluto à impositividade de emendas parlamentares;

II - é dever do Poder Executivo aferir, de modo motivado e transparente, se as emendas parlamentares estão aptas à execução, conforme requisitos técnicos constantes da Constituição Federal, normas legais e regulamentares;

III - a execução das emendas parlamentares, quaisquer que sejam as modalidades existentes ou que venham a ser criadas, somente ocorrerá caso atendidos, de modo motivado, os requisitos, extraídos do texto da Constituição Federal e das normas infraconstitucionais aplicáveis, sem prejuízo de outras regras técnicas adicionalmente estabelecidas em níveis legal e infralegal, tais como:

a) existência e apresentação prévia de plano de trabalho, a ser aprovado pela autoridade administrativa competente, verificando a compatibilidade do objeto com a finalidade da ação orçamentária, a consonância do objeto com o programa do órgão executor, a proporcionalidade do valor indicado e do cronograma de execução;

b) compatibilidade com a lei de diretrizes orçamentárias e com o plano plurianual;

c) efetiva entrega de bens e serviços à sociedade, com eficiência, conforme planejamento e demonstração objetiva, observando-se o poder-dever da autoridade administrativa de analisar o atendimento a esse critério;

d) cumprimento de regras de transparência e rastreabilidade que permitam o controle social do gasto público, com a identificação de origem exata da emenda parlamentar e destino das verbas, da fase inicial de votação até a execução do orçamento; e

e) obediência a todos os dispositivos constitucionais e legais que estabeleçam metas fiscais ou limites de despesas.

§ 1º O disposto neste artigo condiciona a interpretação e aplicação de qualquer dispositivo da presente Lei Complementar ou de qualquer outra norma jurídica aplicável à aprovação e execução de emendas parlamentares.

Anexo II – Ala Affonso Arinos, Gabinete 08 – Senado Federal – Brasília/DF  
CEP 70.165-900 – Telefone: (61) 3303-9011



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7798861508>





15

SF/25590.13483-14

**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador ALESSANDRO VIEIRA

§ 2º Para as transferências relacionadas ao Sistema Único de Saúde - SUS, o disposto na alínea *a* do inciso III do *caput* deverá obedecer aos parâmetros de suas instâncias próprias de governança e ser registrado nos seus documentos específicos de planejamento e prestação de contas, nos termos das Leis nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e respectiva regulamentação.”

“Art. 1º-C Aplica-se a todos os entes da Federação o disposto nos arts. 1º-A, 1º-B, 7º, 8º, 9º, 9º-B, 13-A, 14, 14-A e 14-B desta Lei Complementar.

**Parágrafo único.** Os demais dispositivos desta Lei Complementar aplicam-se integralmente à União, podendo os demais entes adotá-los por opção expressa da legislação respectiva.”

“Art. 2º .....

§ 4º Na hipótese em que a programação da emenda de bancada seja divisível, não pode cada parte independente ser inferior a 10% (dez por cento) do valor da emenda constante do texto sancionado da lei orçamentária anual, salvo para atendimento a ações e serviços públicos de saúde.

.....” (NR)

“Art. 5º As indicações das comissões, nos termos regimentais, terão o seguinte rito:

I - após a publicação da lei orçamentária anual, cada comissão receberá as propostas de indicação, que podem originar-se de qualquer deputado ou senador, vedado o registro de proposta em nome pessoa interposta a título de líder de grupo parlamentar, dirigente de colegiado, relator ou qualquer outro que não o proponente atuando em nome próprio;

II – as propostas somente serão encaminhadas e recebidas por meio de sistema informatizado adotado pelo Congresso Nacional para essa finalidade;

III – a deliberação sobre as propostas de indicação por cada comissão far-se-á em até 15 (quinze) dias do encerramento do prazo

Anexo II – Ala Affonso Arinos, Gabinete 08 – Senado Federal – Brasília/DF  
CEP 70.165-900 – Telefone: (61) 3303-9011



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7798861508>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador ALESSANDRO VIEIRA

para sua apresentação, em reuniões públicas e por votação nominal, registrada em atas padronizadas constantes de regulamentação aprovada pelo Congresso Nacional;

IV – as indicações aprovadas serão encaminhadas pelos presidentes das comissões aos órgãos executores em até 5 (cinco) dias, acompanhadas de cópia da ata respectiva;

V - todos os dados do sistema de que trata o inciso II, bem como as atas de que trata o inciso III e os ofícios ou comunicações aos órgãos executores de que trata o inciso IV, serão publicados em transparência ativa nas páginas do Congresso Nacional e de suas Casas na *internet*, com acesso irrestrito para consulta, imediatamente após serem produzidos, bem como em seção específica do Diário do Congresso Nacional.” (NR)

“**Art. 7º** No caso das emendas individuais impositivas previstas no inciso I do *caput* do art. 166-A da Constituição Federal, o beneficiário da emenda deverá informar, previamente ao recebimento, as informações referentes a cada transferência, incluindo:

I - plano de trabalho;

II - objeto a ser executado, incluindo descrição qualitativa e quantitativa, e a sua classificação segundo os padrões de elemento e subelemento de despesa aplicáveis à execução financeira do ente;

III – correta vinculação da finalidade e metas mensuráveis referentes ao valor total do plano de trabalho,

IV – estimativa de recursos necessários à consecução do objeto, discriminando os valores provenientes de transferências especiais e os oriundos de outras fontes de recursos, se for o caso;

V - prazo previsto para execução e conclusão do objeto, observado os limites estabelecidos em normas técnicas e infralegais;

VI – classificação orçamentária e financeira da despesa, observada a padronização estabelecida pelo Poder Executivo;

VII – dados identificadores da obra inacabada que eventualmente estiver sendo custeada pela transferência, nos termos do inciso II do art. 9º desta Lei Complementar, incluindo descrição da obra, características físicas, localização geográfica com coordenadas geográficas, e histórico da execução anterior.

Anexo II – Ala Affonso Arinos, Gabinete 08 – Senado Federal – Brasília/DF  
CEP 70.165-900 – Telefone: (61) 3303-9011



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7798861508>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador ALESSANDRO VIEIRA

§ 1º As informações de que trata o *caput* devem ser prestadas por meio do sistema de execução de transferências do ente transferidor, ficando a liberação dos recursos por parte do órgão repassador condicionada cumulativamente:

I – à prestação das informações na forma do *caput*; e

II – à aprovação do plano de trabalho por parte do órgão competente nos termos da legislação do ente transferidor.

§ 2º A prestação de contas das transferências de que trata este artigo far-se-á anualmente, por meio da elaboração de relatório de gestão, o qual:

I - deverá ser inserido no sistema de execução de transferências até o dia 30 de junho do ano subsequente ao recebimento dos recursos, devendo ser atualizado, anualmente, a cada dia 30 de junho, até o final da execução do objeto da aplicação dos recursos, quando será inserido o relatório de gestão final;

II - conterá o detalhamento do objeto, assim como detalhamento da execução orçamentária e financeira dos recursos recebidos, de modo a evidenciar o cumprimento do disposto nesta Lei Complementar e nos incisos I e II do §1º, no inciso III do §2º e no §5º do art. 166-A da Constituição Federal, e será acompanhado, no mínimo, das seguintes informações e documentos:

a) documentação relacionada aos procedimentos administrativos vinculados às contratações do objeto, de modo a evidenciar a correção dos procedimentos legais;

b) contratos celebrados, notas de empenho, notas fiscais, recibos, ordens bancárias, extratos da conta corrente de movimentação dos recursos e termos de recebimento de obras, fornecimento e serviços;

c) instauração de processo administrativo de apuração, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do objeto ou gestão financeira da transferência especial, comunicando tal fato ao sistema de controle local; e

d) declaração expressa, assinada pelo responsável do órgão ou entidade pública encarregada da execução do objeto, de que cumpriu as condicionantes estabelecidas nesta Lei Complementar e nos incisos I e II do §1º, no inciso III do §2º e no §5º do art. 166-A da Constituição Federal.

§ 3º Os relatórios de gestão de que trata o § 2º serão analisados pelo órgão ou entidade transferidora, ou por aquele para tanto

Anexo II – Ala Affonso Arinos, Gabinete 08 – Senado Federal – Brasília/DF  
CEP 70.165-900 – Telefone: (61) 3303-9011



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7798861508>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador ALESSANDRO VIEIRA

SF/25590.13483-14

designado pelo regulamento, segundo os critérios técnicos pertinentes, observado que o plano de trabalho, objeto e finalidade informados nos termos do caput são critérios vinculantes para a avaliação da regularidade da gestão das transferências.

§ 4º O julgamento e a fiscalização das contas relativas às transferências de que trata este artigo competem ao órgão de controle externo com jurisdição sobre o ente transferidor, nos termos do art. 71 da Constituição Federal e do equivalente na legislação do ente, sem prejuízo:

I - das competências de fiscalização a cargo do respectivo sistema de controle interno do ente transferidor, nos termos do art. 74 da Constituição Federal e do equivalente na legislação do ente; e

II - da colaboração eventual dos sistemas de controle externo e interno do ente beneficiário das transferências na respectiva fiscalização.

§ 5º As informações de que trata o *caput*, bem como a ocorrência de recebimento dos recursos:

I - serão disponibilizadas de imediato, mediante consultas automatizadas do sistema de execução de transferências do ente transferidor, aos órgãos de controle interno e externo com jurisdição sobre o ente transferidor e o ente beneficiário, bem como ao Poder Legislativo do ente beneficiário;

II – serão notificadas pelo ente beneficiário, no prazo de trinta dias, a contar da data do recebimento dos recursos, o conselho local ou a instância de controle social da área finalística na qual os recursos serão aplicados, se houver, com a informação dos canais de acesso às consultas de que trata o inciso I.

§ 6º A definição de parâmetros e procedimentos para as consultas de que trata o § 5º constará de regulamentação estabelecida pelo Poder Executivo de cada ente, ouvido o respectivo órgão de controle externo, sem prejuízo da possibilidade de serem estabelecidos requisitos adicionais de informação e transparência ativa nessa regulamentação ou na legislação do próprio ente transferidor.

§ 7º Ficam vedadas alterações no plano de trabalho aprovado, sendo que as alterações de natureza operacional em metas físicas e quantitativas, nos termos em que permitidas pela legislação do ente para as demais transferências voluntárias, deverão ser detalhadas e documentadas no Relatório de Gestão.

§ 8º A regulamentação a cargo do Poder Executivo do ente estabelecerá

Anexo II – Ala Affonso Arinos, Gabinete 08 – Senado Federal – Brasília/DF  
CEP 70.165-900 – Telefone: (61) 3303-9011



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7798861508>



19

SF/25590.13483-14

**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador ALESSANDRO VIEIRA

I - modelos estruturados de plano de trabalho e dos demais elementos a serem utilizados na apresentação, pelos beneficiários, das informações a que se refere o caput;

II – padrões de apresentação das prestações de contas para fins do previsto no § 2º, que observarão as disposições regulamentares que sobre a matéria estabelecer o órgão de controle externo do ente transferidor.

§ 9º Os documentos relacionados à execução das transferências especiais deverão ser guardados pelo ente federado beneficiado pelo prazo de cinco anos, contados da data de inserção do relatório de gestão final no sistema de execução de transferências.

§ 10 A omissão no dever de prestar contas nos termos do § 2º, ou a respectiva rejeição nos termos dos §§ 3º e 4º, representa impedimento técnico à concessão de novas transferências de que trata este artigo ao ente inadimplente ou faltoso, bem como a instauração da tomada de contas especial na forma da legislação aplicável.

§ 11 O impedimento a que se refere o § 10 inicia-se quando do registro da omissão ou rejeição pelo órgão repassador no sistema de execução de transferências do ente, e permanece até a devida regularização.” (NR)

“Art. 8º A execução de todas as emendas parlamentares, inclusive as relativas a transferências especiais, far-se-á exclusivamente mediante:

I – abertura de conta específica em instituições financeiras oficiais para administração dos valores decorrentes de cada transferência realizada, segundo os procedimentos adotados no sistema de execução de transferências do ente;

II – execução financeira das contas específicas por meio de ordem de pagamento de parceria, nos termos da respectiva regulamentação desse instrumento no âmbito de cada ente.

§ 1º É vedado qualquer tipo de movimentação dos recursos das contas a que se refere o *caput* para outras contas que não aquelas de fornecedores de bens e serviços necessários ao objeto, exceto a abertura de subcontas, nos termos da regulamentação do sistema de execução de transferências, com o propósito de:

I - execução descentralizada por meio de convênios, acordos ou outros instrumentos congêneres; e

Anexo II – Ala Affonso Arinos, Gabinete 08 – Senado Federal – Brasília/DF  
CEP 70.165-900 – Telefone: (61) 3303-9011



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7798861508>

**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador ALESSANDRO VIEIRA

SF/25590.13483-14

II – transferência dos recursos para movimentação por órgão ou entidade executora pertencente à administração direta ou indireta do ente beneficiário, indicado como executor quando do envio do plano de trabalho.

§ 2º Na eventualidade do ente transferidor não dispor da funcionalidade de ordem de pagamento de parceria em seu sistema de execução de transferências:

I - a movimentação nas contas de que trata este artigo far-se-á exclusivamente por transferências bancárias, vedados em qualquer caso saques em espécie ou transferências em desacordo com o previsto no § 1º;

II – os extratos das contas serão obrigatoriamente inseridos no sistema de execução de transferências, com periodicidade mensal, sem prejuízo da transferência automática das mesmas informações pelo banco operador, se se dispuser dessa funcionalidade.

§ 3º Enquanto não utilizados, os recursos recebidos serão mantidos em aplicações financeiras, nos termos da regulamentação do sistema de execução de transferências.

§ 4º Os saldos remanescentes nas contas de que trata este artigo, bem como os rendimentos auferidos, poderão ser utilizados no acréscimo de metas e etapas do objeto aprovado no plano de trabalho, não havendo a necessidade de solicitação de autorização para sua utilização, permanecendo a obrigação de prestação de contas nos mesmos termos e condições dos valores originais da transferência

§ 5º As receitas decorrentes das transferências especiais, bem como aquelas provenientes dos rendimentos auferidos nos termos do § 3º, serão registradas conforme classificação definida pelo órgão central do Sistema de Contabilidade Federal para fins de consolidação das contas públicas, nos termos do art. 50, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 6º Para efeitos do inciso I do *caput*, entende-se por cada transferência realizada o valor total dos recursos desembolsados para cada beneficiário em função de cada emenda relativa a transferências especiais, e de cada convênio, contrato de repasse ou equivalente, em todos os demais casos.

§ 7º Para os casos previstos nos §§ 1º e 2º, o ente beneficiário deverá registrar no sistema de execução de transferências do ente transferidor, quando da inclusão do Relatório de Gestão, todas as informações da movimentação e execução dos recursos, nos termos da respectiva regulamentação.” (NR)

Anexo II – Ala Affonso Arinos, Gabinete 08 – Senado Federal – Brasília/DF  
CEP 70.165-900 – Telefone: (61) 3303-9011



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7798861508>





21

SF/25590.13483-14

**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador ALESSANDRO VIEIRA

**“Art. 9º** Terão prioridade para execução, nessa ordem:

I – as transferências especiais destinadas aos entes federativos em situação de calamidade ou de emergência reconhecida pelo Poder Executivo federal;

II – as transferências cujo objeto declarado pelo beneficiário seja a finalização de obras inacabadas.” (NR)

**“Art. 9º-A** Na apreciação do plano de trabalho e das informações de que trata inciso II do § 1º do art. 7º desta Lei Complementar:

I – para verificação do cumprimento da exigência do art. 166-A, § 5º, da Constituição Federal, comparar-se-á, no momento de cada nova indicação de beneficiário, o total indicado de emendas de transferências especiais em favor desse beneficiário, independentemente do autor, e o total de despesas de capital acumulado nos planos de trabalho por ele apresentados;

II – a circunstância do objeto da emenda não estar incluído na esfera de competência do ente transferidor não é, por si mesma, motivo de impedimento técnico à aprovação do plano de trabalho.”

**“Art. 9º-B** Observados os dispositivos desta Lei Complementar, o Poder Executivo de cada ente transferidor poderá editar outras regras necessárias à operacionalização das transferências especiais no âmbito de seus orçamentos.”

**“Art. 10.**.....

XXVI - indicação, no caso de transferências especiais, de objeto com valor inferior aos montantes previstos no art. 75, incs. I e II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, observadas suas atualizações posteriores nos termos do art. 182 da mesma Lei;

XXVI-A - retirada da indicação de beneficiário pelo autor antes do empenho da despesa;

XXVII - outras hipóteses previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

Anexo II – Ala Affonso Arinos, Gabinete 08 – Senado Federal – Brasília/DF  
CEP 70.165-900 – Telefone: (61) 3303-9011



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7798861508>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador ALESSANDRO VIEIRA

SF/25590.13483-14

§ 4º É permitida a utilização de recursos provenientes de mais de uma emenda parlamentar para o financiamento de parcelas distintas do mesmo objeto, observando-se nesses casos que:

I – no caso das transferências especiais para cada registro de que trata o caput do art. 7º, as informações referir-se-ão à integralidade do objeto, discriminando no detalhamento financeiro do inciso IV do mesmo artigo os valores provenientes de cada emenda, com a especificação do respectivo código;

II – no caso de execução descentralizada dos recursos, o órgão repassador adotará o que for mais conveniente entre dois procedimentos:

a) utilização de um único convênio, contrato de repasse ou equivalente, que fará referência a cada uma das emendas individualmente na sua fonte de financiamento; ou

b) celebração de um convênio, contrato de repasse ou equivalente para cada emenda tendo por objeto a parcela do objeto correspondente global aos valores por ela financiados;

II – em qualquer caso, a movimentação de cada emenda far-se-á mediante a individualização de conta e mecanismos de movimentação previstos no art. 8º. ” (NR)

“**Art. 13-A** O somatório dos limites de que trata o art. 11 desta Lei Complementar não poderá variar, de um exercício para o seguinte, em percentual superior ao menor dos seguintes três valores no mesmo período:

I – o percentual de variação do total das despesas discricionárias do ente;

II - o percentual máximo de crescimento do total de despesas primárias a que esteja sujeito o ente pela legislação a si aplicável, correspondendo, no âmbito da União, àquele fixado pelo art. 3º da Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023; e

III – o percentual de variação da receita corrente líquida do ente, nos termos do art. 2º, inc. IV, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 1º Os percentuais de que trata o caput serão calculados:

I - no caso do inciso I do *caput*, pela comparação entre o total das despesas discricionárias constantes do projeto de lei orçamentária em deliberação e o total das despesas discricionárias

Anexo II – Ala Affonso Arinos, Gabinete 08 – Senado Federal – Brasília/DF  
CEP 70.165-900 – Telefone: (61) 3303-9011



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7798861508>





**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador ALESSANDRO VIEIRA

autorizadas na lei orçamentária anual do exercício a ele imediatamente anterior, incluindo-se os créditos adicionais nele eventualmente aprovados.

II – no caso do inciso III do caput, pela comparação entre a estimativa da receita corrente líquida para o exercício constante do mais recente demonstrativo publicado para fins de cumprimento do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 que tiver sido publicado na data do encaminhamento do projeto de lei orçamentária anual do ente, e a estimativa da receita corrente líquida do mesmo projeto de lei orçamentária anual para o exercício a que se refere.

§ 2º No caso de redução do montante total dos limites previstos no art. 11, é facultado ao ente distribuir livremente os limites parciais das diferentes espécies de emendas parlamentares, desde que seu somatório não exceda o montante apurado nos termos deste artigo.”

“**Art. 14** Quaisquer regras, restrições ou impedimentos aplicáveis às programações discricionárias do Poder Executivo aplicam-se de igual maneira às emendas parlamentares, e vice-versa.” (NR)

“**Art. 14-A** São requisitos essenciais de transparência e rastreabilidade na execução de emendas ao orçamento, qualquer que seja a respectiva origem ou natureza, e independentemente de caracterizarem ou não emenda parlamentar nos termos do art. 1º-A, inc. VI, desta Lei Complementar:

I – a evidenciação, nos registros da programação orçamentária constantes do sistema de escrituração da execução do orçamento, da sua origem no processo de deliberação legislativa, com os mesmos códigos e grau de detalhamento para toda e qualquer emenda ao orçamento, inclusive o código utilizado no processo legislativo para identificação da emenda e, se houver, da indicação, sendo vedada a omissão seletiva de informações em função da natureza ou finalidade da emenda, ou em razão da alteração feita ao projeto de lei orçamentária não se tratar de emenda parlamentar;

II – o registro em atas ou relatórios de toda e qualquer deliberação tomada por bancada, comissão, relatoria ou outra instância parlamentar, com a identificação do parlamentar solicitante e da destinação dos recursos, observado o inciso III;

III – a obrigatoriedade de que todo e qualquer registro, ata, relatório ou dado de sistema, em meio físico ou eletrônico, do

Anexo II – Ala Affonso Arinos, Gabinete 08 – Senado Federal – Brasília/DF  
CEP 70.165-900 – Telefone: (61) 3303-9011



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7798861508>





**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador ALESSANDRO VIEIRA

SF/25590.13483-14

processo legislativo de aprovação ou alteração de emenda ou indicação por parte de qualquer comissão, relatoria ou outra instância legislativa:

a) seja publicado em transparência ativa, inclusive na página internet do colegiado ou instância parlamentar e no portal de transparência do ente

b) contenha, obrigatoriamente, a identificação do parlamentar individual que submeteu a emenda ou indicação à deliberação colegiada, vedado o registro de pessoa interposta a título de líder de grupo parlamentar, dirigente de colegiado, relator ou qualquer outro que não o proponente atuando em nome próprio;

IV - caso o objeto da despesa custeada pela emenda seja a distribuição física de equipamentos, obras ou serviços adquiridos centralizadamente por órgão da administração direta ou indireta do ente transferidor, o registro das informações relativas à respectiva distribuição entre beneficiários do seu desdobramento na escrituração contábil:

a) da execução do próprio empenho que custeou a realização da despesa com a aquisição dos elementos distribuídos, utilizando-se para essa finalidade de classificador e procedimentos definidos de forma centralizada e uniforme por ato do órgão competente do Poder Executivo do ente transferidor; ou

b) de contas específicas no sistema de compensação de que trata o art. 105, inciso IV, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, criadas segundo procedimentos definidos de forma centralizada e uniforme por ato do órgão competente do Poder Executivo do ente transferidor, mantido sempre o registro da associação entre os bens distribuídos e o empenho original que custeou sua aquisição.

V - obrigatoriedade de utilização do Portal Nacional de Compras Públicas, de que trata o art. 174 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para o registro das contratações públicas realizadas pelos integrantes da administração pública direta e indireta dos entes transferidores e beneficiários dos recursos transferidos;

VI – obrigatoriedade de observância, pelos entes beneficiários, de padrões de qualidade da informação para os seus portais e instrumentos de transparência ativa, estabelecidos em regulamentação do Poder Executivo Federal, nos termos do art. 48, §§ 1º, inciso III, e 6º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 ;

VII – sempre que, na execução de transferências financeiras para órgãos e entidades, públicas e privadas, ocorrerem despesas

Anexo II – Ala Affonso Arinos, Gabinete 08 – Senado Federal – Brasília/DF  
CEP 70.165-900 – Telefone: (61) 3303-9011



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7798861508>

**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador ALESSANDRO VIEIRA

administrativas decorrentes, direta ou indiretamente, dos serviços necessários à para operacionalização da execução dos projetos e às atividades de fiscalização, prestados diretamente pelo órgão transferidor ou por meio de mandatárias, e que tais despesas sejam deduzidas dos valores das transferências a que se referem:

a) publicação pelo órgão responsável pela dedução, até 31 de março após o encerramento do exercício financeiro, de relatório sobre as deduções efetuadas no exercício anterior, que contemple o valor total das deduções, a metodologia de cálculo para apurar o custo dos serviços a que se refere este inc. VII e a forma de aplicação dos recursos retidos;

b) divulgação, em tempo real, por meio do sistema de gestão de transferências utilizado pelo órgão ou entidade transferidor, dos valores deduzidos individualizados por convênio, termo de fomento, contrato de repasse, termo de compromisso ou instrumento congêneres; e

c) limitação da finalidade da dedução estritamente ao custeio dos serviços descritos neste inc. VII;

d) explicitação do percentual a ser deduzido e sua finalidade, bem como o seu fundamento legal, no próprio instrumento de formalização da parceria, ou por normativo aplicável em caráter geral a todas as transferências de uma mesma modalidade ou categoria.

§ 1º A transparência ativa a que se refere o a alínea *a* do inciso III do *caput* incluirá obrigatoriamente todas as comunicações realizadas entre o órgão colegiado ou instância legislativa correspondente e o órgão executor da programação orçamentária, tanto por meio de sistemas eletrônicos de execução orçamentária quanto por qualquer outro canal de comunicação, inclusive ofícios ou outras formas de comunicação direta.

§ 2º No âmbito da União:

I - os valores deduzidos na forma do inciso VII do *caput* deverão manter o identificador de resultado primário da programação orçamentária da transferência original;

II – a individualização de que trata o inciso I do *caput* inclui, além do código da emenda, a inserção, no registro da execução orçamentária, de Plano Orçamentário específico para cada indicação de bancada e de comissão que não tenha indicador de resultado primário igual a 7 ou 8.

§ 3º. Exclusivamente no caso de emendas de correção de erros e omissões, nos termos do art. 166, § 3º, inciso III, alínea *a* da

Anexo II – Ala Affonso Arinos, Gabinete 08 – Senado Federal – Brasília/DF  
CEP 70.165-900 – Telefone: (61) 3303-9011



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7798861508>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador ALESSANDRO VIEIRA

SF/25590.13483-14

Constituição Federal, o registro da iniciativa de que trata o inciso III, alínea *b* do *caput* poderá ser realizado em nome do relator competente agindo de ofício.

**§ 4º** A regulamentação de que trata o inciso VI do *caput*:

I – estabelecerá, como padrão de qualidade, requisitos similares aos já fixados para os sistemas da administração federal, em particular os constantes nos arts. 8º e 9º do Decreto nº 10.540, de 5 de novembro de 2020, naquilo que for aplicável às transferências;

II – poderá fixar cronograma gradual de implantação em função de características objetivas dos entes beneficiários, facultada a disponibilização pela União aos entes, inclusive a título gratuito, de ferramentas de tecnologia da informação que viabilizem o cumprimento dos requisitos exigidos.”

**“Art. 14-B** Visando aprimorar o controle, a transparência e a fiscalização dos recursos públicos, todos os Tribunais de Contas e os sistemas de controle interno:

I - deverão compartilhar entre si as bases de dados referentes à execução financeira e orçamentária detalhada das despesas incorridas pelos jurisdicionados decorrentes das emendas parlamentares e demais transferências de recursos entre eles, bem como as relativas aos resultados das fiscalizações realizadas sobre essas despesas;

II - poderão celebrar entre si acordos de cooperação mútua, em especial para fiscalização das transferências especiais.

**Parágrafo único.** O compartilhamento das bases de dados de que trata o inciso I do *caput* obedecerá aos parâmetros definidos pelo Tribunal de Contas da União.”

**“Art. 14-C** Para os municípios com população inferior a 65 mil habitantes, a existência de pendências de regularização junto à União registradas no Sistema de Informações sobre Requisitos Fiscais (Cauc), não constituirá impedimento técnico ao recebimento de recursos provenientes de emendas parlamentares dos orçamentos da União, nem aos atos necessários a esse recebimento, exceto para aqueles requisitos ali registrados que sejam estabelecidos diretamente por dispositivos da Constituição Federal.”

Anexo II – Ala Affonso Arinos, Gabinete 08 – Senado Federal – Brasília/DF  
CEP 70.165-900 – Telefone: (61) 3303-9011



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7798861508>





27

SF/25590.13483-14

**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador ALESSANDRO VIEIRA

**Art. 2º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

**§ 1º** Aplicam-se imediatamente os dispositivos da Lei Complementar nº 210, de 25 de novembro de 2024, com a redação dada por esta Lei Complementar, a quaisquer atos realizados após a sua entrada em vigor.

**§ 2º** Para as emendas parlamentares que tenham tido tanto o desembolso de recursos quanto a execução física do objeto comprovadamente iniciados na data de entrada em vigor desta Lei Complementar, aplicam-se os critérios e procedimentos anteriormente vigentes para fins da continuidade da sua execução.

**§ 3º** Nos casos previstos no § 2º, os entes transferidor e beneficiário terão o prazo até o final do exercício seguinte à entrada em vigor desta Lei Complementar para o cumprimento das obrigações de transparência e prestação de contas constantes dos arts. 7º, §§ 2º, 3º, 4º, e 9º, e 14-A, *caput*, inciso III, da Lei Complementar nº 210, de 25 de novembro de 2024, com a redação dada por esta Lei Complementar.

Sala da Comissão,

Senador **Otto Alencar**, PresidenteSenador **Alessandro Vieira**, Relator

Anexo II – Ala Affonso Arinos, Gabinete 08 – Senado Federal – Brasília/DF  
CEP 70.165-900 – Telefone: (61) 3303-9011



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7798861508>



Relatório de Registro de Presença

43ª, Extraordinária

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

| Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) |          |                              |          |
|--|----------|------------------------------|----------|
| TITULARES  |          | SUPLENTEs                    |          |
| EDUARDO BRAGA  | PRESENTE | 1. ALESSANDRO VIEIRA         | PRESENTE |
| RENAN CALHEIROS  |          | 2. PROFESSORA DORINHA SEABRA | PRESENTE |
| JADER BARBALHO   |          | 3. MARCELO CASTRO            | PRESENTE |
| VENEZIANO VITAL DO RÊGO                                  | PRESENTE | 4. JAYME CAMPOS              | PRESENTE |
| SERGIO MORO  | PRESENTE | 5. GIORDANO                  |          |
| ALAN RICK  | PRESENTE | 6. ZEQUINHA MARINHO          | PRESENTE |
| SORAYA THRONICKE   |          | 7. PLÍNIO VALÉRIO            | PRESENTE |
| ORIOVISTO GUIMARÃES                                      |          | 8. FERNANDO FARIAS           |          |
| MARCIO BITTAR  | PRESENTE | 9. EFRAIM FILHO              | PRESENTE |

| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) |          |                   |          |
|---|----------|-------------------|----------|
| TITULARES   |          | SUPLENTEs         |          |
| OTTO ALENCAR  | PRESENTE | 1. ANGELO CORONEL | PRESENTE |
| OMAR AZIZ   | PRESENTE | 2. ZENAIDE MAIA   | PRESENTE |
| ELIZIANE GAMA   | PRESENTE | 3. IRAJÁ          |          |
| VANDERLAN CARDOSO                                       | PRESENTE | 4. SÉRGIO PETECÃO | PRESENTE |
| RODRIGO PACHECO   |          | 5. MARA GABRILLI  | PRESENTE |
| CID GOMES   |          | 6. JORGE KAJURU   | PRESENTE |

| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) |          |                     |          |
|--|----------|---------------------|----------|
| TITULARES                              |          | SUPLENTEs           |          |
| CARLOS PORTINHO                        |          | 1. JORGE SEIF       | PRESENTE |
| EDUARDO GIRÃO                          | PRESENTE | 2. IZALCI LUCAS     | PRESENTE |
| MAGNO MALTA                            |          | 3. EDUARDO GOMES    | PRESENTE |
| MARCOS ROGÉRIO                         | PRESENTE | 4. FLÁVIO BOLSONARO |          |
| ROGERIO MARINHO                        | PRESENTE | 5. JAIME BAGATTOLI  | PRESENTE |

| Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) |          |                       |          |
|---|----------|-----------------------|----------|
| TITULARES                               |          | SUPLENTEs             |          |
| ROGÉRIO CARVALHO                        | PRESENTE | 1. RANDOLFE RODRIGUES |          |
| FABIANO CONTARATO                       | PRESENTE | 2. JAQUES WAGNER      | PRESENTE |
| AUGUSTA BRITO                           | PRESENTE | 3. HUMBERTO COSTA     | PRESENTE |
| WEVERTON                                |          | 4. ANA PAULA LOBATO   | PRESENTE |

| Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) |          |                     |          |
|--|----------|---------------------|----------|
| TITULARES                                    |          | SUPLENTEs           |          |
| CIRO NOGUEIRA                                |          | 1. LAÉRCIO OLIVEIRA | PRESENTE |
| ESPERIDIÃO AMIN                              | PRESENTE | 2. DR. HIRAN        |          |
| MECIAS DE JESUS                              | PRESENTE | 3. HAMILTON MOURÃO  | PRESENTE |

Não Membros Presentes



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7798861508>





Senado Federal

29

**Relatório de Registro de Presença****Não Membros Presentes**

NELSINHO TRAD

PAULO PAIM



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7798861508>Página 2 de 2  
03/12/2025 11:59:00

**DECISÃO DA COMISSÃO****(PL 2759/2024)**

NA 43ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR ALESSANDRO VIEIRA, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CCJ, FAVORÁVEL AO PROJETO, NOS TERMOS DA EMENDA Nº 1-CCJ (SUBSTITUTIVO), E POR SUA REAUTUAÇÃO COMO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR.

APROVADO REQUERIMENTO Nº 67, DE 2025-CCJ, DE INICIATIVA DO SENADOR ALESSANDRO VIEIRA, QUE SOLICITA URGÊNCIA PARA A MATÉRIA.

03 de dezembro de 2025

Senador Otto Alencar

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7798861508>



A Presidência determina a reautuação do Projeto de Lei nº 2.759, de 2024, por tratar de matéria de lei complementar, nos termos do Parecer nº 79, de 2025, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, como Projeto de Lei Complementar nº 252, de 2025, e a republicação dos avulsos.

O Projeto de Lei nº 2.759, de 2024, vai ao Arquivo.







## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 80, DE 2025

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei nº 1299, de 2024, do Senador Sérgio Petecão, que Altera o art. 112 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dificultar a progressão de regime de cumprimento da pena nos casos em que o preso tenha sido condenado por crime praticado com emprego de violência contra crianças.

**PRESIDENTE:** Senador Otto Alencar

**RELATOR:** Senadora Professora Dorinha Seabra

03 de dezembro de 2025



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3079761215>



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

SF/25014.28287-59

**PARECER Nº , DE 2025**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei nº 1.299, de 2024, do Senador Sérgio Petecão, que *altera o art. 112 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dificultar a progressão de regime de cumprimento da pena nos casos em que o preso tenha sido condenado por crime praticado com emprego de violência contra crianças.*

Relatora: Senadora **PROFESSORA DORINHA SEABRA****I – RELATÓRIO**

Vem à análise desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa, o Projeto de Lei (PL) nº 1.299, de 2024, de autoria do Senador Sérgio Petecão, que altera o art. 112 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dificultar a progressão de regime de cumprimento da pena nos casos em que o preso tenha sido condenado por crime praticado com emprego de violência contra crianças.

A proposição legislativa em análise objetiva acrescentar a alínea “d” ao art. 112, VI, da Lei de Execução Penal (LEP), para condicionar a progressão de regime da pena privativa de liberdade ao cumprimento de, ao menos, 50% (cinquenta por cento) do total da condenação nos casos em que o crime for praticado com emprego de violência contra crianças.

Na Comissão de Segurança Pública, o PL foi emendado para que a restrição à progressão da pena contemplasse, também, crimes



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3079761215>



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

praticados com grave ameaça contra crianças ou adolescentes. Dessa forma, após aprovação da Emenda nº 1-CSP, o art. 1º do PL 1.299, de 2025, chegou a esta Comissão com a seguinte redação:

**Art. 1º** O art. 112 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 112.** .....

VI - .....

d) condenado pela prática de crime com emprego de violência ou grave ameaça contra criança ou adolescente, salvo se configurada uma das hipóteses mais gravosas previstas nos incisos VII e VIII do caput deste artigo.

.....” (NR)

Não foram apresentadas emendas no âmbito desta Comissão.

É o relatório.

## II – ANÁLISE

Nos termos do art. 101, II, *d*, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania emitir parecer quanto ao mérito das matérias de competência legislativa da União, o que se aplica às propostas de direito penal veiculadas pelo PL em exame.

Sob o ponto de vista da constitucionalidade formal, não se vislumbram vícios, tendo sido observada a competência privativa da União para legislar em matéria penal, nos termos do art. 22, I, da Constituição Federal. Ademais, o processo legislativo pode ser deflagrado por iniciativa parlamentar, conforme o disposto no art. 61, *caput*, do texto constitucional.

Além disso, não identificamos nenhum óbice de ordem material, na medida em que o presente PL não viola nenhuma norma constitucional. Ao contrário, a proposição legislativa em apreço reflete a



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3079761215>





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

SF/25014.28287-59

necessidade de proteção especial a crianças e adolescentes, conforme consagrado no art. 227, *caput*, da Constituição Federal.

Quanto à sua juridicidade, o PL nº 1.299, de 2024, é adequado, uma vez que sua forma e conteúdo são condizentes com os objetivos que declara perseguir.

No mérito, teceremos algumas considerações de modo a demonstrar a necessidade e urgência da presente proposição.

De acordo com o Atlas da Violência 2025, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), cerca de 99 mil crianças e adolescentes foram vítimas de homicídio na última década (2013 a 2023)<sup>1</sup>. São milhares de crianças e adolescentes que foram subtraídas do direito ao desenvolvimento saudável e pleno.

Entretanto, os homicídios representam apenas parte das violências praticadas contra crianças e adolescentes no Brasil. Segundo os dados do já citado Atlas, as notificações de violências não letais praticadas contra crianças e adolescentes apresentaram tendência de crescimento nos últimos onze anos.

O Ipea identificou aumento de registros de casos de violência em quatro categorias: negligência, violência física, psicológica e sexual<sup>2</sup>. Em 2023, atingimos um infeliz recorde: foram realizados 115.384 registros de algum tipo de violência praticada contra crianças e adolescentes no Brasil<sup>3</sup>.

Ademais, nos últimos anos, testemunhamos o aumento de crimes praticados com grave ameaça contra crianças e adolescentes em ambientes virtuais. *Cyberbullying*, estupro virtuais, incentivo ao suicídio e

<sup>1</sup> Atlas da Violência 2025 – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, p. 36. Cf. <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5999-atlasdaviolencia2025.pdf>

<sup>2</sup> Atlas da Violência 2025 – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, p. 37. Cf. <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5999-atlasdaviolencia2025.pdf>

<sup>3</sup> Atlas da Violência 2025 – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, p. 39. Cf. <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5999-atlasdaviolencia2025.pdf>



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3079761215>



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

automutilação são alguns exemplos de delitos cometidos contra crianças e adolescentes que, em busca de aceitação e pertencimento, são atraídas a verdadeiras armadilhas virtuais<sup>4</sup>.

A partir dos dados apresentados neste parecer, entendemos que a Emenda nº 1-CSP é adequada, aprimorando o texto da proposição para estender os efeitos da restrição pretendida aos crimes cometidos com grave ameaça e contra adolescentes, refletindo as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 1990), que assegura proteção integral a estes grupos vulneráveis.

As informações apuradas demonstram que crianças e adolescentes estão sujeitos a diversas formas de agressões além da violência física. Os dados do levantamento realizado pelo Ipea no Atlas da Violência indicam que é bastante comum crianças e adolescentes serem vítimas de crimes que envolvam grave ameaça e que põem em risco a integridade psicológica dos sujeitos em formação.

Portanto, a inclusão das expressões “grave ameaça” e “adolescente” no texto legal é fundamental para assegurar uma resposta penal adequada e efetiva para os crimes que afetam diretamente os menores de idade, em conformidade com os objetivos preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Trata-se de um cenário desafiador e, como tal, precisa ser combatido de modo amplo. A presente proposição, portanto, é de extrema importância para tutelar de maneira mais efetiva a segurança de crianças e adolescentes.

### III – VOTO

Por todo o exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 1.299, de 2024, e, no

<sup>4</sup> “Panelas” no Discord escondem “as mais perversas formas de crime” contra crianças, diz policial infiltrada. Cf. <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2025/07/27/panelas-no-discord-escondem-as-mais-perversas-formas-de-crime-contra-criancas-diz-policial-infiltrada.ghtml>



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3079761215>



6



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

mérito, pela sua **aprovação**, na forma da Emenda nº 1-CSP, da Comissão de Segurança Pública.

Sala da Comissão, de novembro de 2025.

**Senador Otto Alencar, Presidente**

**Senadora Professora Dorinha Seabra, Relatora**



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3079761215>





Senado Federal



Relatório de Registro de Presença

43ª, Extraordinária

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

| Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) |          |                              |          |
|--|----------|------------------------------|----------|
| TITULARES  |          | SUPLENTE                     |          |
| EDUARDO BRAGA  | PRESENTE | 1. ALESSANDRO VIEIRA         | PRESENTE |
| RENAN CALHEIROS  |          | 2. PROFESSORA DORINHA SEABRA | PRESENTE |
| JADER BARBALHO   |          | 3. MARCELO CASTRO            | PRESENTE |
| VENEZIANO VITAL DO RÊGO                                  | PRESENTE | 4. JAYME CAMPOS              | PRESENTE |
| SERGIO MORO  | PRESENTE | 5. GIORDANO                  |          |
| ALAN RICK  | PRESENTE | 6. ZEQUINHA MARINHO          | PRESENTE |
| SORAYA THRONICKE   |          | 7. PLÍNIO VALÉRIO            | PRESENTE |
| ORIOVISTO GUIMARÃES                                      |          | 8. FERNANDO FARIAS           |          |
| MARCIO BITTAR  | PRESENTE | 9. EFRAIM FILHO              | PRESENTE |

| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) |          |                   |          |
|---|----------|-------------------|----------|
| TITULARES   |          | SUPLENTE          |          |
| OTTO ALENCAR  | PRESENTE | 1. ANGELO CORONEL | PRESENTE |
| OMAR AZIZ   | PRESENTE | 2. ZENAIDE MAIA   | PRESENTE |
| ELIZIANE GAMA   | PRESENTE | 3. IRAJÁ          |          |
| VANDERLAN CARDOSO                                       | PRESENTE | 4. SÉRGIO PETECÃO | PRESENTE |
| RODRIGO PACHECO   |          | 5. MARA GABRILLI  | PRESENTE |
| CID GOMES   |          | 6. JORGE KAJURU   | PRESENTE |

| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) |          |                     |          |
|--|----------|---------------------|----------|
| TITULARES                              |          | SUPLENTE            |          |
| CARLOS PORTINHO                        |          | 1. JORGE SEIF       | PRESENTE |
| EDUARDO GIRÃO                          | PRESENTE | 2. IZALCI LUCAS     | PRESENTE |
| MAGNO MALTA                            |          | 3. EDUARDO GOMES    | PRESENTE |
| MARCOS ROGÉRIO                         | PRESENTE | 4. FLÁVIO BOLSONARO |          |
| ROGERIO MARINHO                        | PRESENTE | 5. JAIME BAGATTOLI  | PRESENTE |

| Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) |          |                       |          |
|---|----------|-----------------------|----------|
| TITULARES                               |          | SUPLENTE              |          |
| ROGÉRIO CARVALHO                        | PRESENTE | 1. RANDOLFE RODRIGUES |          |
| FABIANO CONTARATO                       | PRESENTE | 2. JAQUES WAGNER      | PRESENTE |
| AUGUSTA BRITO                           | PRESENTE | 3. HUMBERTO COSTA     | PRESENTE |
| WEVERTON                                |          | 4. ANA PAULA LOBATO   | PRESENTE |

| Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) |          |                     |          |
|--|----------|---------------------|----------|
| TITULARES                                    |          | SUPLENTE            |          |
| CIRO NOGUEIRA                                |          | 1. LAÉRCIO OLIVEIRA | PRESENTE |
| ESPERIDIÃO AMIN                              | PRESENTE | 2. DR. HIRAN        |          |
| MECIAS DE JESUS                              | PRESENTE | 3. HAMILTON MOURÃO  | PRESENTE |

Não Membros Presentes



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3079761215>





8

Senado Federal

**Relatório de Registro de Presença****Não Membros Presentes**

STYVENSON VALENTIM

NELSINHO TRAD

PAULO PAIM



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3079761215>Página 2 de 2  
03/12/2025 12:10:07



Senado Federal - Lista de Votação Nominal - PL 1299/2024 (nos termos do Parecer)

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Senadores

| TITULARES - Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE                     | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
|--|-----|-----|-----------|------------------------------|-----|-----|-----------|
| EDUARDO BRAGA  |     |     |           | 1. ALESSANDRO VIEIRA         | X   |     |           |
| RENAN CALHEIROS  |     |     |           | 2. PROFESSORA DORINHA SEABRA | X   |     |           |
| JADER BARBALHO   |     |     |           | 3. MARCELO CASTRO            |     |     |           |
| VENEZIANO VITAL DO RÊGO  |     |     |           | 4. JAYME CAMPOS              |     |     |           |
| SERGIO MORO  | X   |     |           | 5. GIORDANO                  |     |     |           |
| ALAN RICK  | X   |     |           | 6. ZEQUINHA MARINHO          |     |     |           |
| SORAYA THRONICKE   |     |     |           | 7. PLÍNIO VALERIO            | X   |     |           |
| ORIOVISTO GUIMARÃES  |     |     |           | 8. FERNANDO FARIAS           |     |     |           |
| MARCIO BITTAR  |     |     |           | 9. EFRAIM FILHO              |     |     |           |
| TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD)  | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE                     | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| OTTO ALENCAR   |     |     |           | 1. ANGELO CORONEL            | X   |     |           |
| OMAR AZIZ  |     |     |           | 2. ZENAIDE MAIA              |     |     |           |
| ELIZIANE GAMA  |     |     |           | 3. IRAJÁ                     |     |     |           |
| VANDERLAN CARDOSO  | X   |     |           | 4. SÉRGIO PETECÃO            | X   |     |           |
| RODRIGO PACHECO  |     |     |           | 5. MARA GABRILLI             |     |     |           |
| CID GOMES  |     |     |           | 6. JORGE KAJURU              | X   |     |           |
| TITULARES - Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)                   | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE                     | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| CARLOS PORTINHO  |     |     |           | 1. JORGE SEIF                |     |     |           |
| EDUARDO GIRAÔ  |     |     |           | 2. IZALCI LUCAS              | X   |     |           |
| MAGNO MALTA  |     |     |           | 3. EDUARDO GOMES             |     |     |           |
| MARCOS ROGÉRIO   |     |     |           | 4. FLÁVIO BOLSONARO          |     |     |           |
| ROGERIO MARINHO  |     |     |           | 5. JAIME BAGATTOLI           |     |     |           |
| TITULARES - Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT)                  | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE                     | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| ROGÉRIO CARVALHO   |     |     |           | 1. RANDOLFE RODRIGUES        |     |     |           |
| FABIANO CONTARATO  | X   |     |           | 2. JAQUES WAGNER             | X   |     |           |
| AUGUSTA BRITO  | X   |     |           | 3. HUMBERTO COSTA            |     |     |           |
| WEVERTON   |     |     |           | 4. ANA PAULA LOBATO          |     |     |           |
| TITULARES - Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)             | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE                     | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| CIRO NOGUEIRA  |     |     |           | 1. LAÉRCIO OLIVEIRA          |     |     |           |
| ESPERIDIÃO AMIN  | X   |     |           | 2. DR. HIRAN                 |     |     |           |
| MECIAS DE JESUS  | X   |     |           | 3. HAMILTON MOURÃO           |     |     |           |

Quórum: TOTAL 16  
Votação: TOTAL 15 SIM 15 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0  
\* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3, EM 03/12/2025  
OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Senador Otto Alencar  
Presidente



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3079761215>



**DECISÃO DA COMISSÃO****(PL 1299/2024)**

NA 43ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O PROJETO E A EMENDA Nº 1-CSP-CCJ, RELATADOS PELA SENADORA PROFESSORA DORINHA SEABRA.

03 de dezembro de 2025

Senador Otto Alencar

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3079761215>



**PROJETO DE LEI Nº 1.299, DE 2024**

Altera o art. 112 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dificultar a progressão de regime de cumprimento da pena nos casos em que o preso tenha sido condenado por crime praticado com emprego de violência contra crianças.

Recebido o Ofício nº 203, de 2025, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, comunicando a apreciação da matéria, em caráter terminativo.

Concluída a instrução da matéria, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros da Casa, para que seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

**Prazo: de 4/12/2025 a 10/12/2025.**





**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**SECRETARIA DE COMISSÕES**  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**

Ofício nº 203/2025–PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 03 de dezembro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador **DAVI ALCOLUMBRE**  
Presidente do Senado Federal

**Assunto:** Decisão Terminativa.

**Senhor Presidente,**

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Extraordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, **pela aprovação do Projeto de Lei nº 1299, de 2024**, que “*Altera o art. 112 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dificultar a progressão de regime de cumprimento da pena nos casos em que o preso tenha sido condenado por crime praticado com emprego de violência contra crianças.*”, de autoria do Senador Sérgio Petecão, com a **Emenda nº 1-CSP-CCJ**.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,

Senador **OTTO ALENCAR**  
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania





# SENADO FEDERAL

## PARECER (SF) Nº 150, DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA,  
sobre o Projeto de Lei nº 366, de 2022, do Senador Telmário Mota,  
que Cria a Política Nacional de Segurança dos Povos Indígenas.

**PRESIDENTE EVENTUAL:** Senador Paulo Paim

**RELATOR:** Senadora Damares Alves

03 de dezembro de 2025



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4339392844>





SENADO FEDERAL

SF/25125.91590-60

**PARECER Nº , DE 2025**

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 366, de 2022, do Senador Telmário Mota, que *cria a Política Nacional de Segurança dos Povos Indígenas*.

Relatora: Senadora **DAMARES ALVES**

**I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei (PL) nº 366, de 2022, de autoria do Senador Telmário Mota, cria a Política Nacional de Segurança dos Povos Indígenas (PNSPI). Estruturado em oito artigos, tem como objetivo central garantir o direito coletivo dos povos indígenas à paz e segurança, com autonomia e proteção contra diversas formas de agressão e violação de direitos, incluindo seus direitos individuais à vida e à integridade. Para esse fim, propõe o fortalecimento das políticas públicas de segurança voltadas para os povos indígenas, dada a sua notória vulnerabilidade, mediante esforços coordenados dos vários poderes e entes da Federação.

O art. 1º define o objeto da proposição e lastreia a iniciativa na competência da União para legislar sobre populações indígenas, prevista no art. 22, inciso XIV, da Constituição de 1988.

O art. 2º declara o direito coletivo dos indígenas de existir em paz e segurança de acordo com seus usos, costumes e tradições, com autonomia para decidir sobre o próprio desenvolvimento, conforme a Constituição Federal, salientando o direito à proteção contra o



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4339392844>





SENADO FEDERAL

SF/25125.91590-60

genocídio e outras formas de agressão coletiva ou tentativas de assimilação. Remete, ainda, aos direitos individuais à vida, à integridade física e mental, à liberdade e à segurança.

O art. 3º remete às normas constitucionais e legais que definem as competências da polícia militar, da Polícia Federal, da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), da Justiça Federal, do Ministério Público Federal, da Defensoria Pública da União, da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), especificamente em suas respectivas áreas de atuação pertinentes à PNSPI, como patrulhamento, apuração de crimes, poder de polícia, julgamento de disputas, defesa de direitos, atendimento jurídico, proteção da saúde e fiscalização ambiental em terras indígenas e suas cercanias.

O art. 4º define princípios da PNSPI, como a promoção dos direitos indígenas, a presença dos órgãos estatais em regiões com terras indígenas, a celeridade e a prioridade em ações de prevenção, apuração e proteção, a resolução pacífica de conflitos e a inviolabilidade das terras indígenas.

As diretrizes da PNSPI são elencadas no art. 5º e incluem o atendimento qualificado e humanizado, o fortalecimento da prevenção e resolução de conflitos, a atuação integrada e a cooperação entre os entes federativos e os órgãos do Estado, a capacitação de agentes, o policiamento de proximidade, a participação das comunidades indígenas nas decisões de segurança e a integração entre os Poderes na aplicação da legislação penal.

Em seu art. 6º, o PL apresenta os objetivos gerais da PNSPI, que incluem as ações de fomentar a integração dos órgãos, apoiar a preservação da paz e do meio ambiente indígena, incentivar a permanência e capacitação continuada de agentes, estimular ações voltadas aos agentes públicos que atuam junto aos povos indígenas, bem como a prevenção e o controle à violência, promover estudos e diagnósticos, estimular intercâmbio de informações com instituições



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4339392844>



SENADO FEDERAL

estrangeiras congêneres, integrar e compartilhar informações voltadas à promoção e defesa dos direitos dos povos indígenas, fortalecer a fiscalização e investigação de crimes, e estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação com participação indígena.

No art. 7º, a proposição dispõe sobre a competência da União para estabelecer a PNSPI, cujas diretrizes devem ser observadas pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios ao estabelecer suas respectivas políticas.

Finalmente, o art. 8º prevê que a lei resultante da proposição entrará em vigor na data de sua publicação.

A matéria foi encaminhada para análise das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), de Segurança Pública (CSP) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), cabendo à última manifestar-se em caráter terminativo.

Não foram recebidas emendas.

## II – ANÁLISE

Conforme disposto nos incisos III e VII do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre garantia e promoção dos direitos humanos e fiscalização, acompanhamento, avaliação e controle das políticas governamentais relativas aos direitos de minorias sociais ou étnicas. Sob essa perspectiva, passamos a analisar o PL nº 366, de 2022.

De modo geral, saudamos a iniciativa de robustecer as políticas de segurança pública voltadas para indígenas, reconhecendo a importância de dedicar atenção especial aos povos originários, historicamente acossados e, ainda hoje, submetidos a formas de violência coletiva que se sobrepõem àquelas enfrentadas pelo conjunto mais amplo da população brasileira. Vemos, nessa proposição, o cuidado com o princípio da autodeterminação, com o imperativo da







SENADO FEDERAL

SF/25125.91590-60

proteção territorial e com o equilíbrio entre a defesa de direitos fundamentais coletivos e individuais.

É auspiciosa a atenção dedicada à ação integrada entre os três Poderes e os diversos entes da Federação. Desde aspectos mais gerais, como a definição de princípios e diretrizes, até os mais específicos, como a capacitação e a valorização profissional, de saúde, de qualidade de vida e de segurança dos agentes públicos que atuam junto aos povos indígenas, são bem definidos no texto ora analisado. Também são meritórios a ênfase nas ações preventivas e o foco na resolução pacífica de conflitos, na conciliação, no diálogo, na negociação e na redução da letalidade violenta nas questões que envolvam indígenas.

Merece especial destaque o caráter democrático e respeitoso que se pretende atribuir à PNSPI. Longe de adotar um tom condescendente e paternalista, ela traz entre suas diretrizes a participação das comunidades indígenas na tomada de decisões, na formulação de planos e na análise de questões que envolvam sua segurança. Prevê, ainda, que os povos e comunidades indígenas participem dos mecanismos de monitoramento e de avaliação das ações implementadas. O envolvimento direto dos destinatários tende a contribuir para que a PNSPI possa efetivamente sair do papel e produzir efeitos práticos, com maior transparência na alocação e na execução de recursos, programas e ações.

Com o intuito de reforçar os méritos que já reconhecemos no PL nº 366, de 2022, oferecemos apenas algumas emendas que entendemos ser congruentes com as suas finalidades. Em sua maior parte, são ajustes redacionais, mas salientamos a importância de prevenir e pacificar conflitos interétnicos e intraétnicos, bem como garantir atendimento especializado às mulheres e crianças indígenas, que figuram entre os mais vulneráveis dentro de seus próprios contextos.



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4339392844>



SENADO FEDERAL

**III – VOTO**

Em razão do que foi exposto, concluímos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 366, de 2022, com as seguintes emendas:

**EMENDA Nº 1 -CDH**

Dê-se ao inciso I do art. 3º do Projeto de Lei nº 366, de 2022, a seguinte redação:

“I – à polícia militar o patrulhamento ostensivo em áreas limítrofes a terras indígenas e, mediante autorização do órgão indigenista federal, no seu interior para o atendimento de ocorrências;”

**EMENDA Nº 2 -CDH**

Dê-se ao inciso III do art. 3º do Projeto de Lei nº 366, de 2022, a seguinte redação:

“III – à Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) o poder de polícia nas terras indígenas e nas matérias atinentes à proteção dos indígenas, consoante o inciso VII do *caput* do art. 1º da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967;”

**EMENDA Nº 3 -CDH**

Dê-se ao inciso I do art. 4º do Projeto de Lei nº 366, de 2022, a seguinte redação:

“I – preservação e promoção dos direitos e garantias individuais e coletivos dos povos indígenas, em especial, à vida, à paz, à saúde, aos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e à reprodução física e cultural;”





SENADO FEDERAL

SF/25125.91590-60

**EMENDA Nº 4 -CDH**

Acrescente-se os seguintes incisos ao art. 4º do Projeto de Lei nº 366, de 2022, eliminando-se a partícula “e” ao final do inciso IV e renumerando-se como inciso VII o seu atual inciso V:

“V – uso excepcional, moderado, proporcional e progressivo da força;

VI – intermediação em conflitos interétnicos e intraétnicos, por meio de profissional indigenista especializado;” (NR)

**EMENDA Nº 5 -CDH**

Acrescente-se o seguinte inciso XI ao art. 5º do Projeto de Lei nº 366, de 2022, eliminando-se a partícula “e” ao final do inciso IX e substituindo-se a pontuação final do inciso X por ‘ponto e vírgula’:

“XI – atendimento especializado a mulheres, crianças e adolescentes indígenas.” (NR)

**EMENDA Nº 6 -CDH**

Dê-se a seguinte redação aos incisos III e IV do art. 6º do Projeto de Lei nº 366, de 2022:

“III – incentivar a presença permanente de equipamentos e agentes públicos junto às terras e às comunidades indígenas, ressalvados, sem prejuízo do dever de proteção, os casos nos quais essa presença possa apresentar riscos para os próprios indígenas, especialmente no caso de grupos isolados;

IV – estimular ações de capacitação continuada, de valorização profissional, de saúde, de qualidade de vida e de segurança dos agentes públicos que atuam junto aos povos indígenas;”



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4339392844>





SENADO FEDERAL

**EMENDA Nº 7 -CDH**

Acrescentem-se os seguintes incisos XII, XIII, XIV e XV ao art. 6º do Projeto de Lei nº 366, de 2022, eliminando-se a partícula “e” ao final do inciso X e substituindo-se a pontuação final do inciso XI por ‘ponto e vírgula’:

“XII – intensificar o uso de sistemas de vigilância remota para a detecção de intrusões em terras indígenas, com o uso de satélites, entre outros meios;

XIII – capacitar os próprios indígenas no uso de sistemas e equipamentos que permitam identificar invasões às suas terras, tais como câmeras estacionárias termos sensíveis e veículos aéreos não tripulados;

XIV– apoiar e facilitar a ressocialização do indígena egresso do sistema carcerário; e

XV – garantir proteção contra violência doméstica e familiar a mulheres, crianças e adolescentes indígenas.” (NR)

**EMENDA Nº 8 - CDH**

Dê-se a seguinte redação ao art. 7º do Projeto de Lei nº 366, de 2022:

“**Art. 7º** Compete à União estabelecer a PNSPI, e aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios estabelecer suas respectivas políticas, observados os princípios, as diretrizes e os objetivos da política nacional.”

Sala da Comissão,

, Presidente



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4339392844>





SENADO FEDERAL

, Relatora



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4339392844>





10

Senado Federal



Relatório de Registro de Presença

84ª, Extraordinária

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

| Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) |          |                              |          |
|--|----------|------------------------------|----------|
| TITULARES  |          | SUPLENTE                     |          |
| IVETE DA SILVEIRA  | PRESENTE | 1. ALESSANDRO VIEIRA         | PRESENTE |
| GIORDANO   |          | 2. PROFESSORA DORINHA SEABRA | PRESENTE |
| SERGIO MORO  | PRESENTE | 3. ZEQUINHA MARINHO          |          |
| VAGO   |          | 4. STYVENSON VALENTIM        | PRESENTE |
| MARCOS DO VAL  |          | 5. MARCIO BITTAR             | PRESENTE |
| PLÍNIO VALÉRIO   | PRESENTE | 6. VAGO                      |          |

| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) |          |                      |          |
|---|----------|----------------------|----------|
| TITULARES   |          | SUPLENTE             |          |
| CID GOMES   |          | 1. FLÁVIO ARNS       |          |
| JUSSARA LIMA  | PRESENTE | 2. VANDERLAN CARDOSO | PRESENTE |
| MARA GABRILLI   | PRESENTE | 3. VAGO              |          |
| VAGO  |          | 4. VAGO              |          |

| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) |          |                     |          |
|--|----------|---------------------|----------|
| TITULARES                              |          | SUPLENTE            |          |
| JAIME BAGATTOLI                        |          | 1. EDUARDO GIRÃO    | PRESENTE |
| MAGNO MALTA                            |          | 2. ROMÁRIO          |          |
| MARCOS ROGÉRIO                         | PRESENTE | 3. JORGE SEIF       |          |
| ASTRONAUTA MARCOS PONTES               | PRESENTE | 4. FLÁVIO BOLSONARO |          |

| Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) |          |                  |          |
|---|----------|------------------|----------|
| TITULARES                               |          | SUPLENTE         |          |
| FABIANO CONTARATO                       | PRESENTE | 1. WEVERTON      |          |
| ROGÉRIO CARVALHO                        |          | 2. AUGUSTA BRITO | PRESENTE |
| HUMBERTO COSTA                          | PRESENTE | 3. PAULO PAIM    | PRESENTE |

| Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) |          |                     |          |
|--|----------|---------------------|----------|
| TITULARES                                    |          | SUPLENTE            |          |
| TEREZA CRISTINA                              |          | 1. LAÉRCIO OLIVEIRA | PRESENTE |
| DAMARES ALVES                                | PRESENTE | 2. MECIAS DE JESUS  | PRESENTE |

Não Membros Presentes

ANGELO CORONEL  
SÉRGIO PETECÃO  
ELIZIANE GAMA  
ZENAIDE MAIA  
BETO FARO  
NELSINHO TRAD  
IZALCI LUCAS



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4339392844>



## DECISÃO DA COMISSÃO

(PL 366/2022)

NA 84ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A PRESIDENTE DAMARES ALVES PASSA A PRESIDÊNCIA AO SENADOR PAULO PAIM. EM SEGUIDA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH, FAVORÁVEL AO PROJETO, COM AS EMENDAS NºS 1 A 8-CDH.

03 de dezembro de 2025

Senador Paulo Paim

Presidiu a reunião da Comissão de Direitos Humanos e  
Legislação Participativa



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4339392844>





# SENADO FEDERAL

## PARECER (SF) Nº 151, DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA,  
sobre a Sugestão nº 10, de 2025, que Dispõe sobre: "Estatuto dos  
Cães e Gatos".

**PRESIDENTE:** Senadora Damares Alves

**RELATOR:** Senador Paulo Paim

03 de dezembro de 2025



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8569844992>







2

Senado Federal



Relatório de Registro de Presença

84ª, Extraordinária

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

| Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) |          |                              |          |
|--|----------|------------------------------|----------|
| TITULARES  |          | SUPLENTEs                    |          |
| IVETE DA SILVEIRA  | PRESENTE | 1. ALESSANDRO VIEIRA         | PRESENTE |
| GIORDANO   |          | 2. PROFESSORA DORINHA SEABRA | PRESENTE |
| SERGIO MORO  | PRESENTE | 3. ZEQUINHA MARINHO          |          |
| VAGO   |          | 4. STYVENSON VALENTIM        | PRESENTE |
| MARCOS DO VAL  |          | 5. MARCIO BITTAR             | PRESENTE |
| PLÍNIO VALÉRIO   | PRESENTE | 6. VAGO                      |          |

| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) |          |                      |          |
|---|----------|----------------------|----------|
| TITULARES   |          | SUPLENTEs            |          |
| CID GOMES   |          | 1. FLÁVIO ARNS       |          |
| JUSSARA LIMA  | PRESENTE | 2. VANDERLAN CARDOSO | PRESENTE |
| MARA GABRILLI   | PRESENTE | 3. VAGO              |          |
| VAGO  |          | 4. VAGO              |          |

| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) |          |                     |          |
|--|----------|---------------------|----------|
| TITULARES                              |          | SUPLENTEs           |          |
| JAIME BAGATTOLI                        |          | 1. EDUARDO GIRÃO    | PRESENTE |
| MAGNO MALTA                            |          | 2. ROMÁRIO          |          |
| MARCOS ROGÉRIO                         | PRESENTE | 3. JORGE SEIF       |          |
| ASTRONAUTA MARCOS PONTES               | PRESENTE | 4. FLÁVIO BOLSONARO |          |

| Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) |          |                  |          |
|---|----------|------------------|----------|
| TITULARES                               |          | SUPLENTEs        |          |
| FABIANO CONTARATO                       | PRESENTE | 1. WEVERTON      |          |
| ROGÉRIO CARVALHO                        |          | 2. AUGUSTA BRITO | PRESENTE |
| HUMBERTO COSTA                          | PRESENTE | 3. PAULO PAIM    | PRESENTE |

| Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) |          |                     |          |
|--|----------|---------------------|----------|
| TITULARES                                    |          | SUPLENTEs           |          |
| TEREZA CRISTINA                              |          | 1. LAÉRCIO OLIVEIRA | PRESENTE |
| DAMARES ALVES                                | PRESENTE | 2. MECIAS DE JESUS  | PRESENTE |

Não Membros Presentes

ANGELO CORONEL  
SÉRGIO PETECÃO  
ELIZIANE GAMA  
ZENAIDE MAIA  
BETO FARO  
NELSINHO TRAD  
IZALCI LUCAS



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8569844992>





**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

**PARECER Nº , DE 2025**

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Sugestão nº 10, de 2025, proveniente do Instituto Arcanimal, do Instituto Faço pelos Animais e da Soama – Associação Amigos dos Animais, que *dispõe sobre o "Estatuto dos Cães e Gatos"*.

Relator: Senador **PAULO PAIM**

**I – RELATÓRIO**

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) a Sugestão (SUG) nº 10, de 2025, originária do Instituto Arcanimal, do Instituto Faço pelos Animais e da Soama – Associação Amigos dos Animais, que *dispõe sobre o "Estatuto dos Cães e Gatos"*.

A Sugestão consiste em extensa e detalhada proposta de projeto de lei, que busca a instituição de um “Estatuto dos Cães e Gatos”, com o objetivo de estabelecer um marco legal abrangente para a proteção, o bem-estar, a saúde e os direitos fundamentais desses animais no território nacional. O texto é composto por doze capítulos e sessenta artigos, estruturados de forma sistemática, abordando definições conceituais, direitos, deveres, responsabilidades, políticas públicas e sanções administrativas e penais relacionadas ao tratamento de cães e gatos.

O Capítulo I (“Disposições Gerais”) define o objeto da lei e reconhece cães e gatos como seres vivos sencientes e sujeitos de direito, dotados de valor intrínseco e dignidade própria. Estabelece que esses animais possuem capacidade jurídica plena, sendo absolutamente incapazes para os atos da vida



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8569844992>





**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

civil, devendo ser representados por pessoa natural ou jurídica legitimada. Afirmo que o direito à vida é inviolável e que a interpretação e a aplicação do Estatuto devem observar os princípios da dignidade animal e da vedação ao retrocesso ambiental.

O Capítulo II (“Dos Objetivos e Princípios”) fixa as finalidades centrais do Estatuto: assegurar a proteção integral, prevenir e reprimir maus-tratos, promover políticas públicas de educação animalista e manejo populacional ético e incentivar a convivência harmoniosa entre humanos e animais. Apresenta um conjunto de princípios fundamentais, como a dignidade animal, a universalidade da proteção, a prevenção e precaução, a solidariedade interespecies, a participação comunitária, a cidadania animal, a substituição de métodos científicos cruéis e o princípio *in dubio pro animal*, que determina a interpretação mais favorável ao animal em casos de dúvida.

O Capítulo III (“Das Definições Fundamentais”) contém um glossário jurídico com conceitos relevantes para a aplicação da norma. Define-se o que é animal comunitário, cuidador comunitário, tutor, tutela responsável, família multiespécie, microchipagem, bem-estar animal, senciência, dano existencial e dano moral coletivo animal. Dispõe, ainda, que a tutela responsável implica deveres de cuidado, proteção, alimentação, saúde e segurança, e que o dano existencial animal corresponde à lesão à qualidade de vida ou ao bem-estar de um ser senciente.

O Capítulo IV (“Dos Direitos dos Cães e Gatos”) elenca os direitos fundamentais desses animais, incluindo o direito à vida, à integridade física e psíquica, à liberdade de comportamento natural, à alimentação e abrigo adequados, à assistência veterinária, à proteção familiar ou comunitária, ao resgate em situações de risco, à convivência saudável e ao acesso à tutela jurisdicional. Prevê, ainda, o direito de circulação em condomínios e no transporte público, salvo quando houver risco concreto à segurança de pessoas ou outros animais.

O Capítulo V (“Das Proibições”) lista condutas vedadas em todo o território nacional, como o uso de cães e gatos em rinhas, corridas, espetáculos, treinamentos violentos ou atividades que impliquem sofrimento físico ou



Assinado eletronicamente, por Sen. Damarens Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8569844992>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

psíquico. Proíbe o sacrifício de animais como método de controle populacional, o confinamento permanente com correntes, mutilações por razões estéticas, a criação e o comércio clandestinos, o uso em experimentos dolorosos e a locação para fins de guarda, vigilância ou entretenimento. Estabelece, ainda, a corresponsabilidade de condomínios e empresas por animais abandonados em suas áreas e o dever de comunicação obrigatória de maus-tratos.

O Capítulo VI (“Dos Deveres do Tutor ou Responsável”) detalha as obrigações das pessoas físicas ou jurídicas que mantenham a guarda ou a posse de cães e gatos. Entre os deveres, incluem-se o fornecimento de alimentação adequada, abrigo, higiene e cuidados veterinários; a adoção de medidas de segurança para evitar fugas e acidentes; a condução dos animais em vias públicas com coleira e guia apropriadas; o recolhimento de dejetos; e a garantia de socialização e convivência pacífica, abstendo-se de práticas violentas ou negligentes.

O Capítulo VII (“Dos Deveres do Poder Público”) estabelece as atribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios no cumprimento da lei. Impõe a criação de políticas públicas permanentes voltadas à proteção animal, ao controle populacional ético por meio da esterilização e microchipagem, ao atendimento veterinário gratuito ou subsidiado, ao apoio a abrigos e organizações protetoras e à fiscalização de criadouros e estabelecimentos comerciais. Também determina que o poder público não poderá adotar a eutanásia como forma de controle de zoonoses quando houver tratamento viável, e prevê a criação de fundos, conselhos e programas de educação animalista.

O Capítulo VIII (“Da Tutela Comunitária”) reconhece a figura do animal comunitário, isto é, aquele que, mesmo sem tutor individual identificado, recebe cuidados de uma coletividade. Determina que o poder público deverá apoiar e regulamentar a atuação de cuidadores comunitários, garantindo abrigo, alimentação, esterilização e acompanhamento veterinário aos animais de rua. Atribui ao município a responsabilidade civil objetiva por eventuais danos causados por esses animais, ressalvadas as hipóteses de culpa exclusiva da vítima.



Assinado eletronicamente, por Sen. Damarens Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8569844992>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

O Capítulo IX (“Da Adoção Responsável”) regula o processo de adoção de cães e gatos, caracterizando-o como ato de cidadania e formação de família multiespécie. Estabelece os requisitos para adoção, como a maioridade, a idoneidade e a capacidade de oferecer condições materiais de cuidado. Determina a celebração de termo de adoção com força de título executivo extrajudicial, assegura o acompanhamento pós-adoção e define a responsabilidade do antigo tutor pelos custos até a nova guarda. O poder público é incumbido de promover campanhas permanentes de adoção responsável.

O Capítulo X (“Das Infrações e Sanções Administrativas”) trata das condutas infracionais e respectivas penalidades, aplicáveis a pessoas físicas e jurídicas. Prevê sanções de advertência, multa, interdição temporária ou definitiva e proibição de exercer tutela ou guarda de animais. Estabelece o dever de reparação civil por dano existencial animal, com indenizações graduadas entre R\$ 3.500,00 e R\$ 14.000,00, conforme a gravidade da infração. Determina que os recursos provenientes das multas e indenizações sejam destinados a fundos municipais de proteção animal e que o infrator reincidente fique proibido de manter ou adquirir animais por dez anos.

O Capítulo XI (“Dos Crimes contra Cães e Gatos”) dispõe sobre as infrações penais específicas contra esses animais, classificando-as em grupos de condutas, e define que todos os crimes são de ação penal pública incondicionada, aplicando-se as normas da Parte Geral do Código Penal e do Código de Processo Penal. Reconhece o animal como ofendido com legitimidade processual indireta, por meio de representante legal, e prevê a possibilidade de participação de *amicus curiae* em processos de relevância social. Estabelece ainda a responsabilidade civil, penal e administrativa de pessoas físicas e jurídicas, com possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica quando esta for utilizada para evitar a reparação dos danos. O capítulo também prevê a fixação de indenização mínima ao animal ofendido, administrada por seu tutor ou revertida a fundos públicos e entidades de proteção animal, reforçando o caráter reparatório e pedagógico da norma penal.

As condutas criminosas estão organizadas em blocos de natureza distinta. O primeiro grupo abrange os crimes contra a vida e a integridade física, como matar, ferir, abandonar ou deixar de prestar socorro a cães e gatos, com



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8569844992>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

penas que variam de detenção a reclusão conforme a gravidade e o resultado. O segundo grupo trata dos crimes de crueldade e exploração, que incluem a submissão a experimentos científicos dolorosos, o uso em testes cosméticos, a privação de liberdade de locomoção, o confinamento inadequado e a promoção de rifas, corridas ou espetáculos com sofrimento animal. O terceiro bloco compreende os crimes sexuais e de conteúdo ilícito, abrangendo a prática de atos libidinosos, a zooerastia e a produção, registro, divulgação ou armazenamento de material envolvendo abuso sexual de animais. Por fim, há o conjunto dos crimes de omissão e obstrução, que pune o impedimento de alimentação, o descumprimento de deveres de cuidado, a obstrução à fiscalização de maus-tratos e a prática de violência institucional contra quem denuncia tais crimes.

Por fim, o Capítulo XII (“Das Disposições Finais”) determina que a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) deverá editar, no prazo de cento e oitenta dias, regulamento específico sobre o transporte aéreo de animais domésticos nas cabines das aeronaves, garantindo segurança e bem-estar. Por fim, o texto estabelece que a lei entrará em vigor noventa dias após a sua publicação, conferindo prazo de adaptação para o poder público, as empresas e os tutores se ajustarem às novas normas de proteção animal.

**II – ANÁLISE**

À luz do disposto no inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), cabe à CDH opinar sobre sugestões legislativas apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil. Dessa forma, é regimental a análise da SUG por este Colegiado.

A Sugestão Legislativa nº 10, de 2025, versa sobre tema de elevada relevância social e jurídica, ao propor a criação do Estatuto dos Cães e Gatos, destinado a consolidar princípios, direitos e deveres relativos à proteção, ao bem-estar e à convivência harmônica entre pessoas e animais domésticos. O texto apresentado reflete um esforço consistente de juristas, estudiosos e entidades de defesa animal, que se dedicaram à elaboração de uma minuta tecnicamente estruturada, acompanhada de justificação jurídica e ética detalhada. O objetivo é preencher lacunas normativas existentes no ordenamento jurídico brasileiro,



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8569844992>





**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

estabelecendo um marco regulatório abrangente para o tratamento digno e responsável dos cães e gatos, em consonância com a evolução legislativa nacional e internacional sobre o tema.

Em linhas gerais, a proposição demonstra sensibilidade social e alinhamento com valores constitucionais fundamentais, como a proteção dos animais contra práticas cruéis, conforme o art. 225, § 1º, VII, da Constituição Federal.

Não obstante, o texto da Sugestão merece reparos.

O artigo 2º do projeto reconhece cães e gatos como “sujeitos de direito dotados de capacidade jurídica plena”, assegurando-lhes tutela jurisdicional individual ou coletiva em caso de violação de direitos. Ocorre que a expressão “capacidade jurídica plena”, tal como usada na dogmática civil brasileira, é privativa das pessoas naturais e jurídicas, entendidas como titulares de direitos e obrigações na ordem civil.

O artigo 3º, por sua vez, dispõe que cães e gatos são “absolutamente incapazes de exercer diretamente os atos da vida civil”, devendo ser representados. Trata-se, na prática, de uma transposição direta da categoria da incapacidade civil humana, prevista no art. 3º do Código Civil. O dispositivo, embora pretenda resolver a contradição do artigo anterior, acaba por reforçar uma equiparação antropomórfica indevida, introduzindo uma lógica de incapacidade fundada em parâmetros de personalidade humana. No caso dos animais, o que se pode admitir é uma titularidade reflexa de direitos fundamentais ou ambientais, exercida sempre de forma mediata por terceiros (tutores, associações ou o Estado), mas não a capacidade civil plena ou restrita.

Imprescindível, portanto, a modificação dos arts. 2º e 3º da SUG, para eliminar as equiparações antropomórficas presentes no texto. Ao mesmo tempo, deve-se preservar a proteção devida aos animais, não como coisas, mas como seres sencientes dotados de status jurídico próprio, que reconhece sua dignidade sem afastar integralmente parte da disciplina jurídica aplicável aos objetos de direito.



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8569844992>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

Nesse âmbito, vale destacar que a SUG, por mais que proíba o tratamento de cães e gatos como coisas (art. 8º, I), na prática reconhece parcialmente sua consideração como objetos de direito ao prever, por exemplo, a comercialização de cães e gatos (art. 9º, VII). Coisas, para o direito civil, podem ser definidas como entes corpóreos ou incorpóreos que servem de objeto a uma relação jurídica. Percebe-se, portanto, uma sobreposição entre o conceito jurídico de coisa e a aptidão de ser objeto de relações jurídicas, tal como se reconhece na SUG. Diferentemente, por sua vez, das coisas tomadas de forma genérica, propõe-se que cães e gatos não sejam meros objetos de negócios jurídicos sem que sua dignidade seja leva em consideração.

Observamos, neste ponto, que o Projeto de Lei (PL) nº 4, de 2025, que dispõe sobre a reforma do Código Civil, também trata expressamente do regime jurídico dos animais, propondo a inclusão de um art. 91-A com o seguinte teor:

**Art. 91-A.** Os animais são seres vivos sencientes e passíveis de proteção jurídica própria, em virtude da sua natureza especial.

§ 1º A proteção jurídica prevista no caput será regulada por lei especial, a qual disporá sobre o tratamento físico e ético adequado aos animais.

§ 2º Até que sobrevenha lei especial, são aplicáveis, subsidiariamente, aos animais as disposições relativas aos bens, desde que não sejam incompatíveis com a sua natureza, considerando a sua sensibilidade.

Observa-se que a proposta incorpora o conceito de seres vivos sencientes, mas o faz de maneira moderada e sistematicamente coerente com o direito civil, evitando a adoção de categorias como “capacidade jurídica plena” ou “incapacidade absoluta”.

O dispositivo reconhece a necessidade de um regime jurídico próprio, distinto tanto da mera classificação como coisa quanto da equiparação à pessoa humana, e atribui à lei especial a tarefa de disciplinar o tratamento ético e físico dos animais.



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes - Anexo I - 22º Andar - SL 2 - 70165-900 - Brasília - DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8569844992>







**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

Essa solução legislativa revela uma técnica de transição jurídica equilibrada, que reconhece a senciência animal e a necessidade de tutela específica, mas sem romper com a estrutura conceitual do Código Civil, o que a torna mais harmônica com o sistema jurídico vigente do que as formulações contidas na proposta do “Estatuto dos Cães e Gatos”, que confere aos animais capacidade jurídica plena e incapacidade civil, categorias jurídicas aplicáveis à pessoa humana.

Assim, a disciplina prevista no *caput* do art. 91-A do Código Civil, na forma do PL nº 4, de 2025, está mais alinhada ao ordenamento jurídico vigente do que a prevista nos arts. 2º e 3º da SUG.

Outra questão relevante que demanda atenção reside na utilização, por parte da SUG, da expressão “tutores”, conforme se verifica no inciso I do art. 9º e em diversos dispositivos ao longo do texto. No âmbito do direito de família, a tutela tem contornos jurídicos claros, sendo o instituto aplicável especificamente à relação entre crianças e adolescentes e seus responsáveis legais, na ausência do poder familiar (art. 1.728 do Código Civil). Embora a expressão “tutores” tenha ganhado uso corrente e informal na prática contemporânea no âmbito da relação entre pessoas e animais de estimação, sua adoção pelo diploma legal pode gerar insegurança jurídica e confusão dogmática, dada a disparidade de natureza e extensão entre a responsabilidade ali tratada e o regime legal da tutela. Por essa razão, afigura-se juridicamente preferível a substituição pelo termo “responsável legal”, que tem um caráter mais genérico e adequado ao contexto, e, simultaneamente, evita a controvertida e socialmente inadequada expressão “dono”. Por fim, vale destacar que o texto da SUG já utiliza as expressões “tutor” e “responsável legal” como sinônimos (art. 9º, XI), sendo assim mais adequada a opção por apenas uma delas de forma a trazer maior clareza à proposta.

No mesmo artigo, a SUG define “família multiespécie” como a “comunidade formada por seres humanos e seus animais de estimação como entidade familiar”. Trata-se, contudo, de definição de reduzida relevância prática, já que o próprio texto da SUG emprega o conceito apenas duas vezes (arts. 19 e 24), sendo que em ambos os casos a expressão pode ser facilmente substituída por termos mais simples. A inserção, na proposta, de um conceito equiparado à noção de entidade familiar tende a suscitar debates jurisprudenciais capazes de



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8569844982>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

comprometer a segurança jurídica, uma vez que a entidade familiar goza de proteção constitucional específica. Ademais, o conceito de família multiespécie não encontra correspondência na disciplina constitucional das entidades familiares delineada nos arts. 226 a 230 da Constituição Federal. Em conclusão, cumpre observar que o vocábulo “multiespécie” é fruto de construção doutrinária e não consta do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP), o que revela sua inadequação à Política Nacional de Linguagem Simples instituída pela Lei nº 15.263, de 14 de novembro de 2025.

Assim sendo, o inciso XI do art. 9º deve ser suprimido.

Mais adiante, o conceito de dano existencial animal, tal como previsto no inciso XIV do art. 9º do projeto, apresenta-se de forma excessivamente aberta e indeterminada, permitindo a caracterização da lesão com base em critérios de difícil objetivação, como “impossibilidade de seguir rotina” ou “necessidade de fazer o que antes não era necessário”. A amplitude da definição e a subjetividade dos parâmetros geram insegurança jurídica. Além disso, a aferição da alteração comportamental ou da perda de “qualidade de vida” pode conduzir a interpretações arbitrárias ou desproporcionais. Em termos dogmáticos, a noção de dano existencial foi construída para proteger dimensões extrapatrimoniais da pessoa humana relacionadas à liberdade e ao projeto de vida, sendo duvidosa sua equivalência conceitual com a realidade animal, que não possui consciência reflexiva ou autonomia existencial no sentido jurídico do termo. Ao mesmo tempo, a SUG apresenta uma proposta interessante de conceituação geral e abstrata de dano existencial animal, que pode ser mantida de forma a ser devidamente desenvolvida pela jurisprudência.

Por essas razões, o inciso XIV do art. 9º deve ser redigido de forma mais sintética, para a preservar a ideia geral do dano existencial sem estabelecer uma definição excessivamente objetiva. Desse modo, permite-se que a jurisprudência consolide os contornos de sua aplicação nos casos concretos.

Entendemos necessária a inclusão de um parágrafo único no art. 23, que trata de regras para adoção de cães e gatos, de modo a evitar entraves excessivos que poderiam desincentivar a adoção, principalmente por famílias de



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes - Anexo I - 22º Andar - SI 2 - 70165-900 - Brasília - DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/856984492>





**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

baixa renda ou com renda informal, que poderiam ter dificuldade para comprovar formalmente sua condição financeira.

Além disso, o art. 36 do projeto prevê indenizações tarifadas (com valores fixos e pré-determinados em lei) de valores elevados para os casos de ocorrência de dano existencial. Essa metodologia também destoa dos princípios basilares do sistema de responsabilidade civil brasileiro, fundado na avaliação concreta do dano, de sua extensão e das circunstâncias do caso. A tarifação de danos, além de comprometer a análise individualizada exigida pelo art. 944 do Código Civil (“a indenização mede-se pela extensão do dano”), impede a apreciação judicial equitativa e pode gerar indenizações desproporcionais tanto para mais quanto para menos. No presente caso, a fixação legal de quantias uniformes para hipóteses de dano existencial animal descaracteriza a natureza reparatória e individualizada da indenização civil.

Então, entendemos que o art. 36 também deve ser suprimido.

No que tange às disposições penais e processuais penais, muitas delas causam preocupação, até pela inovação que fazem.

O art. 41 prevê a possibilidade de o animal acompanhar o inquérito policial e até mesmo atuar como assistente de acusação no processo. Trata-se uma quebra de paradigma, porque atribui ao cão ou gato, não a seu responsável legal, a legitimidade *ad causam*.

No mesmo sentido, o art. 43 estabelece que a indenização *ex delicto* será devida ao animal, não a seu responsável legal. Ou seja, a SUG prevê que cães e gatos sejam titulares de direitos patrimoniais, o que também é bastante inovador e de difícil aplicação.

Mais adiante, o art. 58 alude à violência institucional contra cães e gatos, mas não define o que seria essa espécie de violência.

Por essas razões entendemos que os arts. 41, 43 e 58 também devem ser suprimidos.



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SL 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8569844992>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

No mais, ainda em relação ao capítulo que define os crimes contra cães e gatos, parece-nos que algumas das penas abstratamente cominadas são exageradas. Por exemplo, a conduta de matar cão ou gato (art. 45) tem como patamar mínimo a pena de reclusão de seis anos, idêntica reprimenda prevista para o homicídio, no art. 121 do Código Penal.

As penas, então, devem ser ajustadas, para que reflitam a proporcionalidade com o desvalor das respectivas condutas, tendo como parâmetro as reprimendas já estabelecidas para outros tipos penais.

Mais adiante, o art. 59 da SUG impõe à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), autarquia federal vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos, a obrigação de editar regulamentação em prazo determinado (180 dias) sobre o transporte de animais de estimação em cabines de aeronaves. Trata-se, de norma que interfere diretamente na atividade regulamentar e no exercício de competência técnica da agência. O Supremo Tribunal Federal tem precedente firme reconhecendo que a fixação, por lei, de prazo para que o Poder Executivo edite regulamento ou apresente projeto de lei viola o princípio da separação dos Poderes (art. 2º da CF). Nesse sentido, confira-se o trecho do acórdão da ADI nº 4.728:

(...) 3. Firme a jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal no sentido da incompatibilidade de dispositivos normativos que estabeleçam prazos, ao Poder Executivo, para apresentação de projetos de lei e regulamentação de preceitos legais, por violação dos arts. 2º e 84, II, da Constituição da República. (ADI 4728, Relator(a): Min. Rosa Weber, Tribunal Pleno, julgado em 16/11/2021, DJE-244 divulg 10-12-2021 public 13-12-2021.)

Esse mesmo tipo de disposição inconstitucional aparece no art. 37, que busca estabelecer um prazo de 180 (cento e oitenta) dias para que os municípios editem regulamento para disciplinar a apuração de infrações administrativas.

Dessa forma, não se recomenda a manutenção do estabelecimento de prazos para a edição de regulamentação previstos nos art. 37 e 59 da minuta de



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes - Anexo I - 22º Andar - SI 2 - 70165-900 - Brasília - DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8569844992>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

projeto de lei a ser apresentada pela Comissão, em razão de sua possível inconstitucionalidade material.

Então, com esses ajustes, somos favoráveis à iniciativa e à transformação da Sugestão Legislativa em Projeto de Lei, com vistas a instituir o Estatuto dos Cães e Gatos, de modo a consolidar, em diploma próprio, os direitos, deveres e sanções relativos à proteção, custódia responsável e bem-estar desses animais, preservando a coerência com o sistema jurídico nacional e os parâmetros constitucionais de proteção ambiental e da vida.

Conforme dispõe o inciso I do parágrafo único do art. 102-E do RISF, as sugestões legislativas que receberem parecer favorável da Comissão serão transformadas em proposição legislativa de sua autoria e encaminhadas à Mesa do Senado Federal, para tramitação na forma regimental e adequada discussão e análise de seu mérito.

**III – VOTO**

Diante do exposto, o voto é **favorável** à Sugestão nº 10, de 2025, com sua transformação em Projeto de Lei, nos termos seguintes:

**PROJETO DE LEI Nº , DE 2025**

Institui o Estatuto dos Cães e Gatos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8569844992>





**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

**CAPÍTULO I**

**DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** Esta Lei institui o Estatuto dos Cães e Gatos, estabelecendo os princípios, garantias, direitos e deveres relacionados à sua proteção, bem-estar físico e psíquico, saúde, alimentação, equilíbrio comportamental, reabilitação, socialização e convivência harmoniosa com os seres humanos, inclusive nos âmbitos familiar e comunitário.

*Parágrafo único.* Os direitos de cães e gatos previstos nesta Lei não excluem outros decorrentes de tratados ou convenções internacionais ratificados pelo Brasil, da legislação interna ordinária federal, estadual, distrital ou municipal e de regulamentos expedidos pelas autoridades administrativas competentes.

**Art. 2º** Cães e gatos são seres vivos sencientes e passíveis de proteção jurídica própria, em virtude da sua natureza especial.

**Art. 3º** Na interpretação desta Lei, levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, a urgência e a imprescindibilidade do bem em questão, a primazia do princípio da dignidade animal e a vedação ao retrocesso em matéria de proteção ambiental e animal.

**CAPÍTULO II**

**DOS OBJETIVOS E PRINCÍPIOS**

**Art. 4º** O Estatuto tem como objetivos:

I – assegurar proteção à vida e ao bem-estar físico e psíquico dos cães e gatos, prevenindo e reprimindo todas as formas de maus-tratos, por ação ou omissão;

II – estabelecer os deveres do Estado, dos responsáveis legais e da sociedade na proteção dos cães e gatos;



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8569844992>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

III – estabelecer os direitos fundamentais dos cães e gatos;

IV – estimular políticas públicas de bem-estar e saúde animal, educação animalista, custódia responsável, manejo populacional ético, e assistência médica e comportamental a animais em situações de risco, desastre ou vulnerabilidade;

V – estimular políticas públicas relacionadas aos animais comunitários.

**Art. 5º** São vedadas as práticas que submetam cães e gatos à crueldade, ao abuso – inclusive o sexual –, aos maus-tratos, aos ferimentos, às mutilações, à morte injustificável e ao dano existencial.

*Parágrafo único.* Compete aos responsáveis legais, à coletividade e ao Poder Público zelar pela efetivação dos direitos de cães e gatos previstos no ordenamento jurídico.

**Art. 6º** A aplicação desta Lei será norteadada pelos seguintes princípios:

I – da dignidade animal: os cães e gatos devem ser tratados como seres conscientes e sencientes, dotados de valor intrínseco e de dignidade própria;

II – da universalidade da proteção: todos os cães e gatos são protegidos pelas Constituições Federal e dos Estados, pela Lei Orgânica do Distrito Federal, bem como pelas leis protetivo-animalistas em vigor;

III – da participação comunitária: na formulação das políticas públicas de atendimento aos direitos de cães e gatos, bem como no estabelecimento e implementação dos respectivos programas, é garantida a participação da comunidade, diretamente ou por meio de suas organizações comunitárias, sempre que visem ao tratamento dos animais como seres sencientes, sujeitos de direitos e portadores de dignidade própria;



Assinado eletronicamente, por Sen. Damarens Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8569844992>





**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

IV – da educação animalista: o atendimento e o respeito aos direitos animais poderão ser implementados por meio da inclusão do tema nos currículos dos ensinos fundamental e médio e por campanhas educativas periódicas e contínuas pelos meios de comunicação adequados, nas universidades, nas escolas, nas associações de bairro, nos canais oficiais de comunicação do Governo local e em outros espaços comunitários, que propiciem a assimilação pelo público em geral acerca da adoção ética e responsável de cães e gatos, bem como sobre a existência da consciência e da senciência animal e, conseqüentemente, sobre o sofrimento a que podem ser submetidos cães e gatos e, ainda, enaltecendo sempre as práticas de vivências mais éticas, pacíficas e solidárias entre pessoas e cães e gatos;

V – da tutela normativa dos animais: os interesses dos cães e gatos devem sempre ser levados em consideração pelas leis e outros atos normativos que possam impactá-los;

VI – da substituição ou da alternatividade: sempre devem prevalecer os métodos científicos disponíveis substitutivos ou alternativos ao uso de cães e gatos para fins humanos;

VII – da aplicação da norma mais favorável ao animal: na aplicação da legislação em geral e desta lei em especial, deve prevalecer, quando vigente simultaneamente mais de uma lei ou dispositivo de lei tratando do mesmo assunto, aquele que for mais favorável aos cães e gatos e, assim, melhor lhes garantir a dignidade animal;

VIII – “*in dubio pro animali*”: quando da aplicação de lei ou de ato normativo para dirimir conflito envolvendo cães e gatos, havendo mais de uma interpretação possível para um mesmo dispositivo, deve-se optar por aquela que seja mais favorável ao animal;

IX – da prevenção: devem-se adotar medidas que minimizem ou que evitem impactos negativos sobre o bem-estar animal;

X – da precaução: na dúvida ou incerteza científica sobre a senciência de determinada espécie animal, ou sobre os impactos de certa atividade sobre o



Assinado eletronicamente, por Sen. Damarens Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8569844992>





**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

bem-estar animal, deve-se considerar como senciente a espécie animal envolvida, no primeiro caso, e adotar medidas que minimizem ou que evitem os impactos possíveis, no segundo, sempre no intuito de evitar danos às integridades física, psíquica e ambiental dos cães e gatos;

XI – da vedação ao retrocesso: como decorrência do dever estatal de progressividade relativamente à proteção da dignidade animal, não se poderá legislar ou interpretar a ordem jurídica de modo a suprimir ou a reduzir os avanços efetivados quanto ao respeito às integridades física e psíquica dos cães e gatos.

§ 1º Para os fins do inciso VI do *caput* deste artigo, na ausência de métodos científicos substitutivos ou alternativos, devem prevalecer os preceitos de redução do número de animais utilizados e de refinamento das condições de manutenção e dos procedimentos para evitar sofrimento dos animais e promover estados mentais positivos.

§ 2º Os princípios previstos nesta Lei não excluem outros decorrentes de tratados ou convenções internacionais de que o Brasil seja signatário, da legislação interna ordinária federal, estadual, distrital ou municipal e de regulamentos expedidos pelas autoridades administrativas competentes, devendo prevalecer sempre a determinação que for mais favorável à proteção da dignidade animal de cães e gatos.

**CAPÍTULO III****DAS DEFINIÇÕES**

**Art. 7º** Para fins do presente Estatuto, consideram-se:

I – animal comunitário: cão ou gato em situação de rua que estabeleça com uma determinada comunidade laços de dependência e manutenção, embora não possua responsável legal único e definido;

II – cuidador comunitário: toda pessoa natural que protege, alimenta, abriga de intempéries, fornece água e demais cuidados básicos garantidores do



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8569844992>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

bem-estar de cães e gatos comunitários sem, contudo, ter responsabilidade direta pelo animal;

III – custódia responsável: o vínculo jurídico, ético e material estabelecido entre uma pessoa e um cão ou gato, mediante o qual o responsável legal assume, de forma consciente e permanente, uma série de obrigações legais, dentre as quais a de prover todas as condições necessárias ao bem-estar físico, emocional, comportamental e social do animal, respeitando sua natureza, suas necessidades, e seus direitos;

IV – bem-estar animal: refere-se à qualidade de vida de um animal, através da busca pela manutenção de bons parâmetros de saúde física, comportamental e emocional, da possibilidade de expressar o comportamento natural da espécie e das condições desejáveis para o animal ser capaz de se adaptar, da melhor forma possível, ao ambiente em que vive;

V – senciência: qualidade atribuída a seres vivos capazes de experimentar conscientemente sensações e estados subjetivos, como dor, prazer, medo, angústia, afeto, alegria e sofrimento;

VI – criação de cães e gatos: atividade econômica de criação, manutenção e reprodução de cães e gatos, mantidos em condições de manejo controladas por pessoas naturais ou jurídicas;

VII – comercialização de cães e gatos: a compra e a venda, a revenda ou a permuta de cães ou gatos, realizadas com objetivo econômico;

VIII – esterilização cirúrgica (castração): eliminação da capacidade reprodutiva do cão ou gato, por método cirúrgico, visando ao controle populacional, à redução do abandono de animais e à prevenção do risco de contrair doenças infecciosas e do trato reprodutivo;

IX – eutanásia animal: supressão da vida animal, por meio de método tecnicamente aceitável e cientificamente comprovado, observados os princípios éticos aplicáveis, apenas quando o bem-estar do animal estiver comprometido de forma irreversível, sendo um meio de eliminar a dor ou o sofrimento dos animais.



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8569844992>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

X – microchipagem: sistema de identificação animal mediante a utilização de microchip no cão ou gato, contendo os dados de identificação do animal e de seu responsável legal, com o posterior registro em sistema central onde os dados referentes ao animal e ao seu responsável legal são armazenados e disponibilizados de forma clara e segura garantindo a rápida identificação de ambos em caso de necessidades específicas para saúde, segurança e de manejo populacional.

XI – responsável legal: pessoa natural ou jurídica que exerce a custódia responsável do animal;

XII – representante legal de cães e gatos: indivíduo ou entidade, pública ou privada, que venha a defender os interesses de cães e gatos em processos judiciais ou administrativos;

XIII – dano existencial animal: aquele que atinge a qualidade de vida do animal, causando-lhe dificuldades ou impossibilidade para expressar seu comportamento natural;

XIV – dano moral coletivo animal: lesão de natureza extrapatrimonial decorrente de conduta comissiva ou omissiva que viole o bem-estar, a dignidade ou a integridade física ou psíquica dos animais e reflita negativamente na moral coletiva da sociedade e na confiança no cumprimento dos deveres constitucionais por parte do Poder Público ou de particulares.

*Parágrafo único.* As condutas de que tratam os incisos XIII e XIV abrangem também o dano experimentado pelo animal advindo de ataque de outro animal, desde que esse ataque tenha sido instigado por uma pessoa ou um grupo de pessoas.

**CAPÍTULO IV****DOS DIREITOS DOS CÃES E GATOS**

**Art. 8º** Cães e gatos têm os seguintes direitos:



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8569844992>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

I – à vida e à integridade física e psíquica, ressalvados os casos de eutanásia definidos em lei;

II – à liberdade de movimentos para expressar o seu comportamento natural, dentro dos limites da segurança e bem-estar;

III – ao acesso diário à água limpa e comida de qualidade, compatível com a idade, o tamanho e as necessidades específicas do animal, independentemente do animal ter ou não responsável legal único ou definido;

IV – a um local seguro para se abrigar, protegido do sol, da chuva e do frio, que permita ao animal descansar de forma segura e com espaço para se movimentar livremente;

V – a agir conforme seu comportamento natural, de modo que, independentemente do ambiente, o animal possa, de forma segura para si e para terceiros, expressar seu comportamento biológico natural, como correr, brincar, cheirar, conviver com outros animais ou pessoas, evitando situações que gerem estresse, medo ou sofrimento por período prolongado ou de forma permanente;

VI – à saúde animal, contemplando vacinação, vermifugação e atendimento veterinário adequado, além de tratamento imediato em caso de doenças, agravos ou ferimentos;

VII – à proteção em âmbito doméstico, devendo ser sempre priorizados o melhor interesse do animal nos conflitos familiares que envolvam cães e gatos, notadamente relacionados à definição do responsável legal, custódia, visitação e compartilhamento de despesas;

VIII – ao cuidado comunitário, quando desenvolvidos laços de dependência e manutenção por cães e gatos em situação de rua com membros da coletividade, contemplando os direitos de assistência, cuidado, alimentação, hidratação, saúde e abrigamento;

IX – ao resgate, abrigamento adequado, proteção, alimentação, hidratação e atendimento veterinário emergencial em situações de risco iminente



Assinado eletronicamente, por Sen. Damarens Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8569844992>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

à vida ou à integridade física do animal, como abandono, agressões, abusos, negligências graves, atropelamentos, desastres ambientais ou outras situações de risco;

X – à proteção estatal, que impõe o desenvolvimento, por todos os entes federativos, de políticas públicas de proteção, bem-estar, manejo populacional ético, educação para custódia responsável e saúde animal de modo a assegurar uma vida digna para todos os cães e gatos do território nacional;

XI – a habitar e transitar no âmbito dos condomínios residenciais onde residam seus responsáveis legais, inclusive pelas áreas de uso comum, desde que isso não implique riscos concretos à segurança, saúde e sossego dos demais condôminos, sendo nulas as normas condominiais que disponham em sentido contrário;

XII – à defesa judicial de seus interesses em caso de violação de seus direitos por meio de representante legal de cães e gatos;

XIII – à facilitação de acesso aos meios de transporte, público e privado, nos termos da regulamentação específica.

**CAPÍTULO V****DAS PROIBIÇÕES**

**Art. 9º** É vedado, em todo o território nacional:

I – organizar, promover, realizar, facilitar, incentivar, apoiar ou participar, sob qualquer circunstância, de corridas competitivas ou atividades extenuantes de mesma natureza utilizando cães ou gatos, em que sejam ou não realizadas apostas, oferta de brindes ou promoções, qualquer que seja a raça, linhagem, variante ou categoria canina ou felina utilizada;

II – a eliminação de cães e gatos como forma de controle populacional ou de doenças.



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8569844992>





**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

III – o uso de dispositivos de contenção, como cordas, correntes, arames e assemelhados, para a manutenção de cães e gatos em pátios, quintais ou outros espaços similares, de forma permanente ou rotineira, em situações não justificadas por razões de segurança e que comprometam o bem-estar físico e psicológico do animal, causando sofrimento ou prejuízo à sua saúde;

IV – organizar, promover, realizar, facilitar, incentivar, apoiar ou participar, sob qualquer circunstância, de atividades que violem a dignidade dos cães e gatos, inclusive rinhas e qualquer outra que lhes causem sofrimento físico ou emocional;

V – submeter ou realizar em cães e gatos cirurgias consideradas desnecessárias ou que possam impedir a capacidade de expressão do comportamento natural da espécie, em especial a conchectomia, a corpectomia, a onictomia e a caudectomia, sendo permitidas apenas as cirurgias que atendam às indicações clínicas;

VI – a inclusão de cláusulas restritivas em convenção, regulamento, regimento ou qualquer instrumento legal de condomínio relacionadas à permanência de cães e gatos em suas unidades autônomas e em suas áreas comuns, admitindo-se apenas restrições pautadas em situações concretas e individualizadas de risco ou dano à saúde, segurança ou sossego dos demais moradores ou quando a presença do animal acarretar obstáculo concreto ao uso de área comum pelos demais condôminos;

VII – a criação e reprodução clandestina de cães e gatos para fins de comercialização;

VIII – a exposição, a qualquer título, em vitrines fechadas ou alojados em espaços que impeçam sua movimentação, que os amedrontem ou em quaisquer condições exploratórias que lhes cause desconforto, salvo se se tratar de necessidades de saúde física ou psicológica, como em situações emergenciais e transitórias voltadas à proteção dos animais envolvidos;

IX – a utilização de cães e gatos em experimentos científicos ou didáticos que provoquem dor ou sofrimento.



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8569844992>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

§ 1º A identificação visual de gatos em vida livre ou comunitária poderá ser feita após a castração com o corte da ponta da orelha esquerda da forma recomendada por organismos internacionais como forma de identificar animais que já passaram por programa de controle populacional, sendo que o corte da ponta da orelha só poderá ser feito com anestesia e adotadas todas as medidas corretas para correta cicatrização da lesão.

§ 2º Cães e gatos em situação de abandono, que habitem áreas comuns de condomínios residenciais e comerciais, independentemente do tempo que ali se encontrarem, não poderão ter negado o acesso à água limpa e comida de qualidade, até que possam ser resgatados, castrados e encaminhados para adoção responsável.

§ 3º Os condomínios residenciais e comerciais, por seus administradores, têm o dever de comunicar às autoridades competentes ocorrência ou indícios de casos de maus-tratos a animais em suas unidades condominiais ou nas áreas comuns.

**CAPÍTULO VI****DOS DEVERES DO RESPONSÁVEL LEGAL DE CÃES E GATOS**

**Art. 10.** São deveres do responsável legal de cão ou de gato:

I – zelar pela proteção, promoção da saúde, bem-estar, alimentação, recreação, higiene e, sempre que necessário, pela educação ou adestramento de obediência básica, equilíbrio comportamental na reabilitação e socialização para adoção dos cães e gatos sob sua responsabilidade, sempre com respeito à dignidade e aos direitos dos animais;

II – impedir sua fuga e telar as janelas e os vãos de prédios verticais e horizontais que possam possibilitar sua queda ou fuga;

III – não expor os animais a riscos, fome, sede, chuva, frio e calor excessivos, doenças, estresses ou violência, devendo prover alimento e água em



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8569844992>





**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

qualidade suficiente, bem como um abrigo seguro, higienizado e compatível com as necessidades do animal;

IV – impedi-los de provocar acidentes em residências, vias e logradouros públicos ou locais de livre acesso ao público;

V – conduzir os cães nas vias públicas com guia, coleira ou peitoral, de conformidade com seu porte, evitando-se expô-los a condições ambientais inadequadas, que possam causar-lhes dor, ferimentos, insolação ou outros gravames;

VI – coletar e destinar adequadamente as fezes de seu animal, quando em via pública;

VII – assegurar assistência veterinária regular, mantendo em dia a vacinação, a vermifugação, a proteção contra parasitas e demais medidas preventivas de saúde, conforme orientação médico-veterinária, promovendo a saúde e prevenindo doenças, observando o calendário ou cronograma de vacinações obrigatórias e mantendo a respectiva carteira de vacinação atualizada;

VIII – identificar adequadamente seu animal, com coleira que contenha, ao menos, o nome do animal e telefone ou outro meio de contato de seus responsáveis legais;

IX – evitar ataque ou agressão a pessoas ou a outros animais, inclusive utilizando de equipamentos que possam prevenir essas ocorrências, sem infligir maus-tratos aos animais e, sempre que exigido por lei, em virtude da raça, fazer uso de focinheira que permita ao animal salvação e ingestão de água;

X – assegurar adequada socialização do animal, sempre que necessário, por razões comportamentais, possibilitando o convívio seguro com outros animais e pessoas, e, quando necessário, proporcionar ambiente com enriquecimento ambiental compatível com as necessidades físicas e comportamentais da espécie;



Assinado eletronicamente, por Sen. Damareo Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8569844992>





**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

XI – providenciar a esterilização cirúrgica, prioritariamente nos casos em que o controle populacional se mostrar necessário, conforme avaliação técnico-veterinária, respeitando o bem-estar animal e as diretrizes éticas e sanitárias;

XII – realizar a identificação dos cães e gatos sob sua responsabilidade no Cadastro Nacional de Animais Domésticos, instituído pela Lei nº 15.046 de 17 de dezembro de 2024 e Decreto Federal nº 12.439 de 17 de abril de 2025.

**CAPÍTULO VII****DOS DEVERES DO PODER PÚBLICO**

**Art. 11.** O Poder Público, em âmbito federal, estadual e municipal e dentro de sua esfera de competência, deverá:

I – instituir políticas públicas voltadas à proteção, ao bem-estar e ao manejo populacional ético de cães e gatos, de caráter preventivo, educativo/comportamental, assistencial, fiscalizatório, sanitário, promocional e punitivo, implementadas pelo Estado em todas as suas esferas, em cooperação com a sociedade civil;

II – implantar programas permanentes de controle reprodutivo, incluindo esterilização cirúrgica, registro, identificação individual por microchip e controle populacional ético, devendo ser criado um banco de dados único para cadastro e acompanhamento dos animais nos estados, Distrito Federal e municípios, sempre prioritariamente atendendo a população mais vulnerável, de animais de rua e tutelados pela proteção e defesa animal;

III – implantar, capacitar educadores e promover campanhas permanentes de educação em custódia responsável e bem-estar animal, incluindo a inserção de conteúdos nos currículos escolares e a difusão de informações sobre prevenção de maus-tratos e sobre a importância da adoção responsável, mediante termo de adoção com identificação completa do responsável legal e acompanhamento pós-adoção;



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8569844992>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

IV – garantir atendimento veterinário gratuito ou subsidiado aos responsáveis legais de cães e gatos, em situação de vulnerabilidade;

V – dar assistência aos animais expostos a desastres ambientais, implementando ações de resgate, abrigamento adequado, proteção, alimentação, hidratação e assistência médica e comportamental garantindo a integridade física do animal;

VI – inserir nos planos de contingência, emergência e prevenção a desastres, políticas, estratégias e protocolos unificados para proteção animal em geral e garantir treinamento prévio às equipes envolvidas no resgate e no acolhimento pós-resgate de animais, podendo, na ausência de equipes públicas capacitadas, contratar ou firmar parcerias com equipes terceirizadas especializadas para a gestão e execução dessas ações, assegurando atendimento ético, seguro e padronizado;

VII – apoiar tecnicamente abrigos, organizações da sociedade civil e protetores independentes, mediante oferta de formação, capacitação e assessoria e inclusive a manutenção de animais sob sua responsabilidade em situações de risco iminente de morte, emergência, calamidade pública, desastres naturais, ou vulnerabilidade social, assegurando a oferta de atendimento veterinário, abrigo temporário e suporte para resgate e destinação responsável;

VIII – instituir conselhos e fundos públicos de proteção animal, cujos recursos deverão ser utilizados em políticas públicas e projetos de interesse público ligados à proteção animal;

IX – prestar atendimento de urgência a animais comunitários, animais acidentados sem localização de responsável legal e animais de pessoas em situação de vulnerabilidade social, em especial quando em risco iminente de morte ou lesão grave, garantindo acesso a serviços veterinários, abrigamento emergencial, reabilitação e encaminhamento para adoção responsável, vedada a destinação a pessoas naturais ou jurídicas com histórico de infrações, condenações ou inadequação comprovada;



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SL 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8569844992>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

X – fiscalizar e punir os responsáveis por maus-tratos, abandono ou exploração ilícita de cães e gatos;

XI – fiscalizar e regulamentar a criação, comercialização e reprodução de cães e gatos, assegurando o cumprimento das normas sanitárias, ambientais e de bem-estar animal, com mecanismos efetivos de fiscalização e penalização de criadouros ilegais;

XII – instituir, implementar e manter políticas públicas integradas e permanentes de prevenção, vigilância, diagnóstico, tratamento e controle da leishmaniose e da esporotricose em cães e gatos, com base em evidências científicas e no respeito aos direitos dos animais.

§ 1º Os programas permanentes de controle ético populacional de cães e gatos devem incluir ações de esterilização cirúrgica, vacinação espécie-específica, tratamento de enfermidades preveníveis e de caráter zoonótico, identificação por microchip e inserção em banco de dados único, priorizando a aplicação do método CED (Captura, Esterilização e Devolução) em áreas públicas ou comunidades com alto número de animais sem domicílio permanente, por meio de leis, decretos, programas permanentes e ações intersetoriais, com apoio técnico de instituições públicas, universidades, organizações da sociedade civil e protetores independentes.

§ 2º Nos programas oficiais referidos neste artigo serão também criados mecanismos para a prevenção da acumulação patológica de animais que possa comprometer o bem-estar de todos os envolvidos e vulnerar direitos das pessoas e dos animais.

§ 3º As políticas públicas integradas e permanentes referidas no inciso XII deverão incluir campanhas públicas regulares de informação e conscientização da população sobre as formas de prevenção, sinais clínicos e protocolos de tratamento, garantia de acesso gratuito ao diagnóstico laboratorial e ao tratamento dos animais acometidos, em especial nas áreas de maior vulnerabilidade social, capacitação contínua dos profissionais de saúde pública e da medicina veterinária sobre o manejo clínico e epidemiológico dos agentes, bem como a vedação à eutanásia compulsória de cães e gatos portadores de



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8569844982>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

leishmaniose ou esporotricose quando houver possibilidade de tratamento eficaz, salvo em casos comprovadamente excepcionais com laudo técnico fundamentado.

§ 4º O descumprimento do disposto neste artigo enseja responsabilização administrativa do ente público e poderá configurar omissão relevante no dever de tutela da saúde pública e do bem-estar animal.

**CAPÍTULO VIII****DO CUIDADO COMUNITÁRIO DE CÃES E GATOS**

**Art. 12.** Entende-se por cuidado comunitário de cães e gatos a relação de proteção e amparo compartilhada entre o Poder Público e cidadãos de uma determinada localidade para os cães e gatos em situação de rua e vulnerabilidade em razão de laços de afetividade e de dependência comunitárias, como abrigo, alimentação e dessedentação.

**Art. 13.** Todo animal comunitário terá direito a um abrigo adequado, salubre e higiênico, capaz de proteção à chuva, do vento, do frio, do sol e do calor, com espaço suficiente, segundo as suas próprias características físicas, fornecido pela própria comunidade, em local de comum acordo.

**Art. 14.** Compete ao poder público municipal, com apoio dos demais entes federativos, garantir que todos os animais sem domicílio permanente sejam submetidos à esterilização cirúrgica, vacinação e desverminação periódicas, identificação por microchipagem e cuidados veterinários preventivos e curativos.

**Art. 15.** Compete ao cuidador comunitário fornecer, diariamente, comida e água ao animal comunitário, além de encaminhá-lo para atendimento veterinário de rotina sempre que necessário, com apoio do Poder Público, nos termos do artigo anterior.

**Art. 16.** Os municípios ou o Distrito Federal respondem pelos danos causados por animais comunitários dentro de seus respectivos territórios, ressalvada a culpa exclusiva da vítima ou de membro da própria comunidade, além de força maior.



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes - Anexo I - 22º Andar - SL 2 - 70165-900 - Brasília - DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/856984492>





**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

*Parágrafo único.* Compete ao município ou ao Distrito Federal o ônus da prova das situações de exclusão de responsabilidade previstas no *caput* deste artigo.

**CAPÍTULO IX**

**DA ADOÇÃO RESPONSÁVEL DE CÃES E GATOS**

**Art. 17.** A adoção responsável de cães e gatos é um ato de responsabilidade, cidadania e formalização do vínculo e impõe ao adotante o cumprimento dos deveres inerentes aos responsáveis legais de cães e gatos descritos neste Estatuto, além dos deveres específicos de preparar o ambiente para a chegada do animal e observar, adequadamente, as características especiais do animal adotado, especialmente, aos que foram submetidos a evento traumático, seja oriundo de maus-tratos, seja decorrente de desastres de origem exclusivamente antrópica ou mista.

**Art. 18.** Compete aos municípios ou ao Distrito Federal estabelecer programas e campanhas de adoção consciente e responsável de cães e gatos, especialmente os em situação de rua ou sem domicílio permanente.

*Parágrafo único.* Todo cão ou gato apresentado em eventos oficiais de adoção, ou subvencionados pelo Poder Público, deverá ser acompanhado de atestado de saúde e de caderneta de vacinação atualizada, bem como dos comprovantes de esterilização cirúrgica, se já realizada, e de desverminação.

**Art. 19.** A adoção põe termo ao vínculo do cão ou gato adotado com os responsáveis legais anteriores ou com a comunidade.

**Art. 20.** Toda adoção deve apresentar reais vantagens para o animal adotado e fundar-se em motivos legítimos.

**Art. 21.** Nos programas e campanhas de adoção, referidos no art. 18, serão apresentados incentivos e orientações para evitar o arrependimento do adotante e eventual devolução do animal adotado.



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes - Anexo I - 22º Andar - SI 2 - 70165-900 - Brasília - DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8569844992>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

**Art. 22.** Todas as despesas com a manutenção de cão ou gato abandonado ou maltratado, inclusive quanto a medicamentos e a tratamento médico veterinário, que seja resgatado pelo Poder Público ou por entidade de proteção animal, serão arcadas pelos responsáveis legais anteriores até que o animal tenha um novo responsável legal.

**Art. 23.** São requisitos para adotar cães ou gatos:

I – ser capaz e maior de 18 (dezoito) anos;

II – não ter antecedentes criminais envolvendo maus-tratos contra animais ou violência familiar ou doméstica;

III – não ser pessoa com síndrome de acumulação patológica de animais;

IV – ter condições financeiras para assumir os gastos relativos à manutenção do animal com dignidade, ressalvada a busca pelo auxílio público em saúde animal, previsto nesta Lei;

V – comprovar domicílio certo.

*Parágrafo único.* A comprovação dos requisitos previstos nos incisos III e IV será realizada mediante declaração firmada pelo próprio adotante, presumindo-se a veracidade das informações.

**Art. 24.** O vínculo de adoção constituir-se-á mediante a assinatura do termo de adoção ética e responsável, após a comprovação dos requisitos previstos no art. 23.

**Art. 25.** O termo de adoção ética e responsável de animal doméstico tem força de contrato particular firmado entre as partes nos termos do Código Civil.

*Parágrafo único.* O termo de adoção assinado por duas testemunhas, juntamente com a assinatura das partes, fará com que o contrato possa ser usado



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8569844992>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

como título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, inciso III, da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

**Art. 26.** É permitido ao doador inserir cláusulas específicas no termo de adoção que prevejam acompanhamento pós-adoção por, pelo menos, seis meses, além de peculiaridades referentes ao animal adotado a serem observadas, multa para casos de devoluções reprováveis do doador ou ao novo adotante, além de outras não proibidas por lei.

**CAPÍTULO X****DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**Art. 27.** As infrações e sanções administrativas previstas nesta Lei não excluem outras, previstas na legislação federal, estadual, distrital e municipal.

**Art. 28.** Constitui infração administrativa contra cães e gatos toda ação ou omissão que importe na inobservância de preceitos estabelecidos por esta Lei, inclusive as condutas tipificadas como crimes, ou na desobediência às determinações das autoridades administrativas competentes.

**Art. 29.** Toda pessoa natural ou jurídica de direito público ou privado está sujeita às prescrições legais, ficando obrigada a cooperar, inclusive por meios próprios, com a fiscalização na aplicação desta Lei.

**Art. 30.** Para a imposição e gradação das sanções referentes às infrações definidas nesta Lei considerar-se-á:

I – a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde e o bem-estar do animal;

II – os antecedentes do infrator, quanto ao cumprimento da legislação de crimes ambientais;



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8569844992>





**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

III – a situação econômica do infrator, no caso de incidência de multa, devendo sua aplicação ser diretamente proporcional à sua capacidade financeira.

*Parágrafo único.* Responderá pela infração quem de qualquer modo a cometer ou concorrer para sua prática, de modo comissivo ou omissivo, ou dela se beneficiar.

**Art. 31.** Sem prejuízo da obrigação de o infrator reparar o dano por ele causado ao animal e da aplicação das sanções cíveis e penais cabíveis, as infrações descritas nesta Lei serão punidas, isolada ou cumulativamente, com as seguintes sanções administrativas:

I – advertência por escrito;

II – multa simples, dobrada em caso de reincidência;

III – multa diária, até que sejam cessados os maus-tratos ou o desrespeito às normas legais;

IV – resgate e apreensão, pela autoridade competente, dos animais encontrados em situação de vulnerabilidade de seus direitos fundamentais, especialmente quando forem constatados maus-tratos;

V – apreensão de produtos e subprodutos, instrumentos, petrechos, equipamentos e veículos de qualquer natureza, inclusive embarcações e navios, utilizados no cometimento da infração;

VI – destruição ou inutilização de produto;

VII – suspensão de venda e fabricação de produto;

VIII – embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;

IX – demolição de obra;



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8569844992>





**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

X – suspensão parcial ou total das atividades;

XI – restritiva de direitos, e

XII – interdição definitiva do estabelecimento.

§ 1º Caso a penalidade seja aplicada a órgão público ou a pessoa jurídica de direito público, haverá direito de regresso contra o agente público responsável direto pela infração.

§ 2º Se o infrator cometer, simultaneamente, duas ou mais infrações, serão aplicadas cumulativamente as sanções a elas cominadas, somando-se, assim, seus respectivos valores, considerando-se, ainda, cada animal atingido individualmente.

§ 3º O não pagamento por pessoa natural ou jurídica da multa no prazo de 30 (trinta) dias após o seu vencimento, bem como constatada, a qualquer tempo, a hipótese de reincidência, sujeitará o infrator ou reincidente à cassação, quando for o caso, da autorização de licença ambiental e demais licenças necessárias ao funcionamento do estabelecimento, bem assim à inscrição em dívida ativa.

§ 4º Nos casos de reincidência específica, caracterizada pelo cometimento de nova infração da mesma natureza e gravidade, independentemente do intervalo de tempo entre uma e outra, a multa corresponderá ao dobro da anteriormente imposta.

§ 5º O procedimento de apuração da infração será disciplinado em regulamento próprio, devendo prever prazos, formas de notificação, possibilidade de apresentação de defesa e recursos administrativos.

§ 6º O valor das multas administrativas será fixado de acordo com parâmetros estabelecidos em regulamento local, levando-se em consideração a gravidade da infração, a capacidade econômica do infrator, a reincidência e o custo do atendimento e reabilitação do animal, podendo ser revertido



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8569844992>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

integralmente para o Fundo Municipal de Direitos Animais – ou denominação análoga – quando existente.

§ 7º Os valores arrecadados com as multas deverão ser destinados, prioritariamente, aos Fundos Municipais de Direitos Animais – ou denominação análoga – para o custeio de ações e programas de proteção, protetores de animais, ONGs de animais, bem-estar, atendimento, esterilização cirúrgica, reabilitação e adoção de animais, educação/adestramento e equilíbrio comportamental dos animais domésticos, mediante gestão do respectivo fundo de proteção animal.

§ 8º Quando a infração for praticada por pessoa jurídica, a responsabilidade poderá ser estendida a seus responsáveis legais ou dirigentes, nos termos da legislação aplicável.

**Art. 32.** Além das sanções específicas a que está sujeito, fica o infrator obrigado a custear todas as despesas médico-veterinárias decorrentes dos maus-tratos infligidos ao animal, tais como consultas, cirurgias, internações, fisioterapias e peças ortopédicas.

**Art. 33.** A pessoa natural ou jurídica que violar os direitos fundamentais animais ou cometer maus-tratos contra animais:

I – não poderá ser nomeada depositária ou responsável legal do animal cujos maus-tratos foram identificados;

II – perderá definitivamente a custódia do animal tão logo seja julgado subsistente o auto de infração;

III – perderá também, em definitivo, a custódia de outros animais que estejam sob sua responsabilidade, ainda que não comprovados os maus-tratos em relação a eles em específico, quando subsistente o auto de infração, em atenção aos princípios da prevenção e da precaução;

IV – não poderá, por 10 (dez) anos, computados do auto de infração ou medida equivalente identificadora dos maus-tratos, adotar ou ficar, ainda que temporariamente, com a custódia de quaisquer animais.



Assinado eletronicamente, por Sen. Damarens Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8569844992>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

*Parágrafo único.* O prazo previsto no inciso IV será reiniciado toda vez que outra constatação de maus-tratos for apurada pelas autoridades competentes.

**CAPÍTULO XI****DOS CRIMES CONTRA CÃES E GATOS****Seção I****Disposições Gerais**

**Art. 34.** Este Capítulo dispõe sobre crimes praticados contra cães e gatos, por ação ou omissão, sem prejuízo do disposto na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e legislação penal correlata.

**Art. 35.** Aplicam-se aos crimes definidos nesta Lei as normas da Parte Geral do Código Penal e, quanto ao processo, as pertinentes ao Código de Processo Penal.

**Art. 36.** Os crimes definidos nesta Lei são de ação pública incondicionada.

**Art. 37.** O representante legal do animal, enquanto ofendido pelos crimes previstos nesta Lei, poderá se habilitar a acompanhar o inquérito policial e a atuar como assistente de acusação no processo penal.

**Art. 38.** O juiz poderá admitir, no inquérito policial e no processo penal, *amicus curiae*, com notória especialização em Direito Animal ou nas correlatas ciências jurídicas e veterinárias.

**Art. 39.** A indenização mínima, prevista no art. 387, inciso IV, do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), deverá reverter em benefício do animal ofendido e será administrada pelo seu representante legal.



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes - Anexo I - 22º Andar - SL 2 - 70165-900 - Brasília - DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8569844992>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

§ 1º No caso de morte do animal ofendido, a indenização prevista no *caput* deste artigo servirá para ressarcir quem arcou com as despesas médico-hospitalares, funerárias e eventuais outros gastos no socorro do animal.

§ 2º Caso a indenização não possa ser revertida em benefício direto do animal, os valores deverão ser destinados para o fundo de direitos animais, para o aparelhamento das Delegacias de Polícia Civil responsáveis pela proteção animal ou para entidades de proteção animal, a critério do juiz.

**Art. 40.** As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.

§ 1º A responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas naturais, autoras, coautoras ou partícipes do mesmo fato, bem como as beneficiárias, direta ou indiretamente, com a infração ou o crime praticado.

§ 2º Poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados ao animal.

**Seção II****Dos Crimes em Espécie**

**Art. 41.** Matar cão ou gato:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos.

*Parágrafo único.* Se o zoocídio é culposo:

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos.

**Art. 42.** Utilizar cão ou gato em experimentação didática ou científica que provoque dor ou sofrimento ou criá-los para essa finalidade:



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8569844992>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

§ 1º Se resulta em ofensa à integridade física ou psicológica do animal:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

§ 2º Se resulta morte do animal:

Pena – reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

**Art. 43.** Testar substâncias ou produtos cosméticos e similares em cão ou gato:

Pena – detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos, e multa.

*Parágrafo único.* Se resulta em morte ou em deformações físicas permanentes que afetem a qualidade de vida do animal:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

**Art. 44.** Privar ou restringir, sem justa causa, a liberdade de locomoção de cão ou gato nas áreas comuns de condomínios residenciais:

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e multa.

**Art. 45.** Impedir ou embaraçar a alimentação, a dessedentação ou os cuidados de saúde de animais comunitários, em situação de rua ou habitantes das áreas comuns de condomínios:

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

*Parágrafo único.* Se resulta em morte:

Pena – detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.



Assinado eletronicamente, por Sen. Damarens Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8569844992>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

**Art. 46.** Realizar rifas, sorteios, loterias, bingos e similares, em eventos presenciais ou realizados por meio das redes sociais ou de quaisquer aplicativos eletrônicos, tendo por objeto cão ou gato:

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e multa.

**Art. 47.** Lançar o corpo de cão ou gato morto no lixo ou em depósito similar, com inobservância de disposição legal ou regulamentar.

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

*Parágrafo único.* Nas mesmas penas incorre quem vilipendia cadáver de cão ou gato ou suas cinzas.

**Art. 48.** Abandonar cão ou gato:

Pena – detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

§ 1º A pena é aumentada de um sexto se resulta em ofensa à integridade física do animal.

§ 2º A pena é aumentada de um terço se ocorre a morte do animal.

**Art. 49.** Fornecer, servir, ministrar, injetar, aplicar ou entregar à consumo, de qualquer forma, a cão ou gato, bebida alcoólica, droga, substância entorpecente ou, sem justa causa, outros produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica:

Pena – detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o fato não constituir crime mais grave.

**Art. 50.** Praticar conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso com cão ou gato:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8569844992>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

§ 1º A pena é aumentada de um sexto se ocorre grave ofensa à integridade física ou psicológica do animal.

§ 2º A pena é aumentada de um terço se ocorre morte do animal.

**Art. 51.** Produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de zoorastia ou abuso sexual com cão ou gato:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

§ 1º Incorre nas mesmas penas quem:

I – vender ou expor à venda fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de zoorastia ou abuso sexual envolvendo cão ou gato;

II – oferecer, trocar, disponibilizar, compartilhar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar por qualquer meio, inclusive por meio de sistema de informática ou telemático, fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de zoorastia ou abuso sexual envolvendo cão ou gato;

III – adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de zoorastia ou abuso sexual envolvendo cão ou gato;

IV – assegurar os meios ou serviços para o armazenamento das fotografias, cenas ou imagens de que trata o caput deste artigo;

V – assegurar, por qualquer meio, o acesso por rede de computadores às fotografias, cenas ou imagens de que trata o *caput* deste artigo.

§ 2º As condutas tipificadas nos incisos IV e V do § 1º deste artigo são puníveis quando o responsável legal pela prestação do serviço, oficialmente notificado, deixa de desabilitar o acesso ao conteúdo ilícito de que trata o *caput* deste artigo.



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8569844992>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

§ 3º Não há crime se a posse ou o armazenamento tem a finalidade de comunicar às autoridades competentes a ocorrência das condutas descritas neste artigo, quando a comunicação for feita por:

I – agente público no exercício de suas funções;

II – membro de entidade, legalmente constituída, que inclua, entre suas finalidades institucionais, o recebimento, o processamento e o encaminhamento de notícia dos crimes referidos neste artigo;

III – representante legal e funcionários responsáveis de provedor de acesso ou serviço prestado por meio de rede de computadores, até o recebimento do material relativo à notícia feita à autoridade policial, ao Ministério Público ou ao Poder Judiciário.

§ 4º As pessoas referidas no parágrafo anterior deste artigo deverão manter sob sigilo o material ilícito referido.

§ 5º Para efeito dos crimes previstos neste artigo, a expressão “zoorastia” compreende conjunção carnal ou ato libidinoso de humano com animal não humano de qualquer espécie ou qualquer outra situação que envolva animal em atividades sexuais explícitas, reais ou simuladas, ou exibição dos órgãos genitais de animal para fins primordialmente sexuais.

**Art. 52.** Deixar de prestar assistência, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, a cão ou gato atropelado ou ferido, ou em grave e iminente perigo; ou não pedir, nesses casos, o socorro da autoridade pública:

Pena – detenção, de 1 (um) a 6 (seis) meses, ou multa.

*Parágrafo único.* A pena é aumentada de metade, se da omissão resulta ofensa à integridade física do animal, e triplicada, se resulta a morte.

**Art. 53.** Impedir, restringir ou embaraçar a fiscalização de canil ou gatil, públicos ou privados, ou locais onde esteja ocorrendo possível caso de



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/856984492>





**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

maus-tratos a cão ou gato, por entidade de proteção animal, por autoridade administrativa ou por autoridade policial:

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e multa.

**Art. 54.** Esta Lei entrará em vigor 90 (noventa) dias após a sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente proposta legislativa visa instituir o Estatuto dos Cães e Gatos, configurando-se como um marco legal fundamental para o reconhecimento e a proteção integral desses animais em todo o território nacional. Em uma sociedade que avança constantemente na compreensão da complexidade da vida e da interconexão entre as espécies, torna-se imperativa a atualização do ordenamento jurídico, de modo a refletir a sensibilidade e os direitos intrínsecos de cães e gatos, que há séculos compartilham conosco lares, comunidades e afetos.

Atualmente, a legislação existente se mostra fragmentada e insuficiente para tutelar plenamente os interesses e o bem-estar de cães e gatos. Prevalece, em muitos aspectos, uma visão anacrônica que os trata como meros objetos, destituídos de direitos e dignidade própria. Essa lacuna legal contribui para a persistência de cenários de maus-tratos, abandono, exploração e sofrimento, em detrimento da ética e do respeito à vida.

Este Estatuto propõe uma mudança de paradigma ao reconhecer expressamente cães e gatos como seres vivos sencientes. Central a essa nova abordagem é o princípio da dignidade animal, que proíbe categoricamente o tratamento desses animais como “coisas”, reafirmando seu valor intrínseco e sua dignidade.



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8569844992>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

O Projeto de Lei estrutura-se em pilares essenciais para assegurar a proteção integral de cães e gatos, pela definição de:

(a) Direitos fundamentais dos cães e gatos: estabelece um rol abrangente de direitos, dentre os quais destacam-se os direitos à vida, à integridade física e psíquica, à liberdade de movimentos para expressar seu comportamento natural, ao acesso diário à água e comida de qualidade, a um abrigo seguro, à saúde animal (vacinação e atendimento veterinário), à proteção familiar e comunitária, ao resgate em situações de risco e ao acesso à Justiça.

(b) Deveres de proteção: define os deveres da sociedade, dos responsáveis legais e, crucialmente, do Poder Público. Este último é incumbido de instituir políticas públicas de bem-estar, saúde e manejo populacional ético (com destaque para programas de controle reprodutivo, vacinação e identificação por microchip, priorizando o método CED – Captura, Esterilização e Devolução), garantindo atendimento veterinário gratuito ou subsidiado a vulneráveis, prestar assistência em desastres ambientais e abrigar animais vítimas de maus-tratos.

(c) Proibições essenciais: veda práticas cruéis e degradantes como corridas competitivas, a eliminação de animais para controle populacional, o uso permanente de dispositivos de contenção que causem sofrimento, atividades que violem a dignidade (rifas, rinhãs), cirurgias desnecessárias, a criação e comercialização clandestinas, a exposição exploratória, o uso em experimentos que causem dor, e contratos de utilização para vigilância/segurança.

(d) Adoção responsável e cuidado comunitário: incentiva e regulamenta a adoção responsável de cães e gatos e estabelece requisitos para os adotantes. Adicionalmente, formaliza e define o “cuidado comunitário”, garantindo direitos e responsabilidades compartilhadas para cães e gatos em situação de rua, com apoio do Poder Público.

(e) Sanções e crimes contra cães específicos contra cães e gatos: cria um sistema de sanções administrativas e tipifica crimes específicos contra cães e gatos, com penas de reclusão e multa, abordando atos como matar, abandonar, submeter a experimentos dolorosos, impedir cuidados, praticar zoofilia, e produzir/distribuir conteúdo de abuso sexual. Merece destaque a previsão de



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8569844992>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

indenização por “dano existencial”, que visa reparar o prejuízo à qualidade de vida do animal. A responsabilização se estende a pessoas jurídicas e seus dirigentes.

Este Estatuto não apenas protege cães e gatos, mas também fomenta uma cultura de educação animalista e cidadania, promovendo a coexistência harmoniosa e o respeito mútuo entre humanos e animais. Ao coibir a crueldade e a negligência, o projeto contribui para a segurança pública, a saúde coletiva e o desenvolvimento de uma sociedade mais ética e compassiva.

Pelo exposto e pela urgência e imprescindibilidade de um arcabouço legal que assegure a dignidade e a integridade de cães e gatos, conclamamos os nobres parlamentares a aprovarem o presente Projeto de Lei.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8569844992>



**DECISÃO DA COMISSÃO****(SUG 10/2025)**

NA 84ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH, FAVORÁVEL À SUGESTÃO, NA FORMA DO PROJETO DE LEI QUE APRESENTA.

03 de dezembro de 2025

Senadora Damares Alves

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8569844992>





# SENADO FEDERAL

## PARECER (SF) Nº 151, DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA,  
sobre a Sugestão nº 10, de 2025, que Dispõe sobre: "Estatuto dos  
Cães e Gatos".

**PRESIDENTE:** Senadora Damares Alves

**RELATOR:** Senador Paulo Paim

03 de dezembro de 2025



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5177726468>





**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

**PARECER Nº , DE 2025**

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Sugestão nº 10, de 2025, proveniente do Instituto Arcanimal, do Instituto Faço pelos Animais e da Soama – Associação Amigos dos Animais, que *dispõe sobre o "Estatuto dos Cães e Gatos"*.

Relator: Senador **PAULO PAIM**

**I – RELATÓRIO**

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) a Sugestão (SUG) nº 10, de 2025, originária do Instituto Arcanimal, do Instituto Faço pelos Animais e da Soama – Associação Amigos dos Animais, que *dispõe sobre o "Estatuto dos Cães e Gatos"*.

A Sugestão consiste em extensa e detalhada proposta de projeto de lei, que busca a instituição de um “Estatuto dos Cães e Gatos”, com o objetivo de estabelecer um marco legal abrangente para a proteção, o bem-estar, a saúde e os direitos fundamentais desses animais no território nacional. O texto é composto por doze capítulos e sessenta artigos, estruturados de forma sistemática, abordando definições conceituais, direitos, deveres, responsabilidades, políticas públicas e sanções administrativas e penais relacionadas ao tratamento de cães e gatos.

O Capítulo I (“Disposições Gerais”) define o objeto da lei e reconhece cães e gatos como seres vivos sencientes e sujeitos de direito, dotados de valor intrínseco e dignidade própria. Estabelece que esses animais possuem capacidade jurídica plena, sendo absolutamente incapazes para os atos da vida



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5177726468>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

civil, devendo ser representados por pessoa natural ou jurídica legitimada. Afirmo que o direito à vida é inviolável e que a interpretação e a aplicação do Estatuto devem observar os princípios da dignidade animal e da vedação ao retrocesso ambiental.

O Capítulo II (“Dos Objetivos e Princípios”) fixa as finalidades centrais do Estatuto: assegurar a proteção integral, prevenir e reprimir maus-tratos, promover políticas públicas de educação animalista e manejo populacional ético e incentivar a convivência harmoniosa entre humanos e animais. Apresenta um conjunto de princípios fundamentais, como a dignidade animal, a universalidade da proteção, a prevenção e precaução, a solidariedade interespecies, a participação comunitária, a cidadania animal, a substituição de métodos científicos cruéis e o princípio *in dubio pro animal*, que determina a interpretação mais favorável ao animal em casos de dúvida.

O Capítulo III (“Das Definições Fundamentais”) contém um glossário jurídico com conceitos relevantes para a aplicação da norma. Define-se o que é animal comunitário, cuidador comunitário, tutor, tutela responsável, família multiespécie, microchipagem, bem-estar animal, senciência, dano existencial e dano moral coletivo animal. Dispõe, ainda, que a tutela responsável implica deveres de cuidado, proteção, alimentação, saúde e segurança, e que o dano existencial animal corresponde à lesão à qualidade de vida ou ao bem-estar de um ser senciente.

O Capítulo IV (“Dos Direitos dos Cães e Gatos”) elenca os direitos fundamentais desses animais, incluindo o direito à vida, à integridade física e psíquica, à liberdade de comportamento natural, à alimentação e abrigo adequados, à assistência veterinária, à proteção familiar ou comunitária, ao resgate em situações de risco, à convivência saudável e ao acesso à tutela jurisdicional. Prevê, ainda, o direito de circulação em condomínios e no transporte público, salvo quando houver risco concreto à segurança de pessoas ou outros animais.

O Capítulo V (“Das Proibições”) lista condutas vedadas em todo o território nacional, como o uso de cães e gatos em rinhas, corridas, espetáculos, treinamentos violentos ou atividades que impliquem sofrimento físico ou



Assinado eletronicamente, por Sen. Damarens Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5177726468>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

psíquico. Proíbe o sacrifício de animais como método de controle populacional, o confinamento permanente com correntes, mutilações por razões estéticas, a criação e o comércio clandestinos, o uso em experimentos dolorosos e a locação para fins de guarda, vigilância ou entretenimento. Estabelece, ainda, a corresponsabilidade de condomínios e empresas por animais abandonados em suas áreas e o dever de comunicação obrigatória de maus-tratos.

O Capítulo VI (“Dos Deveres do Tutor ou Responsável”) detalha as obrigações das pessoas físicas ou jurídicas que mantenham a guarda ou a posse de cães e gatos. Entre os deveres, incluem-se o fornecimento de alimentação adequada, abrigo, higiene e cuidados veterinários; a adoção de medidas de segurança para evitar fugas e acidentes; a condução dos animais em vias públicas com coleira e guia apropriadas; o recolhimento de dejetos; e a garantia de socialização e convivência pacífica, abstendo-se de práticas violentas ou negligentes.

O Capítulo VII (“Dos Deveres do Poder Público”) estabelece as atribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios no cumprimento da lei. Impõe a criação de políticas públicas permanentes voltadas à proteção animal, ao controle populacional ético por meio da esterilização e microchipagem, ao atendimento veterinário gratuito ou subsidiado, ao apoio a abrigos e organizações protetoras e à fiscalização de criadouros e estabelecimentos comerciais. Também determina que o poder público não poderá adotar a eutanásia como forma de controle de zoonoses quando houver tratamento viável, e prevê a criação de fundos, conselhos e programas de educação animalista.

O Capítulo VIII (“Da Tutela Comunitária”) reconhece a figura do animal comunitário, isto é, aquele que, mesmo sem tutor individual identificado, recebe cuidados de uma coletividade. Determina que o poder público deverá apoiar e regulamentar a atuação de cuidadores comunitários, garantindo abrigo, alimentação, esterilização e acompanhamento veterinário aos animais de rua. Atribui ao município a responsabilidade civil objetiva por eventuais danos causados por esses animais, ressalvadas as hipóteses de culpa exclusiva da vítima.



Assinado eletronicamente, por Sen. Damarens Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5177726468>





**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

O Capítulo IX (“Da Adoção Responsável”) regula o processo de adoção de cães e gatos, caracterizando-o como ato de cidadania e formação de família multiespécie. Estabelece os requisitos para adoção, como a maioridade, a idoneidade e a capacidade de oferecer condições materiais de cuidado. Determina a celebração de termo de adoção com força de título executivo extrajudicial, assegura o acompanhamento pós-adoção e define a responsabilidade do antigo tutor pelos custos até a nova guarda. O poder público é incumbido de promover campanhas permanentes de adoção responsável.

O Capítulo X (“Das Infrações e Sanções Administrativas”) trata das condutas infracionais e respectivas penalidades, aplicáveis a pessoas físicas e jurídicas. Prevê sanções de advertência, multa, interdição temporária ou definitiva e proibição de exercer tutela ou guarda de animais. Estabelece o dever de reparação civil por dano existencial animal, com indenizações graduadas entre R\$ 3.500,00 e R\$ 14.000,00, conforme a gravidade da infração. Determina que os recursos provenientes das multas e indenizações sejam destinados a fundos municipais de proteção animal e que o infrator reincidente fique proibido de manter ou adquirir animais por dez anos.

O Capítulo XI (“Dos Crimes contra Cães e Gatos”) dispõe sobre as infrações penais específicas contra esses animais, classificando-as em grupos de condutas, e define que todos os crimes são de ação penal pública incondicionada, aplicando-se as normas da Parte Geral do Código Penal e do Código de Processo Penal. Reconhece o animal como ofendido com legitimidade processual indireta, por meio de representante legal, e prevê a possibilidade de participação de *amicus curiae* em processos de relevância social. Estabelece ainda a responsabilidade civil, penal e administrativa de pessoas físicas e jurídicas, com possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica quando esta for utilizada para evitar a reparação dos danos. O capítulo também prevê a fixação de indenização mínima ao animal ofendido, administrada por seu tutor ou revertida a fundos públicos e entidades de proteção animal, reforçando o caráter reparatório e pedagógico da norma penal.

As condutas criminosas estão organizadas em blocos de natureza distinta. O primeiro grupo abrange os crimes contra a vida e a integridade física, como matar, ferir, abandonar ou deixar de prestar socorro a cães e gatos, com



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5177726468>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

penas que variam de detenção a reclusão conforme a gravidade e o resultado. O segundo grupo trata dos crimes de crueldade e exploração, que incluem a submissão a experimentos científicos dolorosos, o uso em testes cosméticos, a privação de liberdade de locomoção, o confinamento inadequado e a promoção de rifas, corridas ou espetáculos com sofrimento animal. O terceiro bloco compreende os crimes sexuais e de conteúdo ilícito, abrangendo a prática de atos libidinosos, a zooerastia e a produção, registro, divulgação ou armazenamento de material envolvendo abuso sexual de animais. Por fim, há o conjunto dos crimes de omissão e obstrução, que pune o impedimento de alimentação, o descumprimento de deveres de cuidado, a obstrução à fiscalização de maus-tratos e a prática de violência institucional contra quem denuncia tais crimes.

Por fim, o Capítulo XII (“Das Disposições Finais”) determina que a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) deverá editar, no prazo de cento e oitenta dias, regulamento específico sobre o transporte aéreo de animais domésticos nas cabines das aeronaves, garantindo segurança e bem-estar. Por fim, o texto estabelece que a lei entrará em vigor noventa dias após a sua publicação, conferindo prazo de adaptação para o poder público, as empresas e os tutores se ajustarem às novas normas de proteção animal.

**II – ANÁLISE**

À luz do disposto no inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), cabe à CDH opinar sobre sugestões legislativas apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil. Dessa forma, é regimental a análise da SUG por este Colegiado.

A Sugestão Legislativa nº 10, de 2025, versa sobre tema de elevada relevância social e jurídica, ao propor a criação do Estatuto dos Cães e Gatos, destinado a consolidar princípios, direitos e deveres relativos à proteção, ao bem-estar e à convivência harmônica entre pessoas e animais domésticos. O texto apresentado reflete um esforço consistente de juristas, estudiosos e entidades de defesa animal, que se dedicaram à elaboração de uma minuta tecnicamente estruturada, acompanhada de justificação jurídica e ética detalhada. O objetivo é preencher lacunas normativas existentes no ordenamento jurídico brasileiro,



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5177726468>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

estabelecendo um marco regulatório abrangente para o tratamento digno e responsável dos cães e gatos, em consonância com a evolução legislativa nacional e internacional sobre o tema.

Em linhas gerais, a proposição demonstra sensibilidade social e alinhamento com valores constitucionais fundamentais, como a proteção dos animais contra práticas cruéis, conforme o art. 225, § 1º, VII, da Constituição Federal.

Não obstante, o texto da Sugestão merece reparos.

O artigo 2º do projeto reconhece cães e gatos como “sujeitos de direito dotados de capacidade jurídica plena”, assegurando-lhes tutela jurisdicional individual ou coletiva em caso de violação de direitos. Ocorre que a expressão “capacidade jurídica plena”, tal como usada na dogmática civil brasileira, é privativa das pessoas naturais e jurídicas, entendidas como titulares de direitos e obrigações na ordem civil.

O artigo 3º, por sua vez, dispõe que cães e gatos são “absolutamente incapazes de exercer diretamente os atos da vida civil”, devendo ser representados. Trata-se, na prática, de uma transposição direta da categoria da incapacidade civil humana, prevista no art. 3º do Código Civil. O dispositivo, embora pretenda resolver a contradição do artigo anterior, acaba por reforçar uma equiparação antropomórfica indevida, introduzindo uma lógica de incapacidade fundada em parâmetros de personalidade humana. No caso dos animais, o que se pode admitir é uma titularidade reflexa de direitos fundamentais ou ambientais, exercida sempre de forma mediata por terceiros (tutores, associações ou o Estado), mas não a capacidade civil plena ou restrita.

Imprescindível, portanto, a modificação dos arts. 2º e 3º da SUG, para eliminar as equiparações antropomórficas presentes no texto. Ao mesmo tempo, deve-se preservar a proteção devida aos animais, não como coisas, mas como seres sencientes dotados de status jurídico próprio, que reconhece sua dignidade sem afastar integralmente parte da disciplina jurídica aplicável aos objetos de direito.



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5177726468>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

Nesse âmbito, vale destacar que a SUG, por mais que proíba o tratamento de cães e gatos como coisas (art. 8º, I), na prática reconhece parcialmente sua consideração como objetos de direito ao prever, por exemplo, a comercialização de cães e gatos (art. 9º, VII). Coisas, para o direito civil, podem ser definidas como entes corpóreos ou incorpóreos que servem de objeto a uma relação jurídica. Percebe-se, portanto, uma sobreposição entre o conceito jurídico de coisa e a aptidão de ser objeto de relações jurídicas, tal como se reconhece na SUG. Diferentemente, por sua vez, das coisas tomadas de forma genérica, propõe-se que cães e gatos não sejam meros objetos de negócios jurídicos sem que sua dignidade seja leva em consideração.

Observamos, neste ponto, que o Projeto de Lei (PL) nº 4, de 2025, que dispõe sobre a reforma do Código Civil, também trata expressamente do regime jurídico dos animais, propondo a inclusão de um art. 91-A com o seguinte teor:

**Art. 91-A.** Os animais são seres vivos sencientes e passíveis de proteção jurídica própria, em virtude da sua natureza especial.

§ 1º A proteção jurídica prevista no caput será regulada por lei especial, a qual disporá sobre o tratamento físico e ético adequado aos animais.

§ 2º Até que sobrevenha lei especial, são aplicáveis, subsidiariamente, aos animais as disposições relativas aos bens, desde que não sejam incompatíveis com a sua natureza, considerando a sua sensibilidade.

Observa-se que a proposta incorpora o conceito de seres vivos sencientes, mas o faz de maneira moderada e sistematicamente coerente com o direito civil, evitando a adoção de categorias como “capacidade jurídica plena” ou “incapacidade absoluta”.

O dispositivo reconhece a necessidade de um regime jurídico próprio, distinto tanto da mera classificação como coisa quanto da equiparação à pessoa humana, e atribui à lei especial a tarefa de disciplinar o tratamento ético e físico dos animais.



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5177726468>





**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

Essa solução legislativa revela uma técnica de transição jurídica equilibrada, que reconhece a senciência animal e a necessidade de tutela específica, mas sem romper com a estrutura conceitual do Código Civil, o que a torna mais harmônica com o sistema jurídico vigente do que as formulações contidas na proposta do “Estatuto dos Cães e Gatos”, que confere aos animais capacidade jurídica plena e incapacidade civil, categorias jurídicas aplicáveis à pessoa humana.

Assim, a disciplina prevista no *caput* do art. 91-A do Código Civil, na forma do PL nº 4, de 2025, está mais alinhada ao ordenamento jurídico vigente do que a prevista nos arts. 2º e 3º da SUG.

Outra questão relevante que demanda atenção reside na utilização, por parte da SUG, da expressão “tutores”, conforme se verifica no inciso I do art. 9º e em diversos dispositivos ao longo do texto. No âmbito do direito de família, a tutela tem contornos jurídicos claros, sendo o instituto aplicável especificamente à relação entre crianças e adolescentes e seus responsáveis legais, na ausência do poder familiar (art. 1.728 do Código Civil). Embora a expressão “tutores” tenha ganhado uso corrente e informal na prática contemporânea no âmbito da relação entre pessoas e animais de estimação, sua adoção pelo diploma legal pode gerar insegurança jurídica e confusão dogmática, dada a disparidade de natureza e extensão entre a responsabilidade ali tratada e o regime legal da tutela. Por essa razão, afigura-se juridicamente preferível a substituição pelo termo “responsável legal”, que tem um caráter mais genérico e adequado ao contexto, e, simultaneamente, evita a controvertida e socialmente inadequada expressão “dono”. Por fim, vale destacar que o texto da SUG já utiliza as expressões “tutor” e “responsável legal” como sinônimos (art. 9º, XI), sendo assim mais adequada a opção por apenas uma delas de forma a trazer maior clareza à proposta.

No mesmo artigo, a SUG define “família multiespécie” como a “comunidade formada por seres humanos e seus animais de estimação como entidade familiar”. Trata-se, contudo, de definição de reduzida relevância prática, já que o próprio texto da SUG emprega o conceito apenas duas vezes (arts. 19 e 24), sendo que em ambos os casos a expressão pode ser facilmente substituída por termos mais simples. A inserção, na proposta, de um conceito equiparado à noção de entidade familiar tende a suscitar debates jurisprudenciais capazes de



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5177726468>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

comprometer a segurança jurídica, uma vez que a entidade familiar goza de proteção constitucional específica. Ademais, o conceito de família multiespécie não encontra correspondência na disciplina constitucional das entidades familiares delineada nos arts. 226 a 230 da Constituição Federal. Em conclusão, cumpre observar que o vocábulo “multiespécie” é fruto de construção doutrinária e não consta do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP), o que revela sua inadequação à Política Nacional de Linguagem Simples instituída pela Lei nº 15.263, de 14 de novembro de 2025.

Assim sendo, o inciso XI do art. 9º deve ser suprimido.

Mais adiante, o conceito de dano existencial animal, tal como previsto no inciso XIV do art. 9º do projeto, apresenta-se de forma excessivamente aberta e indeterminada, permitindo a caracterização da lesão com base em critérios de difícil objetivação, como “impossibilidade de seguir rotina” ou “necessidade de fazer o que antes não era necessário”. A amplitude da definição e a subjetividade dos parâmetros geram insegurança jurídica. Além disso, a aferição da alteração comportamental ou da perda de “qualidade de vida” pode conduzir a interpretações arbitrárias ou desproporcionais. Em termos dogmáticos, a noção de dano existencial foi construída para proteger dimensões extrapatrimoniais da pessoa humana relacionadas à liberdade e ao projeto de vida, sendo duvidosa sua equivalência conceitual com a realidade animal, que não possui consciência reflexiva ou autonomia existencial no sentido jurídico do termo. Ao mesmo tempo, a SUG apresenta uma proposta interessante de conceituação geral e abstrata de dano existencial animal, que pode ser mantida de forma a ser devidamente desenvolvida pela jurisprudência.

Por essas razões, o inciso XIV do art. 9º deve ser redigido de forma mais sintética, para a preservar a ideia geral do dano existencial sem estabelecer uma definição excessivamente objetiva. Desse modo, permite-se que a jurisprudência consolide os contornos de sua aplicação nos casos concretos.

Entendemos necessária a inclusão de um parágrafo único no art. 23, que trata de regras para adoção de cães e gatos, de modo a evitar entraves excessivos que poderiam desincentivar a adoção, principalmente por famílias de



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5177726468>







**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

baixa renda ou com renda informal, que poderiam ter dificuldade para comprovar formalmente sua condição financeira.

Além disso, o art. 36 do projeto prevê indenizações tarifadas (com valores fixos e pré-determinados em lei) de valores elevados para os casos de ocorrência de dano existencial. Essa metodologia também destoa dos princípios basilares do sistema de responsabilidade civil brasileiro, fundado na avaliação concreta do dano, de sua extensão e das circunstâncias do caso. A tarifação de danos, além de comprometer a análise individualizada exigida pelo art. 944 do Código Civil (“a indenização mede-se pela extensão do dano”), impede a apreciação judicial equitativa e pode gerar indenizações desproporcionais tanto para mais quanto para menos. No presente caso, a fixação legal de quantias uniformes para hipóteses de dano existencial animal descaracteriza a natureza reparatória e individualizada da indenização civil.

Então, entendemos que o art. 36 também deve ser suprimido.

No que tange às disposições penais e processuais penais, muitas delas causam preocupação, até pela inovação que fazem.

O art. 41 prevê a possibilidade de o animal acompanhar o inquérito policial e até mesmo atuar como assistente de acusação no processo. Trata-se uma quebra de paradigma, porque atribui ao cão ou gato, não a seu responsável legal, a legitimidade *ad causam*.

No mesmo sentido, o art. 43 estabelece que a indenização *ex delicto* será devida ao animal, não a seu responsável legal. Ou seja, a SUG prevê que cães e gatos sejam titulares de direitos patrimoniais, o que também é bastante inovador e de difícil aplicação.

Mais adiante, o art. 58 alude à violência institucional contra cães e gatos, mas não define o que seria essa espécie de violência.

Por essas razões entendemos que os arts. 41, 43 e 58 também devem ser suprimidos.



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5177726468>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

No mais, ainda em relação ao capítulo que define os crimes contra cães e gatos, parece-nos que algumas das penas abstratamente cominadas são exageradas. Por exemplo, a conduta de matar cão ou gato (art. 45) tem como patamar mínimo a pena de reclusão de seis anos, idêntica reprimenda prevista para o homicídio, no art. 121 do Código Penal.

As penas, então, devem ser ajustadas, para que reflitam a proporcionalidade com o desvalor das respectivas condutas, tendo como parâmetro as reprimendas já estabelecidas para outros tipos penais.

Mais adiante, o art. 59 da SUG impõe à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), autarquia federal vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos, a obrigação de editar regulamentação em prazo determinado (180 dias) sobre o transporte de animais de estimação em cabines de aeronaves. Trata-se, de norma que interfere diretamente na atividade regulamentar e no exercício de competência técnica da agência. O Supremo Tribunal Federal tem precedente firme reconhecendo que a fixação, por lei, de prazo para que o Poder Executivo edite regulamento ou apresente projeto de lei viola o princípio da separação dos Poderes (art. 2º da CF). Nesse sentido, confira-se o trecho do acórdão da ADI nº 4.728:

(...) 3. Firme a jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal no sentido da incompatibilidade de dispositivos normativos que estabeleçam prazos, ao Poder Executivo, para apresentação de projetos de lei e regulamentação de preceitos legais, por violação dos arts. 2º e 84, II, da Constituição da República. (ADI 4728, Relator(a): Min. Rosa Weber, Tribunal Pleno, julgado em 16/11/2021, DJE-244 divulg 10-12-2021 public 13-12-2021.)

Esse mesmo tipo de disposição inconstitucional aparece no art. 37, que busca estabelecer um prazo de 180 (cento e oitenta) dias para que os municípios editem regulamento para disciplinar a apuração de infrações administrativas.

Dessa forma, não se recomenda a manutenção do estabelecimento de prazos para a edição de regulamentação previstos nos art. 37 e 59 da minuta de



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes - Anexo I - 22º Andar - SI 2 - 70165-900 - Brasília - DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5177726468>





**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

projeto de lei a ser apresentada pela Comissão, em razão de sua possível inconstitucionalidade material.

Então, com esses ajustes, somos favoráveis à iniciativa e à transformação da Sugestão Legislativa em Projeto de Lei, com vistas a instituir o Estatuto dos Cães e Gatos, de modo a consolidar, em diploma próprio, os direitos, deveres e sanções relativos à proteção, custódia responsável e bem-estar desses animais, preservando a coerência com o sistema jurídico nacional e os parâmetros constitucionais de proteção ambiental e da vida.

Conforme dispõe o inciso I do parágrafo único do art. 102-E do RISF, as sugestões legislativas que receberem parecer favorável da Comissão serão transformadas em proposição legislativa de sua autoria e encaminhadas à Mesa do Senado Federal, para tramitação na forma regimental e adequada discussão e análise de seu mérito.

**III – VOTO**

Diante do exposto, o voto é **favorável** à Sugestão nº 10, de 2025, com sua transformação em Projeto de Lei, nos termos seguintes:

**PROJETO DE LEI Nº , DE 2025**

Institui o Estatuto dos Cães e Gatos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5177726468>





**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

**CAPÍTULO I**

**DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** Esta Lei institui o Estatuto dos Cães e Gatos, estabelecendo os princípios, garantias, direitos e deveres relacionados à sua proteção, bem-estar físico e psíquico, saúde, alimentação, equilíbrio comportamental, reabilitação, socialização e convivência harmoniosa com os seres humanos, inclusive nos âmbitos familiar e comunitário.

*Parágrafo único.* Os direitos de cães e gatos previstos nesta Lei não excluem outros decorrentes de tratados ou convenções internacionais ratificados pelo Brasil, da legislação interna ordinária federal, estadual, distrital ou municipal e de regulamentos expedidos pelas autoridades administrativas competentes.

**Art. 2º** Cães e gatos são seres vivos sencientes e passíveis de proteção jurídica própria, em virtude da sua natureza especial.

**Art. 3º** Na interpretação desta Lei, levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, a urgência e a imprescindibilidade do bem em questão, a primazia do princípio da dignidade animal e a vedação ao retrocesso em matéria de proteção ambiental e animal.

**CAPÍTULO II**

**DOS OBJETIVOS E PRINCÍPIOS**

**Art. 4º** O Estatuto tem como objetivos:

I – assegurar proteção à vida e ao bem-estar físico e psíquico dos cães e gatos, prevenindo e reprimindo todas as formas de maus-tratos, por ação ou omissão;

II – estabelecer os deveres do Estado, dos responsáveis legais e da sociedade na proteção dos cães e gatos;



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5177726468>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

III – estabelecer os direitos fundamentais dos cães e gatos;

IV – estimular políticas públicas de bem-estar e saúde animal, educação animalista, custódia responsável, manejo populacional ético, e assistência médica e comportamental a animais em situações de risco, desastre ou vulnerabilidade;

V – estimular políticas públicas relacionadas aos animais comunitários.

**Art. 5º** São vedadas as práticas que submetam cães e gatos à crueldade, ao abuso – inclusive o sexual –, aos maus-tratos, aos ferimentos, às mutilações, à morte injustificável e ao dano existencial.

*Parágrafo único.* Compete aos responsáveis legais, à coletividade e ao Poder Público zelar pela efetivação dos direitos de cães e gatos previstos no ordenamento jurídico.

**Art. 6º** A aplicação desta Lei será norteadada pelos seguintes princípios:

I – da dignidade animal: os cães e gatos devem ser tratados como seres conscientes e sencientes, dotados de valor intrínseco e de dignidade própria;

II – da universalidade da proteção: todos os cães e gatos são protegidos pelas Constituições Federal e dos Estados, pela Lei Orgânica do Distrito Federal, bem como pelas leis protetivo-animalistas em vigor;

III – da participação comunitária: na formulação das políticas públicas de atendimento aos direitos de cães e gatos, bem como no estabelecimento e implementação dos respectivos programas, é garantida a participação da comunidade, diretamente ou por meio de suas organizações comunitárias, sempre que visem ao tratamento dos animais como seres sencientes, sujeitos de direitos e portadores de dignidade própria;



Assinado eletronicamente, por Sen. Damarens Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5177726468>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

IV – da educação animalista: o atendimento e o respeito aos direitos animais poderão ser implementados por meio da inclusão do tema nos currículos dos ensinos fundamental e médio e por campanhas educativas periódicas e contínuas pelos meios de comunicação adequados, nas universidades, nas escolas, nas associações de bairro, nos canais oficiais de comunicação do Governo local e em outros espaços comunitários, que propiciem a assimilação pelo público em geral acerca da adoção ética e responsável de cães e gatos, bem como sobre a existência da consciência e da senciência animal e, conseqüentemente, sobre o sofrimento a que podem ser submetidos cães e gatos e, ainda, enaltecendo sempre as práticas de vivências mais éticas, pacíficas e solidárias entre pessoas e cães e gatos;

V – da tutela normativa dos animais: os interesses dos cães e gatos devem sempre ser levados em consideração pelas leis e outros atos normativos que possam impactá-los;

VI – da substituição ou da alternatividade: sempre devem prevalecer os métodos científicos disponíveis substitutivos ou alternativos ao uso de cães e gatos para fins humanos;

VII – da aplicação da norma mais favorável ao animal: na aplicação da legislação em geral e desta lei em especial, deve prevalecer, quando vigente simultaneamente mais de uma lei ou dispositivo de lei tratando do mesmo assunto, aquele que for mais favorável aos cães e gatos e, assim, melhor lhes garantir a dignidade animal;

VIII – “*in dubio pro animali*”: quando da aplicação de lei ou de ato normativo para dirimir conflito envolvendo cães e gatos, havendo mais de uma interpretação possível para um mesmo dispositivo, deve-se optar por aquela que seja mais favorável ao animal;

IX – da prevenção: devem-se adotar medidas que minimizem ou que evitem impactos negativos sobre o bem-estar animal;

X – da precaução: na dúvida ou incerteza científica sobre a senciência de determinada espécie animal, ou sobre os impactos de certa atividade sobre o



Assinado eletronicamente, por Sen. Damarens Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5177726468>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

bem-estar animal, deve-se considerar como senciente a espécie animal envolvida, no primeiro caso, e adotar medidas que minimizem ou que evitem os impactos possíveis, no segundo, sempre no intuito de evitar danos às integridades física, psíquica e ambiental dos cães e gatos;

XI – da vedação ao retrocesso: como decorrência do dever estatal de progressividade relativamente à proteção da dignidade animal, não se poderá legislar ou interpretar a ordem jurídica de modo a suprimir ou a reduzir os avanços efetivados quanto ao respeito às integridades física e psíquica dos cães e gatos.

§ 1º Para os fins do inciso VI do *caput* deste artigo, na ausência de métodos científicos substitutivos ou alternativos, devem prevalecer os preceitos de redução do número de animais utilizados e de refinamento das condições de manutenção e dos procedimentos para evitar sofrimento dos animais e promover estados mentais positivos.

§ 2º Os princípios previstos nesta Lei não excluem outros decorrentes de tratados ou convenções internacionais de que o Brasil seja signatário, da legislação interna ordinária federal, estadual, distrital ou municipal e de regulamentos expedidos pelas autoridades administrativas competentes, devendo prevalecer sempre a determinação que for mais favorável à proteção da dignidade animal de cães e gatos.

**CAPÍTULO III****DAS DEFINIÇÕES**

**Art. 7º** Para fins do presente Estatuto, consideram-se:

I – animal comunitário: cão ou gato em situação de rua que estabeleça com uma determinada comunidade laços de dependência e manutenção, embora não possua responsável legal único e definido;

II – cuidador comunitário: toda pessoa natural que protege, alimenta, abriga de intempéries, fornece água e demais cuidados básicos garantidores do



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5177726468>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

bem-estar de cães e gatos comunitários sem, contudo, ter responsabilidade direta pelo animal;

III – custódia responsável: o vínculo jurídico, ético e material estabelecido entre uma pessoa e um cão ou gato, mediante o qual o responsável legal assume, de forma consciente e permanente, uma série de obrigações legais, dentre as quais a de prover todas as condições necessárias ao bem-estar físico, emocional, comportamental e social do animal, respeitando sua natureza, suas necessidades, e seus direitos;

IV – bem-estar animal: refere-se à qualidade de vida de um animal, através da busca pela manutenção de bons parâmetros de saúde física, comportamental e emocional, da possibilidade de expressar o comportamento natural da espécie e das condições desejáveis para o animal ser capaz de se adaptar, da melhor forma possível, ao ambiente em que vive;

V – senciência: qualidade atribuída a seres vivos capazes de experimentar conscientemente sensações e estados subjetivos, como dor, prazer, medo, angústia, afeto, alegria e sofrimento;

VI – criação de cães e gatos: atividade econômica de criação, manutenção e reprodução de cães e gatos, mantidos em condições de manejo controladas por pessoas naturais ou jurídicas;

VII – comercialização de cães e gatos: a compra e a venda, a revenda ou a permuta de cães ou gatos, realizadas com objetivo econômico;

VIII – esterilização cirúrgica (castração): eliminação da capacidade reprodutiva do cão ou gato, por método cirúrgico, visando ao controle populacional, à redução do abandono de animais e à prevenção do risco de contrair doenças infecciosas e do trato reprodutivo;

IX – eutanásia animal: supressão da vida animal, por meio de método tecnicamente aceitável e cientificamente comprovado, observados os princípios éticos aplicáveis, apenas quando o bem-estar do animal estiver comprometido de forma irreversível, sendo um meio de eliminar a dor ou o sofrimento dos animais.



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5177726468>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

X – microchipagem: sistema de identificação animal mediante a utilização de microchip no cão ou gato, contendo os dados de identificação do animal e de seu responsável legal, com o posterior registro em sistema central onde os dados referentes ao animal e ao seu responsável legal são armazenados e disponibilizados de forma clara e segura garantindo a rápida identificação de ambos em caso de necessidades específicas para saúde, segurança e de manejo populacional.

XI – responsável legal: pessoa natural ou jurídica que exerce a custódia responsável do animal;

XII – representante legal de cães e gatos: indivíduo ou entidade, pública ou privada, que venha a defender os interesses de cães e gatos em processos judiciais ou administrativos;

XIII – dano existencial animal: aquele que atinge a qualidade de vida do animal, causando-lhe dificuldades ou impossibilidade para expressar seu comportamento natural;

XIV – dano moral coletivo animal: lesão de natureza extrapatrimonial decorrente de conduta comissiva ou omissiva que viole o bem-estar, a dignidade ou a integridade física ou psíquica dos animais e reflita negativamente na moral coletiva da sociedade e na confiança no cumprimento dos deveres constitucionais por parte do Poder Público ou de particulares.

*Parágrafo único.* As condutas de que tratam os incisos XIII e XIV abrangem também o dano experimentado pelo animal advindo de ataque de outro animal, desde que esse ataque tenha sido instigado por uma pessoa ou um grupo de pessoas.

**CAPÍTULO IV****DOS DIREITOS DOS CÃES E GATOS**

**Art. 8º** Cães e gatos têm os seguintes direitos:



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5177726468>





**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

I – à vida e à integridade física e psíquica, ressalvados os casos de eutanásia definidos em lei;

II – à liberdade de movimentos para expressar o seu comportamento natural, dentro dos limites da segurança e bem-estar;

III – ao acesso diário à água limpa e comida de qualidade, compatível com a idade, o tamanho e as necessidades específicas do animal, independentemente do animal ter ou não responsável legal único ou definido;

IV – a um local seguro para se abrigar, protegido do sol, da chuva e do frio, que permita ao animal descansar de forma segura e com espaço para se movimentar livremente;

V – a agir conforme seu comportamento natural, de modo que, independentemente do ambiente, o animal possa, de forma segura para si e para terceiros, expressar seu comportamento biológico natural, como correr, brincar, cheirar, conviver com outros animais ou pessoas, evitando situações que gerem estresse, medo ou sofrimento por período prolongado ou de forma permanente;

VI – à saúde animal, contemplando vacinação, vermifugação e atendimento veterinário adequado, além de tratamento imediato em caso de doenças, agravos ou ferimentos;

VII – à proteção em âmbito doméstico, devendo ser sempre priorizados o melhor interesse do animal nos conflitos familiares que envolvam cães e gatos, notadamente relacionados à definição do responsável legal, custódia, visitação e compartilhamento de despesas;

VIII – ao cuidado comunitário, quando desenvolvidos laços de dependência e manutenção por cães e gatos em situação de rua com membros da coletividade, contemplando os direitos de assistência, cuidado, alimentação, hidratação, saúde e abrigamento;

IX – ao resgate, abrigamento adequado, proteção, alimentação, hidratação e atendimento veterinário emergencial em situações de risco iminente



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes - Anexo I - 22º Andar - SL 2 - 70165-900 - Brasília - DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5177726468>





**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

à vida ou à integridade física do animal, como abandono, agressões, abusos, negligências graves, atropelamentos, desastres ambientais ou outras situações de risco;

X – à proteção estatal, que impõe o desenvolvimento, por todos os entes federativos, de políticas públicas de proteção, bem-estar, manejo populacional ético, educação para custódia responsável e saúde animal de modo a assegurar uma vida digna para todos os cães e gatos do território nacional;

XI – a habitar e transitar no âmbito dos condomínios residenciais onde residam seus responsáveis legais, inclusive pelas áreas de uso comum, desde que isso não implique riscos concretos à segurança, saúde e sossego dos demais condôminos, sendo nulas as normas condominiais que disponham em sentido contrário;

XII – à defesa judicial de seus interesses em caso de violação de seus direitos por meio de representante legal de cães e gatos;

XIII – à facilitação de acesso aos meios de transporte, público e privado, nos termos da regulamentação específica.

**CAPÍTULO V****DAS PROIBIÇÕES**

**Art. 9º** É vedado, em todo o território nacional:

I – organizar, promover, realizar, facilitar, incentivar, apoiar ou participar, sob qualquer circunstância, de corridas competitivas ou atividades extenuantes de mesma natureza utilizando cães ou gatos, em que sejam ou não realizadas apostas, oferta de brindes ou promoções, qualquer que seja a raça, linhagem, variante ou categoria canina ou felina utilizada;

II – a eliminação de cães e gatos como forma de controle populacional ou de doenças.



Assinado eletronicamente, por Sen. Damarens Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5177726468>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

III – o uso de dispositivos de contenção, como cordas, correntes, arames e assemelhados, para a manutenção de cães e gatos em pátios, quintais ou outros espaços similares, de forma permanente ou rotineira, em situações não justificadas por razões de segurança e que comprometam o bem-estar físico e psicológico do animal, causando sofrimento ou prejuízo à sua saúde;

IV – organizar, promover, realizar, facilitar, incentivar, apoiar ou participar, sob qualquer circunstância, de atividades que violem a dignidade dos cães e gatos, inclusive rinhas e qualquer outra que lhes causem sofrimento físico ou emocional;

V – submeter ou realizar em cães e gatos cirurgias consideradas desnecessárias ou que possam impedir a capacidade de expressão do comportamento natural da espécie, em especial a conchectomia, a corpectomia, a onictomia e a caudectomia, sendo permitidas apenas as cirurgias que atendam às indicações clínicas;

VI – a inclusão de cláusulas restritivas em convenção, regulamento, regimento ou qualquer instrumento legal de condomínio relacionadas à permanência de cães e gatos em suas unidades autônomas e em suas áreas comuns, admitindo-se apenas restrições pautadas em situações concretas e individualizadas de risco ou dano à saúde, segurança ou sossego dos demais moradores ou quando a presença do animal acarretar obstáculo concreto ao uso de área comum pelos demais condôminos;

VII – a criação e reprodução clandestina de cães e gatos para fins de comercialização;

VIII – a exposição, a qualquer título, em vitrines fechadas ou alojados em espaços que impeçam sua movimentação, que os amedrontem ou em quaisquer condições exploratórias que lhes cause desconforto, salvo se se tratar de necessidades de saúde física ou psicológica, como em situações emergenciais e transitórias voltadas à proteção dos animais envolvidos;

IX – a utilização de cães e gatos em experimentos científicos ou didáticos que provoquem dor ou sofrimento.



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5177726468>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

§ 1º A identificação visual de gatos em vida livre ou comunitária poderá ser feita após a castração com o corte da ponta da orelha esquerda da forma recomendada por organismos internacionais como forma de identificar animais que já passaram por programa de controle populacional, sendo que o corte da ponta da orelha só poderá ser feito com anestesia e adotadas todas as medidas corretas para correta cicatrização da lesão.

§ 2º Cães e gatos em situação de abandono, que habitem áreas comuns de condomínios residenciais e comerciais, independentemente do tempo que ali se encontrarem, não poderão ter negado o acesso à água limpa e comida de qualidade, até que possam ser resgatados, castrados e encaminhados para adoção responsável.

§ 3º Os condomínios residenciais e comerciais, por seus administradores, têm o dever de comunicar às autoridades competentes ocorrência ou indícios de casos de maus-tratos a animais em suas unidades condominiais ou nas áreas comuns.

**CAPÍTULO VI****DOS DEVERES DO RESPONSÁVEL LEGAL DE CÃES E GATOS**

**Art. 10.** São deveres do responsável legal de cão ou de gato:

I – zelar pela proteção, promoção da saúde, bem-estar, alimentação, recreação, higiene e, sempre que necessário, pela educação ou adestramento de obediência básica, equilíbrio comportamental na reabilitação e socialização para adoção dos cães e gatos sob sua responsabilidade, sempre com respeito à dignidade e aos direitos dos animais;

II – impedir sua fuga e telar as janelas e os vãos de prédios verticais e horizontais que possam possibilitar sua queda ou fuga;

III – não expor os animais a riscos, fome, sede, chuva, frio e calor excessivos, doenças, estresses ou violência, devendo prover alimento e água em



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5177726468>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

qualidade suficiente, bem como um abrigo seguro, higienizado e compatível com as necessidades do animal;

IV – impedi-los de provocar acidentes em residências, vias e logradouros públicos ou locais de livre acesso ao público;

V – conduzir os cães nas vias públicas com guia, coleira ou peitoral, de conformidade com seu porte, evitando-se expô-los a condições ambientais inadequadas, que possam causar-lhes dor, ferimentos, insolação ou outros gravames;

VI – coletar e destinar adequadamente as fezes de seu animal, quando em via pública;

VII – assegurar assistência veterinária regular, mantendo em dia a vacinação, a vermifugação, a proteção contra parasitas e demais medidas preventivas de saúde, conforme orientação médico-veterinária, promovendo a saúde e prevenindo doenças, observando o calendário ou cronograma de vacinações obrigatórias e mantendo a respectiva carteira de vacinação atualizada;

VIII – identificar adequadamente seu animal, com coleira que contenha, ao menos, o nome do animal e telefone ou outro meio de contato de seus responsáveis legais;

IX – evitar ataque ou agressão a pessoas ou a outros animais, inclusive utilizando de equipamentos que possam prevenir essas ocorrências, sem infligir maus-tratos aos animais e, sempre que exigido por lei, em virtude da raça, fazer uso de focinheira que permita ao animal salvação e ingestão de água;

X – assegurar adequada socialização do animal, sempre que necessário, por razões comportamentais, possibilitando o convívio seguro com outros animais e pessoas, e, quando necessário, proporcionar ambiente com enriquecimento ambiental compatível com as necessidades físicas e comportamentais da espécie;



Assinado eletronicamente, por Sen. Damareo Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5177726468>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

XI – providenciar a esterilização cirúrgica, prioritariamente nos casos em que o controle populacional se mostrar necessário, conforme avaliação técnico-veterinária, respeitando o bem-estar animal e as diretrizes éticas e sanitárias;

XII – realizar a identificação dos cães e gatos sob sua responsabilidade no Cadastro Nacional de Animais Domésticos, instituído pela Lei nº 15.046 de 17 de dezembro de 2024 e Decreto Federal nº 12.439 de 17 de abril de 2025.

**CAPÍTULO VII****DOS DEVERES DO PODER PÚBLICO**

**Art. 11.** O Poder Público, em âmbito federal, estadual e municipal e dentro de sua esfera de competência, deverá:

I – instituir políticas públicas voltadas à proteção, ao bem-estar e ao manejo populacional ético de cães e gatos, de caráter preventivo, educativo/comportamental, assistencial, fiscalizatório, sanitário, promocional e punitivo, implementadas pelo Estado em todas as suas esferas, em cooperação com a sociedade civil;

II – implantar programas permanentes de controle reprodutivo, incluindo esterilização cirúrgica, registro, identificação individual por microchip e controle populacional ético, devendo ser criado um banco de dados único para cadastro e acompanhamento dos animais nos estados, Distrito Federal e municípios, sempre prioritariamente atendendo a população mais vulnerável, de animais de rua e tutelados pela proteção e defesa animal;

III – implantar, capacitar educadores e promover campanhas permanentes de educação em custódia responsável e bem-estar animal, incluindo a inserção de conteúdos nos currículos escolares e a difusão de informações sobre prevenção de maus-tratos e sobre a importância da adoção responsável, mediante termo de adoção com identificação completa do responsável legal e acompanhamento pós-adoção;



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5177726468>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

IV – garantir atendimento veterinário gratuito ou subsidiado aos responsáveis legais de cães e gatos, em situação de vulnerabilidade;

V – dar assistência aos animais expostos a desastres ambientais, implementando ações de resgate, abrigamento adequado, proteção, alimentação, hidratação e assistência médica e comportamental garantindo a integridade física do animal;

VI – inserir nos planos de contingência, emergência e prevenção a desastres, políticas, estratégias e protocolos unificados para proteção animal em geral e garantir treinamento prévio às equipes envolvidas no resgate e no acolhimento pós-resgate de animais, podendo, na ausência de equipes públicas capacitadas, contratar ou firmar parcerias com equipes terceirizadas especializadas para a gestão e execução dessas ações, assegurando atendimento ético, seguro e padronizado;

VII – apoiar tecnicamente abrigos, organizações da sociedade civil e protetores independentes, mediante oferta de formação, capacitação e assessoria e inclusive a manutenção de animais sob sua responsabilidade em situações de risco iminente de morte, emergência, calamidade pública, desastres naturais, ou vulnerabilidade social, assegurando a oferta de atendimento veterinário, abrigo temporário e suporte para resgate e destinação responsável;

VIII – instituir conselhos e fundos públicos de proteção animal, cujos recursos deverão ser utilizados em políticas públicas e projetos de interesse público ligados à proteção animal;

IX – prestar atendimento de urgência a animais comunitários, animais acidentados sem localização de responsável legal e animais de pessoas em situação de vulnerabilidade social, em especial quando em risco iminente de morte ou lesão grave, garantindo acesso a serviços veterinários, abrigamento emergencial, reabilitação e encaminhamento para adoção responsável, vedada a destinação a pessoas naturais ou jurídicas com histórico de infrações, condenações ou inadequação comprovada;



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5177726468>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

X – fiscalizar e punir os responsáveis por maus-tratos, abandono ou exploração ilícita de cães e gatos;

XI – fiscalizar e regulamentar a criação, comercialização e reprodução de cães e gatos, assegurando o cumprimento das normas sanitárias, ambientais e de bem-estar animal, com mecanismos efetivos de fiscalização e penalização de criadouros ilegais;

XII – instituir, implementar e manter políticas públicas integradas e permanentes de prevenção, vigilância, diagnóstico, tratamento e controle da leishmaniose e da esporotricose em cães e gatos, com base em evidências científicas e no respeito aos direitos dos animais.

§ 1º Os programas permanentes de controle ético populacional de cães e gatos devem incluir ações de esterilização cirúrgica, vacinação espécie-específica, tratamento de enfermidades preveníveis e de caráter zoonótico, identificação por microchip e inserção em banco de dados único, priorizando a aplicação do método CED (Captura, Esterilização e Devolução) em áreas públicas ou comunidades com alto número de animais sem domicílio permanente, por meio de leis, decretos, programas permanentes e ações intersetoriais, com apoio técnico de instituições públicas, universidades, organizações da sociedade civil e protetores independentes.

§ 2º Nos programas oficiais referidos neste artigo serão também criados mecanismos para a prevenção da acumulação patológica de animais que possa comprometer o bem-estar de todos os envolvidos e vulnerar direitos das pessoas e dos animais.

§ 3º As políticas públicas integradas e permanentes referidas no inciso XII deverão incluir campanhas públicas regulares de informação e conscientização da população sobre as formas de prevenção, sinais clínicos e protocolos de tratamento, garantia de acesso gratuito ao diagnóstico laboratorial e ao tratamento dos animais acometidos, em especial nas áreas de maior vulnerabilidade social, capacitação contínua dos profissionais de saúde pública e da medicina veterinária sobre o manejo clínico e epidemiológico dos agentes, bem como a vedação à eutanásia compulsória de cães e gatos portadores de



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5177726468>





**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

leishmaniose ou esporotricose quando houver possibilidade de tratamento eficaz, salvo em casos comprovadamente excepcionais com laudo técnico fundamentado.

§ 4º O descumprimento do disposto neste artigo enseja responsabilização administrativa do ente público e poderá configurar omissão relevante no dever de tutela da saúde pública e do bem-estar animal.

**CAPÍTULO VIII****DO CUIDADO COMUNITÁRIO DE CÃES E GATOS**

**Art. 12.** Entende-se por cuidado comunitário de cães e gatos a relação de proteção e amparo compartilhada entre o Poder Público e cidadãos de uma determinada localidade para os cães e gatos em situação de rua e vulnerabilidade em razão de laços de afetividade e de dependência comunitárias, como abrigo, alimentação e dessedentação.

**Art. 13.** Todo animal comunitário terá direito a um abrigo adequado, salubre e higiênico, capaz de proteção à chuva, do vento, do frio, do sol e do calor, com espaço suficiente, segundo as suas próprias características físicas, fornecido pela própria comunidade, em local de comum acordo.

**Art. 14.** Compete ao poder público municipal, com apoio dos demais entes federativos, garantir que todos os animais sem domicílio permanente sejam submetidos à esterilização cirúrgica, vacinação e desverminação periódicas, identificação por microchipagem e cuidados veterinários preventivos e curativos.

**Art. 15.** Compete ao cuidador comunitário fornecer, diariamente, comida e água ao animal comunitário, além de encaminhá-lo para atendimento veterinário de rotina sempre que necessário, com apoio do Poder Público, nos termos do artigo anterior.

**Art. 16.** Os municípios ou o Distrito Federal respondem pelos danos causados por animais comunitários dentro de seus respectivos territórios, ressalvada a culpa exclusiva da vítima ou de membro da própria comunidade, além de força maior.



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes - Anexo I - 22º Andar - SI 2 - 70165-900 - Brasília - DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5177726468>







**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

*Parágrafo único.* Compete ao município ou ao Distrito Federal o ônus da prova das situações de exclusão de responsabilidade previstas no *caput* deste artigo.

**CAPÍTULO IX**

**DA ADOÇÃO RESPONSÁVEL DE CÃES E GATOS**

**Art. 17.** A adoção responsável de cães e gatos é um ato de responsabilidade, cidadania e formalização do vínculo e impõe ao adotante o cumprimento dos deveres inerentes aos responsáveis legais de cães e gatos descritos neste Estatuto, além dos deveres específicos de preparar o ambiente para a chegada do animal e observar, adequadamente, as características especiais do animal adotado, especialmente, aos que foram submetidos a evento traumático, seja oriundo de maus-tratos, seja decorrente de desastres de origem exclusivamente antrópica ou mista.

**Art. 18.** Compete aos municípios ou ao Distrito Federal estabelecer programas e campanhas de adoção consciente e responsável de cães e gatos, especialmente os em situação de rua ou sem domicílio permanente.

*Parágrafo único.* Todo cão ou gato apresentado em eventos oficiais de adoção, ou subvencionados pelo Poder Público, deverá ser acompanhado de atestado de saúde e de caderneta de vacinação atualizada, bem como dos comprovantes de esterilização cirúrgica, se já realizada, e de desverminação.

**Art. 19.** A adoção põe termo ao vínculo do cão ou gato adotado com os responsáveis legais anteriores ou com a comunidade.

**Art. 20.** Toda adoção deve apresentar reais vantagens para o animal adotado e fundar-se em motivos legítimos.

**Art. 21.** Nos programas e campanhas de adoção, referidos no art. 18, serão apresentados incentivos e orientações para evitar o arrependimento do adotante e eventual devolução do animal adotado.



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes - Anexo I - 22º Andar - SI 2 - 70165-900 - Brasília - DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5177726468>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

**Art. 22.** Todas as despesas com a manutenção de cão ou gato abandonado ou maltratado, inclusive quanto a medicamentos e a tratamento médico veterinário, que seja resgatado pelo Poder Público ou por entidade de proteção animal, serão arcadas pelos responsáveis legais anteriores até que o animal tenha um novo responsável legal.

**Art. 23.** São requisitos para adotar cães ou gatos:

I – ser capaz e maior de 18 (dezoito) anos;

II – não ter antecedentes criminais envolvendo maus-tratos contra animais ou violência familiar ou doméstica;

III – não ser pessoa com síndrome de acumulação patológica de animais;

IV – ter condições financeiras para assumir os gastos relativos à manutenção do animal com dignidade, ressalvada a busca pelo auxílio público em saúde animal, previsto nesta Lei;

V – comprovar domicílio certo.

*Parágrafo único.* A comprovação dos requisitos previstos nos incisos III e IV será realizada mediante declaração firmada pelo próprio adotante, presumindo-se a veracidade das informações.

**Art. 24.** O vínculo de adoção constituir-se-á mediante a assinatura do termo de adoção ética e responsável, após a comprovação dos requisitos previstos no art. 23.

**Art. 25.** O termo de adoção ética e responsável de animal doméstico tem força de contrato particular firmado entre as partes nos termos do Código Civil.

*Parágrafo único.* O termo de adoção assinado por duas testemunhas, juntamente com a assinatura das partes, fará com que o contrato possa ser usado



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5177726468>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

como título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, inciso III, da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

**Art. 26.** É permitido ao doador inserir cláusulas específicas no termo de adoção que prevejam acompanhamento pós-adoção por, pelo menos, seis meses, além de peculiaridades referentes ao animal adotado a serem observadas, multa para casos de devoluções reprováveis do doador ou ao novo adotante, além de outras não proibidas por lei.

**CAPÍTULO X****DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**Art. 27.** As infrações e sanções administrativas previstas nesta Lei não excluem outras, previstas na legislação federal, estadual, distrital e municipal.

**Art. 28.** Constitui infração administrativa contra cães e gatos toda ação ou omissão que importe na inobservância de preceitos estabelecidos por esta Lei, inclusive as condutas tipificadas como crimes, ou na desobediência às determinações das autoridades administrativas competentes.

**Art. 29.** Toda pessoa natural ou jurídica de direito público ou privado está sujeita às prescrições legais, ficando obrigada a cooperar, inclusive por meios próprios, com a fiscalização na aplicação desta Lei.

**Art. 30.** Para a imposição e gradação das sanções referentes às infrações definidas nesta Lei considerar-se-á:

I – a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde e o bem-estar do animal;

II – os antecedentes do infrator, quanto ao cumprimento da legislação de crimes ambientais;



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5177726468>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

III – a situação econômica do infrator, no caso de incidência de multa, devendo sua aplicação ser diretamente proporcional à sua capacidade financeira.

*Parágrafo único.* Responderá pela infração quem de qualquer modo a cometer ou concorrer para sua prática, de modo comissivo ou omissivo, ou dela se beneficiar.

**Art. 31.** Sem prejuízo da obrigação de o infrator reparar o dano por ele causado ao animal e da aplicação das sanções cíveis e penais cabíveis, as infrações descritas nesta Lei serão punidas, isolada ou cumulativamente, com as seguintes sanções administrativas:

I – advertência por escrito;

II – multa simples, dobrada em caso de reincidência;

III – multa diária, até que sejam cessados os maus-tratos ou o desrespeito às normas legais;

IV – resgate e apreensão, pela autoridade competente, dos animais encontrados em situação de vulnerabilidade de seus direitos fundamentais, especialmente quando forem constatados maus-tratos;

V – apreensão de produtos e subprodutos, instrumentos, petrechos, equipamentos e veículos de qualquer natureza, inclusive embarcações e navios, utilizados no cometimento da infração;

VI – destruição ou inutilização de produto;

VII – suspensão de venda e fabricação de produto;

VIII – embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;

IX – demolição de obra;



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5177726468>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

X – suspensão parcial ou total das atividades;

XI – restritiva de direitos, e

XII – interdição definitiva do estabelecimento.

§ 1º Caso a penalidade seja aplicada a órgão público ou a pessoa jurídica de direito público, haverá direito de regresso contra o agente público responsável direto pela infração.

§ 2º Se o infrator cometer, simultaneamente, duas ou mais infrações, serão aplicadas cumulativamente as sanções a elas cominadas, somando-se, assim, seus respectivos valores, considerando-se, ainda, cada animal atingido individualmente.

§ 3º O não pagamento por pessoa natural ou jurídica da multa no prazo de 30 (trinta) dias após o seu vencimento, bem como constatada, a qualquer tempo, a hipótese de reincidência, sujeitará o infrator ou reincidente à cassação, quando for o caso, da autorização de licença ambiental e demais licenças necessárias ao funcionamento do estabelecimento, bem assim à inscrição em dívida ativa.

§ 4º Nos casos de reincidência específica, caracterizada pelo cometimento de nova infração da mesma natureza e gravidade, independentemente do intervalo de tempo entre uma e outra, a multa corresponderá ao dobro da anteriormente imposta.

§ 5º O procedimento de apuração da infração será disciplinado em regulamento próprio, devendo prever prazos, formas de notificação, possibilidade de apresentação de defesa e recursos administrativos.

§ 6º O valor das multas administrativas será fixado de acordo com parâmetros estabelecidos em regulamento local, levando-se em consideração a gravidade da infração, a capacidade econômica do infrator, a reincidência e o custo do atendimento e reabilitação do animal, podendo ser revertido



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5177726468>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

integralmente para o Fundo Municipal de Direitos Animais – ou denominação análoga – quando existente.

§ 7º Os valores arrecadados com as multas deverão ser destinados, prioritariamente, aos Fundos Municipais de Direitos Animais – ou denominação análoga – para o custeio de ações e programas de proteção, protetores de animais, ONGs de animais, bem-estar, atendimento, esterilização cirúrgica, reabilitação e adoção de animais, educação/adestramento e equilíbrio comportamental dos animais domésticos, mediante gestão do respectivo fundo de proteção animal.

§ 8º Quando a infração for praticada por pessoa jurídica, a responsabilidade poderá ser estendida a seus responsáveis legais ou dirigentes, nos termos da legislação aplicável.

**Art. 32.** Além das sanções específicas a que está sujeito, fica o infrator obrigado a custear todas as despesas médico-veterinárias decorrentes dos maus-tratos infligidos ao animal, tais como consultas, cirurgias, internações, fisioterapias e peças ortopédicas.

**Art. 33.** A pessoa natural ou jurídica que violar os direitos fundamentais animais ou cometer maus-tratos contra animais:

I – não poderá ser nomeada depositária ou responsável legal do animal cujos maus-tratos foram identificados;

II – perderá definitivamente a custódia do animal tão logo seja julgado subsistente o auto de infração;

III – perderá também, em definitivo, a custódia de outros animais que estejam sob sua responsabilidade, ainda que não comprovados os maus-tratos em relação a eles em específico, quando subsistente o auto de infração, em atenção aos princípios da prevenção e da precaução;

IV – não poderá, por 10 (dez) anos, computados do auto de infração ou medida equivalente identificadora dos maus-tratos, adotar ou ficar, ainda que temporariamente, com a custódia de quaisquer animais.



Assinado eletronicamente, por Sen. Damare Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5177726468>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

*Parágrafo único.* O prazo previsto no inciso IV será reiniciado toda vez que outra constatação de maus-tratos for apurada pelas autoridades competentes.

**CAPÍTULO XI****DOS CRIMES CONTRA CÃES E GATOS****Seção I****Disposições Gerais**

**Art. 34.** Este Capítulo dispõe sobre crimes praticados contra cães e gatos, por ação ou omissão, sem prejuízo do disposto na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e legislação penal correlata.

**Art. 35.** Aplicam-se aos crimes definidos nesta Lei as normas da Parte Geral do Código Penal e, quanto ao processo, as pertinentes ao Código de Processo Penal.

**Art. 36.** Os crimes definidos nesta Lei são de ação pública incondicionada.

**Art. 37.** O representante legal do animal, enquanto ofendido pelos crimes previstos nesta Lei, poderá se habilitar a acompanhar o inquérito policial e a atuar como assistente de acusação no processo penal.

**Art. 38.** O juiz poderá admitir, no inquérito policial e no processo penal, *amicus curiae*, com notória especialização em Direito Animal ou nas correlatas ciências jurídicas e veterinárias.

**Art. 39.** A indenização mínima, prevista no art. 387, inciso IV, do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), deverá reverter em benefício do animal ofendido e será administrada pelo seu representante legal.



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes - Anexo I - 22º Andar - SL 2 - 70165-900 - Brasília - DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5177726468>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

§ 1º No caso de morte do animal ofendido, a indenização prevista no *caput* deste artigo servirá para ressarcir quem arcou com as despesas médico-hospitalares, funerárias e eventuais outros gastos no socorro do animal.

§ 2º Caso a indenização não possa ser revertida em benefício direto do animal, os valores deverão ser destinados para o fundo de direitos animais, para o aparelhamento das Delegacias de Polícia Civil responsáveis pela proteção animal ou para entidades de proteção animal, a critério do juiz.

**Art. 40.** As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.

§ 1º A responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas naturais, autoras, coautoras ou partícipes do mesmo fato, bem como as beneficiárias, direta ou indiretamente, com a infração ou o crime praticado.

§ 2º Poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados ao animal.

**Seção II****Dos Crimes em Espécie**

**Art. 41.** Matar cão ou gato:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos.

*Parágrafo único.* Se o zoocídio é culposo:

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos.

**Art. 42.** Utilizar cão ou gato em experimentação didática ou científica que provoque dor ou sofrimento ou criá-los para essa finalidade:



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5177726468>





**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

§ 1º Se resulta em ofensa à integridade física ou psicológica do animal:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

§ 2º Se resulta morte do animal:

Pena – reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

**Art. 43.** Testar substâncias ou produtos cosméticos e similares em cão ou gato:

Pena – detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos, e multa.

*Parágrafo único.* Se resulta em morte ou em deformações físicas permanentes que afetem a qualidade de vida do animal:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

**Art. 44.** Privar ou restringir, sem justa causa, a liberdade de locomoção de cão ou gato nas áreas comuns de condomínios residenciais:

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e multa.

**Art. 45.** Impedir ou embaraçar a alimentação, a dessedentação ou os cuidados de saúde de animais comunitários, em situação de rua ou habitantes das áreas comuns de condomínios:

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

*Parágrafo único.* Se resulta em morte:

Pena – detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.



Assinado eletronicamente, por Sen. Damare Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5177726468>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

**Art. 46.** Realizar rifas, sorteios, loterias, bingos e similares, em eventos presenciais ou realizados por meio das redes sociais ou de quaisquer aplicativos eletrônicos, tendo por objeto cão ou gato:

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e multa.

**Art. 47.** Lançar o corpo de cão ou gato morto no lixo ou em depósito similar, com inobservância de disposição legal ou regulamentar.

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

*Parágrafo único.* Nas mesmas penas incorre quem vilipendia cadáver de cão ou gato ou suas cinzas.

**Art. 48.** Abandonar cão ou gato:

Pena – detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

§ 1º A pena é aumentada de um sexto se resulta em ofensa à integridade física do animal.

§ 2º A pena é aumentada de um terço se ocorre a morte do animal.

**Art. 49.** Fornecer, servir, ministrar, injetar, aplicar ou entregar à consumo, de qualquer forma, a cão ou gato, bebida alcoólica, droga, substância entorpecente ou, sem justa causa, outros produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica:

Pena – detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o fato não constituir crime mais grave.

**Art. 50.** Praticar conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso com cão ou gato:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5177726468>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

§ 1º A pena é aumentada de um sexto se ocorre grave ofensa à integridade física ou psicológica do animal.

§ 2º A pena é aumentada de um terço se ocorre morte do animal.

**Art. 51.** Produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de zoorastia ou abuso sexual com cão ou gato:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

§ 1º Incorre nas mesmas penas quem:

I – vender ou expor à venda fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de zoorastia ou abuso sexual envolvendo cão ou gato;

II – oferecer, trocar, disponibilizar, compartilhar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar por qualquer meio, inclusive por meio de sistema de informática ou telemático, fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de zoorastia ou abuso sexual envolvendo cão ou gato;

III – adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de zoorastia ou abuso sexual envolvendo cão ou gato;

IV – assegurar os meios ou serviços para o armazenamento das fotografias, cenas ou imagens de que trata o caput deste artigo;

V – assegurar, por qualquer meio, o acesso por rede de computadores às fotografias, cenas ou imagens de que trata o *caput* deste artigo.

§ 2º As condutas tipificadas nos incisos IV e V do § 1º deste artigo são puníveis quando o responsável legal pela prestação do serviço, oficialmente notificado, deixa de desabilitar o acesso ao conteúdo ilícito de que trata o *caput* deste artigo.



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5177726468>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

§ 3º Não há crime se a posse ou o armazenamento tem a finalidade de comunicar às autoridades competentes a ocorrência das condutas descritas neste artigo, quando a comunicação for feita por:

I – agente público no exercício de suas funções;

II – membro de entidade, legalmente constituída, que inclua, entre suas finalidades institucionais, o recebimento, o processamento e o encaminhamento de notícia dos crimes referidos neste artigo;

III – representante legal e funcionários responsáveis de provedor de acesso ou serviço prestado por meio de rede de computadores, até o recebimento do material relativo à notícia feita à autoridade policial, ao Ministério Público ou ao Poder Judiciário.

§ 4º As pessoas referidas no parágrafo anterior deste artigo deverão manter sob sigilo o material ilícito referido.

§ 5º Para efeito dos crimes previstos neste artigo, a expressão “zoorastia” compreende conjunção carnal ou ato libidinoso de humano com animal não humano de qualquer espécie ou qualquer outra situação que envolva animal em atividades sexuais explícitas, reais ou simuladas, ou exibição dos órgãos genitais de animal para fins primordialmente sexuais.

**Art. 52.** Deixar de prestar assistência, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, a cão ou gato atropelado ou ferido, ou em grave e iminente perigo; ou não pedir, nesses casos, o socorro da autoridade pública:

Pena – detenção, de 1 (um) a 6 (seis) meses, ou multa.

*Parágrafo único.* A pena é aumentada de metade, se da omissão resulta ofensa à integridade física do animal, e triplicada, se resulta a morte.

**Art. 53.** Impedir, restringir ou embaraçar a fiscalização de canil ou gatil, públicos ou privados, ou locais onde esteja ocorrendo possível caso de



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5177726468>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

maus-tratos a cão ou gato, por entidade de proteção animal, por autoridade administrativa ou por autoridade policial:

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e multa.

**Art. 54.** Esta Lei entrará em vigor 90 (noventa) dias após a sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente proposta legislativa visa instituir o Estatuto dos Cães e Gatos, configurando-se como um marco legal fundamental para o reconhecimento e a proteção integral desses animais em todo o território nacional. Em uma sociedade que avança constantemente na compreensão da complexidade da vida e da interconexão entre as espécies, torna-se imperativa a atualização do ordenamento jurídico, de modo a refletir a sensibilidade e os direitos intrínsecos de cães e gatos, que há séculos compartilham conosco lares, comunidades e afetos.

Atualmente, a legislação existente se mostra fragmentada e insuficiente para tutelar plenamente os interesses e o bem-estar de cães e gatos. Prevalece, em muitos aspectos, uma visão anacrônica que os trata como meros objetos, destituídos de direitos e dignidade própria. Essa lacuna legal contribui para a persistência de cenários de maus-tratos, abandono, exploração e sofrimento, em detrimento da ética e do respeito à vida.

Este Estatuto propõe uma mudança de paradigma ao reconhecer expressamente cães e gatos como seres vivos sencientes. Central a essa nova abordagem é o princípio da dignidade animal, que proíbe categoricamente o tratamento desses animais como “coisas”, reafirmando seu valor intrínseco e sua dignidade.



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5177726468>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

O Projeto de Lei estrutura-se em pilares essenciais para assegurar a proteção integral de cães e gatos, pela definição de:

(a) Direitos fundamentais dos cães e gatos: estabelece um rol abrangente de direitos, dentre os quais destacam-se os direitos à vida, à integridade física e psíquica, à liberdade de movimentos para expressar seu comportamento natural, ao acesso diário à água e comida de qualidade, a um abrigo seguro, à saúde animal (vacinação e atendimento veterinário), à proteção familiar e comunitária, ao resgate em situações de risco e ao acesso à Justiça.

(b) Deveres de proteção: define os deveres da sociedade, dos responsáveis legais e, crucialmente, do Poder Público. Este último é incumbido de instituir políticas públicas de bem-estar, saúde e manejo populacional ético (com destaque para programas de controle reprodutivo, vacinação e identificação por microchip, priorizando o método CED – Captura, Esterilização e Devolução), garantindo atendimento veterinário gratuito ou subsidiado a vulneráveis, prestar assistência em desastres ambientais e abrigar animais vítimas de maus-tratos.

(c) Proibições essenciais: veda práticas cruéis e degradantes como corridas competitivas, a eliminação de animais para controle populacional, o uso permanente de dispositivos de contenção que causem sofrimento, atividades que violem a dignidade (rifas, rinhãs), cirurgias desnecessárias, a criação e comercialização clandestinas, a exposição exploratória, o uso em experimentos que causem dor, e contratos de utilização para vigilância/segurança.

(d) Adoção responsável e cuidado comunitário: incentiva e regulamenta a adoção responsável de cães e gatos e estabelece requisitos para os adotantes. Adicionalmente, formaliza e define o “cuidado comunitário”, garantindo direitos e responsabilidades compartilhadas para cães e gatos em situação de rua, com apoio do Poder Público.

(e) Sanções e crimes contra cães específicos contra cães e gatos: cria um sistema de sanções administrativas e tipifica crimes específicos contra cães e gatos, com penas de reclusão e multa, abordando atos como matar, abandonar, submeter a experimentos dolorosos, impedir cuidados, praticar zoofilia, e produzir/distribuir conteúdo de abuso sexual. Merece destaque a previsão de



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SL 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5177726468>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

indenização por “dano existencial”, que visa reparar o prejuízo à qualidade de vida do animal. A responsabilização se estende a pessoas jurídicas e seus dirigentes.

Este Estatuto não apenas protege cães e gatos, mas também fomenta uma cultura de educação animalista e cidadania, promovendo a coexistência harmoniosa e o respeito mútuo entre humanos e animais. Ao coibir a crueldade e a negligência, o projeto contribui para a segurança pública, a saúde coletiva e o desenvolvimento de uma sociedade mais ética e compassiva.

Pelo exposto e pela urgência e imprescindibilidade de um arcabouço legal que assegure a dignidade e a integridade de cães e gatos, conclamamos os nobres parlamentares a aprovarem o presente Projeto de Lei.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5177726468>





2

Senado Federal



Relatório de Registro de Presença

84ª, Extraordinária

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

| Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) |          |                              |          |
|--|----------|------------------------------|----------|
| TITULARES  |          | SUPLENTE                     |          |
| IVETE DA SILVEIRA  | PRESENTE | 1. ALESSANDRO VIEIRA         | PRESENTE |
| GIORDANO   |          | 2. PROFESSORA DORINHA SEABRA | PRESENTE |
| SERGIO MORO  | PRESENTE | 3. ZEQUINHA MARINHO          |          |
| VAGO   |          | 4. STYVENSON VALENTIM        | PRESENTE |
| MARCOS DO VAL  |          | 5. MARCIO BITTAR             | PRESENTE |
| PLÍNIO VALÉRIO   | PRESENTE | 6. VAGO                      |          |

| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) |          |                      |          |
|---|----------|----------------------|----------|
| TITULARES   |          | SUPLENTE             |          |
| CID GOMES   |          | 1. FLÁVIO ARNS       |          |
| JUSSARA LIMA  | PRESENTE | 2. VANDERLAN CARDOSO | PRESENTE |
| MARA GABRILLI   | PRESENTE | 3. VAGO              |          |
| VAGO  |          | 4. VAGO              |          |

| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) |          |                     |          |
|--|----------|---------------------|----------|
| TITULARES                              |          | SUPLENTE            |          |
| JAIME BAGATTOLI                        |          | 1. EDUARDO GIRÃO    | PRESENTE |
| MAGNO MALTA                            |          | 2. ROMÁRIO          |          |
| MARCOS ROGÉRIO                         | PRESENTE | 3. JORGE SEIF       |          |
| ASTRONAUTA MARCOS PONTES               | PRESENTE | 4. FLÁVIO BOLSONARO |          |

| Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) |          |                  |          |
|---|----------|------------------|----------|
| TITULARES                               |          | SUPLENTE         |          |
| FABIANO CONTARATO                       | PRESENTE | 1. WEVERTON      |          |
| ROGÉRIO CARVALHO                        |          | 2. AUGUSTA BRITO | PRESENTE |
| HUMBERTO COSTA                          | PRESENTE | 3. PAULO PAIM    | PRESENTE |

| Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) |          |                     |          |
|--|----------|---------------------|----------|
| TITULARES                                    |          | SUPLENTE            |          |
| TEREZA CRISTINA                              |          | 1. LAÉRCIO OLIVEIRA | PRESENTE |
| DAMARES ALVES                                | PRESENTE | 2. MECIAS DE JESUS  | PRESENTE |

Não Membros Presentes

ANGELO CORONEL  
SÉRGIO PETECÃO  
ELIZIANE GAMA  
ZENAIDE MAIA  
BETO FARO  
NELSINHO TRAD  
IZALCI LUCAS



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5177726468>





## DECISÃO DA COMISSÃO

(SUG 10/2025)

NA 84ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH, FAVORÁVEL À SUGESTÃO, NA FORMA DO PROJETO DE LEI QUE APRESENTA.

03 de dezembro de 2025

Senadora Damares Alves

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5177726468>





# SENADO FEDERAL

## PARECER (SF) Nº 151-B, DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA,  
sobre a Sugestão nº 10, de 2025, que Dispõe sobre: "Estatuto dos  
Cães e Gatos".

**PRESIDENTE:** Senadora Damares Alves

**RELATOR:** Senador Paulo Paim

03 de dezembro de 2025



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3704321082>





**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

## **PARECER Nº , DE 2025**

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Sugestão nº 10, de 2025, proveniente do Instituto Arcanimal, do Instituto Faço pelos Animais e da Soama – Associação Amigos dos Animais, que *dispõe sobre o "Estatuto dos Cães e Gatos"*.

Relator: Senador **PAULO PAIM**

### **I – RELATÓRIO**

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) a Sugestão (SUG) nº 10, de 2025, originária do Instituto Arcanimal, do Instituto Faço pelos Animais e da Soama – Associação Amigos dos Animais, que *dispõe sobre o "Estatuto dos Cães e Gatos"*.

A Sugestão consiste em extensa e detalhada proposta de projeto de lei, que busca a instituição de um “Estatuto dos Cães e Gatos”, com o objetivo de estabelecer um marco legal abrangente para a proteção, o bem-estar, a saúde e os direitos fundamentais desses animais no território nacional. O texto é composto por doze capítulos e sessenta artigos, estruturados de forma sistemática, abordando definições conceituais, direitos, deveres, responsabilidades, políticas públicas e sanções administrativas e penais relacionadas ao tratamento de cães e gatos.

O Capítulo I (“Disposições Gerais”) define o objeto da lei e reconhece cães e gatos como seres vivos sencientes e sujeitos de direito, dotados de valor intrínseco e dignidade própria. Estabelece que esses animais possuem capacidade jurídica plena, sendo absolutamente incapazes para os atos da vida



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3704321082>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

civil, devendo ser representados por pessoa natural ou jurídica legitimada. Afirma que o direito à vida é inviolável e que a interpretação e a aplicação do Estatuto devem observar os princípios da dignidade animal e da vedação ao retrocesso ambiental.

O Capítulo II (“Dos Objetivos e Princípios”) fixa as finalidades centrais do Estatuto: assegurar a proteção integral, prevenir e reprimir maus-tratos, promover políticas públicas de educação animalista e manejo populacional ético e incentivar a convivência harmoniosa entre humanos e animais. Apresenta um conjunto de princípios fundamentais, como a dignidade animal, a universalidade da proteção, a prevenção e precaução, a solidariedade interespecies, a participação comunitária, a cidadania animal, a substituição de métodos científicos cruéis e o princípio *in dubio pro animal*, que determina a interpretação mais favorável ao animal em casos de dúvida.

O Capítulo III (“Das Definições Fundamentais”) contém um glossário jurídico com conceitos relevantes para a aplicação da norma. Define-se o que é animal comunitário, cuidador comunitário, tutor, tutela responsável, família multiespécie, microchipagem, bem-estar animal, senciência, dano existencial e dano moral coletivo animal. Dispõe, ainda, que a tutela responsável implica deveres de cuidado, proteção, alimentação, saúde e segurança, e que o dano existencial animal corresponde à lesão à qualidade de vida ou ao bem-estar de um ser senciente.

O Capítulo IV (“Dos Direitos dos Cães e Gatos”) elenca os direitos fundamentais desses animais, incluindo o direito à vida, à integridade física e psíquica, à liberdade de comportamento natural, à alimentação e abrigo adequados, à assistência veterinária, à proteção familiar ou comunitária, ao resgate em situações de risco, à convivência saudável e ao acesso à tutela jurisdicional. Prevê, ainda, o direito de circulação em condomínios e no transporte público, salvo quando houver risco concreto à segurança de pessoas ou outros animais.

O Capítulo V (“Das Proibições”) lista condutas vedadas em todo o território nacional, como o uso de cães e gatos em rinhas, corridas, espetáculos, treinamentos violentos ou atividades que impliquem sofrimento físico ou



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes - Anexo I - 22º Andar - SL 2 - 70165-900 - Brasília - DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3704321082>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

psíquico. Proíbe o sacrifício de animais como método de controle populacional, o confinamento permanente com correntes, mutilações por razões estéticas, a criação e o comércio clandestinos, o uso em experimentos dolorosos e a locação para fins de guarda, vigilância ou entretenimento. Estabelece, ainda, a corresponsabilidade de condomínios e empresas por animais abandonados em suas áreas e o dever de comunicação obrigatória de maus-tratos.

O Capítulo VI (“Dos Deveres do Tutor ou Responsável”) detalha as obrigações das pessoas físicas ou jurídicas que mantenham a guarda ou a posse de cães e gatos. Entre os deveres, incluem-se o fornecimento de alimentação adequada, abrigo, higiene e cuidados veterinários; a adoção de medidas de segurança para evitar fugas e acidentes; a condução dos animais em vias públicas com coleira e guia apropriadas; o recolhimento de dejetos; e a garantia de socialização e convivência pacífica, abstendo-se de práticas violentas ou negligentes.

O Capítulo VII (“Dos Deveres do Poder Público”) estabelece as atribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios no cumprimento da lei. Impõe a criação de políticas públicas permanentes voltadas à proteção animal, ao controle populacional ético por meio da esterilização e microchipagem, ao atendimento veterinário gratuito ou subsidiado, ao apoio a abrigos e organizações protetoras e à fiscalização de criadouros e estabelecimentos comerciais. Também determina que o poder público não poderá adotar a eutanásia como forma de controle de zoonoses quando houver tratamento viável, e prevê a criação de fundos, conselhos e programas de educação animalista.

O Capítulo VIII (“Da Tutela Comunitária”) reconhece a figura do animal comunitário, isto é, aquele que, mesmo sem tutor individual identificado, recebe cuidados de uma coletividade. Determina que o poder público deverá apoiar e regulamentar a atuação de cuidadores comunitários, garantindo abrigo, alimentação, esterilização e acompanhamento veterinário aos animais de rua. Atribui ao município a responsabilidade civil objetiva por eventuais danos causados por esses animais, ressalvadas as hipóteses de culpa exclusiva da vítima.



Assinado eletronicamente, por Sen. Damareo Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3704321082>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

O Capítulo IX (“Da Adoção Responsável”) regula o processo de adoção de cães e gatos, caracterizando-o como ato de cidadania e formação de família multiespécie. Estabelece os requisitos para adoção, como a maioridade, a idoneidade e a capacidade de oferecer condições materiais de cuidado. Determina a celebração de termo de adoção com força de título executivo extrajudicial, assegura o acompanhamento pós-adoção e define a responsabilidade do antigo tutor pelos custos até a nova guarda. O poder público é incumbido de promover campanhas permanentes de adoção responsável.

O Capítulo X (“Das Infrações e Sanções Administrativas”) trata das condutas infracionais e respectivas penalidades, aplicáveis a pessoas físicas e jurídicas. Prevê sanções de advertência, multa, interdição temporária ou definitiva e proibição de exercer tutela ou guarda de animais. Estabelece o dever de reparação civil por dano existencial animal, com indenizações graduadas entre R\$ 3.500,00 e R\$ 14.000,00, conforme a gravidade da infração. Determina que os recursos provenientes das multas e indenizações sejam destinados a fundos municipais de proteção animal e que o infrator reincidente fique proibido de manter ou adquirir animais por dez anos.

O Capítulo XI (“Dos Crimes contra Cães e Gatos”) dispõe sobre as infrações penais específicas contra esses animais, classificando-as em grupos de condutas, e define que todos os crimes são de ação penal pública incondicionada, aplicando-se as normas da Parte Geral do Código Penal e do Código de Processo Penal. Reconhece o animal como ofendido com legitimidade processual indireta, por meio de representante legal, e prevê a possibilidade de participação de *amicus curiae* em processos de relevância social. Estabelece ainda a responsabilidade civil, penal e administrativa de pessoas físicas e jurídicas, com possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica quando esta for utilizada para evitar a reparação dos danos. O capítulo também prevê a fixação de indenização mínima ao animal ofendido, administrada por seu tutor ou revertida a fundos públicos e entidades de proteção animal, reforçando o caráter reparatório e pedagógico da norma penal.

As condutas criminosas estão organizadas em blocos de natureza distinta. O primeiro grupo abrange os crimes contra a vida e a integridade física, como matar, ferir, abandonar ou deixar de prestar socorro a cães e gatos, com



Assinado eletronicamente, por Sen. Damarens Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3704321082>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

penas que variam de detenção a reclusão conforme a gravidade e o resultado. O segundo grupo trata dos crimes de crueldade e exploração, que incluem a submissão a experimentos científicos dolorosos, o uso em testes cosméticos, a privação de liberdade de locomoção, o confinamento inadequado e a promoção de rifas, corridas ou espetáculos com sofrimento animal. O terceiro bloco compreende os crimes sexuais e de conteúdo ilícito, abrangendo a prática de atos libidinosos, a zooerastia e a produção, registro, divulgação ou armazenamento de material envolvendo abuso sexual de animais. Por fim, há o conjunto dos crimes de omissão e obstrução, que pune o impedimento de alimentação, o descumprimento de deveres de cuidado, a obstrução à fiscalização de maus-tratos e a prática de violência institucional contra quem denuncia tais crimes.

Por fim, o Capítulo XII (“Das Disposições Finais”) determina que a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) deverá editar, no prazo de cento e oitenta dias, regulamento específico sobre o transporte aéreo de animais domésticos nas cabines das aeronaves, garantindo segurança e bem-estar. Por fim, o texto estabelece que a lei entrará em vigor noventa dias após a sua publicação, conferindo prazo de adaptação para o poder público, as empresas e os tutores se ajustarem às novas normas de proteção animal.

**II – ANÁLISE**

À luz do disposto no inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), cabe à CDH opinar sobre sugestões legislativas apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil. Dessa forma, é regimental a análise da SUG por este Colegiado.

A Sugestão Legislativa nº 10, de 2025, versa sobre tema de elevada relevância social e jurídica, ao propor a criação do Estatuto dos Cães e Gatos, destinado a consolidar princípios, direitos e deveres relativos à proteção, ao bem-estar e à convivência harmônica entre pessoas e animais domésticos. O texto apresentado reflete um esforço consistente de juristas, estudiosos e entidades de defesa animal, que se dedicaram à elaboração de uma minuta tecnicamente estruturada, acompanhada de justificação jurídica e ética detalhada. O objetivo é preencher lacunas normativas existentes no ordenamento jurídico brasileiro,



Assinado eletronicamente, por Sen. Damarens Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3704321082>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

estabelecendo um marco regulatório abrangente para o tratamento digno e responsável dos cães e gatos, em consonância com a evolução legislativa nacional e internacional sobre o tema.

Em linhas gerais, a proposição demonstra sensibilidade social e alinhamento com valores constitucionais fundamentais, como a proteção dos animais contra práticas cruéis, conforme o art. 225, § 1º, VII, da Constituição Federal.

Não obstante, o texto da Sugestão merece reparos.

O artigo 2º do projeto reconhece cães e gatos como “sujeitos de direito dotados de capacidade jurídica plena”, assegurando-lhes tutela jurisdicional individual ou coletiva em caso de violação de direitos. Ocorre que a expressão “capacidade jurídica plena”, tal como usada na dogmática civil brasileira, é privativa das pessoas naturais e jurídicas, entendidas como titulares de direitos e obrigações na ordem civil.

O artigo 3º, por sua vez, dispõe que cães e gatos são “absolutamente incapazes de exercer diretamente os atos da vida civil”, devendo ser representados. Trata-se, na prática, de uma transposição direta da categoria da incapacidade civil humana, prevista no art. 3º do Código Civil. O dispositivo, embora pretenda resolver a contradição do artigo anterior, acaba por reforçar uma equiparação antropomórfica indevida, introduzindo uma lógica de incapacidade fundada em parâmetros de personalidade humana. No caso dos animais, o que se pode admitir é uma titularidade reflexa de direitos fundamentais ou ambientais, exercida sempre de forma mediata por terceiros (tutores, associações ou o Estado), mas não a capacidade civil plena ou restrita.

Imprescindível, portanto, a modificação dos arts. 2º e 3º da SUG, para eliminar as equiparações antropomórficas presentes no texto. Ao mesmo tempo, deve-se preservar a proteção devida aos animais, não como coisas, mas como seres sencientes dotados de status jurídico próprio, que reconhece sua dignidade sem afastar integralmente parte da disciplina jurídica aplicável aos objetos de direito.



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3704321082>





**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

Nesse âmbito, vale destacar que a SUG, por mais que proíba o tratamento de cães e gatos como coisas (art. 8º, I), na prática reconhece parcialmente sua consideração como objetos de direito ao prever, por exemplo, a comercialização de cães e gatos (art. 9º, VII). Coisas, para o direito civil, podem ser definidas como entes corpóreos ou incorpóreos que servem de objeto a uma relação jurídica. Percebe-se, portanto, uma sobreposição entre o conceito jurídico de coisa e a aptidão de ser objeto de relações jurídicas, tal como se reconhece na SUG. Diferentemente, por sua vez, das coisas tomadas de forma genérica, propõe-se que cães e gatos não sejam meros objetos de negócios jurídicos sem que sua dignidade seja leva em consideração.

Observamos, neste ponto, que o Projeto de Lei (PL) nº 4, de 2025, que dispõe sobre a reforma do Código Civil, também trata expressamente do regime jurídico dos animais, propondo a inclusão de um art. 91-A com o seguinte teor:

**Art. 91-A.** Os animais são seres vivos sencientes e passíveis de proteção jurídica própria, em virtude da sua natureza especial.

§ 1º A proteção jurídica prevista no caput será regulada por lei especial, a qual disporá sobre o tratamento físico e ético adequado aos animais.

§ 2º Até que sobrevenha lei especial, são aplicáveis, subsidiariamente, aos animais as disposições relativas aos bens, desde que não sejam incompatíveis com a sua natureza, considerando a sua sensibilidade.

Observa-se que a proposta incorpora o conceito de seres vivos sencientes, mas o faz de maneira moderada e sistematicamente coerente com o direito civil, evitando a adoção de categorias como “capacidade jurídica plena” ou “incapacidade absoluta”.

O dispositivo reconhece a necessidade de um regime jurídico próprio, distinto tanto da mera classificação como coisa quanto da equiparação à pessoa humana, e atribui à lei especial a tarefa de disciplinar o tratamento ético e físico dos animais.



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3704321082>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

Essa solução legislativa revela uma técnica de transição jurídica equilibrada, que reconhece a senciência animal e a necessidade de tutela específica, mas sem romper com a estrutura conceitual do Código Civil, o que a torna mais harmônica com o sistema jurídico vigente do que as formulações contidas na proposta do “Estatuto dos Cães e Gatos”, que confere aos animais capacidade jurídica plena e incapacidade civil, categorias jurídicas aplicáveis à pessoa humana.

Assim, a disciplina prevista no *caput* do art. 91-A do Código Civil, na forma do PL nº 4, de 2025, está mais alinhada ao ordenamento jurídico vigente do que a prevista nos arts. 2º e 3º da SUG.

Outra questão relevante que demanda atenção reside na utilização, por parte da SUG, da expressão “tutores”, conforme se verifica no inciso I do art. 9º e em diversos dispositivos ao longo do texto. No âmbito do direito de família, a tutela tem contornos jurídicos claros, sendo o instituto aplicável especificamente à relação entre crianças e adolescentes e seus responsáveis legais, na ausência do poder familiar (art. 1.728 do Código Civil). Embora a expressão “tutores” tenha ganhado uso corrente e informal na prática contemporânea no âmbito da relação entre pessoas e animais de estimação, sua adoção pelo diploma legal pode gerar insegurança jurídica e confusão dogmática, dada a disparidade de natureza e extensão entre a responsabilidade ali tratada e o regime legal da tutela. Por essa razão, afigura-se juridicamente preferível a substituição pelo termo “responsável legal”, que tem um caráter mais genérico e adequado ao contexto, e, simultaneamente, evita a controvertida e socialmente inadequada expressão “dono”. Por fim, vale destacar que o texto da SUG já utiliza as expressões “tutor” e “responsável legal” como sinônimos (art. 9º, XI), sendo assim mais adequada a opção por apenas uma delas de forma a trazer maior clareza à proposta.

No mesmo artigo, a SUG define “família multiespécie” como a “comunidade formada por seres humanos e seus animais de estimação como entidade familiar”. Trata-se, contudo, de definição de reduzida relevância prática, já que o próprio texto da SUG emprega o conceito apenas duas vezes (arts. 19 e 24), sendo que em ambos os casos a expressão pode ser facilmente substituída por termos mais simples. A inserção, na proposta, de um conceito equiparado à noção de entidade familiar tende a suscitar debates jurisprudenciais capazes de



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3704321082>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

comprometer a segurança jurídica, uma vez que a entidade familiar goza de proteção constitucional específica. Ademais, o conceito de família multiespécie não encontra correspondência na disciplina constitucional das entidades familiares delineada nos arts. 226 a 230 da Constituição Federal. Em conclusão, cumpre observar que o vocábulo “multiespécie” é fruto de construção doutrinária e não consta do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP), o que revela sua inadequação à Política Nacional de Linguagem Simples instituída pela Lei nº 15.263, de 14 de novembro de 2025.

Assim sendo, o inciso XI do art. 9º deve ser suprimido.

Mais adiante, o conceito de dano existencial animal, tal como previsto no inciso XIV do art. 9º do projeto, apresenta-se de forma excessivamente aberta e indeterminada, permitindo a caracterização da lesão com base em critérios de difícil objetivação, como “impossibilidade de seguir rotina” ou “necessidade de fazer o que antes não era necessário”. A amplitude da definição e a subjetividade dos parâmetros geram insegurança jurídica. Além disso, a aferição da alteração comportamental ou da perda de “qualidade de vida” pode conduzir a interpretações arbitrárias ou desproporcionais. Em termos dogmáticos, a noção de dano existencial foi construída para proteger dimensões extrapatrimoniais da pessoa humana relacionadas à liberdade e ao projeto de vida, sendo duvidosa sua equivalência conceitual com a realidade animal, que não possui consciência reflexiva ou autonomia existencial no sentido jurídico do termo. Ao mesmo tempo, a SUG apresenta uma proposta interessante de conceituação geral e abstrata de dano existencial animal, que pode ser mantida de forma a ser devidamente desenvolvida pela jurisprudência.

Por essas razões, o inciso XIV do art. 9º deve ser redigido de forma mais sintética, para a preservar a ideia geral do dano existencial sem estabelecer uma definição excessivamente objetiva. Desse modo, permite-se que a jurisprudência consolide os contornos de sua aplicação nos casos concretos.

Entendemos necessária a inclusão de um parágrafo único no art. 23, que trata de regras para adoção de cães e gatos, de modo a evitar entraves excessivos que poderiam desincentivar a adoção, principalmente por famílias de



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3704321082>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

baixa renda ou com renda informal, que poderiam ter dificuldade para comprovar formalmente sua condição financeira.

Além disso, o art. 36 do projeto prevê indenizações tarifadas (com valores fixos e pré-determinados em lei) de valores elevados para os casos de ocorrência de dano existencial. Essa metodologia também destoa dos princípios basilares do sistema de responsabilidade civil brasileiro, fundado na avaliação concreta do dano, de sua extensão e das circunstâncias do caso. A tarifação de danos, além de comprometer a análise individualizada exigida pelo art. 944 do Código Civil (“a indenização mede-se pela extensão do dano”), impede a apreciação judicial equitativa e pode gerar indenizações desproporcionais tanto para mais quanto para menos. No presente caso, a fixação legal de quantias uniformes para hipóteses de dano existencial animal descaracteriza a natureza reparatória e individualizada da indenização civil.

Então, entendemos que o art. 36 também deve ser suprimido.

No que tange às disposições penais e processuais penais, muitas delas causam preocupação, até pela inovação que fazem.

O art. 41 prevê a possibilidade de o animal acompanhar o inquérito policial e até mesmo atuar como assistente de acusação no processo. Trata-se uma quebra de paradigma, porque atribui ao cão ou gato, não a seu responsável legal, a legitimidade *ad causam*.

No mesmo sentido, o art. 43 estabelece que a indenização *ex delicto* será devida ao animal, não a seu responsável legal. Ou seja, a SUG prevê que cães e gatos sejam titulares de direitos patrimoniais, o que também é bastante inovador e de difícil aplicação.

Mais adiante, o art. 58 alude à violência institucional contra cães e gatos, mas não define o que seria essa espécie de violência.

Por essas razões entendemos que os arts. 41, 43 e 58 também devem ser suprimidos.



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SL 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3704321082>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

No mais, ainda em relação ao capítulo que define os crimes contra cães e gatos, parece-nos que algumas das penas abstratamente cominadas são exageradas. Por exemplo, a conduta de matar cão ou gato (art. 45) tem como patamar mínimo a pena de reclusão de seis anos, idêntica reprimenda prevista para o homicídio, no art. 121 do Código Penal.

As penas, então, devem ser ajustadas, para que reflitam a proporcionalidade com o desvalor das respectivas condutas, tendo como parâmetro as reprimendas já estabelecidas para outros tipos penais.

Mais adiante, o art. 59 da SUG impõe à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), autarquia federal vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos, a obrigação de editar regulamentação em prazo determinado (180 dias) sobre o transporte de animais de estimação em cabines de aeronaves. Trata-se, de norma que interfere diretamente na atividade regulamentar e no exercício de competência técnica da agência. O Supremo Tribunal Federal tem precedente firme reconhecendo que a fixação, por lei, de prazo para que o Poder Executivo edite regulamento ou apresente projeto de lei viola o princípio da separação dos Poderes (art. 2º da CF). Nesse sentido, confira-se o trecho do acórdão da ADI nº 4.728:

(...) 3. Firme a jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal no sentido da incompatibilidade de dispositivos normativos que estabeleçam prazos, ao Poder Executivo, para apresentação de projetos de lei e regulamentação de preceitos legais, por violação dos arts. 2º e 84, II, da Constituição da República. (ADI 4728, Relator(a): Min. Rosa Weber, Tribunal Pleno, julgado em 16/11/2021, DJE-244 divulg 10-12-2021 public 13-12-2021.)

Esse mesmo tipo de disposição inconstitucional aparece no art. 37, que busca estabelecer um prazo de 180 (cento e oitenta) dias para que os municípios editem regulamento para disciplinar a apuração de infrações administrativas.

Dessa forma, não se recomenda a manutenção do estabelecimento de prazos para a edição de regulamentação previstos nos art. 37 e 59 da minuta de



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes - Anexo I - 22º Andar - SI 2 - 70165-900 - Brasília - DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3704321082>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

projeto de lei a ser apresentada pela Comissão, em razão de sua possível inconstitucionalidade material.

Então, com esses ajustes, somos favoráveis à iniciativa e à transformação da Sugestão Legislativa em Projeto de Lei, com vistas a instituir o Estatuto dos Cães e Gatos, de modo a consolidar, em diploma próprio, os direitos, deveres e sanções relativos à proteção, custódia responsável e bem-estar desses animais, preservando a coerência com o sistema jurídico nacional e os parâmetros constitucionais de proteção ambiental e da vida.

Conforme dispõe o inciso I do parágrafo único do art. 102-E do RISF, as sugestões legislativas que receberem parecer favorável da Comissão serão transformadas em proposição legislativa de sua autoria e encaminhadas à Mesa do Senado Federal, para tramitação na forma regimental e adequada discussão e análise de seu mérito.

**III – VOTO**

Diante do exposto, o voto é **favorável** à Sugestão nº 10, de 2025, com sua transformação em Projeto de Lei, nos termos seguintes:

**PROJETO DE LEI Nº , DE 2025**

Institui o Estatuto dos Cães e Gatos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3704321082>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

**CAPÍTULO I****DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** Esta Lei institui o Estatuto dos Cães e Gatos, estabelecendo os princípios, garantias, direitos e deveres relacionados à sua proteção, bem-estar físico e psíquico, saúde, alimentação, equilíbrio comportamental, reabilitação, socialização e convivência harmoniosa com os seres humanos, inclusive nos âmbitos familiar e comunitário.

*Parágrafo único.* Os direitos de cães e gatos previstos nesta Lei não excluem outros decorrentes de tratados ou convenções internacionais ratificados pelo Brasil, da legislação interna ordinária federal, estadual, distrital ou municipal e de regulamentos expedidos pelas autoridades administrativas competentes.

**Art. 2º** Cães e gatos são seres vivos sencientes e passíveis de proteção jurídica própria, em virtude da sua natureza especial.

**Art. 3º** Na interpretação desta Lei, levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, a urgência e a imprescindibilidade do bem em questão, a primazia do princípio da dignidade animal e a vedação ao retrocesso em matéria de proteção ambiental e animal.

**CAPÍTULO II****DOS OBJETIVOS E PRINCÍPIOS**

**Art. 4º** O Estatuto tem como objetivos:

I – assegurar proteção à vida e ao bem-estar físico e psíquico dos cães e gatos, prevenindo e reprimindo todas as formas de maus-tratos, por ação ou omissão;

II – estabelecer os deveres do Estado, dos responsáveis legais e da sociedade na proteção dos cães e gatos;



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3704321082>





**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

III – estabelecer os direitos fundamentais dos cães e gatos;

IV – estimular políticas públicas de bem-estar e saúde animal, educação animalista, custódia responsável, manejo populacional ético, e assistência médica e comportamental a animais em situações de risco, desastre ou vulnerabilidade;

V – estimular políticas públicas relacionadas aos animais comunitários.

**Art. 5º** São vedadas as práticas que submetam cães e gatos à crueldade, ao abuso – inclusive o sexual –, aos maus-tratos, aos ferimentos, às mutilações, à morte injustificável e ao dano existencial.

*Parágrafo único.* Compete aos responsáveis legais, à coletividade e ao Poder Público zelar pela efetivação dos direitos de cães e gatos previstos no ordenamento jurídico.

**Art. 6º** A aplicação desta Lei será norteadada pelos seguintes princípios:

I – da dignidade animal: os cães e gatos devem ser tratados como seres conscientes e sencientes, dotados de valor intrínseco e de dignidade própria;

II – da universalidade da proteção: todos os cães e gatos são protegidos pelas Constituições Federal e dos Estados, pela Lei Orgânica do Distrito Federal, bem como pelas leis protetivo-animalistas em vigor;

III – da participação comunitária: na formulação das políticas públicas de atendimento aos direitos de cães e gatos, bem como no estabelecimento e implementação dos respectivos programas, é garantida a participação da comunidade, diretamente ou por meio de suas organizações comunitárias, sempre que visem ao tratamento dos animais como seres sencientes, sujeitos de direitos e portadores de dignidade própria;



Assinado eletronicamente, por Sen. Damarens Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3704321082>





**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

IV – da educação animalista: o atendimento e o respeito aos direitos animais poderão ser implementados por meio da inclusão do tema nos currículos dos ensinos fundamental e médio e por campanhas educativas periódicas e contínuas pelos meios de comunicação adequados, nas universidades, nas escolas, nas associações de bairro, nos canais oficiais de comunicação do Governo local e em outros espaços comunitários, que propiciem a assimilação pelo público em geral acerca da adoção ética e responsável de cães e gatos, bem como sobre a existência da consciência e da senciência animal e, conseqüentemente, sobre o sofrimento a que podem ser submetidos cães e gatos e, ainda, enaltecendo sempre as práticas de vivências mais éticas, pacíficas e solidárias entre pessoas e cães e gatos;

V – da tutela normativa dos animais: os interesses dos cães e gatos devem sempre ser levados em consideração pelas leis e outros atos normativos que possam impactá-los;

VI – da substituição ou da alternatividade: sempre devem prevalecer os métodos científicos disponíveis substitutivos ou alternativos ao uso de cães e gatos para fins humanos;

VII – da aplicação da norma mais favorável ao animal: na aplicação da legislação em geral e desta lei em especial, deve prevalecer, quando vigente simultaneamente mais de uma lei ou dispositivo de lei tratando do mesmo assunto, aquele que for mais favorável aos cães e gatos e, assim, melhor lhes garantir a dignidade animal;

VIII – “*in dubio pro animali*”: quando da aplicação de lei ou de ato normativo para dirimir conflito envolvendo cães e gatos, havendo mais de uma interpretação possível para um mesmo dispositivo, deve-se optar por aquela que seja mais favorável ao animal;

IX – da prevenção: devem-se adotar medidas que minimizem ou que evitem impactos negativos sobre o bem-estar animal;

X – da precaução: na dúvida ou incerteza científica sobre a senciência de determinada espécie animal, ou sobre os impactos de certa atividade sobre o



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3704321082>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

bem-estar animal, deve-se considerar como senciente a espécie animal envolvida, no primeiro caso, e adotar medidas que minimizem ou que evitem os impactos possíveis, no segundo, sempre no intuito de evitar danos às integridades física, psíquica e ambiental dos cães e gatos;

XI – da vedação ao retrocesso: como decorrência do dever estatal de progressividade relativamente à proteção da dignidade animal, não se poderá legislar ou interpretar a ordem jurídica de modo a suprimir ou a reduzir os avanços efetivados quanto ao respeito às integridades física e psíquica dos cães e gatos.

§ 1º Para os fins do inciso VI do *caput* deste artigo, na ausência de métodos científicos substitutivos ou alternativos, devem prevalecer os preceitos de redução do número de animais utilizados e de refinamento das condições de manutenção e dos procedimentos para evitar sofrimento dos animais e promover estados mentais positivos.

§ 2º Os princípios previstos nesta Lei não excluem outros decorrentes de tratados ou convenções internacionais de que o Brasil seja signatário, da legislação interna ordinária federal, estadual, distrital ou municipal e de regulamentos expedidos pelas autoridades administrativas competentes, devendo prevalecer sempre a determinação que for mais favorável à proteção da dignidade animal de cães e gatos.

**CAPÍTULO III****DAS DEFINIÇÕES**

**Art. 7º** Para fins do presente Estatuto, consideram-se:

I – animal comunitário: cão ou gato em situação de rua que estabeleça com uma determinada comunidade laços de dependência e manutenção, embora não possua responsável legal único e definido;

II – cuidador comunitário: toda pessoa natural que protege, alimenta, abriga de intempéries, fornece água e demais cuidados básicos garantidores do



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3704321082>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

bem-estar de cães e gatos comunitários sem, contudo, ter responsabilidade direta pelo animal;

III – custódia responsável: o vínculo jurídico, ético e material estabelecido entre uma pessoa e um cão ou gato, mediante o qual o responsável legal assume, de forma consciente e permanente, uma série de obrigações legais, dentre as quais a de prover todas as condições necessárias ao bem-estar físico, emocional, comportamental e social do animal, respeitando sua natureza, suas necessidades, e seus direitos;

IV – bem-estar animal: refere-se à qualidade de vida de um animal, através da busca pela manutenção de bons parâmetros de saúde física, comportamental e emocional, da possibilidade de expressar o comportamento natural da espécie e das condições desejáveis para o animal ser capaz de se adaptar, da melhor forma possível, ao ambiente em que vive;

V – senciência: qualidade atribuída a seres vivos capazes de experimentar conscientemente sensações e estados subjetivos, como dor, prazer, medo, angústia, afeto, alegria e sofrimento;

VI – criação de cães e gatos: atividade econômica de criação, manutenção e reprodução de cães e gatos, mantidos em condições de manejo controladas por pessoas naturais ou jurídicas;

VII – comercialização de cães e gatos: a compra e a venda, a revenda ou a permuta de cães ou gatos, realizadas com objetivo econômico;

VIII – esterilização cirúrgica (castração): eliminação da capacidade reprodutiva do cão ou gato, por método cirúrgico, visando ao controle populacional, à redução do abandono de animais e à prevenção do risco de contrair doenças infecciosas e do trato reprodutivo;

IX – eutanásia animal: supressão da vida animal, por meio de método tecnicamente aceitável e cientificamente comprovado, observados os princípios éticos aplicáveis, apenas quando o bem-estar do animal estiver comprometido de forma irreversível, sendo um meio de eliminar a dor ou o sofrimento dos animais.



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SL 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3704321082>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

X – microchipagem: sistema de identificação animal mediante a utilização de microchip no cão ou gato, contendo os dados de identificação do animal e de seu responsável legal, com o posterior registro em sistema central onde os dados referentes ao animal e ao seu responsável legal são armazenados e disponibilizados de forma clara e segura garantindo a rápida identificação de ambos em caso de necessidades específicas para saúde, segurança e de manejo populacional.

XI – responsável legal: pessoa natural ou jurídica que exerce a custódia responsável do animal;

XII – representante legal de cães e gatos: indivíduo ou entidade, pública ou privada, que venha a defender os interesses de cães e gatos em processos judiciais ou administrativos;

XIII – dano existencial animal: aquele que atinge a qualidade de vida do animal, causando-lhe dificuldades ou impossibilidade para expressar seu comportamento natural;

XIV – dano moral coletivo animal: lesão de natureza extrapatrimonial decorrente de conduta comissiva ou omissiva que viole o bem-estar, a dignidade ou a integridade física ou psíquica dos animais e reflita negativamente na moral coletiva da sociedade e na confiança no cumprimento dos deveres constitucionais por parte do Poder Público ou de particulares.

*Parágrafo único.* As condutas de que tratam os incisos XIII e XIV abrangem também o dano experimentado pelo animal advindo de ataque de outro animal, desde que esse ataque tenha sido instigado por uma pessoa ou um grupo de pessoas.

**CAPÍTULO IV****DOS DIREITOS DOS CÃES E GATOS**

**Art. 8º** Cães e gatos têm os seguintes direitos:



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3704321082>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

I – à vida e à integridade física e psíquica, ressalvados os casos de eutanásia definidos em lei;

II – à liberdade de movimentos para expressar o seu comportamento natural, dentro dos limites da segurança e bem-estar;

III – ao acesso diário à água limpa e comida de qualidade, compatível com a idade, o tamanho e as necessidades específicas do animal, independentemente do animal ter ou não responsável legal único ou definido;

IV – a um local seguro para se abrigar, protegido do sol, da chuva e do frio, que permita ao animal descansar de forma segura e com espaço para se movimentar livremente;

V – a agir conforme seu comportamento natural, de modo que, independentemente do ambiente, o animal possa, de forma segura para si e para terceiros, expressar seu comportamento biológico natural, como correr, brincar, cheirar, conviver com outros animais ou pessoas, evitando situações que gerem estresse, medo ou sofrimento por período prolongado ou de forma permanente;

VI – à saúde animal, contemplando vacinação, vermifugação e atendimento veterinário adequado, além de tratamento imediato em caso de doenças, agravos ou ferimentos;

VII – à proteção em âmbito doméstico, devendo ser sempre priorizados o melhor interesse do animal nos conflitos familiares que envolvam cães e gatos, notadamente relacionados à definição do responsável legal, custódia, visitação e compartilhamento de despesas;

VIII – ao cuidado comunitário, quando desenvolvidos laços de dependência e manutenção por cães e gatos em situação de rua com membros da coletividade, contemplando os direitos de assistência, cuidado, alimentação, hidratação, saúde e abrigamento;

IX – ao resgate, abrigamento adequado, proteção, alimentação, hidratação e atendimento veterinário emergencial em situações de risco iminente



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3704321082>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

à vida ou à integridade física do animal, como abandono, agressões, abusos, negligências graves, atropelamentos, desastres ambientais ou outras situações de risco;

X – à proteção estatal, que impõe o desenvolvimento, por todos os entes federativos, de políticas públicas de proteção, bem-estar, manejo populacional ético, educação para custódia responsável e saúde animal de modo a assegurar uma vida digna para todos os cães e gatos do território nacional;

XI – a habitar e transitar no âmbito dos condomínios residenciais onde residam seus responsáveis legais, inclusive pelas áreas de uso comum, desde que isso não implique riscos concretos à segurança, saúde e sossego dos demais condôminos, sendo nulas as normas condominiais que disponham em sentido contrário;

XII – à defesa judicial de seus interesses em caso de violação de seus direitos por meio de representante legal de cães e gatos;

XIII – à facilitação de acesso aos meios de transporte, público e privado, nos termos da regulamentação específica.

**CAPÍTULO V****DAS PROIBIÇÕES**

**Art. 9º** É vedado, em todo o território nacional:

I – organizar, promover, realizar, facilitar, incentivar, apoiar ou participar, sob qualquer circunstância, de corridas competitivas ou atividades extenuantes de mesma natureza utilizando cães ou gatos, em que sejam ou não realizadas apostas, oferta de brindes ou promoções, qualquer que seja a raça, linhagem, variante ou categoria canina ou felina utilizada;

II – a eliminação de cães e gatos como forma de controle populacional ou de doenças.



Assinado eletronicamente, por Sen. Damarens Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3704321082>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

III – o uso de dispositivos de contenção, como cordas, correntes, arames e assemelhados, para a manutenção de cães e gatos em pátios, quintais ou outros espaços similares, de forma permanente ou rotineira, em situações não justificadas por razões de segurança e que comprometam o bem-estar físico e psicológico do animal, causando sofrimento ou prejuízo à sua saúde;

IV – organizar, promover, realizar, facilitar, incentivar, apoiar ou participar, sob qualquer circunstância, de atividades que violem a dignidade dos cães e gatos, inclusive rinhas e qualquer outra que lhes causem sofrimento físico ou emocional;

V – submeter ou realizar em cães e gatos cirurgias consideradas desnecessárias ou que possam impedir a capacidade de expressão do comportamento natural da espécie, em especial a conchectomia, a corpectomia, a onictomia e a caudectomia, sendo permitidas apenas as cirurgias que atendam às indicações clínicas;

VI – a inclusão de cláusulas restritivas em convenção, regulamento, regimento ou qualquer instrumento legal de condomínio relacionadas à permanência de cães e gatos em suas unidades autônomas e em suas áreas comuns, admitindo-se apenas restrições pautadas em situações concretas e individualizadas de risco ou dano à saúde, segurança ou sossego dos demais moradores ou quando a presença do animal acarretar obstáculo concreto ao uso de área comum pelos demais condôminos;

VII – a criação e reprodução clandestina de cães e gatos para fins de comercialização;

VIII – a exposição, a qualquer título, em vitrines fechadas ou alojados em espaços que impeçam sua movimentação, que os amedrontem ou em quaisquer condições exploratórias que lhes cause desconforto, salvo se se tratar de necessidades de saúde física ou psicológica, como em situações emergenciais e transitórias voltadas à proteção dos animais envolvidos;

IX – a utilização de cães e gatos em experimentos científicos ou didáticos que provoquem dor ou sofrimento.



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3704321082>





**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

§ 1º A identificação visual de gatos em vida livre ou comunitária poderá ser feita após a castração com o corte da ponta da orelha esquerda da forma recomendada por organismos internacionais como forma de identificar animais que já passaram por programa de controle populacional, sendo que o corte da ponta da orelha só poderá ser feito com anestesia e adotadas todas as medidas corretas para correta cicatrização da lesão.

§ 2º Cães e gatos em situação de abandono, que habitem áreas comuns de condomínios residenciais e comerciais, independentemente do tempo que ali se encontrarem, não poderão ter negado o acesso à água limpa e comida de qualidade, até que possam ser resgatados, castrados e encaminhados para adoção responsável.

§ 3º Os condomínios residenciais e comerciais, por seus administradores, têm o dever de comunicar às autoridades competentes ocorrência ou indícios de casos de maus-tratos a animais em suas unidades condominiais ou nas áreas comuns.

**CAPÍTULO VI****DOS DEVERES DO RESPONSÁVEL LEGAL DE CÃES E GATOS**

**Art. 10.** São deveres do responsável legal de cão ou de gato:

I – zelar pela proteção, promoção da saúde, bem-estar, alimentação, recreação, higiene e, sempre que necessário, pela educação ou adestramento de obediência básica, equilíbrio comportamental na reabilitação e socialização para adoção dos cães e gatos sob sua responsabilidade, sempre com respeito à dignidade e aos direitos dos animais;

II – impedir sua fuga e telar as janelas e os vãos de prédios verticais e horizontais que possam possibilitar sua queda ou fuga;

III – não expor os animais a riscos, fome, sede, chuva, frio e calor excessivos, doenças, estresses ou violência, devendo prover alimento e água em



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SL 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3704321082>





**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

qualidade suficiente, bem como um abrigo seguro, higienizado e compatível com as necessidades do animal;

IV – impedi-los de provocar acidentes em residências, vias e logradouros públicos ou locais de livre acesso ao público;

V – conduzir os cães nas vias públicas com guia, coleira ou peitoral, de conformidade com seu porte, evitando-se expô-los a condições ambientais inadequadas, que possam causar-lhes dor, ferimentos, insolação ou outros gravames;

VI – coletar e destinar adequadamente as fezes de seu animal, quando em via pública;

VII – assegurar assistência veterinária regular, mantendo em dia a vacinação, a vermifugação, a proteção contra parasitas e demais medidas preventivas de saúde, conforme orientação médico-veterinária, promovendo a saúde e prevenindo doenças, observando o calendário ou cronograma de vacinações obrigatórias e mantendo a respectiva carteira de vacinação atualizada;

VIII – identificar adequadamente seu animal, com coleira que contenha, ao menos, o nome do animal e telefone ou outro meio de contato de seus responsáveis legais;

IX – evitar ataque ou agressão a pessoas ou a outros animais, inclusive utilizando de equipamentos que possam prevenir essas ocorrências, sem infligir maus-tratos aos animais e, sempre que exigido por lei, em virtude da raça, fazer uso de focinheira que permita ao animal salvação e ingestão de água;

X – assegurar adequada socialização do animal, sempre que necessário, por razões comportamentais, possibilitando o convívio seguro com outros animais e pessoas, e, quando necessário, proporcionar ambiente com enriquecimento ambiental compatível com as necessidades físicas e comportamentais da espécie;



Assinado eletronicamente, por Sen. Damarens Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3704321082>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

XI – providenciar a esterilização cirúrgica, prioritariamente nos casos em que o controle populacional se mostrar necessário, conforme avaliação técnico-veterinária, respeitando o bem-estar animal e as diretrizes éticas e sanitárias;

XII – realizar a identificação dos cães e gatos sob sua responsabilidade no Cadastro Nacional de Animais Domésticos, instituído pela Lei nº 15.046 de 17 de dezembro de 2024 e Decreto Federal nº 12.439 de 17 de abril de 2025.

**CAPÍTULO VII****DOS DEVERES DO PODER PÚBLICO**

**Art. 11.** O Poder Público, em âmbito federal, estadual e municipal e dentro de sua esfera de competência, deverá:

I – instituir políticas públicas voltadas à proteção, ao bem-estar e ao manejo populacional ético de cães e gatos, de caráter preventivo, educativo/comportamental, assistencial, fiscalizatório, sanitário, promocional e punitivo, implementadas pelo Estado em todas as suas esferas, em cooperação com a sociedade civil;

II – implantar programas permanentes de controle reprodutivo, incluindo esterilização cirúrgica, registro, identificação individual por microchip e controle populacional ético, devendo ser criado um banco de dados único para cadastro e acompanhamento dos animais nos estados, Distrito Federal e municípios, sempre prioritariamente atendendo a população mais vulnerável, de animais de rua e tutelados pela proteção e defesa animal;

III – implantar, capacitar educadores e promover campanhas permanentes de educação em custódia responsável e bem-estar animal, incluindo a inserção de conteúdos nos currículos escolares e a difusão de informações sobre prevenção de maus-tratos e sobre a importância da adoção responsável, mediante termo de adoção com identificação completa do responsável legal e acompanhamento pós-adoção;



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3704321082>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

IV – garantir atendimento veterinário gratuito ou subsidiado aos responsáveis legais de cães e gatos, em situação de vulnerabilidade;

V – dar assistência aos animais expostos a desastres ambientais, implementando ações de resgate, abrigamento adequado, proteção, alimentação, hidratação e assistência médica e comportamental garantindo a integridade física do animal;

VI – inserir nos planos de contingência, emergência e prevenção a desastres, políticas, estratégias e protocolos unificados para proteção animal em geral e garantir treinamento prévio às equipes envolvidas no resgate e no acolhimento pós-resgate de animais, podendo, na ausência de equipes públicas capacitadas, contratar ou firmar parcerias com equipes terceirizadas especializadas para a gestão e execução dessas ações, assegurando atendimento ético, seguro e padronizado;

VII – apoiar tecnicamente abrigos, organizações da sociedade civil e protetores independentes, mediante oferta de formação, capacitação e assessoria e inclusive a manutenção de animais sob sua responsabilidade em situações de risco iminente de morte, emergência, calamidade pública, desastres naturais, ou vulnerabilidade social, assegurando a oferta de atendimento veterinário, abrigo temporário e suporte para resgate e destinação responsável;

VIII – instituir conselhos e fundos públicos de proteção animal, cujos recursos deverão ser utilizados em políticas públicas e projetos de interesse público ligados à proteção animal;

IX – prestar atendimento de urgência a animais comunitários, animais acidentados sem localização de responsável legal e animais de pessoas em situação de vulnerabilidade social, em especial quando em risco iminente de morte ou lesão grave, garantindo acesso a serviços veterinários, abrigamento emergencial, reabilitação e encaminhamento para adoção responsável, vedada a destinação a pessoas naturais ou jurídicas com histórico de infrações, condenações ou inadequação comprovada;



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3704321082>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

X – fiscalizar e punir os responsáveis por maus-tratos, abandono ou exploração ilícita de cães e gatos;

XI – fiscalizar e regulamentar a criação, comercialização e reprodução de cães e gatos, assegurando o cumprimento das normas sanitárias, ambientais e de bem-estar animal, com mecanismos efetivos de fiscalização e penalização de criadouros ilegais;

XII – instituir, implementar e manter políticas públicas integradas e permanentes de prevenção, vigilância, diagnóstico, tratamento e controle da leishmaniose e da esporotricose em cães e gatos, com base em evidências científicas e no respeito aos direitos dos animais.

§ 1º Os programas permanentes de controle ético populacional de cães e gatos devem incluir ações de esterilização cirúrgica, vacinação espécie-específica, tratamento de enfermidades preveníveis e de caráter zoonótico, identificação por microchip e inserção em banco de dados único, priorizando a aplicação do método CED (Captura, Esterilização e Devolução) em áreas públicas ou comunidades com alto número de animais sem domicílio permanente, por meio de leis, decretos, programas permanentes e ações intersetoriais, com apoio técnico de instituições públicas, universidades, organizações da sociedade civil e protetores independentes.

§ 2º Nos programas oficiais referidos neste artigo serão também criados mecanismos para a prevenção da acumulação patológica de animais que possa comprometer o bem-estar de todos os envolvidos e vulnerar direitos das pessoas e dos animais.

§ 3º As políticas públicas integradas e permanentes referidas no inciso XII deverão incluir campanhas públicas regulares de informação e conscientização da população sobre as formas de prevenção, sinais clínicos e protocolos de tratamento, garantia de acesso gratuito ao diagnóstico laboratorial e ao tratamento dos animais acometidos, em especial nas áreas de maior vulnerabilidade social, capacitação contínua dos profissionais de saúde pública e da medicina veterinária sobre o manejo clínico e epidemiológico dos agentes, bem como a vedação à eutanásia compulsória de cães e gatos portadores de



Assinado eletronicamente, por Sen. Damarens Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3704321082>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

leishmaniose ou esporotricose quando houver possibilidade de tratamento eficaz, salvo em casos comprovadamente excepcionais com laudo técnico fundamentado.

§ 4º O descumprimento do disposto neste artigo enseja responsabilização administrativa do ente público e poderá configurar omissão relevante no dever de tutela da saúde pública e do bem-estar animal.

**CAPÍTULO VIII****DO CUIDADO COMUNITÁRIO DE CÃES E GATOS**

**Art. 12.** Entende-se por cuidado comunitário de cães e gatos a relação de proteção e amparo compartilhada entre o Poder Público e cidadãos de uma determinada localidade para os cães e gatos em situação de rua e vulnerabilidade em razão de laços de afetividade e de dependência comunitárias, como abrigo, alimentação e dessedentação.

**Art. 13.** Todo animal comunitário terá direito a um abrigo adequado, salubre e higiênico, capaz de proteção à chuva, do vento, do frio, do sol e do calor, com espaço suficiente, segundo as suas próprias características físicas, fornecido pela própria comunidade, em local de comum acordo.

**Art. 14.** Compete ao poder público municipal, com apoio dos demais entes federativos, garantir que todos os animais sem domicílio permanente sejam submetidos à esterilização cirúrgica, vacinação e desverminação periódicas, identificação por microchipagem e cuidados veterinários preventivos e curativos.

**Art. 15.** Compete ao cuidador comunitário fornecer, diariamente, comida e água ao animal comunitário, além de encaminhá-lo para atendimento veterinário de rotina sempre que necessário, com apoio do Poder Público, nos termos do artigo anterior.

**Art. 16.** Os municípios ou o Distrito Federal respondem pelos danos causados por animais comunitários dentro de seus respectivos territórios, ressalvada a culpa exclusiva da vítima ou de membro da própria comunidade, além de força maior.



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SL 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3704321082>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

*Parágrafo único.* Compete ao município ou ao Distrito Federal o ônus da prova das situações de exclusão de responsabilidade previstas no *caput* deste artigo.

**CAPÍTULO IX****DA ADOÇÃO RESPONSÁVEL DE CÃES E GATOS**

**Art. 17.** A adoção responsável de cães e gatos é um ato de responsabilidade, cidadania e formalização do vínculo e impõe ao adotante o cumprimento dos deveres inerentes aos responsáveis legais de cães e gatos descritos neste Estatuto, além dos deveres específicos de preparar o ambiente para a chegada do animal e observar, adequadamente, as características especiais do animal adotado, especialmente, aos que foram submetidos a evento traumático, seja oriundo de maus-tratos, seja decorrente de desastres de origem exclusivamente antrópica ou mista.

**Art. 18.** Compete aos municípios ou ao Distrito Federal estabelecer programas e campanhas de adoção consciente e responsável de cães e gatos, especialmente os em situação de rua ou sem domicílio permanente.

*Parágrafo único.* Todo cão ou gato apresentado em eventos oficiais de adoção, ou subvencionados pelo Poder Público, deverá ser acompanhado de atestado de saúde e de caderneta de vacinação atualizada, bem como dos comprovantes de esterilização cirúrgica, se já realizada, e de desverminação.

**Art. 19.** A adoção põe termo ao vínculo do cão ou gato adotado com os responsáveis legais anteriores ou com a comunidade.

**Art. 20.** Toda adoção deve apresentar reais vantagens para o animal adotado e fundar-se em motivos legítimos.

**Art. 21.** Nos programas e campanhas de adoção, referidos no art. 18, serão apresentados incentivos e orientações para evitar o arrependimento do adotante e eventual devolução do animal adotado.



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes - Anexo I - 22º Andar - SI 2 - 70165-900 - Brasília - DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3704321082>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

**Art. 22.** Todas as despesas com a manutenção de cão ou gato abandonado ou maltratado, inclusive quanto a medicamentos e a tratamento médico veterinário, que seja resgatado pelo Poder Público ou por entidade de proteção animal, serão arcadas pelos responsáveis legais anteriores até que o animal tenha um novo responsável legal.

**Art. 23.** São requisitos para adotar cães ou gatos:

I – ser capaz e maior de 18 (dezoito) anos;

II – não ter antecedentes criminais envolvendo maus-tratos contra animais ou violência familiar ou doméstica;

III – não ser pessoa com síndrome de acumulação patológica de animais;

IV – ter condições financeiras para assumir os gastos relativos à manutenção do animal com dignidade, ressalvada a busca pelo auxílio público em saúde animal, previsto nesta Lei;

V – comprovar domicílio certo.

*Parágrafo único.* A comprovação dos requisitos previstos nos incisos III e IV será realizada mediante declaração firmada pelo próprio adotante, presumindo-se a veracidade das informações.

**Art. 24.** O vínculo de adoção constituir-se-á mediante a assinatura do termo de adoção ética e responsável, após a comprovação dos requisitos previstos no art. 23.

**Art. 25.** O termo de adoção ética e responsável de animal doméstico tem força de contrato particular firmado entre as partes nos termos do Código Civil.

*Parágrafo único.* O termo de adoção assinado por duas testemunhas, juntamente com a assinatura das partes, fará com que o contrato possa ser usado



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3704321082>





**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

como título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, inciso III, da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

**Art. 26.** É permitido ao doador inserir cláusulas específicas no termo de adoção que prevejam acompanhamento pós-adoção por, pelo menos, seis meses, além de peculiaridades referentes ao animal adotado a serem observadas, multa para casos de devoluções reprováveis do doador ou ao novo adotante, além de outras não proibidas por lei.

**CAPÍTULO X****DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**Art. 27.** As infrações e sanções administrativas previstas nesta Lei não excluem outras, previstas na legislação federal, estadual, distrital e municipal.

**Art. 28.** Constitui infração administrativa contra cães e gatos toda ação ou omissão que importe na inobservância de preceitos estabelecidos por esta Lei, inclusive as condutas tipificadas como crimes, ou na desobediência às determinações das autoridades administrativas competentes.

**Art. 29.** Toda pessoa natural ou jurídica de direito público ou privado está sujeita às prescrições legais, ficando obrigada a cooperar, inclusive por meios próprios, com a fiscalização na aplicação desta Lei.

**Art. 30.** Para a imposição e gradação das sanções referentes às infrações definidas nesta Lei considerar-se-á:

I – a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde e o bem-estar do animal;

II – os antecedentes do infrator, quanto ao cumprimento da legislação de crimes ambientais;



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3704321082>





**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

III – a situação econômica do infrator, no caso de incidência de multa, devendo sua aplicação ser diretamente proporcional à sua capacidade financeira.

*Parágrafo único.* Responderá pela infração quem de qualquer modo a cometer ou concorrer para sua prática, de modo comissivo ou omissivo, ou dela se beneficiar.

**Art. 31.** Sem prejuízo da obrigação de o infrator reparar o dano por ele causado ao animal e da aplicação das sanções cíveis e penais cabíveis, as infrações descritas nesta Lei serão punidas, isolada ou cumulativamente, com as seguintes sanções administrativas:

I – advertência por escrito;

II – multa simples, dobrada em caso de reincidência;

III – multa diária, até que sejam cessados os maus-tratos ou o desrespeito às normas legais;

IV – resgate e apreensão, pela autoridade competente, dos animais encontrados em situação de vulnerabilidade de seus direitos fundamentais, especialmente quando forem constatados maus-tratos;

V – apreensão de produtos e subprodutos, instrumentos, petrechos, equipamentos e veículos de qualquer natureza, inclusive embarcações e navios, utilizados no cometimento da infração;

VI – destruição ou inutilização de produto;

VII – suspensão de venda e fabricação de produto;

VIII – embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;

IX – demolição de obra;



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3704321082>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

X – suspensão parcial ou total das atividades;

XI – restritiva de direitos, e

XII – interdição definitiva do estabelecimento.

§ 1º Caso a penalidade seja aplicada a órgão público ou a pessoa jurídica de direito público, haverá direito de regresso contra o agente público responsável direto pela infração.

§ 2º Se o infrator cometer, simultaneamente, duas ou mais infrações, serão aplicadas cumulativamente as sanções a elas cominadas, somando-se, assim, seus respectivos valores, considerando-se, ainda, cada animal atingido individualmente.

§ 3º O não pagamento por pessoa natural ou jurídica da multa no prazo de 30 (trinta) dias após o seu vencimento, bem como constatada, a qualquer tempo, a hipótese de reincidência, sujeitará o infrator ou reincidente à cassação, quando for o caso, da autorização de licença ambiental e demais licenças necessárias ao funcionamento do estabelecimento, bem assim à inscrição em dívida ativa.

§ 4º Nos casos de reincidência específica, caracterizada pelo cometimento de nova infração da mesma natureza e gravidade, independentemente do intervalo de tempo entre uma e outra, a multa corresponderá ao dobro da anteriormente imposta.

§ 5º O procedimento de apuração da infração será disciplinado em regulamento próprio, devendo prever prazos, formas de notificação, possibilidade de apresentação de defesa e recursos administrativos.

§ 6º O valor das multas administrativas será fixado de acordo com parâmetros estabelecidos em regulamento local, levando-se em consideração a gravidade da infração, a capacidade econômica do infrator, a reincidência e o custo do atendimento e reabilitação do animal, podendo ser revertido



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3704321082>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

integralmente para o Fundo Municipal de Direitos Animais – ou denominação análoga – quando existente.

§ 7º Os valores arrecadados com as multas deverão ser destinados, prioritariamente, aos Fundos Municipais de Direitos Animais – ou denominação análoga – para o custeio de ações e programas de proteção, protetores de animais, ONGs de animais, bem-estar, atendimento, esterilização cirúrgica, reabilitação e adoção de animais, educação/adestramento e equilíbrio comportamental dos animais domésticos, mediante gestão do respectivo fundo de proteção animal.

§ 8º Quando a infração for praticada por pessoa jurídica, a responsabilidade poderá ser estendida a seus responsáveis legais ou dirigentes, nos termos da legislação aplicável.

**Art. 32.** Além das sanções específicas a que está sujeito, fica o infrator obrigado a custear todas as despesas médico-veterinárias decorrentes dos maus-tratos infligidos ao animal, tais como consultas, cirurgias, internações, fisioterapias e peças ortopédicas.

**Art. 33.** A pessoa natural ou jurídica que violar os direitos fundamentais animais ou cometer maus-tratos contra animais:

I – não poderá ser nomeada depositária ou responsável legal do animal cujos maus-tratos foram identificados;

II – perderá definitivamente a custódia do animal tão logo seja julgado subsistente o auto de infração;

III – perderá também, em definitivo, a custódia de outros animais que estejam sob sua responsabilidade, ainda que não comprovados os maus-tratos em relação a eles em específico, quando subsistente o auto de infração, em atenção aos princípios da prevenção e da precaução;

IV – não poderá, por 10 (dez) anos, computados do auto de infração ou medida equivalente identificadora dos maus-tratos, adotar ou ficar, ainda que temporariamente, com a custódia de quaisquer animais.



Assinado eletronicamente, por Sen. Damarens Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3704321082>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

*Parágrafo único.* O prazo previsto no inciso IV será reiniciado toda vez que outra constatação de maus-tratos for apurada pelas autoridades competentes.

**CAPÍTULO XI****DOS CRIMES CONTRA CÃES E GATOS****Seção I****Disposições Gerais**

**Art. 34.** Este Capítulo dispõe sobre crimes praticados contra cães e gatos, por ação ou omissão, sem prejuízo do disposto na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e legislação penal correlata.

**Art. 35.** Aplicam-se aos crimes definidos nesta Lei as normas da Parte Geral do Código Penal e, quanto ao processo, as pertinentes ao Código de Processo Penal.

**Art. 36.** Os crimes definidos nesta Lei são de ação pública incondicionada.

**Art. 37.** O representante legal do animal, enquanto ofendido pelos crimes previstos nesta Lei, poderá se habilitar a acompanhar o inquérito policial e a atuar como assistente de acusação no processo penal.

**Art. 38.** O juiz poderá admitir, no inquérito policial e no processo penal, *amicus curiae*, com notória especialização em Direito Animal ou nas correlatas ciências jurídicas e veterinárias.

**Art. 39.** A indenização mínima, prevista no art. 387, inciso IV, do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), deverá reverter em benefício do animal ofendido e será administrada pelo seu representante legal.



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes - Anexo I - 22º Andar - SI 2 - 70165-900 - Brasília - DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3704321082>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

§ 1º No caso de morte do animal ofendido, a indenização prevista no *caput* deste artigo servirá para ressarcir quem arcou com as despesas médico-hospitalares, funerárias e eventuais outros gastos no socorro do animal.

§ 2º Caso a indenização não possa ser revertida em benefício direto do animal, os valores deverão ser destinados para o fundo de direitos animais, para o aparelhamento das Delegacias de Polícia Civil responsáveis pela proteção animal ou para entidades de proteção animal, a critério do juiz.

**Art. 40.** As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.

§ 1º A responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas naturais, autoras, coautoras ou partícipes do mesmo fato, bem como as beneficiárias, direta ou indiretamente, com a infração ou o crime praticado.

§ 2º Poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados ao animal.

**Seção II****Dos Crimes em Espécie**

**Art. 41.** Matar cão ou gato:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos.

*Parágrafo único.* Se o zoocídio é culposo:

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos.

**Art. 42.** Utilizar cão ou gato em experimentação didática ou científica que provoque dor ou sofrimento ou criá-los para essa finalidade:



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3704321082>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

§ 1º Se resulta em ofensa à integridade física ou psicológica do animal:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

§ 2º Se resulta morte do animal:

Pena – reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

**Art. 43.** Testar substâncias ou produtos cosméticos e similares em cão ou gato:

Pena – detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos, e multa.

*Parágrafo único.* Se resulta em morte ou em deformações físicas permanentes que afetem a qualidade de vida do animal:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

**Art. 44.** Privar ou restringir, sem justa causa, a liberdade de locomoção de cão ou gato nas áreas comuns de condomínios residenciais:

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e multa.

**Art. 45.** Impedir ou embaraçar a alimentação, a dessedentação ou os cuidados de saúde de animais comunitários, em situação de rua ou habitantes das áreas comuns de condomínios:

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

*Parágrafo único.* Se resulta em morte:

Pena – detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.



Assinado eletronicamente, por Sen. Damarens Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3704321082>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

**Art. 46.** Realizar rifas, sorteios, loterias, bingos e similares, em eventos presenciais ou realizados por meio das redes sociais ou de quaisquer aplicativos eletrônicos, tendo por objeto cão ou gato:

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e multa.

**Art. 47.** Lançar o corpo de cão ou gato morto no lixo ou em depósito similar, com inobservância de disposição legal ou regulamentar.

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

*Parágrafo único.* Nas mesmas penas incorre quem vilipendia cadáver de cão ou gato ou suas cinzas.

**Art. 48.** Abandonar cão ou gato:

Pena – detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

§ 1º A pena é aumentada de um sexto se resulta em ofensa à integridade física do animal.

§ 2º A pena é aumentada de um terço se ocorre a morte do animal.

**Art. 49.** Fornecer, servir, ministrar, injetar, aplicar ou entregar à consumo, de qualquer forma, a cão ou gato, bebida alcoólica, droga, substância entorpecente ou, sem justa causa, outros produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica:

Pena – detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o fato não constituir crime mais grave.

**Art. 50.** Praticar conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso com cão ou gato:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3704321082>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

§ 1º A pena é aumentada de um sexto se ocorre grave ofensa à integridade física ou psicológica do animal.

§ 2º A pena é aumentada de um terço se ocorre morte do animal.

**Art. 51.** Produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de zoorastia ou abuso sexual com cão ou gato:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

§ 1º Incorre nas mesmas penas quem:

I – vender ou expor à venda fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de zoorastia ou abuso sexual envolvendo cão ou gato;

II – oferecer, trocar, disponibilizar, compartilhar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar por qualquer meio, inclusive por meio de sistema de informática ou telemático, fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de zoorastia ou abuso sexual envolvendo cão ou gato;

III – adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de zoorastia ou abuso sexual envolvendo cão ou gato;

IV – assegurar os meios ou serviços para o armazenamento das fotografias, cenas ou imagens de que trata o caput deste artigo;

V – assegurar, por qualquer meio, o acesso por rede de computadores às fotografias, cenas ou imagens de que trata o *caput* deste artigo.

§ 2º As condutas tipificadas nos incisos IV e V do § 1º deste artigo são puníveis quando o responsável legal pela prestação do serviço, oficialmente notificado, deixa de desabilitar o acesso ao conteúdo ilícito de que trata o *caput* deste artigo.



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3704321082>





**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

§ 3º Não há crime se a posse ou o armazenamento tem a finalidade de comunicar às autoridades competentes a ocorrência das condutas descritas neste artigo, quando a comunicação for feita por:

I – agente público no exercício de suas funções;

II – membro de entidade, legalmente constituída, que inclua, entre suas finalidades institucionais, o recebimento, o processamento e o encaminhamento de notícia dos crimes referidos neste artigo;

III – representante legal e funcionários responsáveis de provedor de acesso ou serviço prestado por meio de rede de computadores, até o recebimento do material relativo à notícia feita à autoridade policial, ao Ministério Público ou ao Poder Judiciário.

§ 4º As pessoas referidas no parágrafo anterior deste artigo deverão manter sob sigilo o material ilícito referido.

§ 5º Para efeito dos crimes previstos neste artigo, a expressão “zoorastia” compreende conjunção carnal ou ato libidinoso de humano com animal não humano de qualquer espécie ou qualquer outra situação que envolva animal em atividades sexuais explícitas, reais ou simuladas, ou exibição dos órgãos genitais de animal para fins primordialmente sexuais.

**Art. 52.** Deixar de prestar assistência, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, a cão ou gato atropelado ou ferido, ou em grave e iminente perigo; ou não pedir, nesses casos, o socorro da autoridade pública:

Pena – detenção, de 1 (um) a 6 (seis) meses, ou multa.

*Parágrafo único.* A pena é aumentada de metade, se da omissão resulta ofensa à integridade física do animal, e triplicada, se resulta a morte.

**Art. 53.** Impedir, restringir ou embaraçar a fiscalização de canil ou gatil, públicos ou privados, ou locais onde esteja ocorrendo possível caso de



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3704321082>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

maus-tratos a cão ou gato, por entidade de proteção animal, por autoridade administrativa ou por autoridade policial:

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e multa.

**Art. 54.** Esta Lei entrará em vigor 90 (noventa) dias após a sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente proposta legislativa visa instituir o Estatuto dos Cães e Gatos, configurando-se como um marco legal fundamental para o reconhecimento e a proteção integral desses animais em todo o território nacional. Em uma sociedade que avança constantemente na compreensão da complexidade da vida e da interconexão entre as espécies, torna-se imperativa a atualização do ordenamento jurídico, de modo a refletir a sensibilidade e os direitos intrínsecos de cães e gatos, que há séculos compartilham conosco lares, comunidades e afetos.

Atualmente, a legislação existente se mostra fragmentada e insuficiente para tutelar plenamente os interesses e o bem-estar de cães e gatos. Prevalece, em muitos aspectos, uma visão anacrônica que os trata como meros objetos, destituídos de direitos e dignidade própria. Essa lacuna legal contribui para a persistência de cenários de maus-tratos, abandono, exploração e sofrimento, em detrimento da ética e do respeito à vida.

Este Estatuto propõe uma mudança de paradigma ao reconhecer expressamente cães e gatos como seres vivos sencientes. Central a essa nova abordagem é o princípio da dignidade animal, que proíbe categoricamente o tratamento desses animais como “coisas”, reafirmando seu valor intrínseco e sua dignidade.



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3704321082>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

O Projeto de Lei estrutura-se em pilares essenciais para assegurar a proteção integral de cães e gatos, pela definição de:

(a) Direitos fundamentais dos cães e gatos: estabelece um rol abrangente de direitos, dentre os quais destacam-se os direitos à vida, à integridade física e psíquica, à liberdade de movimentos para expressar seu comportamento natural, ao acesso diário à água e comida de qualidade, a um abrigo seguro, à saúde animal (vacinação e atendimento veterinário), à proteção familiar e comunitária, ao resgate em situações de risco e ao acesso à Justiça.

(b) Deveres de proteção: define os deveres da sociedade, dos responsáveis legais e, crucialmente, do Poder Público. Este último é incumbido de instituir políticas públicas de bem-estar, saúde e manejo populacional ético (com destaque para programas de controle reprodutivo, vacinação e identificação por microchip, priorizando o método CED – Captura, Esterilização e Devolução), garantindo atendimento veterinário gratuito ou subsidiado a vulneráveis, prestar assistência em desastres ambientais e abrigar animais vítimas de maus-tratos.

(c) Proibições essenciais: veda práticas cruéis e degradantes como corridas competitivas, a eliminação de animais para controle populacional, o uso permanente de dispositivos de contenção que causem sofrimento, atividades que violem a dignidade (rifas, rinhãs), cirurgias desnecessárias, a criação e comercialização clandestinas, a exposição exploratória, o uso em experimentos que causem dor, e contratos de utilização para vigilância/segurança.

(d) Adoção responsável e cuidado comunitário: incentiva e regulamenta a adoção responsável de cães e gatos e estabelece requisitos para os adotantes. Adicionalmente, formaliza e define o “cuidado comunitário”, garantindo direitos e responsabilidades compartilhadas para cães e gatos em situação de rua, com apoio do Poder Público.

(e) Sanções e crimes contra cães específicos contra cães e gatos: cria um sistema de sanções administrativas e tipifica crimes específicos contra cães e gatos, com penas de reclusão e multa, abordando atos como matar, abandonar, submeter a experimentos dolorosos, impedir cuidados, praticar zoofilia, e produzir/distribuir conteúdo de abuso sexual. Merece destaque a previsão de



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SL 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3704321082>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

indenização por “dano existencial”, que visa reparar o prejuízo à qualidade de vida do animal. A responsabilização se estende a pessoas jurídicas e seus dirigentes.

Este Estatuto não apenas protege cães e gatos, mas também fomenta uma cultura de educação animalista e cidadania, promovendo a coexistência harmoniosa e o respeito mútuo entre humanos e animais. Ao coibir a crueldade e a negligência, o projeto contribui para a segurança pública, a saúde coletiva e o desenvolvimento de uma sociedade mais ética e compassiva.

Pelo exposto e pela urgência e imprescindibilidade de um arcabouço legal que assegure a dignidade e a integridade de cães e gatos, conclamamos os nobres parlamentares a aprovarem o presente Projeto de Lei.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: [www.senadorpaim.com.br](http://www.senadorpaim.com.br) - e-mail: [paulopaim@senador.leg.br](mailto:paulopaim@senador.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3704321082>





2

Senado Federal



Relatório de Registro de Presença

84ª, Extraordinária

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

| Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) |          |                              |          |
|--|----------|------------------------------|----------|
| TITULARES  |          | SUPLENTE                     |          |
| IVETE DA SILVEIRA  | PRESENTE | 1. ALESSANDRO VIEIRA         | PRESENTE |
| GIORDANO   |          | 2. PROFESSORA DORINHA SEABRA | PRESENTE |
| SERGIO MORO  | PRESENTE | 3. ZEQUINHA MARINHO          |          |
| VAGO   |          | 4. STYVENSON VALENTIM        | PRESENTE |
| MARCOS DO VAL  |          | 5. MARCIO BITTAR             | PRESENTE |
| PLÍNIO VALÉRIO   | PRESENTE | 6. VAGO                      |          |

| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) |          |                      |          |
|---|----------|----------------------|----------|
| TITULARES   |          | SUPLENTE             |          |
| CID GOMES   |          | 1. FLÁVIO ARNS       |          |
| JUSSARA LIMA  | PRESENTE | 2. VANDERLAN CARDOSO | PRESENTE |
| MARA GABRILLI   | PRESENTE | 3. VAGO              |          |
| VAGO  |          | 4. VAGO              |          |

| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) |          |                     |          |
|--|----------|---------------------|----------|
| TITULARES                              |          | SUPLENTE            |          |
| JAIME BAGATTOLI                        |          | 1. EDUARDO GIRÃO    | PRESENTE |
| MAGNO MALTA                            |          | 2. ROMÁRIO          |          |
| MARCOS ROGÉRIO                         | PRESENTE | 3. JORGE SEIF       |          |
| ASTRONAUTA MARCOS PONTES               | PRESENTE | 4. FLÁVIO BOLSONARO |          |

| Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) |          |                  |          |
|---|----------|------------------|----------|
| TITULARES                               |          | SUPLENTE         |          |
| FABIANO CONTARATO                       | PRESENTE | 1. WEVERTON      |          |
| ROGÉRIO CARVALHO                        |          | 2. AUGUSTA BRITO | PRESENTE |
| HUMBERTO COSTA                          | PRESENTE | 3. PAULO PAIM    | PRESENTE |

| Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) |          |                     |          |
|--|----------|---------------------|----------|
| TITULARES                                    |          | SUPLENTE            |          |
| TEREZA CRISTINA                              |          | 1. LAÉRCIO OLIVEIRA | PRESENTE |
| DAMARES ALVES                                | PRESENTE | 2. MECIAS DE JESUS  | PRESENTE |

Não Membros Presentes

ANGELO CORONEL  
SÉRGIO PETECÃO  
ELIZIANE GAMA  
ZENAIDE MAIA  
BETO FARO  
NELSINHO TRAD  
IZALCI LUCAS



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3704321082>



**DECISÃO DA COMISSÃO****(SUG 10/2025)**

NA 84ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH, FAVORÁVEL À SUGESTÃO, NA FORMA DO PROJETO DE LEI QUE APRESENTA.

03 de dezembro de 2025

Senadora Damares Alves

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3704321082>





## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 152, DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 1977, de 2022, do Senador Confúcio Moura, que Altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que “dispõe sobre o Estatuto do Índio”, para instituir princípios gerais de acesso à justiça por índios e comunidades indígenas.

**PRESIDENTE EVENTUAL:** Senador Paulo Paim

**RELATOR:** Senadora Damares Alves

03 de dezembro de 2025



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7825631220>





SENADO FEDERAL

**PARECER Nº , DE 2025**

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 1.977, de 2022, do Senador Confúcio Moura, que *altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que “dispõe sobre o Estatuto do Índio”, para instituir princípios gerais de acesso à justiça por índios e comunidades indígenas.*

Relatora: Senadora **DAMARES ALVES****I – RELATÓRIO**

Vem à análise da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei nº 1.977, de 2022, *que altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que “dispõe sobre o Estatuto do Índio”, para instituir princípios gerais de acesso à justiça por índios e comunidades indígenas.*

A proposição está estruturada em três artigos. O art. 1º reitera o objeto da lei em que o PL vier a se transformar. O art. 2º, por sua vez, busca alterar a integralidade do Capítulo II “Da Assistência ou Tutela”, do Título II, da Lei nº 6.001, de 1973. A proposição busca renomear o citado Capítulo II como “Do acesso à Justiça por índios e comunidades indígenas”.

Além disso, o art. 2º da proposição também busca alterar a redação de todos os artigos desse capítulo para:







## SENADO FEDERAL

- i) substituir, no art. 7º, o regime tutelar de que trata o Capítulo por um conjunto de princípios que norteiam o acesso dos povos indígenas à Justiça.
- ii) alterar o art. 8º — que prevê a nulidade dos atos jurídicos celebrados por indígenas “não integrados” com pessoas estranhas à comunidade sem assistência — para determinar que, em comarcas com significativa população indígena, o Poder Judiciário nomeie magistrados capacitados e treinados a julgar conforme os princípios de acesso à justiça estabelecidos no art. 7º;
- iii) dar nova redação ao art. 9º, que trata de regras para liberação do regime tutelar previsto na Lei, para passar a dispor sobre o ingresso de comunidades indígenas em juízo;
- iv) alterar o art. 10, que trata sobre o reconhecimento da condição de “indígena integrado” pelo órgão de assistência, para dispor sobre o uso, em todos os atos processuais, de padrões de comunicação que assegurem a compreensão de indígenas e de suas comunidades; e
- v) alterar o art. 11 — que trata da declaração, mediante decreto do Presidente da República, de emancipação de comunidade indígena do regime tutelar estabelecido pelo Estatuto — para dispor sobre acolhimento familiar ou institucional, adoção, tutela e guarda de crianças e adolescentes indígenas.

O art. 3º do PL, por fim, dispõe que a lei resultante terá vigência imediata à sua publicação.

Na justificção, o autor afirma que a finalidade última da proposição é a de aprimorar a oferta de justiça a membros diferentes da mesma sociedade brasileira, concebendo e respeitando tais



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7825631220>





## SENADO FEDERAL

diferenças, ao mesmo tempo em que regula a inevitável realidade da expansão da sociedade brasileira, modulando-a sob a forma da “integração”.

A matéria foi despachada para a análise desta Comissão e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que se manifestará sobre a matéria em decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas.

## II – ANÁLISE

Compete à CDH opinar sobre temas relacionados à garantia e promoção dos direitos humanos, inclusive direitos das minorias sociais ou étnicas, nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal.

No mérito, ressalvadas as considerações que faremos ao final desta análise, entendemos que a proposta merece ser acolhida. A Constituição de 1988 dedicou grande atenção à temática indígena. A nova ordem constitucional, no lugar de tratar os povos indígenas como povos a serem “integrados” ao restante da população brasileira, reconhece aos indígenas sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, cabendo ao Estado protegê-los e fazer respeitar seus bens e direitos.

A Constituição reconhece, ainda, os indígenas, suas comunidades e organizações como partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses. Verificamos, por conseguinte, que o regime tutelar previsto no Estatuto do Índio não foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988.

Outrossim, a Resolução nº 454, de 22 de abril de 2022 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ que estabelece diretrizes e procedimentos para efetivar a garantia do direito ao acesso ao Judiciário de pessoas e povos indígenas, aprovada para garantir o pleno exercício dos direitos dos povos indígenas, em seu art. 7º, prevê





## SENADO FEDERAL

a vedação da aplicação do regime tutelar e garante reconhecimento da capacidade processual indígena.

Diante desse cenário, o PL em análise surge com o nobre propósito de dar nova redação ao atual Capítulo II do Título II do Estatuto do Índio, que trata da “Assistência ou Tutela”, para substituir esse sistema de tutela e emancipação ainda formalmente previsto no Estatuto por diretrizes e princípios que garantam o acesso à justiça a essa população.

Trata-se de uma iniciativa que busca alterar o texto legal, que já se sabe não recepcionado pela Constituição, para dar-lhe nova roupagem sob a ótica constitucional vigente.

Não obstante reconhecermos o mérito do PL, acreditamos que há espaço para aperfeiçoamentos, como passamos a expor.

Inicialmente, sugerimos a alteração da ementa do Projeto de Lei substituindo o termo “acesso à justiça” por “acesso ao Judiciário” com base na Resolução nº 454, de 22 de abril de 2022 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. No mesmo sentido alteramos o termo “índios e comunidades indígenas” para “indígenas, suas comunidades e organizações” ficando concordância com o *caput* do art. 232 da Constituição Federal abrangendo também suas organizações indígenas.

Em ato contínuo, propomos uma nova redação para o art. 7º, inciso II, do Estatuto do Índio, acreditamos que a disposição, embora bem-intencionada, ao colocar os povos indígenas e a sociedade brasileira como figuras apartadas, reforça a ideia de que esses povos não compõem a sociedade brasileira. Diante disso, propomos a modificação desse dispositivo para que, no lugar da visão integracionista, passe a prever o diálogo interétnico e intercultural como princípio norteador do acesso à justiça por povos indígenas.

Ainda no que tange à nova redação proposta ao art. 7º, consideramos redundante a previsão de que o juiz deve conciliar, em suas decisões, o disposto no inciso II do *caput* do citado artigo aos arts.





## SENADO FEDERAL

5º, 231 e 232 da Constituição. A nosso ver, essa disposição é apenas uma reiteração de que o juiz deve cumprir a Constituição e a legislação vigente. Dessa forma, propomos a supressão desse dispositivo por considerá-lo injurídico. Sugerimos ainda a inclusão dos incisos VII e VIII garantindo a aplicação dos princípios da territorialidade indígena e a vedação da aplicação do regime tutelar.

Prosseguindo com nossa análise, agora em relação à proposta de alteração do art. 8º, identificamos risco de inconstitucionalidade e problemas com o mérito da modificação. Isso porque a matéria impõe ao Judiciário obrigações administrativas, ao dispor sobre a lotação e capacitação de magistrados. Tal disposição viola o princípio da separação dos Poderes previsto no art. 2º da Constituição. Portanto, alteramos o *caput* do art. 8º e excluímos os incisos I e II para impedir o vício de iniciativa com base na Resolução nº 454, de 22 de abril de 2022 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ propomos que o treinamento e qualificação dos magistrados e serventuários seja feito pelas escolas de magistratura de cada Estado.

No que tange ao mérito, a nova redação proposta ao art. 8º do Estatuto do Índio, a nosso ver, pode ter um efeito contraproducente. Exigir que os juízes tenham “período de coabitação” com as comunidades, bem como que tenham conhecimento das línguas faladas pelos povos sobre os quais exercerá competência, é impraticável e representa um sério risco de desassistência judiciária a esses povos, uma vez que tais exigências restringiriam gravemente o número de magistrados aptos a atuar em comarcas com significativa população indígena. Em razão desses problemas de constitucionalidade e mérito, propomos a alteração para garantir a promoção de cursos de qualificação dos magistrados em concordância com a Resolução nº 454, de 22 de abril de 2022 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Ademais, em relação ao art. 9º, propomos o acréscimo dos parágrafos 4º e 5º para prever, nos processos que envolvam interesses indígenas, suas comunidades e organizações, a notificação da Procuradoria-Federal Especializada junto à Fundação Nacional dos Povos Indígenas, com o objetivo de reforçar a proteção dessas comunidades, sem, contudo, violar sua autodeterminação. Bem como





## SENADO FEDERAL

para assegurar aos indígenas a completa compreensão dos atos processuais, mediante a nomeação de intérprete, escolhido preferencialmente dentre os membros de sua comunidade.

No que concerne às alterações dos arts. 10 e 11 do Estatuto do Índio adequamos o texto usando a terminologia constante na Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais – OIT, e remetemos os assuntos relativos a acolhimento familiar ou institucional, à adoção, à tutela ou à guarda ao art. 28 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

Ante o exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 1.977, de 2022, nos termos do seguinte substitutivo:

**EMENDA Nº 1 - CDH (SUBSTITUTIVO)****PROJETO DE LEI Nº 1.977, DE 2022**

Altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que *dispõe sobre o Estatuto do Índio*, para instituir princípios gerais de acesso ao Judiciário por indígenas, suas comunidades e organizações.

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º** Esta Lei institui princípios gerais de acesso ao Judiciário por indígenas, suas comunidades e organizações.

**Art. 2º** O Capítulo II do Título II da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7825631220>





SENADO FEDERAL

## “CAPÍTULO II

Do acesso ao Judiciário por indígenas, suas comunidades e organizações.

**Art. 7º** O acesso ao Judiciário por indígenas, suas comunidades e organizações aplicará os seguintes princípios:

I – reconhecimento da organização social e das formas próprias de cada comunidade indígena para resolução de conflitos;

II - diálogo interétnico e intercultural;

III – autoidentificação dos povos;

IV – a participação dos indígenas, suas comunidades e organizações nos processos decisórios destinados a estabelecer padrões para seu acesso ao Judiciário;

V – reconhecimento da organização social e das formas próprias de cada comunidade indígena para resolução de conflitos;

VI – garantia da intervenção dos indígenas, suas comunidades e organizações nos processos que afetem seus direitos, bens ou interesses, em respeito à autonomia e à organização social da respectiva comunidade, promovendo a intimação da parte interessada para que manifeste eventual interesse de intervir na causa;

VII – territorialidade indígena; e

VIII – vedação da aplicação do regime tutelar.

**Art. 8º** Os tribunais, em colaboração com as escolas de magistratura, promoverão cursos destinados à permanente qualificação e atualização funcional dos magistrados e serventuários, notadamente nas comarcas e seções judiciárias com maior população indígena.





## SENADO FEDERAL

*Parágrafo único.* Antropólogos ou outros cientistas sociais poderão auxiliar o juiz, com pareceres técnicos, a decidir com base nos princípios elencados no art. 7º desta Lei.

**Art. 9º** O ingresso em juízo de comunidades indígenas ou organização independe de sua prévia constituição formal como pessoa jurídica.

§ 1º Os indígenas, suas comunidades e organizações possuem autonomia para constituir advogado ou assumir a condição de assistido da Defensoria Pública nos processos de seu interesse, conforme sua cultura e organização social.

§ 2º A atuação do Ministério Público e da Defensoria Pública nos processos que envolvam interesses de indígenas, suas comunidades e organizações não retira a necessidade de intimação da parte interessada para viabilizar sua direta participação, ressalvadas as comunidades de indígenas isolados e de recente contato.

§ 3º Será possível o ingresso, a qualquer tempo e em qualquer grau de jurisdição, de indígenas, suas comunidades e organizações em processos em que estejam presentes seus interesses.

§ 4º A Procuradoria-Federal Especializada junto à Fundação Nacional dos Povos Indígenas será notificada dos processos referidos no § 2º deste artigo, podendo intervir, na forma da lei, em defesa dos direitos individuais e coletivos dos indígenas, sem prejuízo da autonomia processual prevista no art. 232 da Constituição Federal.

§ 5º Será assegurada aos indígenas a completa compreensão dos atos processuais, mediante a nomeação de intérprete, escolhido preferencialmente dentre os membros de suas comunidades.

**Art. 10.** Em todos os atos processuais haverá uso de padrões de comunicação que assegurem a compreensão, mediante procedimentos apropriados do



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7825631220>



10



SENADO FEDERAL

significado pleno daqueles atos, bem como das consequências de suas decisões.

**Art. 11.** Em assuntos relativos ao acolhimento familiar ou institucional, à adoção, à tutela ou à guarda, o juiz considerará os costumes, a organização social, as línguas, as crenças, as tradições e as instituições das comunidades indígenas, observando o art. 28 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.” (NR)

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7825631220>

9







Senado Federal



Relatório de Registro de Presença

84ª, Extraordinária

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

| Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) |          |                              |          |
|--|----------|------------------------------|----------|
| TITULARES  |          | SUPLENTE                     |          |
| IVETE DA SILVEIRA  | PRESENTE | 1. ALESSANDRO VIEIRA         | PRESENTE |
| GIORDANO   |          | 2. PROFESSORA DORINHA SEABRA | PRESENTE |
| SERGIO MORO  | PRESENTE | 3. ZEQUINHA MARINHO          |          |
| VAGO   |          | 4. STYVENSON VALENTIM        | PRESENTE |
| MARCOS DO VAL  |          | 5. MARCIO BITTAR             | PRESENTE |
| PLÍNIO VALÉRIO   | PRESENTE | 6. VAGO                      |          |

| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) |          |                      |          |
|---|----------|----------------------|----------|
| TITULARES   |          | SUPLENTE             |          |
| CID GOMES   |          | 1. FLÁVIO ARNS       |          |
| JUSSARA LIMA  | PRESENTE | 2. VANDERLAN CARDOSO | PRESENTE |
| MARA GABRILLI   | PRESENTE | 3. VAGO              |          |
| VAGO  |          | 4. VAGO              |          |

| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) |          |                     |          |
|--|----------|---------------------|----------|
| TITULARES                              |          | SUPLENTE            |          |
| JAIME BAGATTOLI                        |          | 1. EDUARDO GIRÃO    | PRESENTE |
| MAGNO MALTA                            |          | 2. ROMÁRIO          |          |
| MARCOS ROGÉRIO                         | PRESENTE | 3. JORGE SEIF       |          |
| ASTRONAUTA MARCOS PONTES               | PRESENTE | 4. FLÁVIO BOLSONARO |          |

| Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) |          |                  |          |
|---|----------|------------------|----------|
| TITULARES                               |          | SUPLENTE         |          |
| FABIANO CONTARATO                       | PRESENTE | 1. WEVERTON      |          |
| ROGÉRIO CARVALHO                        |          | 2. AUGUSTA BRITO | PRESENTE |
| HUMBERTO COSTA                          | PRESENTE | 3. PAULO PAIM    | PRESENTE |

| Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) |          |                     |          |
|--|----------|---------------------|----------|
| TITULARES                                    |          | SUPLENTE            |          |
| TEREZA CRISTINA                              |          | 1. LAÉRCIO OLIVEIRA | PRESENTE |
| DAMARES ALVES                                | PRESENTE | 2. MECIAS DE JESUS  | PRESENTE |

Não Membros Presentes

ANGELO CORONEL  
SÉRGIO PETECÃO  
ELIZIANE GAMA  
ZENAIDE MAIA  
BETO FARO  
NELSINHO TRAD  
IZALCI LUCAS



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7825631220>



## DECISÃO DA COMISSÃO

(PL 1977/2022)

NA 84ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A PRESIDENTE DAMARES ALVES PASSA A PRESIDÊNCIA AO SENADOR PAULO PAIM. EM SEGUIDA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH, FAVORÁVEL AO PROJETO, NOS TERMOS DA EMENDA Nº 1-CDH (SUBSTITUTIVO).

03 de dezembro de 2025

Senador Paulo Paim

Presidiu a reunião da Comissão de Direitos Humanos e  
Legislação Participativa



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7825631220>





# SENADO FEDERAL

## PARECER (SF) Nº 153, DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA,  
sobre a Sugestão nº 15, de 2023, que Dispõe sobre o voto impresso  
obrigatório em segundo turno.

**PRESIDENTE EVENTUAL:** Senador Paulo Paim

**RELATOR:** Senador Flávio Bolsonaro

**RELATOR ADHOC:** Senadora Damares Alves

03 de dezembro de 2025



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2574390090>





**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador FLÁVIO BOLSONARO



SF/25023.51186-43

## PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a Sugestão nº 15, de 2023, do Programa e-Cidadania, que *dispõe sobre o voto impresso obrigatório em segundo turno*.

Relator: Senador **FLÁVIO BOLSONARO**

### I – RELATÓRIO

A Sugestão nº 15, de 2023, originária do Portal e-Cidadania do Senado Federal, propõe a obrigatoriedade do voto impresso em segundo turno, visando aumentar a confiança no sistema eleitoral brasileiro. A ideia legislativa, que recebeu mais de 20 mil manifestações individuais de apoio, demanda, nos termos regimentais, análise e parecer desta Comissão.

A proposta central da sugestão é a criação de uma Emenda Constitucional que obrigue o voto impresso em segundo turno, a fim de mitigar desconfiças no sistema eleitoral e garantir maior transparência na apuração dos votos. Conforme mencionado no documento:

Precisamos que seja criado em uma Emenda Constitucional para que seja votado nesta eleição, o voto impresso em segundo turno em Regime de Urgência. Essa medida de urgência, vai acabar qualquer desconfiança no sistema eleitoral relativo apuração da votação em todas as eleições.

É o relatório.



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2574390090>



## II – ANÁLISE

Nos termos do art. 6º, parágrafo único, da Resolução nº 19, de 2020, combinado com o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) a análise das ideias legislativas oriundas do portal do Programa e-Cidadania que recebam o apoio de 20 mil cidadãos em até quatro meses.

A Sugestão nº 15, de 2023, embora conte com o necessário apoio popular e seja meritória em seu propósito de contribuir para o fortalecimento da confiança pública nas eleições – uma vez que a possibilidade de verificação do voto por meio de um comprovante impresso pode mitigar percepções de opacidade ou manipulação, promovendo maior adesão e aceitação dos resultados eleitorais –, revela-se, à luz de uma análise atual do tema, prejudicada.

Essa condição de prejudicialidade decorre de dois fatores principais: (i) a proposição foi formulada especificamente no contexto das eleições de 2022, entre o primeiro e o segundo turno, período que já se encerrou; (ii) esta Comissão já aprovou a Sugestão nº 6, de 2021, que possui o mesmo teor e objetivo de instituir a impressão do voto. Dessa forma, a Sugestão nº 15, de 2023, perdeu a oportunidade, atraindo a incidência do inciso I do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Embora seja possível adaptar a presente proposta para abranger todas as eleições e turnos, a aprovação da Sugestão nº 6, de 2021, e sua consequente transformação em projeto de lei para as necessárias alterações legislativas, já atende plenamente a essa demanda.

Portanto, com o objetivo de otimizar a eficiência do trabalho legislativo e de responder de forma eficaz aos anseios populares e à necessidade de garantir a lisura do processo eleitoral, mostra-se prudente concentrar os esforços em uma única proposição.



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2574390090>



4

3

SF/25023.51186-43

### III – VOTO

Diante do exposto, votamos pela **prejudicialidade** da Sugestão nº 15, de 2023, nos termos do art. 334, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2574390090>





Senado Federal



Relatório de Registro de Presença

84ª, Extraordinária

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

| Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) |          |                              |          |
|--|----------|------------------------------|----------|
| TITULARES  |          | SUPLENTEs                    |          |
| IVETE DA SILVEIRA  | PRESENTE | 1. ALESSANDRO VIEIRA         | PRESENTE |
| GIORDANO   |          | 2. PROFESSORA DORINHA SEABRA | PRESENTE |
| SERGIO MORO  | PRESENTE | 3. ZEQUINHA MARINHO          |          |
| VAGO   |          | 4. STYVENSON VALENTIM        | PRESENTE |
| MARCOS DO VAL  |          | 5. MARCIO BITTAR             | PRESENTE |
| PLÍNIO VALÉRIO   | PRESENTE | 6. VAGO                      |          |

| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) |          |                      |          |
|---|----------|----------------------|----------|
| TITULARES   |          | SUPLENTEs            |          |
| CID GOMES   |          | 1. FLÁVIO ARNS       |          |
| JUSSARA LIMA  | PRESENTE | 2. VANDERLAN CARDOSO | PRESENTE |
| MARA GABRILLI   | PRESENTE | 3. VAGO              |          |
| VAGO  |          | 4. VAGO              |          |

| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) |          |                     |          |
|--|----------|---------------------|----------|
| TITULARES                              |          | SUPLENTEs           |          |
| JAIME BAGATTOLI                        |          | 1. EDUARDO GIRÃO    | PRESENTE |
| MAGNO MALTA                            |          | 2. ROMÁRIO          |          |
| MARCOS ROGÉRIO                         | PRESENTE | 3. JORGE SEIF       |          |
| ASTRONAUTA MARCOS PONTES               | PRESENTE | 4. FLÁVIO BOLSONARO |          |

| Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) |          |                  |          |
|---|----------|------------------|----------|
| TITULARES                               |          | SUPLENTEs        |          |
| FABIANO CONTARATO                       | PRESENTE | 1. WEVERTON      |          |
| ROGÉRIO CARVALHO                        |          | 2. AUGUSTA BRITO | PRESENTE |
| HUMBERTO COSTA                          | PRESENTE | 3. PAULO PAIM    | PRESENTE |

| Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) |          |                     |          |
|--|----------|---------------------|----------|
| TITULARES                                    |          | SUPLENTEs           |          |
| TEREZA CRISTINA                              |          | 1. LAÉRCIO OLIVEIRA | PRESENTE |
| DAMARES ALVES                                | PRESENTE | 2. MECIAS DE JESUS  | PRESENTE |

Não Membros Presentes

ANGELO CORONEL  
SÉRGIO PETECÃO  
ELIZIANE GAMA  
ZENAIDE MAIA  
BETO FARO  
NELSINHO TRAD  
IZALCI LUCAS



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2574390090>



## DECISÃO DA COMISSÃO

(SUG 15/2023)

NA 84ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, A SENADORA DAMARES ALVES PASSA A PRESIDÊNCIA AO SENADOR PAULO PAIM. NA SEQUÊNCIA, O PRESIDENTE DESIGNA A SENADORA DAMARES ALVES COMO RELATORA “AD HOC”.

EM SEGUIDA, APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH, PELA PREJUDICIALIDADE DA SUGESTÃO.

03 de dezembro de 2025

Senador Paulo Paim

Presidiu a reunião da Comissão de Direitos Humanos e  
Legislação Participativa



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2574390090>







## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 154, DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 1050, de 2024, da Senadora Daniella Ribeiro, que Altera o art. 41 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha, para possibilitar a suspensão condicional do processo aos crimes praticados no âmbito de violência doméstica ou familiar, ou contra a mulher por razões da condição de sexo feminino.

**PRESIDENTE EVENTUAL:** Senador Paulo Paim

**RELATOR:** Senadora Damares Alves

03 de dezembro de 2025



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2344684393>



2



SENADO FEDERAL

SF/25418.40909-01

**PARECER Nº , DE 2025**

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 1.050, de 2024, da Senadora Daniella Ribeiro, que *altera o art. 41 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha, para possibilitar a suspensão condicional do processo aos crimes praticados no âmbito de violência doméstica ou familiar, ou contra a mulher por razões da condição de sexo feminino.*

Relatora: Senadora **DAMARES ALVES****I – RELATÓRIO**

Vem à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei (PL) nº 1.050, de 2024, da Senadora Daniella Ribeiro, que altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para possibilitar a suspensão condicional do processo aos crimes praticados no âmbito de violência doméstica ou familiar, ou contra a mulher por razões da condição de sexo feminino.

Em seu art. 1º, o PL altera o art. 41 da Lei Maria da Penha para permitir que a suspensão processual prevista no art. 89 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 (Lei dos Juizados Especiais), seja aplicável aos crimes praticados contra a mulher, no exclusivo interesse da vítima, e com a sua anuência expressa em audiência especialmente designada para tal finalidade.

1



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2344684393>



SENADO FEDERAL

SF/25418.40909-01

Por fim, o art. 2º dispõe que a lei advinda da eventual aprovação da matéria entra em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, a autora argumenta que a suspensão condicional do processo reconhece a importância de abordar a violência doméstica de uma maneira que vá além do paradigma punitivista. Defende, ainda, que o projeto tem o potencial de contribuir para a redução da reincidência específica em violência doméstica, pois, ao focar na reabilitação do agressor e na reparação do dano à vítima, cria-se uma oportunidade para que o agressor reflita sobre suas ações e participe de programas de reeducação e tratamento, o que pode diminuir as chances de repetição do comportamento violento.

A matéria foi distribuída à CDH e, em seguida, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas.

## II – ANÁLISE

Pelo disposto no art. 102-E, incisos III e IV, compete à CDH opinar sobre temas alusivos aos direitos humanos e da mulher, o que torna regimental a análise do PL nº 1.050, de 2024, por este Colegiado.

Reconhecemos o mérito da proposta. A suspensão condicional do processo, na forma proposta pelo PL, é uma medida que prioriza o bem-estar da mulher e garante a ela o protagonismo diante de processos que envolvam violência doméstica e familiar, representando uma solução viável para o moroso e ineficiente sistema de justiça atual.



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2344684393>





SENADO FEDERAL

SF/25418.40909-01

Nesse sentido, de acordo com o relatório “O Poder Judiciário na Aplicação da Lei Maria da Penha – Ano 2022”, do Conselho Nacional de Justiça, o tempo médio até a primeira sentença em processos que envolvem violência doméstica e familiar, com ou sem resolução do mérito e excluídas as medidas cautelares, é de aproximadamente 2 anos e 10 meses, ou seja, quase três anos.

Diante desse cenário, a alteração à Lei Maria da Penha para permitir a aplicação da suspensão condicional do processo em casos de violência doméstica e familiar se apresenta como uma ferramenta eficiente, capaz de garantir uma resposta rápida do sistema de justiça em benefício da vítima. A mudança proposta permitirá que a mulher-vítima deixe de ocupar um papel meramente acessório e testemunhal — como infelizmente ainda é tratada nos processos que apuram violência doméstica — e passe a ter um papel ativo, tendo a oportunidade de decidir sobre o encaminhamento do caso, não da forma imposta por um sistema que já demonstrou suas ineficiências, mas sim de maneira que atenda melhor aos seus interesses e aos de sua família.

É importante destacar que a suspensão condicional do processo, que se caracteriza como uma medida despenalizadora e guarda semelhanças com práticas de justiça restaurativa, não significa impunidade. Pelo contrário, durante esse intervalo, que pode durar de dois a quatro anos, o agressor fica submetido a um período de prova e supervisão, devendo cumprir as condições estabelecidas pelo juiz. Entre essas medidas, destacam-se: a participação em programas de reeducação, a reparação do dano causado, a proibição de frequentar determinados locais, o comparecimento pessoal e obrigatório ao juizado para justificar suas atividades, entre outras que a Justiça considerar necessárias para o caso.

Esse período de prova e supervisão tem início com a suspensão condicional do processo e proporciona efeitos práticos imediatos para a vítima. A celeridade dessa medida representa um avanço essencial no enfrentamento da violência doméstica e familiar, configurando-se como uma alternativa viável diante da lentidão do



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2344684393>



SENADO FEDERAL

SF/25418.40909-01

sistema judicial, no qual uma sentença pode levar anos para ser proferida, muitas vezes sem qualquer efeito reparador para a vítima.

Outro ponto importante da proposição, que também contribui para o melhor interesse da mulher, é a possibilidade de reabilitação do agressor sem gerar antecedentes criminais que possam dificultar sua inserção no mercado de trabalho. Isso favorece o sustento dos filhos e reduz o impacto financeiro sobre a vítima, garantindo que ela tenha mais segurança para reestruturar sua vida longe do ciclo de violência.

É essencial destacar que a medida não é um direito do agressor. A suspensão condicional do processo só será aplicada se for do exclusivo interesse da mulher, que deve manifestar sua vontade de forma expressa em audiência especialmente designada para esse fim e desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime.

Por fim, apresentamos apenas uma emenda de redação para ajustar a ementa ao escopo do PL, que trata exclusivamente da violência doméstica e familiar, e não de crimes contra a mulher em razão do sexo feminino.

### III – VOTO

Diante do exposto e do caráter meritório da proposição, opinamos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 1.050, de 2024, com a seguinte emenda:



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2344684393>

6



SENADO FEDERAL

SF/25418.40909-01

**EMENDA Nº 1 - CDH (DE REDAÇÃO)**

Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 1.050, de 2024, a seguinte redação:

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para possibilitar a suspensão condicional do processo nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2344684393>

5





Senado Federal



Relatório de Registro de Presença

84ª, Extraordinária

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

| Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) |          |                              |          |
|--|----------|------------------------------|----------|
| TITULARES  |          | SUPLENTE                     |          |
| IVETE DA SILVEIRA  | PRESENTE | 1. ALESSANDRO VIEIRA         | PRESENTE |
| GIORDANO   |          | 2. PROFESSORA DORINHA SEABRA | PRESENTE |
| SERGIO MORO  | PRESENTE | 3. ZEQUINHA MARINHO          |          |
| VAGO   |          | 4. STYVENSON VALENTIM        | PRESENTE |
| MARCOS DO VAL  |          | 5. MARCIO BITTAR             | PRESENTE |
| PLÍNIO VALÉRIO   | PRESENTE | 6. VAGO                      |          |

| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) |          |                      |          |
|---|----------|----------------------|----------|
| TITULARES   |          | SUPLENTE             |          |
| CID GOMES   |          | 1. FLÁVIO ARNS       |          |
| JUSSARA LIMA  | PRESENTE | 2. VANDERLAN CARDOSO | PRESENTE |
| MARA GABRILLI   | PRESENTE | 3. VAGO              |          |
| VAGO  |          | 4. VAGO              |          |

| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) |          |                     |          |
|--|----------|---------------------|----------|
| TITULARES                              |          | SUPLENTE            |          |
| JAIME BAGATTOLI                        |          | 1. EDUARDO GIRÃO    | PRESENTE |
| MAGNO MALTA                            |          | 2. ROMÁRIO          |          |
| MARCOS ROGÉRIO                         | PRESENTE | 3. JORGE SEIF       |          |
| ASTRONAUTA MARCOS PONTES               | PRESENTE | 4. FLÁVIO BOLSONARO |          |

| Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) |          |                  |          |
|---|----------|------------------|----------|
| TITULARES                               |          | SUPLENTE         |          |
| FABIANO CONTARATO                       | PRESENTE | 1. WEVERTON      |          |
| ROGÉRIO CARVALHO                        |          | 2. AUGUSTA BRITO | PRESENTE |
| HUMBERTO COSTA                          | PRESENTE | 3. PAULO PAIM    | PRESENTE |

| Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) |          |                     |          |
|--|----------|---------------------|----------|
| TITULARES                                    |          | SUPLENTE            |          |
| TEREZA CRISTINA                              |          | 1. LAÉRCIO OLIVEIRA | PRESENTE |
| DAMARES ALVES                                | PRESENTE | 2. MECIAS DE JESUS  | PRESENTE |

Não Membros Presentes

ANGELO CORONEL  
SÉRGIO PETECÃO  
ELIZIANE GAMA  
ZENAIDE MAIA  
BETO FARO  
NELSINHO TRAD  
IZALCI LUCAS



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2344684393>



## DECISÃO DA COMISSÃO

(PL 1050/2024)

NA 84ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A SENADORA DAMARES ALVES PASSA A PRESIDÊNCIA AO SENADOR PAULO PAIM. EM SEGUIDA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH, FAVORÁVEL AO PROJETO, COM A EMENDA (DE REDAÇÃO) Nº 1-CDH.

03 de dezembro de 2025

Senador Paulo Paim

Presidiu a reunião da Comissão de Direitos Humanos e  
Legislação Participativa



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2344684393>







## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 155, DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 600, de 2025, da Senadora Mara Gabrilli, que Altera a Lei nº 13.895, de 30 de outubro de 2019, que institui a Política Nacional de Prevenção do Diabetes e de Assistência Integral à Pessoa Diabética, para dispor sobre a atenção integral às crianças e aos adolescentes com diabetes mellitus do tipo 1.

**PRESIDENTE EVENTUAL:** Senador Paulo Paim

**RELATOR:** Senadora Damares Alves

03 de dezembro de 2025



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8697022468>



2



SENADO FEDERAL

SF/25729.29905-48

**PARECER Nº , DE 2025**

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 600, de 2025, da Senadora Mara Gabrilli, que *altera a Lei nº 13.895, de 30 de outubro de 2019, que institui a Política Nacional de Prevenção do Diabetes e de Assistência Integral à Pessoa Diabética, para dispor sobre a atenção integral às crianças e aos adolescentes com diabetes mellitus do tipo 1.*

Relatora: Senadora **DAMARES ALVES**

**I – RELATÓRIO**

Submete-se à apreciação da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei (PL) nº 600, de 2025, de autoria da Senadora Mara Gabrilli, que *altera a Lei nº 13.895, de 30 de outubro de 2019, que institui a Política Nacional de Prevenção do Diabetes e de Assistência Integral à Pessoa Diabética, para dispor sobre a atenção integral às crianças e aos adolescentes com diabetes mellitus do tipo 1.*

O art. 1º inclui na referida Política diretriz relativa à atenção integral a crianças e a adolescentes com a doença, com ênfase no acesso a tecnologias de diagnóstico e de tratamento, na integração entre serviços de saúde e estabelecimentos de ensino e na capacitação dos profissionais da educação.

1



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8697022468>



SENADO FEDERAL

SF/25729.29905-48

O art. 2º estabelece vigência imediata para a lei resultante do projeto.

Na justificação, a autora sustenta que, embora tenha instituído a Política Nacional de Prevenção do Diabetes e de Assistência Integral à Pessoa Diabética, a Lei nº 13.895, de 2019, não contempla as particularidades do diabetes *mellitus* do tipo 1 (DM1), doença que impõe desafios adicionais de natureza clínica, educacional e social. Nesse sentido, alega ser necessário aprimorar a legislação, para assegurar acesso a tecnologias mais modernas de diagnóstico e tratamento, apoio escolar adequado e capacitação permanente dos profissionais, garantindo atenção integral às crianças e adolescentes com DM1.

Após análise da CDH, o PL será examinado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em caráter terminativo.

Não foram oferecidas emendas.

## II – ANÁLISE

Compete à CDH opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e à defesa da saúde, temática abrangida pelo projeto em análise, nos termos do inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal.

Passemos à análise do mérito.

Dados de 2024 da *International Diabetes Federation* (IDF) indicam que há, no Brasil, cerca de 500 mil pessoas com DM1, sendo que, dessa população, 100 mil têm até 19 anos de idade. Trata-se de uma condição desafiadora, que frequentemente se manifesta na infância ou adolescência, com início agudo e, não raro, exigindo internações de urgência. O diagnóstico representa um marco de



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8697022468>





SENADO FEDERAL

SF/25729.29905-48

grande impacto emocional para pacientes e familiares, pois implica tratamento permanente mediante uso diário de insulina subcutânea e monitoramento rigoroso dos níveis glicêmicos, o que impõe significativa reorganização na rotina familiar e custos permanentes – e consideráveis – com tratamentos e com insumos.

Como não há medida efetiva de prevenção do DM1, torna-se essencial garantir o diagnóstico tempestivo e o controle rigoroso da doença. Trata-se de uma condição que, sem tratamento adequado, pode evoluir com complicações graves e irreversíveis. O descontrole metabólico causa danos progressivos na retina, nos nervos periféricos, nos rins e do sistema cardiovascular, podendo provocar cegueira, amputação de membros, dor crônica, angina, infarto do miocárdio, acidente vascular cerebral e insuficiência renal crônica dialítica.

Estudo publicado em 2022 na revista *Diabetes Care* mostra que pessoas com DM1 enfrentam despesas médicas 2,6 vezes maiores do que aquelas sem a doença. Os medicamentos e insumos para o controle glicêmico representam cerca de 17% dos custos diretos, somando-se aos custos indiretos relacionados à redução da capacidade de trabalho, afastamentos e mortes prematuras. Esses gastos, aliados à necessidade de acompanhamento contínuo e ao cuidado diário com a doença, impõem grande impacto emocional, social e financeiro ao paciente e à sua família, exigindo constante reorganização da rotina e comprometendo a qualidade de vida.

Nos últimos anos, as tecnologias voltadas ao controle do DM1 vêm evoluindo de forma expressiva. Atualmente, estão disponíveis sistemas de monitoramento contínuo de glicose, que permitem o acompanhamento em tempo real dos níveis glicêmicos e dispensam as punções digitais, além das bombas de insulina e dos sistemas automatizados de infusão de insulina. Essas ferramentas proporcionam maior conforto, precisão e segurança no manejo da doença, especialmente em crianças e adolescentes.



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8697022468>



SENADO FEDERAL

SF/25729.29905-48

No âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) disponibiliza insulina humana (NPH e regular) e análogos de insulina (de ação rápida e prolongada). Também são ofertados os sistemas de automonitoramento da glicemia capilar (*equipamentos conhecidos como glicosímetros*), indispensáveis ao acompanhamento diário dos níveis glicêmicos. Em determinados centros de referência, há ainda serviços de transplante de pâncreas, indicados para casos graves, bastante selecionados.

Em que pese o fato de algumas localidades do País disponibilizarem, no SUS, bombas de insulina e sistemas de monitorização da glicose por escaneamento intermitente, tais tecnologias não foram incorporadas pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (CONITEC), impedindo o acesso da população de grande parte do País a tais ferramentas. Assim, persiste uma lacuna assistencial importante, que mantém milhares de pessoas, especialmente crianças e adolescentes com DM1, dependentes de métodos convencionais menos confortáveis e menos eficazes para o controle glicêmico. Essa defasagem entre o avanço tecnológico e a oferta pública de tratamento evidencia a necessidade de atualizar as estratégias de monitoramento e de tratamento dos pacientes com DM1 no âmbito do SUS.

Torna-se, assim, imprescindível ampliar o alcance da integralidade assegurada pela Constituição Federal e pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), de modo a viabilizar o acesso às tecnologias mais modernas, garantindo melhor qualidade de vida e maior efetividade terapêutica. Nesse sentido, o projeto de lei em exame tem papel relevante ao fomentar a discussão sobre a incorporação dessas tecnologias ao SUS, aprimorando as políticas públicas voltadas ao DM1 e, por conseguinte, atenuando o impacto emocional, social e financeiro que essa condição de saúde de alta complexidade impõe aos pacientes e suas famílias.



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8697022468>



SENADO FEDERAL

SF/25729.29905-48

Ademais, revela-se igualmente pertinente a iniciativa de promover a integração entre os serviços de saúde e os estabelecimentos de ensino, bem como de assegurar a capacitação contínua dos profissionais da educação para o manejo adequado do DM1 no ambiente escolar, garantindo na forma da lei a previsão já existente no Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007, que instituiu o Programa Saúde na Escola – PSE, o qual tem como diretriz a integração e articulação das redes públicas de ensino e de saúde por meio da execução conjunta de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde dos educandos, com participação das equipes de atenção básica e das comunidades escolares.

Tal medida reforça a necessária abordagem intersetorial das políticas públicas de saúde e educação, contribuindo para a inclusão, a segurança e o bem-estar dos estudantes acometidos, além de favorecer a identificação precoce de intercorrências e a promoção de hábitos saudáveis que auxiliem no controle da doença.

Assim, a proposição nos parece bastante meritória, todavia, não obstante seu grande mérito, sugerimos alguns aprimoramentos como a inclusão da garantia de prioridade no atendimento da criança e do adolescente com diabetes mellitus do tipo 1, com fulcro no art. 90. § 2º da Lei nº 8.069/1990, em obediência ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente preconizado pelo *caput* do art. 227 da Constituição Federal e pelo *caput* e parágrafo único do art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente.

### III – VOTO

Pelo exposto, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 600, de 2025 com as seguintes emendas.

### EMENDA Nº 1 - CDH



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8697022468>



SENADO FEDERAL

SF/25729.29905-48

Dê-se a ementa do Projeto de Lei nº 600, de 2025, a seguinte redação:

“Altera a Lei nº 13.895, de 30 de outubro de 2019, que institui a Política Nacional de Prevenção do Diabetes e de Assistência Integral à Pessoa Diabética, para dispor sobre a atenção integral e prioritária às crianças e aos adolescentes com diabetes mellitus do tipo 1.”

### EMENDA Nº 2 - CDH

Dê-se ao inciso VII do art. 2º da Lei nº 13.895, de 30 de outubro de 2019, na forma do art. 1º do Projeto de Lei nº 600, de 2025, a seguinte redação:

“Art. 1º .....

‘Art. 2º .....

.....

VII – atenção integral e prioritária às crianças e aos adolescentes com diabetes mellitus do tipo 1, com ênfase na promoção do acesso a tecnologias de diagnóstico e de tratamento da doença, bem como na integração entre serviços de saúde e estabelecimentos de ensino e na capacitação dos profissionais da educação sobre o tema.” (NR)

Sala da Comissão,

, Presidente



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8697022468>



8



SENADO FEDERAL

SF/25729.29905-48

, Relatora

7



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8697022468>







Senado Federal



Relatório de Registro de Presença

84ª, Extraordinária

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

| Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) |          |                              |          |
|--|----------|------------------------------|----------|
| TITULARES  |          | SUPLENTE                     |          |
| IVETE DA SILVEIRA  | PRESENTE | 1. ALESSANDRO VIEIRA         | PRESENTE |
| GIORDANO   |          | 2. PROFESSORA DORINHA SEABRA | PRESENTE |
| SERGIO MORO  | PRESENTE | 3. ZEQUINHA MARINHO          |          |
| VAGO   |          | 4. STYVENSON VALENTIM        | PRESENTE |
| MARCOS DO VAL  |          | 5. MARCIO BITTAR             | PRESENTE |
| PLÍNIO VALÉRIO   | PRESENTE | 6. VAGO                      |          |

| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) |          |                      |          |
|---|----------|----------------------|----------|
| TITULARES   |          | SUPLENTE             |          |
| CID GOMES   |          | 1. FLÁVIO ARNS       |          |
| JUSSARA LIMA  | PRESENTE | 2. VANDERLAN CARDOSO | PRESENTE |
| MARA GABRILLI   | PRESENTE | 3. VAGO              |          |
| VAGO  |          | 4. VAGO              |          |

| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) |          |                     |          |
|--|----------|---------------------|----------|
| TITULARES                              |          | SUPLENTE            |          |
| JAIME BAGATTOLI                        |          | 1. EDUARDO GIRÃO    | PRESENTE |
| MAGNO MALTA                            |          | 2. ROMÁRIO          |          |
| MARCOS ROGÉRIO                         | PRESENTE | 3. JORGE SEIF       |          |
| ASTRONAUTA MARCOS PONTES               | PRESENTE | 4. FLÁVIO BOLSONARO |          |

| Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) |          |                  |          |
|---|----------|------------------|----------|
| TITULARES                               |          | SUPLENTE         |          |
| FABIANO CONTARATO                       | PRESENTE | 1. WEVERTON      |          |
| ROGÉRIO CARVALHO                        |          | 2. AUGUSTA BRITO | PRESENTE |
| HUMBERTO COSTA                          | PRESENTE | 3. PAULO PAIM    | PRESENTE |

| Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) |          |                     |          |
|--|----------|---------------------|----------|
| TITULARES                                    |          | SUPLENTE            |          |
| TEREZA CRISTINA                              |          | 1. LAÉRCIO OLIVEIRA | PRESENTE |
| DAMARES ALVES                                | PRESENTE | 2. MECIAS DE JESUS  | PRESENTE |

Não Membros Presentes

ANGELO CORONEL  
SÉRGIO PETECÃO  
ELIZIANE GAMA  
ZENAIDE MAIA  
BETO FARO  
NELSINHO TRAD  
IZALCI LUCAS



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8697022468>



**DECISÃO DA COMISSÃO****(PL 600/2025)**

NA 84ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A SENADORA DAMARES ALVES PASSA A PRESIDÊNCIA AO SENADOR PAULO PAIM. EM SEGUIDA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH, FAVORÁVEL AO PROJETO, COM AS EMENDAS NºS 1 E 2-CDH.

03 de dezembro de 2025

Senador Paulo Paim

Presidiu a reunião da Comissão de Direitos Humanos e  
Legislação Participativa



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8697022468>





## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 26, DE 2025

Da COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, sobre o Projeto de Lei nº 3164, de 2025, do Senador Zequinha Marinho, que Dispõe sobre o exercício da profissão de manipulador artesanal de açaí.

**PRESIDENTE:** Senador Zequinha Marinho

**RELATOR:** Senadora Professora Dorinha Seabra

**RELATOR ADHOC:** Senador Jaime Bagattoli

03 de dezembro de 2025



Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6524949525>



2



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

SF/25061.84497-63

**PARECER Nº , DE 2025**

Da COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, sobre o Projeto de Lei nº 3.164, de 2025, do Senador Zequinha Marinho, que *dispõe sobre o exercício da profissão de manipulador artesanal de açaí*.

Relatora: Senadora **PROFESSORA DORINHA SEABRA****I – RELATÓRIO**

Encontra-se sob análise da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal o Projeto de Lei (PL) nº 3.164, de 2025, de autoria do Senador Zequinha Marinho, que *dispõe sobre o exercício da profissão de manipulador artesanal de açaí*.

O PL é composto por cinco artigos. Seu objeto principal é o reconhecimento e a regulamentação da profissão de manipulador artesanal de açaí.

Nos termos do seu art. 1º, o Projeto define o manipulador artesanal de açaí como o profissional que realiza manualmente a colheita, seleção, lavagem, despolpa e preparo do açaí, utilizando-se prioritariamente de técnicas tradicionais de produção. A profissão é reconhecida como atividade essencial de valor econômico, social e cultural, sendo livre seu exercício. O texto estabelece que a atuação deve ocorrer, preferencialmente,



Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6524949525>



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

em comunidades tradicionais, cooperativas, associações locais ou no contexto da agricultura familiar.

O art. 2º do PL exige que o profissional respeite as práticas de manejo do fruto e observe as normas sanitárias básicas aplicáveis à produção artesanal de alimentos.

O art. 3º, por sua vez, exige, para o exercício da profissão, os seguintes requisitos: ser maior de 18 anos; comprovar residência em área de produção artesanal de açaí ou vínculo com associação, cooperativa ou empreendimento familiar rural; e participar de capacitações básicas sobre boas práticas de higiene e manipulação de alimentos, quando disponíveis. O texto permite que a comprovação de experiência mínima de 1 (um) ano na atividade supra a exigência de cursos formais.

Além disso, nos termos do art. 4º do PL, também poderá exercer a atividade de manipulador artesanal de açaí o profissional que, embora não habilitado na forma do art. 3º, exerça a atividade de forma regular, mediante aprendizado profissional, ainda que informal.

O art. 5º, por fim, estabelece a entrada em vigor da futura lei na data de sua publicação.

O Autor justifica o projeto destacando que o açaí é um dos principais produtos da biodiversidade brasileira, sendo uma fonte de subsistência e renda para milhares de famílias, especialmente na Região Norte do País. Apesar da importância econômica, esses profissionais enfrentam desafios decorrentes da informalidade e da ausência de reconhecimento legal, o que dificulta o fortalecimento da atividade e leva muitos a serem contratados informalmente, como auxiliares de serviços gerais, o que comprometeria a valorização da profissão. A regulamentação busca dar o devido tratamento legal, reconhecendo sua importância econômica, social e cultural, promovendo a inclusão social e o desenvolvimento integral das comunidades produtoras.

O PL nº 3.164, de 2025, foi distribuído para análise da CRA e, posteriormente, da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.



Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6524949525>



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

## II – ANÁLISE

Compete à CRA opinar sobre proposições pertinentes a agricultura e abastecimento; agricultura familiar e segurança alimentar; bem como emprego e renda rurais, nos termos dos incisos III, IV e XVI do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal (RISF). Na presente ocasião, por não se tratar de apreciação terminativa nesta Comissão, a análise ater-se-á ao mérito do Projeto.

O açaí emergiu como um dos principais produtos agrícolas do Brasil. De acordo com a Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) e a de Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS), ambas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a produção nacional registrou um crescimento extraordinário entre 1986 e 2024, saltando de 137 mil toneladas para quase 2 milhões de toneladas nesse período. O valor total estimado da produção extrativa e cultivada em 2024 é de aproximadamente R\$ 8,8 bilhões, sendo que a produção está fortemente concentrada na Região Norte, com o Pará respondendo por cerca de 90% do total, seguido pelo Amazonas, com 7% da produção nacional.

Muitas vezes referido como o "ouro negro da Amazônia", o açaí é um elemento fundamental da cultura alimentar amazônica e possui grande importância socioeconômica e cultural, especialmente na Região Norte do país. Relatório produzido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, pelo Instituto Peabiru e pela Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho (FUNDACENTRO), em 2016, estima que haja 120 mil pessoas envolvidas na base da cadeia de valor do açaí (manejo, coleta e transporte local). Ao considerar outros elos da cadeia, esse número seria bem maior. Ainda de acordo com o relatório, as relações de trabalho nesse setor são marcadas pela informalidade, ainda que o açaí seja a principal fonte de renda para a grande maioria das famílias envolvidas na sua produção.



Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6524949525>



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

SF/25061.84497-63

Como bem destacado pelo Autor do Projeto, o açaí é um dos principais produtos da biodiversidade brasileira, sendo o extrativismo considerado uma atividade sustentável que contribui para a manutenção do patrimônio natural e a conservação da biodiversidade.

Apesar de sua importância, os profissionais na base da cadeia de valor, como o peconheiro (coletor do açaí), enfrentam desafios de informalidade e ausência de reconhecimento legal, o que nega a muitos os direitos trabalhistas básicos, como aposentadoria e seguro-desemprego. Além disso, a atividade extrativista da cadeia de valor do açaí é considerada perigosa, especialmente na colheita, pois o trabalhador deve subir na palmeira, que pode atingir mais de 20 metros de altura.

A aprovação do Projeto de Lei nº 3.164, de 2025, que dispõe sobre o exercício da profissão de manipulador artesanal de açaí, é um esforço legislativo crucial para valorizar esses trabalhadores. O projeto é considerado meritório, pois busca dar o devido reconhecimento legal a essa atividade tradicional, promovendo a inclusão social e contribuindo para o desenvolvimento integral das comunidades produtoras.

A regulamentação da profissão tem potencial para combater a informalidade, garantindo a formalização e, conseqüentemente, o acesso aos direitos trabalhistas. Além de valorizar o aspecto cultural e social, o projeto aborda uma preocupação histórica de saúde pública ao exigir que o manipulador artesanal de açaí respeite as práticas de manejo do fruto e observe as normas sanitárias básicas aplicáveis à produção artesanal de alimentos. Essa exigência é vital para a saúde pública, pois a manipulação inadequada do açaí tem sido historicamente associada à transmissão de doenças de origem alimentar.

O PL também busca elevar o padrão de qualidade ao exigir comprovação de capacitação ou experiência mínima na atividade. A sua aprovação tem potencial para ser um marco para a cadeia produtiva do açaí, especialmente se acompanhada de políticas públicas eficazes de treinamento e suporte.



Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6524949525>

6



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

SF/25061.84497-63

**III – VOTO**

Diante do exposto, somos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 3.164, de 2025.

Sala da Comissão,                      de novembro de 2025.

**Senador Zequinha Marinho, Presidente****Senadora Professora Dorinha Seabra, Relatora**

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6524949525>



Relatório de Registro de Presença

49ª, Extraordinária

Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

| Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) |          |                              |          |
|--|----------|------------------------------|----------|
| TITULARES  |          | SUPLENTE                     |          |
| JADER BARBALHO   |          | 1. GIORDANO                  |          |
| VAGO   |          | 2. PROFESSORA DORINHA SEABRA | PRESENTE |
| VAGO   |          | 3. SORAYA THRONICKE          |          |
| ZEQUINHA MARINHO   | PRESENTE | 4. FERNANDO FARIAS           |          |
| JAYME CAMPOS   | PRESENTE | 5. STYVENSON VALENTIM        | PRESENTE |

| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) |          |                    |          |
|---|----------|--------------------|----------|
| TITULARES   |          | SUPLENTE           |          |
| FLÁVIO ARNS   |          | 1. CHICO RODRIGUES | PRESENTE |
| JOSÉ LACERDA  | PRESENTE | 2. ELIZIANE GAMA   | PRESENTE |
| VANDERLAN CARDOSO                                       | PRESENTE | 3. ANGELO CORONEL  | PRESENTE |
| SÉRGIO PETECÃO  | PRESENTE | 4. JUSSARA LIMA    | PRESENTE |


| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) |          |                    |          |
|--|----------|--------------------|----------|
| TITULARES                              |          | SUPLENTE           |          |
| JAIME BAGATTOLI                        | PRESENTE | 1. WILDER MORAIS   |          |
| WELLINGTON FAGUNDES                    | PRESENTE | 2. ROGERIO MARINHO |          |
| MARCOS ROGÉRIO                         |          | 3. JORGE SEIF      | PRESENTE |

| Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) |          |          |  |
|---|----------|----------|--|
| TITULARES                               |          | SUPLENTE |  |
| BETO FARO                               | PRESENTE | 1. VAGO  |  |
| AUGUSTA BRITO                           | PRESENTE | 2. VAGO  |  |
| WEVERTON                                |          | 3. VAGO  |  |

| Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) |          |                    |          |
|--|----------|--------------------|----------|
| TITULARES                                    |          | SUPLENTE           |          |
| LUIS CARLOS HEINZE                           | PRESENTE | 1. TEREZA CRISTINA |          |
| ALAN RICK                                    |          | 2. HAMILTON MOURÃO | PRESENTE |

Não Membros Presentes

FABIANO CONTARATO  
ZENAIDE MAIA  
NELSINHO TRAD  
IZALCI LUCAS  
LUCAS BARRETO  
ROGÉRIO CARVALHO  
PAULO PAIM



Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6524949525>

**DECISÃO DA COMISSÃO****(PL 3164/2025)**

NA 49ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA APROVA PARECER FAVORÁVEL AO PROJETO, RELATADO "AD HOC" PELO SENADOR JAIME BAGATTOLI, EM SUBSTITUIÇÃO À SENADORA PROFESSORA DORINHA SEABRA.

03 de dezembro de 2025

Senador Zequinha Marinho

Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária



Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6524949525>





## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 27, DE 2025

Da COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, sobre o Projeto de Lei nº 3037, de 2023, que Confere o título de Capital Nacional do Melhor Arroz ao Município de Mirim Doce, no Estado de Santa Catarina.

**PRESIDENTE:** Senador Zequinha Marinho

**RELATOR:** Senador Jorge Seif

03 de dezembro de 2025



Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8506331495>



2



SENADO FEDERAL  
Senador JORGE SEIF – PL/SC

SF/25909.09300-06

## PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei nº 3.037, de 2023, do Deputado Jorge Goetten, que *confere o título de Capital Nacional do Melhor Arroz ao Município de Mirim Doce, no Estado de Santa Catarina.*

Relator: Senador **JORGE SEIF**

### I – RELATÓRIO

Vem à análise da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), em decisão exclusiva e terminativa, o Projeto de Lei (PL) nº 3.037, de 2023, de autoria do Deputado Jorge Goetten, que *confere o título de Capital Nacional do Melhor Arroz ao Município de Mirim Doce, no Estado de Santa Catarina.*

Para tanto, a proposição institui a homenagem a que se propõe. Prevê, ainda, vigência imediata para a lei em que se converter a matéria.

Na justificação, o autor destaca que objetiva valorizar, em nível nacional, a produção local de arroz do município catarinense de Mirim Doce.

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi aprovado conclusivamente pelas Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Teotônio Vilela - gabinete nº 16  
CEP 70165-900 – Brasília / DF  
Fone: (61) 3303-3784 – e-mail: [sen.jorgeseif@senado.leg.br](mailto:sen.jorgeseif@senado.leg.br)



Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8506331495>





SENADO FEDERAL  
Senador JORGE SEIF – PL/SC

SF/25909.09300-06

No Senado Federal, a proposição, à qual não se ofereceram emendas, foi distribuída para apreciação exclusiva e terminativa deste colegiado.

## II – ANÁLISE

Nos termos do disposto nos incisos III e IV do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições que tratem, entre outros temas, de agricultura e agricultura familiar, a exemplo da matéria em debate.

Ainda segundo essa mesma norma, conforme estabelecido nos arts. 49, inciso I, e 91, § 1º, inciso IV, foi confiada à CRA a competência para decidir terminativamente sobre o projeto, razão pela qual lhe cumpre apreciar seu mérito.

Ademais, em razão do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e regimentais da proposição.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideramos atendidos os aspectos relacionados à competência legislativa da União (art. 23, VIII, CF), às atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, CF) e à legitimidade da iniciativa parlamentar – neste caso, ampla e não reservada (art. 61, *caput*, CF) –, bem como ao meio adequado para veiculação da matéria.

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, parecem igualmente atendidos os requisitos constitucionais materiais, de forma que não se observam, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria. Tampouco foram observadas falhas de natureza regimental.

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Teotônio Vilela - gabinete nº 16  
CEP 70165-900 – Brasília / DF  
Fone: (61) 3303-3784 – e-mail: [sen.jorgeseif@senado.leg.br](mailto:sen.jorgeseif@senado.leg.br)



Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8506331495>





SENADO FEDERAL  
Senador JORGE SEIF – PL/SC

SF/25909.09300-06

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, em especial com as determinações da Lei nº 14.959, de 4 de setembro de 2024, que estabelece critérios mínimos para a outorga do título de Capital Nacional.

Em atendimento a essa determinação, foi realizada, no dia 18 de novembro de 2025, audiência pública nesta Comissão para tratar da concessão dessa homenagem. A audiência contou com a presença de Bernardo Peron, prefeito municipal, e de Elesio Gregorio Borghesan, presidente da Câmara de Vereadores de Mirim Doce, além de presidente da Cooperativa de Agricultores Familiares de Volta Grande e Pinhalzinho – Coopervoltapinho. Ambos destacaram a longa tradição de mais de setenta anos em cultivo de arroz e a excelência da produção local, que é majoritariamente baseada na agricultura familiar e em técnicas de irrigação históricas. Também ressaltaram que a pureza e o alto rendimento do arroz de Mirim Doce são comprovados por indústrias e pela pesquisa da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), órgão oficial de extensão rural e pesquisa agropecuária do Estado. Os participantes foram unânimes ao enfatizar que a obtenção do título vai além do simbolismo, e servirá como um instrumento político vital para garantir visibilidade, investimentos e acesso a programas federais para a cidade e seus produtores.

Registre-se, em adição, no que concerne à técnica legislativa, que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No que concerne ao mérito, somos plenamente favoráveis à proposição.

O pequeno município de Mirim Doce, localizado no Alto Vale do Itajaí, em Santa Catarina, se destaca pelo cultivo excepcional de arroz. Muito mais que um simples alimento, o arroz de Mirim Doce é o resultado do trabalho duro, da dedicação e da paixão de inúmeras famílias de

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Teotônio Vilela - gabinete nº 16  
CEP 70165-900 – Brasília / DF  
Fone: (61) 3303-3784 – e-mail: [sen.jorgeseif@senado.leg.br](mailto:sen.jorgeseif@senado.leg.br)



Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8506331495>





SENADO FEDERAL  
Senador JORGE SEIF – PL/SC

produtores de arroz. Cada grão colhido reflete uma cultura rica em sabores e em conhecimentos passados de geração em geração.

Nesse contexto, temos a convicção de que conferir a Mirim Doce o título de Capital Nacional do Melhor Arroz é uma forma de celebrar não só a qualidade do produto, mas também a força da agricultura local e as práticas sustentáveis que cuidam da terra e melhoram a vida da comunidade. Certos de que esse título impulsionará a cultura local, alavancará o turismo e, principalmente, acelerará o desenvolvimento econômico de todo o Alto Vale do Itajaí, manifestamo-nos favoravelmente à proposição.

### III – VOTO

Conforme a argumentação exposta, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 3.037, de 2023.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Teotônio Vilela - gabinete nº 16  
CEP 70165-900 – Brasília / DF  
Fone: (61) 3303-3784 – e-mail: [sen.jorgeseif@senado.leg.br](mailto:sen.jorgeseif@senado.leg.br)



Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8506331495>





6

Senado Federal



Relatório de Registro de Presença

49ª, Extraordinária

Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

| Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) |          |                              |          |
|--|----------|------------------------------|----------|
| TITULARES  |          | SUPLENTE                     |          |
| JADER BARBALHO   |          | 1. GIORDANO                  |          |
| VAGO   |          | 2. PROFESSORA DORINHA SEABRA | PRESENTE |
| VAGO   |          | 3. SORAYA THRONICKE          |          |
| ZEQUINHA MARINHO   | PRESENTE | 4. FERNANDO FARIAS           |          |
| JAYME CAMPOS   | PRESENTE | 5. STYVENSON VALENTIM        | PRESENTE |

| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) |          |                    |          |
|---|----------|--------------------|----------|
| TITULARES   |          | SUPLENTE           |          |
| FLÁVIO ARNS   |          | 1. CHICO RODRIGUES | PRESENTE |
| JOSÉ LACERDA  | PRESENTE | 2. ELIZIANE GAMA   | PRESENTE |
| VANDERLAN CARDOSO                                       | PRESENTE | 3. ANGELO CORONEL  | PRESENTE |
| SÉRGIO PETECÃO  | PRESENTE | 4. JUSSARA LIMA    | PRESENTE |

| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) |          |                    |          |
|--|----------|--------------------|----------|
| TITULARES                              |          | SUPLENTE           |          |
| JAIME BAGATTOLI                        | PRESENTE | 1. WILDER MORAIS   |          |
| WELLINGTON FAGUNDES                    | PRESENTE | 2. ROGERIO MARINHO |          |
| MARCOS ROGÉRIO                         |          | 3. JORGE SEIF      | PRESENTE |

| Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) |          |          |  |
|---|----------|----------|--|
| TITULARES                               |          | SUPLENTE |  |
| BETO FARO                               | PRESENTE | 1. VAGO  |  |
| AUGUSTA BRITO                           | PRESENTE | 2. VAGO  |  |
| WEVERTON                                |          | 3. VAGO  |  |

| Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) |          |                    |          |
|--|----------|--------------------|----------|
| TITULARES                                    |          | SUPLENTE           |          |
| LUIS CARLOS HEINZE                           | PRESENTE | 1. TEREZA CRISTINA |          |
| ALAN RICK                                    |          | 2. HAMILTON MOURÃO | PRESENTE |

Não Membros Presentes

FABIANO CONTARATO  
ZENAIDE MAIA  
NELSINHO TRAD  
IZALCI LUCAS  
LUCAS BARRETO  
ROGÉRIO CARVALHO  
PAULO PAIM



Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8506331495>





Senado Federal - Lista de Votação Nominal - PL 3037/2023

Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - Senadores

| TITULARES - Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
|--|-----|-----|-----------|--|-----|-----|-----------|
| JADER BARBALHO   |     |     |           | 1. GORDANO   |     |     |           |
| VAGO   |     |     |           | 2. PROFESSORA DORINHA SEABRA   |     |     |           |
| VAGO   |     |     |           | 3. SORAYA THRONICKE  |     |     |           |
| ZEQUINHA MARINHO   |     |     |           | 4. FERNANDO FARIAS   |     |     |           |
| JAYME CAMPOS   |     |     |           | 5. STYVENSON VALENTIM  |     |     |           |
| TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD)  | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTEs - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD)  | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| FLÁVIO ARNS  |     |     |           | 1. CHICO RODRIGUES   | X   |     |           |
| JOSÉ LACERDA   | X   |     |           | 2. ELIZIANE GAMA   |     |     |           |
| VANDERLAN CARDOSO  |     |     |           | 3. ANGELO CORONEL  |     |     |           |
| SÉRGIO PETECÃO   | X   |     |           | 4. JUSSARA LIMA  |     |     |           |
| TITULARES - Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)                   | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)                   | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| JAIME BAGATTOLI  | X   |     |           | 1. WILDER MORAIS   |     |     |           |
| WELLINGTON FAGUNDES  | X   |     |           | 2. ROGERIO MARINHO   |     |     |           |
| MARCOS ROGERIO   |     |     |           | 3. JORGE SEIF  | X   |     |           |
| TITULARES - Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT)                  | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT)                  | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| BETO FÁRO  | X   |     |           | 1. VAGO  |     |     |           |
| AUGUSTA BRITO  |     |     |           | 2. VAGO  |     |     |           |
| WEVERTON   |     |     |           | 3. VAGO  |     |     |           |
| TITULARES - Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)             | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)             | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| LUIs CARLOS HEINZE   | X   |     |           | 1. TEREZA CRISTINA   |     |     |           |
| ALAN RICK  |     |     |           | 2. HAMILTON MOURÃO   | X   |     |           |

Quórum: TOTAL 10

Votação: TOTAL 9 SIM 9 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0

\* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7, EM 03/12/2025

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Senador Zequinha Marinho  
Presidente



Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8506331495>



**DECISÃO DA COMISSÃO****(PL 3037/2023)**

NA 49ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA APROVA O PROJETO, POR UNANIMIDADE, RELATADO PELO SENADOR JORGE SEIF.

03 de dezembro de 2025

Senador Zequinha Marinho

Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária



Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8506331495>



**PROJETO DE LEI Nº 3.037, DE 2023**

Confere o título de Capital Nacional do Melhor Arroz ao Município de Mirim Doce, no Estado de Santa Catarina.

Recebido o Ofício nº 246, de 2025, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, comunicando a apreciação da matéria, em caráter terminativo.

Concluída a instrução da matéria, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros da Casa, para que seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

**Prazo: de 4/12/2025 a 10/12/2025.**





**SENADO FEDERAL**  
**COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA**

**OFÍCIO Nº 246/2025 - PRESIDÊNCIA/CRA**

**Brasília, 3 de dezembro de 2025**

Ao Excelentíssimo Senhor  
Senador **DAVI ALCOLUMBRE**  
Presidente  
Senado Federal

**Excelentíssimo Senhor Presidente,**

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em decisão terminativa, aprovou por unanimidade o Projeto de Lei nº 3037/2023.

**Respeitosamente,**

Senador **ZEQUINHA MARINHO**  
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária



Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - Praça dos Três Poderes - Anexo II - Ala Senador Alexandre Costa - Sala 7 - Subsolo  
CEP 70165-900-Brasília DF - Tel. (0xx61) 3303-5738- (0xx61) 3303-3506 - [cra@senado.leg.br](mailto:cra@senado.leg.br)

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3190072839>





## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 28, DE 2025

Da COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 128, de 2025, do Senador Jorge Seif, que Sustenta, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição da República Federativa do Brasil, os arts. 2º, 3º e 4º da Resolução Gecex nº 709, de 13 de março de 2025, que altera a Resolução a Gecex nº 272, de 19 de novembro de 2021, que alterou a Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM e a Tarifa Externa Comum – TEC para adaptação às modificações do Sistema Harmonizado (SH-2022).

**PRESIDENTE:** Senador Zequinha Marinho

**RELATOR:** Senador Jaime Bagattoli

03 de dezembro de 2025



Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5399152111>



2



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaime Bagattoli  
Atividade Legislativa

**PARECER Nº , DE 2025**

Da COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 128, de 2025, do Senador Jorge Seif, que *susta, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição da República Federativa do Brasil, os arts. 2º, 3º e 4º da Resolução Gecex nº 709, de 13 de março de 2025, que altera a Resolução a Gecex nº 272, de 19 de novembro de 2021, que alterou a Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM e a Tarifa Externa Comum – TEC para adaptação às modificações do Sistema Harmonizado (SH-2022).*

Relator: Senador **JAIME BAGATTOLI**

**I – RELATÓRIO**

Vem ao exame desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 128, de 2025, do Senador Jorge Seif, que *susta, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição da República Federativa do Brasil, os arts. 2º, 3º e 4º da Resolução Gecex nº 709, de 13 de março de 2025, que altera a Resolução a Gecex nº 272, de 19 de novembro de 2021, que alterou a Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM e a Tarifa Externa Comum – TEC para adaptação às modificações do Sistema Harmonizado (SH-2022).*

Constituído de dois artigos, o art. 1º do PDL susta os dispositivos descritos em sua ementa. O art. 2º trata da vigência do futuro Decreto Legislativo.

A matéria foi distribuída para análise desta CRA e, em seguida, será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Senado Federal – Anexo 2, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 23 - Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF

e-mail: [sen.jaimeBagattoli@senado.leg.br](mailto:sen.jaimeBagattoli@senado.leg.br)

Telefone: +55 (61) 3303-2714



Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5399152111>





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaime Bagattoli  
Atividade Legislativa3  
2

SF/25479.38400-45

O autor do PDL argumenta, em sua justificação, que os artigos 2º, 3º e 4º da Resolução Gecex nº 709, de 2025, têm proporcionado consequências preocupantes para a economia e a população do Brasil. Nesse contexto, entende que a decisão de zerar a tarifa de importação de sardinhas proporciona apreensão entre os pescadores e as indústrias de processamento de pescado, porquanto, ao facilitar a entrada de sardinhas provenientes de outros países sem qualquer salvaguarda, corre-se o risco de aumentar a concorrência desleal, conduzindo à possível desestruturação desse segmento e ao enfraquecimento de cadeias produtivas que dependem desse pescado em várias regiões do país.

## II – ANÁLISE

Nos termos do art. 104-B, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CRA a análise de proposições relacionadas a agricultura, pecuária e abastecimento. Na oportunidade, por não se tratar de apreciação terminativa, avaliaremos apenas o mérito do PDL nº 128, de 2025.

Entendemos que a proposição em análise é muito oportuna, uma vez que tem o objetivo de sustar dispositivos extremamente prejudiciais à economia brasileira. A isenção prevista nos artigos 2º, 3º e 4º da Resolução Gecex nº 709, de 2025, tem impacto de cerca de US\$ 110 milhões (aproximadamente R\$ 600 milhões) na arrecadação federal, agravando o *déficit* público.

Ademais, a referida isenção prejudica pescadores, aquicultores e a indústria nacional, promovendo concorrência desleal com produtores estrangeiros. Mais de 50 mil empregos diretos e indiretos estão ameaçados no setor pesqueiro, especialmente na captura e no processamento da sardinha, que ultrapassou as 100 mil toneladas em 2024, segundo o Coletivo Nacional da Pesca e Aquicultura. A concorrência externa, viabilizada por isenções tributárias sem contrapartidas, coloca em risco cadeias produtivas inteiras, sem mecanismos de compensação para o setor nacional.

Acrescenta-se que a Resolução Gecex nº 709, de 2025, confronta o Decreto-Lei nº 37, de 1966, especialmente os artigos 14 a 17, que regulam as condições para concessão de isenções tributárias. A medida excede os limites

Senado Federal – Anexo 2, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 23 - Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF

e-mail: [sen.jaimeBagattoli@senado.leg.br](mailto:sen.jaimeBagattoli@senado.leg.br)

Telefone: +55 (61) 3303-2714



Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5399152111>

4



3

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaime Bagattoli  
Atividade Legislativa

SF/25479.38400-45

legais e prejudica a economia nacional e regional. A sustação dos dispositivos da referida resolução é, portanto, apresentada como medida urgente para proteger a cadeia pesqueira nacional, preservar a arrecadação pública e combater as verdadeiras causas da inflação, defendendo os interesses estratégicos do país e das comunidades litorâneas brasileiras.

### III – VOTO

Pelo exposto, somos pela **aprovação** do PDL nº 128, de 2025.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

Senado Federal – Anexo 2, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 23 - Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF

e-mail: [sen.jaimeBagattoli@senado.leg.br](mailto:sen.jaimeBagattoli@senado.leg.br)

Telefone: +55 (61) 3303-2714



Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5399152111>







Senado Federal



Relatório de Registro de Presença

49ª, Extraordinária

Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

| Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) |          |                              |          |
|--|----------|------------------------------|----------|
| TITULARES  |          | SUPLENTE                     |          |
| JADER BARBALHO   |          | 1. GIORDANO                  |          |
| VAGO   |          | 2. PROFESSORA DORINHA SEABRA | PRESENTE |
| VAGO   |          | 3. SORAYA THRONICKE          |          |
| ZEQUINHA MARINHO   | PRESENTE | 4. FERNANDO FARIAS           |          |
| JAYME CAMPOS   | PRESENTE | 5. STYVENSON VALENTIM        | PRESENTE |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD)  |          |                              |          |
| TITULARES  |          | SUPLENTE                     |          |
| FLÁVIO ARNS  |          | 1. CHICO RODRIGUES           | PRESENTE |
| JOSÉ LACERDA   | PRESENTE | 2. ELIZIANE GAMA             | PRESENTE |
| VANDERLAN CARDOSO  | PRESENTE | 3. ANGELO CORONEL            | PRESENTE |
| SÉRGIO PETECÃO   | PRESENTE | 4. JUSSARA LIMA              | PRESENTE |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)                   |          |                              |          |
| TITULARES  |          | SUPLENTE                     |          |
| JAIME BAGATTOLI  | PRESENTE | 1. WILDER MORAIS             |          |
| WELLINGTON FAGUNDES                                      | PRESENTE | 2. ROGERIO MARINHO           |          |
| MARCOS ROGÉRIO   |          | 3. JORGE SEIF                | PRESENTE |
| Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT)                  |          |                              |          |
| TITULARES  |          | SUPLENTE                     |          |
| BETO FARO  | PRESENTE | 1. VAGO                      |          |
| AUGUSTA BRITO  | PRESENTE | 2. VAGO                      |          |
| WEVERTON   |          | 3. VAGO                      |          |
| Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)             |          |                              |          |
| TITULARES  |          | SUPLENTE                     |          |
| LUIS CARLOS HEINZE                                       | PRESENTE | 1. TEREZA CRISTINA           |          |
| ALAN RICK  |          | 2. HAMILTON MOURÃO           | PRESENTE |

Não Membros Presentes

FABIANO CONTARATO  
ZENAIDE MAIA  
NELSINHO TRAD  
IZALCI LUCAS  
LUCAS BARRETO  
ROGÉRIO CARVALHO  
PAULO PAIM



Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5399152111>



## DECISÃO DA COMISSÃO

(PDL 128/2025)

NA 49ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA APROVA PARECER FAVORÁVEL AO PROJETO, RELATADO PELO SENADOR JAIME BAGATTOLI.

03 de dezembro de 2025

Senador Zequinha Marinho

Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária



Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5399152111>





# SENADO FEDERAL

## PARECER (SF) Nº 11, DE 2025

Da COMISSÃO DE ESPORTE, sobre o Requerimento nº 6, de 2025, que Requer que a Comissão de Esporte avalie o Programa Paradesporto Brasil em Rede, no exercício de 2025.

**PRESIDENTE:** Senadora Leila Barros

**RELATOR:** Senadora Mara Gabrilli

03 de dezembro de 2025



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6514793326>



2



**SENADO FEDERAL**  
**Senadora Mara Gabrilli**

SF/25478.62258-38

## **Comissão de Esporte**

**RELATÓRIO FINAL Nº - CEsp, 2025**

**AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

**COMISSÃO DE ESPORTE**

**“PROGRAMA PARADESPORTO BRASIL EM REDE (PPBR)”, DO  
MINISTÉRIO DO ESPORTE (MEsp)**

Brasília, 11 de novembro de 2025



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6514793326>



## Sumário

|   |    |
|---|----|
| <b>1. Sumário Executivo</b>   | 4  |
| <b>2. Introdução</b>  | 5  |
| <b>3. Implementação da Rede Colaborativa do PPBR</b>                  | 9  |
| <b>4. Atividades Paradesportivas Oferecidas pelo PPBR em 2025</b>     | 10 |
| 4.1 Catálogo de Modalidades por Núcleo                                | 11 |
| 4.2. Análise da Distribuição Geográfica e Diversidade                 | 11 |
| <b>5. Produção Científica e Resultados Iniciais</b>                   | 12 |
| 5.1 Fomento à Pesquisa e Capacitação                                  | 12 |
| 5.2 Mapeamento da Produção Científica                                 | 12 |
| 5.3 Análise dos Resultados Iniciais                                   | 15 |
| <b>6. Participação de Mulheres e Meninas com Deficiência</b>          | 16 |
| 6.1 Análise dos Dados de Participação em 2025                         | 16 |
| 6.2 Destaques Específicos sobre a Participação Feminina:              | 17 |
| 6.3 Estratégias de Monitoramento e Evolução:                          | 18 |
| <b>7. Formação Profissional em Educação Física e Áreas Correlatas</b> | 18 |
| 7.1 Estrutura de Formação dos Bolsistas                               | 18 |
| 7.2 Experiências Práticas e Desenvolvimento de Competências           | 22 |
| 7.3 Impacto na Formação Acadêmica e Profissional                      | 22 |
| <b>8. Impacto Preliminar na Saúde e Qualidade de Vida</b>             | 23 |
| 8.1 Evidências Qualitativas dos Beneficiários                         | 23 |
| 8.2 Coleta de Evidências Quantitativas                                | 24 |
| 8.3 Análise Preliminar do Impacto                                     | 24 |
| <b>9. Desafios e Pontos Fortes do PPBR em 2025</b>                    | 24 |
| <b>10. Conclusão e Recomendações</b>                                  | 28 |
| 10.1 Resumo das Conclusões  | 28 |
| 10.2 Recomendações para o Futuro                                      | 29 |
| <b>ANEXO I - Indicação</b>  | 33 |



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6514793326>



## 1. Sumário Executivo

Este relatório apresenta uma avaliação estratégica do Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR) do Ministério do Esporte (MEsp) durante o exercício de 2025, por meio do Plano de Trabalho da Senadora Mara Gabrilli aprovado pela Comissão de Esporte (CEsp) do Senado Federal, atendendo ao Requerimento nº 6, de 2025, também de autoria da Senadora.

O objetivo é analisar a implementação, as atividades, os resultados e os desafios do programa, por meio da consolidação de informações de seus dez Núcleos de Atendimento, do núcleo gestor e de audiências públicas, a fim de fornecer um panorama claro de seu desempenho e impacto como política pública.

As principais conclusões desta avaliação estão sintetizadas abaixo:

- i) **Estrutura e Governança da Rede:** O ano de 2025 marcou a efetiva consolidação da rede colaborativa sob a gestão do Núcleo Gestor sediado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que iniciou suas atividades em janeiro. A padronização dos relatórios de atividades e das fichas de avaliações físicas, implementada de forma coletiva, representa um marco na gestão do programa, ao permitir a coleta e análise de dados de forma coesa e centralizada.
- ii) **Alcance e Atividades:** O programa foi implementado com sucesso em dez Núcleos de Atendimento distribuídos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, cumprindo seu objetivo de descentralização. A oferta de uma gama diversificada de modalidades, incluindo esportes paralímpicos e não paralímpicos, permitiu um alcance expressivo, com diversos núcleos superando as metas iniciais de atendimento, a exemplo da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), que atendeu 109 beneficiários, superando a meta de 100.
- iii) **Produção Científica e Formação:** O PPBR demonstrou êxito na integração entre ensino, pesquisa e extensão. Essa sinergia se materializou na expressiva produção de artigos científicos, trabalhos de conclusão de curso, capítulos de livros e manuais pedagógicos. Além disso, o programa se destacou na capacitação de estudantes



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6514793326>



bolsistas, que recebem formação teórica e prática, qualificando a futura geração de profissionais para atuar no campo do paradesporto.

- iv) Impacto Social e Desafios: O impacto na vida dos beneficiários é marcadamente positivo, conforme evidenciado por depoimentos que ressaltam a melhora no bem-estar, a criação de laços comunitários e o sentimento de pertencimento. No entanto, desafios persistentes foram identificados, com destaque para a dificuldade de transporte, apontada como a principal barreira à participação, e os atrasos recorrentes na liberação de recursos financeiros, que afetam o planejamento e a execução das atividades nos núcleos.
- v) Equidade de Gênero: O programa monitora ativamente sua meta de alcançar 50% de participação feminina. Em agosto de 2025, a rede atingiu 31% de participação de meninas e mulheres. Embora a meta ainda não tenha sido alcançada, o monitoramento contínuo e o planejamento de estratégias de captação demonstram que a equidade de gênero é tratada como uma meta programática ativa, e não apenas como uma diretriz declaratória.

## 2. Introdução

O Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR) apresenta-se como uma política pública federal estruturante e inovadora, instituída pela Portaria nº 38 do Ministério do Esporte (MEsp), em 19 de março de 2024<sup>1</sup>.

### i) Objetivos e Foco Central

O PPBR foi concebido pela Secretaria Nacional de Paradesporto (SNPAR/MEsp) com o objetivo central de fomentar uma rede colaborativa que articule a prática esportiva, a inclusão social e a produção de conhecimento científico aplicado.

### ii) Os objetivos específicos do programa incluem:

<sup>1</sup> <https://www.gov.br/esporte/pt-br/acoes-e-programas/programa-paradesporto-brasil-em-rede/Portarian38de19demarode2024PPBR.pdf>



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6514793326>



1. Promoção e Fomento: Promover, apoiar e fomentar ações paradesportivas de competitividade, lazer e inclusão social em todas as regiões brasileiras.

2. Expansão e Equidade: Ampliar o escopo das atividades paradesportivas para pessoas com deficiência, buscando expandir o alcance e a equidade do acesso ao paradesporto em localidades onde as iniciativas e a produção de conhecimento são reduzidas.

3. Inclusão de Gênero: Priorizar a inclusão de mulheres e meninas com deficiência, com uma diretriz de monitorar o alcance de uma meta mínima de 50% de participação feminina em cada núcleo.

4. Desenvolvimento Integral: Contribuir para o desenvolvimento da capacidade paradesportiva dos beneficiários e para a melhoria da saúde e qualidade de vida das pessoas com deficiência. As atividades são oferecidas gratuitamente e abrangem desde a iniciação até o alto rendimento.

5. Geração de Conhecimento: Fomentar a produção de conhecimento científico na temática do paradesporto, além de desenvolver a capacitação contínua de acadêmicos e docentes que participam do programa.

O programa atende a pessoas com deficiência de diversas idades (com registros de 4 a 65 anos), incluindo aquelas com deficiências auditivas, intelectuais e Transtornos do Espectro Autista (TEA).

### iii) Estrutura de Funcionamento (A Rede Colaborativa)

A implementação do PPBR se dá por meio de uma rede colaborativa de núcleos que se apoiam no tripé universitário de Ensino, Pesquisa e Extensão:

- Ensino: Promove a formação acadêmica e a capacitação de estudantes e profissionais em áreas ligadas ao esporte, saúde e inclusão, por meio de bolsas docentes e discentes, e cursos obrigatórios.

- Pesquisa: Estimula a produção de estudos e metodologias, com o estímulo à submissão de artigos em revistas científicas e o desenvolvimento de manuais pedagógicos.



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6514793326>





- Extensão: Traduz o conhecimento acadêmico em ação concreta, ao ofertar atividades paradesportivas gratuitas à comunidade.

iv) Componentes da Estrutura:

1. Unidade Descentralizadora (SNPAR/MEsp): É a responsável por articular as diretrizes e o monitoramento da política, além de descentralizar recursos orçamentários.

2. Núcleos de Atendimento (IFES): Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), como universidades e institutos federais, onde são estabelecidos os núcleos para oferecer as atividades paradesportivas. A parceria é formalizada por meio de Termos de Execução Descentralizada (TEDs). Cada núcleo deve oferecer no mínimo duas modalidades, sendo uma paralímpica e outra não paralímpica.

3. Núcleo Gestor (NG): É a instância acadêmica e técnica, atualmente (2025) sediada na UFMG, que coordena o programa. Suas funções incluem dar suporte metodológico, administrativo e científico aos Núcleos de Atendimento, realizar reuniões pedagógicas, padronizar a coleta de dados e elaborar materiais de referência, como o Manual de Avaliações PPBR.

Para a gestão administrativa e financeira dos recursos, os núcleos contam com o apoio de fundações de apoio credenciadas, como a FADEX (UFPI), Uniselva (UFMT) e FUNAEPE (UFGD), que garantem a conformidade e a agilidade na execução orçamentária.

v) Alcance Territorial e Monitoramento

O PPBR possui alcance nacional, mas sua implementação inicial priorizou as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com o objetivo de reduzir disparidades regionais no acesso a oportunidades esportivas.

Os Núcleos de Atendimento (IFES) devem reportar regularmente (trimestralmente) ao Núcleo Gestor, coletando dados padronizados sobre beneficiários (idade, gênero, deficiência e frequência). O monitoramento do PPBR é feito pela SNPAR, que analisa os relatórios consolidados e base de dados para planejar ações estratégicas.

## 2.1 Antecedentes do Programa



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6514793326>



A trajetória do PPBR teve início com a sua criação como "Rede de Apoio ao Paradesporto", estabelecida por meio da Portaria nº 842, de 16 de dezembro de 2022<sup>2</sup>, do extinto Ministério da Cidadania. Esta fase inicial lançou as bases para a articulação entre o governo federal e as universidades. Assim, em março de 2024, o programa passou por um processo de reestruturação e consolidação, sendo renomeado para "Paradesporto Brasil em Rede" e formalizado como uma política pública do Ministério do Esporte.

## 2.2 Objetivos do Relatório

O presente documento tem como objetivo central avaliar a implementação, as atividades, os resultados e os desafios do Programa Paradesporto Brasil em Rede durante o exercício de 2025. A análise busca fornecer um diagnóstico detalhado do funcionamento da rede, do impacto gerado e das oportunidades de aprimoramento, servindo como um instrumento de gestão e transparência para a sociedade.

## 2.3 Metodologia de Avaliação

A metodologia adotada para esta avaliação consiste em análise essencialmente documental e de relatos apresentados durante audiência pública realizada na 26ª Reunião da Comissão de Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, em 14 de outubro de 2025.

As fontes de dados primárias utilizadas foram:

- i) Termos de Execução Descentralizada (TEDs) firmados entre a SNPARE e as instituições parceiras;
- ii) Relatórios parciais de atividades dos dez Núcleos de Atendimento, referentes ao período avaliado;
- iii) Atas de reuniões coletivas do Núcleo Gestor (UFMG) com os coordenadores dos núcleos, realizadas entre fevereiro e junho de 2025;

2

<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?jornal=515&pagina=28&data=19/12/2022&captchafield=firstAccess>



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6514793326>



- iv) Notas taquigráficas da audiência pública realizada pela Comissão de Esporte do Senado Federal para debater o programa.

A triangulação dessas fontes permitiu uma análise complexa, com o cotejo entre dados quantitativos de execução e relatos qualitativos sobre a implementação e o impacto do programa.

### 3. Implementação da Rede Colaborativa do PPBR

A estrutura em rede é o diferencial estratégico do Programa Paradesporto Brasil em Rede. Como já ressaltado, trata-se de modelo colaborativo, que articula o governo federal, por meio do Ministério do Esporte, e as universidades federais, sendo fundamental para capilarizar as ações em territórios com baixa oferta de paradesporto. Pode-se afirmar, com certa segurança, que a parceria com as IFES garante a execução das atividades, bem como a qualidade técnica e científica do programa, ao integrar a prática esportiva à produção de conhecimento e à formação de recursos humanos qualificados.

#### 3.1 Operacionalização em 2025

A operacionalização da rede em 2025 foi marcada por uma intensa agenda de alinhamento e construção coletiva, coordenada pelo Núcleo Gestor. As atas das reuniões periódicas, realizadas via plataforma Teams entre fevereiro e junho, evidenciam discussões e deliberações essenciais para a consolidação do programa. Entre os principais avanços, destacam-se:

- i) Padronização das Avaliações: A criação coletiva de uma ficha padronizada para avaliação física e demográfica dos beneficiários, que culminou na elaboração do "Manual de Avaliações PPBR".
- ii) Uniformização dos Relatórios: O desenvolvimento de um modelo de relatório padrão, construído com a participação de todos os coordenadores e validado pela SNPAP, para garantir a consistência das informações reportadas.



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6514793326>



- iii) Centralização de Dados: A implementação de um sistema em POWER BI para centralizar, visualizar e analisar os dados demográficos e físicos dos beneficiários de todos os núcleos, otimizando o monitoramento por parte da SNPAR.

### 3.2 Desafios de Implementação e Conquistas

A gestão de uma rede descentralizada apresenta desafios e conquistas inerentes ao seu modelo.

- i) Desafios:
  - a. Burocracia e Atrasos Financeiros: Relatos dos núcleos IFCE Limoeiro do Norte e UFCAT apontam que atrasos na liberação de recursos e dificuldades burocráticas na execução dos TEDs impactam o planejamento e a continuidade das atividades.
  - b. Harmonização de Instrumentos em Rede: A gestão de dez núcleos geograficamente dispersos impôs a necessidade de um esforço contínuo de articulação, coordenado pelo Núcleo Gestor, para a construção e validação coletiva de ferramentas essenciais, como as fichas de avaliação e os modelos de relatório, um processo documentado nas atas das reuniões de fevereiro a junho de 2025.
- ii) Conquistas:
  - a. Padronização de Processos: A criação e implementação do "Manual de Avaliações PPBR" e dos relatórios padronizados em 2025 é uma conquista-chave, pois assegura a coleta de dados coesa em toda a rede, viabilizando análises comparativas e longitudinais.
  - b. Fortalecimento da Colaboração: O processo de construção coletiva das ferramentas de gestão, documentado nas atas das reuniões, qualificou os instrumentos do programa e fortaleceu os laços de colaboração e a troca de experiências entre as instituições participantes.

A consolidação dessa estrutura de rede viabilizou a oferta qualificada de uma ampla variedade de atividades paradesportivas, que serão detalhadas na seção seguinte.



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6514793326>



4. Atividades Paradesportivas Oferecidas pelo PPBR em 2025

A diversidade de modalidades esportivas oferecidas pelo PPBR é um indicador central do sucesso do programa em promover o acesso amplo e inclusivo ao esporte para pessoas com deficiência. A variedade de opções atende a diferentes tipos de deficiência, faixas etárias e interesses, cumprindo o objetivo de democratizar a prática paradesportiva e estimular a participação de um público heterogêneo.

4.1 Catálogo de Modalidades por Núcleo

A tabela a seguir apresenta um panorama das modalidades oferecidas pelos Núcleos de Atendimento em 2025, demonstrando a riqueza e a adaptação da oferta às realidades locais.

| NÚCLEO DE ATENDIMENTO (INSTITUIÇÃO)  | MODALIDADES OFERECIDAS   |
|--|--|
| Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) (Mato Grosso do Sul/Centro-Oeste) | Atletismo (Paralímpica), Crossfit adaptado (Não Paralímpica, ou cross training), e Jiu-jitsu (Não Paralímpica).  |
| Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) (Mato Grosso/Centro-Oeste)            | Goalball (Paralímpica), Atletismo (Paralímpica), Natação (Paralímpica), e Equoterapia (Atividades sobre o Cavalo) (Não Paralímpica). (O Voleibol Sentado estava previsto, mas não foi implementado devido à falta de procura). |
| Universidade Federal da Bahia (UFBA) (Bahia/Nordeste)                            | Judô (Paralímpica), e Jiu-Jitsu (Não Paralímpica).   |
| Universidade Federal de Catalão (UFCAT) (Goiás/Centro-Oeste)                     | Atletismo (Paralímpica), Bocha (Paralímpica), Capoeira (Não Paralímpica), Futsal adaptado (para DI) (Não Paralímpica), e Ginástica para todos e Circo (Não Paralímpica).   |
| Instituto Federal do Ceará (IFCE) - Juazeiro do Norte (Ceará/Nordeste)           | Bocha Paralímpica, Natação, Halterofilismo Paralímpico, Goalball, Futsal (para Surdos e DI) (Não Paralímpica), Voleibol (para Surdos e DI) (Não Paralímpica), e Atletismo (para DI).   |
| Instituto Federal do Ceará (IFCE) - Limoeiro do Norte (Ceará/Nordeste)           | Atletismo, Natação, e Halterofilismo Paralímpico.  |
| Universidade Federal do Maranhão (UFMA) (Maranhão/Nordeste)                      | Atletismo (Paralímpica), Natação (Paralímpica). (Inicialmente, a modalidade Dança foi contemplada, mas foi substituída por Natação devido à baixa adesão inicial).   |
| Universidade Federal do Pará (UFPA) (Pará/Norte)                                 | Atletismo, Paraesgrima (Esgrima em Cadeira de Rodas), Parabadminton, Tiro com Arco, Bocha e Paradança (Dança Esportiva em Cadeira de Rodas) (Não Paralímpica).   |
| Universidade Federal do Piauí (UFPI) (Piauí/Nordeste)                            | Atletismo (Paralímpica), Parabadminton (Paralímpica), e Capoeira (Não Paralímpica).  |
| Universidade Federal do Ceará (UFC) (Ceará/Nordeste)                             | Para-judô (Paralímpica), Futebol para amputadas (Não Paralímpica), e Lutas Adaptadas (para PCDs, modalidade não paralímpica, incluindo Taekwondo e Capoeira em módulos).   |



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6514793326>



## 4.2 Análise da Distribuição Geográfica e Diversidade

A distribuição dos núcleos em três grandes regiões — Norte (UFPA, UFMA), Nordeste (UFPI, IFCE-JN, IFCE-LN, UFBA) e Centro-Oeste (UFMT, UFGD, UFCAT) — cumpre o objetivo estratégico do programa de descentralizar o fomento ao paradesporto, levando oportunidades para localidades onde a oferta era escassa ou inexistente.

A análise do catálogo de modalidades revela uma abordagem inclusiva e abrangente. O programa oferece tanto esportes paralímpicos consolidados, como atletismo, natação e halterofilismo, quanto modalidades não paralímpicas e práticas corporais adaptadas, como capoeira, crossfit, ginástica e dança. Cumpre destacar que diversidade se revela fundamental para ampliar o apelo do programa, atrair diferentes perfis de participantes e promover a cultura do esporte adaptado em suas múltiplas manifestações.

## 5. Produção Científica e Resultados Iniciais

A produção científica no âmbito do PPBR não é um subproduto, mas um pilar central que qualifica e diferencia o programa. A geração de conhecimento a partir das experiências práticas é o que transforma a iniciativa de uma mera oferta de atividades esportivas em uma política pública sustentável, capaz de gerar evidências, aprimorar metodologias e ser replicada em diferentes contextos.

### 5.1 Fomento à Pesquisa e Capacitação

O Núcleo Gestor da UFMG atuou proativamente para estimular a produção científica em toda a rede. Em abril de 2025, foram realizadas duas palestras online com o tema "Redação Científica na Prática", voltadas para alunos, bolsistas e professores de todos os núcleos. A iniciativa, que contou com mais de 80 participantes, teve como objetivo capacitar os membros da rede para a produção e publicação de trabalhos acadêmicos, fortalecendo a cultura de pesquisa do programa.

### 5.2 Mapeamento da Produção Científica



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6514793326>



Os resultados iniciais demonstram uma produção científica diversificada e robusta, evidenciando a integração entre as atividades de extensão e a academia.

• Artigos Científicos: A produção do Núcleo UFBA é notável, com múltiplos artigos publicados em periódicos internacionais de alto impacto em 2025, como *Perceptual and Motor Skillse High Ability Studies*, o que evidencia um retorno direto do investimento na forma de produção científica.

• Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs): O Núcleo UFPI reportou a conclusão de 4 TCCs em 2024 e outros 2 em andamento em 2025. As pesquisas abordam temas como o desempenho motor de adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a aptidão física dos participantes do programa.

• Dissertações e Teses: O Núcleo UFPA evidencia a profundidade da pesquisa desenvolvida, com 6 dissertações de mestrado e 1 tese de doutorado em desenvolvimento, todas com temáticas vinculadas às atividades do PPBR.

• Manuais e Cartilhas: Diversos núcleos estão produzindo materiais pedagógicos. Destaca-se a elaboração de um "sinalário de Libras para a modalidade de Badminton" pelo Núcleo UFPI e a produção de manuais pedagógicos sobre as modalidades ofertadas pelos núcleos UFMT e IFCE Juazeiro do Norte.

• Participação em Congressos: A disseminação do conhecimento gerado é uma prática consolidada. O Núcleo UFCAT, por exemplo, apresentou trabalhos no XIII Congresso Brasileiro de Atividade Motora Adaptada e no II Congresso Brasileiro de Pedagogia do Paradesporto, compartilhando as experiências do programa com a comunidade científica.

i) A tabela abaixo lista artigos publicados em revistas científicas indexadas, com autores vinculados aos núcleos do PPBR:

| INSTITUIÇÃO | TÍTULO DO ARTIGO  | PERIÓDICO            | AUTORES PRINCIPAIS (E COLABORADORES)   |
|-------------|---|----------------------|--|
| UFBA        | <i>Age-Related Peak Performance in Judo Athletes with Visual Impairments: A</i> | High Ability Studies | Rafael Lima Kons, Gennaro Apollaro, João Gabriel Alves da Silva Dantas, Raiane Carvalho, Emerson Franchini, e Daniele Detanico |



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6514793326>



|      |   |  |   |
|------|---|--|---|
|      | <i>Retrospective Analysis of the Paralympic Games</i>   |  |   |
| UFBA | <i>A Needs Analysis and Recommendations for Physical Assessments and Training Adaptations for Judo Athletes With Visual Impairments: A Brief Review</i> | Strength and Conditioning Journal        | Kons, R. L.; Weldon, A.; Bishop, Chris; Cloak, R.; e Detanico, D.   |
| UFBA | <i>Physical Fitness, Interlimb Asymmetry and Injuries Reports in Judo Athletes with Vision Impairments: A Cross-Sectional Study</i>                     | Journal of Sport Rehabilitation          | Silva, R. C.; Athayde, M. S. S.; Bragança, J. R.; Detanico, D.; e Kons, R. L.   |
| UFBA | <i>Tracking the Development of Technical-Tactical Skills in Judo Athletes with Visual Impairments Over Four Paralympic Cycles (2012–2024)</i>           | Revista de Artes Marciales Asiáticas     | Kons, R. L.; Gulias, V. O. S.; e Gomes, N. A. B.  |
| UFBA | <i>Rating of Perceived Exertion Adapted for Athletes with Low Vision: Perspective and Study Recommendations</i>   | Journal of Visual Impairment & Blindness | Lima, C.; Carvalho, R.; Dantas, J. G. A. S.; Barbosa, R. S.; e Kons, R. L.  |
| UFBA | <i>Classifying the Performance of Judo Techniques in Athletes With Visual Impairments During Official Competitions</i>                                  | Perceptual and Motor Skills              | Kons, R. L.; Henriquez, M.; Athayde, M. S. S.; Santos, D. F. C.; Franchini, E.; e Detanico, D.  |
| UFPA | <i>Does Mental Fatigue Affect Physical Performance in Wheelchair Basketball Players? An Individualized Cognitive Load Approach</i>                      | Perceptual and Motor Skills              | Silva, Carlos Mariano Aguiar Ferreira da; Penna, Eduardo Macedo; Coelho, Thatiane da Silva; Silva Neto, Carlos Aguiar Ferreira da; De Mello, Marco Túlio; Crisp, Alex Harley; Coswig, Victor Silveira; Silva, Andressa; E Costa e Silva, Anselmo De Athayde |
| UFPA | <i>Sports injuries in sitting volleyball athletes: a systematic review</i>  | Motriz                                   | Correa Pardaul de Moraes, Luana; Barbosa Lopes Júnior, Doriedson; Athayde Costa e Silva, Anselmo; Silva, Andressa; E Passos Magno e Silva, Marília  |
| UFPA | O paradesporto em um programa de extensão universitária: um relato de experiência no Programa UFPA Paralímpica  | Revista Conexões                         | Cunha, E. K. C.; Silva Neto, C. A. F.; Corrêa, A. C. S.; E Magno E Silva, Marília Passos  |

ii) Capítulos de Livro Publicados. Os núcleos do PPBR contribuíram com capítulos para o livro coletivo "Programa Paradesporto Brasil em Rede: O Paradesporto em seus Diferentes Contextos" (2024), editado por Haiachi, M. C.; Oliveira, A. F. S.; e Almeida, M. B..

| INSTITUIÇÃO | TÍTULO DO CAPÍTULO  | AUTORES DO CAPÍTULO   |
|-------------|---|---|
| UFMA        | Iniciação ao Atletismo para Crianças e Adolescentes com Transtorno do | Elizabeth Santana Alves de Albuquerque, Silvana Maria Moura da Silva, Jucilea Ferreira Neres, |



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6514793326>





|                          |  |   |
|--------------------------|--|---|
|                          | Espectro Autista no Programa Paradesporto Brasil em Rede de Universidade Federal do Maranhão                                 | Ana Beatriz Reis de Sousa, Carolina Mariana de Souza Costa, Guilherme Ferreira Nogueira, Reinaldo Reis da Silva, e Saulo Rafael Fernandes Vasconcelos Silva |
| IFCE – Limoeiro do Norte | A Importância da Participação dos Pais na Rotina de Exercícios Físicos de Crianças com Tea: Um Relato de Experiência         | ARAUJO, Francisco Idelan Chaves; MOURA, Vanessa Ellen Rodrigues; e ALMEIDA, Thiago Gadelha de   |
| IFCE – Limoeiro do Norte | Transformando Vidas através da Água: Experiências no Ensino da Natação para Crianças Autistas                                | SILVA FILHO, Luiz Gouveia da; FURTADO, Francisco José Alves; e ALMEIDA, Thiago Gadelha de   |
| UFGD                     | Adaptações para Pessoa em Cadeira de Rodas no Crossfit: Possibilidades no Programa Paradesporto Brasil em Rede - Núcleo UFGD | SILVA, Mário Sérgio Vaz, OLIVEIRA, Mayara Teodoro, e FREITAS, Josiane Fujisawa Filus  |
| UFGD                     | O Surdo no Crossfit: Experiências do Programa Paradesporto Brasil em Rede – Núcleo UFGD                                      | FREITAS, Josiane Fujisawa Filus, RIBEIRO, Kauê Zamorano Nascimento; SILVA, Mário Sérgio Vaz; e LIMA, Juliana Maria da Silva                                 |
| UFCAT                    | Implementação do PPBR na UFCAT: possibilidades, desafios e impactos na instituição.  | Cristiane da Silva Santos; Heliany Pereira dos Santos; e Lana Ferreira de Lima  |
| IFCE – Juazeiro do Norte | Equilíbrio e agilidade em surdos atletas de futsal   | SANTOS, F. X.; SANTOS, J. C. S.; AMORIM, T. P.; VIEIRA, S. P.; VIANA, A. S.; DAMASCENO, M. M. S.; e GUERRA, Ialuska   |
| IFCE – Juazeiro do Norte | Percepção de senseis e panseis sobre a inclusão de pessoas cegas e com baixa visão no jiu-jitsu                              | ARAUJO, A. C.; AMORIM, T. P.; VIEIRA, S. P.; SOUZA, E. C. S.; e GUERRA, Ialuska   |
| IFCE – Juazeiro do Norte | Percepções de professores de educação física sobre a atuação profissional com alunos surdos                                  | SILVA, G. V. S.; GUERRA, Ialuska; ALMEIDA, J. H.; e GONCALVES, C. C. S.   |

iii) Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs). Os trabalhos de graduação concluídos ou em andamento listados abaixo estão vinculados à produção científica dos núcleos:

| INSTITUIÇÃO              | TÍTULO DO TCC  | AUTOR(ES) PRINCIPAL(IS)                     | SITUAÇÃO (2025)                             |
|--------------------------|--|---|---|
| IFCE – Juazeiro do Norte | Avaliação do equilíbrio e agilidade em surdoatletas de futsal  | Felipe Xavier dos Santos                    | Concluído (Licenciatura em Educação Física) |
| UFPA                     | Conhecimento e Uso de Proteção Solar por Paratletas  | Angela Cristine da Silva Corrêa             | Finalização                                 |
| UFPA                     | Conhecimento e atitudes sobre concussão em paratletas de goalball  | Lucas de Souza Brito e Arthur Camara Lucena | Em Andamento                                |
| UFGD                     | O atletismo para pessoas com mielomeingogele: um estudo de caso  | Pedro Nunes                                 | Em Produção (Artigo/TCC)                    |
| UFGD                     | A criança com deficiência visual no atletismo  | Eva Gabriela Matos de Oliveira              | Em Produção (Artigo/TCC)                    |
| UFGD                     | Avaliação antropométricas e qualidade de vida de mães cuidadoras de crianças com TEA praticantes de crossfit | Ana Luiza Alves                             | Em Produção (Artigo/TCC)                    |



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6514793326>



|                          |  |   |                                |
|--------------------------|--|---|--------------------------------|
| UFGD                     | Avaliação física dos beneficiários do PPBR: núcleo UFGD                        | Maria Eduarda Reis, Cassiani de Oliveira Lopes, e Deborah Oliveira da Costa | Em Produção (Artigo/TCC)       |
| IFCE – Limoeiro do Norte | Qualidade de Vida dos cuidadores de crianças com TEA do PPBR Limoeiro do Norte | (Não especificado, sendo o tema foco do Núcleo)                             | Em Andamento (Coleta de Dados) |

5.3 Análise dos Resultados Iniciais

Os resultados demonstram o sucesso do PPBR na criação e no fortalecimento de grupos de pesquisa, como o Grupo de Pesquisa em Atividade Motora Adaptada e Paradesporto no IFCE-JN, e na efetiva integração entre extensão, ensino e pesquisa. Portanto, a abordagem cumpre um objetivo-chave do programa: gerar conhecimento aplicado que possa retroalimentar as práticas pedagógicas e subsidiar o aprimoramento de políticas públicas para o setor.

6. Participação de Mulheres e Meninas com Deficiência

A promoção da equidade de gênero apresenta-se como uma diretriz estratégica do Programa Paradesporto Brasil em Rede. A meta de alcançar para mulheres e meninas com deficiência o mínimo de 50% das vagas oferecidas está alinhada a políticas públicas mais amplas de combate à dupla vulnerabilidade enfrentada por mulheres e meninas com deficiência, que historicamente encontram mais barreiras de acesso ao esporte, à saúde e à inclusão social.

6.1 Análise dos Dados de Participação em 2025

Os dados consolidados do Núcleo Gestor em 2025 indicam que, embora haja progresso, a meta de 50% ainda está em fase de busca ativa, priorizando a captação desse público.

A Tabela 1 detalha a distribuição por gênero nos 10 Núcleos de Atendimento ativos até agosto de 2025. O total consolidado de beneficiários em agosto era de 558 pessoas, sendo 173 mulheres, o que representa 31% de participação feminina.



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6514793326>



17  
16

| IFES (NÚCLEO PPBR)            | GÊNERO MASCULINO (N) | GÊNERO FEMININO (N) | TOTAL DE BENEFICIÁRIOS | PARTICIPAÇÃO FEMININA (%) |
|-------------------------------|----------------------|---------------------|------------------------|---------------------------|
| UFGD (MS)                     | 60                   | 49                  | 109                    | 44,95%                    |
| UFCAT (GO)                    | 40                   | 18                  | 58                     | 31,03%                    |
| UFBA (BA)                     | 48                   | 12                  | 60                     | 20,00%                    |
| UFC (CE)                      | 6                    | 10                  | 16                     | 62,50%                    |
| UFMA (MA)                     | 33                   | 4                   | 37                     | 10,81%                    |
| UFPI (PI)                     | 18                   | 7                   | 25                     | 28,00%                    |
| UFPA (PA)                     | 33                   | 24                  | 57                     | 42,11%                    |
| UFMT (MT)                     | 46                   | 24                  | 70                     | 34,29%                    |
| IFCE – Limoeiro do Norte (CE) | 28                   | 7                   | 35                     | 20,00%                    |
| IFCE – Juazeiro do Norte (CE) | 46                   | 10                  | 56                     | 17,86%                    |
| Total Consolidado             | 385                  | 173                 | 558                    | 31,00%                    |

6.2 Destaques Específicos sobre a Participação Feminina:

- O Núcleo UFC é o único que ultrapassou a meta de 50% de participação feminina (62,5%). Isso é impulsionado, em parte, pela oferta da modalidade de Futebol para Amputadas, que é exclusiva para meninas e mulheres.
- O Núcleo UFGD alcançou 49 beneficiárias femininas, com um total de 109 beneficiários. A beneficiária Rosenilda Aoyama destacou a importância do apoio mútuo para transporte, o que pode facilitar a participação, especialmente em modalidades como o CrossFit Adaptive.
- O Núcleo UFMA substituiu a modalidade Dança por Natação, em março de 2025, devido à baixa adesão. Embora a participação feminina fosse baixa em agosto (4 mulheres), o monitoramento da adesão e a reestruturação da modalidade foram estratégias adotadas para aumentar a frequência de beneficiários.
- Estratégias para aumentar a participação feminina incluem a oferta de modalidades com maior atratividade e ações de conscientização junto às famílias.

A Tabela 2 apresenta a evolução da participação feminina no PPBR. As fontes fornecem dados pontuais e observações qualitativas históricas, em vez de uma série temporal de dados por gênero. O foco do PPBR na equidade de gênero se tornou uma diretriz explícita a partir de sua



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6514793326>



instituição formal em 2024, visando reverter a predominância masculina historicamente observada.

| PERÍODO/ CONTEXTO        | ALCANCE DA PESQUISA          | TOTAL DE BENEFICIÁRIOS             | PARTICIPAÇÃO FEMININA   | OBSERVAÇÕES   |
|--------------------------|------------------------------|------------------------------------|-------------------------|---|
| Pesquisa Anterior (2023) | Apenas os 6 núcleos iniciais | 287 (participaram 156 na pesquisa) | Predominância masculina | Pesquisa realizada pelo núcleo gestor anterior, indicando predominância masculina na faixa etária de 3 a 53 anos. |
| Agosto de 2025           | 10 Núcleos Ativos            | 558                                | 173 mulheres (31%)      | O PPBR alcançou 31% de participação feminina, indicando que o programa está em busca de atingir a meta de 50%.    |

6.3 Estratégias de Monitoramento e Evolução:

A busca por maior participação feminina é uma diretriz ativa, e a SNPARG exige relatórios trimestrais que contenham o número de beneficiários atendidos por gênero.

- O Núcleo Gestor (UFMG) está padronizando a coleta de dados, usando planilhas e o sistema Power BI para facilitar a visualização e monitoramento do perfil demográfico, incluindo o gênero dos beneficiários, o que deve auxiliar no acompanhamento futuro da evolução da participação feminina.
- O PPBR tem buscado aumentar a participação feminina através de ações de divulgação em mídias locais, redes sociais, escolas e associações parceiras.
- Apesar do percentual geral de 31% em agosto de 2025, o programa está empenhado em desenvolver estratégias específicas para promover a participação de mulheres e meninas com deficiência, como a diversificação das modalidades para aquelas com maior atratividade feminina (natação, dança, artes marciais) e o monitoramento sistemático da proporção de beneficiárias.



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6514793326>



## 7. Formação Profissional em Educação Física e Áreas Correlatas

O Programa Paradesporto Brasil em Rede desempenha um papel elementar na formação de capital humano especializado para o paradesporto brasileiro. Ao integrar estudantes de graduação às atividades práticas, o programa atua diretamente na qualificação da próxima geração de profissionais de Educação Física, Fisioterapia e áreas afins, suprimindo uma lacuna histórica na formação acadêmica e no mercado de trabalho.

### 7.1 Estrutura de Formação dos Bolsistas

O modelo de formação do PPBR é estruturado para aliar teoria e prática. O programa concede bolsas para estudantes de graduação, que atuam como monitores nas diversas modalidades oferecidas. O processo formativo inclui:

- Capacitação Inicial Obrigatória: Conforme detalhado nos planos de trabalho de núcleos como UFMT e UFGD, os bolsistas selecionados passam por uma capacitação inicial de 40 horas. Esta formação aborda temas fundamentais como fisiologia do exercício, treinamento físico aplicado, metodologias de ensino e especificidades do paradesporto.

- Formação Continuada: Além do treinamento inicial, os estudantes participam de reuniões pedagógicas semanais para planejamento de aulas, grupos de estudo e capacitações temáticas, como as palestras sobre redação científica promovidas pelo Núcleo Gestor.

| NÚCLEO (IFES)        | CATEGORIA DA BOLSA (FUNÇÃO)                          | QUANTIDADE DE BOLSAS | VALOR UNITÁRIO MENSAL (R\$) | DURAÇÃO (MESES) | FOCO PRINCIPAL / OBSERVAÇÕES  |
|----------------------|--|----------------------|-----------------------------|-----------------|---|
| Núcleo Gestor (UFMG) | Coordenação Geral (Profª. Drª. Andressa S. de Mello) | 1                    | R\$ 5.200,00 (Parcela)      | 18              | Responsável pelo desenvolvimento de ações técnico-científicas, padronização de avaliações e gestão do conhecimento em <i>Power BI</i> . |
| Núcleo Gestor (UFMG) | Acadêmico Pós-Graduação (Mestrado)                   | 1                    | R\$ 1.430,00                | 18              | Gustavo Cruz. Atua no suporte metodológico e redação científica.  |



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6514793326>



|                      |                                |    |                                |    |   |
|----------------------|--------------------------------|----|--------------------------------|----|---|
| Núcleo Gestor (UFMG) | Acadêmico Graduação (Apoio)    | 1  | Valor não especificado (menor) | 12 | Silas Barros e Luísa. Alunos de Educação Física, frequentemente atletas ou PcD, como o Silas (lesão medular).   |
| UFBA (BA)            | Professor Coordenador          | 1  | R\$ 2.500,00                   | 26 | Coordenador: Prof. Dr. Rafael Lima Kons. Lidera o Grupo de Estudo e Pesquisa em Lutas Esportivas.   |
| UFBA (BA)            | Professor Colaborador          | 1  | R\$ 1.430,00                   | 14 | Apoio na execução pedagógica do projeto.  |
| UFBA (BA)            | Acadêmico Graduação/PPG (PD&I) | 9  | R\$ 800,00                     | 12 | Atuação direta em modalidades de Lutas (Judô e Jiu-Jitsu). Inclui bolsistas da Pós-Graduação, como Carolina Lima Bastos Silva (Ciência da Reabilitação).        |
| UFC (CE)             | Bolsa Docente (Nível IA)       | 2  | R\$ 3.169,37                   | 18 | Auxílio na parte pedagógica e estruturação da capacitação. Coordenador: Mário Antônio de Moura Simim.   |
| UFC (CE)             | Acadêmico Graduação (PD&I)     | 4  | R\$ 700,00                     | 17 | Auxílio na execução. Harley Sousa Barbosa, Gleyce Borges Lima.  |
| UFMA (MA)            | Bolsa Docente (PDI Nível IA)   | 1  | R\$ 3.169,37                   | 17 | Coordenadora: Profª Drª Elizabeth Santana Alves de Albuquerque.   |
| UFMA (MA)            | Acadêmico Graduação (PD&I)     | 5  | R\$ 800,00                     | 17 | Atuam nas modalidades (Atletismo, Natação) e em produção científica (capítulo de livro). Guilherme Ferreira Nogueira, Saulo Rafael Fernandes Vasconcelos Silva. |
| UFGD (MS)            | Professor Coordenador          | 1  | R\$ 2.500,00                   | 24 | Coordenador: Prof. Dr. Mário Sérgio Vaz da Silva.   |
| UFGD (MS)            | Professor Colaborador          | 1  | R\$ 1.900,00                   | 12 | Ex: Profª Drª Josiane Fujisawa Filus de Freitas (Crossfit e suporte em outras modalidades).   |
| UFGD (MS)            | Acadêmico Graduação (PD&I)     | 10 | R\$ 800,00                     | 12 | Inclui bolsistas da Educação Física e Libras (intérpretes para Jiu-Jitsu) e Nutrição.   |
| UFCAT (GO)           | Professor Coordenador          | 1  | R\$ 2.500,00                   | 24 | Coordenadora: Profª Drª Cristiane da Silva Santos.  |
| UFCAT (GO)           | Professor Colaborador          | 1  | R\$ 1.900,00                   | 12 | Bolsas concedidas às professoras Heliany  |



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6514793326>

|                             |                                     |   |              |    |  |
|-----------------------------|-------------------------------------|---|--------------|----|--|
|                             |                                     |   |              |    | Pereira dos Santos e Lana Ferreira de Lima.  |
| UFCAT (GO)                  | Acadêmico Graduação (PD&I)          | 9   | R\$ 800,00   | 12 | Atuam em Ginástica para Todos, Circo e Capoeira.   |
| IFCE Juazeiro do Norte (CE) | Coordenador                         | 1   | R\$ 2.500,00 | 12 | Coordenadora: Profª Drª Ialuska Guerra.  |
| IFCE Juazeiro do Norte (CE) | Acadêmico                           | 5 (Inicialmente 4, ampliado para 5)       | R\$ 800,00   | 12 | Atuam em Goalball, Halterofilismo, Natação e Futsal. Os bolsistas fazem formação continuada específica e cursos do CPB.                    |
| IFCE Limoeiro do Norte (CE) | Coordenador                         | 1   | R\$ 2.500,00 | 12 | Coordenador: Prof. Me. Thiago Gadelha de Almeida.  |
| IFCE Limoeiro do Norte (CE) | Acadêmico                           | 6   | R\$ 800,00   | 12 | Atuação em Natação e Halterofilismo Paralímpico.   |
| UFPA (PA)                   | Docente (Extensão Nível I)          | 1   | R\$ 2.630,58 | 18 | Coordenadora: Profª Drª Marília Passos Magno e Silva.  |
| UFPA (PA)                   | Acadêmico Graduação/Mestrado (PD&I) | 3 (Mínimo, mas 5 PPBR bolsistas listados) | R\$ 800,00   | 17 | Inclui alunos de Mestrado (Eunice Kelly Costa da Cunha) e Graduação com Deficiência (Lucas de Souza Brito, Daniel Carlos Moraes da Silva). |
| UFPI (PI)                   | Bolsa Docente (Nível IA)            | 2   | R\$ 3.169,37 | 17 | Coordenadores: Prof. Dr. Sergio Luis Galan Ribeiro e Profª Drª Mara Jordana Magalhães Costa.   |
| UFPI (PI)                   | Acadêmico Graduação (PD&I)          | 4   | R\$ 800,00   | 17 | Foco no atendimento de pessoas com Deficiência Intelectual (DI), TEA e Surdez. Atuam em Atletismo, Badminton e Capoeira.                   |
| UFMT (MT)                   | Professor Coordenador               | 1   | R\$ 2.500,00 | 26 | Coordenadora: Profª Drª Juliana Aparecida de Paula Schuller.   |
| UFMT (MT)                   | Acadêmico                           | 6 (Inicialmente 3, ampliado para 6)       | R\$ 800,00   | 12 | Atuação em modalidades como Equoterapia, Goalball e Natação.   |

Notas Complementares sobre a Formação e o Perfil dos Bolsistas:



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6514793326>



- i) Capacitação Obrigatória: Todos os bolsistas acadêmicos recebem uma capacitação inicial de 40 horas, abordando temas como fisiologia do exercício, treinamento físico e paradesporto.
- ii) Voluntariado e Curricularização: Além dos bolsistas remunerados, muitos núcleos contam com um número significativo de acadêmicos voluntários (ex: UFGD com 15 voluntários da Educação Física e 9 da Nutrição), integrando a curricularização da extensão.
- iii) Incentivo à Produção Científica: A equipe do Núcleo Gestor, incluindo o bolsista de Mestrado Gustavo Cruz, realizou palestras sobre "Redação Científica na Prática" direcionadas aos bolsistas dos núcleos, incentivando a produção de TCCs e artigos.
- iv) Perfil Inclusivo: O programa apoia ativamente a formação de paratletas, como Lucas de Souza Brito (aluno de Fisioterapia e atleta de atletismo com baixa visão) e Daniel Carlos Moraes da Silva (aluno de Educação Física com amputação), ambos bolsistas do Núcleo UFPA.
- v) Seleção: A contratação de bolsistas é feita por meio de edital de seleção simplificado. A UFMA, por exemplo, aprovou 5 alunos para monitoria, sendo 4 da Licenciatura em Educação Física e 1 do Bacharelado, após entrevistas com 22 candidatos.
- vi) Desafios: O Núcleo Gestor (UFMG) enfrentou dificuldades na implementação da bolsa de Pós-Doutorado devido ao baixo valor e à dificuldade de encontrar um perfil adequado para o tema do projeto.
- vii) Gestão de Pessoal: A UFMA teve que lidar com substituição de bolsistas, e a UFCAT reportou o desligamento de três monitores em 2025, sendo dois por terem conseguido estágio não obrigatório com remuneração superior à da bolsa PPBR.

## 7.2 Experiências Práticas e Desenvolvimento de Competências

A atuação no PPBR proporciona aos estudantes uma imersão prática que transcende o currículo tradicional, permitindo o desenvolvimento de competências técnicas e humanas essenciais. Os relatórios dos núcleos evidenciam diversas oportunidades de desenvolvimento, como:



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6514793326>





---

22<sup>23</sup>

• **Atuação em Eventos:** O Núcleo UFCAT relatou a participação de seus monitores nas Paralimpíadas Escolares de 2023, uma experiência que culminou com uma das monitoras obtendo a certificação de Árbitra de Bocha.

• **Aplicação de Conhecimento:** Os bolsistas são diretamente envolvidos no planejamento das aulas, na aplicação das avaliações físicas padronizadas e na produção de conhecimento científico (TCCs, artigos, resumos para congressos), integrando na prática os pilares de ensino, pesquisa e extensão.

### 7.3 Impacto na Formação Acadêmica e Profissional

O PPBR oferece formação teórico-prática, que prepara os futuros profissionais para atuarem com competência técnica, sensibilidade e compromisso ético junto a pessoas com deficiência. A qualificação de bolsistas, como a certificação de uma monitora em arbitragem de bocha (Núcleo UFCAT), enriquece o percurso acadêmico individual, além de criar capital humano especializado capaz de mitigar desafios operacionais, como a necessidade de suporte técnico em competições e a captação de públicos específicos, como a comunidade surda (desafio apontado pelo Núcleo UFPI).

Ao proporcionar essa experiência supervisionada e remunerada, o programa contribui para descentralizar a prática da "assistência voluntária" e para formar uma massa crítica de profissionais capazes de fortalecer o paradesporto em todo o território nacional.

## 8. Impacto Preliminar na Saúde e Qualidade de Vida

O Programa Paradesporto Brasil em Rede se posiciona como uma intervenção de saúde pública que utiliza o esporte como ferramenta para promover a aptidão física, a inclusão social, o bem-estar mental e a qualidade de vida de seus participantes. As evidências preliminares, tanto qualitativas quanto quantitativas, indicam um impacto altamente positivo.

### 8.1 Evidências Qualitativas dos Beneficiários



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6514793326>



Os depoimentos colhidos durante audiência pública, no Senado Federal, por ocasião da 26ª Reunião da Comissão de Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, em 14 de outubro de 2025, oferecem uma visão clara do impacto social e pessoal do programa:

- O testemunho de Rosenilda Aoyama, beneficiária do núcleo UFGD, ilustra o forte impacto na socialização e no senso de comunidade. Ela descreve a formação de um grupo coeso, em que a ajuda mútua para superar a barreira do transporte ("um dá carona para um, outro dá carona") e o apoio constante dos estagiários fortalecem os laços. Rosenilda destaca o sentimento de pertencimento que motiva a participação regular: "a gente já se programa para não faltar".

- A fala de Maria Furtado de Souza, do núcleo IFCE-Juazeiro do Norte, revela como o programa representa uma oportunidade ímpar de desenvolvimento esportivo, mesmo diante de barreiras estruturais. Ressalta que o núcleo "dá esse suporte de me orientar melhor para questões de campeonatos", indicando o papel do PPBR no fomento ao esporte de participação e, potencialmente, de rendimento.

## 8.2 Coleta de Evidências Quantitativas

Para além dos relatos, o programa estruturou em 2025 um sistema complexo para mensurar o impacto na saúde de forma objetiva. A metodologia prevê a aplicação sistemática de avaliações físicas em três momentos: no início da participação, após 6 meses e ao final do projeto. A padronização da ficha de avaliação e a criação do "Manual de Avaliações PPBR" pelo Núcleo Gestor são passos fundamentais que permitirão a coleta de dados longitudinais consistentes sobre a evolução da aptidão física e dos parâmetros de saúde dos participantes em toda a rede.

## 8.3 Análise Preliminar do Impacto

Com base nas evidências disponíveis, o impacto preliminar do PPBR na saúde e qualidade de vida dos beneficiários é altamente positivo. Os relatos qualitativos indicam melhorias significativas na socialização, no bem-estar psicológico e no sentimento de pertencimento. Ao mesmo tempo, a estruturação da coleta de dados quantitativos em 2025 estabelece as bases para a comprovação científica futura do impacto do programa na saúde



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6514793326>



física, fortalecendo sua legitimidade como uma política pública baseada em evidências.

9. Desafios e Pontos Fortes do PPBR em 2025

A tabela a seguir apresenta uma análise comparativa dos principais pontos fortes e desafios observados durante o exercício de 2025.

| PONTOS FORTES OBSERVADOS   | DESAFIOS ENFRENTADOS   |
|--|--|
| <b>Modelo de Rede Colaborativa Sólido:</b> A estrutura de rede com Núcleo Gestor e Núcleos de Atendimento provou ser eficaz para a padronização de processos, o apoio técnico e o fortalecimento mútuo entre as instituições.  | <b>Transporte e Acessibilidade:</b> Principal desafio apontado por beneficiários (Maria Furtado) e múltiplos núcleos (UFCAT, UFPA), como barreira central à participação e frequência dos beneficiários.   |
| <b>Integração Ensino-Pesquisa-Extensão:</b> Sucesso notável na produção científica (artigos, TCCs, manuais) e na formação qualificada de recursos humanos, um diferencial que garante a qualidade e a sustentabilidade do programa.  | <b>Burocracia e Fluxo Financeiro:</b> Atrasos na liberação de recursos foram consistentemente relatados (IFCE-LN, UFCAT), impactando o planejamento, a continuidade das atividades e a execução orçamentária.  |
| <b>Alta Satisfação e Impacto Social:</b> Depoimentos positivos e emocionados (Rosenilda Aoyama) e dados históricos de satisfação (pesquisa conduzida pelo núcleo gestor anterior, citada pela SNPAP em audiência pública, apontou que 77% dos beneficiários avaliaram o programa com nota 10) indicam forte adesão e um impacto transformador na vida dos participantes. | <b>Infraestrutura e Equipamentos:</b> Necessidade de materiais esportivos oficiais (halterofilismo, bocha) e de melhorias na infraestrutura esportiva das universidades parceiras (UFPA) para qualificar o atendimento e permitir a expansão.          |
| <b>Reconhecimento Institucional:</b> A formalização do programa como política pública (Portaria de 2024) e o vínculo com o Ministério do Esporte conferem legitimidade e facilitam a articulação de parcerias, como relatado pela UFPA.  | <b>Segurança:</b> Questões de segurança no entorno de alguns campi universitários (UFPA) foram citadas como um fator que limita a oferta de atividades em horários alternativos, como o noturno, restringindo o acesso de quem trabalha durante o dia. |
| <b>Diversidade de Modalidades e Público:</b> A ampla oferta de esportes, incluindo opções paralímpicas e não paralímpicas, e o atendimento a diversos tipos de deficiência demonstram a capacidade de adaptação e o caráter inclusivo da rede.   | <b>Captação de Públicos Específicos:</b> Foram relatadas dificuldades pontuais na atração e retenção de determinados grupos, como a comunidade surda no núcleo UFPI, demandando estratégias de divulgação e abordagem mais direcionadas.               |

A análise matricial revela que os pontos fortes do PPBR são predominantemente de natureza programática e metodológica (modelo em rede, integração acadêmica), enquanto os desafios são de ordem estrutural e logística (transporte, financiamento, infraestrutura). Isso indica que a essência da política pública é sólida, mas sua eficácia se apresenta limitada por fatores exógenos que exigem articulação intersetorial e otimização de processos administrativos em nível federal.



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6514793326>



i) **Enfrentamento da Barreira do Transporte**

| ELEMENTOS E EVIDÊNCIAS   |
|--|
| <b>Dificuldade Central e Universal:</b> O Transporte e o acesso são citados como dificuldades que limitam a frequência e permanência dos participantes, sobretudo em regiões metropolitanas e no interior. Diversos núcleos relataram essa dificuldade, incluindo UFPA, UFGD, UFBA, IFCE Limoeiro do Norte, IFCE Juazeiro do Norte, UFCAT, e UFC.  |
| <b>Transporte Adaptado:</b> A falta de transporte adaptado na cidade é um desafio enfrentado pelo Núcleo UFCAT. A UFPA reportou dificuldades com transporte na cidade e transporte interno na UFPA. A UFBA registrou o transporte público como uma dificuldade "Não resolvida".  |
| <b>Custeio Próprio:</b> A Profª. Drª. Cristiane da Silva Santos (UFCAT) chegou a utilizar o valor da própria bolsa como coordenadora para custear o transporte de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) por meio de aplicativo (Uber), garantindo a participação semanal até a data limite do primeiro TED, evidenciando que o auxílio-transporte é essencial para a eficácia do programa. |
| <b>Busca Ativa de Estratégias:</b> Núcleos como o IFCE Juazeiro do Norte e a UFGD buscaram estratégias para contornar a dificuldade, como combinar caronas entre os participantes e contatar secretarias de educação para liberação de acesso a transportes estudantis, indicando que a solução necessita de coordenação.  |
| <b>Reconhecimento Institucional:</b> A Coordenadora-Geral da SNPARG, Vânia Tie, articulou agendas junto ao Congresso Nacional para pleitear recursos financeiros para custeio de pessoal e transporte, reforçando que o acesso logístico é reconhecido pela gestão central como um ponto crítico.  |

ii) **Otimização do Fluxo de Recursos**

| ELEMENTOS E EVIDÊNCIAS   |
|--|
| <b>Atraso no Repasse de Bolsas:</b> O Núcleo UFC (Ceará) relatou que as reuniões pedagógicas e a avaliação física dos beneficiários foram atrasadas devido às incertezas e aspectos burocráticos relacionados ao pagamento de bolsas. O início da avaliação física ocorreu somente em abril/2025, sendo prevista para o início do projeto. |
| <b>Atraso no Repasse do TED:</b> O Núcleo Gestor (UFMG) relatou um atraso de três (3) meses no repasse do TED, que estava previsto para agosto/2024, mas só foi efetivado em novembro/2024. O IFCE Juazeiro do Norte sofreu um atraso de cinco (5) meses na liberação de um novo aporte financeiro.  |



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6514793326>



|   |
|---|
| <p><b>Impacto na Vigência:</b> A Unidade Descentralizadora (SNPAR) tem a prerrogativa de prorrogar de ofício a vigência do TED quando ocorrer atraso na liberação de recursos, limitado ao prazo do atraso. No entanto, o Núcleo UFC relatou que os entraves burocráticos "têm dificultado, e ainda dificultam, a plena execução das atividades propostas".</p> |
| <p><b>Dependência de Previsibilidade:</b> O Prof. Mário Sérgio Vaz da Silva (UFGD) destacou que, como o PPBR se tornou uma política pública, "fica mais tranquilo para que a gente possa realizar um planejamento maior das atividades", pois a dependência da renovação dos TEDs e do termo aditivo prejudicava o planejamento.</p>                            |
| <p><b>Cenário de Aditivos:</b> Em uma reunião de coordenadores em fevereiro de 2025, foi informado que "O cenário é negativo para aditivos financeiros", reforçando a necessidade de otimizar o fluxo dos recursos já pactuados e buscar estabilidade.</p>  |

iii) Investimento em Infraestrutura e Equipamentos

| ELEMENTOS E EVIDÊNCIAS  |
|---|
| <p><b>Carência de Materiais Oficiais:</b> O Relatório de Desafios do PPBR lista a Infraestrutura como um ponto crítico, indicando que muitos núcleos carecem de materiais esportivos específicos. A Coordenadora Ialuska (IFCE Juazeiro do Norte) mencionou que o núcleo não possui um banco de parahalteofilismo oficial, barras e anilhas oficiais.</p>   |
| <p><b>Necessidade de Equipamentos Específicos:</b> A UFPA reportou que, apesar de ofertar modalidades inovadoras como tiro com arco, enfrentou desafios de infraestrutura e falta de materiais. O núcleo precisa de materiais para tiro com arco e já abriu processo de solicitação à UFPA para aquisição de novos equipamentos.</p>  |
| <p><b>Espaços Improvisados:</b> A UFPA mencionou que muitos núcleos ainda operam em espaços improvisados, e a UFC relatou que as atividades do Judô e Para-judô ocorreram em conjunto com o projeto Tatame Universitário, devido a dificuldades. O Prof. Mário Sérgio (UFGD) também indicou a necessidade de melhoria das estruturas, observando que, se a universidade tivesse uma estrutura adequada, o trabalho seria mais rico.</p> |
| <p><b>Investimento em Adaptação:</b> A UFBA, por exemplo, incluiu no TED a modernização do espaço para práticas de artes marciais, com adaptações para pessoas com deficiência visual. O Núcleo UFGD previu a aquisição de Cintos de Transferência e Cintos de Segurança para Cadeira de Rodas, demonstrando que os TEDs devem contemplar essas necessidades.</p>   |



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6514793326>



iv) Consolidação da Coleta e Análise de Dados

| ELEMENTOS E EVIDÊNCIAS  |
|---|
| <b>Foco na Avaliação de Impacto:</b> O PPBR tem como meta desenvolver métricas e metodologias para avaliar o impacto do programa na saúde e qualidade de vida dos participantes a longo prazo. O uso do POWER BI é o mecanismo central para essa transição.   |
| <b>Implementação e Uso do Power BI:</b> O Núcleo Gestor já unificou os dados da primeira avaliação (abril/maio de 2025) e transferiu as informações para o Sistema POWER BI. Esse sistema já permite a visualização gráfica do Perfil Demográfico e Físico para a SNPAR.  |
| <b>Melhoria da Coleta para Longitudinalidade:</b> O Núcleo Gestor (UFMG) sugeriu a transição do método de coleta de dados para o Microsoft Forms na próxima avaliação (outubro de 2025), o que permitirá a atualização automática e em tempo real dos dados no painel do Power BI. Isso garante a continuidade e o aprofundamento da coleta, como sugerido na recomendação. |
| <b>Resultados Científicos como Legitimidade:</b> O fomento à produção de dados e indicadores de impacto fortalece a base esportiva nacional. O sucesso em produzir 12 artigos científicos, sendo três já publicados, em menos de dois anos, demonstra o potencial da rede para gerar as evidências que a plataforma POWER BI irá consolidar.                                |
| <b>Relatórios Padronizados:</b> O Núcleo Gestor (UFMG) já elaborou o "Manual de Avaliações PPBR" e padronizou a ficha de avaliação demográfica e física, passos cruciais para que o monitoramento se torne uma avaliação de impacto longitudinal.   |

10. Conclusão e Recomendações

A análise do exercício de 2025 demonstra que o PPBR superou a fase de implementação inicial, consolidando um modelo de governança e operação que entra em fase de maturação, de modo que os desafios se deslocam da estruturação para a otimização e a escalabilidade. O programa demonstrou eficácia em sua missão de expandir o acesso ao paradesporto de forma qualificada, cientificamente embasada e com um profundo impacto social. Sua estrutura em rede, aliada ao tripé ensino-pesquisa-extensão, consolida-se como um modelo para o desenvolvimento do esporte inclusivo no Brasil.



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6514793326>



## 10.1 Resumo das Conclusões

1. O modelo de gestão em rede, com a liderança do Núcleo Gestor da UFMG a partir de 2025, consolidou-se como um arranjo eficaz, resultando em avanços significativos na padronização da coleta de dados, no monitoramento de resultados e no fortalecimento da colaboração entre os Núcleos de Atendimento.

2. O programa cumpre com excelência seu objetivo de aliar a prática esportiva (extensão) à formação de profissionais qualificados (ensino) e à produção de conhecimento aplicado (pesquisa), gerando um ciclo virtuoso de desenvolvimento para o paradesporto nacional e qualificando o debate público com base em evidências.

3. Apesar do sucesso na implementação e do impacto positivo evidente na vida dos beneficiários, desafios estruturais e logísticos persistem como as principais barreiras para a plena expansão do potencial do programa. As dificuldades relacionadas ao transporte dos participantes, ao fluxo de recursos financeiros e à infraestrutura esportiva são os pontos mais críticos que demandam atenção estratégica.

## 10.2 Recomendações para o Futuro

Com base na análise realizada, são propostas as seguintes recomendações para o fortalecimento e a sustentabilidade do PPBR:

### 1. Enfrentamento da Barreira do Transporte: Maior Conexão com Programas de Acesso (Ex.: Caminho da Escola)

Reitera-se que a dificuldade de transporte e acesso é uma das maiores barreiras logísticas identificadas em quase todos os Núcleos de Atendimento (UFPA, UFGD, UFBA, IFCE Limoeiro do Norte, IFCE Juazeiro do Norte, UFCAT).

Recomenda-se à Secretaria Nacional de Paradesporto (SNPAR) a busca por uma articulação formal ou um Acordo de Cooperação Técnica com programas governamentais de transporte escolar e acessível (como o Programa Caminho da Escola, sob gestão do Ministério da Educação), visando integrar o transporte adaptado dos beneficiários.



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6514793326>



- Evidência: A dificuldade com o transporte público com acessibilidade é um ponto fraco que precisa ser melhorado, especialmente em Belém/PA e nas regiões metropolitanas. Mesmo os núcleos no interior, como o IFCE Juazeiro do Norte (Região do Cariri), e o IFCE Limoeiro do Norte enfrentam essa dificuldade.

- Ações Atuais (Iniciativas Criativas): A dificuldade força coordenadores a usarem recursos próprios (como a coordenadora da UFCAT, que utilizou o valor da própria bolsa para custear o transporte por Uber), ou a buscar soluções informais, como combinar caronas entre os participantes (UFGD) e fazer contato com secretarias municipais de educação para liberação de acesso a transportes estudantis (IFCE Juazeiro do Norte).

- Suporte Legal: Os Termos de Execução Descentralizada (TEDs) autorizam a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal. A previsão permite a formalização de parceria com um programa federal como o Caminho da Escola, que visa a logística de transporte.

## **2. Treinamento Específico e Contínuo das Equipes de Execução Local (Bolsistas e Voluntários)**

Reitera-se que a capacitação é um dos três eixos de atuação propostos pela SNPAR (Fomento, Capacitação e Visibilidade), sendo essencial para a qualidade da oferta paradesportiva.

Recomenda-se ao Núcleo Gestor (NG) consolidar um programa de formação continuada obrigatória para os bolsistas e acadêmicos dos Núcleos de Atendimento, com foco prático nos protocolos de avaliação física e nos métodos de ensino-aprendizagem específicos para diferentes deficiências.

- Evidência: A Capacitação dos acadêmicos com carga horária de 40 horas sobre fisiologia do exercício, treinamento físico e paradesporto é uma exigência padrão presente em todos os Planos de Trabalho.

- Exemplos de Conteúdo Necessário: Os núcleos já realizam cursos específicos do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), como o "Movimento Paralímpico: Fundamentos Básicos do Esporte". O NG já realizou palestras sobre "Redação Científica na Prática" e planeja organizar



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6514793326>





reuniões entre coordenadores e alunos para "melhor organização e dinâmica para as avaliações físicas".

- Recursos Humanos Qualificados: A formação continuada se faz fundamental para garantir treinadores de igual nível, respondendo a questionamentos sobre a qualificação do corpo técnico do programa. Os bolsistas da UFGD, por exemplo, fazem formação continuada específica e sessões de estudo.

### **3. Catalogação de Equipamentos Locais por Gestores (Secretarias e Parceiros)**

Reitera-se que a falta de infraestrutura e materiais específicos é um desafio crônico para a execução das atividades.

Recomenda-se a catalogação e o mapeamento dos equipamentos e instalações disponíveis nas esferas municipais e estaduais (incluindo secretarias de esporte, educação e saúde), para que os Núcleos de Atendimento possam estabelecer parcerias estratégicas para uso compartilhado de recursos.

- Evidência: A falta de materiais esportivos específicos (ex: equipamentos de tiro com arco, halterofilismo) e o uso de espaços improvisados foram desafios reportados pela UFPA e UFMT.

- Estratégias de Parceria: O próprio PPBR é baseado em parcerias. A UFGD, por exemplo, utiliza a academia New In e a pista de atletismo do Estádio Douradão. A UFMT utiliza o Centro de Referência Paralímpico de Várzea Grande e o Centro de Equoterapia da própria UFMT.

- Necessidade de Estrutura: O coordenador da UFGD mencionou que, se a universidade tivesse uma estrutura adequada no centro de Dourados, o trabalho seria "muito mais rico". A catalogação ajudaria os núcleos a identificar e pleitear o uso de estruturas já existentes.

### **4. Treinamento dos Gestores Locais para Utilização de Plataformas de Monitoramento (Ex.: POWER BI)**

Reitera-se que a efetividade do monitoramento da SNPAR depende da qualidade e tempestividade dos dados enviados pelos núcleos.



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6514793326>



Recomenda-se a promoção de treinamento e workshops específicos, coordenados pelo Núcleo Gestor, para os coordenadores e gestores locais (docentes e colaboradores) sobre o uso e a interpretação de plataformas de visualização e análise de dados, como o POWER BI e o Microsoft Forms.

- Evidência: O Núcleo Gestor está ativamente empenhado na consolidação de dados no Sistema POWER BI para facilitar a visualização e monitoramento do Perfil Demográfico e Físico pela SNPAR.

- Necessidade de Simplificação: Foi sugerido que a próxima avaliação utilize o Microsoft Forms para facilitar a visualização dos dados no POWER BI e permitir a atualização automática e em tempo real.

- Formato de Formação: O NG já realiza reuniões periódicas com os coordenadores para direcionar e monitorar a execução. Um treinamento formalizaria a capacidade dos gestores locais de interagir com o sistema de mensuração de impacto, que é central para a sustentabilidade do PPBR.

- Gestão do Conhecimento: A UFMG tem como meta a Gestão do Conhecimento, que inclui coletar, analisar e gerenciar o conhecimento produzido, e o uso eficiente do POWER BI pelos gestores locais é condição necessária para o alcance dessa meta.

Sala da Comissão,

Senadora MARA GABRILLI



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6514793326>



33  
32

SF/25478.62258-38

**ANEXO I - Indicação**



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6514793326>



34



**SENADO FEDERAL**  
**Senadora Mara Gabrilli**

33

SF/25478.62258-38

## INDICAÇÃO Nº , DE 2025

Apresenta, nos termos do artigo 224 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, Indicação, a ser encaminhada ao Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, para sugerir ao Ministério da Educação (MEC), em articulação com o Ministério do Esporte (MEsp), a criação de uma modalidade ou diretriz específica no âmbito do Programa Caminho da Escola, que vise garantir o acesso logístico e o transporte adaptado dos beneficiários dos Núcleos de Atendimento do Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR).

Senhor Presidente,

Apresentamos, nos termos dos artigos 133 e 224 do Regimento Interno do Senado Federal, a presente Indicação, a ser encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, com as sugestões e recomendações emanadas pela Comissão de Esporte no processo de avaliação da política pública “Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR)”, realizado ao longo do ano de 2025. Participaram do processo: o Ministério do Esporte, representado pela Secretaria Nacional de Paradesporto (SNPAR), coordenadores de núcleos federais (IFES) e beneficiários do programa, que apresentaram sugestões para o aperfeiçoamento e o fortalecimento do PPBR, de modo a consolidá-lo como uma política de Estado voltada à democratização do acesso ao esporte para pessoas com deficiência.

As recomendações propostas são as seguintes:

**1. Criar modalidade de auxílio logístico-adaptado no âmbito do Programa Caminho da Escola, para garantir que os Núcleos de**



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6514793326>



Atendimento do PPBR tenham recursos perenes e interministeriais para viabilizar o deslocamento dos beneficiários, por ser o acesso logístico componente essencial para a eficácia e continuidade da política pública; e

**2. Vincular o apoio administrativo e financeiro da Secretaria Nacional de Paradesporto (SNPAR) do Ministério do Esporte (MEsp) a investimentos qualificados na capacitação e gestão do conhecimento** de gestores locais do PPBR, para garantir hígidez na análise de dados, na execução e no monitoramento do programa.

## JUSTIFICAÇÃO

O Senado Federal, no exercício da sua competência constitucional prevista no art. 71 da Constituição Federal e em cumprimento às suas atribuições de fiscalização e avaliação de políticas públicas, avaliou o Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR).

A avaliação foi conduzida pela Comissão de Esporte, sendo formalizada em atenção aos Requerimentos nº 6, de 2025, e nº 40, de 2025, de autoria da Comissão de Esporte (CEsp). O objetivo central dessa avaliação, realizada em audiência pública interativa, em 14 de outubro de 2025, foi debater o PPBR e obter informações necessárias para o aprimoramento do programa, que se consolidou como uma política pública inédita e essencial para a democratização do acesso ao paradesporto para pessoas com deficiência.

Neste processo de avaliação da política pública, foram ouvidos diversos atores, tais quais representantes do Ministério do Esporte, por intermédio da Secretaria Nacional de Paradesporto (SNPAR), e o Núcleo Gestor do PPBR; além de Coordenadores de cada um dos dez Núcleos de Atendimento do PPBR. Tão relevante quanto os apontamentos desses participantes foram os dos beneficiários do PPBR, pessoas diretamente assistidas, como a Sra. Rosenilda Aoyama, que puderam relatar tanto os problemas quanto os avanços do programa.

O relatório final da Comissão consolida esses achados, detalhando o progresso significativo no estabelecimento da rede colaborativa e identificando os caminhos e soluções. A avaliação culminou em um conjunto de recomendações para melhorias futuras, incluindo a necessidade



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6514793326>



de realizar uma investigação mais aprofundada sobre os desafios específicos encontrados durante a implementação em 2025; de intensificar os esforços para coletar e divulgar dados sobre as taxas de participação de mulheres e meninas; e de continuar a apoiar e monitorar as iniciativas de formação profissional.

Muitas das recomendações são de ordem administrativa, cabendo ao Poder Executivo implementá-las. Encaminhamos, portanto, à consideração de Vossa Excelência. Gostaria, antes de tudo, apresentar a seguinte justificativa para a criação da modalidade de auxílio logístico-adaptado no Programa Caminho da Escola, ora proposta:

V. Excelência certamente se lembra de como a barreira logística do transporte afeta a participação plena das pessoas com deficiência (PcD) em programas sociais e esportivos. Nesse sentido, reitera-se que o Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR) busca expandir o alcance e a equidade no acesso ao paradesporto, da iniciação ao alto rendimento, especialmente em regiões onde a oferta de ações e a produção de conhecimento são reduzidas.

No entanto, a falta de transporte adaptado ou de recursos para custeá-lo tem sido identificada pelos Núcleos de Atendimento do PPBR como um dos principais obstáculos à frequência e à permanência dos beneficiários. Iniciativas criativas, mas pontuais, como o contato com Secretarias Municipais de Educação para liberação de acesso a transportes estudantis, são executadas pelos núcleos. De todo modo, a falta de acesso ao transporte público adaptado continua a ser um problema "não resolvido" em alguns locais.

Devido a essa fragilidade logística, a política pública, que visa construir um caminho pautado em oportunidades, tem sua eficácia comprometida pela incapacidade de garantir o acesso físico aos centros de excelência localizados nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). A articulação com o Programa Caminho da Escola, sob o Ministério da Educação (MEC), permitiria uma solução interministerial, estrutural e permanente, alinhada com a possibilidade de a unidade descentralizadora autorizar a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal.

A partir da celebração dos Termos de Execução Descentralizada (TEDs), que preveem o desenvolvimento do Projeto Rede de Apoio ao Paradesporto, houve a liberação de créditos orçamentários pela Secretaria



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6514793326>



Nacional de Paradesporto (SNPAR) do MEsp para o fomento das atividades. Contudo, a ausência de recursos específicos para o transporte coloca em risco a continuidade e a execução do objeto do TED, que pode ser até mesmo rejeitado total ou parcialmente pela unidade descentralizadora.

O governo de V. Excelência tem a oportunidade de brilhantemente interromper essa vulnerabilidade logística, aproveitando a permissão de subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal e integrar uma modalidade específica no Programa Caminho da Escola, garantindo o acesso dos beneficiários do PPBR e consolidando ambos os programas como modelos para futuras políticas públicas de inclusão social.

Não podemos permitir que o esforço de consolidação do Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR), focado em promover a saúde, a inclusão social e o esporte em regiões historicamente desassistidas, seja ameaçado pela instabilidade logística e administrativa do ciclo político-orçamentário.

Ao invés disso, temos que instituir uma política pública perene de apoio, garantindo o acesso e a sustentabilidade dos Núcleos de Atendimento. A pergunta é: o PPBR conseguirá sustentar seu impacto e sua rede de atendimento se a barreira do transporte não for solucionada de forma estrutural, expondo o programa ao risco de interrupção logística?

A solução logística e de sustentabilidade do PPBR não deve depender apenas do orçamento do MEsp. Devemos aproveitar a parceria interministerial e o esforço de articulação com o MEC para a criação de uma modalidade específica no Programa Caminho da Escola.

Igualmente, não podemos perder o esforço atual de investimento e a produção de conhecimento técnico, pedagógico e científico fomentada pelo programa. Faz-se necessária a produção de relatórios trimestrais e finais, contendo a avaliação de satisfação e o Relatório Final de Cumprimento do Objeto. A rejeição, total ou parcial, do Relatório de Cumprimento do Objeto pela Unidade Descentralizadora pode gerar ajustes no Plano de Trabalho e até mesmo a instauração de tomada de contas especial.

Ao se exigir o treinamento contínuo das equipes de execução e a capacitação dos gestores no uso de plataformas como o POWER BI,



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6514793326>



38

37

garantimos que a gestão do conhecimento e a produção científica sirvam como contrapartida efetiva do investimento.

Pelo exposto, solicito que V. Excelência aceite esta Indicação, pois entendemos que a criação de mecanismos perenes de apoio logístico e financeiro ao Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR), como a modalidade sugerida de Auxílio Logístico-Adaptado, é fundamental para o futuro da inclusão social e esportiva, bem como para ampliar a produção de conhecimento sobre a pessoa com deficiência no País.

Sala das Sessões,

SF/25478.62258-38



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6514793326>







Senado Federal



Relatório de Registro de Presença

29ª, Extraordinária  
Comissão de Esporte

| Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) |                                 |
|--|---------------------------------|
| TITULARES  | SUPLENTES                       |
| CONFÚCIO MOURA   | 1. PEDRO CHAVES                 |
| EFRAIM FILHO PRESENTE                                    | 2. ALAN RICK PRESENTE           |
| PLÍNIO VALÉRIO PRESENTE                                  | 3. VAGO                         |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD)  |                                 |
| TITULARES  | SUPLENTES                       |
| MARA GABRILLI PRESENTE                                   | 1. VAGO                         |
| SÉRGIO PETECÃO PRESENTE                                  | 2. VAGO                         |
| CHICO RODRIGUES PRESENTE                                 | 3. JORGE KAJURU PRESENTE        |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)                   |                                 |
| TITULARES  | SUPLENTES                       |
| ROMÁRIO  | 1. CARLOS PORTINHO              |
| EDUARDO GIRÃO PRESENTE                                   | 2. WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE |
| Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT)                  |                                 |
| TITULARES  | SUPLENTES                       |
| TERESA LEITÃO PRESENTE                                   | 1. AUGUSTA BRITO PRESENTE       |
| LEILA BARROS PRESENTE                                    | 2. VAGO                         |
| Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)             |                                 |
| TITULARES  | SUPLENTES                       |
| CLEITINHO  | 1. VAGO                         |

Não Membros Presentes

- NELSINHO TRAD
- FABIANO CONTARATO
- IZALCI LUCAS
- PROFESSORA DORINHA SEABRA
- ANGELO CORONEL
- ELIZIANE GAMA
- ZENAIDE MAIA
- PAULO PAIM
- ASTRONAUTA MARCOS PONTES



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6514793326>



## DECISÃO DA COMISSÃO

(REQ 6/2025 - CEsp)

NA 29ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ESPORTE, REALIZADA EM 3/12/2025, É APROVADO O RELATÓRIO DA SENADORA MARA GABRILLI, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, FAVORÁVEL À APRESENTAÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 224 E SEGUINTE DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, DE INDICAÇÃO A SER ENCAMINHADA AO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL PARA SUGERIR AO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC), EM ARTICULAÇÃO COM O MINISTÉRIO DO ESPORTE (MESP), A CRIAÇÃO DE UMA MODALIDADE OU DIRETRIZ ESPECÍFICA NO ÂMBITO DO PROGRAMA CAMINHO DA ESCOLA, QUE VISE GARANTIR O ACESSO LOGÍSTICO E O TRANSPORTE ADAPTADO DOS BENEFICIÁRIOS DOS NÚCLEOS DE ATENDIMENTO DO PROGRAMA PARADESPORTO BRASIL EM REDE (PPBR).

03 de dezembro de 2025

Senadora Leila Barros

Presidente da Comissão de Esporte



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6514793326>





## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 1, DE 2025

Da COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA INTERLOCUÇÃO SOBRE AS RELAÇÕES ECONÔMICAS BILATERAIS COM OS EUA, sobre o Requerimento nº 556, de 2025, do Senador Nelsinho Trad, que Requer a constituição de uma Comissão Temporária Externa composta de 4 (quatro) membros titulares, com a mesma quantidade de membros suplentes para, no prazo de 60 (sessenta) dias, manter interlocução "in loco" com parlamentares norte-americanos em Washington, DC, sobre as relações econômicas bilaterais.

**PRESIDENTE:** Senador Nelsinho Trad

**RELATOR:** -

03 de dezembro de 2025



Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4385093305>



2



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete da Senadora **TEREZA CRISTINA**

**COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA INTERLOCUÇÃO  
SOBRE AS RELAÇÕES ECONÔMICAS BILATERAIS COM OS  
EUA (CTEUA)**

**Criação: 15 de julho de 2025**

Presidente: **SENADOR NELSINHO TRAD (PSD-MS)**

Relatora: **SENADORA TEREZA CRISTINA (PP-MS)**

**RELATÓRIO FINAL**

**PROPÓSITO: Debater as relações econômicas bilaterais entre Brasil e  
Estados Unidos e facilitar a interlocução entre parlamentares e os  
setores privados de ambos os países.**

Brasília

Dezembro de 2025



Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4385093305>



## 1. APRESENTAÇÃO

### 1.1. Contextualização

Brasil e Estados Unidos celebraram, em 2024, dois séculos de relações diplomáticas. Esse marco evidenciou a resiliência de um vínculo historicamente sustentado por cooperação política, comércio, investimentos e coordenação em temas multilaterais. Ao longo do tempo, apesar de divergências pontuais decorrentes de distintas percepções estratégicas, prevaleceu, em ambos os países, a compreensão de que o relacionamento gera benefícios concretos.

Em 2024, os EUA consolidaram-se como o segundo principal parceiro comercial do Brasil, atrás apenas da China, tanto nas exportações quanto nas importações. Destaca-se, nesse contexto, a composição da pauta exportadora brasileira para o mercado norte-americano, mais diversificada e de maior valor agregado. Tal padrão reflete a forte presença de segmentos industriais, de um agronegócio tecnologicamente avançado e de cadeias produtivas nas quais empresas brasileiras atuam como fornecedoras estruturais de componentes e bens intermediários. Hoje, cerca de 9.500 empresas brasileiras exportam regularmente para os EUA.

Esse ambiente relativamente estável contribuiu, em ambos os lados, para que se desse por garantido o bom funcionamento da relação econômica bilateral. Essa percepção, que se mostrou errônea, gerou, de parte a parte, níveis de engajamento ativo e de conhecimento recíproco muito aquém do que seria desejável para uma parceria dessa dimensão.

Esse panorama, por muitos anos pouco sujeito a turbulências, foi profundamente alterado em 2025. Desde os primeiros dias do novo governo Trump, a administração norte-americana adotou postura comercial



Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4385093305>



assertiva, para dizer o mínimo, retomando instrumentos tarifários e parafiscais que, ao longo das últimas décadas, haviam sido empregados apenas em situações muito específicas. A estratégia deriva de um diagnóstico, ou, talvez, de uma narrativa, reiterado pelo governo Trump: o déficit comercial global norte-americano refletiria práticas supostamente desleais de parceiros estrangeiros e assimetrias em negociações anteriores. Em resposta, Washington passou a utilizar de forma intensiva mecanismos como tarifas generalizadas, investigações da Seção 301 do Ato de Comércio de 1974, ações amparadas na Seção 232, voltada à segurança nacional, e ordens executivas fundadas no *International Emergency Economic Powers Act* (IEEPA), originalmente concebido para enfrentar emergências internacionais.

Essa inflexão integra um debate de longa data na economia norte-americana. Desde os Acordos de Bretton Woods, os EUA operam com a vantagem, e o ônus, de emitir a moeda internacional de referência. Tal posição confere ampla autonomia monetária, mas simultaneamente pressiona a estrutura produtiva doméstica: a demanda global por dólares eleva o valor da moeda e reduz a competitividade industrial, contribuindo para déficits recorrentes. Nos anos 1980, o Acordo do Plaza buscou enfrentar parte desse problema de forma coordenada, envolvendo Japão, Alemanha, Reino Unido e França em um arranjo negociado. A estratégia atual, ao contrário, baseia-se predominantemente na pressão unilateral, amplificando tensões com parceiros estratégicos.

É nesse contexto que se insere o episódio tarifário Brasil-EUA de 2025, o chamado "tarifaço". Em 9 de julho, o governo norte-americano anunciou a elevação da tarifa aplicada às exportações brasileiras, no âmbito do pacote denominado *Liberation Day tariffs*. Esse pacote, instituído em abril, havia fixado tarifa-base de 10% para praticamente todas as



Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4385093305>



5  
4

importações, com possibilidade de majoração até 50% conforme indicadores definidos pelo Executivo. O anúncio de 9 de julho deslocou o Brasil do piso de 10% para a alíquota máxima permitida. Em 7 de agosto, a administração Trump confirmou a aplicação das tarifas, efetivamente fixadas em 50% *ad valorem* de maneira linear sobre todo o universo exportador brasileiro. A Ordem Executiva de 30 de julho introduziu algumas exceções setoriais, preservando segmentos como o aeronáutico, o metalúrgico e parte da cadeia de cítricos, mas o núcleo da medida permaneceu inalterado e de impacto abrangente.

As razões políticas e jurídicas apresentadas pelo governo norte-americano para justificar a majoração tarifária tiveram relação direta com questionamentos internos feitos por Washington a decisões judiciais brasileiras, particularmente no âmbito do Supremo Tribunal Federal. Essa justificativa desloca o episódio para dimensão mais sensível do ponto de vista diplomático, ao vincular medidas comerciais não a desequilíbrios econômicos verificáveis, mas a alegações de insatisfação com processos institucionais domésticos de outro país. A natureza transversal e, em alguma medida, extracomercial da motivação aumenta a complexidade da resposta brasileira e exige articulação que combine diplomacia clássica, canais parlamentares, diálogo com agências reguladoras norte-americanas e cooperação direta com o setor privado.

O episódio também expôs fragilidades conhecidas, mas agravadas, na interlocução bilateral. Em que pese a atual e relativamente atípica ascendência da Casa Branca sobre todo o arcabouço institucional norte-americano, a política comercial daquele país tradicionalmente opera de maneira descentralizada, envolvendo a Presidência, Congresso, Escritório do Representante Comercial (USTR), Departamento de Comércio, agências setoriais, tribunais federais, governos estaduais e atores privados altamente



Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4385093305>

organizados. Em tal ambiente, a defesa de interesses brasileiros não se esgota na relação estatal tradicional entre chancelarias: requer presença constante em múltiplas arenas, capacidade analítica para antecipar movimentos regulatórios e força de mobilização empresarial. A surpresa e a amplitude das tarifas de agosto revelaram que o fluxo de informações entre atores relevantes, públicos e privados, no Brasil e nos EUA, foi insuficiente para neutralizar, mitigar ou retardar a medida.

Paralelamente às tarifas, ampliam-se riscos oriundos de outras frentes. As investigações em curso na Seção 232 já resultaram em tarifas de 50% sobre aço, alumínio e cobre de qualquer origem, com potencial de expansão para madeira, autopartes e produtos aeronáuticos. Cada avanço das investigações da 232 representa ameaça concreta a exportadores brasileiros integrados em cadeias globais, sobretudo em insumos industriais. A pressão não se limita ao setor metálico: o enquadramento conceitual da “segurança nacional”, historicamente flexível em Washington, permite incorporar setores não tradicionalmente associados à defesa, ampliando o alcance potencial das medidas.

Além disso, em 15 de julho, os EUA iniciaram investigação contra o Brasil ao amparo da Seção 301, mecanismo central da política comercial norte-americana desde os anos 1980. A 301 autoriza medidas compulsórias ou discricionárias quando Washington identifica, unilateralmente, práticas consideradas injustificáveis, discriminatórias ou que imponham ônus ao comércio ou aos investimentos norte-americanos. O atual caso brasileiro provavelmente representa a mais abrangente investigação desse tipo já empreendida, abarcando temas amplos e sensíveis: comércio digital, serviços de pagamento eletrônico, tarifas preferenciais, anticorrupção, propriedade intelectual, etanol e desmatamento ilegal. As respostas norte-americanas poderão incluir desde negociações



Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4385093305>





compensatórias até a imposição de novas tarifas, restrições a setores específicos ou retaliações cruzadas, cada qual com implicações distintas para o comércio e para a percepção de risco político.

As tarifas vigentes a partir de 1º de agosto não decorrem da investigação da Seção 301. Trata-se de processo independente, motivado por fundamentos distintos, o que significa que o Brasil pode enfrentar, simultaneamente, dois vetores tarifários autônomos, potencialmente cumulativos. Em termos práticos, isso amplia a incerteza para exportadores, encarece operações financeiras e desestimula investimentos em segmentos dependentes do mercado norte-americano.

Do ponto de vista macroeconômico, analistas têm destacado que a adoção sistemática de tarifas elevadas pelos EUA tende a produzir efeitos paradoxais. A curto prazo, pode haver alguma recomposição marginal de cadeias produtivas domésticas. Contudo, tarifas amplas pressionam custos para empresas norte-americanas, reduzem a eficiência econômica e, em cenário de juros elevados, aumentam a probabilidade de estagflação. O Brasil, por sua vez, enfrenta riscos de curto prazo em setores intensivos em exportações para os EUA, como agronegócio, químico, manufaturados, e desafios de médio prazo relacionados à necessidade de diversificação de mercados, reforço institucional de políticas de competitividade e maior integração com cadeias globais.

Nesse cenário, a dimensão política do relacionamento bilateral torna-se ainda mais relevante. O Congresso norte-americano, inclusive setores do Partido Republicano, tem manifestado preocupações crescentes com o impacto macroeconômico das tarifas sobre consumidores e empresas. O empresariado norte-americano também tem atuado de forma mais assertiva, seja por meio de *lobby* direto, seja por meio de associações



Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4385093305>



setoriais. Esses movimentos abrem espaços de atuação diplomática que vão além da negociação tarifária imediata, permitindo a construção de redes de apoio que contribuam para mitigar futuras tensões.

Para o Brasil, a resposta à conjuntura pode passar por três eixos principais. O primeiro é o engajamento direto com a administração norte-americana, buscando flexibilizações, exceções ou ajustes nas tarifas impostas. O segundo é o fortalecimento de canais parlamentares, tanto no Senado brasileiro quanto no diálogo regular com membros do Congresso dos EUA, que historicamente desempenham papel crítico na formação da política comercial daquele país. O terceiro é a articulação sistemática com o setor privado brasileiro e norte-americano, sem a qual qualquer estratégia de médio prazo perde tração política e capacidade de influência.

A conjuntura de 2025 evidencia que o relacionamento Brasil-EUA precisa ser conduzido para além dos instrumentos tradicionais da diplomacia estatal, não para substituí-los, mas para complementá-los e reforçá-los. A complexidade do ambiente regulatório norte-americano, a sobreposição de instrumentos tarifários e a crescente fragmentação política nos EUA tornam indispensável o fortalecimento da presença institucional brasileira nos múltiplos pontos do processo decisório daquele país. Essa necessidade, aliás, oferece a oportunidade, ainda que tardia, de suprir uma lacuna histórica na forma como o Brasil organiza sua interlocução com os Estados Unidos.

Nesse quadro, o debate estruturado no Senado Federal assume relevância estratégica. Além de aclarar escolhas de política pública e coordenar esforços internos, contribui para ampliar a capacidade do Estado brasileiro de atuar com eficácia diante de desafios que afetam diretamente a inserção internacional do país. Ao mesmo tempo, cria condições para



Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4385093305>



estabelecer e fortalecer canais de diálogo in loco com atores centrais do sistema político e econômico norte-americano, ampliando o alcance e a qualidade da atuação brasileira no exterior.

## 1.2. Criação e Objetivos da CTEUA

Desde a instalação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado Federal para o biênio 2025–2026, ao início da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, consolidou-se no colegiado o propósito de priorizar um debate estratégico sobre o papel do Brasil no cenário internacional, com especial atenção ao comércio exterior, um dos pilares do desenvolvimento nacional. Essa orientação ganhou urgência diante das tarifas de importação impostas pelos Estados Unidos aos produtos brasileiros, que produziram efeitos adversos imediatos, afetando a competitividade das exportações, inclusive em setores centrais da economia. Ainda no contexto das tarifas do *Liberation Day*, mesmo com a imposição do piso de 10%, a presidência da CRE intensificou a interlocução com a Embaixada dos Estados Unidos em Brasília e iniciou os preparativos para uma missão de Senadores a Washington, reconhecendo que a conjuntura demandava uma resposta estruturada de diplomacia parlamentar.

Com o tarifaço anunciado pelo presidente Trump em 9 de julho, esse movimento se acelerou. No dia seguinte, os Senadores Nelsinho Trad (PSD/MS) e Esperidião Amin (PP/SC) apresentaram o Requerimento nº 17/2025, aprovado pela CRE, para a realização de audiência pública destinada a debater a estratégia brasileira diante das novas medidas unilaterais norte-americanas. A audiência ocorreu em 15 de julho e evidenciou que a resposta do Senado deveria ir além do debate circunstancial, estruturando-se como um esforço coordenado, propositivo e suprapartidário. Na ocasião, os Senadores propuseram a criação de uma



Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4385093305>



Comissão Temporária Externa, amparada pelos arts. 71, 74 e 76 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), como instrumento para que a Casa exercesse plenamente seu papel na diplomacia parlamentar, contribuindo para mitigar os efeitos da crise bilateral instalada.

Esse entendimento levou, ainda em 15 de julho, à aprovação pelo Plenário do Requerimento nº 556/2025, de autoria do Senador Nelsinho Trad, que instituiu a CTEUA. A Comissão foi concebida para atuar com rapidez e precisão em um cenário de incertezas, iniciando de imediato os preparativos de uma missão parlamentar *in loco* de alto nível, realizada entre 28 e 30 de julho. A delegação brasileira teve por objetivo estabelecer canais diretos de diálogo com legisladores-chave do Congresso norte-americano e com diversos outros interlocutores, como representantes do setor privado, de associações empresariais e formadores de opinião. A missão conseguiu cumprir seu propósito imediato: abrir portas políticas relevantes, colher informações qualificadas e dar início à construção de uma agenda de cooperação interparlamentar mais robusta e contínua.

A criação da CTEUA ultrapassou a realização imediata da missão, por dedicar-se a abordar tanto a dimensão política quanto a dimensão analítica do relacionamento bilateral em momento crítico. Trata-se de um tema que exige tratamento suprapartidário, orientado pelos interesses permanentes do Estado brasileiro e por um enfoque técnico capaz de identificar, com precisão, os riscos e oportunidades presentes nos múltiplos níveis de engajamento econômico e empresarial entre Brasil e Estados Unidos.

Nesse espírito, os objetivos da Comissão se estruturaram em dois grandes eixos complementares. O primeiro consiste em reunir informações qualificadas das diversas partes envolvidas, tanto no Brasil



Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4385093305>



quanto nos Estados Unidos, a fim de construir um quadro claro das motivações, interesses e forças atuantes em ambos os lados. Isso inclui ouvir setores exportadores, empresas instaladas nos mercados de destino, órgãos reguladores, agências governamentais norte-americanas, *think tanks* especializados e parlamentares que participam diretamente da formulação de políticas comerciais. O segundo eixo diz respeito ao cultivo de canais permanentes de interlocução com atores-chave nos dois países, especialmente parlamentares do Congresso norte-americano, lideranças do setor empresarial e instituições que influenciam o desenho e a implementação de medidas tarifárias, regulatórias e de segurança econômica. A Comissão, ao operar nesse duplo movimento de coleta de informação e articulação política, busca dotar o Senado e o Estado brasileiros de capacidade institucional ampliada para acompanhar, interpretar e desenhar decisões que afetam diretamente a inserção internacional do país.

A persistência dos fatores que motivaram a criação da CTEUA — a imposição unilateral, pelo governo Trump, de tarifas de 50% a produtos brasileiros e a necessidade de ampliar a interlocução bilateral em múltiplas frentes, inclusive no âmbito parlamentar — levou à apresentação do Requerimento nº 711/2025, que solicita, com fundamento no art. 76, § 1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, sua prorrogação por mais 60 dias. A justificativa destaca que, desde julho, o cenário não apenas se manteve incerto como ganhou desdobramentos cujo impacto real ainda estava por definir. Entre eles, figuram o diálogo direto entre os presidentes Lula e Trump, o aumento de missões empresariais a Washington, a continuidade da investigação conduzida sob a Seção 301 e a previsão de visita ao Brasil de representantes do Senado norte-americano.



Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4385093305>

### 1.3. Composição

Em 17 de julho, a Presidência do Senado Federal designou os seguintes Senadores para compor a CTEUA:

- **Nelsinho Trad** (PSD/MS) (Presidente), **Tereza Cristina** (PP/MS), **Jaques Wagner** (PT/BA) e **Fernando Farias** (MDB/AL), como titulares; e

- **Astronauta Marcos Pontes** (PL/SP), **Esperidião Amin** (PP/SC), **Rogério Carvalho** (PT/SE) e **Carlos Viana** (Podemos/MG), como suplentes.

Em 7 de agosto, foi instalada a CTEUA, sob a presidência do Senador Nelsinho Trad, oportunidade em que foi designada como Relatora do colegiado a Senadora Tereza Cristina.

## 2. PLANO DE TRABALHO E ATIVIDADES REALIZADAS

### 2.1. Plano de Trabalho

Na 2ª Reunião da CTEUA, realizada em 2 de setembro, foi apresentado e aprovado o Plano de Trabalho da Comissão, documento que organiza e orienta a continuidade das ações iniciadas por ocasião da missão oficial a Washington. O Plano reafirma a natureza dual da atuação da Comissão: de um lado, o levantamento sistemático de informações estratégicas; de outro, a abertura e manutenção de canais qualificados de interlocução política, técnica e empresarial nos dois países.

Nesse sentido, o Plano de Trabalho estabelece que a Comissão deverá prosseguir na coleta direta de dados e diagnósticos junto aos setores público e privado, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, de modo a consolidar uma visão abrangente sobre os impactos imediatos e potenciais das medidas tarifárias norte-americanas. No exercício da função supervisora do Legislativo, incumbe ainda à CTEUA acompanhar as ações levadas a



Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4385093305>



cabo pelo governo brasileiro, avaliando sua eficácia na mitigação dos efeitos nocivos das tarifas sobre os setores mais afetados da economia nacional.

O Plano prevê, ademais, que a Comissão mantenha interlocução constante com as diversas partes interessadas, exportadores, associações setoriais, autoridades governamentais, empresas brasileiras e norte-americanas, especialistas e parlamentares, garantindo que a atuação do Senado permaneça informada por diagnósticos atualizados e por percepções plurais sobre a crise bilateral.

Para a consecução desses objetivos, incluiu-se no cronograma a realização de audiência pública com representantes do governo e do setor privado, concebida como etapa fundamental para reunir informações críticas, aprofundar o debate sobre alternativas de ação e orientar a estratégia de diálogo da Comissão com interlocutores estratégicos nos Estados Unidos.

## 2.2. Atividades Realizadas

A CTEUA realizou missão oficial a Washington entre 28 e 30 de julho, marco central de sua atuação. O primeiro dia concentrou encontros com especialistas, reuniões técnicas e um almoço de trabalho com a *U.S. Chamber of Commerce*, ocasião em que se discutiram as implicações econômicas e políticas do tarifaço, bem como possíveis caminhos para sua reversão. Na parte da tarde, houve reunião com o Grupo Político, dedicado à análise de cenários legislativos e eleitorais nos Estados Unidos. O segundo dia da agenda foi voltado ao Capitólio, onde a delegação brasileira foi recebida por oito senadores norte-americanos e pela deputada que co-preside o *Brazil Caucus*. A receptividade foi notável: **Martin Heinrich** (D-NM), **Ed Markey** (D-MA), **Tim Kaine** (D-VA), **Mark Kelly** (D-AZ), **Chris Coons** (D-DE), **Jeanne Shaheen** (D-NH), **Michael Bennet** (D-CO), **Thom Tillis** (R-NC) e **Sydney Kamlager-Dove** (D-CA) receberam o grupo para uma



Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4385093305>



rodada de conversas substantivas, nas quais manifestaram apoio explícito à posição brasileira, destacando os riscos econômicos e políticos do aumento tarifário. Foram entregues convites formais para que esses parlamentares visitem o Brasil oportunamente, gesto acolhido de modo positivo. Parte desse apoio se materializou em iniciativas concretas: os Senadores Kaine e Shaheen coordenaram o envio de carta de senadores democratas ao Presidente Donald Trump, e Kaine comprometeu-se a contestar em plenário a medida tarifária — o que de fato ocorreu em 28 de outubro, quando o Senado dos EUA aprovou, por 52 a 48, resolução para encerrar a emergência nacional invocada como base jurídica para impor tarifas de 50% à maioria dos produtos brasileiros. O Senador Tillis, figura influente no Partido Republicano, igualmente se dispôs a abordar o tema internamente.

O setor privado teve participação igualmente relevante na missão. Na *U.S. Chamber of Commerce*, a delegação foi recebida por Neil Herrington, Vice-Presidente Sênior para as Américas, em encontro com representantes de empresas como Cargill, Caterpillar, ExxonMobil, Shell, Dow Chemical, Merck, S&P Global, Johnson & Johnson, IBM, DHL e Kimberly-Clark. A convergência de interesses foi clara: tanto empresas brasileiras quanto norte-americanas desejam uma solução negociada que restabeleça previsibilidade e mitigue impactos negativos. Reunião complementar ocorreu na *Americas Society/Council of the Americas*, sob moderação de Brian Winter, com novo conjunto de atores: Apple, Amazon, JBS, Mastercard, PepsiCo, Lockheed Martin, General Motors, entre outros. Em ambas as ocasiões, destacou-se a importância de intervenção ativa e coordenada no processo aberto pelo USTR sob a Seção 301, investigação que envolve temas sensíveis como propriedade intelectual, comércio digital, sistemas de pagamento, anticorrupção, medidas ambientais e tarifárias. O setor privado norte-americano recomendou que o Brasil apresente



Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4385093305>





contribuições robustas e tecnicamente sólidas, dada a amplitude e o possível impacto da investigação.

A preparação para a missão contou com reunião da Comissão com o Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, em 23 de julho, visando alinhar estratégias e expectativas. Após o retorno, os senadores reuniram-se, em 6 de agosto, com o Vice-Presidente da República e Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, para relatar resultados, avaliar possíveis consequências e discutir caminhos de atuação complementar entre os Poderes. Paralelamente, a Comissão recebeu numerosas manifestações de empresários brasileiros preocupados com efeitos potenciais das medidas norte-americanas sobre diversos setores da economia nacional.

A atuação da CTEUA também se desdobrou internamente, por meio de audiência pública. Em 24 de setembro, realizou-se reunião dedicada ao acompanhamento da investigação conduzida pelo USTR. Conforme destacou a Relatora, a audiência tinha por objetivo reunir informações de autoridades brasileiras, representantes do setor privado e especialistas capazes de iluminar o andamento do processo e auxiliar a Comissão na construção de resposta coordenada. Alertou-se para o risco real de que a investigação sirva de justificativa para novas sanções, com impacto sobre exportações, sistema financeiro e economia nacional. Compuseram o painel o senhor **Marcos Prado Troyjo**, que participou de forma remota, a senhora **Tatiana Prazeres**, Secretária de Comércio Exterior, representando o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, o senhor **Welber Barral**, advogado e consultor, o Embaixador **Fernando Meirelles de Azevedo Pimentel**, Diretor do Departamento de Política Comercial e representante do Ministério das Relações Exteriores, a senhora **Constanza Negri Biasutti**, Gerente de Comércio e Integração Internacional da CNI, a



Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4385093305>



senhora **Fernanda Maciel Carneiro**, Diretora Adjunta de Relações Internacionais da CNA, o senhor **Fabrizio Panzini**, Diretor de Políticas Públicas e Relações Governamentais da AmCham Brasil, e o Embaixador **Roberto Carvalho de Azevêdo**, diplomata e consultor.

O mesmo espírito construtivo norteou conversas com representantes bipartidários da Comissão de Relações Exteriores do Senado norte-americano durante visita ao Brasil, em 25 de setembro. Esse movimento ganhou ainda mais densidade nas semanas subsequentes, quando assessores parlamentares ligados à Senadora Jeanne Shaheen e ao Senador Pete Ricketts (R-NE) deslocaram-se a Brasília para reabrir canais de diálogo com o Congresso brasileiro. Em encontro com o Presidente da CTEUA, sugeriram a realização de nova missão brasileira ao Capitólio, agora em ambiente mais receptivo, para aprofundar a cooperação e explorar alternativas concretas para estabelecer um diálogo permanente. A dupla buscou abordar temas geopolíticos como a crescente presença chinesa na região, a instabilidade na Venezuela e o avanço do crime organizado transnacional, assuntos que reforçaram a percepção de que um diálogo parlamentar estruturado Brasil–EUA deixará de ser apenas conveniente para tornar-se necessário.

### 3. CONSOLIDAÇÃO DOS DEBATES NA COMISSÃO

#### 3.1. Impacto econômico

A análise dos impactos econômicos da tarifa de 50% anunciada pelo governo norte-americano exige, antes de tudo, a compreensão do peso efetivo das relações comerciais entre Brasil e Estados Unidos. Em 2024, 12% das exportações brasileiras tiveram como destino o mercado estadunidense, somando US\$ 40,4 bilhões, ao passo que as importações provenientes dos EUA representaram 15,5% do total importado pelo Brasil, alcançando US\$



Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4385093305>



40,7 bilhões. O déficit comercial brasileiro em 2024 foi de US\$ 283,8 milhões, perpetuando uma tendência observada desde 2008.

Apesar dessa assimetria, a tarifa média efetivamente aplicada pelo Brasil aos produtos norte-americanos permaneceu baixa, em torno de 2,7% em 2023, o que evidencia a sensibilidade da relação bilateral, tanto em termos de competitividade quanto de interdependência. Importante notar que, embora a China seja o principal parceiro comercial do Brasil, o comércio com os EUA apresenta maior diversificação e maior valor agregado, com forte presença da indústria de transformação. Os dados de 2025 preservam essa estrutura: entre janeiro e junho, o Brasil exportou US\$ 20,021 bilhões para os EUA e importou US\$ 21,695 bilhões, mantendo a posição dos EUA como segundo principal parceiro comercial e como país superavitário no intercâmbio bilateral.

Nesse contexto, a imposição unilateral da tarifa de 50% introduz um choque exógeno de significativa magnitude, cujos efeitos se projetam tanto no nível macroeconômico quanto nos setores produtivos e nas economias estaduais brasileiras. As estimativas disponíveis convergem para um cenário de retração do crescimento brasileiro, ainda que com variação quanto à intensidade projetada. Para o Banco Central, a majoração tarifária reduziria entre 0,2% e 0,6% o crescimento do PIB nacional. O mercado financeiro compartilha essa avaliação, calculando uma queda de 0,2% em 2025 e de 0,3% em 2026. A Confederação Nacional das Indústrias estima uma redução de R\$ 19,2 bilhões no PIB, derivada sobretudo de uma retração de R\$ 52 bilhões nas exportações. Há, contudo, projeções de perdas menores, na casa de US\$ 16 bilhões ou de cerca de US\$ 5 bilhões caso parte da produção seja redirecionada a outros mercados. Já projeções de mais longo prazo sugerem impacto cumulativo ainda mais severo: a Federação das Indústrias de Minas Gerais calcula perdas de R\$ 175 bilhões em dez anos,



Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4385093305>



com redução potencial de 1,49% do PIB brasileiro; em um cenário de retaliação simétrica, com a aplicação de tarifas lineares de 50% contra produtos norte-americanos, as perdas alcançariam R\$ 259 bilhões e a redução do PIB chegaria a 2,21%.

Os efeitos setoriais revelam vulnerabilidades específicas e assimetrias relevantes. Trinta segmentos brasileiros destinam pelo menos um quarto de suas exportações ao mercado norte-americano, com especial destaque para setores industriais de maior complexidade tecnológica e maior valor agregado. Entre os mais afetados estão máquinas e equipamentos agrícolas, cuja exportação pode recuar 23,6%, acarretando retração de 1,86% da produção; aeronaves, com queda projetada de 22,3% nas vendas externas e de 9,2% na produção; e carnes de aves, cujo recuo estimado é de 11,3% nas exportações e 4,2% na produção. Equipamentos de transporte, madeira, metalurgia e máquinas e equipamentos também apresentam forte exposição ao mercado norte-americano, com receitas diretamente vinculadas ao desempenho das exportações para os EUA.

O setor alimentício também poderia enfrentar pressões relevantes. Caso não incluídas entre as exceções, as exportações de manga são imediatamente afetadas, assim como as de suco de laranja, já submetido a uma tarifa fixa de US\$ 415 por tonelada. Como o Brasil fornece entre 60% e 80% do suco consumido nos EUA, e como a produção doméstica da Flórida sofreu forte impacto da doença greening, o mercado norte-americano apresenta vulnerabilidade estrutural que tende a se traduzir em aumentos de preço para o consumidor. Não por acaso, os preços futuros do suco de laranja na Bolsa de Nova York atingiram o pico de quatro meses em julho de 2025, à medida que cresciam os temores de restrição de oferta. O mesmo ocorre com o café, produto que os EUA não produzem, do qual o Brasil é o principal fornecedor, com cerca de 30% do mercado, seguido por Colômbia e Vietnã.



Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4385093305>



Carnes bovinas, pescados, crustáceos e moluscos também enfrentam exposição elevada, tendo em vista que 12% das exportações de carnes bovinas e 89% da exportação de pescados são destinadas aos EUA. No setor de armas e munições, os Estados Unidos absorvem 61,3% das exportações brasileiras, incluindo US\$ 323,8 milhões provenientes da Taurus.

Do ponto de vista geográfico, ainda que as maiores perdas absolutas recaiam sobre os estados com maior volume exportador, notadamente o eixo Centro-Sul, os impactos relativos revelam quadro mais heterogêneo. São Paulo, por exemplo, pode perder cerca de US\$ 4,4 bilhões, o que equivale a 19% de suas exportações; já o Ceará, com perdas estimadas de US\$ 659 milhões, teria quase metade de sua pauta exportadora afetada, dada a forte participação de pescados e crustáceos vendidos aos EUA. A sensibilidade das economias estaduais varia conforme o peso dos setores intensivos em exportação para os EUA, um fator que se torna ainda mais evidente ao se observar setores como máquinas, equipamentos, veículos e aeronaves, em que o mercado norte-americano é estruturalmente determinante.

No caso norte-americano, os efeitos das tarifas também se refletem de maneira ampla, ainda que com lógica distinta. Segundo estimativas consolidadas, a tarifa média paga pelos consumidores estadunidenses alcançou 13%, quintuplicando em relação à média de 2024. A Bloomberg projeta queda de 1,6% no PIB dos EUA nos próximos três anos, com redução de 0,37% já em 2025, além de aumento estimado de 0,9% na inflação ao consumidor. As tarifas especificamente aplicadas ao Brasil elevam preços e reduzem o consumo agregado, afetando setores e estados norte-americanos com forte integração às cadeias produtivas brasileiras.



Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4385093305>



Em 2024, quase metade do comércio brasileiro para os EUA foi absorvido por Califórnia, Flórida e Texas. Na Califórnia, 76% do valor importado correspondeu a produtos da cadeia do petróleo; no Texas, embora esse item também seja o principal, sua participação foi de apenas 19%, revelando pauta mais diversificada; já na Flórida, aviões e partes lideram a pauta, puxados pela produção do jato executivo Phenom na planta da Embraer em Melbourne, que emprega cerca de três mil trabalhadores norte-americanos. A aviação regional dos EUA, por sua vez, depende de aeronaves compatíveis com cláusulas contratuais firmadas com sindicatos de pilotos (scope clauses), que limitam peso e capacidade das aeronaves e reforçam a posição da Embraer, cujos modelos E1 não possuem substituto imediato no mercado norte-americano.

O conjunto dessas evidências demonstra que o tarifaço gera efeitos amplos, assimétricos e mutuamente danosos, atingindo setores estratégicos, cadeias de valor altamente integradas e economias estaduais com forte dependência do comércio bilateral. O impacto imediato é relevante, mas o mais preocupante é o potencial de desorganização estrutural das relações econômicas entre Brasil e Estados Unidos, com prejuízos que vão muito além do momento conjuntural e se projetam sobre decisões de investimento, competitividade setorial e estabilidade macroeconômica de ambos os países.

### 3.2. Impacto geopolítico

A imposição de tarifas de 50% pelos Estados Unidos contra o Brasil extrapola o domínio estritamente econômico e irrompe no terreno da geopolítica, afetando percepções estratégicas, redes de alianças e a própria arquitetura do sistema internacional na qual o Brasil se projeta. Ao mirar setores-chave da economia brasileira e tensionar uma relação comercial historicamente relevante e relativamente estável, o tarifaço reconfigura



Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4385093305>



incentivos e pressões que podem alterar o posicionamento internacional do Brasil, seja na articulação com parceiros tradicionais, seja na coordenação com países emergentes.

Em primeiro lugar, a medida norte-americana fragiliza a narrativa segundo a qual o Brasil e os EUA mantêm uma parceria madura e baseada em previsibilidade regulatória. Ao atingir indústrias sensíveis, como aeronáutica, máquinas, proteínas e frutas, o tarifaço projeta a imagem de um parceiro disposto a utilizar instrumentos coercitivos de maneira abrupta, em um contexto marcado por forte politização interna nos EUA. Essa ruptura tem implicações diretas para o cálculo estratégico brasileiro: ao mesmo tempo em que aumenta o custo de uma dependência excessiva do mercado norte-americano, abre espaço para intensificação de vínculos comerciais, tecnológicos e financeiros com países cuja política externa se apresenta mais estável no médio prazo, como China, Índia e países do Sudeste Asiático.

A relação com a China é uma das que mais tendem a ser reconfiguradas. Embora o Brasil já mantenha com Pequim uma pauta comercial fortemente complementar, o tarifaço pode acelerar um movimento de diversificação de mercados e aprofundamento de cooperação em setores sensíveis. O Brasil, pressionado pelo fechamento relativo do mercado norte-americano, tende a buscar na China novas fronteiras de demanda para produtos industriais. Ainda que o Brasil não adote integralmente projetos de infraestrutura chineses por razões de autonomia estratégica, o custo de oportunidade de não aprofundar essa relação tende a aumentar.

No plano dos BRICS ampliados, o tarifaço reforça uma convergência política recente entre os países do grupo, que buscam alternativas à volatilidade das relações com Washington. A narrativa de que os EUA utilizam barreiras comerciais como instrumento de pressão política



Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4385093305>



encontra eco entre membros que já foram alvo de medidas semelhantes, como China, Índia e África do Sul. A postura norte-americana, ao aumentar a percepção de risco, contribui involuntariamente para legitimar o discurso de multipolaridade defendido pelos BRICS, ampliando seu apelo para outros emergentes.

O impacto geopolítico também se projeta sobre a relação do Brasil com a União Europeia. De um lado, o tarifaço dos EUA sinaliza aos europeus que o Brasil é um país que precisa elevar a resiliência de suas cadeias produtivas e diversificar destinos de exportação. Isso pode dar novo ímpeto às negociações do Acordo Mercosul–União Europeia, pois abre espaço para que Bruxelas explore a janela de oportunidade criada pelo desgaste das relações Brasil–EUA.

No âmbito dos organismos multilaterais, o tarifaço pressiona o Brasil a desempenhar papel mais ativo na defesa do sistema baseado em regras. Como economia emergente de grande porte, o país sempre argumentou que a previsibilidade é fundamental para seu desenvolvimento. Diante de medidas tarifárias unilaterais e potencialmente ilegais sob os parâmetros da OMC, cresce o incentivo para que Brasília reforce coalizões, defendendo reformas que restauram a operacionalidade do Órgão de Apelação e ampliam o espaço para tratamento especial e diferenciado.

Por fim, o tarifaço produz efeitos mais sutis, mas estratégicos, na percepção internacional sobre o papel do Brasil. À medida que Washington adota medidas unilaterais de alto impacto, cresce a disposição de outros atores globais para enxergar o Brasil como parceiro estável, capaz de oferecer previsibilidade regulatória e diálogo construtivo em temas como clima, segurança alimentar, transição energética e governança digital. O país, ao responder de forma técnica e diplomática, reforça sua imagem de potência



Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4385093305>





intermediária pragmática, apta a navegar as turbulências de um sistema internacional cada vez mais fragmentado.

Assim, os impactos geopolíticos do tarifaço não se limitam a perdas econômicas imediatas. Eles reorganizam incentivos, fortalecem estratégias de diversificação, aceleram a aproximação com coalizões emergentes e convidam o Brasil a reposicionar-se no tabuleiro internacional com mais autonomia e resiliência. Trata-se de uma inflexão que, longe de apenas reagir ao protecionismo norte-americano, pode redefinir a maneira como o Brasil projeta poder, defende seus interesses e constrói parcerias em um contexto global de crescente competição entre grandes potências.

### 3.3. ATUAÇÃO DE ATORES RELEVANTES

#### 3.3.1. O papel do setor público

Um dos principais vetores dos trabalhos do CTEUA foi buscar a coordenação suprapartidária entre Executivo e Legislativo na defesa dos interesses do Estado brasileiro. Desde o primeiro momento, cobrou-se um engajamento direto entre os mandatários dos dois países, sob a convicção de que apenas a interação presidencial poderia destravar o impasse político criado pela imposição unilateral, pelos Estados Unidos, de tarifas de 50% sobre toda a pauta exportadora brasileira. Essa percepção mostrou-se acertada: poucas semanas após a criação do colegiado, consolidou-se um rápido encontro entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Donald Trump nos corredores da Assembleia Geral da ONU, o qual abriu caminho para a reunião bilateral formal realizada em Kuala Lumpur, em 26 de outubro, à margem da 47ª Cúpula da ASEAN.

O presidente dos EUA autorizou sua equipe a iniciar, ainda naquela noite, as negociações de revisão das tarifas. Formou-se, embora



Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4385093305>



tardiamente, a atmosfera mínima de confiança necessária para negociações subsequentes, para o que contribuiu tanto a diplomacia estatal quanto a paradiplomacia parlamentar e empresarial, além de consolidar-se o entendimento de que um desfecho construtivo dependeria de interlocução direta e contínua ao mais alto nível.

A partir da aproximação presidencial, o Chanceler Mauro Vieira e o Secretário de Estado Marco Rubio encontraram-se em três ocasiões em pouco mais de um mês para estruturar tecnicamente a retirada gradual das tarifas. O Brasil havia remetido aos EUA, ainda em 4 de novembro, uma proposta detalhada de negociação, e os encontros subsequentes serviram para ajustar ritmos, calibrar concessões e buscar consensos minimamente aceitáveis para ambos os lados, num ambiente ainda sensível no interior da política doméstica norte-americana.

Enquanto isso, o canal político deve permanecer ativo. Lula sinalizou a Trump sua disposição de realizar um novo encontro, presencial ou por telefone, caso as equipes técnicas não alcançassem resultados concretos. A simples possibilidade de nova intervenção presidencial contribuiu para manter o ímpeto das conversações, alinhando percepções sobre custos, riscos e oportunidades de uma solução negociada. A atuação coordenada do Executivo brasileiro, respaldada pela CTEUA e por parlamentares de distintos partidos, ajudou a reforçar a narrativa de que a medida penalizava consumidores norte-americanos, desorganizava cadeias produtivas e fragilizava um parceiro hemisférico essencial.

Esse conjunto articulado de gestos políticos e negociações técnicas produziu seus primeiros resultados em meados de novembro, quando os Estados Unidos anunciaram reduções parciais das tarifas, inicialmente de 50% para 40%, e depois a completa isenção para ampla gama



Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4385093305>



de produtos agropecuários brasileiros. O anúncio da ordem executiva de Trump, assinado em 20 de novembro e retroativo ao dia 13, data da última reunião entre Vieira e Rubio em Washington, mencionava explicitamente o “avanço inicial das negociações” e fazia referência direta à conversa telefônica entre os presidentes em 6 de outubro, quando decidiram iniciar formalmente o processo de revisão das tarifas. Entre os produtos beneficiados estavam café, carne bovina, frutas, castanhas, água de coco, açaí, especiarias e diversos derivados. Restam, contudo, setores relevantes, como certos bens industriais e pescados, ainda sobretaxados.

O Brasil mostrou-se capaz de articular minimamente uma coordenação interinstitucional, para a qual a CTEUA mostrou-se decisiva, criando consensos políticos internos, fornecendo respaldo ao Itamaraty, mobilizando o Congresso e conferindo legitimidade a um processo que exigia unidade nacional. Ao final, a conjugação desses esforços não apenas reverteu parte substancial do tarifaço, como reafirmou a tradição diplomática brasileira, que nunca deve ser abandonada, de buscar soluções negociadas para controvérsias internacionais, preservando o interesse e a soberania nacionais e projetando uma imagem de país confiável, aberto ao diálogo e capaz de exercer liderança responsável.

### 3.3.2. O papel do Senado Federal

O Senado Federal desempenhou papel decisivo na superação do tarifaço ao sinalizar, de forma clara e suprapartidária, que a defesa das relações econômicas com os Estados Unidos é interesse permanente do Estado brasileiro. A atuação coordenada entre líderes partidários, comissões temáticas e presidência da Casa permitiu transmitir a Washington uma mensagem inequívoca de pragmatismo e estabilidade institucional, reduzindo ruído político e abrindo espaço para negociações de alto nível.



Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4385093305>



Esse respaldo parlamentar fortaleceu a posição do Executivo nas tratativas diplomáticas, demonstrando que o Brasil estava unido em torno da reversão das tarifas, independentemente de divergências internas, ciclos eleitorais ou agendas partidárias.

Ao mesmo tempo, o Senado supriu uma lacuna estratégica: a reduzida presença institucional do Brasil em Washington em comparação com outros parceiros comerciais relevantes. Por meio de uma diplomacia parlamentar ativa, incluindo interlocução direta com congressistas norte-americanos, participação de senadores em missões oficiais e produção de relatórios técnicos que circularam entre formuladores de política nos EUA, o Legislativo brasileiro conseguiu suprir e complementar a ação do Itamaraty e ampliar significativamente o alcance da mensagem brasileira. Essa atuação contribuiu para qualificar o debate nos dois países, apresentar dados concretos sobre a interdependência econômica bilateral e demonstrar que as tarifas impostas penalizavam também cadeias produtivas norte-americanas, consumidores e empresas instaladas nos EUA.

Por fim, o Senado funcionou como canal agregador das múltiplas demandas da sociedade brasileira, permitindo convertê-las em uma estratégia coerente de defesa dos setores mais vulneráveis ao tarifaço. Ao organizar audiências públicas, ouvir representantes da agroindústria, da indústria de transformação, do comércio e dos serviços, e sistematizar formalmente essas preocupações, a Casa proporcionou legitimidade democrática ao processo decisório e supervisão qualificada das ações do Executivo. O Senado pôde atuar não apenas reativamente, mas de forma proativa, representando a Federação e antecipando impactos regionais das medidas norte-americanas. Com isso, consolidou-se como ator indispensável da inserção internacional do Brasil, articulando interesses internos,



Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4385093305>



preservando setores sensíveis e contribuindo diretamente para um desfecho mais favorável nas negociações com os Estados Unidos.

### 3.3.3. O papel da sociedade civil e do empresariado

A atuação do setor empresarial, no Brasil e nos Estados Unidos, foi decisiva para evidenciar os custos reais do tarifaço. Empresas instaladas em território norte-americano, muitas delas empregadoras de milhares de trabalhadores, ajudaram a demonstrar, com clareza, que as tarifas não penalizavam apenas exportadores brasileiros, mas também cadeias produtivas nos próprios EUA. Esse movimento, ainda que discreto, contribuiu para formar um ambiente político mais receptivo à revisão das medidas, dado que parlamentares e autoridades norte-americanas passaram a ouvir diretamente as preocupações legítimas de atores econômicos com presença local. Ao mesmo tempo, reconheceu-se a necessidade de que setores menores ou menos capitalizados, muitas vezes incapazes de sustentar articulações amplas em Washington, fossem igualmente defendidos nas tratativas diplomáticas e parlamentares, garantindo que a estratégia brasileira não reproduzisse assimetrias internas.

A sociedade civil, por sua vez, desempenhou papel complementar e indispensável. Institutos de pesquisa, entidades acadêmicas, organizações sociais e associações profissionais contribuíram para elaborar estudos, difundir informações qualificadas e ampliar o entendimento público sobre os efeitos das tarifas. Esses atores também ajudaram a reforçar os vínculos históricos e culturais entre Brasil e Estados Unidos, resgatando um clima de proximidade e confiança mútua em meio às tensões comerciais. Ao promover debates, oferecer dados confiáveis e cultivar espaços de diálogo, a sociedade civil colaborou para que a resposta brasileira ao tarifaço fosse



Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4385093305>



tecnicamente sólida, socialmente legitimada e coerente com a longa tradição de cooperação entre os dois países.

#### **4. RECOMENDAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS**

##### **AO PODER EXECUTIVO FEDERAL**

1. Manter engajamento contínuo com o governo norte-americano para buscar uma solução negociada, tanto no mais alto nível político quanto em nível técnico, garantindo regularidade e previsibilidade no diálogo.
2. Avaliar possibilidades concretas de visitas presidenciais capazes de catalisar e acelerar as negociações em curso, com metas de curto prazo e potenciais anúncios positivos.
3. Monitorar e participar ativamente, quando cabível, das investigações das Seções 232 e 301, com equipes técnicas dedicadas e capacidade de resposta rápida.
4. Manter articulação estreita com o Senado Federal, alavancando a diplomacia parlamentar e beneficiando-se do intercâmbio de informações qualificadas e de acesso político ampliado.
5. Fortalecer a representação institucional permanente nos Estados Unidos, por meio das missões diplomáticas e repartições consulares, com uma estratégia clara de engajamento de alto nível que reduza a recorrência de crises e amplie a influência brasileira na dinâmica política local.
6. Identificar setores prioritários, por relevância econômica, social ou regional, que devam receber atenção especial nas próximas etapas de desgravação tarifária.



Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4385093305>



7. Mapear áreas estratégicas para aprofundamento da cooperação bilateral com os EUA, consolidando a relevância do relacionamento em temas econômicos, tecnológicos, climáticos e de segurança.
8. Diversificar mercados para as exportações brasileiras, mediante ofensivas de abertura comercial, e diversificar a pauta exportadora, com políticas setoriais realistas e efetivas.
9. Intensificar a agenda de negociação de Acordos Comerciais, ampliando a rede brasileira de acesso preferencial a mercados.
10. Fomentar iniciativas para o resgate e fortalecimento do multilateralismo e de um comércio internacional baseado em regras, articulando-se com parceiros afins.
11. Promover a imagem internacional do Brasil como parceiro previsível, confiável e comprometido com a estabilidade econômica e a segurança jurídica.

## **AOS PODERES EXECUTIVOS ESTADUAIS**

12. Estados mais afetados pelo tarifaço devem promover diplomacia subnacional junto aos Estados norte-americanos relevantes para suas cadeias de valor, explorando parcerias locais e buscando mitigação de impactos.

## **AO PODER LEGISLATIVO FEDERAL**

13. Dar continuidade, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado Federal, às iniciativas da CTEUA, estruturando um acompanhamento sistemático da agenda.



Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4385093305>



14. Manter engajamento constante e suprapartidário com o Poder Executivo, atuando de forma complementar e cooperativa na defesa do interesse nacional.

15. Oferecer canais permanentes para que as demandas da sociedade civil e do empresariado, sobretudo dos setores mais vulneráveis, sejam organizadas, priorizadas e encaminhadas adequadamente.

16. Intensificar o relacionamento interparlamentar com o Congresso norte-americano, ampliando contatos diretos e promovendo visitas recíprocas de trabalho.

17. Buscar estabelecer uma instância bilateral permanente de diálogo econômico entre parlamentares do Brasil e dos EUA, com destaque para a participação dos respectivos Senados e foco em temas de acesso a mercado e estabilidade regulatória.

## À SOCIEDADE CIVIL

18. Levantar dados e produzir estudos que evidenciem os impactos político-econômicos da evolução do relacionamento bilateral e embasem intervenções públicas de qualidade.

19. Sensibilizar formadores de opinião nos EUA sobre os benefícios mútuos da parceria Brasil-EUA, especialmente nas áreas de clima, conservação, segurança, agricultura e inovação.

## AO SETOR EMPRESARIAL

20. Empresas com capacidade para tanto devem assegurar representação permanente de seus interesses junto às partes relevantes nos Estados Unidos, com atuação estratégica e baseada em dados.



Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4385093305>





21. Articular-se setorialmente para apresentar demandas de forma coordenada, coerente e priorizada ao setor público, maximizando eficácia e previsibilidade.

22. Avaliar oportunidades reais de diversificação de mercados e novos negócios, reduzindo dependência de poucos destinos e ampliando resiliência.

Este é o relatório que submetemos à aprovação dos ilustres Pares da Comissão Temporária Externa para interlocução sobre as relações econômicas bilaterais com os EUA.

Sala da Comissão,

Senadora Tereza Cristina



Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4385093305>





32

Senado Federal



Relatório de Registro de Presença

4ª, Reunião

Comissão Temporária Externa para interlocução sobre as relações

| Senado Federal  |          |                             |          |
|-----------------|----------|-----------------------------|----------|
| TITULARES       |          | SUPLENTEs                   |          |
| NELSINHO TRAD   | PRESENTE | 1. ASTRONAUTA MARCOS PONTES | PRESENTE |
| TEREZA CRISTINA | PRESENTE | 2. ESPERIDIÃO AMIN          | PRESENTE |
| JAQUES WAGNER   | PRESENTE | 3. ROGÉRIO CARVALHO         |          |
| FERNANDO FARIAS |          | 4. CARLOS VIANA             |          |

Não Membros Presentes

FABIANO CONTARATO  
IZALCI LUCAS  
PROFESSORA DORINHA SEABRA  
AUGUSTA BRITO  
ANGELO CORONEL  
SÉRGIO PETECÃO  
ELIZIANE GAMA  
ZENAIDE MAIA  
PAULO PAIM



Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4385093305>



## DECISÃO DA COMISSÃO

(RQS 556/2025)

NA PRESENTE DATA, FOI REALIZADA A 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO, SOB A PRESIDÊNCIA DO SENADOR NELSINHO TRAD.

NA OCASIÃO, O RELATÓRIO FOI LIDO E DISCUTIDO. O RELATÓRIO FOI APROVADO POR UNANIMIDADE E PASSOU A CONSTITUIR O PARECER Nº 1, DE 2025 DA COMISSÃO.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DETERMINOU QUE O PARECER APROVADO SEJA ENCAMINHADO AOS MINISTÉRIOS DAS RELAÇÕES EXTERIORES, DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS, E DA AGRICULTURA E PECUÁRIA.

FORAM APROVADAS AS ATAS DAS 2ª, 3ª E 4ª REUNIÕES.

JUNTADA A LISTA DE PRESENÇA.

03 de dezembro de 2025

Senador Nelsinho Trad

Presidente da Comissão Temporária Externa para interlocução  
sobre as relações econômicas bilaterais com os EUA



Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4385093305>



# Projeto de Decreto Legislativo





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1129, DE 2025

Susta o Decreto nº 12.712, de 11 de novembro de 2025, que altera o Decreto nº 10.854, de 10 de novembro de 2021, para dispor sobre o Programa de Alimentação do Trabalhador e estabelecer parâmetros e condições aplicáveis às modalidades de auxílio-refeição e auxílio-alimentação, nos termos do disposto na Lei nº 14.442, de 2 de setembro de 2022.

**AUTORIA:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 1129/2025 [1 de 5]





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador CARLOS VIANA

SF/25205.29440-00

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2025

*Susta o Decreto nº 12.712, de 11 de novembro de 2025, que altera o Decreto nº 10.854, de 10 de novembro de 2021, para dispor sobre o Programa de Alimentação do Trabalhador e estabelecer parâmetros e condições aplicáveis às modalidades de auxílio-refeição e auxílio-alimentação, nos termos do disposto na Lei nº 14.442, de 2 de setembro de 2022.*

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Fica sustado, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, o Decreto nº 12.712, de 11 de novembro de 2025.

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

Este Projeto de Decreto Legislativo visa sustar, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, o Decreto nº 12.217, de 11 de novembro de 2025, que altera o Decreto nº 10.854, de 10 de novembro de 2021, para dispor sobre o Programa de Alimentação do Trabalhador e estabelecer parâmetros e condições aplicáveis às modalidades de auxílio-refeição e auxílio-alimentação, nos termos do disposto na Lei nº 14.442, de 2 de setembro de 2022.

O referido Decreto exorbitou o poder regulamentar conferido pelo inciso IV do art. 84 da Constituição Federal ao submeter à discricionariedade administrativa pontos fulcrais da regulação do auxílio-



Assinado eletronicamente, por Sen. Carlos Viana  
Para verificação

Senado Federal - Anexo II - Ala Teotônio Vilela, Gabinete 23  
70165-900 - Brasília - DF

Avulso do PDL 1129/2025 [2 de 5]



refeição e do auxílio-alimentação sem qualquer respaldo na Lei nº 14.442, de 2 de setembro de 2022.

Com efeito, o Decreto cria normas relativas a prazos, custos e taxas dos arranjos de pagamento do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e prevê a instituição de um Comitê Gestor por ato conjunto do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego e do Ministro de Estado da Fazenda com competência para alterar, de forma unilateral e discricionária, essas matérias contratuais.

É evidente que todas essas questões são essenciais para a devida operacionalização e aperfeiçoamento do PAT nos termos da Lei nº 14.442, de 2022. Ocorre, porém, que a Lei nº 14.442, de 2022, não traçou qualquer baliza para que o Poder Executivo avançasse sobre essas questões e nem tampouco autorizou a instituição, na esfera infralegal, de um órgão com as competências desse aludido Comitê Gestor.

Assim, por mais que reputemos a discussão e os pontos aventados pelo Decreto nº 12.217, de 2025, como meritórios, o âmbito para fixação dessas medidas é o Parlamento e o instrumento adequado é a Lei. Isso porque é apenas com o **devido processo legislativo** conduzido no Parlamento que se perfaz uma deliberação transparente, participativa e devidamente instruída de um tema dessa envergadura, que afeta as vidas de dezenas de milhões de trabalhadores brasileiros.

Ademais, é a Lei que confere **segurança jurídica** à normatização do PAT e afasta o arbítrio e a discricionariedade das decisões administrativas de ocasião. Se admitirmos que pontos tão sensíveis do PAT sejam tratados na esfera infralegal ao arrepio da *mens legis* da Lei nº 14.442, de 2022 – cujo silêncio não deve ser entendido como uma irrestrita delegação ao Poder Executivo –, a qualquer momento eles poderão ser alterados, sem transparência, controle ou, ainda, responsabilização adequadas.

Registre-se, por fim, que a CPMI do INSS mostrou ao Brasil que as esferas administrativas do Poder Executivo responsáveis pela normatização e gerenciamento de cifras bilionárias devem contar com uma fiscalização incansável por parte do Poder Legislativo. É com esse enfoque que buscamos sustar o Decreto nº 12.217, de 2025, e **devolver ao plano legal a normatização do PAT**.



Assinado eletronicamente, por Sen. Carlos Viana  
Para verificação

Senado Federal – Anexo II – Ala Teotônio Vilela, Gabinete 23  
70165-900 – Brasília – DF

Avulso do PDL 1129/2025 [3 de 5]



3

SF/25205.29440-00

Ciente da relevância desta proposição para o devido aperfeiçoamento do PAT e proteção das dezenas de milhões de trabalhadores por ele beneficiados, peço o apoio dos nobres pares para sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador CARLOS VIANA



Assinado eletronicamente, por Sen. Carlos Viana

Para verifica

Senado Federal - Anexo II - Ala Teotônio Vilela, Gabinete 23  
70165-900 - Brasília - DF

Avulso do PDL 1129/2025 [4 de 5]





# LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art49\_cpt\_inc5

- art84\_cpt\_inc4

- Decreto nº 10.854, de 10 de Novembro de 2021 - DEC-10854-2021-11-10 - 10854/21

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto:2021;10854>

- urn:lex:br:federal:decreto:2025;12217

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto:2025;12217>

- Decreto nº 12.712 de 11/11/2025 - DEC-12712-2025-11-11 - 12712/25

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto:2025;12712>

- Lei nº 14.442, de 2 de Setembro de 2022 - LEI-14442-2022-09-02 - 14442/22

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2022;14442>



# Projetos de Lei





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 6124, DE 2025

Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para destinar recursos do produto da arrecadação da loteria de apostas de quota fixa ao Subsistema Nacional do Esporte Militar (Snem).

**AUTORIA:** Senadora Leila Barros (PDT/DF)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 6124/2025 [1 de 5]





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

SF/25683.16053-92

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

*Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para destinar recursos do produto da arrecadação da loteria de apostas de quota fixa ao Subsistema Nacional do Esporte Militar (Snem).*

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 30 da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 30. ....

.....

§1ºA .....  
.....

III - .....  
.....

h) 21,20% (vinte e um inteiros e vinte centésimos por cento) ao Ministério do Esporte;  
.....

k) 1,00% (um inteiro por cento) para a Comissão Desportiva Militar do Brasil do Ministério da Defesa, coordenadora do Subsistema Nacional do Esporte Militar (Snem) de que trata o art. 32 da Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023.

..... (NR)”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros  
Para verifica

Avulso do PL 6124/2025 [2 de 5]





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

## JUSTIFICAÇÃO

Este projeto de lei tem por objetivo assegurar que parte dos recursos provenientes da exploração das apostas de quota fixa seja destinada ao Subsistema Nacional do Esporte Militar (SNEM), garantindo o fortalecimento das atividades esportivas desenvolvidas no âmbito das Forças Armadas - o Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento – PAAR, o Programa do Paradesporto Militar de Alto Rendimento – PPMAR, o Programa Forças no Esporte – PROFESP e o Projeto João do Pulo – PJP.

A Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, conhecida como Lei Geral do Esporte, estabelece que o esporte militar integra o Sistema Nacional do Esporte por meio do Subsistema Nacional do Esporte Militar (Snem), que é coordenado pela Comissão Desportiva Militar do Brasil – CDMB, pelas Comissões de Desportos do Exército, Marinha e da Aeronáutica e pelas comissões ou entidades similares das Forças Auxiliares.

Em que pese a incumbência legal imposta à Comissão Desportiva Militar do Brasil - CDMB, não lhe foi assegurado nenhum percentual da receita destinada à área do esporte prevista no inciso III do § 1º-A do art. 30 da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018.

Os outros subsistemas do Esporte - COB, CBP, CBC, CBDE, CBDU, CBCP e CBEM - foram beneficiadas com um percentual da referida receita, menos a Comissão Desportiva Militar do Brasil – CDMB.

Desta forma, a previsão de um percentual de 1,00% (um centésimo por cento) dos 36% destinados à área do esporte é medida de justiça e que corrige um erro original da legislação, a qual confere nobres atribuições à CDMB sem os correspondentes recursos necessários à sua execução.

O apoio ao esporte nacional é realizado pelo Ministério da Defesa e pelas Forças Armadas através do Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento – PAAR, onde se incorpora atletas profissionais nas fileiras das Forças como militar temporário, garantindo-lhes remuneração, assistência à saúde e instalações de treinamento para ter condições de competir em alto nível, o qual tem contribuído para a conquista da maioria das medalhas olímpicas do Brasil nas últimas edições de Jogos Olímpicos.



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros  
Para verifica

Avulso do PL 6124/2025 [3 de 5]





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

SF/25683.16053-92

Além do PAAR, o Programa do Paradesporto Militar de Alto Rendimento – PPMAR fortalece a equipe militar brasileira paralímpica nas participações em competições do Conselho Internacional de Esportes Militares (CISM) e coopera com o desenvolvimento do desporto paralímpico nacional de alto rendimento.

Já a promoção da inclusão social por meio do esporte nas Organizações Militares vem sendo realizada através do Programa Forças no Esporte – PROFESP e do Projeto João do Pulo - PJP.

O PROFESP é um programa social que beneficia crianças da rede pública de ensino, no contraturno escolar, que são acolhidas em instalações militares para receber alimentação adequada, a prática desportiva, reforço escolar, tudo com acompanhamento pedagógico de professores civis.

O Projeto João do Pulo é voltado para as pessoas com deficiência, que são recebidas em instalações militares para a prática esportiva e de atividades compatíveis com suas habilidades, de modo a promover o seu desenvolvimento psicomotor e a dignidade de pessoa humana.

Vale ressaltar que a proposta não cria despesa nova, apenas realoca pequena fração (1,0%) da arrecadação originalmente destinada ao Ministério do Esporte, de forma proporcional e equilibrada. Essa redistribuição preserva a robustez do orçamento ministerial e, ao mesmo tempo, assegura o financiamento direto de atividades esportivas no ambiente militar.

Portanto, a aprovação deste Projeto de Lei constitui medida de justiça e racionalidade na alocação dos recursos públicos, fortalecendo o esporte nacional em sua vertente militar, sem comprometer as demais destinações previstas em Lei.

Sala das Sessões,

Senadora LEILA BARROS



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros  
Para verifica

Avulso do PL 6124/2025 [4 de 5]



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 13.756, de 12 de Dezembro de 2018 - LEI-13756-2018-12-12 - 13756/18

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2018;13756>

- art30

- art30\_par1-1\_inc3

- Lei nº 14.597, de 14 de Junho de 2023 - Lei Geral do Esporte (2023) - 14597/23

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2023;14597>

- art32





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 6125, DE 2025

Institui a Política Nacional de Proteção Integral a Filhos e Filhas de Mulheres Vítimas de Violência (PNPIV), e altera as Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (ECA); nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha); nº 13.431, de 4 de abril de 2017, nº 14.344, de 24 de maio de 2022; e a Lei nº 14.717, de 31 de outubro de 2023.

**AUTORIA:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 6125/2025 [1 de 14]







SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Jorge Kajuru

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

SF/25954.74326-29

Institui a Política Nacional de Proteção Integral a Filhos e Filhas de Mulheres Vítimas de Violência (PNPIV), e altera as Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (ECA); nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha); nº 13.431, de 4 de abril de 2017, nº 14.344, de 24 de maio de 2022; e a Lei nº 14.717, de 31 de outubro de 2023.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

### CAPÍTULO I

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 1º** A Política Nacional de Proteção Integral a Filhos e Filhas de Mulheres Vítimas de Violência (PNPIV) tem por finalidade assegurar condições adequadas para o desenvolvimento físico, emocional e social de filhas, filhos e dependentes menores de 18 (dezoito) anos de mulheres:

I – vítimas de crime de feminicídio tipificado no inciso VI do § 2º do art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940; ou

II – que se encontrem impossibilitadas do exercício da parentalidade familiar em razão de violência doméstica ou familiar.

**Art. 2º** São objetivos da PNPIV:

I – garantir proteção integral, segurança e cuidado continuado da criança e adolescente;

II – assegurar meios materiais para o desenvolvimento saudável;



Assinado eletronicamente, por Sen. Jorge Kajuru  
Para verificação

Avulso do PL 6125/2025 [2 de 14]





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Jorge Kajuru

SF/25954.74326-29

III – prevenir a ruptura de vínculos familiares e comunitários;

IV – reduzir vulnerabilidades amplificadas pela violência doméstica ou pelo feminicídio; e

V – promover a ação coordenada e intersetorial entre os órgãos do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, instituído pela Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017.

**Art. 3º** São princípios da PNPIV:

I – a prioridade absoluta;

II – o acolhimento humanizado, ético, protegido e respeitoso;

III – a redução de danos e a resposta rápida;

IV – o respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;

V – atendimento multissetorial e não fragmentado.

**Art. 4º** A PNPIV é orientada pelas seguintes diretrizes:

I – a articulação obrigatória, contínua e estruturada entre os órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o Sistema Único de Saúde (SUS), a rede educacional, a segurança pública e o sistema de justiça;

II – a prevenção da revitimização e a vedação a qualquer prática de violência institucional, por ação ou omissão, de órgãos públicos ou entidades conveniadas;

III – a preservação, sempre que possível e no melhor interesse da criança ou adolescente, dos vínculos familiares e comunitários, com prioridade para a família extensa ou responsáveis legais,

IV – a adoção de protocolos nacionalmente padronizados de identificação precoce, notificação e fluxo de encaminhamento de casos de



Assinado eletronicamente, por Sen. Jorge Kajuru  
Para verifica

Avulso do PL 6125/2025 [3 de 14]





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Jorge Kajuru

SF/25954.74326-29

violência em escolas, unidades de saúde, órgãos de segurança pública e equipamentos do SUAS;

V – a centralidade do cuidado psicossocial, com atendimento especializado e contínuo por equipes multidisciplinares, respeitando necessidades específicas das crianças e dos adolescentes atendidos;

VI – a integração operacional entre Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselhos Tutelares, forças de segurança e demais órgãos incumbidos das políticas básicas, assegurando fluxo de comunicação eficiente e atendimento sem lacunas; e

VII – o monitoramento permanente e a avaliação periódica dos resultados da política, com garantia do sigilo e da anonimização dos dados pessoais das crianças e adolescentes nos termos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

## CAPÍTULO II

### AÇÕES E INSTRUMENTOS

**Art. 5º** Aos filhos e dependentes menores de 18 (dezoito) anos de mulheres vítimas de feminicídio ou de violência doméstica, nos termos do art. 1º, são assegurados:

I – acompanhamento psicossocial individual e familiar;

II – assistência jurídica integral e gratuita;

III – atendimento psicológico e psiquiátrico especializado, no âmbito do SUS;

IV – colocação em família substituta, por guarda, tutela ou adoção, quando cabível;

V – reconhecimento prioritário de direitos assistenciais e previdenciários;



Assinado eletronicamente, por Sen. Jorge Kajuru  
Para verificação

Avulso do PL 6125/2025 [4 de 14]





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Jorge Kajuru

SF/25954.74326-29

VI – tramitação prioritária de processos sucessórios e demais atos judiciais relacionados;

VII – atendimento prioritário em políticas públicas dirigidas à infância e à juventude e em serviços públicos essenciais, incluindo:

- a) vagas em creches e instituições educacionais;
- b) matrícula escolar em qualquer fase do ano letivo;
- c) programas de reforço escolar e atividades de contraturno;
- d) ações públicas de prevenção da evasão escolar;
- e) serviços de saúde;
- f) programas habitacionais, quando couber.

§ 1º O acompanhamento psicossocial individual será realizado por equipe multidisciplinar, observada a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, e será precedido da elaboração de planejamento específico, que conterà, no mínimo:

- I – objetivos psicossociais e educacionais;
- II – avaliação de vulnerabilidades e necessidades sociais;
- III – estratégias de proteção e segurança;
- IV – situação habitacional;
- V – metas de evolução e indicadores de monitoramento.

§ 2º A assistência jurídica gratuita prevista no inciso II abrangerá a família extensa, família acolhedora, curador ou tutor, compreendendo orientação sobre benefícios cabíveis, medidas protetivas, proteção patrimonial, direitos sucessórios e regularização documental.



Assinado eletronicamente, por Sen. Jorge Kajuru  
Para verifica

Avulso do PL 6125/2025 [5 de 14]





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Jorge Kajuru

SF/25954.74326-29

§ 3º A inclusão em acolhimento familiar ou institucional será priorizada sempre que houver risco à integridade física ou psicológica da criança ou do adolescente, observadas as disposições da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e da Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017.

**Art. 6º** Os filhos e dependentes menores de 18 (dezoito) anos de idade, órfãos em razão do crime de feminicídio, cuja renda familiar mensal *per capita* seja igual ou inferior a 1/4 (um quarto) do salário-mínimo farão jus à pensão especial prevista na Lei nº 14.717, de 31 de outubro de 2023.

**Art. 7º** Serão adotadas medidas de prevenção à revitimização, assegurando capacitação permanente das equipes, mecanismos de controle institucional e protocolos de atendimento humanizado em todas as etapas do acolhimento e acompanhamento das crianças e dos adolescentes de que trata esta Lei.

**Art. 8º** A PNPIV será financiada por dotações orçamentárias da União, podendo contar com:

- I – recursos do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente;
- II – compensações financeiras decorrentes de condenações judiciais por violência contra mulheres;
- III – transferências voluntárias da União a estados e municípios mediante adesão;
- IV – parcerias com organismos nacionais e internacionais.

*Parágrafo Único.* A União poderá instituir incentivo específico para que estados e municípios implementem estruturas de referência para atendimento às crianças e aos adolescentes de que trata esta Lei.

**Art. 9º** Regulamento disporá sobre:

- I – as formas de repasse e execução dos recursos destinados às ações da PNPIV;



Assinado eletronicamente, por Sen. Jorge Kajuru  
Para verifica

Avulso do PL 6125/2025 [6 de 14]





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Jorge Kajuru

SF/25954.74326-29

II – a articulação entre os sistemas de saúde, assistência social, educação, segurança pública e justiça;

III – os protocolos e procedimentos operacionais referentes a:

a) notificação e encaminhamento entre setores;

b) acompanhamento psicossocial individual e familiar;

c) acompanhamento familiar qualificado;

d) avaliação de risco e fluxos emergenciais;

e) proteção de dados e compartilhamento seguro de informações, conforme a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

**Art. 10.** O monitoramento da PNPIV será contínuo e observará sistema de indicadores referentes a:

I – escolarização e permanência escolar;

II – saúde física e mental;

III – reintegração familiar;

IV – retorno ao convívio comunitário;

V – segurança e proteção;

VI – desenvolvimento de autonomia na transição para a vida adulta.

CAPÍTULO III  
DISPOSIÇÕES FINAIS



Assinado eletronicamente, por Sen. Jorge Kajuru  
Para verifica

Avulso do PL 6125/2025 [7 de 14]





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Jorge Kajuru

SF/25954.74326-29

**Art. 11.** O art. 11 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

“**Art. 11.** .....

.....

§ 4º As crianças e os adolescentes órfãos em razão de feminicídio receberão atendimento prioritário em saúde mental, por meio de equipes multidisciplinares que incluam psicólogos e médicos psiquiatras.” (NR)

**Art. 12.** O art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, passa a vigorar acrescido do seguinte § 6º:

“**Art. 22.**.....

.....

§ 6º Sem prejuízo da aplicação das medidas referidas neste artigo, o juiz poderá determinar o encaminhamento dos filhos e demais dependentes menores de 18 (dezoito) anos da mulher em situação de violência doméstica e familiar para atendimento psicológico na rede pública, observadas as diretrizes da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e a articulação com os órgãos responsáveis pela Política Nacional de Proteção Integral a Filhos e Filhas de Mulheres Vítimas de Violência.” (NR)

**Art. 13.** A Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 4º** .....

.....

§ 5º Consideram-se igualmente vítimas indiretas de violência, para os fins desta Lei, as crianças e os adolescentes órfãos em decorrência de feminicídio, assegurada prioridade no atendimento psicossocial, educacional e de proteção social.” (NR)

“**Art. 14.** .....

.....

§ 3º Os órgãos e entidades responsáveis pelas políticas mencionadas no *caput* assegurarão formação continuada obrigatória



Assinado eletronicamente, por Sen. Jorge Kajuru  
Para verifica

Avulso do PL 6125/2025 [8 de 14]





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Jorge Kajuru

SF/25954.74326-29

aos profissionais que atuem direta ou indiretamente no atendimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.

§ 4º Os órgãos do Sistema de Garantia de Direitos adotarão protocolos de identificação precoce de sinais de violência ou risco à integridade física, psicológica ou social da criança e do adolescente, assegurando atuação preventiva e integrada.” (NR)

“**Art. 16-A.** Fica instituído, no âmbito da União, o Sistema Nacional Integrado de Informações sobre Violência contra Crianças e Adolescentes, com a finalidade de produzir, integrar e sistematizar dados para a formulação, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas de prevenção e enfrentamento da violência.

§ 1º O Sistema Nacional Integrado de Informações sobre Violência contra Crianças e Adolescentes será operacionalizado na forma do regulamento, observadas as competências dos entes federados.

§ 2º O Sistema terá base de dados unificada, composta por informações provenientes, no mínimo, dos registros de notificação, atendimento e acompanhamento produzidos no âmbito das políticas de assistência social, saúde, educação e segurança pública.

§ 3º O compartilhamento de informações no âmbito do Sistema observará a legislação de proteção de dados pessoais, o sigilo profissional e o princípio da proteção integral, sendo restrito às finalidades de prevenção, proteção, responsabilização dos autores de violência e aperfeiçoamento das políticas públicas.

§ 4º É vedada a utilização dos dados do Sistema para fins discriminatórios ou estranhos às finalidades previstas no *caput*, ficando o infrator sujeito às penas desta Lei, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.

§ 5º A União poderá prestar apoio técnico e financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para a adequada alimentação, qualificação e uso das informações do Sistema, na forma do regulamento.”

**Art. 14.** O art. 1º da Lei nº 14.717, de 31 de outubro de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 1º** .....

§ 1º O benefício de que trata o *caput* será devido aos filhos e demais dependentes menores de 18 (dezoito) anos de idade da mulher vítima de feminicídio e terá valor mínimo de 1 (um) salário-mínimo,



Assinado eletronicamente, por Sen. Jorge Kajuru  
Para verifica

Avulso do PL 6125/2025 [9 de 14]







SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Jorge Kajuru

SF/25954.74326-29

podendo ser majorado em função do número de dependentes do núcleo familiar e das condições socioeconômicas apuradas pelo órgão gestor, na forma do regulamento.

§2º-A. Os órgãos de segurança pública comunicarão, de forma imediata e automática, a ocorrência de feminicídio que resulte em orfandade de menores à rede de proteção social e ao Instituto Nacional do Seguro Social, para fins de apuração do direito à pensão especial, na forma do regulamento.

§ 5º Será definitivamente excluído do benefício de que trata o *caput* a criança ou o adolescente que vier a ser condenado, por sentença transitada em julgado, como autor, coautor ou partícipe, pela prática de ato infracional análogo ao crime de feminicídio ou a crime doloso cometido, tentado ou consumado, mediante violência ou grave ameaça contra a mulher vítima da violência, ressalvados os absolutamente incapazes e os inimputáveis.

§ 8º O valor da pensão será reajustado anualmente na mesma data e pelo mesmo índice aplicado aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.” (NR)

**Art. 15.** A Lei nº 14.717, de 31 de outubro de 2023, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

“**Art. 3º-A.** A concessão da pensão especial importará na inclusão da criança ou do adolescente beneficiário em programas intersetoriais de acompanhamento psicossocial, educacional e de saúde, a serem executados de forma integrada pelos sistemas de educação, saúde e assistência social.

§ 1º A implementação do acompanhamento referido no *caput* observará o princípio da proteção integral, garantindo atendimento continuado por equipe multidisciplinar.

§ 2º A União poderá celebrar convênios, termos de cooperação ou instrumentos congêneres com Estados, Distrito Federal e Municípios, para assegurar a oferta integrada dos serviços, incluindo a consolidação de registros, fluxos e protocolos comuns e a integração da base de dados sobre beneficiários, na forma do regulamento.

§ 3º Os instrumentos de cooperação poderão prever transferência voluntária de recursos, assistência técnica, capacitação profissional e mecanismos de monitoramento.



Assinado eletronicamente, por Sen. Jorge Kajuru  
Para verificação

Avulso do PL 6125/2025 [10 de 14]





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Jorge Kajuru

SF/25954.74326-29

**Art. 3º-B.** A criança ou o adolescente beneficiário da pensão especial terá prioridade automática, independentemente de disponibilidade de vagas, para:

I – matrícula imediata em instituição de educação básica pública ou conveniada;

II – permanência escolar, inclusive com oferta de transporte, reforço escolar e atividades de contraturno, quando necessário.

**Art. 3º-C.** A execução desta Lei observará as diretrizes do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência, instituído pela Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017.”

**Art. 16.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A violência doméstica e o feminicídio produzem impactos devastadores que ultrapassam a figura da mulher adulta e alcançam, também, crianças e adolescentes que dela dependem. A cada caso de violência letal contra mulheres, multiplicam-se situações de orfandade, ruptura de vínculos, traumas, instabilidade socioeconômica e riscos à integridade emocional e física de meninas e meninos. Essas vítimas indiretas, frequentemente invisibilizadas, enfrentam um conjunto de vulnerabilidades acumuladas que o Estado brasileiro ainda não consegue atender de maneira articulada, contínua e eficaz.

A Constituição Federal estabelece, no art. 227, que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e devem receber proteção integral e prioridade absoluta. Tais disposições refletem-se tanto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 1990), quanto na Lei nº 13.431, de 2017, que instituiu o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. Da mesma forma, a Lei nº 14.717, de 2023, ampliou o sistema de proteção ao instituir pensão especial para órfãos do feminicídio.

Apesar do arcabouço normativo robusto, entendemos que a legislação ainda apresenta limitações na capacidade de gerar respostas integrais às crianças e adolescentes impactados pela violência extrema contra suas mães,



Assinado eletronicamente, por Sen. Jorge Kajuru  
Para verificação

Avulso do PL 6125/2025 [11 de 14]





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Jorge Kajuru

SF/25954.74326-29

seja em decorrência da baixa coordenação intersetorial entre as áreas de assistência, saúde, educação, segurança e justiça, seja em razão do valor do benefício estabelecido para fazer frente às necessidades dessas crianças, sobretudo em famílias numerosas.

O presente projeto de lei procura responder a esse desafio instituindo a Política Nacional de Proteção Integral a Filhos e Filhas de Mulheres Vítimas de Violência (PNPIV). A iniciativa consolida, em um único marco, diretrizes, objetivos, instrumentos operacionais e mecanismos de coordenação capazes de garantir proteção continuada, cuidado psicossocial, estabilidade socioeconômica, prioridade em políticas educacionais e acompanhamento sistemático das crianças e adolescentes diretamente afetados por violência doméstica ou feminicídio.

A proposta também altera a Lei nº 13.431, de 2017, para reconhecer filhos e filhas de vítimas de feminicídio como vítimas indiretas com prioridade de atendimento; e criar o Sistema Nacional Integrado de Informações sobre Violência contra Crianças e Adolescentes, ferramenta essencial para gestão baseada em evidências e para o alinhamento federativo das respostas estatais. Também fortalece a Lei nº 14.717, de 2023, garantindo valor mínimo digno, integração intersetorial das ações e prioridade automática de matrícula e permanência escolar. Com isso, transforma o benefício em porta de entrada para uma política de proteção mais ampla, evitando que a pensão atue isolada e sem articulação com os demais sistemas.

Nosso projeto também dialoga diretamente com a sociedade. Esta proposição atende à Ideia Legislativa nº 196766, enviada pela cidadã Cândida C. C. C. F. M. (SP) ao portal *e-Cidadania*, por meio da Ouvidoria do Senado Federal, na qual se sugere a inclusão de dispositivo na Lei Maria da Penha para permitir que juízes determinem o encaminhamento dos filhos menores de 18 anos de mulheres em situação de violência para atendimento psicológico na rede pública. A sugestão converge integralmente com o objetivo central deste projeto de lei, o que não apenas evidencia a sintonia entre a iniciativa legislativa e a vontade popular, como reafirma o papel desta Casa de acolher e transformar em política pública as demandas emergentes da sociedade.

A iniciativa garante que nenhuma criança fique desassistida quando a violência contra sua mãe altera repentinamente sua trajetória de vida. Trata-se de uma política pública estruturante, ancorada no princípio da proteção



Assinado eletronicamente, por Sen. Jorge Kajuru  
Para verifica

Avulso do PL 6125/2025 [12 de 14]





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Jorge Kajuru

SF/25954.74326-29

integral, tecnicamente consistente, alinhada às melhores práticas internacionais de prevenção e enfrentamento à violência doméstica e apta a preencher lacunas históricas do sistema de proteção brasileiro.

Nesse contexto, a aprovação do presente projeto de lei representa avanço estratégico, urgente e necessário para consolidar um sistema de proteção que seja, ao mesmo tempo, sensível, ágil, articulado e centrado nos direitos de crianças e adolescentes. Diante disso, contamos com o apoio dos nobres Parlamentares para sua célere aprovação.

Sala das Sessões,

Senador JORGE KAJURU



Assinado eletronicamente, por Sen. Jorge Kajuru  
Para verifica

Avulso do PL 6125/2025 [13 de 14]



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
- Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 - Código Penal (1940) - 2848/40  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:1940;2848>
  - art121\_par2\_inc6
- Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (1990) - 8069/90  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1990;8069>
  - art11
- Lei nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006 - Lei Maria da Penha (2006) - 11340/06  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2006;11340>
  - art22
- Lei nº 13.431, de 4 de Abril de 2017 - LEI-13431-2017-04-04 - 13431/17  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2017;13431>
- Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) (2018) - 13709/18  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2018;13709>
- Lei nº 14.717, de 31 de Outubro de 2023 - LEI-14717-2023-10-31 - 14717/23  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2023;14717>
  - art1





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 6139, DE 2025

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para dispor sobre a gradação das sanções administrativas ambientais e a prioridade da advertência em hipóteses regularizáveis.

**AUTORIA:** Comissão de Agricultura e Reforma Agrária



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 6139/2025 [1 de 58]



## PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para dispor sobre a gradação das sanções administrativas ambientais e a prioridade da advertência em hipóteses regularizáveis.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar acrescida do art. 72-A, com a seguinte redação:

“**Art. 72-A.** Na aplicação das medidas cautelares e das sanções previstas no art. 72, a autoridade competente adotará, em primeiro lugar, a medida suficiente menos gravosa, consideradas a gravidade do fato, os antecedentes do infrator, a extensão do dano e a possibilidade de regularização, somente aplicando sanções mais severas se as inicialmente adotadas se mostrarem inadequadas ou insuficientes, mediante motivação técnica e jurídica.

§ 1º Nas infrações regularizáveis, vinculadas à atividade econômica lícita, sem reiteração infracional e sem dano irreversível, serão priorizadas a advertência e as demais medidas menos gravosas adequadas à correção da irregularidade, ressalvadas as hipóteses legais de adoção imediata de medida mais gravosa.

§ 2º A regulamentação estabelecerá critérios objetivos para a aplicação da advertência nos casos indicados no § 1º, vedada a fixação de limites por valor máximo de multa como critério restritivo ou impeditivo de sua utilização.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta aperfeiçoa a aplicação das sanções administrativas ambientais ao positivar, em lei, a regra prática da gradualidade



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6139/2025 [2 de 58]



das sanções, com proporcionalidade. Isso é, a autoridade deve iniciar pela medida suficiente menos gravosa e somente escalar quando esta se mostrar inadequada, com motivação técnica e jurídica. A redação consolida entendimento aderente aos princípios constitucionais da legalidade, devido processo, ampla defesa, razoabilidade e eficiência, evitando distorções que banalizam a adoção imediata de medidas severas sem ganho ambiental proporcional.

O texto é complementar às discussões em curso sobre procedimento, notificação e hipóteses excepcionais de embargo, concentrando-se aqui no conteúdo material da decisão de sancionar. Isso é, como graduar a resposta estatal diante de infrações ambientais regularizáveis, ligadas a atividade econômica lícita, sem reiteração e sem dano irreversível. Nesses casos, a advertência e medidas corretivas menos gravosas, com a celebração de termo de compromisso entre o proprietário e a autoridade competente, tendem a produzir correções de rumo mais rápidas e com menor custo social, sem, no entanto, enfraquecer o poder de polícia.

A experiência recente na Amazônia Legal demonstra que a imposição prematura de sanções máximas, especialmente em embargos amplos, paralisa cadeias produtivas e debilita economicamente pequenos e médios produtores, sem assegurar melhores resultados ambientais. Ao dar comandos para que a autoridade competente escolha a medida suficiente e menos gravosa inicialmente, a proposta se orienta pela redução de litígios e segurança jurídica. Ainda, estimulará a conformidade ambiental, criando incentivos para uma regularização mais célere.

Por fim, a proposta não afrouxa a fiscalização, pois, se a medida menos gravosa não bastar, a lei autoriza a escalada com a devida motivação. Novamente, trata-se de alinhar poder de polícia e segurança jurídica, preservando a livre iniciativa e a função social da propriedade, ao mesmo tempo em que se protege o meio ambiente, com foco no resultado ambiental efetivo e desenvolvimento humano. Solicita-se, assim, o apoio dos nobres Pares para a aprovação desta matéria.

Sala das Sessões,



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli

Para verifica

Avulso do PL 6139/2025 [3 de 58]







SENADO FEDERAL

Comissão de Agricultura e Reforma Agrária  
Subcomissão Temporária para acompanhar os embargos de terras por parte do Ibama

SF/25900.40922-98

## RELATÓRIO FINAL

### SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR OS EMBARGOS DE TERRAS POR PARTE DO IBAMA

Senador **Jaime Bagattoli** (Presidente)

Senador **Hamilton Mourão** (Relator)

Senador **Alan Rick**

Senador **Mecias de Jesus**

Senador **Zequinha Marinho**

### COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

Senador **Zequinha Marinho** (Presidente)

Brasília, dezembro de 2025



Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6139/2025 [4 de 58]



## SUMÁRIO EXECUTIVO

A Subcomissão Temporária para acompanhar os embargos de terras por parte do Ibama (CRATERRAS) foi instituída no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal para avaliar a legalidade, a proporcionalidade e os impactos socioeconômicos dos embargos ambientais coletivos aplicados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), especialmente aqueles formalizados por editais de embargo geral preventivo em estados da Amazônia Legal.

A Subcomissão realizou duas audiências públicas com especialistas, representantes do agronegócio, produtores rurais e órgãos ambientais, além de diligência no Estado de Rondônia, nos dias 30 e 31 de outubro de 2025, para apurar, *in loco*, os efeitos desses embargos sobre a vida dos produtores rurais e sobre a economia regional. Este Relatório Final apresenta as principais conclusões e recomendações resultantes desses trabalhos.

As ações e diligências realizadas pelo Colegiado conduzem à conclusão de que embargos coletivos e genéricos, “anunciados” ao cidadão por edital como primeiro instrumento, são ilegais, desproporcionais e prejudiciais à política agrícola e ambiental do País. A previsão e o uso desse instrumento violam a exigência de individualização da conduta, afrontam a excepcionalidade do edital como forma de citação no processo administrativo, negam ampla defesa e contraditório, ferem a liberdade econômica do produtor rural e não contribuem para reduzir o desmatamento de maneira estrutural.

A situação foi agravada pelas alterações ao Decreto nº 6.514, de 2008, promovidas pelo Decreto nº 12.189, de 2024, que endureceu o regime



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6139/2025 [5 de 58]



sancionatório e vem sendo objeto de controle concentrado de constitucionalidade em ação proposta pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). A escalada punitiva, somada a embargos amplos e remotos, aumenta o risco regulatório e aprofunda a crise fundiária, sem enfrentar o essencial: validar o Cadastro Ambiental Rural (CAR), operar o Programa de Regularização Ambiental (PRA) e avançar na regularização fundiária. Em termos concretos, apenas o Ibama possui cerca de 28 mil embargos por desmatamento no bioma Amazônia, sem contar os embargos dos órgãos estaduais.

Além da ilegalidade dos embargos coletivos por edital, o levantamento dos embargos, segundo relatos reiterados de produtores, converteu-se em verdadeira via-crúcis burocrática: indeferimentos genéricos, exigências pouco claras, filas sem transparência e a impressão de que o embargo só é levantado quando a propriedade atinge uma espécie de “conformidade plena”, muito além da cessação do fato que deu causa à medida. Isso distorce a natureza cautelar ou sancionatória do embargo e prolonga seus efeitos econômicos para além do razoável.

O efeito agregado dessa coerção ilegítima é uma tragédia econômica para o produtor rural, que enfrenta descapitalização, inadimplência e bloqueio geral de atividades. Os embargos travam cadeias produtivas inteiras. No setor pecuário, frigoríficos utilizam listas oficiais de áreas embargadas como critério para bloqueio de compra. Mesmo quando a infração não foi cometida pelo proprietário ou posseiro atual, o carimbo de embargo sobre o imóvel barra a venda, derruba o preço da terra e humilha o produtor. O trânsito de animais e a venda de leite tornam-se inviáveis em razão de políticas de *compliance* e protocolos estaduais que cruzam bases de dados e listas de



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6139/2025 [6 de 58]



embargos para vetar fornecedores. Na prática, a mercadoria não circula. Prejudica-se, ainda, a política ambiental, pois não haverá redução estrutural do desmatamento sem desenvolvimento humano, renda e segurança jurídica no campo.

A solução desse quadro passa por várias frentes, que discutimos neste relatório. É essencial enfrentar, no médio e longo prazo, o passivo fundiário na região Norte e, de forma conexa, acelerar a regularização ambiental por meio dos instrumentos já previstos em lei: análise e saneamento dos registros no CAR e efetiva implementação do PRA, ambos previstos desde 2012 no Código Florestal. Também é necessário estabelecer rotas claras para levantamento de embargos em situações regularizáveis, inclusive para passivos pós-2008 não elegíveis ao PRA, por meio de compromissos entre produtores rurais e órgãos ambientais, em regime de cooperação, com critérios objetivos e prazos definidos.

Ao longo dos trabalhos, reforçou-se que o produtor rural precisa ser apoiado, não perseguido. Em vez de uma política centrada na repressão e na paralisia econômica, a conservação deve se apoiar em políticas públicas que aumentem a produtividade das áreas sujeitas a uso alternativo do solo, com assistência técnica e extensão rural, tecnologias desenvolvidas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e organizações de produtores, de modo a intensificar de forma sustentável a produção sem abertura de novas áreas.

Nos 80% da propriedade destinados à Reserva Legal na Amazônia Legal, a lei não impõe “ociosidade”: admite uso econômico sustentável mediante manejo e extrativismo. Contudo, pequenos produtores raramente têm



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verificação

Avulso do PL 6139/2025 [7 de 58]



escala para aprovar e executar um Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) privado ou acessar de forma competitiva os atuais e novos mercados de carbono.

Por isso, a política de concessão florestal brasileira deve ser repensada para direcionar parte das receitas oriundas da exploração sustentável de florestas públicas – que, por lei, alimentam o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) – para pagamentos por serviços ambientais (PSA) e apoio a pequenos produtores que mantêm suas Reservas Legais íntegras. Considerando que o Brasil possui centenas de milhões de hectares de florestas públicas e contratos de concessão já em vigor, é justo que uma fração dessa renda seja revertida para quem conserva, mas não tem escala para capturar valor de sua reserva florestal.

Diante desse cenário, a CRATERRAS apresenta um conjunto integrado de recomendações e proposições legislativas.

No plano orientativo, a Subcomissão **recomenda**:

Ao Congresso Nacional, a aprovação do Projeto de Lei nº 4.554, de 2025, que insere notificação prévia em procedimento da fiscalização ambiental e garante contraditório e ampla defesa antes do embargo cautelar, vedando embargos coletivos preventivos por edital.

Ao Ministério Público Federal nos Estados de Rondônia, Acre, Pará, Amazonas e Mato Grosso, que zelem pelo contraditório e ampla defesa do produtor rural em embargos coletivos e preventivos, revisem casos pendentes com eventuais vícios de notificação e coordenem, com Ibama e governos estaduais, mutirões para celebração de Termos de Ajustamento de



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6139/2025 [8 de 58]



Conduta (TACs) e levantamento de embargos, com prazos máximos para análise e assinatura.

Aos governos dos Estados de Rondônia, Acre, Pará, Amazonas e Mato Grosso, que imprimam celeridade à análise do CAR e à adesão ao PRA, com metas e prazos claros; integrem sistemas estaduais e federais para que a celebração de compromissos gere levantamento automático dos embargos; participem de mutirões para regularização e levantamento de embargos; e fortaleçam a assistência técnica, especialmente para pequenos e médios produtores, inclusive quanto ao uso econômico lícito da Reserva Legal.

Ao Ibama e ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, que observem estritamente o princípio da legalidade, se abstenham de impor embargos sem notificação válida e individualização de conduta, reservem o edital a hipóteses excepcionais e motivadas, respeitem a gradação das medidas do art. 72 da Lei nº 9.605, de 1998, priorizando advertência e medidas menos gravosas em casos regularizáveis e sem dano irreversível, levanten embargos cautelares após a celebração de compromisso ou instrumento congênere, revoguem embargos sem notificação pessoal válida e mantenham transparência geoespacial com indicação clara das vias de regularização de cada caso.

Já no **plano legislativo**, as proposições da Subcomissão se somam ao apoio ao PL nº 4.554, de 2025, e têm por objetivo ordenar o uso das sanções e viabilizar economicamente a conformidade ambiental:

O primeiro **Projeto de Lei** propõe explicitar, na Lei nº 9.605, de 1998, a gradação das sanções e medidas do art. 72, determinando que, nas infrações regularizáveis, vinculadas a atividade econômica lícita, sem reiteração e sem dano irreversível, a advertência e demais medidas menos



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6139/2025 [9 de 58]



gravosas sejam a regra, reservando o embargo cautelar e outras medidas mais severas para hipóteses estritas (como grilagem, exploração ilegal de madeira, garimpo, risco ambiental iminente e reiteração infracional). Busca-se, com isso, afastar leituras que banalizam o embargo, alinhar a prática administrativa ao devido processo legal e à proporcionalidade e destravar o levantamento da medida em situações passíveis de regularização.

Por fim, o segundo **Projeto de Lei** enfrenta parte do núcleo econômico do problema na Amazônia Legal, ao tratar da viabilidade da pequena produção em propriedades obrigadas a manter 80% de Reserva Legal. Propõe destinar parcela das receitas de concessões florestais de florestas públicas a um fundo de apoio a pequenos produtores regulares ou em processo de regularização, voltado prioritariamente a pagamentos por serviços ambientais. A medida busca mitigar o ônus desproporcional suportado por quem não tem escala para capturar valor de sua Reserva Legal e oferecer uma estratégia estrutural de redução do desmatamento, fundada em desenvolvimento humano e renda no campo.

Em síntese, as recomendações e projetos de lei aqui propostos caminham na mesma direção de proteger o produtor rural que quer cumprir a lei, de restabelecer segurança jurídica no campo e de assegurar um Poder de Polícia Ambiental forte e focado nos casos realmente graves. Somente assim será possível conciliar, de forma duradoura, proteção e desenvolvimento na Amazônia Legal brasileira.



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagatoli  
Para verifica

Avulso do PL 6139/2025 [10 de 58]



Sumário

**SUMÁRIO EXECUTIVO .....2**

**1. Subcomissão Temporária para acompanhar os embargos de terras por parte do Ibama (CRATERRAS).....9**

**2. Audiências Públicas .....13**

**3. Diligência em Rondônia.....19**

**4. Análise e Discussão: os problemas do produtor rural na Região Norte .....26**

4.1. História e Realidade fundiária na região Norte .....26

4.2. Regularização da situação ambiental: Cadastro Ambiental Rural (CAR) e Programa de Regularização Ambiental (PRA).....27

4.3. Governança para a Amazônia Legal: falta de coordenação entre órgãos estaduais, Ibama e Ministério Público .....28

4.4. Viabilidade econômica da propriedade rural, desenvolvimento econômico e equilíbrio ambiental .....30

**4.5. Os embargos coletivos e genéricos .....33**

**5. Considerações finais, recomendações e proposições legislativas .....40**

5.1. Recomendações .....42

5.2. Projetos de Lei .....46



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica





## 1. Subcomissão Temporária para acompanhar os embargos de terras por parte do Ibama (CRATERRAS)

Ao Congresso Nacional compete fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, diretamente ou por qualquer de suas Casas (art. 49, *caput*, X, da Constituição Federal – CF), bem como zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos demais Poderes (art. 49, *caput*, XI, CF). São essas as competências que estruturam a atuação da Subcomissão Temporária para acompanhar os embargos de terras por parte do Ibama (CRATERRAS) e a conformidade dessas medidas com o ordenamento jurídico.

No campo infraconstitucional, a atuação sancionadora federal em matéria ambiental tem sido disciplinada, em larga medida, pelo Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que “dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente” e “estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações”.

O protagonismo do Decreto nº 6.514, de 2008, no sistema sancionatório nacional levanta debate sobre reserva de lei em matéria de poder de polícia: quais conteúdos podem ser, por direito, veiculados por decreto regulamentar e quais dependem de previsão legal estrita, especialmente quando se trata de tipificação de infrações, definição de sanções e medidas cautelares.

Esse debate ganhou relevo prático com o emprego dos embargos ambientais cautelares, ato administrativo coercitivo frequentemente aplicado, no campo, pelos órgãos ambientais. Originalmente, o embargo de obra, atividade ou área é descrito como instrumento para impedir a continuidade do dano ambiental, propiciar a regeneração e viabilizar a recuperação da área



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6139/2025 [12 de 58]



degradada, com restrição ao local do ilícito (art. 51, Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012<sup>1</sup>, e arts. 15-A e 16, Decreto nº 6.514, de 2008<sup>2</sup>). Essa construção normativa revela o caráter dos embargos como medidas eminentemente concretas e circunscritas à infração constatada.

O quadro normativo, porém, foi sensivelmente alterado pelo Decreto nº 12.189, de 20 de setembro de 2024, que modificou o mencionado Decreto nº 6.514, de 2008. Entre as inovações, o novo art. 16-A autoriza o embargo de “área que corresponda a conjunto de polígonos relativos ao mesmo tipo de infração ambiental”, permite formalizar múltiplos embargos em um único termo (§ 1º) e admite o agrupamento desses polígonos por bioma, unidade federativa, gleba, UC, terra indígena, imóvel, região ou outra “delimitação geográfica sob fiscalização” (§ 2º). Tais disposições não precisam

---

**<sup>1</sup> Lei nº 12.651, de 2012**

Art. 51. O órgão ambiental competente, ao tomar conhecimento do desmatamento em desacordo com o disposto nesta Lei, deverá embargar a obra ou atividade que deu causa ao uso alternativo do solo, como medida administrativa voltada a impedir a continuidade do dano ambiental, propiciar a regeneração do meio ambiente e dar viabilidade à recuperação da área degradada.

§ 1º O embargo restringe-se aos locais onde efetivamente ocorreu o desmatamento ilegal, não alcançando as atividades de subsistência ou as demais atividades realizadas no imóvel não relacionadas com a infração.

§ 2º O órgão ambiental responsável deverá disponibilizar publicamente as informações sobre o imóvel embargado, inclusive por meio da rede mundial de computadores, resguardados os dados protegidos por legislação específica, caracterizando o exato local da área embargada e informando em que estágio se encontra o respectivo procedimento administrativo.

§ 3º A pedido do interessado, o órgão ambiental responsável emitirá certidão em que conste a atividade, a obra e a parte da área do imóvel que são objetos do embargo, conforme o caso.

**<sup>2</sup> Decreto nº 6.514, de 2008**

Art. 15-A. O embargo de obra ou atividade restringe-se aos locais onde efetivamente caracterizou-se a infração ambiental, não alcançando as demais atividades realizadas em áreas não embargadas da propriedade ou posse ou não correlacionadas com a infração.

Art. 16. No caso de áreas irregularmente desmatadas ou queimadas, o agente autuante embargará quaisquer obras ou atividades nelas localizadas ou desenvolvidas, excetuando as atividades de subsistência.

(...)



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verificação

Avulso do PL 6139/2025 [13 de 58]



de profunda análise para verificar sua ausência de conformação com o ordenamento jurídico.

Além disso, o Decreto nº 12.189, de 2024, expandiu os objetivos do embargo (incisos do *caput* do mesmo art. 16-A), incluindo impedir “que qualquer pessoa aufera lucro ou obtenha vantagem econômica com o cometimento de infração ambiental”, “prevenir” novas infrações e garantir o resultado prático de processos administrativos de responsabilização administrativa, entre outros.

Na prática, tais mudanças ampliam o alcance e a finalidade da medida de embargo cautelar, bem como conferem discricionariedade ampla e questionável em relação à atuação do órgão ambiental, em detrimento do direito constitucional ao contraditório e à ampla defesa do embargado.

A consequência prática é o embargo deixar de ser uma medida ancorada na constatação de uma infração específica, para se tornar uma ferramenta de coerção abrangente e com finalidades adicionais, amplamente discricionárias e controversas. Abriu-se um perigoso espaço para leituras autoritárias segundo as quais o embargo poderia ser aplicado diante de “hipóteses” ou “perigo” de infração e não apenas da infração comprovada. Esse alargamento conceitual, distante da lei, porque feito por decreto e contrário às garantias constitucionais mais básicas, repercute diretamente na reserva de legalidade do poder de polícia ambiental e no abalo à segurança jurídica no campo, que muito presenciamos na diligência que esta Subcomissão realizou em Rondônia.

Em que pese tratarmos aqui de uma problemática específica, ela se mistura com a realidade conturbada que permeia a vida do produtor rural no



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verificação

Avulso do PL 6139/2025 [14 de 58]



campo, especialmente o pequeno produtor na Amazônia Legal: incompletude fundiária, falta de assistência técnica, dificuldades de obtenção de crédito rural, riscos climáticos e regulatórios.

Diante desse contexto, a CRATERRAS foi instituída no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária após aprovação, naquele colegiado, do Requerimento nº 24, de 2025, em 20 de maio de 2025.

Seu objetivo principal foi avaliar a legalidade, a proporcionalidade e os impactos socioeconômicos dos embargos ambientais coletivos aplicados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), especialmente aqueles formalizados por meio de Editais de Notificação em diversos estados da Amazônia Legal. Busca-se, com isso, propor soluções que garantam a segurança jurídica no campo, o direito de propriedade e o devido processo legal, sem prejuízo da necessária proteção ambiental – alinhando, portanto, a legislação infraconstitucional aos preceitos da Constituição Federal.

Para alcançar esse propósito, a Subcomissão realizou audiências públicas com especialistas, representantes do agronegócio, produtores rurais e órgãos ambientais, destinadas a debater os embargos ambientais em análise. Além disso, promoveu diligência no Estado de Rondônia, nos dias 30 e 31 de outubro de 2025, com o intuito de apurar, *in loco*, os efeitos desses embargos sobre a vida dos produtores rurais e suas consequências sociais e econômicas.

Neste Relatório Final, são apresentados os resultados dos trabalhos da Subcomissão. Discutem-se a legalidade dos embargos e suas repercussões sobre os produtores rurais, examinam-se os argumentos e soluções debatidas nas audiências públicas e, ao final, propomos medidas legislativas voltadas a



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6139/2025 [15 de 58]



assegurar a segurança jurídica no campo com efetividade da proteção ambiental, reafirmando o papel fiscalizador e legislativo do Senado Federal e do Congresso Nacional.

## 2. Audiências Públicas

A CRATERRAS ouviu, em duas audiências públicas realizadas em 19 de agosto de 2025<sup>3</sup> e 17 de setembro de 2025<sup>4</sup>, consultores jurídicos, representantes do agronegócio e órgãos ambientais. As reuniões revelaram um quadro de normas infralegais extensas, uso intensivo de embargos cautelares por edital, gargalos de regularização ambiental que travam o desembargo e uma sobreposição federativa que, na prática, restringe a defesa do produtor e fragiliza a atuação dos órgãos estaduais.

Na primeira audiência (19/08/2025), o Presidente da CRATERRAS, Sua Ex.<sup>a</sup> o Senador Jaime Bagattoli, situou o problema: embargos coletivos por edital, muitas vezes calcados apenas em sensoriamento remoto, sem verificação de autoria e materialidade; além disso, casos em que toda a área do imóvel foi paralisada, contrariando a regra de restringir a medida ao polígono da infração. Ressaltou, ainda, a morosidade da análise do Cadastro Ambiental Rural (CAR), deixando produtores em um limbo jurídico.

Na resposta oficial que a Subcomissão recebeu da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Acre (Sema/AC), são 160.287 hectares

<sup>3</sup> Notas taquigráficas e registro audiovisual disponível em: <https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2776/reuniao/13817>. Acesso em: 27 out. 2025.

<sup>4</sup> Notas taquigráficas e registro audiovisual disponível em: <https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2776/reuniao/13959>. Acesso em: 27 out. 2025.



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6139/2025 [16 de 58]



embargados em 22 municípios e apenas 5% dos registros no CAR com análise concluída, aptos, portanto, à regularização ambiental. A Sema informou ainda que, quando a documentação está correta, o tempo médio para tramitação administrativa é de 30 a 45 dias, com possibilidade de priorização do CAR de imóveis embargados mediante requerimento do interessado.

Posteriormente à audiência, a CRATERRAS recebeu também resposta da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (Sedam) de Rondônia, consultada por meio do Ofício nº 082/2025-CRA, a qual veio pelo Ofício nº 9608/2025/SEDAM-GAB. O órgão informa a ocorrência de 6.033 embargos estaduais, totalizando 778 mil ha, enquanto, naquele estado, o Ibama aplicou 10.218 embargos em área estimada de 526 mil ha e o Instituto Chico Mendes lavrou 691 embargos em cerca de 127 mil ha.

No mesmo ofício, a Sedam registra que Rondônia possui 8.894.580 ha de áreas destinadas à atividade agropecuária (27% do território). A área embargada totalizada (soma de embargos estaduais e federais) equivale a aproximadamente 16% desse montante<sup>5</sup>, ainda que nem toda área embargada componha o cômputo de “área destinada à agropecuária”. Considerando apenas as áreas embargadas com sobreposição a áreas de atividade agropecuária, a Sedam estima 400 mil ha, o que corresponde a aproximadamente 4,5% do total agropecuário do estado.

Quanto ao CAR, Rondônia registra 173 mil cadastros ativos, dos quais apenas 6,3% “encontram-se com análise concluída e aprovada”. Indagada

<sup>5</sup> O cálculo, feito de forma ilustrativa, foi  $778.000 \text{ ha} + 526.000 \text{ ha} + 127.000 \text{ ha} \div 8.894.580 \text{ ha} \approx 16,1\%$ . Apontamos que a soma simples pressupõe inexistência de sobreposição entre áreas embargadas pelas diferentes esferas (estadual e federal); se houver sobreposição de embargos, o percentual efetivo sobre a área agropecuária é menor que 16,1%.



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6139/2025 [17 de 58]



sobre a principal dificuldade para a atuação de comando e controle ambiental, a Sedam aponta a amplitude territorial, a ineficiente política de regularização fundiária sob competência federal e limitações de recursos humanos, financeiros, logísticos e tecnológicos.

Por fim, relata que o procedimento de desembargo estadual inclui o protocolo de requerimento pelo interessado, análise documental, vistoria quando necessária, emissão de parecer técnico, decisão administrativa e, se deferido, termo de desembargo.

Retomando a descrição da audiência pública, o consultor jurídico Sr. Anaximandro Almeida, da Associação dos Produtores de Soja e Milho (Aprosoja) de Mato Grosso, descreveu a figura do “embargo geral preventivo” (introduzida em 2014 e reforçada por alterações normativas recentes), que permite a publicação de editais com conjuntos de polígonos sem auto individualizado, gerando incertezas sobre autoria e materialidade e sobre a extensão legítima da área paralisada.

O Sr. Thiago Rocha, representante da Aprosoja/RO, enfatizou que o embargo deve restringir-se à área do dano, sob pena de inviabilizar a capacidade econômica do produtor, inclusive para fins de reparação da infração e defesa do autuado. Em conjunto, as falas convergem no sentido de que a técnica coletiva e abstrata do edital não pode, juridicamente, substituir a individualização e deixar de observar a proporcionalidade das medidas adotadas.

O Diretor de Proteção Ambiental do Ibama, Sr. Jair Schmitt, registrou que o embargo geral é uma medida preventiva adotada diante de “indícios e provas robustas” de desmatamento ilegal e que, instaurado o processo, há posterior individualização com auto específico para a área



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verificação

Avulso do PL 6139/2025 [18 de 58]



embargada. Reconheceu efeitos econômicos quando consta “embargo em todo o imóvel” e defendeu a análise caso a caso, embora o Ibama pareça não o fazer.

O Sr. Rodrigo Justus, representante da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), destacou que o “apagão” de regularização fundiária nas fronteiras agrícolas mistura ilegalidade ambiental com a impossibilidade de suprimir legalmente por falta de título ou documento de posse. Lembrou ainda que o Código Florestal atrelou a comprovação da reserva legal ao CAR e que, na prática, o desembargo depende de uma espécie de “anuência do Estado” via análise do CAR – o que deixa produtores paralisados quando o Estado não faz sua parte. Concluiu que a “mão” do Estado não pode se limitar a embargo remoto, auto de infração e bloqueio de CPF, defendendo que os entes federativos sejam compelidos a apresentar dados e soluções.

A segunda audiência (17/09/2025) concentrou-se no “gargalo do CAR” e nos fluxos de desembargo. O Presidente da CRATERRAS, Senador Jaime Bagattoli, apresentou números enviados à Subcomissão por secretarias estaduais: no Acre, só 5% do CAR foi analisado; no Amazonas, 21.566 cadastros com apenas 437 (2%) concluídos; no Mato Grosso, 161.299 imóveis inscritos e 16% analisados; no Pará, 1.565 CARs analisados, com apenas 178 (1%) concluídos. O Estado de Rondônia, lamentavelmente, não respondeu a esta Subcomissão.

O Presidente relatou ainda mais de 800 notificações do Ibama contra produtores rurais em Porto Velho/RO, determinando a retirada de animais e proibição de atividades. Apontou que exigir CAR analisado para desembargar, sem capacidade estatal para analisar, é o mesmo que punir quem



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6139/2025 [19 de 58]





não deu causa à morosidade. Daí a defesa, que adiantamos, da vedação a embargos preventivos coletivos por meros alertas de satélite e sem expectativas e procedimentos para levantamento da medida – proposta que já foi formalizada por S. Ex.<sup>a</sup>, o Senador Jaime Bagattoli, no Projeto de Lei nº 4.554, de 2025.

Os depoimentos estaduais mostraram caminhos operacionais que podem ser usados como exemplo a nível federal. A Secretária de Mato Grosso, Sra. Mauren Lazzaretti, relatou que o estado procede com a checagem de bases e notificação prévia antes da autuação. Além disso, existe uma política de priorizar a análise do CAR para propriedades embargadas, de realizar conciliação ambiental de maneira coordenada com o Tribunal de Justiça, com o Ministério Público, com a polícia judiciária civil, permitindo que o infrator saia da audiência com termos de compromisso assinados e medidas cautelares levantadas, quando possível.

Ainda, informou sobre o lançamento do CAR Digital em 4 de junho deste ano, tendo por base uma análise automática dos cadastros, que fez Mato Grosso acelerar as análises e superar 20% de validações em 48 de 142 municípios. Para imóveis com até quatro módulos e produtores que exercem atividade de subsistência, o estado levanta embargos, simplifica e facilita a forma de pagamento das multas, preservando a atividade lícita enquanto se regulariza o passivo. Esses elementos dão lastro a uma agenda de gradação nos instrumentos de coerção regulatória e provêm celeridade compatível com o devido processo, sem abdicar do poder de polícia.

Os representantes do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM), Sr. Gustavo Picanço Feitoza (Diretor-Presidente) e Sra.



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6139/2025 [20 de 58]



Adriana Aparecida Barbosa (técnica do Instituto), explicaram o encadeamento normativo para desembargo. É exigida a comprovação de regularidade ambiental, sendo que os passivos anteriores a 2008 são tratados via Programa de Regularização Ambiental (PRA), e os posteriores são tratados por termo de compromisso na esfera da Lei de Crimes Ambientais. Com o termo aprovado, o desembargo pode ser levantado no órgão estadual. Nesse fluxo procedimental, é reconhecida a função instrumental do embargo, mas se evita sua perpetuação e efeitos nocivos quando já há compromisso idôneo de reparação e regularização do autuado.

Os últimos a falar foram os representantes do governo do Estado de Rondônia, cujo Secretário de Estado do Desenvolvimento Ambiental (Sedam) não compareceu. Os representantes apontaram um “nó” recorrente na execução do Código Florestal, em que, para aderir ao PRA ou assinar termo de compromisso, é preciso CAR aprovado, e não há previsão clara de suspender o embargo até o fim da recuperação da área, gerando risco de embargo por longo período.

Em síntese, não se contesta a existência do embargo como instrumento para o exercício do poder de polícia. Aponta-se que as duas audiências mostram ser imperativo haver proporcionalidade, individualização e procedimentos prévios mínimos, como advertência, notificação válida e tempo razoável para defesa, para que a cautela não se converta em sanção prévia e ilegal.

Ficou evidente, também, que o gargalo do CAR – comprovado pelos números oficiais recebidos – não pode bloquear indefinidamente o desembargo. Por isso, é preciso criar vias rápidas, como automação da análise



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6139/2025 [21 de 58]



com uso de tecnologias atuais, conciliação ambiental, conversão de multas e suspensão condicionada.

Já há soluções testadas nos estados, principalmente em Mato Grosso e Amazonas, que conciliam controle do Estado sobre o território sem tolher o poder de polícia, procedimentos que poderiam ser facilmente adotados pela União.

Em resumo, é perfeitamente possível alinhar segurança jurídica, direito de propriedade e proteção ambiental, desde que a atuação preventiva seja conectada a assistência ao produtor e rotas claras de regularização.

### 3. Diligência em Rondônia

A diligência realizada pela Subcomissão em Porto Velho, Rondônia, ocorreu em dois momentos complementares.

No primeiro dia, a comitiva composta por mim e pelos Senadores Jaime Bagattoli, presidente da CRATERRAS, Zequinha Marinho, presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, e pelo Senador Marcos Rogério, visitou propriedades rurais embargadas; no segundo, a Subcomissão realizou uma audiência pública na Assembleia Legislativa de Rondônia (ALERO), reunindo parlamentares, órgãos de Estado, produtores rurais e associações de produtores.

O planejamento em duas etapas permitiu cotejar a realidade concreta – lavouras, pastagens, benfeitorias e cadeias produtivas efetivamente paradas – com o debate institucional sobre caminhos para a legalidade da conduta dos órgão ambientais e regularização do produtor.



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6139/2025 [22 de 58]



Os produtores das propriedades visitadas expuseram os efeitos paralisantes dos embargos coletivos sobre a unidade produtiva e sua cadeia de comercialização. Uma vez publicado o embargo, a vida econômica do produtor entra em modo de suspensão. A venda de gado, leite, café e outros produtos fica comprometida; o escoamento das mercadorias trava; linhas de crédito são prejudicadas ou negadas; compradores e frigoríficos se afastam do produtor; transportadores e cooperativas evitam o risco regulatório de comprar de alguém que esteja com parte de sua propriedade embargada. Em pouco tempo, instala-se uma espiral de descapitalização e inadimplência que atinge, com especial dureza, os pequenos e médios agricultores.

É notório que as consequências imediatas sobre cada produtor devem se somar em um efeito agregado local e regional, com deterioração do entorno, afetando oficinas, mercados e serviços, o que retrai o fluxo monetário local. É uma penalidade econômica que transborda a pessoa cuja propriedade foi embargada, atingindo suas adjacências.

Há casos, evidentemente, em que o desmate ultrapassou o permitido por lei. Em momento algum relativizamos a obrigação de se cumprir a lei, tampouco desconsideramos a necessidade de responsabilização. O que ficou constatado, entretanto, é que parte considerável dos produtores quer entender o caminho para sair da irregularidade, sem permanecer em limbos jurídicos e na paralisia econômica. Para muitos, esse caminho passa pelo PRA (Programa de Regularização Ambiental). Para quem suprimiu vegetação após 2008, será indispensável termo de compromisso, ou instrumento jurídico congênere, com metas e prazos – instrumento esse que poderia abrir portas para a retomada da atividade produtiva enquanto a recomposição acontece.



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6139/2025 [23 de 58]



Por sua vez, a audiência na ALERO recolheu toda essa experiência e a projetou no debate público, com falas que reforçam a direção que apontamos neste relatório.

A equipe do Senador Jaime Bagattoli apresentou os objetivos e a linha do tempo dos trabalhos da CRATERRAS, listando os impactos econômicos observados na diligência e registrando a existência do PL nº 4.554, de 2025, de autoria de Sua Ex.<sup>a</sup>, que propõe alterações na Lei nº 12.651, de 2012, e na Lei nº 9.605, de 1998, sendo uma referência importante para as soluções legislativas que adiante discutiremos.

O Senador Jaime Bagattoli ainda sublinhou a insegurança jurídica a que o produtor rural está submetido e a necessidade de apoio dos órgãos públicos ao produtor, especialmente o pequeno, lembrando que não se combate ilegalidade quebrando quem produz. Da nossa parte, como relator desta Subcomissão, destaquei a percepção de que estruturas estatais, em vez de facilitar a conformidade do produtor perante as leis, muitas vezes adotam uma política contrária, dificultando essa conformidade e desperdiçando a vantagem competitiva ambiental do País.

O Senador Zequinha Marinho fez uma leitura jurídico-constitucional do problema: apontou a violação ao contraditório e à ampla defesa, a insegurança jurídica, a afronta à dignidade do produtor rural e seus efeitos deletérios sobre a obtenção do crédito rural; mencionou o volume de editais do Ibama e denunciou a escalada ideológica que transformou a Amazônia em um “inferno verde”, invertendo a promessa histórica de desenvolvimento e “expulsando” quem foi chamado a ocupar a região há décadas.



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6139/2025 [24 de 58]



O Senador Marcos Rogério expressou sua saudação e apoio político à pauta, criticando o Governo do Estado de Rondônia pela letargia com que trata a política de regularização ambiental das propriedades. Lembrou dos múltiplos problemas pelo que passam os produtores rurais de Rondônia ocasionados pelo descaso do governo estadual.

Houve, ainda, contribuições do Poder Legislativo estadual e federal e de convidados. Deputados estaduais e federais presentes apontaram a inversão de valores no tratamento ao produtor rural, destacando a falta de coesão na transição entre o ciclo de colonização passado e as punições no presente. O Procurador da República, Sr. Gabriel de Amorim Ferreira (MPF/RO), valorizou ouvir o produtor, defendeu fortalecer a SEDAM/RO e promover a gradualidade nas sanções, sugerindo o protagonismo estadual – inclusive com participação de órgãos de assistência rural, propondo que multas financiem assistência técnica ao produtor.

Apesar dessa posição do MPF, assinalamos uma lacuna: o Procurador não explicitou como poderia coordenar e liderar uma mobilização para celebração de termos de compromisso, ou de ajustes de conduta (TAC), para regularização progressiva e levantamento de embargos, peça essencial deste relatório.

Anotou-se, ainda, a ausência recorrente e lamentável do titular da SEDAM/RO e sua falta de cooperação com a CRATERRAS, fato comentado pelo Senador Jaime Bagattoli.

Outras falas reforçaram pontos práticos: a necessidade de rever a dosimetria de multas hoje impagáveis; o problema do embargo remoto sem descrição e individualização de condutas, que afeta o direito ao contraditório;



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verificação

Avulso do PL 6139/2025 [25 de 58]



a crítica à simetria existente entre o tratamento à infrações cometidas em terras sabidamente públicas, como Unidades de Conservação da Natureza, e ocupações privadas, de evidente menor gravidade; e a urgência de enfrentar o passivo fundiário, inclusive com revisão de poligonais de terras indígenas feitas com tecnologia obsoleta – tema importante, mas fora do escopo central deste relatório.

Por parte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), registrou-se que o embargo ambiental impede a regularização fundiária, evidenciando um círculo vicioso e prejudicial, sobretudo, ao proprietário ou posseiro rural de boa-fé.

Durante toda a audiência, produtores rurais relataram temor sobre “suspensão de CPFs” e dificuldades com títulos e acesso ao INCRA.

O Senador Zequinha Marinho tornou a enfatizar que é preciso validar o CAR e iniciar o PRA; repetiu essa fala o produtor Ivo Alves, do distrito de União Bandeirantes, que resumiu a indignação: “a tecnologia existe para autuar e embargar. Mas, na hora de analisar, nada”.

Representantes da CNA e associações de produtores, como a Associação dos Pecuaristas de Rondônia (APRON) e Aprosoja, destacaram que o desembargo é, na prática, quase impossível.

Lamentavelmente, o Superintendente Regional do Ibama em Rondônia, Sr. Cesar Luiz da Silva Guimarães, não forneceu orientação prática e saídas para a situação, limitando-se a dizer “recupere a vegetação”, tratando a questão de modo simplista e alheio à complexidade do problema.



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagatoli  
Para verifica

Avulso do PL 6139/2025 [26 de 58]



Do ponto de vista jurídico-administrativo, a diligência realizada por esta Subcomissão em Rondônia confirmou o caminho que defendemos, um caminho centrado, distante de medidas extremas.

**Primeiro**, mostra-se necessária a adoção de transparência nos critérios de embargo, com individualização da conduta, notificação individual e prazo para contestação com prazos razoáveis. **Segundo**, cientificar o produtor, conceder janela de adequação e adotar uma postura de sempre advertir antes de implementar medidas mais duras. **Terceiro**, quando não houver a opção do PRA, instituir o termo de compromisso ou instrumento congênere como mecanismo que embase o processo de regularização e, imediatamente após celebração, liberar a atividade econômica, com levantamento dos embargos. **Quarto**, validação do CAR e adesão ao PRA assistidas por tecnologias modernas, evitando filas infinitas e provendo celeridade ao processo. **Quinto**, governança interinstitucional (Ibama, órgãos estaduais, MP, INCRA, CMN e assistência técnica rural) para evitar regulações desconexas e não travar o acesso ao crédito rural. Esses pontos tratam os problemas de proporcionalidade das sanções, suspensão e não concessão de crédito rural, além de parte da problemática fundiária mencionados na audiência.

A diligência recolheu, ainda, as seguintes sugestões: estabelecer parâmetros mínimos de proporcionalidade e devido processo aplicáveis a embargos ambientais; instituir prazos máximos para revisão e levantamento do embargo vinculados a assinatura de compromisso por parte do produtor; padronizar termos de compromisso para acelerar o processo de adesão. Parece-nos que tais medidas seriam capazes de tornar a proteção ambiental mais efetiva, trazendo o produtor para o polo da legalidade com previsibilidade e incentivos corretos.



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6139/2025 [27 de 58]





Por fim, registramos a heterogeneidade dos casos observados: há quem precise de PRA, há quem dependa de termo de compromisso em razão da temporalidade do desmate; há situações que demandam recomposição plena e outras de ilicitude meramente formal, que permitem suavizar sanções sem prejuízo ambiental.

Contudo, o que não se compatibiliza com a Constituição nem com a boa gestão é a permanência de embargos amplos e indefinidos, que punem de forma difusa, quebram economias familiares e locais e não oferecem uma rota operacional para a adequação.

A diligência de Porto Velho, enfim, cumpriu dois papéis nos trabalhos da CRATERRAS. O primeiro, de diagnóstico, confirmou em campo a quase interdição econômica gerada pelos embargos e a necessidade de diferenciar situações, conferir proporcionalidade correta nas respostas, dar previsibilidade e orientações ao produtor rural.

O segundo papel é normativo e propositivo: precisamos consolidar, no ordenamento jurídico, a orientação de que o Estado tem de regular a atividade econômica de maneira a que possamos produzir conservando e valorizar quem trabalha no campo, auxiliando-o a estar conforme a lei.

Com base nesse consenso mínimo, a Seção 5 aprofunda a análise e apresenta os ajustes legislativos e procedimentais que podem restabelecer a segurança jurídica no campo, sem prescindir de proteção ambiental.



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6139/2025 [28 de 58]



## **4. Análise e Discussão: os problemas do produtor rural na Região Norte**

### **4.1. História e Realidade fundiária na região Norte**

A ocupação recente da Amazônia Legal ocorreu, em grande medida, ao longo de eixos rodoviários (BR-364 em Rondônia, BR-163, BR-230/Transamazônica), acompanhada de projetos de colonização e assentamentos. Houve migrações internas, abertura de áreas produtivas e, em paralelo, também falhas de ordenamento territorial. Esse histórico ajuda a explicar a heterogeneidade fundiária atual e as tensões, que não deveriam existir, entre regularização, produção e conservação da floresta.

No plano ambiental-regulatório, a incompletude fundiária dificulta o cumprimento de obrigações e produz incerteza para produtores que buscam estar regulares. Seguir diretrizes de harmonização normativa entre União e Estados, fortalecimento e integração institucional e planejamento da fiscalização e combate a ilícitos – elementos-eixos do Plano Nossa Amazônia, que instituímos no Conselho Nacional da Amazônia Legal (CNAL) em 2022 – é caminho de coordenação necessário. Com isso, alinham-se direitos de propriedade e liberdade econômica com a proteção ambiental, reduzindo o espaço para soluções massificadas (como os embargos coletivos), que atingem indistintamente e injustamente o produtor de boa-fé.

A consolidação de direitos fundiários é uma das bases práticas para a regularização ambiental efetiva – vimos isso de perto na realidade que presenciamos em Rondônia: a ausência de titularidade ou clareza dominial é uma das razões, não a única, que comprometem a regularidade ambiental. Titulação e regras ambientais claras são condições necessárias para se produzir conservando, mirando desenvolvimento humano e preservação ambiental.



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6139/2025 [29 de 58]



#### **4.2. Regularização da situação ambiental: Cadastro Ambiental Rural (CAR) e Programa de Regularização Ambiental (PRA)**

A regularidade ambiental da maioria das propriedades rurais depende de dois atos cujo desfecho está nas mãos do ente federativo estadual: a validação do CAR e a adesão ao PRA. O CAR, criado pelo Código Florestal, é um cadastro público eletrônico, nacional e obrigatório, base para controle, monitoramento e planejamento, além de pré-requisito para ingressar no PRA e para acesso a políticas de crédito rural. Por ser auto declaratório, precisa passar pela análise e validação estadual para conferir segurança jurídica e, quando necessário, habilitar o produtor a aderir ao PRA.

Já o PRA é o instrumento por meio do qual União, Estados e Distrito Federal promovem a adequação da propriedade aos comandos da Lei nº 12.651, de 2012. Por meio dele são consolidadas as situações previstas na própria lei, em especial os desmatamentos anteriores a 22 de julho de 2008, com consolidação de áreas de uso alternativo do solo, recomposição, compensação e restauração de passivos ambientais.

Torna-se evidente que em estados com alto passivo cadastral e ritmos lentos de validação quem será penalizado é justamente aquele que busca se regularizar, isso é, o produtor de boa-fé. Visto por outro ângulo, CAR validado, somado a um PRA operacional, é o caminho para produzir conservando, com previsibilidade jurídica e acesso a crédito.

É uma contradição que órgãos ambientais, os primeiros que deveriam zelar pelo cumprimento da legislação ambiental e pelo alinhamento entre produção e conservação, sejam aqueles a dificultar que produtores se regularizem. A longa demora na validação do CAR e a não implementação do



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6139/2025 [30 de 58]



PRA – comprovadas pelos dados alarmantes, já citados neste relatório, que a CRATERRAS recebeu dos órgãos estaduais – deixam esse descaso evidente.

A ausência do Secretário de Estado do Desenvolvimento Ambiental de Rondônia nas audiências e na diligência que realizamos ao longo dos trabalhos desta Subcomissão é sintoma da injustificável falta de interesse político para resolver o problema: passados treze anos da publicação do nosso Código Florestal, os gargalos para validação do CAR e PRA ainda não foram solucionados.

Esses gargalos são: a **falta de integração suficiente de bases e rotinas entre órgãos ambientais; uso de tecnologias obsoletas para validação do cadastro**, quando já poderíamos nos valer de inteligência artificial associada a sensoriamento remoto e integração com as bases de dados dos órgãos públicos; e a **ausência de apoio do Estado brasileiro ao pequeno e médio produtor para que esse se regularize**.

Ao mesmo tempo, a tecnologia usada para embargos em massa (sensoriamento remoto e cruzamento de bases) poderia – e deveria – ser redirecionada para mutirões de validação do CAR e adesão ao PRA, com prioridade aos pequenos e médios produtores. A realidade é que esses produtores, ao invés de serem apoiados, precisam demonstrar, a toda hora, estar de boa-fé, numa verdadeira inversão de valores.

#### **4.3. Governança para a Amazônia Legal: falta de coordenação entre órgãos estaduais, Ibama e Ministério Público**

O problema, de modo geral, não é somente falta ou qualidade das normas. Passa, também, pela falta de coordenação.



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6139/2025 [31 de 58]



No Plano Nossa Amazônia, aprovado pelo CNAL, já havia sido determinada priorização de áreas, integração de órgãos e planejamento interagências para alinhar fiscalização, regularização e desenvolvimento. Mas o Brasil, a todo momento, interrompe políticas que deveriam ser de Estado, e não de governo. Com isso forma-se um contencioso administrativo e judicial que pune o produtor correto e não reduz o desmatamento estrutural.

Além disso, duplicam-se os ônus. Isso porque, ao mesmo tempo em que o produtor enfrenta demoras estatais para validar o CAR e aderir ao PRA, incorre em embargos amplos que travam crédito, circulação de bens e valor da terra – frequentemente com base exclusivamente em detecções remotas que não distinguem situações regularizáveis daquelas não regularizáveis.

A crítica a esse modelo nefasto vem sendo reiterada pelos membros desta Subcomissão e por diversas instituições de apoio ao produtor. Algumas destas foram ouvidas ao longo de nossos trabalhos, as quais denunciam a insegurança criada pelos embargos coletivos gerais, “anunciados” por editais genéricos, e cobram uma solução verdadeira, via regularização fundiária, validação do CAR e apoio ao produtor.

Como afirmado pelos próprios produtores rurais ouvidos, o que se usa para detectar e embargar (sensoriamento remoto e cruzamento de bases) não se usa com a mesma ambição para mutirões de validação do CAR e adesão em massa ao PRA. E é exatamente este último caminho que daria segurança jurídica e racionalidade econômica à governança ambiental. Embora haja evidências públicas de que a análise do CAR ganhou alguma tração no País, como apontado pela fala da representante do Estado do Amazonas,



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6139/2025 [32 de 58]



Sra. Adriana Aparecida Barbosa, o ritmo segue insuficiente diante do estoque de cadastros. Tal fato sustenta a tese de que, sem coordenação federativa, planejamento e metas, e, sobretudo verdadeira vontade política, a resposta tende a ser punitiva e genérica, como vem sendo feita, ao invés de estrutural, com deveria ser.

Em síntese, o modelo atual desloca o centro de uma política pautada por proteger, preservar e desenvolver para uma estratégia de notório equívoco regulatório. Isso é, o Estado atrasa naquilo que depende dele, como validar CAR, operar os PRAs e prover segurança fundiária, e acelera para impor embargos genéricos.

**Precisamos conferir metas vinculantes de validação do CAR,** com apoio técnico federal aos estados, **incluir novas tecnologias disruptivas nas análises e processos, priorizar pequenos e médios agricultores na fila, padronizar critérios mínimos de PRA e termos de ajustamento de conduta.** Trata-se de regularizar primeiro, ao invés de punir primeiro.

#### **4.4. Viabilidade econômica da propriedade rural, desenvolvimento econômico e equilíbrio ambiental**

Aqui fazemos um aparte para tratar de tema relacionado, cuja discussão é imprescindível na Amazônia Legal. Trata-se da questão óbvia de que, sem viabilidade econômica da propriedade, não há conservação duradoura. No bioma Amazônia, o Código Florestal exige Reserva Legal de 80% (oitenta por cento) do imóvel, admitindo uso econômico sustentável da vegetação nativa sob manejo – enquanto apenas 20% (vinte por cento) é a área usualmente destinada à produção “aberta”.



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6139/2025 [33 de 58]



A política pública deve concentrar esforços em aumentar a produtividade dessa área produtiva, com assistência técnica e extensão rural, tecnologias desenvolvidas pela Empresa Brasileira de Produtos Agropecuários (EMBRAPA) e organizações de produtores (associações, cooperativas e sindicatos patronais), acelerando a intensificação sustentável no campo para produzir mais sem desmatar novas áreas.

Nos 80% destinados à Reserva Legal, a lei não impõe “ociosidade”. Pelo contrário, reconhece a função de uso econômico sustentável mediante manejo autorizado e extrativismo. Contudo, pequenos produtores raramente têm escala para aprovar e operar um Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) privado ou, mais modernamente, acessar mercados de carbono de modo competitivo.

Neste ponto caberia repensar a política de concessão florestal brasileira, direcionando parte das receitas oriundas da exploração sustentável de florestas públicas – que, por lei, alimentam o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) – para pagamentos por serviços ambientais (PSA) a pequenos produtores que mantêm suas Reservas Legais íntegras.

Segundo dados do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e informações divulgadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, existem, no Brasil, 309,7 milhões de hectares de florestas públicas federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal. Desse total, 31 milhões de hectares são florestas nacionais e estaduais que podem ser objeto de concessão florestal. Ainda, existem 18 contratos de concessão de florestas públicas federais firmados, que totalizam 1,05 milhão de hectares de área de manejo



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6139/2025 [34 de 58]



florestal<sup>6</sup>. É justo que parte da renda oriunda dessa exploração seja revertida para aqueles produtores que conservam floresta, mas não possuem escala para se beneficiar economicamente de suas reservas florestais.

A Lei nº 14.119, de 2021, instituiu a Política Nacional de PSA. Por sua vez, a Lei nº 11.284, de 2006 (Gestão de Florestas Públicas) e o FNDF oferecem um canal financeiro para que o arranjo entre PSA e seu financiamento seja possível. Em vez de permitir que cada pequeno produtor faça um PMFS ou projeto de carbono que, sabemos, é inviável em razão da escala, o Estado, com essas providências que sugerimos, passa a remunerar o serviço ambiental prestado por quem conserva com recursos da própria economia florestal pública.

O desenho é elementar, mas promissor. Junto com apoio para aumento da produtividade nos 20% de área que pode ser utilizada para uso alternativo do solo, o pagamento por serviços ambientais daria um sinal econômico de que a reserva legal conservada é um ativo do pequeno produtor. Esse ativo estabiliza a renda e reduz o incentivo à abertura ilegal da floresta, além de reduzir a pressão sobre áreas protegidas.

A síntese do “produzir, conservar e desenvolver” envolve, necessariamente, tecnologia e assistência nos 20% da propriedade sujeitos a abertura da vegetação, pagamento por serviços ambientais ao menos ao pequeno produtor, manejo florestal sustentável e outras atividades econômicas lícitas nos 80%, com coordenação federativa e previsibilidade regulatória. Sobretudo, envolve respeito e apoio ao produtor rural, o que não temos visto

<sup>6</sup> Disponível em <https://hubdeprojetos.bndes.gov.br/pt/setores/Florestas>. Acesso em: 11 nov. 2025.



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagatoli  
Para verifica

Avulso do PL 6139/2025 [35 de 58]





por parte do Estado, sendo os embargos coletivos e genéricos prova do exato oposto.

#### 4.5. Os embargos coletivos e genéricos

O Código Florestal define que o embargo se restringe aos locais onde efetivamente ocorreu o desmatamento ilegal, não alcançando as atividades de subsistência ou as demais atividades realizadas no imóvel não relacionadas com a infração (art. 51, Lei nº 12.651, de 2012<sup>7</sup>). Da mesma forma, o Decreto nº 6.514, de 2008, delimitou que “embargo de obra ou atividade restringe-se aos locais onde efetivamente caracterizou-se a infração ambiental, não alcançando as demais atividades realizadas em áreas não embargadas da propriedade ou posse ou não correlacionadas com a infração” (art. 15-A).

A mesma norma define que “no caso de áreas irregularmente desmatadas ou queimadas (...)”, o “agente autuante deverá colher todas as provas possíveis de autoria e materialidade, bem como da extensão do dano, apoiando-se em documentos, fotos e dados de localização, incluindo as

##### <sup>7</sup> Lei nº 12.651, de 2012

Art. 51. O órgão ambiental competente, ao tomar conhecimento do desmatamento em desacordo com o disposto nesta Lei, deverá embargar a obra ou atividade que deu causa ao uso alternativo do solo, como medida administrativa voltada a impedir a continuidade do dano ambiental, propiciar a regeneração do meio ambiente e dar viabilidade à recuperação da área degradada.

§ 1º O embargo restringe-se aos locais onde efetivamente ocorreu o desmatamento ilegal, não alcançando as atividades de subsistência ou as demais atividades realizadas no imóvel não relacionadas com a infração.

§ 2º O órgão ambiental responsável deverá disponibilizar publicamente as informações sobre o imóvel embargado, inclusive por meio da rede mundial de computadores, resguardados os dados protegidos por legislação específica, caracterizando o exato local da área embargada e informando em que estágio se encontra o respectivo procedimento administrativo.

§ 3º A pedido do interessado, o órgão ambiental responsável emitirá certidão em que conste a atividade, a obra e a parte da área do imóvel que são objetos do embargo, conforme o caso.



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6139/2025 [36 de 58]



coordenadas geográficas da área embargada, que deverão constar do respectivo auto de infração para posterior georreferenciamento” (art. 16, § 1º).

A individualização do fato e do sujeito passivo é, portanto, requisito lógico e jurídico do embargo administrativo. Embargos coletivos e genéricos, previstos no art. 16-A do mesmo decreto em razão da alteração promovida em 2024 pelo Decreto nº 12.189, de 2024, desbordam dessa moldura porque não individualizam conduta, lugar, responsável e permitem a formalização em “único termo próprio”, colidindo com o devido processo legal e com a própria lógica do art. 15-A do mesmo decreto – criando uma antinomia no ordenamento jurídico.

A intenção de reduzir ilícitos em áreas sensíveis é compreensível, mas o uso massificado e não-individualizado desse expediente, por meio de editais e sem notificação individual, não. O produto dessa política são efeitos punitivos difusos, alcançando inclusive produtores que não foram os autores da infração que lhes foi atribuída.

É fundamental distinguir ilícitos conforme sua gravidade e graduar a resposta consoante onde e quando o desmate ocorreu.

No polo menos gravoso, situam-se supressões em áreas legalmente passíveis de uso alternativo do solo: se anteriores a 22/7/2008, aplicam-se as vias de regularização previstas no Código Florestal; se posteriores a 2008, exige-se termo de compromisso com metas e monitoramento, podendo haver liberação condicionada da atividade. Um segundo nível envolve desmates em Reserva Legal (RL) e Áreas de Preservação Permanente (APP) em terra privada do próprio infrator: para pré-2008, prioriza-se a adesão ao PRA com cronograma de recomposição; para pós-2008, a regra é reparação vinculada a



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6139/2025 [37 de 58]



termo de compromisso, levantando o embargo e monitorando o cumprimento de etapas.

A gravidade aumenta quando o fato ocorre em áreas fundiárias controversas (sobreposições, litígios de domínio), o que demanda coordenação fundiária e medidas proporcionais ao risco. No nível máximo, desmates em áreas públicas como Unidades de Conservação (UCs) e Terras Indígenas (TIs), especialmente quando associados à grilagem, exigem repressão firme, pronta cessação do dano e responsabilização exemplar. Essa gradação deve orientar o uso do embargo e sua excepcionalidade: de instrumento pedagógico e transitório nos casos menos graves, a medida enérgica e continuada quando diante de bens ambientais especialmente protegidos.

Nos nossos trabalhos, diversos produtores embargados, em áreas plenamente regularizáveis, relataram nunca terem recebido notificação direta (p.ex., via correspondência postal com aviso de recebimento) e só descobrirem o embargo depois, em razão de negativa de frigorífico em comprar seu gado ou por negativa de crédito rural.

Outros narraram casos em que a área embargada recaiu sobre o seu imóvel, embora a queimada ou o desmate tivessem ocorrido no vizinho – típico erro de georreferenciamento grosseiro, tendente a ocorrer em decisões não individualizadas. Esses testemunhos vieram também à tona em audiências da Subcomissão, voltadas, entre outros pontos, aos impactos dos embargos na concessão de crédito rural.

Do ponto de vista processual, tanto a Lei do Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal (Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999) como o Código de Processo Civil (Lei nº 13.105, de 16



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagatoli  
Para verificação

Avulso do PL 6139/2025 [38 de 58]



de março de 2015 – CPC) dispõem que a citação por edital é medida excepcional, que será aplicada somente após o esgotamento dos meios razoáveis de localização do interessado (arts. 26<sup>8</sup> e 256, respectivamente, e jurisprudência consolidada). Transpor essa lógica para o campo sancionatório-administrativo significa que editais não podem ser o primeiro nem o principal meio de intimar um produtor sobre medida que, na prática, paralisa sua atividade econômica. Caso contrário, viola-se, claramente, o contraditório e a ampla defesa do embargado ou autuado.

A situação se agravou com as alterações do Decreto nº 12.189, de 2024, que, como mencionamos, endureceu o regime sancionatório e vem sendo judicialmente debatido em controle concentrado de constitucionalidade no Poder Judiciário, em justa ação movida pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)<sup>9</sup>. A escalada punitiva, somada a embargos amplos e remotos, maximiza riscos regulatórios e a crise fundiária sem resolver o essencial: validar CAR, operar PRA e regularizar a situação fundiária. Em

<sup>8</sup> Lei nº 9.784, de 1999

#### CAPÍTULO IX DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS

Art. 26. O órgão competente perante o qual tramita o processo administrativo determinará a intimação do interessado para ciência de decisão ou a efetivação de diligências.

(...)

§ 3º A intimação pode ser efetuada por ciência no processo, por via postal com aviso de recebimento, por telegrama ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

§ 4º **No caso de interessados indeterminados, desconhecidos ou com domicílio indefinido, a intimação deve ser efetuada por meio de publicação oficial.**

§ 5º **As intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais, mas o comparecimento do administrado supre sua falta ou irregularidade.**

<sup>9</sup> Disponível em <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=7259500>. Acesso: 06.nov.2025.



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6139/2025 [39 de 58]



números concretos, o Ibama hoje possui 28.000 embargos por desmatamento no bioma Amazônia<sup>10</sup>.

Não individualizar a conduta nem o responsável e tampouco notificá-lo adequadamente contrariam o art. 16 do mesmo Decreto nº 6.514, de 2008, os comandos legais, na Lei do Processo Administrativo Federal e no CPC, sobre notificação pessoal e a excepcionalidade de edital, e, sobretudo, o direito constitucional mais básico: a garantia de contraditório e ampla defesa. Quando o embargo é lançado por polígonos agregados, sem lastro probatório mínimo de autoria e sem intimação efetiva, o resultado é uma inversão de ônus da prova, cabendo ao produtor provar que não cometeu a infração. Dessa maneira, o sistema troca a precisão pela massificação.

Com essa lógica ilegal, os embargos travaram cadeias produtivas inteiras. No setor pecuário, frigoríficos adotam listas oficiais de áreas embargadas como critérios de bloqueio de compra. Mesmo quando a infração não foi conduta do proprietário ou posseiro, o carimbo de embargo sobre o imóvel barra a venda e derruba o preço, humilhando o produtor.

O trânsito de animais e a venda de leite acabam inviabilizados por políticas de *compliance* e protocolos estaduais, que cruzam as bases disponíveis e lista de embargos para vetar fornecedores. Ou seja, na prática a mercadoria não circula.

No crédito rural, as regras do Conselho Monetário Nacional (CMN) vedam financiamento para empreendimento em imóvel com embargo

---

<sup>10</sup> Busca feita no portal <https://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/areasembargadas/ConsultaPublicaAreasEmbargadas.php>, em 09 nov. 2025.



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6139/2025 [40 de 58]



registrado por órgão ambiental. A Resolução CMN nº 5.193, de 2024<sup>11</sup>, reafirmou o impedimento, e o Manual de Crédito Rural (MCR) passou a trazer a cláusula expressa de negação de crédito a imóveis embargados<sup>12</sup>. Some-se a isso a reputação do imóvel embargado, que perde valor no mercado de terras.

O efeito agregado dessa coerção é uma tragédia econômica para o produtor, que enfrenta descapitalização, inadimplência e bloqueio geral de atividades. Prejudica-se, ainda, a política ambiental, pois não reduziremos o desmatamento de forma estrutural sem desenvolvimento humano.

Devemos aprender com o instituto da recuperação judicial, que prioriza preservar a atividade econômica (art. 47 da Lei nº 11.101, de 2005<sup>13</sup>), por reconhecer que recuperar é melhor do que extinguir a empresa. No campo ambiental, a sanção deve estancar o dano e, sobretudo, induzir a regularização, preservando a capacidade produtiva lícita do imóvel. Justamente o contrário do que vimos na nossa diligência em Rondônia. Os impactos econômicos produzidos são incompatíveis com a busca de segurança jurídica e desenvolvimento no campo.

Dois últimos aspectos que devem ser mencionados são a ausência do instrumento de advertência antes da adoção de medidas mais duras, como

<sup>11</sup> Disponível em <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CMN&numero=5193>. Acesso em: 08 nov. 2025

<sup>12</sup> Item 1.09, cláusula 10. Disponível em <https://www3.bcb.gov.br/mcr>. Acesso em: 08 nov. 2025.

<sup>13</sup> Lei nº 11.101, de 2005

Art. 47. A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6139/2025 [41 de 58]



embargos e multas com altos valores, e a dificuldade existente para o levantamento do embargo.

O regime federal de infrações ambientais prevê a advertência como sanção possível para infrações ambientais, a ser aplicada por auto de infração (art. 5º do Decreto nº 6.514, de 2008). No entanto, o mesmo decreto limita essa advertência para infrações administrativas de menor lesividade ao meio ambiente, consideradas aquelas em que a multa consolidada não ultrapasse o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) ou, na hipótese de multa por unidade de medida, não exceda o valor referido. Dificilmente, com essa regra, algum produtor será advertido, de modo que embargos e multas elevadas já serão de pronto aplicadas.

Mais adequado, nas situações em que a regularização é possível, seria primeiro advertir, indicar prazo e prover orientação técnica. Isso seria suficiente, na maioria dos casos, para cessar o risco e induzir a regularização, sem as consequências econômicas que um embargo e multas pesadas trazem.

A gradação e escalonamento de medidas de coerção são premissas básicas da teoria regulatória moderna, quando não há risco atual de continuidade do dano e há vias de regularização que podem ser abertas, com compromisso firmado entre o produtor rural e o órgão ambiental.

Por fim, sobre o levantamento dos embargos, o que ouvimos reiteradamente de produtores é que se trata de uma via-crúcis burocrática. O produtor passa por indeferimentos genéricos, exigências pouco claras, fila sem transparência, e a sensação de que o embargo só cessa quando a propriedade atinge uma espécie de “conformidade plena”, algo muito além da cessação do



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6139/2025 [42 de 58]



motivo que deu causa ao embargo. Isso extrapola o objetivo da medida cautelar ou sancionatória e alonga seus efeitos econômicos para além do razoável.

Enfim, não há dúvidas de que embargos coletivos e genéricos, “anunciados” ao cidadão por edital como primeiro instrumento, são ilegais, desproporcionais e um desfavor à política agrícola e ambiental do Brasil. A previsão de tal instrumento viola a individualização da conduta e afronta a excepcionalidade do edital como mecanismo de citação previsto nas normas do processo administrativo e judicial. Ao fim, nega o direito à ampla defesa ao contraditório, fere o direito fundamental à liberdade econômica do produtor rural e não reduz o desmatamento de maneira estrutural.

## 5. Considerações finais, recomendações e proposições legislativas

Os embargos coletivos e preventivos têm sido usados como resposta ao desmatamento na Amazônia Legal, mas, como já apresentamos, sem a mesma disciplina quanto ao devido processo legal, à individualização da conduta e ao nexos com a situação fundiária e as vias de regularização possíveis. Nessa dinâmica, sobretudo quando o edital substitui a notificação regular e a instrução processual mínima, o produtor rural deixa de ser sujeito de direitos para virar objeto de uma política ambiental que paralisa sua vida.

Em casos regularizáveis, a ausência de notificação prévia e de medidas menos gravosas antes do embargo, como a advertência, somada à dificuldade de levantamento desse embargo, resulta em bloqueio econômico prolongado ao produtor, sem ganho ambiental proporcional e estrutural. O direito empresarial oferece um paralelo útil: deve-se preservar a atividade lícita e viável; medidas mais duras são adotadas somente quando a recuperação falha.



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6139/2025 [43 de 58]





Na política ambiental, devemos buscar lógica semelhante, primeiro auxiliando o produtor, e aplicando apenas sanções que observem princípios de proporcionalidade, razoabilidade, devido processo legal, contraditório, ampla defesa, e, sempre, apresentando caminhos para a regularização, sem paralisia da atividade produtiva.

Não se trata de enfraquecer o poder de polícia, tampouco suprimir a possibilidade de embargo quando este é indispensável – casos, por exemplo, da grilagem de terras públicas, garimpo ilegal, exploração ilegal de madeira em terras públicas e constituição de organizações criminosas para viabilizá-las.

O que evidenciamos no trabalho desta Subcomissão é a necessidade de regras claras sobre “quando” e “como” embargar. Sendo indispensáveis a notificação efetiva, o escalonamento de sanções, a revisão periódica, a limitação dos efeitos do embargo apenas à área circunscrita da infração e a existência de caminhos factíveis e céleres ao produtor rural que tenha sofrido embargo em partes de sua propriedade.

É também hora de reconhecer o papel civilizatório de quem ocupou e produz na Amazônia; de ofertar rotas de conformidade que preservem a renda no campo e o equilíbrio ambiental. Com essa lógica, apresentamos recomendações e proposições legislativas focadas em devido processo legal e transparência; escalonamento de medidas cautelares e sanções nas infrações regularizáveis; aceleração das análises de CAR e adesão a PRA ou TAC, com levantamento imediato de embargos a partir do compromisso firmado; e governança federativa que una fiscalização efetiva a segurança jurídica.



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6139/2025 [44 de 58]



Os objetivos são claros: devolver dignidade a quem quer a regularidade, reduzir desmatamento com desenvolvimento e reservar a mão pesada do Estado apenas para os casos que realmente a exigem.

### 5.1. Recomendações

Em vista do exposto, recomendamos:

#### **Ao Congresso Nacional:**

**Aprovação do Projeto de Lei nº 4.554, de 2025<sup>14</sup>**, de autoria do Senador Jaime Bagattoli, que *altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para dispor sobre advertência em procedimento prévio para fiscalização ambiental, anterior a aplicação do embargo cautelar. Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, para garantir o contraditório e ampla defesa antes do procedimento do embargo cautelar.*

O projeto de lei corrige omissões e lacunas no ordenamento jurídico com relação a medida de embargo. Sobretudo, propõe incluir na lei critérios objetivos para a adoção da medida; prevê notificação de advertência antes do embargo; limita a intimação por edital a hipóteses excepcionais, tal qual o Código de Processo Civil brasileiro; e proíbe a utilização de embargos coletivos preventivos por edital. Com isso, resguarda direitos básicos do

<sup>14</sup> Disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/170455>. Acesso em: 09 nov. 2025.



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6139/2025 [45 de 58]



produtor rural, fornece garantias legais e reforça a legalidade e a proporcionalidade da fiscalização ambiental.

Em caráter colaborativo, sugerimos aprimoramentos no sentido de explicitar uma excepcionalidade de embargo sem advertência prévia apenas em situações de grilagem de terras públicas e exploração ilegal de madeira ou garimpo, especialmente quando articuladas por organizações criminosas; risco ambiental iminente; e, por fim, reiteração infracional. Outro aprimoramento seria prever revisão periódica obrigatória de embargos, com vistas a seu levantamento, e publicidade geoespacial do perímetro embargado para transparência e segurança jurídica. As sugestões apresentadas poderão ser oportunamente debatidas nas Comissões de Constituição e Justiça e de Meio Ambiente, durante a tramitação da proposição.

**Ao Ministério Público Federal nos Estados de Rondônia, Acre, Pará, Amazonas e Mato Grosso**

O Ministério Público, na medida em que atua como fiscal da lei, deve zelar também pela observância de contraditório e ampla defesa em embargos coletivos e preventivos – garantias fundamentais do produtor rural –, com revisão de casos pendentes e correção de eventuais vícios de notificação.

**RECOMENDAMOS** que coordenem, com Ibama e governos estaduais, **mobilização para, por meio de Termos de Ajustamento de Conduta, iniciar e acompanhar processos de regularização ambiental de propriedades embargadas**, com critérios padronizados, priorizando passivos pós-2008, que não são elegíveis a regularização por meio de PRA. Devem também fixar prazos máximos para análise e assinatura.



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6139/2025 [46 de 58]



Ainda, **RECOMENDAMOS** que prevejam nos Termos de Ajustamento de Conduta a serem celebrados **cláusula de levantamento imediato dos embargos**, com desbloqueio econômico nos sistemas, condicionado ao cumprimento das obrigações compromissadas.

O foco da ação deve ser qualificado, preservando tratamento diferenciado e apoio a produtores em casos regularizáveis, e mantendo atuação firme e contundente em casos de grilagem, produção de madeira ilegal e garimpo não autorizado, especialmente quando articulados por organizações criminosas.

**Aos governos dos Estados de Rondônia, Acre, Pará, Amazonas e Mato Grosso**

**RECOMENDAMOS** que realizem mobilização para imprimir a celeridade necessária nas análises e conclusões do CAR, e permitir adesão imediata ao PRA, com prioridade para produtores rurais que sofram embargos, com metas, prazos definidos e canais de orientação técnica ao produtor. Os Governos devem adotar, com a celeridade que a situação requer, ferramentas e tecnologias que facilitem essas tarefas.

Ainda, **RECOMENDAMOS** a integração de sistemas estaduais com federais, incluindo sistemas relacionados ao CAR, cadastros fundiários e sistemas estaduais de bases ambientais, garantindo que o cumprimento de termos de compromisso e instrumentos congêneres gerem baixa automática dos embargos nos cadastros estaduais.

**RECOMENDAMOS**, também, que atuem de maneira coordenada com MPF e Ibama na participação de mutirões para



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6139/2025 [47 de 58]



**realização de TACs e consequente levantamento de embargos**, publicando painel de transparência com métricas, incluindo número de casos saneados, prazos médios e pendências.

Por último, **RECOMENDAMOS** que **provejam assistência técnica aos produtores rurais**, sobretudo os pequenos e médios, por meio da disponibilização de manuais e documentos técnicos, capacitação presencial e à distância e atendimento itinerante sobre regularização ambiental, exigências documentais, melhoria da produtividade no campo e o uso econômico lícito da reserva legal.

### **Ao Ibama e ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima**

O órgão ambiental federal deve agir tendo como primeiro princípio a legalidade.

Desse modo, **RECOMENDAMOS** que **se abstenha de impor embargo sem notificação válida e individualização da conduta; forneça oportunidade de defesa imediata e acessível ao embargado e ao autuado**, reservando o edital a hipóteses excepcionais e devidamente motivadas, à luz do preconizado no ordenamento jurídico. A previsão e o uso desse instrumento violam a exigência de individualização da conduta, afrontam a excepcionalidade do edital como forma de citação no processo administrativo, negam ampla defesa e contraditório, ferem a liberdade econômica do produtor rural e não contribuem para reduzir o desmatamento de maneira estrutural.

Também **RECOMENDAMOS** que **observe a gradação e o escalonamento proporcional das sanções e medidas cautelares**, com a



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6139/2025 [48 de 58]



interpretação mais razoável, à luz do Direito, em especial do art. 72 da Lei nº 9.605, de 1998. E que **priorize a advertência e medidas menos gravosas em casos regularizáveis e sem dano irreversível.**

**RECOMENDAMOS**, ainda, que **levante embargos cautelares imediatamente após o compromisso firmado pelo produtor rural por meio de TAC ou instrumento congênere aprovado**, com desbloqueio econômico imediato em sistemas e revisão periódica, proceda ao levantamento e **revogue imediatamente todos os embargos cautelares nos quais não tenha havido notificação pessoal válida, prévia e sem individualização da conduta ou auto de infração lavrado.**

Por fim, **RECOMENDAMOS** manter publicidade geoespacial dos embargos, com identificação clara de perímetro, fundamentação e, sobretudo, para cada caso, a via de regularização possível. Ainda, auxiliar e apoiar o produtor rural, em regime de parceria, sobre o cumprimento da legislação ambiental e destacar instância recursal técnica e com prioridade de análise para os casos de propriedades rurais embargadas.

## 5.2. Projetos de Lei

As proposições legislativas a seguir decorrem diretamente das evidências reunidas por esta Subcomissão e das conclusões já expostas: há excesso no uso do embargo coletivo e preventivo, pouca observação ao devido processo legal e às garantias legais do embargado e dificuldade de levantamento da medida mesmo em situações regularizáveis. Isso resulta em paralisia econômica sem ganho ambiental proporcional.



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6139/2025 [49 de 58]



O primeiro projeto de lei explicita a gradação das sanções e medidas do art. 72 da Lei nº 9.605, de 1998, priorizando a advertência e outras providências menos gravosas nos casos regularizáveis, vinculados à atividade lícita e sem reiteração. Pretende-se, assim, afastar leituras que banalizam o embargo cautelar e alinhar a prática administrativa ao devido processo e à proporcionalidade.

Mantêm-se, por óbvio, exceções estritas já mencionadas, como as aplicáveis a casos de grilagem de terras públicas, exploração ilegal de madeira, garimpo, e que envolvam risco ambiental iminente e reiteração infracional.

O segundo projeto de lei enfrenta o núcleo econômico de parte do problema na Amazônia Legal: a viabilidade da pequena produção em propriedades que devem manter 80% de Reserva Legal.

Propõe-se destinar parcela das receitas de concessões florestais de florestas públicas para um fundo de apoio a pequenos produtores regulares ou em regularização formal, voltado, prioritariamente, a pagamentos por serviços ambientais, assistência técnica e regularização ambiental. A medida mitiga o ônus desproporcional suportado por quem não tem escala para capturar valor da reserva legal e apresenta-se como uma estratégia estrutural de redução do desmatamento, que passa necessariamente por desenvolvimento humano, renda no campo e previsibilidade regulatória. Com isso, de fato se combaterá desmatamento de maneira estrutural.

Avaliamos que os dois projetos se complementam, na medida em que um ordena e dá racionalidade ao uso das sanções, bem como destrava a regularização, e o outro viabiliza economicamente a conformidade ambiental



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6139/2025 [50 de 58]



---

de quem produz de forma lícita. Ambos preservam o poder de polícia ambiental para os casos graves e devolvem segurança jurídica a quem quer cumprir a lei.



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6139/2025 [51 de 58]





## PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para dispor sobre a gradação das sanções administrativas ambientais e a prioridade da advertência em hipóteses regularizáveis.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar acrescida do art. 72-A, com a seguinte redação:

“**Art. 72-A.** Na aplicação das medidas cautelares e das sanções previstas no art. 72, a autoridade competente adotará, em primeiro lugar, a medida suficiente menos gravosa, consideradas a gravidade do fato, os antecedentes do infrator, a extensão do dano e a possibilidade de regularização, somente aplicando sanções mais severas se as inicialmente adotadas se mostrarem inadequadas ou insuficientes, mediante motivação técnica e jurídica.

§ 1º Nas infrações regularizáveis, vinculadas à atividade econômica lícita, sem reiteração infracional e sem dano irreversível, serão priorizadas a advertência e as demais medidas menos gravosas adequadas à correção da irregularidade, ressalvadas as hipóteses legais de adoção imediata de medida mais gravosa.

§ 2º A regulamentação estabelecerá critérios objetivos para a aplicação da advertência nos casos indicados no § 1º, vedada a fixação de limites por valor máximo de multa como critério restritivo ou impeditivo de sua utilização.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta aperfeiçoa a aplicação das sanções administrativas ambientais ao positivar, em lei, a regra prática da gradualidade



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6139/2025 [52 de 58]



das sanções, com proporcionalidade. Isso é, a autoridade deve iniciar pela medida suficiente menos gravosa e somente escalar quando esta se mostrar inadequada, com motivação técnica e jurídica. A redação consolida entendimento aderente aos princípios constitucionais da legalidade, devido processo, ampla defesa, razoabilidade e eficiência, evitando distorções que banalizam a adoção imediata de medidas severas sem ganho ambiental proporcional.

O texto é complementar às discussões em curso sobre procedimento, notificação e hipóteses excepcionais de embargo, concentrando-se aqui no conteúdo material da decisão de sancionar. Isso é, como graduar a resposta estatal diante de infrações ambientais regularizáveis, ligadas a atividade econômica lícita, sem reiteração e sem dano irreversível. Nesses casos, a advertência e medidas corretivas menos gravosas, com a celebração de termo de compromisso entre o proprietário e a autoridade competente, tendem a produzir correções de rumo mais rápidas e com menor custo social, sem, no entanto, enfraquecer o poder de polícia.

A experiência recente na Amazônia Legal demonstra que a imposição prematura de sanções máximas, especialmente em embargos amplos, paralisa cadeias produtivas e debilita economicamente pequenos e médios produtores, sem assegurar melhores resultados ambientais. Ao dar comandos para que a autoridade competente escolha a medida suficiente e menos gravosa inicialmente, a proposta se orienta pela redução de litígios e segurança jurídica. Ainda, estimulará a conformidade ambiental, criando incentivos para uma regularização mais célere.

Por fim, a proposta não afrouxa a fiscalização, pois, se a medida menos gravosa não bastar, a lei autoriza a escalada com a devida motivação. Novamente, trata-se de alinhar poder de polícia e segurança jurídica, preservando a livre iniciativa e a função social da propriedade, ao mesmo tempo em que se protege o meio ambiente, com foco no resultado ambiental efetivo e desenvolvimento humano. Solicita-se, assim, o apoio dos nobres Pares para a aprovação desta matéria.

Sala das Sessões,



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6139/2025 [53 de 58]



## PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

Altera a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, para destinar parcela das receitas de concessão florestal ao pagamento por serviços ambientais a pequenos produtores rurais na Amazônia Legal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 39 da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 39.** .....

I – .....

b) 15% (quinze por cento) ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, para utilização restrita em atividades de controle e fiscalização ambiental de atividades florestais, de unidades de conservação e do desmatamento;

c) 15% (quinze por cento) ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF, destinados a Programa de Pagamento por Serviços Ambientais a Pequenos Produtores da Amazônia Legal, observadas as disposições da Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021.

II – .....

c) Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF: 40% (quarenta por cento), sendo 40% deste total destinados a Programa de Pagamento por Serviços Ambientais a Pequenos Produtores da Amazônia Legal, observadas as disposições da Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021.

.....

§ 1º .....

II – .....

d) FNDF: 20% (vinte por cento), sendo metade desse total destinada a Programa de Pagamento por Serviços Ambientais a



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli

Para verifica

Avulso do PL 6139/2025 [54 de 58]



Pequenos Produtores da Amazônia Legal, observadas as disposições da Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021.

§ 4º Os recursos de que tratam as alíneas *d* do inciso I do *caput*, alínea *c* do inciso II do *caput* e alínea *d* do inciso II do § 1º, destinados ao pagamento por serviços ambientais, observarão as disposições da Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021, e serão pagos a pequenos produtores rurais definidos nos termos do art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, situados na Amazônia Legal, nos termos do art. 3º, inciso I, da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e que:

I – estejam em conformidade com a legislação ambiental; ou

II – estejam em processo formal de regularização, com inscrição no Cadastro Ambiental Rural, e adesão efetuada, quando couber, ao Programa de Regularização Ambiental, definidos nos arts. 29 e 59 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, ou a termo de ajustamento de conduta ou instrumento equivalente já celebrado.” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta altera o art. 39 da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, para vincular parcela das receitas de concessões florestais de florestas públicas ao pagamento por serviços ambientais (PSA) a pequenos produtores na Amazônia Legal, em consonância com a Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021. Trata-se de converter parte da receita pública da economia florestal em incentivo direto à manutenção e restauração da vegetação nativa, alinhando renda no campo e conservação.

A medida tem por base as evidências levantadas pela Subcomissão Temporária para acompanhar os embargos de terras por parte do Ibama (CRATERRAS), no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal. O mérito da proposta é priorizar quem já cumpre ou está cumprindo a lei e gerar sinal econômico para a regularização daqueles que não estejam conformes à legislação ambiental. Ao mesmo tempo, preocupou-se em não se reduzir a participação de Estados e Municípios, manter a operação por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) e utilizar as disposições gerais e regras da Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021), o que reforça a segurança jurídica e a previsibilidade da política.



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli

Para verifica

Avulso do PL 6139/2025 [55 de 58]



O projeto cria condições materiais para que o produtor regular mantenha a floresta em pé. Um dos efeitos será contribuir para uma redução estrutural do desmatamento da Amazônia. O Brasil dará um passo efetivo para conciliar desenvolvimento no campo e proteção ambiental. Solicitamos, assim, o apoio dos nobres Pares para a aprovação desta matéria.

Sala das Sessões,

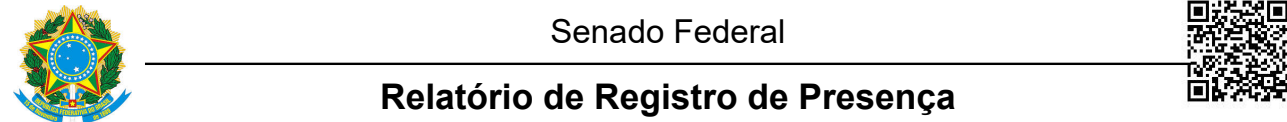


Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli

Para verifica

Avulso do PL 6139/2025 [56 de 58]





Relatório de Registro de Presença

48ª, Extraordinária

Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

| Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) |                                       |
|--|---------------------------------------|
| TITULARES  | SUPLENTES                             |
| JADER BARBALHO   | 1. GIORDANO                           |
| VAGO   | 2. PROFESSORA DORINHA SEABRA PRESENTE |
| ALAN RICK PRESENTE                                       | 3. SORAYA THRONICKE                   |
| ZEQUINHA MARINHO   | 4. FERNANDO FARIAS                    |
| JAYME CAMPOS PRESENTE                                    | 5. STYVENSON VALENTIM                 |

| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) |                            |
|---|----------------------------|
| TITULARES   | SUPLENTES                  |
| FLÁVIO ARNS   | 1. CHICO RODRIGUES         |
| JOSÉ LACERDA  | 2. ELIZIANE GAMA PRESENTE  |
| VANDERLAN CARDOSO                                       | 3. ANGELO CORONEL PRESENTE |
| SÉRGIO PETECÃO PRESENTE                                 | 4. JUSSARA LIMA PRESENTE   |

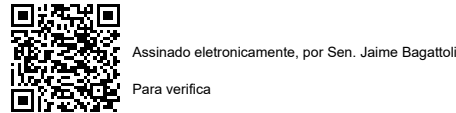
| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) |                        |
|--|------------------------|
| TITULARES                              | SUPLENTES              |
| JAIME BAGATTOLI PRESENTE               | 1. WILDER MORAIS       |
| WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE           | 2. ROGERIO MARINHO     |
| MARCOS ROGÉRIO PRESENTE                | 3. JORGE SEIF PRESENTE |

| Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) |           |
|---|-----------|
| TITULARES                               | SUPLENTES |
| BETO FARO PRESENTE                      | 1. VAGO   |
| AUGUSTA BRITO PRESENTE                  | 2. VAGO   |
| WEVERTON                                | 3. VAGO   |

| Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) |                             |
|--|-----------------------------|
| TITULARES                                    | SUPLENTES                   |
| LUIS CARLOS HEINZE                           | 1. TEREZA CRISTINA PRESENTE |
| MECIAS DE JESUS PRESENTE                     | 2. HAMILTON MOURÃO PRESENTE |

Não Membros Presentes

FABIANO CONTARATO  
IZALCI LUCAS  
PAULO PAIM



## DECISÃO DA COMISSÃO

(REQ 24/2025 - CRA)

NA 48ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA APROVA O RELATÓRIO FINAL DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR OS EMBARGOS DE TERRAS POR PARTE DO IBAMA (CRATERRAS), QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER COM AS RECOMENDAÇÕES E PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS QUE APRESENTA.

02 de dezembro de 2025

Senador Jaime Bagattoli

Presidiu a reunião da Comissão de Agricultura e Reforma  
Agrária



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli

Para verifica

Avulso do PL 6139/2025 [58 de 58]





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 6141, DE 2025

Altera a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, para destinar parcela das receitas de concessão florestal ao pagamento por serviços ambientais a pequenos produtores rurais na Amazônia Legal.

**AUTORIA:** Comissão de Agricultura e Reforma Agrária



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 6141/2025 [1 de 59]





## PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

Altera a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, para destinar parcela das receitas de concessão florestal ao pagamento por serviços ambientais a pequenos produtores rurais na Amazônia Legal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 39 da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 39.** .....

I – .....

b) 15% (quinze por cento) ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, para utilização restrita em atividades de controle e fiscalização ambiental de atividades florestais, de unidades de conservação e do desmatamento;

c) 15% (quinze por cento) ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF, destinados a Programa de Pagamento por Serviços Ambientais a Pequenos Produtores da Amazônia Legal, observadas as disposições da Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021.

II – .....

c) Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF: 40% (quarenta por cento), sendo 40% deste total destinados a Programa de Pagamento por Serviços Ambientais a Pequenos Produtores da Amazônia Legal, observadas as disposições da Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021.

§ 1º .....

II – .....

d) FNDF: 20% (vinte por cento), sendo metade desse total destinada a Programa de Pagamento por Serviços Ambientais a



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6141/2025 [2 de 59]



Pequenos Produtores da Amazônia Legal, observadas as disposições da Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021.

§ 4º Os recursos de que tratam as alíneas *d* do inciso I do *caput*, alínea *c* do inciso II do *caput* e alínea *d* do inciso II do § 1º, destinados ao pagamento por serviços ambientais, observarão as disposições da Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021, e serão pagos a pequenos produtores rurais definidos nos termos do art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, situados na Amazônia Legal, nos termos do art. 3º, inciso I, da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e que:

I – estejam em conformidade com a legislação ambiental; ou

II – estejam em processo formal de regularização, com inscrição no Cadastro Ambiental Rural, e adesão efetuada, quando couber, ao Programa de Regularização Ambiental, definidos nos arts. 29 e 59 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, ou a termo de ajustamento de conduta ou instrumento equivalente já celebrado.” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta altera o art. 39 da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, para vincular parcela das receitas de concessões florestais de florestas públicas ao pagamento por serviços ambientais (PSA) a pequenos produtores na Amazônia Legal, em consonância com a Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021. Trata-se de converter parte da receita pública da economia florestal em incentivo direto à manutenção e restauração da vegetação nativa, alinhando renda no campo e conservação.

A medida tem por base as evidências levantadas pela Subcomissão Temporária para acompanhar os embargos de terras por parte do Ibama (CRATERRAS), no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal. O mérito da proposta é priorizar quem já cumpre ou está cumprindo a lei e gerar sinal econômico para a regularização daqueles que não estejam conformes à legislação ambiental. Ao mesmo tempo, preocupou-se em não se reduzir a participação de Estados e Municípios, manter a operação por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) e utilizar as disposições gerais e regras da Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021), o que reforça a segurança jurídica e a previsibilidade da política.



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli

Para verificação

Avulso do PL 6141/2025 [3 de 59]



---

O projeto cria condições materiais para que o produtor regular mantenha a floresta em pé. Um dos efeitos será contribuir para uma redução estrutural do desmatamento da Amazônia. O Brasil dará um passo efetivo para conciliar desenvolvimento no campo e proteção ambiental. Solicitamos, assim, o apoio dos nobres Pares para a aprovação desta matéria.

Sala das Sessões,



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli

Para verifica

Avulso do PL 6141/2025 [4 de 59]





SENADO FEDERAL

Comissão de Agricultura e Reforma Agrária  
Subcomissão Temporária para acompanhar os embargos de terras por parte do Ibama

## RELATÓRIO FINAL

### SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR OS EMBARGOS DE TERRAS POR PARTE DO IBAMA

Senador **Jaime Bagattoli** (Presidente)

Senador **Hamilton Mourão** (Relator)

Senador **Alan Rick**

Senador **Mecias de Jesus**

Senador **Zequinha Marinho**

### COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

Senador **Zequinha Marinho** (Presidente)

Brasília, dezembro de 2025



Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verificação

Avulso do PL 6141/2025 [5 de 59]



## SUMÁRIO EXECUTIVO

A Subcomissão Temporária para acompanhar os embargos de terras por parte do Ibama (CRATERRAS) foi instituída no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal para avaliar a legalidade, a proporcionalidade e os impactos socioeconômicos dos embargos ambientais coletivos aplicados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), especialmente aqueles formalizados por editais de embargo geral preventivo em estados da Amazônia Legal.

A Subcomissão realizou duas audiências públicas com especialistas, representantes do agronegócio, produtores rurais e órgãos ambientais, além de diligência no Estado de Rondônia, nos dias 30 e 31 de outubro de 2025, para apurar, *in loco*, os efeitos desses embargos sobre a vida dos produtores rurais e sobre a economia regional. Este Relatório Final apresenta as principais conclusões e recomendações resultantes desses trabalhos.

As ações e diligências realizadas pelo Colegiado conduzem à conclusão de que embargos coletivos e genéricos, “anunciados” ao cidadão por edital como primeiro instrumento, são ilegais, desproporcionais e prejudiciais à política agrícola e ambiental do País. A previsão e o uso desse instrumento violam a exigência de individualização da conduta, afrontam a excepcionalidade do edital como forma de citação no processo administrativo, negam ampla defesa e contraditório, ferem a liberdade econômica do produtor rural e não contribuem para reduzir o desmatamento de maneira estrutural.

A situação foi agravada pelas alterações ao Decreto nº 6.514, de 2008, promovidas pelo Decreto nº 12.189, de 2024, que endureceu o regime



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6141/2025 [6 de 59]



sancionatório e vem sendo objeto de controle concentrado de constitucionalidade em ação proposta pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). A escalada punitiva, somada a embargos amplos e remotos, aumenta o risco regulatório e aprofunda a crise fundiária, sem enfrentar o essencial: validar o Cadastro Ambiental Rural (CAR), operar o Programa de Regularização Ambiental (PRA) e avançar na regularização fundiária. Em termos concretos, apenas o Ibama possui cerca de 28 mil embargos por desmatamento no bioma Amazônia, sem contar os embargos dos órgãos estaduais.

Além da ilegalidade dos embargos coletivos por edital, o levantamento dos embargos, segundo relatos reiterados de produtores, converteu-se em verdadeira via-crúcis burocrática: indeferimentos genéricos, exigências pouco claras, filas sem transparência e a impressão de que o embargo só é levantado quando a propriedade atinge uma espécie de “conformidade plena”, muito além da cessação do fato que deu causa à medida. Isso distorce a natureza cautelar ou sancionatória do embargo e prolonga seus efeitos econômicos para além do razoável.

O efeito agregado dessa coerção ilegítima é uma tragédia econômica para o produtor rural, que enfrenta descapitalização, inadimplência e bloqueio geral de atividades. Os embargos travam cadeias produtivas inteiras. No setor pecuário, frigoríficos utilizam listas oficiais de áreas embargadas como critério para bloqueio de compra. Mesmo quando a infração não foi cometida pelo proprietário ou posseiro atual, o carimbo de embargo sobre o imóvel barra a venda, derruba o preço da terra e humilha o produtor. O trânsito de animais e a venda de leite tornam-se inviáveis em razão de políticas de *compliance* e protocolos estaduais que cruzam bases de dados e listas de



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6141/2025 [7 de 59]



embargos para vetar fornecedores. Na prática, a mercadoria não circula. Prejudica-se, ainda, a política ambiental, pois não haverá redução estrutural do desmatamento sem desenvolvimento humano, renda e segurança jurídica no campo.

A solução desse quadro passa por várias frentes, que discutimos neste relatório. É essencial enfrentar, no médio e longo prazo, o passivo fundiário na região Norte e, de forma conexa, acelerar a regularização ambiental por meio dos instrumentos já previstos em lei: análise e saneamento dos registros no CAR e efetiva implementação do PRA, ambos previstos desde 2012 no Código Florestal. Também é necessário estabelecer rotas claras para levantamento de embargos em situações regularizáveis, inclusive para passivos pós-2008 não elegíveis ao PRA, por meio de compromissos entre produtores rurais e órgãos ambientais, em regime de cooperação, com critérios objetivos e prazos definidos.

Ao longo dos trabalhos, reforçou-se que o produtor rural precisa ser apoiado, não perseguido. Em vez de uma política centrada na repressão e na paralisia econômica, a conservação deve se apoiar em políticas públicas que aumentem a produtividade das áreas sujeitas a uso alternativo do solo, com assistência técnica e extensão rural, tecnologias desenvolvidas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e organizações de produtores, de modo a intensificar de forma sustentável a produção sem abertura de novas áreas.

Nos 80% da propriedade destinados à Reserva Legal na Amazônia Legal, a lei não impõe “ociosidade”: admite uso econômico sustentável mediante manejo e extrativismo. Contudo, pequenos produtores raramente têm



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verificação

Avulso do PL 6141/2025 [8 de 59]



escala para aprovar e executar um Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) privado ou acessar de forma competitiva os atuais e novos mercados de carbono.

Por isso, a política de concessão florestal brasileira deve ser repensada para direcionar parte das receitas oriundas da exploração sustentável de florestas públicas – que, por lei, alimentam o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) – para pagamentos por serviços ambientais (PSA) e apoio a pequenos produtores que mantêm suas Reservas Legais íntegras. Considerando que o Brasil possui centenas de milhões de hectares de florestas públicas e contratos de concessão já em vigor, é justo que uma fração dessa renda seja revertida para quem conserva, mas não tem escala para capturar valor de sua reserva florestal.

Diante desse cenário, a CRATERRAS apresenta um conjunto integrado de recomendações e proposições legislativas.

No plano orientativo, a Subcomissão **recomenda**:

Ao Congresso Nacional, a aprovação do Projeto de Lei nº 4.554, de 2025, que insere notificação prévia em procedimento da fiscalização ambiental e garante contraditório e ampla defesa antes do embargo cautelar, vedando embargos coletivos preventivos por edital.

Ao Ministério Público Federal nos Estados de Rondônia, Acre, Pará, Amazonas e Mato Grosso, que zelem pelo contraditório e ampla defesa do produtor rural em embargos coletivos e preventivos, revisem casos pendentes com eventuais vícios de notificação e coordenem, com Ibama e governos estaduais, mutirões para celebração de Termos de Ajustamento de



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6141/2025 [9 de 59]





Conduta (TACs) e levantamento de embargos, com prazos máximos para análise e assinatura.

Aos governos dos Estados de Rondônia, Acre, Pará, Amazonas e Mato Grosso, que imprimam celeridade à análise do CAR e à adesão ao PRA, com metas e prazos claros; integrem sistemas estaduais e federais para que a celebração de compromissos gere levantamento automático dos embargos; participem de mutirões para regularização e levantamento de embargos; e fortaleçam a assistência técnica, especialmente para pequenos e médios produtores, inclusive quanto ao uso econômico lícito da Reserva Legal.

Ao Ibama e ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, que observem estritamente o princípio da legalidade, se abstenham de impor embargos sem notificação válida e individualização de conduta, reservem o edital a hipóteses excepcionais e motivadas, respeitem a gradação das medidas do art. 72 da Lei nº 9.605, de 1998, priorizando advertência e medidas menos gravosas em casos regularizáveis e sem dano irreversível, levanten embargos cautelares após a celebração de compromisso ou instrumento congênere, revoguem embargos sem notificação pessoal válida e mantenham transparência geoespacial com indicação clara das vias de regularização de cada caso.

Já no **plano legislativo**, as proposições da Subcomissão se somam ao apoio ao PL nº 4.554, de 2025, e têm por objetivo ordenar o uso das sanções e viabilizar economicamente a conformidade ambiental:

O primeiro **Projeto de Lei** propõe explicitar, na Lei nº 9.605, de 1998, a gradação das sanções e medidas do art. 72, determinando que, nas infrações regularizáveis, vinculadas a atividade econômica lícita, sem reiteração e sem dano irreversível, a advertência e demais medidas menos



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6141/2025 [10 de 59]



gravosas sejam a regra, reservando o embargo cautelar e outras medidas mais severas para hipóteses estritas (como grilagem, exploração ilegal de madeira, garimpo, risco ambiental iminente e reiteração infracional). Busca-se, com isso, afastar leituras que banalizam o embargo, alinhar a prática administrativa ao devido processo legal e à proporcionalidade e destravar o levantamento da medida em situações passíveis de regularização.

Por fim, o segundo **Projeto de Lei** enfrenta parte do núcleo econômico do problema na Amazônia Legal, ao tratar da viabilidade da pequena produção em propriedades obrigadas a manter 80% de Reserva Legal. Propõe destinar parcela das receitas de concessões florestais de florestas públicas a um fundo de apoio a pequenos produtores regulares ou em processo de regularização, voltado prioritariamente a pagamentos por serviços ambientais. A medida busca mitigar o ônus desproporcional suportado por quem não tem escala para capturar valor de sua Reserva Legal e oferecer uma estratégia estrutural de redução do desmatamento, fundada em desenvolvimento humano e renda no campo.

Em síntese, as recomendações e projetos de lei aqui propostos caminham na mesma direção de proteger o produtor rural que quer cumprir a lei, de restabelecer segurança jurídica no campo e de assegurar um Poder de Polícia Ambiental forte e focado nos casos realmente graves. Somente assim será possível conciliar, de forma duradoura, proteção e desenvolvimento na Amazônia Legal brasileira.



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagatoli  
Para verifica

Avulso do PL 6141/2025 [11 de 59]



Sumário

**SUMÁRIO EXECUTIVO .....2**

**1. Subcomissão Temporária para acompanhar os embargos de terras por parte do Ibama (CRATERRAS).....9**

**2. Audiências Públicas .....13**

**3. Diligência em Rondônia.....19**

**4. Análise e Discussão: os problemas do produtor rural na Região Norte .....26**

4.1. História e Realidade fundiária na região Norte .....26

4.2. Regularização da situação ambiental: Cadastro Ambiental Rural (CAR) e Programa de Regularização Ambiental (PRA).....27

4.3. Governança para a Amazônia Legal: falta de coordenação entre órgãos estaduais, Ibama e Ministério Público .....28

4.4. Viabilidade econômica da propriedade rural, desenvolvimento econômico e equilíbrio ambiental .....30

**4.5. Os embargos coletivos e genéricos .....33**

**5. Considerações finais, recomendações e proposições legislativas .....40**

5.1. Recomendações .....42

5.2. Projetos de Lei .....46



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica



## **1. Subcomissão Temporária para acompanhar os embargos de terras por parte do Ibama (CRATERRAS)**

Ao Congresso Nacional compete fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, diretamente ou por qualquer de suas Casas (art. 49, *caput*, X, da Constituição Federal – CF), bem como zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos demais Poderes (art. 49, *caput*, XI, CF). São essas as competências que estruturam a atuação da Subcomissão Temporária para acompanhar os embargos de terras por parte do Ibama (CRATERRAS) e a conformidade dessas medidas com o ordenamento jurídico.

No campo infraconstitucional, a atuação sancionadora federal em matéria ambiental tem sido disciplinada, em larga medida, pelo Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que “dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente” e “estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações”.

O protagonismo do Decreto nº 6.514, de 2008, no sistema sancionatório nacional levanta debate sobre reserva de lei em matéria de poder de polícia: quais conteúdos podem ser, por direito, veiculados por decreto regulamentar e quais dependem de previsão legal estrita, especialmente quando se trata de tipificação de infrações, definição de sanções e medidas cautelares.

Esse debate ganhou relevo prático com o emprego dos embargos ambientais cautelares, ato administrativo coercitivo frequentemente aplicado, no campo, pelos órgãos ambientais. Originalmente, o embargo de obra, atividade ou área é descrito como instrumento para impedir a continuidade do dano ambiental, propiciar a regeneração e viabilizar a recuperação da área



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagatoli  
Para verifica

Avulso do PL 6141/2025 [13 de 59]



degradada, com restrição ao local do ilícito (art. 51, Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012<sup>1</sup>, e arts. 15-A e 16, Decreto nº 6.514, de 2008<sup>2</sup>). Essa construção normativa revela o caráter dos embargos como medidas eminentemente concretas e circunscritas à infração constatada.

O quadro normativo, porém, foi sensivelmente alterado pelo Decreto nº 12.189, de 20 de setembro de 2024, que modificou o mencionado Decreto nº 6.514, de 2008. Entre as inovações, o novo art. 16-A autoriza o embargo de “área que corresponda a conjunto de polígonos relativos ao mesmo tipo de infração ambiental”, permite formalizar múltiplos embargos em um único termo (§ 1º) e admite o agrupamento desses polígonos por bioma, unidade federativa, gleba, UC, terra indígena, imóvel, região ou outra “delimitação geográfica sob fiscalização” (§ 2º). Tais disposições não precisam

---

**<sup>1</sup> Lei nº 12.651, de 2012**

Art. 51. O órgão ambiental competente, ao tomar conhecimento do desmatamento em desacordo com o disposto nesta Lei, deverá embargar a obra ou atividade que deu causa ao uso alternativo do solo, como medida administrativa voltada a impedir a continuidade do dano ambiental, propiciar a regeneração do meio ambiente e dar viabilidade à recuperação da área degradada.

§ 1º O embargo restringe-se aos locais onde efetivamente ocorreu o desmatamento ilegal, não alcançando as atividades de subsistência ou as demais atividades realizadas no imóvel não relacionadas com a infração.

§ 2º O órgão ambiental responsável deverá disponibilizar publicamente as informações sobre o imóvel embargado, inclusive por meio da rede mundial de computadores, resguardados os dados protegidos por legislação específica, caracterizando o exato local da área embargada e informando em que estágio se encontra o respectivo procedimento administrativo.

§ 3º A pedido do interessado, o órgão ambiental responsável emitirá certidão em que conste a atividade, a obra e a parte da área do imóvel que são objetos do embargo, conforme o caso.

**<sup>2</sup> Decreto nº 6.514, de 2008**

Art. 15-A. O embargo de obra ou atividade restringe-se aos locais onde efetivamente caracterizou-se a infração ambiental, não alcançando as demais atividades realizadas em áreas não embargadas da propriedade ou posse ou não correlacionadas com a infração.

Art. 16. No caso de áreas irregularmente desmatadas ou queimadas, o agente autuante embargará quaisquer obras ou atividades nelas localizadas ou desenvolvidas, excetuando as atividades de subsistência.

(...)



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verificação

Avulso do PL 6141/2025 [14 de 59]



de profunda análise para verificar sua ausência de conformação com o ordenamento jurídico.

Além disso, o Decreto nº 12.189, de 2024, expandiu os objetivos do embargo (incisos do *caput* do mesmo art. 16-A), incluindo impedir “que qualquer pessoa aufera lucro ou obtenha vantagem econômica com o cometimento de infração ambiental”, “prevenir” novas infrações e garantir o resultado prático de processos administrativos de responsabilização administrativa, entre outros.

Na prática, tais mudanças ampliam o alcance e a finalidade da medida de embargo cautelar, bem como conferem discricionariedade ampla e questionável em relação à atuação do órgão ambiental, em detrimento do direito constitucional ao contraditório e à ampla defesa do embargado.

A consequência prática é o embargo deixar de ser uma medida ancorada na constatação de uma infração específica, para se tornar uma ferramenta de coerção abrangente e com finalidades adicionais, amplamente discricionárias e controversas. Abriu-se um perigoso espaço para leituras autoritárias segundo as quais o embargo poderia ser aplicado diante de “hipóteses” ou “perigo” de infração e não apenas da infração comprovada. Esse alargamento conceitual, distante da lei, porque feito por decreto e contrário às garantias constitucionais mais básicas, repercute diretamente na reserva de legalidade do poder de polícia ambiental e no abalo à segurança jurídica no campo, que muito presenciamos na diligência que esta Subcomissão realizou em Rondônia.

Em que pese tratarmos aqui de uma problemática específica, ela se mistura com a realidade conturbada que permeia a vida do produtor rural no



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli

Para verificação

Avulso do PL 6141/2025 [15 de 59]



campo, especialmente o pequeno produtor na Amazônia Legal: incompletude fundiária, falta de assistência técnica, dificuldades de obtenção de crédito rural, riscos climáticos e regulatórios.

Diante desse contexto, a CRATERRAS foi instituída no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária após aprovação, naquele colegiado, do Requerimento nº 24, de 2025, em 20 de maio de 2025.

Seu objetivo principal foi avaliar a legalidade, a proporcionalidade e os impactos socioeconômicos dos embargos ambientais coletivos aplicados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), especialmente aqueles formalizados por meio de Editais de Notificação em diversos estados da Amazônia Legal. Busca-se, com isso, propor soluções que garantam a segurança jurídica no campo, o direito de propriedade e o devido processo legal, sem prejuízo da necessária proteção ambiental – alinhando, portanto, a legislação infraconstitucional aos preceitos da Constituição Federal.

Para alcançar esse propósito, a Subcomissão realizou audiências públicas com especialistas, representantes do agronegócio, produtores rurais e órgãos ambientais, destinadas a debater os embargos ambientais em análise. Além disso, promoveu diligência no Estado de Rondônia, nos dias 30 e 31 de outubro de 2025, com o intuito de apurar, *in loco*, os efeitos desses embargos sobre a vida dos produtores rurais e suas consequências sociais e econômicas.

Neste Relatório Final, são apresentados os resultados dos trabalhos da Subcomissão. Discutem-se a legalidade dos embargos e suas repercussões sobre os produtores rurais, examinam-se os argumentos e soluções debatidas nas audiências públicas e, ao final, propomos medidas legislativas voltadas a



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6141/2025 [16 de 59]



assegurar a segurança jurídica no campo com efetividade da proteção ambiental, reafirmando o papel fiscalizador e legislativo do Senado Federal e do Congresso Nacional.

## 2. Audiências Públicas

A CRATERRAS ouviu, em duas audiências públicas realizadas em 19 de agosto de 2025<sup>3</sup> e 17 de setembro de 2025<sup>4</sup>, consultores jurídicos, representantes do agronegócio e órgãos ambientais. As reuniões revelaram um quadro de normas infralegais extensas, uso intensivo de embargos cautelares por edital, gargalos de regularização ambiental que travam o desembargo e uma sobreposição federativa que, na prática, restringe a defesa do produtor e fragiliza a atuação dos órgãos estaduais.

Na primeira audiência (19/08/2025), o Presidente da CRATERRAS, Sua Ex.<sup>a</sup> o Senador Jaime Bagattoli, situou o problema: embargos coletivos por edital, muitas vezes calcados apenas em sensoriamento remoto, sem verificação de autoria e materialidade; além disso, casos em que toda a área do imóvel foi paralisada, contrariando a regra de restringir a medida ao polígono da infração. Ressaltou, ainda, a morosidade da análise do Cadastro Ambiental Rural (CAR), deixando produtores em um limbo jurídico.

Na resposta oficial que a Subcomissão recebeu da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Acre (Sema/AC), são 160.287 hectares

<sup>3</sup> Notas taquigráficas e registro audiovisual disponível em: <https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2776/reuniao/13817>. Acesso em: 27 out. 2025.

<sup>4</sup> Notas taquigráficas e registro audiovisual disponível em: <https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2776/reuniao/13959>. Acesso em: 27 out. 2025.



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6141/2025 [17 de 59]





embargados em 22 municípios e apenas 5% dos registros no CAR com análise concluída, aptos, portanto, à regularização ambiental. A Sema informou ainda que, quando a documentação está correta, o tempo médio para tramitação administrativa é de 30 a 45 dias, com possibilidade de priorização do CAR de imóveis embargados mediante requerimento do interessado.

Posteriormente à audiência, a CRATERRAS recebeu também resposta da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (Sedam) de Rondônia, consultada por meio do Ofício nº 082/2025-CRA, a qual veio pelo Ofício nº 9608/2025/SEDAM-GAB. O órgão informa a ocorrência de 6.033 embargos estaduais, totalizando 778 mil ha, enquanto, naquele estado, o Ibama aplicou 10.218 embargos em área estimada de 526 mil ha e o Instituto Chico Mendes lavrou 691 embargos em cerca de 127 mil ha.

No mesmo ofício, a Sedam registra que Rondônia possui 8.894.580 ha de áreas destinadas à atividade agropecuária (27% do território). A área embargada totalizada (soma de embargos estaduais e federais) equivale a aproximadamente 16% desse montante<sup>5</sup>, ainda que nem toda área embargada componha o cômputo de “área destinada à agropecuária”. Considerando apenas as áreas embargadas com sobreposição a áreas de atividade agropecuária, a Sedam estima 400 mil ha, o que corresponde a aproximadamente 4,5% do total agropecuário do estado.

Quanto ao CAR, Rondônia registra 173 mil cadastros ativos, dos quais apenas 6,3% “encontram-se com análise concluída e aprovada”. Indagada

<sup>5</sup> O cálculo, feito de forma ilustrativa, foi  $778.000 \text{ ha} + 526.000 \text{ ha} + 127.000 \text{ ha} \div 8.894.580 \text{ ha} \approx 16,1\%$ . Apontamos que a soma simples pressupõe inexistência de sobreposição entre áreas embargadas pelas diferentes esferas (estadual e federal); se houver sobreposição de embargos, o percentual efetivo sobre a área agropecuária é menor que 16,1%.



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6141/2025 [18 de 59]



sobre a principal dificuldade para a atuação de comando e controle ambiental, a Sedam aponta a amplitude territorial, a ineficiente política de regularização fundiária sob competência federal e limitações de recursos humanos, financeiros, logísticos e tecnológicos.

Por fim, relata que o procedimento de desembargo estadual inclui o protocolo de requerimento pelo interessado, análise documental, vistoria quando necessária, emissão de parecer técnico, decisão administrativa e, se deferido, termo de desembargo.

Retomando a descrição da audiência pública, o consultor jurídico Sr. Anaximandro Almeida, da Associação dos Produtores de Soja e Milho (Aprosoja) de Mato Grosso, descreveu a figura do “embargo geral preventivo” (introduzida em 2014 e reforçada por alterações normativas recentes), que permite a publicação de editais com conjuntos de polígonos sem auto individualizado, gerando incertezas sobre autoria e materialidade e sobre a extensão legítima da área paralisada.

O Sr. Thiago Rocha, representante da Aprosoja/RO, enfatizou que o embargo deve restringir-se à área do dano, sob pena de inviabilizar a capacidade econômica do produtor, inclusive para fins de reparação da infração e defesa do autuado. Em conjunto, as falas convergem no sentido de que a técnica coletiva e abstrata do edital não pode, juridicamente, substituir a individualização e deixar de observar a proporcionalidade das medidas adotadas.

O Diretor de Proteção Ambiental do Ibama, Sr. Jair Schmitt, registrou que o embargo geral é uma medida preventiva adotada diante de “indícios e provas robustas” de desmatamento ilegal e que, instaurado o processo, há posterior individualização com auto específico para a área



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verificação

Avulso do PL 6141/2025 [19 de 59]



embargada. Reconheceu efeitos econômicos quando consta “embargo em todo o imóvel” e defendeu a análise caso a caso, embora o Ibama pareça não o fazer.

O Sr. Rodrigo Justus, representante da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), destacou que o “apagão” de regularização fundiária nas fronteiras agrícolas mistura ilegalidade ambiental com a impossibilidade de suprimir legalmente por falta de título ou documento de posse. Lembrou ainda que o Código Florestal atrelou a comprovação da reserva legal ao CAR e que, na prática, o desembargo depende de uma espécie de “anuência do Estado” via análise do CAR – o que deixa produtores paralisados quando o Estado não faz sua parte. Concluiu que a “mão” do Estado não pode se limitar a embargo remoto, auto de infração e bloqueio de CPF, defendendo que os entes federativos sejam compelidos a apresentar dados e soluções.

A segunda audiência (17/09/2025) concentrou-se no “gargalo do CAR” e nos fluxos de desembargo. O Presidente da CRATERRAS, Senador Jaime Bagattoli, apresentou números enviados à Subcomissão por secretarias estaduais: no Acre, só 5% do CAR foi analisado; no Amazonas, 21.566 cadastros com apenas 437 (2%) concluídos; no Mato Grosso, 161.299 imóveis inscritos e 16% analisados; no Pará, 1.565 CARs analisados, com apenas 178 (1%) concluídos. O Estado de Rondônia, lamentavelmente, não respondeu a esta Subcomissão.

O Presidente relatou ainda mais de 800 notificações do Ibama contra produtores rurais em Porto Velho/RO, determinando a retirada de animais e proibição de atividades. Apontou que exigir CAR analisado para desembargar, sem capacidade estatal para analisar, é o mesmo que punir quem



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verificação

Avulso do PL 6141/2025 [20 de 59]



não deu causa à morosidade. Daí a defesa, que adiantamos, da vedação a embargos preventivos coletivos por meros alertas de satélite e sem expectativas e procedimentos para levantamento da medida – proposta que já foi formalizada por S. Ex.<sup>a</sup>, o Senador Jaime Bagattoli, no Projeto de Lei nº 4.554, de 2025.

Os depoimentos estaduais mostraram caminhos operacionais que podem ser usados como exemplo a nível federal. A Secretária de Mato Grosso, Sra. Mauren Lazzaretti, relatou que o estado procede com a checagem de bases e notificação prévia antes da autuação. Além disso, existe uma política de priorizar a análise do CAR para propriedades embargadas, de realizar conciliação ambiental de maneira coordenada com o Tribunal de Justiça, com o Ministério Público, com a polícia judiciária civil, permitindo que o infrator saia da audiência com termos de compromisso assinados e medidas cautelares levantadas, quando possível.

Ainda, informou sobre o lançamento do CAR Digital em 4 de junho deste ano, tendo por base uma análise automática dos cadastros, que fez Mato Grosso acelerar as análises e superar 20% de validações em 48 de 142 municípios. Para imóveis com até quatro módulos e produtores que exercem atividade de subsistência, o estado levanta embargos, simplifica e facilita a forma de pagamento das multas, preservando a atividade lícita enquanto se regulariza o passivo. Esses elementos dão lastro a uma agenda de gradação nos instrumentos de coerção regulatória e provêm celeridade compatível com o devido processo, sem abdicar do poder de polícia.

Os representantes do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM), Sr. Gustavo Picanço Feitoza (Diretor-Presidente) e Sra.



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6141/2025 [21 de 59]



Adriana Aparecida Barbosa (técnica do Instituto), explicaram o encadeamento normativo para desembargo. É exigida a comprovação de regularidade ambiental, sendo que os passivos anteriores a 2008 são tratados via Programa de Regularização Ambiental (PRA), e os posteriores são tratados por termo de compromisso na esfera da Lei de Crimes Ambientais. Com o termo aprovado, o desembargo pode ser levantado no órgão estadual. Nesse fluxo procedimental, é reconhecida a função instrumental do embargo, mas se evita sua perpetuação e efeitos nocivos quando já há compromisso idôneo de reparação e regularização do autuado.

Os últimos a falar foram os representantes do governo do Estado de Rondônia, cujo Secretário de Estado do Desenvolvimento Ambiental (Sedam) não compareceu. Os representantes apontaram um “nó” recorrente na execução do Código Florestal, em que, para aderir ao PRA ou assinar termo de compromisso, é preciso CAR aprovado, e não há previsão clara de suspender o embargo até o fim da recuperação da área, gerando risco de embargo por longo período.

Em síntese, não se contesta a existência do embargo como instrumento para o exercício do poder de polícia. Aponta-se que as duas audiências mostram ser imperativo haver proporcionalidade, individualização e procedimentos prévios mínimos, como advertência, notificação válida e tempo razoável para defesa, para que a cautela não se converta em sanção prévia e ilegal.

Ficou evidente, também, que o gargalo do CAR – comprovado pelos números oficiais recebidos – não pode bloquear indefinidamente o desembargo. Por isso, é preciso criar vias rápidas, como automação da análise



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6141/2025 [22 de 59]



com uso de tecnologias atuais, conciliação ambiental, conversão de multas e suspensão condicionada.

Já há soluções testadas nos estados, principalmente em Mato Grosso e Amazonas, que conciliam controle do Estado sobre o território sem tolher o poder de polícia, procedimentos que poderiam ser facilmente adotados pela União.

Em resumo, é perfeitamente possível alinhar segurança jurídica, direito de propriedade e proteção ambiental, desde que a atuação preventiva seja conectada a assistência ao produtor e rotas claras de regularização.

### 3. Diligência em Rondônia

A diligência realizada pela Subcomissão em Porto Velho, Rondônia, ocorreu em dois momentos complementares.

No primeiro dia, a comitiva composta por mim e pelos Senadores Jaime Bagattoli, presidente da CRATERRAS, Zequinha Marinho, presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, e pelo Senador Marcos Rogério, visitou propriedades rurais embargadas; no segundo, a Subcomissão realizou uma audiência pública na Assembleia Legislativa de Rondônia (ALERO), reunindo parlamentares, órgãos de Estado, produtores rurais e associações de produtores.

O planejamento em duas etapas permitiu cotejar a realidade concreta – lavouras, pastagens, benfeitorias e cadeias produtivas efetivamente paradas – com o debate institucional sobre caminhos para a legalidade da conduta dos órgão ambientais e regularização do produtor.



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6141/2025 [23 de 59]



Os produtores das propriedades visitadas expuseram os efeitos paralisantes dos embargos coletivos sobre a unidade produtiva e sua cadeia de comercialização. Uma vez publicado o embargo, a vida econômica do produtor entra em modo de suspensão. A venda de gado, leite, café e outros produtos fica comprometida; o escoamento das mercadorias trava; linhas de crédito são prejudicadas ou negadas; compradores e frigoríficos se afastam do produtor; transportadores e cooperativas evitam o risco regulatório de comprar de alguém que esteja com parte de sua propriedade embargada. Em pouco tempo, instala-se uma espiral de descapitalização e inadimplência que atinge, com especial dureza, os pequenos e médios agricultores.

É notório que as consequências imediatas sobre cada produtor devem se somar em um efeito agregado local e regional, com deterioração do entorno, afetando oficinas, mercados e serviços, o que retrai o fluxo monetário local. É uma penalidade econômica que transborda a pessoa cuja propriedade foi embargada, atingindo suas adjacências.

Há casos, evidentemente, em que o desmate ultrapassou o permitido por lei. Em momento algum relativizamos a obrigação de se cumprir a lei, tampouco desconsideramos a necessidade de responsabilização. O que ficou constatado, entretanto, é que parte considerável dos produtores quer entender o caminho para sair da irregularidade, sem permanecer em limbos jurídicos e na paralisia econômica. Para muitos, esse caminho passa pelo PRA (Programa de Regularização Ambiental). Para quem suprimiu vegetação após 2008, será indispensável termo de compromisso, ou instrumento jurídico congênere, com metas e prazos – instrumento esse que poderia abrir portas para a retomada da atividade produtiva enquanto a recomposição acontece.



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6141/2025 [24 de 59]



Por sua vez, a audiência na ALERO recolheu toda essa experiência e a projetou no debate público, com falas que reforçam a direção que apontamos neste relatório.

A equipe do Senador Jaime Bagattoli apresentou os objetivos e a linha do tempo dos trabalhos da CRATERRAS, listando os impactos econômicos observados na diligência e registrando a existência do PL nº 4.554, de 2025, de autoria de Sua Ex.<sup>a</sup>, que propõe alterações na Lei nº 12.651, de 2012, e na Lei nº 9.605, de 1998, sendo uma referência importante para as soluções legislativas que adiante discutiremos.

O Senador Jaime Bagattoli ainda sublinhou a insegurança jurídica a que o produtor rural está submetido e a necessidade de apoio dos órgãos públicos ao produtor, especialmente o pequeno, lembrando que não se combate ilegalidade quebrando quem produz. Da nossa parte, como relator desta Subcomissão, destaquei a percepção de que estruturas estatais, em vez de facilitar a conformidade do produtor perante as leis, muitas vezes adotam uma política contrária, dificultando essa conformidade e desperdiçando a vantagem competitiva ambiental do País.

O Senador Zequinha Marinho fez uma leitura jurídico-constitucional do problema: apontou a violação ao contraditório e à ampla defesa, a insegurança jurídica, a afronta à dignidade do produtor rural e seus efeitos deletérios sobre a obtenção do crédito rural; mencionou o volume de editais do Ibama e denunciou a escalada ideológica que transformou a Amazônia em um “inferno verde”, invertendo a promessa histórica de desenvolvimento e “expulsando” quem foi chamado a ocupar a região há décadas.



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6141/2025 [25 de 59]





O Senador Marcos Rogério expressou sua saudação e apoio político à pauta, criticando o Governo do Estado de Rondônia pela letargia com que trata a política de regularização ambiental das propriedades. Lembrou dos múltiplos problemas pelo que passam os produtores rurais de Rondônia ocasionados pelo descaso do governo estadual.

Houve, ainda, contribuições do Poder Legislativo estadual e federal e de convidados. Deputados estaduais e federais presentes apontaram a inversão de valores no tratamento ao produtor rural, destacando a falta de coesão na transição entre o ciclo de colonização passado e as punições no presente. O Procurador da República, Sr. Gabriel de Amorim Ferreira (MPF/RO), valorizou ouvir o produtor, defendeu fortalecer a SEDAM/RO e promover a gradualidade nas sanções, sugerindo o protagonismo estadual – inclusive com participação de órgãos de assistência rural, propondo que multas financiem assistência técnica ao produtor.

Apesar dessa posição do MPF, assinalamos uma lacuna: o Procurador não explicitou como poderia coordenar e liderar uma mobilização para celebração de termos de compromisso, ou de ajustes de conduta (TAC), para regularização progressiva e levantamento de embargos, peça essencial deste relatório.

Anotou-se, ainda, a ausência recorrente e lamentável do titular da SEDAM/RO e sua falta de cooperação com a CRATERRAS, fato comentado pelo Senador Jaime Bagattoli.

Outras falas reforçaram pontos práticos: a necessidade de rever a dosimetria de multas hoje impagáveis; o problema do embargo remoto sem descrição e individualização de condutas, que afeta o direito ao contraditório;



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6141/2025 [26 de 59]



a crítica à simetria existente entre o tratamento à infrações cometidas em terras sabidamente públicas, como Unidades de Conservação da Natureza, e ocupações privadas, de evidente menor gravidade; e a urgência de enfrentar o passivo fundiário, inclusive com revisão de poligonais de terras indígenas feitas com tecnologia obsoleta – tema importante, mas fora do escopo central deste relatório.

Por parte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), registrou-se que o embargo ambiental impede a regularização fundiária, evidenciando um círculo vicioso e prejudicial, sobretudo, ao proprietário ou posseiro rural de boa-fé.

Durante toda a audiência, produtores rurais relataram temor sobre “suspensão de CPFs” e dificuldades com títulos e acesso ao INCRA.

O Senador Zequinha Marinho tornou a enfatizar que é preciso validar o CAR e iniciar o PRA; repetiu essa fala o produtor Ivo Alves, do distrito de União Bandeirantes, que resumiu a indignação: “a tecnologia existe para autuar e embargar. Mas, na hora de analisar, nada”.

Representantes da CNA e associações de produtores, como a Associação dos Pecuaristas de Rondônia (APRON) e Aprosoja, destacaram que o desembargo é, na prática, quase impossível.

Lamentavelmente, o Superintendente Regional do Ibama em Rondônia, Sr. Cesar Luiz da Silva Guimarães, não forneceu orientação prática e saídas para a situação, limitando-se a dizer “recupere a vegetação”, tratando a questão de modo simplista e alheio à complexidade do problema.



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagatoli  
Para verifica

Avulso do PL 6141/2025 [27 de 59]



Do ponto de vista jurídico-administrativo, a diligência realizada por esta Subcomissão em Rondônia confirmou o caminho que defendemos, um caminho centrado, distante de medidas extremas.

**Primeiro**, mostra-se necessária a adoção de transparência nos critérios de embargo, com individualização da conduta, notificação individual e prazo para contestação com prazos razoáveis. **Segundo**, cientificar o produtor, conceder janela de adequação e adotar uma postura de sempre advertir antes de implementar medidas mais duras. **Terceiro**, quando não houver a opção do PRA, instituir o termo de compromisso ou instrumento congênere como mecanismo que embase o processo de regularização e, imediatamente após celebração, liberar a atividade econômica, com levantamento dos embargos. **Quarto**, validação do CAR e adesão ao PRA assistidas por tecnologias modernas, evitando filas infinitas e provendo celeridade ao processo. **Quinto**, governança interinstitucional (Ibama, órgãos estaduais, MP, INCRA, CMN e assistência técnica rural) para evitar regulações desconexas e não travar o acesso ao crédito rural. Esses pontos tratam os problemas de proporcionalidade das sanções, suspensão e não concessão de crédito rural, além de parte da problemática fundiária mencionados na audiência.

A diligência recolheu, ainda, as seguintes sugestões: estabelecer parâmetros mínimos de proporcionalidade e devido processo aplicáveis a embargos ambientais; instituir prazos máximos para revisão e levantamento do embargo vinculados a assinatura de compromisso por parte do produtor; padronizar termos de compromisso para acelerar o processo de adesão. Parece-nos que tais medidas seriam capazes de tornar a proteção ambiental mais efetiva, trazendo o produtor para o polo da legalidade com previsibilidade e incentivos corretos.



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagatoli  
Para verifica

Avulso do PL 6141/2025 [28 de 59]



Por fim, registramos a heterogeneidade dos casos observados: há quem precise de PRA, há quem dependa de termo de compromisso em razão da temporalidade do desmate; há situações que demandam recomposição plena e outras de ilicitude meramente formal, que permitem suavizar sanções sem prejuízo ambiental.

Contudo, o que não se compatibiliza com a Constituição nem com a boa gestão é a permanência de embargos amplos e indefinidos, que punem de forma difusa, quebram economias familiares e locais e não oferecem uma rota operacional para a adequação.

A diligência de Porto Velho, enfim, cumpriu dois papéis nos trabalhos da CRATERRAS. O primeiro, de diagnóstico, confirmou em campo a quase interdição econômica gerada pelos embargos e a necessidade de diferenciar situações, conferir proporcionalidade correta nas respostas, dar previsibilidade e orientações ao produtor rural.

O segundo papel é normativo e propositivo: precisamos consolidar, no ordenamento jurídico, a orientação de que o Estado tem de regular a atividade econômica de maneira a que possamos produzir conservando e valorizar quem trabalha no campo, auxiliando-o a estar conforme a lei.

Com base nesse consenso mínimo, a Seção 5 aprofunda a análise e apresenta os ajustes legislativos e procedimentais que podem restabelecer a segurança jurídica no campo, sem prescindir de proteção ambiental.



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6141/2025 [29 de 59]



## 4. Análise e Discussão: os problemas do produtor rural na Região Norte

### 4.1. História e Realidade fundiária na região Norte

A ocupação recente da Amazônia Legal ocorreu, em grande medida, ao longo de eixos rodoviários (BR-364 em Rondônia, BR-163, BR-230/Transamazônica), acompanhada de projetos de colonização e assentamentos. Houve migrações internas, abertura de áreas produtivas e, em paralelo, também falhas de ordenamento territorial. Esse histórico ajuda a explicar a heterogeneidade fundiária atual e as tensões, que não deveriam existir, entre regularização, produção e conservação da floresta.

No plano ambiental-regulatório, a incompletude fundiária dificulta o cumprimento de obrigações e produz incerteza para produtores que buscam estar regulares. Seguir diretrizes de harmonização normativa entre União e Estados, fortalecimento e integração institucional e planejamento da fiscalização e combate a ilícitos – elementos-eixos do Plano Nossa Amazônia, que instituímos no Conselho Nacional da Amazônia Legal (CNAL) em 2022 – é caminho de coordenação necessário. Com isso, alinham-se direitos de propriedade e liberdade econômica com a proteção ambiental, reduzindo o espaço para soluções massificadas (como os embargos coletivos), que atingem indistintamente e injustamente o produtor de boa-fé.

A consolidação de direitos fundiários é uma das bases práticas para a regularização ambiental efetiva – vimos isso de perto na realidade que presenciamos em Rondônia: a ausência de titularidade ou clareza dominial é uma das razões, não a única, que comprometem a regularidade ambiental. Titulação e regras ambientais claras são condições necessárias para se produzir conservando, mirando desenvolvimento humano e preservação ambiental.



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6141/2025 [30 de 59]



#### **4.2. Regularização da situação ambiental: Cadastro Ambiental Rural (CAR) e Programa de Regularização Ambiental (PRA)**

A regularidade ambiental da maioria das propriedades rurais depende de dois atos cujo desfecho está nas mãos do ente federativo estadual: a validação do CAR e a adesão ao PRA. O CAR, criado pelo Código Florestal, é um cadastro público eletrônico, nacional e obrigatório, base para controle, monitoramento e planejamento, além de pré-requisito para ingressar no PRA e para acesso a políticas de crédito rural. Por ser auto declaratório, precisa passar pela análise e validação estadual para conferir segurança jurídica e, quando necessário, habilitar o produtor a aderir ao PRA.

Já o PRA é o instrumento por meio do qual União, Estados e Distrito Federal promovem a adequação da propriedade aos comandos da Lei nº 12.651, de 2012. Por meio dele são consolidadas as situações previstas na própria lei, em especial os desmatamentos anteriores a 22 de julho de 2008, com consolidação de áreas de uso alternativo do solo, recomposição, compensação e restauração de passivos ambientais.

Torna-se evidente que em estados com alto passivo cadastral e ritmos lentos de validação quem será penalizado é justamente aquele que busca se regularizar, isso é, o produtor de boa-fé. Visto por outro ângulo, CAR validado, somado a um PRA operacional, é o caminho para produzir conservando, com previsibilidade jurídica e acesso a crédito.

É uma contradição que órgãos ambientais, os primeiros que deveriam zelar pelo cumprimento da legislação ambiental e pelo alinhamento entre produção e conservação, sejam aqueles a dificultar que produtores se regularizem. A longa demora na validação do CAR e a não implementação do



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6141/2025 [31 de 59]



PRA – comprovadas pelos dados alarmantes, já citados neste relatório, que a CRATERRAS recebeu dos órgãos estaduais – deixam esse descaso evidente.

A ausência do Secretário de Estado do Desenvolvimento Ambiental de Rondônia nas audiências e na diligência que realizamos ao longo dos trabalhos desta Subcomissão é sintoma da injustificável falta de interesse político para resolver o problema: passados treze anos da publicação do nosso Código Florestal, os gargalos para validação do CAR e PRA ainda não foram solucionados.

Esses gargalos são: a **falta de integração suficiente de bases e rotinas entre órgãos ambientais; uso de tecnologias obsoletas para validação do cadastro**, quando já poderíamos nos valer de inteligência artificial associada a sensoriamento remoto e integração com as bases de dados dos órgãos públicos; e a **ausência de apoio do Estado brasileiro ao pequeno e médio produtor para que esse se regularize**.

Ao mesmo tempo, a tecnologia usada para embargos em massa (sensoriamento remoto e cruzamento de bases) poderia – e deveria – ser redirecionada para mutirões de validação do CAR e adesão ao PRA, com prioridade aos pequenos e médios produtores. A realidade é que esses produtores, ao invés de serem apoiados, precisam demonstrar, a toda hora, estar de boa-fé, numa verdadeira inversão de valores.

#### **4.3. Governança para a Amazônia Legal: falta de coordenação entre órgãos estaduais, Ibama e Ministério Público**

O problema, de modo geral, não é somente falta ou qualidade das normas. Passa, também, pela falta de coordenação.



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6141/2025 [32 de 59]



No Plano Nossa Amazônia, aprovado pelo CNAL, já havia sido determinada priorização de áreas, integração de órgãos e planejamento interagências para alinhar fiscalização, regularização e desenvolvimento. Mas o Brasil, a todo momento, interrompe políticas que deveriam ser de Estado, e não de governo. Com isso forma-se um contencioso administrativo e judicial que pune o produtor correto e não reduz o desmatamento estrutural.

Além disso, duplicam-se os ônus. Isso porque, ao mesmo tempo em que o produtor enfrenta demoras estatais para validar o CAR e aderir ao PRA, incorre em embargos amplos que travam crédito, circulação de bens e valor da terra – frequentemente com base exclusivamente em detecções remotas que não distinguem situações regularizáveis daquelas não regularizáveis.

A crítica a esse modelo nefasto vem sendo reiterada pelos membros desta Subcomissão e por diversas instituições de apoio ao produtor. Algumas destas foram ouvidas ao longo de nossos trabalhos, as quais denunciam a insegurança criada pelos embargos coletivos gerais, “anunciados” por editais genéricos, e cobram uma solução verdadeira, via regularização fundiária, validação do CAR e apoio ao produtor.

Como afirmado pelos próprios produtores rurais ouvidos, o que se usa para detectar e embargar (sensoriamento remoto e cruzamento de bases) não se usa com a mesma ambição para mutirões de validação do CAR e adesão em massa ao PRA. E é exatamente este último caminho que daria segurança jurídica e racionalidade econômica à governança ambiental. Embora haja evidências públicas de que a análise do CAR ganhou alguma tração no País, como apontado pela fala da representante do Estado do Amazonas,



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verificação

Avulso do PL 6141/2025 [33 de 59]





Sra. Adriana Aparecida Barbosa, o ritmo segue insuficiente diante do estoque de cadastros. Tal fato sustenta a tese de que, sem coordenação federativa, planejamento e metas, e, sobretudo verdadeira vontade política, a resposta tende a ser punitiva e genérica, como vem sendo feita, ao invés de estrutural, com deveria ser.

Em síntese, o modelo atual desloca o centro de uma política pautada por proteger, preservar e desenvolver para uma estratégia de notório equívoco regulatório. Isso é, o Estado atrasa naquilo que depende dele, como validar CAR, operar os PRAs e prover segurança fundiária, e acelera para impor embargos genéricos.

**Precisamos conferir metas vinculantes de validação do CAR,** com apoio técnico federal aos estados, **incluir novas tecnologias disruptivas nas análises e processos, priorizar pequenos e médios agricultores na fila, padronizar critérios mínimos de PRA e termos de ajustamento de conduta.** Trata-se de regularizar primeiro, ao invés de punir primeiro.

#### **4.4. Viabilidade econômica da propriedade rural, desenvolvimento econômico e equilíbrio ambiental**

Aqui fazemos um aparte para tratar de tema relacionado, cuja discussão é imprescindível na Amazônia Legal. Trata-se da questão óbvia de que, sem viabilidade econômica da propriedade, não há conservação duradoura. No bioma Amazônia, o Código Florestal exige Reserva Legal de 80% (oitenta por cento) do imóvel, admitindo uso econômico sustentável da vegetação nativa sob manejo – enquanto apenas 20% (vinte por cento) é a área usualmente destinada à produção “aberta”.



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6141/2025 [34 de 59]



A política pública deve concentrar esforços em aumentar a produtividade dessa área produtiva, com assistência técnica e extensão rural, tecnologias desenvolvidas pela Empresa Brasileira de Produtos Agropecuários (EMBRAPA) e organizações de produtores (associações, cooperativas e sindicatos patronais), acelerando a intensificação sustentável no campo para produzir mais sem desmatar novas áreas.

Nos 80% destinados à Reserva Legal, a lei não impõe “ociosidade”. Pelo contrário, reconhece a função de uso econômico sustentável mediante manejo autorizado e extrativismo. Contudo, pequenos produtores raramente têm escala para aprovar e operar um Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) privado ou, mais modernamente, acessar mercados de carbono de modo competitivo.

Neste ponto caberia repensar a política de concessão florestal brasileira, direcionando parte das receitas oriundas da exploração sustentável de florestas públicas – que, por lei, alimentam o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) – para pagamentos por serviços ambientais (PSA) a pequenos produtores que mantêm suas Reservas Legais íntegras.

Segundo dados do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e informações divulgadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, existem, no Brasil, 309,7 milhões de hectares de florestas públicas federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal. Desse total, 31 milhões de hectares são florestas nacionais e estaduais que podem ser objeto de concessão florestal. Ainda, existem 18 contratos de concessão de florestas públicas federais firmados, que totalizam 1,05 milhão de hectares de área de manejo



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6141/2025 [35 de 59]



florestal<sup>6</sup>. É justo que parte da renda oriunda dessa exploração seja revertida para aqueles produtores que conservam floresta, mas não possuem escala para se beneficiar economicamente de suas reservas florestais.

A Lei nº 14.119, de 2021, instituiu a Política Nacional de PSA. Por sua vez, a Lei nº 11.284, de 2006 (Gestão de Florestas Públicas) e o FNDF oferecem um canal financeiro para que o arranjo entre PSA e seu financiamento seja possível. Em vez de permitir que cada pequeno produtor faça um PMFS ou projeto de carbono que, sabemos, é inviável em razão da escala, o Estado, com essas providências que sugerimos, passa a remunerar o serviço ambiental prestado por quem conserva com recursos da própria economia florestal pública.

O desenho é elementar, mas promissor. Junto com apoio para aumento da produtividade nos 20% de área que pode ser utilizada para uso alternativo do solo, o pagamento por serviços ambientais daria um sinal econômico de que a reserva legal conservada é um ativo do pequeno produtor. Esse ativo estabiliza a renda e reduz o incentivo à abertura ilegal da floresta, além de reduzir a pressão sobre áreas protegidas.

A síntese do “produzir, conservar e desenvolver” envolve, necessariamente, tecnologia e assistência nos 20% da propriedade sujeitos a abertura da vegetação, pagamento por serviços ambientais ao menos ao pequeno produtor, manejo florestal sustentável e outras atividades econômicas lícitas nos 80%, com coordenação federativa e previsibilidade regulatória. Sobretudo, envolve respeito e apoio ao produtor rural, o que não temos visto

<sup>6</sup> Disponível em <https://hubdeprojetos.bndes.gov.br/pt/setores/Florestas>. Acesso em: 11 nov. 2025.



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagatoli  
Para verifica

Avulso do PL 6141/2025 [36 de 59]



por parte do Estado, sendo os embargos coletivos e genéricos prova do exato oposto.

#### 4.5. Os embargos coletivos e genéricos

O Código Florestal define que o embargo se restringe aos locais onde efetivamente ocorreu o desmatamento ilegal, não alcançando as atividades de subsistência ou as demais atividades realizadas no imóvel não relacionadas com a infração (art. 51, Lei nº 12.651, de 2012<sup>7</sup>). Da mesma forma, o Decreto nº 6.514, de 2008, delimitou que “embargo de obra ou atividade restringe-se aos locais onde efetivamente caracterizou-se a infração ambiental, não alcançando as demais atividades realizadas em áreas não embargadas da propriedade ou posse ou não correlacionadas com a infração” (art. 15-A).

A mesma norma define que “no caso de áreas irregularmente desmatadas ou queimadas (...)”, o “agente autuante deverá colher todas as provas possíveis de autoria e materialidade, bem como da extensão do dano, apoiando-se em documentos, fotos e dados de localização, incluindo as

##### <sup>7</sup> Lei nº 12.651, de 2012

Art. 51. O órgão ambiental competente, ao tomar conhecimento do desmatamento em desacordo com o disposto nesta Lei, deverá embargar a obra ou atividade que deu causa ao uso alternativo do solo, como medida administrativa voltada a impedir a continuidade do dano ambiental, propiciar a regeneração do meio ambiente e dar viabilidade à recuperação da área degradada.

§ 1º O embargo restringe-se aos locais onde efetivamente ocorreu o desmatamento ilegal, não alcançando as atividades de subsistência ou as demais atividades realizadas no imóvel não relacionadas com a infração.

§ 2º O órgão ambiental responsável deverá disponibilizar publicamente as informações sobre o imóvel embargado, inclusive por meio da rede mundial de computadores, resguardados os dados protegidos por legislação específica, caracterizando o exato local da área embargada e informando em que estágio se encontra o respectivo procedimento administrativo.

§ 3º A pedido do interessado, o órgão ambiental responsável emitirá certidão em que conste a atividade, a obra e a parte da área do imóvel que são objetos do embargo, conforme o caso.



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verificação

Avulso do PL 6141/2025 [37 de 59]



coordenadas geográficas da área embargada, que deverão constar do respectivo auto de infração para posterior georreferenciamento” (art. 16, § 1º).

A individualização do fato e do sujeito passivo é, portanto, requisito lógico e jurídico do embargo administrativo. Embargos coletivos e genéricos, previstos no art. 16-A do mesmo decreto em razão da alteração promovida em 2024 pelo Decreto nº 12.189, de 2024, desbordam dessa moldura porque não individualizam conduta, lugar, responsável e permitem a formalização em “único termo próprio”, colidindo com o devido processo legal e com a própria lógica do art. 15-A do mesmo decreto – criando uma antinomia no ordenamento jurídico.

A intenção de reduzir ilícitos em áreas sensíveis é compreensível, mas o uso massificado e não-individualizado desse expediente, por meio de editais e sem notificação individual, não. O produto dessa política são efeitos punitivos difusos, alcançando inclusive produtores que não foram os autores da infração que lhes foi atribuída.

É fundamental distinguir ilícitos conforme sua gravidade e graduar a resposta consoante onde e quando o desmate ocorreu.

No polo menos gravoso, situam-se supressões em áreas legalmente passíveis de uso alternativo do solo: se anteriores a 22/7/2008, aplicam-se as vias de regularização previstas no Código Florestal; se posteriores a 2008, exige-se termo de compromisso com metas e monitoramento, podendo haver liberação condicionada da atividade. Um segundo nível envolve desmates em Reserva Legal (RL) e Áreas de Preservação Permanente (APP) em terra privada do próprio infrator: para pré-2008, prioriza-se a adesão ao PRA com cronograma de recomposição; para pós-2008, a regra é reparação vinculada a



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6141/2025 [38 de 59]



termo de compromisso, levantando o embargo e monitorando o cumprimento de etapas.

A gravidade aumenta quando o fato ocorre em áreas fundiárias controversas (sobreposições, litígios de domínio), o que demanda coordenação fundiária e medidas proporcionais ao risco. No nível máximo, desmates em áreas públicas como Unidades de Conservação (UCs) e Terras Indígenas (TIs), especialmente quando associados à grilagem, exigem repressão firme, pronta cessação do dano e responsabilização exemplar. Essa gradação deve orientar o uso do embargo e sua excepcionalidade: de instrumento pedagógico e transitório nos casos menos graves, a medida enérgica e continuada quando diante de bens ambientais especialmente protegidos.

Nos nossos trabalhos, diversos produtores embargados, em áreas plenamente regularizáveis, relataram nunca terem recebido notificação direta (p.ex., via correspondência postal com aviso de recebimento) e só descobrirem o embargo depois, em razão de negativa de frigorífico em comprar seu gado ou por negativa de crédito rural.

Outros narraram casos em que a área embargada recaiu sobre o seu imóvel, embora a queimada ou o desmate tivessem ocorrido no vizinho – típico erro de georreferenciamento grosseiro, tendente a ocorrer em decisões não individualizadas. Esses testemunhos vieram também à tona em audiências da Subcomissão, voltadas, entre outros pontos, aos impactos dos embargos na concessão de crédito rural.

Do ponto de vista processual, tanto a Lei do Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal (Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999) como o Código de Processo Civil (Lei nº 13.105, de 16



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagatoli  
Para verificação

Avulso do PL 6141/2025 [39 de 59]



de março de 2015 – CPC) dispõem que a citação por edital é medida excepcional, que será aplicada somente após o esgotamento dos meios razoáveis de localização do interessado (arts. 26<sup>8</sup> e 256, respectivamente, e jurisprudência consolidada). Transpor essa lógica para o campo sancionatório-administrativo significa que editais não podem ser o primeiro nem o principal meio de intimar um produtor sobre medida que, na prática, paralisa sua atividade econômica. Caso contrário, viola-se, claramente, o contraditório e a ampla defesa do embargado ou autuado.

A situação se agravou com as alterações do Decreto nº 12.189, de 2024, que, como mencionamos, endureceu o regime sancionatório e vem sendo judicialmente debatido em controle concentrado de constitucionalidade no Poder Judiciário, em justa ação movida pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)<sup>9</sup>. A escalada punitiva, somada a embargos amplos e remotos, maximiza riscos regulatórios e a crise fundiária sem resolver o essencial: validar CAR, operar PRA e regularizar a situação fundiária. Em

<sup>8</sup> Lei nº 9.784, de 1999

#### CAPÍTULO IX DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS

Art. 26. O órgão competente perante o qual tramita o processo administrativo determinará a intimação do interessado para ciência de decisão ou a efetivação de diligências.

(...)

§ 3º A intimação pode ser efetuada por ciência no processo, por via postal com aviso de recebimento, por telegrama ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

§ 4º **No caso de interessados indeterminados, desconhecidos ou com domicílio indefinido, a intimação deve ser efetuada por meio de publicação oficial.**

§ 5º **As intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais, mas o comparecimento do administrado supre sua falta ou irregularidade.**

<sup>9</sup> Disponível em <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=7259500>. Acesso: 06.nov.2025.



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6141/2025 [40 de 59]



números concretos, o Ibama hoje possui 28.000 embargos por desmatamento no bioma Amazônia<sup>10</sup>.

Não individualizar a conduta nem o responsável e tampouco notificá-lo adequadamente contrariam o art. 16 do mesmo Decreto nº 6.514, de 2008, os comandos legais, na Lei do Processo Administrativo Federal e no CPC, sobre notificação pessoal e a excepcionalidade de edital, e, sobretudo, o direito constitucional mais básico: a garantia de contraditório e ampla defesa. Quando o embargo é lançado por polígonos agregados, sem lastro probatório mínimo de autoria e sem intimação efetiva, o resultado é uma inversão de ônus da prova, cabendo ao produtor provar que não cometeu a infração. Dessa maneira, o sistema troca a precisão pela massificação.

Com essa lógica ilegal, os embargos travaram cadeias produtivas inteiras. No setor pecuário, frigoríficos adotam listas oficiais de áreas embargadas como critérios de bloqueio de compra. Mesmo quando a infração não foi conduta do proprietário ou posseiro, o carimbo de embargo sobre o imóvel barra a venda e derruba o preço, humilhando o produtor.

O trânsito de animais e a venda de leite acabam inviabilizados por políticas de *compliance* e protocolos estaduais, que cruzam as bases disponíveis e lista de embargos para vetar fornecedores. Ou seja, na prática a mercadoria não circula.

No crédito rural, as regras do Conselho Monetário Nacional (CMN) vedam financiamento para empreendimento em imóvel com embargo

---

<sup>10</sup> Busca feita no portal <https://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/areasembargadas/ConsultaPublicaAreasEmbargadas.php>, em 09 nov. 2025.



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6141/2025 [41 de 59]





registrado por órgão ambiental. A Resolução CMN nº 5.193, de 2024<sup>11</sup>, reafirmou o impedimento, e o Manual de Crédito Rural (MCR) passou a trazer a cláusula expressa de negação de crédito a imóveis embargados<sup>12</sup>. Some-se a isso a reputação do imóvel embargado, que perde valor no mercado de terras.

O efeito agregado dessa coerção é uma tragédia econômica para o produtor, que enfrenta descapitalização, inadimplência e bloqueio geral de atividades. Prejudica-se, ainda, a política ambiental, pois não reduziremos o desmatamento de forma estrutural sem desenvolvimento humano.

Devemos aprender com o instituto da recuperação judicial, que prioriza preservar a atividade econômica (art. 47 da Lei nº 11.101, de 2005<sup>13</sup>), por reconhecer que recuperar é melhor do que extinguir a empresa. No campo ambiental, a sanção deve estancar o dano e, sobretudo, induzir a regularização, preservando a capacidade produtiva lícita do imóvel. Justamente o contrário do que vimos na nossa diligência em Rondônia. Os impactos econômicos produzidos são incompatíveis com a busca de segurança jurídica e desenvolvimento no campo.

Dois últimos aspectos que devem ser mencionados são a ausência do instrumento de advertência antes da adoção de medidas mais duras, como

<sup>11</sup> Disponível em <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CMN&numero=5193>. Acesso em: 08 nov. 2025

<sup>12</sup> Item 1.09, cláusula 10. Disponível em <https://www3.bcb.gov.br/mcr>. Acesso em: 08 nov. 2025.

<sup>13</sup> **Lei nº 11.101, de 2005**

Art. 47. A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6141/2025 [42 de 59]



embargos e multas com altos valores, e a dificuldade existente para o levantamento do embargo.

O regime federal de infrações ambientais prevê a advertência como sanção possível para infrações ambientais, a ser aplicada por auto de infração (art. 5º do Decreto nº 6.514, de 2008). No entanto, o mesmo decreto limita essa advertência para infrações administrativas de menor lesividade ao meio ambiente, consideradas aquelas em que a multa consolidada não ultrapasse o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) ou, na hipótese de multa por unidade de medida, não exceda o valor referido. Dificilmente, com essa regra, algum produtor será advertido, de modo que embargos e multas elevadas já serão de pronto aplicadas.

Mais adequado, nas situações em que a regularização é possível, seria primeiro advertir, indicar prazo e prover orientação técnica. Isso seria suficiente, na maioria dos casos, para cessar o risco e induzir a regularização, sem as consequências econômicas que um embargo e multas pesadas trazem.

A gradação e escalonamento de medidas de coerção são premissas básicas da teoria regulatória moderna, quando não há risco atual de continuidade do dano e há vias de regularização que podem ser abertas, com compromisso firmado entre o produtor rural e o órgão ambiental.

Por fim, sobre o levantamento dos embargos, o que ouvimos reiteradamente de produtores é que se trata de uma via-crúcis burocrática. O produtor passa por indeferimentos genéricos, exigências pouco claras, fila sem transparência, e a sensação de que o embargo só cessa quando a propriedade atinge uma espécie de “conformidade plena”, algo muito além da cessação do



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6141/2025 [43 de 59]



motivo que deu causa ao embargo. Isso extrapola o objetivo da medida cautelar ou sancionatória e alonga seus efeitos econômicos para além do razoável.

Enfim, não há dúvidas de que embargos coletivos e genéricos, “anunciados” ao cidadão por edital como primeiro instrumento, são ilegais, desproporcionais e um desfavor à política agrícola e ambiental do Brasil. A previsão de tal instrumento viola a individualização da conduta e afronta a excepcionalidade do edital como mecanismo de citação previsto nas normas do processo administrativo e judicial. Ao fim, nega o direito à ampla defesa ao contraditório, fere o direito fundamental à liberdade econômica do produtor rural e não reduz o desmatamento de maneira estrutural.

## **5. Considerações finais, recomendações e proposições legislativas**

Os embargos coletivos e preventivos têm sido usados como resposta ao desmatamento na Amazônia Legal, mas, como já apresentamos, sem a mesma disciplina quanto ao devido processo legal, à individualização da conduta e ao nexos com a situação fundiária e as vias de regularização possíveis. Nessa dinâmica, sobretudo quando o edital substitui a notificação regular e a instrução processual mínima, o produtor rural deixa de ser sujeito de direitos para virar objeto de uma política ambiental que paralisa sua vida.

Em casos regularizáveis, a ausência de notificação prévia e de medidas menos gravosas antes do embargo, como a advertência, somada à dificuldade de levantamento desse embargo, resulta em bloqueio econômico prolongado ao produtor, sem ganho ambiental proporcional e estrutural. O direito empresarial oferece um paralelo útil: deve-se preservar a atividade lícita e viável; medidas mais duras são adotadas somente quando a recuperação falha.



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verificação

Avulso do PL 6141/2025 [44 de 59]



Na política ambiental, devemos buscar lógica semelhante, primeiro auxiliando o produtor, e aplicando apenas sanções que observem princípios de proporcionalidade, razoabilidade, devido processo legal, contraditório, ampla defesa, e, sempre, apresentando caminhos para a regularização, sem paralisia da atividade produtiva.

Não se trata de enfraquecer o poder de polícia, tampouco suprimir a possibilidade de embargo quando este é indispensável – casos, por exemplo, da grilagem de terras públicas, garimpo ilegal, exploração ilegal de madeira em terras públicas e constituição de organizações criminosas para viabilizá-las.

O que evidenciamos no trabalho desta Subcomissão é a necessidade de regras claras sobre “quando” e “como” embargar. Sendo indispensáveis a notificação efetiva, o escalonamento de sanções, a revisão periódica, a limitação dos efeitos do embargo apenas à área circunscrita da infração e a existência de caminhos factíveis e céleres ao produtor rural que tenha sofrido embargo em partes de sua propriedade.

É também hora de reconhecer o papel civilizatório de quem ocupou e produz na Amazônia; de ofertar rotas de conformidade que preservem a renda no campo e o equilíbrio ambiental. Com essa lógica, apresentamos recomendações e proposições legislativas focadas em devido processo legal e transparência; escalonamento de medidas cautelares e sanções nas infrações regularizáveis; aceleração das análises de CAR e adesão a PRA ou TAC, com levantamento imediato de embargos a partir do compromisso firmado; e governança federativa que una fiscalização efetiva a segurança jurídica.



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6141/2025 [45 de 59]



Os objetivos são claros: devolver dignidade a quem quer a regularidade, reduzir desmatamento com desenvolvimento e reservar a mão pesada do Estado apenas para os casos que realmente a exigem.

### 5.1. Recomendações

Em vista do exposto, recomendamos:

#### **Ao Congresso Nacional:**

**Aprovação do Projeto de Lei nº 4.554, de 2025<sup>14</sup>**, de autoria do Senador Jaime Bagattoli, que *altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para dispor sobre advertência em procedimento prévio para fiscalização ambiental, anterior a aplicação do embargo cautelar. Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, para garantir o contraditório e ampla defesa antes do procedimento do embargo cautelar.*

O projeto de lei corrige omissões e lacunas no ordenamento jurídico com relação a medida de embargo. Sobretudo, propõe incluir na lei critérios objetivos para a adoção da medida; prevê notificação de advertência antes do embargo; limita a intimação por edital a hipóteses excepcionais, tal qual o Código de Processo Civil brasileiro; e proíbe a utilização de embargos coletivos preventivos por edital. Com isso, resguarda direitos básicos do

<sup>14</sup> Disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/170455>. Acesso em: 09 nov. 2025.



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6141/2025 [46 de 59]



produtor rural, fornece garantias legais e reforça a legalidade e a proporcionalidade da fiscalização ambiental.

Em caráter colaborativo, sugerimos aprimoramentos no sentido de explicitar uma excepcionalidade de embargo sem advertência prévia apenas em situações de grilagem de terras públicas e exploração ilegal de madeira ou garimpo, especialmente quando articuladas por organizações criminosas; risco ambiental iminente; e, por fim, reiteração infracional. Outro aprimoramento seria prever revisão periódica obrigatória de embargos, com vistas a seu levantamento, e publicidade geoespacial do perímetro embargado para transparência e segurança jurídica. As sugestões apresentadas poderão ser oportunamente debatidas nas Comissões de Constituição e Justiça e de Meio Ambiente, durante a tramitação da proposição.

**Ao Ministério Público Federal nos Estados de Rondônia, Acre, Pará, Amazonas e Mato Grosso**

O Ministério Público, na medida em que atua como fiscal da lei, deve zelar também pela observância de contraditório e ampla defesa em embargos coletivos e preventivos – garantias fundamentais do produtor rural –, com revisão de casos pendentes e correção de eventuais vícios de notificação.

**RECOMENDAMOS** que coordenem, com Ibama e governos estaduais, **mobilização para, por meio de Termos de Ajustamento de Conduta, iniciar e acompanhar processos de regularização ambiental de propriedades embargadas**, com critérios padronizados, priorizando passivos pós-2008, que não são elegíveis a regularização por meio de PRA. Devem também fixar prazos máximos para análise e assinatura.



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6141/2025 [47 de 59]



Ainda, **RECOMENDAMOS** que prevejam nos Termos de Ajustamento de Conduta a serem celebrados **cláusula de levantamento imediato dos embargos**, com desbloqueio econômico nos sistemas, condicionado ao cumprimento das obrigações compromissadas.

O foco da ação deve ser qualificado, preservando tratamento diferenciado e apoio a produtores em casos regularizáveis, e mantendo atuação firme e contundente em casos de grilagem, produção de madeira ilegal e garimpo não autorizado, especialmente quando articulados por organizações criminosas.

**Aos governos dos Estados de Rondônia, Acre, Pará, Amazonas e Mato Grosso**

**RECOMENDAMOS** que realizem mobilização para imprimir a celeridade necessária nas análises e conclusões do CAR, e permitir adesão imediata ao PRA, com prioridade para produtores rurais que sofram embargos, com metas, prazos definidos e canais de orientação técnica ao produtor. Os Governos devem adotar, com a celeridade que a situação requer, ferramentas e tecnologias que facilitem essas tarefas.

Ainda, **RECOMENDAMOS** a integração de sistemas estaduais com federais, incluindo sistemas relacionados ao CAR, cadastros fundiários e sistemas estaduais de bases ambientais, garantindo que o cumprimento de termos de compromisso e instrumentos congêneres gerem baixa automática dos embargos nos cadastros estaduais.

**RECOMENDAMOS**, também, que atuem de maneira coordenada com MPF e Ibama na participação de mutirões para



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verificação

Avulso do PL 6141/2025 [48 de 59]



**realização de TACs e consequente levantamento de embargos**, publicando painel de transparência com métricas, incluindo número de casos saneados, prazos médios e pendências.

Por último, **RECOMENDAMOS** que **provejam assistência técnica aos produtores rurais**, sobretudo os pequenos e médios, por meio da disponibilização de manuais e documentos técnicos, capacitação presencial e à distância e atendimento itinerante sobre regularização ambiental, exigências documentais, melhoria da produtividade no campo e o uso econômico lícito da reserva legal.

### **Ao Ibama e ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima**

O órgão ambiental federal deve agir tendo como primeiro princípio a legalidade.

Desse modo, **RECOMENDAMOS** que **se abstenha de impor embargo sem notificação válida e individualização da conduta; forneça oportunidade de defesa imediata e acessível ao embargado e ao autuado**, reservando o edital a hipóteses excepcionais e devidamente motivadas, à luz do preconizado no ordenamento jurídico. A previsão e o uso desse instrumento violam a exigência de individualização da conduta, afrontam a excepcionalidade do edital como forma de citação no processo administrativo, negam ampla defesa e contraditório, ferem a liberdade econômica do produtor rural e não contribuem para reduzir o desmatamento de maneira estrutural.

Também **RECOMENDAMOS** que **observe a gradação e o escalonamento proporcional das sanções e medidas cautelares**, com a



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6141/2025 [49 de 59]





interpretação mais razoável, à luz do Direito, em especial do art. 72 da Lei nº 9.605, de 1998. E que **priorize a advertência e medidas menos gravosas em casos regularizáveis e sem dano irreversível.**

**RECOMENDAMOS**, ainda, que **levante embargos cautelares imediatamente após o compromisso firmado pelo produtor rural por meio de TAC ou instrumento congênere aprovado**, com desbloqueio econômico imediato em sistemas e revisão periódica, proceda ao levantamento e **revogue imediatamente todos os embargos cautelares nos quais não tenha havido notificação pessoal válida, prévia e sem individualização da conduta ou auto de infração lavrado.**

Por fim, **RECOMENDAMOS** manter publicidade geoespacial dos embargos, com identificação clara de perímetro, fundamentação e, sobretudo, para cada caso, a via de regularização possível. Ainda, auxiliar e apoiar o produtor rural, em regime de parceria, sobre o cumprimento da legislação ambiental e destacar instância recursal técnica e com prioridade de análise para os casos de propriedades rurais embargadas.

## 5.2. Projetos de Lei

As proposições legislativas a seguir decorrem diretamente das evidências reunidas por esta Subcomissão e das conclusões já expostas: há excesso no uso do embargo coletivo e preventivo, pouca observação ao devido processo legal e às garantias legais do embargado e dificuldade de levantamento da medida mesmo em situações regularizáveis. Isso resulta em paralisia econômica sem ganho ambiental proporcional.



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6141/2025 [50 de 59]



O primeiro projeto de lei explicita a gradação das sanções e medidas do art. 72 da Lei nº 9.605, de 1998, priorizando a advertência e outras providências menos gravosas nos casos regularizáveis, vinculados à atividade lícita e sem reiteração. Pretende-se, assim, afastar leituras que banalizam o embargo cautelar e alinhar a prática administrativa ao devido processo e à proporcionalidade.

Mantêm-se, por óbvio, exceções estritas já mencionadas, como as aplicáveis a casos de grilagem de terras públicas, exploração ilegal de madeira, garimpo, e que envolvam risco ambiental iminente e reiteração infracional.

O segundo projeto de lei enfrenta o núcleo econômico de parte do problema na Amazônia Legal: a viabilidade da pequena produção em propriedades que devem manter 80% de Reserva Legal.

Propõe-se destinar parcela das receitas de concessões florestais de florestas públicas para um fundo de apoio a pequenos produtores regulares ou em regularização formal, voltado, prioritariamente, a pagamentos por serviços ambientais, assistência técnica e regularização ambiental. A medida mitiga o ônus desproporcional suportado por quem não tem escala para capturar valor da reserva legal e apresenta-se como uma estratégia estrutural de redução do desmatamento, que passa necessariamente por desenvolvimento humano, renda no campo e previsibilidade regulatória. Com isso, de fato se combaterá desmatamento de maneira estrutural.

Avaliamos que os dois projetos se complementam, na medida em que um ordena e dá racionalidade ao uso das sanções, bem como destrava a regularização, e o outro viabiliza economicamente a conformidade ambiental



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6141/2025 [51 de 59]



---

de quem produz de forma lícita. Ambos preservam o poder de polícia ambiental para os casos graves e devolvem segurança jurídica a quem quer cumprir a lei.



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli

Para verifica

Avulso do PL 6141/2025 [52 de 59]



## PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para dispor sobre a gradação das sanções administrativas ambientais e a prioridade da advertência em hipóteses regularizáveis.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar acrescida do art. 72-A, com a seguinte redação:

“**Art. 72-A.** Na aplicação das medidas cautelares e das sanções previstas no art. 72, a autoridade competente adotará, em primeiro lugar, a medida suficiente menos gravosa, consideradas a gravidade do fato, os antecedentes do infrator, a extensão do dano e a possibilidade de regularização, somente aplicando sanções mais severas se as inicialmente adotadas se mostrarem inadequadas ou insuficientes, mediante motivação técnica e jurídica.

§ 1º Nas infrações regularizáveis, vinculadas à atividade econômica lícita, sem reiteração infracional e sem dano irreversível, serão priorizadas a advertência e as demais medidas menos gravosas adequadas à correção da irregularidade, ressalvadas as hipóteses legais de adoção imediata de medida mais gravosa.

§ 2º A regulamentação estabelecerá critérios objetivos para a aplicação da advertência nos casos indicados no § 1º, vedada a fixação de limites por valor máximo de multa como critério restritivo ou impeditivo de sua utilização.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta aperfeiçoa a aplicação das sanções administrativas ambientais ao positivar, em lei, a regra prática da gradualidade



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica

Avulso do PL 6141/2025 [53 de 59]



das sanções, com proporcionalidade. Isso é, a autoridade deve iniciar pela medida suficiente menos gravosa e somente escalar quando esta se mostrar inadequada, com motivação técnica e jurídica. A redação consolida entendimento aderente aos princípios constitucionais da legalidade, devido processo, ampla defesa, razoabilidade e eficiência, evitando distorções que banalizam a adoção imediata de medidas severas sem ganho ambiental proporcional.

O texto é complementar às discussões em curso sobre procedimento, notificação e hipóteses excepcionais de embargo, concentrando-se aqui no conteúdo material da decisão de sancionar. Isso é, como graduar a resposta estatal diante de infrações ambientais regularizáveis, ligadas a atividade econômica lícita, sem reiteração e sem dano irreversível. Nesses casos, a advertência e medidas corretivas menos gravosas, com a celebração de termo de compromisso entre o proprietário e a autoridade competente, tendem a produzir correções de rumo mais rápidas e com menor custo social, sem, no entanto, enfraquecer o poder de polícia.

A experiência recente na Amazônia Legal demonstra que a imposição prematura de sanções máximas, especialmente em embargos amplos, paralisa cadeias produtivas e debilita economicamente pequenos e médios produtores, sem assegurar melhores resultados ambientais. Ao dar comandos para que a autoridade competente escolha a medida suficiente e menos gravosa inicialmente, a proposta se orienta pela redução de litígios e segurança jurídica. Ainda, estimulará a conformidade ambiental, criando incentivos para uma regularização mais célere.

Por fim, a proposta não afrouxa a fiscalização, pois, se a medida menos gravosa não bastar, a lei autoriza a escalada com a devida motivação. Novamente, trata-se de alinhar poder de polícia e segurança jurídica, preservando a livre iniciativa e a função social da propriedade, ao mesmo tempo em que se protege o meio ambiente, com foco no resultado ambiental efetivo e desenvolvimento humano. Solicita-se, assim, o apoio dos nobres Pares para a aprovação desta matéria.

Sala das Sessões,



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli

Para verifica

Avulso do PL 6141/2025 [54 de 59]



## PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

Altera a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, para destinar parcela das receitas de concessão florestal ao pagamento por serviços ambientais a pequenos produtores rurais na Amazônia Legal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 39 da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 39.** .....

I – .....

b) 15% (quinze por cento) ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, para utilização restrita em atividades de controle e fiscalização ambiental de atividades florestais, de unidades de conservação e do desmatamento;

c) 15% (quinze por cento) ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF, destinados a Programa de Pagamento por Serviços Ambientais a Pequenos Produtores da Amazônia Legal, observadas as disposições da Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021.

II – .....

c) Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF: 40% (quarenta por cento), sendo 40% deste total destinados a Programa de Pagamento por Serviços Ambientais a Pequenos Produtores da Amazônia Legal, observadas as disposições da Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021.

§ 1º .....

II – .....

d) FNDF: 20% (vinte por cento), sendo metade desse total destinada a Programa de Pagamento por Serviços Ambientais a



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagatoli  
Para verifica

Avulso do PL 6141/2025 [55 de 59]



Pequenos Produtores da Amazônia Legal, observadas as disposições da Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021.

§ 4º Os recursos de que tratam as alíneas *d* do inciso I do *caput*, alínea *c* do inciso II do *caput* e alínea *d* do inciso II do § 1º, destinados ao pagamento por serviços ambientais, observarão as disposições da Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021, e serão pagos a pequenos produtores rurais definidos nos termos do art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, situados na Amazônia Legal, nos termos do art. 3º, inciso I, da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e que:

I – estejam em conformidade com a legislação ambiental; ou

II – estejam em processo formal de regularização, com inscrição no Cadastro Ambiental Rural, e adesão efetuada, quando couber, ao Programa de Regularização Ambiental, definidos nos arts. 29 e 59 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, ou a termo de ajustamento de conduta ou instrumento equivalente já celebrado.” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta altera o art. 39 da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, para vincular parcela das receitas de concessões florestais de florestas públicas ao pagamento por serviços ambientais (PSA) a pequenos produtores na Amazônia Legal, em consonância com a Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021. Trata-se de converter parte da receita pública da economia florestal em incentivo direto à manutenção e restauração da vegetação nativa, alinhando renda no campo e conservação.

A medida tem por base as evidências levantadas pela Subcomissão Temporária para acompanhar os embargos de terras por parte do Ibama (CRATERRAS), no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal. O mérito da proposta é priorizar quem já cumpre ou está cumprindo a lei e gerar sinal econômico para a regularização daqueles que não estejam conformes à legislação ambiental. Ao mesmo tempo, preocupou-se em não se reduzir a participação de Estados e Municípios, manter a operação por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) e utilizar as disposições gerais e regras da Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021), o que reforça a segurança jurídica e a previsibilidade da política.



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli

Para verificação

Avulso do PL 6141/2025 [56 de 59]



O projeto cria condições materiais para que o produtor regular mantenha a floresta em pé. Um dos efeitos será contribuir para uma redução estrutural do desmatamento da Amazônia. O Brasil dará um passo efetivo para conciliar desenvolvimento no campo e proteção ambiental. Solicitamos, assim, o apoio dos nobres Pares para a aprovação desta matéria.

Sala das Sessões,



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli

Para verifica

Avulso do PL 6141/2025 [57 de 59]







Senado Federal



Relatório de Registro de Presença

48ª, Extraordinária

Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

| Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) |                                       |
|--|---------------------------------------|
| TITULARES  | SUPLENTES                             |
| JADER BARBALHO   | 1. GIORDANO                           |
| VAGO   | 2. PROFESSORA DORINHA SEABRA PRESENTE |
| ALAN RICK PRESENTE                                       | 3. SORAYA THRONICKE                   |
| ZEQUINHA MARINHO   | 4. FERNANDO FARIAS                    |
| JAYME CAMPOS PRESENTE                                    | 5. STYVENSON VALENTIM                 |

| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) |                            |
|---|----------------------------|
| TITULARES   | SUPLENTES                  |
| FLÁVIO ARNS   | 1. CHICO RODRIGUES         |
| JOSÉ LACERDA  | 2. ELIZIANE GAMA PRESENTE  |
| VANDERLAN CARDOSO                                       | 3. ANGELO CORONEL PRESENTE |
| SÉRGIO PETECÃO PRESENTE                                 | 4. JUSSARA LIMA PRESENTE   |

| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) |                        |
|--|------------------------|
| TITULARES                              | SUPLENTES              |
| JAIME BAGATTOLI PRESENTE               | 1. WILDER MORAIS       |
| WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE           | 2. ROGERIO MARINHO     |
| MARCOS ROGÉRIO PRESENTE                | 3. JORGE SEIF PRESENTE |

| Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) |           |
|---|-----------|
| TITULARES                               | SUPLENTES |
| BETO FARO PRESENTE                      | 1. VAGO   |
| AUGUSTA BRITO PRESENTE                  | 2. VAGO   |
| WEVERTON                                | 3. VAGO   |

| Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) |                             |
|--|-----------------------------|
| TITULARES                                    | SUPLENTES                   |
| LUIS CARLOS HEINZE                           | 1. TEREZA CRISTINA PRESENTE |
| MECIAS DE JESUS PRESENTE                     | 2. HAMILTON MOURÃO PRESENTE |

Não Membros Presentes

FABIANO CONTARATO  
IZALCI LUCAS  
PAULO PAIM



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verifica



**DECISÃO DA COMISSÃO****(REQ 24/2025 - CRA)**

NA 48ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA APROVA O RELATÓRIO FINAL DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR OS EMBARGOS DE TERRAS POR PARTE DO IBAMA (CRATERRAS), QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER COM AS RECOMENDAÇÕES E PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS QUE APRESENTA.

02 de dezembro de 2025

Senador Jaime Bagattoli

Presidiu a reunião da Comissão de Agricultura e Reforma  
Agrária



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli  
Para verificação

Avulso do PL 6141/2025 [59 de 59]



## REQUERIMENTO Nº 24, DE 2025, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

*[Subcomissão CRATERRAS] Requeiro, nos termos do artigo 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Temporária, composta de 3 (três) membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações referentes aos embargos de terras por parte do Ibama.*

Encerrada a instrução da matéria, que concluiu pela apresentação dos Projetos de Lei nºs 6.139/2025 e 6.141/2025 (apresentados como conclusão do Parecer nº 25, de 2025-CRA), os projetos ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, “f”, do Regimento Interno.

**Prazo: de 4/12/2025 a 10/12/2025.**





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 6143, DE 2025

Dispõe sobre a elaboração e divulgação de estudo e análise técnica sobre o mercado de apostas no país e modifica a Lei nº Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023.

**AUTORIA:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 6143/2025 [1 de 5]



**PROJETO DE LEI Nº , DE 2025**

Dispõe sobre a elaboração e divulgação de estudo e análise técnica sobre o mercado de apostas no país e modifica a Lei nº Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. Esta lei dispõe sobre a elaboração e divulgação de estudo e análise técnica sobre o mercado de apostas no país e modifica a Lei nº Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023.

Art. 2º Inclua-se § 5º ao art. 23 da Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, com a seguinte redação:

“Art. 23.....

§ 5º O Banco Central elaborará e divulgará semestralmente análise técnica sobre o mercado de apostas *on line* no Brasil e o perfil dos apostadores indicando impactos econômicos, endividamento da sociedade, bem como quais são os principais meios de pagamentos utilizados no mercado de apostas.” (NR)

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

A crescente popularização das apostas on-line no Brasil, impulsionada pela ampla divulgação em meios digitais, pela facilidade de acesso aos aplicativos e pela ausência histórica de mecanismos sólidos de monitoramento, exige uma resposta institucional estruturada e permanente. O setor movimenta cifras expressivas e cresce em ritmo acelerado, ao mesmo tempo em que desperta preocupações legítimas sobre seus impactos econômicos, sociais e sobre a saúde financeira das famílias brasileiras.



Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verifica

Avulso do PL 6143/2025 [2 de 5]



Segundo dados divulgados pelo próprio Banco Central do Brasil e por estudos de mercado, as plataformas de apostas esportivas e “bets” movimentaram, apenas em 2023, estimativas que ultrapassam R\$ 120 bilhões em transações, envolvendo milhões de operações financeiras diariamente. Trata-se de um mercado cuja dimensão, embora crescente, ainda carece de transparência, padronização e acompanhamento público contínuo, o que dificulta a avaliação de riscos e a formulação de políticas regulatórias adequadas.

O Banco Central, em relatório publicado em 2024, deu um passo importante nesse sentido ao apresentar análise inédita sobre o fluxo financeiro das apostas on-line. O estudo identificou aumento expressivo no uso de cartões, carteiras digitais e sobretudo do Pix, evidenciando que as instituições financeiras nacionais já se encontram profundamente integradas à dinâmica desse mercado. O documento também chamou atenção para possíveis pontos de vulnerabilidade associados a transações atípicas, o que demanda atenção constante de autoridades de supervisão e prevenção à lavagem de dinheiro.

Além dos riscos financeiros, há relevante preocupação social. Pesquisas conduzidas por universidades brasileiras, bem como levantamentos divulgados pelo Senado Federal e pelo Ministério da Fazenda, indicam crescimento de casos de endividamento associado a apostas, especialmente entre jovens de 18 a 35 anos. Estudo da Faculdade de Medicina da USP (2023) estimou que entre 1% e 3% dos apostadores podem desenvolver padrões de comportamento compatíveis com jogo patológico, fenômeno que gera consequências emocionais, econômicas e familiares de grande impacto.

Não se trata, portanto, apenas de um setor econômico em expansão, mas de um fenômeno social complexo que envolve riscos de vulnerabilidade, superendividamento, evasão de recursos e potencial uso ilícito do sistema financeiro. Países europeus, como Reino Unido e Espanha, já enfrentam há anos problemas semelhantes e adotaram políticas estritas de acompanhamento periódico do setor, reconhecendo que o jogo on-line exige vigilância técnica permanente.

É nesse cenário que se insere a presente proposição legislativa. O projeto busca tornar obrigatória a elaboração e divulgação semestral, pelo Banco Central do Brasil, de relatórios técnicos detalhados sobre o mercado de apostas on-line, garantindo transparência e fornecendo subsídios



Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verifica

Avulso do PL 6143/2025 [3 de 5]



essenciais para a atuação do Parlamento, dos órgãos reguladores, da imprensa, da academia e da sociedade civil.

Esses relatórios permitirão acompanhar, entre outros aspectos:

- o perfil e o comportamento financeiro dos apostadores;
- os efeitos das apostas sobre o endividamento das famílias brasileiras;
- os principais meios de pagamento utilizados e sua evolução;
- os riscos para o sistema financeiro e eventuais impactos macroeconômicos;
- fluxos suspeitos ou incompatíveis com atividades econômicas regulares;
- potenciais externalidades negativas, como vício, perda patrimonial e impactos sociais.

A obrigatoriedade dessa análise periódica representa, portanto, medida de prudência, transparência e responsabilidade pública. Não se trata de restringir atividades econômicas legalizadas, mas de assegurar que o Estado brasileiro disponha de informações confiáveis para avaliar riscos, proteger consumidores, orientar políticas de prevenção ao endividamento e preservar a integridade do sistema financeiro.

Num momento em que muitos países enfrentam debates intensos sobre os danos colaterais das apostas on-line — incluindo o estímulo excessivo ao consumo, campanhas publicitárias agressivas e casos de ruína financeira de famílias — é dever do Parlamento brasileiro agir com cautela, responsabilidade e visão de longo prazo.

Diante disso, e considerando a relevância social, econômica e institucional da matéria, solicitamos o apoio dos nobres Pares para aprovação desta iniciativa, que reforça o compromisso do Congresso Nacional com a transparência, a proteção da população e a boa governança pública.

Sala das Sessões,

Senador ASTRONAUTA MARCOS PONTES



Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes  
Para verifica

Avulso do PL 6143/2025 [4 de 5]



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 14.790, de 29 de Dezembro de 2023 - LEI-14790-2023-12-29 - 14790/23

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2023;14790>

- art23

Avulso do PL 6143/2025 [5 de 5]







# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 6144, DE 2025

Dispõe sobre a proteção, o reconhecimento e o incentivo aos aeroclubes brasileiros.

**AUTORIA:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 6144/2025 [1 de 7]



## PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

Dispõe sobre a proteção, o reconhecimento e o incentivo aos aeroclubes brasileiros.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais para o reconhecimento, a proteção e o incentivo aos aeroclubes brasileiros, em razão de sua relevância educacional, cultural e social para o desenvolvimento da aviação civil e desportiva no País.

Art. 2º A Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 97. ....

§ 3º Aos aeroclubes em funcionamento, instalados há mais de dez anos em aeródromos públicos com administração pública ou privada, é assegurada a permanência e o uso gratuito das áreas essenciais à sua atividade no sítio aeroportuário, vedada a cobrança de preço público, aluguel, outorga ou qualquer encargo de ocupação, sem prejuízo do pagamento pelo montante individualizado de insumos e serviços efetivamente consumidos, nas mesmas condições dos demais usuários.

§ 4º Consideram-se áreas essenciais: hangares e edificações de instrução, pátios e faixas de manobra vinculadas à atividade de instrução, acessos internos indispensáveis, áreas de abastecimento e manutenção de aeronaves próprias ou de instrução, salas de aula e de briefing, bem como áreas técnicas necessárias à segurança operacional, assim definidas em Plano de Áreas Essenciais elaborado pelo aeroclube e aprovado pelo administrador do aeródromo com homologação da autoridade de aviação civil.

§ 5º Os aeroclubes celebrarão com o administrador do aeródromo contrato de uso gratuito com prazo mínimo de 30 (trinta) anos, renovável por iguais períodos, contendo a descrição das áreas essenciais, obrigações de manutenção e segurança, regras de convivência operacional e critérios objetivos para eventual realocação.



Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verifica

Avulso do PL 6144/2025 [2 de 7]



§ 6º A alteração ou realocação das instalações, áreas e facilidades dos aeroclubes só serão permitidas nos casos de comprovada necessidade operacional e mediante anuência da autoridade de aviação civil que ouvirá o aeroclube e estabelecerá as condições pertinentes.

§ 7º Na hipótese do § 6º, a realocação será custeada pelo administrador do aeródromo ou pelo poder concedente, conforme o caso, incluindo obras, reinstalação e recomposição de benfeitorias necessárias para manter a capacidade operacional e pedagógica do aeroclube, sem ônus para este.

§ 8º Fica assegurado aos aeroclubes que tenham sido removidos de áreas de aeródromos anteriormente ocupadas o direito à restituição das áreas ou à realocação em espaços equivalentes, com garantia de edificações e infraestrutura de padrão similar às existentes, preservando-se sua plena capacidade operacional, incluindo:

I – áreas edificadas;

II – pátios de aeronaves;

III – acessos privados à área do aeródromo;

IV – a área total originalmente ocupada, se removido totalmente do aeródromo.

§ 9º É vedada qualquer forma de discriminação operacional contra aeroclubes, devendo o administrador assegurar tratamento isonômico no acesso a pistas, pátios, abastecimento e demais facilidades, observadas as prioridades de segurança e a regulação aplicável.” (NR)

Art. 3º Os aeroclubes que comprovadamente exerçam suas atividades de forma contínua há, no mínimo, 10 (dez) anos, poderão ser reconhecidos como Patrimônio Aeronáutico Nacional de Interesse Público, mediante ato do Poder Executivo, com base em parecer técnico da ANAC e do Comando da Aeronáutica.

Art. 4º A União poderá instituir programas de fomento e apoio financeiro destinados à manutenção, modernização e segurança operacional das infraestruturas utilizadas pelos aeroclubes, inclusive por meio de convênios ou parcerias com Estados, Municípios e entidades privadas.

Art. 5º Os aeroclubes reconhecidos nos termos desta Lei poderão obter o título de entidade de utilidade pública federal, na forma da legislação específica, e ter acesso a programas de incentivo fiscal e a recursos públicos destinados à promoção da aviação civil e educacional.



Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verifica

Avulso do PL 6144/2025 [3 de 7]



Art. 6º Fica instituído o Dia Nacional dos Aeroclubes, a ser comemorado, anualmente, em 14 de outubro, com o objetivo de promover o reconhecimento público da contribuição dessas instituições para o desenvolvimento aeronáutico e social do País.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei tem por finalidade assegurar a manutenção, a permanência e o pleno funcionamento dos aeroclubes em áreas aeroportuárias brasileiras, reconhecendo sua relevância estratégica para a formação aeronáutica civil, a aviação geral, a segurança operacional e o fomento da cultura aeronáutica nacional.

Os aeroclubes são instituições civis sem fins lucrativos, declaradas de utilidade pública desde os Decretos-Leis nº 1.683, de 1939 e nº 205, de 1967, e o art. 97 do Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA – Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986). Possuem atuação direta no ensino da aviação civil, na formação de pilotos, mecânicos e demais profissionais da aviação. Os aeroclubes cumprem também papel histórico no apoio a operações de interesse público, como defesa civil, busca e salvamento e ações humanitárias e em calamidades, como ocorreu na pandemia da Covid-19 e na enchente do Rio Grande do Sul.

Historicamente, a permanência dos aeroclubes em aeroportos públicos foi regulada de forma expressa pela Portaria nº 495/GM-5, de 17 de maio de 1977, que complementava a Portaria nº 5/GM-5/1975, estabelecendo regras claras sobre convênios entre aeroclubes e administradores aeroportuários. Essa portaria formalizava a ocupação dos espaços pelos aeroclubes de maneira institucionalizada, assegurando-lhes condições operacionais adequadas e previsibilidade jurídica.

Contudo, essa Portaria foi revogada em 2018, criando um vazio normativo grave. A partir de então, diversas administrações aeroportuárias — públicas e concessionadas — passaram a adotar medidas unilaterais de remoção, cobrança de tarifas e restrição de acesso, afetando diretamente a capacidade dos aeroclubes de continuar prestando um serviço público essencial à aviação civil brasileira.



Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verifica

Avulso do PL 6144/2025 [4 de 7]



Além disso, com a revogação do art. 41 do Código Brasileiro de Aeronáutica pela Lei nº 14.368, de 15 de junho de 2022, deixou de haver no ordenamento jurídico um instrumento legal claro que garantisse a ocupação gratuita e estável dos aeroclubes em áreas aeroportuárias. A conjunção desses dois fatos — revogação da Portaria 495/77 e do art. 41 do CBA — fragilizou profundamente a segurança jurídica dessas entidades.

Este projeto de lei reconstrói e fortalece essa base jurídica, ao:

- Restabelecer, em lei federal, a gratuidade de uso das áreas ocupadas pelos aeroclubes;
- Impedir remoções arbitrárias, condicionando-as a necessidade aeroportuária justificada e à realocação equivalente;
- Garantir a restituição de áreas edificadas, pátios e acessos privados quando já tomadas ou inutilizadas;
- Determinar que contratos de concessão aeroportuária contenham cláusulas obrigatórias de permanência e uso gratuito para aeroclubes já instalados ou futuros.

A medida está em conformidade com a Constituição Federal (art. 37 — princípios da legalidade, motivação e interesse público; art. 175 — continuidade dos serviços públicos), bem como com os arts. 43 e 44 do Código Brasileiro de Aeronáutica, que tratam da servidão aeronáutica.

Além disso, reforça:

- A função pública e estratégica dos aeroclubes como formadores da base da aviação civil;
- A importância dessas entidades para a segurança operacional da aviação civil;
- A necessidade de dar previsibilidade jurídica a uma rede de entidades que há décadas atuam sob delegação e convênio com o Poder Público.

Além disso, a criação do Dia Nacional dos Aeroclubes contribuirá para valorizar a aviação de formação e inspirar novas gerações de pilotos,



Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes  
Para verifica

Avulso do PL 6144/2025 [5 de 7]



técnicos e entusiastas. A data de 14 de outubro é escolhida em referência ao primeiro aeroclube nacional, o Aeroclube Brasileiro, posteriormente denominado Aeroclube do Brasil.

Dessa forma, a aprovação deste projeto de lei representa uma resposta legislativa necessária ao vácuo normativo deixado pelas revogações recentes, assegurando a permanência jurídica, territorial e funcional dos aeroclubes em todo o território nacional, fortalecendo a formação aeronáutica e preservando um patrimônio histórico e estratégico da aviação civil brasileira.

Sala das Sessões,

Senador ASTRONAUTA MARCOS PONTES



Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verifica

Avulso do PL 6144/2025 [6 de 7]



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
- Decreto-Lei nº 1.683, de 14 de Outubro de 1939 - DEL-1683-1939-10-14 - 1683/39  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:1939;1683>
- Decreto-Lei nº 205, de 27 de Fevereiro de 1967 - DEL-205-1967-02-27 - 205/67  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:1967;205>
- Lei nº 7.565, de 19 de Dezembro de 1986 - Código Brasileiro de Aeronáutica (1986) - 7565/86  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1986;7565>
- Lei nº 14.368, de 14 de Junho de 2022 - LEI-14368-2022-06-14 - 14368/22  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2022;14368>





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 6152, DE 2025

Altera a Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, para estabelecer em cinco mil metros quadrados a fração mínima de parcelamento do imóvel rural.

**AUTORIA:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 6152/2025 [1 de 5]







SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Wellington Fagundes

**PROJETO DE LEI Nº , DE 2022**

Altera a Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, para estabelecer em cinco mil metros quadrados a fração mínima de parcelamento do imóvel rural.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta Lei altera a Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, para estabelecer em cinco mil metros quadrados a fração mínima de parcelamento do imóvel rural.

**Art. 2º** O art. 8, §1º, da Lei no 5.868, de 12 de dezembro de 1972, passa vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º .....

§1º - A fração mínima de parcelamento será de cinco mil metros quadrados.

.....” (NR)

**Art. 3º** Revoga-se o §2º do art. 8º da Lei no 5.868, de 12 de dezembro de 1972.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor à data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente proposição visa alterar a Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, com o objetivo de estabelecer em cinco mil metros



Assinado eletronicamente, por Sen. Wellington Fagundes  
Para verifica

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: +55 (61) 3303-6219 – E-mail: sen.wellingtonfagundes@senado.leg.br

Avulso do PL 6152/2025 [2 de 5]





## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Wellington Fagundes

quadrados (0,5 hectare) a Fração Mínima de Parcelamento (FMP) do imóvel rural, adequando a legislação fundiária brasileira às condições tecnológicas, produtivas e socioeconômicas contemporâneas.

A iniciativa se inspira no Projeto de Lei nº 6.088, de 2023, de autoria do Deputado Federal Zé Trovão, ainda em tramitação na Câmara dos Deputados. Tal proposição reconhece que a FMP, fixada nos moldes da legislação de 1972, deixou de refletir a realidade atual da agricultura brasileira, hoje marcada por elevada produtividade em pequenas áreas, uso intensivo de tecnologia, diversificação de atividades e fortalecimento da agricultura familiar.

A Fração Mínima de Parcelamento foi concebida há mais de cinco décadas, em um contexto agrário completamente distinto do contemporâneo. À época, pressupunha-se que áreas inferiores ao módulo rural não seriam economicamente viáveis para garantir o sustento digno de uma família agricultora. Esse raciocínio, entretanto, foi superado pelo avanço tecnológico no campo, pela modernização dos sistemas de produção, pela expansão da horticultura e da fruticultura intensivas, bem como pela consolidação de cadeias de alto valor agregado operadas por pequenos produtores.

A manutenção da FMP em patamares elevados tem produzido efeitos negativos, como a impossibilidade de regularização fundiária de pequenas áreas produtivas, a limitação de desmembramentos no âmbito de sucessões familiares, a insegurança jurídica de agricultores que operam em frações menores e a dificuldade de acesso ao crédito e a políticas públicas destinadas ao segmento. A legislação vigente, ao impedir o registro imobiliário de áreas menores do que a FMP, termina por restringir a permanência de jovens e herdeiros no campo, contribuindo para processos de êxodo rural e concentração fundiária.

A presente proposição fixa a Fração Mínima de Parcelamento em 5.000 m<sup>2</sup>, estabelecendo patamar único, coerente com as condições produtivas atuais, eliminando entraves burocráticos e proporcionando segurança jurídica aos pequenos produtores. A atualização permitirá o adequado exercício da função social da propriedade rural, favorecerá a



Assinado eletronicamente, por Sen. Wellington Fagundes  
Para verificação

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: +55 (61) 3303-6219 – E-mail: sen.wellingtonfagundes@senado.leg.br

Avulso do PL 6152/2025 [3 de 5]





## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Wellington Fagundes

regularização fundiária, ampliará oportunidades econômicas e contribuirá para a dignidade das famílias agricultoras.

Por todo o exposto, a redução da FMP para 0,5 hectare representa medida racional, necessária e alinhada aos avanços tecnológicos e produtivos do campo brasileiro. Diante disso, conclama-se o apoio dos Nobres Pares para sua célere tramitação e aprovação.

Sala das Sessões,

Senador WELLINGTON FAGUNDES



Assinado eletronicamente, por Sen. Wellington Fagundes

Para verifica

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: +55 (61) 3303-6219 – E-mail: sen.wellingtonfagundes@senado.leg.br

Avulso do PL 6152/2025 [4 de 5]

# LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 5.868, de 12 de Dezembro de 1972 - LEI-5868-1972-12-12 - 5868/72

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1972;5868>

- art8\_par1

- art8\_par2

- urn:lex:br:federal:lei:2023;6088

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2023;6088>



# Projeto de Lei Complementar





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 252, DE 2025

Dispõe sobre a utilização dos recursos das emendas parlamentares individuais do tipo transferências especiais, previstas no art. 166-A da Constituição Federal, e dá outras providências.

**AUTORIA:** Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO)



[Página da matéria](#)

Avulso do PLP 252/2025 [1 de 35]





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador VANDERLAN CARDOSO

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , DE 2025

Dispõe sobre a utilização dos recursos das emendas parlamentares individuais do tipo transferências especiais, previstas no art. 166-A da Constituição Federal, e dá outras providências.

**Art. 1º** Esta Lei estabelece normas para a utilização das emendas parlamentares individuais do tipo transferências especiais, conforme previsto no art. 166-A da Constituição Federal, com o objetivo de garantir transparência, eficiência e eficácia na aplicação dos recursos públicos.

**Art. 2º** As informações relativas ao recebimento, destinação e comprovação de aplicação dos recursos oriundos de emendas parlamentares individuais do tipo transferências especiais devem ser indicadas pelo ente federado beneficiado na plataforma Transferegov.br mantida pelo Poder Executivo Federal ou outra que venha a substituí-la.

§1º o ente federado beneficiado deve lançar a descrição do(s) objeto(s) a ser(em) executado(s), com as metas a serem alcançadas, no momento do aceite da emenda;

§ 2º O ente federado beneficiado deve indicar em até sessenta dias após o recebimento dos recursos as seguintes informações relativas à sua destinação:

I - estimativa dos recursos financeiros necessários, discriminando os valores provenientes de transferências especiais e os oriundos de outras fontes de recursos, se for o caso;

II - agência bancária da instituição financeira oficial em que será aberta conta corrente específica;



Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso  
Para verifica

Avulso do PLP 252/2025 [2 de 35]



III - classificação orçamentária e financeira da despesa, observada a padronização estabelecida pelo Poder Executivo Federal; e

IV - previsão de prazo para conclusão do(s) objeto(s) a ser(em) executado(s).

§ 3º Na hipótese de alteração na destinação dos recursos, indicada nos termos do parágrafo 1º, deve ser registrada justificativa, bem com a nova destinação prevista, antes da alocação dos recursos, de forma a assegurar a continuidade da transparência e do acompanhamento da aplicação dos recursos públicos.

§ 4º A comprovação de aplicação dos recursos deve ser feita anualmente, por meio da plataforma Transferegov.br, de forma individualizada por objeto definido.

**Art. 3º** A movimentação dos recursos de que trata esta Lei deve ocorrer em contas correntes específicas abertas em instituição financeira oficial federal e destinada exclusivamente para esse fim.

Parágrafo único. É vedada a transferência dos recursos para outras contas correntes, exceto para uso em contrapartida de outros instrumentos de transferências da União ou para subcontas abertas pela plataforma Transferegov.br com o propósito de individualização dos objetos a serem executados com os recursos recebidos.

**Art. 4º** Os Tribunais de Contas, da União, dos Estados e dos Municípios deverão compartilhar entre si as bases de dados referentes à execução financeira e orçamentária detalhada das despesas incorridas pelos entes federados, decorrentes das emendas parlamentares individuais do tipo transferências especiais e demais transferências de recursos da União, visando aprimorar o controle, a transparência e a fiscalização dos recursos públicos.

Parágrafo único. O compartilhamento das bases de dados obedecerá aos parâmetros definidos pelo Tribunal de Contas da União.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





## JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei visa ampliar a transparência e a eficácia da utilização dos recursos das emendas parlamentares individuais do tipo transferências especiais, conforme previsto no art. 166-A da Constituição Federal, além de viabilizar sua fiscalização pelos tribunais de contas.

Esse regramento tem sido buscado nas sucessivas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDOs), a exemplo do art. 83 da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023 (LDO/2024). Ocorre que, em virtude de sua natureza e escopo focados em diretrizes gerais, metas macroeconômicas e prioridades orçamentárias anuais, a LDO não é o instrumento adequado, em termos de detalhamento e especificidade, para o disciplinamento do uso dos recursos que são objeto de transferências especiais. A LDO/2024, por exemplo, prevê a comprovação da utilização dos recursos recebidos mediante transferências especiais até 31 de dezembro de 2024, o que é inviável em muitos casos.

A obrigatoriedade de indicar, na plataforma Transferegov.br, a descrição do objeto a ser executado com as metas a serem alcançadas, dentro de um prazo de sessenta dias após o recebimento dos recursos, visa garantir a transparência e permitir o acompanhamento público da execução dos projetos financiados.

Ademais, a prestação de contas anual e individualizada por meio da mesma plataforma, juntamente com a obrigatoriedade de movimentar os recursos em contas correntes específicas, são medidas que visam prevenir desvios e garantir a aplicação correta dos recursos públicos.

Quanto à obrigatoriedade de compartilhamento de dados entre os Tribunais de Contas Estaduais e Municipais e o Tribunal de Contas da União, trata-se de medida necessária para viabilizar o controle do uso dos recursos. Destaque-se que, embora os valores repassados mediante transferências especiais pertençam ao ente recebedor e, portanto, a fiscalização de sua aplicação caiba à corte de contas estadual ou municipal, é ao Tribunal de Contas da União que compete a verificação das condições para uso dos recursos, previstas no art. 166-A da Constituição Federal.

Portanto, a proposição deste Projeto de Lei surge como uma resposta necessária para preencher as lacunas existentes no arcabouço legal, estabelecendo um marco regulatório claro e robusto que assegure a correta



aplicação dos recursos públicos, fortalecendo assim os mecanismos de controle e aumentando a confiança da sociedade na gestão dos recursos oriundos de emendas parlamentares individuais do tipo transferências especiais.

Sala das Sessões,

Senador VANDERLAN CARDOSO



Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verifica

4

Avulso do PLP 252/2025 [5 de 35]





## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 79, DE 2025

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei nº 2759, de 2024, do Senador Vanderlan Cardoso, que Dispõe sobre a utilização dos recursos das emendas parlamentares individuais do tipo transferências especiais, previstas no art. 166-A da Constituição Federal, e dá outras providências.

**PRESIDENTE:** Senador Otto Alencar

**RELATOR:** Senador Alessandro Vieira

03 de dezembro de 2025



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verifica

Avulso do PLP 252/2025 [6 de 35]





**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador ALESSANDRO VIEIRA

## **PARECER Nº , DE 2025**

Da COMISSÃO CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei nº 2759, de 2024, do Senador Vanderlan Cardoso, que dispõe sobre a utilização dos recursos das emendas parlamentares individuais do tipo transferências especiais, previstas no art. 166-A da Constituição Federal, e dá outras providências.

Relator: Senador **ALESSANDRO VIEIRA**

### **I – RELATÓRIO**

Chega a esta Comissão, para análise, o Projeto de Lei (PL) nº 2759, de 2025, de autoria do Senador Vanderlan Cardoso, cujo objetivo é dispor sobre a utilização dos recursos das emendas parlamentares individuais do tipo transferências especiais, previstas no art. 166-A da Constituição Federal.

O PL é composto de cinco artigos, sendo o último a cláusula de vigência, que ocorrerá na data da sua publicação. O primeiro enuncia o objeto e abrangência da lei pretendida, enquanto o segundo estabelece que as informações relativas ao recebimento, destinação e comprovação de aplicação dos recursos oriundos de emendas parlamentares individuais do tipo transferências especiais devem ser indicadas pelo ente federado beneficiado na plataforma Transferegov.br, detalhando em seus parágrafos a natureza dessa informação e os procedimentos para eventual alteração na destinação dos recursos. Já o terceiro fixa a movimentação dos recursos envolvidos nessas transferências em conta aberta em instituição financeira oficial federal e destinada exclusivamente para esse fim, concedendo exceções apenas para uso em contrapartida de outros instrumentos de

Anexo II – Ala Affonso Arinos, Gabinete 08 – Senado Federal – Brasília/DF  
CEP 70.165-900 – Telefone: (61) 3303-9011



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar  
Para verificação

Avulso do PLP 252/2025 [7 de 35]



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador ALESSANDRO VIEIRA

SF/25590.13483-14

transferências da União ou para subcontas abertas pela própria plataforma Transferegov.br com o propósito de individualização dos objetos. Por fim, o quarto artigo prevê que os Tribunais de Contas, da União, dos Estados e dos Municípios deverão compartilhar entre si as bases de dados referentes à execução financeira e orçamentária detalhada das despesas incorridas pelos entes federados, decorrentes transferências especiais e das demais transferências de recursos da União, segundo parâmetros técnicos definidos pelo Tribunal de Contas da União.

Na justificação do projeto, o Senador Vanderlan Cardoso aponta ser necessária uma resposta legislativa que preencha as lacunas existentes no arcabouço legal de execução das transferências federais, fortalecendo os mecanismos de controle e aumentando a confiança da sociedade na gestão dos recursos oriundos de emendas parlamentares. Mesmo que esse regramento tenha sido buscado em bases precárias nas sucessivas Leis de Diretrizes Orçamentárias, a natureza e o escopo desse instrumento legal não tornam a LDO o instrumento adequado, em termos de detalhamento e especificidade, para o disciplinamento do uso dos recursos que são objeto de transferências especiais.

Quanto às regras propostas, singulariza a obrigatoriedade do beneficiário indicar na plataforma Transferegov.br, em sessenta dias após o recebimento dos recursos, a descrição do objeto a ser executado com as metas a serem alcançadas, de forma a garantir a transparência e permitir o acompanhamento público da execução dos projetos financiados. O mesmo se busca ao estabelecer prestação de contas anual e individualizada por meio da mesma plataforma, juntamente com a obrigatoriedade de movimentar os recursos em contas correntes específicas. No aspecto de controle, a obrigatoriedade de compartilhamento de dados entre os Tribunais de Contas Estaduais e Municipais e o Tribunal de Contas da União é medida imprescindível, dado que, embora os valores repassados mediante transferências especiais pertençam ao ente recebedor e, portanto, a fiscalização de sua aplicação caiba à corte de contas estadual ou municipal, é ao Tribunal de Contas da União que compete a verificação das condições para uso dos recursos, previstas no art. 166-A da Constituição Federal.

Anexo II – Ala Affonso Arinos, Gabinete 08 – Senado Federal – Brasília/DF  
CEP 70.165-900 – Telefone: (61) 3303-9011



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar  
Para verificação

Avulso do PLP 252/2025 [8 de 35]



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador ALESSANDRO VIEIRA

SF/25590.13483-14

A matéria foi distribuída a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, seguindo posteriormente à Comissão de Assuntos Econômicos e, por fim, à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle (em decisão terminativa). Em 16 de setembro de 2025, fui honrado com a respectiva Relatoria.

Não constam Emendas apresentadas ao projeto.

Protocoliei meu Relatório em 19/11/2025. Nesta última semana, porém, recebi ponderações de diferentes setores do Executivo que, apesar de pouco tempestivas, são de natureza pontual e de fato aperfeiçoam o substitutivo que originalmente apresentei sem alterar-lhe o mérito e os respectivos fundamentos. Por tais motivos, reapresento o Relatório com a incorporação dessas contribuições.

**II – ANÁLISE**

Nos termos do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas. De igual modo, os aspectos de mérito jurídico da proposição são passíveis de exame por este colegiado, e o fato de que outras Comissões atuarão também no feito permite que estas abordem, por igual, aspectos técnicos de suas respectivas competências. No caso concreto, a atual latência de comandos exarados pelo Supremo Tribunal Federal em ações de controle abstrato de constitucionalidade e ainda não contemplados na legislação confere especial protagonismo às ponderações de natureza jurídico-constitucional que são a essência da intervenção desta Comissão.

Desde logo, não há qualquer vício de inconstitucionalidade. O Congresso Nacional tem competência para legislar sobre todas as matérias de competência da União, inclusive finanças públicas, conforme preveem o inciso I e o *caput* do art. 48 e o inciso I do artigo 163 da Constituição. Este último dispositivo permite, inclusive, a edição de norma geral nacional sobre a matéria. Ademais, o objeto do PL não se encontra entre aquelas de iniciativa privativa do Presidente da República, elencados no § 1º do art. 61, também da Constituição.

Anexo II – Ala Affonso Arinos, Gabinete 08 – Senado Federal – Brasília/DF  
CEP 70.165-900 – Telefone: (61) 3303-9011



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar  
Para verificação

Avulso do PLP 252/2025 [9 de 35]



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador ALESSANDRO VIEIRA

O PL igualmente satisfaz a todos os requisitos de juridicidade, pois, além de se harmonizar com as normas vigentes, apresenta os requisitos de inovação, generalidade, abstratividade, imperatividade e coercibilidade.

De forma geral, o PL está vazado em boa técnica legislativa, atendendo ao disposto na Lei Complementar nº 95, de 1998.

Quanto à espécie legislativa, a Constituição exige, para regulação da matéria relativa a emendas parlamentares e finanças públicas, lei complementar (art. 163, inciso I, e art. 165, § 9º, incisos I e III, da Constituição Federal). É por isso, precisamente, que o veículo escolhido pelo Congresso Nacional para positivar regras sobre emendas parlamentares foi a Lei **Complementar** nº 210, de 25 de novembro de 2024. Uma lei complementar, ademais, será a única forma pela qual comandos relativos a emendas parlamentares incorporem-se à legislação nacional, gerando efeitos, em termos de regras gerais, para os entes subnacionais, considerando o mandato do art. 163, inc. I, da Carta Magna.

Devo deixar ressaltado que esta discrepância não decorre de ação indevida do autor: o projeto foi protocolado em 5 de julho de 2024, enquanto o tratamento pelo Congresso Nacional da regulação das emendas parlamentares por meio de Lei Complementar veio a ser formalizado tão somente em 25 de novembro de 2024. Assim, não havia como se prever, na época de sua propositura, que o encaminhamento ideal haveria de ser esse que aqui alvitramos.

Por conseguinte, cabe propor desde logo a conversão desta proposição em projeto de lei complementar, por meio de sua reautuação como tal, alterando o diploma legal que hoje dispõe sobre a matéria (Lei Complementar nº 210, de 25 de novembro de 2024). Esta adequação de espécie legislativa é, habitualmente, realizada por meio de despacho direto da Presidência, mas tem igualmente amparo regimental para ser deliberada por comissões com fulcro no art. 133, inciso V, alíneas “a” e “d”, do Regimento Interno do Senado Federal. Demais disso, o Supremo Tribunal Federal (STF), em recente julgamento, validou que emenda parlamentar transforme projeto de lei ordinária em projeto de lei complementar, o que justamente agora se propõe fazer (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF nº 1.092/SE).

Anexo II – Ala Affonso Arinos, Gabinete 08 – Senado Federal – Brasília/DF  
CEP 70.165-900 – Telefone: (61) 3303-9011



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar  
Para verifica

Avulso do PLP 252/2025 [10 de 35]



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador ALESSANDRO VIEIRA

SF/25590.13483-14

Como o projeto não prevê, direta ou indiretamente, medida que ocasione aumento de despesas públicas, não cabe fazer análise de seu impacto orçamentário-financeiro, como dispõe a própria LRF, além do art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

No mérito, devo saudar a oportunidade e, ousar dizer, a coragem do autor, Senador Vanderlan Cardoso, em propor medidas rigorosas que abordem de maneira frontal os inúmeros problemas trazidos ao ordenamento jurídico e à boa gestão das finanças públicas pela figura das “transferências especiais”.

A valiosa iniciativa do autor permite-nos, agora, ampliar o alcance de sua intervenção, incorporando não só os aperfeiçoamentos que propõe, mas também os efeitos das sucessivas decisões do STF prolatadas ao longo de 2024 em ações de controle abstrato de constitucionalidade que envolvem precisamente as emendas parlamentares (nomeadamente, a ADPF nº 854, e as Ações Diretas de Inconstitucionalidade - ADIs nºs 7688, 7695 e 7697). Trata-se de princípios e procedimentos fundamentais no âmbito da transparência e do equilíbrio entre Poderes, emitidos como interpretação conforme à Constituição, que não podem ser ignorados por nenhuma proposição que vise, como é a ação do autor, aperfeiçoar o tratamento do tema. Em síntese, nosso parecer contempla substitutivo que incorpora à Lei Complementar nº 210, de 25 de novembro de 2024, as melhorias contidas no projeto original, complementadas por sugestões colhidas junto às organizações da sociedade civil e ao Tribunal de Contas da União em relação a aspectos de controle e transparência, bem como os princípios e disposições expressamente constantes das decisões do STF sobre o tema.

Incorporamos no substitutivo proposto praticamente todo o conteúdo da proposição original, na forma de atualizações e aperfeiçoamentos ao texto da Lei Complementar 210, de 2024. Após definir com precisão, no novo art. 1º-A, expressões e conceitos que atualmente estão dispersos em normativos esparsos, o art. 1º-B proposto contempla, de forma literal, a enunciação de princípios relativos às emendas parlamentares que foram objeto de interpretação conforme à Constituição pelo Supremo Tribunal Federal nas citadas ADIs nºs 7688, 7695 e 7697. As diferentes deliberações da Suprema Corte nestas ações e na ADPF nº 854 servirão também de parâmetro para a definição concreta de muitos outros

Anexo II – Ala Affonso Arinos, Gabinete 08 – Senado Federal – Brasília/DF  
CEP 70.165-900 – Telefone: (61) 3303-9011



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar  
Para verificação

Avulso do PLP 252/2025 [11 de 35]





**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador ALESSANDRO VIEIRA

procedimentos nos dispositivos seguintes do substitutivo. Em seguida, o art. 1º-C enfrenta a questão da disseminação das práticas de emendas impositivas e transferências especiais para os governos subnacionais, o que amplifica os riscos verificados no orçamento federal e estende-os para ambientes ainda menos estruturados administrativamente e mais frágeis quanto a controle e transparência. Evidentemente, não se pretende transpor todas as normas da Lei Complementar 210, de 2024, para Estados e Municípios, pois muitas delas tratam de procedimentos internos dos Poderes federais. O que se faz nesse artigo é estender aos entes subnacionais os princípios gerais constitucionais, os dispositivos operacionais relativos a transferências especiais, e as regras universais de transparência, rastreabilidade e prestação de contas.

Algumas correções pontuais feitas nos artigos da LC nº 210, de 2024, corrigem obscuridades ou incorporam práticas que hoje constam apenas nas leis de diretrizes orçamentárias: no art. 2º, fica esclarecido que a apuração do valor da “parte independente” da emenda de bancada é feita com base no valor total da emenda sancionada; no art. 5º, reescreve-se o rito das indicações das emendas de comissão no Congresso Nacional, para adaptá-lo aos princípios gerais e operacionais de transparência e rastreabilidade adiante formulados; no art. 10, ao tratar de impedimentos técnicos, remetem-se os limites mínimos de transferências especiais aos valores de dispensa de licitação da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021), e cria-se em caráter permanente uma nova hipótese de impedimento quando o autor da emenda retira a indicação antes dos recursos correspondentes serem empenhados.

A seção relativa a transferências especiais, que são o foco principal do projeto original, é profundamente reformulada: corrigimos o art. 7º, de acordo com decisão clara do STF e com o próprio projeto original, para atribuir ao beneficiário da transferência o papel de indicar o respectivo objeto, ao que corresponderá a obrigação de informação prévia bastante detalhada do planejamento da execução no sistema de transferências (no caso da União, a plataforma Transfere.gov), na forma de plano de trabalho e demais informações correlatas, que deverão ser examinados e aprovados pelo órgão repassador como condição prévia para a transferência de quaisquer recursos. De todo modo, não se perde a ingerência do parlamentar sobre o objeto da transferência: se, eventualmente, houver discrepância em



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar  
Para verifica

Anexo II – Ala Affonso Arinos, Gabinete 08 – Senado Federal – Brasília/DF  
CEP 70.165-900 – Telefone: (61) 3303-9011

Avulso do PLP 252/2025 [12 de 35]



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador ALESSANDRO VIEIRA

SF/25590.13483-14

relação ao objeto solicitado pelo beneficiário, o parlamentar pode retirar a indicação antes do empenho da despesa, o que impediria a sua execução. Explicitamos, ainda, a possibilidade de que várias transferências especiais (bem como outras modalidades) se somem para custear um mesmo objeto de maior valor, exigindo-se nesse caso que os planos de trabalho descrevam a totalidade desse objeto e a parcela de financiamento correspondente a cada emenda, e que a execução financeira de cada uma delas seja independente.

A essa prerrogativa de indicar o objeto corresponde para o beneficiário a obrigação de prestação de contas das transferências mediante relatórios de gestão anuais, por ele inseridos no mesmo ambiente computacional. Estes relatórios deverão ser analisados pelo órgão repassador, e, em caso de irregularidade (dentre as quais figura o descumprimento do plano de trabalho apresentado, que passa assim a ser vinculante), serão julgados pelo controle externo jurisdicionante do órgão transferidor (para o orçamento federal, portanto, o Tribunal de Contas da União). A competência fiscalizatória, portanto, é dessa instituição de controle externo, embora seja compartilhada com o respectivo controle interno e, em caráter de colaboração eventual, com o controle interno e externo do beneficiário. Ainda nesta seara, corrige-se a atual exigência de que o beneficiário informe diretamente os tribunais de contas e legislativos do recebimento de recursos, o que é desnecessário porque o registro dos documentos e transferências no sistema de transferências permite que essa informação seja acessada diretamente e com mais precisão por acesso a consultas nesse mesmo sistema. Persiste apenas a obrigação de notificar diretamente aos conselhos de controle social, dado que a sua existência e atribuições variam conforme cada ente beneficiário.

A nova redação proposta para o art. 8º unifica em uma regra estável as condições de execução financeira das transferências (incluindo as transferências especiais, mas não limitadas a elas): conta corrente exclusiva para cada emenda ou transferência, movimentada por ordens de pagamento emitidas pelo próprio Transferegov.br (ou sistema equivalente em Estados e Municípios), de forma a manter absoluta rastreabilidade da execução financeira e impedir o movimento de recursos para contas “de passagem” ou genéricas nas quais a identificação da origem do dinheiro seja perdida. Para aqueles entes que não tiverem essa funcionalidade de ordem de pagamento diretamente extraída do sistema de gestão de transferências, estabelecem-se

Anexo II – Ala Affonso Arinos, Gabinete 08 – Senado Federal – Brasília/DF  
CEP 70.165-900 – Telefone: (61) 3303-9011



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar  
Para verifica

Avulso do PLP 252/2025 [13 de 35]



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador ALESSANDRO VIEIRA

restrições à movimentação nas contas (exclusivamente para transferências bancárias aos fornecedores finais) e obrigação de publicação mensal dos respectivos extratos.

Ainda no artigo que trata da execução financeira, permite-se que o saldo remanescente e os rendimentos de aplicação das contas das transferências sejam usados no acréscimo de metas e etapas correlatas ao objeto do plano de trabalho, sem necessidade de autorização prévia para tanto. Aqui, devo registrar a única divergência pontual em relação ao projeto original: não se contempla a possibilidade, nele prevista, de que os recursos remanescentes venham a ser utilizados para bancar contrapartidas do ente em outras transferências ou convênios. Primeiro porque as decisões do STF estabelecem a vinculação integral da transferência especial ao objeto informado no plano de trabalho, o que tornaria ilícito retirar recursos dessa finalidade e aplicá-los para qualquer outro fim. Ainda, a contrapartida é um instrumento para obter o comprometimento do beneficiário de um favor do ente transferidor. Caso se possa remanejar outros recursos do mesmo transferidor para arcar com uma obrigação que é do beneficiário, a natureza da exigência legal da contrapartida estaria sendo burlada.

Finalmente, o art. 9º centraliza a indicação das duas prioridades de execução já enunciadas na lei para as transferências especiais (as situações de calamidade ou emergência, e as destinadas à finalização de obras inacabadas), e os arts. 9º-A e 9º-B esclarecem pontos que ainda estão suscitando dúvidas na interpretação: a verificação da proporção entre investimento e custeio (que deve ser feita na aprovação da emenda e a cada momento em que ocorram indicações para ela, e não no momento de cada empenho, como tem ocorrido), e referenciadas ao total aplicado pelo beneficiário; o afastamento de impedimento técnico pela mera inexistência de competências no ente transferidor para o objeto da emenda; e a competência do Executivo de cada ente em estabelecer regulamentação complementar para a operacionalização das transferências especiais.

Passando aos limites globais das emendas (no caso, aplicados apenas ao orçamento da União), o art. 13-A proposto codifica a decisão já vigente do STF de que os limites para a aprovação de emendas parlamentares devem observar, ainda, o menor crescimento entre a variação de despesas



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar  
Para verifica

Anexo II – Ala Affonso Arinos, Gabinete 08 – Senado Federal – Brasília/DF  
CEP 70.165-900 – Telefone: (61) 3303-9011

Avulso do PLP 252/2025 [14 de 35]



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador ALESSANDRO VIEIRA

SF/25590.13483-14

discrecionárias do ente, o limite de despesa primária previsto no arcabouço fiscal e a variação da receita corrente líquida.

O ponto possivelmente mais importante do substitutivo é o estabelecimento de padrões rigorosos de transparência, aplicáveis à totalidade das modificações realizadas pelo Legislativo ao orçamento de todos os entes. Deixo bastante claro: aqui se elimina pela raiz o orçamento secreto. Estes padrões constam do art. 14-A: a rastreabilidade, na escrituração da execução do orçamento, da origem da programação orçamentária, de maneira uniforme em relação a todas as modificações realizadas, por meio dos códigos da emenda e da indicação utilizados no processo legislativo; o registro de cada decisão legislativa (em qualquer instância) em atas, com a identificação individual de cada proponente da decisão (vedado o uso de figuras interpostas que ocultem o verdadeiro interessado na emenda ou indicação); a transparência ativa, com publicação na *internet* de todos os dados e documentos que registrem a decisão legislativa desde a sua origem; a utilização de registros contábeis auxiliares para publicizar a destinação de emendas e indicações executadas por meio da compra e distribuição centralizada de bens e serviços por entidades do ente transferidor (como hoje se pratica com agências como Codevasf e Dnocs no âmbito da União); a obrigatoriedade de utilização do Portal Nacional de Compras Públicas para o registro das contratações públicas realizadas na execução de emendas; a aplicação de padrões mínimos de qualidade dos instrumentos de transparência ativa envolvidos na deliberação e execução de emendas; por fim, a publicidade irrestrita dos valores e critérios utilizados para deduções aplicadas ao valor das transferências a títulos de despesas de operacionalização e fiscalização por parte do ente transferidor ou mandatária. Sobre o tema de transparência, registro especialmente que a identificação (por meio de código da emenda ou Plano Orçamentário) da origem de toda a programação decorrente de emendas, independentemente de serem de natureza impositiva ou receberem indicador de RP próprio, é medida de transparência radical que, não obstante, não traz qualquer alteração nas prerrogativas do Executivo nem estende o alcance da ingerência parlamentar na execução. Tem o efeito, tão somente, de informar à sociedade que agente público participou da decisão alocativa orçamentária, quer por via de emendas, quer por via de indicações em emendas coletivas, informação esta que hoje é sonegada ao público em grande parte do orçamento.

Anexo II – Ala Affonso Arinos, Gabinete 08 – Senado Federal – Brasília/DF  
CEP 70.165-900 – Telefone: (61) 3303-9011



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar  
Para verifica

Avulso do PLP 252/2025 [15 de 35]



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador ALESSANDRO VIEIRA

SF/25590.13483-14

Outro avanço do substitutivo, já previsto no projeto original, é a previsão em lei da atuação coordenada e cooperativa dos entes de controle interno e externo dos entes na fiscalização das transferências: o art. 14-B determina que estabeleçam compartilhamento de informações e bases de dados quanto à execução e fiscalização das emendas e demais transferências, bem como permite expressamente a celebração de acordos de cooperação mútua para essa finalidade.

Finalmente, o art. 14-C dispensa os municípios de menos de 65 mil habitantes da exigência de regularidade junto à União quanto aos requisitos fiscais verificados no Cauc para fins de recebimento de emendas parlamentares, o que é uma reivindicação de muitos desses municípios que tem sido objeto de debate em sucessivas leis de diretrizes orçamentárias (exceto, naturalmente, as restrições de origem diretamente constitucional, que não podem ser afastadas por uma norma de hierarquia inferior).

Em termos intertemporais, a vigência que se propõe para as novas regras no art. 2º do substitutivo é simples: aplicam-se de imediato para quaisquer atos realizados após a entrada em vigor da lei. As disposições, regras e princípios que aqui constam são tão urgentes quanto essenciais: justifica-se impedir quaisquer atos futuros que contrariem fundamentos tão básicos da boa e regular gestão dos recursos públicos – mesmo se esta exigência acarrete eventuais atrasos na continuidade da execução de emendas, decorrentes de adaptações necessárias nos sistemas e procedimentos. A exceção é a mínima possível: aqueles casos em que a interrupção ocasional possa acarretar uma paralisação de empreendimento já em andamento. A definição de “já em andamento”, naturalmente, tem de ser material e não meramente escritural, contábil ou simbólica: está “em andamento” aquela transferência que já foi realizada financeiramente e cujo objeto está sendo fisicamente executado. Não estão abrangidos, portanto, os milhares de casos em que a emenda ou indicação foi simplesmente votada e decidida, ou mesmo se houve um “empenho” escritural, mas nada foi posto em marcha do ponto de vista da execução – aí não se perde nada por tomar o tempo necessário para providenciar transparência e responsividade. E mesmo nesses casos, fica estabelecida a obrigação de prestação de contas e divulgação em transparência de todo o ciclo dessas despesas, em prazo compatível com a obtenção retroativa da informação necessária.

Anexo II – Ala Affonso Arinos, Gabinete 08 – Senado Federal – Brasília/DF  
CEP 70.165-900 – Telefone: (61) 3303-9011



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar  
Para verifica

Avulso do PLP 252/2025 [16 de 35]





**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador ALESSANDRO VIEIRA

SF/25590.13483-14

Homenageando novamente a feliz iniciativa do Senador Vanderlan Cardoso, ofereço à Casa esta proposição substitutiva com a convicção de que, ao aprová-la, daremos passo importantíssimo para preservar as emendas legislativas ao orçamento dos ilícitos e distorções que têm sido a tônica nos anos recentes, e resgatá-las para o nobre papel que têm na dinâmica do governo democrático que a Constituição Federal consagra.

**III – VOTO**

Ante o exposto, votamos pela aprovação do PLS nº 2759, de 2024, na forma do Substitutivo abaixo, e pela sua reautuação como projeto de lei complementar:

**EMENDA Nº 1 – CCJ**  
**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , DE 2025**  
**(SUBSTITUTIVO)**

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 210, de 25 de novembro de 2024, para dispor sobre a utilização dos recursos das emendas parlamentares individuais do tipo transferências especiais, previstas no art. 166-A da Constituição Federal, e incorporar ao seu texto princípios de transparência e padrões de desenho institucional provenientes de interpretações definitivas do Supremo Tribunal Federal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei Complementar nº 210, de 25 de novembro de 2024, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Anexo II – Ala Affonso Arinos, Gabinete 08 – Senado Federal – Brasília/DF  
CEP 70.165-900 – Telefone: (61) 3303-9011



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar  
Para verificação

Avulso do PLP 252/2025 [17 de 35]





**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador ALESSANDRO VIEIRA

“**Art. 1º-A** Para fins desta Lei Complementar, consideram-se:

I - transferências especiais: programações decorrentes de emendas à lei orçamentária anual apresentadas e aprovadas nos termos do inciso I do *caput* do art. 166-A, da Constituição Federal, ou o equivalente nos termos da legislação dos entes subnacionais, se existir;

II - indicações parlamentares: todas aquelas situações em que a competência para individualização do beneficiário de uma despesa pública autorizada na lei orçamentária anual não consta do seu texto e envolve, conforme disposição da lei de diretrizes orçamentárias ou outro instrumento legal, alguma instância integrante do Poder Legislativo do ente ou suas Casas, incluindo parlamentares individuais ou grupos de parlamentares, em momento posterior ao da aprovação do respectivo autógrafo, e sempre que tal atribuição de competência não tenha sido considerada incompatível com os dispositivos e princípios constitucionais;”

III – sistema de execução de transferências: plataforma tecnológica integrada e centralizada, com dados abertos, destinada à gestão, informatização e operacionalização das parcerias com recursos do ente da Federação, correspondendo, no âmbito da União, àquela instituída pelo Decreto nº 11.271, de 5 de dezembro de 2022 ou a do ato que a suceder;

IV – ordem de pagamento de parceria: minuta de ordem bancária de pagamento de despesa dos instrumentos de transferência de recursos a terceiros por parte do ente, encaminhada virtualmente pelo respectivo sistema de execução de transferências,;

V – emendas ao orçamento: qualquer criação, supressão ou alteração de programação orçamentária promovida pelo Poder Legislativo nos termos do art. 166, § 2º e 3º, da Constituição Federal;

VI - emendas parlamentares: qualquer espécie de emendas ao orçamento que receba, por parte da legislação do ente, tratamento específico quanto à sua aprovação, identificação ou condições de execução, correspondendo, no âmbito da União, às emendas de que tratam os arts. 2º, 4º e 6º desta Lei Complementar;

VII – impositividade ou caráter impositivo: característica de execução obrigatória atribuídas pela legislação do ente a uma ou mais modalidades de emendas parlamentares.

VIII - ente da Federação: a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.”

Anexo II – Ala Affonso Arinos, Gabinete 08 – Senado Federal – Brasília/DF  
CEP 70.165-900 – Telefone: (61) 3303-9011



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar  
Para verifica

Avulso do PLP 252/2025 [18 de 35]



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador ALESSANDRO VIEIRA

“**Art. 1º-B** São princípios fundamentais na aprovação e execução de emendas parlamentares, diretamente decorrentes dos princípios e dispositivos constitucionais:

I - a execução de emendas ao orçamento deve obedecer a critérios técnicos de eficiência, transparência e rastreabilidade, vedada qualquer interpretação que confira caráter absoluto à impositividade de emendas parlamentares;

II - é dever do Poder Executivo aferir, de modo motivado e transparente, se as emendas parlamentares estão aptas à execução, conforme requisitos técnicos constantes da Constituição Federal, normas legais e regulamentares;

III - a execução das emendas parlamentares, quaisquer que sejam as modalidades existentes ou que venham a ser criadas, somente ocorrerá caso atendidos, de modo motivado, os requisitos, extraídos do texto da Constituição Federal e das normas infraconstitucionais aplicáveis, sem prejuízo de outras regras técnicas adicionalmente estabelecidas em níveis legal e infralegal, tais como:

a) existência e apresentação prévia de plano de trabalho, a ser aprovado pela autoridade administrativa competente, verificando a compatibilidade do objeto com a finalidade da ação orçamentária, a consonância do objeto com o programa do órgão executor, a proporcionalidade do valor indicado e do cronograma de execução;

b) compatibilidade com a lei de diretrizes orçamentárias e com o plano plurianual;

c) efetiva entrega de bens e serviços à sociedade, com eficiência, conforme planejamento e demonstração objetiva, observando-se o poder-dever da autoridade administrativa de analisar o atendimento a esse critério;

d) cumprimento de regras de transparência e rastreabilidade que permitam o controle social do gasto público, com a identificação de origem exata da emenda parlamentar e destino das verbas, da fase inicial de votação até a execução do orçamento; e

e) obediência a todos os dispositivos constitucionais e legais que estabeleçam metas fiscais ou limites de despesas.

§ 1º O disposto neste artigo condiciona a interpretação e aplicação de qualquer dispositivo da presente Lei Complementar ou de qualquer outra norma jurídica aplicável à aprovação e execução de emendas parlamentares.

Anexo II – Ala Affonso Arinos, Gabinete 08 – Senado Federal – Brasília/DF  
CEP 70.165-900 – Telefone: (61) 3303-9011



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar  
Para verifica

Avulso do PLP 252/2025 [19 de 35]





**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador ALESSANDRO VIEIRA

§ 2º Para as transferências relacionadas ao Sistema Único de Saúde - SUS, o disposto na alínea *a* do inciso III do *caput* deverá obedecer aos parâmetros de suas instâncias próprias de governança e ser registrado nos seus documentos específicos de planejamento e prestação de contas, nos termos das Leis nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e respectiva regulamentação.”

“Art. 1º-C Aplica-se a todos os entes da Federação o disposto nos arts. 1º-A, 1º-B, 7º, 8º, 9º, 9º-B, 13-A, 14, 14-A e 14-B desta Lei Complementar.

**Parágrafo único.** Os demais dispositivos desta Lei Complementar aplicam-se integralmente à União, podendo os demais entes adotá-los por opção expressa da legislação respectiva.”

“Art. 2º .....

§ 4º Na hipótese em que a programação da emenda de bancada seja divisível, não pode cada parte independente ser inferior a 10% (dez por cento) do valor da emenda constante do texto sancionado da lei orçamentária anual, salvo para atendimento a ações e serviços públicos de saúde.

.....” (NR)

“Art. 5º As indicações das comissões, nos termos regimentais, terão o seguinte rito:

I - após a publicação da lei orçamentária anual, cada comissão receberá as propostas de indicação, que podem originar-se de qualquer deputado ou senador, vedado o registro de proposta em nome pessoa interposta a título de líder de grupo parlamentar, dirigente de colegiado, relator ou qualquer outro que não o proponente atuando em nome próprio;

II – as propostas somente serão encaminhadas e recebidas por meio de sistema informatizado adotado pelo Congresso Nacional para essa finalidade;

III – a deliberação sobre as propostas de indicação por cada comissão far-se-á em até 15 (quinze) dias do encerramento do prazo

Anexo II – Ala Affonso Arinos, Gabinete 08 – Senado Federal – Brasília/DF  
CEP 70.165-900 – Telefone: (61) 3303-9011



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar  
Para verifica

Avulso do PLP 252/2025 [20 de 35]



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador ALESSANDRO VIEIRA

para sua apresentação, em reuniões públicas e por votação nominal, registrada em atas padronizadas constantes de regulamentação aprovada pelo Congresso Nacional;

IV – as indicações aprovadas serão encaminhadas pelos presidentes das comissões aos órgãos executores em até 5 (cinco) dias, acompanhadas de cópia da ata respectiva;

V - todos os dados do sistema de que trata o inciso II, bem como as atas de que trata o inciso III e os ofícios ou comunicações aos órgãos executores de que trata o inciso IV, serão publicados em transparência ativa nas páginas do Congresso Nacional e de suas Casas na *internet*, com acesso irrestrito para consulta, imediatamente após serem produzidos, bem como em seção específica do Diário do Congresso Nacional.” (NR)

“**Art. 7º** No caso das emendas individuais impositivas previstas no inciso I do *caput* do art. 166-A da Constituição Federal, o beneficiário da emenda deverá informar, previamente ao recebimento, as informações referentes a cada transferência, incluindo:

I - plano de trabalho;

II - objeto a ser executado, incluindo descrição qualitativa e quantitativa, e a sua classificação segundo os padrões de elemento e subelemento de despesa aplicáveis à execução financeira do ente;

III – correta vinculação da finalidade e metas mensuráveis referentes ao valor total do plano de trabalho,

IV – estimativa de recursos necessários à consecução do objeto, discriminando os valores provenientes de transferências especiais e os oriundos de outras fontes de recursos, se for o caso;

V - prazo previsto para execução e conclusão do objeto, observado os limites estabelecidos em normas técnicas e infralegais;

VI – classificação orçamentária e financeira da despesa, observada a padronização estabelecida pelo Poder Executivo;

VII – dados identificadores da obra inacabada que eventualmente estiver sendo custeada pela transferência, nos termos do inciso II do art. 9º desta Lei Complementar, incluindo descrição da obra, características físicas, localização geográfica com coordenadas geográficas, e histórico da execução anterior.

Anexo II – Ala Affonso Arinos, Gabinete 08 – Senado Federal – Brasília/DF  
CEP 70.165-900 – Telefone: (61) 3303-9011



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar  
Para verificação

Avulso do PLP 252/2025 [21 de 35]



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador ALESSANDRO VIEIRA

§ 1º As informações de que trata o *caput* devem ser prestadas por meio do sistema de execução de transferências do ente transferidor, ficando a liberação dos recursos por parte do órgão repassador condicionada cumulativamente:

I – à prestação das informações na forma do *caput*; e

II – à aprovação do plano de trabalho por parte do órgão competente nos termos da legislação do ente transferidor.

§ 2º A prestação de contas das transferências de que trata este artigo far-se-á anualmente, por meio da elaboração de relatório de gestão, o qual:

I - deverá ser inserido no sistema de execução de transferências até o dia 30 de junho do ano subsequente ao recebimento dos recursos, devendo ser atualizado, anualmente, a cada dia 30 de junho, até o final da execução do objeto da aplicação dos recursos, quando será inserido o relatório de gestão final;

II - conterá o detalhamento do objeto, assim como detalhamento da execução orçamentária e financeira dos recursos recebidos, de modo a evidenciar o cumprimento do disposto nesta Lei Complementar e nos incisos I e II do §1º, no inciso III do §2º e no §5º do art. 166-A da Constituição Federal, e será acompanhado, no mínimo, das seguintes informações e documentos:

a) documentação relacionada aos procedimentos administrativos vinculados às contratações do objeto, de modo a evidenciar a correção dos procedimentos legais;

b) contratos celebrados, notas de empenho, notas fiscais, recibos, ordens bancárias, extratos da conta corrente de movimentação dos recursos e termos de recebimento de obras, fornecimento e serviços;

c) instauração de processo administrativo de apuração, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do objeto ou gestão financeira da transferência especial, comunicando tal fato ao sistema de controle local; e

d) declaração expressa, assinada pelo responsável do órgão ou entidade pública encarregada da execução do objeto, de que cumpriu as condicionantes estabelecidas nesta Lei Complementar e nos incisos I e II do §1º, no inciso III do §2º e no §5º do art. 166-A da Constituição Federal.

§ 3º Os relatórios de gestão de que trata o § 2º serão analisados pelo órgão ou entidade transferidora, ou por aquele para tanto

Anexo II – Ala Affonso Arinos, Gabinete 08 – Senado Federal – Brasília/DF  
CEP 70.165-900 – Telefone: (61) 3303-9011



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar  
Para verifica

Avulso do PLP 252/2025 [22 de 35]



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador ALESSANDRO VIEIRA

designado pelo regulamento, segundo os critérios técnicos pertinentes, observado que o plano de trabalho, objeto e finalidade informados nos termos do caput são critérios vinculantes para a avaliação da regularidade da gestão das transferências.

§ 4º O julgamento e a fiscalização das contas relativas às transferências de que trata este artigo competem ao órgão de controle externo com jurisdição sobre o ente transferidor, nos termos do art. 71 da Constituição Federal e do equivalente na legislação do ente, sem prejuízo:

I - das competências de fiscalização a cargo do respectivo sistema de controle interno do ente transferidor, nos termos do art. 74 da Constituição Federal e do equivalente na legislação do ente; e

II - da colaboração eventual dos sistemas de controle externo e interno do ente beneficiário das transferências na respectiva fiscalização.

§ 5º As informações de que trata o *caput*, bem como a ocorrência de recebimento dos recursos:

I - serão disponibilizadas de imediato, mediante consultas automatizadas do sistema de execução de transferências do ente transferidor, aos órgãos de controle interno e externo com jurisdição sobre o ente transferidor e o ente beneficiário, bem como ao Poder Legislativo do ente beneficiário;

II – serão notificadas pelo ente beneficiário, no prazo de trinta dias, a contar da data do recebimento dos recursos, o conselho local ou a instância de controle social da área finalística na qual os recursos serão aplicados, se houver, com a informação dos canais de acesso às consultas de que trata o inciso I.

§ 6º A definição de parâmetros e procedimentos para as consultas de que trata o § 5º constará de regulamentação estabelecida pelo Poder Executivo de cada ente, ouvido o respectivo órgão de controle externo, sem prejuízo da possibilidade de serem estabelecidos requisitos adicionais de informação e transparência ativa nessa regulamentação ou na legislação do próprio ente transferidor.

§ 7º Ficam vedadas alterações no plano de trabalho aprovado, sendo que as alterações de natureza operacional em metas físicas e quantitativas, nos termos em que permitidas pela legislação do ente para as demais transferências voluntárias, deverão ser detalhadas e documentadas no Relatório de Gestão.

§ 8º A regulamentação a cargo do Poder Executivo do ente estabelecerá

Anexo II – Ala Affonso Arinos, Gabinete 08 – Senado Federal – Brasília/DF  
CEP 70.165-900 – Telefone: (61) 3303-9011



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar  
Para verifica

Avulso do PLP 252/2025 [23 de 35]



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador ALESSANDRO VIEIRA

SF/25590.13483-14

I - modelos estruturados de plano de trabalho e dos demais elementos a serem utilizados na apresentação, pelos beneficiários, das informações a que se refere o caput;

II – padrões de apresentação das prestações de contas para fins do previsto no § 2º, que observarão as disposições regulamentares que sobre a matéria estabelecer o órgão de controle externo do ente transferidor.

§ 9º Os documentos relacionados à execução das transferências especiais deverão ser guardados pelo ente federado beneficiado pelo prazo de cinco anos, contados da data de inserção do relatório de gestão final no sistema de execução de transferências.

§ 10 A omissão no dever de prestar contas nos termos do § 2º, ou a respectiva rejeição nos termos dos §§ 3º e 4º, representa impedimento técnico à concessão de novas transferências de que trata este artigo ao ente inadimplente ou faltoso, bem como a instauração da tomada de contas especial na forma da legislação aplicável.

§ 11 O impedimento a que se refere o § 10 inicia-se quando do registro da omissão ou rejeição pelo órgão repassador no sistema de execução de transferências do ente, e permanece até a devida regularização.” (NR)

“Art. 8º A execução de todas as emendas parlamentares, inclusive as relativas a transferências especiais, far-se-á exclusivamente mediante:

I – abertura de conta específica em instituições financeiras oficiais para administração dos valores decorrentes de cada transferência realizada, segundo os procedimentos adotados no sistema de execução de transferências do ente;

II – execução financeira das contas específicas por meio de ordem de pagamento de parceria, nos termos da respectiva regulamentação desse instrumento no âmbito de cada ente.

§ 1º É vedado qualquer tipo de movimentação dos recursos das contas a que se refere o *caput* para outras contas que não aquelas de fornecedores de bens e serviços necessários ao objeto, exceto a abertura de subcontas, nos termos da regulamentação do sistema de execução de transferências, com o propósito de:

I - execução descentralizada por meio de convênios, acordos ou outros instrumentos congêneres; e

Anexo II – Ala Affonso Arinos, Gabinete 08 – Senado Federal – Brasília/DF  
CEP 70.165-900 – Telefone: (61) 3303-9011



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar  
Para verifica

Avulso do PLP 252/2025 [24 de 35]



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador ALESSANDRO VIEIRA

II – transferência dos recursos para movimentação por órgão ou entidade executora pertencente à administração direta ou indireta do ente beneficiário, indicado como executor quando do envio do plano de trabalho.

§ 2º Na eventualidade do ente transferidor não dispor da funcionalidade de ordem de pagamento de parceria em seu sistema de execução de transferências:

I - a movimentação nas contas de que trata este artigo far-se-á exclusivamente por transferências bancárias, vedados em qualquer caso saques em espécie ou transferências em desacordo com o previsto no § 1º;

II – os extratos das contas serão obrigatoriamente inseridos no sistema de execução de transferências, com periodicidade mensal, sem prejuízo da transferência automática das mesmas informações pelo banco operador, se se dispuser dessa funcionalidade.

§ 3º Enquanto não utilizados, os recursos recebidos serão mantidos em aplicações financeiras, nos termos da regulamentação do sistema de execução de transferências.

§ 4º Os saldos remanescentes nas contas de que trata este artigo, bem como os rendimentos auferidos, poderão ser utilizados no acréscimo de metas e etapas do objeto aprovado no plano de trabalho, não havendo a necessidade de solicitação de autorização para sua utilização, permanecendo a obrigação de prestação de contas nos mesmos termos e condições dos valores originais da transferência

§ 5º As receitas decorrentes das transferências especiais, bem como aquelas provenientes dos rendimentos auferidos nos termos do § 3º, serão registradas conforme classificação definida pelo órgão central do Sistema de Contabilidade Federal para fins de consolidação das contas públicas, nos termos do art. 50, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 6º Para efeitos do inciso I do *caput*, entende-se por cada transferência realizada o valor total dos recursos desembolsados para cada beneficiário em função de cada emenda relativa a transferências especiais, e de cada convênio, contrato de repasse ou equivalente, em todos os demais casos.

§ 7º Para os casos previstos nos §§ 1º e 2º, o ente beneficiário deverá registrar no sistema de execução de transferências do ente transferidor, quando da inclusão do Relatório de Gestão, todas as informações da movimentação e execução dos recursos, nos termos da respectiva regulamentação.” (NR)

Anexo II – Ala Affonso Arinos, Gabinete 08 – Senado Federal – Brasília/DF  
CEP 70.165-900 – Telefone: (61) 3303-9011



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar  
Para verifica

Avulso do PLP 252/2025 [25 de 35]



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador ALESSANDRO VIEIRA

SF/25590.13483-14

“**Art. 9º** Terão prioridade para execução, nessa ordem:

I – as transferências especiais destinadas aos entes federativos em situação de calamidade ou de emergência reconhecida pelo Poder Executivo federal;

II – as transferências cujo objeto declarado pelo beneficiário seja a finalização de obras inacabadas.” (NR)

“**Art. 9º-A** Na apreciação do plano de trabalho e das informações de que trata inciso II do § 1º do art. 7º desta Lei Complementar:

I – para verificação do cumprimento da exigência do art. 166-A, § 5º, da Constituição Federal, comparar-se-á, no momento de cada nova indicação de beneficiário, o total indicado de emendas de transferências especiais em favor desse beneficiário, independentemente do autor, e o total de despesas de capital acumulado nos planos de trabalho por ele apresentados;

II – a circunstância do objeto da emenda não estar incluído na esfera de competência do ente transferidor não é, por si mesma, motivo de impedimento técnico à aprovação do plano de trabalho.”

“**Art. 9º-B** Observados os dispositivos desta Lei Complementar, o Poder Executivo de cada ente transferidor poderá editar outras regras necessárias à operacionalização das transferências especiais no âmbito de seus orçamentos.”

“**Art. 10.**.....

XXVI - indicação, no caso de transferências especiais, de objeto com valor inferior aos montantes previstos no art. 75, incs. I e II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, observadas suas atualizações posteriores nos termos do art. 182 da mesma Lei;

XXVI-A - retirada da indicação de beneficiário pelo autor antes do empenho da despesa;

XXVII - outras hipóteses previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

.....

Anexo II – Ala Affonso Arinos, Gabinete 08 – Senado Federal – Brasília/DF  
CEP 70.165-900 – Telefone: (61) 3303-9011



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar  
Para verifica

Avulso do PLP 252/2025 [26 de 35]





**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador ALESSANDRO VIEIRA

§ 4º É permitida a utilização de recursos provenientes de mais de uma emenda parlamentar para o financiamento de parcelas distintas do mesmo objeto, observando-se nesses casos que:

I – no caso das transferências especiais para cada registro de que trata o caput do art. 7º, as informações referir-se-ão à integralidade do objeto, discriminando no detalhamento financeiro do inciso IV do mesmo artigo os valores provenientes de cada emenda, com a especificação do respectivo código;

II – no caso de execução descentralizada dos recursos, o órgão repassador adotará o que for mais conveniente entre dois procedimentos:

a) utilização de um único convênio, contrato de repasse ou equivalente, que fará referência a cada uma das emendas individualmente na sua fonte de financiamento; ou

b) celebração de um convênio, contrato de repasse ou equivalente para cada emenda tendo por objeto a parcela do objeto correspondente global aos valores por ela financiados;

II – em qualquer caso, a movimentação de cada emenda far-se-á mediante a individualização de conta e mecanismos de movimentação previstos no art. 8º. ” (NR)

“**Art. 13-A** O somatório dos limites de que trata o art. 11 desta Lei Complementar não poderá variar, de um exercício para o seguinte, em percentual superior ao menor dos seguintes três valores no mesmo período:

I – o percentual de variação do total das despesas discricionárias do ente;

II - o percentual máximo de crescimento do total de despesas primárias a que esteja sujeito o ente pela legislação a si aplicável, correspondendo, no âmbito da União, àquele fixado pelo art. 3º da Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023; e

III – o percentual de variação da receita corrente líquida do ente, nos termos do art. 2º, inc. IV, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 1º Os percentuais de que trata o caput serão calculados:

I - no caso do inciso I do *caput*, pela comparação entre o total das despesas discricionárias constantes do projeto de lei orçamentária em deliberação e o total das despesas discricionárias

Anexo II – Ala Affonso Arinos, Gabinete 08 – Senado Federal – Brasília/DF  
CEP 70.165-900 – Telefone: (61) 3303-9011



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar  
Para verifica

Avulso do PLP 252/2025 [27 de 35]





**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador ALESSANDRO VIEIRA

SF/25590.13483-14

autorizadas na lei orçamentária anual do exercício a ele imediatamente anterior, incluindo-se os créditos adicionais nele eventualmente aprovados.

II – no caso do inciso III do caput, pela comparação entre a estimativa da receita corrente líquida para o exercício constante do mais recente demonstrativo publicado para fins de cumprimento do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 que tiver sido publicado na data do encaminhamento do projeto de lei orçamentária anual do ente, e a estimativa da receita corrente líquida do mesmo projeto de lei orçamentária anual para o exercício a que se refere.

§ 2º No caso de redução do montante total dos limites previstos no art. 11, é facultado ao ente distribuir livremente os limites parciais das diferentes espécies de emendas parlamentares, desde que seu somatório não exceda o montante apurado nos termos deste artigo.”

“**Art. 14** Quaisquer regras, restrições ou impedimentos aplicáveis às programações discricionárias do Poder Executivo aplicam-se de igual maneira às emendas parlamentares, e vice-versa.” (NR)

“**Art. 14-A** São requisitos essenciais de transparência e rastreabilidade na execução de emendas ao orçamento, qualquer que seja a respectiva origem ou natureza, e independentemente de caracterizarem ou não emenda parlamentar nos termos do art. 1º-A, inc. VI, desta Lei Complementar:

I – a evidenciação, nos registros da programação orçamentária constantes do sistema de escrituração da execução do orçamento, da sua origem no processo de deliberação legislativa, com os mesmos códigos e grau de detalhamento para toda e qualquer emenda ao orçamento, inclusive o código utilizado no processo legislativo para identificação da emenda e, se houver, da indicação, sendo vedada a omissão seletiva de informações em função da natureza ou finalidade da emenda, ou em razão da alteração feita ao projeto de lei orçamentária não se tratar de emenda parlamentar;

II – o registro em atas ou relatórios de toda e qualquer deliberação tomada por bancada, comissão, relatoria ou outra instância parlamentar, com a identificação do parlamentar solicitante e da destinação dos recursos, observado o inciso III;

III – a obrigatoriedade de que todo e qualquer registro, ata, relatório ou dado de sistema, em meio físico ou eletrônico, do

Anexo II – Ala Affonso Arinos, Gabinete 08 – Senado Federal – Brasília/DF  
CEP 70.165-900 – Telefone: (61) 3303-9011



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar  
Para verifica

Avulso do PLP 252/2025 [28 de 35]



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador ALESSANDRO VIEIRA

processo legislativo de aprovação ou alteração de emenda ou indicação por parte de qualquer comissão, relatoria ou outra instância legislativa:

a) seja publicado em transparência ativa, inclusive na página internet do colegiado ou instância parlamentar e no portal de transparência do ente

b) contenha, obrigatoriamente, a identificação do parlamentar individual que submeteu a emenda ou indicação à deliberação colegiada, vedado o registro de pessoa interposta a título de líder de grupo parlamentar, dirigente de colegiado, relator ou qualquer outro que não o proponente atuando em nome próprio;

IV - caso o objeto da despesa custeada pela emenda seja a distribuição física de equipamentos, obras ou serviços adquiridos centralizadamente por órgão da administração direta ou indireta do ente transferidor, o registro das informações relativas à respectiva distribuição entre beneficiários do seu desdobramento na escrituração contábil:

a) da execução do próprio empenho que custeou a realização da despesa com a aquisição dos elementos distribuídos, utilizando-se para essa finalidade de classificador e procedimentos definidos de forma centralizada e uniforme por ato do órgão competente do Poder Executivo do ente transferidor; ou

b) de contas específicas no sistema de compensação de que trata o art. 105, inciso IV, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, criadas segundo procedimentos definidos de forma centralizada e uniforme por ato do órgão competente do Poder Executivo do ente transferidor, mantido sempre o registro da associação entre os bens distribuídos e o empenho original que custeou sua aquisição.

V - obrigatoriedade de utilização do Portal Nacional de Compras Públicas, de que trata o art. 174 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para o registro das contratações públicas realizadas pelos integrantes da administração pública direta e indireta dos entes transferidores e beneficiários dos recursos transferidos;

VI – obrigatoriedade de observância, pelos entes beneficiários, de padrões de qualidade da informação para os seus portais e instrumentos de transparência ativa, estabelecidos em regulamentação do Poder Executivo Federal, nos termos do art. 48, §§ 1º, inciso III, e 6º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 ;

VII – sempre que, na execução de transferências financeiras para órgãos e entidades, públicas e privadas, ocorrerem despesas

Anexo II – Ala Affonso Arinos, Gabinete 08 – Senado Federal – Brasília/DF  
CEP 70.165-900 – Telefone: (61) 3303-9011



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar  
Para verifica

Avulso do PLP 252/2025 [29 de 35]



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador ALESSANDRO VIEIRA

SF/25590.13483-14

administrativas decorrentes, direta ou indiretamente, dos serviços necessários à para operacionalização da execução dos projetos e às atividades de fiscalização, prestados diretamente pelo órgão transferidor ou por meio de mandatárias, e que tais despesas sejam deduzidas dos valores das transferências a que se referem:

a) publicação pelo órgão responsável pela dedução, até 31 de março após o encerramento do exercício financeiro, de relatório sobre as deduções efetuadas no exercício anterior, que contemple o valor total das deduções, a metodologia de cálculo para apurar o custo dos serviços a que se refere este inc. VII e a forma de aplicação dos recursos retidos;

b) divulgação, em tempo real, por meio do sistema de gestão de transferências utilizado pelo órgão ou entidade transferidor, dos valores deduzidos individualizados por convênio, termo de fomento, contrato de repasse, termo de compromisso ou instrumento congêneres; e

c) limitação da finalidade da dedução estritamente ao custeio dos serviços descritos neste inc. VII;

d) explicitação do percentual a ser deduzido e sua finalidade, bem como o seu fundamento legal, no próprio instrumento de formalização da parceria, ou por normativo aplicável em caráter geral a todas as transferências de uma mesma modalidade ou categoria.

§ 1º A transparência ativa a que se refere o a alínea *a* do inciso III do *caput* incluirá obrigatoriamente todas as comunicações realizadas entre o órgão colegiado ou instância legislativa correspondente e o órgão executor da programação orçamentária, tanto por meio de sistemas eletrônicos de execução orçamentária quanto por qualquer outro canal de comunicação, inclusive ofícios ou outras formas de comunicação direta.

§ 2º No âmbito da União:

I - os valores deduzidos na forma do inciso VII do *caput* deverão manter o identificador de resultado primário da programação orçamentária da transferência original;

II – a individualização de que trata o inciso I do *caput* inclui, além do código da emenda, a inserção, no registro da execução orçamentária, de Plano Orçamentário específico para cada indicação de bancada e de comissão que não tenha indicador de resultado primário igual a 7 ou 8.

§ 3º. Exclusivamente no caso de emendas de correção de erros e omissões, nos termos do art. 166, § 3º, inciso III, alínea *a* da

Anexo II – Ala Affonso Arinos, Gabinete 08 – Senado Federal – Brasília/DF  
CEP 70.165-900 – Telefone: (61) 3303-9011



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar  
Para verificação

Avulso do PLP 252/2025 [30 de 35]



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador ALESSANDRO VIEIRA

SF/25590.13483-14

Constituição Federal, o registro da iniciativa de que trata o inciso III, alínea *b* do *caput* poderá ser realizado em nome do relator competente agindo de ofício.

§ 4º A regulamentação de que trata o inciso VI do *caput*:

I – estabelecerá, como padrão de qualidade, requisitos similares aos já fixados para os sistemas da administração federal, em particular os constantes nos arts. 8º e 9º do Decreto nº 10.540, de 5 de novembro de 2020, naquilo que for aplicável às transferências;

II – poderá fixar cronograma gradual de implantação em função de características objetivas dos entes beneficiários, facultada a disponibilização pela União aos entes, inclusive a título gratuito, de ferramentas de tecnologia da informação que viabilizem o cumprimento dos requisitos exigidos.”

“**Art. 14-B** Visando aprimorar o controle, a transparência e a fiscalização dos recursos públicos, todos os Tribunais de Contas e os sistemas de controle interno:

I - deverão compartilhar entre si as bases de dados referentes à execução financeira e orçamentária detalhada das despesas incorridas pelos jurisdicionados decorrentes das emendas parlamentares e demais transferências de recursos entre eles, bem como as relativas aos resultados das fiscalizações realizadas sobre essas despesas;

II - poderão celebrar entre si acordos de cooperação mútua, em especial para fiscalização das transferências especiais.

**Parágrafo único.** O compartilhamento das bases de dados de que trata o inciso I do *caput* obedecerá aos parâmetros definidos pelo Tribunal de Contas da União.”

“**Art. 14-C** Para os municípios com população inferior a 65 mil habitantes, a existência de pendências de regularização junto à União registradas no Sistema de Informações sobre Requisitos Fiscais (Cauc), não constituirá impedimento técnico ao recebimento de recursos provenientes de emendas parlamentares dos orçamentos da União, nem aos atos necessários a esse recebimento, exceto para aqueles requisitos ali registrados que sejam estabelecidos diretamente por dispositivos da Constituição Federal.”

Anexo II – Ala Affonso Arinos, Gabinete 08 – Senado Federal – Brasília/DF  
CEP 70.165-900 – Telefone: (61) 3303-9011



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar  
Para verifica

Avulso do PLP 252/2025 [31 de 35]



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador ALESSANDRO VIEIRA

SF/25590.13483-14

**Art. 2º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

**§ 1º** Aplicam-se imediatamente os dispositivos da Lei Complementar nº 210, de 25 de novembro de 2024, com a redação dada por esta Lei Complementar, a quaisquer atos realizados após a sua entrada em vigor.

**§ 2º** Para as emendas parlamentares que tenham tido tanto o desembolso de recursos quanto a execução física do objeto comprovadamente iniciados na data de entrada em vigor desta Lei Complementar, aplicam-se os critérios e procedimentos anteriormente vigentes para fins da continuidade da sua execução.

**§ 3º** Nos casos previstos no § 2º, os entes transferidor e beneficiário terão o prazo até o final do exercício seguinte à entrada em vigor desta Lei Complementar para o cumprimento das obrigações de transparência e prestação de contas constantes dos arts. 7º, §§ 2º, 3º, 4º, e 9º, e 14-A, *caput*, inciso III, da Lei Complementar nº 210, de 25 de novembro de 2024, com a redação dada por esta Lei Complementar.

Sala da Comissão,

Senador **Otto Alencar**, PresidenteSenador **Alessandro Vieira**, Relator

Anexo II – Ala Affonso Arinos, Gabinete 08 – Senado Federal – Brasília/DF  
CEP 70.165-900 – Telefone: (61) 3303-9011



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verifica

Avulso do PLP 252/2025 [32 de 35]





28

Senado Federal



Relatório de Registro de Presença

43ª, Extraordinária

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

| Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) |          |                              |          |
|--|----------|------------------------------|----------|
| TITULARES  |          | SUPLENTEs                    |          |
| EDUARDO BRAGA  | PRESENTE | 1. ALESSANDRO VIEIRA         | PRESENTE |
| RENAN CALHEIROS  |          | 2. PROFESSORA DORINHA SEABRA | PRESENTE |
| JADER BARBALHO   |          | 3. MARCELO CASTRO            | PRESENTE |
| VENEZIANO VITAL DO RÊGO                                  | PRESENTE | 4. JAYME CAMPOS              | PRESENTE |
| SERGIO MORO  | PRESENTE | 5. GIORDANO                  |          |
| ALAN RICK  | PRESENTE | 6. ZEQUINHA MARINHO          | PRESENTE |
| SORAYA THRONICKE   |          | 7. PLÍNIO VALÉRIO            | PRESENTE |
| ORIOVISTO GUIMARÃES                                      |          | 8. FERNANDO FARIAS           |          |
| MARCIO BITTAR  | PRESENTE | 9. EFRAIM FILHO              | PRESENTE |

| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) |          |                   |          |
|---|----------|-------------------|----------|
| TITULARES   |          | SUPLENTEs         |          |
| OTTO ALENCAR  | PRESENTE | 1. ANGELO CORONEL | PRESENTE |
| OMAR AZIZ   | PRESENTE | 2. ZENAIDE MAIA   | PRESENTE |
| ELIZIANE GAMA   | PRESENTE | 3. IRAJÁ          |          |
| VANDERLAN CARDOSO                                       | PRESENTE | 4. SÉRGIO PETECÃO | PRESENTE |
| RODRIGO PACHECO   |          | 5. MARA GABRILLI  | PRESENTE |
| CID GOMES   |          | 6. JORGE KAJURU   | PRESENTE |

| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) |          |                     |          |
|--|----------|---------------------|----------|
| TITULARES                              |          | SUPLENTEs           |          |
| CARLOS PORTINHO                        |          | 1. JORGE SEIF       | PRESENTE |
| EDUARDO GIRÃO                          | PRESENTE | 2. IZALCI LUCAS     | PRESENTE |
| MAGNO MALTA                            |          | 3. EDUARDO GOMES    | PRESENTE |
| MARCOS ROGÉRIO                         | PRESENTE | 4. FLÁVIO BOLSONARO |          |
| ROGERIO MARINHO                        | PRESENTE | 5. JAIME BAGATTOLI  | PRESENTE |

| Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) |          |                       |          |
|---|----------|-----------------------|----------|
| TITULARES                               |          | SUPLENTEs             |          |
| ROGÉRIO CARVALHO                        | PRESENTE | 1. RANDOLFE RODRIGUES |          |
| FABIANO CONTARATO                       | PRESENTE | 2. JAQUES WAGNER      | PRESENTE |
| AUGUSTA BRITO                           | PRESENTE | 3. HUMBERTO COSTA     | PRESENTE |
| WEVERTON                                |          | 4. ANA PAULA LOBATO   | PRESENTE |

| Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) |          |                     |          |
|--|----------|---------------------|----------|
| TITULARES                                    |          | SUPLENTEs           |          |
| CIRO NOGUEIRA                                |          | 1. LAÉRCIO OLIVEIRA | PRESENTE |
| ESPERIDIÃO AMIN                              | PRESENTE | 2. DR. HIRAN        |          |
| MECIAS DE JESUS                              | PRESENTE | 3. HAMILTON MOURÃO  | PRESENTE |

Não Membros Presentes



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar  
Para verifica





Senado Federal

29

**Relatório de Registro de Presença****Não Membros Presentes**

NELSINHO TRAD

PAULO PAIM



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verifica

Página 2 de 2

03/12/2025 11:59:00

Avulso do PLP 252/2025 [34 de 35]



## DECISÃO DA COMISSÃO

(PL 2759/2024)

NA 43ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR ALESSANDRO VIEIRA, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CCJ, FAVORÁVEL AO PROJETO, NOS TERMOS DA EMENDA Nº 1-CCJ (SUBSTITUTIVO), E POR SUA REAUTUAÇÃO COMO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR.

APROVADO REQUERIMENTO Nº 67, DE 2025-CCJ, DE INICIATIVA DO SENADOR ALESSANDRO VIEIRA, QUE SOLICITA URGÊNCIA PARA A MATÉRIA.

03 de dezembro de 2025

Senador Otto Alencar

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verifica

Avulso do PLP 252/2025 [35 de 35]





# Proposta de Emenda à Constituição





## SENADO FEDERAL

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 47, DE 2025

Altera o art. 52 da Constituição Federal para dispor sobre a legitimidade para propor denúncia por crime de responsabilidade contra Ministros do Supremo Tribunal Federal, restabelecendo a legitimidade cidadã.

**AUTORIA:** Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG) (1º signatário), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Rogerio Marinho (PL/RN), Senador Izalci Lucas (PL/DF), Senador Styvenson Valentim (PSDB/RN), Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ), Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Carlos Portinho (PL/RJ), Senador Alan Rick (REPUBLICANOS/AC), Senador Dr. Hiran (PP/RR), Senador Jaime Bagattoli (PL/RO), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Oriovisto Guimarães (PSDB/PR), Senador Magno Malta (PL/ES), Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG), Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Alessandro Vieira (MDB/SE), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Eduardo Gomes (PL/TO), Senador Marcio Bittar (PL/AC), Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)



[Página da matéria](#)

Avulso da PEC 47/2025 [1 de 5]





SENADO FEDERAL  
GABINETE DO SENADOR CLEITINHO  
**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE  
2025**

Altera o art. 52 da Constituição Federal para dispor sobre a legitimidade para propor denúncia por crime de responsabilidade contra Ministros do Supremo Tribunal Federal, restabelecendo a legitimidade cidadã.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

**Art. 1º** O art. 52 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 1º, renumerando-se o parágrafo único, se existente, ou ajustando-se a sequência numérica dos demais parágrafos:

“Art. 52. (...)

§1º A denúncia por crime de responsabilidade contra Ministro do Supremo Tribunal Federal poderá ser apresentada por qualquer cidadão ou por Senador da República, assegurado o devido processo legal, nos termos da lei.

§ 2º O juízo de admissibilidade da denúncia será realizado pelo Senado Federal, exigindo-se, para sua aprovação, maioria simples.” (NR)

**Art. 2º** Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.



Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo II – Ala Teotônio Vilela – Gabinete 17 – 70.165-900 –  
Assinado eletronicamente, por Sen. Cleitinho e outros

Para verifica

Avulso da PEC 47/2025 [2 de 5]





SENADO FEDERAL

SF/25080.67729-07

## JUSTIFICAÇÃO

A presente Proposta de Emenda à Constituição tem por objetivo conferir maior clareza e segurança jurídica ao processo de responsabilização de Ministros do Supremo Tribunal Federal, ao explicitar quem possui legitimidade para apresentar denúncia e qual o quórum necessário para sua admissibilidade no Senado Federal.

Embora a Constituição de 1988 tenha atribuído ao Senado Federal a competência privativa para processar e julgar Ministros do Supremo Tribunal Federal nos crimes de responsabilidade (art. 52, II), não indicou expressamente quem poderia provocar o Senado, o que historicamente permitiu a apresentação de denúncias por cidadãos, em harmonia com o princípio da soberania popular (art. 1º, parágrafo único).

Com o passar do tempo, esse entendimento foi restringido, especialmente após decisão monocrática de Ministro do Supremo Tribunal Federal, segundo a qual não haveria legitimidade cidadã para oferecer denúncia contra integrantes da própria Corte, limitando tal possibilidade a autoridades ou órgãos específicos. Essa interpretação, embora juridicamente possível, reduziu a participação democrática e resultou em dependência de entendimentos judiciais, em matéria que deveria ser definida pelo Poder Constituinte derivado.

A presente PEC corrige tal lacuna ao:



Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo II – Ala Teotônio Vilela – Gabinete 17 – 70.165-900 –  
Assinado eletronicamente, por Sen. Cleitinho e outros

Para verifica

Avulso da PEC 47/2025 [3 de 5]





SENADO FEDERAL

1. Restabelecer expressamente a legitimidade cidadã;
2. Autorizar também a apresentação por Senadores;
3. Fixar no texto constitucional o quórum de maioria simples para o juízo de admissibilidade;
4. Garantir segurança jurídica ao procedimento.

Importante destacar que a proposta não altera a competência do Senado, não cria infrações e não modifica o rito de julgamento. Apenas assegura que o processo constitucional seja iniciado de forma transparente e democrática, mantendo a filtragem de denúncias improcedentes e o rigor do controle político.

Trata-se, portanto, de medida:

- Compatível com o Estado Democrático de Direito;
- Alinhada ao princípio republicano e à soberania popular;
- Essencial para evitar que decisões judiciais preencham lacunas constitucionais;
- Útil para fortalecer a responsabilidade institucional e a confiança social.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação desta Proposta de Emenda à Constituição.

**Senador CLEITINHO**

**REPUBLICANOS/MG**



Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo II – Ala Teotônio Vilela – Gabinete 17 – 70.165-900 –  
Assinado eletronicamente, por Sen. Cleitinho e outros

Para verifica

Avulso da PEC 47/2025 [4 de 5]



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art52

- art60\_par3

Avulso da PEC 47/2025 [5 de 5]



# Requerimentos





## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO Nº 910, DE 2025

Requer calendário especial para a Proposta de Emenda à Constituição nº 169/2019.

**AUTORIA:** Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda Wellington Fagundes (PL/MT), Líder do Bloco Parlamentar Aliança Dr. Hiran (PP/RR), Líder do Bloco Parlamentar Democracia Efraim Filho (UNIÃO/PB), Líder do NOVO Eduardo Girão (NOVO/CE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Alan Rick (REPUBLICANOS/AC), Senador Chico Rodrigues (PSB/RR), Senador Flávio Arns (PSB/PR), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 910/2025 [1 de 2]







SENADO FEDERAL

SF/25836.00653-93 (LexEdit\*)

**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, Calendário Especial para a PEC nº169/2019, que "Altera o art. 37 da Constituição Federal para permitir a acumulação remunerada de um cargo de professor com outro de qualquer natureza". a fim de que a matéria seja apreciada com urgência.

Sala das Sessões, 3 de dezembro de 2025.

**Senador Zequinha Marinho**  
**(PODEMOS - PA)**





## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 67, DE 2025

Requer urgência para o PL 2759/2024

**AUTORIA:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



[Página da matéria](#)

Avulso do REQ 67/2025 - CCJ [1 de 2]



**REQ  
00067/2025**

SENADO FEDERAL

**REQUERIMENTO Nº DE - CCJ**

Requeremos, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 2759/2024, que “dispõe sobre a utilização dos recursos das emendas parlamentares individuais do tipo transferências especiais, previstas no art. 166-A da Constituição Federal, e dá outras providências”.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2025.

**Senador Alessandro Vieira**  
(MDB - SE)

Avulso do REQ 67/2025 - CCJ [2 de 2]





## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 54, DE 2025

Requer, nos termos do art. 49, inciso X, da Constituição Federal e do art. 102-A, inciso I, do Regimento interno do Senado Federal, informações ao Ministério das Saúde acerca do Chamamento Público constante do Edital MS/SGTES nº 10, de 5 de novembro de 2025, com o intuito de promover a transferência dos médicos bolsistas ativos no âmbito do Programa Médicos pelo Brasil - PMpB para o projeto Mais Médicos para o Brasil.

**AUTORIA:** Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor



[Página da matéria](#)

Avulso do REQ 54/2025 - CTFC [1 de 3]





SENADO FEDERAL  
Senador DR. HIRAN

## REQUERIMENTO Nº DE - CTFC

Senhor Presidente,

Requeiro, Nos termos do art. 49, inciso X, da Constituição Federal e do art. 102-A, inciso I, do Regimento interno do Senado Federal, solicitamos informações ao Ministério das Saúde acerca do Chamamento Público constante do Edital MS/SGTES nº 10, de 5 de novembro de 2025, com o intuito de promover a transferência dos médicos bolsistas ativos no âmbito do Programa Médicos pelo Brasil - PMpB para o projeto Mais Médicos para o Brasil.

Considerando a edição recente do referido Edital, solicitamos os seguintes esclarecimentos sobre:

1. Justificativas técnicas, estudos e pareceres que fundamentaram os critérios estabelecidos no teor do Edital;
2. Requisitos e critérios avaliativos estabelecidos nas últimas provas de Título de Especialista em Medicina de Família e Comunidade (TEMFC 36 e pelo menos dois anteriores) e quais os impactos sobre a disponibilidade de profissionais médicos no âmbito do PMpB, anual ou por ciclos;
3. Informações sobre eventuais inconsistências identificadas na TEMFC 36, promovida pela Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade (SBMFC);
4. Informações sobre o cumprimento dos termos que dispõem a Resolução DIREX-AgSUS nº 32, de 26 de março de 2025;



5. Cumprimento ou ofensa aos termos da Lei nº 13.958, de 2019, entre outros dispositivos, notadamente quanto ao art. 27;
6. Quantitativo de profissionais médicos nos municípios do país, inclusive naqueles em que constam apenas um profissional médico ou há ausência de profissionais médicos;
7. Impactos sobre a continuidade do provimento médico na atenção primária e o impacto direto sobre a população atendida em razão das informações prestadas nos itens 1 a 6, anteriores; e
8. Quais as medidas, procedimentos e informações foram prestadas em resposta à Carta Aberta de Médicas e Médicos do Programa Médicos pelo Brasil enviada ao Exmo. Sr. Ministro da Saúde, datada do último dia 14/11/2025.

Sala da Comissão, 18 de novembro de 2025.

**Senador Dr. Hiran**  
**(PP - RR)**



Requerimento nº 54, de 2025, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, solicitando informações ao Senhor Alexandre Rocha Santos Padilha, Ministro de Estado da Saúde, acerca do chamamento público constante do Edital MS/SGTES nº 10, de 5 de novembro de 2025, com o intuito de promover a transferência dos médicos bolsistas ativos no âmbito do Programa Médicos pelo Brasil - PMpB para o projeto Mais Médicos para o Brasil.

O Requerimento vai à Comissão Diretora, para decisão.



# Término de Prazo





Encerrou-se em 2 de dezembro o prazo para interposição de recurso para apreciação pelo Plenário do Projeto de Lei nº 2.577, de 2022.

Não foi apresentado recurso.

A matéria, aprovada terminativamente pela Comissão de Educação e Cultura, vai à sanção. Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA  
(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Angelo Coronel\*  
PT - Jaques Wagner\*  
PSD - Otto Alencar\*\*

Rio Grande do Sul

PP - Luis Carlos Heinze\*  
PT - Paulo Paim\*  
REPUBLICANOS - Hamilton Mourão\*\*

Amazonas

MDB - Eduardo Braga\*  
PSDB - Plínio Valério\*  
PSD - Omar Aziz\*\*

Rio de Janeiro

PL - Carlos Portinho\* (S)  
PL - Flávio Bolsonaro\*  
PL - Romário\*\*

Ceará

PSB - Cid Gomes\*  
NOVO - Eduardo Girão\*  
PT - Augusta Brito\*\* (S)

Paraná

PSB - Flávio Arns\*  
PSDB - Oriovisto Guimarães\*  
UNIÃO - Sergio Moro\*\*

Maranhão

PSD - Eliziane Gama\*  
PDT - Weverton\*  
PDT - Ana Paula Lobato\*\* (S)

Paraíba

PP - Daniella Ribeiro\*  
MDB - Veneziano Vital do Rêgo\*  
UNIÃO - Efraim Filho\*\*

Acre

PL - Marcio Bittar\*  
PSD - Sérgio Petecão\*  
REPUBLICANOS - Alan Rick\*\*

Pará

MDB - Jader Barbalho\*  
PODEMOS - Zequinha Marinho\*  
PT - Beto Faro\*\*

Espírito Santo

PT - Fabiano Contarato\*  
PODEMOS - Marcos do Val\*  
PL - Magno Malta\*\*

Mato Grosso do Sul

PSD - Nelsinho Trad\*  
PODEMOS - Soraya Thronicke\*  
PP - Tereza Cristina\*\*

Pernambuco

MDB - Fernando Dueire\* (S)  
PT - Humberto Costa\*  
PT - Teresa Leitão\*\*

Piauí

PP - Ciro Nogueira\*  
MDB - Marcelo Castro\*  
PSD - Jussara Lima\*\* (S)

Distrito Federal

PL - Izalci Lucas\*  
PDT - Leila Barros\*  
REPUBLICANOS - Damares Alves\*\*

São Paulo

MDB - Giordano\* (S)  
PSD - Mara Gabrilli\*  
PL - Astronauta Marcos Pontes\*\*

Rio Grande do Norte

PSDB - Styvenson Valentim\*  
PSD - Zenaide Maia\*  
PL - Rogerio Marinho\*\*

Rondônia

MDB - Confúcio Moura\*  
PL - Marcos Rogério\*  
PL - Jaime Bagattoli\*\*

Minas Gerais

PODEMOS - Carlos Viana\*  
PSD - Rodrigo Pacheco\*  
REPUBLICANOS - Cleitinho\*\*

Santa Catarina

PP - Esperidião Amin\*  
MDB - Ivete da Silveira\* (S)  
PL - Jorge Seif\*\*

Tocantins

PL - Eduardo Gomes\*  
PSD - Irajá\*  
UNIÃO - Professora Dorinha Seabra\*\*

Goiás

PSB - Jorge Kajuru\*  
PSD - Vanderlan Cardoso\*  
PL - Wilder Morais\*\*

Alagoas

PL - Dra. Eudócia\* (S)  
MDB - Renan Calheiros\*  
MDB - Fernando Farias\*\* (S)

Amapá

PSD - Lucas Barreto\*  
PT - Randolfe Rodrigues\*  
UNIÃO - Davi Alcolumbre\*\*

Mato Grosso

UNIÃO - Jayme Campos\*  
PSD - José Lacerda\* (S)  
PL - Wellington Fagundes\*\*

Sergipe

MDB - Alessandro Vieira\*  
PT - Rogério Carvalho\*  
PP - Laércio Oliveira\*\*

Roraima

PSB - Chico Rodrigues\*  
REPUBLICANOS - Mecias de Jesus\*  
PP - Dr. Hiran\*\*

Mandatos

\*: Período 2019/2027    \*\*: Período 2023/2031



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Democracia - 23  
MDB-11 / UNIÃO-5 / PODEMOS-4 / PSDB-3

|                           |              |
|---------------------------|--------------|
| Alessandro Vieira         | MDB / SE     |
| Carlos Viana              | PODEMOS / MG |
| Confúcio Moura            | MDB / RO     |
| Davi Alcolumbre           | UNIÃO / AP   |
| Eduardo Braga             | MDB / AM     |
| Efraim Filho              | UNIÃO / PB   |
| Fernando Dueire           | MDB / PE     |
| Fernando Farias           | MDB / AL     |
| Giordano                  | MDB / SP     |
| Ivete da Silveira         | MDB / SC     |
| Jader Barbalho            | MDB / PA     |
| Jayme Campos              | UNIÃO / MT   |
| Marcelo Castro            | MDB / PI     |
| Marcos do Val             | PODEMOS / ES |
| Oriovisto Guimarães       | PSDB / PR    |
| Plínio Valério            | PSDB / AM    |
| Professora Dorinha Seabra | UNIÃO / TO   |
| Renan Calheiros           | MDB / AL     |
| Sergio Moro               | UNIÃO / PR   |
| Soraya Thronicke          | PODEMOS / MS |
| Styvenson Valentim        | PSDB / RN    |
| Veneziano Vital do Rêgo   | MDB / PB     |
| Zequinha Marinho          | PODEMOS / PA |

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 18  
PSD-14 / PSB-4

|                   |          |
|-------------------|----------|
| Angelo Coronel    | PSD / BA |
| Chico Rodrigues   | PSB / RR |
| Cid Gomes         | PSB / CE |
| Eliziane Gama     | PSD / MA |
| Flávio Arns       | PSB / PR |
| Irajá             | PSD / TO |
| Jorge Kajuru      | PSB / GO |
| José Lacerda      | PSD / MT |
| Jussara Lima      | PSD / PI |
| Lucas Barreto     | PSD / AP |
| Mara Gabrilli     | PSD / SP |
| Nelsinho Trad     | PSD / MS |
| Omar Aziz         | PSD / AM |
| Otto Alencar      | PSD / BA |
| Rodrigo Pacheco   | PSD / MG |
| Sérgio Petecão    | PSD / AC |
| Vanderlan Cardoso | PSD / GO |
| Zenaide Maia      | PSD / RN |

Bloco Parlamentar Vanguarda - 16  
PL-15 / NOVO-1

|                          |           |
|--------------------------|-----------|
| Astronauta Marcos Pontes | PL / SP   |
| Carlos Portinho          | PL / RJ   |
| Dra. Eudócia             | PL / AL   |
| Eduardo Girão            | NOVO / CE |
| Eduardo Gomes            | PL / TO   |
| Flávio Bolsonaro         | PL / RJ   |
| Izalci Lucas             | PL / DF   |
| Jaime Bagattoli          | PL / RO   |
| Jorge Seif               | PL / SC   |
| Magno Malta              | PL / ES   |
| Marcio Bittar            | PL / AC   |

|                     |         |
|---------------------|---------|
| Marcos Rogério      | PL / RO |
| Rogério Marinho     | PL / RN |
| Romário             | PL / RJ |
| Wellington Fagundes | PL / MT |
| Wilder Moraes       | PL / GO |

Bloco Parlamentar Aliança - 12  
PP-7 / REPUBLICANOS-5

|                    |                   |
|--------------------|-------------------|
| Alan Rick          | REPUBLICANOS / AC |
| Ciro Nogueira      | PP / PI           |
| Cleitinho          | REPUBLICANOS / MG |
| Damares Alves      | REPUBLICANOS / DF |
| Daniella Ribeiro   | PP / PB           |
| Dr. Hiran          | PP / RR           |
| Esperidião Amin    | PP / SC           |
| Hamilton Mourão    | REPUBLICANOS / RS |
| Laércio Oliveira   | PP / SE           |
| Luis Carlos Heinze | PP / RS           |
| Mecias de Jesus    | REPUBLICANOS / RR |
| Tereza Cristina    | PP / MS           |

Bloco Parlamentar Pelo Brasil - 12  
PT-9 / PDT-3

|                    |          |
|--------------------|----------|
| Ana Paula Lobato   | PDT / MA |
| Augusta Brito      | PT / CE  |
| Beto Faro          | PT / PA  |
| Fabiano Contarato  | PT / ES  |
| Humberto Costa     | PT / PE  |
| Jaques Wagner      | PT / BA  |
| Leila Barros       | PDT / DF |
| Paulo Paim         | PT / RS  |
| Randolfe Rodrigues | PT / AP  |
| Rogério Carvalho   | PT / SE  |
| Teresa Leitão      | PT / PE  |
| Weverton           | PDT / MA |

|  |    |
|--|----|
| Bloco Parlamentar Democracia                 | 23 |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática | 18 |
| Bloco Parlamentar Vanguarda                  | 16 |
| Bloco Parlamentar Aliança                    | 12 |
| Bloco Parlamentar Pelo Brasil                | 12 |
| TOTAL  | 81 |



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA  
(por ordem alfabética)

|                                    |                                     |  |
|------------------------------------|-------------------------------------|--|
| Alan Rick** (REPUBLICANOS-AC)      | Fernando Farias** (MDB-AL)          | Mecias de Jesus* (REPUBLICANOS-RR)     |
| Alessandro Vieira* (MDB-SE)        | Flávio Arns* (PSB-PR)               | Nelsinho Trad* (PSD-MS)                |
| Ana Paula Lobato** (PDT-MA)        | Flávio Bolsonaro* (PL-RJ)           | Omar Aziz** (PSD-AM)                   |
| Angelo Coronel* (PSD-BA)           | Giordano* (MDB-SP)                  | Oriovisto Guimarães* (PSDB-PR)         |
| Astronauta Marcos Pontes** (PL-SP) | Hamilton Mourão** (REPUBLICANOS-RS) | Otto Alencar** (PSD-BA)                |
| Augusta Brito** (PT-CE)            | Humberto Costa* (PT-PE)             | Paulo Paim* (PT-RS)                    |
| Beto Faro** (PT-PA)                | Irajá* (PSD-TO)                     | Plínio Valério* (PSDB-AM)              |
| Carlos Portinho* (PL-RJ)           | Ivete da Silveira* (MDB-SC)         | Professora Dorinha Seabra** (UNIÃO-TO) |
| Carlos Viana* (PODEMOS-MG)         | Izalci Lucas* (PL-DF)               | Randolfe Rodrigues* (PT-AP)            |
| Chico Rodrigues* (PSB-RR)          | Jader Barbalho* (MDB-PA)            | Renan Calheiros* (MDB-AL)              |
| Cid Gomes* (PSB-CE)                | Jaime Bagattoli** (PL-RO)           | Rodrigo Pacheco* (PSD-MG)              |
| Ciro Nogueira* (PP-PI)             | Jaques Wagner* (PT-BA)              | Rogério Carvalho* (PT-SE)              |
| Cleitinho** (REPUBLICANOS-MG)      | Jayme Campos* (UNIÃO-MT)            | Rogério Marinho** (PL-RN)              |
| Confúcio Moura* (MDB-RO)           | Jorge Kajuru* (PSB-GO)              | Romário** (PL-RJ)                      |
| Dameres Alves** (REPUBLICANOS-DF)  | Jorge Seif** (PL-SC)                | Sergio Moro** (UNIÃO-PR)               |
| Daniella Ribeiro* (PP-PB)          | José Lacerda* (PSD-MT)              | Sérgio Petecão* (PSD-AC)               |
| Davi Alcolumbre** (UNIÃO-AP)       | Jussara Lima** (PSD-PI)             | Soraya Thronicke* (PODEMOS-MS)         |
| Dr. Hiran** (PP-RR)                | Laércio Oliveira** (PP-SE)          | Styvenson Valentim* (PSDB-RN)          |
| Dra. Eudócia* (PL-AL)              | Leila Barros* (PDT-DF)              | Teresa Leitão** (PT-PE)                |
| Eduardo Braga* (MDB-AM)            | Lucas Barreto* (PSD-AP)             | Tereza Cristina** (PP-MS)              |
| Eduardo Girão* (NOVO-CE)           | Luis Carlos Heinze* (PP-RS)         | Vanderlan Cardoso* (PSD-GO)            |
| Eduardo Gomes* (PL-TO)             | Magno Malta** (PL-ES)               | Veneziano Vital do Rêgo* (MDB-PB)      |
| Efraim Filho** (UNIÃO-PB)          | Mara Gabrilli* (PSD-SP)             | Wellington Fagundes** (PL-MT)          |
| Eliziane Gama* (PSD-MA)            | Marcelo Castro* (MDB-PI)            | Weverton* (PDT-MA)                     |
| Esperidião Amin* (PP-SC)           | Marcio Bittar* (PL-AC)              | Wilder Moraes** (PL-GO)                |
| Fabiano Contarato* (PT-ES)         | Marcos Rogério* (PL-RO)             | Zenaide Maia* (PSD-RN)                 |
| Fernando Dueire* (MDB-PE)          | Marcos do Val* (PODEMOS-ES)         | Zequinha Marinho* (PODEMOS-PA)         |

Mandatos

\*: Período 2019/2027    \*\*: Período 2023/2031



## COMPOSIÇÃO

### COMISSÃO DIRETORA

#### PRESIDENTE

Davi Alcolumbre - (UNIÃO-AP)

#### 1º VICE-PRESIDENTE

Eduardo Gomes - (PL-TO)

#### 2º VICE-PRESIDENTE

Humberto Costa - (PT-PE)

#### 1ª SECRETÁRIA

Daniella Ribeiro - (PP-PB)

#### 2º SECRETÁRIO

Confúcio Moura - (MDB-RO)

#### 3ª SECRETÁRIA

Ana Paula Lobato - (PDT-MA)

#### 4º SECRETÁRIO

Laércio Oliveira - (PP-SE)

#### SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Chico Rodrigues - (PSB-RR)

2º Mecias de Jesus - (REPUBLICANOS-RR)

3º Styvenson Valentim - (PSDB-RN)

4ª Soraya Thronicke - (PODEMOS-MS)



COMPOSIÇÃO  
LIDERANÇAS

|  |   |  |
|--|---|--|
| <p><b>Bloco Parlamentar Democracia (MDB/UNIÃO/PODEMOS/PSDB) - 23</b></p> <p><b>Líder</b><br/><b>Efraim Filho - UNIÃO</b> (4,10,42,43,49,63,75)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do MDB - 11</b><br/><b>Eduardo Braga</b> (59)</p> <p>Vice-Líderes do MDB<br/>Marcelo Castro (84)<br/>Confúcio Moura (15,85)<br/>Giordano (86)</p> <p><b>Líder do UNIÃO - 5</b><br/><b>Efraim Filho</b> (4,10,42,43,49,63,75)</p> <p>Vice-Líderes do UNIÃO<br/>Professora Dorinha Seabra (18,41,92,95,102)<br/>Jayme Campos (93)</p> <p><b>Líder do PODEMOS - 4</b><br/><b>Carlos Viana</b> (57)</p> <p>Vice-Líder do PODEMOS<br/>Zequinha Marinho (108)</p> <p><b>Líder do PSDB - 3</b><br/><b>Plínio Valério</b> (33,61)</p> <p>Vice-Líder do PSDB<br/>Styvenson Valentim (29,83)</p> | <p><b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD/PSB) - 18</b></p> <p><b>Líder</b><br/><b>Eliziane Gama - PSD</b> (11,45,54)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PSD - 14</b><br/><b>Omar Aziz</b> (13,53)</p> <p>Vice-Líder do PSD<br/>Angelo Coronel (67)</p> <p><b>Líder do PSB - 4</b><br/><b>Cid Gomes</b> (73)</p> <p>Vice-Líder do PSB<br/>Jorge Kajuru (5,17,74)</p>       | <p><b>Bloco Parlamentar Vanguarda (PL/NOVO) - 16</b></p> <p><b>Líder</b><br/><b>Wellington Fagundes - PL</b> (24,37,69)</p> <p>Vice-Líder<br/>Astronauta Marcos Pontes (77)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PL - 15</b><br/><b>Carlos Portinho</b> (68)</p> <p>Vice-Líderes do PL<br/>Izalci Lucas (81,88,91,101,107)<br/>Jorge Seif (80,89)<br/>Jaime Bagattoli (82,90)</p> <p><b>Líder do NOVO - 1</b><br/><b>Eduardo Girão</b> (9,38)</p>   |
| <p><b>Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT/PDT) - 12</b></p> <p><b>Líder</b><br/><b>Weverton - PDT</b> (20,62,72)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PT - 9</b><br/><b>Rogério Carvalho</b> (60,96,97,104)</p> <p>Vice-Líderes do PT<br/>Augusta Brito (25,32,47,48,65,66,78,98,100,105)<br/>Teresa Leitão (35,64,99,106)</p> <p><b>Líder do PDT - 3</b><br/><b>Weverton</b> (20,62,72)</p>  | <p><b>Bloco Parlamentar Aliança (PP/REPUBLICANOS) - 12</b></p> <p><b>Líder</b><br/><b>Dr. Hiran - PP</b> (71)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PP - 7</b><br/><b>Tereza Cristina</b> (7)</p> <p>Vice-Líder do PP<br/>Esperidião Amin (87)</p> <p><b>Líder do REPUBLICANOS - 5</b><br/><b>Mecias de Jesus</b> (6,58)</p> <p>Vice-Líder do REPUBLICANOS<br/>Hamilton Mourão (14,103)</p> | <p><b>Maioria</b></p> <p><b>Líder</b><br/><b>Veneziano Vital do Rêgo - MDB</b> (76)</p>  |
| <p><b>Minoria</b></p> <p><b>Líder</b><br/><b>Ciro Nogueira - PP</b> (1,8)</p>  | <p><b>Bancada Feminina</b></p> <p><b>Líder</b><br/><b>Professora Dorinha Seabra - UNIÃO</b> (18,41,92,95,102)</p>   | <p><b>Governo</b></p> <p><b>Líder</b><br/><b>Jaques Wagner - PT</b> (2)</p> <p><b>Líder em exercício</b><br/><b>Rogério Carvalho - PT</b> (60,96,97,104)</p> <p>Vice-Líderes<br/>Rogério Carvalho (60,96,97,104)<br/>Otto Alencar (3,46,51,52)<br/>Confúcio Moura (15,85)<br/>Daniella Ribeiro (16)<br/>Jorge Kajuru (5,17,74)<br/>Randolfe Rodrigues (19)<br/>Weverton (20,62,72)<br/>Zenaide Maia (21)<br/>Augusta Brito (25,32,47,48,65,66,78,98,100,105)<br/>Leila Barros (79)</p> |
| <p><b>Oposição</b></p>   |   |  |



|   |  |  |
|---|--|--|
| <b>Líder</b><br><b>Rogério Marinho - PL</b> (50,70) |  |  |
| Vice-Líder<br>Marcos Rogério (44,94)                |  |  |

Notas:

1. Em 02.01.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder do Partido Progressista (Of. 36/2022-GLDPP).
2. Em 06.01.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado Líder do Governo (Mensagem nº 7, de 2023, da Presidência da República).
3. Em 01.02.2023, o Senador Otto Alencar foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2023-GLPSD).
4. Em 01.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do União Brasil (Of. 02/23-GLUNIAO).
5. Em 01.02.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 6/2023-GLPSB).
6. Em 01.02.2023, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 4/2023-GSMJESUS).
7. Em 02.02.2023, a Senadora Tereza Cristina Corrêa foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 1/2023-GLDPP).
8. Em 03.02.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder da Minoria (Of. 10/2023-GSCNOG).
9. Em 08.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado Líder do NOVO (Of. nº 19/2023-GSGIRAO).
10. Em 08.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 5/2023-GLUNIAO).
11. Em 28.02.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 01/2023-BLPRD).
12. Em 02.03.2023, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado Vice-Líder do Bloco Vanguarda (Of. 51/2023-BLVANG).
13. Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado 1º Vice-Líder do Partido Social Democrático (Of. 007/2023-GLPSD).
14. Em 09.03.2023, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. 17/2023-GSMJESUS).
15. Em 23.03.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
16. Em 23.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada 3ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
17. Em 23.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
18. Em 23.03.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 5ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
19. Em 23.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
20. Em 23.03.2023, o Senador Weverton Rocha foi designado 7º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
21. Em 23.03.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada 8ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
22. Em 17.05.2023, a Senadora Jussara Lima foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. 41/2023).
23. Em 24.10.2023, a Senadora Augusta Brito foi designada 8ª Vice-Líder do Governo (Of. nº 104/2023-GLDGOV).
24. Em 03.11.2023, o Senador Wellington Fagundes retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
25. Em 12/12/2023, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
26. Em 12/12/2023, a Senadora Jussara Lima deixa de exercer a função de vice-líder da Bancada Feminina no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
27. Em 21.02.2024, o Senador Rodrigo Cunha foi designado Líder do Podemos (Of. 004/2024-GLPODEMOS).
28. Em 27.02.2024, o Senador Beto Faro foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 005/2024-GLDPT).
29. Em 28.02.2024, o Senador Styvenson Valentim foi designado 1º Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 05/2024-GLPODEMOS).
30. Em 28.02.2024, o Senador Marcos do Val foi designado 2º Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 05/2024-GLPODEMOS).
31. Em 06.03.2024, o Senador Laércio Oliveira foi designado Líder do Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 10/2024-GABLI/BLALIAN).
32. Em 31.03.2024, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
33. Em 09.04.2024, o Senador Plínio Valério foi designado Líder do PSDB (Of. nº 008/2024-GSPVALER).
34. Em 03.05.2024, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. nº 79/2024-GSALOBAT).
35. Em 23.05.2024, a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
36. Em 23.05.2024, a Senadora Soraya Thronicke foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
37. Em 11/06/2024, o Senador Wellington Fagundes deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar Vanguarda pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
38. Em 18.06.2024, o Senador Eduardo Girão foi designado 2º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
39. Em 18.06.2024, o Senador Magno Malta foi designado 3º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
40. Em 18.06.2024, o Senador Eduardo Gomes foi designado 4º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
41. Em 18.06.2024, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 2ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 64/2024-BLDEM).
42. Em 19/06/2024, o Senador Efraim Filho deixa de exercer a função de líder do União Brasil pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
43. Em 19/06/2024, o Senador Efraim Filho deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar Democracia pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
44. Em 24.06.2024, o Senador Marcos Rogério foi designado Líder da Oposição (Of. nº 034/2024-BLVANGUAR).
45. Em 16/07/2024, a Senadora Eliziane Gama deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática pelo motivo de "Ocupação de cargo de ministro/secretário".
46. Em 17.07.2024, o Senador Otto Alencar foi designado Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 50/2024-GLDPSB).
47. Em 31.07.2024, a Senadora Augusta Brito retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 27/2024-GSABRITO).
48. Em 04.09.2024, a Senadora Augusta Brito foi designada 9ª Vice-Líder do Governo (Of. nº 27/2024-GLDGOV).
49. Em 18.10.2024, o Senador Efraim Filho retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 21/2024-GSEFILHO).
50. Em 18.10.2024, o Senador Rogério Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. nº 50/2024-BLVANG).
51. Em 22.10.2024, o Senador Otto Alencar foi designado 1º Vice-Líder do Governo (Of. nº 7/2024-GLDGOV).
52. Em 22.10.2024, o Senador Otto Alencar foi designado Líder em exercício do Governo (Of. nº 7/2024-GLDGOV).
53. Em 30.10.2024, o Senador Omar Aziz foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 016/2024-GLPSD).
54. Em 11.11.2024, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 57/2024-GLDPSB).
55. Em 13.11.2024, o Senador Flávio Arns foi designado 1º Vice-líder do PSB (Of. 58/2024-GLDPSB).
56. Em 29/12/2024, o Senador Rodrigo Cunha foi destituído da função de líder do Podemos pelo motivo de "Renúncia".
57. Em 02.01.2025, o Senador Carlos Viana foi designado Líder do Podemos (Of. nº 115/2024-GLPODEMOS).
58. Em 14.01.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 052/2024-GABLI/GLREPUBL)

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



59. Em 28.01.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 039/2024-GLMDB).
60. Em 01.02.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 001/2025-GLDPT).
61. Em 01.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. nº 003/2025-GSPVALER).
62. Em 01.02.2025, o Senador Weverton foi designado Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. nº 18/2025).
63. Em 01.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do União Brasil (Of. nº 4/2025-GLUNIAO).
64. Em 01.02.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2025-GLDPT).
65. Em 01/02/2025, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Partido dos Trabalhadores pelo motivo de "Retorno do titular".
66. Em 01/02/2025, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
67. Em 03.02.2025, o Senador Angelo Coronel foi designado 1º Vice-Líder do PSD (Of. nº 5/2025-GLPSD).
68. Em 03.02.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado Líder do Partido Liberal (Of. nº 5/2025-GLPL).
69. Em 03.02.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 2/2025-BLVANG).
70. Em 04.02.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. 03/2025-BLVANG).
71. Em 17.02.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado Líder do Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 001/2025-GABLID/BLALIAN).
72. Em 18.02.2025, o Senador Weverton foi designado Líder do Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. 25/2025).
73. Em 18.02.2025, o Senador Cid Gomes foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 008/2025-GLDPSB).
74. Em 18.02.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado Vice-Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 008/2025-GLDPSB).
75. Em 19.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 24/2025-GLMDB).
76. Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder da Maioria (Of. 24/2025-GLMDB).
77. Em 27.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 13/2025-BLVANG).
78. Em 13.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada 9ª Vice-Líder do Governo (Of. s/n/2025-GLDGOV).
79. Em 13.03.2025, a Senadora Leila Barros foi designada 10ª Vice-Líder do Governo (Of. s/n/2025-GLDGOV).
80. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
81. Em 21.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado 2º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
82. Em 21.03.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado 3º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
83. Em 25.03.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado Vice-Líder do PSDB (Of. nº 005/2025-GSPVALER).
84. Em 02.04.2025, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
85. Em 02.04.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
86. Em 02.04.2025, o Senador Giordano foi designado 3º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
87. Em 07.04.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado Vice-Líder do Partido Progressistas (Of. nº 19/2025-GLPP).
88. Em 08.05.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
89. Em 08.05.2025, o Senador Jorge Seif foi designado 2º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
90. Em 08.05.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado 3º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
91. Em 27.05.2025, o Senador Carlos Portinho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido Liberal, pelo período de 03/06/2025 a 17/07/2025. Durante seu afastamento, o Senador Izalci Lucas exercerá a Liderança (Of. nº 019/2025-GLPL).
92. Em 11.06.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 1ª Vice-Líder do União Brasil (Of. nº 28/2025-GLUNIAO).
93. Em 11.06.2025, o Senador Jayme Campos foi designado 2º Vice-Líder do União Brasil (Of. nº 28/2025-GLUNIAO).
94. Em 12.06.2025, o Senador Marcos Rogério foi designado 1º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 181/2025-GSRMARIN).
95. Em 09.07.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 188/2025-GSLB).
96. Em 13.08.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado 1º Vice-Líder do Governo, renumerando-se os demais Vice-Líderes (Of. nº 015/2025-GLDGOV).
97. Em 13.08.2025, o Senador Jaques Wagner comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Governo. Durante seu afastamento, o Senador Rogério Carvalho exercerá a Liderança (Of. nº 015/2025-GLDGOV).
98. Em 13.08.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 025/2025-GLDPT).
99. Em 13.08.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada 2ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 025/2025-GLDPT).
100. Em 13.08.2025, o Senador Rogério Carvalho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido dos Trabalhadores. Durante seu afastamento, a Senadora Augusta Brito exercerá a Liderança (Of. nº 025/2025-GLDPT).
101. Em 11.09.2025, o Senador Carlos Portinho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido Liberal, pelo período de 11/09/2025 a 20/09/2025. Durante seu afastamento, o Senador Izalci Lucas exercerá a Liderança (Of. nº 031/2025-GLPL).
102. Em 17.09.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Assunção da Liderança da Bancada Feminina no Senado Federal" (Of. nº 716/2025-GSPDORIN).
103. Em 08.10.2025, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. nº 056/2025-GABLID/GLREPUBL).
104. Em 14.10.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 027/2025-GLDPT).
105. Em 14.10.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 027/2025-GLDPT).
106. Em 14.10.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada 2ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 027/2025-GLDPT).
107. Em 27.10.2025, o Senador Carlos Portinho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido Liberal, pelo período de 27/10/2025 a 04/11/2025. Durante seu afastamento, o Senador Izalci Lucas exercerá a Liderança (Of. nº 33/2025-GLPL).
108. Em 27.10.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 49/2025-GLPODEMOS).





COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DO ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA

**Finalidade:** verificar "in loco", no prazo de 180 dias, a situação política e social do Estado Plurinacional da Bolívia, no que diz respeito à cláusula democrática do Mercosul, prevista nos Protocolos de Ushuaia, cujo texto estabelece que a plena vigência das instituições democráticas é indispensável para o desenvolvimento dos processos de integração entre os signatários do referido Bloco.

Requerimento nº 1.067, de 2023

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

| TITULARES                                     | SUPLENTES |
|---|-----------|
| Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(1)</sup> | 1.        |
|   | 2.        |

**Notas:**

1. Em 15.03.2024, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 18/2024-BLDEM).



2) GRUPO DE TRABALHO SOBRE REGULAMENTAÇÃO  
DA MINERAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS.

**Finalidade:** elaborar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, projeto de lei para regulamentar a atividade de mineração em terras indígenas.

ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL Nº 1, DE 2025

**PRESIDENTE:** Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(3)</sup>

**RELATOR:** Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(3)</sup>

**Leitura:** 22/04/2025

**Instalação:** 21/10/2025

**Prazo final:** 30/05/2026

MEMBROS

|  |
|--|
| Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(2)</sup>          |
| Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(2)</sup>          |
| Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(2)</sup> |
| Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(2)</sup>            |
| Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(2)</sup>     |
| Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(2)</sup>            |
| Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(2)</sup>          |
| Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(2)</sup>           |
| Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(2)</sup>                 |
| Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) <sup>(2)</sup>          |
| Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(2)</sup>                |

**Notas:**

1. Em 22.04.2025, a Presidência designa a Senadora Tereza Cristina Presidente do Grupo de Trabalho (ATS nº 1/2025).
2. Em 22.04.2025, a Presidência designa os Senadores Tereza Cristina, Plínio Valério, Mecias de Jesus, Eduardo Braga, Zequinha Marinho, Marcos Rogério, Rogério Carvalho, Efraim Filho, Weverton, Rodrigo Pacheco e Cid Gomes membros para compor a comissão (ATS nº1/2025).
3. Em 21.10.2025, o Grupo de Trabalho reunido elegeu o Senador Marcos Rogério como Vice-Presidente. Designado Relator o Senador Rogério Carvalho (Of. nº 1/2025-GTMTI).

**Secretário(a):** Marcelo Assaife Lopes | Adjunto: Henrique Cândido Evangelista

**Telefone(s):** 3303 3490

**E-mail:** gtmti@senado.leg.br



3) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA  
INVESTIGAR A SITUAÇÃO DOS BRASILEIROS NA BOLÍVIA

**Finalidade:** Investigar, no prazo de 120 dias, a situação dos brasileiros na Bolívia, principalmente os estudantes, e o caso Jenife Silva, estudante de medicina amapaense recentemente assassinada naquele país.

Requerimento nº 268, de 2025

---

**MEMBROS**

---

**Secretário(a):** Renata Felix Perez | Adjunto: Antonio Silva Neto  
**Telefone(s):** 3303 3490



4) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA INTERLOCUÇÃO  
SOBRE AS RELAÇÕES ECONÔMICAS BILATERAIS COM OS EUA

**Finalidade:** Manter, no prazo de 60 dias, interlocução "in loco" com parlamentares norte-americanos em Washington, DC, sobre as relações econômicas bilaterais.

Requerimento nº 556, de 2025

**Número de membros:** 4 titulares e 4 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(1)</sup>

**RELATORA:** Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(3)</sup>

**Instalação:** 07/08/2025

**Prazo final:** 06/10/2025

**Prazo prorrogado:** 06/12/2025

| TITULARES                                       | SUPLENTES  |
|---|--|
| Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2)</sup>   | 1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(2)</sup> |
| Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(2)</sup> | 2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(2)</sup>          |
| Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(2)</sup>    | 3. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(2)</sup>         |
| Senador Fernando Farias (MDB-AL) <sup>(2)</sup> | 4. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(2)</sup>        |

**Notas:**

- 1. Em 17.07.2025, a Presidência designa o Senador Nelsinho Trad Presidente desta comissão.
- 2. Em 17.07.2025, a Presidência designa os Senadores Nelsinho Trad, Tereza Cristina, Jaques Wagner e Fernando Farias membros titulares e os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Esperidião Amin, Rogério Carvalho e Carlos Viana, membros suplentes, para compor a comissão.
- 3. Em 07.08.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada Relatora desta comissão (Of. nº 3/2025-CTEUA).

**Secretário(a):** Anderson Antunes de Azevedo | Adjunto: Victor Ramon Gonçalves Ferreira

**Telefone(s):** 3303-3517



5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA EXAMINAR O  
PROJETO DE LEI Nº 4, DE 2025 (ART. 374 RISF)

**Finalidade:** destinada a analisar o Projeto de Lei nº 4, de 2025, que "dispõe sobre a atualização da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e da legislação correlata".  
ATS nº 19, de 2025

**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) <sup>(2)</sup>  
**VICE-PRESIDENTE:** Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(2)</sup>  
**RELATOR:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 24/09/2025  
**Apresentação Emendas - prazo final quadruplicado:** 03/03/2026  
**Relatórios Parciais - prazo final quadruplicado:** 30/04/2026  
**Relat. Relator-Geral - prazo final quadruplicado:** 29/05/2026  
**Parecer Final Comissão - prazo final quadruplicado:** 29/06/2026

| TITULARES   | SUPLENTES  |
|---|--|
| Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(1)</sup> | 1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(1)</sup>           |
| Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(1)</sup>          | 2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(1)</sup>           |
| Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(1)</sup>   | 3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(1)</sup>    |
| Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) <sup>(1)</sup>         | 4. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(1)</sup>          |
| Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(1)</sup>            | 5. Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(1)</sup>               |
| Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(1)</sup>             | 6. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) <sup>(1)</sup>         |
| Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(1)</sup>           | 7. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(1)</sup>            |
| Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(1)</sup>          | 8. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(1)</sup> |
| Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(1)</sup>                | 9. Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(1)</sup>           |
| Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(1)</sup>        | 10. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) <sup>(1)</sup>      |
| Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(1)</sup>         | 11. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(1)</sup>        |

**Notas:**  
1. Em 23.09.2025, a Presidência designa os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Soraya Thronicke, Rodrigo Pacheco, Otto Alencar, Flávio Arns, Marcos Rogério, Carlos Portinho, Weverton, Fabiano Contarato e Tereza Cristina membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Sergio Moro, Zequinha Marinho, Angelo Coronel, Omar Aziz, Chico Rodrigues, Eduardo Gomes, Astronauta Marcos Pontes, Augusta Brito, Randolfe Rodrigues e Laércio Oliveira membros suplentes, para compor a comissão (ATS nº19/2025).  
2. Em 24.09.2025, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Pacheco e Efraim Filho a Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado. Designado Relator o Senador Veneziano Vital do Rêgo.  
**Secretário(a):** Lenita Cunha e Silva | Adjuntos: Henrique Evangelista e Keny Martins  
**Telefone(s):** 6133033490  
**E-mail:** ctcivil@senado.leg.br



**COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO****1)CPI DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

**Finalidade:** apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, com limite de despesas de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher desde 2019 até os dias atuais, com base em diferentes levantamentos e estudos, com a finalidade de investigar a ação ou omissão do poder público com relação à aplicação dos instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres da violência, bem como suas responsabilidades decorrentes do descumprimento da legislação criada para esse fim.

Requerimento nº 157, de 2024

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**Leitura:** 13/03/2024



2)CPI DO CRIME ORGANIZADO

**Finalidade:** apurar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, com limite de despesas de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), a atuação, a expansão e o funcionamento de organizações criminosas no território brasileiro, em especial de facções e milícias, investigando-se o "modus operandi" de cada qual, as condições de instalação e desenvolvimento em cada região, bem como as respectivas estruturas de tomada de decisão, de modo a permitir a identificação de soluções adequadas para o seu combate, especialmente por meio do aperfeiçoamento da legislação atualmente em vigor.

Requerimento 470, de 2025

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(12)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(12)</sup>

**RELATOR:** Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(12)</sup>

Leitura: 17/06/2025  
Instalação: 04/11/2025  
Prazo final: 14/04/2026

| TITULARES   | SUPLENTES  |
|---|--|
| Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)  |  |
| Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(5)</sup>         | 1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(10,15)</sup> |
| Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(1,13,20,21)</sup>    | 2. Senador Marcio Bittar (PL-AC) <sup>(1,13,20)</sup>          |
| Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(6)</sup>         |  |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)   |  |
| Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2)</sup>              | 1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) <sup>(8,9,11,19)</sup>   |
| Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(8,14,17)</sup>      | 2.   |
| Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(7)</sup>              |  |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)                    |  |
| Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(3,22)</sup>          | 1. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(3)</sup>              |
| Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(3)</sup>                |  |
| Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)                   |  |
| Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(4,16)</sup>        | 1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(4,16)</sup>             |
| Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(4,16)</sup>       |  |
| Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)              |  |
| Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(18)</sup> | 1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(18)</sup>             |

- Notas:**
- Em 20.10.2025, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular e o Senador Marcio Bittar, membro suplente, pela liderança do União Brasil, para compor a comissão (Of. nº 31/2025-GLUNIAO).
  - Em 20.10.2025, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, pela liderança do Partido Social Democrático, para compor a comissão (Of. nº 16/2025-GLPSD).
  - Em 20.10.2025, os Senadores Flávio Bolsonaro e Magno Malta foram designados membros titulares e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, pela liderança do Partido Liberal, para compor a comissão (Of. nº 21/2025-GLPL).
  - Em 20.10.2025, os Senadores Rogério Carvalho e Jaques Wagner foram designados membros titulares e o Senador Fabiano Contarato, membro suplente, pela liderança do Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 31/2025-BLPBRA).
  - Em 20.10.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pela liderança do Movimento Democrático Brasileiro, para compor a comissão (Of. nº 70/2025-GLMDB).
  - Em 20.10.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pela liderança do PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPODEMOS).
  - Em 21.10.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pela liderança do Partido Socialista Brasileiro, para compor a comissão (Of. nº 57/2025-GLDPSB).
  - Em 30.10.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro titular e a Senadora Zenaide Maia, membro suplente, pela liderança do Partido Social Democrático, para compor a comissão (Of. nº 18/2025-GLPSD).
  - Em 03.11.2025, a Senadora Zenaide Maia deixa de compor a comissão, pela liderança do Partido Social Democrático (Of. nº 19/2025-GLPSD).
  - Em 03.11.2025, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pela liderança do Movimento Democrático Brasileiro, para compor a comissão (Of. nº 100/2025-GLMDB).



11. Em 03.11.2025, o Senador Angelo Coronel foi designado membro suplente, pela liderança do Partido Social Democrático, para compor a comissão (Of. nº 20/2025-GLPSD).
12. Em 04.11.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Hamilton Mourão Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado. Designado relator o Senador Alessandro Vieira (Of. nº 1/2025-CPICRIME).
13. Em 04.11.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sergio Moro, que passa a membro suplente, pela liderança do União Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2025-GLUNIAO).
14. Em 04.11.2025, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que deixa de compor a comissão, pela liderança do Partido Social Democrático (Of. nº 21/2025-GLPSD).
15. Em 04.11.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a comissão, pela liderança do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 103/2025-GLMDB).
16. Em 04.11.2025, os Senadores Rogério Carvalho e Fabiano Contarato foram designados membros titulares e o Senador Jaques Wagner, membro suplente, pela liderança do Partido dos Trabalhadores, para compor a comissão (Of. nº 28/2025-GLDPT).
17. Em 04.11.2025, o Senador Angelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Omar Aziz, que deixa de compor a comissão, pela liderança do Partido Social Democrático (Of. nº 22/2025-GLPSD).
18. Em 04.11.2025, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro titular e o Senador Esperidião Amin, membro suplente, pela liderança do Partido Progressistas, para compor a comissão (Of. nº 58/2025-GLPP).
19. Em 04.11.2025, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelas lideranças do Partido Social Democrático e do Partido dos Trabalhadores, em vaga cedida pelo PSD, para compor a comissão (Of. 23/2025-GLPSD).
20. Em 06.11.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, que passa a membro suplente, em substituição ao Senador Sergio Moro, que deixa de compor a comissão, pela liderança do União Brasil (Of. nº 40/2025- GLUNIAO).
21. Em 12.11.2025, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pela liderança do União Brasil (Of. nº 42/2025- GLUNIAO).
22. Em 02.12.2025, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Bolsonaro, que deixa de compor a comissão, pela liderança do Partido Liberal (Of. nº 36/2025-GLPL).

**Secretário(a):** Anderson Antunes de Azevedo | Adjuntas: Fernanda Moreira Pinheiro Lima e Renata Félix Peres

**E-mail:** cpicrime@senado.leg.br





### 3)CPI DA ADULTIZAÇÃO

**Finalidade:** Para, no prazo de 180 dias, com limite de despesas de R\$ 400.000,00, realizar investigação das irregularidades e dos crimes cometidos contra crianças e adolescentes no País; bem como apuração da atuação de influenciadores digitais e plataformas de redes sociais na promoção e disseminação de conteúdos que sexualizam crianças e adolescentes; a investigação da relação entre o conteúdo exposto por influenciadores como Hytalo Santos e a potencial exploração sexual de menores; e o exame da efetividade das políticas de proteção à infância no ambiente digital e a resposta das autoridades competentes às denúncias de pedofilia e abuso online.

Requerimentos nºs 618 e 619, de 2025

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**Leitura:** 20/08/2025



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(6)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(17)</sup>

| TITULARES   | Suplentes   |
|---|---|
| Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB )      |   |
| Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(1,10)</sup>                | 1. Senador Fernando Farias (MDB-AL) <sup>(1,10)</sup>         |
| Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(1,10)</sup>              | 2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(1,10)</sup>          |
| Senador Fernando Dueire (MDB-PE) <sup>(1,10)</sup>              | 3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) <sup>(1,10)</sup>          |
| Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(1,10)</sup>            | 4. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(1,10)</sup>   |
| Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) <sup>(3,10)</sup>           | 5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(3,10)</sup> |
| Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(3,10)</sup> | 6. Senador Marcio Bittar (PL-AC) <sup>(3,10)</sup>            |
| Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(7,10)</sup>             | 7. Senador Giordano (MDB-SP) <sup>(7,10)</sup>                |
| Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(8,10)</sup>              | 8. Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) <sup>(8,10)</sup>    |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PSB )       |   |
| Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(4)</sup>                    | 1. Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(4)</sup>                  |
| Senador Irajá (PSD-TO) <sup>(4)</sup>                           | 2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(4)</sup>               |
| Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(4)</sup>                  | 3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(4)</sup>                  |
| Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(4)</sup>                   | 4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(4)</sup>              |
| Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(4,14,18)</sup>         | 5. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) <sup>(4)</sup>           |
| Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(4)</sup>                  | 6. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) <sup>(4)</sup>             |
| Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )                        |   |
| Senador Izalci Lucas (PL-DF) <sup>(2)</sup>                     | 1. Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(2)</sup>                 |
| Senador Rogerio Marinho (PL-RN) <sup>(2)</sup>                  | 2. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(2)</sup>             |
| Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(2)</sup>                       | 3. Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) <sup>(2)</sup>               |
| Senador Wilder Moraes (PL-GO) <sup>(2)</sup>                    | 4. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(2)</sup>             |
| Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(2)</sup>              | 5. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(2,13)</sup>            |
| Bloco Parlamentar Pelo Brasil ( PT, PDT )                       |   |
| Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) <sup>(9)</sup>               | 1. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(9,15,16)</sup>        |
| Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(9)</sup>                   | 2. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(9)</sup>                  |
| Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(9)</sup>                 | 3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(9)</sup>               |
| Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(9)</sup>                   | 4. Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(9)</sup>                   |
| Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )                  |   |
| Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(5)</sup>                    | 1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(5)</sup>             |
| Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(5)</sup>               | 2. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(5)</sup>            |
| Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(5,11)</sup>     | 3. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(11)</sup>   |
| Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(5)</sup>        | 4. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(5,12)</sup>         |

**Notas:**  
\*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, de acordo com o cálculo de proporcionalidade de 18/02/2025.  
1. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Dueire e Alessandro Vieira foram indicados membros titulares, e os Senadores Fernando Farias, Jader Barbalho, Veneziano Vital do Rêgo e Giordano membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GLMDB).



2. Em 18.02.2025, os Senadores Izalci Lucas, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Wilder Moraes e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, e os Senadores Magno Malta, Jaime Bagattoli, Dra. Eudócia, Eduardo Girão e Romário membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, os Senadores Alan Rick e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares, e os Senadores Efraim Filho e Marcio Bittar membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
4. Em 18.02.2025, os Senadores Jorge Kajuru, Irajá, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares, e os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Omar Aziz, Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro e Eliziane Gama membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze, Laércio Oliveira e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Esperidião Amin, Tereza Cristina e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN).
6. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Renan Calheiros Presidente deste colegiado.
7. Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e a Senadora Soraya Thronicke, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
8. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
9. Em 18.02.2025, os Senadores Randolfe Rodrigues, Augusta Brito, Rogério Carvalho e Leila Barros foram designados membros titulares, e os Senadores Teresa Leitão, Paulo Paim, Jaques Wagner e Weverton membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT).
10. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Farias, Efraim Filho, Jader Barbalho, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Giordano e Oriovisto Guimarães membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM).
11. Em 21.02.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão; e a Senadora Damares Alves designada terceira suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 005/2025-GABLID/BLALIAN).
12. Em 10.03.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GABLID/BLALIAN).
13. Em 12.03.2025, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 019/2025-BLVANG).
14. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDM).
15. Em 02.09.2025, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Teresa Leitão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 17/2025-BLPBRA).
16. Em 10.09.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 19/2025-BLPBRA).
17. Em 07.10.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Laércio Oliveira Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 10/2025-CAE).
18. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDM).

**Secretário(a):** João Pedro de Souza Lobo Caetano

**Reuniões:** Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19

**Telefone(s):** 6133033516

**E-mail:** cae@senado.leg.br



### 1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE MUNICIPALISTA

**Finalidade:** opinar sobre questões municipalistas, tais como: (a) desenvolvimento econômico-social; (b) políticas de financiamento das ações de competência municipal, inclusive mediante transferências constitucionais; (c) endividamento público; (d) política tributária; (e) viabilidade econômica e fiscal para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios; (f) cooperação técnica e financeira com a União; (g) políticas de geração de emprego e renda; e (h) políticas de ordenamento territorial.

**(Requerimento 160, de 2023 - CAE)**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**Secretário(a):** João Pedro de Souza Lobo Caetano

**Reuniões:** Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19

**Telefone(s):** 6133033516

**E-mail:** cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(7)</sup>

VICE-PRESIDENTE: Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) <sup>(7)</sup>

| TITULARES  | Suplentes   |
|--|---|
| Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB )       |   |
| Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(1,11)</sup>                | 1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(1,11)</sup>           |
| Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(1,11)</sup>                 | 2. VAGO <sup>(1,11)</sup>                                       |
| Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(3,11)</sup>                | 3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(3,11)</sup>   |
| Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) <sup>(3,11,14)</sup>             | 4. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(3,11)</sup>     |
| Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(15,19)</sup> | 5. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) <sup>(8,11,13,19)</sup> |
| Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(10,11)</sup>              | 6. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) <sup>(12)</sup>             |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PSB )        |   |
| Senadora Jussara Lima (PSD-PI) <sup>(4)</sup>                    | 1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(4)</sup>                 |
| Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(4)</sup>                   | 2. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(4)</sup>               |
| Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) <sup>(4)</sup>                    | 3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(4)</sup>                |
| Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(4)</sup>                   | 4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(4)</sup>                |
| Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(4)</sup>                      | 5. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) <sup>(9)</sup>             |
| Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )                         |   |
| Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) <sup>(2)</sup>                     | 1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(2)</sup>      |
| Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(2,20,21,22,23,25,26)</sup> | 2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) <sup>(2)</sup>               |
| Senador Romário (PL-RJ) <sup>(2)</sup>                           | 3. Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(2)</sup>                   |
| Senador Wilder Moraes (PL-GO) <sup>(2)</sup>                     | 4. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(17)</sup>              |
| Bloco Parlamentar Pelo Brasil ( PT, PDT )                        |   |
| Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(6,24)</sup>               | 1. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(6)</sup>             |
| Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(6)</sup>                    | 2. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(6)</sup>                |
| Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) <sup>(6)</sup>                | 3. Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(6)</sup>                |
| Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )                   |   |
| Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(5)</sup>                  | 1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(16)</sup>    |
| Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(5)</sup>                         | 2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(18)</sup>              |
| Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(5)</sup>          | 3. Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) <sup>(5,27)</sup>        |

- Notas:**
1. Em 18.02.2025, os Senadores Marcelo Castro e Eduardo Braga foram designados membros titulares e os Senadores Renan Calheiros e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 020/2025-GLMDB).
2. Em 18.02.2025, os Senadores Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Romário e Wilder Moraes foram designados membros titulares e os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Rogerio Marinho e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, os Senadores Efraim Filho e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares e os Senadores Alan Rick e Marcio Bittar, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
4. Em 18.02.2025, os Senadores Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão e Flávio Arns foram designados membros titulares e os Senadores Otto Alencar, Angelo Coronel, Lucas Barreto e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares e o Senador Cleitinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN).
6. Em 18.02.2025, os Senadores Paulo Paim, Humberto Costa e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares e os Senadores Fabiano Contarato, Teresa Leitão e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).
7. Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu os Senadores Marcelo Castro e Dra. Eudócia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
8. Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
9. Em 19.02.2025, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2025-GSEGAMA).
10. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 19.02.2025, os Senadores Marcelo Castro, Eduardo Braga, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra e Plínio Valério foram designados membros titulares e os Senadores Renan Calheiros, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke e Marcio Bittar, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).
12. Em 19.02.2025, o Senador Fernando Dueire foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-BLDEM).
13. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM).
14. Em 20.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, em substituição à Senadora Professora Dorinha Seabra, que deixa de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 012/2025-BLDEM).
15. Em 20.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 013/2025-BLDEM).
16. Em 21.02.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-GABLI/BLALIAN).
17. Em 24.02.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-BLVANG).
18. Em 25.03.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 013/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 26/03/2025, p. 121](#))
19. Em 07.04.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 028/2025-BLDEM).
20. Em 09.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 045/2025-BLVANG).
21. Em 28.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 057/2025-BLVANG).
22. Em 20.08.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 075/2025-BLVANG).
23. Em 06.10.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 098/2025-BLVANG).
24. Em 19.11.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 40/2025-BLPBRA).
25. Em 24.11.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 128/2025-BLVANG).
26. Em 02.12.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 131/2025-BLVANG).
27. Em 02.12.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Cleitinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 69/2025-GABLI/BLALIAN).

**Secretário(a):** Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

**Telefone(s):** 3303-4608

**E-mail:** cas@senado.leg.br



2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS

**Finalidade:** acompanhar e aprimorar as políticas públicas direcionadas às pessoas com doenças raras.

**(Requerimento 53, de 2023 - CAS)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Instalação:** 30/08/2023

| TITULARES  | SUPLENTES |
|--|-----------|
| Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB ) |           |
| Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(1)</sup>             | 1.        |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PSB )  |           |
|  | 1.        |
| Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )                   |           |
|  | 1.        |
| Bloco Parlamentar Pelo Brasil ( PT, PDT )                  |           |
| Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(2)</sup>                  | 1.        |
| Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )             |           |
| Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(3)</sup>                   | 1.        |

- Notas:**
- 1. Em 11.08.2025, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 191/2025-SACAS).
  - 2. Em 11.08.2025, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 191/2025-SACAS).
  - 3. Em 11.08.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 191/2025-SACAS).

**Secretário(a):** Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro  
**Telefone(s):** 3303-4608  
**E-mail:** cas@senado.leg.br



2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COM O OBJETIVO DE DEBATER PROPOSTAS  
RELACIONADAS À PREVENÇÃO E AO TRATAMENTO DE CÂNCER.

**Finalidade:** Debater, apreciar e elaborar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, propostas relacionadas à regulamentação, ao financiamento, ao desenvolvimento e à incorporação no sistema de saúde de terapias, vacinas e medicamentos de alto custo, para prevenção ou tratamento dos diferentes tipos de câncer.

(Requerimento 54, de 2025 - CAS)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(4)</sup>

**Instalação:** 27/08/2025

**Prazo final:** 05/04/2026

| TITULARES  | SUPLENTES  |
|--|--|
| Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB ) |  |
|  | 1.   |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PSB )  |  |
| Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(5)</sup>             | 1.   |
| Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )                   |  |
| Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) <sup>(1)</sup>               | 1.   |
| Bloco Parlamentar Pelo Brasil ( PT, PDT )                  |  |
| Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(2)</sup>                  | 1.   |
| Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )             |  |
| Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(3)</sup>                   | 1. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(6)</sup> |

- Notas:**
1. Em 21.08.2025, a Senadora Dra. Eudócia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 224/2025-SACAS).
  2. Em 21.08.2025, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 224/2025-SACAS).
  3. Em 21.08.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 224/2025-SACAS).
  4. Em 27.08.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Dra. Eudócia e o Senador Dr. Hiran, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
  5. Em 01.09.2025, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 245/2025-SACAS).
  6. Em 15.09.2025, a Senadora Damares Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 295/2025-SACAS).

**Secretário(a):** Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro  
**Telefone(s):** 3303-4608  
**E-mail:** cas@senado.leg.br





3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(7)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(14)</sup>

| TITULARES   | Suplentes  |
|---|--|
| <b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB )</b> |  |
| Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(1,12)</sup>                  | 1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(1,12)</sup>            |
| Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(1,12)</sup>                | 2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(1,12)</sup> |
| Senador Jader Barbalho (MDB-PA) <sup>(1,12,19,20)</sup>           | 3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(1,12)</sup>               |
| Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(1,12)</sup>        | 4. Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) <sup>(9,12)</sup>               |
| Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(3,12)</sup>                  | 5. Senador Giordano (MDB-SP) <sup>(3,12)</sup>                     |
| Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) <sup>(3,12)</sup>             | 6. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(3,11,12,16)</sup>   |
| Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(8,12)</sup>          | 7. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(8,12)</sup>              |
| Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) <sup>(10,12)</sup>          | 8. Senador Fernando Farias (MDB-AL) <sup>(10,12)</sup>             |
| Senador Marcio Bittar (PL-AC) <sup>(11,12)</sup>                  | 9. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(11,12)</sup>              |
| <b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PSB )</b>  |  |
| Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(4)</sup>                      | 1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(4)</sup>                  |
| Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(4)</sup>                         | 2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) <sup>(4,13,15)</sup>             |
| Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) <sup>(4,30,32)</sup>              | 3. Senador Irajá (PSD-TO) <sup>(4,23,26)</sup>                     |
| Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(4,15)</sup>              | 4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(4)</sup>                  |
| Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) <sup>(4)</sup>                   | 5. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(4,27)</sup>               |
| Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(4,31,33,34,36)</sup>             | 6. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(4,35,36)</sup>              |
| <b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )</b>                   |  |
| Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(2)</sup>                    | 1. Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(2)</sup>                       |
| Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(2)</sup>                    | 2. Senador Izalci Lucas (PL-DF) <sup>(2,21,24)</sup>               |
| Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(2)</sup>                        | 3. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(2)</sup>                    |
| Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(2)</sup>                     | 4. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) <sup>(2)</sup>                 |
| Senador Rogerio Marinho (PL-RN) <sup>(2)</sup>                    | 5. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(2,17,18)</sup>            |
| <b>Bloco Parlamentar Pelo Brasil ( PT, PDT )</b>                  |  |
| Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(5)</sup>                   | 1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) <sup>(5)</sup>               |
| Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(5)</sup>                  | 2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(5,22,37)</sup>              |
| Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(5)</sup>                     | 3. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(5,25)</sup>                |
| Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(5)</sup>                          | 4. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) <sup>(5)</sup>               |
| <b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>             |  |
| Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(6,38,39)</sup>                | 1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(6,28,29)</sup>           |
| Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(6)</sup>                    | 2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(6)</sup>                        |
| Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(6,11)</sup>       | 3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(6,11)</sup>     |

**Notas:**  
\*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, de acordo com o cálculo de proporcionalidade de 18/02/2025.  
1. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Marcelo Castro e Giordano membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 005/2025-GLMDB).  
2. Em 18.02.2025, os Senadores Carlos Portinho, Eduardo Girão, Magno Malta, Marcos Rogério e Rogerio Marinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jorge Seif, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro e Jaime Bagattoli membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).  
3. Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Alan Rick foram designados membros titulares, e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Marcio Bittar membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).  
4. Em 18.02.2025, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz, Eliziane Gama, Zenaide Maia, Rodrigo Pacheco e Cid Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Angelo Coronel, Lucas Barreto, Irajá, Sérgio Petecão, Margareth Buzetti e Jorge Kajuru membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



5. Em 18.02.2025, os Senadores Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Augusta Brito e Weverton foram designados membros titulares, e os Senadores Randolfe Rodrigues, Humberto Costa, Jaques Wagner e Ana Paula Lobato membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
6. Em 18.02.2025, os Senadores Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Tereza Cristina e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 002/2025-GABLI/BLALIAN).
7. Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Otto Alencar Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-PRESIDÊNCIA/CCJ).
8. Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
9. Em 19.02.2025, o Senador Fernando Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 23/2025-GLMDB).
10. Em 19.02.2025, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Plínio Valério membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
11. Em 19.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular e os Senadores Efraim Filho e Jayme Campos, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia. Os Senadores Marcio Bittar e Jayme Campos foram indicados nas vagas compartilhadas entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, que antes estavam ocupadas pelo Bloco Parlamentar Aliança, assim a Senadora Tereza Cristina deixa de compor a comissão e os Senadores Mecias de Jesus e Hamilton Mourão passam a ocupar as vagas de 3ª titular e 3ª suplente, respectivamente (Ofs. nºs 003/2025-GABLI/BLALIAN e 004/2025-BLDEM).
12. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho e Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Alan Rick, Soraya Thronicke, Oriovisto Guimarães e Marcio Bittar foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Jayme Campos, Giordano, Marcos Do Val, Plínio Valério, Fernando Farias e Efraim Filho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM).
13. Em 20.03.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 16/2025-GSEGAMA).
14. Em 02.04.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 013/2025-PRESIDÊNCIA/CCJ).
15. Em 02.04.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição à Senadora Zenaide Maia, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 18/2025-GSEGAMA).
16. Em 24.04.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcos do Val, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 018/2025-BLEMO).
17. Em 21.05.2025, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaime Bagattoli, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 49/2025-BLVANG).
18. Em 28.05.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 056/2025-BLVANG).
19. Em 10.06.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 34/2025-BLEMO).
20. Em 10.06.2025, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 35/2025-BLEMO).
21. Em 16.07.2025, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 71/2025-BLVANG).
22. Em 16.07.2025, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Humberto Costa, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 13/2025-BLPBRA).
23. Em 06.08.2025, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Irajá, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 52/2025-GSEGAMA).
24. Em 15.08.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 72/2025-BLVANG).
25. Em 19.08.2025, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 15/2025-BLPBRA).
26. Em 19.08.2025, o Senador Irajá foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 52/2025-GSEGAMA).
27. Em 04.09.2025, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 65/2025-GSEGAMA).
28. Em 09.09.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 45/2025-GABLI/BLALIAN).
29. Em 11.09.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 46/2025-GABLI/BLALIAN).
30. Em 16.09.2025, a Senadora Jussara Lima foi designada membro titular, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 73/2025-GSEGAMA).
31. Em 17.09.2025, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 74/2025-GSEGAMA).
32. Em 18.09.2025, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição à Senadora Jussara Lima, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 79/2025-GSEGAMA).
33. Em 22.09.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 86/2025-GSEGAMA).
34. Em 23.09.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 87/2025-GSEGAMA).
35. Em 23.09.2025, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que passa a compor a comissão como membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 87/2025-GSEGAMA).
36. Em 29.09.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que passa a membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 94/2025-GSEGAMA).



37. Em 21.10.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 37/2025-BLPBRA).

38. Em 29.10.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 58/2025-GABLID/BLALIAN).

39. Em 12.11.2025, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pela Liderança do Progressistas (Of. nº 65/2025-GLPP).

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Reuniões:** Quartas-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(7)</sup>

VICE-PRESIDENTE: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(17)</sup>

| TITULARES   | Suplentes   |
|---|---|
| Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB )      |   |
| Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(1,10)</sup>               | 1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) <sup>(1,10)</sup>    |
| Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(1,8,10)</sup>    | 2. Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) <sup>(1,8,10)</sup>  |
| Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(3,10)</sup> | 3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(3,10)</sup>        |
| Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(3,10,11,14)</sup>      | 4. VAGO <sup>(3,10)</sup>                                   |
|   | 5.  |
| Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(9,10)</sup>              | 6.  |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PSB )       |   |
| Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(4)</sup>                       | 1.  |
| Senadora Jussara Lima (PSD-PI) <sup>(4)</sup>                   | 2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(4)</sup>            |
| Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(4,16,20)</sup>         | 3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) <sup>(4)</sup>         |
| Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) <sup>(4)</sup>                   | 4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(4)</sup>           |
| Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(4)</sup>                     | 5.  |
| Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )                        |   |
| Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(2)</sup>         | 1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(2)</sup>           |
| Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(2)</sup>                      | 2. Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) <sup>(2)</sup>             |
| Senador Izalci Lucas (PL-DF) <sup>(2,13)</sup>                  | 3. Senador Romário (PL-RJ) <sup>(2,13)</sup>                |
| Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(2)</sup>              | 4. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) <sup>(2)</sup>           |
| Bloco Parlamentar Pelo Brasil ( PT, PDT )                       |   |
| Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(6)</sup>                   | 1. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(6)</sup>            |
| Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(6)</sup>                       | 2. Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(6,18,19)</sup>      |
| Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(6,15,18)</sup>             | 3. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) <sup>(6)</sup>        |
| Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )                  |   |
| Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(5)</sup>                 | 1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(5)</sup>           |
| Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(12)</sup>       | 2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(5)</sup>                 |
| Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(5)</sup>         | 3. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(5)</sup> |

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Confúcio Moura e Ivete da Silveira foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 008/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Romário e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho, Dra. Eudócia, Izalci Lucas e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, os Senadores Marcio Bittar e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Alan Rick, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 012/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia e Flávio Arns foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Esperidião Amin, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLI/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Teresa Leitão, Leila Barros e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Augusta Brito e Ana Paula Lobato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu a Senadora Teresa Leitão Presidente deste colegiado (Of. 1/2025-CE).
- Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ivete da Silveira, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 021/2025-GLMDB).
- Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
- Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Márcio Bittar e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira, Alan Rick e Marcelo Castro, membros suplentes, para compor a comissão, e o Senador Jayme Campos deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 006/2025-BLDEM).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a Comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM).
12. Em 21.02.2025, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-GABLI/BLALIAN).
13. Em 11.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, em permuta com o Senador Romário, que passa a ocupar a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 17/2025-BLVANG).
14. Em 14.03.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 20/2025-BLDEM).
15. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT).
16. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM).
17. Em 26.08.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Veneziano Vital do Rêgo Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 254/2025-CE).
18. Em 1º.10.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-BLPBRA).
19. Em 22.10.2025, a Senadora Leila Barros foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 38/2025-BLPBRA).
20. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLREDEM).

**Secretário(a):** Andréia Mano Da Silva Tavares

**Telefone(s):** 3303-3498

**E-mail:** ce@senado.leg.br



#### 4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

**Finalidade:** acompanhar as políticas de Alfabetização na Idade Certa, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

**(Requerimento 56, de 2023 - CE)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Instalação:** 11/06/2024

**Secretário(a):** Andréia Mano Da Silva Tavares

**Telefone(s):** 3303-3498

**E-mail:** ce@senado.leg.br



#### 4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAR AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

**Finalidade:** acompanhar as políticas de Educação de Jovens e Adultos, no âmbito da Comissão de Educação e Cultura.

**(Requerimento 50, de 2024 - CE)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Instalação:** 03/07/2024

**Secretário(a):** Andréia Mano Da Silva Tavares

**Telefone(s):** 3303-3498

**E-mail:** ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,  
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(7)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:**

| TITULARES   | Suplentes   |
|---|---|
| <b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB )</b> |   |
| Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(1,10)</sup>              | 1. Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) <sup>(10)</sup>    |
| Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(1,10)</sup>                | 2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(10)</sup>          |
| Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(3,10)</sup>                  | 3. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(3,12)</sup>         |
| Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(8,10,19)</sup>            | 4. Senador Marcio Bittar (PL-AC) <sup>(15)</sup>            |
| Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) <sup>(9,10)</sup>            | 5. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(9,19)</sup>  |
| <b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PSB )</b>  |   |
| Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(4,17,20)</sup>           | 1.  |
| Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(4)</sup>                    | 2.  |
| Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(21)</sup>                        | 3.  |
| Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(4)</sup>                         | 4.  |
| <b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )</b>                   |   |
| Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) <sup>(2)</sup>                   | 1. Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(2)</sup>            |
| Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(2)</sup>                         | 2. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(11)</sup> |
| Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(2)</sup>                    | 3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) <sup>(14)</sup>          |
| <b>Bloco Parlamentar Pelo Brasil ( PT, PDT )</b>                  |   |
| Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(5)</sup>                          | 1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) <sup>(13)</sup>       |
| Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(5)</sup>                   | 2. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(16)</sup>           |
| Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) <sup>(5)</sup>                 | 3. Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(18)</sup>           |
| <b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>             |   |
| Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(6)</sup>                          | 1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(6)</sup>          |
| Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) <sup>(6)</sup>                | 2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(6)</sup>  |

- Notas:**
- Em 18.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira e Renan Calheiros foram indicados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLMDB).
  - Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e o Senador Marcos Rogério membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG).
  - Em 18.02.2025, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular, e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
  - Em 18.02.2025, os Senadores Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli e Cid Gomes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA).
  - Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Rogério Carvalho e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT).
  - Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Laércio Oliveira e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN).
  - Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Dr. Hiran Presidente deste colegiado.
  - Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
  - Em 19.02.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
  - Em 19.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira, Renan Calheiros, Sergio Moro, Soraya Thronicke e Styvenson Valentim foram designados membros titulares, e os Senadores Oriovisto Guimarães e Efraim Filho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM).
  - Em 28.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 015/2025-BLVANG).
  - Em 24.03.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-BLDEM).
  - Em 25.03.2025, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>





14. Em 04.04.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 29/2025-BLVANG).
15. Em 13.05.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-BLDEMO).
16. Em 17.06.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-BLPBRA).
17. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM).
18. Em 10.09.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 20/2025-BLPBRA).
19. Em 07.10.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke, que deixa de compor a comissão; e o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 76/2025-BLDEMO).
20. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM).
21. Em 12.11.2025, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 115/2025-BLRESDEM).

**Secretário(a):** Oscar Perné do Carmo Júnior

**Reuniões:** Terças-feiras 11:30 horas -

**Telefone(s):** 61 33033519

**E-mail:** ctfc@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(7)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(7)</sup>

| TITULARES   | Suplentes  |
|---|--|
| <b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB )</b> |  |
| Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) <sup>(1,10)</sup>             | 1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(1,10)</sup>          |
| Senador Giordano (MDB-SP) <sup>(1,10)</sup>                       | 2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(10)</sup> |
| Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(3,10)</sup>                  | 3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(3,10)</sup>       |
| VAGO <sup>(3,10,12)</sup>   | 4. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) <sup>(3,10)</sup>        |
| Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(8,10)</sup>              | 5. Senador Marcio Bittar (PL-AC) <sup>(8,12)</sup>               |
| Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(9,10)</sup>                | 6. VAGO <sup>(9,19,23)</sup>                                     |
| <b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PSB )</b>  |  |
| Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(13)</sup>                        | 1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(4)</sup>                   |
| Senadora Jussara Lima (PSD-PI) <sup>(4)</sup>                     | 2. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(4,24,25)</sup>       |
| Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(4)</sup>                    | 3.   |
| VAGO <sup>(20,22)</sup>   | 4.   |
| <b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )</b>                   |  |
| Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(2)</sup>                    | 1. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(2)</sup>                |
| Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(2)</sup>                        | 2. Senador Romário (PL-RJ) <sup>(2)</sup>                        |
| Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(2)</sup>                     | 3. Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(15)</sup>                    |
| Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(14)</sup>          | 4. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) <sup>(16)</sup>              |
| <b>Bloco Parlamentar Pelo Brasil ( PT, PDT )</b>                  |  |
| Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(6,17,18,21)</sup>         | 1. Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(6,17)</sup>                   |
| Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(6,17)</sup>                | 2. Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(6,17)</sup>              |
| Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(17)</sup>                    | 3. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(6,17)</sup>                  |
| <b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>             |  |
| Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(5,11)</sup>                | 1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(5,26,27)</sup>         |
| Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(5)</sup>           | 2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(5)</sup>      |

**Notas:**

1. Em 18.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira e Giordano foram designados membros titulares e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 009/2025-GLMDB).
2. Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Magno Malta e Marcos Rogério foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Girão e Romário, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Marcio Bittar foram designados membros titulares e os Senadores Jayme Campos e Professora Dorinha Seabra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
4. Em 18.02.2025, as Senadoras Jussara Lima e Mara Gabrilli foram designadas membros titulares e os Senadores Flávio Arns e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares e os Senadores Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN).
6. Em 18.02.2025, os Senadores Paulo Paim e Fabiano Contarato foram designados membros titulares e os Senadores Augusta Brito, Rogério Carvalho e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).
7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu as Senadoras Damares Alves e Mara Gabrilli, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CDH).
8. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
9. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
10. Em 19.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcio Bittar, Marcos do Val e Plínio Valério foram designados membros titulares e os Senadores Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Zequinha Marinho (em substituição ao Senador Jayme Campos) e Styvenson Valentin, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).
11. Em 19.02.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Dr. Hiran, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GABLID/BLALIAN).



12. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-BLDEM).
13. Em 25.02.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-GSEGAMA).
14. Em 27.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-BLVANG).
15. Em 10.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 16/2025-BLVANG). ([DSF de 11/03/2025, p. 23](#))
16. Em 12.03.2025, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 020/2025-BLVANG). ([DSF de 13/03/2025, p. 85](#))
17. Em 25.03.2025, os Senadores Fabiano Contarato, Rogério Carvalho e Humberto Costa foram designados membros titulares, e os Senadores Weverton, Augusta Brito e Paulo Paim membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
18. Em 29.04.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 55/2025-GLPDT).
19. Em 29.04.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLDEMO).
20. Em 30.04.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 24/2025-GSEGAMA).
21. Em 06.05.2025, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 01/2025-BLPBRA).
22. Em 20.05.2025, a Senadora Teresa Leitão deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 32/2025-GSEGAMA).
23. Em 25.06.2025, o Senador Confúcio Moura deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 38/2025-BLDEMO).
24. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM).
25. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLREDEM).
26. Em 03.11.2025, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 62/2025-GABLID/BLALIAN).
27. Em 07.11.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Daniela Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 64/2025-GABLID/BLALIAN).

**Secretário(a):** Dimitri Martin Stepanenko

**Reuniões:** Quartas-feiras 11:00 -

**Telefone(s):** 3303-2005

**E-mail:** cdh@senado.leg.br



### 6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS POVOS INDÍGENAS YANOMAMI

**Finalidade:** acompanhar, fiscalizar e aprimorar as políticas públicas voltadas aos povos indígenas que habitam a Terra Indígena Yanomami.

**(Requerimento 87, de 2025 - CDH)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Dimitri Martin Stepanenko

**Reuniões:** Quartas-feiras 11:00 -

**Telefone(s):** 3303-2005

**E-mail:** cdh@senado.leg.br



6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER A CONVENÇÃO SOBRE OS ASPECTOS CIVIS DO SEQUESTRO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS

**Finalidade:** debater, no prazo de 180 dias, a aplicação da Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças, nos casos em que mães brasileiras voltam para o país com seus filhos em razão de violência doméstica.

(Requerimento 2, de 2025 - CDH)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 21/05/2025

**Prazo final:** 17/11/2025

**Prazo prorrogado:** 27/11/2025

| TITULARES   | SUPLENTES   |
|---|---|
| Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(1)</sup> | 1. Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(1)</sup>                |
| Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(1)</sup>             | 2. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(1)</sup>               |
| Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) <sup>(1)</sup>      | 3. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) <sup>(1)</sup>                |
| Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(1)</sup>          | 4. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(1)</sup>              |
| Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>               | 5. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(1)</sup> |

**Notas:**  
1. Em 05.05.2025, os Senadores Damares Alves, Flávio Arns, Ivete da Silveira, Mara Gabrilli e Paulo Paim foram designados membros titulares, e os Senadores Augusta Brito, Jaime Bagattoli, Jussara Lima, Laércio Oliveira e Professora Dorinha Seabra membros suplentes, para compor a subcomissão (Of. nº 116/2025-CDH).  
2. Em 21.05.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Mara Gabrilli e o Senador Flávio Arns, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 153/2025-CDH).

**Secretário(a):** Dimitri Martin Stepanenko  
**Telefone(s):** 3303-2005  
**E-mail:** cdh.haia@senado.leg.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(7)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(12)</sup>

| TITULARES   | Suplentes  |
|---|--|
| <b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB )</b> |  |
| Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(1,10)</sup>                | 1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) <sup>(1,10)</sup>           |
| Senador Fernando Dueire (MDB-PE) <sup>(1,10)</sup>                | 2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(1,10)</sup> |
| Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(3,10)</sup>                  | 3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(3,10)</sup>      |
| Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(3,10)</sup>                 | 4. Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) <sup>(3,10)</sup>           |
| Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(8,9,10)</sup>             | 5. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(8,9,10)</sup>          |
| Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(10)</sup>                  | 6. <sup>(10)</sup>   |
| <b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PSB )</b>  |  |
| Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(4)</sup>                     | 1. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) <sup>(4)</sup>                |
| Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(4)</sup>                    | 2. Senador Sérgio Petecção (PSD-AC) <sup>(4)</sup>                 |
| Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) <sup>(4)</sup>                   | 3. Senador Irajá (PSD-TO) <sup>(4)</sup>                           |
| Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) <sup>(4)</sup>                   | 4. Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(4)</sup>                       |
| <b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )</b>                   |  |
| Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(2)</sup>           | 1. Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(2)</sup>                   |
| Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(2,13,14)</sup>          | 2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(2)</sup>                  |
| Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(2)</sup>                         | 3. Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(11)</sup>                       |
| Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(2)</sup>                        | 4. Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) <sup>(15)</sup>                   |
| <b>Bloco Parlamentar Pelo Brasil ( PT, PDT )</b>                  |  |
| Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) <sup>(6)</sup>                 | 1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(6)</sup>                    |
| Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(6)</sup>                     | 2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(6)</sup>                 |
| Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(6)</sup>                  | 3. Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(6)</sup>                        |
| <b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>             |  |
| Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(5)</sup>                    | 1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(5)</sup>               |
| Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(5)</sup>          | 2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(5)</sup>        |

**Notas:**

- Em 18.02.2025, os Senadores Renan Calheiros e Fernando Dueire foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira e Veneziano Vital do Rêgo membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 010/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Jorge Seif e Magno Malta foram designados membros titulares, e os Senadores Marcos Rogério e Carlos Portinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Efraim Filho foram designados membros titulares, e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Jayme Campos membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Rodrigo Pacheco e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Daniella Ribeiro, Sérgio Petecção, Irajá e Cid Gomes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Randolfe Rodrigues, Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Jaques Wagner, Rogério Carvalho e Beto Faro membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CRE).
- Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular e o Senador Carlos Viana, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Dueire, Sergio Moro, Efraim Filho, Carlos Viana e Tereza Cristina foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick e Marcos Do Val membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM).



11. Em 20.02.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, em vaga cedida ao Partido Progressistas (Of. nº 9/2025-BLVANG).
12. Em 13.03.2025, a Comissão reunida elegeu a Senadora Tereza Cristina Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 016/2025-CRE).
13. Em 07.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 040/2025-BLVANG).
14. Em 08.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 044/2025-BLVANG).
15. Em 08.10.2025, a Senadora Dra. Eudócia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 105/2025-BLVANG).

**Secretário(a):** Marcos Aurélio Pereira  
**Reuniões:** Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7  
**Telefone(s):** 3303-5919  
**E-mail:** cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA CIBERNÉTICA

**Finalidade:** acompanhar a política pública relacionada à defesa cibernética.

**(Requerimento 20, de 2023 - CRE)**

**Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes

**Instalação:** 14/05/2024

| TITULARES  | SUPLENTES  |
|--|--|
| Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(1)</sup>           | 1. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) <sup>(1)</sup>         |
| Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(1)</sup> | 2. Senador Sérgio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(1)</sup>           |
| Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) <sup>(1)</sup>          | 3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(1)</sup> |

**Notas:**

1. Em 27.03.2025, os Senadores Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Dueire, Sérgio Moro e Astronauta Marcos Pontes membros suplentes, para compor a Subcomissão (Of. 018/2025-CRE).

**Secretário(a):** Marcos Aurélio Pereira

**Reuniões:** Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

**Telefone(s):** 3303-5919

**E-mail:** cre@senado.leg.br





8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(7)</sup>

VICE-PRESIDENTE:

| TITULARES   | Suplentes  |
|---|--|
| Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB )      |  |
| Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(1,11)</sup>                | 1. Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(1,9,11,12)</sup>  |
| Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(1,9,11,12)</sup> | 2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(1,11)</sup>       |
| Senador Fernando Farias (MDB-AL) <sup>(1,11)</sup>              | 3. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) <sup>(1,11)</sup>      |
| Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) <sup>(3,11)</sup>               | 4. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(3,11)</sup> |
| Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(3,11)</sup> | 5. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(3,11,23)</sup>   |
| Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(8,11)</sup>             | 6. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(8,11)</sup>        |
| Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(10,11)</sup>             | 7. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) <sup>(15)</sup>         |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PSB )       |  |
| Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(4)</sup>                       | 1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) <sup>(4,16)</sup>      |
| Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(4)</sup>                    | 2. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(4)</sup>          |
| Senador Irajá (PSD-TO) <sup>(4)</sup>                           | 3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(4)</sup>           |
| Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) <sup>(4)</sup>                | 4. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(4,19,22)</sup> |
| Senador José Lacerda (PSD-MT) <sup>(4,20,21)</sup>              | 5. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(4)</sup>           |
| Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )                        |  |
| Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(2)</sup>                  | 1. Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) <sup>(2)</sup>            |
| Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(2)</sup>                   | 2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) <sup>(2)</sup>          |
| Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(2)</sup>              | 3. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(2)</sup>            |
| Senador Wilder Moraes (PL-GO) <sup>(2)</sup>                    | 4. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(2)</sup> |
| Bloco Parlamentar Pelo Brasil ( PT, PDT )                       |  |
| Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(6)</sup>                        | 1. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(6)</sup>        |
| Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(6)</sup>                 | 2. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) <sup>(6)</sup>       |
| Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(6)</sup>                        | 3. VAGO <sup>(6,17)</sup>                                  |
| Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(18)</sup>                   | 4. VAGO  |
| Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )                  |  |
| Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(5)</sup>                  | 1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(14)</sup>        |
| Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(5,13)</sup>              | 2. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(5,13)</sup>    |
| Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(5)</sup>        | 3. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) <sup>(5)</sup>      |

- Notas:**
1. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura e Fernando Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Fernando Dueire e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 006/2025-GLMDB).
2. Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Marcos Rogerio, Wellington Fagundes e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Dra. Eudócia, Rogerio Marinho, Eduardo Gomes e Astronauta Marcos Pontes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, os Senadores Jayme Campos e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
4. Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Irajá, Daniella Ribeiro e Margareth Buzetti foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares; e os Senadores Laércio Oliveira e Cleitinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLIID/BLALIAN).
6. Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Rogério Carvalho e Weverton foram foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato, Randolfe Rodrigues e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).
7. Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério Presidente deste colegiado.
8. Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



9. Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLMDB).
10. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
11. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Fernando Farias, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Fernando Dueire, Zequinha Marinho, Marcelo Castro e Sergio Moro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).
12. Em 20.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-BLDEM).
13. Em 21.02.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro titular e o Senador Luis Carlos Heinze, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-GABLI/BLALIAN).
14. Em 25.02.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 009/2025-BLALIAN).
15. Em 27.02.2025, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 017/2025-BLDEM).
16. Em 11.03.2025, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 7/2025-GSEGAMA).
17. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT).
18. Em 01.07.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLPBRA).
19. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDM).
20. Vago em 1º.10.2025, em razão do assunção do segundo suplente.
21. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLRESDM).
22. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDM).
23. Em 18.11.2025, o Senador Renan Calheiros foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcelo Castro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 90/2025-BLEMO).

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Morais

**Reuniões:** Terças-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** ci@senado.gov.br



**8.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA EXAMINAR A BR-319**

**Finalidade:** Examinar, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, a grave situação criada pela deterioração da BR-319.

**(Requerimento 9, de 2025 - CI)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

| TITULARES   | SUPLENTES |
|---|-----------|
| <b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB )</b> |           |
|   | 1.        |
| <b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PSB )</b>  |           |
|   | 1.        |
| <b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )</b>                   |           |
|   | 1.        |
| <b>Bloco Parlamentar Pelo Brasil ( PT, PDT )</b>                  |           |
|   | 1.        |
| <b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>             |           |
|   | 1.        |

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Reuniões:** Terças-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(3)</sup>

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(3)</sup>

| TITULARES  | Suplentes  |
|--|--|
| Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB )     |  |
| Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(1,9)</sup>               | 1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(1,9)</sup>     |
| Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) <sup>(1,9,11,12)</sup>     | 2. VAGO <sup>(1,9)</sup>                                   |
| Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(4,9)</sup> | 3. Senador Fernando Farias (MDB-AL) <sup>(4,9)</sup>       |
| Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(9)</sup>                 | 4. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(12)</sup>          |
| Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(8,9)</sup>              | 5. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(8,16)</sup> |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PSB )      |  |
| Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) <sup>(5)</sup>                 | 1. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) <sup>(5)</sup>           |
| Senador José Lacerda (PSD-MT) <sup>(5,17,18)</sup>             | 2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)                          |
| Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(5)</sup>                 | 3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(15)</sup>          |
| Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) <sup>(5)</sup>                | 4. Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(5)</sup>               |
| Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )                       |  |
| Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(2)</sup>                   | 1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) <sup>(2,10,13)</sup>      |
| Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) <sup>(2)</sup>                | 2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) <sup>(2,14)</sup>       |
| Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(2)</sup>                      | 3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(2)</sup> |
| Bloco Parlamentar Pelo Brasil ( PT, PDT )                      |  |
| Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(6)</sup>                  | 1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(6)</sup>         |
| Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(6)</sup>                       | 2. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) <sup>(6)</sup>       |
|  | 3.   |
| Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )                 |  |
| Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(7)</sup>                | 1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(7)</sup>                |
| Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) <sup>(7)</sup>             | 2. Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) <sup>(7,19)</sup>   |

- Notas:**
1. Em 18.02.2025, os Senadores Marcelo Castro e Ivete da Silveira foram indicados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira e Fernando Farias membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 13/2025-GLMDB).
2. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro e Jorge Seif foram designados membros titulares, e os Senadores Wilder Moraes, Rogerio Marinho e Astronauta Marcos Pontes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG).
3. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu os Senadores Professora Dorinha Seabra e Jorge Seif, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CDR).
4. Em 18.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, e o Senador Efraim Filho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Eliziane Gama, Margareth Buzetti, Angelo Coronel e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Jussara Lima e Cid Gomes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA).
6. Em 18.02.2025, os Senadores Augusta Brito e Beto Faro foram designados membros titulares, e os Senadores Rogério Carvalho e Ana Paula Lobato membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT).
7. Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Hiran e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN).
8. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Alan Rick, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
9. Em 19.02.2025, os Senadores Marcelo Castro, Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Alan Rick e Fernando Farias membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM).
10. Em 20.03.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Vanguarda (Of. nº 021/2025-BLVANG).
11. Em 24.03.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ivete da Silveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 025/2025-BLDEM).
12. Em 13.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 024/2025-BLEMO).



13. Em 16.05.2025, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Vanguarda (Of. nº 048/2025-BLVANG).
14. Em 16.05.2025, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 030/2025-BLREDEM).
15. Em 15.07.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 050/2025-BLREDEM).
16. Em 18.08.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 050/2025-BLDEMO).
17. Vago em 1º.10.2025, em razão da assunção do segundo suplente.
18. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLREDEM).
19. Em 02.12.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 69/2025-GABLID/BLALIAN).

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Reuniões:** Quartas-Feiras 14:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA  
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(7)</sup>  
VICE-PRESIDENTE:

| TITULARES  | Suplentes   |
|--|---|
| Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB ) |   |
| Senador Jader Barbalho (MDB-PA) <sup>(1,11,12)</sup>       | 1. Senador Giordano (MDB-SP) <sup>(1,11,12)</sup>                     |
| VAGO <sup>(1,11,12,18)</sup>                               | 2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(1,11,12)</sup> |
| VAGO <sup>(3,11,12)</sup>                                  | 3. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(3,9,11,12)</sup>      |
| Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(8,11,12)</sup> | 4. Senador Fernando Farias (MDB-AL) <sup>(8,11,12)</sup>              |
| Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) <sup>(9,11,12)</sup>       | 5. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) <sup>(10,12,17)</sup>         |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PSB )  |   |
| Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(4)</sup>                | 1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) <sup>(4)</sup>                    |
| Senador José Lacerda (PSD-MT) <sup>(4,22,23)</sup>         | 2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) <sup>(4)</sup>                     |
| Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(4,20,24)</sup>    | 3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(4)</sup>                     |
| Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(4)</sup>             | 4. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) <sup>(4)</sup>                      |
| Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )                   |   |
| Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(2)</sup>             | 1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) <sup>(2)</sup>                       |
| Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(2)</sup>         | 2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) <sup>(2,15,19)</sup>               |
| Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(2)</sup>              | 3. Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(13)</sup>                         |
| Bloco Parlamentar Pelo Brasil ( PT, PDT )                  |   |
| Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(6)</sup>                   | 1. VAGO <sup>(6,16)</sup>   |
| Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(6,14,21)</sup>        | 2.  |
| Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(6)</sup>                   | 3.  |
| Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )             |   |
| Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(5)</sup>          | 1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(5)</sup>                    |
| Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) <sup>(5,25)</sup>      | 2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(5)</sup>           |

**Notas:**

1. Em 18.02.2025, os Senadores Jader Barbalho e Ivete da Silveira foram designados membros titulares e os Senadores Fernando Farias e Giordano, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GLMDB).

2. Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes e Marcos Rogério foram designados membros titulares e os Senadores Wilder Moraes e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).

3. Em 18.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro titular e o Senador Jayme Campos, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).

4. Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Arns, Margareth Buzetti, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares e os Senadores Chico Rodrigues, Eliziane Gama, Angelo Coronel e Jussara Lima, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).

5. Em 18.02.2025, os Senadores Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e os Senadores Tereza Cristina e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN).

6. Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Paulo Paim e Weverton foram designados membros titulares e a Senadora Leila Barros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).

7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Zequinha Marinho Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-Presidência/CRA).

8. Em 19.02.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular e a Senadora Soraya Thronicke, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).

9. Em 19.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular em vaga destinada ao PSDB, deixando de ocupar a comissão como membro suplente em vaga destinada ao União Brasil, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 1/2025-GLPSDB).

10. Em 19.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente em vaga destinada ao PSDB, pelo Bloco Democracia, para compor a comissão (Of. nº 1/2025-GLPSDB).

11. Em 19.02.2025, os Senadores Jader Barbalho, Ivete da Silveira, Alan Rick, Zequinha Marinho e Plínio Valério (em substituição ao Senador Jayme Campos) foram designados membros titulares e os Senadores Giordano, Soraya Thronicke, Fernando Farias e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).

12. Em 20.02.2025, os Senadores Jader Barbalho, Ivete da Silveira, Alan Rick, Zequinha Marinho e Jayme Campos (em substituição ao Senador Plínio Valério) foram designados membros titulares e os Senadores Giordano, Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Fernando Farias e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-BLDEM).



13. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLVANG). ([DSF de 22/03/2025, p. 8](#))
14. Em 25.03.2025, o Senador Paulo Paim deixou de compor a comissão como membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 32/2025GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
15. Em 27.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 23/2025-BLVANG). ([DSF de 28/03/2025, p. 43](#))
16. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT).
17. Em 07.04.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 027/2025-BLDEM).
18. Em 13.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 025/2025-BLDEMO).
19. Em 22.05.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 51/2025-BLVANG).
20. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM).
21. Em 15.07.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2025-BLPBRA).
22. Vago em 1º.10.2025, em razão do assunção do segundo suplente.
23. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLREDEM).
24. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLREDEM).
25. Em 02.12.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro titular, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 69/2025-GABLID/BLALIAN).

**Secretário(a):** Pedro Glukhas Cassar Nunes

**Reuniões:** Quartas-feiras 14h -

**Telefone(s):** 3303 3506

**E-mail:** cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR OS EMBARGOS DE TERRAS  
POR PARTE DO IBAMA

**Finalidade:** Acompanhar, avaliar e fiscalizar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, todas as ações referentes aos embargos de terras por parte do Ibama.

**(Requerimento 24, de 2025 - CRATERRAS)**

**Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(2)</sup>

**RELATOR:** Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 11/06/2025

**Prazo final:** 08/12/2025

| TITULARES  | SUPLENTES   |
|--|---|
| Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(1)</sup>           | 1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(1)</sup> |
| Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) <sup>(1)</sup>       | 2. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(1)</sup>     |
| Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(1)</sup> | 3.  |

**Notas:**

1. Em 26.05.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Alan Rick e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e o Senadores Mecias de Jesus e Zequinha Marinho, membros suplentes, para compor a subcomissão (Of. nº 80/2025-PRESIDÊNCIA/CRA).
2. Em 11.06.2025, a comissão reunida elegeu os Senadores Jaime Bagattoli e Hamilton Mourão, Presidente e Relator, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2025-Presidência/CRATERRAS).

**Secretário(a):** Pedro Glukhas Cassar Nunes

**Reuniões:** Quartas-feiras 14h -

**Telefone(s):** 3303 3506

**E-mail:** cra@senado.gov.br





11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(6)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(14)</sup>

| TITULARES   | Suplentes  |
|---|--|
| <b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB )</b> |  |
| Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(7,10)</sup>                 | 1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(7,10)</sup>          |
| Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(10)</sup>                   | 2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(10,12)</sup>            |
| Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) <sup>(2,10,11,15)</sup>       | 3. VAGO <sup>(2,10)</sup>  |
| Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(9,10)</sup>              | 4. <sup>(10)</sup>   |
| Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) <sup>(8,10)</sup>           | 5. VAGO <sup>(8,10)</sup>  |
| <b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PSB )</b>  |  |
| Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(3)</sup>                       | 1. Senador José Lacerda (PSD-MT) <sup>(17)</sup>                 |
| Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) <sup>(3)</sup>                  | 2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(3)</sup>                |
| Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(3,16,20)</sup>           | 3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(3)</sup>                 |
| Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) <sup>(3)</sup>                   | 4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(19)</sup>                |
| <b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )</b>                   |  |
| Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(1)</sup>           | 1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(1)</sup>                |
| Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) <sup>(1)</sup>                      | 2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(1)</sup>            |
| Senador Izalci Lucas (PL-DF) <sup>(1)</sup>                       | 3.   |
| <b>Bloco Parlamentar Pelo Brasil ( PT, PDT )</b>                  |  |
| Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(5)</sup>                     | 1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) <sup>(5)</sup>             |
| Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(5)</sup>                          | 2. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(5)</sup>                     |
| Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(18)</sup>                  | 3. Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(5)</sup>                      |
| <b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>             |  |
| Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(4)</sup>                          | 1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(4)</sup>                  |
| Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(4,13)</sup>       | 2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(4,13,21)</sup> |

**Notas:**

1. Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia e Izalci Lucas foram designados membros titulares, e os Senadores Carlos Portinho e Wellington Fagundes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).

2. Em 18.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).

3. Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Arns, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Sérgio Petecão e Lucas Barreto membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).

4. Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Ciro Nogueira e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLI/BLALIAN).

5. Em 18.02.2025, os Senadores Teresa Leitão e Beto Faro foram designados membros titulares, e os Senadores Randolfe Rodrigues, Paulo Paim e Weverton membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).

6. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Arns Presidente deste colegiado (Of. 1/2025-SACCT).

7. Em 19.02.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 015/2025-GLMDB).

8. Em 19.02.2025, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).

9. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS).

10. Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, Marcio Bittar, Marcos Do Val e Oriovisto Guimarães foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira e Plínio Valério membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM).

11. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a Comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM).

12. Em 19.03.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Plínio Valério, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 024/2025-BLDEM).

13. Em 11.04.2025, o Senador Hamilton Mourão passa a ocupar a vaga de titular, em substituição ao Senador Cleitinho, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 17/2025-GABLI/BLALIAN).

14. Em 29.04.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Hamilton Mourão Vice-Presidente deste colegiado.



15. Em 05.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 023/2025-BLDEMO).

16. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM).

17. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 100/2025-BLREDEM).

18. Em 06.10.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 28/2025-BLPBRA).

19. Em 09.10.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 102/2025-GSEGAMA).

20. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLREDEM).

21. Em 06.11.2025, a Senadora Damares Alves foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Cleitinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 62/2025-GABLID/GLREPUBL).

**Secretário(a):** Leomar Diniz

**Reuniões:** Quartas-feiras 11:00 -

**Telefone(s):** 3303-1120

**E-mail:** cct@senado.leg.br



### 11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PANTANAL

**Finalidade:** Propor, debater e acompanhar políticas públicas e iniciativas legislativas que promovam a conservação e o desenvolvimento sustentável do Pantanal, com ênfase na aplicação de soluções científicas e tecnológicas voltadas à preservação ambiental, ao fortalecimento do agronegócio sustentável e ao desenvolvimento da bioeconomia regional.

**(Requerimento 10, de 2025 - CCT)**

**Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes

**Secretário(a):** Leomar Diniz  
**Reuniões:** Quartas-feiras 11:00 -  
**Telefone(s):** 3303-1120  
**E-mail:** cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA - CDD  
Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:  
VICE-PRESIDENTE:

| TITULARES  | Suplentes  |
|--|--|
| Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB ) |  |
| Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (1)                       | 1.   |
|  | 2.   |
| Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (7)                     | 3. VAGO (6,7)                                    |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PSB )  |  |
| Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) (3)                       | 1. Senador José Lacerda (PSD-MT) (8)             |
| Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (3)                        | 2.   |
|  | 3.   |
| Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )                   |  |
| Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2)                    | 1.   |
|  | 2.   |
| Bloco Parlamentar Pelo Brasil ( PT, PDT )                  |  |
| Senador Humberto Costa (PT-PE) (5)                         | 1.   |
| Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (5)                      | 2.   |
| Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )             |  |
| Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (4)                     | 1. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (4) |

**Notas:**

1. Em 18.02.2025, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 018/2025-GLMDB).

2. Em 18.02.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG).

3. Em 18.02.2025, os Senadores Rodrigo Pacheco e Eliziane Gama foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).

4. Em 18.02.2025, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular; e o Senador Hamilton Mourão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLI/BLALIAN).

5. Em 18.02.2025, os Senadores Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT).

6. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).

7. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS).

8. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 100/2025-BLRESDM).

Secretário(a): Felipe Costa Gerales  
Telefone(s): 3303-3491  
E-mail: cdd@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(7)</sup>

VICE-PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(7)</sup>

| TITULARES  | Suplentes   |
|--|---|
| Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB ) |   |
| Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(1,11)</sup>          | 1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(9,11)</sup>     |
| Senador Giordano (MDB-SP) <sup>(1,11)</sup>                | 2. Senador Marcio Bittar (PL-AC) <sup>(11)</sup>            |
| Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) <sup>(3,11)</sup>          | 3. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) <sup>(3,11)</sup>   |
| Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(8,11)</sup>    | 4. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(19)</sup>          |
| Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(10,11,12)</sup>     | 5. VAGO <sup>(10)</sup>                                     |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PSB )  |   |
| Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) <sup>(4)</sup>             | 1. Senador Irajá (PSD-TO) <sup>(4)</sup>                    |
| Senador José Lacerda (PSD-MT) <sup>(4,22,23)</sup>         | 2. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(4)</sup>           |
| Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(4)</sup>               | 3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(4,20,24)</sup>  |
| Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(4)</sup>                  | 4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(13,14,15)</sup>     |
| Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )                   |   |
| Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(2)</sup>             | 1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) <sup>(2)</sup>           |
| Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(2)</sup>              | 2. Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(16)</sup>               |
| Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(2)</sup>         | 3. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(21)</sup>            |
| Bloco Parlamentar Pelo Brasil ( PT, PDT )                  |   |
| Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(5,17)</sup>           | 1. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(5,17)</sup>             |
| Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(5,17)</sup>        | 2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(5)</sup>             |
| Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(5,17)</sup>                | 3. Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(18)</sup>           |
| Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )             |   |
| Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(6)</sup>            | 1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(6)</sup>        |
| Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(6)</sup>   | 2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(6)</sup> |

**Notas:**

1. Em 18.02.2025, os Senadores Confúcio Moura e Giordano foram indicados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 16/2025-GLMDB).

2. Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Marcos Rogerio e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, e o Senador Rogerio Marinho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG).

3. Em 18.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, e o Senador Marcio Bittar membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).

4. Em 18.02.2025, os Senadores Eliziane Gama, Margareth Buzetti, Otto Alencar e Cid Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Mara Gabrilli e Vanderlan Cardoso membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA).

5. Em 18.02.2025, os Senadores Fabiano Contarato, Beto Faro e Leila Barros foram designados membros titulares, e os Senadores Augusta Brito e Jaques Wagner membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT).

6. Em 18.02.2025, os Senadores Tereza Cristina e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e os Senadores Luis Carlos Heinze e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN).

7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fabiano Contarato e Leila Barros Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2025-CMA).

8. Em 19.02.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).

9. Em 19.02.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-GLMDB).

10. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).

11. Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Giordano, Jayme Campos e Zequinha Marinho foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Marcio Bittar e Styvenson Valentim membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM).

12. Em 11.03.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 17/2025-BLDEM).



13. Em 12.03.2025, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-GSEGAMA).
14. Em 12.03.2025, a Senadora Zenaide Maia deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 009/2025-GSEGAMA).
15. Em 18.03.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GSEGAMA).
16. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLVANG).
17. Em 25.03.2025, os Senadores Leila Barros, Fabiano Contarato e Beto Faro foram designados membros titulares, e o Senador Paulo Paim membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT).
18. Em 26.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 34/2025-GLPDT).
19. Em 24.04.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 19/2025-BLDEMO).
20. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM).
21. Em 07.07.2025, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 66/2025-BLVANG).
22. Vago em 1º.10.2025, em razão da assunção do segundo suplente.
23. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLRESDEM).
24. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM).

**Secretário(a):** Airton Luciano Aragão Júnior

**Reuniões:** Terças-feiras 09:00 -

**Telefone(s):** 61 33033284

**E-mail:** cma@senado.leg.br



### 13.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA CERRADO

**Finalidade:** acompanhar e estudar as questões referentes à proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável do bioma Cerrado.

**(Requerimento 60, de 2024 - CMA)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Airton Luciano Aragão Júnior

**Reuniões:** Terças-feiras 09:00 -

**Telefone(s):** 61 33033284

**E-mail:** cma@senado.leg.br



### 13.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA PANTANAL.

**Finalidade:** estudar os temas pertinentes à proteção do bioma Pantanal, para propor o aprimoramento da legislação, políticas públicas e outras ações para proteção desse patrimônio nacional.

**(Requerimento 13, de 2023 - CMA)**

**Secretário(a):** Airton Luciano Aragão Júnior

**Reuniões:** Terças-feiras 09:00 -

**Telefone(s):** 61 33033284

**E-mail:** cma@senado.leg.br





13.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DOS PREPARATIVOS  
PARA REALIZAÇÃO DA COP 30

**Finalidade:** acompanhar, no prazo de 300 (trezentos) dias, os preparativos para realização da COP 30, na cidade de Belém do Pará.

**(Requerimento 61, de 2025 - CMA)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(4)</sup>

**RELATOR:** Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(4)</sup>

**Instalação:** 07/05/2025

**Prazo final:** 13/04/2026

| TITULARES  | SUPLENTES |
|--|-----------|
| Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(1)</sup>            | 1.        |
| Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(1)</sup>                 | 2.        |
| Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) <sup>(1)</sup>           | 3.        |
| Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(1)</sup>     | 4.        |
| Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(1)</sup> | 5.        |
| Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(2)</sup>       | 6.        |
| Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(3)</sup>            | 7.        |

**Notas:**

1. Em 28.04.2025, os Senadores Leila Barros, Beto Faro, Eliziane Gama, Zequinha Marinho e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, para compor a subcomissão (Of. nº 16/2025-CMA).
2. Em 05.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, para compor a subcomissão (Of. nº 19/2025-CMA).
3. Em 06.05.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, para compor a subcomissão (Of. nº 20/2025-CMA).
4. Em 07.05.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros como Presidente e a Senadora Augusta Brito como Vice-Presidente. Designado o Senador Beto Faro como Relator (Of. 1/2025-CMACOP30).

**Secretário(a):** Airton Luciano Aragão Júnior

**Reuniões:** Terças-feiras 09:00 -

**Telefone(s):** 61 33033284

**E-mail:** cma@senado.leg.br



14) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) <sup>(7)</sup>

VICE-PRESIDENTE: Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(13)</sup>

| TITULARES   | Suplentes  |
|---|--|
| <b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB )</b> |  |
| Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(1,11)</sup>              | 1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(1,11)</sup>                |
| Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) <sup>(1,11)</sup>             | 2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(1,11)</sup> |
| Senador Marcio Bittar (PL-AC) <sup>(3,11)</sup>                   | 3. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(3,11)</sup>              |
| Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(3,11)</sup>                  | 4. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(3,11)</sup>              |
| Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(8,11)</sup>              | 5. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(11)</sup>                 |
| Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) <sup>(10,11)</sup>           | 6. VAGO <sup>(10)</sup>  |
| <b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PSB )</b>  |  |
| Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(4)</sup>                      | 1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) <sup>(4)</sup>                 |
| Senador José Lacerda (PSD-MT) <sup>(4,26,27)</sup>                | 2. VAGO <sup>(4,9)</sup>   |
| Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(4,9)</sup>                  | 3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(4)</sup>                       |
| Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(4,20,29)</sup>           | 4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(4)</sup>                  |
| <b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )</b>                   |  |
| Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) <sup>(2)</sup>                   | 1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) <sup>(2,23,25)</sup>              |
| Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(2)</sup>                         | 2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(2,15,16,21,22)</sup>      |
| Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(2,18,19)</sup>                  | 3. Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(2)</sup>                   |
| Senador Rogerio Marinho (PL-RN) <sup>(2)</sup>                    | 4. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(2)</sup>         |
| <b>Bloco Parlamentar Pelo Brasil ( PT, PDT )</b>                  |  |
| Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(6)</sup>                  | 1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(14)</sup>                   |
| Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) <sup>(6,14,17)</sup>           | 2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(14)</sup>                |
| VAGO <sup>(12,24,28)</sup>  | 3.   |
| <b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>             |  |
| Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(5)</sup>                    | 1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(5)</sup>               |
| Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(5)</sup>          | 2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(5)</sup>         |

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira e Ivete da Silveira foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Braga e Renan Calheiros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLMDB).
2. Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Magno Malta e Rogerio Marinho foram designados membros titulares e os Senadores Wilder Moraes, Carlos Portinho, Marcos Rogério e Astronauta Marcos Pontes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, os Senadores Marcio Bittar e Sergio Moro foram designados membros titulares e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
4. Em 18.02.2025, os Senadores Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Lucas Barreto e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares e os Senadores Chico Rodrigues, Angelo Coronel, Omar Aziz e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares e os Senadores Luis Carlos Heinze e Damares Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN).
6. Em 18.02.2025, os Senadores Fabiano Contarato e Humberto Costa foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).
7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Bolsonaro Presidente deste colegiado (of. nº 1/2025-CSP).
8. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
9. Em 19.02.2025, o Senador Angelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de ocupar a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 006/2025-GSEGAMA).
10. Em 19.02.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
11. Em 19.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira, Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Sergio Moro, Marcos do Val e Styvenson Valentim foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Braga, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Plínio Valério e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).



12. Em 10.03.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 29/2025). ([DSF de 11/03/2025, p. 24](#))
13. Em 18.03.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Sergio Moro Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 9/2025-CSP).
14. Em 25.03.2025, os Senadores Jaques Wagner e Rogério Carvalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão, deixando o Senador Humberto Costa de ocupar a vaga de titular (Of. nº 32/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
15. Em 31.03.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Portinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 024/2025-BLVANG). ([DSF de 01/04/2025, p. 24](#))
16. Em 01.04.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 025/2025-BLVANG).
17. Em 02.04.2025, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 041/2025-GLPDT).
18. Em 15.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 047/2025-BLVANG).
19. Em 22.05.2025, o Senador Magno Malta foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 050/2025-BLVANG).
20. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM).
21. Em 15.07.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Portinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 068/2025-BLVANG).
22. Em 16.07.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 069/2025-BLVANG).
23. Em 04.09.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 81/2025-BLVANG).
24. Em 09.09.2025, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2025-BLPBRA).
25. Em 15.09.2025, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 86/2025-BLVANG).
26. Vago em 1º.10.2025, em razão do assunção do segundo suplente.
27. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLREDEM).
28. Em 07.10.2025, o Senador Randolfe Rodrigues deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 31/2025-BLPBRA).
29. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLREDEM).

**Secretário(a):** Waldir Bezerra Miranda

**Reuniões:** Quintas-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** (61) 3303-2315

**E-mail:** csp@senado.leg.br



15) COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL - CCDD

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

| TITULARES  | Suplentes                                       |
|--|---|
| Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB ) |   |
| Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (1)                     | 1. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (1)          |
|  | 2.  |
| Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (3)          | 3. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (3)          |
| Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (7)                     | 4.  |
| Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (8)                       | 5. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) (8)     |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PSB )  |   |
| Senador Cid Gomes (PSB-CE) (4)                             | 1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) (4)             |
| Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (4)                      | 2.  |
| Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (4,9,10)                | 3.  |
| Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4)                        | 4.  |
| Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )                   |   |
| Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (2)               | 1. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (2)          |
| Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) (2)                          | 2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (2)          |
| Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (2)                          | 3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (2)          |
| Bloco Parlamentar Pelo Brasil ( PT, PDT )                  |   |
| Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (6)                       | 1.  |
| Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (6)                      | 2.  |
|  | 3.  |
| Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )             |   |
| Senador Esperidião Amin (PP-SC) (5)                        | 1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) (5)                |
| Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (5)              | 2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (5) |

Notas:

1. Em 18.02.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, e o Senador Jader Barbalho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 017/2025-GLMDB).

2. Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia e Eduardo Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Carlos Portinho e Rogerio Marinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).

3. Em 18.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, e o Senador Efraim Filho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).

4. Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares, e o Senador Flávio Arns membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).

5. Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Hiran e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLI/BLALIAN).

6. Em 18.02.2025, os Senadores Rogério Carvalho e Fabiano Contarato foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).

7. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).

8. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).

9. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM).

10. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025/BLREDEM).

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa

Telefone(s): 6133032230

E-mail: ccdd@senado.leg.br



### 15.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA DEBATER A DESIGUALDADE E A EXCLUSÃO DIGITAL NO BRASIL

**Finalidade:** Debater a temática relacionada à desigualdade e à exclusão digital no Brasil.

**(Requerimento 3, de 2024 - CCDD)**

**Número de membros:** 8 titulares e 8 suplentes

**Secretário(a):** Matheus Soares Torres Costa

**Telefone(s):** 6133032230

**E-mail:** ccdd@senado.leg.br



## 15.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VIABILIZAR O SURGIMENTO DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CRIMES CIBERNÉTICOS

**Finalidade:** viabilizar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a criação de proposta legislativa que instale, em todo o Brasil, Juizados Especiais de Crimes Cibernéticos.

**(Requerimento 9, de 2023 - CCDD)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Matheus Soares Torres Costa

**Telefone(s):** 6133032230

**E-mail:** ccdd@senado.leg.br



16) COMISSÃO DE ESPORTE - CEsp  
Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(7)</sup>  
**VICE-PRESIDENTE:** Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) <sup>(11)</sup>

| TITULARES   | Suplentes   |
|---|---|
| <b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB )</b> |   |
| Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(1,9)</sup>                  | 1. Senador Pedro Chaves (MDB-GO) <sup>(1,9,15)</sup>        |
| Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(3,9)</sup>                  | 2. Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) <sup>(8,9,10)</sup>  |
| Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(9)</sup>                   | 3.  |
| <b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PSB )</b>  |   |
| Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(4)</sup>                    | 1.  |
| Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(4)</sup>                    | 2.  |
| Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) <sup>(4)</sup>                   | 3. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(4)</sup>             |
| <b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )</b>                   |   |
| Senador Romário (PL-RJ) <sup>(2)</sup>                            | 1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(2)</sup>           |
| Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(2)</sup>                    | 2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(2,13,14)</sup> |
| <b>Bloco Parlamentar Pelo Brasil ( PT, PDT )</b>                  |   |
| Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(6)</sup>                     | 1. Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(12)</sup>           |
| Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(6)</sup>                     | 2.  |
| <b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>             |   |
| Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) <sup>(5)</sup>                | 1.  |

- Notas:**
- Em 18.02.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular; e o Senador Giordano, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 019/2025-GLMDB).
  - Em 18.02.2025, os Senadores Romário e Eduardo Girão foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
  - Em 18.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 012/2025-GLUNIAO).
  - Em 18.02.2025, os Senadores Mara Gabrilli, Sérgio Petecão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e o Senador Jorge Kajuru, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
  - Em 18.02.2025, o Senador Cleitinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN).
  - Em 18.02.2025, as Senadoras Teresa Leitão e Leila Barros foram designadas membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
  - Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros Presidente deste colegiado.
  - Em 19.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GLUNIAO).
  - Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, e Plínio Valério foram designados membros titulares, e o Senador Giordano, membro suplente, para compor a comissão, e o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 006/2025-BLDEM).
  - Em 20.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of.nº 008/2025-BLDEM).
  - Em 12.03.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Chico Rodrigues Vice-Presidente deste colegiado.
  - Em 25.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of.nº 33/2025-GLPDT).
  - Em 07.05.2025, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 41/2025-BLVANG).
  - Em 08.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 43/2025-BLVANG).
  - Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 43/2025-BLEMO).

**Secretário(a):** Flávio Eduardo De Oliveira Santos  
**Reuniões:** Quartas-feiras 10:30 -  
**Telefone(s):** 3303-2540  
**E-mail:** cesp@senado.leg.br



## CONSELHOS e ÓRGÃOS

**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

| SENADOR                       | CARGO      |
|-------------------------------|------------|
| Senador Marcio Bittar (PL-AC) | CORREGEDOR |

Atualização: 27/06/2017

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035258

E-mail: naot@senado.leg.br





**2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)***Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Braga (MDB-AM)**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995**8ª Eleição Geral:** 26/04/2011**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999**9ª Eleição Geral:** 06/03/2013**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001**10ª Eleição Geral:** 02/06/2015**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003**11ª Eleição Geral:** 30/05/2017**5ª Eleição Geral:** 23/11/2005**12ª Eleição Geral:** 18/09/2019**6ª Eleição Geral:** 06/03/2007**13ª Eleição Geral:** 21/03/2023**7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

| TITULARES  | SUPLENTES  |
|--|--|
| <b>Bloco Parlamentar Democracia</b>                              |  |
| Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)                                  | 1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP)            |
| Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)                               | 2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) |
| Senador Eduardo Braga (MDB-AM)                                   | 3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA)               |
| Senador Renan Calheiros (MDB-AL)                                 | 4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI)               |
| Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)                               | 5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG)             |
| Senador Weverton (PDT-MA)  | 6. VAGO  |
| <b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PSB )</b> |  |
| Senador Otto Alencar (PSD-BA)                                    | 1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)               |
| Senador Omar Aziz (PSD-AM)                                       | 2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)                |
| Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)                                   | 3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP)                |
| Senador Fabiano Contarato (PT-ES)                                | 4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE)              |
| Senador Jorge Kajuru (PSB-GO)                                    | 5. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)            |
| <b>Bloco Parlamentar Vanguarda</b>                               |  |
| Senador Magno Malta (PL-ES)                                      | 1.   |
| Senador Jorge Seif (PL-SC)                                       | 2.   |
| <b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>            |  |
| Senador Dr. Hiran (PP-RR)  | 1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)                 |
| Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS)                        | 2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF)      |
| <b>Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)</b>      |  |
| Senador Marcio Bittar (PL-AC)                                    |  |

Atualização: 21/03/2023

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 33035258**E-mail:** naot@senado.leg.br

**3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ**  
(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

**1ª Designação:** 03/12/2001

**2ª Designação:** 26/02/2003

**3ª Designação:** 03/04/2007

**4ª Designação:** 12/02/2009

**5ª Designação:** 11/02/2011

**6ª Designação:** 11/03/2013

**7ª Designação:** 26/11/2015

**Atualização:** 08/02/2017

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



4) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA  
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

Atualização: 11/11/2015

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo Principal - Térreo

**Telefone(s):** 3303-713

**E-mail:** saop@senado.leg.br



**5) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL**  
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

**1ª Designação:** 12/09/2012

**2ª Designação:** 11/03/2013

**Atualização:** 31/01/2015

**Secretaria-Geral da Mesa**  
NPG  
**Endereço:** Edifício Principal - Térreo  
**Telefone(s):** 33035713  
**E-mail:** npfg@senado.leg.br



6) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL  
(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

1ª Designação: 22/08/2013

2ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 18/10/2016

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Senado Federal - Ed. Principal - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



**7) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO**  
*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013)*

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

**1ª Designação:** 20/12/2013

**2ª Designação:** 16/09/2015

---

**Atualização:** 11/11/2015

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



8) PROCURADORIA PARLAMENTAR  
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

PROCURADOR: Senador Alessandro Vieira (MDB-SE)

COORDENADOR:

- 1ª Designação: 16/11/1995
- 2ª Designação: 30/06/1999
- 3ª Designação: 27/06/2001
- 4ª Designação: 25/09/2003
- 5ª Designação: 26/04/2011
- 6ª Designação: 21/02/2013
- 7ª Designação: 06/05/2015

| SENADOR                            | BLOCO / PARTIDO      |
|------------------------------------|----------------------|
| Senador Alessandro Vieira (MDB/SE) | Procurador do Senado |

Atualização: 03/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa  
NAOT  
Telefone(s): 33035714



9) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER  
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

| SENADOR                        | CARGO       |
|--------------------------------|-------------|
| Senadora Augusta Brito (PT-CE) | PROCURADORA |

Atualização: 30/03/2023





10) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL  
(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 )

| SENADOR   | CARGO         |
|---|---------------|
| Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(1)</sup> | OUVIDOR-GERAL |

Atualização: 11/02/2023

Notas:

1. Portaria do Presidente nº 1, de 2023, designa o Senador PLÍNIO VALÉRIO, como Ouvidor-Geral do Senado Federal.



**11) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR**

*(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)*

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

**1ª Designação:** 14/03/2011

**2ª Designação:** 21/03/2012

**3ª Designação:** 11/03/2013

**4ª Designação:** 26/03/2014

**5ª Designação:** 01/07/2015

**Atualização:** 29/11/2016

**Notas:**

1. Ato do Presidente - nº 9, de 2023.

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



**12) COMENDA REI PELÉ**  
*(Resolução do Senado Federal nº 4, de 2023.)*

---



**13) CONSELHO DO SELO ZUMBI DOS PALMARES**  
*(Resolução do Senado Federal nº 35,2021)*

**PRESIDENTE:**

---



**14) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA***(Resolução do Senado Federal nº 43, de 2016)***PRESIDENTE:** Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Carlos Portinho (PL-RJ)

---

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

NPG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 3303-5713**E-mail:** npfg@senado.leg.br

15) CONSELHO DO PRÊMIO ADOÇÃO TARDIA - GESTO REDOBRADO DE CIDADANIA  
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 2021)

**PRESIDENTE:** Senador Fabiano Contarato (PT-ES)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



**16) COMENDA SANTA DULCE DOS POBRES**  
*(Resolução do Senado Federal nº 25, de 2020)*

**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Girão (NOVO-CE)

---

**Secretaria Geral da Mesa**

NPFG

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



**17) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR**  
*(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)*

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br





18) CONSELHO DO PRÊMIO TRÂNSITO SEGURO - GESTO REDOBRADO PARA O FUTURO  
(Resolução do Senado Federal nº 29, de 2023.)

**PRESIDENTE:** Senador Fabiano Contarato (PT-ES)

---



19) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO  
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



20) COMENDA MISSIONÁRIOS DANIEL BERG E GUNNAR VINGREN  
(Resolução do Senado Federal nº 3, de 2023.)

**PRESIDENTE:** Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA)

---



21) COMENDA DO MÉRITO FUTEBOLÍSTICO ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL  
(Resolução do Senado Federal nº 27, de 2017)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



22) CONSELHO DO PRÊMIO CHICO MENDES  
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2020.)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



**23) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO**  
*(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)*

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



24) CONSELHO DO DIPLOMA PAUL SINGER  
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2022.)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



25) COMENDA DE INCENTIVO À CARIDADE CHICO XAVIER  
(Resolução do Senado Federal nº19, de 2020.)

**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Girão (NOVO-CE)

---

**Secretaria Geral da Mesa**

NPFG

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br





26) MEDALHA MARIA QUITÉRIA  
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 2022.)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



**27) PRÊMIO DE EFICIÊNCIA EDUCACIONAL FLORESTAN FERNANDES**  
*(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)*

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



28) COMENDA GOVERNADORES PELA ALFABETIZAÇÃO DAS CRIANÇAS NA IDADE CERTA  
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2025.)

**Presidente do Comitê Técnico** João Paulo Mendes de Lima  
**Independente:**

| MEMBROS  |
|--|
| <b>Comitê Técnico Independente - Representante do Senado Federal</b>                             |
| José Edmar de Queiroz  |
| <b>Comitê Técnico Independente - Representante do Ministério da Educação</b>                     |
| João Paulo Mendes de Lima  |
| <b>Comitê Técnico Independente - Representante da Unesco</b>                                     |
| Rebeca Otero Gomes   |
| <b>Comitê Técnico Independente - Representante da Fundação Roberto Marinho</b>                   |
| Rosalina Maria Soares  |
| <b>Comitê Técnico Independente - Representantes das Entidades Educacionais do Terceiro Setor</b> |
| Bárbara Panseri - Fundação Lemann  |
| Débora de Freitas Viégas - Associação Bem Comum  |
| Márcia Ferri - Instituto Natura  |



29) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL  
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



30) MEDALHA DE MÉRITO EDUCACIONAL DARCY RIBEIRO  
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



31) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA  
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO  
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

1ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 01/06/2016

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



**32) COMENDA CECI CUNHA**  
(Resolução do Senado Federal nº 49, de 2024.)

**PRESIDENTE:** Senadora Dra. Eudócia (PL-AL)  
**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Tereza Cristina (PP-MS)

---



**33) COMENDA ZILDA ARNS**  
*(Resolução do Senado Federal nº 21, de 2017)*

---

**Secretaria Geral da Mesa**

NPFG

**Telefone(s):** 5713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br





Fale com o Senado  
**0800 61 2211**

 /senadofederal  
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa  
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO  
FEDERAL**

